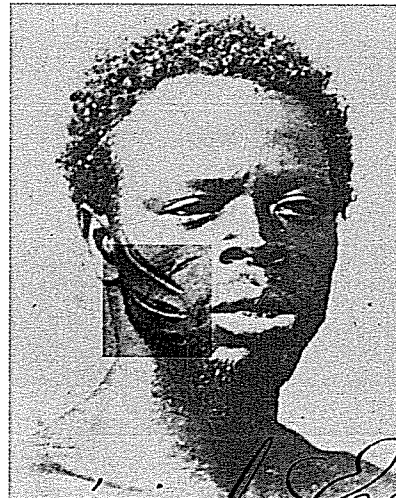


CLÓVIS MOURA

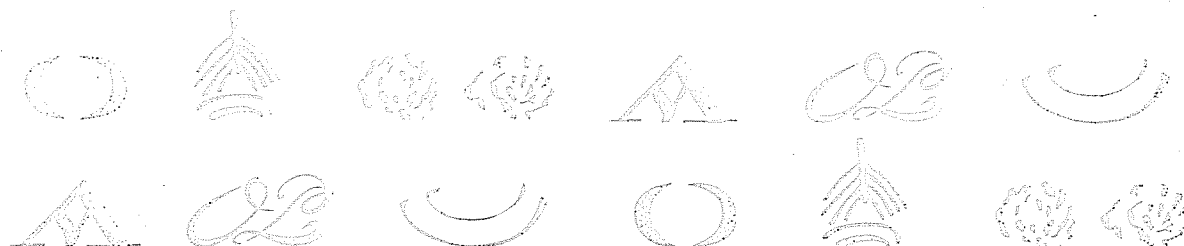


*Dicionário da Escravidão
Negra no Brasil*

A escravidão não é apenas uma mácula na história do Brasil. É também uma estrutura oficialmente sepultada cujas sombras teimam em determinar o presente. Durante quase quatro séculos, foi uma coluna que sustentou o crescimento de um grande e complexo país e, passados mais de cem anos de sua extinção, impõe a ele tributos. É o que se pode constatar diariamente nos noticiários e nos estudos mais apurados sobre a situação da população negra brasileira. É evidente, portanto, que o assunto precisa ser bem estudado e compreendido – de A a Z, literalmente.

O *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* é fruto da extensa pesquisa de um incansável pensador, o cientista social Clóvis Moura. Foi lapidado, palavra a palavra, durante três décadas e, para compor seus mais de oitocentos verbetes, o autor recorreu aos mais variados campos do saber: história, leis, literatura, política, religião, sociologia, economia, costumes. O resultado, muitas vezes, são verdadeiras teses sobre tópicos ligados à escravidão.

Visto em conjunto, ou verbete a verbete, este dicionário desvenda mundos





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Adolpho José Melfi
Vice-reitor Hélio Nogueira da Cruz



EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diretor-presidente Plínio Martins Filho

COMISSÃO EDITORIAL

Presidente José Mindlin

Vice-presidente Laura de Mello e Souza

Brasílio João Sallum Júnior

Carlos Alberto Barbosa Dantas

Carlos Augusto Monteiro

Franco Maria Lajolo

Guilherme Leite da Silva Dias

Plínio Martins Filho

Diretora Editorial Silvana Biral

Diretora Comercial Ivete Silva

Diretor Administrativo Silvio Porfirio Corado

Editores-assistentes Marilena Vizontin

Carla Fernanda Fontana

Marcos Bernardini

DICIONÁRIO DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

Clóvis Moura

Assessora de Pesquisa
SORAYA SILVA MOURA



Copyright © 2004 by Clóvis Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Moura, Clóvis

Dicionário da Escravidão Negra no Brasil / Clóvis Moura; assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ISBN 85-314-0812-1

1. Brasil – História – Dicionários 2. Escravidão – Brasil
3. Negros – Brasil – Condições Sociais I. Moura, Soraya Silva.
II. Título.

03-6782

CDD-306.36208996081003

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Escravidão Negra: Sociologia:
Dicionários 306.36208996081003
2. Dicionários: Escravidão Negra: Brasil:
Sociologia 306.36208996081003
3. Escravidão Negra: Brasil: Sociologia:
Dicionários 306.36208996081003

Direitos reservados à

Edusp – Editora da Universidade de São Paulo
Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374
6º andar – Ed. da Antiga Reitoria – Cidade Universitária
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Divisão Comercial: tel. (0xx11) 3091-4008 / 3091-4150
SAC (0xx11) 3091-2911 – Fax (0xx11) 3091-4151
www.usp.br/edusp – e-mail: edusp@edu.usp.br

Printed in Brazil 2004

Foi feito o depósito legal

Para Griselda

PREFÁCIO

Clóvis Moura foi um cientista social brilhante e disciplinado que sempre correu por fora da academia – solto, livre, nas franjas da interdisciplinaridade – ainda que a academia brasileira tenha constantemente solicitado a sua presença em eventos, conferências, seminários e, especialmente, em exames de teses na qualidade de professor “notório saber”, título que há anos lhe foi outorgado pela Universidade de São Paulo.

E, assim, trabalhando nessa nesga não-institucional, onde as costumeiras dificuldades de pesquisador aumentam consideravelmente, Clóvis Moura foi construindo, ele com ele, nos recantos de sua rica biblioteca, vasta e notável obra – histórica e sociológica – sobre a saga heróica do negro escravo e do negro-quase-cidadão na sociedade nacional. Todos os estudiosos da questão racial brasileira estão familiarizados com seus livros, cujos títulos constam obrigatoriamente das bibliografias dos estudos que vão surgindo, por se constituírem em referências indispensáveis às reflexões científicas sobre essa temática a um só tempo tão apaixonada e tão apaixonante.

Como que coroando essa extensa trajetória intelectual, o historiador Clóvis Moura presenteia-nos, agora, com o seu *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, elaborado, solitariamente, ao longo de trinta anos. Casualmente, esse estudo parece vir compor uma tendência intelectual-editorial que se observa atualmente entre nós, a de se publicarem dicionários sobre aspectos ou temas específicos da vida nacional. Tais são os dicionários de sobrenomes, gêneros, fotografias, filosofia, fatos e personagens de períodos históricos brasileiros etc. Embora expressando o momento atual de preocupações por essa espécie

de literatura, esses dicionários transcendem as históricas questões de língua para se constituírem em inventários de conhecimentos críticos a respeito de temas negligenciados pelos registros de uma historiografia linear, ortodoxa.

O dicionário elaborado por Clóvis Moura desenha-se, admiravelmente, nesse painel. O fôlego de historiador, já testado em seus numerosos livros, está presente nas centenas de verbetes (alguns são verdadeiras teses) que não apenas sistematizam e complementam o que se sabe sobre o regime escravista, mas trazem informações que irão permitir ao leitor formar uma opinião mais nuançada a respeito desse sistema de exclusão – humana, social e cultural – que dominou, soberano, durante quase quatro séculos da história brasileira.

O autor trabalha com dois mundos que se complementam, embora quase sempre se distanciem num jogo dialético inerente ao próprio sistema. De um lado, o Brasil escravista, com seu arcabouço jurídico-legal a legitimar o escravismo e as suas passagens históricas – simpáticas ou não ao regime – com seus atores sociais mais expressivos e seu esquema de poder senhorial hegemônico, quase sempre sinônimo de mundo dos brancos. De outro lado, o Brasil escravizado, constituído de negros anônimos, que constroem a nação com seus braços, lutam, a seu modo, pela emancipação e pela dissolução do regime servil, enquanto preservam, criam ou recriam os elementos culturais que iriam mais tarde, séculos depois, dar a marca do que viria a ser a chamada e aclamada cultura brasileira.

Jornada difícil para autores que, como Clóvis Moura, se propõem resgatar e dar visibilidade a fatores e atores sociais fugidios, apagados que foram das cenas históricas privilegiadas pela historiografia convencional.

É como se Clóvis Moura tivesse trabalhado com o direito e o avesso da história para, a partir daí, dar ao leitor uma visão mais orgânica e mais crítica desse cruel período da sociedade brasileira, cujas marcas se prolongam até os dias atuais.

João Baptista Borges Pereira

APRESENTAÇÃO

Após seis anos de trabalho, estamos finalmente apresentando ao público o *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. Devemos dizer, de início, que o nosso desejo era muito mais ambicioso e abrangente, pois incluía também a escravidão indígena, que precedeu a africana. No entanto, na prática, demo-nos conta da impossibilidade de assim realizá-lo, não apenas porque os recursos de que dispúnhamos não permitiam tal abrangência, como pela escassez de tempo para a sua execução.

Queremos lembrar, no entanto, que, de qualquer maneira, o objetivo inicial continua válido, especialmente para outros pesquisadores que queiram completar os nossos sonhos, iniciados na década de 1970, mas somente realizados a partir de 1988, por uma série de razões que muito bem caracterizam o sacrifício de fazer pesquisa no Brasil atualmente. É evidente que o leitor não está interessado na história do livro, mas nos seus resultados concretos e nas suas conclusões. O livro deve aparecer como uma unidade autônoma, desligado da sua história. Mas, em alguns casos, a história do livro está tão aderida à vida e às esperanças do autor que eles terminam formando uma unidade nas suas qualidades e nos seus defeitos.

Nossa indagação inicial consistiu em constatar a existência (ou não) de um dicionário sobre a escravidão em geral e sobre a escravidão moderna (colonial) em particular.

Sobre a escravidão clássica a bibliografia é abundante e conhecida, mas, pelo que nos informamos, nenhuma obra com características de dicionário existia em relação à escravidão colonial.

Imaginamos, então, uma obra prática e informativa que fornecesse não apenas ao grande público, mas também à comunidade negra interessada, subsídios capazes de informá-los sobre esse longo período da história brasileira. É evidente que uma obra como esta não pode ser executada por ato de vontade. E a nossa vontade ficou parada até 1988, quando ocorreram as comemorações do centenário da Abolição. Com o intuito de dinamizar a lembrança da data, várias entidades culturais ofereceram, mediante a apresentação de projetos, verbas com este objetivo. Logo, apresentamos um projeto muito mais abrangente e que seria executado por uma equipe interdisciplinar, intitulado “100 Anos da Abolição”, o qual exigiria um montante de verba muito mais elevado do que o disponível. Resolvemos, portanto, apresentar um projeto alternativo do dicionário. Coube à Fundação Ford patrocinar essa primeira etapa da sua execução, possibilitando assim o seu início.

Em 1991–1992, o projeto foi novamente suspenso porque tivemos de participar do Projeto Arqueológico Palmares que deveria ser realizado através de convênio entre o Ibea (Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas) e a Universidade Estadual de Illinois, perdendo, com isto, entre assessorias e medidas legais para viabilizá-lo, praticamente um ano. Como o Professor Charles E. Orser Jr. não honrou os compromissos assumidos com o Ibea, tivemos de reativar o projeto do dicionário. Procuramos refazer contatos interrompidos, enfrentar novas dificuldades e somente no final de 1992 conseguimos da Fundação Cultural Palmares uma verba que possibilitasse a continuação das pesquisas. Mesmo assim, nas novas condições de trabalho, a sua execução ficou muito mais difícil. De qualquer maneira, conseguimos concluir a obra que estamos apresentando ao leitor. Ela significa um esforço individual quase heróico, se levarmos em consideração as condições da sua realização.

Ao encerrarmos esta apresentação, queremos agradecer aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a sua conclusão.

Em primeiro lugar devo agradecer ao Professor Peter Fry o interesse demonstrado pelo projeto, quando representante da Fundação Ford no Brasil, e o seu empenho na aprovação da verba inicial para a sua execução, bem como aos Professores Napoleão Figueiredo, Octavio Ianni, Manuel Correia de Andrade, João Batista Borges Pereira, J. R. do Amaral Lapa e Kabengelê Munanga as recomendações que fizeram aos órgãos aos quais me dirigi. Ao Professor Mário Edson de Andrade por ter reativado os entendimentos com a Fundação Cultural Palmares, dos quais resultou a possibilidade do seu prosseguimento. Cabe aqui também demonstrar a nossa gratidão à historiadora Soraya Silva Moura que, mesmo nas condições mais adversas do ponto de vista financeiro, continuou nos prestando a sua colaboração e transmitindo o seu entusiasmo. Foi uma aventura que partilhámos juntos, pai e filha, pelo menos na primeira etapa do projeto. A amigos como Arios-

valdo Figueiredo e José Octávio, queremos expressar o nosso agradecimento pela colaboração voluntária e fraterna que prestaram.

Durante esse tempo de elaboração sentimos como a pesquisa histórica independente ainda é problemática no Brasil. O cientista social que não tiver a sua produção condicionada pela ideologia dos canais institucionalizados sofre o bloqueio dos controladores do saber. Não queremos dizer que estamos justificando com isso os possíveis erros e as naturais omissões em uma obra como a que estamos apresentando. Pelo contrário, isso nos deixa muito mais responsáveis individualmente pelos seus resultados. Num país em que é muito mais fácil e meritório criticar do que criar, sabemos que os eventuais erros e omissões serão apontados. A todos aqueles que desejarem ajudar com o autor neste sentido solicitamos a crítica e a colaboração. Finalmente, a todos aqueles que acreditaram na nossa determinação de executá-lo, os nossos agradecimentos.

A

ABOLIÇÃO. Ato de abolir alguma coisa. No caso da escravidão, o ato de extinguir esse sistema de trabalho. Ele podia acontecer ou por meio de um movimento revolucionário, como no Haiti, ou por meio de uma norma jurídica, como no Brasil. A Abolição no Brasil efetivou-se em 13 de maio de 1888, por ato da princesa Isabel, que exercia no momento as funções de Regente do Império. O Brasil foi a última nação cristã do mundo a abolir o sistema escravo de trabalho pela chamada Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel. O seu texto diz o seguinte:

A Princesa Isabel Regente em nome de Sua Majestade o Imperador D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e Ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1ª – É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.

Art. 2ª – Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e Interino dos Negócios Estrangeiros, Bacharel Rodrigo Augusto da Silva, do Conselho de Sua

Majestade o Imperador, o faça imprimir, publicar e correr. Dado no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888 – 67ª da Independência e do Império.

Em 13 de maio de 1888, a Câmara dos Deputados deu por encerrada a sua missão. Na resposta à “Fala do Trono”, em junho de 1888, dirigiu-se à princesa Isabel nos seguintes termos: “Desfizemo-nos, Senhora, do ominoso legado que apenas por constrangimento da indústria agrícola havíamos mantido até hoje, restituímos à personalidade humana os foros integrais de sua dignidade em face do princípio de igualdade política; consagramos o da uniformidade da condição civil e eliminamos assim da legislação a única exceção repugnante com a base moral do direito pátrio, e com o espírito liberal das instituições modernas. Esse fato, que é testemunho do nosso adiantamento social e político, e que deve acrescentar a consideração que o Brasil merecia das nações civilizadas, foi ruidosamente aplaudido dentro e fora do Império”.

ABOLICIONISMO. Movimento que, segundo Joaquim Nabuco (V.), foi iniciado, no seu sentido amplo, em 1879–1980. Movimento surgido na classe média liberal não satisfeita com apenas extinguir o tráfico ou reivindicar medidas que

melhorassem a sorte do cativo, mas que pretendia ver extinta a escravidão. Apesar da participação nacional, com entidades e grupos organizados em quase todos os estados (províncias), ele se corporificou definitivamente com a formação da Confederação Abolicionista (V.). O abolicionismo apresentou conotações regionais, pois no Ceará, no Rio Grande do Sul e no Amazonas conseguiu antecipar a data da abolição. Por outro lado, tinha divisões internas: a ala radical lutava pela extinção do trabalho escravo imediatamente e sem indenização aos senhores, enquanto a outra ala, a moderada, achava que o fim do trabalho escravo no Brasil seria conseguido com medidas graduais, preservando-se o direito de propriedade dos senhores, mediante indenização do preço dos escravos.

ABOLICIONISTA. Pessoa ou grupo que simpatizava com a abolição ou atuava no sentido de ver extinta a escravidão no Brasil.

ABOLICIONISTA, O. Periódico fundado na Bahia, por iniciativa da Sociedade Libertadora 7 de Setembro (V.), a 15 de março de 1871. Seus redatores foram Augusto Guimarães (cunhado de Castro Alves), Frederico Marinho da Silva, Antônio Ferreira Guimarães, juiz de direito de Nazaré, e Belarmino Barreto. O programa do periódico enunciava idéias francamente abolicionistas, como, aliás, revela seu título, e lutava pela “extinção imediata e completa do cativo”, por meio de pequena indenização. Teve vida curta, porém não foi possível a Evaristo de Moraes precisar a data do seu desaparecimento. Bibliografia. MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

ABORTO PROVOCADO POR ESCRAVAS. Não querendo que os filhos continuassem na condição servil, as escravas praticavam o aborto, em grandes proporções. Entre a fecundação e o aborto calculava-se em 70% a 80% a mortalidade, com uma percentagem enorme de abortos. Antonil refere-se ao fato e informa que esse grande número de abortos provocados “era só para que não cheguem os filhos de suas entranhas a padecer o que elas padecem”. Muitos outros testemunhos se referem ao aborto provocado pelas escravas.

ACADEMIA, A. Jornal comemorativo, publicado pelos estudantes de Direito de Recife, em homenagem à Abolição. A edição de 1888 veio à luz alguns dias depois do evento, impressa em papel

de luxo. Compunham a comissão de redação Bianor de Medeiros, Samuel Martins e Galdino Loreto, os quais assinaram notas sucintas de saudação à data, seguidas de trinta outras, em prosa e verso, de Martins Júnior, Claudino dos Santos, Tobias Barreto (V.), J. Tiago da Fonseca, Delfino de Paulo, Pedro Nolasco Pereira da Cunha, Andrade Pinto e outros.

ACENDEDOR DE LÂMPIÃO. Em Salvador (Bahia) a iluminação pública era feita por lâmpões de azeite até 1862, quando então passou a ser feita a gás. O serviço de acender esses lâmpões era executado por africanos livres (V.), a serviço da Província, vencendo uma diária de cem réis, vestuário e alimentação. Estavam ainda sujeitos à multa de vinte réis por bico de lâmpião que fosse encontrado apagado. Nas noites de luar, ficavam desobrigados do ofício, excetuando-se as três primeiras noites de lua nova.

ACIDENTES DE TRABALHO. As condições de trabalho do escravo eram marcadas pela insegurança causada pela negligência dos seus senhores. Como era possível repô-lo a baixo preço, jamais pensaram em investir na segurança de seu escravo e na adoção de condições melhores e mais seguras de trabalho. No Nordeste, o local de trabalho mais perigoso era a moenda, em cujas engrenagens inúmeros cativos foram mutilados ou literalmente triturados. Barléus descreve as condições de trabalho nos engenhos: “A cana é tirada da terra e despida das folhas aderentes, aqui e ali, dos seus lados. É cortada em pedaços de cerca de um palmo, dos quais se espreme o caldo numa moenda. Esta moenda compõe-se de dois rolos cilíndricos, um sobreposto ao outro, movidos constantemente pelo engenho e com tal força que, se por acaso, um escravo nela trabalhando, por descuido se deixa apanhar num dedo apenas que seja, logo é puxado com todo o corpo e completamente esmagado”. Além de Barléus, o viajante Koster testemunhou a mesma situação de completa insegurança do trabalho dos escravos nas moendas dos engenhos: “Os negros que empurram a cana entre os rolos metem as mãos desmesuradamente nos cilindros, e se uma ou ambas as mãos são presas antes que qualquer auxílio seja dado, os membros, ou mesmo o corpo inteiro fica esmagado. Nos engenhos pertencentes a proprietários que dão salvamento de seus negros e que desejam que tudo esteja em ordem,

uma barra de ferro e um martelo são postos perto dos rolos, sobre a mesa que suporta a carga de canas. A barra se destina a ser violentamente colocada entre os cilindros em caso de acidentes, para afastá-los e libertar o desgraçado escravo”. Koster afirma ainda que “nalguns lugares vi junto da barra e do martelo um facão afiadíssimo, para separar a parte do corpo julgada necessária [...] Nessa desesperada situação os gritos do negro assustam os cavalos que movem o engenho, acelerando-lhes a velocidade”. Antonil também registra o mesmo fato, o que bem demonstra como esse tipo de mutilação do escravo, e mesmo a sua morte triturado pelos cilindros da moenda, eram comuns no Nordeste. Outras formas de insegurança no trabalho são registradas, o que produzia inúmeras formas de deformação no corpo do escravo. V. *Mulher escrava, Violência contra a. ACOITADORES. V. Coiteiros.*

ACOITAR. Esconder um escravo fugitivo, na expressão dos senhores.

AÇOITE. Castigo aplicado aos escravos com o bacalhau (V.). Podia ser executado de duas formas: doméstica (particular), como exercício do poder senhorial, e judiciária, como pena estipulada pelo juiz. Pelo artigo 60 do Código Criminal do Império: “Se o réu for escravo, e incorrer em pena que não seja capital ou de galés, será condenado na de açoites e depois de a sofrer será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro, pelo tempo e maneira que o juiz designar. O número de açoites será designado na sentença e o escravo não poderá levar por dia mais de cinquenta açoites”. Evaristo de Moraes descreve o castigo como “crudelíssimo – atava-se o paciente solidamente a um esteio e, depois, despidas as nádegas, eram flageladas até ao sangue, às vezes até à destruição de parte do músculo. Se não havia o esteiro, era o infeliz deitado de bruços e amarrado em uma escada de mão; aí tinha lugar o suplício”. O instrumento era o vergalho (V.), ou bacalhau (V.). A aplicação dos açoites tinha analogias religiosas, estabelecendo-se assim a aplicação de novenas (V.) e trezenas (V.), segundo o número de dias de duração do castigo. O açoite foi aplicado pelas autoridades ou pelos senhores durante quase todo o período escravista, e somente foi abolido oficialmente pela Lei nº 3 310, de 15 de outubro de 1886, que revogou não somente o artigo 60 do Código Criminal, como também

a Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, na parte em que impunha aquela pena. Embora tenha sido revogada, a pena de açoite continuou sendo largamente usada pelos senhores. As sentenças chegavam muitas vezes até mil açoites ou mais, aplicados ou por um preposto do poder público, antes da sua proibição, ou pelo feitor ou um escravo designado nas fazendas. No meio rural, a lei que extinguiu o açoite foi praticamente ignorada, continuando a sua prática até a extinção da escravidão. Como diz José Alípio Goulart (1972), “muitas vezes as próprias autoridades incentivavam o uso e abuso do castigo de açoites”. Contase, por exemplo, de uma criança, “um ingênuo” (V.), com menos de quinze anos, maltrapilho, imundo, excessivamente emagrecido, com o corpo chagado de queimaduras, escoriações e cicatrizes, que invadiu a casa do juiz de direito de Feira de Santana, suplicando a este que não o mandasse de volta ao seu senhor. Pois bem: dita autoridade entregou a criança ao chefe de polícia que, por sua vez, a devolveu ao pretenso “senhor”, com a recomendação de que mandasse açoitá-lo o fedelho para que ele não mais se animasse a apresentar queixas a juizes. Acontece que o queixoso era um ingênuo, portanto filho de ventre livre; e embora estivesse aos cuidados do senhor de sua mãe, como mandava a lei, era entretanto pessoa livre. Após o cumprimento da pena com castigo, o escravo tinha as partes das nádegas feridas salgadas e untadas de pimenta “para que cicatrizessem”. A fim de que os escravos não morressem de pancada durante a aplicação da pena, as autoridades mandavam que fossem executadas as sentenças alternadamente, ou conforme documento do século XIX, “interpoladamente como manda a lei”. Neste sentido, o Aviso nº 440, de 8 de agosto de 1836, recomendava: “Ao Chefe de Polícia, exercitando a obediência do Aviso de 3 de novembro de 1831, sobre o calabouço (V.), com a declaração de que o castigo de 50 açoites deve ser dado em dias alternados. À vista da informação do Administrador do Calabouço, que acompanhou o seu ofício de 2 do corrente, ordena o Regente em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, que Vm. faça cumprir exatamente o aviso de 3 de novembro de 1831, com a declaração porém de que os 50 açoites, máximo que podem em virtude deles ser dados por correção nos escravos à requisição dos seus senhores, de-

vem ser em dois dias alternados, e nunca de uma vez em dias seguidos. Deus guarde Vm. Paço, em 8 de agosto de 1836. Gustavo Adolfo de Aguiar Pantoja, Sr. Chefe de Polícia". A Constituição do Império de 1824, no seu § 19 do artigo 179, aboliu a pena de açoite; porém o Código Criminal do Império, no artigo 60, entendeu que "salvo quando escravos", isto é, apenas os cidadãos (homens livres) ficaram isentos dessa pena infamante. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972; MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

AÇUBA. O primeiro tempo da oração entre escravos malês (V.). Oração da manhã dos negros islamizados. Segundo Jacques Raymundo, o termo deriva do hauçá *azziba* (também *assuba*), palavra de origem árabe que significa alma, a madrugada, o amanhecer.

A CULTURADO. Cativo africano que já havia adquirido determinados hábitos da cultura dos senhores (cultura dominante) e se comportava em parte como já adaptado, assimilando rudimentos da língua, da religião e da culinária do senhor. O mesmo que ladino (V.).

ADELINA. No movimento abolicionista houve também a participação de mulheres escravas. Adeline, charuteira em São Luís do Maranhão, era quem transmitia informação para a associação Clube dos Mortos (V.) que escondia os escravos e lhes promovia a fuga. Adeline era uma escrava inteligente e arguta. Sabia ler e escrever, fazia bordado e costura. Sua mãe criara todos os filhos do senhor e, no leito de morte, recebera a promessa de que ele libertaria a filha assim que ela completasse dezessete anos, "quando já deveria ter juízo e não se perderia mais". A moça fazia charutos que eram vendidos a compradores avulsos ou a casas comerciais. Essa atividade lhe dava condições de acompanhar a movimentação abolicionista e circular nos mais variados meios sociais da capital maranhense, inclusive entre os escravistas, de cujos planos informava os abolicionistas, propiciando, assim, a fuga de escravos. E exercia essa atividade aos dezesseis anos de idade e poucos meses antes de obter a própria alforria. **Bibliografia.** MOTT, Maria Lúcia de Barros. *As Mulheres na Luta contra a Escravidão*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1988.

AFRICANO LIVRE. A Lei de 7 de novembro de 1831,

que proibiu o tráfico de escravos com a África, considerou livres todos os africanos desembarcados no Brasil depois dessa data, ficando o Governo obrigado a repatriá-los. Foi regulamentada pelo decreto de 19 de novembro de 1835. É este o texto da lei:

Artigo 1º — Todos os escravos que entrarem em território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: 1º — Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país onde a escravidão é permitida, enquanto empregado no serviço das mesmas embarcações.

2º — Os que fugirem do território ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem e reexportados para fora do Brasil. Para os casos de exceção nº 1, na visita da entrada se lavrará termo do número de escravos, com as declarações necessárias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalizar-se-á na visita da saída se a embarcação leva aqueles com que entrou. Os escravos que forem achados depois da saída da embarcação serão apreendidos e retidos até serem reexportados.

Artigo 2º — Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo 179 do Código Criminal imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de 200\$000 por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da África; reexportação que o governo fará efetiva e com a maior possível brevidade, contratando com as autoridades africanas para lhes darem asilo. Os infratores responderão cada um por si e por todos.

Artigo 3º — São importadores:

§ 1º — O comandante, mestre e contramestre.

§ 2º — O que cientemente deu ou recebeu frete ou por qualquer outro título a embarcação destinada para o comércio de escravos.

§ 3º — Todos os interessados na negociação e todos os que cientemente fornecerem fundos, ou por qualquer motivo derem ajuda, a favor, auxiliando o desembarque ou consentindo-os nas suas terras.

§ 4º — Os que cientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no artigo 1º; estes, porém, só ficam obrigados subsidiariamente às despesas da reexportação, sujeitos, contudo, às outras penas.

Artigo 4º — Sendo apreendida fora dos portos do Brasil pelas forças nacionais alguma embarcação fazendo o comércio de escravos, proceder-se-á, segundo a disposição dos artigos 2º e 3º, como se a apreensão fosse dentro do Império.

Artigo 5º — Todo aquele que der notícia e fornecer os meios de se apreender qualquer número de pessoas importadas como escravas ou, sem ter precedido denúncia ou mandado

judicial, fizer qualquer apreensão dessa natureza, ou quando perante o Juiz de Paz ou qualquer outra autoridade local, der notícia do desembarque de pessoas livres, como escravos, por tal maneira que sejam apreendidos, receberá da Fazenda Pública a quantia de 30\$000 por pessoa apreendida. Artigo 6º — O comandante, oficiais e marinheiros da embarcação que fizer apreensão de que faz menção o artigo 4º, têm direito ao produto da multa, fazendo-se a partilha segundo o Regimento da Marinha para a divisão de presas.

Artigo 7º — Não será permitido a qualquer homem liberto, que não for brasileiro, desembarcar nos portos do Brasil debaixo de qualquer motivo que seja. O que desembarcar será imediatamente reexportado.

Artigo 8º — O comandante, mestre e contramestre que trouxeram as pessoas mencionadas no artigo antecedente, incorrerão na multa de 100\$000 por cada pessoa e farão as despesas da sua reexportação. O denunciante receberá da Fazenda Pública a quantia de 30\$000 por pessoa.

Artigo 9º — O produto das multas impostas em virtude desta lei, depois de deduzidos os prêmios concedidos nos artigos 5º e 8º e mais as despesas que possa fazer a Fazenda Pública, será aplicado para as casas de expostos da província respectiva e quando não haja tais casas, para os hospitais.

Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 7 dias do mês de novembro de 1831, décimo da Independência e do Império — Francisco de Lima e Silva — José de Costa Carvalho — João Bráulio Moniz — Diogo Antônio Feijó.

Esta lei nunca foi cumprida. O decreto de novembro de 1835 regulamentou os seus termos, criando, entre outras medidas, a figura do arrematador (V.), o que significava uma reescravização do africano, tendo o seu arrematador a vantagem de não desembolsar dinheiro na sua compra. O seu texto é muito claro:

1º — Os serviços dos africanos arrematar-se-ão perante o Juiz, para serem prestados dentro dos municípios das capitânias. [...] Não se concederão à mesma pessoa mais do que oito escravos. [...] A pessoa que quiser somente dois africanos poderá escolher o sexo e a idade.

Esses africanos livres poderiam requerer a sua liberdade somente após prestarem catorze anos de serviços ao seu arrematador na condição de es-

cravos. A sua situação foi muito combatida na imprensa. Tal lei foi chamada "para inglês ver" e continuou sendo burlada até 1850. Cabe notar que, no texto da lei de 1831, não se menciona uma vez sequer a palavra "contrabando", nem se fala em contrabandista, mas apenas em comércio. O africano livre, com a regulamentação da lei, foi praticamente reescravizado. O *Diário do Rio de Janeiro* publicou, em 1863, depois, portanto, da Lei Eusébio de Queirós, a seguinte notícia sobre o assunto:

O Africano livre, entregue ao serviço de particulares ou de estabelecimentos públicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhe a emancipação, e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniários com que pague a advogados e procuradores para tratem de sua emancipação. Segue-se, portanto, que estes infelizes devem resignar-se com a falha da lei, ou esperar que o acaso lhes depare um protetor desinteressado e que, revestido da mais evangélica paciência, se prepare a sofrer e acompanhar todas as seguintes provas desta nova inquisição moral:

1) Pedir ao escrivão a certidão demonstrativa de que é passado o lapso de tempo; 2) Requerer ao governo imperial por intermédio da secretaria da justiça; 3) O ministro da justiça manda ouvir o juiz de órfãos; 4) O juiz de órfãos informa e faz devolver a petição ao ministro; 5) O ministro manda ouvir o chefe de polícia; 6) O chefe de polícia manda ouvir o curador geral; 7) O curador geral dá a sua informação e faz voltar a petição ao chefe de polícia; 8) O administrador da casa de correção informa e faz voltar à secretaria da justiça; 9) O chefe de polícia informa e faz voltar à secretaria de justiça; 10) A secretaria faz uma resenha de todas as informações para o ministro despachar; 11) O ministro despacha afinal, mandando passar a carta de liberdade. Esta afinal quer dizer: 12) Volta a petição ao juiz de órfãos; 13) E expede-se um aviso ao chefe de polícia; 14) O juiz de órfãos remete a petição ao escrivão e faz passar a carta, que este demora em seu poder até que a parte vá pagar os emolumentos; 15) Remete-se a carta ao chefe de polícia; 16) O chefe de polícia oficializa ao administrador da casa de correção mandando vir o africano. 17) O administrador manda-o, e o chefe de polícia designa o termo ou município em que há de residir; 18) O chefe de polícia da corte oficializa ao da província, a que pertence o termo designado, e remete-lhe o africano acompanhado de carta; 19) O chefe da polícia oficializa, remetendo o infeliz e a sua carta à autoridade policial do lugar para onde o chefe de polícia da corte aprovou designar o degredo do homem livre e não condenado por crime algum.

E depois de todo o trabalho, de despesas feitas com procuradores ou veículos para que a petição não ficasse sepultada no *mare magnum* de nossas repartições, o mísero africano consegue ser banido do lugar em que residiu por dez, quinze, e vinte anos, em que adquiriu raízes, em que começou a preparar o seu futuro, os seus interesses!

Ainda sobre a situação ilegal do tratamento conferido a esses africanos pelas autoridades imperiais é valioso o testemunho de Tavares Bastos, em suas *Cartas do Solitário*.

AFRICANOS LIBERTOS, EXPULSÃO DOS. Os africanos que se libertavam da condição de escravos pela alforria não adquiriam a cidadania brasileira, mas eram considerados estrangeiros. Após a revolta de 1835 passaram a ser vistos como um "perigo social". Mesmo tendo fracassado, essa grande insurreição levou as autoridades e a classe senhorial a promoverem uma série de medidas repressivas, dentre as quais o envio dos libertos à África. Em discurso proferido a 3 de março de 1835, Francisco de Souza Martins, presidente da Província da Bahia, proclamou a necessidade de "fazer sair do território nacional todos os africanos libertos perigosos para nossa tranquilidade. Tais indivíduos, não tendo nascido no Brasil, possuem uma língua, uma religião e costumes diferentes, e tendo se mostrado inimigos de nossa tranquilidade durante os últimos acontecimentos, não devem gozar das garantias oferecidas pela Constituição unicamente aos cidadãos brasileiros". Em 11 de maio de 1835, a Assembléia Legislativa da Província da Bahia remeteu à Assembléia Geral Legislativa do Rio de Janeiro a seguinte representação:

Os acontecimentos que ensanguentaram as ruas da capital desta Província em 25 de janeiro obrigaram a Assembléia Legislativa da Bahia, em observância ao parágrafo 4 do artigo 83 da Constituição, representar à Assembléia Geral a necessidade de obter: 1) o estabelecimento de uma colônia em qualquer porto da África, para onde seja possível repatriar todo africano que se liberte, ou mesmo o africano liberto que ameace nossa segurança; 2) uma convenção com o governo do Estado Oriental do Uruguai e da Província do Rio de la Plata, pela qual será absolutamente proibida a importação de africanos naquelas regiões a título de colonos; 3) completa interrupção de qualquer comércio entre os nossos portos e os da África Ocidental e Oriental, à exceção da colônia do Cabo, recusando qualquer passaporte, pelo

tempo que se julgar necessário, a qualquer embarcação comercial. A primeira é fundada no espírito de rebelião e de despeito provado pelos libertos africanos neste país, que exige imperiosamente que se encontrem os meios de devolvê-los à sua pátria, sem faltar às leis de humanidade, aos preceitos da religião cristã e aos princípios da civilização atual. A segunda tem como objetivo privar os contrabandistas de escravos do seu único motivo para atravessar o oceano Austral com navios carregados de africanos. A importação ilegal de milhares de bárbaros, feita de maneira escandalosamente vergonhosa em nossos portos, é sem dúvida alguma fatal à nossa moral, nossa segurança e nossa prosperidade. Seu espírito de insurreição e de rebelião foi manifestado recentemente; ele é de maneira indubitável excitado e alimentado pelo recrudescimento constante de novos africanos, vindos para aumentar o número e o atrevimento dos escravos e dos emancipados vivendo entre nós. A terceira medida, enfim, é destinada a retirar dos contrabandistas sem moral a faculdade legal de enviar os navios para a costa da África. Todo mundo sabe, que fora os escravos, não existe nenhum artigo de troca nos portos do norte do equador exceto os tecidos, que gozam atualmente de bem pouca voga no mercado, depois que os ingleses se puseram a imitá-los. Além disso, não seria difícil de obter, via Portugal e outros países, os produtos de África de que precisamos.

Esses libertos passaram a viver num clima de desconfiança e suspeita, de acordo com Pierre Verger (1987). Prisões arbitrárias, investigações policiais e deportações tornaram-se constantes. Diante dessas ameaças e da iminência de serem expulsos à força por ordem das autoridades da Bahia, procuraram partir voluntariamente em embarcações fretadas. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

AFRO. Um dos pseudônimos de Luís Gama (V.). **AGOSTINHA.** Liberta nagô, companheira de Belchior da Silva Cunha, acusada de haver participado da Grande Insurreição (V.) em Salvador, em 1835. Foi condenada a dois anos de prisão.

AGOSTINI, ÂNGELO. Grande artista, caricaturista e lutador permanente pela causa da abolição. Nasceu em Vercelle, no Piemonte (Itália), em 1843, e mais tarde radicou-se no Brasil, onde faleceu em 1910. Passou a infância e a adolescência em Paris, onde estudou pintura. Veio para o Brasil em 1859 e, após rápida estada no Rio de Janeiro, fixou-se em São Paulo, onde fundou o jornal *O*

Diabo Coxo (V.), no qual colaborou Luís Gama (V.), em 1864, e trabalhou em *O Cabrião*, em 1866, com Antônio Manuel dos Reis, Américo de Campos e outros. Fugindo de vingança, transferiu-se em 1868 para o Rio, onde colaborou no *Arlequim*, na *Vida Fluminense* e no *Mosquito*, depois a cargo de Bordalo Pinheiro e Manuel Carneiro. Fundou a *Revista Ilustrada* (V.), que manteve de 1876 a 1891, onde combateu a escravidão, como fizera naqueles periódicos em que colaborou. Numa homenagem que lhe fez a Confederação Abolicionista (V.), em 1888, disse Joaquim Nabuco: "Ângelo, em nome dos teus companheiros de luta, em nome da liberdade, em nome do Brasil, declaro-te brasileiro". Dias depois, Agostini naturalizou-se, ocasião em que Nabuco proclamou: "O seu título é a mais alta adoção que se possa imaginar, a de uma raça que adota um dos seus redentores, de uma pátria que perfilha um dos seus criadores". Mestre da caricatura, jornalista, Ângelo Agostini enobrecer a sua profissão e assinalou com a *Revista Ilustrada* um dos grandes momentos da imprensa brasileira.

AHUNA. Um dos líderes da Grande Insurreição (V.) de 1835 em Salvador (Bahia), considerado um dos seus mais influentes líderes, sendo chamado pelos negros de "maioral". Há quem o chame também de Aluma. Era nagô e tinha no rosto quatro cicatrizes tribais. Nada se conhece de seu senhor, mas sabe-se que morava numa roça na rua das Flores, perto do Pelourinho. Frequentou o Recôncavo, possivelmente para aliciar novos adeptos para o movimento. Segundo J. J. Reis (1986), antes Ahuna havia sido enviado para o local algeado, acusado pelo dono de algum pequeno crime doméstico. Foi acompanhado no episódio por diversos companheiros. Como diz o mesmo historiador: "A notícia se espalhou rapidamente entre os africanos. O escravo nagô Dada admitiu que 'ouvira dizer por outros negros que Ahuna tinha sido mandado por seu senhor para o Engenho que eles falavam porque é negro que os outros amam' [...] Alguns dias antes do levante, Ahuna era novamente notícia: retornara de Santo Amaro. Sabemos da boca de muitos africanos presos que ele representava um elo importante da trama conspirativa, um elemento muito importante mesmo. [...] O curioso sobre Ahuna é que ele foi o único líder malê que os africanos em seus depoimentos

qualificaram de 'maioral', apesar dos frequentes comentários que fizeram a respeito de outros alufás (V.). Ele era, talvez, o homem chave em 1835. É possível que Ahuna tenha sido o *almami* da Bahia (caso houvesse um) àquela época, talvez o mesmo Mala Mubakar [...] Uma outra possibilidade é que fosse um *babbá malâmi* ou um 'grande malam', na expressão hauçá. Como ele não foi preso, nunca teremos certeza de sua identidade. Nina Rodrigues o confundiu com um outro Ahuna feito prisioneiro em 1835: o liberto mina Pedro Lima, que pertencera a um padre de Santo Amaro. Mas é óbvio que, se se tratasse da mesma pessoa, as autoridades baianas não teriam deixado escapar a oportunidade de vasculhar a vida de Pedro, como fizeram com outros mestres. Além disto, as duas personagens eram diferentes em aspectos fundamentais: um, escravo Nagô, outro, liberto mina. O maioral Ahuna permanece então um enigma". **Bibliografia.** REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês* (1835). São Paulo, Brasiliense, 1986.

ALAGOA, QUILOMBO DA. Quilombo existente na Ilha do Desterro em Santa Catarina, que, segundo Walter Piazza (1975), deu "pano para as mangas". Com o objetivo de combater este quilombo e outras organizações de grupos quilombolas naquela capitania, seu ouvidor tomou providências acauteladoras e enviou recomendações nos seguintes termos:

II.^{ma} Ex.^{ma} Sr. Tenho de ponderar V. Ex.^a por serviços de Sua Majestade que tendo crescido consideravelmente o número de negros fugidos, que achando nos bosques um seguro asilo da sua liberdade aí se têm associado em corporações ilícitas e reprovadas, trazendo elas consigo a perturbação dos direitos sociais, e do sossego destes povos, que Va. Ex.^a tão humanamente governa, e competindo a mim, como Intendente Geral da Polícia neste Território providências sobre isto, tenho de rogar a V. Ex.^a que ordene a todos os Comandantes dos Destacamentos deste Termo, que todo o negro, que for apanhado ou encontrado sem escrito do seu Senhor sejam por eles presos e remetidos para eu os castigar; porque semelhante Providência eu faço a correr pelos Juizes Vintenarios, devendo V. Ex.^a persuadir-se que esta minha lembrança faz-me muito proveitosa ao plano que eu tenho tomado, relativo ao papel incendiário que por V. Ex.^a me foi remetido ontem. Deus guarde V. Ex.^a muitos anos. De V. Ex.^a — II.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. D. Luís Maurício da Silveira. as) O Juiz de Fora Ovídio Saraiva de Carv. e Sá.

Ainda segundo Piazza, na repressão a esse quilombo “houve choques de melindres entre o juiz-de-fora dr. Francisco José Nunes e o Presidente e membros da Junta do Governo extravasados em officios”. O certo, porém, é que outros quilombos deviam ter existido para motivar a criação de um regimento de capitães-do-mato. Os seus membros deviam:

Todas as vezes que apanharem escravos fugidos assim ri-beirinhos como de quilombos os escravos que de outras terras venham a estas evitando com essa diligência as mortes e roubos e perturbações semelhantes costumam fazer. Tanto que tiverem notícia que andam alguns escravos farão toda a diligência para os apanharem e assim mais tendo notícia de que há quilombos ajudarão os seus soldados e pedirão ajutório à Justiça e irão dar neles e de todo escravo que apanhar nele haverão dez mil-réis de salário e tomadia e assim mais todas as armas que no dito quilombo apanharem advertindo que para dizer quilombo há de ser rancho, negros, negras, armas, ferramentas, panelas, pilão e resistindo os ditos escravos com armas de fogo e flechas ou outras armas com que possam matar os ditos capitães-de-mato ou soldados, estes os poderão matar sem que por isso se lhe peça conta alguma nem se lhe faça crime algum e lhes cortarão a cabeça e apresentarão a este Senado que lhe dará do seu salário por cada cabeça 4\$000. Por cada escravo ribeirinho que apanharem desde o Saco de Tracubi até o Rio Prejubaé, pelo morro da vila, 1\$280. Pelo escravo que apanhar de Caiacanga, Freguesia da Lagoa, de São José, Cacupé 2\$560. Pelo escravo que se apanhar dessas paragens para fora e de barra dentro 5\$000. Que todos os escravos que apanharem só poderão ter em sua casa em prisão segura vinte e quatro somente dos quais escravos darão parte aos seus senhores para os ir buscar e lhes pagar o salário e não o fazendo no devido tempo os trarão à cadeia desta Vila donde não sairão sem que primeiro se entregue ao carcereiro o salário que pertencer aos ditos capitães-de-mato e o carcereiro que o contrário fizer lhe será dado em culpa e pagará o salário de sua algebeira aos capitães-de-mato. O mesmo se praticará com as mais pessoas que por novo Regimento ou mandado trouxerem os escravos a esta cadeia e apanhando alguns escravos que suspeitem andem fugidos e dando para o seu senhor e este diga que não anda fugido por via de lhe não pagar, irá soltar onde o seu senhor o não veja para ele ir aonde quiser e constando com reincidência, pagarão a tomadia em dobro. Que qualquer pessoa do povo que achar escravo fugido poderá prender e haverá de tomadia 1\$280. E para que chegue a notícia a todos se dará este regimento aos capitães-de-mato

e se pregará outro no Pelourinho desta Vila. Cumpram-se como nele se declara. Dado e passado nesta sobredita Vila, em Câmara, aos 19 do mês de fevereiro de 1752. Eu, João Soares Lima Escrivão da Câmara o escrevi. João S. Lima.

Como vemos, mesmo onde o número de escravos não era ponderável, como no território do atual estado de Santa Catarina, os escravos se revoltavam e o aparelho repressor se organizava em milícias de capitães-do-mato para combatê-los. **Bibliografia.** PIAZZA, Walter. *O Escravo numa Economia Minifundiária*. São Paulo, Udes/Resenha Universitária, 1975.

ALBUQUERQUE, ANTÔNIO PEDROSO DE. Comerciante baiano, que, acumulando fortuna, se destacou no comércio de escravos na Bahia. Foi assim descrito por Francisco Marques de Góes Calmon (1925): “Era uma figura do tipo monopolista. Tomava tudo em pagamento das importantes dívidas que tinham contratado com ele os proprietários dos engenhos de açúcar. Tornava-se proprietário desses engenhos de açúcar, recebia terras de todas as partes, vilas de casas inteiras, construía outras, aceitava garantias hipotecárias, ouro, prata e os diamantes de antigas e importantes famílias enchiam seu cofre”. Segundo Pierre Verger (1987), há registros de 31 partidas de navios negreiros de sua propriedade, dos quais apenas quatro foram apresados pelos cruzadores britânicos. Entre eles estava o famoso *Príncipe da Guiné* (V.), comandado por Manuel Joaquim d’Almeida. **Bibliografia.** CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-financeira da Bahia (Elementos para a História) de 1808 a 1899*. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1925; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

ALÇADO. Escravo fugitivo de charqueadas ou fazendas, assim denominado no Rio Grande do Sul. **ALEIJADINHO.** Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, é considerado atualmente a maior expressão das artes plásticas do Barroco mineiro. Sua obra é reputada com unanimidade o maior acervo do período. Foi escultor, projetista de igrejas, dominou com o seu gênio de “anjo e bruxo”, como foi chamado, toda a época em que viveu e produziu. Filho do português Manuel Francisco Lisboa, também ligado às artes plásticas, projetista de igrejas, e de Isabel, sua escrava, nasceu escravo e recebeu aquilo que se denominava alforria de

pia (V.), mas a mãe permaneceu escrava. Lê-se no seu batistério: “Aos vinte e nove dias de agosto de mil e setecentos e trinta, nesta igreja de Nossa Senhora da Conceição, com licença minha, batizou o reverendo Padre João de Brito a Antônio filho de Isabel, escrava de Manuel Francisco Lisboa, de Bonsucesso, e lhe pôs os santos óleos, deu o dito seu senhor por forro; foi padrinho Antônio dos Reis de que fiz este assento. O Vigário Félix de Paiva”. Portanto, como diz Luís F. Papi, seu brilhante biógrafo: “A DPHAN decidiu-se pelo registro de batismo, elegendo o dia 29 de agosto de 1730 como o do nascimento de Antônio Francisco Lisboa [...] Viveu, segundo os seus biógrafos, a mocidade alegremente e com saúde. Sempre afável na intimidade, vai se retirando a partir de 1777, ano em que, segundo Bretas, as moléstias provindas talvez, em grande parte, de excessos venéreos, começam a atacá-lo fortemente. Com a progressão do mal, sente dificuldade em manter-se em pé e passa a andar de joelhos. Cada vez mais esquivo, até os elogios ao seu talento são recebidos com rancor. E o receio a supostas zombarias teriam feito dele um artista mergulhado numa quase clandestinidade “trabalhando às ocultas debaixo de um toldo”, até no interior dos templos. Mas a idéia que se possa ter do escultor encerrado voluntariamente numa redoma logo se desfaz com a informação de que era admirável a coragem e agilidade com que ousava subir pelas altas escadas de carpinteiro graças a um “certo aparelho de couro ou de madeira continuamente aplicado aos joelhos”. De qualquer modo, a doença progredia. E com isso, uma espécie de clausura voluntária torna-se parte dos seus hábitos, embora continue trabalhando. “Raramente era visto nas ruas à luz do dia, pois saía de casa para trabalhar pela madrugada e só voltava tarde da noite, de propósito para fugir à curiosidade pública.” Ainda assim, seu biógrafo descreve-lhe com certa minúcia o vestuário: sobrecasaca azul de tecido grosso, calça e colete, sapatos pretos de formato apropriado para pés deformados. Quando a cavalo, trocava a sobrecasaca azul por um capote preto, “com mangas, gola em pé e cabeção e punha um chapéu de lã parda braguês, cujas largas abas estavam presas à copa por dois colchetes”. Percebe-se, pois, que ele não havia ainda se transformado no monstro que alguns supõem, mas preservava uma certa preocupação

vaidosa com a indumentária. E possuía também condições materiais para satisfazê-la, porque naquela fase já de decadência de Minas Gerais, o Aleijadinho não era artista pobretão. Mário de Andrade afirma mesmo que “Antônio Francisco Lisboa era respeitado. Lhe pressentiam o gênio e se não enriqueceu, de certo foi porque, ver a maioria dos artistas, gastava o que ganhava. E sabe-se também que foi um mão aberta. Se ganhou meia oitava de ouro por dia, como refere Bretas, isso durou algum tempo só, antes da celebridade, ou já quando na reta da morte foi explorado pelo discípulo Justino, na construção dos altares para o Carmo de Ouro Preto. Djalma de Andrade comenta que pelo menos durante os vários lustres de Congonhas (entre 1791 e 1810), o Aleijadinho ganhou bem. E chegou a possuir três escravos e uma escrava”. A opinião de Mário de Andrade, com uma série de dúvidas a respeito da prosperidade e do valor dos seus ganhos, vem ratificar o que Papi escreveu: “Sobre a infância e grande parte da vida de Antônio Francisco existem mais interrogações do que dados. É certo que teve o amparo e orientação do pai, mas ignora-se se foi criado pela mãe e se esta foi alforriada. Além do aprendizado profissional recebeu instrução básica, existindo dele pareceres técnicos reveladores de uma linguagem correta e precisa. Em 1775 nasce no Rio de Janeiro um filho dele e de uma crioula forra, Narcisa da Conceição, que recebe o nome de Manuel Francisco, em homenagem ao avô. Réu de um processo que move Narcisa, vai ao Rio em 1776, não se tendo notícia do desfecho do caso. No censo realizado em Vila Rica em 1804, arrola como dependente o filho de 29 anos, a nora de 34 e um neto de um ano”. A doença já deveria, pois, estar muito avançada porque ele iria morrer quatro anos mais tarde. Para Luís F. Papi, por volta dos quarenta anos os estragos da doença já eram assustadores e ele é apresentado como “um mulato escuro de corpo cheio e malconformado. Seu pescoço curto se esconde sob a cabeçorra de carapinha preta e rosto redondo e barbudo. Tem o nariz adunco, os beiços grossos e as orelhas grandes. O toque repulsivo a essas feições é dado quando, agravando-se a doença, perde os dentes, a boca se entorta, o lábio inferior e o queixo se derreiam e as pálpebras inflamadas se reviram, mostrando a purulência interna e um olhar si-

nistro. Da impressão que causava tal carantonha fala a reação atribuída ao escravo Maurício, que ao ser comprado pelo Aleijadinho tentou matar-se com uma navalha, só por desgosto de ter um amo tão feio". Falece, finalmente, desprezado pelos amigos e pela família, certamente temerosos do possível contágio da doença, na casa de Joana Lopes, depois de uma semi-agonia de quase dois anos, com um lado "horivelmente chagado" e pedindo que a sua vida fosse encurtada o mais brevemente possível. Da sua certidão de óbito consta: "Aos dezoito de novembro de mil oitocentos e quarenta, faleceu Antônio Francisco Lisboa, pardo, solteiro, de setenta e seis anos, com todos os sacramentos; encomendado e sepultado em cova da Boa Morte, e para clareza fiz passar este assento em que me assino. O coadjutor José Carneiro de Moraes" (registrado no Livro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias). Bibliografia. PAPI, Luiz F. *O Aleijadinho: Anjo e Bruxo do Barroco*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1983; ANDRADE, Mario de. *Aspectos das Artes Plásticas no Brasil*. São Paulo, Livr. Martins Ed./MEC, 1975.

ALFORRIA. Ato pelo qual o escravo conseguia a sua liberdade, passando à condição de liberto (V.). Havia várias formas de alforria.

ALFORRIA, A IGREJA E A. A Igreja não tinha o direito de intervir nas alforrias. Perdigão Malheiro cita o privilégio de uma Irmandade de São Benedito que poderia resgatar os seus membros cativos em caso de sevícias ou de venda vingativa do senhor. Todavia, as irmandades religiosas eram associações locais de ajuda mútua sem centralização e por isso não representavam totalmente a política da Igreja Católica, que foi sempre proprietária de grandes plantéis de escravos. V. *Igreja Católica (e a escravidão)*.

ALFORRIA CONDICIONADA. Era uma das formas de alforria gratuita, dada pelo senhor, mas sob a condição de que o escravo prestasse durante determinado prazo serviços a serem cumpridos, ou servisse a determinada pessoa que podia ser o próprio senhor, sua viúva ou algum herdeiro, por vezes até a morte deste.

ALFORRIA DE PIA. Manumissão do escravo feita na época do nascimento, especificamente na pia baptismal. A pessoa assim liberta era chamada "forra de pia". Normalmente, era alcançada mediante o pagamento de uma soma nominal, pequena, muitas vezes simbólica. Em geral, era o pai bio-

lógico que oferecia a soma, ou o padrinho escolhido pela mãe. Sistema de alforria baseado em relações pessoais e em favores.

ALFORRIA, O ESTADO E A. Pela Constituição do Império, como não houvesse nenhuma referência à existência da escravidão, o escravo era igualado a qualquer outro tipo de propriedade. Logo, o Estado não intervinha nas alforrias e, apenas em circunstâncias especiais, a sua ação era sentida. O governo central de D. Pedro I prometeu libertar os escravos que combatessem na guerra da Independência, e o mesmo fez D. Pedro II, com relação à guerra do Paraguai. Preveniam-se apenas os "crimes contra o Estado", tanto que, no período da mineração, no sentido de evitar o contrabando, os escravos eram estimulados a delatar um contrabando de diamantes em troca da alforria. Outro motivo da intervenção do Estado residia nas questões de segurança pública. Nesse sentido, o governo da Província da Bahia prometia, em lei que se seguiu à revolta dos malês em 1835, alforriar os escravos que denunciassem algum projeto de insurreição. De um modo geral, no entanto, o Estado abstinha-se de intervir para não ferir os interesses dos proprietários.

ALFORRIA PAGA. Era aquele tipo em que o próprio escravo, por meio do seu pecúlio pessoal, comprava a liberdade.

ALFORRIA, REVOGAÇÃO POR INGRATIDÃO. Era permitida a revogação da alforria voluntária por ingratidão do escravo ou calúnia contra o seu senhor. Esse dispositivo era tão amplo que abrangia até a ingratidão verbal. Vigorou até a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871. Conta-se o caso de um escravo alforriado do Convento do Carmo, em Salvador (Bahia) que, em 1795, foi reescravizado por desobediência e calúnia contra os seus ex-senhores, "incurso na pena da lei como ingrato ao benefício da liberdade".

ALICALI. Diretor espiritual entre os malês, negros islamizados que existiram na Bahia, no Rio de Janeiro e em Alagoas e menos significativamente em Minas Gerais. Com sua deportação para a África, especialmente após a insurreição de 1835, na Bahia, e com a extinção da escravidão, não se têm mais notícias desses sacerdotes negros.

ALIMENTAÇÃO. Muito já se romantizou sobre o assunto; chegou-se mesmo a afirmar que, durante a escravidão no Brasil, era o escravo o membro mais bem alimentado. Criou-se uma lenda de

que o escravo brasileiro era bem nutrido, tinha uma dieta rica em proteínas, cálcio, originando-se daí o fato de terem os dentes fortes e brancos. Alguns sociólogos chegaram a afirmar que a alimentação do escravo era tão abundante que faria inveja a um trabalhador dos nossos dias. No entanto, nada disso é comprovado pelos fatos. A alimentação do escravo era composta de quantidade e qualidade insuficiente e precária. Sua dieta era, em geral, miserável, pobre e escassa. Muitos senhores obrigavam-no a plantar pequenas roças para sua subsistência. Alguns escravos comiam barro para completar a alimentação. Sobre isso escreve Josué de Castro (1936), falando das crianças dos engenhos do Nordeste:

Não é senão a fome parcial de cálcio que leva muitas crianças a comerem terra e cal das paredes. Hábito que o organismo impõe como um reflexo de defesa e não como um simples vício adquirido como se pensou durante muito tempo e pensam ainda hoje os menos avisados. Nos tempos coloniais, os viajantes estrangeiros notaram com muita frequência este hábito nas crianças dos engenhos do Nordeste e o atribuíram ao contato íntimo dos meninos brancos com os moleques pervertidos que lhes transmitiam o vício africano. Um dos que assim pensaram foi Henry Koster em 1817. E no entanto esses pobres moleques caluniados quando comiam seus bolãozinhos de barro estavam apenas a corrigir instintivamente a alimentação incompleta que a monocultura da cana-de-açúcar impunha à população dos engenhos. Estavam a merecer em lugar de reprimendas elogios pela presteza com que se medicavam; ou merecer mais ainda um bom copo de leite diário que os tiraria desse "vício", com muito mais presteza do que as horríveis máscaras de flandres que lhes eram afiveladas às carinhas negras, como mordaca em boca de cachorro mordedor ou ladrão, ou os intermináveis castigos de dias e dias a fio pendurados dentro de um enorme balaio até que largassem o vício abominável.

Esta situação de extrema carência era, no entanto, apresentada de forma romantizada por Gilberto Freyre, quando afirma que os escravos brasileiros eram bem alimentados. Para refutar esta tese, Amauri Porto de Oliveira (*apud* Castro, 1936) reuniu vasto material: "Já na obra publicada em 1771, *Cultura e Opulência*, dava Antonil uma visão muito crua da alimentação dos escravos nos engenhos do Recôncavo Baiano. A situação era de fome quase absoluta. Alguns senhores mais

avisados davam aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si; essa não era, porém, a regra geral. Era comum os escravos cercarem a casa do senhor, pedindo-lhe a ração de farinha, ou terem de se valer de raízes e caranguejos apanhados ao acaso". Igual situação será registrada por Luís dos Santos Vilhena, nos últimos anos do século XVIII: "dever-se-ia de justiça e caridade providenciar sobre o bárbaro e cruel e inaudito modo como a maior parte dos senhores tratam os seus desgraçados escravos de trabalho. Tais há que não lhes dando sustento algum lhes facultam somente trabalharem no domingo ou dia santo em um pedacinho de terra a que chama 'roça', para daquele trabalho tirarem sustento para toda a semana, acudindo somente com alguma gota de mel, o mais grosseiro, se é tempo de moagem". Em outros engenhos o tratamento era um pouco menos cruel, mas ainda insuficiente, e só uns poucos eram os escravos tratados com humanidade e caridade cristã. Esses últimos, no entanto, eram os senhores mais pobres e menos enfatuados — depoimento que contrasta com uma outra tese do sr. Gilberto Freyre: a de que os escravos eram mais bem tratados nos engenhos e fazendas dos senhores mais poderosos. A mesma condição de fome iria ser encontrada já no século XIX, em Pernambuco, por Koster e Tollenare. Tratando dos canaviais, o primeiro viajante registrou apenas duas refeições diárias, acrescentando: "Não creio que a alimentação fornecida aos escravos seja em suficiente quantidade e com virtudes proporcionalmente nutritivas em relação ao trabalho que se exige deles e é indubitável que não resistiriam se não procurassem nos dias especiais que lhe são facultados, um suplemento à cota de ração que o amo lhes dá. [...] Os dos algodoais são um pouco mais mal alimentados e estão frequentemente expostos à fome e à falta d'água nos tempos de seca [...]". Também na zona da mineração Mawe registrou o mesmo fato, como, por exemplo, ao se referir aos escravos do Tijuco: "Se bem que o intendente atual tenha melhorado um pouco a alimentação dos negros, mandando dar-lhes diariamente carne fresca, o que não acontecia sob o governo dos seus predecessores, pesa-me dizer que são mal e mesquinamente alimentados. E, finalmente, com relação à terceira grande zona de produção neste início do século XIX — a dos canaviais cam-

pistas – é a própria bibliografia brasileira que nos fornece indicações. Em livro publicado em 1834, Antonio Moniz de Souza anotava duas refeições para os escravos na zona de Campos e isto num regime de trabalho de 18 a 20 horas. O mesmo seria denunciado pelo Barão de Pati do Alferes, em trabalho de 1847: “Alguns agricultores adotaram, há tempos a esta parte, o costume de dar só duas comidas aos escravos, dando-lhes às 10 ou 11 horas o almoço e o jantar às 5 horas da tarde”. Os últimos quarenta anos de existência da escravidão no Brasil, ou seja, a partir da extinção do tráfico, presenciaram uma certa melhora na alimentação dispensada aos escravos da produção. Melhora, todavia, que não foi nem geral nem nas proporções que dá a parecer o trecho de Peckolt, que é a documentação única do sr. Gilberto Freyre, para afirmar que era uma alimentação “farta e reparadora”. Herbert Smith em obra de 1878, *Brazil, the Amazon and the Coast*, constatou a seguinte dieta alimentar para os escravos dos cafezais paulistas, num regime de trabalho de quase dezessete horas: “Às quatro horas da madrugada todos os escravos são reunidos a fim de entoarem rezas, depois do que se põem em filas para irem trabalhar. Às seis horas, dão-lhes café; às nove horas, almoçam carne-seca, farinha de mandioca, feijão e broa de milho; ao meio-dia tomam uma pequena porção de aguardente; às quatro horas, jantam, precisamente como no almoço, e, como este, é servido ao ar livre, com a menor interrupção possível de trabalho – trabalho que ainda ia se prolongar até as nove horas da noite”. E, em 1865, Manoel da Gama Lobo, em memória publicada nos *Anais da Biblioteca da Medicina*, acerca da “oftalmia brasileira”, declarava: “Nós pensamos que a causa dessa oftalmia é a falta de nutrição conveniente e suficiente a que estão submetidos os escravos dos fazendeiros. Fazendas há nas quais a alimentação dos escravos consiste na comida diária em feijão com angu tendo apenas os escravos uma quarta parte de carne-seca, uma ou duas vezes por semana, quando muito, para a sua alimentação. Esse tratamento é o dos melhores senhores porque alguns outros dão a seus escravos ora feijão e angu com pequena quantidade de toucinho, ora abóboras cozidas com angu. Daí vem que em muitas fazendas se acham opilados e incapazes de prestar o menor serviço; entretanto, se

a alimentação fosse boa e eles fossem bem alimentados, não só as moléstias seriam em menor número como o trabalho duplicado em consequência da força dos trabalhadores”. Esse estado de coisas acarretou o crescimento negativo da população escrava, conforme pronunciamento de vários parlamentares durante a discussão da Lei do Ventre Livre. Antonil, por sua vez, afirmava que no Brasil costumam dizer que para o escravo são necessários três P: pão, pau e pano: “E posto que comecem mal, principiando pelo castigo, que é o pau; contudo prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer, e o vestir, como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer coisa, ou levantada e com instrumentos de muito rigor, ainda quando os crimes são certos; de que não se usa nem com os brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo, que de meia dúzia de escravos: pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor; e sela e freio dourado. [...] Os domingos e dias santos de Deus eles os recebem: e quando seu senhor lhes tira, e os obriga a trabalhar, como nos dias de serviço, se amofinam e lhe rogam mil pragas. Costumam alguns senhores dar aos escravos um dia em cada semana, para plantarem para si, mandando algumas vezes com eles o feitor para que se não descuidem: e isto serve para que não padeçam de fome, nem cerquem cada dia a casa do seu senhor pedindo-lhe a ração de farinha. Porém não lhes dar farinha nem dia para a plantarem; e querer que sirvam de sol a sol no partido, de dia e de noite e com descanso no engenho como se admitirá no tribunal de Deus sem castigo?”. Não é outra a posição de Jorge Benci quando diz no capítulo “Do sustento que devem o senhores aos escravos” de seu livro *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*: “Sendo porém a obrigação que têm os senhores de sustentar os escravos, imposta pela lei natural; e tão autorizada pelo Direito Humano e muito mais pelo divino; é contudo tal a crueldade de alguns senhores que até o sustento, que tão liberalmente dão aos animais brutos, negam aos cativos. Quem não vê (diz Santo Ambrósio) como nas casas de alguns senhores andam muito luzidios e gordos os cães; e pelo contrário pálidos e amarelos os servos e tão consumidos de fome, que se não podem ter em pé. Há tal desigualdade! que seja possível que se não falte nos brutos com o

sustento, ainda à custa do escravo; e que se não dê ao escravo, que é homem racional e cristão, o que se dá aos brutos! E já que aos servos se lhes dá o trabalho, *opus*, não é mais que tirania e bárbara injustiça negar-lhes o sustento dos que trabalham?”. Estes dois últimos depoimentos, de jesuítas por sinal, retratam a situação alimentar do escravo brasileiro. Há situações, porém, em que a realidade é mais dramática do que o cotidiano. Adhemar Vidal assim descreve um desses casos no Nordeste: “A comida era jogada no chão. Seminus, os escravos dela se aproveitavam num salto de gato, comida misturada com areia, engolindo tudo sem mastigar porque não havia tempo a esperar diante dos mais espertos e mais vorazes. Daí o costume que se nota entre pessoas da mais alta representação social: quando comem não mastigam, só fazem engolir. E o que é mais interessante – essas pessoas pertencem a famílias que outrora possuíam grandes rebanhos de escravos”. Debret também afirma que a alimentação dos escravos cariocas era insuficiente. Diz ele que os escravos das fazendas alimentavam-se com dois punhados de farinha seca, umedecidos na boca pelo suco de laranjas e de bananas, fato corroborado por Luiz Edmundo. Este informa que, por espírito de sórdida economia, atendendo ao preço verdadeiramente irrisório, na época, das nossas frutas, os senhores em geral alimentavam os seus cativos com laranja, banana e farinha de mandioca. Comida de negro brabo: “Quatro laranjas num gaio, / Uma cuia de farinha, / Cinco ponta de vergaio”. Esta era a situação alimentar do escravo negro brasileiro. **Bibliografia.** CASTRO, Josué de. *Alimentação e Raça*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1936; VIDAL, Adhemar. “Quatro Séculos de Escravidão na Paraíba”. In: *Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

ALIOTH, O. Órgão da imprensa, de tom republicano-liberal, de propriedade de Francisco Gaspar e Arlindo Carneiro. Em seu quarto número escrevia que “a questão que mais se agita no país, nestes últimos tempos, é da substituição do braço escravo. E deste modo, a imigração para o Brasil vai se avolumando cada vez mais. Não se trata, porém, de conservar o escravo, hoje livre, e sim substituí-lo pelo colono. O que fará, então, o governo dessa pobre gente? Ontem, vítima do azorague, hoje condenada pela inépcia de quem dirige os destinos dessa terra!”. É interessante notar

que o jornal era escrito em *volapuke*, língua auxiliar de comunicação internacional cujo nome era composto de *world* (mundo) e *speak* (fala) e foi lançado em 1879 pelo alemão Johann Martin Schleyer (1831–1912).

ALJUBE. Prisão destinada inicialmente a condenados pela Justiça eclesiástica, inclusive mulheres apenadas por traição aos maridos (crime de adultério). Passou a ser usada para a reclusão de presos comuns. No Rio de Janeiro, ficava localizada numa esquina da atual rua do Acre. Para lá passaram a ser remetidos escravos insubmissos ou desobedientes aos seus senhores, lotando-o a ponto de, em 1850, o ministro da Justiça, Eusébio de Queirós, tentar proibir o envio de mais escravos para aquela prisão. Em 5 de janeiro de 1850, ordenou ao Chefe de Polícia: “convém proibir absolutamente a reclusão de escravos no Aljube, a não ser que para a formação de culpa; a prisão que é própria para eles é o calabouço (V.). Ao carcereiro V. Sa. ordenará positivamente que lhe dê conta dos escravos recolhidos sem crime, a fim de que V. Sa. advirta a autoridade que o tiver recolhido”. A remoção dos escravos do Aljube para o Calabouço, que fazia parte da Casa de Correção, permitia ao Estado empregá-los em obras públicas, além de cobrar dos seus senhores as despesas com alimentação, vestuário etc, que alegava ter gasto com eles.

ALMEIDA, JOAQUIM D'. Africano de Mali, permaneceu por longo tempo na Bahia, entre 1835 e 1845, ganhando muito dinheiro com o tráfico de escravos. Após ter vivido vários anos no Brasil, construiu a primeira capela católica em Mali, a Confraria do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos (V.). Foi tamanha a participação de Joaquim d' Almeida no tráfico de escravos que figurou na comunicação do cônsul da Bahia, de 18 de março de 1853, como um dos “agentes da costa da África que possuíam instalações do abominável do comércio de escravos”. Em seu testamento, transcrito por Pierre Verger (1987), encontramos várias informações que comprovam a dimensão das suas atividades:

Joaquim de Almeida, testamenteiro. Em nome de Deus, Amém. Eu, Joaquim de Almeida, nascido na Costa da África, liberto, encontrando-me atualmente nesta cidade, em estado celibatário, e estando no ponto de partir para a Costa da África, não tendo mais a garantia de continuar em vida

durante esta viagem, decido fazer meu testamento. Última e derradeira vontade, visto que tenho toda a minha razão e meu bom senso. 1ª – Se eu morrer fora desta cidade, rezarão aqui, para o repouso de minha alma, quatro missas de capela e mais duas missas pela alma de Quitéria Nunes de Jesus, e duas outras pela alma de Damiana, e duas outras por Antônio dos Anjos, todas com esmoladas (feitas com patacas). No dia que fizer um ano que terei falecido, far-se-á um ofício com cantos no convento de São Francisco desta cidade, e no fim do ofício, dividirão aos pobres que estiverem assistindo noventa e seis mil-réis, a esmola sendo de uma pataca para cada um dos pobres. E no caso que eu faleça nesta cidade, far-se-á um outro ofício de corpo presente, com as mesmas esmoladas para os pobres. Meu corpo será amortalhado no hábito dos Religiosos de São Francisco e enterrado no mesmo convento desta cidade, e com 25 missas de corpo presente. 2ª – Que sejam meus executores testamentários em primeiro lugar o Sr. Manuel Joaquim de Almeida, que foi meu patrão, em segundo o Sr. Caetano Alberto da França, e em terceiro lugar o Sr. Brunno Alves Nobre e àquele que aceitar ser testamenteiro, lhe deixo como dote um conto de réis. 3ª – Declaro que os bens que possuo são os seguintes: soma de 4 721 850 réis, valor do interesse de um oitavo da carga da escuna *Sarda*, cujo capitão é Nicolò Besso, e caixa nesta cidade o Sr. Joaquim Alves da Cruz Rios, o qual vaso partiu para a Costa da África em outubro do corrente ano [1844], aos cuidados de Querino Antônio. 4ª – Declaro que possuo a mais o valor de 36 escravos em Havana nas mãos do Sr. José Masorra, sobre os quais dei ordem de enviar o montante (do valor) de 26 escravos ao Sr. Joaquim Alves da Cruz Rios nesta cidade, o sobredito primeiro executor testamentário. 5ª – Declaro que possuo a mais em Pernambuco nas mãos do Sr. Manoel Joaquim Ramos e Silva o valor de 20 escravos. Dei a ordem de remeter o montante ao Sr. Joaquim Alves da Cruz Rios, nesta cidade. 6ª – Declaro possuir em meu poder nove escravos: quatro mulheres e cinco homens, que são os seguintes: Marcelino, de nação jeje, João, de nação nagô, Felipe, da nação nagô, David, de nação nagô, Feliciano, da nação nagô, Felismina, da nação mina, Maria, da nação jeje, Jesuina, da nação nagô. 7ª – Declaro que possuo a mais uma pequena casa térrea, situada na rua dos Ossos, na paróquia de Santo Antônio Além do Carmo, que está limitada de um lado pela casa de D. Ursula e de outro pelo Jardim de Maria da Conceição. 8ª – Declaro deixar ao Sr. Manuel Joaquim de Almeida, que foi meu patrão, meu primeiro executor testamentário, a soma de oitocentos mil-réis, independentemente à soma de um conto de réis que deixo de dote ao meu executor testamentário. 9ª – Declaro que devo à Sra. Tomásia de Souza, africana liberta, da nação jeje, vivendo atualmente na Costa da África, a soma de quatro

contos de réis, que dita Sra. Tomásia me emprestou sem exigir de mim nenhum documento, por isso meu executor testamentário deverá pagar imediatamente à dita Sra. Tomásia de Souza Paraíso esta dívida: 10ª – Declaro que devo igualmente ao Sr. Joaquim Alves da Cruz Rios a soma de seiscentos mil-réis, devo igualmente aos meus afilhados Manoel e Justina, todos dois filhos do meu compadre Benedito Ferraz Galliza, africano liberto de nação jeje, e de Henriqueta Joaquina de Bonfim, igualmente africana liberta de nação hauçá. Devo igualmente à Sra. Maria Costa Franco cem mil-réis, soma que meu executor testamentário pagará imediatamente. 11ª – Declaro que meu executor testamentário, libertará imediatamente às custas dos meus bens a negra africana Rosa, de nação nagô, escrava do Sr. Raposo Ferreira, lhe pagará depois da sua libertação duzentos mil-réis em alívio de minha consciência pelos bons serviços que me ofereceu. No caso em que tenha mudado de casa nesta cidade ou fora dela, o executor testamentário fará toda diligência para libertá-la às custas de meus bens, e no caso em que ela seja libertada antes de meu falecimento, meu executor testamentário lhe pagará às custas dos meus bens o valor de sua libertação, independentemente dos duzentos mil-réis que acima lhe faço pagar. Igualmente, meu executor testamentário libertará imediatamente às custas de meus bens minha escrava Felismina, de nação mina, e da mesma maneira ele libertará minha outra escrava Benedita, de nação nagô; estas duas escravas gozarão sua liberdade pelos bons serviços que me prestaram. 12ª – Declaro a mais que o meu executor testamentário dará às custas de meus bens, para a pequena crioula menor Benedita, filha da negra jeje Francisca e criada pelo Sr. Francisco Simões, a soma de seiscentos mil-réis pela sua liberdade, e no caso em que seja libertada antes do meu falecimento, ela receberá aquela soma de seiscentos mil-réis quando tiver atingido a maioridade, e aquela quantia será colocada em depósito público; assim igualmente ao meu afilhado Félix, pequeno crioulo menor, filho de minha comadre Alexandrina, igualmente crioula, a soma de cinqüenta mil-réis quando tiver alcançado uma idade suficiente para recebê-la. Meu executor testamentário pagará também às custas de meus bens para a crioula Luísa Felipa de S. Tiago a soma de cem mil-réis, da mesma maneira pagará ao meu mestre Nicasso Alves duzentos mil-réis, tudo para alívio da minha consciência. 13ª – Declaro mais que possuo um quarto de carregamento da escuna *Sarda* que está presentemente na cidade e pronta para partir para a Costa da África, na qual parte na qualidade de caixa, para fazer a negociação em África de todo o carregamento, o Sr. Joaquim Alves da Cruz Rios sendo caixa nesta cidade; levo também naquele mesmo vaso, investido em diversas mercadorias e sem participação de ninguém, por minha conta e risco, o

valor de sete contos de réis. 14ª – Uma vez realizados os pagamentos e outras disposições: primeiramente, meu executor testamentário deixará como herdeiro das duas partes de meus bens, em primeiro lugar o menor Sotero, filho de minha escrava Felismina, de nação mina, que faço libertar; o menor já está livre desde o seu batismo e nomeio como seu tutor em primeiro lugar meu primeiro executor testamentário, em segundo lugar meu segundo executor testamentário e em terceiro lugar meu terceiro executor testamentário. Em segundo lugar, de meu herdeiro menor eu instituo a Sra. Tomásia de Souza Paraíso já mencionada, e instituo um herdeiro do terço, em primeiro lugar a menor Benedita, filha de negra jeje Francisca e criada pelo Sr. Francisco Simões, já mencionado, e nomeio como seu tutor os mesmos, que para o primeiro herdeiro das duas partes e bens, visto que não tenho nem descendentes nem ascendentes que de direito pudessem herdar das duas partes de meus bens, e em segundo lugar de meu terço, instituo o Sr. Miguel Joaquim de Almeida. Desta maneira terminei meu testamento, que desejo ver inteiramente executado. Solicito às Justiças de Sua Majestade Imperial que se dignem fazer executar e conservar tudo o que se acha por ser minha última e derradeira vontade testamentária. Pedi ao Sr. Guilherme Martins do Nascimento que a escreva por mim, e após tê-la lido, e achando-a conforme em tudo que eu ditei, assinei-a com a assinatura que utilizo. Na Bahia em 17 de dezembro de 1844. Aberta na Bahia em 9 de julho de 1857. Aceita na Bahia em 11 de julho de 1857, Caetano Alberto de França. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

ALMEIDA, MANUEL JOAQUIM D'. Capitão e negociante que alternava sua permanência entre a África e a Bahia. Segundo seu testamento, feito em 16 de outubro de 1854, nasceu em Pernambuco em 1791, filho de Joaquim José Henriques e de Josefa Joaquina. Existem registros de suas viagens na Costa da África entre 1814 e 1826. Comandou sucessivamente os seguintes navios negreiros: em 4 de junho de 1814, o *Boa Hora*, de propriedade de Nobre Sobrinho e Moreira; em 7 de março de 1818, o *Paquete da Bahia*, de Nobre Sobrinho Moreira; em 6 de março de 1818, 5 de agosto de 1818 e 21 de junho de 1819, o *Comerciante*, também de Nobre Sobrinho Moreira; em 14 de maio de 1820, o *Juliana*, de Antônio José Teixeira, em 7 de abril de 1821, o *Flor d'América*, de Inocêncio Marques; em 12 de novembro de 1823, o *Minerva*, de João Victor Moreira; em 4 de setembro de 1824 e em 10 de ou-

tubro de 1826, o *Paquete da Bahia*, de João Victor Moreira; em 18 de novembro de 1826, o *Príncipe da Guiné*, de Antônio Pedroso de Albuquerque (Verger, 1987). **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo no Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

ALUÁ, VENDEADORAS DE. Atividade desenvolvida nas ruas do Rio de Janeiro, por escravas de pequenos capitalistas, ou por negras livres. Durante o forte verão no Rio de Janeiro, era grande o consumo de bebidas refrescantes, principalmente do aluá, uma bebida muito fresca, composta de água e arroz fermentado, ou outros elementos fermentáveis, especialmente frutas, ligeiramente acidulada. A vendedora de aluá carregava um pote de barro, um prato, uma grande xícara de porcelana e um coco de cabo de madeira, espécie de colher e ao mesmo tempo medida de capacidade que servia para tirar do pote a quantidade de bebida fermentada suficiente para encher a xícara. Todos esses utensílios eram amarrados e embrulhados em uma toalha carregada à cabeça. As vendedoras de aluá eram famosas pela elegância e limpeza dos seus trajes.

ALUFÁ. Alto sacerdote entre os malês (V.). Dentre eles era escolhido o Delogum. Sobre o seu significado, escreve Rodolfo Reichert (1970): “A palavra alufá deu motivo a muita especulação etimológica. Seu significado original é claro. Deduz-se de forma evidente, de um relatório de Chaudoin: ‘Encontram-se também, no Daomé, alguns muçulmanos chamados pela gente do país de alufás’ [...] Eis o que diz a lenda do Daomé: um dos seus reis partira em guerra, muito longe, no interior do país, onde devia combater um partido de guerreiros muito belicosos; conseguiu fazer prisioneiros alguns deles, e admirado da sua coragem e das suas doutrinas, os indultou e os autorizou a habitar em liberdade o país. Estes alufás estabeleceram-se, conservando a sua religião e os seus costumes, e formaram um pequeno grupo muito solitário, reunido ao redor do seu *muezzin*, que chamava todas as tardes ao pôr-do-sol os crentes para a oração. Vestem grandes camisas brancas com mangas muito compridas [...] No Brasil alufá conservou o marabu, ‘sacerdote’ muçulmano, o que é atestado por Nina Rodrigues, A. Ramos, R. Richard e R. Mendonça. E também no Brasil observamos a mesma aplicação do termo que passou a designar não só o ‘sacerdote’ muçulma-

no, mas todo o grupo religioso. Sobretudo no Rio, ao que parece, foi usado como sinônimo de malê. A observação respectiva de João do Rio, foi repetida por A. Ramos, A. Duarte e outros. Essa tendência à generalização de alguns termos, de uso *partis pro toto*, já evidenciamos várias vezes, por exemplo no caso dos *mu'addib*, *karamo* e *mu'allim*; outros exemplos de tal generalização ou ampliação do sentido original de um termo que menciona A. Ramos: Xangô (= orixá); orixás (= negros que praticam o culto jeje-nagô), em vez de orixás (= santos) etc. A etimologia alufá não é completamente esclarecida". **Bibliografia.** REICHERT, Rodolfo. "Denominações para os Muçulmanos no Sudão Ocidental e no Brasil", *Afro-Ásia*, n. 10-11, 1970.

ALUGUEL DE ESCRAVOS. Escravo que era alugado pelo seu proprietário a um terceiro, mediante acordo ou compromisso contratual público, muitas vezes apenas verbal, no qual se estabelecia o preço e a duração do contrato. Muitos autores o confundem com escravo de ganho (V.). A diferença é que o escravo de ganho mantinha relacionamento de obediência direta com o senhor, enquanto o escravo de aluguel era liberado, por tempo determinado, dessa obediência, ficando subordinado ao seu locatário, com as mesmas obrigações de escravo.

ÁLVARES, DOMINGOS. Escravo negro, natural da Costa da Mina, residiu muitos anos no Rio de Janeiro, onde era bastante procurado para curas com ervas. Atuava como herbolário, fazendo poções, ungüentos e beberagens. Tornou-se um curandeiro famoso, chegando a ser dono de um terreiro (candomblé), onde distribuía "patuás". Foi preso pela Inquisição, processado em auto-de-fé, em 24 de junho de 1744, e degredado para Castro-Marin, Algarve. Tentou em vão convencer os juízes de que eram as ervas que produziam as curas e não pactos demoníacos. No degredo retomou suas atividades, somando-se a elas a adivinhação dos locais onde estariam enterrados tesouros mouros. Foi novamente julgado pelo Santo Ofício, saindo em auto-de-fé em 20 de novembro de 1749.

ALVES, ANTÔNIO DE CASTRO. V. *Castro Alves*.

AMA-DE-LEITE. Escrava doméstica comprada ou alugada ainda no período de aleitamento para amamentar os filhos das senhoras. No início do sistema escravista, especialmente no Nordeste, no período do ciclo açucareiro, eram compradas sis-

tematicamente para esta finalidade. Criou-se um folclore falso sobre esse tipo de escrava, colocando-a como um apêndice da família patriarcal-escravista. A função dessa escrava era amamentar o filho da senhora, descurando, com isso, da sua cria. A função de mãe era assim desarticulada, pois não podia exercê-la simultaneamente, em função da sua especialização na divisão interna do trabalho do sistema. Na última fase da escravidão podemos ver como essa romantização da ama-de-leite se define claramente. Os anúncios publicados nos jornais dessa época mostram muito bem que a atividade de ama-de-leite nada tinha de romântica. Pelo contrário. Era um segmento na divisão do trabalho escravo como qualquer outro. Como escreve com acerto Sônia Maria Giacomini (1988), "os jornais do século XIX pesquisados trazem, em suas seções de anúncios de compra, venda e aluguel de escravos, algumas evidências da negação da mentalidade da escrava. A maioria dos anúncios de amas-de-leite, de forma implícita, ao não se referir à cria, ou explicitamente excluindo a criança escrava, apontam a sistemática separação entre a ama e seu filho, inclusive no período imediatamente após o parto". Exemplos: "Aluga-se uma boa ama-de-leite parida há vinte dias muito carinhosa para crianças" (*Jornal do Comércio*, 1^a 8.1850); "Aluga-se uma preta para ama-de-leite parida há sete dias com muito e bom leite" (*Jornal do Comércio*, 15.8. 1850); "Vende-se uma preta para ama-de-leite do primeiro parto e com 20 dias de parida" (*Jornal do Comércio*, 7.8.1850); "Aluga-se para ama-de-leite uma preta com 15 dias, muito limpa, de muito bom leite e sabe coser e tratar bem as crianças" (*O Anúncio - Folha Diária*, 26.5. 1875). Como se vê, essas escravas anunciadas para serem alugadas ou vendidas separadas das suas crias, eram apartadas, portanto, dos seus filhos. Outras vezes, os anúncios fazem referências às crias, mas ficava a critério do locador ou comprador aceitá-las ou não. Era a ama-de-leite, portanto, uma mera escrava que circulava como mercadoria especializada na divisão do trabalho escravista. **Bibliografia.** GIACOMINI, Sônia Maria. *Mulher e Escrava - Uma Introdução Histórica ao Estudo da Mulher Negra no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1988.

AMARRAÇÃO. Antiga vila do Piauí, atualmente cidade de Luís Correia. Primitiva colônia de pescadores, vindo daí o seu antigo nome, foi a pri-

meira vila piauiense a libertar os seus escravos, em 1886. Era intendente na época Joaquim Rodrigues da Costa, por cujo ato foi condecorado com a comenda de Cristo.

AMAZONAS, MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO. Em 1870, fundou-se, em Manaus, a Sociedade Emancipadora Amazonense, cujo diretor era o poeta Tenreiro Aranha. A partir desse momento, de acordo com Evaristo de Moraes, todos os anos a Assembléia Provincial votou verbas que variavam de 5 a 20 contos, destinadas à libertação de escravos. Em 1882, na presidência do Dr. Lustosa Paranaguá, foram tomadas algumas providências de cunho abolicionista, sobressaindo-se a decretação de pesado imposto sobre a introdução de escravos na Província. O sucessor do Dr. Lustosa, Teodureto Souto, continuou a sua obra, ajudado por abolicionistas entre os quais figuravam Lemos Bastos, Hosamrha de Oliveira, Pedro Aires Marinho, Paulino de Brito, João Lopes Ferreira Filho, Domingos Ferreira do Vale, João Carlos Antony, permitindo que estes e outros realizassem reuniões no palácio da presidência. As lojas maçônicas também muito contribuíram para a aceleração do movimento, principalmente a "Amazonas e a Esperança e Porvir". A 24 de abril de 1884, a Assembléia Provincial autorizou o governo a gastar trezentos contos com alforrias. Colaborou para a decretação dessa lei o deputado provincial Joaquim da Rocha Santos, português, naturalizado brasileiro. A 24 de maio reconhecia-se oficialmente que não havia um só escravo em Manaus, e a 10 de julho declarava-se estar extinta a escravidão na Província do Amazonas. Em consequência dessas medidas a favor do abolicionismo, o Dr. Teodureto foi demitido do cargo.

AMAZÔNIA, A ESCRAVIDÃO NA. Poucos estudos existem sobre a escravidão e as populações negras na Amazônia, e até hoje não houve um levantamento abrangente acerca da introdução dos africanos na região, bem como de sua distribuição, da correspondente divisão interna do trabalho e das diversas etnias que foram trazidas nos tumbeiros (V.). Isto se deve, em grande parte, ao fato de muitos historiadores considerarem que foi insignificante a importância demográfica do elemento negro escravizado na Amazônia, embora tenha sido maior do que se presumiu até pouco tempo. Na região amazonense, o tráfico assumiu várias maneiras: o *asiento* (V.), ou alistamento

compulsório de negros cativos da África, geralmente negociados com contratos da Fazenda Real com particulares nos séculos XVII e XVIII; o estanco (V.), monopólio atribuído às Companhias de Comércio; a iniciativa privada, realizada irregularmente durante todo o período do tráfico; o contrabando e o comércio interno, também de iniciativa particular, que deslocou os escravos da Bahia para o Maranhão e daí para o Pará, através de caminhos terrestres feitos pelos comboieiros (V.). Ainda não se sabe ao certo o número de africanos que entraram como escravos, mas pode ser estimado, conforme Napoleão Figueiredo, em 53 mil. Essa população distribuiu-se pela vasta região amazônica, como mão-de-obra destinada aos diversos serviços exigidos pela produção. Em Belém do Pará, os escravos eram divididos em escravos domésticos: cozinheira, costureira, ama-seca, criadas de servir, integrantes de bandas marciais, porteiros de legislativo, amasadeira de açaí, ou vendedora de tacacá, pedreiros, ferreiros, escultores, torneiros, alfaiates, tecelões, trabalhadores nas construções navais, nas olarias, nos serviços urbanos e de transporte. Em outras áreas como Barcelos, Bragança, Macapá, Boim, Ega, Oeiras, Cametá, Santarém, Serpa, Bujaru, Benfica, Mazagão, Acará, Borba, Vigia, Vila Vistosa, Arari, Vila Nova de Mazagão e outras localidades, eram utilizados nas atividades agrícolas, especialmente nos engenhos de cana-de-açúcar. Esses engenhos localizavam-se principalmente nos limites de Belém, como o Murucutu, Jaguari, no Moju; Carmelo, no Tocantins; Cafezal, nas proximidades da baía de Carnapijô; Palheta, no arquipélago de Marajó e ainda nas áreas das bacias dos rios Acará, Capim, no Moju, Igarapé-Mirim e baixo Tocantins; nos trabalhos de fortificação e também na mineração. No efêmero ciclo da cana-de-açúcar amazonense, os escravos foram usados da mesma forma como na agroindústria do Nordeste. Essa participação apontada por Vicente Salles (1971) teve curta duração, conforme assevera Napoleão Figueiredo. Vamos encontrá-la mais significativamente na pecuária, principalmente na ilha de Marajó, e em missões religiosas que existiam na ilha e em Cachoeira, Condeixa, Chaves, Monsaras, Monforte e Manuá. De modo geral, a escravidão amazonense teve as mesmas características na divisão do trabalho das demais áreas. O escravo de

campo era utilizado nos trabalhos da cana no engenho, enquanto o escravo doméstico podia ser alugado e ter seu trabalho explorado diretamente, ou usado como escravo de ganho, em que lhe era permitido, em troca de certa quantia paga ao seu senhor periodicamente, que trabalhasse como jornaleiro. Belém não se limitava a ser apenas um centro receptor, mas era um verdadeiro entreposto distribuidor de africanos desembarcados diretamente da Guiné Portuguesa, pelos portos de Bissau e Cachau, de Cabo Verde, de Cabinda e de Angola ou diretamente através dos portos do Maranhão, Pernambuco, Bahia e outros portos importantes do litoral brasileiro. Além dessas duas formas de introdução da população negra, havia a corrente migratória composta dos grupos fugitivos das Guianas que se instalaram em território amazônico. A escravaria amazonense, como nos demais pontos do Brasil, no entanto, não se submetia passivamente à sujeição. O movimento da quilombagem (V.) era uma das formas dessa insatisfação permanente e surgiram inúmeros ajuntamentos, grandes e pequenos, de escravos rebeldes. Esses quilombos, como afirma Edison Carneiro, foram “um acontecimento singular na vida nacional, seja qual for o ângulo por que o encaramos. Como formas de luta contra a escravidão, como estabelecimento humano, como organização social, como reafirmação dos valores das culturas africanas, sobre todos os aspectos o quilombo revela-se um fato novo, único, peculiar – uma síntese dialética. Movimento contra o estilo de vida que o branco queria lhe impor, o quilombo mantinha sua independência à custa das lavouras que os ex-escravos haviam aprendido com os seus senhores e a defendia quando necessário com as armas de fogo dos brancos e os arcos e flechas dos índios. E embora em geral contra a sociedade que oprimia seus componentes, o quilombo aceitava muito dessa sociedade e foi, sem dúvida, um passo importante para a nacionalização da massa escrava”. Na selva amazônica dezenas desses grupos de ex-escravos se organizaram, uns com vida efêmera, outros com existência mais prolongada, porém todos atestando o seu inconformismo com o *status* que lhe impuseram. No Pará ficaram célebres os mocambos dos rios Curuá, nas proximidades de Alenquer; Trombetas e Cuminá, nas proximidades de Óbidos e Oriximiná; Tocantins, nas pro-

ximidades de Tucuruí, Mocajuba e Cametá; Gurupi nas fronteiras do Pará-Maranhão. Muitos desses quilombos deixaram vestígios que perduraram e outros resistiram até aos nossos dias. Terminado o tráfico, a população negra amazonense vai perdendo o seu peso demográfico, fato verificável, também, nas demais partes do Brasil. Após a Abolição, ainda segundo Napoleão Figueiredo, os descendentes desses escravos negros começaram a participar de uma sociedade estratificada, formando a base de uma pirâmide social onde se misturam mestiços mamelucos, negros e caboclos que constituem a plebe urbana e rural daquela região. **Bibliografia.** SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

AMBRÓSIO, QUILOMBO DO. O mais famoso e importante quilombo de Minas Gerais, também chamado Quilombo Grande, pelo seu tamanho e duração. Calcula-se que tenha chegado a contar mais de mil habitantes numa sociedade comunitária, com uma complexa divisão interna do trabalho e uma disciplina impecável. Para Waldemar de Almeida Barbosa (1972), minucioso pesquisador da história mineira: “Foi um modelo de organização, de disciplina, de trabalho comunitário. Os negros, cerca de mil, eram divididos em grupos ou setores, trabalhando todos de acordo com a sua especialidade. Havia os excursionistas, os exploradores que saíam em grupos de trinta, mais ou menos, e assaltavam fazendas ou caravanas de viajantes; havia os campeiros ou criadores, que cultivavam o gado; havia os caçadores ou magarefes; os agricultores que cuidavam das roças e plantações; os que tratavam dos engenhos, da fabricação de açúcar, aguardente, azeite, farinha etc. Todos trabalhavam nas suas funções. Tudo era de todos, não havia nem meu nem seu. As colheitas eram conduzidas aos paióis da comunidade. A obediência era cega e o chefe Ambrósio é descrito como o tipo de líder, por sua inteligência, organizadora, sua bravura, ‘homem dotado de todas as qualidades de um bom general’. Havia uma hierarquia administrativa e política, espécie de Estado-Maior, constituído de elementos da confiança de Ambrósio”. Portanto, o quilombo do Ambrósio possuía uma organização dividida em setores: um grupo periférico, inofensivo, que atacava as fazendas e as estradas; um grupo agrícola que se encarregava do plantio, re-

gado e colheita e um grupo administrativo que provavelmente se encarregava de distribuir a colheita depois de tê-la recolhido aos paióis, para a subsistência da comunidade. Quanto à origem do quilombo, nada se sabe ao certo. O mesmo Waldemar de Almeida Barbosa escreve que “a Revista do Arquivo Público Mineiro publica uma lenda [sic] extraída de antigos manuscritos segundo a qual Ambrósio teria sido adquirido por padres jesuítas, no Valongo, Capitania do Rio de Janeiro. E esses jesuítas, tendo fundado uma aldeia no interior do Triângulo Mineiro, o chamado Posto do Tengo-Tengo, teriam depois de concedida a liberdade a Ambrósio e a sua mulher, Cândida, deixado o ex-escravo como o responsável pelo referido posto, situado nas cabeceiras do Quebra-Anzol”. Parece-nos que o Valongo, aqui referido vagamente por Waldemar de Almeida Barbosa, não pode ser outro senão o entreposto do Valongo (V.) existente no Rio de Janeiro até 1831, o que significaria que Ambrósio era africano de origem e teria sido comprado pelos padres naquele entreposto antes do seu fechamento. Isto fica, no entanto, no nível da simples conjectura, levando-se em consideração a dúvida do próprio informante. O certo é que, com a multiplicação cada vez maior de quilombos, pequenos ou médios, no território mineiro, Gomes Freire de Andrade, em março de 1741, baixa um bando (V.), ordenando aos capitães-mores e mais oficiais da milícia do distrito do sertão que combatessem os quilombos que infestavam a região. Com a ação repressiva, muitos habitantes dos pequenos quilombos refugiaram-se no do Ambrósio, que viu assim a sua população aumentada. Ainda Waldemar de Almeida Barbosa, tentando localizar esse quilombo, afirma que “o Sr. Leopoldo Correia, erudito pesquisador, no seu livro *Achegas à História do Oeste de Minas*, cita o trecho de um testamento para concluir que o quilombo do Ambrósio situava-se nas imediações de Formiga”. Eis o trecho referido: “Saibam quantos este instrumento de testamento virem que, sendo no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1814, aos 13 dias do mês de abril do dito ano, nesta fazenda do Quilombo do Ambrósio, de Aplicação de Nossa Senhora da Ajuda dos Cristais, Comarca do Rio das Mortes [...]. Ora, conclui o autor, se a fazenda tem o nome de Quilombo do Ambrósio, logicamente foi aí

nessa fazenda perto de Formiga, que existiu o famoso quilombo”. Em primeiro lugar, é preciso compreender que a expressão “Quilombo do Ambrósio”, pela fama que adquiriu, passou a designar a vasta região. Assim, a fazenda de Constantino Barbosa da Silva localizava-se no Quilombo do Ambrósio; estava situada entre o rio Lambari, afluente do Rio Grande e o Rio Jacaré. No auto da medição da referida sesmaria lê-se: “Aos trinta de maio de 1766 nesta paragem chamada Quilombo do Ambrósio [...]”. Ainda segundo o mesmo autor, “na campanha movida pelas autoridades contra o famoso garimpeiro Capitão Isidoro, houve uma devassa aberta pelas autoridades de São João del Rei; e o preso Domingos Jácome Gonçalves, depondo em 1798, declarou que foi achar o Capitão Isidoro no Quilombo do Ambrósio, que é muito adiante de Bambuí, na Capitania de Goiás; informa ainda que, em seguida, foi para a paragem chamada Quebra-Anzóis, ‘que é três grandes jornadas ou quatro, adiante do quilombo do Ambrósio’”. Na tentativa de localizá-lo, João Dornas Filho (1939) informou que ele se situava entre a Palestina e a Samambaia. Nas suas *Narrativas e Memórias*, Álvaro da Silveira teria de fazer uma localização “completa e perfeita”, na opinião de Waldemar de Almeida Barbosa. Conta Álvaro da Silveira, ainda nas palavras de Waldemar de Almeida Barbosa, que para um trabalho que teve de executar em 1924, entre São Gotardo e Ibiá, foi de carro até certo ponto, chegando aos Olhos d’Água a cavalo. Nas cabeceiras de pequeno afluente da margem esquerda do ribeirão do Quilombo, em uma árvore coberta de capoeiras “existiu o célebre quilombo”, cujo chefe era o negro Ambrósio. Lá se encontram ainda ruínas das obras de defesa e das casas. Nos pontos vulneráveis era o quilombo defendido por valas, verdadeiras trincheiras suficientemente largas e profundas. A mais de dois quilômetros do quilombo, fica um morro pontiagudo utilizado para a sede dos espíões. Chama-se hoje “Alto do Espião”. O espião ficava dentro de um buraco por eles aberto, no alto do morro, e, assim, sem ser visto, desempenhava o serviço de vigilância. Pelo aviso do espião, preparavam-se os assaltos aos viajantes e a defesa contra a força porventura mandada pelas Câmaras que desejavam exterminá-los. Referindo-se às ruínas da defesa e das casas, Álvaro da Silveira termina

declarando que “as admirou com respeito”. Ainda sobre o Quilombo do Ambrósio, os arqueólogos Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna, que fizeram pesquisas arqueológicas no local, situam-no “na Serra da Canastra, a noroeste do município de Campos Altos”. Mais de sessenta anos depois da descrição de Álvaro da Silveira, em 1980, esses arqueólogos ainda encontraram “restos de um fosso, delimitando uma área regular que desconsiderando-se as irregularidades do traçado tem noventa metros de comprimento por setenta metros de largura. Atualmente o fosso apresenta-se em grande parte obstruído pelos deslizamentos das paredes e também pela vegetação que se desenvolveu dentro dele, sendo que algumas árvores atingem vários metros de altura. As dimensões do fosso variam de 1,5 a 2,0 m de largura por 2,0 a 3,0 m de profundidade”. Esses pesquisadores que publicaram os resultados do seu trabalho com o título de *Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais*, e que consideram aquele local como o sítio do Quilombo do Ambrósio, não encontraram lá vestígios ou ruínas de casas. Consideram, por outro lado, que o Quilombo do Ambrósio, pelos documentos existentes, era uma confederação de quilombos cujo centro se localizava no sítio que pesquisaram (V. *Arte quilombola*). O quilombo tornou-se uma ameaça permanente à tranquilidade colonial daquela região mineira e Gomes Freire de Andrade resolveu liquidá-lo em 1748. Mandou preparar uma operação de vulto, dispendiosa, designando o capitão Antônio João de Oliveira Governador e Comandante das tropas expedidas ao Campo Grande. Diz ele: “foi a pessoa de você, por mim eleita, entre tantos oficiais capazes, para comandante desta expedição”. Imediatamente puseram-se em marcha duzentos homens armados somente das Freguesias dos Carijós, Congonhas, Ouro Preto e Prado. Ao capitão-mor de São João del Rei, Manuel da Costa Fonseca, ordenou que fornecesse sessenta homens capazes para a luta, incluindo-se capitães-do-mato. Ao capitão Vicente da Costa Chaves, comandante da expedição de 1743, ordenou que, dentro de sua jurisdição, preparasse também os homens capazes e dispostos para a luta. Outros auxílios foram conseguidos, como o de Antônio da Câmara Portugal, que contribuiu na organização da tropa. Finalmente, com mais alguns elementos de

Vila Rica, estava pronto o exército de quatrocentos homens armados, comandados pelo próprio governador, capitão Antônio João de Oliveira. Uma expedição de tal vulto não podia deixar de ser altamente onerosa e para tanto as câmaras deveriam cooperar com 2 750 oitavas de ouro, total calculado das despesas. Nas razões apresentadas para que as Câmaras contribuísem com as suas cotas, Gomes Freire de Andrade remeteu uma circular onde se lia: “Consta estarem rei e rainha em quilombo a quem rendem obediência e com fortaleza e cautela e petrechos tais que se entende pretendem defender-se e conservar-se e que se acredita, vindo de partes lançadas a roubar, levam lotes inteiros de negros, uns por vontade, outros sem ela, mas faz entender que, passando a nossa tolerância ao diante, veremos sem dúvida o caso sucedido nos Palmares de Pernambuco ou talvez mais sensível”. Como se vê, a República de Palmares (V.) é sempre o elemento comparativo das proporções do perigo que a quilombagem podia proporcionar ao governo e à classe senhorial da época. Pode-se afirmar que os exemplos de Palmares e da revolução do Haiti foram os temas aterradores sempre lembrados. Gomes Freire de Andrade, portanto, fez questão de destacar à Sua Majestade a superioridade militar da expedição em relação aos quilombolas, garantindo com isso sua destruição, pois “um corpo de flechas não tem partido com outro com armas de fogo e parte da tropa coberta de couro cru que defende o tiro de flecha e outra parte armada de baioneta”. A expedição marchou contra o Quilombo do Ambrósio e começou a destruir aqueles que se localizavam na periferia do quilombo principal, encontrando forte resistência. Finalmente, as tropas chegaram ao Quilombo do Ambrósio propriamente dito. Uma parte da guarda retirou-se para as matas; os que ficaram na resistência foram arrasados com armas de fogo e granadas. Como sempre nesses casos, a carnificina foi enorme, não se respeitando mulheres e crianças. A luta durou sete horas, na qual derrotaram os quilombolas e foram feitos inúmeros prisioneiros. A tropa destruiu casas, paióis com mantimentos, armazéns e tudo o mais, numa verdadeira tática de “terra arrasada”. Não se sabe o destino de Ambrósio, mas pouco depois surgiu outro quilombo maior do que o primeiro. V. *Quilombo Grande*. Bibliografia. BARBOSA, Waldemar de

Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972; DORNAS FILHO, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939; GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia Duarte. “Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais”. *Pesquisas (Estudos de Arqueologia e Pré-história Brasileira)*, Instituto Anchieta de Pesquisas. Antropologia, n. 31, 1980.

AMURE. Casamento ou ligação entre os escravos muçulmanos, registrado por Manuel Quirino (V.) na Bahia e por João do Rio, no Rio de Janeiro. O termo deriva do hauçá *amre*, casamento, palavra de origem árabe, mas sob a influência do ioruba *amure*, cinto, faixa.

ANASTÁCIA. Ex-escrava, mártir, atualmente cultuada como santa pelos negros e outros segmentos da população brasileira, especialmente no Rio de Janeiro, onde consta que tenha sido sepultada. Sua veneração é especialmente intensa na Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos daquela cidade. São-lhe atribuídas qualidades milagrosas, havendo testemunhos de cura de doenças ou solução de problemas. Sua biografia é difícil de ser levantada objetivamente. Há quem diga que Anastácia era uma princesa banto, vinda em um navio negreiro como escrava, porém, nunca aceitando essa condição, rebelou-se frequentemente contra os maus tratos e as condições de trabalho sob as quais vivia. Maria Salomé, uma de suas biógrafas, escreve: “[Ela] destacou-se pelo porte altivo, pela perfeição dos traços fisionômicos, jovem de Angola. Era bonita, de dentes brancos e lábios sensuais, onde se notava sempre um sorriso triste. Em seus olhos grandes, havia sempre a rolar uma lágrima silenciosa. Pelos seus dotes físicos, presume-se tenha ela sido aia de uma família nobre que, ao regressar a Portugal, a teria vendido a um rico senhor-de-engenho. Pelo seu novo dono, foi levada para uma fazenda perto da Corte, onde sua vida sofreu forte e brutal transformação. Cobiçada pelos homens, invejada pela mulheres, foi amada e respeitada pelos seus irmãos de dor, escravos como ela própria bem como pelos velhos que nela sempre encontraram a conselheira e amiga. Estóica, serena, submissa aos algozes até morrer, sempre viveu ela. Chamavam-na Anastácia, pois não tinha documentos de identificação por ela deixados na Pátria distante, onde também ficaram seu pai, mãe e um irmão. Foi violentada cruelmente para aumentar o serralho. Assediada

pelo feitor, a quem inspirava paixão mórbida e que a violentou cruelmente, tornando sua vida um martírio, como se não bastasse o martírio da própria escravidão. Perseguida pelos homens da redondeza da fazenda em que vivia, suas noites eram de angústia, medo e vergonha. Sacrificada sua honra, seu corpo, sua dignidade, pela violência dos homens que a disputavam como se ela fosse um objeto à venda. Como consequência inevitável, teve ela muitos filhos. Crianças lindas, de olhos azuis como o azul do céu distante. Anastácia, durante o dia trabalhava no engenho. O caldo de cana lhe era negado como a todos os outros escravos. Certo dia, lhe veio a vontade de provar um torrão de açúcar. Foi vista pelo malvado feitor, que chamando-a de ladra, colocou-lhe uma mordaca na boca. Era a vingança: Anastácia jamais se deixaria beijar. Era ela pura, inocente e casta. Esse castigo era infamante e chamara a atenção da Sinhá Moça, vaidosa e ciumenta, que ao notar a beleza da escrava, teve receio que seu esposo por ela se apaixonasse. Pérfida, sem consultar o esposo, mandara colocar no pescoço da escrava uma gargantilha de ferro. Não resistindo por muito tempo à tortura que lhe fora imposta tão selvagememente, pouco depois a escrava falecia, com gangrena, muito embora trazida para o Rio de Janeiro. O ferro lhe penetrara as carnes, ferindo-a mortalmente. O feitor e Sinhá Moça se sentiram arpoados por um sentimento tão forte de culpa que lhe foi permitido um velório na capelinha da Fazenda. Seu senhor, também levado pelo remorso, providenciou-lhe um enterro como escrava liberta depois de morta. Seu corpo foi sepultado na igreja construída pelos escravos, com seus suores misturados à cal, às pedras e ao óleo de baleia. Foi sepultada por dezenas de escravos”. Como se pode ver, é uma biografia lacunosa, na qual se cruzam os elementos biográficos e míticos. Atualmente na Igreja do Rosário dos Pretos do Rio de Janeiro, ela é venerada como santa milagrosa, apesar dos esclarecimentos da Igreja Católica de que não a reconhece como santa. Mas a devoção persiste e inclusive há uma oração a Anastácia, rezada pelos seus devotos: “Vemos que algum algoz fez, da tua vida, um martírio; violentou tiranicamente a tua mocidade. Vemos também, no teu semblante macio, no teu rosto suave e tranqüilo, a paz que os sofrimentos não conseguiram perturbar. Isto quer dizer:

eras pura, superior e tanto assim que Deus te levou para as planuras do céu e te deu o poder de fazeres curas, graças e milagres. Anastácia, nós te pedimos por nós, protege-nos, envolve-nos no teu manto de graças, com teu olhar bondoso, firme e penetrante. Afasta de nós os males e os maldizentes do mundo". Até agora, no entanto, ainda está por ser realizada uma biografia de Anastácia, baseada em pesquisa histórica e sistemática, com fontes documentais inquestionáveis. **Bibliografia.** SALOMÉ, Maria. *Anastácia a Mártir*. Rio de Janeiro, Elo, s.d.

ANDA. Escravo escolhido pelo senhor para ser o seu lacaiço, condutor permanente de carruagem nos dias de festas ou procissões no Rio de Janeiro. Eram também os que conduziam a cadeirinha do seu proprietário e/ou família. Luiz Edmundo, no livro *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*, assim descreve essa categoria de escravo: "Há grande capricho no vestuário dos andas, que são os lacaios carregadores da condução, escolhidos entre os mais belos e os mais fortes da casa. Fardas da melhor qualidade, cabeleiras vindas da França, embora — pormenor curioso — indefectivelmente descalços, que o pé do africano sempre foi hostil a certos requintes de pano e couro. Nas mãos, porém, não faltam nunca as luvas brancas, em manoplas. O negro, por isso, rejubila, vaidoso e ancho, os dedos suarentos metidos na ardentíssima fomalha. A sátira nas ruas é que não o poupa: Negro de luva / É sinal de chuva". Assim, era uma minoria insignificante no conjunto da população escrava e somente registrada possivelmente no Rio de Janeiro. Na zona rural, os costumes são bem mais rústicos. Era uma espécie de aristocracia escrava que servia, também, para exteriorizar simbolicamente o prestígio dos senhores.

ANDALQUITUCHE. Chefe de um dos quilombos da República de Palmares (V), irmão de Zumbi (V), dentro do sistema de parentesco adotado em Palmares. O seu reduto devia ficar na serra de Cafuchi. Foi um dos guerreiros que luaram até o fim.

ANDARAÍ, QUILOMBO DE. Pequeno quilombo baiano existente no século XVIII, de cuja organização interna se têm poucas informações. Sabe-se apenas que foi destruído, juntamente com o quilombo de Orobó (V), pelo capitão-mor Severino da Silva Pereira, em 1797, o qual demonstrou "atividade e zelo" nessa diligência.

ANDRADA E SILVA, JOSÉ BONIFÁCIO DE. Também conhecido como o "Patriarca da Independência", José Bonifácio, nascido em 1793, é um dos vultos mais controvertidos da nossa história, tendo, inclusive, alguns autores lhe negado merecimento ao título acima. Era homem de ciência, mineralogista, químico, botânico, político, administrador, parlamentar, escritor, poeta e pensador social. Na mocidade foi influenciado pelos pensadores Rousseau, Voltaire, Montesquieu, Descartes, Locke, Leibniz e muitos outros, formando sólida cultura filosófica. Muito cedo emigrou para Portugal, em uma expedição científica, demorando-se na Europa dez anos e exercendo cargos públicos em Portugal. Regressando ao Brasil, engajou-se na política, tendo escrito vários trabalhos entre os anos de 1821 e 1833, dentre eles a representação a Assembléia Constituinte sobre a escravatura, texto que não pôde ser lido em virtude de sua dissolução por D. Pedro I, em 12 de novembro de 1823. Com o fechamento da Constituinte, José Bonifácio foi exilado e a sua representação somente foi publicada em 1825, em Paris (Tipografia de Firmin Didot). Nesse documento, José Bonifácio redigiu algumas normas com vistas à extinção do tráfico de africanos e à abolição paulatina da escravidão. A edição francesa foi feita por um amigo, identificado apenas pelas iniciais A. D., que explicou a causa de sua divulgação: "a necessidade de abolir o comércio da escravatura e de emancipar gradualmente aos atuais cativos é tão imperiosa que julgamos não haver coração brasileiro tão perverso, ou tão ignorante que a negue, ou desconheça. Isto suposto, qualquer que seja a sorte futura do Brasil, ele não pode progredir e civilizar-se sem cortar, quanto antes, pela raiz este cancro mortal que lhe rói e consome as últimas potências de vida e que acabará por lhe dar morte desastrosa". Transcrevemos abaixo, na íntegra, a representação e o projeto de leis sobre a extinção do tráfico e a abolição gradativa do trabalho escravo:

REPRESENTAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL SOBRE A ESCRAVATURA
Chegada a época feliz da regeneração política da Nação Brasileira, e devendo todo Cidadão honrado e instruído concorrer para tão grande obra, também eu me lisonjeio que poderei levar ante a Assembléia Geral Constituinte e Legislativa algumas idéias, que o estudo e a experiência têm em mim excitado e desenvolvido.

Como Cidadão livre e Deputado da Nação dois objetos me parecem ser, fora a Constituição, de maior interesse para a prosperidade futura deste Império. O primeiro é um novo regulamento para promover a civilização geral dos Índios no Brasil, que farão com o andar do tempo inúteis os escravos, cujo esboço já comuniquei a esta Assembléia. Segundo, uma nova lei sobre o Comércio da escravatura, e tratamento dos miseráveis cativos. Este assunto faz o objeto da atual Representação. Nela me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação. Quando verdadeiros cristãos e filantropos levantaram a voz pela primeira vez em Inglaterra contra o tráfico de escravos africanos, houve muita gente interesseira ou preocupada, que gritou ser impossível ou impolítica semelhante abolição porque as colônias britânicas não podiam escusar um tal comércio sem uma total destruição: todavia passou o *Bill*, e não se arruinaram as colônias. Hoje em dia que Wilberforces e Buxtons trovejam de novo no Parlamento a favor da emancipação progressista dos escravos, agitam-se outra vez os inimigos da humanidade como outrora; mas espero da justiça e generosidade do povo inglês, que se conseguirá a emancipação, como já se conseguiu a abolição de tão infame tráfico. E por que os brasileiros somente continuarão a ser surdos aos gritos da razão, e da Religião cristã, e direi mais, da honra e brio nacional? Pois somos a única Nação de sangue europeu, que inda comercia clara e publicamente em escravos africanos.

Eu também sou cristão e filantropo; e Deus me anima para ousar levantar a minha fraca voz no meio desta Augusta Assembléia a favor da causa da justiça, e ainda da sã Política, causa a mais nobre e santa, que pode animar corações generosos e humanos. Legisladores, não temais os urros do sórdido interesse; cumpre progredir sem pavor na carreira da justiça e da regeneração política; mas todavia cumpre que sejamos precavidos e prudentes. Se o antigo despotismo foi insensível a tudo, assim lhe convinha ser por utilidade pública: queria que fôssemos um povo mesclado e heterogêneo, sem nacionalidade, e sem irmandade, para melhor nos escravizar. Graças aos Céus, e à nossa posição geográfica, já somos um povo livre e independente. Mas como poderá haver uma Constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos? Começemos pois, desde já, esta grande obra pela expiação de nossos crimes e pecados velhos. Sim, não se trata somente de sermos justos, devemos também ser penitentes; devemos mostrar à face de Deus e dos outros homens, que nos arrependemos de tudo o que nesta parte temos obrado há séculos contra a justiça e contra a religião, que nos bradam acordes *que não façamos*

aos outros o que queremos que não nos façam a nós. É preciso pois que cessem de uma vez os roubos, incêndios, e guerras que fomentamos entre os selvagens d'África. É preciso que não venham mais a nossos portos milhares e milhares de negros, que morriam abafados no porão de navios, mais apinhados que fardos de fazenda; é preciso que cessem de uma vez todas essas mortes e martírios sem conto, com que flagelávamos e flagelamos ainda esses desgraçados em nosso próprio território. É tempo pois, mais que tempo, que acabemos com um tráfico tão bárbaro e carniceiro; é tempo também que vamos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma Nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos desde já em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contrários e em *amalgamar* tantos metais diversos, para que saia um *Todo* homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política. Mas que ciência química, e que desteridade não são precisas aos operadores de tão grande e difícil manipulação? Sejamos pois sábios e prudentes, porém constantes sempre.

Com efeito, Senhores; Nação nenhuma talvez pecou mais contra a humanidade do que a Portuguesa de que fazíamos outrora parte. Andou sempre devastando não só as terras d'África e d'Ásia, como disse Camões, mas igualmente a do nosso País. Foram os Portugueses os primeiros que, desde os tempos do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres e vendê-los como escravos nos mercados europeus e americanos. Ainda hoje, perto de quarenta mil criaturas humanas são anualmente arrancadas d'África, privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportadas às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares e destinadas a trabalhar toda a vida debaixo do açoite cruel de seus senhores, elas, seus filhos e os filhos de seus filhos para todo o sempre!

Se os negros são homens como nós, e não formam uma espécie de brutos animais; se sentem e pensam como nós, que quadro de dor e de miséria não apresentarão eles à imaginação de qualquer homem sensível e cristão? Se os gemidos de um bruto nos condoem, é impossível que deixemos de sentir também certa dor simpática com as desgraças e misérias dos escravos; mas tal é o efeito do costume, e a voz da cobiça, que vêem homens correr lágrimas de outros homens, sem que estas lhe espremam dos olhos uma só gota de compaixão e de ternura. Mas a cobiça não sente nem discorre com a razão e a humanidade. Para lavar-se pois das acusações que merecia lançou sempre mão, e ainda agora

lança de mil motivos capciosos, com que pretende fazer a sua apologia: diz que é um ato de caridade trazer escravos d'África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos Régulos: diz igualmente que, se não tivessem esses escravos, ficariam privados da luz do Evangelho, que todo cristão deve promover e espalhar: diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz por fim, que deven- do os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos im- diatamente pelos seus bárbaros costumes, é um favor, que se lhes faz, comprá-los, para lhes conservar a vida, ainda que seja em cativeiro.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões aponta- das valeriam alguma coisa, se vós fôsseis buscar negros à África para lhes dar liberdade no Brasil, e estabeleçê-los como colonos; mas perpetuar a escravidão, fazer esses des- graçados mais infelizes do que seriam, se alguns fossem mortos pela espada da injustiça, e até dar azos certos para que se perpetuem tais horrores, é decerto um atentado mani- festo contra as Leis eternas da justiça e da Religião. E por que continuam a ser escravos os filhos desses Africanos? Cometeram eles crimes? Foram apanhados em guerra? Mu- daram de clima mau para outro melhor? Saíram das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? Não por certo, e todavia seus filhos, e filhos desses filhos devem, segundo vós, ser desgraçados para todo o sempre. Fala pois contra vós a justiça e a Religião e só vós podeis escorar no bárbaro direi- to público das antigas Nações, e principalmente na feragem das chamadas leis Romanas: com efeito, os apologistas da escravidão escudaram-se com os Gregos, e Romanos, sem advertirem que entre os Gregos e Romanos não estavam ainda bem desenvolvidos e demonstrados os princípios eter- nos do Direito natural, e os divinos preceitos da Religião; e todavia como os escravos de então eram da mesma cor e origem dos senhores, e igualmente tinham a mesma, ou quase igual civilização que a de seus amos, sua indústria, bom comportamento, e talento os habilitavam facilmente a me- recer o amor de seus senhores, e a consideração dos outros homens; o que de nenhum modo pode acontecer em regra aos selvagens africanos.

Se ao menos os senhores de negros no Brasil tratassem esses miseráveis com mais humanidade, eu certamente não escu- saria, mas ao menos me condoeria da sua cegueira e injusti- ça; porém o habitante livre do Brasil, e mormente o europeu, é não só, pela maior parte, surdo às vozes da justiça, e aos sentimentos do Evangelho, mas até é cego a seus próprios interesses pecuniários, e à felicidade doméstica da família. Com efeito, imensos cabedais saem anualmente deste Impé- rio para a África; e imensos cabedais se amortizam dentro deste vasto País, pela compra de escravos, que morrem, adoe-

cem, e se inutilizam e demais pouco trabalham. Que luxo inútil de escravidão também não apresentam nossas Vilas e Cidades, que sem ele poderiam limitar-se a poucos e neces- sários criados? Que educação podem ter as famílias, que se servem destes entes infelizes, sem honra nem religião: de escravos que se prostituem ao primeiro que as procura? Tudo porém se compensa nesta vida; nós tirizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles inoculam toda a sua imoralidade, e todos os seus vícios.

E na verdade, Senhores, se a moralidade e a justiça social de qualquer povo se fundam, em parte nas suas instituições religiosas e políticas, em parte na filosofia, para dizer assim, doméstica de cada família, que quadro pode apresentar o Brasil, quando o consideramos debaixo destes dois pontos de vista? Qual é a Religião que temos, apesar da beleza e santidade do Evangelho que dizemos seguir? A nossa Reli- gião é pela mor parte um sistema de superstições e de abu- sos anti-sociais; o nosso Clero, em muita parte ignorante e corrompido, é o primeiro que se serve de escravos, e os acu- mula para enriquecer pelo comércio e pela agricultura, e para formar, muitas vezes das desgraçadas escravas um Harém turco. As famílias não têm educação, nem a podem ter com o tráfico de escravos, nada as pode habituar a conhecer e amar a Virtude, e a Religião. Riquezas e mais riquezas gri- tam os nosso pseudo-estadistas, os nossos compradores e vendedores de carne humana, os nossos sabujos Eclesiásti- cos, os nossos Magistrados, se é que se pode dar um tão honroso título a almas, pela mor parte, venais, que só empun- ham a vara da justiça, para oprimir desgraçados, que não podem satisfazer à sua cobiça, ou melhorar a sua sorte. E então, Senhores, como pode regular a justiça e a virtude, e florescerem os bons costumes entre nós? Senhores, quando me emprego nestas tristes considerações quase que perco de todo as esperanças de ver o nosso Brasil um dia regenerado e feliz, pois que se me antolha, que a ordem das vicissitudes humanas está de todo invertida no Brasil. O luxo e a cor- rupção nasceram entre nós antes da civilização e da indús- tria; e qual será a causa principal de um fenómeno tão es- pantoso? A escravidão, Senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência e a indolência traz todos os vícios após si.

Diz porém a cobiça cega, que os escravos são precisos no Brasil, porque a gente dele é frouxa e preguiçosa. Mentem por certo. A Província de São Paulo, antes da criação dos engenhos de açúcar, tinha poucos escravos, e todavia cres- cia anualmente em povoação e agricultura, e sustentava de milho, feijão, farinha, arroz, toucinho, carnes de porco etc. a muitas outras províncias marítimas e interiores. Mas con- ceda-se (caso negado) que com efeito a gente livre do Brasil não pode com tantos trabalhos aturados nas lavouras como

na Europa, pergunto, se produzindo o milho, por exemplo em Portugal nas melhores terras quarenta por um, e no Bra- sil acima de duzentos, e as mais sementeiras à proporção; e estando as horas do trabalho necessário da lavoura na razão inversa do produto da mesma; para que se precisa de maior robustez e trabalhos mais aturados? Os lavradores da Índia são porventura mais robustos do que um branco, um mula- to, um cabra no Brasil? Não por certo, e todavia não morre aquele povo de fome. E porque eles não têm escravos afri- canos, deixam as suas terras de ser agricultadas, e o seu país, um dos mais ricos do Globo apesar de sua péssima religião e governo, e da impolítica infernal da divisão em castas? Hoje em dia a cultura dos canaviais e o fabrico do açúcar têm crescido prodigiosamente, cujo produto já rivaliza nos mercados públicos da Europa com o do Brasil e ilhas do golfo do México.

Na Conchinchina não há escravos, e todavia a produção e exportação do açúcar já montava em 1750, segundo nos diz o sábio Poivre, a quarenta mil pipas de duas mil libras cada uma, e o seu preço era baratíssimo no mercado; ora advirta- se, que todo este açúcar vinha de um pequeno país sem ha- ver necessidade de estragar matas e esterilizar terrenos, como desgraçadamente entre nós está sucedendo.

Demais, uma vez que acabe o péssimo método da lavoura de destruir matas e esterilizar terrenos em rápida progres- são, e se forem introduzindo os melhoramentos da cultura européia, decerto com poucos braços, a favor dos arados e outros instrumentos rústicos, a agricultura ganhará pés dia- riamente, as Fazendas serão estáveis, e o terreno, quanto mais trabalhado, mais fértil ficará. A Natureza pródiga, e sábia em toda e qualquer parte do Globo dá os meios precisos aos fins da sociedade civil, e nenhum país necessita de braços estranhos e forçados para ser rico e cultivado.

Além disto, a introdução de novos africanos no Brasil não aumenta a nossa população, e só serve de obstar à nossa in- dústria. Para provar a primeira tese bastará ver com atenção o censo de cinco ou seis anos passados, e ver-se-á que ape- sar de entrarem no Brasil, como já disse, perto de quarenta mil escravos anualmente, o aumento desta classe é ou nulo, ou de mui pouca monta; quase tudo morre ou de miséria, ou de desesperação, e todavia custaram imensos cabedais, que se perderam para sempre, e que nem sequer pagaram o juro do dinheiro empregado.

Para provar a segunda tese, que a escravidão deve obstar a nossa indústria, basta lembrar que os senhores que possuem escravos, vivem, em grandíssima parte, na inércia, pois não se vêem precisados pela fome ou pobreza de aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravidão a ser empregada exclusivamente na agricultu- ra, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham

estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a ex- periência, deixam de trabalhar na terra com seus próprios braços e logo que podem ter dois ou três escravos, entregam- se à vadiação e desleixo, pelos caprichos de um falso pun- donor. As artes não se melhoram: as máquinas, que poupam os braços, pela abundância extrema de escravos nas povoa- ções grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso ver vin- te escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que podiam conduzir uma ou duas carretas bem construí- das com dois bois ou duas bestas muare.

A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiço- sos, não dá os lucros com que homens ignorantes e fantás- ticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o de- vem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes nume- rosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as re- petidas fugidas aos matos, a quilombos, claro fica que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mos- tra a experiência.

No Brasil a renda dos prédios rústicos não depende da ex- tensão e valor do terreno, nem dos braços que cultivam, mas sim da mera indústria e inteligência do lavrador. Um senhor de terras é de fato pobríssimo, se pela sua ignorân- cia ou desmazelo não sabe tirar proveito da fertilidade de sua terra, e dos braços que nela emprega. Eu desejaria, para bem seu, que os possuidores de grandes escravaturas co- nhecessem, que a proibição do tráfico de carnes humanas os fará mais ricos; porque seus escravos atuais virão a ter então maior valor, e serão por interesse seu mais bem tra- tados; os senhores promoverão então os casamentos, e es- tes a população. Os forros aumentados, para ganharem a vida, aforarão pequenas porções de terras descobertas ou taperas, que hoje nada valem. Os bens rurais serão está- veis, e a renda da terra não se confundirá com a do traba- lho e indústria individual.

Não são só estes males particulares que traz consigo a gran- de escravidão no Brasil, o Estado é ainda mais prejudica- do. Se os senhores de terras não tivessem uma multidão de- masiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas. Nossas matas preciosas em madeiras de cons- trução civil e náutica não seriam destruídas pelo machado assassino do negro, e pelas chamas devastadoras da ignorân- cia. Os cumes de nossas serras, fonte perene de umidade e fertilidade para as terras baixas, e de circulação elétrica, não estariam escaldados e tostados pelos ardentes estios do nos- so clima. É pois evidente que se a agricultura se fizer com

os braços dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas essas terras, mormente nas vizinhanças das grandes povoações, onde se acha sempre um mercado certo, pronto e proveitoso e deste modo se conservarão, como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo País.

É de espantar pois que um tráfico tão contrário às Leis da moral humana, e às santas máximas do Evangelho, e até contra as leis de uma sã política, dure há séculos entre homens, que se dizem civilizados e cristãos! Mentem, nunca o foram. A sociedade civil tem por base primeira a justiça, e por fim principal a felicidade dos homens; mas que justiça tem um homem para roubar a liberdade de outro homem, e o que é pior, dos filhos deste homem, e dos filhos destes filhos? Mas dirão talvez que se favorecerdes a liberdade dos escravos será atacar a propriedade. Não vos iludais, Senhores, a propriedade foi sancionada para o bem de todos, e qual é o bem que tira o escravo de perder todos os seus direitos naturais, e se tornar de pessoa a coisa, na frase dos Jurisconsultos? Não é pois o direito de propriedade, que querem defender, é o direito da força, pois que o homem, não podendo ser coisa, não pode ser objeto de propriedade. Se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade pessoal dos homens, que não pode ser propriedade de ninguém, sem atacar os direitos da Providência, que fez os homens livres, e não escravos; sem atacar a ordem moral das sociedades que é a execução estrita de todos os deveres prescritos pela Natureza, pela Religião e pela sã Política: ora a execução de todas estas obrigações é o que constitui a virtude; e toda Legislação, e todo Governo (qualquer que seja a sua forma) que a não tiver por base, é como a estátua de Nabucodonosor, que uma pedra despreendida da montanha a derribou pelos pés; é um edifício fundado em areia solta, que a mais pequena borrasca abate e desmorona.

Gritam os traficantes de carne humana contra os piratas barbarescos, que cativam por ano, mil, ou dois mil brancos, quando muito; e não gritam contra dezenas de milhares de homens desgraçados, que arrancamos de seus lares, eternizando em dura escravidão toda a sua geração. Não basta responder, que os compramos com o nosso dinheiro; como se o dinheiro pudesse comprar homens! — Como se a escravidão perpétua não fosse um crime contra o direito natural, e contra as leis do Evangelho, como disse. As leis civis, que consentem estes crimes, são não só culpadas de todas as misérias, que sofre esta porção da nossa espécie, e de todas as mortes e delitos que cometem, mas igualmente o são de todos os horrores, que em poucos anos deve produzir uma multidão imensa de homens desesperados, que já vão sentindo o peso insuportável da injustiça, que os condena a uma vileza e miséria sem fim.

Este comércio de carne humana é pois um cancro que rói as entranhas do Brasil, comércio, porém, que hoje em dia já não é preciso para aumento da sua agricultura e povoação, uma vez que, por sábios regulamentos, não se consinta a vadiagem dos brancos, e outros cidadãos mesclados e a dos forros; uma vez que os muitos escravos, que já temos, possam, às abas de um Governo justo, propagar livre e naturalmente com as outras classes, uma vez que possam bem criar e sustentar seus filhos, tratando-se esta desgraçada raça africana com maior cristandade, até por interesse próprio; uma vez que se cuide enfim na emancipação gradual da escravatura, e se convertam brutos imorais em cidadãos úteis, ativos e morigerados.

Acabe-se pois de uma vez o infame tráfico da escravatura africana; mas com isto não está tudo feito: é também preciso cuidar seriamente em melhorar a sorte dos escravos existentes, e tais cuidados são já um passo dado para a sua futura emancipação.

As leis devem prescrever estes meios, se é que elas reconhecem que os escravos são homens feitos à Imagem de Deus. E se as leis os consideram como objetos de legislação penal, por que o não serão também da proteção civil?

Tomo a dizer porém que eu não desejo ver abolida de repente a escravidão; tal acontecimento traria consigo grandes males. Para emancipar escravos sem prejuízo da sociedade, cumpre fazê-los primeiramente dignos da liberdade: cumpre que sejamos forçados pela razão e pela lei a convertê-los gradualmente de vis escravos em homens livres e ativos. Então os moradores deste Império de cruéis que são em grande parte neste ponto, se tornarão cristãos e justos, e ganharão muito pelo andar do tempo, pondo em livre circulação cabedais mortos, que absorve o uso da escravatura: livrando as suas famílias de exemplos domésticos de corrupção e tirania; de inimigos seus e do Estado; que hoje não têm pátria, e que podem vir a ser nossos irmãos, e nossos compatriotas.

O mal está feito, Senhores, mas não o aumentemos cada vez mais; ainda é tempo de emendar a mão. Acabado o infame comércio da escravatura, já que somos forçados pela razão política a tolerar a existência dos atuais escravos, cumpre em primeiro lugar favorecer sua gradual emancipação, e antes que consigamos ver o nosso país livre de todo deste cancro, o que levará tempo, desde já abrandemos o sofrimento dos escravos, favoreçamos, e aumentemos todos os seus gozos domésticos e civis; instruamo-los no fundo da verdadeira Religião de Jesus Cristo, e não em momices e superstições: por todos estes meios nós lhes daremos toda a civilização de que são capazes no seu desgraçado estado, despojando-os o menos que pudermos da dignidade de homens e cidadãos. Este é não só o nosso dever, mas o nos-

so maior interesse, porque só então conservando eles a esperança de virem a ser um dia nossos iguais em direitos, e começando a gozar desde já de liberdade e nobreza d'alma, que só o vício é capaz de roubar-nos, eles nos servirão com fidelidade e amor; de inimigos se tornarão nossos amigos e clientes. Sejamos pois justos e benéficos Senhores, e sentiremos dentro d'alma, que não há situação mais deliciosa, que a de um senhor carinhoso e humano, que vive sem medo e contente no meio de seus escravos, como no meio de sua própria família, que admira e goza do fervor com que esses desgraçados adivinham seus desejos, e obedecem a seus mandos, observa com júbilo celestial como maridos e mulheres, filhos e netos, são e robustos, satisfeitos e risonhos, não só cultivam suas terras para enriquecê-lo, mas vêm voluntariamente oferecer-lhe até as premissas dos frutos de suas terrinhas, de sua caça e pesca como a um Deus tutelar. É tempo, pois, que esses senhores bárbaros, que por desgraça nossa inda pululam no Brasil, ouçam os brados da consciência e da humanidade, ou pelo menos o seu próprio interesse, senão, mais cedo do que pensam, serão punidos das suas injustiças, e da sua incorrigível barbaridade.

Eu vou, finalmente, Senhores, apresentar-vos os artigos que podem ser objeto da nova lei que requeiro: discuti-os, emendai-os, ampliai-os segundo a vossa sabedoria e justiça. Para eles me aproveitei da legislação dos Dinamarqueses e Espanhóis, e mui principalmente da legislação de Moisés, que foi o único, entre os antigos, que se condeou da sorte miserável dos escravos, não só por humanidade, que tanto reluz nas suas instituições mas também, pela sábia política de não ter inimigos caseiros, mas antes amigos, que pudessem defender o novo Estado dos Hebreus, tomando as armas, quando preciso fosse, a favor de seus senhores, como já tinham feito os servos do Patriarca Abrão antes dele.

PROJETO DE LEI SOBRE A ESCRAVIDÃO

Art. I. Dentro de quatro ou cinco anos cessará inteiramente o comércio da escravatura africana; e durante este prazo, de todo escravo varão, que for importado, se pagará o dobro dos direitos existentes; das escravas porém só metade, para se favorecerem os casamentos.

Art. II. Todo escravo, que for vendido depois da publicação desta lei, quer tenha vindo da África, quer dos já existentes no Brasil, será registrado em um livro público de notas, no qual se declarará o preço por que foi vendido. Para que este artigo se execute à risca fica autorizado qualquer cidadão a acusar a sua infração, e provado o fato, receberá metade do valor do escravo — dos contratantes que o subnegarem ao registro.

Art. III. Nas alforrias dos escravos, cujo preço de venda não

constar do registro, se procederá a uma avaliação legal por jurados, um dos quais será nomeado pelo senhor, e outro pela autoridade pública a quem competir.

Art. IV. Nestas avaliações se atenderá aos anos de cativo e serviços do escravo, ao estado de saúde, e à idade do mesmo: por exemplo, as crianças até um ano só pagarão o duodécimo do valor do homem feito; as de 1 até 5 só o sexto; as de 5 até 15 dois terços; as 15 até 20 três quartos; de 20 até 40 o preço total; e daí para cima irá diminuindo o valor à proporção.

Art. V. Todo escravo, ou alguém por ele, que oferecer ao senhor o valor, por que foi vendido, ou por que foi avaliado, será imediatamente forro.

Art. VI. Mas se o escravo, ou alguém por ele, não puder pagar todo o preço por inteiro, logo que apresentar a sexta parte dele, será o senhor obrigado a recebê-la, e lhe dará um dia livre da semana, e assim à proporção mais dias, quando for recebendo as outras sextas partes até o valor total.

Art. VII. O senhor que forrar escravos gratuitamente, em prêmio da sua beneficência poderá reter o forro em seu serviço por cinco anos, sem lhe pagar jornal, mas só o sustento, curativo e vestuário; mas se um estranho o forrar na forma dos artigos V e VI poderá contratar com o forro o modo de sua indenização em certos dias de trabalho, cujo contrato será revisto e aprovado pelo juiz policial curador dos escravos.

Art. VIII. Todo senhor, que forrar escravo velho ou doente incurável, será obrigado a sustentá-lo, vesti-lo, e tratá-lo durante sua vida, se o forro não tiver outro modo de existência; e no caso de o não fazer, será o forro recolhido ao hospital, ou casa de trabalho à custa do senhor.

Art. IX. Nenhum senhor poderá vender escravo casado com escrava sem vender ao mesmo tempo, e ao mesmo comprador, a mulher e os filhos menores de doze anos. A mesma disposição tem lugar a respeito da escrava não casada e seus filhos dessa idade.

Art. X. Todos os homens de cor forros, que não tiverem officio, ou modo certo de vida, receberão do Estado uma pequena sesmaria de terra para cultivarem, e receberão outrossim dele os socorros necessários para se estabelecerem, cujo valor irão pagando com o andar do tempo.

Art. XI. Todo senhor que andar amigado com escrava, ou tiver tido dela um ou mais filhos, será forçado pela lei a dar liberdade à mãe e aos filhos, e a cuidar na educação destes até a idade de quinze anos.

Art. XII. O escravo é senhor legal do seu pecúlio, e poderá por herança ou doação deixá-lo a quem quizer, no caso de não ter herdeiros forçados: e se morrer *ab intestato*, e sem herdeiros herdará a Caixa da Piedade.

Art. XIII. O senhor não poderá castigar o escravo com surras, ou castigos cruéis, senão no pelourinho público da ci-

dade, vila, ou arraial, obtida a licença do juiz policial, que determinará o castigo à vista do delito: e qualquer que for contra esta determinação será punido com pena pecuniária arbitrária, a bem da *Caixa da Piedade*, dado porém recurso ao Conselho Conservador da Província.

Art. XIV. Todo escravo, que mostrar perante o juiz policial, ou Conselho Provincial Conservador, que tem sido cruelmente maltratado por seu senhor, tem direito de ir buscar novo senhor; mas se for estropiado, ou mutilado barbaramente, será imediatamente forro pela lei.

Art. XV. Os escravos podem testemunhar em juízo, não contra os próprios senhores, mas contra os alheios.

Art. XVI. Antes da idade de doze anos não deverão os escravos ser empregados em trabalhos insalubres e demasiados; e o Conselho vigiará sobre a execução deste artigo para o bem do Estado e dos mesmos senhores.

Art. XVII. Igualmente os Conselhos Conservadores determinarão em cada província, segundo a natureza dos trabalhos, as horas de trabalho, e o sustento e vestuário dos escravos.

Art. XVIII. A escrava durante a prenhez, e passado o terceiro mês não será obrigada a serviços violentos e aturados; no oitavo mês só será ocupada em casa; depois do parto terá um mês de convalescença; e passado este, durante um ano não trabalhará longe da cria.

Art. XIX. Tendo a escrava o primeiro filho vingado, se pejar de novo, terá, além do que acima fica determinado, uma hora de descanso mais, fora das horas estabelecidas; e assim, à proporção dos filhos vingados que for tendo: ficará forra logo que tiver cinco filhos, porém sujeita a obedecer e morar com o marido, se for casada.

Art. XX. O senhor não poderá impedir o casamento de seus escravos com mulheres livres, ou com escravas suas, uma vez que aquelas se obriguem a morar com seus maridos, ou estas queiram casar com livre vontade.

Art. XXI. O Governo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para que os senhores de engenho e grandes plantações de cultura tenham pelo menos dois terços de seus escravos casados.

Art. XXII. Dará igualmente todas as providências para que os escravos sejam instruídos na religião e moral no que ganha muito, além da felicidade eterna, a subordinação e fidelidade devida aos escravos.

Art. XXIII. O Governo procurará convencer os párocos e outros eclesiásticos, que tiverem meios de subsistência, que a religião os obriga a dar liberdade a seus escravos, e a não fazer novos infelizes.

Art. XXIV. Para que não falem os braços necessários à agricultura e indústria, porá o Governo em execução ativa as leis policiais contra os vadios e mendigos, mormente sendo estes homens de cor.

Art. XXV. Nas manumissões, que se fizerem pela *Caixa da Piedade*, serão preferidos os mulatos a outros escravos, e os crioulos da Costa.

Art. XXVI. O dia destas manumissões será um dia de festa solene com assistência das autoridades civis e eclesiásticas.

Art. XXVII. Para recompensar a beneficência e sentimentos de religião e justiça, todo senhor, que der alforria a mais de oito famílias de escravos, e lhes distribuir terras e utensílios necessários, será contemplado pelo Governo como benemérito da Pátria, e terá direito a requerer mercês e condecorações públicas.

Art. XXVIII. Para excitar o amor do trabalho entre os escravos, e a sua maior felicidade doméstica, estabelecerá o Governo em todas as Províncias caixas de economia, como as de França e Inglaterra, onde os escravos possam pôr a render os produtos pecuniários dos seus trabalhos e indústria.

Art. XXIX. Na *Caixa da Piedade* acima mencionada, além das penas pecuniárias já estabelecidas, entrarão, 1ª) A metade mais das quantias que custarem as dispensas eclesiásticas de missa em casa, batizar e casar fora da matriz etc. 2ª) As duas terças partes dos legados pios, que pelo Alvará de 5 de setembro de 1786 foram aplicados para o hospital Real e Casa dos Expostos de Lisboa. 3ª) Os bens vacantes sem herdeiros e senhores certos, que de tempo imemorial foram doados aos cativos, e tudo mais que lhes é aplicado na lei de 4 de setembro de 1775. 4ª) O dízimo do rendimento das irmandades e confrarias, o qual será cuidadosamente arrecadado e entregue pelos magistrados, que estão encarregados de lhes tomar contas. 5ª) Um por cento da renda de todas as propriedades rústicas e urbanas dos conventos e mosteiros, o qual será arrecadado e fiscalizado religiosamente pelos bispos, ou autoridades superiores das Províncias. 6ª) Uma jóia, determinada pelo Regimento geral, que se deverá fazer, a qual deverão dar todos os que obtiverem mercês de hábitos de Cristo, ou de honras de foros passados pela mordomia-mor do Império. 7ª) Enfim mais um meio por cento, que deverão pagar os que arrematarem contratos e rendas nacionais.

Art. XXX. Fica outrossim autorizada esta Caixa a receber e administrar todos os legados e doações que hajam de fazer, como é de esperar, todas as almas pias e generosas.

Art. XXXI. Para vigiar na estrita execução da lei, e para se promover por todos os modos possíveis o bom tratamento, morigeração, e emancipação sucessiva dos escravos, haverá na Capital de cada Província um *Conselho Superior Conservador dos Escravos*, que será composto do Presidente da Província, do Bispo, ou em falta deste, da maior autoridade eclesiástica, do magistrado civil da maior graduação e de dois membros mais, escolhidos pelo Governo de entre os conselheiros provinciais. Presidirão por turno e mensalmente o Presidente e o Bispo.

Art. XXXII. Além deste Conselho, haverá nas vilas e arraiais uma mesa composta do pároco, capitão-mor, e juiz de vara branca ou ordinário, ou em sua falta, de um homem bom e dos mais honrados e virtuosos do povo, escolhido pelo Conselho. Esta mesa decidirá sumariamente dos negócios e causas que lhe pertencerem, e dará apelação e agravo para o Conselho que também decidirá afinal sumariamente. São procuradores e fiscais natos os juizes e andadores das irmandades e confrarias dos homens de cor, que existem na capital, ou nas vilas e arraiais das Províncias.

Eis aqui tendes, Senhores, o que me sugerira por ora o amor da Pátria, e o zelo da justiça e da piedade Cristã. A vós compete corrigir, aumentar, e aperfeiçoar o meu magro e desalinhado trabalho; e a mim me bastará a consolação de haver excitado mais esta vez a vossa atenção sobre um assunto tão ponderoso quanto necessário. O vastíssimo Brasil, situado no clima o mais ameno e temperado do Universo, dotado da maior fertilidade natural, rico de numerosas produções próprias suas, e capaz de mil outras que facilmente se podem nele climatizar, sem os gelos da Europa, e sem os ardores da África e da Índia pode e deve ser civilizado e cultivado sem as fadigas demasiadas de uma vida inquieta e trabalhada, e sem os esforços alambicados das artes e comércios exclusivos da velha Europa. Dai-lhe que goze a liberdade civil, que já tem adquirido; dai-lhe maior instrução e moralidade, desvelai-vos em aperfeiçoar a sua agricultura, em desemperrar e fomentar a sua indústria artística, em aumentar e melhorar suas estradas e navegação de seus rios; empenhai-vos em acrescentar a sua povoação livre, destruindo de golpe peçonhento cancro que o róí, e que enfraquece a sua força militar, força tão necessária nas atuais circunstâncias, que não pode tirar de um milhão de escravos, e mais, que desgraçadamente fazem hoje em dia um terço pelo menos da sua mesclada população; então ele será feliz e poderoso. A natureza fez tudo a nosso favor, porém pouco ou nada temos feito a favor da natureza. Nossas terras estão ermas, e as poucas, que temos roteado, são mal cultivadas, porque o são por braços indolentes e forçados; nossas numerosas minas, por falta de trabalhadores ativos e instruídos, estão desconhecidas, ou mal aproveitadas; nossas preciosas matas vão desaparecendo, vítimas do fogo e do machado destruidor da ignorância e do egoísmo; nossos montes e encostas vão-se escalvando diariamente, e com o andar do tempo faltarão as chuvas fecundantes, que favoreçam a vegetação, e alimentem nossas fontes e rios, sem o que o nosso belo Brasil em menos de dois séculos ficará reduzido aos páramos e desertos áridos da Líbia. Virá então esse dia (dia terrível e fatal), em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos erros e crimes cometidos.

Eis pois, Legisladores do vasto Império do Brasil, basta de dormir; é tempo de acordar do sono amortecido, em que há séculos jazemos. Vós sabeis, Senhores, que não pode haver indústria segura e verdadeira, nem agricultura florescente e grande com braços de escravos viciosos e boçais. Mostra a experiência e a razão, que a riqueza só reina, onde impera a liberdade e a justiça, e não onde mora o cativo e a corrupção. Se o mal está feito, não o aumentemos, Senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm que perder, antes tudo que esperar de alguma revolução como a de São Domingos. Ouvi, pois, torno a dizer, os gemidos da cara Pátria, que implora socorro e patrocínio: pelejemos denodadamente a favor da razão e da humanidade, e a favor de nossos próprios interesses. Embora contra nós uivem e ronquem o egoísmo e a vil cobiça; sua perversa indignação, e seus desentoados gritos sejam para nós novos estímulos de triunfo, seguindo a estrada limpa da verdadeira Política, que é filha da Razão e da Moral.

E vós, traficantes de carne humana, vós senhores injustos e cruéis, ouvi com rubor e arrependimento, se não tendes pátria, a voz imperiosa da consciência, e os altos brados da impaciente humanidade; aliás, mais cedo talvez do que pensais, tereis de sofrer terrivelmente da vossa voluntária cegueira e ambição; pois o castigo da Divindade, se é tardio às vezes, decerto nunca falta. E qual de vós quererá ser tão obstinado e ignorante, que não sinta que o cativo perpétuo é não somente contrário à Religião e à sã Política, mas também contrário aos vossos futuros interesses, e à vossa segurança e tranquilidade pessoal?

Generosos Cidadãos do Brasil, que amais a vossa Pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana, e sem a emancipação sucessiva dos atuais cativos, nunca o Brasil firmará a sua independência nacional, e segurará e defenderá a sua liberal Constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes, e nunca formará como imperiosamente o deve, um exército brioso, e uma marinha florescente. Sem liberdade individual não pode haver civilização nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça; e sem estas filhas do Céu, não há nem pode haver brio, força, e poder entre as Nações.

ANGANA. Tratamento dado pelos escravos africanos à sua senhora. Deriva do quimbundo *nganna*, que significa senhor, com o *a* protético. Renato Mendonça (1935) supõe que seja uma abreviação de *nganna nug'attu*, senhora. O termo tinha como área geográfica o Rio de Janeiro. Bibliografia. MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1935.

ANGOLA JANGA. Era o termo que os moradores das

aldeias e vilas adjacentes à região usavam para designar a República de Palmares. Em quimbundo, significa "Angola Pequena".

ANGOLARES. Escravos fugidos da ilha de São Tomé. Correspondia aproximadamente ao quilombola brasileiro. No Brasil, a revolta de São Tomé teve repercussão entre as autoridades, temerosas de que o fato se repetisse aqui, e em 1597 o padre Lopes, provincial dos jesuítas de Pernambuco, escrevia que não seria impossível que se repetisse na capitania o ocorrido na ilha de São Tomé, onde os negros haviam destruído os engenhos, queimado as plantações e expulsado os camponeses.

ANJINHO. Instrumento de suplício que consistia em um círculo metálico, à moda de tenaz, que era introduzido num dos dedos do escravo e depois era gradativamente atarraxado, por meio de um parafuso, o que fazia diminuir o seu diâmetro paulatinamente a cada atarraxada que o supliciador aplicava, produzindo dores atrozes na vítima e muitas vezes a fratura do osso e determinando a mutilação para o resto da vida. Este suplício era muito usado quando se desejava obter alguma confissão do escravo que se supunha haver roubado algum objeto ou escondido alguma coisa. Era muito usado, também, pelos capitães-do-mato (V.) quando capturavam um escravo fugido e ele não queria revelar o nome do senhor. Eles, então, aplicavam o anjinho até que o quilombola confessasse e eles pudessem entregá-lo e receber a tomadia (V.)

ANTONICO. Negro companheiro de Antônio Bento (V.), que tinha por especialidade, segundo Evaristo de Moraes, penetrar nas fazendas, durante a noite, para convidar os escravos a fugirem. Dele conhece-se apenas o primeiro nome. Desempenhou por muitas vezes essa missão e terminou assassinado em plena campanha abolicionista "ao transportar a porteira de uma fazenda em Belém do Descalvado", interior de São Paulo. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

ANTÔNIO. Escravo que durante a primeira invasão holandesa da Bahia, em 1624, participou da resistência contra o batavo. Artur Ramos (1956) registra o seu exemplo: "O negro escravo Antônio, africano, cuja nação não foi registrada, de cima de um jenipapeiro e com um saco de pedras matava os holandeses a pedradas". O governador

D. Francisco Rolim, em 1625, informou ao rei Filipe III do serviço que o escravo africano havia prestado na guerra contra os invasores. Antônio foi alforriado à custa da Fazenda Pública e, ainda segundo Artur Ramos, no lugar onde existia o jenipapeiro foi fundada, em sua homenagem, a fortaleza de Santo Antônio, da qual ele foi nomeado comandante. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1956.

ANTÔNIO BENTO. Antonio Bento de Souza e Castro foi uma das figuras mais destacadas na luta contra a escravidão no estado de São Paulo, senão o mais radical do movimento. Chefe e fundador da organização dos caifases, nasceu na cidade de São Paulo, em 1843, filho de um farmacêutico de algumas posses, formou-se em Direito no ano de 1868, foi promotor e juiz municipal, mas não continuou na magistratura. Residindo na capital da província, com a morte de Luís Gama (V.), tomou a frente do movimento abolicionista no estado. Era teimoso, vingativo, violento. Fundou *A Redenção* (V.), periódico que se tornou o órgão mais lido da imprensa de São Paulo, misto de panfleto e de pasquim, onde não havia reservas ou reticências: expunha os fatos sem poupar ninguém. O seu primeiro número circulou em 2 de janeiro de 1887. Fundou também *O Arado*, que circulou de 1882 a 1883, e *d' Liberdade*, em 1888. Embora monarquista, aceitava, porém, aliança com quem quer que fosse, contanto que tivesse orientação abolicionista. Tanto é que da redação de *A Redenção* fizeram parte o liberal Fernandes Coelho, advogado conhecido, e o republicano Hipólito da Silva, guarda-livros dedicado ao jornalismo e à literatura. Participando com denodo da campanha abolicionista, aproveitou-se do cargo de provedor da Confraria de Nossa Senhora dos Remédios para transformá-la num poderoso instrumento de organização dos abolicionistas e de propaganda da libertação dos escravos. A ação de Antônio Bento mostrava-se decisiva, porém, na subtração, sedução, ocultação e desvio de escravos e escravos. Um dos seus companheiros de luta assim o descreveu. "Seu aspecto, pouco vulgar, atraía logo a atenção: alto, não muito; os óculos escuros, o grande e abundante cavanhaque preto produziam impressionantes efeitos de claro-escuro sobre o seu rosto extremamente branco. Usava

chapéu de abas largas e saía à rua frequentemente envolvido em ampla capa negra". Da atitude desabusada de Antônio Bento e do seu jornal é exemplo este artigo publicado n' *A Redenção* de 13 de janeiro de 1887: "AOS NOSSOS LEITORES. Não fazemos questão de gramática nem tampouco de pontuação em nossos artigos, por conseguinte, se qualquer erro de etimologia, prosódia encontrarem os gramáticos ou filólogos em nossos artigos não se incomodem, porque não nos incomodamos, e damo-nos já por desculpados, quando formos censurados por tais erros, que são erros tipográficos mesmo porque os nossos leitores são quase todos pertencentes ao zépovinho, e pouco se importam com a gramática". Justificando a sua conduta radical em face dos escravistas, o jornal dizia que "talvez sejamos duros quanto as nossas apreciações, não devemos ser censurados, porque não se pode exigir brandura quando se aprecia uma instituição salpicada de rios de sangue, de fome, sede, de torturas e de milhões de assassinatos" (*A Redenção*, 6 de janeiro de 1887). Inúmeras foram suas obras audaciosas. Uma das primeiras verificou-se na fazenda Laranja Azeda, entre Araras e Rio Claro, no interior de São Paulo, pertencente à sua irmã, rica baronesa de Itapetininga. Encarregado de cuidar dos seus interesses, Antônio Bento promoveu a debandada dos escravos da fazenda. Sua irmã jamais o perdoou por isso. Não tolerava recusas quando fazia pregação abolicionista: se não fosse ouvido, arranjava meios de subtrair os escravos. Nesta sua batalha não escolhia meios. Todos serviam, mesmo os mais violentos. Aplicou às vezes castigos aos capitães-do-mato (V.). Contava com o auxílio dos cocheiros de São Paulo, que lhe forneciam indicações preciosas e o ajudavam nas suas operações de libertação, conduzindo clandestinamente escravos fugidos nos seus veículos. Os auxiliares de Antônio Bento, os chamados caifases, não poupavam esforços para levar a cabo os seus objetivos. A eles cabia colocar em prática os projetos formulados n' *A Redenção*, o que faziam com habilidade e coragem (muitos perderam a vida em emboscadas dos senhores de escravos). Logo que chegava ao jornal uma notícia de tratamento rigoroso ou humilhante a escravos em qualquer estabelecimento agrícola, contra este procedimento logo se organizava um plano para

fazê-los fugir. Muitos desses escravos fugidos pela ação dos caifases eram enviados para o Quilombo do Jabaquara (V.), em Santos, por meio da colaboração de uma verdadeira rede de ajuda mútua, que se servia da serra do Cubatão. Foi assim até a Abolição. Antônio Bento achou que, com o fim da escravidão, estava cumprida a sua parte de participação na vida política, e deixou portanto a vida pública. Faleceu em 1898.

ANTÔNIO DE CATARGERÓ, SANTO. Era o santo de devoção dos malês (V.), em Salvador, durante a escravidão. Segundo Antônio Monteiro (1987), que escreveu a biografia desse santo, "entre o Egito e o deserto da Líbia na África, ergue-se a cidade de Barka, primitivamente chamada Cirene, fundada no século VII a.C. pelos colonos dóricos da ilha de Terá. O nome Cirene foi dado em homenagem à ninfa criada por Apolo. Nesse mesmo século, toda a região sofreu acentuada influência grega, daí sobrevivendo a invasão dos árabes. O seu povo vivia uma vida pacata. Embora em uma região calcária, Cirene era farta em plantações de cereais e frutas, desenvolvendo a indústria e a criação de carneiros e bois, às quais os colonizadores gregos davam todo seu zelo, numa mistura de brancos e negros, patrões e escravos. Finalmente, os árabes tiveram domínio total sobre Cirene, se apoderaram de tudo e passaram a governar a seu modo, praticando aí toda sorte de barbaridades. Os habitantes negros foram subjugados e a cidade, que foi incendiada, teve de ser reconstruída pelo trabalho forçado dos pobres negros escravos. Por essa época num dos recantos mais alcantilados de Barka, nasce de pais 'infieis' um delicado negrinho. E ainda sem ter atingido a idade de dez anos e sem sequer apresentar constituição física para o trabalho, ele foi obrigado a trabalhar, como acontecia a todos os filhos de escravos. Certa feita, consegue fugir, e por longos meses vagou sozinho pelas montanhas, perdido e faminto. Não conhecera outra religião que a de Maomé. Na caminhada do sofrimento, se alimentava de ervas e dormia em grutas, até que uns navegantes europeus o encontraram e o prepararam para o trabalho. Esses europeus recrutavam homens para trabalhar nas galeras e ele seguiu numa das levas. Logo chegando à Europa, foi posto em leilão como boa peça. Finalmente foi comprado pelo rico comerciante

João Lavandavula, de Ávola, perto da cidade de Noto, no reino da Sicília. Os desígnios de Deus o haviam escolhido para o seu rebanho. O seu amo era bom e temente a Deus, e lhe doía muito ver aquela alma perdida. Procurou, então, convencer o seu escravo, fazendo-o abandonar a religião maometana para abraçar a fé cristã. E isso foi fácil ao patrão, devido à simplicidade e à boa índole do seu servo. Foi então batizado na Igreja Católica, tomando o nome de Antônio de Catargeró. Ainda jovem imprimia confiança e amizade a todos aqueles que dele se aproximavam. Visitava enfermos, consolando-os, e a todos dava uma palavra de fé e confortava em nome de Deus. Em Noto, havia um nobre e piedoso varão, Bladino Terramosa, que mantinha uma congregação de pessoas tementes a Deus. Certo dia, procurou Antônio, aconselhando-o a tomar o hábito da Ordem Terceira do Glorioso São Francisco, ao que ele respondeu: 'Se esta é a vontade de Deus, assim o farei'. E tomou o hábito no convento de Santa Maria de Jesus, dos Padres Observantes, na mesma cidade de Noto. Acreditando que, para melhor servir a Deus, deveria retirar-se para o deserto, assim o fez e instalou-se numa gruta, para viver uma vida mais angelical que humana. Seu superior na ordem religiosa o abraçou dizendo: 'Que Deus esteja convosco, beato Antônio'. No deserto, quando lhe sobrava tempo após as orações, cultivava a terra, numa pequena terra onde se recreava. Os irmãos seguiram seu exemplo e se puseram no campo de batalha da mesma espécie. Quando vinha à cidade, o povo acorria a pedir-lhe bênçãos, beijar-lhe o hábito, a mão, e pedir graça para suas enfermidades. A 14 de março de 1549 entregou sua alma a Deus. Os sinos da igreja, sem que mãos humanas o tocassem, começaram imediatamente a dobrar. O seu nome foi venerado aqui na Bahia pelos antigos, na igreja do Rosário dos Pretos, no Pelourinho. Sua festa sempre foi celebrada nessa igreja, no dia 8 de janeiro de cada ano. Com a sua devoção, ficou considerado patrono dos negros malês na Bahia, o que muita gente desconhece. A Irmandade dos Pretos do Pelourinho até hoje mantém acesa a devoção a Santo Antônio de Catargeró, oficiando missa em seu louvor no dia 8 de cada mês. Na capelinha da Sociedade Protetora dos Desvalidos (V.), até o ano de 1935 havia uma ima-

gem de Santo Antônio de Catargeró, que depois desapareceu. Antes, ficava no cimo do oratório em casa de um chefe malê, no largo do Pelourinho. Estes dados históricos sobre Antônio de Catargeró, ou Catergerona, foram extraídos de um opúsculo sobre sua vida publicado em São Paulo, que pertenceu ao malê José Maria Mendonça". Bibliografia. MONTEIRO, Antonio. *Notas sobre Negros Malês na Bahia*. Salvador, Ianamá, 1987.

APADRINHADO. Costume em algumas regiões do Brasil, que consistia na iniciativa do escravo fugido, ao ser capturado, de invocar a proteção de um padrinho. Este ficava na obrigação de interceder por ele na hora da entrega ao seu senhor para que o castigo fosse mais brando e ele perdoado. Quase sempre o escravo recorria a algum amigo ou parente do seu senhor, outras vezes a uma pessoa que passava e aceitava essa obrigação. Biard (1945), pintor francês que esteve no Brasil por volta de 1860, presenciou uma cena de apadrinhamento: "Soube ao chegar em casa, que um negro a quem eu dera um casaco de borracha, sem outro motivo, fugira, o que causara enorme desapontamento ao Sr. X. Não podia se consolar com esse prejuízo, tanto maior quanto o escravo de magro e doente que era ao chegar ali, engordara e se tornara robusto. Essa fuga importava numa perda de alguns mil francos. O Sr. X. escreveu várias cartas de aviso e enviou vários servidores à procura do negro fujão tão ingrato para com o seu dono que o engordara daquela maneira. Com meus botões eu desejava que todas as buscas resultassem inúteis e já pensava que tal tivesse acontecido quando o negro reaparece trazido por um índio e um mulato. O pobre do fugitivo vinha algemado e não ignorava haver incorrido em pena rigorosa: a cabeça baixa, lágrimas escorrendo pelo rosto e pelas mãos cruzadas ao peito. Aguardei com ansiedade o que iam fazer com o infeliz, disposto a intervir em seu favor se o castigo fosse severo demais. Felizmente, porém, o culpado recorreu a tempo a um costume que permite ao senhor ser indulgente sem quebra de autoridade: ele se confiou à clemência do feitor; este, tornando-se seu fiador, interessou-se pela causa do afillhado, que foi apenas punido com uns bolos de palmatória, uma espécie de férula destinada a castigos domésticos". No caso citado por Biard o escravo valeu-se do próprio feitor para apadrinhá-lo. No entanto, o costume geral era o

escravo fugido ou faltoso procurar pessoa influente que lhe dava a "carta de padrinho" para que ele regressasse ao seu senhor sem temer castigos. O apadrinhamento do escravo, para José Alípio Goulart (1972), foi um recurso que se alastrou ao longo da escravidão. Chegou a tal grau de eficiência e de importância na sua respeitabilidade que não faltava quem publicasse em jornal declarações como esta: "Ao abaixo assinado e no dia 13 de maio do ano passado fugiu um escravo de nome Tomás, etc. A apresentação desse escravo voluntariamente 'ou por via de padrinho' dará motivo ao perdão do seu crime". E disso beneficiava-se o capitão-do-mato, quando o escravo já havia sido por ele capturado, pois era gratificado pelo padrinho sem prejuízo da tomadia (V.) que, por direito de captura recebia do dono da "peça". Como vemos, este costume que, no fundamental, era um pacto de prestígio mútuo entre os senhores, muitas vezes impedia que o escravo fugido ou faltoso fosse para o tronco ou açoitado no pelourinho (V.). Bibliografia. BIARD, F. *Dois Anos de Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1945; GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

APURADOR. Assim era designado o escravo que, em Minas Gerais na época da mineração, era encarregado de trabalhar com bateias na apuração do ouro.

AQUILOMBAR. Reunir-se em quilombos (V.).

ARANHA, FELIPA MARIA. Líder do quilombo localizado nas cabeceiras do rio Itapicuru, no Pará. Situado nos campos às margens do Tocantins, já era conhecido no século XVIII e foi localizado quando as autoridades coloniais tentaram construir na região de Alcobaça um fortim. Contava nesta época cerca de trezentos habitantes. Era dirigido por Felipa Maria Aranha e, em 1895, ainda havia vestígios dele. Alcobaça é atualmente sede do município de Tucuruí.

ARAÚJO, JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE. Homem de alta classe, branco, descendente de família importante de senhores-de-engenho em Pernambuco, filho e neto de políticos de vulto no Império, Nabuco era membro nato da elite brasileira. De gosto requintado, boêmio elegante, frequentador das altas rodas de Paris, Londres, Roma e Nova York, nada faria prever que se transformasse num dos grandes líderes da campanha abolicionista, apelidado de "Quincas, o Belo" por

seus rivais. Nabuco nasceu em Recife, em 1849. O pai, recém-eleito Deputado Geral, seguiu para o Rio de Janeiro. Como a viagem era demorada e difícil, foi entregue à madrinha, senhora do engenho Massangana, que o criou até a idade de oito anos. Aí cresceu como qualquer outro menino de engenho, rodeado de escravos. Ouviu as histórias das pretas velhas, brincou com moleques escravos, assistiu às cenas de humilhação e violência que a escravidão reproduzia e foi também testemunha dos atos de devoção e lealdade, que por vezes unia escravos e senhores. Anos mais tarde, já adulto, Nabuco recordaria uma cena que lhe ficara na memória: o menino estava sentado no alpendre, quando um escravo negro atirou-se aos seus pés suplicando-lhe que o aceitasse como seu escravo. Fugira aos castigos de um senhor cruel e viera pedir proteção ao menino. A madrinha comprou o escravo e o deu ao menino que intervieria em seu favor. Anos mais tarde, esse foi o papel que Nabuco escolheu para si: o de defensor dos escravos. A vida da fazenda foi bruscamente interrompida pela morte da madrinha. O menino foi enviado ao Rio, acompanhado de três escravos; um deles, a ama que o vira crescer. Nabuco passou a viver na casa dos pais no Rio de Janeiro, onde então se reunia a elite política. Pelos seus salões desfiliavam ministros, conselheiros, senadores, deputados e barões do Império. Concluídos os estudos preliminares, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Não tardou muito para que o filho do senador Nabuco conquistasse o meio estudantil com sua brilhante retórica, seu físico atraente, seu nome importante. Joaquim parecia fadado a seguir os passos do pai. Seria político, faria carreira no Parlamento. Mas a sorte lhe foi adversa. Em 1868, o Partido Liberal, ao qual o pai pertencia, sofreria terrível revés. Com a queda do Ministério Zacarias, os conservadores assumiriam e controlariam o poder por dez anos. Durante esses anos, o Partido Liberal caiu no ostracismo. Magoados com o imperador, que confiara aos conservadores a organização do novo Ministério e irritados com a hegemonia conservadora, os liberais desencadearam uma campanha em favor de várias reformas, condenaram o sistema político, atacavam o imperador, exigiam mudanças. Um dos signatários do manifesto do Partido Liberal exigindo reformas era o pai de Joaquim Nabuco. Na Faculdade de

Direito, a agitação era grande. Nabuco tornou-se orador, jornalista e líder estudantil. Juntamente com Castro Alves (V.) e Rui Barbosa (V.) e outros jovens igualmente brilhantes, participou das tertúlias, dos saraus acadêmicos, defendendo as reformas. Em 1869, no auge da crise política, transferiu-se para o Recife, juntamente com seu amigo, o filho do Barão de Penedo, moço rico e de costumes aristocráticos, cujo pai era membro da Legação Brasileira em Londres. Em Recife, abriram-lhe as portas a casa do Barão de Vila Bela, chefe do Partido Liberal, e as outras famílias igualmente importantes, cuja riqueza fora feita à custa do trabalho escravo. Nabuco consumia seus dias em intensa vida social. Nessa época, no entanto, movido pelas memórias de infância, visitou Massangana. Foi aí que jurou defender a causa dos escravos. A história pode não ser verdadeira, tendo sido criada mais tarde quando escreveu *Minha Formação*, onde relata o episódio de sua visita a Massangana. Mas a verdade é que Nabuco, já nessa época, se identificara com a causa da emancipação. Seguiu as pegadas do pai. Uma vez formado, Nabuco voltou ao Rio. Tinha pouca vocação para a advocacia. Sua ambição era a política. Gostaria de repetir os feitos do pai e do avô. Mas a carreira política, a esta altura, não estava fácil para um liberal. Os conservadores se achavam solidamente fincados no poder. Resolveu, então, dedicar-se ao jornalismo. Não descobrira ainda um tema que atraísse o público. Seus ensaios não provocavam entusiasmo, pensou em viajar, mas faltavam-lhe recursos. Nem todo o prestígio do pai parecia suficiente para conseguir-lhe uma bolsa. Voltou a escrever, desta vez sobre um tema mais bem-sucedido: falou em reformas. Mesmo bem recebido, seu entusiasmo arrefeceu. Voltou a pensar em viajar para a Europa, o sonho de todo jovem rico. O pai, afinal, forneceu-lhe os recursos e Nabuco partiu. Passou o tempo entre namoricos e visitas a famosos escritores franceses: Renan, Taine, George Sand, que o acolheram cordialmente. Suas relações com a Embaixada Brasileira em Paris facilitaram-lhe o contato com políticos franceses de renome. Visitou a Itália, a Suíça, a Inglaterra como despreocupado turista, freqüentando altas rodas, escrevendo e recitando poemas inconseqüentes, redigidos em francês. Ansioso pela aprovação dos intelectuais franceses, distribuiu exemplares de seu livro de poe-

sias *Amour et Dieu*. Recebeu, em troca, cartas amáveis, mas não encorajadoras. Passado um ano, voltou ao Brasil carregado de pretensões literárias e roupas elegantes. Falhou mais uma vez. Pensou, então, na carreira diplomática. Em 1876, graças à intervenção de amigos de prestígio, foi nomeado adido à Embaixada Brasileira dos Estados Unidos. O que realmente desejava era um lugar em Londres, mas o prestígio e o apoio do pai não foram suficientes. Os pretendentes eram muitos e as vagas poucas. Nabuco foi enviado para os Estados Unidos onde se deixou ficar até não tolerar mais a rotina. Voltou então a viajar, a única atividade que, nessa época, lhe parecia satisfatória. Em 1878, a situação mudou: o Partido Liberal voltou ao poder. As portas, até então de difícil acesso, se abriram. Nabuco conseguiu o posto que queria em Londres e uma promessa de um lugar na Câmara dos Deputados. A morte súbita do pai interrompeu sua estada na Europa e o trouxe de volta ao Brasil. Os compromissos que o Barão de Vila Bela assumira com o pai, comprometendo-se a apoiar a candidatura de Joaquim Nabuco para deputado, foram mantidos, apesar da grande oposição dentro de seu próprio partido. Os liberais de Pernambuco não confiavam naquele moço elegante, que até então não dera nenhuma prova de que na Câmara seria um adequado representante das elites locais. Mais desconfiados ficaram quando Nabuco, num discurso pronunciado no Teatro Santa Isabel, disse que a grande questão para a democracia brasileira era a escravidão. O público presente recebeu essa declaração com uma vaia. Apesar da má vontade de muitos, Nabuco, graças ao prestígio de sua família e à proteção do Barão de Vila Bela, conseguiu ser eleito, embora por pequena margem. Chegava ao Parlamento, como deputado por Pernambuco na 17ª legislatura (1878–1881), juntamente com vários de seus antigos colegas de Faculdade de Direito, entre os quais um jovem baiano que também viria a se distinguir na campanha abolicionista, Rui Barbosa (V.). Na Câmara, Nabuco teve uma estréia bem-sucedida. Descobriu uma nova vocação: a de orador. Encantou as galerias com suas palavras em favor das causas progressistas, entre elas a abolição da escravidão. Sua retórica brilhante trouxe-lhe grande reputação. Sua nova posição no Parlamento dava aos abolicionistas uma tribuna privilegiada. A

imprensa abolicionista o aclamava. Na *Gazeta da Tarde* (V.), José do Patrocínio (V.) transformava Nabuco em herói. Este descendente dos Paes Barreto, importante oligarquia pernambucana, filho e neto de senadores, apresentava-se como o defensor dos escravos! A identificação de Nabuco com o abolicionismo estava feita. Juntamente com outros líderes abolicionistas, fundou no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira contra a Escravidão (V.). A fim de obter o apoio das associações abolicionistas internacionais, Nabuco viajou para a Europa. Ninguém mais qualificado do que ele para tal missão. Por onde passava, era recebido com honras de um líder. Que diferença entre o jovem que anos antes buscara ansioso o convívio dos intelectuais como Renan e George Sand, deles recebendo apenas uma atenção benevolente, e o deputado, arauto de uma causa justa e universalmente aprovada, que por todas as partes era recebido com deferência e respeito! Em Lisboa, Madri, Paris e Londres as sociedades abolicionistas homenagearam Nabuco e lhe conferiram honrarias que a imprensa abolicionista no Brasil se apressava em divulgar. Os escravistas não perdoariam a Nabuco essa identificação com o abolicionismo. Em 1881, nas novas eleições para a Câmara, Nabuco, juntamente com outros candidatos abolicionistas, enfrentou terrível oposição. Os fazendeiros controlavam suficientemente o eleitorado para impedir a volta desses radicais ao Parlamento: pelo menos temporariamente, até que os abolicionistas pudessem mobilizar outros setores da opinião pública. Nabuco não consegue reeleger-se. Desconsolado com os resultados das eleições, mais uma vez viaja para Londres, onde permaneceu por algum tempo como correspondente do *Jornal do Comércio*. Nas horas que lhe sobravam, dedicou-se a escrever o livro que lhe daria fama: *O Abolicionismo*, publicado em 1883, e recebido com grande alarde pelos jornais abolicionistas, principalmente a *Gazeta da Tarde* (V.) e a *Gazeta de Notícias*, onde tinha vários amigos. O livro era um libelo contra a escravidão. Quarenta anos antes, um autor hoje esquecido, Francisco César Burlamaqui (V.), dissera o mesmo sem que suas palavras provocassem qualquer reação. No entanto, os tempos haviam mudado e o livro de Nabuco alcançaria grande sucesso nos meios abolicionistas. Enquanto Nabuco permanecia em Londres, a campanha abolicionista pro-

gredia no Brasil. André Rebouças (V.), José do Patrocínio, Joaquim Serra, João Clapp e muitos outros promoviam conferências, organizavam festas, escreviam panfletos e artigos em favor da abolição. Em todas as capitais do país formavam-se grupos e associações abolicionistas. Em algumas províncias, o movimento tomara vulto, principalmente no Ceará, no Amazonas e no Rio Grande do Sul. Na capital do Império, os amigos de Nabuco desejavam a sua volta. Contavam com ele para reforçar a campanha. Tanto mais que Manuel Pinto de Souza Dantas, que se tornara presidente do Conselho, havia se comprometido com o imperador a reabrir a questão da emancipação no Parlamento. Nabuco retornou para participar das eleições, que seriam disputadíssimas, com uma auréola de mito que os abolicionistas ajudaram a criar. André Rebouças encarregou-se de lhe preparar uma calorosa recepção. Tudo era pretexto para atrair a opinião pública para a abolição. Cada vez mais crescia a reputação de Nabuco, que concorreria às eleições como candidato abolicionista. No entanto, apesar dos esforços dos abolicionistas e do próprio Nabuco, ele conseguiu apenas o lugar de suplente na legislatura de 1885, de curta duração. Voltaria à Câmara na legislatura seguinte, 1886–1889. A eleição de Nabuco deveu-se, em grande parte, ao voto das populações urbanas do Recife. O povo enfrentou as oligarquias e votou no candidato abolicionista. A grande maioria da população urbana, no entanto, se bem que simpática ao abolicionismo, não tinha direito a voto. Por isso, foi difícil aos candidatos abolicionistas ganhar as eleições. O voto continuava, em grande parte, nas mãos das elites tradicionais, não obstante a reforma eleitoral de 1881, que, entre outras coisas, visava a dar maior peso ao eleitorado urbano. Não obstante sua limitada representatividade, caberia a esse Parlamento encaminhar a questão dos escravos. Nabuco continuaria no Parlamento sua campanha em favor da emancipação, não descansando até a vitória final em 1888. Mas durante toda a campanha deixou sempre claro que não era favorável à mobilização dos escravos. Para ele, como para Rebouças, a abolição deveria ser feita pelo Parlamento. “É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades que se há de ganhar ou perder a causa da liberdade”, escreveria ele em 1883. Seriam, no en-

tanto, as rebeliões das senzalas e o trabalho dos abolicionistas anônimos que dariam o golpe de morte na instituição e tornariam possível a vitória da causa abolicionista no Parlamento. Faleceu em 17 de janeiro de 1910 em Washington, onde se encontrava a serviço diplomático do Brasil.

ARGOINS. Negro de fartas posses que dirigiu os escravos mineiros que proclamaram a Constituição portuguesa em toda a zona onde atuavam – Sabará, Santa Rita etc. – travando combates de vergadura com os habitantes do Paraibuna e com os pretos do Arraial de Santa Bárbara, que se colocaram contra o movimento. Esse acontecimento deu continuidade ao longo rosário das lutas dos escravos mineiros contra a escravidão, embora demonstre também como esses escravos estavam longe de entender a essência dos acontecimentos políticos mais gerais: os negros cativos organizaram-se simplesmente para impor a Constituição que fora promulgada em Portugal, por meio da chamada Revolução Liberal. Miguel Costa Filho (1964), com a sua costureira probidade intelectual, discute as fontes que amparam a existência deste acontecimento. Levanta dúvidas sobre a autoridade do documento intitulado “Notícias de uma revolução entre pretos no ano de 1821, em Minas Gerais”, por ser apenas a cópia do nº 24 do *Diário Extraordinário da Europa*, de 19 de agosto de 1821, do qual não há exemplar no Arquivo Público Mineiro. É sua opinião de que: “Devemos, todavia, dizer que não rejeitamos *in limine* a autenticidade do documento em que se teria baseado a notícia divulgada pelo *Diário Extraordinário da Europa*. É possível que tenha sido lançado em parte do território mineiro, entre os escravos e os negros e mestiços libertos de inferior condição por esse misterioso Argoins ou Arguim. [...] De qualquer forma, parece-nos que o assunto comporta maiores indagações, uma pesquisa documental mais demorada acaso não desejada pelos escritores que colocam os seus preconceitos de classe e suas idéias retrógradas acima da verdade histórica”. Segundo João Dornas Filho (1939), o ardor desses negros, muitos deles escravos, quase chegou ao fanatismo. Algum tempo depois de ter Argoins iniciado o aliciamento dos adeptos desse movimento, contava nas suas hostes cerca de quinze mil escravos da região de Ouro Preto. A eles haviam aderido dois regimentos da Cavalaria Auxiliar da Comarca de Serro Frio. Ini-

ciaram então ataques continuados aos negros que não haviam aderido ao movimento, matando-os sem dó ou compaixão. Criaram uma bandeira, usavam distintivos e muitos deles festejavam antecipadamente a liberdade. Uma das proclamações do seu chefe diz: “Em Portugal proclamou-se a Constituição que nos iguala aos brancos: esta mesma Constituição decretamos contra os pretos e brancos: morte aos que nos oprimiram, pretos miseráveis! No campo da honra derramai a última gota de sangue pela Constituição que fizeram os nossos irmãos de Portugal” (*apud* Dornas Filho, 1939). Miguel Costa Filho diz que “insiste o documento em pintá-la [a situação em Minas] em cores severas, asseverando que os pretos haviam jurado exterminar e matar os inimigos da Constituição”. Cita alguns lugares em que se usavam seus trajes: Caeté, Pitangui, Queluz (Lafaiete) e Baependi; conta que em Paracatu mil negros, com os mais habitantes, fizeram festas públicas e que em Campanha se praticaram horrores e houve mortes, tendo aparecido “espíritos revolucionários que se apoderaram dos negros”. Como se pode constatar, segundo o documento, havia muita confusão e muitas limitações na mente desses negros e dos seus líderes, que contribuíram para a sua dissolução. Depois de alguns combates, muitos deles, segundo a mesma fonte, sangrentos – como os de Diamantina e Mariana – foram se separando, dispersando até quando veio a Independência, fato que os levou a se julgarem livres. Nada mais se sabe de Argoins. **Bibliografia.** DORNAS FILHO, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939; COSTA FILHO, Miguel. “Um Enigma Histórico”, *Estudos Sociais*, n. 19, 1964.

ARREMATACÃO. Ato de arrematar africanos livres (V.) que chegaram ao Brasil depois da lei de 1831. Qualquer pessoa qualificada, considerada idônea, podia candidatar-se a arrematar esses africanos, levá-los para as suas fazendas ou empregá-los em serviços domésticos, como se fossem escravos. Esse direito de arrematação de africanos livres foi decorrência do decreto de 1º de novembro de 1835, na regência de Diogo Antônio Feijó, que regulamentou a lei de 1831. Essa arrematação devia ser feita perante o juiz nos municípios das capitais das províncias. Nenhum arrematante podia levar mais de oito africanos. No caso, porém, de ser o arrematante um estabelecimento nacional, o número não tinha limites. Até o núme-

ro de dois, o arrematante podia escolher o sexo e a idade, e os menores de doze anos deveriam receber instrução, o que nunca acontecia. Para fazer uma arrematação, devia-se encaminhar um requerimento ao juiz com especificações diversas e o salário prometido. O juiz, no prazo de oito dias, decidiria o caso. Se o arrematante não os tratasse bem, segundo o decreto, a arrematação perdia o efeito. Quanto ao salário, ficaria retido até quando os escravos regressassem à África, o que geralmente nunca acontecia, ou os próprios arrematadores embolsavam. O juiz, ao entregar o escravo ao arrematante, pendurava no seu pescoço uma lata onde se continha a carta que o declarava liberto (V.), mas cujos serviços haviam sido arrendados. Segundo Brasil Gerson (1975), cujo texto estamos acompanhando, “até então possuir escravos tinha sido, com raras exceções, um privilégio dos ricos, geralmente fazendeiros, usineiros e mineradores de ouro, porque eles precisavam ser comprados, e valiam em média, quarenta libras. As arrematações, instituídas pela lei de 19 de novembro de 1835, permitiram assim a uma boa parte do que já se poderia chamar o embrião da futura classe média brasileira (da acomodada para cima, bem entendido) tê-los também a seu serviço, os negros da copa e da cozinha a se misturarem depois com os ‘negros de ganho’ que se alugavam para determinadas tarefas (os ‘bons para toda obra’) a 1\$000 por dia”. Esses africanos livres, que nunca foram repatriados, eram na prática, através da arrematação, homens livres escravizados ilegalmente. **Bibliografia.** GERSON, Brasil. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

ARREMATADOR. Pessoa ou instituição que adquiria do governo africanos livres para trabalharem em suas fazendas ou prestarem serviços domésticos em suas casas. Nominalmente livres, esses africanos, que pela lei de 1831 deveriam ser repatriados, eram obrigados a trabalhar catorze anos, durante os quais ficavam sob a tutela desses arrematadores e somente a partir daí podiam requerer formalmente a sua liberdade. Os arrematadores, em geral possuidores de ligações políticas e econômicas com as autoridades encarregadas de fazer a distribuição desses africanos, transformavam-se praticamente em senhores de escravos, com a vantagem de não gastar dinheiro para adquiri-los.

ARROIO, QUILOMBO DO. Afluente da margem es-

querda do rio Pelotas no Rio Grande do Sul, o arroio foi também chamado “Quilombo”. Segundo Mário J. Maestri Filho (1984), “estas paragens deviam ter sido, talvez já nos últimos anos do século XVIII, refúgio para um ou outro escravo fugido. Um pequeno quilombo, localizado nas margens deste arroio, deve ter dado a ele o seu nome”. A tradição oral da região aponta até mesmo o local exato – “a Ponte de Madeira” – onde se teria localizado a concentração quilombola. Foram também encontradas várias referências históricas acerca de quilombos nessa região. *Princesa do Sul*, revista da cidade de Pelotas, em 1952, fala dos quilombos da Serra dos Tapes. Maestri Filho, porém, informa que não conseguiu encontrar outras referências. Essa mesma revista fornece informações referentes a escravos nos anos de 1832, 1834 e 1835. De 1832, diz: “A Câmara receosa pela existência de quatro mil escravos espalhados pela charqueadas existentes nos arredores da Vila, requeriam medidas policiais a fim de resguardarem a população de possíveis atentados”. Afirma também que, já em 1834, Joaquim José Ribeiro, comandante de uma “partida para dar caça aos malfeitores, recebeu dinheiro pela captura de alguns e depois desse feito, no ano de 1835 reclama auxílio para sustentar os homens que vinham com eles, exercendo a vigilância na campanha contra esses perigosos elementos”. Uma referência direta a “quilombolas” foi encontrada nas atas das sessões de 3 de dezembro de 1834, da Câmara Municipal de São Francisco de Paula: “O Senhor Presidente manifestou à Câmara que tendo recebido o ofício que apresentava do Juiz de Paz do terceiro Distrito, datado de 3 de novembro, em que pedia à Câmara armamento para as pessoas que iam procurar os quilombolas, não convocou a Câmara por conhecer que não tinha meios de satisfazer semelhante requisição” (Livro de Atas da Câmara Municipal de Pelotas, sessão de 3 de dezembro de 1834). A *Princesa do Sul*, por outro lado, registra o pedido de verbas feito pela Câmara ao Presidente da Província: “Em 1835, a Câmara solicitou verba ao Presidente da Província para dar combate aos quilombolas, perigosos escravos foragidos que se atiravam à prática do roubo e do crime, com esconderijo na Serra dos Tapes. A presidência da Província pôs à disposição da Câmara a quantia anual de 2 400\$000 réis, para a perse-

guição e extinção dos núcleos fatídicos dos quilombolas, que freqüentemente fortificam-se com novos elementos foragidos e bem armados atacavam". A carta da Câmara à presidência da Província sugere uma possível aliança entre os escravos da cidade e os do quilombo: "A Câmara Municipal desta Villa cumpre o levar ao conhecimento de V. Ex.^a que não estando nas suas atribuições tomar medidas fortes para a destruição dos quilombolas refugiados na Serra dos Tapes, termo desta vila, que ousada e tiranamente estão cometendo roubos e assassinatos por aquelas imediações, cujos moradores aterrados com similares hostilidades hão desamparado suas casas, e lavouras, em manifesto prejuízo da agricultura, não obstante aos meios, que têm empregado as autoridades policiais, sempre infrutuosos, porquanto os guardas nacionais que têm sido algumas vezes chamados, nada têm feito, em razão dessas diligências se faz à vista dos escravos desses mesmos guardas nacionais que sem dúvida se comunicam com os quilombolas, e não terem as mesmas autoridades outra força disponível de que lancem mão, porque os permanentes desta vila, em número de dez, não são aptos para diligências que dependem da prática, sagacidade e segredo" (AHRGS, P.C.M. de Pelotas, 1835, livro 117). Diante dos fatos apresentados, o Presidente da Província respondeu imediatamente, encaminhando os fundos para o financiamento das forças repressivas, e pondo à disposição da Câmara a quantia de 2 400\$000 réis para "perseguição e extinção dos núcleos fatídicos". Após outros atentados dos quilombolas, a Câmara prometeu gratificar com a quantia de 400 mil-réis a prisão ou a extinção do líder dos quilombolas, Manoel Pedreiro. V. *Manoel Pedreiro (Quilombo de)*. Bibliografia. MAESTRI FILHO, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul, Educs, 1984.

ARRUDA, SEBASTIÃO GRANDE DE. Foi um abolicionista negro que, embora tendo nascido na cidade de Aracati, no Ceará, atuou durante muito tempo em Pernambuco. Serviu na Guerra do Paraguai, na Armada Imperial, tendo feito parte da guarnição do transporte de guerra *Jaguaribe*. Após a guerra, retornou a Recife, onde passou a viver de empregos modestos, como zelador da Sociedade Recreativa da Juventude e mais tarde sacristão da Igreja da Conceição dos Militares.

Descendente de africanos, dedicou-se com entusiasmo e abnegação à causa abolicionista, tendo sido um dos fundadores do Clube do Cupim (V.), onde exerceu a função de auxiliar sob o pseudônimo de Mucuripe. Faleceu em Recife, em 1918. ARTE QUILOMBOLA. Arte praticada nos quilombos ou nas zonas quilombolas por escravos fugidos ou aquilombados. Ainda não há muitos estudos sobre esse gênero de arte. No entanto, em Palmares, o artesanato era largamente praticado. Objetos de adorno, tecelagem, potes de barro, cachimbos, objetos de metal, como facas e lanças, eram produzidos pelos negros, e não apenas em Palmares, mas também em outros quilombos grandes. De modo geral, eles tinham de se auto-abastecerem do fundamental e essa necessidade obrigava-os a elaborar objetos de uso cotidiano e mesmo ornamentais e de função mágica. Todavia, pouco se pesquisou sobre outros tipos de arte, como arquitetura, escultura, desenho e demais manifestações de artes plásticas. Isso quer dizer que, do ponto de vista estritamente etnográfico, não se pode negar a existência de uma cultura quilombola de resistência, mesmo que não haja pesquisas nesse sentido. Até hoje, pelo que sabemos, nenhuma pesquisa arqueológica de vulto e sistemática foi realizada com êxito no território em que se localizava a República de Palmares. Em 1980, teve lugar um trabalho pioneiro que se serviu de técnicas arqueológicas para coletar a cultura material de alguns quilombos de Minas Gerais. Trata-se da pesquisa feita no Vale do Jequitinhonha pelos arqueólogos Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Duarte Lanna (1980). Foram executados trabalhos de prospecção no Quilombo do Ambrósio (V.), no Quilombo do Cabaça, no Quilombo da Serra Luanda ou Lapa do Quilombo e no Quilombo do Guinda. Segundo os autores, foram realizadas "prospecções com a coleta de material de superfície, e num único caso foi possível a realização de uma sondagem sistemática. Pelo espaço de tempo de existência dos quilombos os demais sítios não apresentaram deposição de sedimento suficiente para a realização de escavações". Apesar das limitações da pesquisa, os seus resultados foram positivos. No Quilombo do Ambrósio, localizado na Serra da Canastra, a noroeste do município de Campos, os pesquisadores encontraram perto do fosso, que deveria ser parte do sistema de defesa do quilombo, material que foi submetido

do à análise de laboratório. Em suas palavras, "o material arqueológico coletado na superfície da área circundando o fosso é qualitativamente reduzido devido a dois fatores: atualmente é usado como pasto, tendo sido já revirado para o plantio de capim e para a procura de um pote de ouro do Ambrósio (segundo tradição oral), por outro lado, a prospecção por nós efetuada foi bastante rápida devido à sua realização no período das chuvas". Apesar dessas limitações, naquele local foram "coletados 29 cacos de cerâmica, sendo que vários pertencem a um mesmo recipiente, o que ficou demonstrado posteriormente em laboratório. Nenhum deles apresentou qualquer tipo de decoração. Apresentam espessuras que variam de 6 a 11 mm, sendo que a predominância está na faixa de 8 a 11 mm. O antiplástico é composto de quartzo e mica, sendo que nove dos fragmentos apresentam também cacos moídos. Foi coletado ainda um fragmento de cachimbo angular que também apresentou como antiplástico quartzo e mica. Sua decoração constitui-se de círculos concêntricos em ambos os lados. No vértice externo apresenta restos de uma crista. Como se percebe, a quantidade de vestígios é bastante reduzida, além de que seu número é também pequeno, o que nos impossibilita aventar maiores hipóteses sobre a indústria cerâmica destes quilombos no tocante à forma, borda, diâmetro etc". Já no Quilombo do Cabaça – localizado no município de Diamantina, a um quilômetro de distância da antiga estrada que ligava esse município ao Serro – os pesquisadores conseguiram resultados menos escassos. Os arqueólogos também realizaram pesquisas na Lapa do Quilombo ou Quilombo da Serra Luanda, localizado no município de Gouveia, perto da localidade denominada Cuiabá, e escavações no Quilombo do Guinda, situado na Serra do Quilombo, município de Diamantina, próximo à antiga picada que ligava a sede do município à localidade chamada Guinda. Diante dos resultados da pesquisa, os seus autores chegaram às seguintes conclusões: "1) as populações dos quilombos por nós pesquisados eram reduzidas, girando em torno de vinte a trinta pessoas ou: 2) os quilombos eram maiores e estes locais eram usados em épocas de repressão excessiva, quando o quilombo era atacado e obrigado a se dispersar, tática largamente usada pelos quilombolas nas várias regiões do Brasil. No entanto, as estruturas existentes

(vaso do Guinda e Serra Luanda) não justificariam este caráter temporário. Essas duas hipóteses se ligam à quantidade de material coletado que deve ser considerado também pelo lado da durabilidade dos objetos (ferro, por exemplo) que permitia mudanças com menores riscos de quebra, possibilitando (em caso de dispersão do quilombo) a retirada do material que seria levado enquanto fosse menos conveniente que necessário. Considerando a localização do Quilombo do Ambrósio e os da região circunvizinha e comparando-os com os da área da mineração, podemos levantar a possibilidade de que o tipo de atividade exercida pelos quilombolas está em relação direta com as condições geográficas e o tipo de produção da sociedade escravista à qual era ligado. Esses fatores determinavam ao quilombo uma necessidade de maior ou menor contingente de indivíduos. Em outras palavras, os quilombos se configuraram em tipos diferentes em função da região em que se localizaram e do caráter da atividade produtiva nela desenvolvida. A agricultura, atividade básica exercida pelos quilombos da região agropastoril (caso do Quilombo do Ambrósio) necessita de maior contingente populacional em função das próprias necessidades deste tipo de atividade produtiva. Na mineração o escravo faiscador, sozinho, poderia conseguir o seu sustento, já que esta atividade permite que um indivíduo produza e consiga apenas com o produto do seu trabalho obter, através do comércio, o que lhe é essencial. Levando-se em conta que a excessiva umidade dos quilombos facilmente permitiria conservação de vestígios vegetais, os vestígios alimentares nos permitem concluir que: a carne era raramente consumida; se os quilombos eram utilizados como abrigos permanentes, o nível de vida era muito baixo, e que pelo menos na área da mineração, eram extremamente dependentes do comércio que realizavam com a sociedade escravista. Não foram encontrados em suas imediações nenhum vestígio de atividade agrícola que permitisse suprir, pelo menos em parte, as necessidades alimentares. Não é o caso dos quilombos da área da agricultura e pecuária no tocante aos quais a documentação existente sempre faz referências a 'roças' onde se cultivava milho, mandioca etc. Isto reforça a hipótese de que a atividade produtiva da região determina em grande parte a organização e a produção do quilombo. Outro elemen-

to importante a ser considerado é o tipo de material coletado e que comprovadamente não foi produzido no quilombo (ferro fundido, chapas de ferro, porcelana, vidro etc.) e que nos comprovam a existência de vínculos com a sociedade escravista". **Bibliografia.** GUIMARÃES, Carlos Magno & LANNA, Ana Lúcia. "Arqueologia de Quilombos em Minas Gerais". *Pesquisas (Estudos de Arqueologia e Pré-história Brasileira)*, Instituto Anchieta de Pesquisas. Antropologia, n. 31, 1980.

ARTISTA, O. Jornal abolicionista de Recife. Estreou no dia 1^a de abril de 1888, com formato de 35 x 25 cm, com quatro páginas. Propriedade de uma "associação", tinha como redator Cirilo Ribeiro. Um número especial, datado de 13 de maio, foi dedicado à abolição da escravatura, em papel acetinado, figurando na primeira página uma poesia comemorativa de Teotônio Freire, seguida de outras assinadas por Pedro de Assis, Elísio de Melo, Marcelino Cleto, Beatriz de Castro etc. Prolongou-se a existência desse periódico até pelo menos o n.º 21, de março de 1891.

ASIENTO. Contrato que autorizava a comercialização do escravo negro, capturado na África, nas colônias espanholas. Era um dos negócios mais rentáveis da época e uma única viagem podia enriquecer um arrendatário. O rei Carlos V, por exemplo, emitiu milhares de *asientos* (licenças). Muitos protegidos da corte conseguiram mais de uma concessão, negociando-as com terceiros. Assim, Guilherme de Coy, um dos afeiçoados do rei, recebeu seiscentas de presente e Lourenço de Gouvenot, governador de Breda, mordomo-mor, foi contemplado em 1518 com nada menos de quatro mil. Inicialmente, o centro de abastecimento foi Sevilha, mas posteriormente permitiu-se a aquisição de escravos na própria Guiné. Gouvenot cedeu pela quantia, elevadíssima para a época, de 25 mil ducados as suas licenças a genoveses que passaram a participar do comércio negreiro. Segundo Afonso d'E. Taunay (1941), a Ilha de São Tiago e Cabo Verde passou, então, a ser o entreposto de onde os traficantes lusos traziam os escravos para serem embarcados nos tumbeiros (V.) espanhóis, rumo às Índias de Castela. Tão arrogantes se mostraram esses arrendatários, que chegaram, em 1522, a tentar expulsar os espanhóis da ilha de São Domingos. À medida que os anos avançavam e havia necessidade de mais escravos nas áreas coloniais, mais

volumoso tornava-se o tráfico negreiro. A par deste aumento, Carlos V instituiu o famoso *asiento* regulador da importação de negros. Em 1528, os alemães Henrique Singer e Jerônimo Seller arrendaram o negócio e conferiu-se o privilégio a um arrendatário encarregado de resgate na África até a distribuição da mercadoria humana nos mercados. Flamengos, alemães, italianos foram contratadores e enfim, depois de 1580, surgiram em cena os portugueses. A mortalidade registrada aumentou assustadoramente, a ponto de Carlos V arrendar pela segunda vez o tráfico aos alemães Singer e Seller, que ficaram obrigados a introduzir quatro mil negros em quatro anos, não podendo cada escravo ser vendido por mais de quarenta ducados à vista. Posteriormente, o governo espanhol vendeu muitas licenças à vista. Só em 1561 mais de vinte mil *asientos* foram negociados. São Tomé, grande centro açucareiro, desde o princípio do século XVI, tornou-se um grande entreposto de escravos. A cultura da cana-de-açúcar continuava a ser a principal financiadora do tráfico. Ademais, na divisão por sexo, os traficantes exigiam o embarque de pelo menos dois homens para cada mulher. Os ajustes com o Brasil se diferenciavam, segundo José Gonçalves Salvador (1981), nas seguintes cláusulas: não havia limites ao total de escravos; menor valor nas taxas; indiscriminação dos portos de embarque. De certo modo, foi o prolongamento modificado do sistema de licenças. Assim, em 1583, pelo contrato de Cabo Verde e rios da Guiné, Álvaro Mendes de Castro se comprometeu a fornecer quinhentos escravos por ano, até perfazer três mil. Um novo acordo foi estabelecido, a seguir, com o grupo de traficantes constituído por Simão Pereira, Ambrósio de Ataíde, Pedro Freire e Diogo Henriques. Em 1595 sucedeu-os Diogo Nunes Caldeira na qualidade de arrendatário único. Entretanto, por volta de 1589, a Coroa imprimiu novo rumo a esse sistema por sugestão de Duarte Lopes, que dizia em seu parecer que o Congo, Angola e São Tomé poderiam juntos fornecer oito mil escravos por ano à América Espanhola, desde que houvesse navios suficientes, e que os débitos oriundos do arrendamento fossem garantidos por fianças idôneas e liquidados em prazo bem definido. A partir do *asiento* concedido a Pedro Gomes Reinell, em 1595, o acordo apresentaria características bem definidas. Segundo as

cláusulas contratuais, tinha por obrigação introduzir 4 250 escravos negros, anualmente nas Índias; conferir "licença" a quem as desejasse e ele ficaria encarregado de completar o total exigido em caso de necessidade. Os *asientos* firmados no século XVII seguiam a mesma trilha daquele conferido a Reinell, variando naturalmente em alguns aspectos, como o preço, o reforço das garantias, a duração do contrato etc. **Bibliografia.** TAUNAY, Afonso d'E. *Subsídios para a História do Tráfico Africano no Brasil*. São Paulo, Imprensa Oficial, 1941; SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Nегreiro*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981.

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ESCRAVOS. Entidade criada em 28 de setembro de 1871, com a Lei do Ventre Livre, com o objetivo de promover a libertação dos escravos e cuidar dos ingênuos (V.). A sua atuação foi decepcionante.

AUTO-EMANCIPADO. Escravo que se evadia do cativo por meio de fuga e depois buscava refúgio nas casas dos abolicionistas nas cidades, sobretudo no Rio de Janeiro, como aponta Oswaldo Orico (1931). Esses abolicionistas conseguiam evitar sua volta à escravidão por meio de diversos recursos, inclusive seu envio para aquelas províncias onde não mais havia o trabalho escravo, como Ceará e Amazonas. **Bibliografia.** ORICO, Oswaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1931.

AUTO-ESCRAVIZAÇÃO. Forma pouco usual de escravidão em que uma pessoa livre se vendia, voluntariamente, como escrava. Temos pelo menos a referência de um caso concreto narrado por Carlos Pontes (1937). Trata-se do caso de Joana Batista, cafuza paraense, nascida livre e que se vendeu como escrava. Caso insólito, foi levado à consideração das autoridades, na época o governador e capitão-general José de Nápoles Tello de Menezes e o ouvidor João Francisco Ribeiro. A livre Joana dirigiu ao ouvidor a seguinte petição:

Diz a cafuza Joana Batista, filha da índia Ana Maria já defunta, senhora de si, que ela suplicante pretende sujeitar-se ao serviço de Pedro da Costa, como sua escrava, e o suplicado comprar a pessoa da suplicante por 80\$000 em trastes, a saber: ouro e fato para vestir como tem justo; a suplicante como não tenha meios e modos para viver sobre si, nem dinheiro para passar, pediu ao suplicado assinar termo de que a comprou e a suplicante juntamente como se vendeu e servir ao suplicado enquanto for viva, de que a suplicante não

pode fazer sem despacho de Vm., e conceder-lhe a licença para sujeitar-se ao dito serviço Pede a Vm. Sr. Dr. Ouvidor Intendente Geral seja servido assim o mandar. E receberá mercê.

O ouvidor deu o seguinte despacho à petição de Joana Batista: 'O caso é bastardo, eu entendo andam por aqui Instituições de Justiniano; mas antes que me conforme com a sua vontade venha o comprador e a suplicante à minha presença. Ribeiro". Compareceram as duas partes e, depois de ouvi-las, o ouvidor exarou o seguinte despacho: "Farão o que lhes parecer, que a sua vontade regule o contrato. Ribeiro". De posse do despacho, os contratantes procederam à escritura. O documento, que bem expressa uma situação extrema do modo de produção escravista, diz:

Escritura de venda que faz a Cafuza Joana Batista de si própria e de ser escrava de Pedro da Costa por preço e quantia de 80\$000, como abaixo se declara. Saibam todos quantos este público instrumento de escritura de venda de hoje para sempre ou como melhor em direito dizer-se possa virem, que sendo no ano do nascimento de Nossa Senhor Jesus Cristo de 1780 anos, aos 19 dias do mês de agosto do dito ano, nessa cidade do Pará em meu escritório apareceram presentes de uma parte a Cafusa Joana Batista, moradora nesta cidade, na rua que vai por detrás da Misericórdia; e de outra Pedro da Costa, de nação Catalunha, morador na rua S. Vicente, ambos pessoas que eu tabelião reconheço pelas próprias, de que dou fé. E logo em presença das testemunhas adiante nomeadas, escritas e assinadas, pela dita Joana Batista foi dito que ela de seu nascimento sempre foi livre e isenta de cativo; e como ao presente se achava sem pai e sem mãe que dela pudesse tratar e sustentar assim para a passagem da vida como em suas moléstias, nem tinha meios para poder viver em sua liberdade, cujos pais dela outorgante foram o preto Ventura e de sua mãe a índia Ana Maria, que fora do serviço de um padre, por cujo motivo, para poder ela outorgante viver em sossego, empregando-se no serviço de Deus e de um senhor que tivesse dela cuidado em suas moléstias e a tratasse como por lhe ter custado o seu dinheiro, assim o fazia ela outorgante de sua livre e espontânea vontade, sem constrangimento de pessoa alguma se tinha ajustado e contratado com o dito Pedro da Costa vender-se a si mesmo por sua escrava como se tivera nascido de ventre cativo e nunca tivesse sido livre, para com tal o ser até a sua morte, com declaração de que se ela algum dia tiver filhos, eles serão forros, livres e isentos de cativo, cuja venda fazia unicamente de si, ou de sua pessoa ao dito Pedro da Costa

por preço e quantia de 80\$000; a saber: metade em dinheiro e outra metade que são 40\$000, em fazenda e trastes de ouro e o mais que precisar para o seu ornato, de cuja quantia ela outorgante vendedora se deu por paga entregue e satisfeita da quantia de 40\$000 em dinheiro e um rosicler de ouro, grande, e um par de brincos do mesmo em 18\$000 que faz a quantia de 58\$000, de que dá plena quitação ao comprador, e o mais resta que falta para completar os 80\$000 se obriga ele comprador por si e por sua pessoa e bens móveis submoventes e de raiz e o mais bem parado a entregar à mesma sua escrava em fazenda todas as vezes que lhe pedir, de que mandará passar recibo para se por quitação à margem desta, para todo tempo constar; para cujo fim tinha obtido licença do Dr. Ouvidor Geral, como abaixo se declara. E desde logo disse ela outorgante desistia de todo o privilégio ou foro que pudesse alegar até agora tinha, se submetia debaixo das leis e penas de escravidão, e desde logo demitia de si para sempre tudo quanto pudesse haver em direito a seu favor, para alegar; e ir desde logo para a servidão e cativoiro do dito Pedro da Costa que desde já o reconheceria por seu senhor, como se com efeito nunca tivesse sido forra e liberta e como tal queria a reconhecesse e se algum tempo ele dito seu senhor comprador, por algum motivo a maltratasse e se não se der bem no seu cativoiro poderá vendê-la a quem lhe parecer como sua escrava, que por esta fica sendo, e se nesta escritura falta alguma cláusula ou cláusulas especiais em direito as não aqui todas por expressadas e declaradas, como se de cada fizesse especial menção. E pelo dito comprador foi dito que ele aceitava esta escritura na forma declarada. Em testemunho da verdade assim outorgaram, pediram e aceitaram. E eu tabelião aceito por quem ausente a favor dela, cujo instrumento lancei nesta nota por ser distribuído do teor seguinte: A folha 78, a Lira, uma escritura de venda de si própria que faz a Cafusa Joana Batista por preço de 80\$000 a Pedro da Costa – Pará – 19 de agosto de 1789. – Albuquerque. Pagou 1.200 desta escritura, o que tudo ouviram ler e assinar com as testemunhas presentes foram arroladas os soldados José Nicácio e Raimundo José Marques, moradores na rua S. Vicente e pela outorgante vendedora não saber ler nem escrever pediu a Luís Antônio. E eu Agostinho de Lira Barros, tabelião que escrevi, assino a rogo do outorgante. Luís Antônio, Pedro da Costa, José Nicácio, Raimundo José Marques. Não se continha mais em dita escritura aqui conteúda e declarada, que eu sobredito tabelião trasladei fielmente da própria que fica nas notas a que me reporto, com a qual conferi, concertei, escrevi e assinei. Pará a 19 de agosto de 1789. Em testemunho da verdade de Agostinho Antônio de Lira Barros”.

Este caso-limite registrado no Pará não era evi-

dentemente o único, se levarmos em conta a situação de penúria extrema que especialmente naquela região viviam os livres não-brancos em uma economia de miséria que os levava à auto-escravização. Bibliografia. PONTES, Carlos. “Uma Escrava Original”. In: FREYRE, Gilberto et alii. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro, Nacional, 1937.

AVENÇA. Licença cedida pelos responsáveis pelo contrato escravista (os contratadores), àqueles que se interessassem pelo comércio escravista, concedendo-lhes o direito de tráfico com as áreas dos escambos e a aquisição de “peças” destinadas aos mercados consumidores. As avenças eram cedidas mediante acordo entre o contratador e a pessoa interessada, sendo que o primeiro abria mão de algo a favor do segundo, ao passo que este assumia determinadas obrigações, como o ressarcimento em dinheiro da “peça” embarcada, o pagamento de outros valores, como o preço dos escravos, se negociados a crédito. Segundo José Gonçalves Salvador (1981), o ajuste se processava em Lisboa sob as vistas da Fazenda, seguindo-se o respectivo registro na Casa do Conto, e o traslado do documento que comprovasse o negócio. Este tipo de negociação era estreitamente ligado ao monopólio escravista, mas sem qualquer vínculo empregatício com ele, sendo a relação apenas de natureza comercial. Desde o terceiro decênio do século XVII, o governo permitiu maior liberdade, facilitando transações, inclusive na própria residência do contratador e nas feitorias, embora as “avenças” tivessem de ser registradas dentro de certo prazo no Livro da Casa de Lisboa. Temos o exemplo, citado por José Gonçalves Salvador, do acordo firmado entre o contratador Jácome Fixer e o traficante Jorge Fernandes Gramacho, mercador de Algarve, no ano de 1602. A avença lhe dava o direito de retirar de Cabo Verde 150 peças, cujo valor pagou à vista, deixando a taxa *per capita* para o fim da viagem. Outro caso elucidativo é o de Luiz Fernando Gramacho, que costumava negociar os escravos em Cartagena. Tendo navio próprio, adquiriu, em 1609, “uma avença de cem peças entre machos e fêmeas” de João Soeiro, para retirá-las nos rios da Guiné, devendo pagar os direitos no porto do destino quinze dias após a chegada, à razão de 27 ducados castelhanos, em prata ensaiada ou em ouro de lei. Além disso, levaria 10% de peças por conta das que porventura viessem a morrer. Os avençados

(V.) gozavam de privilégios, descritos em leis e especificados nos contratos e alvarás. Bibliografia. SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negroiro*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981.

AVENÇADO. Elemento que recebia a licença das áreas de escambo para negociar as “peças” que fossem estipuladas por contrato com o contratador, elemento principal da transação do tráfico negroiro. Essas licenças, conhecidas como avenças (V.), garantiam aos avençados uma série de privilégios, descritos em lei. Como exemplo, citado por José Gonçalves Salvador (1981), temos o contrato de André Rodrigues de Estremós, que estipulava os seguintes direitos dos avençadores: participar dos resgates; a isenção de taxas sobre certas mercadorias; o livre escambo na área do contrato e terras do Brasil; o exclusivo direito sobre os escravos transportados por sua conta, não podendo os navios ser tomados ou embargados; o pagamento das taxas *per capita* tão somente ao contratador, de modo que nenhuma autoridade do Brasil poderia exigi-las. Os avençadores foram elementos de suma importância na dinamização dos contratos escravistas. Sem eles, o contratador seria incapaz de conduzir o contrato escravista satisfatoriamente. A Coroa portuguesa, ciente deste fato, obrigava o contratador a ceder avenças a quem as quisesse. Alguns avençadores eram também armadores, isto é, eram traficantes que

punham navios a seu serviço exclusivo, ou no de terceiros, e assumiam a responsabilidade pela embarcação, pela tripulação e por todos os riscos de bordo. No conjunto, todos esses traficantes estabeleciam relações entre as duas margens opostas do Atlântico Sul. Suas atividades formavam uma teia de rotas que cortavam desde Portugal e Espanha, até a África Ocidental, as Antilhas, as Canárias e o Brasil. Os avençados e também os armadores estavam sediados nas ilhas do Atlântico Sul, em Angola e no Brasil durante pelo menos o século XVIII. Provinham geralmente da Madeira, Cabo Verde e São Tomé. Na ilha da Madeira sobressaía-se o traficante Francisco de Vitória, que possuía negócios no Rio de Janeiro e relações com o Rio da Prata. Em Cabo Verde destacaram-se os mercadores Simão Ruiz Correa e Diogo Ximenes de Vargas, cujas transações se ligavam à Capitania do Espírito Santo no Brasil, onde possuíam engenho de açúcar. Bibliografia. SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negroiro*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1981.

AZORRAGUE. Formado de uma ou mais correias entrelaçadas e munidas de um cabo. Servia para o espancamento do escravo, principalmente na zona rural. Houve casos de escravos que morreram por excesso de vergastadas com esse instrumento de suplício. V. *Bacalhau*.

B

BACALHAU. Chicote de pequeno cabo de couro, a que se seguia o couro retorcido, terminando em cinco pontas livres. Mas havia ainda rebenques de todos os feitios, até de ramos flexíveis de árvores. Os castigos de açoites (V.) variavam de intensidade, conforme as faltas cometidas e conforme as tradições de tolerância ou de crueldade dos fazendeiros.

BAEPENDI, QUILOMBO DE. Ajuntamento de negros escravos fugidos em Minas Gerais, constituído em 1736. A presença desse quilombo levou as autoridades a pedir socorro contra a ação dos quilombolas. O motivo alegado foi o de que eles tinham ido à casa de um homem e não só o tinham matado, como também “do seu corpo fizeram anatomia” e tinham levado duas filhas donzelas e um menino. Por ordem do governador, o quilombo foi destruído por pessoas que para isso se reuniram na freguesia.

BAIANI. Divindade trazida pelos africanos escravizados. É a mãe de Xangô (V.), com quem o rei do raio e dos trovões cometeu incesto. Seu dia da semana é quarta-feira. Suas cores são o vermelho e o branco e se apresenta vestida quase como Xangô, seu filho, tendo a diferenciá-la apenas um adê (coroa de búzios) que traz na cabeça.

BALAIADA, O ESCRAVO NA. Movimento político no

Maranhão (1838–1840) chefiado pelo partido liberal (Bem-te-vi) descontente com a situação política da província. Movimento urbano no começo, depois se espalhará pelo campo, sendo engrossado pela massa camponesa e pela plebe rural de modo geral. O nome do movimento originou-se da alcunha Balaio, dada a Manuel Francisco dos Anjos Ferreira, um fazedor de cestos que se transformou num dos líderes mais influentes da sua ala radical. A essa ala pertenciam os quilombolas do Preto Cosme, chefe de um quilombo, e logo depois um dos líderes mais ativos da revolta, mas que nunca foi aceito pelos políticos bem-te-vis, nem aceitou sua linha oportunista. Tal posição independente foi reconhecida pelo próprio Caxias que, ao declarar ter pacificado o Maranhão, escreve: “Se a estes [os balaios] adicionarmos três mil negros aquilombados sob a direção do infame Cosme, os quais só de rapina vivem, assolando e despovoando as fazendas, temos onze mil bandidos, que com as nossas tropas lutaram”. O chefe da Balaiada é o mulato Manuel Francisco, que se intitulará “tenente dos pretos” e, segundo ofício denunciando o início da revolta, “é o que mais tem seduzido a gente de cor, porque esta gente muito acredita no seu semelhante”. O certo é que, com a experiên-

cia adquirida durante o tempo em que lutavam nas matas, os quilombolas do Preto Cosme, junto com os de Manuel Balaio, aplicaram a tática de guerrilhas que tantos e profundos danos causaram às tropas legalistas. No dia 7 de março de 1839 as tropas de diversas colunas de balaio juntaram-se na vila da Manga, região já conhecida tradicionalmente como foco de quilombo. O Preto Cosme chefiou três mil escravos, iniciando a marcha, depois vitoriosa, sobre a cidade de Caxias. No dia 1^a de julho daquele ano, a cidade sitiada caiu diante das forças rebeldes. Instaurou-se então uma junta de governo, que assumiu a responsabilidade de preparar a defesa da cidade e negociar com as autoridades. Os quilombolas do Preto Cosme cantavam nas ruas ocupadas da cidade de Caxias:

O Balaio chegou!
O Balaio chegou!
Cadê branco?
Não há mais branco!
Não há mais sinhô!

Após a capitulação da ala menos radical da Balaiada, constituída de elementos vacilantes aglutinados no chamado partido Bem-te-vi, apenas os líderes Cosme e Manuel Francisco continuaram — mesmo desordenadamente — a luta, até o seu esmagamento total. Aliás, os Bem-te-vis aproveitaram-se do movimento de massas, que os líderes balaio realizaram, para obter proveito político imediato, angariando posições e facilidades. Contribuíram, por outro lado, para prejudicar a união total dos camponeses sublevados com a massa escrava que pululava nas fazendas de algodão do Maranhão. A luta, de qualquer forma, prosseguia. Quando chegou ao Maranhão, o que mais interessava a Caxias era esmagar os quilombolas. Em agosto de 1840, assistiu pessoalmente a um ataque à concentração de escravos do Preto Cosme. Outros líderes, ao sentirem o movimento em declínio e a perspectiva de uma anistia da parte do presidente da província, passaram a combater seus antigos aliados, os quilombolas. O caudilho Poderosa, por exemplo, aceitou a condição imposta por Caxias, de combater os quilombolas para obter o perdão. Nas palavras de Brasil Gerson (1953): “Aceita a condição, Poderosa lançava-se contra os negros fugidos,

nas florestas, e os reduzia mais ainda como força organizada, e, assim, jogando os balaio brancos e mestiços contra os escravos negros, já ao raio de 1841 podia anunciar em ordem do dia que a rebelião estava terminada, com a rendição de Raimundo Gomes, inclusive, com aproximadamente três mil homens, em Miritiba e Icatu, na presença dos últimos caudilhos em armas. Só o ‘infame Cosme’ ficava restando, ‘vivendo de rapina e assolando fazendas’, perseguido pelas forças legais e por muitos balaio que com ele já colaboravam beneficiados todos eles — menos o capitão quilombola — pelo decreto da anistia”. Finalmente, o Preto Cosme foi derrotado e feito prisioneiro depois de baleado na perna. Juntamente com ele foram capturados 2 400 quilombolas que estavam sob seu comando. Levado para São Luís, foi julgado e enforcado. Terminava assim a participação dos escravos negros na Balaiada. **Bibliografia.** GERSON, Brasil. *Garibaldi e Anita*. Rio de Janeiro, Ed. Souza, 1953; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

BALOGUM. O grande chefe entre os negros islamizados, o forte, o guerreiro; o Cabeça da Mesa, eleito entre os alufás (V.).

BANDA-FORRA. Assim eram chamados no Brasil os filhos de brancos com negras escravas. Segundo Limeira Tejo (1937), “a diferença é que as escravas, mães dos filhos dos brancos, gozavam de alguma honra de maternidade. Os banda-forras que resultaram desses coitos adquiriam, na maior parte das vezes, certa situação social”. Entretanto, Rodrigues de Carvalho escreve: “O negro da banda-forra, isto é, aquele escravo que houvesse adquirido uma espórtula, uma quantia em dinheiro, que tivesse comprado ao senhor a metade de sua liberdade, tinha a banda forra”, ou seja, a metade do seu corpo já lhe pertencia. Estava forro e poderia trabalhar para si aos domingos: “fazer um espojeiro (V.), uma pequeníssima cultura de roça ou de milho” (Souza, 1961). A descrição de Rodrigues de Carvalho expressa muito melhor a verdade do que a de Limeira Tejo. O banda-forra era aquele escravo que, tendo nascido de ventre cativo, mesmo sendo filho bastardo do seu senhor, conseguia comprar ou adquirir por outros meios a metade da sua liberdade. Outras vezes o escravo tinha cada uma das suas bandas pertencentes a um senhor diferente, o que quase sempre acontecia em caso de partilha de he-

rança. **Bibliografia.** TEJO, Limeira. *Brejos e Carrascaes do Nordeste*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1937; SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

BANDAS MUSICAIS. A exemplo do que ocorria nas cidades, nas fazendas do interior e nos engenhos formaram-se várias bandas de escravos músicos. Já em 1610, o navegante francês Pyard de Laval, descrevendo a recepção que um senhor importante do Recôncavo Baiano lhe ofereceu, registra o que talvez seja a primeira orquestra de negros escravos do Brasil. A partir dessa data, cresceu o número de bandas. João Brígido (1899), pesquisador fluminense, aponta como o poder pessoal dos senhores da época passavam aos olhos da sociedade: “Os Feitosas sempre tinham sido chefes de grande respeitabilidade, e impunham-se pela ostentação. Quando aparecia um deles em Aracati ou no Forte (Fortaleza), fazia-se acompanhar da sua banda de música, como soíam os potentados do tempo. Eram escravos, tocando charamelas, trompas, caixas e outros instrumentos de então”. Essas bandas, além de servirem para demonstração de *status*, de divertimento, eram na zona rural os únicos conjuntos chamados para animar as festas religiosas na Colônia; mais tarde, porém, transformaram-se também em fonte de renda para aqueles que as possuíam, por meio da cobranças às Irmandades que as contratavam. É o caso da rica fazendeira baiana Raimunda Porcina de Jesus que, entre 1865 e 1866, possuía uma banda de escravos. A própria D. Raimunda recebia pagamento e assinava recibos pela participação de seus músicos nas festas do Bonfim. A Igreja também não se furtou de possuir suas bandas de escravos negros. Ainda no século XVIII, de acordo com o diário de frei Caetano Brandão, onde estão registradas as visitas de religiosos na Ilha de Marajó, os negros aprendiam ofícios e religião. No comentário de Vicente Salles (1971) a este diário, lê-se: “Na fazenda dos padres mercenários, ao se cantar os louvores divinos, diz [frei Caetano Brandão] que gostou muito de ouvir duas pretinhas, que faziam uma admirável consonância de primeira e segunda voz”. O bispo era um apaixonado da música e em toda parte anotava a emoção com que os escravos homenageavam: “Cantou-se o *Te Deum*: e os escravos e escravas cantaram o *Bendito sejas*, e outras modas com tanta graça e doçura, que não pude sustentar as lá-

grimas”. O caso mais famoso onde os padres se tomaram responsáveis pela formação de uma banda na zona rural aconteceu no início do século XVIII, quando da doação pela Marquesa Ferreira de grande extensão de terra aos jesuítas do Rio de Janeiro. Os jesuítas de posse desse latifúndio, por volta de 1700, já eram “senhores de uma povoação de 3 300 moradores e 124 edificações. A concentração de escravos na região chegou aos milhares, a renda do que aí era produzido revertia-se para a ordem. A par das atividades econômicas os jesuítas preocuparam-se com as questões culturais”. O geógrafo italiano Adriano Balbi foi o primeiro a descrever, em 1822, as atividades dos jesuítas da Fazenda Santa Cruz no campo musical, afirmando existir ali “uma espécie de conservatório de música estabelecido, destinado unicamente a formar os negros em música”. Observando que, com a expulsão dos jesuítas, esta propriedade passou para os bens da Coroa (1761) e, sendo este núcleo jesuítico destinado a servir de casa de campo para o Príncipe D. João, aduz: “Quando pela primeira vez ouviram missa na Igreja de Santo Inácio de Loiola, em Santa Cruz, Sua Majestade e toda a Corte admiraram-se da perfeição com que a música vocal e instrumental era executada por negros dos dois sexos, os quais se haviam aperfeiçoado nesta arte segundo o método introduzido vários anos antes pelos antigos proprietários deste domínio e que felizmente ali fora conservado”. Um exemplo da formação de bandas de escravos indicando *status* para seu proprietário foi dada ao pastor americano J. C. Fletcher em 1855 na Fazenda Soledade, do Comendador Silva Pinto, no Vale do Paraíba: “No decorrer de nossa palestra o Comendador deu-nos a notícia de que tinha agora ‘sua música própria’. Referiu-se a ela muito modestamente. Desejávamos ouvir seus músicos, pensando que iríamos ouvir uma rouquenha rebecca da roça, um pífano e um tambor. O Comendador disse que o nosso desejo seria satisfeito à tarde. Uma hora depois das vésperas ouvi sons agudos e violinos, afinação de flautas, breves improvisos em variadas cornetas, ronco de trombones, começo de valsa, marcha ou polca. Fui para o quarto de onde vinham os sons e aí vi quinze escravos músicos, toda uma banda regular: um deles dirigia-se para junto a um harmônico e havia um coro de negros mais jovens, diante de estantes arrumadas sobre

as quais se viam folhas de música impressa ou manuscrita [...] Observei também um respeitável cavalheiro de cor (que se sentava junto de mim ao jantar), dando ordens. Era o 'maestro'. Três pancadas com o arco de seu violino ordenaram silêncio, e em seguida a um movimento ondulado dos seus braços, à la Julien, a orquestra começava a executar a *ouverture* de certa ópera com admirável proficiência e precisão". A orquestra do Comendador Silva Pinto possuía um repertório não só de música erudita, mas de músicas populares européias e marchas norte-americanas. Também no Vale do Paraíba, nesta mesma época, na fazenda Paraíso, do Visconde do Rio Preto, em Vassouras, sua nora D. Mariana Barbosa mantinha uma orquestra de oitenta músicos e um coro de setenta meninos negros que cantavam nas festas de casa e nas festas religiosas. Com a Abolição, esses músicos ex-escravos aderiram às bandas das Irmandades, aos grupos de músicos das festas folclóricas ou engrossaram o contingente de músicos urbanos nas bandas militares, nos conjuntos de choro e serenatas do século XIX. **Bibliografia.** SANTOS, João Brígido dos. *Ceará: Lado Cômico*. Fortaleza, Typ. Moderna, 1899; SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

BANDEIRA. Organização de negros e mulatos no Rio de Janeiro. Era uma agremiação de confrarias que tinha um santo católico por patrono. Essas bandeiras constituíam uma tradição portuguesa, que no período colonial do Brasil congregavam a classe dos peões, oficiais mecânicos, operários e trabalhadores artífices. Os judeus, mouros, os cristãos-novos, os degradados, os ciganos, os escravos africanos não podiam, a princípio, tomar parte nas bandeiras. Todos eles constituíam a classe dos inferiores, pelas raças ou pelos crimes. No entanto, já no período mais avançado da escravidão, mulatos, caboclos e cafusos haviam fundado confrarias a que depois se juntaram os negros libertos fazendo suas organizações em bandeiras. V. *Cantos*.

BANDO. Proclamação pública que se fazia durante a escravidão para anunciar alguma medida de interesse público tomada pelo governo ou algum decreto. Era lido nos principais locais de aglomeração para que todos tomassem ciência do seu conteúdo.

BANDOLEIRISMO. Além dos tipos de revolta tradi-

cionais e mais freqüentes, muitas vezes o quilombola, o negro fugido, transformava-se em bandoleiro, atacando nas estradas, pilhando expedições e invadindo e roubando fazendas. Os bandoleiros tinham uma grande movimentação e quase nunca residiam num local fixo. Eram salteadores, e alguns se refugiavam junto aos quilombos ou os ajudavam, como é o caso de Lucas da Feira (V.). Esse movimento durou todo o tempo da escravidão e pode ser equiparado ao conceito de banditismo social de Hobsbawm. Podemos situar o primeiro surto ponderável desse fenômeno no período de ocupação holandesa, quando se formaram os *bushnegroes* (V.), que infestavam as estradas das capitanias ocupadas pelos batavos. Eram bandos nômades que se colocavam em posição independente quer dos holandeses quer dos luso-brasileiros, incendiando canaviais, destruindo engenhos, matando o gado ou comendo-o, assaltando casas-grandes. Esses bandoleiros negros sobressaltaram tanto portugueses e brasileiros como holandeses e persistiram durante todo o período de ocupação. Em Minas Gerais vemos o mesmo fenômeno se repetir. Unidos aos contrabandistas, faiscadores e demais segmentos marginalizados, ligando-se também aos quilombolas, praticavam atos de desgaste econômico aos senhores das minas, muitas vezes desapropriando através de violência a produção dos mineiros, outras vezes conseguindo, com contrabandistas, parte do material sonogado. Por exemplo, há o caso de Isidoro, o Mártir (V.), que durante muitos anos foi senhor absoluto das áreas ermas da região do Tijucu. Aprisionado finalmente, foi torturado até a morte para revelar os possíveis tesouros ocultos que deveria conhecer no local. Em Sergipe, durante muito tempo esse bandoleirismo agiu, assaltando vilas e povoados para obter víveres e munições. Um dos bandoleiros mais ativos na região foi, sem dúvida, o negro João Mulungu (V.) e o seu parceiro Manoel Jurema. Em 13 de janeiro de 1876, o caçador de quilombolas João Batista da Rocha Bahia escreveu ao chefe de polícia Vicente de Paula Castais Telles: "Consta-me que o regente desses malfeitores é o célebre quilombola João Mulungu, e o seu imediato Manoel Jurema. Hoje chegou ao meu conhecimento que aquele malfeitor está preparando-se com muitos quilombolas para invadirem esta vila, prometendo vir até o quartel com

os seus companheiros atacarem a força e já tem prevenido dois quilombolas com quinze escravos para esse fim, mas não se pôde ainda capturar aquele malfeitor porque todo movimento que se dá na vila, ele no mató é sabedor, visto ter sócios nesta vila que se prestam a avisarem a ele". Foi um dos mais radicais entre todos os bandoleiros conhecidos. Até hoje suas façanhas são recordadas no interior baiano. O Preto Cosme, por seu turno, na última fase da Balaiada, aderiu ao bandoleirismo, juntamente com os quilombolas sob seu comando. Ainda na região mineira há uma associação entre esses bandoleiros negros, faiscadores e contrabandistas numa interação permanente e ilegal.

BANGÜÊ. Padiola que conduzia os cadáveres dos escravos até o cemitério ou para serem jogados em algum lugar distante ou na praia. Este significado transparece na seguinte quadra popular da Bahia:

Negro jeje quando morre
Vai na tumba de bangüê
Os parceiros vão dizendo
Urubu tem de comê.

O vocábulo tem outros significados como: engenho de açúcar do tempo colonial; ladrilho de taxas nesses engenhos; a fornalha de objetos de cozimento do caldo da cana; trançado de cipós para carregar o bagaço e cadeira antiga de tração animal.

BANQUEIRO. Assistente do mestre-de-açúcar (V.), que freqüentemente dirigia as operações durante o turno da noite nas fábricas dos engenhos de açúcar. Era predominantemente um trabalhador livre.

BANZO. Estado de depressão psicológica que se apossava do africano logo após o seu desembarque no Brasil. Geralmente os que caíam nessa situação de nostalgia profunda terminavam morrendo. Atribui-se tal estado depressivo à saudade da aldeia africana da qual provinham, de modo que o banzo atingia somente a primeira geração de escravos, isto é, aqueles diretamente importados da África. Há, porém, quem explique o banzo sem recorrer a causas psicológicas, alegando que os africanos assim ficavam porque já estavam contaminados, antes de embarcar, pela "doença do sono", enfermidade decorrente da picada da

mosca tsé-tsé. No entanto, não nos parece muito plausível essa hipótese, sendo preferível a explicação da depressão psicológica, mesmo porque muitos dos escravos acometidos do banzo terminavam suicidando-se, o que não ocorreria no caso da doença do sono. João Ribeiro (1900) assim descreve os africanos escravos acometidos da moléstia: "Uma moléstia estranha, que é a saudade da pátria, uma espécie de loucura nostálgica, suicídio forçado, o banzo dizima-os pela inanição e fastio, ou os torna apáticos e idiotas". Daí ter surgido o adjetivo "banzeiro" como sinônimo de pensativo, de triste sem que haja motivo. Renato Mendonça (1935) atribui a origem do termo ao quimbundo *mbanza*, que significa aldeia e, por extensão, terra natal, ou seja, significaria, em última instância, saudade da aldeia, da África. Sobre essa moléstia e os seus efeitos, transcrevemos como documento este trecho de Luís Antônio de Oliveira Mendes, apresentado à Real Academia das Ciências de Lisboa em 1793: "Uma e das principais moléstias crônicas que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o banzo; o banzo é um sentimento entranhado por qualquer princípio, como, por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratidão e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda da liberdade; a meditação continuada da aspereza com que os tratam e tudo aquilo que pode melancolizar. É uma paixão da alma, a que se entregam e que só é extinta com a morte; por isso disse que os Pretos Africanos eram extremosos, fiéis, resolutos, constantíssimos, e susceptíveis no último extremo do amor e do ódio. Raimundo Jalama, sujeito de probidade, digno de toda a crença, que conta oitenta anos de idade, e que por vezes navegara para a Ásia; homem muito pronto, e experimentado em cálculos, e por projetos mercantis; e por dez anos na Cidade de São Paulo de Luanda fora administrador do Contrato, e das Companhias do Pará, e Pernambuco: estava no exercício de comprar, e remeter ao Brasil, para sortimento das ditas Companhias, um grande número de escravos de todas as estações do ano. Ele me informou a respeito desta enfermidade, que no tempo da sua Administração, e uns lotes comprados, tivera certa escrava com uma filha de idade de sete para oito anos; a qual escrava se entregara a um tal fastio, por efeitos

do banzo, que nada queria comer, ainda oferecendo-se-lhe as melhores comidas, assim do nosso costume, como as de seu país; para cujo fim tinha a cozinha própria: e observando ele esta obstinação, pela filha, para isto insinuada, entrou a pesquisar o motivo por que a escrava se entregara ao banzo; e com efeito veio a adquirir a certeza de que seu marido, a quem tanto amava, a havia dado a ela com ingratidão, a dura escravidão, e juntamente a sua filha tão estimada, como penhor da sua aliança. Sabida a causa, dispendendo-se os maiores agrados, promessas e realidades de bom trato, e até de liberdade; nada foi capaz de lhe desfazer esta imaginação. À vista dos agrados na presença de muitas pessoas, que para eles concorriam, os seus olhos eram dois rios; de contínuo tinha a cabeça entre os joelhos; continuou a não querer comer; faleceu: e a sua filha foi estimada como a de uma heroína de banzo [...] amor e de constância. Este mesmo banzo por vezes observei no Brasil, que matara muitos escravos; porém sempre por efeitos do ressentimento do rigor, com que os tratavam os seus senhores". Era, portanto, uma síndrome psicopatológica que somente se manifestava no escravo em decorrência da sua situação de homem que era considerado simples coisa. Sobre tal estado decorrente das relações escravistas escreveu Raimundo Correia o seguinte soneto:

BANZO

Visões que n'alma o céu do exílio incuba
Mortais visões: Fuzila o azul infando...
Coleia, basilisco de ouro, ondeando
O Níger... Bramem leões de fulva juba...

Uivam chacais... Ressoa a fera tuba
Dos cafres, pelas grotas retumbando,
E a estralada das árvores, que um bando
De paquidermes colossais derruba...

Como o guará nas rubras pernas dorme,
Dorme em nimbos de sangue o sol oculto...
Fuma o saibro africano incandescente...

Vai co'a sombra crescendo o vulto enorme
Do baobá... E cresce na alma o vulto
De uma tristeza imensa, imensamente...

Bibliografia. MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935; RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Liv. C. Coutinho, 1900.

BARBOSA, JOSÉ DA CUNHA. Nagô liberto conhecido pelo nome africano de Ajahi, um dos implicados na grande insurreição ocorrida em Salvador (Bahia) em 1835. Carregador de cal, morador na rua da Oração, na casa de Belchior da Cunha Barbosa (V.). Sentenciado à morte, foi executado em 14 de maio de 1835, juntamente com aqueles que haviam recebido igual sentença.

BARBOSA, RUI. Político e jurista, nasceu na Bahia em 1849 e faleceu em 1923. Sobre sua ação abolicionista registamos que, além da sua atividade política e de advogado, sempre defendeu a liberdade dos escravos. Ainda como simples calouro já pertencia a uma sociedade abolicionista fundada por Castro Alves, Augusto Guimarães e outros. Em São Paulo tomou posição pública pela manumissão dos escravos. Em 1866, a uma loja maçônica da qual era orador oficial, propôs que o ventre das escravas pertencentes aos seus membros fosse considerado livre. E propôs mais: que esta obrigação fizesse parte dos requisitos indispensáveis à admissão dos seus associados. Ainda em São Paulo realizou conferências e publicou artigos no *Radical Paulistano* contra a continuação do trabalho escravo no Brasil. Após várias manifestações contra a escravidão, na Bahia, em 1881, Rui Barbosa transformou a solenidade do decenário da morte de Castro Alves em verdadeira manifestação antiescravista. A pregação abolicionista ganhou novo alento com essa conferência, um dos pontos altos da sua obra. Depois de chamar Castro Alves de "poeta nacional", Rui definiu-o como o poeta que "canta, batalha e vaticina". Quando se inscreveu à renovação do seu mandato no mesmo ano, inseriu no seu programa a abolição do trabalho escravo no Brasil. Depois, quando Souza Dantas foi chamado ao poder e mencionou no seu programa de governo a extinção gradativa da escravidão, Rui Barbosa foi convidado a colaborar com o Gabinete. Em 1884, constituído o gabinete a 6 de julho, sob a presidência do seu chefe e amigo Souza Dantas, a Rui Barbosa coube a tarefa principal na reforma projetada, a de redigir o projeto que seria apresentado à Câmara em nome do governo, elaborar o parecer acerca do projeto, em nome das comissões de Orçamento e Justiça Civil, e, ainda, no parlamento e na imprensa, meses a fio, defender e sustentar a política antiescravista do ministério. O trabalho redigido por Rui Barbosa, no cur-

to prazo de 19 dias, constante de quase duzentas páginas do seu próprio punho, é prodigioso. Rebate ali todos os possíveis sofismas dos escravistas, produzindo uma peça lapidar. Sofismas como o de José de Alencar, que propunha fosse a abolição precedida de uma campanha educativa entre os cativos; sofismas como o de Araújo Lima, que propunha a necessidade de serem realizados estudos detalhados antes da emancipação. A todos Rui Barbosa rebate e vence. Mas a clarividência de Rui Barbosa na questão da extinção do trabalho escravo ia além da simples substituição de uma forma de trabalho por outra. Ele sentia que havia necessidade de uma reforma muito mais profunda na estrutura da nossa sociedade, sem o que a abolição seria um passo a mais, porém criaria problemas sociais significativos e gritantes para a massa liberta. Argumentava, por isso, com veemência: "Abolicionismo é reforma sobre reforma; abolicionismo é reconstituição fundamental da pátria; abolicionismo é organização radical do futuro; abolicionismo é renascimento nacional. Não se há de indicar por uma sepultura com uma inscrição tumular, mas por um berço, com um horóscopo de luta". Contra essa abolição sem reformas sociais capazes de integrar o ex-escravo na nova economia, profligava ainda ao afirmar que após a extinção do labor escravo devia ser instituída "a liberdade religiosa, a democratização do voto, a desoligarquização do Senado, a desenfusão e a federação". Depois de extinto o trabalho servil, Rui Barbosa voltou à carga, denunciando a forma compromissada como fora feita a abolição, que lesara, fundamentalmente, a massa negra libertada: "Estava liberto o primitivo operariado brasileiro, aquele a quem se devia a criação da nossa primeira riqueza nacional. Terminava o martírio em que os obreiros dessa construção haviam deixado não só o suor do seu rosto e os dias da sua vida, mas todos os direitos da sua humanidade, contados e pagos em opróbrios, torturas e agonias. Era uma raça que a legalidade nacional estragara. Cumpria às leis nacionais acudir-lhe na degradação, em que tendia a ser consumida, a extinguir, se lhe não valesse. Valeiam-lhe? Não. Deixaram-na estiolar nas senzalas de onde se aumentara o interesse dos senhores pela sua antiga mercadoria, pelo seu gado humano de outrora. Executada assim, a abolição era uma ironia atroz. Era uma segunda emanci-

pação o que teria de empreender, se o abolicionismo houvera sobrevivido à sua obra de libertar a raça libertada nas fontes da civilização". E concluiu: "Evidentemente, senhores, as duas situações distam imenso uma da outra. Entre a posição do trabalhador e a do escravo não há nada substancialmente comum. Mas uma relação de analogia as subordina à mesma ordem moral de idéias. Ambas interessam ao trabalho: a primeira nas liberdades elementares e do cidadão; a segunda na independência econômica do trabalhador". Rui Barbosa previa um novo tipo de propriedade no campo e, ao mesmo tempo, reivindicava um política assistencial ao operário urbano. Proclamada a República, Rui Barbosa participa do ministério republicano como ministro da Fazenda. É então que ordena a queima dos arquivos (V.) relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda em 1890. Embora alguns analistas queiram ver no ato um recurso para que os senhores de escravos não tivessem elementos comprobatórios de sua posse, o certo é que o ato de Rui Barbosa foi injustificável e privou os historiadores futuros de uma fonte de grande importância para a avaliação das proporções da escravidão no Brasil.

BARRABRAZ. Um dos pseudônimos de Luís Gama (V.).

BARRETO DE MENEZES, TOBIAS. Escritor, filósofo e poeta negro. Nasceu em Campos, estado de Sergipe, em 7 de junho de 1839. Foi professor, bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, onde sofreu a influência do pensamento alemão, preponderante na chamada Escola do Recife. Residiu na pequena cidade de Escada (Sergipe), onde editou vários jornais, inclusive em alemão, e publicou seu primeiro livro, *Ensaio e Estudos*, além do conhecido *Discurso em Mangas de Camisa*. No acanhado meio provinciano, sempre foi um incompreendido e muitos o acusaram de omissão na questão da escravidão e da abolição. Morreu praticamente na indigência, em 25 de junho de 1889. Como poeta escreveu esta poesia, publicada em *Dias e Noites*, que desmente o seu absentismo diante do problema:

A ESCRAVIDÃO

Se Deus é quem deixa o mundo
Sob o peso que o oprime,

Se ele consente esse crime
Que se chama escravidão,
Para fazer homens livres,
Para arrancá-los do abismo
Existe um patriotismo
Maior que a religião.
Se não lhe importa o escravo
Que a seus pés queixas deponha
Cobrando assim de vergonha
A face dos anjos seus,
Em seu delírio infável,
Praticando a caridade,
Nesta hora a mocidade
Corrige o erro de Deus!

Bibliografia. BARRETO, Tobias. *Dias e Noites*. Rio de Janeiro, Simões, 1951.

BARROS, JOSÉ INÁCIO FERNANDES DE. Chefe de polícia do presidente de Sergipe, Manuel de Araújo Góes (1885–1888), que elaborou, causando revolta na classe senhorial, uma circular, datada de 24 de maio de 1887, na qual afirma que a lei não faz de nenhum delegado capitão-do-mato (V.). Determinava, assim, aos delegados daquela província que “recomendem aos subdelegados seus auxiliares, que se abstenham de capturar escravos fugidos, ou que tal se julgarem, e tê-los presos, mesmo à requisição dos seus senhores”.

BATALHÃO DOS LIBERTOS. Nas lutas pela Independência, tanto portugueses quanto brasileiros procuraram recrutar escravos e libertos para as suas fileiras. Do lado brasileiro, foi organizado o Batalhão dos Libertos, que teve o seu batismo de fogo na guerra da Independência da Bahia, em 2 de maio de 1823, operação que fez parte dos preparativos para o ataque geral marcado para o dia 3, pelo general Labatut, comandante do Exército Pacificador, contra as forças do general Madeira, comandante das tropas portuguesas que ainda ocupavam Salvador. Assim como os demais destacamentos avançados das tropas que lutavam pela Independência, a segunda companhia do Batalhão dos Libertos atirou-se contra as linhas portuguesas, nas vizinhanças do Tanque da Conceição. Os homens do general Madeira de Melo aguardaram os pardos do Batalhão em “ordem estendida” e lhes ofereceram obstinada resistência. No final, tiveram de ceder terreno, fugindo em debandada, deixando oito mortos no campo de batalha e tendo os libertos (V.) no seu encal-

ço. O Exército Pacificador, no dia seguinte, desfechou a sua ofensiva, avançando sobre a Cruz do Cosme, pelo Cabula e por São Gonçalo, e sobre o Tanque da Conceição. As linhas portuguesas foram destroçadas nesse setor e as tropas independentes conduziram as suas vanguardas até o entrenchamento da Lapinha, enquanto os portugueses recuavam às pressas para o leste. O inimigo perdeu cem homens, armas e equipamentos, enquanto as tropas brasileiras contabilizaram a perda de vinte homens. O Batalhão dos Libertos foi criado por iniciativa de Labatut, que criticava que somente homens das classes médias e das camadas populares acorriam às fileiras e, queixando-se da falta de patriotismo dos senhores-de-engenho do Recôncavo, que não alistavam seus filhos no Exército Pacificador, pediu às autoridades que insistissem com os senhores na liberação dos seus escravos pardos para com eles formar dois batalhões. Com os pardos disponíveis, o general Labatut organizou o Batalhão dos Libertos do Imperador. Nesse mesmo mês de maio, com a deposição de Labatut, o coronel Lima e Silva, novo comandante-em-chefe, reorganizou o comando do Exército Pacificador, mandando que os Libertos do Imperador – então sob o comando do capitão Bulcão Limeira – servissem de “casco” para o nono Batalhão. Seis dias depois de constituído, esse batalhão participou, a 3 de junho, da grande ofensiva geral contra os entrenchamentos portugueses, esmagando a resistência do inimigo na Cruz do Cosme, em Brotas, no rio Vermelho, na Pituba, no Alto d’Areia e no rio de São Pedro. O Batalhão dos Libertos teve cinco feridos, dois gravemente, em ação provavelmente no setor da Cruz do Cosme. Os ataques de 3 de maio e de 3 de junho prepararam o caminho para a entrada triunfal do Exército Pacificador, a 2 de julho de 1823, na cidade que sitiara por mais de um ano. Os homens do general Madeira já estavam embarcando apressadamente de volta a Portugal e a esquadra de Lord Cochrane acabou por persegui-los até além das águas territoriais brasileiras. O grosso do Exército Pacificador, sob o comando de Lima e Silva, entrou na Bahia pela Estrada das Boiadas (Estrada da Liberdade), tendo como uma das suas primeiras unidades o nono Batalhão que, com mais outra formação, era chefiado pelo tenente-coronel Manuel Gonçalves da Silva. Enquanto esses destacamentos passavam

sob os arcos de flores naturais preparados pelas freiras da Soledade e eram recebidos sob os aplausos e as aclamações do povo da capital libertada, o coronel Felisberto Caldeira, no comando de outras unidades do Exército Pacificador, entrava na cidade pelo rio Vermelho, completando o triunfo das armas brasileiras. Na Bahia, o Batalhão dos Libertos – ao todo 327 praças – ficou aquartelado no Noviciado. O Exército Pacificador, ao entrar na Bahia, constava de 8 783 praças – ou 9 515 homens contando o Batalhão do Imperador –, mas já em abril de 1823 o número de “bocas consumidoras” do Exército se elevava a 10 148.

BATEEIRO. Líder da última fase do Quilombo Grande (V.) em Minas Gerais, cuja biografia é praticamente desconhecida. Pelo nome com que era tratado presume-se que fosse um escravo ligado diretamente à extração do ouro, pois a bateia era um instrumento usado para tal fim.

BATUQUE. Nome aplicado genericamente a todos os ritmos de percussão produzidos por negros. Dança habitual dos negros. Alguns negros se reuniam fazendo uma batida cadenciada com as mãos, que era o sinal de chamada para dança. O batuque era dirigido por um figurante e consistia em certos movimentos com o corpo, principalmente as ancas que se agitam; enquanto o dançarino estala a língua e os dedos, acompanhando um canto cadenciado, os outros formam um círculo em torno deste e repetem o refrão. Sobre a função social dos batuques, do ponto de vista da classe senhorial, escreveu o Conde dos Arcos: “Batuques olhados pelo Governo é uma coisa e olhados pelos particulares da Bahia são outra. Estes olham os batuques como um ato ofensivo dos direitos dominicais, uns porque querem empregar seus escravos em serviço útil no domingo também, e outros porque os querem ter naqueles dias ociosos à sua porta, para assim fazer parada da sua riqueza. O Governo porém olha para os batuques como um ato que obriga os negros, insensível e maquinalmente de oito em oito dias, a renovar as idéias de aversão recíproca que lhes eram naturais desde que nasceram e que todavia se vão apagando pouco a pouco com a desgraça comum; idéias que podem considerar-se como o garante o mais poderoso da segurança das grandes cidades do Brasil, pois, se uma vez diferentes nações da África se esquecerem totalmente da raiva com que a natureza os desuniu, e então os

de Agomes vierem a ser irmãos com os nagôs, os jejes com os hauçás, os tapas com os sentys e assim os demais, grandíssimo e inevitável perigo desde então assombrará o Brasil. E quem haverá que duvide que a desgraça tem o poder de fraternizar os desgraçados?” A mesma política verificou-se em outras partes do Brasil. Quando uma autoridade excessivamente zelosa proibia tais batuques, era repreendida pelos superiores, como aconteceu com o governador de Santos, em 1818. O governador interino da Capitania de São Paulo inteirava que “não é desacertado o permitir-se aos miseráveis pretos o seu divertimento nos subúrbios da Vila, naqueles dias próprios para isso, suavizando o cativo fazendo batuques [...] observar pelas rondas necessárias para que não hajam desordens, e é isto mesmo o que se pratica nesta cidade, conforme está determinado em Ofício do Governador Interino da Capitania de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira ao Governador de Santos (*Documentos Interessantes para a História dos Costumes de São Paulo*, vol. 88, 1963, p. 18). Se havia essa tolerância para com os batuques, considerados simples atividades de lazer ou catarse, o mesmo não se pode dizer da prática das religiões africanas, que eram sistematicamente combatidas como ritos gentílicos (V.).

BECKMANN, REVOLTA DE. Revolta dos colonos maranhenses contra as ações da Companhia do Comércio do Maranhão (V.), criada, em 1682, com o objetivo de introduzir quinhentos escravos por ano, durante vinte anos, pela quantia de cem mil-réis. Ao aportarem, porém, o preço dos escravos era muito superior. A prática do monopólio comercial contrariava os interesses dos colonos, e os abusos cometidos nos preços dos gêneros importados, e principalmente dos escravos, desembocaram no conflito que acabou por abolir o estanco (V.), em 1884. Entre os principais cabeças do motim, além de Manuel Beckmann, senhor do engenho de Vera Cruz, no rio Mearim, são apontados Jorge Sampaio, escrivão da ouvidoria, frei Inácio, o Venturoso, vigário provincial de Nossa Senhora do Carmo e o carapina Francisco Deiró, que escapou e foi anos mais tarde anistiado. O motim ampliou consideravelmente seus objetivos, tentando inclusive a expulsão do padre da Companhia de Jesus. João Felipe Bettendorff (1990), contemporâneo e testemunha desses fa-

tos, diz que o estaque foi rejeitado pelos moradores do Maranhão por simples "traça", isto é, manha, ardil, e "depois também em Pará, suposto que com réplica e dificuldade, e isso com razão porque previam os moradores que eles se empenhariam em comprar das fazendas do estaque sem lhes vierem senão mui poucos negros para seu remédio". A abolição do estaque constituiu uma vitória dos revoltosos. Mas, concluída a devassa, alguns deles pagaram com a vida sua audácia revolucionária. Um hábil general, Gomes Freire de Andrada, investido no cargo de chefe supremo do Estado, com poderes especiais e dispondo de força militar julgada suficiente, partiu para o Maranhão e ali desembarcou a 15 de maio de 1685, pacificando logo o Estado. **Bibliografia.** BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica da Missa dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Belém, Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

BEIJAR O VELHO. Forma extrema de humilhação do escravo, registrada no Rio de Janeiro por C. Schlichthorst, entre os anos de 1824 e 1826. Conforme o viajante registrou: "No tempo do Rei, vivia na Praia Grande, lugarejo do outro lado da baía, um rico brasileiro que era um verdadeiro demônio para os escravos. Todas as noites chamava-os e mandava que escolhessem entre 25 açoites ou 'beijar o velho', como chamava seu bastão, rematado por uma cabeça bárbara esculpida em madeira. Os que preferiam beijar o velho humildemente se curvavam para ele e levavam terrível bordoadas na cara, que lhes fazia o sangue esguichar do nariz. Os outros recebiam, sem piedade, 25 açoites. O cruel senhor não se divertiu por muito tempo dessa maneira. Certa noite, ao regressar do Rio de Janeiro, com sua mulher, numa embarcação, os negros aproveitaram as trevas que enegreciam a baía e os lançaram à água. Antes, porém, maltrataram a mulher de modo bestial, cevando todos nela seus apetites carnisais. O marido morreu afogado; mas ela foi salva e, quando o Rei não quis confirmar a sentença de morte pronunciada contra os pretos, pode-se dizer que ela o compeliu a isso, protestando que nenhum monarca do mundo tinha o direito de indultar um crime daquela natureza, sobretudo cometido por escravos". Cabe analisar sumariamente o texto de Schlichthorst. Em primeiro lugar, não acreditamos que "beijar o velho"

fosse apenas beijar o cajado do senhor, pois isso os escravos fariam sem maior constrangimento. Em segundo lugar, não haveria, pelo ato de desobediência, tal rigor na punição a ponto de mandar vergastar os escravos. Parece-nos um caso de sadismo e exibicionismo sexual que a censura institucional da época não permitiu que fosse divulgado. "Beijar o velho" talvez significasse beijar o órgão sexual do senhor, e daí a desobediência e o conseqüente rigor do castigo. Isso explicaria o ódio dos escravos, de modo a descontar na mulher do senhor a humilhação por que haviam passado, ao "beijar o velho". **Bibliografia.** SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro Como é: 1824-1826: Uma Vez e Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.

BÊNÇÃO. Quando um escravo entrava na sala da família para acender as velas, deveria saudar seus membros erguendo a mão direita e dizendo "Louvado Seja Nosso Senhor Jesus Cristo, a bênção". Deixar de pronunciar tal saudação era considerado atitude desrespeitosa, merecedora de açoites.

BENEDITO. Escravo que, na madrugada de 15 de abril de 1885, depois de morto no suplício de azorrague, foi cremado na fôrnelha de engenho da fazenda do Mato da Canoa, em Campos (Rio de Janeiro). Foi então preso Florentino Gomes Nogueira, irmão do proprietário da fazenda, Francisco Gomes Nogueira, vulgo Pão-de-ló. Por Francisco ter sido absolvido do crime, a autoria recaiu sobre Florentino, que, indo a júri, também obteve absolvição.

BENEDITO, SÃO. O negro São Benedito é geralmente considerado um santo imaginário, criado pelos portugueses para manterem os escravos mais eficazmente em submissão. Não existem registros sobre sua pessoa, onde residia, nem quando fora canonizado. Na igreja de Nossa Senhora do Rosário, no Rio de Janeiro, havia à porta três caixas de esmolos e numa delas estava pintado o próprio orago africano, São Benedito, de cabelo encarapinhado. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

BEZERRA, AGOSTINHO. V. Souza, Agostinho Bezerra Cavalcante.

BETANCES, RAMON EMETERIO. Líder abolicionista da República Dominicana. Tinha uma visão universalista do problema da escravidão e da sua abolição. Esta visão ampla ligou-o ao movimento abolicionista brasileiro, chegando inclusive a corresponder-se com José do Patrocínio.

BICUDO. Assim era denominado o escravo africano que foi importado, clandestinamente, da África após a extinção oficial do tráfico (V.) pela lei de 7 de novembro de 1831, regulamentada pelo decreto de 12 de abril de 1832. Para abonar esse significado do termo, Bernardino José de Souza cita a seguinte passagem: "Chegou a norte de Goiana um lanchão da costa d'África, trazendo uns cem bicudos que tenho lá na Bahia" (*O Patulêia*, n. 18, 1850). Note-se que a segunda fonte que faz referência ao termo é de um órgão que circulava em 1850, ano da Lei Euzébio de Queiroz e referia-se ao contrabando de escravos. V. *Contrabando (de africano)* e *Africanos livres*.

BILL ABERDEEN. Lei aprovada pelo Parlamento Britânico em 8 de agosto de 1845, que conferiu à marinha britânica o direito de aprisionar qualquer navio negreiro e obrigava os traficantes a responder diante do Almirantado ou de qualquer tribunal do Vice-almirantado dos domínios ingleses. A repressão ao tráfico foi assim intensificada. O documento tem o seguinte texto:

1ª - Que será lícito às ditas Comissões Mistas, estabelecidas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, proceder até o dia 13 de setembro do ano corrente à adjudicação dos navios detidos em virtude da dita Convenção de 23 de novembro de 1826, cujos julgamentos estavam pendentes ante elas ou qualquer delas e não foram decididos até o dia 13 de março, mas que então não tinham sido levados a julgamento, da mesma maneira, e com os mesmos poderes e autoridade a todos os respetos que possuíam e exerciam em virtude da dita Convenção e do dito ato do Parlamento.

2ª - E declara-se e decreta-se que qualquer decreto ou sentença que possa ter sido ou venha a ser dado por qualquer das ditas Comissões Mistas inglesa ou brasileira, estabelecidas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, sobre qualquer navio ou navios capturados e levados perante qualquer das ditas comissões desde o dito dia 13 de março último até o dito dia 13 de setembro próximo futuro inclusive, por qualquer pessoa ou pessoas ao serviço de S. M. que obrem em virtude de ordem ou autorização, como referido fica, é e será bom e válido para todos os intentos e fins.

3ª - E porquanto pela dita Convenção de 23 de novembro de 1826 se acordou e ajustou entre as altas partes contratantes que no fim de três anos, contados da troca das ratificações da dita Convenção, não seria lícito aos súditos do Imperador do Brasil empregarem-se ou fazerem o tráfico de escravos africanos, por qualquer pretexto ou maneira que fosse e que tal tráfico, feito depois daquele período, por qual-

quer pessoa súdito de S.M.I. seria considerado e tratado como pirataria; e porquanto se tornou necessário, para o fim de levar a efeito da dita Convenção, daquela parte do dito ato do oitavo ano do reinado de Sua Falecida Majestade El-Rei Jorge IV, que proíbe o alto tribunal do Almirantado e os tribunais de Vice-Almirantado de exercerem jurisdição sobre navios capturados em virtude da dita Convenção, seja revogada e que adotem outras medidas para que tenha ela a devida execução: decreta-se que toda a parte do dito ato que proíbe o alto tribunal do Almirantado ou qualquer tribunal do Vice-Almirantado, em qualquer parte dos domínios de S.M. de julgar qualquer reclamação, ação ou causa da dita Convenção, ou que encerra alguma estipulação para interdizer uma tal reclamação, ação ou causa, ou procedimento do alto tribunal Almirantado ou em qualquer dos ditos tribunais de Vice-Almirantado, fica revogada.

4ª - E decreta-se que será lícito ao alto tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal de S.M. dentro de seus domínios tomar conhecimento e julgar qualquer navio que faça o tráfico de escravos africanos em contravenção da dita Convenção de 23 de novembro de 1826, e que for detido e capturado por qualquer motivo depois do dito 1º de março, por qualquer pessoa ou pessoas ao serviço de S.M. que para isso tenham ordem ou autorização do lorde Grande-Almirante ou dos comissários que exerceram o cargo de lorde Grande-Almirante ou de um dos secretários de Estado de S.M. bem como os escravos e carga nele encontrados, pela mesma maneira e segundo as mesmas regras e regulamentos que contenha qualquer ato do parlamento ora em vigor, em relação à repressão do tráfico de escravos feito por navios de propriedade inglesa, tão inteiramente para todos os intentos e fins como se tais atos fossem de novo decretados nesse ato, quanto a tais navios e a tal alto tribunal do Almirantado ou a tais tribunais de Vice-Almirantado.

5ª - E decreta-se que todas as pessoas que obrarem em virtude de uma tal ordem ou autoridade do Lorde Grande-Almirante ou dos comissários que exerceram aquele cargo, ou de um dos Secretários de Estado de S.M. ficam isentos de serem indenizados de todos os mandatos, ações, causas e procedimentos quaisquer e de todo e qualquer ato judicial e penas, por ter parte em tal busca, detenção, captura ou condenação de qualquer navio que tenha sido encontrado a fazer tráfico de escravos africanos, em contravenção da dita Convenção de 23 de novembro de 1826, ou na prisão ou detenção de qualquer pessoa encontrada a bordo de tal navio ou por causa da sua carga ou qualquer outro motivo que com isso tenha relação, e que nenhuma ação, causa, mandado ou procedimento qualquer se sustentará ou será sustentável em qualquer tribunal, em qualquer parte dos domínios de S.M. contra qualquer pessoa

ou qualquer ato que pratique em virtude de tal ordem ou autorização, como fica dito.

6ª – E decreta-se que qualquer navio ou embarcação que for detido em virtude de tal ordem ou autorização, como fica dito, for condenado pelo alto tribunal do Almirantado ou por qualquer tribunal de Vice-Almirantado de S.M. poderá ser comprado para o serviço de S.M., pagando-se por ele a soma que o Lorde Grande-Almirante ou os seus comissários que exercerem aquele cargo julgarem ser o preço justo do mesmo navio; e, se assim não for comprado, será desmanchado completamente e os seus materiais vendidos em leilão em lotes separados.

7ª – E decreta-se que todos os tribunais de Vice-Almirantado comunicarão de tempos em tempos, como exigir o Lorde Grande-Almirante ou os comissários que exercerem aquele cargo, o nome de cada navio condenado em tal tribunal de Vice-Almirantado, em virtude desta lei e a data de sua condenação; e dito Lorde Grande-Almirante, ou os comissários comunicarão uma vez por ano a S.M. quais os navios condenados no dito alto tribunal do Almirantado, ou em qualquer tribunal do Vice-Almirantado, que em virtude dessa lei foram comprados para o serviço de S.M. e quais os que foram desmanchados, e em cada caso a soma do custo dos mesmos, ou a soma por que foram vendidos os materiais, e uma cópia de cada uma dessas comunicações será apresentada a ambas as Câmaras do Parlamento, dentro de seis semanas depois que as mesmas forem recebidas, se o Parlamento estiver reunido e, se não estiver, então dentro de seis semanas depois da primeira reunião do Parlamento.

8ª – E decreta-se que todas as cláusulas contidas no ato promulgado no quinto ano de Sua Falecida Majestade El-Rei Jorge IV, intitulado “Ato para emendar e consolidar as leis relativas à abolição do tráfico de escravos”, e um ato promulgado no primeiro ano de sua falecida Majestade intitulado “Ato para reduzir o valor dos prêmios pagáveis por apresamento de escravos”, e um Ato promulgado no primeiro ano no reinado de Sua atual Majestade intitulado “Ato para melhor e eficazmente levar a efeito dos Tratados e Convenções com potências estrangeiras para reprimir o tráfico de escravos”, no que diz respeito a incorrerem nas penas de perjúrio os que derem depoimentos falsos, a manter e prover os escravos capturados durante o julgamento, a condenar os escravos e adjudicá-los à Coroa; a recompensar os captores com o prêmio pela tomada dos navios, bem como dos escravos; a autorizar os comissários do Tesouro de S.M., nos casos em que o julgarem conveniente, a mandar pagar a metade do prêmio quando não se tenham condenado ou entregado escravos em consequência de morte, moléstias ou outra circunstância inevitável; quanto à maneira de obter tais prêmios; a autorizar o alto tribunal do Almirantado a resolver

sobre qualquer questão de captura conexa; para pôr em vigor qualquer decreto ou sentença de qualquer tribunal de Vice-Almirantado e também em todo o Ato promulgado no sexto ano do reinado de S.M. intitulado “Ato para emendar um Ato do segundo e terceiro anos de S.M. para repressão do tráfico de escravos”, serão aplicados *mutatis mutandis* a todos os casos de navios detidos e capturados por fazerem o tráfico de escravos africanos em Contravenção da dita Convenção.

9ª – E decreta-se que este Ato poderá ser emendado ou revogado por qualquer ato que se promulgue nessa sessão do Parlamento.

Após a promulgação do Bill Aberdeen, a 8 de agosto de 1845, que estabelecia a legalidade da apreensão dos navios brasileiros suspeitos de tráfico de escravos, o governo brasileiro, sentindo-se agredido na sua soberania, protestou contra o referido ato por meio da Nota de 22 de outubro de 1845, “Protesto do Governo Imperial contra Bill sancionado em 8 de agosto de 1845, relativo aos Navios Brasileiros que se empregam no tráfico”. BOÇAL. Nome pelo qual era designado o africano que ainda não sabia falar a língua portuguesa. Aparece no decreto regulamentário da lei de 7 de novembro de 1831 no seu artigo 9ª: “O mesmo depósito terá lugar toda vez que se reconheça em terra que um preto é boçal e veio para o Brasil, depois da cessação do tráfico”.

BOGUM. Segundo Antônio Monteiro (1987), o bogum era a casa bancária dos malês (V.), ou a casa da “guarda do dinheiro” dos escravos e libertos muçulmanos para amealhar fundos a fim de organizar a revolta dos escravos em 1835, em Salvador (Bahia). Ficava em frente à casa do Conselho dos Assumenos, hoje capela dos Quinze Mistérios, em Salvador. Ainda de acordo com Antônio Monteiro, a expressão *Bogum Male*, na denominação do terreiro jeje do Engenho velho da Federação, talvez derive do fato de aí ter se abrigado o negro Aprígio, de procedência Bogum, fugindo de represálias do Conselho do Assumenos. Bibliografia. MONTEIRO, Antônio. *Notas Sobre Negros Malês na Bahia*. Salvador, Tanamá, 1987.

BOI CAIADO. Folgado de escravos realizado no Pará. Vicente Salles (1971) afirma que talvez fosse o mais terrível folgado praticado no século XIX. Na gazeta *A Voz Paraense*, de julho de 1850, encontramos o seguinte relato: “O Boi Caiado, festejado na véspera de São Pedro, à

noite, por mais de trezentos moleques pretos, pardos e brancos, de todos os tamanhos, que por horas esquecidas atropelavam as pedras de capim das ruas e praças da cidade de Campina, deu em resultado suas facadas e pauladas além de certos vivas atentatórios da moral, e segurança pública. Oxalá que os encarregados de polícia acabem com o Boi Caiado, assim como se acabou com o Judas em sábado de aleluia; porque ao ruir-ruir se formam as cascavéis”. Ainda segundo Vicente Salles, o brinquedo difundiu-se na Amazônia e está fartamente documentado. O escritor português Sanches de Frias descreve o que assistiu próximo a Santarém e em 1883 ilustrou seu livro *Uma Viagem ao Amazonas* com um desenho do folgado. Bibliografia. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

BOLSAS DE MANDINGA. Dentre as várias práticas mágicas desenvolvidas no Brasil colonial, segundo Laura de Mello e Souza (1986), as bolsas de mandinga, ou patuás, constituíram a forma mais tipicamente colonial de feitiçaria (V.). Isto se devia, em primeiro lugar, à sua popularidade e à extensão do seu uso, e também ao fato de que, embora fosse usada em grande parte pelos escravos e negros forros, não era uma prática exclusiva de uma única fração da sociedade. As bolsas eram feitas de pano, geralmente branco, e serviam basicamente para proteger seus portadores de facadas ou tiros. Continham pedra de corisco, olho de gato, enxofre, pólvora, uma bala de chumbo, um vintém de prata, um osso de defunto e os famosos escritos, que consistiam em papéis cheios de letras e figuras escritas com sangue de frango branco, às vezes preto, ou então com sangue do braço esquerdo do próprio fabricante da bolsa, como no caso de João Francisco Pereira, o escravo acusado de mandingueiro pela Inquisição por confeccionar tais patuás. Nessas bolsas também era inserida uma oração. Nos processos inquisitoriais nota-se grande número de escravos acusados de possuí-las. Bibliografia. SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

BURACO DO TATU, QUILOMBO DO. Este quilombo, formado em 1744, conforme pesquisa de Pedro Tomás Pedreira (1962), ficava situado nas cercanias da cidade de Salvador, a duas léguas de distância da capital (cerca de doze quilômetros),

à margem da atual rodovia que liga Campinas e a vila de Santo Amaro do Itipanga, no local até há pouco tempo conhecido pelo nome de Buraco do Tatu. Não diferia muito dos outros quilombos grandes e também tinha o seu sistema defensivo, protegendo-se, a exemplo do de Palmares, com “estrepes” e “armadias” escondidas nos matos circundantes. Isso dificultava enormemente a aproximação das expedições e grupos repressores enviados contra eles. Ao mesmo tempo em que organizavam um sistema defensivo bastante eficiente, atacavam quase todas as pessoas que transitavam em direção a Salvador. Roubavam e assaltavam pequenas propriedades da região e à noite penetravam ousadamente nas ruas de Salvador a fim de obterem pólvora, chumbo e outros objetos para sua sobrevivência. O quilombo era ligado, pois, aos escravos urbanos da cidade e, ao mesmo tempo, mantinha um sistema de defesa contra os ataques da milícia ou de capitães-domato. Ainda segundo Pedro Tomás Pedreira, ao ter conhecimento da importância e periculosidade do quilombo do Buraco do Tatu, o governo interino da Bahia (formado pelo coronel Gonçalves Xavier de Brito e Alvim, pelo chanceler José de Carvalho de Andrade e pelo arcebispo Dom Frei Manuel de Santa Inês), sem mais delongas, ordenou a sua destruição e, para isso, organizou um grande grupo armado de cerca de duzentas pessoas, com “granadeiros”, índios da aldeia de Jequiriçá e elementos que se ofereceram para dele fazerem parte, sob o comando do capitão-mor Joaquim da Costa Cardoso. Essa força atacou o quilombo em 2 de setembro de 1763, arrasando-o e aprisionando 61 escravos “entre pretos e pretas”, os quais foram recolhidos à cadeia. Em 14 de janeiro de 1764, o governo interino da Bahia informou a Francisco Xavier de Mendonça Furtado a destruição do quilombo. Já em 9 de janeiro de 1764, o governo da Bahia deu ordem ao ouvidor-geral do crime, Ciríaco Antônio de Moura Tavares, que fosse passada certidão da sentença condenatória dos quilombolas do Buraco do Tatu. A ordem foi cumprida no dia 13 do mesmo mês. O mais interessante, nesse caso, é que as autoridades impuseram uma multa aos quilombolas, os quais se cotizaram para pagá-la. Essa multa correspondia ao total das despesas que as autoridades tiveram com a expedição punitiva. Bibliografia. PEDREIRA, Pedro Tomás. “Os Quilombos Baianos”,

Revista Brasileira de Geografia, n. 4, out.-dez. 1962.

BURLAMAQUI, FREDERICO LEOPOLDO CÉSAR. Nasceu na cidade de Oeiras (Piauí), em 16 de dezembro de 1803, filho do coronel Carlos César Burlamaqui, governador daquele Estado, e de sua mulher, D. Dorotéia de Silveira Pedagache. Doutor em Ciências Matemáticas pela antiga escola militar do Rio de Janeiro, foi depois lente da mesma escola, cargo em que se jubilou. Assentando praça no Imperial Corpo de Engenheiros, subiu sucessivamente a todos os postos até alcançar o de brigadeiro, no qual se reformou. Exerceu vários cargos de importância, dentre eles o de diretor do Museu Nacional e de secretário do Instituto Fluminense de Agricultura, além de sócio honorário da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, da qual foi secretário perpétuo. Colaborou em muitos jornais, como *O Filantropo*, onde combateu o comércio de escravos e defendeu o fim da escravidão. Colaborou no *Monarquista*, sob o pseudônimo de Filópolis, dissertando so-

bre o mesmo assunto. Publicou, em 1837, importante trabalho, intitulado *Memórias Analíticas acerca do Comércio de Escravos e acerca dos Males da Escravidão Doméstica*, onde discutia as questões relativas ao tráfico de escravos para o Brasil, colocando-se contra a escravidão. Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de janeiro de 1866.

BUSHNEGROES. Durante o domínio holandês no Nordeste, especialmente em Pernambuco, os escravos aproveitaram-se da situação para fugir. Além daqueles que se organizaram em quilombos, houve os que optaram pelo bandoleirismo e, em bandos, atacavam as estradas e fazendas para roubar ou incendiar propriedades. Queimavam canaviais, incendiavam casas e jogavam nos rios os grandes objetos de produção; arrombavam açudes e levavam bois da propriedade ou os comiam no local. Os *bushnegroes*, como os chamavam os holandeses, semearam o terror tanto na classe senhorial luso-brasileira como entre os ocupantes batavos.

ÇA IRA. Órgão noticioso do Centro Abolicionista de São Paulo, fundado em 1882, ainda quando Luís Gama (V.) era vivo. Eram sócios do centro, além de Luís Gama, Bernardo Monteiro, Júlio de Castilhos, Alberto Torres, Luís Murat, Alberto de Faria, Raul Pompéia, Antônio Bento (V.), João Marques, Eugênio Egas, Enéias e Gustavo Galvão, Ernesto Correa e Brasil Silvano. Não há informações sobre o tempo de duração do jornal, nem das suas características.

CAAMBOLO. Termo utilizado por John Luccock (1975) ao se referir ao quilombola cuja presença assinalou em Minas Gerais quando lá esteve em 1817. Assim ele descreve esse tipo de negro fugido: "um pobre africano da pior classe que tendo fugido logo que pôde da escravidão, volta a seus hábitos primitivos, corre para o mato e ali procura uma subsistência árdua e precária. [...] O termo Caambolo deriva da forma pela qual os negros pronunciam a palavra guarani Caambeiro. Significa a pessoa que está habituada a vagar pelo mato e denota esses entes humanos que demonstram ter-se degradado ao mais baixo ponto da natureza humana. Evita, por vezes, qualquer comércio até mesmo com outros da sua própria espécie, vive de frutas, raízes ou qualquer animal que por acaso lhe caia entre as mãos,

C

comendo-o quase que cru, não faz uso do fogo, habitação ou roupas; quanto a isso não difere das bestas, sendo excessivamente tímido". E prossegue: "De uma vez comprei um escravo novo que demonstrou pertencer a essa espécie; abandonou a casa, ou melhor, a fazenda, em que havíamos parado e voltou para o mato. Custou-me muito reavê-lo; com boas maneiras consegui inspirar-lhe confiança e acabei tendo resultados tão bons que fiz dele um escravo muito atencioso, embora não muito ativo nem inteligente; depois disso, serviu-me por muitos anos sem que tivesse necessidade de castigá-lo. Há outra classe de caambolos que formam sociedades, vestem-se, cozinham seu alimento, mas não constroem habitações, nem plantam. Nunca descem por vezes aos campos, a fim de roubar, são a todos os respeitos uma corja sem lei, motivo pelo qual andam constantemente à cata de suas tocas que se destroem por pessoas chamadas de Capitães do Mato, que o governo designa para a depuração das florestas". **Bibliografia.** LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

CABANAGEM, O ESCRAVO NA. A Cabanagem (1821-1836) foi um dos movimentos mais radicais, sérios e profundos da história social do

Brasil. Tendo surgido por iniciativa das lideranças urbanas letradas – com destaque para Batista Campos – ganhou imediatamente o apoio dos camponeses, dos ex-escravos e dos escravos. Inicialmente deflagrada no Pará, alastrou-se depois por grande parte da região amazônica. O próprio nome já indica a sua origem plebéia: “cabanos”, isto é, moradores das cabanas, das palhoças camponesas. Caio Prado Jr. (1987), buscando caracterizar as forças sociais do movimento, afirma ter sido uma luta da classe média urbana contra a política aristocrática e oligárquica das classes abastadas, dos grandes proprietários rurais e dos senhores-de-engenho e fazendeiros. A esse núcleo inicial juntaram-se os camponeses e os escravos. O papel do negro escravo nesse movimento só pode ser devidamente analisado se considerarmos que a Cabanagem foi abrindo gradativamente o leque dos seus objetivos sociais, transformando-se numa luta na qual as camadas pauperizadas ou excluídas pela economia da região viam possibilidades de mudar a situação em proveito próprio. Por isso já houve quem a qualificasse de “guerra de todo o povo”. De acordo com Vicente Salles (1971), o negro, escravo ou livre, não entrou na luta por nenhum impulso emocional, mas “começou a adotar formas superiores de luta a partir do momento em que identificou o conceito de liberdade, ou supressão do senhor como decorrência dessa política”. Na Cabanagem, o negro escravo e outros segmentos da plebe foram atraídos pelos seus líderes. Alguns atuavam na cidade, outros nos campos, sempre lado a lado com os líderes do movimento. Percebendo que os negros não agiam sozinhos, mas que havia uma certa organização, o governo baixou sucessivos atos, proibindo ajuntamentos e quaisquer atitudes políticas dos escravos. Com efeito, atraídos pelo partido de Batista Campos, os escravos passaram a usar ostensivamente os seus distintivos vermelhos. A população escrava em armas começou a escolher os seus próprios líderes: o liberto Patriota, o mulato Joaquim Antônio, o negro Manuel Barbeiro, o negro Antônio Pereira Guimarães (o gigante Maquedum), o aprendiz de sapateiro, crioulo, José Manuel Pereira Feio, o preto Custódio Teixeira (preso por ter sido um dos mais influentes nos acontecimentos que tiveram lugar na

capital, desde 7 de fevereiro de 1835, andando sempre armado, e encarregado de fazer trincheiras que serviram de defesa aos rebeldes), o preto João do Espírito Santo, mais conhecido por Diamante (que no final se opôs a Eduardo Angelim, governador cabano, e reunindo companheiros organizou clandestinamente um corpo que denominou de guerrilheiros) e o escravo Francisco de Oliveira Cipião, “capitão dos cabanos”. No interior da província, segundo Vicente Salles, surgiram também diversos líderes escravos. Dentre eles, destacou-se o preto Félix, atuante na região de Acará, por sua coragem e dedicação à causa cabana. Outro líder rural foi o preto Cristóvão, escravo do engenho Caraparu, que se sublevar com todos os escravos da fazenda e aliou-se aos cabanos. Quatro expedições foram enviadas contra esse grupo. Embora derrotado na última delas, Cristóvão embrenhou-se nas matas com os companheiros, não sendo mais encontrado. Na ilha do Marajó, o líder conhecido por Coco conduzia os “cabanos aquiombados”, enquanto no baixo Amazonas surgiram novas lideranças cabanas negras, como o preto Belisário, que comandou uma força de trezentos rebeldes, na sua maioria negros. Não se sabe ao certo o número de negros, escravos ou livres, que participaram da Cabanagem. Pode-se, contudo, estimá-lo em alguns milhares. No entanto, a luta desses negros viu-se frustrada pela vacilação dos componentes das colunas do exército cabano que acreditavam numa composição política com as autoridades do poder do Império. O movimento foi completamente desbaratado militarmente, deixando um saldo de mais de trinta mil mortos. **Bibliografia.** PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1987; SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

CABEÇA-SECA. Alcinha depreciativa atribuída aos negros cativos.

CABIUNA. Nome dado aos negros desembarcados clandestinamente no litoral brasileiro, após a promulgação da lei de 1831, que proibia o tráfico africano. Termo talvez oriundo do tupi-guarani *caá-piuna*, folha ou madeira escura. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

CABO-DO-MATO. Uma das patentes de que se com-

punha a tropa dos chamados “homens de mato” em Minas Gerais.

CABO PRETO. Bandoleiro quilombola que atuou na região de Alagoas no século XIX, especialmente durante as secas de 1878–1879. Atacava nas zonas do sertão alagoano, invadindo fazendas, roubando e assassinando. Criou-se a lenda de que tinha o “corpo fechado”, mas foi morto pela polícia enquanto atravessava um rio.

CABO-VERDE. Mestiço de índio com negro. É nome muito comum na área da Bahia. O mesmo que cafuzo, caboré etc.

CABRA. Diz Bernardino José de Souza (1961) que é termo de uso freqüente no Norte do Brasil, designativo do mestiço de negro e mulato. Entretanto, não há concordância de opiniões acerca desse tipo de mestiço. Macedo Soares diz que o cabra é quarteirão de mulato com negro, mulato escuro, caboclo escuro. V. Chermont diz tratar-se de mestiço de branco e negra, logo o mesmo que mulato. Rodolfo Teófilo, no seu grande livro *Os Brilhantes*, afirma que é o produto do cruzamento de índio e de africano, inferior aos elementos que o formam. E acrescenta: “O cabra é pior do que o caboclo e do que o negro. É geralmente um indivíduo forte, de maus instintos, petulante, sanguinário, muito diferente do mulato por lhe faltarem as maneiras e inteligência deste. É tão conhecida a índole perversa do cabra que o povo diz ‘não há doce ruim nem cabra bom’”. Isso é confirmado em ofício de José Félix de Azevedo Sá ao ministro do Império, em 23 de abril de 1825, no qual expunha as providências tomadas para manter a ordem no Ceará: “Resta agora, Ex.^{ma} Sr., conter o furor dos cabras, e índios que tanto ocuparam o cuidado dos antigos governadores, os quais ainda não há forças que o tenham podido refrear” (*Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 29, 1929). Ao cabra não raro se chama também de pardo, fula, ou fulo, bode e cabrito, todos, em suma, mestiços nos quais a dosagem dos “sangues inferiores” é maior. De modo figurado, esta palavra significa homem valente, audacioso, atrevido, sinônimo de cangaceiro e bandoleiro, ocorrendo neste sentido os termos cabra-macho, cabra-feio, cabra-onça, cabra-seco, cabra-topetudo, cabra-de-chifre, cabra-aranca-toco (Acre), surunganga, guampudo (São Paulo), curruscuba, capuaba, negro sujo (norte

de Minas), bambambã (gíria carioca registrada por Afonso d’E. Taunay), corado, bala, cumba etc. Na época das lutas pela Independência e ainda no Primeiro Reinado, quando se trocavam veementemente epítetos injuriosos entre brasileiros e portugueses, os brasileiros foram alcunhados de moleques, crioulos, bodes, cabritos e cabras, chegando a aparecer uma paródia do Hino da Independência, com o seguinte estribilho:

Cabra gente brasileira
Do gentio de Guiné
Que deixou as cinco chagas
Pelos ramos de café.

Enfim, de acordo com Bernardino José de Souza (1961), é certo que o termo “cabra” surgiu, em última instância, de uma tática de divisionismo étnico dos dominadores para fragmentar a população negra conforme as diferenças cromáticas e sociais. Um dos resultados dessa política foi que os mulatos livres se afastaram da luta dos negros e criaram, no Rio de Janeiro, uma imprensa mulata (V.), que reivindicava nas suas páginas apenas os interesses daquela minoria mulata não-escrava. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961. **CABULA.** Manifestação religiosa afro-brasileira estudada por D. João Corrêa Nery (1963). Existiu durante o período escravista e continuou nos tempos posteriores. Embora tenha sido por muito tempo considerada misteriosa e desconhecida a área onde ela se manifestava, atualmente, após as pesquisas de Guilherme dos Santos Neves, este problema foi resolvido: trata-se do atual estado do Espírito Santo. Vejamos como D. João Corrêa Nery descreve esse culto no seu caderno de anotações:

Houve alguém que disse ser grande e mais prejudicial do que pensamos a influência exercida pelos africanos sobre os brasileiros. Parece mesmo que muito se tem escrito nesse sentido. Em certa região de nossa diocese, tivemos em nossa última excursão oportunidade de observar a verdade desse asserto. Encontramos três freguesias minadas por uma seita misteriosa, que nos parece de origem africana. Nossa desconfiança mais se acentuou, quando nos asseveraram que antes da libertação dos escravos tais cerimônias só se praticavam entre os pretos e mui reservadamente. Depois da lei de 13 de maio, porém, generalizou-se a seita, tendo chega-

do entre as freguesias a haver para mais de oito mil pessoas iniciadas. Bem que esteja agora privada dos elementos mais importantes, que infelizmente possuiu outrora, ainda encontramos crescido número de adeptos. O tom misterioso e tímido com que nos falavam a seu respeito e a notícia da grande quantidade de iniciados ainda existentes nos levaram, não só a procurar o púlpito, investigar essa anomalia, como também a tomar algumas notas que oferecemos à consideração e ao estudo dos curiosos. Graças a Deus nosso trabalho não foi inútil. Tivemos a "consolação" de ver centenas de cabulistas abandonarem os campos inimigos e voltarem novamente a Noss Senhor Jesus Cristo, ao mesmo tempo que, de muito bom grado, nos forneciam informações sobre a natureza, fins etc. da associação a que pertenciam. A nosso ver, a cabula é semelhante ao espiritismo e à Maçonaria, reduzidos a proporções para a capacidade africana e outras do mesmo grau. Como o espiritismo, acredita na direção imediata de um bom espírito, chamado Pata, que se encarna nos indivíduos e assim mais perto os dirige em suas necessidades temporais e espirituais. Como a Maçonaria, obriga seus adeptos que se chamam camanás (iniciados), para distinguir dos caíalos (profanos), a segredo absoluto, até sob pena de morte pelo envenenamento; tem suas iniciações, suas palavras sagradas, seus tatos, seus gestos, recursos particulares para se reconhecerem em público os irmãos. Como em todas as inovações congêneres, há muito charlatanismo e exploração, sendo alguns entros por isso desprezados; também outros misturam o catolicismo e suas venerandas cerimônias com essa seita exótica, talvez como é sempre plano, para atrair os incautos e os inocentes. Em vez de sessão, a reunião dos cabulistas tem o nome de mesa. Há duas mesas capitulares: a de Santa Bárbara e a de Santa Maria, subdividindo-se em muitas outras com as mesmas denominações. Disseram-nos que havia uma terceira mesa de São Cosme e São Damião — mais misteriosa e mais central, que exercia uma espécie de fiscalização suprema sobre as duas outras, cujos iniciados usavam nas reuniões compridas túnicas pretas, que cobriam o corpo todo, desde a cabeça até os pés — uma espécie de saco dos antigos penitentes. Nada, porém, podemos asseverar nesse sentido. Graças a boas informações, ministradas ocultamente, pudemos fazer uma idéia perfeita dessa perigosa associação. O chefe de cada mesa tem o nome de embanda e é secundado nos trabalhos por outro que se chama cambone. A reunião dos camanás forma a enjira. Todos devem obedecer cegamente ao embanda sob pena de castigos severos. As reuniões são secretas, ora em uma determinada casa, mas comumente nas florestas à alta noite. À hora aprazada todos de camisa e calças brancas, descalços, se dirigem ao camucite (templo). Uns a cavalo, outros a pé, caminham silenciosos, fechando a retaguarda o embanda.

Um camaná ou um ebone vai na frente e conduz a mesa (toalha, vela e pequenas imagens). Em um ponto dado, deixam o caminho e tomam a vereda só conhecida dos iniciados. Então acendem as velas. Chegado ao camucite, que é sempre debaixo de uma árvore frondosa, no meio da mata, limpam aí uma extensão circular de cinquenta metros mais ou menos. Fazem uma fogueira e colocam a mesa ao lado do oriente, rodeando as pequenas imagens de velas acesas, simetricamente dispostas. Há certas cerimônias para se acenderem velas: primeiro se acende uma a leste, em honra do mar carunga, depois uma a oeste e outras duas ao norte e ao sul; finalmente muitas outras em torno do camacite. Chamam a vela esteireiros. Aparece então o embanda, descalço com um lenço amarrado na cabeça, ou com o camoleta (espécie de gorro), tendo um cinto de rendas alvas e delicadas. À presença do chefe, os camanás o imitam, amarrando lenços na cabeça. Segue-se uma espécie de oração preparatória, feita de joelhos diante da mesa. Ergue-se o embanda, levanta os olhos ao céu, concentra o espírito e tira o primeiro nimbú (canto):

Dai-me licença carunga,
Dai-me licença, tatá
Dai-me licença, bacula
Que o embanda qué quentá

Estas e outras cantigas são acompanhadas de palmas compassadas, enquanto o embanda, em contorções, virando e revirando os olhos, faz trejeitos, bate no peito com as mãos cruzadas e compassadamente, emitindo roncões profundos e soltando afinal um grito estridente horroroso. O bater das palmas chama-se quatan ou liquaqua. Se há algum descompasso, ao cambone interroga o embanda: Por conta de quem camaná F. não bate Caliquaqua? O cambone responde: Por conta de ca-ussê. Esta partícula — ca — precede quase todas as palavras. Cremos ser uma gíria particular para dificultar a compreensão do que falam. Ao estridor do embanda cessa o canto inicial. O cambone traz um copo de vinho e uma raiz. O embanda mastiga a referida raiz e bebe o vinho. Serve o fumo do incenso, queimado neste momento em um vaso qualquer, e entoa o segundo nimbú:

Báculo no ar
Me queira na mesa,
Me tombo a girar.

O embanda, ora dançando ao bater descompassado das palmas, ora em êxtase, recebe do cambone o canduru (brasa em que foi queimado o incenso), trinca-o nos dentes e começa a despedir chispas pela boca, entoando então o nimbú:

Me chame três candaru,
Me chame três tatá.
Sou embanda novo (ou velho)
Hoje venho curimá.

É a hora das iniciações de novos camanás. Se há alguém para entrar ou para iniciar-se, tendo ficado até este momento em local longe do camucite, com o respectivo padrinho, agora deve aproximar-se. O cáto se apresenta humildemente vestido: calças brancas e camisa da mesma cor, sem goma, e descalço. Logo que penetra no círculo passa por baixo da perna do embanda. É a tríplice viagem, símbolo da fé, da humildade e da obediência a seu novo Pai, como dali por diante chamará o embanda. Os camanás entretanto cantam um hino em ação de graças pela aquisição do novo irmão. Estando o novo iniciado em pé, diante do embanda, este recebe a emba e com ela fricciona os pulsos, a testa e o occiput do cáto; dá-lhe a raiz e o conduz ao lugar que dali por diante tem no enjira. Distribuída a embá aos demais camanás e tendo todos provado a raiz e bebido o vinho, segue-se a cerimônia da fé. O embanda entoa o seu nimbú, segue-se as palmas etc. Toma-se então uma vela acesa, benze-se e começa a passá-la por entre as pernas, por baixo dos braços, pelas costas de cada indivíduo. Se apagar-se a vela diante de qualquer camaná, grita logo o embanda: Por conta de quem camaná F. não tem cajé ca-tudo? O cambone responde e começa então aquele pobre camaná a ser castigado com duas, três, quatro pancadas nas mãos, com o quibandan (palmatórias), até que a vela não se apague mais. Estes castigos são freqüentes para o aperfeiçoamento dos camanás. Verificada a fé de todos os irmãos, segue-se a tomada do santé, ponto principal de todas as reuniões. Todos dobram o lenço branco em forma de fita e com ele cingem a testa, amarrando-o na nuca. Diminuem a luz da fogueira e queimam incenso ou resina, que perfumam o ambiente. Entoam o hino de despedida e, ao compasso das palmas, o embanda dança, esforçando-se com grandes gestos e trejeitos para que o espírito se apodere de todos. Quase sempre há em cada mesa mais de um embanda e o esforço do embanda-chefe é no sentido de dar o santé aos embandas inferiores, para que sejam dali afastados. De espaço a espaço todos atiram emba para o ar, a fim de que se afastem os maus espíritos e fiquem cegos os profanos, não devassando assim seus sagrados mistérios. De repente um deles, geralmente embanda, verga o corpo, pende a cabeça e rola pelo chão em contorções. A fisionomia torna-se contraída, todo o corpo como que petrificado, sons estertorosos lhe escapam do peito. É o santé que dele se apoderou. Às vezes um simples camaná merece ter o santé. Neste período fala e discorre, sem ter aprendido sobre as coisas cabalares, como o mais perfeito e sabido dos em-

bandas. Os que são sujeitos a ter santé constituem uma espécie de médiuns do espiritismo e quase sempre terminam embandas. De tudo o que nos disseram a respeito desta perigosa associação, pondo de parte o charlatanismo e miseráveis explorações, concluímos, como dissemos a princípio, que o fim imaginado pelos seus adeptos é a aquisição de um espírito que imediatamente os guie e proteja em suas necessidades. Todos atrapalham e se esforçam para ter o santé, sujeitando-se para isso a diversas abstinências e ridículas penitências. Uma vez tomado o santé, trata de obter o seu espírito familiar protetor, mediante certa cerimônia. Entra no mato com uma vela apagada e volta com ela acesa, não tendo levado meio algum para acendê-la, e traz então o nome do seu protetor. Há diversos nomes desses espíritos protetores, como sejam tatá guerreiro, tatá flor de carunga, tatá-rompe-serra, tatá-rompe-ponte etc. Como se vê, são eloqüentes vestígios de uma religião atrasada e africana que, transportada para o Brasil, aqui se misturou com as cerimônias populares da nossa religião e outras associações e seitas existentes, resultando de tudo isso perigoso amálgama, que só serve para ofender a Deus e perverter a alma. **Bibliografia.** NERY, D. João Batista Corrêa. "A Cabula: Um Culto Afro-brasileiro", *Cadernos de Etnografia e Folclore*, Comissão Espírito-santense de Folclore, n. 3, Vitória, 1963. **CABULA, QUILOMBO DO.** V. *Mares e Cabula (Quilombos dos)*.

CABUNCO. O mesmo que tigre (V.). Regionalismo do Rio Grande do Sul.

CACHOEIRA, REVOLTA DE. Movimento de negros escravos na então vila de Cachoeira (Bahia), em 1814. Conforme afirma Clóvis Moura (1988), os cativos continuavam lutando contra a instituição que os oprimia. O Recôncavo baiano, onde se localizava uma das mais importantes nobrezas agrárias, foi também palco de revoltas de negros escravos. Já em 1798, José Venâncio de Seixas participava a D. Rodrigo de Souza Coutinho a existência de um quilombo na vila de Cachoeira e a formação de outro "ainda mais perigoso" a cinco léguas de distância da capital baiana. Em 20 de março de 1814, estourou a revolta na então vila e atual cidade de Cachoeira, quase que com as mesmas características das que se vinham sucedendo em Salvador desde o início do século. Às cinco horas da tarde daquele dia, o juiz-de-fora de Maragojipe era certificado de que os escravos do município de Iguaçu, pertencente à vila de Cachoeira, haviam se sublevado e praticado várias desordens. Os sublevados planejavam marchar contra Ma-

ragojipe e reunir-se aos escravos do Engenho do Porto. Cachoeira era um local de grande importância para a província e possuía orfanato, escola de latim e outros melhoramentos, além da grande produção dos engenhos. Quando por lá passou, Martius comparou-a à capital da província por suas "condições sociais de civilização". Tão importante vila não podia, portanto, correr o risco de ser atacada por escravos sem que imediatamente todas as medidas de repressão fossem tomadas pelas autoridades. Foi o que fez o juiz-de-fora da vila de Maragojipe, enviando um ofício ao Conde dos Arcos. Para que os insurretos não conseguissem o seu intento, foram mobilizadas as guardas da milícia e todo o contingente da Ordenança e da Justiça. Além dessas providências, o sargento-mor, que se encontrava em Maragojipe passando revista às tropas, antes de partir para Cachoeira, efetuou a prisão de três negros hauçás, implicados no movimento. Não se sabe o que ocorreu com esses prisioneiros, mas os escravos continuaram se revoltando no Recôncavo baiano, pondo em perigo a estabilidade e a tranquilidade dos trabalhos nos engenhos e da classe senhorial. Quinze anos depois, como sintoma desse processo de subversão, os proprietários dos engenhos ainda se dirigiam às autoridades, solicitando maiores garantias para as suas propriedades e vidas dos seus parentes. **Bibliografia.** MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alégre, Mercado Aberto, 1988.

CAFOFO. Sinônimo diminutivo de calabouço. No Rio de Janeiro ficava a antiga Ponta da Misericórdia, onde existia o Forte de São Tiago. Chamou-se, por isso, este local de Ponta do Cafofo e posteriormente Ponta do Calabouço.

CAIADOS. Mestiços, muitos deles mulatos (pardos livres), que queriam passar por brancos. Por ironia, a população mestiça e negra que tinha consciência étnica assim os denominavam. Os caiados eram quase sempre indivíduos que haviam conseguido fortuna ou posição social mais elevada e que, por isso, se afastavam da grande massa oprimida composta de afro-brasileiros. A posição e o comportamento social desses pardos caiados (branqueados) determinou em contrapartida uma posição crítica do restante da população contra eles. Daí a expressão ter adquirido um conteúdo pejorativo. Por exemplo, na tradição oral nordestina ainda se repete a seguinte quadra:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar
Porque só pardos e pretos
O Brasil hão de habitar.

Os marinheiros, no caso, são os portugueses e caiados, os pseudobrancos nacionais que fugiam das suas raízes étnicas. Ainda contra os caiados temos notícias, na vila de Laranjeiras, de um movimento articulado em 24 de junho de 1824. Os seus adeptos circularam e colaram cartazes nas paredes com os seguintes dizeres: "Vivam Mulatos e Negros. Morram os Marotos e Caiados". Esse movimento foi atribuído a Antônio Rebouças e, segundo seus denunciadores, tinha ligação com a revolução do Haiti. Os caiados replicavam às críticas chamando os brasileiros, também pejorativamente, de cabras (V.).

CAIARA. Nome atribuído ao senhor de escravos João Augusto Gonçalves de Freitas, proprietário da fazenda Montes Claros, em São Paulo, conhecido como espancador contumaz dos seus cativos. O Barão de Parnaíba, quando presidente da província, informou, em seu relatório, sobre atos criminosos cometidos contra os escravos naquela fazenda. Diante das denúncias, Caiara foi indiciado e processado, tendo sido, no entanto, absolvido nos seguintes termos: "Tratando-se de ofensas feitas pelo senhor em seu escravo, sendo incontestável o direito que têm os senhores de castigar corporalmente os seus escravos, e apenas proibido o excesso e abuso, é claro que o uso de tal direito, supondo sempre a existência do instrumento do castigo, pressupõe a superioridade da arma (além da superioridade moral), a qual, sendo neste caso constitutivo de direito, nunca pode ser levada a circunstância agravante, mormente quando pela essência e natureza especial da sociedade heril, nunca o escravo poderá resistir ao seu senhor, haja ou não probabilidade de repetir a ofensa". **Bibliografia.** FILGUEIRAS, José Antônio de Araújo, *Código Criminal do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1876.

CAIFÁS. Membro da ordem dos caifases, organizada por Antônio Bento (V.), em São Paulo. Além de denunciarem pela imprensa os horrores da escravidão, os caifases defendiam na Justiça a causa dos escravos, faziam atos públicos em favor da sua emancipação, coletavam dinheiro para alforrias e protegiam os escravos fugidos.

Ademais, perseguiam também os capitães-do-mato (V.), sabotavam a ação policial e denunciavam os abusos cometidos por senhores, expondo-os à condenação pública. Os caifases operavam tanto em São Paulo (capital) como no interior da província, instigando os escravos a fugir. Retiravam os cativos das fazendas e forneciam-lhes outros empregos como assalariados. Também encaminhavam os escravos para portos seguros, onde poderiam escapar à perseguição de seus senhores. Um desses lugares era o Quilombo do Jabaquara (V.), nas cercanias de Santos.

CAIXA EMANCIPADORA PIAUIENSE. Sociedade abolicionista fundada por estudantes piauienses residentes em Pernambuco, certamente influenciados pela chamada Escola do Recife. Segundo Pereira da Costa (1974), tinha por fim "animar e propagar a grandeza e utilidade de tão nobre sentimento". Na circular que sua diretoria dirigiu à imprensa de Teresina, em 1883, pedindo-lhe a adesão e em resposta à redação do periódico *A Época*, está consignado o seguinte período que transcrevemos como página de grande interesse para a história da abolição da escravidão no Piauí: "Todos os dias os jornais anunciam manumissões, oriundas da iniciativa e da liberalidade particular; na cidade de Parnaíba já se criaram duas sociedades libertadoras, e agora acaba de instalar-se uma nesta capital, onde o sentimento abolicionista se vai desenvolvendo com rapidez e pasmosa intensidade". Não temos notícia de outras atividades relevantes dessa entidade. **Bibliografia.** PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Artnova, 1974. 2 vols.

CALABOUÇO. Em cumprimento ao alvará régio de 16 de novembro de 1693, mandou-se construir, no Rio de Janeiro, junto ao Arsenal do Exército, no morro do Castelo, um calabouço ou casa pública para castigo dos escravos. O alvará proibia que os senhores de escravos usassem instrumentos de ferro nos castigos e que condenassem os escravos a cárcere privado. Debret, referindo-se à aplicação de tais castigos pelo poder público, informa que todos os dias, pela manhã, numerosas filas de negros escravizados eram conduzidos ao Calabouço. Por cem chibatadas o chicoteador recebia o "direito da pataca" (V). Luccock, que visitou o Brasil entre 1808 e 1818, diz que a origem do vocábulo é uma corruptela de "cala-

boca", o que não nos parece provável, enquanto Aurélio Buarque de Holanda explica-o como derivado do espanhol *calaboço*. Até meados do século XIX havia um calabouço na Casa de Correção, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1840.

CALCANHA. Escrava que cuidava das candeias na fábrica dos engenhos de açúcar.

CALCETA. Instrumento de contenção formado por uma argola ou anilha de ferro preso com uma corrente à perna e à cintura do condenado a galés ou de outro condenado. V. *Galés*.

CALHAMBOLA. O mesmo que quilombola (V.) e significa, segundo Bernardino José de Souza (1961), o negro fugido, o negro do mato, aquele que vivia homiziado em quilombos (V.) e mocambos (V.). Segundo Nelson de Sena (1938), trata-se de uma corruptela de canhembora (literalmente *canhi-mbora*, o que tem por hábito fugir). Daí as variantes canhambora, calhambora, canhembora, caiambola, carambola. Também Bernardino José de Souza (1961), citando Euclides da Cunha, diz: "Quilombola, negro foragido nos quilombos. Canhembora (canibora), índio fugido". Nos documentos da época, calhambola é sinônimo de quilombola, não havendo diferença na designação de negro ou índio fugido. Aurélio Buarque, ao contrário, não abona essa origem dupla para os termos calhambola e quilombola, registrando quilombo como de origem quimbunda. Apresenta o termo como "designação comum aos escravos refugiados em quilombos; calhambola, calhambora, canhambola, canhambora, canhembora", remetendo para mocamau, termo de possível origem africana, que significa "o escravo fugido, que vivia em mocambos; mocambeira, macamã", e remete no final para quilombola, sem registrar uma dupla origem para os dois termos, como aponta Euclides da Cunha, opinião que é endossada por Bernardino José de Souza. **Bibliografia.** SENA, Nelson Coelho de. *Os Africanos no Brasil: Estudos sobre Negros Africanos e Influências Afro-negras sobre a Linguagem e Costumes do Povo*. Belo Horizonte, Graf. Queiroz Breyner, 1938; SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

CALUMBÁ. Trabalhador escravo (ou livre em alguns casos) que despejava água na moenda para reduzir-lhe o atrito e cuidava dos recipientes para o caldo da cana dos engenhos.

CALUNDU. Local onde se realizavam atos rituais das religiões africanas, já conhecidas em várias regiões do Brasil no século XVIII, especialmente no Rio de Janeiro, na Bahia e em Minas Gerais. Nessa época, no Rio de Janeiro, Domingos Álvares (V.) praticava o que parecia ser um calundu. Dirigia uma cerimônia onde colocava no chão uma vasilha de água com uma faca de ponta cravada nela, circundada por várias pessoas. Junto à vasilha, uma “endemoniada” (segundo documento da época), a quem chamavam “Capitão”, dançava e saltava. Em 1772, no processo de Rita Sebastiana, esta se referia à sua inimiga como “rabincha” e “calundeira” e, no processo que trata do incidente, define-se calundu como “ato de pular de várias danças ofensivas a Deus”. Segundo Laura de Mello e Souza, foi em Minas Gerais que o calundu parece ter-se generalizado mais cedo: “Algumas referências mineiras são vagas e imprecisas, como vago e impreciso deveria ser o próprio rito”. *Bibliografia.* SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

CAMBÁ. Termo depreciativo com que os paraguaios designavam os negros brasileiros que iam lutar na Guerra do Paraguai (V.). Segundo Bernardino José de Souza (1961), o termo foi registrado pelo padre Carlos Teschauer em seu *Novo Dicionário*. O termo devia ser pejorativo porque, para o mesmo autor, ele possui, também, o significado de mucama, mucamba, criada de quarto, embora não saiba ao certo se a palavra *cambá* deriva do tupi-guarani ou do quimbundo *camba*. Tudo leva a crer, contudo, que é termo africano. Manuel Galvez, por seu turno, no seu livro *Humaitá*, escreve: “unos vivan al Paraguay. Otros dan muera! A los macacos, o a los cambá, los negros, segun llaman a los brasileiros y aún a todos los aliados”. *Bibliografia.* SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

CAMPO GRANDE, QUILOMBO DE. De todos os quilombos existentes em Minas Gerais, o de Campo Grande foi, possivelmente, pela sua duração e pelo número de negros reunidos, o mais importante ajuntamento e aquele que mais trabalho deu às autoridades mineiras para sua destruição. Datam de 1741 as primeiras notícias desse reduto. Contra ele foi enviado um grupo de carijós, negros forros e mulatos sem ofício, comandado

pelo sargento-mor João da Silva Ferreira. Em 1746, o governador Gomes Freire diz que esse quilombo já existia “há mais de vinte anos”, o que bem demonstra a sua antiguidade na região. O quilombo de Campo Grande estendia-se por uma superfície considerável, entre as capitanias de Minas Gerais e Goiás, e estava localizado num espaço compreendido entre rios, e, certamente, pelo que se depreende da leitura de diversos documentos e informações de historiadores, não era apenas um quilombo, mas uma série deles, todos interligados. A segurança dos seus moradores era incontestavelmente um dos aspectos mais importantes da sua organização. O interesse que os unia era, sem sombra de dúvida, a defesa do seu território e da sua economia contra as expedições do inimigo. Tinham um “rei” e uma “rainha”, embora alguns documentos afirmem que o quilombo era dirigido por uma “república”. Segundo Diogo de Vasconcellos (1918), cada quilombo tinha “o seu rei, com oficiais e ministros regendo-se pelo despotismo africano [...] imitação quase dos Palmares”. Usavam também um sistema defensivo parecido com o de Palmares, com paliçadas protetoras. Além de se defenderem, faziam pequenas escaramuças, e suas atividades predatórias eram tão temidas que a região foi se despovoando, pois os moradores, temerosos dos ataques, se retiravam à medida que cresciam suas investidas. No entanto, se os moradores da região fugiam apavorados, elementos de outras regiões estabeleciam com os quilombolas um verdadeiro comércio clandestino. “Tinham mesmo em povoados, e até vilas, agentes secretos que com eles especulavam, comprando-lhes ouro, peles, poaia e mais coisas que podiam enviar, fornecendo-lhes em troca munição e gêneros. Entre os objetos desse comércio ilícito vinham o que pilhavam na picada de Goiás, e nos mais caminhos como nos povoados e fazendas que assaltavam, sobretudo nas comarcas do Rio das Mortes e Sabará” (Vasconcellos, 1918). O número de negros fugidos que se homiziaram no quilombo de Campo Grande era considerável, embora não possa ser precisado com exatidão. Sabe-se, contudo, que naquela região se elevava a mais de vinte mil o total de negros aquilombados ou fugidos. Mais de seiscentos, pelo menos, formavam o seu exército que atacava os moradores locais. Em 1748, uma expedição contra esses quilombolas, sob o coman-

do do capitão Antônio José de Oliveira, deixou-os “escarmentados”. Um dia depois, D. Marcos Freire de Carvalho foi enviado com poderes de vigário “pelos sertões do Piauí, rio das Abelhas e Cabeceiras do rio São Francisco para abrir novas igrejas”. No entanto, o que de fato D. Marcos desejava era explorar o ouro da região. O aparato bélico que compôs a sua expedição deixou os quilombolas de sobreaviso. Todavia, “a comitiva do padre Marcos, dando de resto suspeitas, não acabava de sair da picada de Goiás e entrava no Campo Grande e eis que foi assaltada. Caíram-lhe os negros em cima matando-lhe 42 companheiros dos quais dezenove escravos seus próprios, sendo-lhe tomada toda a bagagem, armas, munições, víveres e instrumentos que levava a mineração e de carpintaria: um despojo de guerra ótimo” (Vasconcellos, 1918). Esse ataque dos quilombolas produziu revolta e a imediata reação das autoridades. Como os “pequenos remédios enviados contra o reduto rebelde não surtiram os efeitos desejados”, Gomes Freire apelou para recurso mais eficaz: formou companhias de cabos, “levando reguladas companhias comandante mui capaz e a que todos obedecessem”. O corpo era de trezentos homens. Após essa decisão, providenciaram-se os recursos materiais para a diligência. Os senados das Câmaras de Vila Rica, Mariana, S. João del Rei e Vila Nova da Rainha contribuíram com 2 750 oitavas de ouro. Em 1750, sabemos de novas diligências contra esse quilombo, que somente foi destruído em 1759. *Bibliografia.* VASCONCELLOS, Diogo A. P. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 1918.

CANDANGO. Nome com que os negros designavam os portugueses. No reino de Jinga, os portugueses eram chamados *kangundu*.

CANDOMBLÉ. 1. Nome pelo qual era conhecida, judicialmente, a “tralha”, os pertences, de um feiteiro africano. 2. Culto africano às divindades africanas, os orixás. Hoje está espalhado por quase todo o Brasil, mas durante a escravidão foi religião de escravos. Atualmente sua maior concentração encontra-se na Bahia, onde as casas de culto, muitas delas centenárias, conservam a tradição. Duas características desses cultos são a possessão pela divindade, isto é, a divindade se apossa do crente nos cultos negros, servindo-se dele como instrumento para comunicação com os

mortais, e o caráter pessoal da divindade. A possessão pela divindade torna inconfundíveis os cultos de origem africana e se exerce não sobre todos os crentes, mas sobre alguns eleitos, especialmente do sexo feminino. No candomblé são inseparáveis o oráculo e o mensageiro, isto é, Ifá (oráculo) e Exu (mensageiro).

CANGA. Objeto de contenção para o transporte de comboios de africanos capturados no interior da África, na viagem para o litoral. Consistia em uma forquilha numa extremidade que prendia o pescoço de um negro e terminava na outra ponta que repousava sobre a espádua do escravo que seguia o primeiro e assim sucessivamente. Durante a noite, os braços dos escravos eram atados na cauda da canga de madeira, também chamada pau maiombé (V.). O grupo de escravos era conduzido por uma corda amarrada à cintura do comboieiro (V.). Os negros de Palmares aprisionados por Fernão Carrilho, em 1677, foram conduzidos à vila de Porto Calvo em uma canga.

CANTOS. Grupos formados principalmente por escravos de ganho (V.) ou africanos livres (V.), que, na sua maioria, eram carregadores. Em Salvador, esses grupos eram comandados por um “capitão” e entoavam canções enquanto transportavam pesadas cargas. Esses cantos agrupavam os indivíduos segundo as suas origens étnicas. Manuel Querino (1955) assim descreve os seus rituais de passagem de um capitão para outro: “Quando falecia o capitão, tratavam de eleger ou aclamar o sucessor, que assumia logo a investitura do cargo. Nos cantos do bairro comercial, esse ato revestia-se de certa solenidade à moda africana. Os membros do canto tomavam de empréstimo uma pipa vazia [...] enchiam-na de água do mar, amarravam-na de cordas e por estas enfiavam grosso e comprido caibro. Oito ou doze etíopes, comumente os de musculatura mais possante, suspendiam a pipa e sobre ela montavam o novo capitão do canto, tendo em uma das mãos um ramo de arbusto e na outra uma garrafa de aguardente. Todo o canto desfilava em direção ao bairro das Pedreiras, entoando os carregadores monótona cantilena, em dialeto ou patuá africano. Na mesma ordem, tornavam ao ponto de partida. O capitão recém-eleito recebia as saudações dos membros de outros cantos e, nessa ocasião, fazia uma espécie de exorcismo com a garrafa de aguarden-

te, deixando cair algumas gotas do líquido". **Bibliografia.** QUERINO, Manuel. *A Raça Africana e seus Costumes na Bahia*. Salvador, Livr. Progresso Ed., 1955.

CAPANGUEIRO. Espécie de contrabandista de diamantes em Minas Gerais. Era quem fazia o comércio da capanga, isto é, aquele que, com pequenos capitais, comprava aos garimpeiros pedras isoladas ou pequenas partidas para vendê-las aos exportadores. Os exportadores neste gênero de comércio agiam como atravessadores, levando ou mandando o produto para fora. Joaquim Felício dos Santos (1924) descreve este mecanismo de comércio clandestino: "Os contrabandistas tinham de atravessar numerosos registros estabelecidos por toda parte: aí tinha de passar por buscas rigorosas, principalmente se já havia suspeitas. Depois de severamente revistados o viajante e todas as pessoas da sua companhia, examinavam suas malas, carteiras, desmanchavam-se cangalhas, selins, tudo em que se pudesse ocultar diamantes. Muitas vezes o viajante suspendia sua viagem um ou mais dias, até pôr em ordem o seu trem. Não obstante todas essas pesquisas, passavam nos registros muitos diamantes de contrabando: raro era o caso de um confisco, salvo quando precediam denúncias muito circunstanciadas. O diamante, mercadoria de peso e volume insignificante em proporção ao valor, era de facilíssima ocultação: ia muitas vezes cosido na roupa, dentro de uma abertura praticada no cabo do punhal, na coroa da arma, na madeira dos móveis: o contrabandista dispunha de mil maneiras de o transportar ocultamente". **Bibliografia.** SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro, Ed. Livr. Castilho, 1924.

CAPITAÇÃO. Imposto cobrado em Minas Gerais durante o ciclo do ouro, que consistia em taxar o minerador pelo número de escravos que possuía ou pela quantidade de bateias usadas. Tal medida descontentava os exploradores mineiros. Foi substituído pelo quinto (V.).

CAPITANIA. Negro bandoleiro que serviu de carrasco (V.) no enforcamento de Tiradentes. Prestava esse serviço porque era um criminoso temido pelos seus crimes e também condenado. Diz-se que na hora em que foi levar a Tiradentes à morte, levava também enorme corda que iria servir de instrumento de execução, e quando se viu frente a frente com ele, afirmou que era a Justiça e não

ele que lhe movia os braços. Tiradentes dissera então: "Ó meu amigo! Deixe-me beijar-lhe a mão e os pés". E assim o fez. Capitania acompanhou o réu, que trazia a corda em torno do pescoço. Chegando ao local da forca e feitas as formalidades de praxe, empurrou-o e, ao vê-lo suspenso no ar, atirou-se aos seus ombros para apressar o estrangulamento (Torres, 1967). **Bibliografia.** TORRES, Luís Wanderley. *Tiradentes: A Áspera Estrada da Liberdade*. São Paulo, Obelisco, 1967.

CAPITÃO-DE-ESTRADA. Regionalismo baiano, com o mesmo significado de capitão-do-mato e capitão-de-assalto.

CAPITÃO-DO-MATO. Indivíduo encarregado de prender e restituir ao senhor o escravo fugido ou aquilombado. Depois de contratar com o dono do negro a captura, obter a sua descrição e marcas (ferros) pessoais, saía em busca do fugitivo até encontrá-lo, terminando a operação com a entrega do fugitivo e o recebimento da tomadia (V.). Exercida, inicialmente, por voluntários, a profissão de capitão-do-mato foi depois regulamentada pelas autoridades. De modo geral, usavam recursos sádicos para a captura, especialmente o uso do "anjinho" (V.), para forçar o prisioneiro a informar o local onde se encontravam outros fugitivos ou, no caso de aprisionamento ocasional, quem era o seu senhor. Muitos deles praticavam a chantagem sexual com companheiras de escravos fugidos as quais se submetiam às suas sevícias a fim de salvar os companheiros. Outras mulheres, porém, mantinham relações amorosas voluntárias com eles, talvez para se resguardar em possíveis fugas posteriores. Com o aumento significativo de fugas e do número de caçadores de escravos, o governo resolveu regulamentar a profissão. Foi criado oficialmente o cargo pelo governo colonial, atendendo ao pedido de pessoas que se sentiam amedrontadas com a ação independente e abusiva desses capitães. E o cargo passou a ser ocupado por aqueles que obtivessem patente de nomeação somente expedida pelo governador-geral. Um exemplo é a patente de capitão-mor de entradas, por solicitação do capitão-mor de Sergipe a Francisco Soares de Moura, nos seguintes termos: "advirto V. Mcê que não lhe toca prover este nem outro posto militar algum por não ter jurisdição de o fazer". Como vemos, o capitão-do-mato passou a exercer um posto

militar, uma vez que todos esses postos tinham como finalidade perseguir e capturar escravos fugidos e destruir quilombos. Somente mais tarde, os governadores das capitanias investiram-se de autoridade para nomear os caçadores de negros para preencher os cargos que eram criados pelas câmaras municipais. Ao proceder à seleção de candidatos, levava-se em consideração seu conhecimento da região, sua coragem e perícia no trato com os escravos fugidos. Quando a nomeação passou a ser feita pelas câmaras, entraram em jogo muitos interesses e, ao mesmo tempo, atribuíram-se-lhe outras funções, como a de "estafeta", ou seja, entregador de cartas a lugares distantes, mediante um pagamento pelo trabalho. Nas atas da Câmara de São Paulo, encontram-se exemplos de atividades diversas levadas a cabo por capitães-do-mato. Segundo vereança de 25 de junho de 1828, em São Paulo, os capitães-do-mato são citados como autênticos inspetores da economia popular, empenhados no controle do abastecimento dos víveres da cidade. Faziam também o serviço de entrega de notificações e outros trabalhos auxiliares. Após a vinda de D. João VI para o Brasil, o serviço de capitães-do-mato foi reorganizado. Em 22 de abril de 1813, o Aviso Régio nº 17, da Secretaria da Guerra, esclarecia que somente as câmaras podiam nomeá-los e por tempo determinado. Diz José Alípio Goulart (1972) que deixou de ser concedida a patente de capitão-do-mato por não ser mais considerado posto militar, embora, em serviço, seus ocupantes pudessem usar uniforme apropriado, mas sem os distintivos militares. Rugendas assim descreve os capitães-do-mato: "Negros livres que gozam de um ordenado fixo e são encarregados de percorrer os distritos de vez em quando, com o fito de prender os negros evadidos e conduzi-los a seus senhores ou, não os conhecendo, à prisão mais próxima. A captura é em seguida anunciada por um cartaz afixado à porta da igreja, e o proprietário, desse modo, logo os encontra. Muitas vezes esses capitães-do-mato empregam, em suas buscas, grandes cães amestrados. Os negros temem, aliás, o encontro de índios e a fome, por isso raramente se decidem a penetrar profundamente no interior do país ou das florestas. Mantêm-se quase sempre nas vizinhanças dos lugares habitados e não tarda se percebe que são

fugitivos; ou por conhecê-los ou justamente pelo contrário, por não serem conhecidos. Finalmente, é exatamente porque o número de habitantes é pequeno que essas evasões raramente dão resultado, embora à primeira vista essa circunstância pareça dever favorecê-las. A punição de um escravo fugitivo é inteiramente entregue ao arbítrio do senhor". Sobre o aspecto daquilo que se denominava pomposamente de farda, temos uma excelente e realista descrição de Expilly (1935), que aqui esteve por volta de 1853: "As roupas lembravam aqueles dois bandidos que figuram invariavelmente nos melodramas de *boulevards*. Eram, em todo caso, mais pitorescos. Compunham-se de umas calças, ou antes calções de linho, que ficavam acima dos joelhos, uma camisa de lã com punhos direitos e uma espécie de pano grosseiro, meio ponche, meio manto, jogado sobre as espáduas com certa graça. O chapéu de abas largas cobria-lhe a cabeça e a falta de gravata deixava entrever um pescoço nervoso e curto como o de um touro dos pampas. Um deles tinha a perna inteiramente nua, nenhum calçado nos pés, armados de esporas, uma das quais mostrava uma roseta aguda e ensangüentada. O outro trazia longas botas que subiam até as coxas e se uniam ao calção. Era a única diferença no vestuário desses dois homens. Tinham ambos cintos guarnecidos por pistolas e punhais, e cada um segurava um fuzil de feitio de um bacamarte, que dava o que pensar. Esses dois personagens eram mulatos na flor da idade. Tamanho médio, mas vigorosamente talhados. Mostravam a cabeça alta, como convém às pessoas que conhecem o seu próprio valor e professam por si mesmas uma profunda estima. O olhar petulante, a pose altaneira e soberba, tinha um tanto de fidalgo e um tanto de soldado. [...] Os recém-vindos de aparência rebarbativa pertenciam a uma milícia instituída no começo do século passado e definitivamente organizada em 1822. Datam, porém, deste ano os regulamentos que determinam as funções e especificam a remuneração a que esses servidores têm direito. São os capitães-do-mato. O capitão-do-mato é sempre um homem de cor, mas livre. Deve ser forte e audacioso, resistente à fadiga, desprezando o perigo para estar sempre pronto a exercer as missões difíceis que lhe são confiadas. Essa milícia, criada em época em que

se receava uma revolta dos negros em Minas Gerais, era temida dos escravos pardos, que ela perseguia sem cessar por toda parte". Pagava-se por cada captura cerca de 156 francos, que os capitães-do-mato dividiam entre si. Adhemar Vidal (1935), depois de uma descrição que coincide no fundamental com a de Expilly, informa que um escravo fugido, de nome Manuel Francisco, vinha de Pernambuco e se destinava a um senhor da várzea, capturado por um capitão-do-mato: "O negro estava dentro de um cacua e no outro se achava a grossa corrente que lhe prendia pernas e braços para equilíbrio no dorso do animal. O velho Joca da Maravilha (João Cavalcante Lins de Albuquerque) condeou-se e o capitão de campo deu liberdade à presa infeliz. Foi preciso que a corrente se cortasse a cinzel. O negro Manuel Francisco, todo inchado, ficou por acolá de doente, vários dias, estendido no chão. O capitão de campo não perdeu vaza. Tratou de receber o quinhão em paga do seu gesto. Apresentava ares de arrogância perante os inferiores, porém muito submisso quando em frente a um maior, que não lhe dava confiança, só fazia ordenar e tratá-lo de resto. E, depois de pôr o negro em liberdade o seu benfeitor escreveu a chamada 'carta de padrinho', muito em voga. Feliz de quem tinha por si o amparo de uma carta de padrinho que de ordinário começava assim: 'Compadre, releve desta vez o castigo etc.'. Estava salvo aquele que lograsse uma providência dessa". Em alguns casos, os capitães-do-mato aliviavam os quilombolas ou juntavam-se a eles, evidentemente por interesses pessoais. Temos notícia disso em Minas Gerais, em decorrência da suspeita de que os quilombolas possuíam ouro. Havia lendas sobre os tesouros amalhados pelos quilombolas, sendo que até hoje (*V. Arte quilombola*) há pessoas que fazem escavações no Quilombo do Ambrósio, prejudicando as pesquisas científicas. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972; EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935; VIDAL, Adhemar. "Quatro Séculos de Escravidão na Paraíba". In: *Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

CAPITÃO-MOR. Autoridade que, em uma cidade ou vila, comandava a milícia chamada ordenança. Os donatários das capitâneas hereditárias no

Brasil também tinham esse título. O capitão-mor era responsável pela ordem na sua jurisdição e, durante o regime escravista, ordenava expedições contra os quilombos quando as câmaras solicitavam ou quando ele mesmo julgava necessárias. **CAPOEIRA.** Técnica de defesa e ataque criada pelos escravos brasileiros. A origem da capoeira é controversa: alguns autores situam-na em Angola, na África, enquanto outros acham que ela surgiu no Brasil com os escravos. É, ao que parece, uma criação de escravo fugitivo e perseguido. Diz Valdoloir Rego (1968) que, "no caso da capoeira, tudo leva a crer seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros, tendo em vista uma série de fatores colhidos em documentos escritos e sobretudo no convívio e diálogo constante com os capoeiras atuais e antigos que ainda vivem na Bahia, embora em sua maioria não pratiquem mais a capoeira, devido a idade avançada". O mesmo autor refuta a tese de Câmara Cascudo, segundo a qual "existe em Angola a nossa capoeira nas raízes formadoras e é, como suponha, uma decorrência de cerimonial de iniciação, aspecto que se perdeu no Brasil". No entendimento de Bernardino José de Souza (1961), a palavra é derivada do vocábulo indígena *caá* (mato, mata, floresta) e *oeira* (que foi), logo "mata que existiu". Apesar de mencionar a origem do vocábulo, não acompanha a sua evolução semântica, até se tornar o designativo de um tipo de luta corporal, praticada inicialmente pelos escravos africanos e, depois, pelos seus descendentes. Concluindo o seu pensamento, Valdoloir Rego afirma, sem analisar a sua origem etimológica, que "a capoeira foi inventada no Brasil, com uma série de golpes e toques comuns a todos os que praticam e que os seus próprios inventores e descendentes, preocupados com o seu aperfeiçoamento, modificaram-na com a introdução de novos toques e golpes, transformando uns, extinguindo outros, associando a isso o fator tempo que se incumbiu de arquivar no esquecimento deles e também o desenvolvimento social e econômico da comunidade onde se pratica a capoeira". A evolução da capoeira, portanto, acompanhou o ritmo de transformação da sociedade. Temos ainda o testemunho de especialistas. Mestre Almir das Areias (1983): "A capoeira é brasileira ou africana? É afro-brasileira? Originou-se na África

ca e desenvolveu-se no Brasil? Ou aqui surgiu e, a partir da volta de alguns escravos à sua pátria de origem, lá apareceu em algumas regiões? [...] através de algumas colocações que faço, talvez possamos caminhar um pouco em direção à origem da capoeira. [...] Não possuindo armas suficientes para se defenderem, quase nem mesmo as armas convencionais da época, torna-se necessário para os negros descobrir uma forma de enfrentar as armas inimigas. Movidos pelo instinto natural de preservação da vida, os escravos descobrem no seu corpo a essência da sua arma. Tendo como mestra a sua mãe natureza, notando nas brigas dos animais as marradas, os coices, saltos e botes, utilizando-se das estruturas das manifestações culturais trazidas da África (como, por exemplo, brincadeiras, competições etc. que lá praticavam em momentos cerimoniais e ritualísticos) aproveitando-se dos vãos livres que aqui abriram no interior das matas e capoeiras, os negros criam e praticam uma luta de autodefesa para enfrentar o inimigo". Almir das Areias serve-se de toda uma estrutura analógica entre os movimentos da capoeira e os dos animais: "Assim, imitando os gatos, macacos, cavalos, bois, aves, cobras etc. os negros descobrem os primeiros golpes dessa luta: das marradas, quem sabe, pode ter surgido a mortal cabeçada; dos coices de cavalos, bois e outros animais, podem ter surgido a chapa e o esporão; da forma de ataque da arraia, do tatu ou do jacaré, que guinando os corpos tentam atingir o adversário com a cauda, pode ter surgido o rabo-de-arraia, ou a meia-lua-de-compasso; dos pulos e botes dos animais, podem ter surgido os saltos da capoeira, como o salto do machado, o pulo do gato e o aú; e das pernadas e calções, nas horas de brincadeiras e correria, pode ter surgido a rasteira". É o surgimento da arma do corpo, enfrentando rifles e canhões para defender a qualquer custo o direito à vida. Essa "arma" é assimilada e, mais tarde, batizada com o nome de "capoeira de Angola". As capoeiras, mato onde se entrincheiravam e exerciam seus treinos, emprestam-lhe o primeiro nome: capoeira. Almir das Areias aduz, como elemento comprobatório, que "temos em alguns documentos citações de capitães-do-mato e comandantes de expedições, que quando se referem aos combates com os negros, comentavam um estranho jogo de corpo, utilizado pelos mesmos nos momentos de combate des-

ferindo coices e marradas, como se fossem animais indomáveis". Por sua vez, Luís Renato Vieira (1986), depois de informar que as primeiras notícias sobre a capoeira surgiram durante a invasão holandesa, concorda com a opinião de Almir das Areias e informa: "As primeiras notícias históricas sobre a capoeira no Brasil nos remetem às invasões holandesas no Nordeste em 1624. A desordem provocada pelas invasões possibilitou a fuga em massa de escravos. [...] Burlamaqui ressalta a importância de jogo de corpo do negro na defesa dos quilombos ao afirmar que 'o escravo se mostrava evidentemente superior na luta, pela agilidade, coragem, sangue frio e astúcia aprendida ali'. [...] Várias foram as tentativas de destruir os quilombos, no entanto, como explicavam os soldados das escoltas que voltavam sem sucesso, muitos dos negros quilombolas sabiam aplicar [...] um jogo estranho de braços, pernas e troncos, com tal agilidade e tanta violência, capazes de lhes dar uma superioridade estupenda". Logo, a capoeira surge inicialmente como um elemento de defesa quilombola nos meios rurais. É nas capoeiras que circundavam as fazendas é onde o quilombola se refugia que ela vai se estruturar como arma de defesa e ataque dos negros rebeldes. Mas, após a fase colonial, quando há um processo de urbanização da sociedade brasileira, a capoeira também se urbaniza. Luiz Edmundo (1956) assim descreve o capoeira urbano (Rio de Janeiro) no tempo dos vice-reis: "Encarna o espírito da aventura, da malandragem e da fraude; é sereno e arrojado, e na hora da refrega ou da contenda, antes de pensar na choupa ou na navalha, sempre ao manto cozi-da, vale-se da sua esplêndida destreza, com ela confundindo e vencendo os mais fortes e afamados contendores. Nessa hora o homem franzido e leve transfigura-se. Atira longe o seu feltro chamorro, seu manto de saragoça e aos saltos, como um símio, como um gato, corre, recua, avança e rodopia, ágil, astuto, cauto e decidido. Nesse manejo inopinado e célere, a criatura é ser que não se toca, ou não se pega, um fluido, o imponderável. Pensamento. Relâmpago. Surge e desaparece. Mostra-se de novo e logo se tresmalha. Toda a sua força reside nessa destreza elástica que assombra e diante da qual tardo europeu vacila, atônito e o africano se transtroca. Embora na hora da luta traga ele entre a dentadura podre, o ferro da hora

extrema, é na cabeça, braço, mão, perna ou pé que vale para abater o êmulo minaz. Com a cabeça em meio aos pulos em que anda, atira a cabeça da sobre o ventre daquele com quem luta e o deruba. Com a perna lança a trave, o calço. A mão joga a tapon e com o pé a rasteira, o pião e ainda o rabo-de-arraia. Tudo isso numa coreografia de gestos que confunde. Luta com dois, com três e até com quatro ou cinco. E os vence a todos. Quando os quadrilheiros chegam com suas armas e os seus gritos de justiça, sobre o campo da luta nem traço se vê do capoeira feroz que se fez nuvem, fumaça, e desapareceu. Na hora da paz ama a música, a doçura sensual do brejeiro lundu, dança a fofa, a chocaina e o sarambeque pelos lugares onde haja vinho, jogo e mulatas. [...] Tem sempre por amigo do peito um falsário, por companheiro de enxerga um matador profissional e por comparsa, na hora da taberna, um ladrão. No fundo ele é mau porque vive onde há o comércio do vício e do crime. Socialmente é um quisto como poderia ser uma flor. Não lhe faltam, a par dos instintos maus, gestos amáveis e enternecedores. É cavalheiresco para com as mulheres. Defende os fracos. Tem a alma de D. Quixote. É de muita religião". Pelo testemunho de Luiz Edmundo, o capoeira urbano tinha características algo diferenciadas do antigo escravo fugitivo ou quilombola que a criou, inclusive na indumentária. No início, a capoeira tinha de se manifestar também em espaços controlados pelo senhor, e por esse motivo os negros tinham necessidade de imprimir à luta um caráter ambíguo, que virava divertimento, "brincadeira". Daí o aparecimento do berimbau, considerado instrumento de capoeira, utilizado para avisar as aproximações dos senhores, feitores ou capitães-do-mato. Na capoeira carioca, segundo Luiz Edmundo, não entra nenhum instrumento musical marcando a luta. Esses capoeiras foram "recrutados", isto é, obrigados a se transformar em soldados na Guerra do Paraguai (V.), enquanto os filhos dos senhores de escravos eram preservados. Com a abolição, a função dos capoeiras sofreu uma modificação: eles foram contratados pela Guarda Negra (V.) de José do Patrocínio contra os republicanos. Organizada para defender a Princesa Isabel, a Guarda Negra recrutou inúmeros capoeiras para praticarem distúrbios e violências nas manifestações republicanas, no período entre a Abolição e a

Proclamação da República. Segundo Almir das Areias, foi fundada a Sociedade Beneficente Isabel, uma associação de fanáticos cuja preocupação era dar caráter maçônico à organização, embora os republicanos soubessem antecipadamente de todas as deliberações que tomavam. Ajoelhados, mão direita sobre o Evangelho, olhos fixos na imagem de Cristo os iniciados prestavam o juramento: "Pelo sangue de minhas veias, pela felicidade de meus filhos, pela honra de minha mãe e pela pureza de minhas irmãs, sobretudo por este Cristo que tem séculos, juro defender o trono de Isabel, a Redentora – porque esta é minha própria vida, por considerar acima de tudo este juramento. Em qualquer parte que meus irmãos me encontrem digam apenas Isabel, a Redentora – porque estas palavras obrigar-me-ão a esquecer a família e tudo o que me é caro". Controlados por grupos que desejavam restaurar a monarquia, a Guarda Negra começou a praticar uma série de atos violentos, chegando ao ponto de cometer assassinatos políticos no grande comício republicano de 30 de dezembro de 1888, com a presença de Lopes Trovão e Silva Jardim. Os capoeiras da Guarda Nacional transformaram o local num palco de chacina com grande número de feridos. Proclamada a República, Deodoro da Fonseca, possivelmente indignado com os capoeiras da Guarda Negra, iniciou uma campanha sistemática para dissolvê-los. Reunindo o seu ministério, Deodoro instituiu o Código Penal de 1890, o qual confere à capoeira, ainda segundo Almir das Areias, um tratamento especial. Por exemplo: "Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação de capoeiragem; será o autuado punido com dois a seis meses de prisão. – É considerada circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. – Aos chefes e cabeças se imporá a pena em dobro. No caso de reincidência será aplicada ao capoeira no grau máximo a pena do artigo 400. – Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprir a pena. – Se nesses exercícios da capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o poder público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade e a segurança pública ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes". Continuando a sua campanha contra os capoeiras, Deodoro

conferiu plenos poderes ao promotor público Sampaio Ferraz, que iniciou uma perseguição aos capoeiras, mandando-os, quando presos, quase sempre sem nenhuma justificativa, para a ilha de Fernando de Noronha. Somente em 1932 Getúlio Vargas liberou a capoeira, subordinando-a, porém, a uma série de regras que lhe tirou toda a força de arma do oprimido. **Bibliografia.** REGO, Valdoir. *Capoeira Angola*. Salvador, Itapoã, 1968; AREIAS, Mestre Almir das. *O que é Capoeira*. São Paulo, Brasiliense, 1983; VIEIRA, Luís Renato. *O Corpo Cooptado: Um Estudo sobre a Apropriação Cultural da Capoeira*. Brasília, Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Humanas/UNB, 1986; EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1956. 3 vols.

CARAMUTANJÉ. O mesmo que escravo africano boçal (V.).

CARDOSO, FAUSTO. Político sergipano. Foi demitido em 14 de maio de 1888 do cargo de promotor de Laranjeiras. Com a subida dos liberais ao poder no gabinete Ouro Preto, foi reintegrado em junho de 1889. Mas, ao tomar a defesa de negros ex-escravos presos injustamente em Brejo Grande, acusados de conspiração contra a monarquia, foi demitido pelo primeiro governador republicano de Sergipe, Felisbello Freire, amigo e companheiro de Fausto Cardoso, que depois foi ministro da Justiça de Floriano Peixoto.

CARIGÉ, EDUARDO. Abolicionista e tribuno baiano que se notabilizou na defesa do abolicionista Cesário Mendes, na cidade de Cachoeira (Bahia) e que por este motivo foi perseguido pelos fazendeiros e açoitadores de escravos no Recôncavo. Carigé requereu a liberdade de 716 escravos, com fundamento na lei de 7 de novembro de 1831 (*V. Lei para Inglês Ver*). Quando o juiz Anfilógio de Carvalho já havia decretado a liberdade de 130, houve uma alegação de incompetência do magistrado, sob o pretexto de que somente as auditorias da marinha e juízos especiais, instituídos pela Lei Eusébio de Queirós de 1850, podiam requerê-la. A Relação da Bahia decidiu a favor de Carigé, em 23 de março de 1887.

CARIMBO. Palavra de origem africana, que significava a marca do escravo. Era um sinal ou uma letra, um símbolo de ferro usado para ferrar o escravo, como se usa atualmente com o gado. Eram ferrados no peito, no ombro ou em outra parte escolhida pelo proprietário.

CARNEIRO DA CUNHA, JOSÉ MARIANO. Abolicionista e político de Pernambuco, nasceu em Caixangá, em 8 de agosto de 1850. Cursou a Faculdade de Direito de Recife, bacharelando-se em 1870 e revelando enorme vocação política. Fundou, em 1872, o jornal *A Província*, que se tornou órgão do Partido Liberal, dirigindo-o até 1885. Foi eleito em 1878 deputado-geral por aquele partido, mandato que teve por várias vezes renovado. Formou, ao lado de Joaquim Nabuco (V.) e outros parlamentares, um grupo abolicionista do qual foi um dos mais ardorosos ativistas. Sua atividade não se restringia ao Parlamento, mas também manifestava-se na ação social junto aos negros escravos, fazendo parte de diversas entidades emancipadoras, entre as quais o famoso Clube do Cupim (V.), onde usou o cognome de "Espírito Santo". Depois da Abolição participou do movimento republicano, falecendo no Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1912.

CARRASCO. Indivíduo encarregado de executar a pena de morte por nomeação oficial. Durante a escravidão e enquanto perdurou a pena de morte no Brasil, não existiu um cargo oficial de carrasco. Quando havia uma sentença de pena máxima, recorria-se ao trabalho de criminosos que, em troca de seu ato, recebiam vantagens, como a comutação de pena. Muitos carrascos eram inclusive escravos, negros condenados à força ou às galés. Gustavo Barroso (1961) narra o caso esclarecedor de que, na província do Ceará, na região do Cariri, o ofício era exercido pelo curiboca Cosme Cavaco, condenado à morte como assassino. A Regência comutou-lhe a pena para galés perpétuas e as autoridades locais usavam-no como carrasco quando necessário. Depois de velho, deixaram-no que sáísse do presídio e fizesse um passeio pelas ruas. Numa dessas saídas, Cosme assassinou mais uma pessoa, mas faleceu antes do término do processo. Em Sobral (Ceará), foram carrascos um indivíduo chamado Pareça e outro de nome Manuel Preto. Dizem que o carrasco de Sobral, de nome Lourenço Nogueira Campos, chorava antes de executar o condenado. O escravo Caetano, na vila de Ipu, no mesmo estado, foi obrigado a exercer o ofício de carrasco. De modo geral, os próprios negros condenados à morte, ou por terem sido obrigados ou por vontade própria, é que exerciam a função. Entre esses negros escravos condenados que foram car-

rascos, destacou-se Fortunato José. Condenado pelo assassinato de sua senhora, exerceu a profissão em Minas Gerais, nas cidades e vilas de Ouro Preto, Mariana, Bonfim, Serro, Conceição, Leopoldina, São João Nepomuceno, Mar de Espanha, Barbacena, Sabará, Curvelo, Pitangui, São João del Rei, Baependi, Queluz, Campanha, Caldas, Pouso Alegre, Araxá, Piranga, Jacuí, Três Pontas e Uberaba. No Rio de Janeiro, enforcou em Campos, Barra Mansa e Rio Preto. Esse carrasco, que pertenceu a João Paiva, após a morte deste, passou a servir à sua viúva, a quem matou a pauladas. Condenado à morte, apelou em favor da comutação da pena para prisão perpétua, propondo tornar-se carrasco. O governo da Regência concordou e ele passou a exercer o ofício a partir do Natal de 1833. Exerceu a função até 1871, tendo executado 87 indivíduos, quase todos negros escravos. Como era um preso igual aos outros, quando chegava à cidade onde ia praticar seu ofício, era recolhido à prisão. Recebia pelo trabalho doze mil-réis, se comesse por conta própria, e 4 800 réis pela câmara de Ouro Preto. Ainda segundo Gustavo Barroso, faleceu na cadeia pública de Ouro Preto, com 63 anos de idade. Nas suas confissões publicadas por um jornal local da época, afirmou que não gostava de executar mulheres e que os sentenciados, na hora da execução, em geral não se resignavam e subiam ao patíbulo revoltados até mesmo contra os confessores. Como se vê, o exercício do ofício de carrasco preservava a vida de um criminoso também condenado à morte. Por essa razão, houve momentos em que a falta de carrascos se fez sentir, como acentua José Alípio Goulart (1971). No entanto, mesmo os escravos condenados à morte, segundo esse autor, não se sentiam seguros por desconhecerem até quando seriam poupados e, por outro lado, repugnava-lhes a função odiosa. Até um criminoso como Fortunato José, que tinha vocação para o ofício, era deslocado para diversas cidades de Minas Gerais e mesmo para o Rio de Janeiro. J. Teixeira de Barros conta o seguinte caso, bem ilustrativo da precariedade da função de carrasco, exercida por condenados à morte: "Em 1823 ou 1824, padeceu a pena capital nesta cidade [Salvador] o réu José do Egito que há tempos fora condenado à morte. Refere um cronista que o desgraçado José do Egito, para conservar a vida, aceitou o cargo de carrasco, na esperança

de que não se desse mais caso algum de execução da pena última; sabendo, porém, que se aproximava a hora de ir ao patíbulo o major Sátiro da Cunha, preferiu sofrer a pena de morte, para não matar como carrasco". Muitos outros casos se sucederam e quando frei Caneca estava para ser enforcado, um negro também condenado à morte, mas que seria beneficiado com o indulto se cumprisse a sentença, recusou-se a executá-la, sendo o padre fuzilado. Mas outros exerceram o ofício sem remorsos. O carrasco que enforcou Tiradentes era um negro de nome Capitania (V.), e negro também era aquele que enforcou o padre Tenório, vigário de Itamaracá, participante da revolução de 1817, em Pernambuco. **Bibliografia.** BARROSO, Gustavo. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1961; GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

CARRAGADORES DE CAFÉ. O trabalho escravo era largamente usado na Alfândega do Rio de Janeiro. Escravos eram empregados como carregadores das mais diversas mercadorias, principalmente de café. Manuela Carneiro da Cunha (1985) chega a afirmar que detinham o monopólio neste ramo, adiantando dinheiro para a alforria uns dos outros. Este trabalho escravo no cais foi assim descrito pelo viajante Thomas Ewbank (1973): "Cada grupo de carregadores de café tem um condutor que, de ordinário, vai sacudindo um chocalho, ao som do qual seus companheiros vão cantando atrás dele. A saca que pesa 160 libras, repousa sobre a cabeça e os ombros [...] A maioria dos carregadores são negros fortes e atléticos, alguns, porém, são tão pequenos e franzinos que é de admirar poderem acompanhar os demais. A média de vida profissional de um carregador de café não excede a dez anos. Ao cabo desse tempo, aquele trabalho os arreventa e mata. Os carregadores ganham um tanto por saca e o que possam ganhar acima da soma exigida por seu dono fica para eles. Com exceção de quatro ou cinco, cuja única roupa eram curtas camisas de tela, sem mangas, todos os demais estavam nus da cintura para cima e dos joelhos para baixo; alguns nada mais tinham que uma toalha em volta dos rins. [...] Passou um grupo de catorze que traziam à cabeça enorme cestos rasos. De uma barçaça descarregavam carvão mineral, que levavam para uma fundição

ou forja. O peso que cada um carregava parecia-me igual ao de uma saca de café (160 libras). E o que se dá com o carvão, acontece com tudo mais; quando um artigo é posto à cabeça de um negro, somente é retirado no lugar em que deve ficar". Os carregadores de café trabalhavam para conseguir, por meio de um sobretrabalho violento, a possibilidade da liberdade, o que quase nunca era alcançado. **Bibliografia.** CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985; EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

CARRILHO, FERNÃO. Bandeirante contratado para destruir Palmares, o que não conseguiu.

CARRO, SUPLÍCIO DO. De uso comum nas fazendas do Nordeste durante a escravidão, consistia em conferir grandes surras ao escravo "no carro", ou seja, quando praticava alguma falta ou indisciplina, era conduzido à "mesa" do carro de bois. Era ajoujado de braços abertos e o feitor aplicava-lhe duzentas chicotadas com o bacalhau (V.). Após esse suplício, a vítima ficava retalhada e tinha suas feridas regadas a sal e vinagre.

CARTAS DE LIBERDADE. Eram cartas ou títulos de alforria (V.), documentos por meio dos quais os senhores legitimavam a liberdade concedida aos seus escravos. Era documento registrado em cartório e, com ele, o escravo ficava livre da tutela do senhor. No entanto, essas cartas de alforria tinham diversas categorias, muitas das quais praticamente anulavam a liberdade do alforriado por muitos anos. O historiador Waldemar de Almeida Barbosa (1972) pesquisou os diversos processos pelos quais se alforriavam os negros. O primeiro processo seria aquele resultante da verba testamentária, com declaração de alforria de um ou de alguns escravos em sinal de gratidão pelos bons serviços prestados ao senhor no curso dos anos. O próprio testamento fornecia a carta de liberdade. Ainda segundo o mesmo autor, as associações religiosas que se interessavam pela libertação dos seus associados entravam em negociação com os senhores e pagavam o preço estipulado pela alforria. O autor esqueceu-se de dizer, no entanto, que muitas associações católicas possuíam escravos, inclusive as irmandades. Cartas de liberdade também eram concedidas quando os escravos atingiam uma idade avançada, impossibilitando-os de trabalhar. Nesse caso, muitos senhores concediam-lhes cartas

de liberdade por oportunismo, para que, daí por diante, fossem esmolar nas ruas ou estradas em busca de sustento. Em Minas Gerais, muitos capitães-generais prometiam cartas de liberdade àqueles escravos que denunciassem o seu senhor pelo descaminho do ouro. Nesse caso, a carta de liberdade era passada em nome de Sua Majestade. As cartas eram constituídas por documentos particulares, assinados pelo senhor que concedia o benefício e por duas testemunhas presentes ao ato. Em casos em que o referido senhor não sabia ler nem escrever, geralmente solicitava-se a uma terceira pessoa que assinasse pelo concedente do benefício. Muitas dessas cartas eram levadas imediatamente ao cartório, já que, na maioria das vezes, eram documentos passados na residência do concedente, e transcritas no Livro de Notas, mediante o pagamento de duzentos réis e selos, sendo o original devolvido à parte interessada. Esses documentos não obedeciam a uma determinada forma. Aliás, não havia praticamente nenhuma norma a ser obedecida rigidamente. Se a liberdade era concedida a vários escravos de uma só vez, uma cópia da carta de liberdade era entregue a cada um dos beneficiários. Nem sempre essas cartas eram transcritas no Livro de Notas do Cartório local. Às vezes eram entregues a pessoas de confiança do concedente até que ele falecesse, para então serem levadas ao Cartório para legalizá-las, ou ainda podiam ser guardadas junto ao testamento do senhor de escravo e só eram dadas a conhecer com a abertura deste. Marina de Avelar Sena (1975) divide as cartas de liberdade expedidas em Minas Gerais nas seguintes categorias: a) as conseguidas por gratidão; b) as concedidas sob condição; c) as vendidas a escravos ou pagas por alguma associação; d) as concedidas a crianças, filhos de escrava com o senhor e pai da criança; e) as concedidas em favor de determinado escravo, para lhe ser entregue após a morte do senhor. Logo, conseguir a carta de liberdade plena era difícil e somente possível quando o escravo podia reunir um pecúlio suficiente e depois de ter enfrentado os diversos obstáculos impostos pelo senhor. Havia ainda a carta de liberdade condicionada à revogação por ingratidão. Nessa situação, o cativo que conseguia a alforria podia voltar à condição de escravo do seu antigo senhor, se este se sentisse

ofendido pelo liberto por qualquer ato que, segundo ele, configurasse ingratidão do alforriado. Em Apiaí, então província de São Paulo, em pleno século XIX, há registro de reescravização baseada no mesmo princípio. A lei de revogação da liberdade por ingratidão somente desapareceu em 1871, com a Lei do Ventre Livre. Também existia, segundo Marina de Avellar Sena (1975) e João Ribeiro (1900), a “alforria de pia”, isto é, “com uma espórtula insignificante (de 5 a 20 réis) que nunca era recusada”, a criança estava livre. Isto somente ocorria quando o pai era também o senhor da escrava, mas queria beneficiá-la com a liberdade do filho bastardo. No entanto, era raro o fato e não chegou a se transformar em norma, pois a filosofia dos senhores de escravos era fazer filhos nas negras para aumentar o plantel. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972; RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Livr. Cruz Coutinho, 1900; SENA, Marina de Avellar. *Cartas de Liberdade*. Belo Horizonte, Promoção da Família, 1975.

CARTEL DE DESAFIO. Foi como ficou conhecida a carta que Henrique Dias (V.) teria escrito aos holandeses, quando da ocupação batava de Pernambuco. Vários historiadores põem em dúvida a autenticidade do seu texto, publicado pela primeira vez no *Clastrioto Lusitano*, de frei Rafael, em edição de 1679. O historiador Mario Melo, em comunicação a Edison Ribeiro, escreve que “é preciso, entretanto, um pouco de cuidado com frei Rafael. Esse frade, de acordo com o costume da época, metia na boca dos seus personagens discursos que nunca proferiam e na mão trechos que nunca escreveram, porque o estilo é o do próprio frade”. Segundo consta, foi escrita em resposta à proposta de rendição dos holandeses e tem o seguinte texto: “Esta variedade e multidão de papéis que os meus soldados acham pelos caminhos, e que VV. SS. mandam deitar neles, são folha de que sempre conhecemos a flor. Não lhes tem ensinado a experiência que o negro nem recebe outra cor nem perde a que tem? Para que gastam a sua tinta, pintando seu desejo nessas cartas, se as cartas se dão a conhecer pelas tintas? O que VV. SS. imaginam suborno nestes cartazes de perdão é para cada um dos meus negros cartel de desafio. Matar-se-ão facilmente com que lhes falar em domínio holan-

dês. Com toda a sua rudeza, não deixarão de reparar em que gente que de todo perdeu o caminho da graça ofereça tantas graças e perdões: matéria de que todos fazem riso. Já VV. SS. poderão ser alcançados de suas inclinações que nem perdoam a flamengos nem de flamengos querem perdão; e deste propósito ninguém há de tirar, porque basta serem negros para serem emperados: olhem que são negros, e que nem todos são boas peças. Não se cansem com esta invenção de enganos, porque lhes não há de sentir a sorte favorável se de entre eles sair um preto; que estes meus morenos não têm por sorte senão a que fazem no sangue holandês; e estejam certos que nenhum de nós perdeu a cor com seus ameaços, porque se considerarmos de Holanda, e menos com suas promessas, porque as de Holanda não têm avesso nem direito. De quatro nações se compõe este regimento: minas, ardas, angolas e crioulos; estes são tão malcriados, que não temem nem devem; os minas tão bravos, que aonde não podem chegar com o braço chegam com o nome; os ardas tão fogosos que tudo querem cortar com um só golpe; os angolas tão robustos que nenhum trabalho os cansa; considerem agora se romperão a toda Holanda homens que por todo rompem. O poder da gente, armas e munições que VV. SS. repetem para lhes causar temor, serviu de os alvoroçar. A crueza dos tapuias não podia fazer em soldados, que por natureza são nus e crus. Se VV. SS. consultarem comigo esta indústria de que usam, escusara-lhes eu a diligência, com os advertir de que esta gente não é a que se leva por arte; e assim lhes aconselho que se valham da força; convidem-nos com uma pendência que, pelo interesse de se verem vestidos e calçados, se meterão nela a todo o risco; mas também lhes asseguro que, sem os matar a todos, nunca se hão de ver livres de contrários – Henrique Dias, governador dos negros”.

CASA BRANCA. Denominação do terreiro considerado o mais antigo da Bahia (Salvador), fundado em plena escravidão. É chamado também Candomblé do Engenho Velho. No ritual tem o nome de Ilê Iyá Nassô Oká. De nação Ketu, foi fundado em 1830. De acordo com Vivaldo da Costa Lima, “dentre os grupos iorubas nagôs [...] nação de Ketu passou a significar o rito de todos os nagôs”, pois de Ketu teriam vindo as fundadoras (ou pelo menos uma das fundadoras)

do Engenho Velho, “considerado por muitos a ‘matriz da nação nagô’”. Segundo Edison Carneiro, “o candomblé do Engenho Velho deu, de uma forma ou de outra, nascimento a todos os demais e foi o primeiro a funcionar regularmente na Bahia. A data de sua fundação remonta, mais ou menos, a 1830, de acordo com cálculos feitos por mim, embora haja quem lhe dê até 200 anos de existência. Fundaram o atual Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano: Adetá (talvez Iyá Dêta), Iyá Kalá e Iyá Nassô. Há quem diga que a primeira destas foi quem lhe plantou o axé, mas essa precedência não parece possível, pois ainda hoje o Engenho Velho se chama Ilê Iyá Nassô, ou seja, em português, Casa da Mãe Nassô. [...] Sucedeu-lhes Marcelina, que talvez nunca imaginasse a querela que, após a sua morte, iria dividir as filhas e continuar por muitos anos até hoje. Duas filhas, duas Maria Júlia – uma Conceição, outra Figueiredo – disputavam a chefia do candomblé. Venceu Maria Júlia de Figueiredo, que era, aliás, a substituta legal de Marcelina, como mãe pequena (iyá kêkê-rê). [...] Vencida, a outra Maria Júlia – Maria Júlia da Conceição – se afastou, arrendou terreno no Rio Vermelho e lá fundou, com as demais dissidentes o atual candomblé do Gantois do nome do proprietário francês. [...] Até a cisão a Ilê Iyá Nassô funcionava numa roça, na Barroquinha, dentro do perímetro urbano. Depois, quase simultaneamente, com a fundação do Gantois, o Engenho Velho se mudou para o trecho do chamado Joaquim dos Couros, no Caminho do Rio Vermelho (debaixo) onde ainda está. [...] Substituiu Maria Júlia de Figueiredo, na direção do Engenho Velho, Mãe Sussu (Ursulina). Com a sua morte, outra divergência iria cindir novamente as filhas. Essa cisão seria chefiada por Aninha (Eugênia Ana dos Santos) (1869–1938), filha de Bambuxê e, por um complicado parentesco espiritual, filha do Engenho Velho. Irmã de Santo Ti’ Joaquim, do Recife, então na Bahia, Aninha lutou por fazê-lo o substituto de Sussu. Venceu, então, o partido da ordem. Por algum motivo, Sinhá Antônia, substituta legal de Sussu, não podia tomar a chefia do candomblé. Em consequência, o lugar de mãe foi ocupado por Tia Massi (Maximiliana Maria da Conceição). Ti’ Joaquim, Aninha e as dissi-

dentes do Engenho Velho, não se tendo conformado com a derrota, fundaram um candomblé independente – o Axé de Opó Afonjá – sob a direção de Ti’ Joaquim, a quem sucedeu a própria Aninha, que, ao morrer, em 1838, teria talvez 40 anos de feita e aproximadamente 20 anos de mãe, devendo ter feito dezenas de filhas”. O sentimento da importância extraordinária da Casa do Engenho Velho se reflete na tradição oral, que remonta sua origem aos primeiros tempos da escravidão. Maximiliana Maria da Conceição, Tia Massi, foi sucedida por Maria Deolinda, Mãe Oké (1963–1968), que foi substituída em 1969 por Marieta Vitória Cardoso, Oxum Niké, atual Ialorixá da Casa Branca (1987).

CASA DA RODA. Entidade criada, em 1738, no Rio de Janeiro, por Romão Mattos Duarte, com o objetivo de recolher as crianças abandonadas. O nome de “roda”, pelo qual se tornou conhecida pela população, decorria do dispositivo onde eram colocadas as crianças recolhidas. A roda era um cilindro de madeira que girava em torno de um eixo, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças enjeitadas, ou “expostas”, o que permitia que as pessoas que as colocassem não fossem vistas e reconhecidas. A partir de 1775, um alvará reconheceu como livres as crianças negras colocadas na roda. No entanto, isso parece não ter modificado em nada a situação desses “expostos”, já que eram devolvidos aos seus donos quando solicitados. A casa da roda, ou roda dos expostos, teria sido utilizada também pela mãe escrava como forma de livrar os filhos do cativeiro. O nível de mortalidade ali era simplesmente alarmante, calculando-se em 44% o número de mortos entre os enjeitados. Por outro lado, muitos senhores colocavam os seus escravos recém-nascidos na roda para, depois de criados, reclamá-los de volta, pagando as despesas da sua criação (Fazenda, 1921). Em geral, a maioria das crianças deixadas na roda eram negras. Muitas mães pobres ou escravas colocavam os seus filhos doentes ou agonizantes na roda por não terem condições de tratá-los. Até mesmo crianças mortas eram lá colocadas por mães ou outras pessoas para se verem livres das despesas do enterro. Em decorrência desse estado de coisas, entre 1861 e 1874 foram colocadas na instituição 8 086 crianças, das quais 3 545 morreram. **Bibliografia.** FAZENDA, José Vieira. “Antiqua-

lhas e Memórias do Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 89, vol. 143, 1921.

CASA DAS CALDEIRAS. Construção onde ficava a bateria de caldeiras nos engenhos do Nordeste.

CASA DE COMISSÃO. Casa licenciada para comprar e vender várias utilidades em consignação mediante uma comissão. Havia dois tipos dessas casas: aquelas licenciadas para comprar e vender qualquer mercadoria, inclusive escravos, e aquelas limitadas a itens de valor, como ouro, casas, terras e também escravos. O primeiro tipo de casa de comissão era aquela que estava profundamente envolvida no tráfico interprovincial (V.), com os clientes fazendeiros. Uma vez que funcionavam como agentes dos clientes de fora da cidade, essas casas compravam os escravos e os enviavam aos clientes pelos comboios de mulas que carregavam suprimentos. Também compravam qualquer utilidade de que os fazendeiros necessitassem e, em retorno, vendiam os produtos agrícolas a seus clientes. Quando um fazendeiro necessitava de braços adicionais, um comissário (um agente da casa de comissão) ia ao Valongo (V.), a um leilão, ou a um proprietário privado, e comprava os escravos. Por outro lado, se o plantador precisasse vender escravos, enviava-os ao comissário que os vendia no lucrativo mercado do Rio de Janeiro. Quando chegavam ao Rio, segundo Mary C. Karasch (1987), esses escravos eram depositados como mercadorias consignadas pelo comissário. Eram frequentemente alojados junto às sacas de açúcar até o comissário encontrar comprador. Uma segunda alternativa que um proprietário de escravo tinha era mandá-los para uma casa de comissão que fosse licenciada para lidar apenas com escravos e outros valores. Em vez de ser vendido ao lado de sacas de café, a "mercadoria" humana era disposta junto com pratarias e anéis de ouro. Um escravo poderia ser vendido também através de leilão, embora poucas casas de comissão estivessem licenciadas para esse tipo de comércio. Algumas também alugavam escravos, como a casa Narciso e Silva, que, em 1856, alugou uma escrava a José Tomás Nabuco de Araújo por vinte mil-réis e um saldo de dois mil-réis pagáveis no primeiro mês. Enquanto as casas de comissão serviam para inúmeras funções, tais como compra, venda e aluguel de escravos e comércio de várias utilidades, as casas de consignação

(V.) eram mais modestas, pois só lidavam com escravos. **Bibliografia.** KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

CASA DE CONSIGNAÇÃO. Diferentemente das casas de comissão (V.), as de consignação lidavam apenas com escravos. Eram conhecidas pelo nome de "casas de consignação e venda de escravos ladinos". Em 1840, Frederico Guilherme Tanier e Cia. operava uma casa de consignação e leilão licenciada, na rua do Ouvidor. Quando recebia muitos escravos para leilão, anunciava pelos jornais o dia em que seriam leiloados.

CASA DE FUNDIÇÃO. Casa criada em Minas Gerais e zonas auríferas para onde todos os mineradores eram obrigados a levar o seu ouro, onde seria pesado e dele retirada a quinta parte que cabia ao Rei. O restante era fundido e podia circular livremente em barras. Um sinal bem visível nas barras indicava que haviam pago o quinto (V.). Procurava-se assim impedir a circulação, comum em Minas Gerais, do ouro em pó, escapando à tributação do fisco.

CASA DO ENGENHO. Construção que abrigava a moenda nos engenhos de cana.

CASA DOS EXPOSTOS. V. *Casa da Roda*.

CASA-GRANDE. Casa de residência do senhor-de-engenho, espaço social e símbolo do poder escravista. Nela moravam a família do senhor: filhos, filhas, noras, genros e netos, todos sob o seu comando. Nela era separado um local onde se abrigavam os escravos domésticos que prestavam os mais diversos serviços aos moradores. Algumas casas-grandes possuíam capelas e capelães.

CASAMENTO DE ESCRAVOS. A forma de casamento institucionalizada durante o escravismo no Brasil era o religioso celebrado na Igreja Católica. Os proprietários de escravos e os padres católicos não encorajavam o casamento entre os escravos, chegando até a impedi-los. Os escravos, para se casarem nos rituais da Igreja, deveriam pedir permissão aos seus senhores, mas estes frequentemente a negavam. Em face da importância que as elites brasileiras davam ao casamento, as crianças que não nascessem legitimadas por esse sacramento religioso carregavam o estigma que as impedia, a elas e a seus filhos bastardos, de ascender socialmente. Por outro lado, os africanos possuíam seus ritos próprios de casamento que estabeleci-

am a legitimação de suas unidades familiares; no entanto, tais casamentos, especialmente aqueles que envolviam a existência de mais de uma esposa, não eram reconhecidos pela elite dominante e, portanto, não lhes dava respeitabilidade nem legitimava os filhos. Aos olhos dos seus senhores e dos padres católicos viviam em "concubinato". Segundo Mary Karasch (1987), em 1817, D. João VI ordenou aos senhores que encorajassem seus escravos a se casar, a fim de evitar uma "vida libertina"; poucos obedeciam, porém. Entre 1835 e 1852, houve registro de apenas 37 casamentos de escravos por ano no Engenho Velho (Rio de Janeiro). Como exemplo podemos apresentar o dado de que na Freguesia de Santa Rita (Rio de Janeiro), que possuía mais de doze mil escravos, em 1849, nenhum casamento foi registrado em cinco anos, enquanto na Glória ocorreram três, em São José quatro e em Lagoa cinco. Nos anos entre 1840 e 1843, apenas 67 casamentos de escravos foram registrados nas oito freguesias do Rio de Janeiro. Consequentemente, os casamentos de escravos eram raros no Rio de Janeiro, a capital do Império e importante centro do catolicismo luso-brasileiro. Outra razão para o baixo índice de casamentos entre os escravos era econômica: o custo da cerimônia desencorajava até mesmo os livres e libertos a se casarem. Os escravos que não podiam pagar o casamento e aqueles cujos senhores se recusavam a custeá-los tinham de apelar para a união consensual. Mesmo que conseguissem a quantia necessária, os escravos ainda enfrentavam a oposição dos padres, que se recusavam a realizar a cerimônia. Embora o bispo da Bahia houvesse decretado que os escravos e escravas poderiam casar-se com outros cativos ou pessoas livres e que os seus senhores não deveriam negar-lhes o matrimônio, os escravos que quisessem casar deveriam ser examinados na doutrina cristã antes de receber o sacramento. Como seus ensinamentos religiosos eram muito limitados, muitos casais não poderiam convencer um padre de que entendiam a doutrina cristã. Por outro lado, a maioria dos africanos jamais se converteram de fato e não mostravam desejo de casar na Igreja, preferindo estabelecer suas próprias formas de união ou viver juntos em união consensual. Aparentemente, os senhores de escravos ofereciam mais resistência aos casamentos entre escravos do que a Igreja;

opunham-se aos casamentos porque uma família escrava era mais facilmente desmembrada se os seus membros não fossem casados na Igreja. Para eles os casamentos realizados na África eram dissolúveis e "não sacramentados". Por outro lado, as relações sexuais entre homens brancos e mulheres negras eram aceitas socialmente desde que não envolvessem casamento. Todavia, não eram permitidas as uniões lícitas nem o casamento entre mulheres brancas e homens negros. As condições de vida dos escravos eram também um obstáculo significativo para a formação de unidades familiares. Mesmo que dois escravos concordassem em morar juntos, iriam enfrentar o problema da moradia e da privacidade. Se pertencessem ao mesmo senhor, e este possuísse alguma terra, talvez pudessem obter permissão para construir uma cabana dentro da propriedade. Mas na cidade poucas casas dispunham de espaço para uma família de escravos e os proprietários exigiam que seus escravos dormissem fora de suas portas. Se pertencessem a senhores diferentes, o arranjo de uma vida em comum tornava-se ainda mais difícil, a menos que lhes fosse permitido construir ou alugar uma cabana na periferia da cidade. **Bibliografia.** KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

CASAS DE SORTE. Termo português que substituiu a expressão banto "calundu" (V.). Segundo Roger Bastide, era a denominação dos templos das religiões africanas no Sul do Brasil. Por volta de 1870, essas casas foram objeto de constantes visitas policiais e quase sempre eram destruídas. **CASTIGO.** Diversos eram os castigos aplicados aos escravos no Brasil e diversos os respectivos instrumentos. Ao que parece, foi Artur Ramos (1942) o primeiro estudioso a tentar sistematizar as práticas e instrumentos de castigo em uso durante a escravidão. Ele divide os instrumentos em três categorias: de captura e contenção; de suplício; e de aviltamento. Na primeira categoria inclui as correntes, a golilha, o tronco, o vira-mundo e a gargalheira, as algemas, os machos, o cepo e a peia. Entre os instrumentos de suplício enumera a máscara, o anjinho, o bacalhau e a palmatória. Finalmente, entre os instrumentos de aviltamento, inclui o ferro de marcar, o libambo e as placas com inscrições infamantes. Havia também o açoite (V.), quase sempre praticado no pelourinho, apli-

cado não só pela Justiça ao escravo condenado, como também pelos senhores nas suas fazendas. Essas diversas formas de castigos, que perduraram praticamente por todo o período da escravidão, chegavam muitas vezes a deformar os corpos dos escravos, conforme podemos verificar em anúncios de jornais da época a respeito de escravos fugidos. Muitos ficavam deformados para o resto da vida, outros temporariamente, impossibilitados de executar serviços mais pesados. Alguns morriam durante a aplicação dos castigos, especialmente quando eram açoitados. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *A Aculuração Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.

CASTRO ALVES, ANTÔNIO DE. Poeta brasileiro, denominado o "poeta dos escravos" pela sua campanha de abolicionista radical e pelos seus versos revolucionários em favor da raça negra escravizada. Nasceu a 14 de março de 1847, na comarca de Cachoeira (Bahia) e faleceu em Salvador a 6 de julho de 1871. Fez o curso primário no Ginásio Baiano. Em 1862, ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde exerceu grande atividade abolicionista, participando de um grupo que facilitava a fuga de escravos. Nasceu num período de efervescência social e aderiu às idéias progressistas da sua época, defendendo a República, o direito do voto feminino e a libertação dos escravos. Iniciou-se muito cedo como poeta, na Bahia, mas a consagração literária se deu em São Paulo, quando estudante da Faculdade de Direito. Segundo Carlos Ferreira, seu colega, que com ele morou em São Paulo, "nas noites de espetáculo quando aparecia no camarote para recitar, fazia-se na platéia e nos camarotes silêncio profundo. [...] Que amores que despertava por esse tempo entre o belo sexo esse formoso rapaz". Além de ter sido grande lírico, foi na poesia épica, social, abolicionista militante, que revelou toda a sua genialidade. Escreveu, entre outras, as seguintes poesias abolicionistas: *Navio Negroiro* (V.), *Vozes d'África*, *O Bandido Negro*, o poema *Os Escravos*, a peça teatral *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, *Lúcia* etc. No Rio de Janeiro, travou contato com José de Alencar, Machado de Assis e Francisco Otaviano. Mas foi em São Paulo que se ligou a um dos grupos de abolicionistas mais brilhantes da época, com Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Rodrigues Alves e outros de igual envergadura. Em 1868, numa calçada no bairro

do Brás (São Paulo), teve ferido o pé esquerdo por um tiro, resultando na sua amputação. Vitimado também pela tuberculose, regressou a Salvador, onde faleceu com 24 anos incompletos. Durante a vida publicou apenas um livro, *Espumas Flutuantes*.

CASTRO, ANTÔNIO BENTO DE SOUZA. V. *Antônio Bento*.

CASTRO, FRANCISCA DA SILVA. Senhora de escravos que, no ano de 1886, na cidade do Rio de Janeiro, foi processada por ter matado uma escrava de nome Joana e cegado outra, Eduarda. O caso veio a público no dia 12 de fevereiro de 1886, quando Eduarda, menor de quinze anos, compareceu à redação da *Gazeta da Tarde* (V.) e denunciou sua senhora por mantê-la em cárcere privado, sujeitando-a a bárbaros castigos. Acrescentou que em piores condições estava outra menor, de nome Joana, de dezessete anos, a qual ficara na residência dessa senhora "por não poder andar". Segundo Evaristo de Moraes (1934), Francisca era amante de José Joaquim de Magalhães e morava na praia do Botafogo. José do Patrocínio (V.) e João Clapp, aproveitando o ensejo para impressionar a opinião pública, percorreram com a vítima as redações dos jornais e acabaram por entregá-la ao Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, Dr. Monteiro de Azevedo, que a recolheu e mandou apreender a outra escrava. Os exames médicos legais confirmaram as informações de Eduarda, corroboradas por Joana: D. Francisca da Silva Castro era uma sádica, cujo comportamento se revestia dos maiores requintes de crueldade. Foram consideradas graves as lesões apresentadas por Eduarda, especialmente a dos olhos. Joana não resistiu aos ferimentos e morreu logo em seguida. A autópsia revelou como *causa mortis* as sevícias de que fora vítima. A Confederação Abolicionista (V.) cuidou do seu enterro e anunciou que acompanharia de perto o processo movido contra D. Francisca. O delegado, Dr. João Manoel Carlos de Gusmão, apesar de todas as resistências, derrubou o argumento de loucura em favor da acusada, fechou o inquérito com enérgico relatório e remeteu-o ao Ministério Público, por intermédio do Juiz do 9º Distrito Criminal, Dr. Martins Torres. D. Francisca foi denunciada pelo promotor Dr. Eduardo Teixeira de Carvalho e compareceu perante o tribunal do júri, para responder pelos crimes de homicídio e ferimentos

graves. Na sessão de 23 de outubro, Sismundo Nabuco, com a acusação, prestou um grande serviço à causa abolicionista. Defendida pelo senador Ignácio Martins e pelo conselheiro Candido de Oliveira (escravistas confessos), foi absolvida. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

CATIVO. Segundo J. F. de Almeida Prado (1939), na África havia diferença entre os termos cativo e escravo. Os cativos eram aqueles africanos trazidos pelos pombeiros (V.) ou por outros intermediários até o litoral africano, onde eram negociados com os traficantes encarregados de sua venda no mercado dos países ou regiões compradoras de escravos. No litoral, os negros eram comprados e depois ferrados. Somente após terem sido adquiridos, marcados e batizados eram considerados escravos. **Bibliografia.** PRADO, J. F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. 3 vols.

CATUCÁ, QUILOMBO DE. Ajuntamento de escravos fugidos no interior de Pernambuco. Era também conhecido pelo nome de Cova da Onça e distava sete léguas de Recife, entre os centros urbanos de Paulinha, Santo Antônio, Igarapé, Olinda e Goiana. O quilombo de Terra Dura era uma extensão do quilombo de Catucá. No entender de Josemir Camilo de Melo (1977-1978), "mesmo com a província abalada não se deixou de perseguir os negros. Um dos quilombos perseguidos na ocasião foi o de Catucá. Assim, a Junta Governativa, em 1824, autorizava a Antônio José Santiago Correa Cavalcante juntar forças para destruir os negros da Cova da Onça. Como tem tantas vezes ocorrido, estes comandantes podiam juntar todo o tipo de tropa e gente, inclusive índios, levantar presídios, nomear comandantes para eles, cercar engenhos, casas ou sítios, correr casas ou senzalas, fazer fogo a quem resistir e comprar víveres através de recibos pagos pelo governo. [...] Em 1826, o Tenente-coronel Manoel Cavalcante de Albuquerque é quem fica encarregado de semelhante tarefa com uma força de duzentos homens, ao mesmo tempo em que os capitães-mores de Goiana, Igarapé e Olinda deveriam colocar piquetes onde o comandante autorizasse. [...] Aumentou a repressão, os negros são batidos nas matas e presos alguns, mas reflorescem com um vigor, uma afoiteza, em nível bem superior, como relatam as próprias autoridades. O policiamento re-

dobrou. As providências atingem setores até então não utilizados. Para esta expedição do Tenente-coronel Manoel Cavalcante de Albuquerque o governo autorizou à Fazenda duzentos mil réis para as despesas, bem como mandava ao Inspetor de Obras Públicas entregar duzentos mil-réis à patrulha que trouxesse cada negro quilombola, ficando este empregado em obras públicas até que o seu senhor pagasse a devida quantia. Em 1828, os negros de Cova da Onça (Catucá) atuam na Estrada Real de Pasmado e Olinda. Diante da ameaça permanente desses quilombolas, e não tendo o efeito desejado as medidas até então tomadas contra eles, determinou-se a colocação de uma guarda em cada um dos quatro ângulos em que se divide a mata de Catucá para que os escravos em trânsito naquela área fossem obrigados a apresentar bilhetes dos seus senhores, do contrário seriam considerados quilombolas e tratados como tal". Ainda segundo Josemir Camilo de Melo, "essas tentativas são meros paliativos. Nem mesmo a reunião de todos os juizes circunvizinhos a Catucá para combatê-lo deu certo. Esta reunião fora marcada para 30 de setembro de 1828 e só o Juiz-de-paz de Beberibe, Boaventura de Castelo Branco, foi com sua tropa. Era ele um dos mais renhidos perseguidores, tanto que, quando retiram a tropa que existia em Catucá, e os calhambolas começam a infestar as estradas, ele se oferece para sustentar sessenta homens de tropa que ainda não haviam sido recolhidos, pedindo para isto autoridade ao comandante". Sobre esse quilombo, cuja organização interna é praticamente desconhecida, Gilberto Freyre escreveu que "também em Catucá, matas de Pernambuco, vizinhas de alguns engenhos mais antigos da capitania, um grupo afoito de quilombolas se estabeleceu na floresta e se assenhoreou dela com uma capacidade de adaptação ao meio e de domínio sobre a vida vegetal e animal da região que surpreende em simples evadidos de engenhos de açúcar e sem grandes recursos técnicos para aventura tão arriscada. Catucá surge diante de nós quase como afirmação da capacidade do negro para se adaptar rapidamente aos trópicos americanos e às sombras de suas florestas mais profundas, em contraste com a incapacidade dos nórdicos. Porque nessas mesmas matas de Catucá lembraram-se de ir estabelecer-se, em colônia à parte da civilização monocultura fundada pelos portugueses,

algumas famílias alemãs. Famílias arrojadas que, entretanto, em poucos anos se degradaram em simples fabricantes de carvão, entrando em conflito com os pretos quilombolas que os alemães pretendiam expulsar de matas tão dominadas por eles". De fato, em 1828, um grupo de "artistas" (operários) e lavradores alemães solicitou terras para fundar uma colônia no interior de Pernambuco. O consulado dos Países Baixos, em 13 de setembro de 1828, enviou ao vice-presidente da província de Pernambuco um ofício nos seguintes termos: "Achando-se no porto do Açu um brigue holandês que se destinava ao Rio de Janeiro, com, pouco mais ou menos, 140 prussianos, na sua maior parte artistas e agricultores que se propuseram livremente a serem colonos no Brasil; e podendo talvez ser de grande utilidade para esta província, que nela se estabeleçam aqueles indivíduos, tenho a honra de propor a V. Ex.^a que lhes proporcione meios para darem princípio a seus estabelecimentos como homens livres. Se esta proposição for do agrado de V. Ex.^a, terei o prazer de contribuir quanto me for possível para se concluir este trato que considero favorável para esta província da qual sinceramente desejo todos os aumentos e prosperidades, como a um país que tão benignamente me tem acolhido. Deus guarde V. Ex.^a. Consulado dos Países Baixos em Pernambuco, 13 de setembro de 1828. Il^{mo}. e Ex^{mo}. Sr. Francisco de Paula Cavalcanti d'Albuquerque, Vice-presidente da Província de Pernambuco, Encarregado do Consulado dos Países Baixos, Jacob Lefolle". Nos três meses seguintes que medeiam o pedido dos alemães e a comunicação da destruição do quilombo, o combate se intensificou substancialmente. Apesar disso, nas palavras de Josemir Camilo de Melo, "as prisões individuais dos quilombolas só dão resultados se as autoridades os fazem falar sob castigo. É o que fazem com alguns escravos do engenho Maturi que estavam se juntando para fugir e se reunirem à gente de Malunguinho. A fuga foi interrompida, pois o seu líder Joaquim, escravo do alferes Manoel Antônio da Trindade, junto com outro Joaquim Pires, adiaram a fuga visto as estradas estarem tomadas por tropas". Percebe-se, portanto, da parte das autoridades, uma operação para limpar a área a fim de entregá-la aos colonizadores alemães. Contudo, a colônia foi um fracasso, pois os quilombolas continuaram nas matas a

dificultar a ocupação. **Bibliografia.** FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961; MELO, Josemir Camilo de. "Quilombos em Pernambuco (no século XIX)", *Revista do Arquivo Público de Recife*, n. 31-32, 1977-1978.

CAVALHEIRO. Os escravos assim apelidaram ironicamente, no Rio de Janeiro, a gargalheira (V.), instrumento de captura e contenção que prendia o escravo pelo pescoço.

CEARÁ, MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO. De todas as províncias do Império, a do Ceará foi aquela que mais dinamismo e eficiência insuflou no movimento abolicionista. Na cidade de Fortaleza, já em 1880, fundava-se a Cearense Libertadora, por iniciativa de João Cordeiro, José Correia do Amaral, Frederico Borges, José Marrocos, Isaac Amaral, Francisco do Nascimento, Alfredo Salbado, Carlos de Alencar, Justiniano Serpa, Cruz Saldanha, José Albano, Felipe Sampaio, Antônio Martins e outros. Dois anos depois, José do Patrocínio (V.) foi ao Ceará levar a sua campanha em prol da abolição, voltando de lá encantado com os rumos que a campanha havia assumido e celebrou o Ceará com o título de "Terra da Luz". Na Corte, o movimento abolicionista cearense era representado pelas famílias Jaguaribe e Araripe, e pelo parlamentar Antônio Pinto de Mendonça. Segundo Evaristo de Moraes, muito influenciou na campanha o entusiasmo boêmio de Paula Ney, que trouxera do Rio de Janeiro as idéias abolicionistas. Uma presença que celebrou a campanha no Ceará foi a dos jangadeiros dirigidos por Francisco José do Nascimento, sob a inspiração de João Cordeiro (V.) e de José Correia do Amaral. No Ceará a jangada era usada nos transportes dos escravos do Norte para o Sul. Movidos pelos propagandistas, os jangadeiros resolveram dificultar e impedir os embarques, recusando-se ao transporte de negros nas suas embarcações. Ainda ajudavam na fuga de escravos, escondendo-os no meio do seu pessoal. A relativamente pequena população escrava na província foi sendo libertada de diversas maneiras e, em 1884, não mais havia escravidão no Ceará. Fixou-se a data de 25 de março para comemorar o feito. Foram promovidas festas na Corte pela Confederação Abolicionista (V.) e pela Sociedade Abolicionista. O jangadeiro Francisco José do Nascimento foi chamado ao Rio de Janeiro para

a celebração do evento, sendo saudado em passeata pública. No dia 25, a *Gazeta de Notícias* lançou edição especial comemorativa. Uma das características da campanha abolicionista no Ceará foi o papel considerável do elemento feminino, destacando-se os nomes de Maria Tomásia e Elvira Pinho (V.). De todas as entidades abolicionistas cearenses, a mais dinâmica e importante foi incontestavelmente a Cearense Libertadora. Após sua fundação, porém, ela sofreu um momento de divisão: uma ala desejava a luta aberta, enquanto a outra, moderada, desejava "trabalhar à sombra da lei". João Cordeiro, que tinha sido eleito seu presidente provisório, insatisfeito com os problemas que a elaboração dos estatutos estava provocando, reuniu os elementos radicais da sociedade que comungavam com as suas idéias para elaborá-los de forma rápida e sumária. Antônio Bezerra de Menezes, seu secretário, narra assim os fatos: "Num domingo, ao meio-dia, compareceram uns vinte sócios na antiga Bolsa do Comércio e logo João Cordeiro fê-los entrar para um cômodo adrede preparado, a que ele havia dado o nome de Sala de Aço. Achava-se uma mesa grande, coberta por um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno. Depois de fechada a porta e acesas as velas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se e arrancando da cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa, onde ficou cravado, oscilando sinistramente ao reflexo das luzes e diz: 'Meus amigos, exijo de cada um de vós um juramento sobre este punhal, para matar e morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos! Vamos travar luta terrível com o governo, e, por isto está muito em tempo de se retirar aquele que for comigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair que ainda sai a tempo'. Retiraram-se onze. João Cordeiro ditou para mim as palavras seguintes, que ficaram na sociedade servindo de estatutos: Artigo 1º: Um por todos e todos por um. A sociedade libertará escravos por todos os meios ao seu alcance. Para não ser traída a correspondência, cada um toma um pseudônimo. É sugerida a necessidade de uma escrita especial entendida somente pelos consórcios, uma espécie de código secreto". Foi essa atitude radical da ala liderada por João Cordeiro que dinamizou o movimento abolicionista no Ceará

e determinou que, em 1884, não mais existissem escravos no Ceará.

CEMITÉRIO DE ESCRAVOS. Os escravos deviam ser enterrados separados das pessoas livres, desse modo tinham o seu próprio cemitério. Descrevendo o da cidade do Salvador, no século XVIII, Vilhena (1969) registra que estava localizado na parte mais prejudicial da cidade, sujeita aos ventos que todos os dias a banhavam com fétidos odores. Menciona ainda suas péssimas condições devido ao fato de ser "dirigido somente por negros brutos, e por natureza preguiçosos, os quais não somente deixam os cadáveres na flor da terra por preguiça de afundar as sepulturas, como por dias deixam alguns por sepulturar". Eram enterrados neste cemitério os pobres que morriam no hospital e os escravos da cidade e dos subúrbios, "os quais são tantos, que um irmão da governança da Mesa da Misericórdia me asseverou render anualmente o esquife dos pobres, a que chamam aqui *bangüê*, oitocentos mil-réis, quando se não paga mais que oitocentos réis por cada um dos negros que seus senhores ali mandam enterrar, [...] sepultados estes, uns por outros, a 100\$000 réis, cada um, pondera bem o prejuízo anual só de escravos na cidade; ficando certo em que não se enterram ali todos; porque uma grande parte se vão por de noite embrulhados em uma esteira nos adros de todas as igrejas, e capelas; consideremos agora o que será pelo campo, e todo o Recôncavo, onde são tratados muito pior, do que na cidade". **Bibliografia.** VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. 2 vol. Salvador, Ed. Itapoã, Salvador, 1969.

CEPO. O mesmo que tronco (V.), termo afro-cubano. Assim era descrito o cepo em Cuba: "enorme tablon com agujeros en los cuales se introduce el pie, la mano o la cabeza del negro".

CHARQUEADA, O ESCRAVO NA. De acordo com Mário Maestri Filho (1984), nos últimos anos do século XVIII, com a passagem de uma dinamização artesanal para a sua colonização com atividades de grande porte, visando um mercado em expansão, com capitais de giro relativamente significativos, a charqueada assentou-se essencialmente na mão-de-obra escrava. Possivelmente os primeiros trabalhadores foram uma mescla de peões, escravos africanos e indígenas semi-escravizados. Com a estratificação da pro-

dução, porém, todos os relatos convergem: a mão-de-obra central dessa produção era o escravo africano. O trabalho livre reduzia-se às tarefas de administração e de controle e, mais tarde, às funções mais complexas. São Francisco de Paula (futuramente Pelotas) terá, em 1814, 944 homens livres, 104 índios e 1 226 escravos. Em 1833, contará 3 555 homens livres, 180 índios, 1 136 libertos e 5 169 escravos. Em Jaguarão, outro centro de produção de charque, no mesmo ano existiam 2 856 homens livres (brancos), 80 homens livres (negros) e 2 451 escravos. Esses escravos concentravam-se sobretudo nos pólos charqueadores e constituíam uma preocupação para a classe senhorial, temerosa de insurreições. No entanto, a indústria do charque não se adequava, como a lavoura, ao trabalho escravo, devido à existência de uma produção de charque, que utilizava mão-de-obra livre e competia tenazmente pelo mesmo mercado. **Bibliografia.** MAESTRI FILHO, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul, Educs, 1984.

CHEFE DE QUILOMBO, A CONDENAÇÃO DO. Segundo José Alípio Goulart (1971), quando um chefe de quilombo era condenado pela Justiça, a sentença era quase sempre a morte, depois de torturas e suplícios desumanos. Em suas palavras: “quando se tratava de algum chefe de quilombo condenado à morte pelos açoites, a cena era terrível. O sentenciado saía da cadeia acorrentado ao carrasco, trazendo às costas um cartaz com uma inscrição em gordas letras anunciando: CHEFE DE QUILOMBO. O que para os algozes era uma inscrição nefanda, para ele, o negro rebelado contra os maus tratos do senhor, e que, no âmago da floresta ou nalgum socavão de montanha, fora proclamado líder pelos companheiros de desdita, para ele não: para ele não há como envergonhar-se do cartaz que porta. Até, muito ao contrário, honra-se de trazê-lo e o sente dependurado às costas como um título de heroísmo e de glória – CHEFE DE QUILOMBO – vale dizer, condutor de rebeldes, comandante de revoltados contra a tirania do branco. A pena, nesses casos, costumava ser de muitas centenas de açoites, que deviam ser infligidos parceladamente, em vários pontos da cidade. Em cada parada aglomerava-se o povo, ante cujos olhos flagelava-se o herói que por criminoso tomavam. Nas derradeiras exe-

cuções, de tão aprofundadas as feridas causadas pelo chicote, deixando jorrar abundante sangüeira, o látego acabava por atingir alguma artéria vital, dilacerando-a; o supliciado morria em incontrolável hemorragia”. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

CHICA DA SILVA. Francisca da Silva, célebre escrava que dominou o Tijuco (atual Cidade de Diamantina), em Minas Gerais, durante parte do século XVIII. Era filha do português Antônio Caetano de Sá com uma negra africana de nome Maria da Costa. Afirma Joaquim Felício dos Santos (1924) ter sido escrava do padre José da Silva de Oliveira Rolim, informação que pesquisas posteriores desmentiram. Foi escrava de Francisco da Silva Oliveira e de sua esposa Joaquina Rosa, até que o contratador João Fernandes de Oliveira a conheceu, por ela apaixonou-se, resgatou-a do seu senhor e passou a viver em sua companhia. João Fernandes era, no auge da exploração aurífera e diamantífera, o homem mais rico de Minas Gerais. Sua fortuna transformou-o em senhor todo-poderoso não apenas do Tijuco, mas de toda Minas Gerais. Chica da Silva dominou-o completamente. A ex-escrava, que já tinha dois filhos quando foi para a sua companhia, passou a ser a mulher mais importante de Minas. Diz Joaquim Felício dos Santos: “Foi célebre esta mulher, única pessoa ante quem se curvava o orgulhoso contratador; sua vontade era cegamente obedecida, seus mais leves e frívolos caprichos prontamente satisfeitos. Dominadora do Tijuco, com a influência e o poder do amante, fazia alarde de um luxo e grandeza, que deslumbravam as famílias mais ricas e importantes; quando, por exemplo, ia às igrejas – e então era aí que se alardeavam grandezas – coberta de brilhantes e com uma magnificência real, acompanhavam-na doze mulatas esplendidamente trajadas; o lugar mais distinto do templo era-lhe reservado. Quem pretendia um favor do contratador a ela primeiramente devia dirigir-se na certeza de ser atendido, se conseguia granjear-lhe a proteção. Os grandes, os nobres, que vinham a Tijuco, os enfatuados de sua fidalguia não se desdignavam de render-lhe homenagem, curvavam-se a beijar a mão à amante de um vassalo do rei. Tal é o poder do dinheiro! Esse vassalo era um milionário, e em

todos os tempos o ouro foi sempre o escolhido em que se quebrou o orgulho da fidalguia. [...] Era neste palácio que nos dias festivos do contratador se reuniam seus amigos e pessoas importantes do Tijuco. [...] Representavam-se *Os Encantos de Medéia*, *O Anfitrião*, *Porfiar Amando*, *Xiquinha por Amor de Deus* e outras peças conhecidas daqueles tempos. É escusado dizer o luxo que Francisca da Silva ostentava nessas ocasiões, e as homenagens e congratulações que recebia dos convivas. O dinheiro e poderio do amante elevavam-na à condição das senhoras das famílias as mais distintas. Devemos a João Fernandes a construção de alguns edifícios importantes, e entre outros, a Igreja do Carmo”. Tudo isso levou Chica da Silva a caprichos cada vez mais mirabolantes. Quando já não tinha caprichos a satisfazer, diz-se que um dia expressou ao contratador o desejo de viajar de navio. Com a condição, porém, de não sair de Minas Gerais. Contam que o contratador não titubeou um momento: mandou que fosse aberto pelos escravos um enorme lago artificial. Em seguida, ordenou a construção de uma caravela com mastros, mastaréus, tudo como uma autêntica nau de alto-mar. Equipou-a, e um dia fez a grande surpresa a Chica da Silva: chamou-a para viajar de navio no seu próprio mar, construído pelos braços de centenas de escravos. Afirmam que foi um grande acontecimento tanto para a cidade do Tijuco como para Chica da Silva. A caravela equipada esperava-a com a tripulação a bordo para viajar. E a amante realizou o seu desejo. Com o tempo vieram os filhos, que foram muitos: doze e mais dois que levou quando foi para a companhia de João Fernandes de Oliveira. Chica da Silva mandou-os estudar na Europa, gastando rios de dinheiro. Seus filhos, principalmente Simão Pires Sardinha, deixaram a tradição na Europa de verdadeiros nababos. A fortuna de João Fernandes começou a preocupar a Metrópole, que o intimou a regressar a Portugal de onde nunca mais voltou. Com isso, Chica da Silva viu o seu prestígio diminuir, mas, de qualquer maneira, ainda continuou, até morrer, com a parte da fortuna que o amante lhe deixou. **Bibliografia.** SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro, Ed. Livr. Castilho, 1924.

CHICA-QUE-MANDA. Nome atribuído a Chica da

Silva pelo povo do Tijuco e de Minas Gerais. V. *Chica da Silva*.

CHICO REI. Lendário líder negro de Minas Gerais, cuja ação e vida se teriam desenrolado no começo do século XVIII. Segundo Artur Ramos (1956), Chico Rei foi um régulo africano aprisionado na África e trazido para o Brasil e aqui vendido como escravo. Com ele vieram os membros da sua tribo, além da mulher e filhos. Todos os da sua família morreram durante a viagem, no porão de um navio negreiro, menos um dos filhos. Todos os sobreviventes, juntamente com Francisco e o filho, foram enviados para trabalhar como escravos nas minas de Vila Rica, hoje Ouro Preto, em Minas Gerais. Segundo se conta, Francisco jurou que “rei na sua terra, rei havia de continuar” fora dela. Começou a juntar dinheiro e com ele conseguiu comprar a carta de alforria do filho. Juntaram-se os dois e conseguiram, em seguida, comprar a alforria do próprio Francisco. Posteriormente, ele e o filho foram libertando os demais membros da tribo. Libertada a sua própria tribo, passou Chico Rei com os companheiros a aplicar o mesmo processo a outras tribos. Conseguiram, assim, a libertação de grande número de escravos de Vila Rica, os quais passaram a reunir-se numa espécie de colônia, “um verdadeiro Estado no Estado”, como a denominou Diogo de Vasconcelos. Ainda segundo Artur Ramos, Francisco foi aclamado rei daquela comunidade; daí ter passado à história e à lenda com o nome de Chico Rei. Com sua segunda mulher, uma negra com quem se casou no Brasil, seu filho e a nora, formou uma “família real” em Vila Rica. A mulher era a rainha, o filho e a nora príncipe e princesa. Diz a lenda que a comunidade de Chico Rei conseguiu comprar com os próprios recursos a riquíssima mina da Encardideira ou do Palácio Velho. Com o ouro extraído, conseguiu Chico Rei a libertação de inúmeros negros. Escolheram para protetora Santa Ifigênia (V.), fundando a irmandade do mesmo nome. Os irmãos construíram majestosa igreja que ainda hoje existe em Ouro Preto. Todos os anos, no dia 6 de janeiro, o rei e os príncipes, vestidos em trajes opulentos e com as suas insígnias, eram conduzidos em procissão solene à Igreja do Rósário, onde assistiam missa cantada. Depois, percorriam as ruas de Vila Rica e, ao som de instrumentos africanos,

executavam danças características com grande acompanhamento do povo. A imagem de Santa Ifigênia ficava num lugar denominado Alto da Cruz. As negras, que compunham a guarda de honra da Rainha, costumavam empoar os cabelos com ouro em pó da mina do Palácio Velho. Ao regressar a procissão à igreja, lavavam as cabeças na pia do templo, deixando ali ficar depositado o ouro. Era o seu donativo à caixa da confraria. Chico Rei, ainda segundo Artur Ramos, foi o primeiro líder abolicionista no Brasil. No entanto, não há, até hoje, qualquer prova documental da sua existência. Seria uma das muitas lendas que a escravidão criou. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Casa do Estudante do Brasil, 1956.

CHICOTE. Instrumento de castigo composto de um cabo e um número variável de tiras de couro com que se vergastava o escravo. Instrumento usado tanto em punições particulares, privadas, no interior das fazendas, como por sentença da Justiça no pelourinho (V.). Também conhecido como bacalhau (V.), o instrumento, de modo geral, compunha-se de um cabo de madeira, de um pé de comprimento, do qual saíam tiras de couro cru, que variavam de tamanho, largura e número em cada chicote. As tiras eram retorcidas ou tinham nós nas extremidades para melhor supliciar os escravos condenados. Quanto mais ressequido o couro, mais as tiras maltratavam e feriam as carnes das vítimas. As sentenças de açoite (V.) impostas aos escravos eram aplicada de maneira intercalada, a fim de não matar o infeliz. No entanto, muitas vezes ele morria antes do fim da sentença.

CIDADE MARAVILHA. Povoação criada por escravos. Com o movimento da Cabanagem (V.), no Pará, em 1835, muitos negros escravos aproveitaram a desarticulação do trabalho na região e fugiram, criando quilombos. Acima da cachoeira Caspacura, fundaram uma povoação que recebeu o nome de Cidade Maravilha. Alguns anos depois, em 1852, avisados de que uma força saída de Santarém iria atacá-los, os negros moradores da povoação incendiaram-na e fugiram para as matas. Segundo José Alípio Goulart (1968), foram descendo e se estabeleceram à margem do Trombetas, trocando com os regatões os seus produtos. Aliás, conta-se que esses mascates fluviais

é que alertaram os habitantes da Cidade Maravilha sobre o envio e aproximação da expedição punitiva, possibilitando que os seus habitantes ateassem fogo em suas cabanas. **Bibliografia.** Goulart, José Alípio. *O Regatão: O Mascate Fluvial na Amazônia*. Rio de Janeiro, Conquista, 1968.

CIPOTEMA, QUILOMBO DO. V. *Inferno, Quilombo do.*
CIRURGIÃO. Em Campos, estado do Rio de Janeiro, Joaquim Vicente dos Reis, quando arrematou as terras e fazendas dos jesuítas, encontrou entre os escravos um cirurgião. Além dos ofícios mecânicos que ensinavam aos seus escravos, os jesuítas escolhiam os mais inteligentes e mandavam-nos estudar medicina e cirurgia, profissões que exerciam por conta dos conventos. No entanto, se eram temíveis os escravos que sabiam ler, o que se diria então de um cirurgião? Com medo de que o envenenasse com alguma erva, Joaquim Vicente procurou um meio de se desfazer dele. A carta de doação desse escravo encontra-se no Livro de Notas do 2º Cartório, ano de 1796, fl. 86, da cidade de Campos de Goitacazes. Nela se reza:

Escritura de doação que faz o alferes Joaquim Vicente dos Reis, dos escravos pardos, Ignácio Gonsalves de Siqueira e sua mulher Marta Soares, à Santa Casa de Misericórdia da Cidade de Angola, pelo Amor de Deus, na forma abaixo declarada que me foi distribuída: Saibam quanto estes públicos instrumentos de escritura de doação virem, que sendo no ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1796, aos 18 dias do mês de setembro do dito ano, nesta fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio, denominado o Colégio, do Alferes Joaquim Vicente dos Reis, termo da Vila de São Salvador Paraiba do Sul dos Campos dos Goitacazes, onde eu Tabelião vim e sendo aí apareceu presente o dito Alferes Joaquim Vicente dos Reis, morador na dita sua Fazenda e reconhecido por mim Tabelião pelo próprio e que dou fé, e perante duas testemunhas abaixo nomeadas e assinadas por ele me foi dito: que entre os mais bens de que é direto senhorio e possuidor, é bem assim de um casal de escravos pardos de nomes Inácio Gonsalves, pardo, cirurgião perito, e da dita Marta mulher do dito, costureira, cujos escravos os houve ele outorgante doador por arrematação que deles fez na Real Fazenda da cidade do Rio de Janeiro, quando rematou a dita fazenda, os quais escravos pardos, marido e mulher acima referidos, disse ele outorgante doador, que muito da sua livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma dava e doava pelo amor de Deus, à Santa Casa de Misericórdia do Reino e Cidade

de Angola, para que os mesmos escravos sirvam até morrer às mesmas Santa Casa e seus hospitais, com a cláusula porém de que não poderão em tempo algum a Mesa presente da referida Santa Casa, nem as futuras, nem outra qualquer pessoa de qualidade que seja que tenha inspeção sobre a mesma Santa Casa, em tempo algum, dar, doar, vender, alienar ou forrar o dito casal de escravos nomeados retro. E fazendo-o ficará essa doação de nenhum efeito, e passarão os ditos escravos marido e mulher ao poder dele outorgante doador ou ao dos seus Herdeiros e sucessores, como se dela não houvesse feito esta doação, outrossim foi mais dito pelo dito doador que o dito escravo pardo Inácio Gonçalves de Siqueira andava fugido e fora da dita fazenda dele doador, porém que a todo o tempo que ele doador o pegar o fará remeter instantaneamente para a dita Santa Casa de Misericórdia, Senhora do dito escravo, a quem ele doador disse dava todos os poderes em direito necessários para que tendo notícia do dito escravo doado o pegue e goze como seu que é por esta doação, e que outrossim se obriga a fazer desta doação sempre firme e valiosa, e não ir em tempo algum contra ela, tudo na forma neste instrumento expressado, e cláusulas no mesmo declaradas. E de como assim o disse e outorgou, me pediu e disse estar a seu contento, e o aceitou e eu Tabelião com pessoa pública estipulante e aceitante também aceito em nome da dita Santa Casa de Misericórdia da referida cidade de Angola, senhora dos ditos escravos e assinou o doador com as testemunhas presentes Manoel Sebastião Victorio da Silva e Mello, o reverendo padre Manoel Martins de Carvalho, reconhecidos de mim Tabelião Antonio Feliciano Serpa que o escrevi e assinei. Joaquim Vicente dos Reis, Manoel Sebastião Victorino da Silva e Mello, o padre Manoel Martins de Carvalho.

CLUB ABOLICIONISTA PATRONI. Entidade criada no Pará, por iniciativa do Dr. Manoel Moraes Bittencourt, que, mediante requerimento ao presidente da província, obteve, em 1882, a aprovação dos seus estatutos como sociedade abolicionista. De acordo com seus estatutos tinha por objetivos:

Art. 1º – A associação criada nesta Cidade de Belém do Grão-Pará, com denominação Club Abolicionista Patroni, tem por fim cooperar para a abolição da escravidão por todos os meios, legítimos e legais.

Art. 2º – Esta associação existirá enquanto não for extinta a escravidão nesta província e se comporá de número ilimitado de sócios.

Capítulo 2: Dos sócios, deveres e direitos.

Art. 3º – Farão parte desta sociedade todas as pessoas de

ambos os sexos no gozo dos seus direitos civis, que quisessem se inscrever como sócios e os menores de 21 anos propostos ou inscritos por seus pais ou tutores. [...]

Art. 5º – São deveres dos sócios:

§ 1º – contribuir com a quantia de um mil-réis mensalmente;

§ 2º – auxiliar a sociedade por todos os meios para a realização do seu fim social, de acordo com o art. 1º deste estatuto.

Art. 6º – As disposições do parágrafo 1 do artigo 4 não são extensivas aos associados menores de 21 anos, que todavia farão parte de comissões especiais, tendentes à realização do nobre fim da sociedade. [...]

Capítulo 5 – Disposições gerais.

Art. 20 – No dia 15 de agosto de cada ano haverá sessão magna para a posse de novos funcionários e nesta ocasião serão libertados tantos escravos quantos permitirem os fundos sociais.

Art. 21 – Antes desse dia, a sociedade irá libertando os escravos que os seus recursos permitirem, sendo as cartas de liberdade entregues aos libertos pela diretoria em sessões ordinárias ou extraordinárias para esse fim convocadas.

Art. 22 – As cartas de liberdade serão publicadas pela imprensa e registradas pelo segundo secretário em livro especial.

Art. 23 – Para a libertação dos escravos por conta da sociedade será preferido o que tiver maior pecúlio e for de menor valor, tendo entretanto em vista o disposto do artigo 27 da Lei de 28 de setembro de 1871.

Art. 24 – Dissolvida a sociedade por não ter razão de existir, ou por força maior, será empregado o dinheiro existente em caixa, no primeiro caso em um monumento à liberdade, e no segundo a bem da liberdade de um ou mais escravos, sendo os arquivos recolhidos à biblioteca pública.

CLUBE DO CUPIM. Sociedade secreta fundada em 8 de outubro de 1884, em Recife, cujos membros agiam secretamente, sob a liderança de José Mariano. Os principais abolicionistas que participavam do clube eram João Ramos, guarda-livros; Dr. Gomes de Mato, comerciante e jornalista; Numa Pompílio, dentista; Tomás Espíuça, ator dramático; D. Leonor Porto, costureira; Manuel Joaquim Pessoa, dono de barcaças. As barcaças pernambucanas representaram papel decisivo na atividade extralegal dessa associação. Nelas os membros do Clube do Cupim remetiam os escravos que tiravam do cativeiro para o Ceará e outros portos onde estivessem garantidos. O Clube do Cupim não tinha diretoria, nem estatutos, nem escrituração. Seus membros eram correspon-

dentes dos abolicionistas do Rio de Janeiro, que muitas vezes lhes remetiam às escondidas os escravos que não conseguiam libertar judicialmente. Segundo o historiador Mario Melo, o clube foi organizado no período agudo do abolicionismo e prestou relevantes serviços à causa da manumissão dos cativos. Segundo as suas palavras, transcritas por Bernardino José de Souza (1961), os seus estatutos tinham apenas um artigo: libertar os escravos por todos os meios. Era uma espécie de maçonaria. Os "cupins" se reuniam disfarçadamente, tinham ramificações no Ceará e associados nos veleiros. Furtavam os escravos, disfarçavam-nos e os embarcavam para o Ceará, já então terra livre. O palacete de José Mariano era ordinariamente valhacouto de escravos furtados pelos cupins e, mais de uma vez, foi revistado pela polícia. A sede de reunião era chamada Panela do Cupim e situava-se no Distrito dos Afritos, em Recife, onde hoje se encontra placa comemorativa com inscrição alusiva. *Bibliografia.* SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

CLUBE DOS ADVOGADOS CONTRA A ESCRAVIDÃO. Clube fundado, em abril de 1844, por advogados residentes no Rio de Janeiro. O manifesto que publicaram proclamava a necessidade de fazer cumprir as leis de 1831 e 1871. Tal manifesto, obra de Araripe Júnior, foi assinado por Saldanha Marinho, Liberato Barroso, Silveira da Motta, Ubaldino do Amaral, João Marques, Catta Preta, Valentim Magalhães, Carlos Perdigão, Bittencourt Sampaio, Adolfo de Barros, João Pedro Belfort Vieira e Ciro de Azevedo. Seu exemplo foi seguido em diversas partes do país. Dois anos depois, em Ouro Preto, então capital da província de Minas Gerais, reuniram-se 22 advogados e subscreveram o seguinte compromisso, publicado no *Liberal Mineiro* de 29 de setembro de 1886: "Os abaixo assinados, advogados nos auditórios desta capital, subscrevem a declaração de que não aceitam o patrocínio de quaisquer causas que, direta ou indiretamente, sejam contrárias à libertação dos escravos". Não menos significativa foi a manifestação dos advogados de Santos, influenciados por Inglês de Souza, Galvão Carvalhal, Silva Jardim e Heitor Peixoto. Na Bahia, era quase uniforme o pensamento abolicionista, ou, pelo menos, emancipador dos advogados. Sobressaiu-se neste sentido um simples

provisionado, Eduardo Carigé (V.). O trabalho forense, favorável aos escravos, revestia-se no Rio de Janeiro de várias modalidades. A mais frequente intervenção dos causídicos e solicitadores consistia em patrocinar as causas de "arbitramento de libertação compulsória", segundo as leis de 1871 e 1885. Além das perseguições movidas contra eles pelos senhores de escravos, houve rumores de que esse trabalho forense se realizava com intenções de lucro, com a exploração dos libertados (Moraes, 1924). Um dos que, sem ser bacharel, se especializaram nesse tipo de libertação mediante depósito foi o solicitador Domingos Gomes dos Santos (V.), conhecido como o "Radical". *Bibliografia.* MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

CLUBE DOS MORTOS. Organização abolicionista radical, que existiu no Maranhão no século XIX e que defendia e promovia a fuga de escravos.

CLUBE JOSÉ DO PATROCÍNIO. Associação que se formou com a intenção de envolver diretamente a mulher na campanha abolicionista. Foi fundada na casa do abolicionista Emiliano Rosa de Senna, sogro de José do Patrocínio, e funcionava no Rio de Janeiro. Foram suas primeiras diretoras Virgínia Villa-Nova, Adelina dos Santos e Henriqueta Senna. A Comissão Executiva foi constituída por Eponina Senna, Cacilda de Souza e Rosalina de Senna. A vida do clube não foi longa, mas seus serviços foram relevantes, e grande foi sua influência na modificação da atitude de muitas mulheres diante da questão do escravismo. *Bibliografia.* MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

CLUBE MILITAR E A ESCRAVIDÃO. Entidade representativa da classe militar, o Clube Militar, na última fase da abolição, tomou posição contra a escravidão. Em outubro de 1887, por meio do seu presidente, Deodoro da Fonseca, foi enviada uma moção de protesto à princesa Isabel contra o papel que pretendiam impor ao Exército na perseguição de escravos fugitivos. A moção foi devolvida, mas teve repercussão graças à divulgação na imprensa. O documento, assinado pelo presidente, marechal Deodoro da Fonseca, e publicado no jornal *O País*, do Rio de Janeiro, de 26 de outubro de 1887, estava redigido nos seguintes termos:

Senhora. Os oficiais, membros do Clube Militar pedem a Vossa Alteza Imperial vênha para dirigir ao Governo Imperial um pedido, que é antes uma súplica. Eles todos, que são e serão os amigos mais dedicados e os mais leais servidores de Sua Majestade o Imperador e de sua dinastia, os mais sinceros defensores das instituições que nos regem, eles, que jamais negarão em bem vosso os mais decididos sacrifícios, esperam que o governo imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior, com o fim, sem dúvida, de manter a ordem, tranquilizar a população e garantir a inviolabilidade das famílias, os soldados sejam encarregados da captura de pobre negros que fogem à escravidão, ou porque vivem já cansados de sofrer-lhe os horrores, ou porque um raio de luz da liberdade lhes tenha aquecido o coração e iluminado a alma. Senhora! A liberdade é o maior bem que possuímos sobre a terra; uma vez violado o direito que tem a personalidade de agir, o homem para reconquistá-la é capaz de tudo: de um momento para outro ele que dantes era um covarde, torna-se um herói — ele, que dantes era a inércia, se multiplica e subdivide-se e ainda mesmo esmagado pelo peso da dor e das perseguições, ainda mesmo reduzido a morrer, de suas cinzas renasce sempre mais bela e mais pura a liberdade. Em todos os tempos os meios violentos de perseguição, os quais felizmente, entre nós, ainda não foram postos em prática, não produziram nunca o desejado efeito. Debalde, milhares de famílias são atiradas aos extensos desertos e lá onde só vivem os líquenes e os ventos passam varrendo a superfície de gelos e beijando as estepes, tudo morre, mas os ódios concentrados de tantos infelizes são trazidos e vêm germinar às vezes no seio dos próprios perseguidores. É impossível, pois, Senhora, esmagar a alma humana que quer ser livre. Por isso, os membros do Clube Militar, em nome dos mais santos princípios de humanidade, em nome da solidariedade humana, em nome da civilização, em nome da caridade cristã, em nome das dores de Sua Majestade o Imperador, vosso augusto pai, cujos sentimentos julgam interpretar e sobre cuja ausência choram lágrimas de saudade, em nome do vosso futuro e do futuro do vosso filho, esperam que o governo imperial não consinta que os oficiais e as praças do Exército sejam desviados da sua nobre missão. Não é isto, Senhora, um ato de desobediência. Se se tratasse de uma sublevação de escravos que ameaçasse a tranquilidade das famílias, que trouxesse a desordem, acreditai que o Exército não consentiria também que o preto embrutecido pelos horrores da escravidão conseguisse garantir a sua liberdade esmagando o branco. O Exército havia de manter a ordem. Mas diante de homens que fogem, calmos, sem ruído, mais tranquilamente do que o gado que se dispersa pelos campos, evitando tanto a escravidão como a luta e dando ao atravessar cidades iner-

mes exemplos de moralidade, cujo esquecimento tem feito muitas vezes a desonra do Exército mais civilizado, o Exército brasileiro espera que o governo imperial conceder-lhe-á o que respeitosamente pede em nome da honra e da própria bandeira que defende.

COARACI, O. Jornal abolicionista, dirigido por Américo Campos e Diogo de Mendonça Pinto.

COARTACÃO. Termo usado pra caracterizar a liberdade sob condição e promessa do senhor (liberdade a crédito). A expressão "libertos sob condição" aparece em vários testamentos e cartas de alforria. O procedimento consistia em estabelecer, por comum acordo, um preço para a alforria, a fim de que o escravo pudesse pagá-lo em várias prestações. A partir desse acordo, o escravo passava a uma condição intermediária, nem alforriado nem escravo, mas, no ponto de vista de Perdigão Malheiros, já com vários privilégios de livre. Os filhos de uma mulher em tal condição já era considerado livre.

CÓDIGO NEGRO. Código ou conjunto de regras que pautavam as relações escravistas. O Brasil nunca possuiu um Código Negro que regulasse os direitos e o comportamento dos senhores em relação aos seus escravos. Isso porque a escravidão no Brasil nunca foi instituída oficialmente e não é mencionada na Constituição de 1824. Esse comportamento era regido pelas Ordenações de Portugal. Teixeira de Freitas, encarregado, em 1855, de redigir o projeto do Código Civil do Império, não incluiu a escravidão como instituição, afirmando que isso deveria ser tratado separadamente, pois considerava a escravidão uma instituição transitória. O prazo previsto para a conclusão do Código Civil seria 31 de dezembro de 1861, mas foi prorrogado para 1864, quando, então, o projeto foi examinado por uma comissão composta do Visconde do Uruguai, Nabuco de Araújo, Caetano Alberto Soares, Ribas, Brás Florentino Furtado, Mariani e Lourenço Ribeiro. Essa comissão, segundo Clóvis Bevilacqua, suspendeu os trabalhos a 31 de agosto de 1865, depois de dezessete sessões nas quais se discutiram os primeiros artigos do Código. Em 1857, o Governo Imperial mandou publicar, com aditamentos, a Consolidação das Leis Civis. Na introdução dessa edição oficial, lê-se: "Cumpra advertir que não há um só lugar no texto onde se trate de escravos. Temos, é verdade, a escravidão entre nós; mas esse mal é uma exceção que lamentamos, e

que já está condenada a extinguir-se em uma época mais ou menos remota. Façamos uma exceção, um capítulo avulso, na reforma das nossas Leis Civis; não as maculemos com disposições vergonhosas, que não podem servir para a posteridade; fique o estado de liberdade sem o seu correlativo odioso. As leis concernentes à escravidão (que não são muitas) serão pois classificadas à parte e formarão o nosso Código Negro". Esse falso pudor jurídico escondia uma covardia e uma infâmia. Nunca se elaborou esse código. **Bibliografia.** *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.* Comentado por Clóvis Bevilacqua. Rio de Janeiro, Ed. Liv. Francisco Alves, 1956. 6 vols.

CÓDIGOS DE POSTURAS MUNICIPAIS, OS ESCRAVOS NOS. Não havendo disposições especiais sobre o enquadramento dos escravos nos textos jurídicos, prevaleciam, nos casos mais comuns, os Códigos de Posturas Municipais, conjunto de normas baixadas pelas Câmaras para obediência dos munícipes. Alguns exemplos podem esclarecer como essas posturas regulavam as relações sociais. No Código de Posturas Municipais, datado de 29 de novembro de 1848, e assinado pelo presidente da província do Pará, Jerônimo F. Coelho, registravam-se em relação aos escravos os seguintes artigos: "Art. 33. Toda pessoa que se intitular pajé, ou que a pretexto de tirar feitiço, se introduzir, em qualquer casa, ou receber na sua casa alguém para simular cura, ou para fazer adivinhações e outros embustes incorrerá na multa, assim como o dono da casa, de vinte mil-réis, ou oito dias de prisão em qualquer dos casos. [...] Art. 50. Fica proibida a cultura da planta vulgarmente chamada diambra de que usam fumar os escravos, sob pena de vinte mil-réis de multa ou oito dias de prisão a qualquer dono de sítio, fazenda, ou lugar onde for achada em vegetação tal planta, dois meses depois da publicação da presente postura. [...] Art. 82. Os donos, ou administradores de qualquer casa de venda não consentirão aí ajuntamento de mais de dois escravos, nem batuques, ou vozeria deles dentro da casa, ou em frente dela. O infrator incorrerá na multa de dez mil-réis ou quatro dias de prisão. [...] Art. 105. Ninguém poderá alugar casas para nelas morarem escravos, sem que obtenham licença por escrito dos seus senhores, sob pena de incorrer o infrator na multa de dez mil-réis, ou quatro dias de prisão. Art. 106. Os

escravos que forem encontrados de noite desde o toque de recolher até a alvorada, a mandado de seus senhores, sem bilhete destes, datado e assinado, com declaração do nome do escravo, ou sem lanterna, facho ou archote, serão conduzidos debaixo de prisão à presença da autoridade competente e os senhores incorrerão na multa de dois mil réis ou um dia de prisão. Art. 107. Toda pessoa que for convencida a ter notícia ou mesmo conhecimento da existência de algum mocambo de pretos fugidos e o não tiver comunicado à autoridade competente mais próxima e aos senhores incorrerá na multa de dois mil-réis, ou oito dias de prisão. [...] Art. 124. Nenhum fazendeiro, ou feitor, consentirá que seus fâmulos ou escravos ultrapassem os limites dos campos alheios, quando fizer seus trabalhos rurais, sem prévia licença dos donos; nem que por eles se introduzam fora de tempo desses trabalhos, a pé ou montados, e munidos de cordas de laçar. E quando por algum motivo legítimo tenham de transitar pelos ditos campos, deverão levar bilhete datado e assinado pelo fazendeiro ou feitor, em que declare o motivo, que aí os leva, e lugar para onde vão, e por quanto tempo, o qual será apresentado ao dono ou encarregado da fazenda, ou fazendas por onde tiverem que passar. O infrator incorrerá na multa de vinte mil-réis, ou oito dias de prisão em qualquer dos casos. Parágrafo Único: Todo o fazendeiro, feitor ou vaqueiro que encontrar pessoa, ou pessoas suspeitas, divagando pelos campos, é autorizado a capturá-las, remetendo-as imediatamente à autoridade policial do distrito. [...] Art. 174. Disposições comuns: Todas as penas cometidas nestes artigos de posturas serão duplicadas e triplicadas no caso de reincidência; e nas multas pecuniárias metade do valor pertence à patrulha ou à pessoa que denunciar a infração de qualquer dos sobreditos artigos, e a outra metade ao cofre da câmara respectiva. Art. 175. Quando o réu não tenha meios para satisfazer a pena pecuniária, será comutada a prisão. [...] Art. 179. Quando o réu for escravo será condenado em açoites, cujo número, sendo 25 o mínimo e trezentos o máximo, será fixada na sentença do juiz e só depois de os sofrer publicamente será entregue ao seu senhor". A Postura Municipal de Bananal, no Estado de São Paulo, de 31 de março de 1863, afirmava: "Art. 1º. Nenhum ne-

gociante dentro e fora da cidade poderá vender a escravos, pólvora, chumbo, ou qualquer espécie de projétil ou arma de fogo de qualquer qualidade, salvo tendo os mesmos escravos bilhetes de seus senhores, pedindo tais objetos". Na Postura Municipal de Serra Negra, de 15 de abril de 1863, lê-se: "Art. 26. É proibido dentro da vila a dança do batuque, e em geral todo ajuntamento ou algazarra e vozerias. Se porém este for escravo, serão recolhidos à cadeia. Art. 27. São permitidas as congadas que fazem os pretos pelo Natal, as quais não devem exceder às horas de recolhida. [...] Art. 70. Todo o senhor que abandonar escravos doentes de moléstia morfética, e que consenti-los mendigar, pagará 30\$000 de multa, além disto será obrigado a recolhê-los em casa separada, a sustentá-los e vesti-los". Na Postura Municipal de Areias, de 15 de abril de 1863: "Art. 47. É proibido alugar quartos ou casas a desconhecidos, assim como a escravos sem licença por escrito de seus senhores. [...] Art. 75. O taberneiro que consentir em sua casa negócio que nela se demorem os escravos que mais tempo que o preciso para comprarem ou venderem será multado em 10\$000". Na Postura Municipal de Indaiatuba, de 15 de abril de 1863: "Art. 40. Ninguém poderá comprar de escravos sem bilhetes do seu senhor, os seguintes gêneros: café, açúcar, chá, aguardente. Art. 41. Ficam os escravos proibidos de fazer batuques dentro da Vila". Por esses exemplos, podemos ver como as Posturas Municipais são importantes fontes para conhecer a escravidão no Brasil.

COITEIROS. Pessoas, grupos ou famílias que escondiam escravos fugidos. Não foi somente em São Paulo, especialmente em Santos, que o fato se verificou. Com a urbanização da escravidão na sua última fase, muitos abolicionistas do Rio de Janeiro também acolheram, protegeram e esconderam escravos fugidos dos seus senhores. Sob a influência da Confederação Abolicionista (V.), muitos cidadãos se engajaram na causa abolicionista. Diz Oswaldo Orico (1931) que, "ao lado da intervenção legal, em que se afirmava publicamente, havia o lado sub-reptício, que não era menos nobre nem menos profícuo. Esta ação extralegal tinha raízes na coragem dos seus membros em considerar a escravidão uma infâmia tolerada pelo poder público. E facilitava a fuga dos

cativos, proporcionando-lhe homizos suaves, verdadeiros quilombos domésticos onde os escravizados encontravam um ambiente de mansidão acolhedora. Multiplicaram-se no Rio de Janeiro esses tetos benfeitores, que serviam de asilo aos refugiados. A história guarda os nomes de alguns, tão expressivo foi o agasalho que dispensaram aos fugitivos: a casa do capitão Emiliano Rosa Sena, sogro de Patrocínio, à rua Imperial Quinta, em São Cristóvão; a chácara do Leblon, de propriedade de Seixas Magalhães, comerciante de malas da rua Gonçalves Dias; a moradia de Ernesto Rodrigues da Costa, estabelecido com tipografia na travessa do Ouvidor; e a residência de Guilherme Cândido Ribeiro, negociante estabelecido com padaria na rua da Misericórdia; do capitão Corte Real, à rua Conde de Bonfim; de D. Maria Luíza Regadas, no largo da Mãe do Bispo; de Serpa Júnior, em São Cristóvão; de Henrique de Araújo Lima, na rua Bela de São João; de Miguel Dias em Catumbi; de Gabriel Cruz, em Jacarepaguá; de Esteves Junior, no Sítio de Taquara; de D. Gabriela Sena, sogra de Ernesto Sena; e do Dr. César Marques, na rua Miguel de Farias. [...] Era curioso o processo de que lançavam mão os chefes do movimento para esse trabalho fora da lei. Conta Ernesto Sena que de São Paulo eram os escravos remetidos para o Rio por Antônio Bento, Raul Pompéia, Luiz Murat, Gaspar da Silva, e que essa remessa vinha precedida de um aviso assim redigido: 'Segue bagagem trem'. Os fugitivos traziam instruções inteligentes para não se deixar apanhar. Eram prevenidos com antecedência de que se dirigissem na estação central ao cavaleiro que trouxesse à lapela do paletó uma camélia branca, dando-lhe a senha 'Raul' e que, tendo como resposta 'Serpa', podiam julgar-se garantidos". No fim da escravidão, existiu, portanto, uma camada urbana de coiteiros, disposta a receber e esconder os escravos fugidos não apenas de São Paulo e do Rio, mas também de outras províncias. **Bibliografia.** ORICO, Oswaldo. *O Tigre da Abolição.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1931.

COLEIRA. As coleiras, instrumento de castigo de escravos, eram feitas, em sua maioria, de uma barra de ferro de 5/8 de polegadas de diâmetro, algumas com uma haste, outras com duas e outras ainda sem nenhuma, a não ser uma pequena argola na parte superior. Diz Thomas Ewbank (1973) ter um dia observado "um escravo

que usava uma coleira, a maior e mais brutal das centenas que já vi. [...] Feita de uma barra de ferro de seção circular de uma polegada de diâmetro, é articulada no meio, o que se conseguiu fazendo argolas nas pontas da barra; as outras extremidades são achatadas e ligadas por meio de um cravo de meia polegada, com rebites. A barra vertical termina com uma 'cabeça mortuária', que se eleva a altura maior do que a do portador da coleira; a esta barra foi soldada outra peça com a forma da letra S. A articulação da coleira feria o pescoço do escravo, por isto este punha sob ela parte da sua camisa de lona. Parecia impossível que ele pudesse descansar ou dormir com tal coleira". **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

COLÔNIA DE LEPROSOS, ESCRAVOS FUGIDOS NA. Zaluar, na sua *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1945), realizada durante os anos de 1860-1861, refere-se a fato que observou na região da capela de Nossa Senhora da Aparecida (hoje Aparecida do Norte), que bem demonstra o sentimento de fuga ao trabalho escravo de que estavam possuídos os negros. Segundo ele, a região estava infestada de leprosos. Sabedor de que vultosas eram as contribuições dos fiéis em homenagem à santa e da intenção de destinarem essa renda à construção de uma igreja mais ampla e luxuosa, perguntava ele se não seria "mais útil e agradável à benfeitora dos aflitos que, em vez de uma igreja, se construísse um hospital com a invocação da mesma virgem, consagrado a recolher a grande quantidade de morféuticos que infestam as estradas e caminhos de quase todo o norte da Província, oferecendo aos olhos do povo viandante o mais triste e lastimoso de todos os espetáculos?" Isso porque os escravos fugidos, para não serem capturados pelos capitães-do-mato ou prepostos dos senhores, refugiavam-se entre os hansenianos. Continua Zaluar: "Os escravos fugidos vão ordinariamente acoitar-se nos albergues desses leprosos, e aí se conservam muitas vezes dias e meses, até regressarem de novo para a casa dos seus senhores, já inoculados do mal, que não tarda em propagar-se por seus companheiros, afetando até os próprios brancos". Infelizmente, o autor não nos fornece detalhes desse regresso, se era por meio da captura por um capitão-do-mato, ou se regressava por livre deliberação. Seria interessante

esclarecer esse fato para podermos analisar os mecanismos ideológicos e psicológicos que levavam esses escravos já contaminados a regressar aos seus senhores.

COMBOIEIRO. Condutor de comboios, isto é, de lotes de escravos que, após 1850, eram comprados nas províncias de economia decadente, onde o escravo passava a ser oneroso. Eram levados para aquelas áreas que decolavam economicamente. Os comboieiros, quase sempre, eram empregados de administradores nesse tipo de negócio e recebiam uma porcentagem da venda dos escravos. Contudo, alguns deles trabalhavam por conta própria.

COMBOIO. Após a extinção do tráfico internacional com a África, foi estabelecido o tipo interprovincial, isto é, os escravos eram comprados nas províncias de economia decadente e vendidos nas mais florescentes, especialmente na zona de expansão cafeeira. Esses escravos eram conduzidos em lotes (comboios) pelos comboieiros (V.) até os fazendeiros interessados na sua compra.

COMETAS. Caixeiros-viajantes que, na última fase do abolicionismo, em São Paulo, viajavam para o interior a fim de venderem os objetos e produtos que representavam. Nesse trabalho, aproximavam-se dos escravos das fazendas ou das cidades, instando-os a fugirem para o quilombo do Jabaquara (V.). Segundo José Artur Rios (1959), "durante a campanha da abolição, os mascates italianos foram agentes ativíssimos na libertação dos escravos. Sabemos que essa profissão, hoje quase toda monopólio dos sírio-libaneses, era um dos primeiros degraus galgados pelos italianos que não desejavam submeter-se ao regime das fazendas, nem tinham capitais para se estabelecerem nas cidades. Nesta qualidade penetravam os mais longínquos recantos do país, principalmente no interior do Estado de São Paulo, estabelecendo relações de intimidade com os seus fregueses, cuja vida conheciam nas minúcias. Os 'italianos', conta-nos Eduardo Prado, 'sempre foram partidários da Abolição'. Era o pequeno mercador ambulante, o mascate italiano que atravessava a plantação, punha-se em contato com os negros, anunciava-lhes a hora próxima da libertação, contava-lhes os esforços de amigos desconhecidos que trabalhavam pela causa dos escravos. Às vezes, acon-

selhava a estes que deixassem as plantações, mas afastava-os de toda idéia de crime e violência contra os seus senhores". **Bibliografia.** Rios, José Artur. *Aspectos Políticos da Assimilação do Italiano no Brasil*. São Paulo, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1959.

COMISSÃO DA ESCRAVATURA. Comissão criada pelo governo cuja missão era visitar periodicamente (uma ou duas vezes por ano) os engenhos para fiscalizar as condições de vida dos escravos. Diz Thomas Ewbank (1973) que "há muitos modos de ludibriar a Comissão de Escravatura. Os fazendeiros informados de que eles se encontram a caminho, mandam vestir decentemente os escravos e os mantêm 'bem untados' a fim de que pareçam em boas condições". **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

COMISSÁRIO. Agente das casas de comissão (V.), encarregados de comprar ou vender e remeter escravos para seus clientes mediante comissão. O comissário enviava os escravos para seus clientes fazendeiros por terra ou por mar. Os fazendeiros, do Pará ao Rio Grande do Sul, que tinham relações comerciais com os comissários cariocas enviavam os seus escravos para serem vendidos no Rio de Janeiro. Por outro lado, se necessitassem de braços, pediam aos seus comissários que os comprassem e enviassem. Como esses comissários lidavam com diversas mercadorias, os escravos usualmente seguiam com outras cargas nas suas viagens.

COMPANHIA DE GUARDAS CAMPESTRES. Corpo de tropa criado com o objetivo de caçar negros fugidos. Agia arbitrariamente e, em muitos lugares, era composta de capitães-do-mato. No Maranhão, essa guarda possuía um corpo em cada município, composto por um cabo e quatro guardas. Após o esmagamento da Balaiada (V.), Caxias, em 1840, foi obrigado a criar o Corpo de Guardas Campestres com o objetivo de caçar e aprisionar os quilombolas que ainda operavam na região. Diz o artigo 6º da Lei nº 98, que a criou: "O Comandante de guarda ou guardas que prenderem escravos fugidos receberão do senhor do escravo a gratificação de 2\$000 e quando em quilombo, dez mil-réis, pagos estes prêmios antes da entrega do mesmo escravo, e dividido entre os que concorrem para a prisão". No artigo 7º lê-se: "[...] quando o ataque dos

quilombos for feito a requerimento dos interessados, e nele forem apreendidos escravos, pagarão estes os vencimentos diários dos guardas que forem empregados no mesmo ataque, se este porém for ordenado sem proceder requerimento de interessados, e nele forem apreendidos escravos, pagarão seus senhores *pro rata*, conforme o número dos que pertencerem a cada um, o vencimento diário dos ditos guardas, não excedendo em caso algum, vinte mil-réis, o que o senhor houver de pagar por causa do escravo apreendido". O presidente da província do Maranhão, Jerônimo Martiniano Figueira de Melo, em relatório datado de 7 de setembro de 1843 e lido na Assembléia Provincial, dizia: "Pelo que respeita às Guardas Campestres, enviei ao Chefe de Polícia e às competentes autoridades a nova lei, que reformulou essa parte da Força social, a fim de que lhe dêem a devida execução, criando e dirigindo as Esquadras em que ela se divide". Fazia, contudo, uma advertência: "a experiência mostrará se foram ou não fundadas as esperanças que os Poderes Provinciais conceberam fazendo uma tal lei, ou se as previsões do patriotismo não passaram de uma triste ilusão ou causa de algum vício radical, ainda não investigado e conhecido". Fazia alusão, possivelmente, à possibilidade de corrupção por parte dos seus membros. A previsão era correta e, em 1845, foi ordenada a sua dissolução por inaptidão. Os capitães-do-mato que substituíram a Guarda Campestre mostraram-se ainda mais incapazes e corruptos do que os primeiros, o que determinou o pronunciamento do presidente da província, Azevedo Coutinho, no qual denunciou a substituição dos Guardas Campestres por capitães-do-mato, classificando-os de inferiores aos membros da Guarda, e terminou por pedir a sua reativação. Outro presidente da província, em 1851, atendendo à solicitação do seu antecessor, revitalizou a guarda, porém em proporções bem menores.

COMPANHIA DE PEDESTRES. Corporação militarizada que, segundo José Alípio Goulart (1972), era organizada em várias províncias, com a tarefa de caçar e prender negros fugidos. Era subordinada ao Chefe de Polícia, nas capitais. Aos seus membros foi conferido o uso de fardas e armas, sendo vasta a sua função policial preventiva e de ataque e caça aos negros fugidos ou aquilomba-

dos. A Companhia de Pedestres da cidade de São Paulo foi criada por ato de 18 de dezembro de 1851. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972.

COMPANHIA DO COMÉRCIO DO MARANHÃO. Foi a primeira companhia organizada, por meio do estanco, para promover as conquistas portuguesas no Norte do Brasil (1682–1684). Segundo Vicente Salles (1971), foi criada a partir do Alvará de 12 de fevereiro de 1682, que estabelecia as cláusulas do seu funcionamento. A companhia era favorecida pelo monopólio de navegação, pelo estanco de vários gêneros de importação e assumia o compromisso de introduzir quinhentos escravos africanos por ano, ficando durante vinte anos com o monopólio absoluto no estado do Maranhão, incluindo-se os gêneros exportáveis, como cravo e cacau. Todavia, o estanco gerou descontentamento entre os moradores da província. Em face disso, a ação da companhia de comércio chocou-se com os interesses dos colonos, o que desembocou na Revolta de Beckmann (V.), mediante a qual foi conseguida a abolição do estanco. A companhia foi extinta e somente em 1755 foi firmado novo estanco, com a organização, pela metrópole, da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (V.). **Bibliografia.** SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

COMPANHIA GERAL DO COMÉRCIO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO. Foi a segunda companhia de comércio que se organizou através do estanco ou estanco (V.) para suprir as necessidades mercantis do Norte do país em 1755. Essa companhia, organizada pela metrópole, também resultou das solicitações dos moradores do estado do Maranhão. Nos 22 anos de sua existência, a companhia introduziu no Pará 12 587 escravos africanos, muitos dos quais foram depois transferidos para o Mato Grosso. Nas palavras de Arthur Cezar Ferreira Reis, “entre as obrigações da Companhia [estava a] de trazer para a região os braços de que carecia para os ensaios de lavoura em que estava interessado o Poder Público. Os colonos dispunham de poucas rendas. A economia local derivava principalmente da exploração da floresta. Os braços, mobilizados com relativa facilidade, eram recrutados entre o gentio que os missionários havia nuclea-

do, com bastante êxito. Imaginava-se, agora, que esse estado de coisas devia ser alterado para realizar-se uma economia de base agrária”. Na verdade, porém, os moradores relutaram em abandonar a mão-de-obra fácil e abundante representada pelo indígena. O governador Mendonça Furtado empenhou-se em campanha junto aos moradores para convencê-los das vantagens da escravidão negra. Em 1753, chegaram os navios *Nossa Senhora do Monte Verde* e *São José*, com um carregamento de escravos negros de Bissau. Aportou em condições bem vantajosas: entrada e saída livres, isenção de direitos e permissão para trocar os negros por gêneros do país. A idéia central de Mendonça Furtado, com a instituição da Companhia Geral de Comércio, era introduzir uma “tal quantidade de negros que os senhores de engenho e das demais fazendas achassem uma feira pronta, onde os comprassem por preço competente e se pudessem assim remir da última ruína em que se acham”. A companhia foi extinta em 1778. **Bibliografia.** REIS, Arthur Cezar Ferreira. “A Amazônia Brasileira”, *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 1978.

COMPRA DE ESCRAVO POR OUTRO ESCRAVO. Com a permissão dos senhores, os escravos poderiam comprar africanos no mercado de escravos, treiná-los e depois trocá-los pela sua liberdade, conseguindo, assim, sua carta de liberdade (V.). Essa troca dependia, porém, da “boa vontade” do senhor, pois “um escravo do seu escravo” era sua propriedade também. Em 1823, a escrava Maria Joaquina relatou a “crueldade” e a “barbaridade” de sua senhora, Felisarda Querubina, que, recebendo uma escrava nova como preço da sua liberdade, não deu sua carta de alforria como deveria e ainda castigou-a, vendendo-a para Domingos Alves Loureiro. Em 1824, o escravo João, “preto de nação”, ferreiro, notificou, num apelo ao imperador, que seus proprietários haviam permitido que comprasse um menino africano, José, a quem ele haveria de ensinar sua profissão de ferreiro. Em troca, receberia do senhor a liberdade, o que não aconteceu. Seu senhor manteve ambos trabalhando e João então decidiu solicitar ao imperador a sua liberdade.

CONDOMÍNIO DE ESCRAVOS. Os escravos podiam pertencer a vários senhores, seja pela partilha de bens, seja mesmo por uma compra coletiva. Nesse

caso, os seus possuidores eram chamados de condôminos.

CONFEDERAÇÃO ABOLICIONISTA. Entidade fundada para centralizar o movimento abolicionista de todos os estados. Com a multiplicação das sociedades abolicionistas entre os anos de 1880 e 1883, pensou-se em reunir, no Rio de Janeiro, uma associação que, sem a quebra da autonomia de cada organização, unificasse o movimento nacionalmente. Com esse fim, foram convocadas as sociedades abolicionistas para uma reunião na redação da *Gazeta da Tarde* (V.), no dia 10 de maio de 1883, à qual compareceram as seguintes agremiações: Brasileira Contra a Escravidão; Emancipadora da Escola Militar; Libertadora Pernambucana (da mesma Escola); Clube dos Libertos de Niterói; Centro Abolicionista Ferreira de Menezes; Clube Bittencourt Sampaio; Sociedade Abolicionista Cearense; Clube Abolicionista Gutemberg; Caixa Libertadora José do Patrocínio; Caixa Libertadora Joaquim Nabuco. A essas sociedades juntou-se a Maçonaria (V.), que, desde o tempo em que fora presidida pelo Visconde do Rio Branco, tomava ativa participação na campanha abolicionista. José do Patrocínio (V.) propôs, na ocasião, que todas essas sociedades e outras que quisessem aderir formassem a Confederação Abolicionista, o que foi feito. Foi nomeada no mesmo dia a comissão executiva, constituída por: João Clapp, André Rebouças, Bittencourt Sampaio, João Paulo Gomes de Matos, Júlio de Lemos, Alberto Victor, tenente do Exército Manoel Joaquim Pereira, Eduardo Nogueira, Pau Brazil, José dos Santos Oliveira, Jarbas F. das Chagas e Domingos Gomes dos Santos. O corpo deliberativo ficou constituído por Aristides Lobo, Frederico Junior, João Augusto de Pinho, Pedro Pinto Batista, Evaristo Rodrigues da Costa, Luís Pires, João Ferreira Serpa Junior, Procópio Russel, Leonardo Jaguaribe, Adolfo Ebster Júnior, capitão Emiliano Rosa de Senna, Abel Trindade, tenente de Exército Nabuco de Araújo, José de Arimatéia e Silva, Luís Rodrigues da Silva, Eugênio Bittencourt, Antonio S. do Brazil, José Maia Barreiros, José Maria da Costa, J. Campos Porto, José do Patrocínio, Aristides Lobo e André Rebouças. Foi redigido um manifesto, a ser apresentado ao Corpo Legislativo, pedindo a solução radical para o problema da escravidão.

Tal manifesto foi lido em sessão solene, realizada no dia 26 de agosto, no Teatro D. Pedro II, na rua da Guarda Velha, hoje Treze de Maio.

CONFRARIA DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DO ROSÁRIO DE NOSSA SENHORA DAS PORTAS DO CARMO. Uma das mais antigas confrarias baianas. Foi fundada na igreja de Nossa Senhora do Rosário do Pelourinho e era, segundo Pierre Verger (1987), “uma associação religiosa de católicos dos dois sexos, de cor preta, de vida exemplar, tendo meios honestos de subsistência e praticando como bons cristãos os mandamentos de Deus e da Igreja”. A confraria era frequentada principalmente pelos negros angolanos, que em 1786 enviaram para Dona Maria, rainha de Portugal, o seguinte pedido: “Dizem os negros devotos da Gloriosa Senhora do Rosário, da Cidade da Bahia, que antigamente lhes era permitido, para maior e geral contentamento e felicidade da festa da mesma Senhora, usarem máscaras e dançarem cantando em idioma angolano, com acompanhamento dos instrumentos para as cantigas e louvações; porque estão privados e que em outros países da cristandade isto se pratica, eles solicitam à Vossa Majestade pela sua alta piedade e real grandeza, para o serviço de Deus e da mesma Senhora, que se digne conceder a permissão aos suplicantes de realizarem suas festividades, pois parece agradar muito à sempre gloriosa Mãe de Deus”. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE. Irmandade fundada em Olinda, possivelmente no século XVII, pois já nessa época se dirigia diretamente ao rei de Portugal solicitando ao soberano que lhe fosse concedida licença para alforriar todos os pardos que estivessem em cativeiro. Sobre esta pretensão da confraria, o rei dirigiu-se ao governador da capitania através da seguinte carta régia, conforme foi divulgada pela *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano* (n. 42, 1891), que transcrevemos na íntegra.

Dom João Souza eu El Rei vos envio muito saudar. Por parte dos irmãos da Confraria de Nossa Senhora de Guadalupe da Vila de Olinda dessa Capitania de Pernambuco se me representou aqui em como eles levados de zelo, e piedade cristã

por serem homens pardos queriam com as esmolos que tirassem entre si, e pelos fiéis cristãos resgatar todos os escravos homens e mulheres da sua cor, em razão de muito sofrerem mal o cativo, por serem filhos de homens honrados que me serviram na guerra; e pelos não deixarem libertar seus senhores, tendo com que se resgatar, fugiam muitos para os negros de Palmares, apartando-se do grêmio da Igreja e do próximo, se matavam por suas mãos. Pedindo lhes concedesse provisão para que pudessem livrar do cativo todos os escravos, homens e mulheres da sua cor, pagando-os a seus senhores pelo justo preço que arbitrassem dois homens de consciência na forma que têm os Irmãos do Rosário da ilha de São Tomé, e desta cidade. Encomendo-vos muito e mando que me informeis do referido, ouvindo primeiro os oficiais da Câmara, e homens bons dessa governança. Escrita em Lisboa aos 17 de novembro de 1863 – El Rey – Para o governador de Pernambuco.

Não se sabe dos resultados do apelo dos irmãos da confraria ao rei, nem da reação do governador de Pernambuco, da Câmara e dos homens bons “da governança”. É, contudo, um documento que demonstra já um pensamento emancipador dos próprios escravos no século XVII.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DOS HOMENS BRANCOS. Fundada em 1592, em São Paulo, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário foi dividida mais tarde, em 1724, entre Confraria de Nossa Senhora dos Homens Brancos e Confraria de Nossa Senhora dos Homens Pretos (V.). Essa divisão foi necessária em vista da existência de inúmeros escravos pretos na cidade. Foi fundada por frei Antônio de Pádua e localizava-se na Praça do Patriarca. Em 1725, foi fundada a Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, na igreja do Rosário, situada no Largo do Rosário, e depois transferida para o Largo do Paissandu. A Confraria de Nossa Senhora dos Homens Brancos definia sua natureza e seus objetivos em seus estatutos. No artigo 1º lê-se: “É uma corporação religiosa, formada por católicos de ambos os sexos, tendo sua vida social e foro na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, nos Estados Unidos do Brasil, destinada a promover a devoção e maior esplendor do culto da sua Santa Padroeira – Nossa Senhora do Rosário”. Quanto à admissão dos membros, afirmava que deveriam “ser de bons costumes, crer e professar a religião católica e apostólica romana e serão *ipso facto* excluídas da Irmandade

de todas as pessoas que pertencerem a qualquer sociedade secreta de qualquer denominação que seja, ou que nela entrem. Deverão todos, ao entrar na Irmandade, fazer explicitar promessa de conformar-se com essa disposição”.

CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS. Confraria cujo provedor era Antonio Bento (V.); expunha instrumento de suplício (V.), em museu semelhante ao que Carlos Lacerda (V.) organizou em Campos, na tipografia do jornal *Vinte e Cinco de Março* (V.). Seus membros reuniam-se na tipografia do jornal *Redenção* (V.), de propriedade de Antonio Bento.

CONFRARIA DO CORDÃO DE SÃO FRANCISCO. Em 1585, mediante permissão do Papa para a fundação de Confrarias de Cordão, os mulatos de São João del Rei, Sabará, Mariana e Vila Rica organizaram esta confraria em Minas Gerais, visto que a Ordem Terceira dos Franciscanos lhes proibia o acesso. Essa ordem, em queixa enviada a Lisboa, afirmava que não queria “ver pessoas escuras assim se insinuarem, mesmo por porta disfarçada em suas igrejas de brancos, com seus ‘violões e tambores’, para nelas realizarem suas festas ou com ‘mestiças prostitutas’ misturando-se nas procissões, sem ‘diferenças com brancas honestas’”.

CONFRARIA DO SENHOR BOM JESUS DAS NECESIDADES E REDENÇÃO DOS HOMENS PRETOS. Confraria fundada em 1752, na igreja do Corpo Santo, na cidade baixa de Salvador, onde se reuniam os negros daomeanos e jejes. Segundo Pierre Verger (1987), “foi a reprodução desta imagem guardada no Corpo Santo que Joaquim d’Almeida, africano liberto da nação jeje mahi, levou consigo quando voltou a fixar-se na África, e é sob este mesmo vocábulo que erigiu em Águe uma capela católica”. Bibliografia. VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

CONSCIÊNCIA CIDADÃ DO ESCRAVO. A maioria dos sociólogos e historiadores que abordam o problema da escravidão, quer na sua forma clássica do mundo antigo, quer na forma moderna (escravismo colonial), concluem que o escravo não chegou a adquirir uma consciência da sua situação de alienação social; daí não ter havido possibilidade de projetar uma nova ordenação social. Se isso é válido em tese, e teoricamente incontestá-

vel, há exemplos, no entanto, da possibilidade tópica da superação desse complexo de subordinação por alguns grupos de escravos. Um exemplo foi o que aconteceu na fazenda Santana, na Bahia, em 1789, quando os escravos permaneceram parados por quase dois anos, após terem matado o mestre-de-açúcar e se apossado das ferramentas. Sobre isso escreve João José Reis: “Estes mesmos escravos escreveram um tratado de paz, documento ímpar na história do escravismo brasileiro, estabelecendo junto ao senhor as condições sob as quais retornariam ao trabalho. Entre outras reivindicações, exigiam os rebeldes redução da jornada e melhores condições de trabalho, controle das ferramentas do engenho, terreno para suas hortas, um barco para facilitar a venda em Salvador do excedente de suas plantações, e *last but not least* que os nomes indicados para feitores teriam de ser aprovados por eles. Este movimento aparentemente se findou com a prisão do seu líder e de mais quinze ou dezesseis rebeldes que caíram em uma cilada armada pelo proprietário do engenho à época, Manuel da Silva Fernandes, o qual fingira aceitar e negociar o fim do movimento”. Transcrevemos abaixo o tratado, tal como publicado por Stuart B. Schwartz:

Tratado proposto a Manuel da Silva Ferreira pelos seus escravos durante o tempo em que se conservarão levantados

Meu senhor, nós queremos paz e não queremos guerra; se meu Senhor também quiser a nossa paz há de ser nesta conformidade, se quiser estar pelo que nós quisermos a saber. Em cada semana nos há de dar os dois dias da sexta-feira e de sábado para trabalharmos para nós não tirando um deste por causa do dia santo para podermos viver nos há de dar rede, tarrafa e canoas. Não nos há de obrigar a faser camboas; nem a mariscar, e quando quiser fazer camboas e mariscar mande os seus pretos minas. Para o seu sustento tenha lancha de pescaria ou canoas do alto e quando quiser comer mariscos mande os seus pretos minas. Faça uma barca grande para quando for para a Bahia nós metermos as nossas cargas para não pagarmos fretes. Na planta da mandioca, os homens queremos que só tenham tarefa de duas mãos e meia e as mulheres de duas mãos. A tarefa de farinha há de ser de cinco alqueires rasos, pondo arrancadores bastantes para estes servirem de pendurarem os tapetes. A tarefa de cana há de ser de cinco mãos e não de seis, e a das canas em cada feixe. No barco há de pôr quatro varas, um para o leme, e um no leme puxa muito por nós. A madeira que se serrar

com serra de mão embaixo hão de serrar três, e um em cima. A medida de lenha há de ser como aqui se praticava, para cada medida um cortador, e uma mulher para carregadora. Os atuais feitores não os queremos, faça eleição de outros com a nossa aprovação. Nas moendas há de pôr quatro moendeiros e duas guindas, e uma carcanha. Em cada uma caldeira há de haver botador de fogo, e em cada terno de taixas do mesmo, e no dia sábado há de haver remediavelmente peija no engenho. Os marinheiros que andam na lancha além de camisa de baeta que se lhes dá, hão de ter jibão de baeta, e todo o vestuário necessário. O canavial de Jaribá o iremos aproveitar por esta vez, e depois há de ficar para pasto porque não podemos andar tirando canas por entre mangues. Poderemos plantar nosso arroz onde quisermos e em qualquer brejo, sem que para isso peçamos licença, e poderemos cada um tirar jacarandás ou outro qualquer pau sem darmos parte para isso. A estar por todos os artigos acima, e concedermos estar sempre da posse de ferramenta, estamos prontos para servirmos como dantes, porque não queremos os maus costumes dos dois engenhos. Podemos brincar, folgar, e cantar em todos os tempos que quisermos sem que nos impeça e nem seja preciso licença.

Pelo exposto, o nível de consciência étnica e social desses escravos é incompreensível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e de alienação total do *instrumentum vocale*, de acordo com os conceitos explicativos do escravismo. Por isso mesmo, comentando este documento, de cujo texto fez um resumo, Antônio Barros de Castro (*Anais do Arquivo do Estado da Bahia*) diz que “seria ocioso realçar o alcance e amplitude dessas reivindicações. Importante é perceber que se trata, a rigor, de uma tentativa de transformação do regime econômico-social escravista. Com efeito, aceitas as propostas apresentadas, a escravidão se descaracterizaria profundamente. O que os escravos rebeldes propõem, em suma, é a instauração de um novo regime social no qual eles cederiam a maior parte de seu tempo de trabalho em troca de meios de produção de que necessitam [...] e cuidariam da sua própria existência. Curiosamente, como observou Stuart Schwartz, os castigos corporais não são mencionados no documento. Ficava, talvez, subentendido que eles não teriam razão de ser, na ordem social pelos escravos”. De fato, neste caso específico, eles estavam dando um salto qualitativo no processo de conhecimento do seu nível de exploração

social e étnica, pois não mais se colocavam como cativos (objetos), mas como cidadãos (sujeitos), reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais, mediante contrato de trabalho. Era, portanto, uma proposta de transformação do próprio conteúdo das relações de classe e da forma de apropriação da produção. Tanto isto é verdade que a consciência desse grupo escravo não se apagou. Em 1821, os escravos da mesma fazenda novamente se revoltaram, permanecendo na propriedade até 1824. Logo, esses cativos deviam ter assimilado a experiência anterior e executado a mesma técnica de ocupação. Em 1828 (época em que, em Salvador, os escravos urbanos estavam em plena efervescência), os cativos desse engenho tentaram mais uma vez sublevar-se. Sobre o assunto João José Reis escreve: “Assim como os escravos que em 1828 ameaçaram sublevar-se, certamente recuperando a experiência de 1821–1824, os rebeldes destes anos provavelmente retinham em sua memória coletiva a insurreição de 1789. Alguns deles talvez tivessem participado do movimento anterior, ou testemunhado, como crianças, a mobilização dos seus pais e mães. Ou ainda tendo nascido ou chegado depois de 1789 ao Santana, ouviram da boca dos velhos escravos a história daquela ocupação que, talvez, não tenha sido a primeira e então os velhos ouviram lembranças práticas de resistência coletiva anteriores a 1789”. Nesse caso particular, os escravos comportavam-se não como elementos sociologicamente alienados, mas como seres que tinham adquirido certo grau de consciência crítica. Antônio Barros de Castro lembra ainda que “os sucessos que tiveram lugar no antigo engenho dos Jesuítas de Ilhéus, e o sangrento levante iniciado nas armações da cidade de Salvador, no ano de 1813, parecem estabelecer duas vertentes para a rebeldia escrava. Em ambos os casos os rebeldes fracassaram. Mas os resultados obtidos pelos escravos em suas lutas não devem ser analisados e julgados pelo êxito ou fracasso desses conflitos abertos, os quais, a rigor revelam o vapor que escapa ruídosamente da máquina; há que tomá-lo como um índice de pressão existente no seu interior”. Esse índice de pressão no interior do sistema escravista e os seus pontos extremos que se traduzem nas revoltas referidas não podem ser con-

siderados típicos do comportamento do escravo. **Bibliografia.** REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1985; SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

CONSELHEIRO, ANTÔNIO. Antônio Vicente Mendes Maciel, líder do movimento de Canudos, poucas vezes é lembrado como abolicionista e pregador à massa escrava, antes da Abolição. Mas esse personagem que percorreu, a partir de 1874, grande parte do território nacional, cuja população escrava era considerável, não podia deixar de interessar-se pelos cativos, muito deles egressos dos quilombos da região ou com a revolta latente em face das condições em que viviam. Em primeiro lugar, devemos levar em conta as suas raízes étnicas, pois quase todos os seus biógrafos afirmam que era um branco. No entanto, no seu batistério, é registrado como pardo: “Aos vinte e dois de maio de mil oitocentos e trinta batizei e pus os santos óleos nesta matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio, pardo, nascido aos treze de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina: foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca de Paula. Do que, para constar, fiz este termo em que me assinei. O vigário Domingos Álvaro Vieira”. Logo, pela sua certidão de batismo, foi considerado pardo pelo padre que o batizou. Isso, porém, não tem grande significado para uma avaliação do seu abolicionismo. Mais importante é investigar se em sua biografia há uma postura contra a escravidão e se suas pregações eram dirigidas aos próprios escravos. Aquele que tomar como fonte de sua vida o texto d’*Os Sertões*, de Euclides da Cunha, nada encontrará. O racismo de Euclides da Cunha é evidente, pois como acentua muito bem José Calasans, nele não se encontram uma vez sequer as palavras “escravo” e “escravidão”. Outras fontes, porém, vêem em Antônio Conselheiro um pregador contra o sistema escravista, dirigindo-se aos próprios escravos, os quais, após a Abolição, iriam aumentar as suas hostes. Ainda o professor José Calasans escreve que o jornalista Manuel Benício, correspondente do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, junto às forças em operações contra os jagunços, autor de bom livro sobre a vida dos “conselheiristas” e do seu guia, percebeu e re-

gistrou a posição adotada pelo “Bom Jesus” em face do problema da escravidão. “Ignorante e enraizado nos velhos hábitos da administração de então, desconfiado como são todos os sertanejos”, diz Manuel Benício, “de índole conservadora por natureza, achava que toda reforma na administração e toda inovação na economia política eram um meio de roubar o povo. Fora contra a introdução do sistema métrico decimal no comércio e a única reforma que encontrou a sua aquiescência mais tarde foi a abolição da escravidão. Talvez porque grande porção de quilombo-mucambeiros acaudalassem sua errante cruzada”. Nas palavras de José Calasans: “[Ele] transmitiu aos escravos os ensinamentos dos Evangelhos. Não estamos formulando uma hipótese. Baseamos nossa assertiva num depoimento contemporâneo, perdido nas folhas de uma gazeta baiana de 1897, no auge da luta fratricida. Um italiano, que trabalhava na construção da estrada de ferro Salvador-Timbó, narrou, nestes termos, seu encontro com o peregrino: ‘Veja como este povo’, disse-lhe o Conselheiro apontando a gente que aguardava a sua pregação, ‘na sua quase totalidade escrava vive pobre e miserável’. Veja como ele vem de quatro ou mais léguas para ouvir a palavra de Deus. Sem alimentar-se à manhã, ele nunca deixa de atrair pressurosos às práticas religiosas, que eu indigno servo de Deus e por ele amaldiçoado, iniciei neste local para redenção dos meus enormes pecados”. No lugarejo mencionado, que outro não era senão Saco, entre Timbó e vila do Conde, na então província da Bahia, durante o dia quase não havia vivalma. Mais de duas mil pessoas, porém, surgiram de noite, ansiosas para ouvir o conselheiro do Bom Jesus. “Ao anoitecer”, prosseguiu o empreiteiro, “começavam a chegar e às 8 horas da noite, a praça estava cheia, tendo mais de duas mil pessoas, todas escravas, e após o sermão, que em seguida um explicava ao outro, visto como somente os mais vizinhos podiam ouvi-lo todos cantavam as seguintes estrofes: ‘Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo’, ao que as mulheres e meninos respondiam: ‘para sempre seja louvado o santo nome de Maria’ e isto até a meia-noite algumas vezes. De manhã não havia pessoa alguma no arraial”. A informação transcrita documenta com segurança as relações do Conselheiro com os escravos da zona

citada, que atentamente escutavam a pregação do “santo” de Quixeramobim. Convém esclarecer, desde logo, que na região de Itapicuru, onde Antônio Conselheiro passou grande parte de sua vida, havia na época apreciável número de pequenos engenhos, o que explica a presença de grande quantidade de escravos. José Calasans escreve ainda que “outros elementos poderão ser apresentados no mesmo sentido”, isto é, comprobatórios do papel desempenhado pelo Conselheiro junto à população escrava no Nordeste baiano, que ele mais de perto conheceu e assistiu. Num interessante artigo publicado no *Jornal de Notícias*, da Bahia, de 5 de março de 1897, o Dr. Cícero Dantas Martins, barão de Jeremoabo, proprietário no município de Itapicuru, prestigioso chefe político e inimigo do Conselheiro, contou que com a abolição da escravatura aumentou o número de acompanhantes do Bom Jesus Conselheiro. “O povo em massa”, declarou Jeremoabo, “abandonava suas casas e afazeres para acompanhá-lo. Com a abolição do elemento servil ainda mais se fizeram sentir os efeitos da propaganda pela falta de braços livres para o trabalho. A população vivia como que em delírio e tudo quanto não fosse útil ao inculcado enviado de Deus facilmente não prestava. [...] Assim foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade”. José Calasans, refutando as razões do Barão de Jeremoabo, afirma que talvez o chefe conservador tivesse confundido a causa com o efeito, pois não teria sido “Antônio Vicente quem afastou das propriedades agrícolas os negros libertados pela lei de 1888. O Santo Conselheiro outra coisa não teria feito senão recebê-los e, possivelmente, ampará-los, quando eles próprios, sequiosos de desfrutarem a liberdade alcançada, fugiram dos antigos locais do seu cativeiro. [...] Não foram poucos os ex-escravos recebidos na comunidade conselheirista”. Antônio de Cerqueira Galo, morador em Tucano, localidade baiana donde saíram inúmeros seguidores do Conselheiro, em carta enviada ao Barão de Jeremoabo, onde dá notícias dos habitantes de Canudos, destacou que o contingente de ex-escravos formava a sua maioria: “Lá os vultos que estão desenvolvendo (sic) a revolta”, escreveu o missivista, “é o mesmo Conselheiro

com seus sequazes dentre estes soldados e desertores de diversos estados e o povo 13 de maio que é a maior parte". O depoimento altamente esclarecedor de José Calasans, descobrindo novas fontes que repõem não apenas o pensamento, mas também a ação de Antônio Conselheiro em relação ao sistema escravista, é plenamente demonstrado pelas palavras do líder de Canudos no manuscrito que sobreviveu à chacina, intitulado "Prédicas aos canudenses e um discurso sobre a república" (Belo Monte, Província da Bahia, 2 de janeiro de 1897). A obra foi descoberta numa velha caixa no santuário por João Ponde, médico baiano que se encontrava em expedição. Afrânio Peixoto recebeu-o de quem o encontrou e fez dele doação a Euclides da Cunha, cuja reação sobre o texto do documento ninguém sabe. Dizia Antônio Conselheiro, referindo-se à escravidão e à abolição do trabalho escravo: "É preciso, porém, que não deixe no silêncio a origem do ódio que tendes à família real, que não fez mais do que cumprir a ordem do céu; porque era chegado o tempo marcado por Deus para libertar esse povo de semelhante estado, o mais degradante a que podia ser reduzido o ente humano; a força moral (que tanto orna) com que ela procedeu à satisfação da vontade divina constitui a confiança que tem em Deus para libertar esse povo, não era motivo suficiente para soar o brado de indignação que arrancou o ódio da maior parte daqueles a quem o povo estava sujeito. Mas os homens não penetraram a inspiração divina que moveu o coração da digna e virtuosa princesa para dar semelhante passo; não obstante ela dispor do seu poder, todavia era de supor que meditaria, ante de o pôr em execução acerca da perseguição que havia de sofrer, tanto assim que na noite que tinha de assinar o decreto da liberdade, um dos seus ministros lhe disse: 'Sua Alteza assina o decreto de liberdade, olhe a república como ameaça'; ao que ela não liga a mínima importância, assinando o decreto com aquela disposição que tanto a caracteriza. A sua disposição, porém, é prova que atesta do modo mais significativo que era a vontade de Deus que libertasse esse povo. Os homens ficaram assombrados com o belo acontecimento, porque já sentiam o braço que sustentava o seu trabalho, donde formavam o seu tesouro, correspondendo com ingratidão e insensibilidade ao

trabalho que desse povo recebiam. Quantos morriam debaixo dos açoites por algumas faltas que cometiam; alguns quase nus, oprimidos da fome e de pesado trabalho. E que direito era o daqueles que não levavam com paciência tanta crueldade e no furor ou excesso de sua infeliz estrela se matavam? Chegou enfim o dia em que Deus tinha de pôr termo a tanta crueldade, movido de compaixão a favor de seu povo e ordena para que se liberte de tão penosa escravidão". Antônio Conselheiro foi, como vemos, um abolicionista plebeu com sua mensagem dirigida à população oprimida e à massa dos escravos da região. **Bibliografia.** CALASANS, José. *Antonio Conselheiro e a Escravidão*. Salvador, Artes Gráficas, s/d.

CONTRABANDO DE AFRICANO. O contrabando de escravos foi praticado abertamente após a lei de 1831, embora, muito antes, no século XVII, fosse realizado com o objetivo de fugir ao pagamento dos direitos da Coroa. Com a lei de 1831, os escravos que entrassem no Brasil após aquela data eram considerados africanos livres (V.). A portaria de 21 de maio de 1831, expedida pelo ministro Manuel de Souza Franco, declarava: "Constando ao Governo de S. M. Imperial que alguns negociantes, assim nacionais como estrangeiros, especulam com desonra da humanidade o vergonhoso contrabando de introduzir escravos da Costa d'África nos portos do Brasil, em despeito da extinção de semelhante comércio, manda a Regência Provisória, em nome do Imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, que a Câmara Municipal desta cidade faça expedir uma circular a todos os juizes de paz das freguesias do seu território, recomendando-lhe toda a vigilância policial ao dito respeito; e que no caso de serem introduzidos por contrabando alguns escravos novos no território de cada uma das ditas freguesias, procedam imediatamente ao respectivo corpo de delito e constando por este que tal ou tal escravo boçal foi introduzido aí por contrabando, façam dele seqüestro e o remeterão com o mesmo corpo de delito ao juiz criminal do território para ele proceder nos termos do direito, em ordem a lhe ser restituída a sua liberdade, e punidos os usurpadores dela, segundo o artigo 179 do Código, dando de tudo conta imediatamente à mesma secretaria". Seguiu-se a essa Portaria, a Lei de 7 de novembro de 1831 que também foi escandalosamente des-

respeitada. O número de africanos introduzidos no Brasil após 1831, e portanto considerados livres, chegou, até 1852, ao total de 800 mil. De 1842 a 1850, época em que os contrabandistas não só lutavam com as autoridades brasileiras como também tinham pela frente o impiedoso cruzado dos ingleses, armado desde 1845 com o Bill Aberdeen, são as seguintes as cifras aproximadas do contrabando:

1842.....	17 435
1843.....	19 095
1844.....	22 849
1845.....	19 453
1846.....	50 324
1847.....	56 172
1848.....	60 000
1849.....	54 000
1850.....	23 000

Tal é a estatística aceita pelo Ministério dos Estrangeiros, conforme relatório de 1852. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

CONTRATADOR. Arrendatário, traficante, monopolista que recebia da Coroa, mediante contrato, áreas para seu domínio e comércio de escravos e/ou outras mercadorias, dependendo do que nele estivesse estipulado. Era o cabeça, o principal responsável pelo trato, devendo desenvolver intensa atividade, inteirar-se de tudo e dispor de dinheiro e crédito para atender às obrigações estatuídas. As evidências demonstraram, porém, que diversos contratadores não passavam de ousados aventureiros ou de simples "testas-de-ferro" a serviço de burgueses endinheirados. José Gonçalves Salvador (1981) esclarece os mecanismos dessas concessões. Ficavam obrigados a ceder avenças (V.) às pessoas que as quisessem, de modo a restringir o monopólio. As avenças eram cedidas mediante acordo entre o contratador e a pessoa interessada, de sorte que o primeiro abria mão de algo a favor do segundo, ao passo que esse assumia determinadas obrigações. Os direitos e deveres do contratador eram: apresentar um fiador que oferecesse garantias suficientes, além das propiciadas pelo próprio contratador; o contratador detinha a exclusividade da transação da origem à colocação final das peças (V.) no espaço e no tempo prescritos pelo

contrato; o privilégio de estipular o preço das mercadorias objetivadas pelo acordo; a nomeação de procuradores e de feitores; a transferência para terceiros de parte ou ramos do contrato; a cessão de escravos pelo sistema de avenças; a proteção de sua vida, de sua família e para os encarregados do negócio; direito ao livre trânsito, e, por alvará especial, a isenção do serviço militar. De qualquer modo, fosse quem fosse o arrendatário do contrato, era ele o armador por excelência do singular negócio. Isto é, tinha não só o direito, mas também o dever de providenciar quantos navios fossem precisos ao transporte de mercadorias e de escravos. Os contratadores recorriam a subalternos de confiança — de preferência, parentes ou interessados no ambicioso empreendimento — para movimentarem a exigente engrenagem do trato, pagando-lhes bem ou oferecendo-lhes co-participação nos negócios. São classificados em três categorias: procuradores (V.), feitores (V.) e olheiros (V.). Todos desfrutavam da proteção do governo que, além de lhes conceder liberdade para exercer o cargo, dava-lhes garantia de vida e a salvaguarda dos bens caso viessem a falecer. **Bibliografia.** SALVADOR, José Gonçalves. *Os Magnatas do Tráfico Negro*. São Paulo, Pioneira, 1981.

CORDEIRO, JOÃO. Abolicionista radical cearense, nasceu em 31 de agosto de 1842, no município de Santana do Acaraú, filho de João Cordeiro da Costa e Floriana Angélica da Vera Cruz Cordeiro. Em documento autobiográfico, ele descreve: "Nos primeiros anos da sua vida fez o que fazem todos os meninos pobres do sertão. Tomava banho nos rios, andava montado nos carneiros e bezerros, corria a cavalo, ia ao roçado buscar milho, feijão e melancias". Não completara ainda treze anos quando, em Aracaju, empregou-se como caixeiro na casa comercial de um parente. Meses depois já estava dirigindo dois armazéns que importavam vários artigos de Sobral e Santana, administrando a remessa dessas mercadorias para o comércio de Recife. Depois de várias vicissitudes regressou a Fortaleza indo dirigir uma casa comercial em Mossoró, encarregado de comprar algodão e outros artigos. Republicano, para expressar o seu ideário político, fundou em Mossoró, com outros, o jornal *Mossoroense*, que foi, desde o seu início, o grande divulgador do pensamento republicano na re-

gião. Com a ascensão do pensamento republicano, cresceu, em contrapartida, a vigilância por parte do poder monarquista. João Cordeiro foi preso pelo delegado local, José Joaquim Seve, mas, “em nome da opinião pública”, atracou-se com ele e conduziu-o até a cadeia onde quatro praças, graças ao seu prestígio, receberam o delegado como prisioneiro. O delegado oficiou ao chefe de polícia de Natal, informando que João Cordeiro havia proclamado a república em Mossoró. Apurado o exagero da denúncia, o delegado denunciante acabou demitido. Foi somente após ter viajado pela Europa e constituído família, casando-se com D. Carolina Carlota, que João Cordeiro engajou-se no movimento abolicionista. Em 1879, instalou-se a Sociedade Abolicionista “Perseverança e Porvir” e, em 8 de setembro do ano seguinte, fundava-se no palacete da Assembléia Legislativa da Província a Sociedade Cearense Libertadora, da qual João Cordeiro foi aclamado presidente. Quando a comissão que elaborou os estatutos se reuniu com os demais associados, houve descontentamento de grande parte deles. Em certa altura, João Cordeiro falou: “O projeto de estatutos que acaba de ser lido não convém. Nós queremos uma sociedade carbonária, sem ligações com o governo, que se ocupe revolucionariamente da libertação dos escravos por todos os meios ao alcance dos nossos recursos pecuniários, da nossa inteligência e da nossa energia. Os estatutos que nos convêm deve ser simplesmente estes: Artigo 1º. Libertar os escravos seja por que meio for. Artigo 2º. Todos por um e um por todos”. Segundo o seu biógrafo Freitas Nobre, Antônio Bezerra, em *O Ceará e os Cearenses*, assim narra a solenidade de aprovação dos estatutos, realizada num prédio da praça José de Alencar, com a presença de vinte sócios: “Ali achava-se uma mesa coberta com um pano preto, duas lanternas nos extremos e vinte cadeiras em torno. Depois de fechada a porta da entrada e acesas as velas das lanternas, João Cordeiro, que ocupava o centro da cabeceira, levanta-se sacando da cava do colete um punhal, atira-o com força no meio da mesa onde ficou cravado, oscilando sinistramente, aos reflexos das luzes e disse: ‘Meus amigos, exijo de cada um de vós um juramento sobre este punhal, para matar e morrer, se for preciso, em bem da abolição dos escravos. Va-

mos travar luta terrível com o governo; e por isto está muito em tempo de se retirar aquele que for amigo do mesmo governo ou dele for dependente. Quem não tiver coragem para tanto pode sair, que ainda sai em tempo’. E logo se retiraram onze, cujos nomes, por conveniência, ocultamos ao desprezo público”. Daí em diante a militância de João Cordeiro como abolicionista será intransigente, inclusive ligando-se aos jangadeiros para que não transportassem escravos para serem embarcados para outras províncias. É considerado o maior abolicionista do Ceará. Faleceu em Fortaleza a 12 de maio de 1931, com 88 anos de idade. **Bibliografia.** NOBRE, Freitas. *João Cordeiro: Abolicionista e Republicano*. São Paulo, Ed. Letras, 1943.

CORPO DE TRABALHADORES. Organização criada, no Pará, por iniciativa do brigadeiro Francisco José de Souza d’Andréa, nomeado presidente da província em 1835. O Corpo de Trabalhadores tinha por finalidade suprir a província do Pará de mão-de-obra qualificada, mas passou a arregimentar a massa dos libertos sem terras e sem bens de raiz que, após a Cabanagem (V.), ameaçava reorganizar o exército popular. O brigadeiro d’Andréa, depois de aniquilar a Cabanagem e pacificar a província, tomou uma das suas mais importantes decisões governamentais: organizou através da Lei Provincial nº 2, de 25 de abril de 1839, o Corpo dos Trabalhadores, ato que teve alcance prático para a sustentação do regime e enfraquecimento do ímpeto de rebeldia da população marginalizada. Instalado em todos os municípios, o Corpo dos Trabalhadores chegou a contar 7 385 membros. O Presidente da Província do Pará, conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, assim relatou à Assembléia Legislativa na abertura da sessão extraordinária do dia 15 de junho de 1848: “Na forma da lei acima mencionada, os Corpos de Trabalhadores se compõem de índios, mestiços e de pretos livres ou libertos, sem propriedade ou estabelecimento, em que se empreguem constantemente. Aos indivíduos assim alistados mandou a lei empregar no serviço da lavoura, do comércio, das obras públicas, autorizando a qualquer particular a contratá-los para o seu serviço. O fim intencional do legislador foi razoável e justo, proporcionando trabalho aos miseráveis, e ao mesmo tempo garantindo a sociedade contra as perniciosas consequências

que deveriam necessariamente resultar da existência ociosa de uma quantidade extraordinária de indivíduos da última classe, baldos de instrução, sem ocupação, e sem ofício, entregues a si mesmos, e uma vida solta, sem sujeição e sem freio. A lei porém saiu desacompanhada do necessário desenvolvimento; que não foi suprido nem pelo Regulamento que naquele mesmo ano se organizou, nem pelas reformas das leis posteriores de 24 de outubro de 1840, e 12 de junho de 1841. Dessa falta de cautelas restritivas e garantidoras nasceram duas espécies de abusos opostos, opressão e relaxação. Nada mais comum do que ver os comandantes destes corpos e outras autoridades locais, a pretexto do serviço público, empregarem gratuitamente e com rigor a esses indivíduos no seu serviço particular ou no de seus amigos íntimos; o fim da criação era por toda a parte iludido, e a obrigação do serviço imposta pela lei como medida necessária e útil, foi-se pelo abuso, pouco e pouco convertendo em uma espécie de servidão odiosa. Foi assim que a lei, procurando evitar um mal, produziu outro; pretendeu ela acabar com certa classe com uma vida licenciosa e vagabunda, e deu azo a firmar-se nela uma vida opressiva e degradante. Além desse grave inconveniente que trouxe a prática da lei dos trabalhadores, outros não menos graves se podem contar e entre eles merece ser mencionada a emigração de muitos indivíduos pelos pontos das fronteiras, pois antes prefeririam expatriar-se do que sujeitar-se aos vexames a que os obrigavam. Pelo alto Rio Branco, pelo Solimões, e pelo alto Rio Negro principalmente maior tem sido essa emigração, já fugindo à servidão, já ao recrutamento. Finalizarei este artigo informando-vos de que ao meu conhecimento têm sido trazidas de vários pontos vivas reclamações, que denunciam a prática abusiva, com que se arrancam violentamente às famílias miseráveis, principalmente na classe dos mestiços, índios, ou tapuios, crianças menores de ambos os sexos entre sete e catorze anos de idade pouco mais ou menos, com os quais se fazem mimos e presentes para dentro e para fora da Província, considerando-as coisas, e não pessoas, e sujeitando-as a uma espécie de servidão, prática essa revoltante, mas infelizmente tão generalizada e radicada pela sucessão dos tempos, que apesar das mais terminantes ordens já do Go-

verno Geral, já muitas vezes repetidas por meus antecessores, não tem podido ser abolida, nem mesmo modificada; e o que é mais, muitos desses infelizes chegam a ser convertidos em verdadeiros escravos e serem vendidos como tais”. **CORREIO.** Escravo que ficava de pé nas traseiras das carruagens e conduzia as mulas que se atrelavam a esses veículos. Eram os únicos que podiam usar sapatos, pois ao escravo em geral isso era proibido. Quase sempre eram de propriedade de nobres e altos dignitários.

CORREIO IMPERIAL. Jornal editado pelos filhos da Princesa Isabel: D. Pedro, D. Luís, D. Filipe e D. Antônio. Em 1884, publicou em suas colunas as seguintes quadras:

Esta batalha preclara
De flores de mil matizes
Grandes venturas prepara
Para a sorte dos infelizes.

Com ardor é pelejada
Por uma fila de bravos
Sob os auspícios de Fada
Que se condói dos escravos.

Esta batalha de flores
É também da liberdade
Aos piedosos lutadores
Abençoe a humanidade.

Essas quadras foram imediatamente transcritas no jornal abolicionista *A Cidade*, do Rio de Janeiro, que vieram acompanhadas deste comentário contra o Barão de Cotegipe, escravista e membro do gabinete do Imperador: “Depois dessa manifestação tão eloqüente da família de S.A. a Regente, é preciso ter cara muito dura para continuar a ser ministro escravocrata. Não lhe parece, Sr. Cotegipe?”

COUTINHO, AMARO GOMES. Participante da revolução de 1817 na Paraíba, foi condenado e enforcado. Juntamente com ele, subiram ao patíbulo, por crime idêntico, 24 escravos de sua propriedade. A matança entre os escravos que participaram da revolução de 1817, cujo centro foi a província de Pernambuco, deve ter sido enorme, pois Sebastião Pagano, em livro onde defende a justiça repressiva, escreve que “os negros, ameaçando revoltar-se, foram alguns deles enforcados, e

somente no dia 29 foram presas mais de sessenta pessoas". **Bibliografia.** PAGANO, Sebastião. *O Linde dos Arcos e a Revolução de 1817*. São Paulo, Nacional, 1938.

COZINHAR ESCRAVOS. Medida de crueldade extrema, que chegou a ser praticada por alguns senhores contra escravos insubordinados, matando-os por imersão em água fervente. O viajante Thomas Ewbank (1973) descreve um fato testemunhado pelos examinadores da Comissão da Escravatura (V.) no local onde o escravo ia ser "cozido" por seu senhor. Diz ele que, "chegando a uma fazenda onde não estava sendo esperada a comissão, e lá encontrou o que não supunha possível: um negro prestes a ser morto numa caldeira de água fervente, e isso em consequência de um ato de insubordinação. Conforme o costume em tais casos, o proprietário da fazenda havia convidado os vizinhos para presenciarem a tragédia". **Bibliografia.** EWANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

CRAÚNAS, QUILOMBO DE. V. *Zumbi*².

CRiado DE TÁBUA. O mesmo que correio (V.).

CRiANÇA ESCRAVA. Era a criança que já vinha da África na condição de escrava, como "cria", ou que nascia no Brasil de mãe escrava. Em ambos os casos, era um peso quase morto dentro dos valores do modo de produção escravista, pois o seu senhor tinha de sustentá-la até que fosse útil como máquina de trabalho. Além de dificultar o trabalho da mãe, somente após os dez anos, mais ou menos, começava a trabalhar. Por outro lado, as crianças eram vendidas a preços baixos, o que levava muitos indivíduos a comprá-las para revendê-las posteriormente como adultas. Por isso, entre 1800 e 1850, a maior parte das crianças escravas encontradas no Rio de Janeiro, segundo os viajantes que ali estiveram, eram africanas. Diz Ernst Ebel (1972) que, "logo que chegam os navios negreiros – ocorrência frequente – os escravos são desembarcados e depois que se restabelecem relativamente da viagem, no geral curta, lá são expostos para serem vendidos. Há dias fundeu um com 250 negros, na maioria crianças de dez a catorze anos, que acocoradas nesses galpões em filas de três, pelo chão, assemelhavam-se mais a macacos, dando mostras, por sinal, de bom humor e satisfação, embora repelentes no aspecto e depauperadas. [...] Mesmo durante o período em que o tráfico foi considerado legal e prevaleceu o contrabando,

encontram-se referências à venda de crianças. Estas eram preferidas pela maior facilidade com que se adaptavam ao trabalho e pela perspectiva de uma vida mais longa". As que aqui nasciam, embora algumas fazendas possuíssem enfermarias para as escravas grávidas, nasciam normalmente pelas mãos das parteiras, como demonstra o registro do Príncipe Adalberto da Prússia (1977), em 1842: "Enquanto eu me detinha com as senhoras da casa, meus companheiros aproveitaram a oportunidade para ir ver o alojamento dos escravos, que ficava numa comprida e suja construção de um só piso que exteriormente tinha uma grande semelhança com uma cavalaria. No lazareto, que viram primeiro, encontraram enfermeiras, como os quartos também, separados para ambos os sexos. Uma negra estava deitada, amamentando o seu negrinho a quem dera a luz na noite anterior. 'Dentro de dois dias voltará ao trabalho', disse o doutor ao Conde de Bismarck, a quem devo este relato". Essas crianças escravas, nascidas nas senzalas, apresentavam alto índice de mortalidade. Uma das razões para isso era, a par das péssimas condições de vida, a volta ao trabalho da mãe num espaço muito curto, de cerca de três dias. Saint-Hilaire (1974), que visitou o Brasil entre 1815 e 1822, afirma que, "quando teve início a campanha da abolição da escravatura, o governo ordenou aos proprietários de Campos que casassem seus escravos; alguns obedeceram a essa determinação, mas outros responderam que seria inútil dar maridos às negras porquanto não seria possível criar seus filhos. Logo após os partos essas mulheres eram obrigadas a trabalhar nas plantações de cana, sob o sol abrasador, e, quando após afastadas de seus filhos durante parte do dia, era-lhes permitido voltar para junto deles, elas levavam-lhes um aleitamento defeituoso; como poderiam as pobres crianças resistir às cruéis misérias com que a avareza dos brancos cercava seus berços?" Aos cinco ou seis anos de idade, encerrava-se uma fase na vida da criança escrava. A partir dessa idade, a criança já desempenhava alguma atividade, normalmente a mesma da mãe. Os meninos, em geral, carregavam guarda-chuva, trouxa de roupa, velas, faziam compras e levavam recados. As meninas, além de carregarem apetrechos da senhora, também cuidavam de crianças e faziam os serviços

domésticos. Também os filhos pequenos dos donos possuíam seus próprios escravos, que, algumas vezes, eram mais novos do que aqueles a quem serviam. Nas profissões relacionadas com os ofícios mecânicos, os escravos eram treinados desde pequenos e dificilmente eram alfabetizados. Os castigos corporais também eram aplicados às crianças escravas. A narração de um viajante que aqui esteve entre 1828 e 1829 demonstra que as crianças não eram poupadas dos mesmos castigos cruéis aplicados aos escravos adultos: "A casa do lado da nossa era ocupada por um artífice. De lá ouviam-se constantemente os mais horríveis gritos e gemidos. Eu entrei na loja, um dia, e vi que o seleiro tinha dois meninos negros trabalhando para ele. Ele era um homem moreno, de aspecto cadavérico e sombrio: tinha feito um acoite de couro como um azorrague russo, que segurava em sua mão e se exercitava, dentro de uma sala, em uma das crianças que estava nua; esta era a causa dos gritos e dos gemidos que ouvíamos todos os dias e quase o dia todo" (Walsh, 1830). Em qualquer idade, as crianças recebiam como castigo grilhões, máscaras, colares e correntes de ferro. Segundo Debret (1940), "sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é de apenas 5 a 6 libras, fixando-se uma das extremidades no pé e a outra no cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço". A fim de libertar seus filhos de tal situação, não era raro o assassinato de crianças escravas pelas próprias mães. Escreve Walsh que "este horror à escravidão é tão grande que eles não só se suicidam como também matam seus filhos para escapar a ela. As negras são conhecidas como sendo ótimas mães [...] mas este mesmo amor freqüentemente as leva a cometer infanticídio. Várias delas, sobretudo as negras Minas, têm a maior aversão a ter filhos e provocam aborto, precavendo-se assim contra o desgosto de dar vida a um escravo". Outro meio utilizado pelas escravas para livrar os filhos do cativeiro era a roda dos expostos (V. *Casa da Roda*), que recebia crianças de qualquer cor e preservava o anonimato dos pais. A partir do Alvará de 31 de janeiro de 1775, as crianças escravas colocadas na roda eram consideradas livres, porém este alvará tornou-se letra morta (Mott, 1979). Segundo descrição de Thomas Ewbank (1973), em um leilão de escravos, rea-

lizado no Rio de Janeiro, era proibido à criança escrava chorar em público: "As criaturas ali vendidas eram de todas as colorações, desde o profundo azeviche de Angola até o branco, ou quase branco, como pareceu uma mulher em minha frente. [...] A angústia que observava o que estava acontecendo e esperava sua vez de ser chamada, exposta, examinada e vendida era constrangedora. Uma menininha, creio que filha dessa mulher branca, estava de pé ao seu lado, chorando em silêncio, com uma das mãos no regaço. Aquela criança não chorava em voz alta, pois isto não é permitido às crianças escravas, mas as lágrimas lhe corriam, uma após outra". Era costume, segundo Debret, durante o jantar das famílias mais abastadas, a mulher alimentar pequenos negrinhos escravos que ficavam ao pé da mesa: "A mulher se distraía com negrinhos que substituíam os doguezinhas, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes, mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habituam assim, a compartilhar com eles das fadigas e dissabores do trabalho. Essas pobres crianças, revoltadas por não mais receber das mãos carinhosas de suas donas manjares suculentos e doces, procuram compensar a falta roubando as frutas do jardim ou disputando dos animais domésticos os restos de comida que sua gulodice, repentinamente contrariada, leva a saborear com verdadeira sofreguidão". Na residência do escravista gaúcho Antônio José Gonçalves Chaves, onde se hospedou o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, encontrava-se um menino, que é assim descrito: "Há sempre na sala um pequeno negro de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono e quando não há ninguém na sala, cai de joelhos pra poder dormir". Conclui Mario José Maestri Filho (1984) que "havia uma absoluta despreocupação com a grande mortalidade infantil da senzala. A dificuldade, o risco e o custo da 'criação' de crianças para serem utilizadas mais tarde como escravos leva-

vam os senhores a optarem pela compra contínua de escravos novos". **Bibliografia.** EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus Arredores em 1824*. São Paulo, Nacional, 1972; EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.; DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo, Livr. Martins Ed., 1940. 2 vols.; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974; MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, Educ, 1984; MOTT, Maria Lúcia de Barros. "A Criança Escrava na Literatura de Viagens", *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, n. 31, 1979; ADALBERTO DA PRÚSSIA, Príncipe. *Brasil, Amazona, Xingu*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977; WALSH, R. W. *Notices of Brazil*. London, Frederick Westley & A. H. Davis, 1830. 2 vols.

CRIAS DE PÉ. Crianças africanas embarcadas para o Brasil e que se diferenciavam das "crias de peito" (V.). Segundo Herbert Klein (1987), os critérios para as definições de "crias" foram reformulados ao longo da história. Até 1738, os impostos oficiais existentes em Luanda agrupavam todas as crianças sob uma única categoria: crias. A partir desse mesmo ano, estabeleceu-se a distinção entre "de pé" e "de peito". Após 1760, a categoria "crias de pé" foi subdividida em "meio direito" (50% da taxa do imposto) e aquelas isentas de imposto, isto é, de peito ou de colo e crianças maiores que já andam. Num decreto relativo ao imposto de exportação, de 1760, as "crias de pé" eram definidas como aquelas "que tivessem de quatro palmos para baixo" e faziam jus à metade do pagamento do imposto. As "crias de peito" eram isentas de impostos. **Bibliografia.** KLEIN, Herbert. "Tráfico de Escravos". In: *Estatísticas Históricas do Brasil*, Série Estatísticas Retrospectivas, vol. 3: 1550-1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

CRIAS DE PEITO. Crianças recém-nascidas embarcadas na África nos navios negreiros. Os escravos menores, por ocasião do embarque na Costa, eram divididos em três categorias: aqueles que tinham altura superior a quatro palmos, ou um metro, as crianças com menos de um metro que já andavam e as crianças de colo que eram as crias de peito e que quase nunca sobreviviam à viagem.

CRÍATÓRIO DE ESCRAVOS. Local onde se realizavam as relações sexuais entre escravos com o fim de comercializar a prole resultante. O viajante Thomas Ewbank (1973) relata o emprego de

escravos reprodutores para a "criação de meninos e meninas negros, que são cuidados até atingirem a idade de serem mandados trabalhar nas propriedades da Ordem no interior do país", isto é, no mosteiro de São Bento no Rio de Janeiro. Tal mosteiro era considerado o mais rico do mundo. Além da renda auferida com aluguéis de lojas e armazéns, os padres tinham propriedades territoriais por toda a extensão do país. Chegavam a empregar em algumas delas mil escravos aproximadamente. O "criatório de escravos" desses religiosos encontrava-se na ilha do Governador e era dirigido pelos próprios frades. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

CRUZ E SOUZA, JOÃO DA. Nascido na antiga Desterro, atual Florianópolis, em 21 de novembro de 1861, era filho de pais escravos; portanto, era também escravo. No entanto, os seus senhores – marechal Guilherme Xavier de Souza e esposa – não tinham filhos e resolveram criar o menino. Desde cedo mostrou vocação para as letras, tendo dirigido, de 1883 a 1889, juntamente com Virgílio Várzea, o jornal abolicionista *Tribuna Popular*. Acossado pela ira escravista, abandonou Santa Catarina para ser secretário e "ponto" de uma companhia dramática. Depois de passar pelo Rio Grande do Sul, onde foi calorosamente recebido, foi ao Rio de Janeiro e ali conheceu alguns amigos brancos, entre eles, Nestor Vitor, que o auxiliou permanentemente a partir de então. Antes disso, já havia publicado, juntamente com Virgílio Várzea, um volume intitulado *Tropos e Fantasias*, mas não obteve o sucesso merecido. Aderindo à onda do simbolismo europeu, Cruz e Souza tornou-se um dos mais representativos adeptos dessa corrente literária no Brasil. Instável nos empregos de jornalista, exerceu o cargo de arquivista da Estrada de Ferro Central do Brasil, com baixo salário. Apesar da idealização da mulher branca nas suas poesias, casou-se com uma negra e com ela teve quatro filhos. Com a morte dos pais e a loucura da esposa, enlouqueceu, passando a viver na miséria. Todavia, continuou trabalhando e conseguiu, com o auxílio de amigos, publicar, em 1893, os livros *Missal* e *Broquéis*, o primeiro em prosa, o segundo em poesia. A tuberculose minou o seu organismo de forma avassaladora. Apesar das tentativas de cura praticamente impossível, fa-

leceu em 19 de março de 1898. Os críticos de Cruz e Souza atacam-no por não ter colocado na sua temática poética a negritude, escolhendo como ideal estético feminino a mulher branca. E também por não ter participado ativamente do movimento abolicionista. No primeiro caso, não se pode negar que tivesse uma preferência pela mulher branca como elemento de exaltação estética e erótica. O que, aliás, não o diminui nem o exalta, pois se trata de simples preferência pessoal por determinado padrão ideal, embora tivesse escolhido para companheira uma negra. Quanto à sua omissão frente ao movimento abolicionista, Raymond Sayers (1958), apoiado em pesquisas de Gérard Moser, procura defendê-lo: "Uma das sérias acusações que os críticos fazem a Cruz e Souza como ser humano é que ele não se preocupava com os problemas do seu país ou da sua raça. [...] Talvez por recordar indignado, o alheamento de Cruz e Souza nos últimos anos da sua vida, o crítico João Pinto da Silva fez-lhe a seguinte observação gratuita: 'Para a maioria foi sempre um negro pernóstico, intolerável, como todos os negros dessa espécie'. Os críticos, porém, mudaram de atitude à medida que eram publicados os poemas recém-descobertos. Na edição de 1945, Andrade Muricy incluiu *Crianças Negras*, um dos maiores e mais humanitários poemas de Cruz e Souza, inexplicavelmente omitido em coletâneas anteriores, inclusive as duas que o próprio poeta havia organizado. A importância desse poema, belo como é, é que exprime a angústia do poeta, em seus últimos anos, por um problema racial, o futuro dos filhos negros das crianças negras à sua volta, e seu desejo de poder ajudá-los. No poema ele diz que deseja escrever sobre essas crianças infelizes: 'Não de crianças de cor rósea ou dourada, / mas das crianças que vêm da negra noite / Dum leite de venenos e de treva / dentre os dantescos círculos do açoite / Filhas malditas da desgraça de Eva'. O poema é suficiente para dissipar quaisquer dúvidas que possam ter existido quanto ao sentimento do poeta em relação à sua raça. Mais tarde, na *Obra Completa*, Muricy incluiu também oito novos poemas e três excertos em prosa que repudiavam a escravidão. Seis haviam sido publicados em Desterro e eram desconhecidos dos críticos, e os outros cinco eram manuscritos inéditos. Um décimo segundo era desco-

nhecido até 1954, quando surgiu um livro sobre o poeta". Como vemos, há uma tendência a reabilitar Cruz e Souza em relação ao problema da negritude e da escravidão. No entanto, a sua participação como agente ativo do abolicionismo foi mínima. **Bibliografia.** SAYERS, Raymond S. *O Negro na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1958.

CRUZ, FELICIANA FERREIRA DA. Negra escrava que, por volta de 1736, denunciou ao comissário do Santo Ofício no Brasil o frei Luís de Nazaré por abusos sexuais. Frei Luís era um padre carmelita baiano e exorcista muito requisitado para curar doentes. Feliciano narrou ao comissário que, estando doente a escrava Tomásia, da mesma casa que ela, foi chamado pelos seus senhores o padre Luís de Nazaré para exorcizar a doente. O frei ordenou que "descobrissem a enferma toda decomposta, e a esfregassem pela barriga; havendo metido às duas assistentes um carvão na boca de cada uma". Determinou a seguir que "cada uma cortasse os cabelos nas partes venéreas, e à enferma que cortassem os da cabeça". Voltando no dia seguinte, frei Luís "se pôs sobre a mesma enferma, dizendo às assistentes que virassem o rosto para a outra banda, e com ela teve um ato de cópula carnal, e logo com a denunciante outro, e com a referida Teresa outro, as quais repugnando as venceu, e facilitou dizendo que o livro por que fazia os exorcismos assim o mandava, com que se sujeitaram ao dito padre, o qual lhes disse não "tivessem escrúpulo, que era para salvar a enferma". Conforme as escravas da casa iam se revoltando contra as relações forçadas, frei Luís as despachava e pedia outras à senhora. Com algumas mulheres, como narra Laura de Melo e Souza (1986), frei Luís chegava a usar a força, como ele mesmo confessou ter feito com a escrava de um tal João Francisco, morador do sertão. Frei Luís conseguiu contra si centenas de denúncias de vítimas dos seus ataques. Foi preso pela Inquisição, sendo enviado a Lisboa em 1740, onde confessou tudo e mostrou-se arrependido. Foi degredado por cinco anos para o mais longínquo convento de sua província, além de proibido de voltar à Bahia e de realizar exorcismos, embora continuasse padre. **Bibliografia.** SOUZA, Laura de Melo e. *O Diabo na Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

CULTOS AFRICANOS, PROIBIÇÃO DOS. Os cultos africanos no Brasil, na época colonial, eram confundidos com feitiçaria (V.) e chamados de ritos gentílicos (V.). Esses cultos, por causa de suas músicas e danças, sempre foram relacionados pelos cristãos a práticas demoníacas. Já em 1780, o Conde de Pavolide, na sua informação a Marinho de Mello e Castro, condenava a reunião religiosa dos negros, "que os pretos da Costa da Mina fazem às escondidas ou em casas de roças com uma preta mestre, com um altar de ídolo, adorando bodes vivos e outros feitos de barro, untando seus corpos com diversos óleos, sangue de galo, dando a comer bolos de milho depois de diversas bênçãos supersticiosas, fazendo querer mulheres a homens e homens a mulheres. [...] A credulidade de certas pessoas chega a tal ponto, mesmo aquelas que não são tão simples como padres e curas, que ameaçada em minha presença, em consequência das apreensões que mandara fazer nessas casas, foi-me necessário, para livrar sua imaginação, fazer os negros dessas casas confessarem ante elas sua mistificação e em seguida submetê-los a seus prelados para que fossem punidos como mereciam". No Império, a questão foi tratada de forma diferente. Com a difusão das idéias liberais, o projeto da Constituição de 1823 estabelecia a liberdade de culto para as comunidades cristãs. A Assembléia Constituinte foi dissolvida e o texto promulgado não se referia à religião dos escravos, mas somente à dos estrangeiros, israelitas e protestantes, afirmando que "a religião católica apostólica e romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas especiais, sem aspecto exterior de templo". O Código Criminal de 1831 "tolera o fetichismo" apenas enquanto este permanecer restrito à senzala, acrescentando, no artigo 179, serem permitidas as intervenções policiais a fim de averiguar se esses cultos não desrespeitavam o Estado e nem ofendiam a moral pública. Isso ensinava que freqüentemente essas reuniões de escravos fossem interrompidas pela presença violenta das forças policiais, a verificar se eles não estavam violando os "bons costumes". Baseado nisso, afirma Roger Bastide (1971): "é pois, por intermédio deste artigo 179 que se deixava a definição de 'moral pública' ao critério subjetivo dos administradores ou

de simples policiais, que a luta contra os calundus e os candomblés vai continuar no Império, não obstante o belo ornato da Constituição sobre a tolerância religiosa". Em 1870, os templos de calundus (V.) eram denominados casas de sorte (V.), sendo constantemente visitados e destruídos pela polícia. Em 1876, o Conselho Municipal de Campinas (São Paulo) decretou que "as casas conhecidas vulgarmente sob o nome de Zangus ou batuque estão proibidas. 30\$ de multa". Em 1872, na Bahia, o chefe de polícia cercou o candomblé de Cruz das Almas, à meia-noite, prendendo oito pessoas. Os exemplos de perseguição multiplicaram-se e tornou-se mais intenso e melhor documentado no período das visitas do Santo Ofício da Inquisição no Brasil. **Bibliografia.** BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1971. 2 vols.

CUMBE, QUILOMBO DO. Formado, na Paraíba, por negros que possivelmente sobreviveram ao massacre de Palmares, juntamente com outros da capital e do interior, reunia-se num ponto da Várzea onde ficava localizada a Usina Santa Rita. Segundo Adhemar Vidal (1935), "na Paraíba a coisa tomou tal gosto que despertou a intervenção do Governo de Portugal. Veio a ordem de destruição de todo e qualquer quilombo. E a luta neste sentido começou furiosa". Com o intuito de combater esse quilombo, o capitão-mor fez seguir Jerônimo Tovar de Macedo com quarenta homens armados, que nada conseguiram. Ao contrário, foram derrotados. Em face da derrota, João Tavares de Castro, com os seus escravos e gente paga à sua custa, conseguiu arrasar o quilombo, "suprimindo muitos e aprisionando 25 africanos", sem que "houvesse mortos do meu lado pela boa ordem e disposição com que soube atacar tão temíveis negros". Entretanto, esse quilombo tinha tanta importância que mereceu ordem de destruição por intermédio de carta régia. De fato, foi enviada a segunda carta do rei onde se lia: "Eu, João por graça de Deus Rei de Portugal & Algarves. Faço saber a vós Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, capitão-mor da Paraíba, que se viu a vossa carta de doze de junho deste ano, sobre roubos que experimentavam os moradores do Sertão do Cariri, Tapuá e Taipu do mocambo Cumbi, onde se achavam, mais de treze anos, quatro índios que haviam desamparado a aldeia do Cariri, de que eram moradores, tendo posto

com repetidos assaltos e da aldeia em grande diminuição de índios que para ela levarem; agregando a sua companhia os negros fugidos que podiam com o que haviam aumentado o número de quase setenta; representando-me que ordenásseis ao sargento-mor Gaspar Pereira de Oliveira fizesse entrada ao dito mocambo e aprisionasse quanta gente nele houvesse; porém com tal moderação e cautela que escusasse rompimento, e infusão de sangue, etc.". Na resposta a esta carta régia foi informado de que, "fazendo-se entrada nessa forma pondo-se a gente do mocambo em armas disparando as que tinham de algumas flechas, fora forçado aos de bandeira a usarem armas das suas, matando cinco índios e aprisionando 56 e sete negros, escapando dos quatro índios, cabeças dessa gente, três, de que fugira um, por nome Bartolomeu, tão atrevido que com quatro filhos se fizeram em emboscada e mataram um soldado, ferindo também o cabo, o qual querendo os seguir se escapara por veredas impenetráveis para a cabeceira do rio Capibaribe da jurisdição de Pernambuco". O documento é de 11 de outubro de 1731 e interessa por destacar a aliança dos quilombolas com os índios. **Bibliografia.** VIDAL, Adhemar. "Quatro Séculos de Escravidão na Paraíba". In: *Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

CUNHA, BELCHIOR DA SILVA. Preto forro, um dos líderes da insurreição de 1835, em Salvador. Segundo depoimento da preta velha Teresa, os elementos mais importantes encontravam-se na sua casa para discutirem detalhes dos seus planos. Ali aparecia freqüentemente, com outros negros, um que se chamava Gaspar da Silva Cunha (V.), que também trabalhava na organização do levante. Nesse local faziam-se ajuntamentos "umas vezes de dia, outras de noite". Recebiam os escravos que se reuniam na casa de Belchior, ainda segundo depoimento da escrava Teresa, a visita amiudada de um "mestre que é escravo e de um homem que faz fumo" e "mora junto da igreja de Guadalupe e é de nação Tapa". Esse escravo era conhecido "pelo nome que possuía e que é Sanim porque é como ele [Belchior] o trata por não saber o nome que ele tem em terra de branco [...] o qual negro fala também língua de Nagô e é velho com alguns cabelos brancos". Esse mestre não era outro senão Luís Sanim (V.), um dos líderes mais destacados e diligentes do movimento. Na casa do forro Belchior reuniam-se os principais cabeças do levante, traçando planos e discutindo detalhes com elementos do Recôncavo. Na delação da preta Teresa encontramos os nomes de alguns deles: Ivã, Mamolin, Ojou etc.

D

DAÇÃO. Ato de dar um escravo a outra pessoa ou entregá-lo em pagamento de uma dívida ou compromisso.

DANÇA DE VELHOS. Dança de escravos que data do século XVIII, mas praticada também durante o século XIX. Usualmente, essas danças se realizavam à noite, e a polícia tinha ordens para reprimi-las. Não é muito clara a razão das perseguições, a não ser o fato de, como os batuques (V.), atraírem grande número de escravos.

DANDARÁ. Elesbão do Carmo, o Dandaró, foi um dos líderes e implicados na grande insurreição (V.) de escravos ocorrida em Salvador (Bahia) no ano de 1835. Era liberto e morava com uma escrava de nome Emerenciana, mas da qual não era proprietário. Na loja que possuía para vender fumo, no mercado de Santa Bárbara, reunia discípulos para orações e proselitismo. Era de nação hauçá e no interrogatório foi o único que assumiu ser “mestre em sua terra”, acrescentando ter continuado aqui as suas atividades, mas que não visavam o mal. Nas palavras de J. J. Reis (1986), “o escravo Domingos”, contrariando suas alegadas boas intenções, “um dos poucos a admitir abertamente ter participado do levante, confessou que também aprendia com Dandaró”. O mestre era um dos representantes do Islã no Re-

côncavo, para onde sempre viajava a negócios “As autoridades produziram mais testemunhas das atividades muçulmanas de Dandaró. Uma delas, o alfaiate mulato Luís da França, morador no andar de cima da loja de Santa Bárbara, costumava bisbilhotar o mestre através das tábuas frouxas do assoalho e ‘muitas vezes viu estar este com umas contas grandes e rezar esfregando-as nas mãos e gritando para o céu’”. Ainda segundo o mesmo autor, o mais comprometedor depoimento foi de uma testemunha que afirmara ter visto guardadas na sua casa um bom número de parafusos (facas) que certamente eram para ser usadas durante a revolta. **Bibliografia.** REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

DANTAS, LUCAS. Lucas Dantas de Amorim Torres era pardo liberto, natural da cidade de Salvador, soldado do Regimento de Artilharia, filho de Domingos e de Vicência Maria. Foi um dos líderes da Inconfidência Baiana de 1798, pelo que foi condenado à morte, juntamente com mais outros três líderes da conspiração. Preso em 15 de setembro de 1798, nunca mais saiu da prisão, até que foi enforcado, no dia 8 de novembro de 1799, em Salvador. Era solteiro e tinha apenas 24 anos no momento de sua execução. Recusou a extre-

ma-unção que um frade franciscano tentou ministrar-lhe pouco antes de ser enforcado. Após o enforcamento, foi esquartejado e degolado. A sua cabeça ficou espetada no Campo do Dique, enquanto os quartos do seu corpo foram distribuídos entre aquele campo e a sua morada no Cruzeiro de São Francisco. Nesse local, em frente à casa de Lucas, fincaram a cabeça de Manuel Faustino (V.) pelo fato de ter Lucas Dantas assídua frequência na casa do companheiro de conjura. V. *Inconfidência Baiana*.

DATA. Área legalmente distribuída pela Coroa aos mineiros para a extração do ouro. O tamanho dessas datas variava de acordo com o número de escravos que o outorgado possuía.

DEFORMAÇÕES NO CORPO. Uma constante durante a vigência da escravidão no Brasil foi a equiparação do corpo do cativo ao das bestas, dos animais. Em face disso, era usada constantemente a mutilação, algumas vezes por castigo, com o ferro em brasa ou pelo corte da orelha do fujão, outras vezes como símbolo de propriedade. Além disso, não se pode esquecer as marcas de instrumentos de tortura, como o anjinho e o tronco, as marcas de açoites, os sinais de queimaduras. Raramente um escravo não apresentava uma das marcas de violação no seu corpo, nas nádegas, no ombro, no peito, nos pés ou nos órgãos sexuais. Como afirma Gilberto Freyre (1963), nos anúncios de negros fugidos, "são inúmeros os casos de negros 'rendidos' e 'quebrados'; de pretos com 'veias estouradas', ou calombos no corpo; ou de escravos de andar cambaio e banzeiro; vários os negros fugidos com máscara (V.), ou mordada de flandres na boca. [...] Numerosos os que apresentam nas coxas ou costas letra, sinais ou carimbos de propriedade, como hoje o gado, ou então, marcas de surra ou castigo, o corpo deformado pela crueldade dos senhores brancos: uns manquejando, os quartos areados em consequência de surras tremendas; outros com cicatriz de relho pelas costas ou nádegas; ou então cicatriz de 'anjinho' (V.), de tronco (V.), de correntes no pescoço, de ferros nos pés, de libambo no tornozelo. Alguns com queimaduras na barriga. [...] Resta salientar nos anúncios de jornal de escravos fugidos as deformações no corpo por especialização, vamos dizer, profissional e por precocidade ou excesso de trabalho. São inúmeros os casos de deformação profissional das mãos, dos pés, da

cabeça, do corpo inteiro do negro. Vários negrinhos, meninos de dez, doze anos, já aparecem de coroa na cabeça, não raspada com todo o ritual como a dos meninos brancos que iam estudar para padre, mas feita à força pelo peso de carretos brutos: tabuleiro, tijolo, areia, pipa, barril. Há casos de negros com os dedos dos pés torrados por serem amassadores de cal e a cal lhes ter aberto feridas e comido os dedos; outros de dedos e munhecas inteiras comidas, talvez, pelas moendas dos engenhos. Vários de 'mãos muito calejadas e tortas' por serem carpinteiros; oficiais de alfaiate com dedos deformados pela agulha, alguns com o dedo picado de debrubar tamancos; outros de dedos da mão com calos de amassar pão. Quase todos de pés e mãos enormes, deformados pelo trabalho". A relação de escravos fugidos com marcas de tortura e castigo percorre todo o período de escravidão e era um mecanismo da classe senhorial para manter o cativo em estado de absoluta sujeição e obediência, sem o que o trabalho escravo não conseguiria se manter por muito tempo. **Bibliografia.** FREYRE, Gilberto. *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Recife, Imprensa Universitária, 1963.

DEGOLA DE QUILOMBOLAS. Os capitães-do-mato muitas vezes, quando encontravam resistência, matavam os negros quilombolas e levavam as suas cabeças como prova, a fim de receberem a recompensa (tomadia). Em 1739, em Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada, dirigindo-se a uma autoridade subalterna da Capitania, registra um desses fatos. Diz em ofício: "Recebo a conta que V. mercê me dá que teve do Coronel Luís José Ferreira de Gouvêa dos negros que o capitão-do-mato mataram (sic) sem resistirem, estarem armados ou em quilombo: os ditos capitães-do-mato vieram à minha presença com as cabeças dos negros mortos, e atestam o contrário do ocorrido. No Coronel suponho paixão por serem os negros seus; e nos matadores a razão que V. mercê encontra que eles aqui tão bem me representaram: o caso é de devassa, V. mercê a deve tirar e proceder por ela na forma da lei dos quilombos: quando a V. mercê a não tenha me avise para lhe remeter cópia da que se acha registrada nesta secretaria, etc.". A degola do quilombola era fato comum; é bastante citar como exemplo o que fizeram com Zumbi depois de morto.

DEGREDO DA VARÍOLA. Assim era chamada a ilha de Villegaignon, na entrada do Rio de Janeiro, enquanto durou o tráfico legal, terminado oficialmente em 1831. Esse nome deveu-se ao fato de que os escravos desembarcados, antes de serem enviados à alfândega, eram examinados, sendo aqueles portadores de varíola conduzidos à ilha onde grande parte morria. Seus corpos eram depois atirados ao mar e desapareciam devorados pelos peixes.

DESEMBARQUE CLANDESTINO. V. *Tráfico ilegal*.

DIABO COXO, O. Folha ilustrada, fundada por Ângelo Agostini (V.), Luís Gama (V.) e Sizenando Nabuco, com a colaboração ativa de Américo Bernardino de Campos. Começou a circular em 1º de outubro de 1864, em formato pequeno, com quatro páginas, parcamente ilustrado. Durou pouco mais de um ano, com interrupções, até o número 24, de 1865.

DIAMANTINA DO TIJUCO, QUILOMBOS DE. Nessa região de Minas Gerais, diz Waldemar de Almeida Barbosa (1972) que sempre houve quilombos, com uma particularidade local: não havia reclamações dos moradores, nem roubos ou ataques de qualquer espécie aos brancos. Ao contrário, esses últimos eram amigos dos negros, a quem forneciam mantimentos necessários à sua subsistência. Os negros traziam ouro do arraial, vendiam-no nas vendas (V.) e adquiriam mantimentos. Eram porém perseguidos pelas autoridades como criminosos por exercerem o garimpo clandestinamente. Esse tipo de relacionamento de escravos fugidos ou aquilombados e proprietários de vendas deve ter sido muito mais comum do que se pensa e com certeza constituiu um comércio ilegal importante. V. *Isidoro, o Mártir*. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, s/ed., 1972.

DIAS, HENRIQUE. Negro crioulo, conhecido pela alcunha de "Boca Negra", que se ofereceu ao general Matias de Albuquerque para lutar em Pernambuco contra o domínio holandês (V.) Apresentou-se juntamente com outros negros forros, dos quais foi nomeado capitão. Quase nada se sabe, com base documental, sobre a pessoa de Henrique Dias. Consta da Consulta do Conselho Ultramarino, datada de Lisboa, de 14 de maio de 1657, e da Portaria Régia que lhe concedia duzentos réis de renda, que era natural de Pernambuco. Todavia, o Conde dos Arcos, em 3 de agosto de

1756, respondendo a informações do Conselho Ultramarino, afirma que Henrique Dias "era natural da Bahia, contudo viveu em Pernambuco onde fez os seus maiores progressos". Varnhagen, cautelosamente, levanta a possibilidade de Henrique Dias ter vindo com seus homens de Palmares. Não é conhecida a data de seu nascimento e também não se sabe se nasceu escravo ou não; que em 1633 era livre é informação de Duarte de Albuquerque nas suas *Memórias Diárias*. É a partir de 1633 que o seu nome começa a surgir com frequência nas crônicas contemporâneas. A primeira ação militar de importância em que se envolveu, como capitão de sua companhia de negros, é a de 15 de julho. Nesse dia, os holandeses, partindo do Forte dos Afogados, atacaram o engenho de São Sebastião, de Pedro da Cunha de Andrade. Henrique Dias defendeu-o com 20 negros e com o auxílio de outros capitães, quando recebeu o seu primeiro ferimento a bala. Em 8 de setembro, em novo combate, sob o comando de Francisco de Almeida Mascarenhas, Henrique Dias, com 35 de seus homens, enfrentou as tropas holandesas. Participou de vários combates em 1634, sendo ferido novamente. Dias lutou na retomada do Oiteiro do Conde (Morro da Conceição), em 21 de março de 1635, sendo capturado pelos inimigos e permanecendo em território ocupado pelos batavos de junho de 1635 a abril de 1636. Foi resgatado pelo campanhista Francisco Rebelo, na incursão que realizou até o Cabo de São Lourenço, juntamente com sua família, segundo informa Duarte de Albuquerque Coelho: "o inimigo achando-o dentro do Arraial quando o ganhou, deixou-o ficar em terra como morador, e vendo agora esta ocasião de voltar à nossa companhia com alguns soldados negros, não quis perdê-la". Em 9 de julho de 1636, foi mandada uma campanha ao capitão-mor Antônio Felipe Camarão com trezentos índios, juntamente com Henrique Dias, nomeado governador da tropa, com quarenta negros de Angola. Daí por diante o título de governador aparece em diversas memórias contemporâneas e indica que lhe foi entregue o comando geral dos negros que serviam o exército luso-brasileiro contra os holandeses. Três anos depois, o Conde da Torre, mandando-lhe passar uma patente, refere-se a Henrique Dias como "Governador das Companhias de crioulos, negros e mulatos" da guerra de Pernam-

buco. Em outubro de 1636, volta às campanhas com a missão de queimar os canaviais. Em novembro junta-se à tropa de Francisco Rebelo. No mesmo ano, Rebelo e seus companheiros foram atacados e derrotados na Paraíba pelo major inglês John Godlad, comandante das tropas holandesas. Os brasileiros perderam 25 soldados e 17 negros de Henrique Dias. Em princípios de 1637, na batalha conhecida por Porto Calvo, enfrentaram-se os exércitos flamengo e luso-brasileiro (inclusive tropas espanholas e napolitanas); o exército holandês, melhor dirigido e mais forte em contingentes, obteve a vitória. Henrique Dias, que tomou parte da batalha, saiu ferido e acabou por perder a mão esquerda: "mandou ao cirurgião que lhe cortasse a mão por junta do pulso, o que se executou, e sarou em breve tempo; e dizia algumas vezes, que se os holandeses lhe haviam tirado a mão esquerda, que ainda lhe ficara a direita para se vingar, o que ele fez por muitas vezes". A essa derrota seguiu-se a retirada do exército para Sergipe. Em 1638, D. Filipe III (de Portugal) concedeu a Henrique Dias o foro de fidalgo e o hábito de uma das Ordens Militares. Os Conselheiros da Mesa da Consciência e Ordens, porém, dirigiram uma consulta ao Rei, datada de Lisboa, 1^a de agosto de 1638, afirmando que lhes parecia necessário pedir algumas informações para a concessão dos hábitos. Deveriam os habitantes declarar os nomes de seus pais e avós paternos e maternos e suas pátrias de origem, para que a respeito fossem ouvidas testemunhas acerca da limpeza de sangue (isto é, não o terem "de infecta nação", sem raça de mouro, de judeu ou de gentio da África). Não há informações se tal hábito lhe foi concedido. Em outubro de 1638, a tropa de Henrique Dias contava com o efetivo de 192 soldados e, até o ano de 1640, participou de várias ações de guerrilha contra os holandeses. Neste mesmo ano, foi encarregado pelo Vice-Rei Marquês de Montalvão de combater negros fugitivos de um quilombo (V.) na Bahia, porém a sugestão apresentada à Câmara do Salvador não obteve apoio dos vereadores. Entretanto, se não foi realizada a tentativa de extinção do mocambo (V.), Henrique Dias foi posteriormente encarregado dessa missão. Até 1645 permaneceu na Bahia, e não há notícias de atividades de importância contra os holandeses, fora alguns serviços de "espia". Mais tarde, na batalha das Tabocas,

João Fernandes Vieira alforriou cinquenta escravos sob a condição de continuarem lutando. Esses forros foram juntar-se às tropas de Henrique Dias, que passaram a ter, em 1647, trezentos membros. Na carta que Henrique Dias enviou aos holandeses, lê-se que esses negros eram compostos de quatro nações: "minas, ardas, angolas e crioulos; estes são tão malcriados que não temem nem devem; os minas tão bravos que aonde não podem chegar com os braços chegam com o nome; os ardas tão fogosos, que tudo querem cortar com um golpe; os angolas tão robustos, que nenhum trabalho os cansa". Em outro depoimento o líder guerrilheiro escreveu: "havemos de deixar a terra tão rasa como a palma da mão, e tão abrasada que em dois anos não dê fruto; e se vossas mercês a tornarem a plantar (o que não sabem e não podem) nós viremos em seus tempos a queimar-lhes numa noite o que houverem plantado em um ano. Isso não são fábulas em palavras deitadas ao vento porque assim há de ser". Em 1646, começou a edificar na sua estância, bem próxima à Cidade Maurícia, uma igreja de taipa e coberta de telhas, dedicada à Nossa Senhora. Em 1648, a 21 de maio, seu arraial foi atacado pelos holandeses. Em 19 de novembro de 1649, tomou parte na Batalha de Guararapes, recebendo na ocasião seu último ferimento em campanha. Depois da batalha, não mais participou de atividades militares de envergadura, permanecendo em seu arraial. As autoridades lusas gratificaram-no com um aumento de dois escudos mensais e 24 anuais. Foi agraciado também com o título de mestre-de-campo. Ao que parece, porém, os escravos de Henrique Dias não foram contemplados com o que os levava a participar dos eventos: a liberdade. Henrique Dias partiu em março de 1656 para Portugal para tentar conseguir uma série de reivindicações, inclusive a alforria dos seus homens. Foi acompanhado de dois membros do Terço dos Henriques (V.). O Conselho opinou que "fosse conservado o Terço" enquanto não houvesse paz entre os portugueses e holandeses. E quanto aos soldados ainda escravos, parecia "que o modo de premiar os que serviram bem, é dar-lhe a liberdade com a vontade e permissão de seus donos, o que sendo ricos, não será dificultoso, e pagando aos que não forem um preço moderado, com que uns ficam satisfeitos e outros sem queixas". Após a ex-

pulsão dos holandeses, os escravos que se haviam incorporado ao Terço dos Henriques mantiveram suas condições inalteradas. Henrique Dias passou seus últimos dias em Pernambuco, silenciosamente, talvez ocupado com os serviços de seu Terço e com os religiosos da igreja de sua estância. Faleceu em 7 ou 8 de junho de 1662, no Recife, sendo enterrado, por conta da Fazenda Real, no Convento de Santo Antônio, em local desconhecido.

DIOULA. O condutor dos comboios de escravos na África, em outras regiões conhecido como pombeiro (V.). Conforme Artur Ramos (1942), nessas caravanas, ao desgraçado que caía, desfalecido de cansaço, o chicote não poupava. A fuga era impossível. Aquele que intentasse partir os grilhões para a evasão não escapava da bala certa do mosquete do condutor. Às vezes, as viagens faziam-se pelos rios, em canoas; os escravos eram estendidos no fundo das embarcações, mãos e pés atados, expostos à chuva e ao sol, impossibilitados de se resguardar devido à imobilidade forçada. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.

DIREITO DA PATACA. Com a criação do Calabouço no Rio de Janeiro e do cargo de executor do açoite, estabeleceu-se o pagamento devido pelos senhores que mandavam vergastar os seus escravos. O executor, por cada cem vergastadas que aplicava ao castigado, tinha direito a receber uma pataca, moeda que, na época, correspondia a 320 réis. Esses carrascos não executavam a pena capital, mas somente a de açoites. Para a pena capital eram designados criminosos que, em troca desse serviço, recebiam a atenuação de suas penas.

DIREITO DE ENTRADA. De todo escravo desembarcado no Brasil, a Coroa Portuguesa cobrava direitos de entrada, auferindo, com isso, grandes lucros. Por volta de 1600, o imposto era de 3 500 réis por cabeça. A fim de evitar que diminuíssem nos engenhos os escravos, que os traficantes preferiam despachar para as minas, foi imposto o tributo de 4 500 réis por todo aquele fosse remetido a esse local.

DIZIMEIRO. Pessoa designada pelas autoridades coloniais para avaliar o dízimo, a parte justa da produção a ser arrecadada pelo governo. Comentando as arbitrariedades praticadas pelo dizimeiro, Auguste de Saint-Hilaire (1944) descreve do

seguinte modo sua atuação na região de Goiás: "O dizimeiro no começo desses três anos (1819) se apresenta como um perito ao colono; orça o rendimento da terra muito acima da sua verdadeira capacidade, exige do agricultor que assine o compromisso de pagar, durante três anos, a décima da soma orçada. Na verdade, a lei dá ao proprietário o direito de escolher um homem que faça a avaliação do rendimento dos produtos do solo juntamente com o que tem a confiança do dizimeiro, mas este é quase sempre um homem rico, sustentado por numerosos amigos; apresenta-se ao lavrador, que vive no isolamento e na pobreza longe da vila ou das povoações, que não tem nenhum conhecimento dos negócios, nenhum protetor, nenhum apoio. Só a vista do dizimeiro lança o terror na família e ao temor de maiores males submetem-se a todas as exigências; ganha-se assim, um pouco de tempo. Entretanto, chega a triste época dos pagamentos; e o proprietário, nada tendo vendido, não pode satisfazer o credor; tomam-lhe o pouco que possui, e ele abandona a casa que logo cai em ruínas". **Bibliografia.** SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco pela Província de Goiás*. São Paulo, Nacional, 1944. 2 vols.

DOENÇAS. Com a vinda para o Brasil de milhões de africanos na situação de escravos, trazidos do interior da África para o seu litoral em condições alimentares e sanitárias as mais precárias, embarcados posteriormente em imundos navios negreiros (V.), para a travessia até os diversos portos consumidores, era natural que adquirissem inúmeras doenças. No Brasil, durante muito tempo postulou-se que as doenças dos escravos eram originárias da África e contaminaram o território brasileiro. Confundiu-se de tal forma o problema que o escorbuto, uma avitaminose (V. *Alimentação*), passou a ser chamado de "mal-de-luanda", como se fosse uma praga contagiosa trazida pelos negros de Luanda, região da África. Emílio Goeldi chegou a escrever que "seria uma tarefa tão grata como interessante e meritória para um escritor médico do país, lançar, uma vez, um arrolamento deste funesto inventário de moléstias que o continente negro nos legou!" Afrânio Peixoto é outro que, embora descartando o conceito de doenças tropicais, quando analisou o caso dos negros afirmou que eles são também os responsáveis pelas doenças que existem no Brasil. No

entanto, é preciso delimitar o que foram as “doenças da escravidão”, que atingiam os negros escravizados, e as “doenças africanas”, originárias do continente negro. Octávio Freitas (1935) enumera como oriundas da África as seguintes doenças: maculo, boubá, bicho-da-costa, ainhum, bicho-de-pé, disenteria mansoniana, alastrim, as filárias, além das provocadas por mosquitos africanos. No caso do escorbuto, por exemplo, é mais uma doença da expansão marítima e colonial do que africana. O próprio Afrânio Peixoto afirma que “Ericus Cordus, em 1534, atribuiu-lhe remédio popular, erva escorbútica “Scharbockkraut”, de Scharbock, como os saxônios chamavam à doença, de onde o universal escorbuto”. Já no século XIII, Guilherme de Nangeac apontava como causa do mal as conservas alimentares corrompidas, de “ce que nous avions mangié de ces poissons”. Foi o que aconteceu com a armada de Vasco da Gama, como diz Castanheda (*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Coimbra, 1552). Camões, por sua vez, descreve o escorbuto com todo o realismo:

E foi que de doença crua e feia
A mais que eu nunca vi, desampararam
Muitos a vida e em terra estranha e alheia
Os ossos para sempre sepultaram.
Quem haverá que sem o ver o creia?
Que tão disformemente ali lhe incharam
As gengivas na boca que crescia
A carne e juntamente apodrecia.
Apodrecia cum fétido e bruto
Cheiro, que o ar vizinho inficionava.
Não tínhamos ali médico astuto,
Surgião sutil menos se achava:
Mas de qualquer nesse ofício pouco instruto
Pela carne já podre assi cortava
Como se fora morta; e bem convinha,
Pois que morto ficava quem a tinha.

Apesar da doença manifestar-se no início do tráfico de escravos para o Brasil, o mal era considerado uma praga africana. Octávio de Freitas descreve com detalhes essas doenças africanas e tece especulações sobre as epidemias da época colonial, atribuindo-as aos africanos. Ao comentar notícia encontrada nas *Crônicas da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*, diz: “Compulsando-as ficaremos sabendo de que em 1549 houve

uma pavorosa epidemia na Capitania da Bahia, não identificada geograficamente por aqueles que, porventura, a observaram – leigos que eles eram em assuntos médicos – mas que os jesuítas diziam ser ‘invenção que faz o Demônio de doença grave’ e que ‘deu muito o que fazer ao Inferno ver tantas almas convertidas em tão breve espaço; receava que de cento viessem a milhares e viesse a ser privado ele do domínio de tão grande gentildade. Saiu com enredo terrível, porque foi acabar de batizar-se a primeira centena e descer sobre ela tal fogo de doença que parece peste’. O mal, assim tão imprecisamente descrito, nos seus caracteres clínicos, não pôde ser identificado. Dúvidas, porém, não devem existir a respeito da origem alienígena desta singular e devastadora epidemia. Com efeito, sem grande esforço se apreende que foi logo depois do contato dos nossos silvícolas com os colonizadores traficantes de escravos que surgiu o esquisito distúrbio patológico. É o que diz a crônica, ‘porque foi acabar de batizar-se a primeira centena e descer sobre ela tal fogo de doença que parecia peste’. Por estas palavras transcritas, tem-se ou não a impressão de que foram os colonizadores, vindos de fora, os portadores do mal? E neste caso, por que não aceitar muito razoavelmente a hipótese de serem estes misteriosos males importados das costas africanas? Eu por mim, a tenho como bem possível. Porque, com tão desabalada e tão atabalhada importação de negros, não seria para duvidar que nos exportassem os seus males aquelas paragens tão descuidadas, então, dos mais comezinhos preceitos de higiene”. Octávio de Freitas descarta, aprioristicamente, a possibilidade da dita peste ter sido transmitida pelos portugueses e chega a sugerir a sua origem africana. Quando se refere a um surto endêmico na Bahia, afirma igualmente: “Três anos depois, em 1552, conta-nos Simão de Vasconcellos que na Província da Bahia, acende-se quase de repente uma como ‘peste terrível’ de tosse e catarro mortal, sobre certas casas de índios já batizados’, mas pouco temperados das obrigações cristãs, dados ainda com público escândalo a seus antigos vícios; e com correntes sinais, que vinha do Céu destinada antes; porque somente eles morriam, com todos os seus filhos e famílias, não tirando a peste nos bons e tementes a Deus. [...] É flagrante a prova da origem alienígena deste

novo surto epidêmico porque de tal doença, só eram acometidos os ‘índios batizados’; justamente aqueles que se punham em contato com os colonizadores e seus escravos e com eles mais intimamente conviviam, o que foi observado, tanto nesta epidemia, como no surto relatado para São Vicente, em 1554. Nesta última epidemia ainda os jesuítas atribuíram os malefícios sobrevivendo a Satanás. ‘Em todos os bons princípios costuma Satanás interpor seus embustes na matéria de salvação das almas; assim o faz aqui, primeiro com doença, logo com ódios, e por fim com guerras; e foi desta maneira. Estando as coisas nesta bela paz, começou a apoderar-se dos pobres índios humanos como ‘peste terrível de priorizes’, com tal rigor, que era o mesmo acometer que derribar, privar dos sentidos, e dentro de três ou quatro dias levar à sepultura’. Não se está percebendo, nesta predileção especial pelos índios, nesta mortalidade exclusiva de silvícolas, que o mal vinha de outras terras, onde os que o trouxeram já estavam, em sua grande maioria, imunizados e, conseqüentemente, isento de contraí-lo?” Simão de Vasconcellos, por último, refere-se também à primeira epidemia de “bexigas” ocorrida no Brasil, a qual desenvolveu-se na Bahia em 1565, matando em toda a Província “trinta mil” índios, aniquilando seis colônias de jesuítas e deixando viva apenas a quarta parte dos seus moradores. “Começou a doença, diz Simão de Vasconcellos, por graves dores do interior das entranhas que lhes fazia apodrecer os fígados e bofes; e logo darem bexigas, tão podres e peçonhentas que lhes caíam as carnes em pedaços cheios de bichos malcheirosos.” Outro abalizado escritor, médico de real merecimento, foi o Dr. João Ferreira da Rosa, que descreveu, no seu *Tratado Único de Constituição Pestilencial de Pernambuco*, publicado em Lisboa em 1694, “o flagelo de mortífera pestilência”, ocorrido em Recife em 1684 e “daqui se foi estendendo com a mesma fúria devastadora até a Bahia e seu litoral. Foi a conhecidíssima ‘epidemia dos males, corrupção dos ares’ ou ‘moléstia da bicha’ como a apelidaram pernambucanos e baianos, querendo significar, por este modo, que ela ‘englobava todos os males’, ou que ela apresentava todos ‘os sintomas da mordedura da cobra ou venenosa bicha’”. Não padece a menor dúvida a origem alienígena desta doença, que depois foi

identificada em todos os seus sintomas, com a febre amarela. José Pereira do Rego, fazendo o histórico da doença que tantas vítimas provocou em sua primeira investida, mostra-se vacilante sobre o seu berço de origem: “Tanto este pode ser considerado a África como a Ásia ou a América”. Apesar desta posição cautelosa de José Pereira do Rego, Octávio de Freitas argumenta: “Em todo caso, referindo-se à epidemia que devastou Pernambuco em 1684, diz que: ela foi, segundo se refere Sebastião Pitta, em sua *História da América Portuguesa*, ‘a consequência da imprudente abertura de algumas barricas com carne salgada, vindas das Ilhas do Príncipe de São Tomé, em um navio que aportara à primeira daquelas cidades’”. José Francisco da Rocha Pombo, mais clara e explicitamente, afirma a origem alienígena da “bicha” ou “mal-de-sião”, quando de sua primeira aparição em território pernambucano, especificando que ela foi exportada da Ilha de São Tomé para a cidade de Recife. Teixeira de Mello ainda mais esclarece o assunto quando, referindo-se ao trabalho clássico de Ferreira da Rosa, diz: “É positivamente a febre amarela a constituição pestilencial de que se ocupa o *Tratado Único*”. Mas Octávio de Freitas não se detém diante das imprecisões e dúvidas dos autores anteriores e afirma conclusivamente: “Vindo das costas africanas como tudo está demonstrando, ainda mais patente fica esta procedência do primeiro acontecimento da febre amarela às nossas plagas, tendo-se em vista uns documentos desencavados pelo Barão Guilherme Studart, de Fortaleza, que os fez publicar em 1895. São umas cartas trocadas entre o Marquês de Montebello, governador de Pernambuco em 1691, e os Drs. João Ferreira da Rosa e Domingos Pereira da Gama, a respeito do mau estado sanitário da Província devido à importação da epidemia dos ‘males’. Tão convencidos estavam todos de sua procedência africana que o Marquês de Montebello, recomendando todas as cautelas com as pessoas acometidas da ‘bicha’, em terra ou a bordo dos navios mercantes, o fez, sobretudo, para que essa doença não se perpetuasse entre nós e ‘não se constituam as povoações do Recife e Olinda um S. Tomé’. [...] Ora, esta nova S. Tomé, que o arguto Marquês queria evitar a todo o custo, determinando o isolamento dos doentes desembarcados e a severa vigilância dos

navios que chegavam da África, não está mostrando, com segurança (sic), que o seu modo de pensar ou dos seus conselheiros técnicos era ter sido daquele porto que nos viera o mal indesejado? [...] Em suma, o colono africano, vindo para o Brasil, trouxe-nos um grande número de doenças". Portanto, pelo depoimento desse médico, aquilo que os jesuítas atribuíam ao demônio, ele acredita ter sido uma herança trazida pelos negros africanos dos séculos XVI e XVII. Posição muito mais isenta de preconceitos, porém, é a de Luís Antônio de Oliveira Mendes, em memória apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa no ano de 1793 (*Memória a Respeito dos Escravos e Tráfico da Escravidão entre a Costa d'África e o Brasil*), em que as doenças existentes na África são divididas em duas ordens: doenças agudas e doenças crônicas. O capítulo IV da memória intitula-se: "Das doenças agudas, que ordinariamente acometem aos pretos escravos, e que são adquiridas nas mudanças dos seus alongados transportes, aonde tudo de mau, e contrário à conservação da saúde os persegue". Entre as doenças agudas descreve inicialmente as "carneiradas", comuns nas passagens do verão para o inverno e vice-versa. Sobre o nível de saúde dos africanos, escreve o autor que "os povos africanos em os países da sua habitação, e natalício, são muito menos atacados do que em outra qualquer parte, e por isso já dissemos, que no seu tanto gozam uma boa saúde. Isso se deve ao ar, a que estão acostumados e onde nasceram, aos seus constantes e certos alimentos, e às mesmas tais e quais águas de que usam e a que estão habituados. [...] Entretanto eles em as mudanças, em que encontram novos ares, desacomodadas comidas, e outras águas, já são mais acometidos. Confirma-o mais a outra experiência, e observação, de que em Luanda estas mesmas febres mais atacam aos pardos, e aos brancos, do que aos pretos, que ali nasceram, e vivem; porque já estão acostumados e habituados ao clima, à comida, e às águas, o que igualmente sucede aos pretos escravos, que descem dos sertões aos cativéis. Os sintomas desta terrível e destruidora enfermidade pelos quais ela logo pode vir a ser percebida, são as repentinas sonolências; que crescendo e aumentando-se por efeitos do progresso da mesma moléstia, e da ardentíssima febre, prostram o enfermo de um tal modo, e este tão vee-

mente, que o entregam a um letargo do qual no seu auge se passa para a outra vida. A isto se acode com grandes e repetidas sangrias, com água de Inglaterra, e com muita quina, tendo-se, por último remédio as sarjas: a estes precedem outros sintomas de quebraimento do corpo, dos grandes defluxos, constipação etc.". Luís Antônio de Oliveira Mendes prossegue em sua análise, enumerando o que ele chama de enfermidades agudas dos africanos: "Na segunda classe de enfermidades agudas devem ser postas, por serem gravíssimas, as hemorragias, que muito acometem a escravatura; sendo estas as que levam à sepultura muito grande parte da mesma escravatura: ao que chamam 'mal-de-luanda' (V.). Assentam os observadores desta gravíssima enfermidade, experientes do país, que ela de ordinário é uma seqüela, e restos das precedentes; ainda que muitas vezes insurge esta moléstia com independência da precedente. Atribuem também o adiantamento desta enfermidade à sem asiada água, que bebem os escravos na ardência da febre; que lhes traz uma evacuação contínua, e por efeitos dela o intestino reto se dilata, e o ânus circula com lábios esponjosos que nascem no interior da via. A terceira qualidade dessas doenças agudas que costumam atacar a escravatura, progredindo-se na seqüela delas, vem a ser o que se chama em aquele país e no Brasil 'do bicho'. Como pois há três qualidades do bicho, de que completamente falaremos, esta de que se fala é a do bicho, ou corrupção intestinal; que havendo-a se dá a conhecer pelo mau cheiro, que tem o quarto em que está o enfermo. Esta dita enfermidade é também proveniente da primeira, e de ordinário anda junta com a segunda; porém muitas vezes acontece que com independência de todas as outras, ela insurge atacando a escravatura com mortalidade desta. [...] Na ordem das mesmas moléstias agudas, em quarto lugar devem ser postas as infinitas constipações e as frequentíssimas e veementes tosses, as quais têm o seu princípio nos efeitos da cacimba; e em outros países, como no da América, em o mau trato e falta de vestuário preciso, o que console, destrói muita escravatura: e de prevenir isto não tratam os negociantes dela, e os seus mesmos se seguem da sua suposta economia. [...] Descendo gradualmente pelas enfermidades agudas, que são provenientes da cacimba e das febres amalinadas,

ocupam o quinto lugar as infinitas sezões: que começando em terças e quartas, com o aumento de horas vindo a apanhar umas e outras, fazem com que muita escravatura faleça [...] quando, porém, os escravos chegam a escapar das referidas sezões, de resto delas, assim como as sezões vêm a ser o resto das outras, lhes ficam as opilações que dentro de poucos tempos entregando-os os levam à sepultura: e são postas no sexto lugar das enfermidades agudas. [...] [A sétima qualidade dessas doenças] vem a ser as beixigas e o sarampo: que os expedientes dos países africanos têm visto repetir diversas vezes, já em seus sertões, já nos presídios, já nos portos marítimos, já no embarque, e ainda mesmo no Brasil. Todas essas doenças, de que temos falado, são as principais; e epidêmicas, e por isto começando em um só escravo se comunicam a todo o lote da escravatura. [...] A oitava espécie, ou qualidade de enfermidades agudas, da que não freqüente em toda a África, porém freqüente na Costa da Mina, e no Brasil, vem a ser a doença do bicho; de outra qualidade da já que falamos. Este bicho que se cria nos corpos dos pretos, se declara existir neles com frios e febres. Procura-se pelo corpo do escravo, aonde ele esteja, e de ordinário se acha no braços e nas pernas. Achado o bicho, que é à semelhança de uma linha branca, fina, e torcida; com a ponta de um alfinete, ou pau muito fino se afasta a pele, e logo o bicho deita a pequena cabeça para fora, querendo sair. Prende-se a cabeça dele com um fio de retrós, que enrolando-se em um pequeno pau, se vai enrolando, também a cabeça e a porção do bicho, que por si quer sair; sem que por ele se puxe de modo algum. Na África unta-se a circunferência do bicho com azeite de dendê diariamente, e diariamente enrola a porção do bicho que quis sair. Ata-se um pano para se comprimir, e sustenta a porção do bicho, que tem saído, e nisto se continua, até que ele saia de todo. Se por acaso porém o bicho suceder puxar-se com força e quebrar-se, está enganado o escravo que morre; porque vem inchação, e gangrena, por não saberem remediar este sucesso. Desejei levar a indagação deste artigo ao último ponto, falando com práticos e experimentados em aquele país, que por espaço de vinte e trinta anos habitaram na África: mas disseram uns, que este referido bicho costumava ter vara até vara e meia; e ne-

hum deles, pelos meus sucessos, chegou a ver o fim da extração. Domingos Rodrigues Chaves porém, que ainda hoje vive em Lisboa, viu na África extrair um de todo até um palmo, e principiar-se a extrair outro até palmo e meio: o que por não ser muito freqüente, não há a este respeito mais vulgar experiência". Finalmente, conclui o elenco com a nona espécie que são "carbúnculos, os antrazes que são tão freqüentes em os países de nascimento dos escravos, como em os portos marítimos do Brasil. Para todas as enfermidades têm os pretos africanos os seus curandeiros, que observam as moléstias, e que pela força do uso, e costume, aplicam a cada uma delas diversos remédios; no que se empregam também algumas mulheres pretas, que têm o nome de curandeiras; cujos remédios pela maior parte consistem no conhecimento de várias ervas, e na aplicação delas às enfermidades". A essas doenças agudas o autor acrescenta as chamadas crônicas, como o "banzo (V.), a sarna, o escorbuto, os bichos-de-pé, as lombrigas, hidropisias e a ressecção dos bofes, que provém da muita jiribita ou aguardente, e cachaça no Brasil". Esta transcrição necessária mostra muito bem como um autor de visão crítica já podia distinguir as doenças da escravidão das doenças da África. No Brasil, segundo Debret, as doenças que mais acometiam os negros no Rio de Janeiro eram "os furúnculos, congestões, enfartamento ganglionar, erisipela, o vírus venéreo, muitas vezes unido a uma sarna mal curada ou inteiramente desprezada; essa complicação, passando para o sangue, produzia uma degeneração leprosa dando origem a elefantíase, acompanhada de congestionamento erisipelatoso do escroto. Normalmente recorriam à habilidade dos próprios cirurgiões negros (V.)". Ainda segundo o mesmo autor as doenças mais comuns trazidas nos navios negreiros eram a sarna (que os traficantes escondiam com pomadas), a disenteria e a varíola, contra a qual existia uma lei que obrigava a vaciná-los. Isto, porém, enquanto o tráfico foi legal. Depois de 1831, quando foi considerado contrabando, tudo fugiu ao controle das autoridades, inclusive a quarentena (V. *Mortalidade e Suicídio*). Embora tanto os senhores como os escravos apelassem ao sobrenatural para explicar a morte dos cativos, atualmente sabe-se que os escravos morriam devido à negligência física, maus-tratos, alimentação

imprópria e doenças. A falta de comida adequada, de roupas e moradia, em combinação com punições, enfraquecia os escravos preparando-os para encontrarem seu fim com os vírus, bacilos, bactérias e parasitas que floresciam na densa população urbana do Rio de Janeiro. As ações voluntárias ou involuntárias dos proprietários de escravos contribuíram diretamente para o impacto de doenças específicas ou indiretamente criaram condições nas quais as doenças contagiosas alastraram-se rapidamente através da população escrava. *Doenças infectocontagiosas.* A tuberculose era realmente endêmica no Rio. Um exemplo de sua predominância era a evolução de um grande vocabulário para descrevê-la. Embora os médicos europeus adotassem nomes científicos, como tuberculose pulmonar, as descrições mais usuais da doença eram tísica, tísica pulmonar, moléstia de peito, tísica escrofulosa, escrófula, tísica mesentérica, tísica abdominal, tísica laríngea etc. Embora os termos imprecisos tornassem o diagnóstico difícil, não há dúvida de que a forma mais comum de tuberculose era a pulmonar. Remotamente, poucos casos envolviam nódulos linfáticos no pescoço (tísica escrofulosa ou escrófula) ou estômago e intestino (tísica mesentérica), embora Francisco Lopes de Oliveira Araújo (1852) tenha argumentado que a tuberculose mesentérica era encontrada especialmente em escravos. De acordo com as teses médicas em 1853, a tuberculose pulmonar era a primeira causa de mortalidade no Rio de Janeiro. Também era a principal causa de morte dos escravos enterados pela Santa Casa, mas os livres pobres do Rio sofriam desta doença. Algumas estimativas da incidência mortal da tuberculose no Rio aparece no quadro preparado pelo Dr. Sigaud, que contabiliza os pacientes tratados entre 1840 e 1842. Nesses três anos, 77,7% dos pacientes admitidos com tuberculose morreram. A percentagem de mulheres excedeu a de homens: em 1841 (90% das pacientes mulheres morreram de tuberculose). Embora o Dr. Sigaud não distinguisse os pacientes por estado civil, tais dados eram constantes nos registros hospitalares. Em 1847, Haddock Lobo registrou 215 mulheres e 336 homens livres e 167 mulheres e 183 homens escravos com tuberculose pulmonar na Santa Casa. A proporção da mortalidade (em cem mil) revela que as mulheres escravas apresentavam

maior percentual (632,01), seguidas pelos homens livres (489,97), mulheres livres (450,31) e homens escravos (385,54). Algumas características da tuberculose podem explicar as diferentes proporções. Em geral, há uma tendência da tuberculose a se desenvolver durante a puberdade e juventude entre mulheres e durante a maturidade entre os homens. Os africanos formavam o grupo de idade mais vulnerável, porque, usualmente, eram importados durante a puberdade e a tuberculose tende a atacar adultos entre 15 e 44 anos. Além da influência do peso do tráfico, as mulheres escravas tinham como fator de risco a gravidez. Por outro lado, muitos homens livres hospitalizados com tuberculose em 1847 eram soldados e imigrantes europeus e norte-americanos, provenientes de locais onde a tuberculose era endêmica. Uma vez que as mulheres escravas eram freqüentemente parceiras sexuais dos imigrantes, esse convívio certamente deve ter contribuído para uma maior incidência da doença entre as mulheres escravas. Mesmo quando não ocorriam tais relações, as mulheres, como escravas domésticas, freqüentemente viviam enclausuradas e amontoadas nas casas, facilitando, assim, o contágio. Finalmente, as escravas serviam de amas-de-leite dos filhos de seus senhores, facilitando o próprio contágio e o das crianças. Ademais, o costume de "alugar" amas-de-leite deve ter sido outro mecanismo importante de transmissão da doença. Deve-se ainda acrescentar que a cidade do Rio de Janeiro recebia novos escravos que tomavam contato com uma doença particularmente letal para aqueles que são expostos a ela pela primeira vez. Também os baixos níveis socioeconômicos, a nutrição insuficiente e a sobrecarga de trabalho convidavam à tuberculose. Em segundo lugar, entre as doenças infectocontagiosas, como causa da morte de escravos, estava a disenteria. Embora fosse um dos males mais comuns na costa da África, nos navios negreiros e no Rio, as estatísticas registram que, 1847, apenas cerca de 50 escravos estavam hospitalizados com seus sintomas e o mesmo número morreu em 1849. Tais cifras irrisórias não revelam o verdadeiro impacto da disenteria na população escrava da cidade, visto que estudos médicos da época sempre identificavam a doença como uma das grandes matadoras de escravos. As fontes do

século XIX usavam grande variedade de termos para descrever a disenteria: crônica, maligna, violenta, formidável, aguda e sangrenta, mas ainda hoje não existe um meio de distinguir entre a causada por bacilos e a amebiana. A "disenteria sangrenta" ou "fluxo de sangue", no costume inglês, era a forma contagiosa e mortal encontrada no comércio de escravos e nas prisões do Rio de Janeiro, devido às péssimas condições sanitárias. A "disenteria bacilar" era a mais rápida e fatal de todas as doenças. Suas vítimas rapidamente perdiam as forças e sofriam de febre e progressivamente evacuavam sangue e mucos. A maioria dos doentes morria em três ou quatro dias. A menos contagiosa e mais branda forma de disenteria era a amebiana. Devido à semelhança dos sintomas, outras doenças eram identificadas como desinteria, em particular o "maculo", também conhecido como "mal de bicho", raramente listado como causa de morte, mas deveria ser comum entre os africanos. Segundo o Dr. Sigaud, o maculo era uma doença comum aos negros de Angola e Moçambique. Se não tratada prontamente, era fatal, e matou muitos escravos nos barracões africanos antes que pudessem ser embarcados para o Brasil. Diz Joachim John Monteiro (*Angola and the River Congo*, 1875), "a doença começa com uma forte diarreia mas a sua principal característica é a produção no orifício anal, tanto interno como externo, de pequenas úlceras contendo bichos". No Rio de Janeiro, o Dr. Sigaud descreveu a doença com mais detalhes. Um escravo que sofria de maculo apresenta "uma excessiva dilatação do ânus", a paralisia da "parte interior do reto" e um complexo relaxamento do músculo esfíncter. O estágio final do maculo era marcado por gangrena e um odor pútrido. É possível que fosse maculo a doença que os médicos chamavam "febre pútrida". Outra doença do tráfico de escravos, e que não estava catalogada na Santa Casa, era a varíola: apenas 93 escravos foram tratados de varíola em 1847 e apenas 38 morreram em 1849. Tão poucas mortes sugerem o controle da doença promovido no Rio de Janeiro como resultado dos programas de vacinação nos anos de 1840. O Dr. Sigaud observou que a vacinação na costa africana havia diminuído a mortalidade no tráfico e no Rio de Janeiro. Mas a cidade ainda foi atacada pelo menos por

oito grandes epidemias de varíola entre 1825 e 1850. Conforme os médicos Rego e Sigaud, as epidemias ocorreram em 1825, 1828-1831, 1834, 1835-1836, 1838-1839, 1844, 1847-1848 e 1850. Em 1833, os médicos não registraram nenhuma morte por varíola na Santa Casa, enquanto registraram 53 mortes durante a epidemia de 1838. As epidemias de 1828-1831 e de 1847-1848 coincidiram com os anos de pico do tráfico de escravos. O Dr. Sigaud observou durante uma das epidemias que a varíola apareceu primeiramente entre os negros da Casa de Correção e entre recrutas de Pernambuco e índios nos hospitais civis e militares. Após a introdução da vacina no Brasil em 1804, a campanha contra a varíola atacou por duas frentes: vacinação dos africanos em Angola e das crianças e novos escravos no Rio de Janeiro. Existiam, de toda forma, muitas áreas na África e no Brasil onde os escravos não eram vacinados, e a cidade sempre correu o risco de abrigar os recém-chegados infectados. Uma tentativa de evitar a dispersão dos portadores da varíola dos navios negreiros era o procedimento de deter e isolar os novos escravos pelo menos por oito dias, mas os mercadores de escravos se opuseram, com sucesso, a qualquer atraso na venda de suas cargas. O estabelecimento de um centro de vacinação ajudou no controle da doença no Rio de Janeiro, e nos dias de festa a aplicação da vacina era feita gratuitamente. De acordo com MacDouall, em 1826, "todos os escravos" eram vacinados na chegada. Em 1830, em anúncio no *Correio Mercantil*, Manoel dos Passos Correia punha à venda grande seleção de novos escravos já vacinados. Transparece, nos anúncios, a preferência no mercado pelos escravos vacinados. No entanto, muitos mercadores de escravos, traficantes e proprietários não tomavam as precauções adequadas contra a varíola, mesmo sendo a vacina útil e livre. Os números oficiais de escravos vacinados no Rio sustentam esta despreocupação. Em 1848, embora tivessem sido importados mais de sessenta mil africanos, foram documentadas apenas 2 373 vacinações de escravos. *Tétano.* Na categoria de doenças infectoparasitárias, é compreensível que a tuberculose, a disenteria e a varíola estivessem entre as três primeiras causas de mortalidade de escravos, mas é difícil compreender o quarto lugar atribuído ao tétano. De fato, os mé-

dicos registraram que, entre 1833 e 1849, os escravos morriam mais de tétano do que de febre intermitente e pernicioso. Mas esta última era uma doença associada especialmente a escravos negros, e os médicos Imbert e Jobim reconheceram-na como o grande problema da população livre, e os registros de hospitais confirmam essas opiniões. Em 1847, 31 escravos foram tratados de tétano “traumático” e “espontâneo” contra oito mulheres escravas e dezessete homens livres. De acordo com o Dr. Imbert, os negros eram mais vulneráveis ao tétano porque caminhavam descalços, eram mordidos por animais e castigados com instrumentos que feriam a pele. Outros autores notaram que o mal “era muito comum” entre escravos africanos, “muito raro” entre brancos e especialmente recorrente entre jovens negros. O tétano também afetava os recém-nascidos e constituía uma das causas mais comuns de mortalidade infantil. Era popularmente denominado “mal-de-sete-dias” ou simplesmente convulsões, ataques de espasmos. O Dr. Imbert alertava para a doença as mulheres negras que cortavam o cordão umbilical dos recém-nascidos “muito distante” do estômago e colocavam nele pimenta e óleo. Como esta descrição sugere, deveria haver mais de uma doença identificada como tétano no século XIX. O tétano é marcado por “espasmos tônicos dos músculos”, mas outras doenças produzem espasmos e convulsões. O Dr. Imbert assinalava uma conexão entre as mordidas de animais e o tétano dos escravos, provavelmente confundindo tétano com raiva (embora muitos médicos já distinguíssem a hidrofobia do tétano). Por outro lado, quando Imbert relaciona o tétano com o caminhar descalço, que expunha os escravos à possibilidade de ferimento nos pés, estava realmente descrevendo o tétano. No caso de crianças recém-nascidas que morriam de convulsões, ataques de espasmos, a identificação da doença era mais incerta. O mal-de-sete-dias, ou algumas outras doenças infantis marcadas por ataques, espasmos e convulsões, talvez fossem tétano, porém a deficiência severa de cálcio, essencial para a contração dos músculos, e a de magnésio, que é importante para o relaxamento dos músculos e como fonte de vitamina D, essencial para a absorção do cálcio, podem produzir sintomas semelhantes aos do tétano, inclusive convulsões que podem levar à morte.

As mães escravas com vários filhos, que, depois de terem engravidado várias vezes e servido como amas-de-leite, apresentavam deficiência de cálcio e de vitamina D, dificilmente poderiam evitar que sua prole fosse acometida por essas doenças. Mesmo no caso de uma mulher que tivesse uma alimentação adequada durante a gravidez ou enquanto servisse como ama-de-leite, seu filho freqüentemente morria quando sujeito a uma alimentação baseada em farinha de mandioca, feijão e milho. *Malária*. Na lista das doenças infectocontagiosas também se encontra “a febre intermitente e pernicioso”, nomes pelos quais era conhecida, no século XIX, a malária, que consta da lista das dez principais causas de mortalidade na Santa Casa. Em 1792, observou John Barrow que “nem homens nem animais podiam dizer que iam bem, ou aparentar um vigor saudável nas vizinhanças do Rio de Janeiro”. Na época das chuvas e após seis semanas, a disenteria e a “febre intermitente” eram quase universais. Por volta de 1835, a “febre intermitente” continuava uma doença tão comum que o Dr. Jobim estimou que de um terço à metade dos pacientes da Santa Casa sofriam desse mal, embora os africanos não fossem tão vitimados quanto os brancos, os negros nascidos no Brasil e os pobres. O último grupo era especialmente vulnerável porque habitava as áreas de pântanos e charcos onde os mosquitos eram comuns. Apenas 28 escravos morreram de malária em 1849, enquanto 45 foram hospitalizados em 1847. Uma razão para esses baixos números reside no método de registro das mortes. Se um escravo tivesse malária, mas morresse de tuberculose, que freqüentemente se seguia a um ataque de malária, os médicos registravam a *causa mortis* como tuberculose. Ademais, muitos escravos morriam de outras doenças antes de serem atingidos pela malária. Os novos africanos que contraíam a malária depois da chegada morriam durante os três primeiros anos, antes que o mal tivesse alcançado a sua evolução. Por fim, após 1823-1825, o quinino passou a ser usado no tratamento das “febres intermitentes”. A razão mais importante, todavia, para a baixa mortalidade dos escravos era que os africanos ou seus descendentes possuíam “defesas” contra os efeitos mortais dos parasitas. *Febre amarela*. É possível que a febre amarela tenha aparecido no Rio de Janeiro como uma das

“febres desconhecidas”, uma vez que os médicos não a identificaram inicialmente, quando apareceu na Bahia, em 1849. Pode ser que a chamada “*billious remittent*” tenha sido a febre amarela, mas também pode ter sido a malária ou qualquer outra doença em que ocorresse a icterícia. *Tifo*. Algumas das chamadas febres renitentes, dinâmicas ou agudas, podem ter sido o tifo. No entanto, somente após 1829 os médicos reconheceram essa doença na sua forma epidêmica ou “transmitida por ratos”. Isso decorre do fato de que os sintomas são freqüentemente similares a outras febres e doenças (febre aguda com calafrios, depressão, fraqueza, dores de cabeça e nos membros, delírios). Registraram-se apenas três casos de tifo na Santa Casa, embora tenham sido poucos também os casos de “febre pútrida”, que era o nome popular para o tifo. Uma vez que constituía um problema sério entre os colonos alemães no Sul do Brasil e que existiam muitos europeus no Rio de Janeiro por volta de 1840, o tifo deve ter sido mais comum nessa época. Outras doenças contagiosas associadas aos africanos e ao tráfico são a “oftalmia”, a sarna, a elefantíase árabe, a “elefantíase grega” (lepra), a boubas e a sífilis. *Oftalmia*. Doença contagiosa que afeta os olhos; era uma das mais temidas no tráfico de escravos, pois causava cegueira total ou parcial e podia alastrar-se por toda a carga do navio negreiro. O cirurgião inglês Nelson registrou duas epidemias de oftalmia a bordo de navios. Uma delas ocorreu em um navio negreiro capturado na costa de Campos, no Brasil. Nessa embarcação, muitos africanos estavam sofrendo de varíola, disenteria e úlceras: “Os negros que haviam sido cegados pela oftalmia demonstravam apatia por tudo que acontecia ao redor”. Em tais circunstâncias, os mercadores descarregavam os escravos infectados nas ruas do mercado de escravos, onde rapidamente contagiavam os companheiros. Duas grandes epidemias se seguiram aos anos de pico do tráfico. Uma em 1830, quando navios vindos de Benguela e Angola introduziram a doença no Valongo, onde fez centenas de vítimas. No ano seguinte, uma epidemia mais séria provocou muitos casos de cegueira. Vários pacientes apresentavam uma mancha branca na córnea e alguns exibiam sinais de oftalmia venérea. Outra grande epidemia ocorreu em 1846, causada pelo desembarque, em 1845, de

INDIVÍDUOS ACOMETIDOS DE FEBRE AMARELA
NO ENGENHO VELHO
Fev.-maio 1850

	Nacionalidade	Homem	Mulher	Total
Livres	Brasileiros	138	127	265
	Estrangeiros	142	41	183
	Total	280	168	448
Escravos	Brasileiros	114	40	154
	Estrangeiros	93	46	139
	Total	207	86	293

vários escravos atacados de oftalmia. Outras epidemias ocorreram periodicamente na costa de São Sebastião, na ilha Grande, na província do Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Diz Luccock (1975) que a cegueira era “muito comum entre os escravos” e que o Rio de Janeiro apresentava “uma proporção maior de cegos do que as outras cidades”. Em contrapartida, a oftalmia e outras doenças dos olhos eram extremamente raras em Angola. É difícil determinar a causa exata de tantos casos de cegueira entre os escravos: acidentes, glaucoma não-tratado, cataratas, deficiência de vitamina A e doenças como varíola, sarampo, sífilis e lepra. Como a varíola e a oftalmia freqüentemente ocorriam no mesmo navio, o que era considerado oftalmia pode ter sido cegueira causada por varíola. Hoje em dia, a oftalmia é definida como “uma infecção severa dos olhos, especialmente de crianças” por gonococos, estafilococos e outros organismos. A oftalmia gonorréica ainda cega muitas crianças que vivem em condições sanitárias precárias, e isso deve ter ocorrido com as crianças escravas. *Sarna*. Comum em Angola, nos navios negreiros e nos mercados de escravos, a sarna propagava-se onde havia pessoas confinadas e mal alimentadas. Aparentemente, no século XIX, mais de uma doença era conhecida como sarna no Rio de Janeiro. Como a sarna não é fatal e, segundo a opinião corrente na época, matava escravos, suspeita-se que tenha aparecido com outras doenças ou que tenha mascarado outras moléstias que apresentavam os mesmos sintomas. *Quarentena*. A chegada contínua dos tumbeiros (V.) é apontada por Luís dos Santos Vilhena como uma das razões das péssimas condições de saúde de Salvador no século XVIII. Segundo ele, aportavam naquela cidade mais de

CAUSAS DE DOENÇAS E MORTES DE ESCRAVOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA RJ - 1833-1849.

Causas	1847			1849		
	Hom	Mul	Total	Hom	Mul	Total
Tuberculose	221	184	405	87	60	147
Disenteria	36	16	52	41	10	51
Varíola	68	25	93	31	7	38
Tétano	31	8	39	16	3	19
Malária	-	-	-	-	-	-
Febre perniciososa	21	12	33	12	3	15
Febre intermitente	4	8	12	9	4	13
Opilação	11	8	19	9	-	9
Vermes	7	12	19	-	2	2
Febre tifóide	8	6	14	5	2	7
Encefalite	4	2	6	4	1	5
Meningoencefalite	3	1	4	-	-	-
Erisipelas	3	1	4	5	1	6
Bouba	-	-	-	-	-	-
Meningite	10	3	13	-	1	1
Tosse	15	10	25	-	2	2
Sífilis	11	8	19	1	1	2
Tifo	-	-	-	2	-	2
Sarampo	6	10	16	1	1	2
Elefantíase (árabe)	-	2	2	-	1	1
Febre escarlatina	-	1	1	1	-	1
Hidrofobia	2	-	2	-	-	-
Total	461	317	778	224	99	323

Tabela 2 / Mortes

Causas	1838			1833		
	Hom	Mul	Total	Hom	Mul	Total
Tuberculose	40	35	75	54	36	90
Disenteria	25	11	36	15	13	28
Varíola	36	17	53	-	-	-
Tétano	8	2	10	12	5	17
Malária	-	-	-	-	-	-
Febre perniciososa	9	5	14	5	3	8
Febre intermitente	6	10	16	2	3	5
Opilação	4	4	8	4	5	9
Vermes	3	5	8	2	3	5
Febre tifóide	-	-	-	-	-	-
Encefalite	1	1	2	-	-	-
Meningoencefalite	-	-	-	-	-	-
Erisipelas	-	1	1	-	-	-
Bouba	-	1	1	3	2	5
Meningite	1	1	2	3	-	-
Tosse	1	-	1	1	1	2
Sífilis	-	3	3	-	-	-
Tifo	-	-	-	-	1	1
Sarampo	-	-	-	-	-	-
Elefantíase (árabe)	1	-	1	-	-	-
Febre escarlatina	-	-	-	-	-	-
Hidrofobia	-	-	-	-	-	-
Total	135	96	231	101	72	173

Tabela 3 / Doenças do Sistema Digestivo

Doenças	1847			1849			1838			1833		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Diarréia	53	15	68	53	6	59	30	9	39	15	2	17
Gastroenterite	60	48	108	26	15	41	22	12	34	5	6	11
Hepatite	62	45	107	29	9	38	19	6	25	11	4	15
Gastroent.(plus)	14	28	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fígado	3	1	4	5	2	7	10	5	15	7	5	13
Enterofase	3	6	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Peritonite	3	4	7	4	1	5	1	2	3	2	1	3
Mesenterite	1	1	2	2	1	3	2	2	4	-	1	1
Icterícia	-	-	-	2	1	3	-	-	-	-	-	-
Hemorroidas	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Intestinos	3	-	3	-	1	1	2	1	3	1	1	2
Estômago	-	1	1	4	2	6	16	4	20	11	4	15
Inflamações gastrointestinais	-	-	-	6	4	10	-	-	-	1	-	1
Total	232	163	395	165	54	219	116	52	168	60	30	91

Tabela 4 / Sistema Nervoso e Sintomas Neuropsiquiátricos

Doenças	1847			1849			1838			1833		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Apoplexia	-	-	-	18	1	19	10	6	16	8	3	11
Apoplexia fulminante	-	-	-	14	2	16	-	-	-	-	-	-
Apoplexia cerebral	41	16	57	2	2	4	1	-	1	-	-	-
Estupor	-	-	-	1	1	2	-	-	-	1	-	1
Torpor dos nervos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Hemorragia cerebral	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-
Espasmos	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Epilepsia	5	2	7	5	1	6	2	1	3	-	-	-
Convulsões	25	21	46	-	-	-	1	3	4	-	3	3
Paralisia	-	3	3	-	-	-	-	1	1	3	1	4
Mielite	4	-	4	5	-	5	-	-	-	-	-	-
Desordens cerebrais:												
Congestão	27	10	37	14	5	19	2	1	3	-	-	-
Febre cerebral	2	2	4	6	-	6	-	-	-	-	-	-
Alienação mental	10	4	14	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Monomania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Loucura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Mania	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Histeria	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	121	66	187	70	14	84	19	12	31	20	8	28

Fonte: KARASCH, 1987.

vinde embarcações por ano, vindas das costas da África e “carregadas de negros infeccionados, já de escorbuto, já de bexigas, já de sarampo, boubas, gálicos, sarnas etc.; e finalmente de peste, como é bem para acreditar; no mesmo dia em que aquelas embarcações dão fundo, ou quando muito no seguinte, se introduzem aquelas multidões de gente infeccionadas na cidade; e tal

força tem o direito da antiga posse, ou abuso em que estão os comerciantes deste gênero, que apesar do irreparável prejuízo público; das diligências que o nosso Ex.^{mo} Governador, e creio que o seu memorável antecessor têm feito, a exemplo das duas cidades vizinhas Pernambuco, e Rio de Janeiro, bem como de todos os povos, tanto da Europa, como colônias em qualquer das quatro partes do globo, sem poder conseguir deles o mandarem que aquelas embarcações, tripulações, e cargas façam quarentena, ou pelo menos vintena, fora da cidade em algum dos acomodadíssimos e próprios lugares que há para bem o fazer, e com preferência a ilha dos Frades, na Ponta de Guadalupe; como porém se pode objetar o incômodo de não poder ir cirurgião, e remédios com prontidão, quando se precisarem; pudera mais comodamente ser na ponta de Monserrate, no sítio que se julgasse mais apropriado; e por forma alguma no Noviciado, como já houve quem se lembrasse; visto que é, com pouca diferença, o mesmo que dentro da cidade. Para as embarcações, se devera destinar ancoradouro apropriado, e vedar a introdução na cidade dos mantimentos de torna-viagem e não consentir, como tem sucedido, e está sucedendo, o venderem no celeiro público ao povo; quando vêm mais contaminados, que os próprios negros; o que é causa de enfermidades irremediáveis”. As tabelas dessa e da página anterior registram a situação no Rio de Janeiro. Bibliografia. ARAÚJO, Francisco Lopes de Oliveira. *Considerações Geraes sobre a Topographia Phisico-medica da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese apresentada na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1852, pp. 23-24; FREITAS, Octávio de. *Doenças Africanas no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935; KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987; LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

DOMÍNIO HOLANDÊS, O ESCRAVO DURANTE O. Enquanto durou a ocupação holandesa do Nordeste (1624-1654), o comportamento dos escravos não foi uniforme, e nem podia sê-lo. Três foram suas condutas típicas durante esse período. A primeira delas foi, aproveitando-se da situação criada com as lutas entre os luso-brasileiros e os batavos, fugir para as matas e estabelecer-se em quilombos, dos quais o mais importante e mais famoso foi Palmares. A segunda foi, ou por im-

posição dos seus senhores ou por livre iniciativa, incorporar-se às tropas restauradoras que combatiam o invasor. Finalmente, houve a opção de permanecer ao lado dos holandeses, contra brasileiros e portugueses. A primeira conduta encontrou indubitavelmente o seu mais destacado líder em Zumbi; a segunda teve em Henrique Dias (V.) seu maior exemplo; a terceira, em Calabar. Do ponto de vista da luta de classes, aqueles escravos que fugiam ao cativeiro e fundavam comunidades independentes nas matas eram os que atuavam “tendo em vista a contradição mais importante”. A segunda conduta repousava sobre uma contradição intermediária: Henrique Dias, por exemplo, antes de se reunir pela segunda vez às tropas nativas, combatia, junto com os seus homens, escravos aquilombados, pois em sua atuação o líder dos Henriques (V.) considerava apenas a contradição existente entre uma nação em formação e o sistema colonial. Seu objetivo era tão-somente expulsar os holandeses do território brasileiro, mas conservando o sistema escravista. Ganga Zumba, e posteriormente Zumbi, representaram os elementos que simbolizavam os interesses da própria classe dos escravos, isto é, atuavam no nível mais radical da contradição: aquela existente entre senhores e escravos. O certo é que a participação do escravo negro durante a ocupação holandesa, no sentido de expulsar os invasores, foi muito diversificada. No início de sua ocupação, os holandeses apregoavam a desnecessidade da escravidão em sua colônia recém-conquistada. Essa atitude inicial chegou a envolver muitos escravos crédulos, especialmente os de Olinda e Recife. A escravaria, ao saber que estava livre, como apregoaram os holandeses, começou a manifestar-se ruidosa e violentamente. Mesmo em meio às orgias que completaram o saque das cidades conquistadas, Weerdenburgh viu imediatamente o perigo que corria. Southey (1954), apoiado em Callado, afirma que “no meio da confusão (o saque) salvou Weerdenburgh e a cidade de ser queimada pelos escravos, que desta forma queriam exprimir a alegria que sentiam, recuperada a natural liberdade. Ensinaados pela experiência que bem lhes resultaria dos serviços dessa gente, em parte porque a ferocidade africana [sic] a levaria a cruéis represálias, e em parte porque a muitos dentre eles representavam papel nobre para o que não faltariam nem ocasião, nem arte

nem coragem. Tanto peso se achou nestas razões deixados ficar mui poucos apenas destes negros fugidos, se expulsaram todos os outros, que fossem ter com os seus antigos senhores, e obrar como inimigos declarados, se assim lhes aprouvesse". Muito cedo reconheceram, porém, que sem o escravo negro não seria possível a exploração da cana-de-açúcar nos moldes em que vinha sendo feita nas *plantations*. Portanto, logo depois também participaram do tráfico, trazendo para a área conquistada milhares de escravos. Não satisfeitos, ocuparam Angola e Guiné, pontos-chave para os traficantes. De 1636 a 1645, os holandeses importaram 23.163 negros, que renderam à Companhia das Índias Ocidentais 6 714 423 florins. Em números, eis o ritmo da importação de escravos pelo batavos:

1646.....1 031	1637.....1 580
1638.....1 711	1639.....1 802
1640.....1 188	1641.....1 437
1642.....2 312	1643.....3 948
1644.....5 565	1645.....2 589

Esta posição "realista" dos holandeses no tocante à escravidão levou-os, inclusive, a estabelecer normas seletivas para os escravos que deviam ser importados. Adrian van der Dussen (*Relatório Sobre as Capitânicas Conquistadas no Brasil pelos Holandeses*, 1639) afirma que "os de Angola são considerados os mais trabalhadores, os de Ardra são obstinados, maus, preguiçosos, sem iniciativa e difíceis de adaptar-se ao trabalho, mas os que entre eles são capazes, sobrepassam todos os demais em vivacidade e esforço, de tal modo que parece que os bons e os maus pertencem a nações diferentes. Por isto, no tráfico em Ardra devem ser bem considerados, porque esse ramo mau faz os Ardras pouco procurados. Além disso, revoltam-se contra os que os dirigem e muitos fogem para as matas e fazem muitas maldades; são audaciosos e valorosos, não respeitam ninguém. Os calabares ainda são menos estimados do que os Ardras, de vez que deles não se consegue nem interesse, nem coragem, nem trabalho. Os negros de Guiné até Serra Leoa e do Cabo Verde não são muito trabalhadores, mas são limpos e vivazes, especialmente as mulheres, pelo que os portugueses os compram para fazê-los trabalhar em suas casas. O negro que

até agora têm vindo do Sonho têm sido muito bons e é aconselhável incrementar o tráfico tanto quanto possível, com essa região". Nesse sentido, durante a sua permanência aqui como invasores, os holandeses engajaram-se no comércio negreiro e os portugueses figuravam como seus clientes de carne humana. Os homens de cabedal logo viram o quanto seria difícil a resistência e entraram num processo de colaboração com o inimigo, numa adaptação política e econômica quase completa. Os holandeses estabeleceram-se, inicialmente, como empresários comerciais e, nessa qualidade, puderam entrar em acordo com os senhores-de-engenho nativos, especialmente depois que monopolizaram o tráfico de escravos na região. Somente quando os senhores-de-engenho se viram asfixiados pelos empréstimos contraídos com a Companhia das Índias Ocidentais é que começaram de fato a mobilizar-se para dar início àquilo que se convencionou chamar de reconquista. Antes disso, porém, a resistência ao invasor era feita apenas por aqueles elementos plebeus — mulatos, índios, negros forros ou escravos — que, de uma forma ou de outra, por meio de violência armada, muitas vezes desorganizada, davam continuidade à luta. Quando se mobilizaram, os portugueses serviram-se de seus próprios escravos. Apelaram, por outro lado, para indivíduos conhecedores das táticas de lutas no interior, muitas vezes adquiridas nos combates contra os quilombolas, como foi o caso de Henrique Dias. Antes, porém, da reconquista que tem início depois de 1640, quando Portugal se liberta do jugo espanhol, durante a invasão holandesa da Bahia em 1624, os escravos já desempenharam um papel importante. Do lado dos brasileiros notabilizou-se um negro chamado Antônio que, do alto de um jenipapeiro, com um saco cheio de pedras, abateu vários holandeses que chegaram ao seu alcance. Após a expulsão dos batavos, o escravo foi alforriado à custa da Fazenda Pública e, no lugar onde existia o jenipapeiro, foi fundada a Fortaleza de Santo Antônio em honra ao negro, que foi nomeado seu comandante. No entanto, outros escravos aproveitaram-se da situação e fugiram para o mato, como testemunha Johann Gregor Aldegurgh, na sua *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses*. O "voluntário de Coburgo", como era conhecido, narra como tanto

os holandeses quanto os portugueses e brasileiros se aproveitaram militarmente do escravo negro. Os holandeses utilizavam os escravos para os mais diversos trabalhos, enquanto "outros, armados com arco, flechas, velhas espadas espanholas, rodela, piques e sabres de abordagem, se organizaram numa companhia de negros para capitão da qual foi escolhido um deles chamado Francisco". A essas deserções os portugueses revidavam com crueldade e mandaram "à Cidade do Salvador certo velho, dos nossos negros ao qual haviam aprisionado, decependo ambas as mãos e distendendo as partes pudendas até os joelhos, pensando, com tão lastimável espetáculo, infundir terror à nossa gente; o referido negro, porém, graças à perícia de um cirurgião português, ficou completamente restabelecido e como não tivesse mãos, foi designado para trabalhar no guindaste". Numa das escaramuças feitas pelos lusos para a reconquista da cidade, mosqueteiros negros tomaram alguns holandeses como prisioneiros, os quais foram depois mortos pelos próprios negros. A Câmara da Bahia, depois da restauração, decidiu, em 1628, que "todo negro morador fora das casas de seus senhores, em casas sobre si", se recolhesse novamente à escravidão antiga, dentro de seis dias, sob pena de lhe derrubarem as casas, uma providência que se estendia também aos forros. Outros escravos buscaram a segurança nas matas, formando o quilombo do Rio Vermelho (1629), esmagado, três anos depois, pelos capitães-de-mato Francisco Dias de Ávila e João Barbosa de Almeida, e outro em Itapicuru (1636), destruído pelo coronel Belchior Brandão, "por ser pessoa de muita satisfação e coerência". Por outro lado, na zona urbana, durante toda a primeira ocupação holandesa de Salvador, os negros escravos participaram militarmente, seja ao lado do invasor, seja ao lado dos nativos. Os ocupantes da cidade continuavam fuzilando os negros que caíam prisioneiros e, ao mesmo tempo, incorporavam à sua Companhia de Pretos Armados novos elementos, inclusive os componentes de um navio negreiro que chegou da África e foi apresado. Na segunda fase da ocupação, especialmente em Pernambuco, a situação não foi diferente, embora aí o contingente negro passasse a atuar de forma bem mais radical no que diz respeito às fugas, das quais resultou a República de Palmares (V.). Em

1633, os holandeses estavam em plena ofensiva contra as tropas nativas. Matias de Albuquerque, que liderava a resistência, estava sem forças para enfrentar os holandeses. Uma série de derrotas havia deixado as forças luso-brasileiras em estado de flagrante inferioridade, quando chegou Henrique Dias para reforçá-las. As suas tropas passaram a fustigar os holandeses com o emprego da tática de guerrilhas. Outros escravos negros, no entanto, preferiram a fuga à colaboração com os luso-brasileiros. Diz o holandês Watjan que, "se na primeira metade do ano de 1637, o cultivo da cana-de-açúcar não progrediu, deve-se atribuir isso não só à devastação das plantações sistematicamente levada a efeito pelos depredadores inimigos, mas também à grande escassez de trabalhadores negros", pois a maioria "se achava refugiada nas matas onde, entregue à rapinagem, se congregava em bandos, que iam constantemente crescendo e, por vezes, infligiam sensíveis perdas às tropas enviadas em sua perseguição". Esse bandoleirismo negro muitas vezes espalhava o terror em vastas áreas e não apenas em Pernambuco. O conselheiro Van Goch assim se refere a essa dualidade de táticas militares empregadas entre as suas tropas e as locais: "Em primeiro lugar, as tropas do inimigo, saindo do mato, e por detrás dos pântanos e de certos lugares, com a vantagem da posição, atacam sem ordem e em completa dispersão e aplicam-se a arrombar diferentes quadrados. Em segundo lugar, as tropas do inimigo são ligeiras e ágeis de natureza, para correrem para diante ou se afastarem e por causa de sua crueldade inata são também temíveis. Compõem-se de brasileiros, tapuias, negros, mulatos, mamelucos, nações todas do país, e também de portugueses e italianos que têm muita analogia com os naturais do país, quanto à sua constituição, de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui, e descem tudo isso com uma agilidade e rapidez notáveis". Os holandeses, por seu turno, procuraram também aliciar negros escravos para as suas fileiras. No Recife, chegaram mesmo a ir de casa em casa para recrutá-los. Finalmente, conseguiram que um mulato, João de Andrade, em troca do título de capitão (que depois lhe foi conferido), reunisse uma companhia de negros. Foi infeliz e saiu ferido logo de início; porém,

mesmo assim, continuou chefiando a companhia até a rendição dos holandeses. Assim como na primeira invasão holandesa da Bahia, Pernambuco e as capitanias ocupadas encheram-se de negros fugidos, numa verdadeira debandada coletiva. Segundo José Antônio Gonçalves de Mello Netto (1947), "todos os negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho dos engenhos. Uma relação de engenhos existentes entre os rios Jangadas e o Una, feita pelo Conselheiro Schott, mostranos a verdadeira situação da Capitania, a zona Sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres jogados aos rios, açudes arrombados, os bois levados ou comidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e molequinhos. Assim, no Engenho Martapagipe só foram encontrados João, Manuel, Mulamba, Maria Esperança, Catarina, Suzana e Adriana, dois negros e quatro negras, todos velhos e incapazes. Também no Engenho Sibió de Riba, o Conselheiro holandês encontrou somente dois negros velhos e dois bois velhos. No Engenho Cocaú a situação era melhor: encontraram quatro cadeiras grandes, quatro tachos novos e dois velhos, oito bois, duas vacas, duas novilhas e, na senzala, Pedro Moleque, a mulher e dois filhos, João, mulher e filho, Antônio Jácome com um moleque, Francisco Moleque com uma negra, a negra Manangona e mais dois negros, dois negros e dois moleques". Como se pode ver, houve uma debandada geral dos escravos, uns indo para os quilombos, outros fugindo individualmente e finalmente aqueles que optaram pelo bandoleirismo (V.). Entre aqueles que lutavam ao lado dos portugueses e brasileiros, Antônio Fernandes Vieira Mina, escravo de João Fernandes Vieira, comandava 150 negros, e morreu na primeira batalha de Guararapes. Robert Southey (1954) relata um fato ilustrativo: quando a sentinela avisou a Fernandes Vieira a chegada de Henrique Dias para engrossar as fileiras dos restauradores, recebeu, como prêmio por tão alvissareira notícia, dois escravos doados pelo comandante. Na última fase da reconquista, os holandeses tiveram de enfrentar uma situação delicada: engenhos despovoados, caminhos perigosamente ameaçados, canaviais sob a ameaça permanente de incêndios. Nas matas e nas estra-

das, os guerrilheiros, bandoleiros ou quilombolas não ofereciam trégua. Canaviais eram incendiados. Os holandeses, nessa altura dos acontecimentos, tinham praticamente a população das capitanias ocupadas contra eles. Os negros sublevados no interior, além de Palmares que se opunha aos invasores, eram elementos de desgaste permanente. No combate na casa-forte de D. Ana Pais, vários holandeses foram mortos por mãos de negros. Nas duas batalhas de Guararapes houve a participação de contingentes negros e escravos. Os holandeses encontravam-se praticamente sitiados e nos entreveros cotidianos sentiam-se inseguros e encurralados. Quando saíam a buscar caju e outras frutas, os negros minas logo os atacavam de improviso, muitas vezes matando-os. Nas palavras de frei Manuel Callado (1945), "eram tão bárbaros esses minas que não queriam dar quartel, mas antes cortavam as cabeças aos que matavam e vinham com instrumentos bélicos a seu modo e ao de sua terra com buzinas e atabaques, fazendo muita festa, dizendo que aqueles que os foram cativar às suas terras, sendo eles forros e feitas as cerimônias traziam as cabeças para as portas dos moradores, donde se não iam sem lhes darem alguma coisa". Os negros escravos não aceitavam mais os holandeses como aqueles salvadores que diziam não necessitar da escravidão. Não eram mais aqueles elementos que, contagiados momentaneamente, quiseram até tocar fogo à cidade em euforia por haverem reconquistado a liberdade. Recife era então uma cidade sitiada. Pela informação de dois negros que fugiram da cidade, ficou-se sabendo que os negros envenenavam os seus moradores, pois no "Arrecife morriam muitos de enfermidades contagiosas, assim flamengos como judeus e que os negros Minas haviam deitado peçonha em uma cisterna donde os holandeses bebiam e que por isso morriam tantos, e que os ditos negros estavam avisados entre si que nenhum bebesse daquela água e que os holandeses não sabiam por que lhes morria tanta gente, porque os negros haviam deitado peçonha com muito segredo". Por outro lado, os negros que chegaram de Angola importados pelos flamengos, ao serem colocados em combate contra as tropas de Henrique Dias, "viraram-se de costas e deixaram aos holandeses sós no meio do caminho" (Callado, 1945). Temerosos de que os

negros que chegavam naquelas circunstâncias poderiam sublevar-se, os holandeses mandaram-nos para a ilha de Fernando de Noronha. Lá eles organizaram uma revolta que foi reprimida e os amotinados barbaramente esquartejados em vida. A insurgência negra continuava, porém, nas matas e nas estradas da capitania, pois tanto holandeses quanto portugueses tratavam os escravos como simples mercadorias. Tinham as mãos decepadas quando caíam prisioneiros, eram enforcados, queimados vivos, esquartejados, enfim sofriam de ambas as facções o mesmo tipo de repressão. A quilombagem e o bandoleirismo eram, por conseguinte, os dois tipos de comportamento que mais radicalmente negavam o sistema escravista. **Bibliografia.** CALLADO, Frei Manuel. *O Valoroso Lucideno e Triunfo de Liberdade*. São Paulo, Cultura, 1945; NETTO, José Antônio Gonçalves de Mello. *O Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947; SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Salvador, Livr. Progresso Ed., 1954. 6 vols.

DOZE APÓSTOLOS DA SANTA CAUSA, OS. Denominação de um grupo de jovens abolicionistas cearenses. A expressão foi usada primeiramente por Antônio Martins, um de seus membros, em discurso pronunciado no ato de fundação da Libertadora (V.). Eram eles: José Teodorico de Castro, o mais velho, com 36 anos; José Correia do Amaral, o mais destacado; Joaquim José de Oliveira Filho; Manuel Albano Filho, o Manézinho; Antônio Cruz Saldanha; José Barros da Silva; Francisco Florêncio de Araújo; Antônio Dias Martins Jr.; Alfredo Salgado e Raimundo Maciel. **DUNGA.** Vocábulo de origem africana que, no Ceará, significa maior, chefe, cabeça; já em Pernambuco, tem o significado de valentão.

DUROCHER, MARIA JOSEPHINA MATHILDE. Uma das primeiras, senão a primeira mulher, a intervir no debate sobre a emancipação e o destino do negro libertado. Nasceu na França em 1808 e,

radicando-se no Rio de Janeiro, formou-se parteira pela Faculdade de Medicina. Foi parteira da família real e membro honorário da Academia Imperial de Medicina. Autora de diversos livros sobre medicina do parto, escreve em 1871 *Idéias por Coordenar a Respeito da Emancipação*. Tomando como exemplo a França, estabelece, em seu trabalho, uma comparação com o que ocorreria no Brasil se não fossem tomadas algumas medidas disciplinares em relação ao escravo. Escreve: "Se acontece o que está acontecendo em França, com homens nascidos livres, pelo simples fato de serem ignorantes, preguiçosos e imorais, o que não acontecerá com os escravos emancipados de repente, e tendo contas a ajustar com seus antigos senhores?" Para contornar tal problema, uma vez que para o confronto entre proprietários e despossuídos no Brasil seria muito pior apresentar propostas de ordenamento social, aconselhava medidas disciplinares que acostumassem os escravos à futura liberdade. Afirmava que, além da "índole do negro" primar pela indolência, preguiça, ingratidão e ignorância, existia ainda o "rancor" e a "sede de vingança" que os escravos nutriam pelos homens livres. Propunha então que os escravos fossem designados por "subordinados" e os senhores por "superiores". Um "regimento de disciplina" regularia os deveres e direitos dos escravos, bem como "os limites" da autoridade dos senhores, ficando este regulamento a cargo de um "legislador imparcial e inteligente". Dessa forma, as relações entre escravos e senhores, ou entre "subordinados" e "superiores", seriam pautadas de forma uniforme e disciplinada pela lei. Seu objetivo era persuadir o escravo de que não mais estava sujeito "à vontade caprichosa de um indivíduo", mas sim à lei, cujo desrespeito acarretaria punição determinada por lei.

E

EDUARDA. Escrava de quinze anos que, no dia 12 de fevereiro de 1886, na redação da *Gazeta da Tarde* (V.), denunciou sua senhora Francisca da Silva Castro (V. *Castro, Francisca da Silva*) pelas sevícias a que ela e outra escrava de 17 anos, de nome Joana, eram submetidas. Como esta última veio a falecer, a senhora foi processada por homicídio e lesões corporais.

EGUNS. Entidades sobrenaturais “trazidas” pelos escravos africanos para o Brasil. São as almas dos mortos, os antepassados. A palavra nagô era *ègungún*, que significa esqueleto. *Bibliografia.* MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

EMANCIPACIONISTA. Pessoa ou grupo que defendia medidas legais para a extinção gradual da escravidão.

EMANCIPADO. V. *Africano livre*.

EMANCIPADORA. Sociedade de mulheres, formada em São Paulo antes da Lei do Ventre Livre (1871), sob inspiração de Martim Francisco, e destinada a promover alforrias de escravos. Foi presidente a esposa de Martim Francisco, D. Ana Bemvin-da Bueno de Andrada. Especializou-se na “libertação de escravas moças”. *Bibliografia.* MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Ed. Leite Ribeiro, 1934.

EMANCIPADORA CAMPISTA. Sociedade fundada em Campos (Rio de Janeiro), em março de 1870, com o propósito de alforriar escravos. A iniciativa da sua fundação nasceu do médico Dr. Miguel Heredia (V.), secundado pelos Drs. Bento Batista, Fernandes Lima, Alvarenga Pinto, Francisco Portela, e pelo negociante Francisco Maria Teixeira de Queiroz. Um cronista da época, evocado por Evaristo de Moraes, observou que, “desde a instalação da primeira sociedade (Ipiranga), o Dr. Miguel Heredia se tornou alvo da desconfiança das classes abastadas, possuidoras de escravos”. *Bibliografia.* MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

ENGENHO. Era a unidade econômica mais importante da agroindústria escravista, especialmente no Nordeste, no ciclo da cana-de-açúcar. A descrição que oferece Luís dos Santos Vilhena (1969) do funcionamento de um engenho procura demonstrar a grande quantidade de braço escravo que os senhores necessitavam: “No tempo da moagem se necessitam para os cortes nos canaviais; nos matos se precisam bastante para o corte das lenhas; cada um dos carros, tanto de canas, como de lenhas ocupa dois carreiros. Na moagem para meter, e tirar cana, se carecem três

ou quatro. Em cada uma das almanjarras anda atualmente um, para tocar os respectivos cavalos; há mais carência de um feitor de moenda para o dia, e outro para de noite: em cada um dos cortes de cana, e lenha há precisão de um feitor, bem como de duas negras ao pé da moenda para carregarem o bagaço. Para meter lenha nas fornalhas se empregam pelo menos dois, quando outros tantos andam pelos pastos juntando cavalos, e bois; e tanto estes, como os das almanjarras costumam ser rapazes, quando dois ou três velhos, ou rapazes se ocupam de picar olhos de cana, para deitar nas manjedouras dos cavalos, que no fim da tarde recolhem a um curral para moerem de noite [...] Na casa chamada de caldeiras, que é onde se coze o açúcar, estão atualmente empregados três, quatro, ou mais escravos, sendo aquele trabalho o mais violento de todo o laboratório, não só por andarem sobre um pavimento abrasado com o fogo nas fornalhas, e nesta casa de caldeiras precisam o mestre-de-açúcar, e o banqueiro; é este de ordinário cativo, e outro forro, e ajustado por uma certa quantia, como sejam 100\$000 réis, ou mais, segundo a quantidade de cana, isto porque trabalham toda a safra. Outros porém ajustam um tostão por cada pão-de-açúcar que o engenho fizer naquela safra. Na casa de purgar por donde saem os balcões, em que se seca o açúcar, se ocupam bastante escravos, principalmente fêmeas, que são empregados de manhã em tirar os pães das formas, esboroá-los, pesar o açúcar, puxar tendais, e revolvê-lo amiúde, até que o sol o tenha bem secado; de tarde porém se ocupam em repesá-lo, e encaixá-lo, o que fazem lançando-o na caixa, que está bem apertada, e batendo-o com oito, ou dez pilões, até que dentro nela fica duro, como pedra; e tanto a estes, como na caixaria todo o açúcar, que entra, e sai, com declaração dos donos a quem pertence; faz as contas das repartições, e dízimos, e lavra os arrendamentos das fazendas, ou sítios, que o senhor de engenho arrenda nas suas terras, sendo responsável por tudo o que faltar na caixaria. Se o engenho é em beira-mar, sempre tem o seu barco, ou lancha, e para este se destinam três, ou quatro escravos: além destes há também escravos oficiais, como sejam carpinteiros de carros, e moendas, ferreiros, e pedreiros, havendo mais uma grande turba de mulatinhos, e negrinhos de um, e outro sexo, nascidos em casa, que só servem para perturbar tudo; e além destes

infinitas mulatas, e negrinhas do serviço das senhoras, tão melindrosas, que não pegam uma vassoura; se há filhos aí se distribuem aqueles bandos para o serviço de cada um, com exclusão de servir a mais ninguém, que não seja o seu iôid, ou uma iaiazinha". **Bibliografia.** VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Itapoã, 1969. 2 vols.

ENGENHO MONJOLINHO, LEVANTE NO. Em São Carlos (interior do estado de São Paulo), no ano de 1819, um grupo de escravos evadiu-se do engenho de propriedade do brigadeiro Luís Antônio de Souza, praticando "desordens". A Junta Interina da Capitania, ao cientificar-se dos acontecimentos, ordenou ao juiz que prendesse todos os escravos que "entraram na desordem", "com todas as precisas cautelas, e serão açoitados cada um e para maior respeito, e evitar qualquer acontecimento da parte dos escravos, vai encarregado por este governo o Coronel de Cavalaria desse distrito Antônio Leite Pereira da Gama Lobo para auxiliar a prisão, e execução do castigo com toda a tropa miliciana que ali se puder ajuntar" (*Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, Arquivo Público do Estado, vol. 88). No mesmo dia, a Junta dirigiu-se à Câmara de São Carlos, informando ter recebido o ofício que a cientificava da ocorrência e estabelecia medidas acauteladoras contra os escravos insubordinados. Ordenava também que fossem tomadas medidas repressivas e que uma patrulha de oito homens rondasse a vila. Informava, por outro lado, sobre as medidas que concedera ao juiz "para desagravo da Justiça ofendida, e para conter os escravos". Aqueles que foram presos acabaram condenados a duzentos açoites cada um.

ENGENHO VELHO, CANDOMBLÉ DO. V. *Casa Branca*.

ENGOLIR A LÍNGUA. Forma de suicídio praticada por escravos em protesto contra a escravidão ou por desespero individual. Consistia em dobrar a língua sobre a faringe, auto-asfixiando-se. Escreve Rocha Pombo (1958) que "o escravo quando não tinha ao seu alcance um veneno seguro, nem dispunha de instrumentos; mesmo quando é esfaqueado, o mísero morria - quase que se pode dizer por esforço de sua própria angustia - dobrava a língua sobre a faringe, asfixiando-se". **Bibliografia.** POMBO, Rocha. *História do Brasil*. São Paulo, W. M. Jackson, 1958. 5 vols.

ENGORDA. Fase por que passavam os escravos após chegarem esqueléticos e subnutridos ao Brasil, a fim de ganharem melhor aparência e preço perante seus eventuais compradores. O negro era obrigado a comer muito: farinha, feijão, bananas, laranjas e outras frutas do país. Exigia-se que, antes dos leilões, ingerissem grande quantidade de água.

ENSEADA DO BRITO, QUILOMBO DA. Quilombo que existiu em Santa Catarina e do qual se têm poucas informações. Walter F. Piazza (1975) informa que, "à vista de conferência tida entre o Juiz-de-fora e o comandante do Corpo de Auxiliares daquela freguesia, ficou resolvido em face 'da sua participação sobre o lugar onde achassem aqui-lombados os negros fugidos, fazer voltar os capitães-do-mato'". **Bibliografia.** PIAZZA, Walter. *O Escravo numa Economia Minifundiária*. São Paulo, Udes/Resenha Universitária, 1975.

ENTERRO. Forma usada normalmente para dar fim ao corpo do negro cativo. Datam do século XVII os documentos mais antigos que descrevem os enterros dos negros. Sebastião Barreto, em 1918, quando da visita da Inquisição à Bahia, denunciou aos padres o costume dos negros de matar animais em seus enterros para lavar os corpos em seu sangue, garantindo assim que a alma subisse ao céu. Durante a ocupação holandesa, o pastor Soler, em carta a um de seus amigos, escreve que, "quando um negro morria, homens, mulheres e crianças rodeavam o cadáver e, ao som de tambores, o interrogavam cantando: Ai, ai, ai, por que morreste? Ai, ai, ai, faltava-te pão? Ai, ai, ai, faltava-te peixe?", e passavam em revista todos os tipos de alimentos e bebidas. Já as descrições de Debret, datadas do início do século XIX, mostram-se impregnadas de cristianismo. Entretanto, nota-se que este cristianismo era mais ou menos demonstrado de acordo as nações; os moçambiques, por exemplo, seriam os mais devotos. Os enterros de negros eram acompanhados apenas por mulheres, com exceção de dois carregadores, um mestre de cerimônia e um tambor. Durante o cortejo, as carpeleiras lançavam gemidos e gritos. Chegando à igreja dos negros, o cadáver era transportado numa rede, acompanhado de oito parentes ou amigas íntimas, devendo cada uma pousar sua mão sobre o corpo. Quando se tratava de um rei negro, a cerimônia era ainda mais impressio-

nante. Era posta uma moenda na boca do defunto e passada uma fita ao redor da cabeça para manter os maxilares presos. Era estendido sobre uma esteira, envolvido em suas roupas de gala (caso isso não fosse possível, era representado na parede, por um desenhista, com suas roupas) e os dignitários de todas as diversas nações negras vinham visitá-lo: o embaixador, o porta-bandeira, o capitão da guarda. Era velado toda a noite pelos súditos, ressoando no ar o som das batidas abafadas das mãos ou dos instrumentos musicais. O enterro era acompanhado por uma multidão que soltava bombas, chorava e cantava; alguns até mesmo executavam saltos perigosos. Kidder viu de sua janela, onde se colocara atraído pelo barulho, "um negro trazendo sobre a cabeça uma tábua, na qual estava colocado o cadáver de um negrinho, coberto por um pano branco, ornado de flores, tendo à mão um ramo. Atrás seguia a multidão, entre a qual umas vinte negras e numerosas crianças, quase todas enfeitadas de fitinhas vermelhas, brancas, amarelas, que entoavam alguma cantiga etíope da qual marcavam o ritmo com um passo lento e cadenciado; o que levava o corpo parava freqüentemente e voltava-se sobre seus passos como se descansasse". Melo Moraes Filho descreve um enterro moçambique em 1830, semelhante à descrição de Debret. Por sua descrição, as mulheres seguravam o cadáver de uma mulher, e os homens o de um homem; os dois sexos assistindo o de um rei ou de uma criança, todos com grande acompanhamento de palmas, de tambor, de cantos e lamentações fúnebres. De modo geral, porém, o enterro era feito sem esses rituais, por falta absoluta de recursos. Nos primeiros anos da escravidão no Brasil, o escravo morto era jogado na praia ou enrolado numa esteira e atirado em algum recanto deserto para ser devorado pelos urubus ou por outros animais. Raramente era enterrado no cemitério. Esse procedimento acabava por infestar com mau cheiro o ar, muitas vezes incomodando os senhores. Foi necessário que a metrópole interviesse, tomando as primeiras providências por meio da Irmandade da Misericórdia. Esta realizou, em 3 de junho de 1694, o primeiro acordo com o governador, no qual ficou deliberado que a Santa Casa forneceria o esquife com o seu pano e mandaria buscar o cadáver do escravo pela quantia de 960 réis. Desse dinheiro grande parte ficava,

como não podia deixar de ser, com o padre que, em nome de Deus, garantisse ao defunto duas missas e uma encomendação, sendo o dinheiro dividido da seguinte forma: as duas missas por 320 réis e o restante para pagar a encomendação e o carreto do escravo. Segundo Luiz Edmundo (1956), "o senhor declarando pobreza, não podendo satisfazer as exigências da Misericórdia, esta é que pagava tudo. O padre não perdia nunca". A propósito das dificuldades de enterrar pobres pretos, lê-se no *Pequeno Panorama*, de Moreira de Azevedo, uma nota curiosa: "Em uma noite, três homens de braço dado aproximaram-se da porta da igreja (Santa Rita) e se ajoelharam. No fim de algum tempo, retiraram-se dois e ficou um de joelhos. Decorridas algumas horas, um soldado aproximou-se do devoto e ordenou que se levantasse, mas não teve resposta; fez nova observação e bateu no ombro do homem que orava; com esse movimento, o devoto caiu no chão; a sentinela foi examiná-lo e reconheceu que tinha diante de si um cadáver. Os dois indivíduos o tinham conduzido para ali, deixando-o encostado no portal da igreja". Se havia tanta dificuldade para enterrar um livre pobre, imagine-se no caso dos negros escravos. **Bibliografia.** EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Conquista, 1956. 3 vols.

ESCAMBO. Relação mercantil que se estabelecia, nos portos africanos, entre o *soba* e o comprador de africanos. Nessa transação, não havia relação monetária, mas a troca do homem por objetos. Consistia na avaliação de cada peça (V.) por determinada quantidade de mercadorias. Por exemplo, na região do Cabinda, eram muito usadas as seguintes mercadorias para o escambo: colchas de listras brancas e azuis de fabricação holandesa ou normanda, bacia de cobre, bacia de estanho, barril de pólvora; barril de aguardente, caneca de estanho, caneca de louça, cadeados, campainhas (polidas ou não), coral, facas, pano vermelho com ourela larga de dezoito polegadas, espingardas, guizos, espelhos grandes e pequenos, miçangas, tecido azul da Índia, tecido branco da Índia (Salampany), um tipo de pano leve (Silisis), espadas (de preferência as retas), algodão azul da Índia (Tpsel) e corantes.

ESCRAVA. A mulher escrava no Brasil era considerada inferior ao homem escravo. Supõe-se, erroneamente, que fosse privilegiada, preferida do

senhor, com quem ia para a cama fazer sexo e parir mulatos (também escravos), filhos naturais do seu dono. A escrava não era a mucama (V.), isto é, a doméstica não produtiva, minoria insignificante no plantel de cativos. Nos engenhos do Nordeste, Antonil registra as suas atividades na agroindústria: "as escravas, de que necessita a moenda, ao menos são sete ou oito, a saber: três para trazer a cana, uma para a meter, outra para passar o bagaço, outra para concertar e acender as candeias que na moenda são cinco, uma para limpar o cocho do caldo (a que chamam coqueira ou catumbá) e os agulhões da moenda, e refrescá-los com água para que não ardam, servindo-se para isso do paiol da água, que tem debaixo do rodete, tomada da que cai no agulhão, como também para a cana enrolada, e outra finalmente para botar fora o bagaço, ou no rio, ou na bagaceira, para se queimar a seu tempo. E se for necessário botá-lo em parte mais distante, não bastará uma só escrava mas haverá mister outra que a ajude; porque de outra sorte não se daria vazão a tempo, e ficaria embaraçada a moenda". Sobre o perigo do trabalho dessas escravas, o mesmo Antonil escreve: "O lugar de maior perigo que há no engenho é o da moenda: porque se por desgraça uma escrava, que mete a cana entre os eixos, ou por força do sono, ou por cansada, ou por qualquer outro descuido, meteu desatentamente a mão mais adiante do que devia, arrisca-se a passar moída entre os eixos se lhe não cortarem logo a mão, ou o braço apanhado, tendo para isto, junto da moenda, um facão, ou não forem tão ligeiros em fazer parar a moenda, divertindo com o pojador a água que fere os cubos da roda, de sorte que dêem depressa a quem padece de algum modo o remédio. E esse perigo é ainda maior no período da noite, em que se mói igualmente como de dia; posto que se revezam as que metem a cana por suas posições: particularmente, se as que andam nesta ocupação forem boçais, ou acostumadas a se embriagarem". Quando essas escravas não trabalhavam na moenda, como descreveu Antonil, faziam-no no eito, em condições idênticas às dos demais escravos ou piores. Não havia privilégio, mas, pelo contrário, níveis de exploração bem mais acentuados, inclusive a sexual. *V. Prostituição, Escravidão e a.*

ESCRAVAGISTA. Adepto e defensor do sistema escravista. Pessoa, grupo ou entidade que justifi-

cava a existência da escravidão. Durante grande parte da história brasileira, a opinião pública e as autoridades foram favoráveis ao trabalho escravo. Somente depois da última fase do século XIX, a idéia abolicionista foi se transformando num movimento aceito pelos setores mais esclarecidos da sociedade. Mesmo um pouco antes da abolição (V.), ainda havia políticos escravagistas, como Andrade Figueiras e o Barão de Cotegipe, João Maurício Wanderley.

ESCRavidÃO MISTA. É como se denomina a escravidão de índios e negros que trabalham em comum nas fazendas. Uma delas, a fazenda São José, de propriedade do Sr. Calixto, foi observada por Alfred Russel Wallace (1979), durante a sua estada na região amazônica. O famoso sábio inglês, que nos visitou na segunda metade do século XIX, observou esse tipo de trabalho entre negros africanos e índios nativos. Diz ele no seu relatório de viagem: "Finalmente chegamos à fazenda São José, para cujo proprietário, o Sr. Calixto, eu trazia algumas cartas de apresentação. Fui recebido por ele muito cordialmente. Quando tomou conhecimento dos objetivos da minha viagem, insistiu para que permanecesse com ele pelo tempo que quisesse, prometendo ajudar-me em tudo que lhe fosse possível. O Sr. Calixto tinha pouco mais de trinta anos. Era um homem corpulento e bonachão, acabara de construir um conjunto de moinho e silos de arroz, uma das mais modernas edificações que vi nesta região. Era toda de pedra. O moinho ficava no centro e ligava-se por arcos aos silos, escritórios e residências, que ficavam dos lados. No andar térreo havia uma varanda interligando as duas extremidades da construção, com a parte de trás voltada para o moinho, deixando ver sua grande roda d'água no centro, e a da frente para o rio, que se avistava através das janelas. Completando a construção, havia um molhe de pedra muito bem feito, estendendo-se ao longo de toda a parte da frente da edificação. Todo o conjunto era de construção bem sólida, devendo ter custado muitos milhares de libras. Viviam na propriedade uns cinquenta escravos de todas as idades, e outro tanto de índios, todos empregados no cultivo da cana, de arroz, no trabalho do moinho e a bordo de suas embarcações. O estabelecimento também produzia açúcar e cachaça, especialmente esta, que alcança melhores preços. Ademais, todos os traba-

lhos eram feitos no próprio local, havendo ali sapateiros, alfaiates, carpinteiros, ferreiros, construtores de barcos e pedreiros, tanto entre os escravos como entre os índios, havia até os que fabricavam bons cadeados para portas e caixas, além de artigos de latão e cobre de todos os tipos. Disse-me o Sr. Calixto que só assim, pondo para trabalhar juntos os escravos e os índios, é que se conseguiu fazer com que os últimos apresentassem um bom rendimento. Nenhum outro sistema adotado fora de fato bem-sucedido. Os índios não se submetiam a regulamentos rígidos enquanto trabalhavam apenas ao lado dos seus semelhantes. Entretanto, tendo a seu lado os escravos, os quais observavam horários regulares para o início e o término dos serviços, além de se submeterem a todas as tarefas que lhes eram determinadas, eles logo se submeteram àquele sistema e adquiriram os mesmos hábitos de trabalho". **Bibliografia.** WALLACE, Alfred Russel. *Viagem pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.

ESCRavidÃO MODERNA. Modo de produção que surgiu com o mercantilismo e a expansão do capitalismo, sendo um dos elementos constituintes básicos da acumulação primitiva de capital. Embora com diferenças tangenciais, o escravismo moderno, também chamado de escravismo colonial, reproduziu na sua estrutura e refletiu na sua dinâmica as leis econômicas fundamentais do modo de produção escravista antigo, sendo a mais importante a situação do escravo como *instrumentum vocale*, isto é, sua equiparação às bestas, existindo por isso a redibição em caso de defeitos físicos, quando o vendedor não os comunicava ao comprador. A escravidão moderna expandiu-se nas colônias da Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda, França etc., tendo como elemento escravo os filhos do continente africano. Calcula-se (numa estimativa incompleta e ideologicamente comprometida) que cerca de dez milhões de africanos foram trazidos a partir do século XIV, quando, através das Cruzadas, a Europa, inicialmente, e os territórios coloniais, em seguida, foram inundados de "infiéis", no primeiro caso, e de "bárbaros", no segundo. No entanto, a presença de escravos na Europa não configurou ali um modo de produção escravista, fato que se iria verificar nas suas colônias, através de mecanismos impostos pelas metrópoles e de códigos negros ou outros tipos de leis. Por isso mesmo,

muitos estudiosos denominam o escravismo moderno de escravismo colonial. Como conceito para delimitar geográfica e historicamente esse novo escravismo, existente na periferia das metrópoles colonizadoras, o termo é válido, mas não quando se deseja impô-lo como um modo de produção escravista com leis econômicas específicas e próprias. No Brasil, o modo de produção escravista durou quase quatrocentos anos, influenciou poderosamente no *ethos* da nação e até hoje há vestígios das relações existentes naquele período, marcando as limitações do capitalismo dependente que o substituiu.

ESCRAVISTA. V. *Escravagista*.

ESCRAVO ALUGADO. Os escravos podiam ser alugados pelo seu senhor a outro em troca de um pagamento. Podiam ser domésticos, artesãos, amas-de-leite, cozinheiros ou cozinheiras, governantes, carpinteiros, sapateiros etc. Fazia-se um contrato de serviços com o alugador, com o consentimento do proprietário. Muitas vezes, o locador emprestava ao escravo o dinheiro da alforria em troca de certo número de anos de trabalho. Uma das fontes importantes de tais arranjos foram as irmandades religiosas e as associações étnicas na Bahia, chamadas "cantos" (V.).

ESCRAVO AO GANHO. O mesmo que escravo de ganho (V.).

ESCRAVO CARREGADOR. Escravo, quase sempre de ganho (V.), que, especialmente no Rio de Janeiro, carregava malas, pipas e outros objetos. Schlichthorst (1943), alemão que serviu às tropas de D. Pedro I como mercenário, entre os anos de 1824 e 1826, observou na cidade um negro que carregava pesada mala e cantava a seguinte cantiga, que ele reproduziu no seu livro em alemão, mas foi assim traduzida por Gustavo Barroso (1961):

Vou carregando por meus pecados
Mala de branco pra viajar.
Quem dera ao Tonho, pobre do negro,
Pra sua terra poder voltar.

Esses escravos, em outras regiões, tinham mecanismos organizacionais, como os "cantos" (V.) na Bahia, para se defender do baixo preço pago por seus serviços no mercado de trabalho. **Bibliografia.** BARROSO, Gustavo. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. "O Cruzeiro", 1961;

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro Como É: 1824-1826 (Huma Vez e Nunca Mais)*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.

ESCRAVO DE GANHO. Escravo que trabalhava fora da casa do seu proprietário, como jornaleiro. Vendia nos mercados ou nas ruas da cidade água, frangos, comidas e doces, louças, perfumes, tecidos e bagatelas, ou, eventualmente, agenciava prostitutas. Esses escravos, com algumas exceções, andavam pelas ruas sem o controle direto dos seus senhores. Eram acompanhados pelos seus donos os vendedores de pratarias, de sedas e de pão. No último caso, porque os negros não deviam tocar no pão. Outra profissão ambulante para um negro escravo de ganho era a de barbeiro. Eram também carregadores de cadeirinhas, de barracas, de sacas de café etc. Enquanto esperavam quem alugasse os seus serviços, trançavam chapéus e esteiras, vassouras de piaçava, enfiavam rosários de coquinhos, faziam correntes de arame para prender papagaios, pulseiras de couro etc., e assim conseguiam algum dinheiro que juntavam para comprar sua alforria. O escravo de ganho entregava ao seu proprietário uma quantia fixa, freqüentemente uma vez por semana, e em geral tinha de prover seu próprio sustento. Era possível também o arranjo pelo qual o pagamento era entregue integralmente ao senhor, que então ficava obrigado a sustentar o escravo. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1988), parece que os negros de ganho foram aqueles que tiveram maiores oportunidades de comprar sua liberdade. Além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder os seus ganhos reais, podiam construir relações de solidariedade com membros do seu "canto" (V.). **Bibliografia.** CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

ESCRAVO DOMÉSTICO. Aquele que trabalhava na casa-grande com o próprio senhor e sua família e que, portanto, não tinha acesso a dinheiro. Segundo as estimativas confiáveis de Herbert S. Klein, não passavam de três a quatro por cento do total da massa escrava no Brasil. **Bibliografia.** KLEIN, Herbert S. *A Escravidão Americana: América Latina e Caribe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ESCRAVO SONEGADO. Entendia-se por este termo, na região de Minas Gerais, o escravo fugido que, recapturado pelo capitão-do-mato, era mantido por este em seu poder para explorar o seu traba-

lho sem qualquer remuneração. Em dezembro de 1752, o governador mineiro ordenava ao comandante Simão de Castro Pereira que marchasse sem tempo a perder contra "um grande lote de negros, mulatos e capitães-do-mato dos que andavam nos córregos da Demarcação de Diamantina minerando clandestinamente". Carlos Magno Guimarães (1988) julga tratar-se de escravos sonegados, que os capitães-do-mato exploravam. **Bibliografia.** GUIMARÃES, Carlos Magno. "Os Quilombos do Século do Ouro, Minas Gerais - século XVIII", *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 18, 1988.

ESCRAVO URBANO. Aquele que atuava nas cidades e vilas por ordem do senhor. Embora o escravo estivesse presente em todo estabelecimento comercial das cidades, como padarias, sapatarias etc., segundo Debret, no Rio de Janeiro, algumas atividades eram desenvolvidas basicamente por escravos de ganho (V.), por negros livres ou libertos (V.). Eram carregadores, moços de recado, cirurgiões, "sangradores" e aplicadores de sanguessugas, fabricantes e vendedores de cestos (indústria do trançado) (V.), vendedores de aves, serradores de tábuas, caçadores, vendedores de milho, de leite, de capim e de sapé, transportadores de cana de corte, calçadores de ruas etc. As negras eram vendedoras de angu, sonhos, refrescos, pães-de-ló, quitandeiras, lavadeiras e prostitutas (V. *Prostituição*). Além das atividades comerciais, encontramos o trabalho do escravo ou de negros livres e libertos nas artes, como músicos (V.), escultores, pintores e artesãos em geral. V. *Estratificação social da classe escrava*.

ESCRAVOS DOS CONVENTOS. Quase todos os conventos católicos no Brasil possuíam escravos, inclusive os franciscanos que faziam voto de pobreza. Mesmo esses escravos não aceitavam de bom grado o cativeiro. Em 1785, dois escravos do convento de São Francisco escaparam do controle dos seus senhores e fugiram para Atibaia (São Paulo), onde foram presos. Do Convento do Carmo escravos fugiram, em 1779, e organizaram um quilombo na freguesia de Nazaré, em São Paulo, levando as autoridades a exigir a sua captura. Em 1777, há o registro de fuga do escravo de um bispo. As autoridades tentaram capturá-lo "com todo o rigor". Após a menção de vários sinais capazes de identificá-lo, as autoridades exigiram a sua captura com a maior brevidade, "bem advertindo que todo

que mostrar frouxidão no cumprimento desta ordem ficará responsável para ser castigado como merecer". Mesmo os escravos pertencentes aos conventos, quando fugiam, muitas vezes não se entregavam pacificamente. Foi o caso de Luís, escravo pertencente aos padres do convento de Santa Clara de Taubaté, interior de São Paulo. O general Francisco da Cunha Menezes oficiou ao juiz ordinário daquela vila: "logo que V. mc. receber esta me remeterá sem demora pela secretaria desse governo os Autos de Devassa, corpo de delito, e todos os mais que nesse juízo houverem processado *ex officio* criminalmente pelos ferimentos acontecidos na diligência de prisão que se executou no mulato Luís, escravo dos religiosos do Convento de Santa Clara dessa vila, assim como se acharem ao chegar desta, sem ficar cópia, nem documento algum a seu respeito". V. *Igreja Católica e a escravidão*.

ESCULTORES, ESCRAVOS. Muitos negros atuavam como escultores. Thomas Ewbank (1973) foi um viajante que registrou o trabalho dos escravos escultores. Observou ele que "as esculturas em pedra e imagens de santos em madeira eram freqüentemente feitas por escravos e negros livres". Identificou um "velho africano" do Catete, no Rio de Janeiro, como um "excelente escultor". Talvez, segundo ele, fosse o africano conhecido como João Vermelho, que se tornou artista consagrado. Além dos santos esculpidos, os trabalhos que mais impressionaram Ewbank foram os ex-votos expostos na Igreja de Nossa Senhora do Rosário do Rio de Janeiro. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

ESFOLADO. Termo pejorativo usado pelo ex-escravo, abolicionista e republicano Luís Gama (V.), para satirizar os mulatos que pretendiam passar por brancos, renegando as suas origens africanas.

ESFOLAMENTO. Suplício extremo, quase sempre mortal, que alguns senhores aplicavam aos seus escravos. Consistia no arrancamento da pele com algum instrumento, matando muitas vezes o escravo ou deixando-o irremediavelmente mutilado. Joaquim Nabuco tornou pública uma "desgraçada tragédia" desse tipo ocorrida na Paraíba do Sul, em 29 de julho de 1886. Um senhor de escravos e seu feitor, ambos mulatos, esfolaram e torturaram vários escravos até a morte. O caso teve repercussão no Senado Fe-

deral, provocando um discurso do Conselheiro Dantas a respeito.

ESPÍRITOS DA MORTE. De acordo com Mary Karasch (1987), é difícil estabelecer as concepções dos escravos sobre a morte no século XIX. Nessa época, aqueles que morriam eram conhecidos como "das almas", mas é improvável que os africanos acreditassem que eram almas que estavam no Purgatório. Segundo afirmava o Catecismo do Bispo da Bahia, "as almas de bom coração" iam para o céu, enquanto as "almas de mau coração" iam para o inferno, onde estava o Demônio. Não faz menção ao purgatório. Tal preocupação com o lugar após a morte contrastava com as crenças africanas. Os espíritos africanos permaneciam na terra, próximos aos seus familiares ou renasciam em seus próprios lugares como novas crianças. **Bibliografia.** KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

ESPOJEIRO. Pequeno roçado que o escravo bandarra tinha direito a cultivar nos fins de semana, por autorização do seu senhor, para produção pessoal ou da sua família. **V. Banda-forra.**

ESTANCO. Monopólio do tráfico e comércio concedido às companhias de comércio no suprimento das necessidades mercantis de determinadas regiões. No Norte do Brasil, tivemos o estanco da Companhia de Comércio do Maranhão (1682-1684) e o da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778).

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL DA CLASSE ESCRAVA. O escravismo brasileiro, como parte significativa da escravidão moderna, era uma sociedade de classes fechadas, em cuja fronteira se detinha a mobilidade social. Essa mobilidade somente ultrapassava essa fronteira por meio da alforria ou da rebelião, quando o escravo fugia e criava comunidades próprias (*V. Quilombo*). Por outro lado, o escravismo moderno, especialmente no Brasil, foi muito mais fechado, no nível de estratificação social, do que o escravismo clássico da Grécia e de Roma. A sociedade escravista tinha, na própria produção da mercadoria, elementos alienadores que criavam a incapacidade do produtor oprimido de elaborar o projeto de uma ordenação social superior, que ficava assim relegada ao pensamento utópico. Isso impedia, na prática política, a possibilidade de uma transformação social global. Ademais, dentro dessa es-

trutura, a própria classe escrava tinha um sistema de estratificação que diversificava os seus membros em níveis de *status* de acordo com as exigências da divisão do trabalho. São as seguintes as principais categorias de escravos: a) *Escravos do eito e de atividades extrativas*: 1) na agropecuária; 2) em atividades extrativas (congona, borracha, algodão, fumo etc.); 3) na agro-indústria dos engenhos de açúcar e suas atividades auxiliares; 4) nos trabalhos das fazendas de café e de algodão diretamente ligados à produção agrícola; 5) escravos na pecuária. b) *Escravos na mineração*: 1) o escravo doméstico; 2) o escravo do eito e atividades afins; 3) o escravo doméstico urbano, que pode ser classificado em: escravo ourives, escravo ferreiro, escravo mestre-de-oficina, escravo taverneiro, escravo calafate, escravo carpinteiro, escravo barbeiro e escravo carregador em geral. Já os escravos do eito e atividades afins podiam trabalhar nas minas de ouro ou nas de diamante; c) *Escravos domésticos nas cidades ou nas casas-grandes*: escravos carregadores de liteiras e outros objetos; escravos caçadores; mucamas; escravas amas-de-leite; escravas cozinheiras; escravos cocheiros etc.; d) *Escravos de ganho nas cidades*: escravos barbeiros; escravos "médicos"; escravos vendedores ambulantes; escravos carregadores de pianos, pipas e outros objetos; escravos músicos; escravas prostitutas de ganho e escravos mendigos de ganho; e) *Outros tipos de escravos*: escravos do Estado, escravos de conventos e igrejas, escravos soldados, escravos dos cantos e escravos reprodutores. Esses diversos estratos de cativos, consideravelmente diversificados na divisão do trabalho, se articulavam e integravam internamente, mas apenas naquele espaço social que lhe permitia a estrutura escravista. No esquema acima, pode-se ver que o escravismo no Brasil não se restringiu àqueles escravos que circulavam em torno do senhor e da casa-grande.

ESUSU. Associação voluntária dos iorubas, extremamente eficiente, que funcionava sob o princípio de que cada membro deveria contribuir com somas em dinheiro e aqueles que pretendiam libertar-se deveriam adiantar o capital da alforria.

EUÁ. Divindade africana trazida pelos escravos para o Brasil. Seu dia é sábado. Suas cores são o vermelho e o amarelo. As contas são das mesmas cores. É sincretizada, na Bahia, com Nossa Se-

nhora das Neves. Come cabra, galinha-d'angola, pato, lelê (bolo de bandeja, à base de milho e de leite de coco). Sua saudação é *ri ro!* Deusa do rio Euá, é orixá belicosa, destemida e formosa. Quando baixa, dança em ritmo veloz, quase sempre esgrimindo uma espada como se estivesse lutando. No entanto, às vezes se apresenta galante e feminina. Nessa forma, dança graciosamente, fazendo mímica com as mãos e os braços como se estivesse prestando uma homenagem aos céus. Raramente se manifesta nos candomblés da Bahia. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

EUSÉBIO DE QUEIRÓS, LEI. Nome pelo qual ficou conhecida a lei que pôs fim ao tráfico internacional de escravos no Brasil, de autoria de Eusébio de Queirós, titular da Justiça no Gabinete Olinda (1849-1852). É a Lei nº 531, de 4 de setembro de 1850, cujo texto é o seguinte:

D. Pedro, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil:

Fazemos saber a todos os nossos Súditos, que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1º - As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela Lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades, ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadores de escravos. Aquelas que não tiveram escravos a bordo nem os houverem na proximidade desembarcado, porém que se encontrarem com os sinais de se empregarem ao tráfico de escravos, serão igualmente apreendidas, e consideradas em tentativa de importação de escravos.

Art. 2º - O Governo Imperial marcará em Regulamento os sinais que devem constituir a presunção legal do destino das embarcações ao tráfico de escravos.

Art. 3º - São autores do crime de importação, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação, e a sobrecarga. São cúmplices a equipagem e os que coadjuvarem o desembarque de escravos no território brasileiro, ou concorrerem para os ocultar ao reconhecimento da autoridade, ou para subtrair à apreensão no mar; ou em ato de desembarque, sendo perseguido.

Art. 4º - A importação de escravos no território do Império fica considerada como pirataria, e será punida pelos seus tribunais com as penas declaradas no art. 2º da Lei de 7 de

novembro de 1831. A tentativa e a cumplicidade serão punidas segundo as regras dos arts. 34 e 35 do Código Criminal. Art. 5º - As embarcações de que tratam os arts. 1º e 2º, e todos os barcos empregados no desembarque, ocultação ou extravio de escravos, serão vendidos com toda a carga encontrada a bordo, e o seu produto pertencerá aos apesadores, deduzindo-se um quarto para o denunciante, se o houver. E o Governo, verificando o julgamento de boa presa, retribuirá a tripulação da embarcação com a soma de 40\$ por cada um africano apreendido, que será distribuído conforme as leis a respeito.

Art. 6º - Todos os escravos serão reexportados por conta do Estado para os portos onde tiverem vindo, ou para qualquer outro ponto fora do Império, que mais conveniente parecer ao Governo; e enquanto essa reexportação se não verificar, serão empregados em trabalho debaixo da tutela do Governo, não sendo caso algum concedido os seus serviços a particulares.

Art. 7º - Não se darão passaporte aos navios mercantes para os portos da Costa d'África sem que seus donos, capitães ou mestres tenham assinado termo de não receberem a bordo dele escravo algum; prestando o dono fiança de uma quantia ao valor do navio e carga, a qual fiança será levantada se dentro de 18 meses provar que foi exatamente cumprido aquilo a que se obrigou no termo.

Art. 8º - Todos os apesamentos de embarcações, de que tratam os arts. 1º e 2º assim como a liberdade dos escravos apreendidos no alto-mar, ou na costa antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois em armazéns e depósitos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instância pela Auditoria da Marinha, em segunda pelo Conselho do Estado. O Governo marcará em regulamento a forma do processo em primeira e segunda instância e poderá criar Auditores da Marinha nos Portos onde se convenha, devendo servir de Auditores os Juizes de Direito das respectivas comarcas, que para isso foram designados.

Art. 9º - Os Auditores da Marinha serão igualmente competentes para processar e julgar os réus mencionados no artigo 3º. De suas decisões haverá para as Relações os mesmos recursos e apelações que nos processos de responsabilidade; os compreendidos no artigo 3º da Lei de 7 de novembro de 1831, que não estão designados no artigo 3º desta Lei, continuarão a ser processados, e julgados na forma comum. Art. 10 - Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Mandamos, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos 4 de setembro de 1850, 29ª da Independência do Império. — Imperador com rubrica e guarda. — Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

EXÉRCITO E A ESCRAVIDÃO. O Exército brasileiro, assim como a Marinha de Guerra, foram o braço armado que sustentou o escravismo no Brasil. Não fosse a sua posição permanente de sufocador de movimentos de escravos e a sua postura de guardião da ordem escravista, possivelmente o epílogo do processo social concluído em 13 de maio de 1888 fosse bem diverso. A exemplo da Igreja Católica (V.), o Exército, àquela época sinônimo de Forças Armadas, nunca tomou posição contra o sistema escravista. Ao contrário, mesmo sabendo que desde 1831 o tráfico de escravos era ilegal no Brasil, nele se envolveu profundamente. A Marinha de Guerra corrompeu-se completamente, auxiliando muitas vezes o desembarque clandestino de africanos. Nas palavras do historiador Robert Conrad (1985), “mais indicativo da tolerância oficial para com o tráfico escravista foi o envolvimento aberto dos oficiais dos altos escalões do exército e da marinha e o uso que faziam das propriedades e instalações governamentais nos negócios do tráfico. Vários oficiais militares, cujo controle das fortificações costeiras proporcionavam-lhes uma vantagem evidente, foram particularmente notórios. Em 1836, quando o tráfico ilegal se tornava mais aceitável para a opinião pública, um certo coronel Vasques, comandante da fortaleza de São João na entrada do Rio de Janeiro, transformou a própria fortaleza num depósito de escravos. Em sociedade com o coronel Tota, que controlava um depósito de escravos na vizinha baía de Botafogo, o coronel Vasques desembarcou 12 570 africanos no Brasil, sem nenhuma interferência de qualquer autoridade. Em meados da década de 1840 a corruptibilidade do próprio Ministro da Guerra revelou-se inquestionavelmente quando os traficantes transformaram a fortaleza de Santa Cruz, estrategicamente situada na entrada da Baía da Guanabara, num entreposto receptor de novos africanos”. Com relação à Marinha, diz o mesmo autor: “Da mesma forma, os oficiais navais não resistiram à tentativa, e o Ministro da Marinha parece ter sido igualmente tolerante com suas atividades ilegais. De um certo tenente Diogo Donny, por exemplo,

um dos três oficiais navais dados como envolvidos no tráfico escravista em 1836, foi pego em flagrante por um navio da marinha brasileira quando transportava escravos; ainda assim, sem perder posto, foi colocado no comando de uma escuna imperial. Para citar mais um exemplo: quando o Uruguai aboliu a escravidão em 1842, uma corveta da marinha brasileira foi em auxílio dos proprietários brasileiros das charqueadas próximas a Montevidéu, transportando 188 trabalhadores cativos de volta à escravidão na Província de Santa Catarina, apesar das leis de ambos os países que, se executadas, teriam assegurado sua libertação”. Esse processo de corrupção da Marinha brasileira acentuou-se entre os anos de 1838 e 1839, pois, a partir daí, deixaram de ser concedidas recompensas aos oficiais e marinheiros brasileiros pela captura de navios negreiros. Esse processo de corrupção altamente lucrativo gerou a ideologia de um “nacionalismo negreiro”, o qual agitava a opinião pública contra a interferência da Inglaterra na repressão ao tráfico. Se o Exército e a Marinha se deixavam corromper abertamente quanto ao tráfico, internamente eram os bastiões da ordem contra qualquer manifestação de descontentamento ou rebeldia do escravo. Caxias deu o exemplo destruindo o quilombo de Manuel Congo (V.) no estado do Rio de Janeiro, praticando verdadeira carnificina entre os aquilombados, e comandou pessoalmente o extermínio do quilombo de Preto Cosme no Maranhão, durante a Balaiada. Em todos os movimentos de rebeldia, ou de insurreição, como conceituava o Código Criminal do Império toda tentativa de libertação do cativo, o Exército comparecia como a instituição estranguladora de qualquer esforço de mudança social da parte dos escravos. Extinto definitivamente o tráfico a partir de 1850, essa grande fonte de renda desapareceu para os militares. Em face disso, começaram a preparar uma outra empreitada altamente lucrativa, usando, ainda, o elemento negro como massa de manobra: a guerra do Paraguai (V.), quinze anos depois da lei que extinguiu o tráfico. O negro sofreu verdadeiro genocídio nessa guerra, onde o Exército brasileiro comandou uma tropa composta, na sua esmagadora maioria, de negros. Mas os postos de comando foram sempre ocupados por brancos. No seu final, cerca

de oitenta mil negros estavam mortos. Os filhos dos senhores de escravos, quando convocados, mandavam dois ou três, até cinco negros cativos em seu lugar. Os chamados Voluntários da Pátria eram pessoas recrutadas à força, amarradas e levadas para os quartéis, onde eram submetidas às mais violentas sevícias sob o pretexto de discipliná-las. O próprio Caxias afirmou que D. Pedro II “havia ordenado a apreensão capciosa e coercitiva de homens, agarrando por este meio a pais de família, anciões, a toda classe de trabalhadores e artistas, e até crianças, para encarcerá-los e mandá-los a nossos exércitos”. Por outro lado, o próprio Caxias foi acusado, no Senado, de corrupto e até de ladrão de mulas. Os soldados morriam de fome e os víveres não chegavam, porque eram negociados desonestamente pelos oficiais da Intendência. Antes disso, contra os farrapos, no Sul, que haviam libertado os seus escravos, Caxias ordenara que fossem açoitados todos os ex-cativos que lutassem no exército farroupilha, fato que levou Bento Gonçalves a ordenar o fuzilamento de um oficial do exército imperial prisioneiro todas as vezes que um negro soldado da República de Piratini fosse açoitado. Afirma-se comumente que o Exército, na última fase do escravismo, tomou uma clara posição abolicionista, dirigindo-se à Princesa Isabel e negando-se a servir de capitão-do-mato. Isso porém não corresponde à verdade. O que aconteceu foi o encaminhamento à Regente, pelo Clube Militar (V.), então sob a presidência do marechal Deodoro da Fonseca, de um requerimento nesse sentido, documento, aliás, que nunca chegou às mãos da Princesa, pois foi engavetado pelo ministro da Guerra Manuel Antônio da Fonseca Costa, visconde da Gávea. Em todo caso, o documento expressava a posição do Clube Mili-

tar e não a do Exército como instituição. Tanto isso é verdade que um contingente do Exército continuou atuando em Campos (Estado do Rio de Janeiro) na repressão aos grupos de escravos fugidos. **Bibliografia.** CONRAD, Robert. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

EXPOSIÇÃO, A. Revista crítica e humorística que circulou pela primeira vez em Recife, a 10 de agosto de 1887, sem constar a designação da data. Era impressa na Tipografia Central, com oito páginas, sendo quatro em litogravuras. O número 27, de 13 de maio de 1888, saiu em edição especial de quatro páginas, formato duplo, apresentando, na primeira, expressiva alegoria em que figura uma mulher com a bandeira da Abolição na mão direita e, na esquerda, correntes partidas, ao mesmo tempo em que esmagava com os pés a serpente da escravidão. O Editorial, abrindo a segunda página, dizia render “Tributo à Liberdade”. Seguiam artigos sobre a data assinados por Martins Junior, Júlio Falcão, Samuel Martins, Belisário Pernambuco, Gaspar Drummond, Artur Fenelon, J. Gonçalves Jr., Afonso Olinense, e diversas saudações em poucas linhas.

EXU. Divindade que os negros africanos trouxeram para o Brasil. É o mensageiro entre os homens e o orixá a quem se procura agradar antes das cerimônias do candomblé, dando-lhe de comer e beber antes de qualquer pessoa. Entidade ambígua, satisfaz os pedidos ou finge que os satisfaz. Essa ambigüidade entre o bem e o mal faz com que muitos pais-de-santo ou mães-de-santo procurem praticar o mal por meio dele e daí ter sido sincretizado com o Diabo. É o homem das encruzilhadas, o Tranca-Rua, Compadre, Legba, Maioral, Kalobô, Mojuba, Maromba, Barão, Tiriri, Chefe Cunha, Exu Akessan, Exu Langui etc. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

F

FAMÍLIA ESCRAVA. Era norma o desrespeito aos laços de parentescos na hora da venda de escravos. Crianças eram separadas de seus pais, famílias eram dissolvidas e os filhos mulatos muitas vezes eram vendidos separados dos pais. Era o proprietário quem regulamentava o relacionamento entre os sexos, a vida familiar e a moradia dos escravos. A vontade do dono sempre predominava. Para o senhor, o casamento tanto podia ser um modo de reter o escravo na propriedade quanto um transtorno, visto que dificultava a venda dos cônjuges. O registro do viajante Melchior Yvan, em *Voyages et Récits*, mostra como os senhores encaravam a questão dos laços de família dos escravos: "O que eu faço de minhas negras? Mas eu as emprego segundo a sua própria natureza: elas procriam. Cada uma possui um marido?, perguntei. Costuma-se dar, num rebanho, um carneiro a cada ovelha e um bode a cada cabra em legítimo casamento?, respondeu o fazendeiro". O escravo também não tinha direito à sua prole, uma vez que esta era propriedade do senhor, resultando numa enorme instabilidade familiar. Nos relatos dos viajantes não existem dados sobre a relação entre o pai escravo e o filho ou mesmo até entre irmãos. A figura da

mãe é constante, mas somente nos primeiros anos de vida da criança.

FAREJADOR. Especialista em farejar negros fugidos; cobrava caro por suas aptidões. Alguns desses farejadores, pelos serviços prestados a fazendeiros que dispunham de influência política, passavam desta profissão a funções de alguma importância. Os senhores de escravos de Nova Orléans (EUA) celebrizaram-se pelo emprego de cães, *bond-hounds*, amestrados na perseguição de negros fugidos. O costume de Nova Orléans era o mesmo adotado no Brasil por alguns capitães-do-mato, que possuíam cães farejadores de quilombos. Essa prática era mais comum em certos municípios de São Paulo (Limeira, Campinas etc.).

FAZENDA SANTANA, FUGAS DA. Os escravos da fazenda Santana (Sorocaba, São Paulo), pertencentes à Real Fazenda viviam, durante os séculos XVIII e XIX, em constante debandada. Fugiam para Mojiguaçu, Jacareí, Jundiá e até para Minas. Evadiam-se em pequenos grupos de dois ou três. Por anos viveram em fuga constante, alguns dos quais foram recapturados. Essas fugas intensificaram-se no século XIX, levando as autoridades a adotar uma série de medidas de segurança. Porém, já em 1783, Francisco da Cunha Meneses ordenou medidas mais drásticas

para a captura dos escravos. Nesse mesmo ano, Manuel Lopes de Leão, capitão-mor de Taubaté, prendeu o mulato claro Jerônimo, de doze anos de idade, que fugira da fazenda Santana juntamente com dois irmãos. Segundo aquela autoridade, os três se teriam dirigido para Taubaté, onde tinham pai e mãe, ambos residentes em Piracuama. O pai dos fugitivos chamava-se Manuel da Costa e a mãe, Marta de Oliveira. Aquela autoridade também ordenou a prisão dos pais dos escravos fugidos para “dar conta dos filhos”, ou seja, usou de reféns para conseguir seus objetivos. Quanto aos escravos, deviam ser restituídos à dita fazenda “onde pertencem”. **Bibliografia.** MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

FEITIÇARIA, OS ESCRAVOS E A. Dos muitos processos arrolados pelo Santo Ofício no Brasil, grande número trata da prática de feitiçaria pelos escravos. Esses processos podem ser encontrados tanto nos livros das três visitas da Inquisição quanto nos documentos da Inquisição, em Lisboa e Évora. O potencial mágico dos escravos era temido há muito tempo por seus senhores. No início do século XVIII, na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão (Pernambuco), o capitão José Carneiro não permitia a aproximação de seu escravo Marcos, porque diziam que era feitiçeiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, n. 27-28). Como explica Laura de Mello e Souza (1986), por meio dos feitiços os escravos procuravam resguardar-se dos maus-tratos dos senhores, conseguir alforrias e atacar a pessoa de seus amos ou suas propriedades. Quanto à proteção contra maus-tratos, por exemplo, existem muitos casos em que se narra que os escravos das Minas acreditavam que “a raiz de trigo que dava nos brejos” tinha poder para livrar de castigos (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, proc. n.º 11 163). Alguns raspavam as solas dos sapatos dos seus senhores para que estes não mais batessem neles, como se pode ver no caso do negro Manuel da Piedade (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, proc. n.º 9 972). Quanto às alforrias, há o caso do escravo José Francisco Pereira, que preparava “misturas” para a obtenção de alforrias. Ao levar essa prática para Lisboa, acabou preso e enlouqueceu nos cárceres da Inquisição. Consta também que frei Luís de Na-

zaré, o mesmo que seria denunciado pela escrava Feliciano Ferreira da Cruz (V.) por abusos sexuais, preparava uma mistura de sangue de porco, a pedido de Catarina Pereira da Matta, para conseguir a libertação do escravo Inácio (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Proc. n.º 3 723). A magia era ainda usada para a destruição dos senhores e/ou de suas propriedades. A escrava Maria Joana matou Conceição do Mato Dentro, uma escrava de sua senhora, D. Maria de Sá Cavalcanti, e alegou ter cometido tal ato “porque o demônio a tentara” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, Proc. n.º 11 767). Outra Joana, escrava do engenho de Nossa Senhora de Guadalupe, no Pará, também matou uma escrava de seu senhor e planejava matar sua senhora por meio de “bruxaria”. Luzia da Silva Soares, conhecida como a “feitiçeira” de Antônio Pereira, fazia feitiços contra a família senhorial e, dentre as acusações que lançavam contra ela, consta a de que enfeitiçara as lavras auríferas para não mais produzirem. **Bibliografia.** SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

FEITICEIROS AFRICANOS. Também chamados de “mandingos” ou “mandingueiros”, eram-lhes atribuído, entre outros poderes, o de domesticar cobras venenosas e curar seu veneno com cantos e exorcismos. Era temido o efeito da “mandinga”, que consistia numa mistura de ervas, raízes e terra. Também chamados de “feitiços”, esses encantamentos tinham o poder de cura ou de morte. Narra Thomas Ewbank (1973): “Fomos ontem à repartição de polícia para ver a tralha de um feitiçeiro africano que acabava de ser preso. Havia o bastante para encher uma carroça. [...] Uma grande jarra, escondida por saias, constituía o corpo do ídolo principal; dois outros menores eram de madeira, com braços articulados, os rostos e as cabeças besuntados de sangue e de penas, sendo para tal necessária uma galinha dada pelos consulentes, pinças de ferro e facas de pedra, usadas como instrumentos de sacrifício; chifres de cabra, presas de marfim, esqueletos de cabeça de animais, uma fileira de maxilares, pequenas caixas de terra colorida, matracas, uma palmatória, molhos de ervas (um deles de arruda). O barrete e a capa escarlate do mágico, e a cortina atrás da qual ele representava o papel de ventríloquo quando convocava os

espíritos e com eles conversava. Sendo escravo – um astuto negro mina – deverá ser açoitado. A Justiça diz que a tralha de um feitiçeiro é conhecida como candomblé, e que tais indivíduos, com suas práticas, roubam aos escravos suas pequenas economias, estimulando-os igualmente a roubar seus amos. Além de fornecer pós inócuos como poções para despertar amor e fazer com que recebam melhor tratamento por parte dos senhores, eles às vezes dão vidro moído e outras substâncias nocivas para serem postas na comida dos patrões”. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

FEITOR¹. Na hierarquia rural, indivíduo que dirigia as fazendas, fiscalizando os serviços e, sobretudo, mantendo a disciplina da escravaria. No início, era quase sempre um português, mas com o tempo a profissão passou a ser exercido especialmente por mulatos. Tinha autorização do senhor de aplicar castigos nos faltosos, no que exagerava quase sempre, chegando muitos deles a requintes de selvageria. Diz Luiz Luna (1976) que “os feitores, quase todos portugueses de mau instinto, excediam-se nos castigos. Sempre faziam mais do que os senhores mandavam, na explosão dos recalques de suas frustrações de subalternos. Foram eles os elementos que mais concorreram para os crimes e as revoltas dos escravos. A sua ação nefasta, desde os primórdios do cativeiro, foi desumana e cruel. Tanto se excederam nas atrocidades que, mais de uma vez o Estado se viu obrigado a intervir, através de avisos, recomendando moderação nos castigos dos escravos”. O abuso era tanto que, ainda no século XVII, Antonil, temeroso, aconselhava: “Aos feitores de nenhuma maneira se deve consentir dar coices, principalmente nas mulheres que andam peçadas, nem dar com paus nos escravos, porque na cólera não se medem golpes e podem ferir mortalmente a um escravo de préstimo que vale muito dinheiro e perdê-lo. Repreendê-lo e chegar-lhes um cipó às costas com algumas varancadas é o que se lhes pode e deve permitir para ensino. Prenderem os fugitivos e os que brigarem com feridas ou se embebedarem, para que o senhor os mande castigar com cipó até a escrava que não quis consentir no pecado ou o escravo que deu conta fielmente da infidelidade, violência ou crueldade do feitor, isso de nenhum modo se há de sofrer”. Nas palavras de Artur Ramos (1956), “nas fazendas, nos

trabalhos de mineração, no Brasil, o trabalho escravo era regulado pelo chicote do feitor. O escravo era um animal, que valia apenas pelo trabalho rendido. Os sofrimentos, os castigos não permitiam ao escravo quase nenhuma atividade esportiva. Nas fazendas o feitor não lhes dava trégua. Qualquer pequena falta cometida – o furto de um pedaço de carne ou de rapadura, ou de uma cana colhida no partido – era punida com o castigo mais comum: os açoites com o relho de couro cru, o infamante bacalhau”. Quase sempre o próprio feitor se encarregava de executar o castigo no escravo. Algumas vezes, porém, transferia a tarefa para um escravo. Quando, porém, o feitor desconfiava que o escravo designado como carasco não estava executando a contento o papel, colocava atrás dele outro escravo igualmente armado de chicote, para agir quando necessário e, levando mais longe ainda suas precauções tirânicas, colocava-se ele próprio em terceiro lugar para castigar o “fiscal” no caso em que este não cumprisse seu dever com bastante severidade. **Bibliografia.** LUNA, Luiz. *O Negro nas Lutas contra a Escravidão*. Rio de Janeiro, Cátedra, 1976; RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1956.

FEITOR². Traficante que recebia, por contrato escravista firmado com a Coroa, o direito e a exclusividade do comércio negreiro. Vinha abaixo do procurador (V.), elemento que representava o contratador onde quer que fosse necessário. Este podia designar quantos feitores lhe conviessem para os lugares da África, Brasil ou Índias, relacionados com o respectivo monopólio. No caso de acumularem o cargo de procurador, maiores seriam suas prerrogativas. Escolhidos, deviam ser aprovados pelo Conselho da Fazenda e prestar juramento aos Evangelhos, na metrópole ou nas possessões afetas ao tráfico negreiro, inclusive as da América portuguesa e espanhola. Houve tempo em que se exigia a nacionalidade portuguesa para exercerem o ofício. Suas obrigações achavam-se delineadas nos próprios contratos, embora aparecessem com maior precisão em acordos firmados à parte, inclusive salários, porcentagem, acerto de contas etc. Em algumas feitorias, o trabalho se revelava árduo e intrincado, a exemplo de Cabo Verde, cujo arrendamento abrangia diversas ilhas com os respectivos dízimos, taxas, direitos de

ferro e da urzela, saída e entrada de navios. Assim que os feitores se instalavam, organizavam um escritório com livros para registro dos escravos, controle de mercadorias, recebimentos de dinheiro e pagamentos. O próprio governo lhes fornecia, mediante aluguel, moradia, um armazém e um alojamento para os escravos. Seguiam-se depois o trabalho no sentido de obter "peças de escravos", selecioná-los por estatura, idade, sexo e vigor, marcá-los com ferro e mantê-los com saúde até os embarques para o Novo Mundo. Outras providências que lhes cabiam eram juntar alimentos para a extenuante viagem e obter verbas destinadas ao pessoal eclesiástico e aos funcionários civis. Aos feitores também cabia estabelecer os preços das mercadorias.

FEIXE. Determinada porção de canas, atadas pelos escravos, de quantidade variável, conforme a época ou o local. V. *Fouce*.

FELICIANO BICUDO. Abolicionista paulista que participou ativamente da última fase da abolição no Estado, tendo ligações com Antônio Bento e com os abolicionistas de Santos. Mandou, juntamente com outros abolicionistas, muitos escravos para o quilombo do Jabaquara. Segundo seu próprio depoimento, "Santos era o rumo dos infelizes que nós conseguíamos arrancar ao cativeiro conquistando-os nas cidades, nos sítios ou nas fazendas de qualquer maneira e contra qualquer risco. Ficávamos satisfeitos quando os púnhamos a caminho do Jabaquara, o famoso reduto santista, e, quando sabíamos que os escravos subtraídos tocavam as raias do município do litoral, deixávamos de pensar neles, para pensarmos em novos infelizes, porque aqueles já estavam entregues à própria liberdade, sintetizada pela terra santista". Foi o fundador do Clube Abolicionista do Brás, e foi preso juntamente com João Ferreira Granja e José Vila Maria em consequência do furto de escravos que praticaram numa chácara em São Paulo. O próprio Feliciano Bicudo esclarece em depoimento: "Nesta ocasião deixamos a importante família sem um criado para servi-la, porque todos eram escravos e nós os encaminhamos para Santos sob mil artifícios. Fomos, por isso, presos e processados. Vila Maria e Granja conseguiram, depois de algum tempo, escapar aos processos e deixar a prisão. Eu, porém, só consegui desvencilhar-me da polícia após uma série de circunstâncias em que, disfarçado em tropeiro,

até, tive de refugiar-me em Santos, e após ter, algum tempo depois, respondido a júri, no qual fui unanimemente absolvido". Lembra-se, também, de ter recebido um telegrama sem assinatura e somente com estas palavras: "Encomenda segue hoje trem 10 horas espere estação". Desconfiado, mas sabendo ser alguma mensagem abolicionista, foi, juntamente com um amigo membro do Clube do Brás, para a estação. Quando o trem chegou, divisaram uma conhecidíssima preta de Santos acompanhada por um espanhol e compreenderam imediatamente ser aquela a encomenda. Ainda de acordo com o seu depoimento: "Tomamos ambos o mesmo vagão em que viajavam o senhor e a escrava, e, ao chegar na Luz, enquanto o meu companheiro, homem forte também, fingia um tropeção caindo sobre o espanhol e atrapalhando-o por momentos, eu tomava a preta pela mão e saía com ela, rapidamente, vagão afora, passando entre dois policiais que nos ficaram a olhar, aturdidamente, sem poderem compreender a cena à primeira vista. Num ápice meti a escrava num dos carros da Luz, sendo justo que diga de passagem que todos os cocheiros de São Paulo eram abolicionistas e exerceram na campanha relevantíssimo papel, e duas horas depois, já a tinha escondido num pequeno subterrâneo que fizera em minha casa para este fim, cuja entrada ficava por baixo de uma grande arca onde guardávamos coisas velhas da família". Posteriormente, ficou sabendo, através da própria escrava que ele libertara das mãos do seu senhor, que o telegrama fora passado por Santos Garraão (V.), que também a avisara para ficar preparada no momento da evasão.

FELIPE MINA. Um dos primeiros escravos em São João da Chapada, em Minas Gerais. Depois de conseguir a alforria, transformou-se em abastado proprietário, inclusive de escravos e garimpos. Proprietário das melhores casas do povoado, construídas de alvenaria e cobertas de telhas, erigiu também a sua primeira igreja, da qual o seu filho foi o primeiro sacristão. Depois de enriquecer, passou a odiar os negros, tornando-se um verdadeiro carrasco para os seus escravos. Negro retinto, tinha horror à cor preta e vestia-se somente de branco. Quando castigava os seus escravos, dizia-lhes: "Agora vai dizê que branco é mau". Alguns ex-escravos que, como ele, prosperaram em Minas no século XVIII, muitas vezes tinham

comportamento tirânico com os seus escravos. Chica da Silva (V.) também é um exemplo.

FEROCIOUS-LOOKING FELLOW. Indivíduo que, na escotilha dos navios negreiros da Inglaterra, tendo na mão um chicote de diversas pernas de couro retorcido, exercia vigilância sobre os escravos e os impedia de tentar subir do porão do navio para o tombadilho.

FIGUEIRA LIMA, MARIA TOMÁSIA. Mulher cearense que participou ativamente da luta em prol da abolição naquela província. Nascida em Sobral, descendia das tradicionais famílias Figueira de Melo, Xerez e Viriato de Medeiros. Foi casada pela segunda vez com o abolicionista Francisco de Paula de Oliveira Lima. Apesar de não possuir grande cultura, era ótima oradora (Girão, 1956). Trabalhava incansavelmente pela abolição da escravatura. Foi diretora-geral da Sociedade Abolicionista Feminina, a Cearense Libertadora, instalada em 6 de janeiro de 1883. *Bibliografia.* GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1956.

FILA. Gorro ou turbante vermelho, com borla caída, usada pelo alufá (V.). Segundo Jacques Raymond, vem do iorubá *fila*, gorro ou turbante. Diz-se também *fula*, do hauçá, que significa fez ou turbante.

FILANTROPO, O. Órgão da Sociedade Filantrópica, fundada e dirigida, no Rio de Janeiro, por José Antônio do Vale Caldra e Tião.

FILHOS DE MÃE-DE-GUINÉ. Denominação atribuída aos brasileiros pelos portugueses antes da Independência.

FLUXO E REFLUXO, TRÁFICO DE ESCRAVOS COM BASE NO. Expressão cunhada por Pierre Verger para se referir ao tráfico entre o Brasil e a África, nos séculos XVII e XIX, que funcionava sem a interferência da metrópole, quebrando assim o esquema do tráfico triangular (V.). Era estabelecido entre a Bahia e o golfo de Benim, sem intermediação de Portugal. Essa forma alternativa de tráfico deveu-se a um série de circunstâncias. Em primeiro lugar, a regionalização de um produto, o tabaco, na área da Bahia. Esse fumo era de três categorias: a melhor destinava-se à exportação para Portugal, que o revendia no mercado europeu; a segunda era para consumo interno; e, finalmente, o refugo, chamado *soco*, era praticamente inercial. Em segundo lugar, a interferência da Holanda por meio da

Companhia das Índias Ocidentais, que, depois que ocupou o Forte da Mina, monopolizava o comércio de mercadorias com a África, deixando livre apenas o comércio do fumo. Ademais, os reis ou régulos da Costa da Mina preferiam trocar escravos por fumo, ao contrário do que ocorria com os de outras regiões, que aceitavam miçangas, pentes, armas, tecidos e outros objetos para escambo produzidos nas metrópoles. Esse fato provocou o desenvolvimento da fabricação, para exportação para a África, daquela categoria de fumo antes refugada e não comercializada. Os produtores baianos untavam o fumo com mel de cana a fim de deixá-lo com um aroma agradável. A regionalização da produção do tabaco na Bahia gerou uma próspera indústria fumageira, na qual os comerciantes locais empregavam escravos. A primeira parte desse comércio desenvolveu-se a partir do século XVII até praticamente 1831, quando o tráfico foi considerado ilegal. A impunidade dos contrabandistas de escravos determinou a formação, na Bahia, de uma aristocracia negreira composta por chefes, patriarcas, benfeitores e senhores que influenciaram ativamente a política local. Os descendentes dessas linhagens de traficantes contrabandistas de escravos ainda exercem influência no seio das elites baianas, o que demonstra o imobilismo da sociedade brasileira, especialmente a baiana, por quase trezentos anos. Essa oligarquia exportadora de fumo e importadora de escravos foi, ao mesmo tempo, controladora dos mecanismos de distribuição dos africanos. Mas, com o ciclo do ouro, houve um deslocamento do centro de atividades econômicas para Minas Gerais e, com isso, a necessidade de trazer para as lavras uma população escrava. Mudou-se a capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, deslocando-se o eixo da economia. A qualificação da população escrava foi reciclada e os administradores mineiros passam a solicitar escravos de Angola em vez de negros da Costa da Mina, por serem estes últimos, segundo eles, muito altivos e insubordinados, criando o risco de rebeliões ou tentativas de suicídio. Em contrapartida, como consequência da quase exclusividade do estoque sudanês, esse comércio concentrou na Bahia uma população composta de negros islamizados. Essa população negra, relativamente homogênea pelos seus traços culturais, espe-

cialmente a religião, iria detonar a série de rebeliões escravas entre 1807 e 1835. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

FÔLEGO VIVO. Nome que, após o Alvará de 12 de fevereiro de 1682, aparecia nos contratos para designar o escravo, a "peça-da-índia". Os negros eram negociados por cabeça e, às vezes, por toneladas. V. *Peça*.

FORCA. Instrumento de execução que consiste em uma haste como parte horizontal onde se coloca a corda que irá executar o condenado. Era uma forma de morte aviltante e refletia simbolicamente a gravidade do crime e o *status* do condenado. Os escravos, quando condenados à morte, eram sentenciados sistematicamente à forca. Como no Brasil escravista não havia a profissão de carrasco (V.), paradoxalmente muitos dos escravos eram executados por outros cativos também condenados e que, com esse ato, tinham atenuadas as suas penas. Somente quando o governo não encontrava quem quisesse enforcar os escravos condenados à morte, mandava fuzilá-los, como ocorreu com os líderes da revolta dos malês, em Salvador (1835).

FORÇAS ARMADAS, ESCRAVOS NAS. Embora os cargos políticos fossem fechados aos negros e pardos, havia duas instituições que os aceitavam: as Forças Armadas e a Igreja Católica. Em muitas sociedades escravistas, os proprietários nunca aceitaram escravos ou seus descendentes em postos de liderança na área militar ou nos ofícios religiosos, mas na cidade do Rio de Janeiro a participação dos escravos no exército era aceita. No século XVI, o Brasil já havia utilizado soldados escravos, quando Portugal os empregou na defesa de seu império colonial. Devido ao pequeno número de homens brancos e à familiaridade dos portugueses com soldados muçulmanos escravos na Península Ibérica e Norte da África, a prática de empregar escravos no exército foi utilizada e não temida pelos escravistas, como aconteceu nos EUA. Devido ao grande número de escravos que defendiam o Brasil como soldados, os grandes proprietários e seus filhos não valorizavam a carreira militar, preferindo liderar as milícias locais ou regionais. Os únicos que entravam nas academias militares eram os filhos das camadas médias urbanas,

que começavam como oficiais e dedicavam-se à carreira militar. Quando, em 1820, o Governo Imperial importou mercenários para defender o Brasil, a experiência não foi bem-sucedida. Em vez de forçar o recrutamento, foi dada oportunidade à criação de milícias e forças regulares para escravos libertos e homens livres de cor. Lucock, que morou no Rio de Janeiro (1808-1818), registrou dois regimentos de milícias e descreveu os escravos que deles participavam. Por volta de 1 500 homens esfarrapados formavam o grupo e, como seus senhores ficavam "muito ocupados" em carregar seus mosquetes, guarda-chuvas, bandeiras ou tambores, aos escravos é que cabia toda a tralha. No século XVIII e início do XIX havia regimentos constituídos inteiramente de mulatos. Antes de 1808, o regimento dos mulatos, conhecido como os "Terços dos Pardos", com seus próprios oficiais pardos, foram importados de outras áreas. Seus oficiais eram listados nos almanaques ao lado de outros importantes oficiais brancos. Em 1792 e 1794, havia listas completas para o "4º Batalhão de Infantaria Auxiliar dos Pardos Libertos", que incluía os libertos. Em 1794, havia 31 oficiais, inclusive um comandante, tenentes e capitães, com títulos como "capitão dos granadeiros". Em contraste com essa lista expressiva, o almanaque de 1817 registra apenas quatro oficiais listados nas "Companhias dos Pardos", sendo todos oriundos de fora do Rio de Janeiro. Talvez os originários dessa cidade integrassem outras unidades. Em 1834, 111 pardos serviam como "militares" no Rio de Janeiro. Por volta de 1820, houve um aperfeiçoamento das milícias. O viajante Walsh descreveu um regimento composto de homens "de diferentes tons de preto" e salientou a ordem, a disciplina e o excelente equipamento, além de ótima banda que tocava músicas de sua própria composição. Em 1841, Gustavus R. B. Horner (*Medical Topography of Brasil*, Philadelphia, 1845) registrou uma procissão religiosa que incluía um regimento da Guarda Nacional, "quase todo composto de mulatos". O coronel que levava o grupo, o "maior, mais bem formado e elegante homem do regimento", era também um "mercador de café muito rico". Seus soldados pardos marchavam em ordem, muito bem uniformizados. Aumentou também o emprego de homens de cor e es-

cravos como soldados no exército regular, embora muitos escravos tenham continuado o trabalho militar de "bestas de cargas", caminhando ao lado dos soldados e carregando espadas, rifles, caixas de munição, feno para os cavalos, provisões para as campanhas, até mesmo canhões. Alguns carregavam guarda-chuvas sobre as cabeças de seus donos enquanto marchavam. Além disso, no Rio de Janeiro, o Governo Imperial recrutava escravos para o exército a fim de reprimir revoltas escravas, de lutar no Sul ou servir em guerras internacionais, como a do Paraguai. Em tempos de crise, o serviço militar era aberto a escravos, que poderiam obter sua liberdade mediante serviços prestados como soldados. Em 1848, o governo nacional estimou em quatrocentos mil-réis as despesas com os escravos que haviam recebido a liberdade por serviços prestados no Rio Grande do Sul, se estivessem em boa saúde e entre dezesseis e trinta anos de idade. Pela Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, o governo concordava em indenizar os proprietários de escravos que haviam morrido na grande guerra, assim como aqueles que sobreviveram e permaneceram no exército. Seguindo estes precedentes, por volta de seis mil escravos foram recrutados e libertados por seus serviços na Guerra do Paraguai. Há poucas informações de escravos na Marinha. Embora fossem usados comumente como marinheiros nos navios particulares, existem poucas evidências de que tenham sido recrutados pelos portugueses antes da independência do Brasil. Na Guerra do Paraguai, os escravos e libertos foram recrutados pela Marinha e alguns se distinguiram nas batalhas navais, como a do Riachuelo. O censo de 1834 relaciona 35 negros e 72 pardos marinheiros, mas não informa se serviam na marinha ou em navios comerciais. Em geral, a Marinha parece ter sido mais fechada aos negros do que o Exército ou as milícias.

FORMAS DE ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA. Com a dinamização do comércio negreiro internacional, ocorreu na África um remanejamento da justiça e dos costumes locais, no sentido de facilitar a escravidão interna e, com isso, suprir de mercadoria os traficantes. No final do século XVIII, os negros africanos eram escravizados por uma série de motivos, alguns dos quais já eram comuns na sociedade tradicional africana, mas ou-

tros foram acrescidos com o objetivo de conseguir mais escravos comerciais. Os métodos tradicionais incluíam condenação por juízes africanos locais por adultério e roubo; substituição de mulheres, filhos e filhas ou outros parentes por pessoas do sexo masculino condenadas à escravidão, e a tomada de prisioneiros de guerra. Os meios ilegais de escravidão tiveram suas origens na pirataria e no uso da força e incluíam o rapto e a venda de parentes próximos pelos chefes de família. Manoel Ribeiro da Rocha (V.), por seu turno, escrevia que, por mais de duzentos anos, "milhares e milhares" de africanos foram "barbaramente cativados pelos seus próprios compatriotas, por furtos, por pirataria, por falsidades, por embustes e por outros semelhantes modos, que a malícia daqueles infíeis, instigada do demônio, tem inventado" (Capela, 1974). Os traficantes, por outro lado, estimulavam as guerras intertribais, obtendo assim milhares de prisioneiros, que lhes eram vendidos pelos próprios africanos. **Bibliografia.** CAPELA, José. *Escravidão: A Empresa de Seique e o Abolicionismo (1810-1895)*. Porto, Aparentamento, 1974.

FORRO. 1. Escravo liberto, alforriado. 2. Índio legalmente livre, mas sob controle português. V. *Liberto e Alforria*.

FOUCE. Par de escravos, geralmente homem e mulher, que cortavam a cana e atavam-na em feixes nas fazendas de açúcar para serem enviados aos engenhos.

FRANÇA, CAETANO ALBERTO DA. Pardo, capitão de navio negreiro e comerciante de escravos, alternava sua permanência entre a África e a Bahia. Foi, entre 1818 e 1824, capitão de navios negreiros. Existem registros de sete viagens realizadas nos navios *Lucrecia*, *Rosália* e *Minerva*. Foi tutor dos filhos de dois famosos comerciantes de escravos na Bahia, Manuel Joaquim d'Almeida e Joaquim d'Almeida. Caetano Alberto não chegou a fazer fortuna com o tráfico. Morreu na Bahia.

FULA. Povo de origem berbere-etíópica e influência maometana. Membros dessa etnia atuavam como guardas das galés da Fazenda Real em Minas Gerais no início do século XIX. **Bibliografia.** SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Rio de Janeiro, Ed. Livr. Castilho, 1924.

FUNDO DE EMANCIPAÇÃO. Fundo criado pela Lei do Ventre Livre (V.) com o objetivo de libertar

tantos escravos quantos correspondessem à quota disponível anualmente destinada à emancipação. O Fundo de Emancipação era constituído pelas taxas dos escravos, pelos impostos gerais sobre transmissão de propriedade dos escravos, pelo produto de seis loterias anuais, isentas de impostos, e pela décima parte das que forem concedidas de ora em diante para correrem na capital do Império, pelas multas impostas em virtude desta lei, pelas quotas que sejam marcadas no Orçamento Geral e nos provinciais e municipais, e pelas subscrições, doações e legados com esse destino. Esse fundo nada mais foi que um emaranhado de normas jurídicas, administrativas e burocráticas para, de um lado, dificultar ao máximo a possibilidade de o escravo conseguir a emancipação e, de outro, criar toda uma sistemática de corrupção na distribuição de verbas para o fundo. O sistema corruptor tinha diversos níveis, desde a arrecadação do produto da loteria criada com esse fim até a fraude na distribuição dos fundos arrecadados. Além disso, a burocracia, subserviente aos senhores de escravos, sempre conseguia classificar aqueles a serem emancipados segundo os seus interesses, privilegiando os velhos, estropiados e incapazes, em detrimento dos sadios e jovens. Tanto isso é verdade que foi insignificante a quantidade daqueles que conseguiram a alforria por meio desse fundo. Para dar uma idéia da inoperância do Fundo de Emancipação, basta verificar o seu movimento financeiro e a aplicação no período dos anos fiscais de 1871/1872 a 1877/1878, quando foram recolhidos 8 034 970\$196 contos de réis; somente em livros, gratificações e outras despesas foram gastos 525 917\$661 contos e, em manumissões, 2 880 464\$001 contos. Os 4 151 126\$844 restantes não foram aplicados, ficando um saldo de 3 883 857\$352 contos de réis sujeito a liquidação. Cabe observar, enfim, que muitas verbas se desviavam no trajeto entre a Corte e as diversas províncias.

FUNIDORES. Traficantes que, no interior da África, se deslocavam de aldeia em aldeia para trocar negros por objetos. Eram pretos livres que viviam desse escambo (V.), permutando escravos no sertão africano ou nos presídios por gêneros. Esses gêneros eram transportados em comboios, compostos de negros, que muitas vezes chegavam a cem. Diz Luís Antônio de Oliveira

Mendes que percorriam todo o interior “a fim de permutarem os escravos condenados ao cativeiro; pelo troco de fazendas já referidas e daquelas que eles mais estimam, miçanga, coral, tabaco, jiribita, alguns instrumentos de ferro de que eles usam e [...] espingarda, pólvora e chumbo. [...] Feita pois a permutação, o ato de posse e da tradição da coisa comprada é cruel, porque os funidores, ou tumbeiros em as suas manpas, ou cargas, já trazem como reserva o necessário libambo e os escravos saem do tronco, do grilhão ou de outro qualquer modo de prisão para o libambo. Nesta corrente de ferro, vai-se perdendo de pouco em pouco espaço cada um dos pretos escravos da maneira seguinte: pelo anel da corrente no espaço competente fazem os sertanejos, e os do comboio passar um pedaço de ferro e com ele à força de pancada fazem outro anel; e sobrepondo as pontas de ferro uma a outra, fica a mão do escravo presa, e metida nesta nova argola. De ordinário é o libambo lançado na mão direita; porque temem os funidores que, ficando livre a mão direita, podem os escravos com algum outro ferro, ou ainda abrir com pau o anel que os prende. O libambo das escravas é outro; em separado; e soltas as crianças, a que se dá o nome de crias. Quando os funidores têm informação tirada no presídio, ou de quem os permutou, que o escravo é revoltoso e resoluto, lhes lançam o libambo, o anel da prisão pelo pescoço; e muitas vezes sucede que os escravos trazem o libambo no pescoço e na mão. Os sertanejos, ou funidores, vão passando de presídio em presídio, levando no comboio os escravos que têm permutado. Cada um deles leva às costas o carapetal, isto é, o saco do farnel, que o sertanejo tem comprado, para eles se sustentarem até chegarem ao outro presídio onde se refazem de novos gêneros. [...] Esta jornada dura meses. Nela não bebem água, senão quando vencem a distância dos charcos e lagoas. Acampam-se onde lhes destina o funidor, ou o sertanejo. A sua cama é o chão; o teto da casa o céu; as folhas das árvores nem cobrem a todos. A cacimba destila e chove sobre eles. [Cacimba é um orvalho que, na África, cai invisivelmente sobre a terra, desde o pôr-do-sol ao amanhecer.] O seu travesseiro é o tronco das árvores, e os corpos dos outros. Sentados no arraial, e postos os escravos em círculo, se acende no centro uma fogueira para dar

calor a todos: a qual lhes serve de luz, e dura até o amanhecer, tempo em que prosseguem a jornada. Passam as noites em uma quase modorra e vigília, porque ainda em as horas destinadas para o sono, continuamente estão sendo acordados pelas sentinelas do comboio, que os vigiam e lhes gritam, temendo um levantamento que tanto os assusta, nascido do prejuízo e a todos comum, de que os escravos cativos conhecem

erva que faz amaciar e estalar o ferro”. Em algumas partes da África, esses traficantes eram conhecidos também por “tumbeiros” ou “sertanejos”. **Bibliografia.** OLIVEIRA MENDES, Luís Antônio. *Memória a Respeito dos Escravos e Tráfico da Escravidão entre a Costa d'África e o Brasil*. Trabalho apresentado à Real Academia das Ciências de Lisboa (1793). Porto, Escorpião, 1977.

G

GALENO, JUVENAL. Poeta cearense abolicionista (1836-1931). Iniciou-se na Corte do Rio de Janeiro, antes de voltar ao Ceará e tornar-se funcionário, aposentando-se por cegueira. Figura singular e cultivador de poesia simples, foi um dos primeiros abolicionistas.

GALÉS. Penalidade, equivalente a trabalhos forçados, imposta especialmente aos escravos que escapavam da força. O regulamento de 7 de janeiro de 1858 determinou as condições em que os condenados deviam cumprir a pena. Esse regulamento foi feito para ser cumprido em São Paulo, mas tinha os mesmos dispositivos para todo o Brasil. É o seguinte o seu texto:

Art. 1º – No verão às 5½ e no inverno às 6½ da manhã serão entregues aos guardas urbanos os galés que tiverem de ser empregados nas obras públicas com as correntes examinadas pelo carcereiro, ou seu ajudante para serem verificadas pelos guardas.

Art. 2º – Os presos vencerão a diária de cem réis.

Art. 3º – São obrigados a trabalhar para as obras que lhes forem indicadas, no verão desde as seis horas da manhã às seis da tarde, e no inverno desde as sete até cinco horas da tarde, tendo o descanso necessário para o almoço e para o jantar, sendo um e outro no serviço, se for distante da cadeia, e o jantar nesta se for perto.

Art. 4º – Somente poderão ser escusados do serviço aqueles que pelo médico da Câmara forem impossibilitados de o prestar.

Art. 5º – Todos os presos devem se conservar com gravidade, e não faltando à decência por ações, gestos, ou palavras, e se a simples advertência dos guardas não os contiver, sofrerão a multa de parte até a totalidade do jornal, sendo dividido em quatro partes, e começando pela primeira, e progressivamente até o fim.

Art. 6º – Também sofrerão as mesmas penas os que advertidos para trabalharem não o fizerem, e pelo modo que lhes for ordenado, guardando-se a mesma proporção.

Art. 7º – Os que reincidirem nos mesmos delitos e se mostrarem incorrigíveis com estas penas sofrerão as que impõe o Regulamento da Cadeia, na ocasião em que forem recolhidos para o descanso, além da perda da totalidade do jornal.

Art. 8º – É rigorosamente proibido aos presos

§ 1º – o uso de bebidas espirituosas;

§ 2º – qualquer contato oneroso ou gratuito com os Guardas ou quaisquer outras pessoas na ocasião em que saírem do serviço;

§ 3º – o jogo de qualquer espécie;

§ 4º – o uso de qualquer instrumento que não seja necessário para o serviço em que estiverem aplicados;

§ 5º – o desvio do caminho e demora que não forem permitidos pelos Guardas que os estiverem sob sua vigilância.

Art. 9º – Os que infringirem as disposições do artigo ante-

cedente sofrerão as mesmas penas do Art. 5^a e na mesma proporção, e no caso de relutância do Art. 7^a.

Art. 10 – Todos os galés destinados às obras públicas serão conservados em lugar separado, assim também examinadas as correntes na ocasião em que forem recolhidos.

Art. 11 – Todas as semanas será feita uma guia dos vencimentos do presos, sendo designado pelo Presidente da Câmara o Guarda que deverá servir de ponto, e se abrirá a cada um deles um conta dos vencimentos que lhes pertencam, a fim de serem aplicadas às suas necessidades.

Art. 12 – Os galés além das multas acima estabelecidas são obrigados a indenizar os prejuízos que causarem por sua culpa, ou negligência, e na falta de meios pecuniários sofrerão os castigos pelo Regimento da Cadeia.

Paço da Câmara em São Paulo, 7 de janeiro de 1858. Azevedo Jr. Bittencourt.

Foi aprovada em primeira reunião (*Atas da Câmara da Cidade de São Paulo*, vol. 44, pp. 14-15).

GAMA, LUÍS GONZAGA PINTO DA. Abolicionista radical e republicano, um dos vultos mais importantes entre os negros brasileiros. Nasceu em Salvador (Bahia), em 1830. Era filho de uma negra livre Luísa Mahin (V.) e de um comerciante baiano, o qual, enfrentando dificuldades financeiras não hesitou em vender ilegalmente o próprio filho como escravo, em 1840. Luís Gama foi levado para Campinas, na então província de São Paulo, onde viveu alguns anos como escravo. Fugiu em 1848, alistando-se na Guarda Urbana. Contando com a proteção de amigos influentes, conseguiu iniciar-se no estudo das leis e tornou-se rábula ou provisionado (praticante da advocacia sem diploma). Em 1859, publicou um livro de versos satíricos sob o pseudônimo de Getulino. Em seus poemas, castigava a elite brasileira, principalmente alguns homens eminentes que se faziam passar por brancos, apesar de descenderem de negros. Posteriormente, tornou-se jornalista e passou a colaborar em vários jornais abolicionistas, satíricos, literários e políticos. Entre estes *O Diabo Coxo* (1864), *Cabrião* (1865), *O Ipiranga* (1867) e *O Radical Paulistano* (1868). Em 1869, com a queda dos liberais e a ascensão dos conservadores, para demonstrar seu descontentamento político, filiou-se ao Partido Republicano. A essa altura, Gama já se destacara como líder abolicionista e foi grande o seu desapontamento ao verificar, numa das reuniões do recém-fundado Partido Republicano, que a maioria dos presen-

tes, inclusive alguns mulatos como Francisco Glicério, não julgava oportuno atrelar o novo partido à causa da abolição, pois temiam perder o apoio dos fazendeiros. A partir de então, suas relações com o partido foram tensas e ele preferiu continuar seu trabalho como abolicionista, independente do partido. Dedicou-se a defender escravos na Corte de Justiça e freqüentemente ocultou em sua casa escravos fugidos, a quem ajudava a escapar à perseguição dos seus senhores. Já em 1870, argumentava, em defesa de um negro que matara o seu senhor, que todo escravo que mata o seu senhor pratica um ato de legítima defesa. Essa opinião pouco ortodoxa só poderia criar contra ele a ira dos escravistas mais empedernidos. Não é, portanto, de estranhar que vivesse ameaçado de morte e que andasse armado para se proteger de algum senhor vingativo. Auxiliado pelas lojas maçônicas, empreendeu uma campanha pela libertação dos escravos, com base na lei de 1831, que proibira a entrada de escravos da África. Dessa forma, conseguiu emancipar inúmeros escravos na cidade de São Paulo. Sua ação estendia-se também a outras cidades do interior paulista: Campinas, Jundiá e Lorena. Por sua atividade incessante em favor dos escravos, criou um grupo de admiradores, na sua maioria estudantes da Faculdade de Direito, que com ele colaboraram na campanha abolicionista. Até a sua morte, combateu pela causa dos escravos. Morreu em 1882, sem chegar a ver o fim da escravidão. O documento mais importante que se conhece é a carta autobiográfica, datada de 25 de julho de 1880, que enviou a Lúcio de Mendonça. Pela importância das informações que ela fornece sobre a sua vida, transcreveremos o documento na íntegra:

Meu caro Lucio. Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito. Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acoimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátuo, pelas ocultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes e que sempre eu os trouxe na memória. Nasci na cidade de S. Salvador, capital da Província da Bahia, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de San'Ana, a 21 de junho de 1830, por às sete horas da manhã, e fui batizado, oito anos depois na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. Sou filho na-

tural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luísa Mahin (V.), pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, generosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da revolução do Dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1856 e em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que conheciam-na e que deram-me sinais certos, que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma casa de dar fortuna, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses amotinados fossem mandados por fora pelo governo, que nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, todos tidos como provocadores, nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta envio-te. Meu pai não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas neste país constituem grande perigo perante a verdade, no que concerne à melindrosa presunção das cores humanas: era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa. Devo poupar à infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço ocultando o seu nome. Ele foi rico; e neste tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor o baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e, reduzido à pobreza extrema a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luís Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me como seu escravo, a bordo do patacho *Saraiva*. Remetido para o Rio de Janeiro, nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cirieiro português, de nome Vieira, dono de uma loja de velas, à rua da Candelária, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspecto e enérgico, que recebia escravos da Bahia à comissão. Tinha um filho aperlado, que estudava em colégio; e creio que três filhas já crescidas, muito bondosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhora Vieira era uma perfeita matrona: exemplo de can-

dura e piedade. Tinha eu dez anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de ceiar e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa. Sempre que me lembro dessa boa senhora e de suas filhas, vêm-me lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias. Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas, sentidas de me verem partir. Oh! Eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires. Nesta casa, em dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antônio Pereira Cardoso, o mesmo que, há oito ou dez anos, sendo fazendeiro no município de Lorena, nesta província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o crânio. Este alferes Antônio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negócio, para vender nesta província. Como já disse, tinha eu apenas dez anos; e, a pé, fiz toda a viagem de Santos até Campinas. Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiá e Campinas; e por todos repellido, como se repelem coisas ruins, pelo simples fato de ser eu baiano. Valeu-me a pecha! O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egidio de Souza Aranha, pai do Ex.^{mo} Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse: Hás de ser um bom pajem para os meus meninos; onde nasceste?. Na Bahia, respondi eu. Baiano?, exclamou admirado o excelente velho. Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno. Repellido como refugio, com outro escravo da Bahia, de nome José, sapateiro, voltei para a casa do Sr. Cardoso, nesta cidade, à rua do Comércio nº 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia. Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e engomar roupa e a costurar. Em 1847, contava eu dezessete anos, quando para a casa do Sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mojiguaçu, onde é fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras. Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma coisa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antônio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo-

de-esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho por ato de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um oficial insolente, que me havia insultado e que soube conter-se. Estive, então, preso 39 dias, de 1º de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e às noites sofria de insônia; e, de contínuo, tinha diante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e em sonho vi quando a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim. Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvoroçaram-se; corri à grade, enfiei a cabeça pelo xadrez. Era solitário e longo e lóbrego o corredor da prisão, mal alumado pela luz amarelenta de uma enfumada lanterna. Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; eles narraram-me também fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi. Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão major Benedito Antônio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do Ex.^{mo} Sr. Conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, polícia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caráter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo que conservei com orgulho. Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiais, fui nomeado amanuense da Secretaria de Polícia, onde servi até 1868, época em que 'por turbulento e sedicioso' fui demitido 'a bem do serviço público', pelos conservadores que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo Dr. Antônio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretário de polícia, e que assinada pelo Ex.^{mo} Dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que por este e outros atos semelhantes foi nomeado desembargador da relação da Corte. A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas idéias; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida dos meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis. Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os dez anos fui criança; dos dez aos dezoito fui soldado. Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos e redigi alguns. Agora chego ao período em que, meu caro Lucio, nos encontramos no *Ipiranga*, à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradu-

tor e folhetinista principiante; eu, como simples aprendiz-compositor, de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a quinhentos, tenho arrancado às garras do crime. Eis o que te posso dizer, às pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras. Teu Luís.

Bibliografia. COSTA, Emília Viotti da. *A Abolição*. São Paulo, Global, 1982.

GANGA MUÍÇA. Comandante-em-chefe dos exércitos palmarinos. Tinha, durante o reinado de Ganga Zumba (V.), poder militar absoluto. Foi capturado por Fernão Carrilho, na expedição organizada contra Palmares, em 1677, juntamente com o negro Gaspar, que era "capitão-da-guarda". *V. República dos Palmares*.

GANGA ZONA. Um dos chefes militares da República de Palmares. Era irmão do rei, chefe do mocambo de Subupira, a "segunda cidade de Palmares". Ao que tudo indica, Ganga Zona devia ser irmão num sentido simbólico e não biológico, pois assim Ganga Zumba (V.) tratava os chefes dos quilombos. *V. República dos Palmares*.

GANGA ZUMBA. Foi o rei da República de Palmares antes de Zumbi. Morava no mocambo do Macaco, capital da República, nas fraldas da Serra da Barriga, na Casa Grande do Conselho. O quilombo do Macaco foi atacado, destruído e reconstruído pelas expedições de Blaer Reijmbach (1645), Manuel Lopes (1675), Fernão Carrilho (1677) e finalmente Domingos Jorge Velho (1694). Pelo fato de Ganga Zumba ali morar, o local era denominado "cerca real". Ganga Zumba era filho de Aqualtune e vivia com três mulheres, duas negras e uma mulata. As duas primeiras eram estereis, mas da mulata teve vários filhos, talvez quatro ou cinco. Tinha dez netos. Um dos seus filhos, Tocolo, tombou em combate em 1677. Dois outros, Zambi e Acaiene, foram presos por Fernão Carrilho nessa mesma ocasião. No ano de 1678, outro filho de Ganga Zumba chefiou a embaixada de paz junto ao governador à frente de mais doze negros. Parece que não regressou a Palmares, tendo ficado em Recife "por doente". Possuía uma "guarda pessoal comandada pelo negro Gaspar, "capitão-da-guarda" que foi capturado na expedição de Fernão Carrilho, juntamente com Ganga Muíça (V.). Após concordar com os termos das pazes com os colonizadores, aceitando o armistício de Cucaú, Ganga Zum-

ba foi julgado e condenado à morte por envenenamento. Com a sua morte, assumiu o supremo controle da República de Palmares Zumbi (V.), que era o "general-das-armas" durante o governo de Ganga Zumba. Segundo Joel Rufino dos Santos (1986), Ganga Zumba teria chegado a Palmares no tempo da invasão holandesa e era, ao contrário de Zumbi, um africano alto e musculoso. Tinha provavelmente temperamento suave e habilidades artísticas, como, em geral, possuem os nativos de Allada, nação fundada pelo povo ewe, na Costa dos Escravos. Reinava sobre todos os mocambos, tendo o título de "grande chefe". Sob seu comando as aldeias palmarinas tornaram-se um Estado. Primeiro, Ganga Zumba convenceu essas aldeias a firmarem um pacto militar, ponto de partida para um exército. Depois articulou as lideranças, agrupando-as em um conselho geral que o aclamou "maioral de todos os palmarinos". Ainda Joel Rufino dos Santos esclarece que "Ganga Zumba foi eleito por aclamação e não se sabe se derrotou um outro pretendente". Os maiorais dos mocambos, que lhe entregaram o poder central, eram eleitos pelo conjunto dos moradores de cada um e tinham na sua jurisdição completa autonomia. Somente os cabos-de-guerra e os ministros eram nomeados por ele, e ainda assim depois de ouvido o Conselho. Seu poder não era hereditário nem podia sê-lo naquelas circunstâncias. Ganga Zumba tratava os ministros de filhos, o ministro da guerra de irmão, os chefes das aldeias (ou quilombos) de sobrinhos, os funcionários e oficiais de exército de netos. As mulheres idosas eram chamadas de mães. Para se falar com ele, qualquer que fosse a importância da pessoa, era preciso ajoelhar-se. **Bibliografia.** SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1986.

GARCIA, ESPERANÇA. Escrava do Piauí, que, em 6 de setembro de 1770, escreveu uma carta ao governador, onde relata os maus-tratos a que estava sendo submetida. Nas palavras de Luiz Mott (1985), "era uma escrava pertencente a uma das fazendas reais que foram incorporadas à Coroa quando da expulsão dos padres jesuítas. Eram tais propriedades administradas por criadores ou vaqueiros, que deviam zelar pelos rebanhos, pela escravaria e pelos apetrechos empregados na atividade agropastoril. Uma dessas propriedades era chamada Fazenda dos Algodões, que juntamente com outras estâncias

fazia parte da Inspeção de Nazaré. Na sede desta Inspeção vivia, conforme ensina a escrava, o Capitão Antônio Vieira de Couto, o qual retirara Esperança Garcia da sua fazenda original (a dos Algodões) fazendo-a cozinheira na Inspeção de Nazaré". A carta, na sua íntegra e na ortografia atual, é a seguinte:

Eu sou uma escrava de V. S. da administração do Capitão Antônio Vieira de Couto, casada. Desde que o Capitão para lá foi administrador que me tirou da fazenda dos algodões, onde vivia com meu marido, para ser cozinheira da sua casa, onde nela passo muito mal. A primeira é que há grandes trovoadas de pancadas e nenhum filho meu sendo uma criança que lhe fez extrair sangue pela boca, em mim não posso explicar que sou um colchão de pancadas, tanto que caí uma vez do sobrado abaixo peada; por misericórdia de Deus escapei. A segunda estou eu e mais minhas parceiras por confessar há três anos. E uma criança minha e duas mais por batizar. Pelo que peço a V. S. pelo amor de Deus e do Seu valimento ponha aos em obrigando digo mandar o Procurador que mande para a fazenda onde ele me tirou para eu viver com meu marido e batizar minha filha. De V. Sa. sua escrava Esperança Garcia.

Luiz Mott descobriu, juntamente com a carta, um documento sem data ou assinatura, mas que parece ser uma minuta resumindo o caso a fim de ser resolvido pelo governador. Infelizmente, não se sabe o resultado dessa inusitada reclamação de uma escrava a uma autoridade em pleno governo setecentista. **Bibliografia.** MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. Teresina, Projeto Petrólio Portella, 1985.

GARGALHEIRA. Colar de ferro que era colocado ao pescoço do escravo, como pena ou castigo, muitas vezes imposta para durar tempo indeterminado. O colar era colocado ou por uma autoridade ou pelo senhor do escravo, que muitas vezes se esquecia do suplício do infeliz. O mais conhecido consistia num colar do qual se destacavam três hastes que subiam além da cabeça, terminando cada haste por três pontas retorcidas e trazendo uma delas pequeno chocalho. O instrumento era destinado preferencialmente ao chamado escravo fujão e tinha duas finalidades: uma era denunciar o seu portador pelo barulho do chocalho, outra era dificultar-lhe os movimentos e acusar a sua presença nas matas, caso procurasse se ocultar. Thomas Ewbank

(1973) teve oportunidade ver em casas comerciais gargalheiras de vários tipos à venda. Escreve que, na maioria das oficinas de serralheiro, "acham-se expostas coleiras para escravos, tal como em nossas ferrarias são expostas ferraduras para cavalos. Numa oficina havia uma grande variedade de correntes, grilhões etc. Em sua maioria as coleiras eram feitas de uma barra de ferro de cinco oitavos de polegadas de diâmetro, algumas com uma haste, outras com duas e outras sem nenhuma a não ser uma pequena argola na parte superior". A gargalheira foi largamente difundida durante todo o período escravista. Era conhecida também pelo nome de "golilha". Diga-se que a barbaridade dos senhores e feitores muitas vezes obrigava o Estado a intervir em favor do escravo. Assim, em aviso de 28 de agosto de 1836, do Ministério da Justiça, lê-se que "em resposta ao seu ofício de 11 do corrente, que acompanhou por cópia as partes do carcereiro de Santa Bárbara, cumpre-nos declarar-lhe que com o aviso de 28 de setembro do ano passado estão dadas as providências, tão-somente devo acrescentar que se devem aplicar os castigos da golilha nos casos extraordinários e muito graves, quando os presos se mostrarem indiferentes a outros castigos, usando-se contudo da maior moderação, e acautelando-se sempre de abusos que se possam cometer. Deus guarde Vm. Paço, em 25 de agosto de 1936. Gustavo Adolfo de Aguiar Bantoja". **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

GARIMPEIRO. Em Minas Gerais, durante o ciclo aurífero, apesar das normas vigorosas impostas pela Coroa na extração e comercialização da produção, alguns indivíduos garimpavam por conta própria. Considerados bandoleiros pelas autoridades, eram, no entanto, respeitados pela população e, por outro lado, mantinham estreita ligação com os quilombolas da região. V. *Isidoro, o Mártir*.

GARROTE. Alguns escravos, segundo o testemunho de Thomas Ewbanks (1973), quando não dispunham de outro meio para suicidar-se, atavam correias de couro molhadas em torno do pescoço e se deitavam, esperando a morte. O couro, com o calor do sol, se contraía até matar por asfixia. Outros escravos conseguiam dobrar a língua para trás até sufocar. V. *Engolir a língua*. **Bibliografia.**

EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

GAZETA DA TARDE. Jornal abolicionista que circulou no Rio de Janeiro. Em 1881, com a morte de Ferreira de Menezes, José do Patrocínio assumiu sua direção. Elevou a tiragem de 1 900 para quatro mil exemplares e colocou na redação jornalistas e intelectuais abolicionistas, como Luís de Andrade, Júlio de Lemos, Gonzaga Duque Estrada, Campos Porto, Leite Ribeiro, Dias da Cruz e outros. Diz Evaristo de Moraes (1934) que "secundava a *Gazeta da Tarde* uma revista mensal de caricaturas, que não deve ficar no olvido, tais foram os seus serviços à causa abolicionista: a *Revista Ilustrada*, de Angelo Agostini (V.). Sempre manifestando idéias liberais e adiantadas, adotando o princípio do abolicionismo, não só fazendo, sob essa inspiração, a crítica caricatural dos ministros e dos políticos em evidência, como dando, pela imagem, notícia de todos os fatos que pudessem satisfazer a propaganda". **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

GENTIO DE ANGOLA. Negros africanos, de acordo com os testamentos seiscentistas registrados por Alcântara Machado. **Bibliografia.** MACHADO, Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo, Emp. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1930.

GEOFAGIA. Debret descreve o "hábito" de comer terra como uma resolução consciente de alguns escravos de causar a própria morte. "Este traço de caráter que os proprietários chamam de vício é mais comum a certas nações negras apaixonadas pela liberdade e principalmente os 'monjolos'. Percebe-se logo, pela brancura lívida da parte interna da pálpebra inferior do olho do negro, o funesto efeito das tentativas causadas por essa heróica e desesperada resolução. Por isso verifica-se cuidadosamente a existência do sintoma por ocasião da aquisição de um negro; basta apoiar de leve o dedo abaixo do olho do indivíduo, o que dobrando-se a pálpebra inferior e isolando o globo ocular, permite verificar perfeitamente a parte interna que, no caso positivo, é de um branco ligeiramente amarelado". V. *Alimentação*.

GETULINO. Pseudônimo usado por Luís Gama (V.) em seu livro de versos *Trovas Burlescas*, publicado em São Paulo, em 1856.

GOLILHA (OU GORILHA). Colar de ferro aplicado como castigo ao negro escravo fugitivo. A polícia tinha permissão de prender qualquer escravo que o usasse quando encontrado à noite andando pela cidade. Tal "colar" também era aplicado nas estradas pelos capitães-do-mato. Segundo depoimento de Debret (1940), "o colar de ferro tem vários braços em forma de ganchos, não obstante no intuito de torná-lo ostensivo não ainda para ser agarrado mais facilmente em caso de resistência, pois apoiando-se vigorosamente sobre o gancho a pressão inversa se produz do outro lado do colar, levantando com força o maxilar do preso; a dor é horrível e faz cessar qualquer resistência, principalmente quando a pressão é renovada com sacudidas. Algumas senhoras mais bondosas, ou no caso de uma jovem negra fugitiva, contentam-se da primeira vez em colocar o colar de ferro, pois, de costume, em semelhantes circunstâncias, aplicavam-se da primeira vez previamente cinquenta chicotadas: e o dobro em caso de reincidência. Pode-se aumentar o castigo acrescentando-se uma corrente de trinta a quarenta libras presa a uma argola fixada no tornozelo e outra à cintura. Sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é apenas de cinco a seis libras, fixando-se uma das extremidades no pé e a outra a um cepo que ele carrega à cabeça durante o serviço". Debret descreve também escravos na cruel situação de vítimas do suplício de colares de correntes, escrevendo que "outro exemplo é o de um escravo que passou seis a sete anos carregando ferros a ponto de não poder mais correr. Ágil porém e de constituição robusta, continuava a trabalhar ativamente. Comovido com seu estoicismo, o amo começou a diminuir, pouco a pouco, o peso dos ferros, deixando afinal somente uma argola grossa em torno do pescoço que podia ser escondida pela camisa. Tendo o senhor caído doente, nessa época o negro deu todas as provas de dedicação. Em vista disso, ao restabelecer-se disse o senhor ao seu escravo: 'vou tirar teu último ferro, mas se fugires ainda, mando matar-te a chicotadas'. Pois o infeliz do negro não pôde resistir um mês inteiro ao funesto desejo de escapar e, preso novamente, não sai mais sozinho nem sequer para um recado embora carregado de um enorme peso de ferros que conservará provavelmente para o resto da vida". **Bibliografia.** DEBRET, J. B. *Viagem*

Pitoresca e Histórica ao Brasil. São Paulo, Livr. Martins Ed., 1940. 2 vols.

GONÇALO. Escravo nagô, pertencente a Lourenço de Tal, implicado na Grande Insurreição (V.) de Salvador, em 1835. Condenado à morte, foi executado em 14 de maio de 1835, juntamente com aqueles que receberam igual sentença.

GONÇALVES, JOSÉ FRANCISCO. Um dos implicados na Grande Insurreição (V.) da Bahia, em 1835. Era hauçá liberto e morava à rua do Maciel. Ocupava-se em obter amostras de açúcar para os negociantes. Foi condenado à morte e executado em 14 de maio de 1835.

GONZAGA CABRAL, PADRE. Jesuíta que, no Brasil escravista, alegando razões de ordem jurídica e teológica, que encobriam os interesses da Companhia de Jesus, proprietária de milhares de escravos negros e de latifúndios, sempre procurou defender a escravização dos negros. Dizia ele em defesa das suas posições: "Tem-se escrito por aí que os jesuítas são acérrimos defensores da liberdade dos índios e eram inconseqüentes aceitando a escravatura do negro. [...] A verdade é que ao desembarcarem no Brasil as levadas daqueles desgraçados, achavam-se os padres em presença de um fato consumado, cuja realização não se passara diante dos seus olhos, cuja responsabilidade nem indiretamente lhes podia competir".

GOVERNADOR-GERAL. Representante do Rei de Portugal, responsável por tarefas administrativas e militares no Brasil colonial. Exercia o cargo pelo período de três anos e era assessorado por um provedor-mor, encarregado da justiça, e por um capitão-mor-da-costa, encarregado de defender o litoral contra os corsários europeus. Vinha munido de um documento que definia as suas atribuições. Até o século XVIII, o Brasil teve dezenas de governadores-gerais. No entanto, são citados comumente apenas os três primeiros: Tomé de Souza, Mem de Sá e Duarte da Costa.

GRANDE IMPRENSA, PROPAGANDA ABOLICIONISTA NA. No início, os jornais brasileiros não se ocupavam da abolição. Quando publicavam algo a respeito, era em favor da escravidão, ou então anúncios pagos sobre a fuga de algum negro e a respectiva recompensa pela captura. Somente a partir de 1853 começam a aparecer, timidamente, na grande imprensa, discussões mais polêmicas e acaloradas sobre o cativo. Em 21 de julho de 1864, no *Jornal do Comércio*, apareceu um arti-

go assinado por “Um Agricultor”, que propunha o fim gradual da escravidão. Apresentava, ainda, um plano para a sua execução. Em 25 de agosto de 1853, foi publicado, no *Jornal do Comércio*, um artigo que apontava a necessidade da abolição e sugeria ao mesmo tempo que fossem declarados livres os que nasceram, sendo estes obrigados a servir gratuitamente até doze ou dezesseis anos de idade, cabendo ao Estado dar-lhes destino. Em 25 de outubro de 1865, lê-se, no *Jornal do Comércio*, artigo assinado por “O Agrícola”, que apresenta um projeto para acabar com a escravidão. A partir daí, as polêmicas se acirram, como aquela entre Tavares Bastos e Chameirov. O Visconde de Jequitinhonha, nesse mesmo ano, apresentou um plano de emancipação. O *Correio Mercantil*, por sua vez, começou a divulgar linhas de abolicionistas, como cartas, artigos e entrevistas. As polêmicas chegam ao auge quando apareceram os jornais militantemente abolicionistas como *A Redenção*, de Antônio Bento. No final da campanha, todos os grandes jornais do Brasil apoiavam, de uma forma ou de outra, a abolição.

GRANDE INSURREIÇÃO. Também chamada a Revolta dos Malês, foi o último grande levante de escravos da capital da Bahia e o que atingiu maior ressonância histórica. Foi dirigida por escravos nagôs, mas incluiu, entre seus dirigentes, negros de diversas outras nações africanas, principalmente tapa. Essa revolta demonstrou que os escravos já haviam sedimentado uma tradição de luta contra os seus senhores, embora não possuísem um programa político: a única consigna que os unia era a conquista da liberdade. A revolta dos escravos baianos de 1835 não foi uma eclosão violenta, surgida de um incidente qualquer e sem um plano preestabelecido, mas uma revolta planejada nos seus detalhes, precedida de todo um plano organizacional, cujo período é pouco estudado, mas fundamental para o entendimento das proporções que o movimento tomou. Derrotada a última tentativa dos escravos, chefiada pelos nagôs (1830) (V. *Insurreição de 1830*), os seus líderes procuraram organizar uma série de preparativos com vistas a reiniciar a luta, reagrupar os seus membros e dar início a uma nova onda de revoltas. Além das organizações existentes, constituídas de grupos de escravos que se reuniam

regular e secretamente em vários pontos da cidade de Salvador, criaram um “clube” secreto, que funcionava na Barra (Vitória), localizado nos fundos da casa do inglês Abrão, e que exerceu papel dos mais importantes na estrutura e dinamização do movimento. Outro lugar importante de reuniões era a casa do preto forro Belchior da Silva Cunha (V.). Ali se encontravam os elementos mais importantes para discutir detalhes de seus planos. Na casa de Belchior aparecia frequentemente, com outros negros, um que se chamava Gaspar da Silva Cunha e que também trabalhava na organização do levante. Na delação da preta tapa Teresa, encontramos os nomes de alguns deles: Ivá, Mamolin, Ojou etc. Será ainda ponto de reunião a casa do alufá Pacífico Licutã (V.), que, no Cruzeiro de São Francisco, pregava abertamente aos demais escravos as necessidades da insurreição. Esse negro, um dos mais influentes dentre os líderes da revolta, estava sempre ativo. Outro líder do movimento foi Manuel Calafate (V.). Sua casa era um importante centro de reuniões. Na “loja” (termo empregado como sinônimo de porão e que designa, na Bahia, esse tipo de moradia) do segundo prédio da ladeira da Praça, onde morava, reuniam-se em conspirata todos os escravos das imediações. De lá partiram os primeiros tiros da insurreição, após a denúncia feita contra eles. Além de Calafate, atuaram ao seu lado os escravos Aprígio e Conrado. Sufocado o movimento, encontrou-se ali muita quantidade de livros, tábuas etc. Idêntico movimento teve lugar na casa do hauçá Elesbão Dandarã. Esse preto morava no Gravatã, mas, para melhor aliciar adeptos, alugou uma tenda no Beco dos Tanoeiros, onde reunia os discípulos e os instruía. Difundia papéis com rezas muçulmanas, tábuas com inscrições sediosas ou sagradas, rosários malês etc. Era também, como Luís Sanim, mestre em sua terra e ensinava aos negros os princípios e preceitos do Islã. Os escravos ainda tinham outro local muito importante de reuniões: a porta do Convento das Mercês. Também atrás da rua do Juliano, na casa de um preto chamado Luís, os escravos faziam ponto de ajuntamento. Eram ainda locais concorridos de reunião a casa do preto Ambrósio, da nação nagô, residente no Taboão, onde a polícia encontrou, nas buscas realizadas após o movimento, “papéis com

escritos em caracteres arábicos”; a casa do crioulo José Saraiva e da preta Engrácia, onde foram descobertos papéis escondidos dentro de uma caixa; a “loja” da casa do inglês Togler, onde residiam negros forros e em cujo local foram achados manuscritos suspeitos; a casa do inglês Malon, onde a polícia descobriu “vestimentas, tábuas para escrever e penas particulares dos ditos pretos e uma faca de ponta” (manuscrito do Arquivo Público da Bahia). Havia ainda reuniões na casa do inglês Malor Russel, onde foram apreendidos inúmeros objetos. Numa loja do Largo da Vitória eles também se reuniam. A esses locais principais, ou pelo menos mais vulneráveis, acrescenta-se uma casa no Beco do Grelho, onde se reuniam para deliberar secretamente e provavelmente em cada senzala, em cada reunião de escravos, havia um desejo latente de rebelião. Outras organizações e pontos de encontros existiam ainda em diversos bairros da capital baiana ou no Recôncavo. Aliás, os escravos esperavam uma participação ativa dos companheiros do Recôncavo, que ali moravam e presumivelmente mantinham ligações com escravos pernambucanos. No depoimento do escravo João, há referências a um outro chamado Antônio, “vindo ultimamente de Pernambuco” e que participou da revolta. Como no citado depoimento são citados os nomes dos senhores de todos os escravos, menos o de Antônio, talvez ele fosse o elemento de ligação entre os escravos de Pernambuco e os da Bahia. Pode-se dizer que dois grupos dirigiam o movimento. O primeiro era composto por aqueles que se reuniam na cidade, com ramificações em diversos locais: Ladeira da Praça, Guadalupe, Convento das Mercês, Largo da Vitória, Cruzeiro de São Francisco, Beco do Grelho, Beco dos Tanoeiros etc. Era dirigido por Dandarã, Licutã, Sanim, Belchior, Calafate e outros. O segundo grupo era formado por escravos pertencentes ao Clube da Barra, como Jamil, Diogo, James etc., certamente com ligações com outros grupos que não conseguimos identificar em nossas pesquisas. Esses dois núcleos principais, orientadores do movimento, mantinham-se em constante contato. O escravo João, no depoimento já citado, afirma que o de nome Sule (amásio de Guilhermina, delatora da revolta e que pertencia ao grupo de Belchior) reunia-se também no

Clube da Barra. Registra um depoimento ter havido certa vez um “jantar onde se reuniam todos os escravos nagôs dos ingleses e muitos de saveiros [...] da cidade, outros de brasileiros, os quais é impossível declarar seus nomes porém se recorda de um escravo de nome Diogo” e “outro de nome Sule que em sua terra é capitão deles”. Esses dois grupos principais mantinham, por outro lado, ligações com os escravos do Recôncavo baiano. Os negros de Santo Amaro, de Itaparica e de outros pontos vinham reunir-se aos da cidade de Salvador para discutirem em conjunto os detalhes mais importantes do movimento. Aliás, foi por meio de conversas de saveiristas que a escrava Guilhermina ficou sabendo da conspiração, denunciando-a. Ainda no plano organizativo, encontraremos uma particularidade importante: os escravos não se descuidavam do aspecto financeiro. Idealizado por Luís Sanim, foi criado um fundo para as despesas do movimento, o qual talvez fosse mantido por Belchior e Gaspar, porque logo depois de suas prisões – foram recolhidos ao Forte do Mar – a polícia encontrou em suas casas a quantia de 79 450 réis. A preta Agostinha, respondendo a pergunta dos seus inquiridores, afirmou que aquela quantia pertencia a Belchior “e seus camaradas do Forte do Mar”. O fundo monetário para o movimento parece que não nasceu nos dias imediatamente anteriores ao levante: de há muito vinham os escravos ameaçando penosamente dinheiro para as despesas necessárias. O plano militar foi elaborado com antecipação e suas conclusões distribuídas entre os principais responsáveis pela execução. Em síntese, um grupo partiria de Vitória, comandado pelos chefes do Clube, “tomando a terra e matando toda a gente da terra de branco”, rumando para a Água dos Meninos e, em seguida, marchando para o Cabrito, “atrás de Itapagipe”, onde se reuniriam às demais forças e se juntariam aos escravos dos engenhos. Essas ordens foram transmitidas em proclamações dirigidas pelos líderes aos demais negros e, segundo Nina Rodrigues (1945), assinadas por um que se intitulava Mala Abubaker. Este plano não foi executado rigorosamente, talvez em consequência dos rumos que tomaram os acontecimentos e a precipitação do início da luta em face da delação. Assim, não puderam contar

com o fator surpresa, o que acarretou enorme desvantagem para eles. A negra Guilhermina, inteirada por conversas de alguns implicados na insurreição, entre os quais o próprio amante, apressou-se em denunciar o plano dos escravos às autoridades. Fez chegar ao conhecimento do juiz-de-paz do distrito a notícia do levante e a sua data, fato comunicado imediatamente ao presidente da província. Sabedor de fatos tão graves, tomou imediatamente todas as medidas repressoras. O chefe de polícia partiu imediatamente para o Bonfim, com o intuito de evitar a junção dos insurretos com os escravos dos engenhos próximos. Diante dessa situação inadiável, os escravos se lançaram à revolta. Na noite de 24 de janeiro, estourou o movimento armado. Os primeiros tiros partiram da casa de Manuel Calafate, na loja da segunda casa da Ladeira da Praça. Dirigiram-se então para a Ajuda, onde tentaram arrombar a cadeia a fim de libertar os seus líderes, principalmente Pacífico Licutã. Não conseguindo o seu intento, o grupo marchou para o Largo do Teatro, onde travou combate com a polícia, derrotando-a mais uma vez. Tinham, com essa vitória, aberto o caminho para suas forças até o Forte de São Pedro. Vendo ser impossível tomar o forte (de artilharia), os escravos vindos do Largo do Teatro tentaram estabelecer junção com outra coluna que vinha da Vitória, sob o comando dos dirigentes do Clube da Barra, que por sua vez já haviam conseguido unir-se ao grupo do Convento das Mercês. Os escravos da Vitória atravessaram o fogo do Forte e operaram a junção desejada. Em seguida a essa manobra, abriram caminho para a Mouraria, empenhando-se novamente com a polícia. Perderam no combate dois homens. Continuando, rumaram para a Ajuda, provavelmente com o objetivo de libertar Pacífico Licutã. Daí mudaram a marcha: desceram para a Baixa dos Sapateiros, seguindo pelos Coqueiros, saindo na Água dos Meninos, na Cidade Baixa, onde travaram o combate definitivo com a polícia. Da parte das forças legais coube o comando ao próprio chefe de polícia, que já havia recolhido as famílias à igreja do Bonfim. Não sabemos os nomes dos chefes da parte dos insurretos. Os escravos marcharam em grande número para o ataque na madrugada do dia 25, investindo sobre o Forte (da

cavalaria) com um heroísmo reconhecido pelos próprios adversários. Não tiveram êxito, pois logo na primeira investida foram asperamente atacados pelas tropas do governo. O chefe de polícia ordenou à cavalaria que disparasse sobre os escravos. As posições mais vantajosas dos legais, além da superioridade de armamentos, fizeram com que os insurretos fossem batidos definitivamente. Perderam a vida cerca de quarenta escravos. Inúmeros foram feridos e outros morreram afogados ao tentar a fuga, lançando-se ao mar. Segundo João Dornas Filho (1939), participou da luta contra os escravos a guarnição da "fragata baiana" que se encontrava fundeada no porto de Salvador. Se verídica esta informação, muito deve ter contribuído essa unidade da Marinha para o extermínio dos escravos sublevados. Estava assim praticamente sufocada a grande insurreição de escravos. Os líderes, como a maioria dos participantes, portaram-se dignamente. Pacífico Licutã já se encontrava preso quando a ordem de insurreição foi dada: estava recolhido na cadeia da Ajuda, por penhora ao seu senhor. Assim mesmo, os seus companheiros tentaram resgatá-lo sem êxito. Além dele houve, porém, inúmeros escravos que se destacaram nas refregas de ruas: Higino, Cornélio, Tomás e outros. Os principais dirigentes do Clube da Barra foram quase todos detidos pelas autoridades. Luísa Mahin (V.), africana livre, mãe de Luís Gama (V.), participou do movimento, segundo carta do seu filho, mas nenhuma informação ou documento se tem dessa participação. Derrotados os escravos no combate decisivo, iniciou o governo brutal repressão. Uma série de prisões foi efetuada: 281 ao todo, entre escravos e libertos. O chefe de polícia – o mesmo que esmagara militarmente a revolta – em ofício expedido no dia posterior ao movimento, ordenou uma devassa completa em todas as lojas pertencentes a pretos africanos. A cidade ficou sendo patrulhada dia e noite. O chefe de polícia – Francisco Gonçalves Martins – baixou portaria no dia seguinte, dizendo que "vossa senhoria chamará a turma (dirigia-se ao juiz-de-paz do Primeiro Distrito de Vitória), os cidadãos do seu distrito que julgar necessários forçando-os a obediência se o patriotismo ou o interesse da própria conservação os não convencer em se prestarem" e que "nas noites de hoje

em diante deverão haver inúmeras patrulhas de cidadãos e grande vigilância das autoridades policiais". Os escravos só podiam sair à rua com ordem escrita dos senhores, dizendo para onde iam. Todas as casas de negros escravos e forros foram vasculhadas. Um dia depois do movimento, os principais cabeças do Clube já se encontravam presos. Eram indicados como líderes os escravos Diogo, Ramil, James, João, Carlos. Foi preso também Luís, Tomás, cabeça do Clube que ensinava a escrever, e José, que se recolhera com uma bala na perna, além de inúmeros outros detidos para averiguações, indo uns para a Fortaleza de São Pedro e outros para o Forte do Mar. Julgados, quase todos foram condenados. Quanto ao líder Elesbão Dandará, talvez tenha morrido em combate (Rodrigues, 1945). Manuel Calafate, ao que parece, nada sofreu. O mestre Luís Sanim foi condenado à morte, mas teve a pena comutada para seiscentos açoites. Pacífico Licutã, apesar de já estar preso quando estourou o movimento, também foi condenado a seiscentos açoites. Os líderes do Clube da Barra foram punidos com rigor. Antônio, escravo hauçá, foi condenado a quinhentos açoites; Higino, a quatrocentos açoites; Tompa, a quinhentos; o nagô Luís, a duzentos; e Tomás, a trezentos, aplicados em praça pública. Inicialmente, dezesseis foram condenados à morte. Com o indulto concedido a alguns pelo Regente, o número dos que foram executados ficou reduzido a cinco. Em 14 de maio de 1835, foram fuzilados os libertos Jorge da Cunha Barbosa e José Francisco Gonçalves e os escravos Gonçalo, Joaquim e Pedro, este último pertencente ao inglês Bender e membro do Clube da Barra. Condenados à forca, não encontrou o Governo carrascos que os executassem. Tiveram de ser fuzilados, com as honras de soldado. Foi surpreendente a posição dos escravos diante de seus acusadores. Ninguém se acovardou, delatou ou acusou; todos negaram conhecer os companheiros de insurreição. O nagô Joaquim disse desconhecer até o seu companheiro de residência. O número de escravos mortos durante o levante foi bastante elevado. Talvez tenha chegado à casa dos cem, uns em combate, ou afogados, outros nas prisões, vítimas do tétano e de outros maus-tratos, além dos que foram repatriados para a África e aqueles executados.

Da parte das forças do governo, as baixas foram muito menores. A superioridade de homens e armas dava-lhes maiores meios de ataque e defesa. **Bibliografia.** DORNAS FILHO, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939; RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1945.

GRANDE INSURREIÇÃO, DENÚNCIA DA. Um dos motivos do fracasso da insurreição de 1835 foi a delação. A liberta Guilhermina Rosa de Souza, que havia sido escrava de Firmino Joaquim de Souza Velho, preveniu seu vizinho André Pinto da Silveira, negociante de escravos, do que se tramava para o dia seguinte: "Tinha obtido a informação de várias fontes; de uma parte, do amigo e pai de seus filhos, Domingos Fortunato, nagô, escravo de Fortunato José da Cunha, que tinha ouvido conversas entre negros de saveiros [...] afirmando que alguns nagôs de Santo Amaro tinham chegado para encontrar um africano, Mestre Ahuna, para se apoderarem da cidade no dia seguinte com outros negros e matar todos os brancos, cabras e crioulos, e igualmente negros de outras nações que não quisessem se juntar a eles; os mulatos seriam poupados, para servir-lhes de lacaios e escravos. Ela própria estando em sua janela tinha ouvido dois nagôs dizendo em sua língua que, de madrugada, quando ao toque de alvorada dos soldados e os escravos saíssem para buscar água nas fontes, os guardas deviam sair igualmente, porque haveria um incêndio na cidade baixa, e não faltaria gente vindo de Santo Amaro para nisso contribuir. Além disso, ela tinha encontrado sua comadre, Sabina da Cruz, mulher nagô emancipada, que fora escrava de José Manoel Gonçalves. Esta lhe confidenciara que, na casa da esquina da rua Guadalupe, tinha muitos negros armados que se aprontavam para fazer guerra no dia seguinte de manhã. Ela tinha sabido da coisa pois tinha brigado no sábado, por volta das quatro horas da manhã, com seu amigo, o pai dos seus filhos, Victorio, nagô cujo nome em seu país era Sule. Após ter passado como de costume o dia na cidade baixa para o seu comércio, ela voltara no fim da tarde para casa, onde era, com seu amigo, sub-locatária de um africano liberto, Belchior da Silva Cunha. Ela encontrou o quarto desarrumado, suas roupas e coisas em desordem. Persuadida que Victorio a tinha abandonado após a querela da manhã, pôs-se

à sua procura nas casas de diversos conhecidos. É assim que ela foi em uma casa de alguns negros de Santo Antônio na Rua Guadalupe, amigos de Victorio. Uma vez no corredor ela escutou, mas não ousou entrar: numerosos nagôs reunidos ali faziam grande barulho e discutiam com animação, na língua deles. Amedrontada e prestes a se retirar ela viu sair do quarto onde acontecia a reunião uma mulher nagô, Egba, cujo nome na África era Edum, mas ignorava seu nome no país dos brancos. Levava seu filho nas costas e naquele mesmo sábado ela lhe havia comprado inhames com uma moeda de três patacas de prata. Sabina lhe perguntou se Sule estava no quarto vizinho, e com sua resposta afirmativa lhe pediu para chamá-lo de sua parte; Edum lhe respondeu que fosse até lá ela mesma, e que por outro lado não sairia a não ser no dia seguinte, quando seria a hora de tomar a terra. Na hora do toque de alvorada dos soldados, um foguete seria lançado de uma loja da praça, os conjurados sairiam armados e ajudados por outros escravos, matariam os brancos e os negros crioulos e guardariam os mulatos para escravos. Os inhames que Edum lhe tinha comprado era para o mestre Ahuna; ele esteve lá, bem armado, bem preparado e com muita gente. Como Sabina lhe respondeu que o mestre Ahuna e todos os outros no dia seguinte seriam proprietários da surra e não da terra, Edum a injuriou e lhe disse para aguardar sua resposta no dia seguinte. Apavorada ela fugiu e veio relatar a coisa para sua comadre Guilhermina e lhe pedir que a ajudasse a encontrar dois soldados para prenderem Sule. O pai dos seus filhos, que se encontrava lá, tendo trazido uma parte de suas roupas e de suas coisas" (Verger, 1987). Informado dos fatos, André Pinto da Silveira avisou imediatamente o presidente da província e o chefe da polícia. Estava delatada a grande insurreição. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

GRANDE INSURREIÇÃO (PROVIDÊNCIAS DO CHEFE DE POLÍCIA). Após a delação, o aparelho repressivo logo tomou as medidas necessárias. O relato do chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins é uma peça indispensável nesse sentido e tem o seguinte texto:

II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Apesar de estar V. Ex.^a cientificado dos acon-

tecimentos que tiveram lugar nesta Cidade, da noite de 24 para 25 do corrente em diante, cumpre-me contudo fazer uma sucinta exposição do que tem chegado ao meu conhecimento, para que em um só ponto de vista V. Ex.^a possa inteirar-se das providências que cumpre adotar a semelhante respeito, para tranquilidade da Província. Com as denúncias, mil vezes felizes, que V. Ex.^a recebeu na noite de 24 do corrente, de que os africanos, particularmente os nagôs, deviam insurgir-se ao toque de alvorada, lançando ao mesmo tempo fogo a diversos sítios da cidade, e atacando os Corpos de Guarda; os Juizes de Paz se puseram na rua, e convocaram logo os cidadãos para a polícia da cidade; e os Corpos de Guardas estiveram imediatamente debaixo de armas; destacando o Corpo dos Permanentes para diversos lugares forças capazes de rebater qualquer princípio de tentativa da parte dos ditos africanos. Tendo recebido o ofício de V. Ex.^a pelas onze horas da noite, depois de haver visitado alguns pontos, e ter dado algumas ordens, dirigi-me à Ladeira da Paca, onde, segundo as denúncias, deviam estar reunidos em alguns casebres grande parte dos insurgentes, e achei aí os Juizes de Paz dos dois Distritos da Sé com alguns cidadãos, e Municipais, a dar busca em alguns dos ditos lugares. Então em cumprimento das ordens de V. Ex.^a e achando que nenhum perigo poderia haver no centro da cidade, no meio dos quartéis, e Corpos de Guarda, e principalmente estando todos prevenidos, e o alarme dado; depois de fazer algumas requisições que achei importantes, fui em direitura à Cavalaria, que achei preparada, e dando ordem para que um piquete me seguisse para o Largo do Bomfim, imediatamente corri para o dito lugar enquanto montava o piquete, por temer que qualquer demora pudesse ser funesta e tantas famílias desarmadas, e colocadas talvez na pior posição para um semelhante ataque, pela proximidade dos engenhos, e separação da grande força da povoação. Apenas tinha dado algumas ordens tentantes a acautelar o perigo, que veio a todo galope uma patrulha de cavalaria anunciar-me que os africanos haviam atacado alguns pontos da cidade. Logo que recebi esta notícia, dei ordem a um Destacamento Municipal de dezoito homens, que estava no Bomfim, para que, em caso de perigo, fizesse entrar as famílias para a igreja, e ali se encerrasse, defendendo-se de qualquer ataque, até que os pudesse socorrer. Voltando a Cavalaria pelas três horas da noite, achei-a em alarme; uma força montada, e outra a pé com alguns guardas nacionais; e recolhendo-se logo estes no mesmo quartel para defender a porta, e fazer sobre os africanos fogo pelas janelas; a cavalaria esperou no largo para os atacar. Em poucos minutos apareceram com efeito em número de cinquenta a sessenta, armados de espadas, lanças e mesmo pistolas e outras armas. Recebidos a tiros de pistolas e de fuzil, das janelas do quartel, avançaram furiosos, o que deu

causa a cavalaria se debandar em seu seguimento para que não escapassem para o caminho do Noviciado. A este tempo o comandante de cavalaria, o Capitão Carvalhal, que os esperou a pé, foi ferido e se viu forçado a recolher-se. Voltando eu com alguns cavalos à porta do quartel a carregar sobre os africanos, que ainda por ali estavam, estes se debandaram seguindo-os essa porção de cavalaria, ao passo que a outra os continuava a perseguir. Entretanto aparecendo ainda alguns africanos, e ausente o resto da cavalaria, entrei para o quartel, donde continuou o fogo por espaço de um quarto de hora, até que de todo sucumbiram, devendo-se o principal esforço à cavalaria montada que os carregou com valor, forçando-os a se lançarem ao mar, ou se esconderem nos vizinhos montes cobertos de capoeiras, deixando alguns dezessete mortos, outros feridos, e presos, afora muitos que se afogaram, ou feridos foram perder a vida entre as ondas; tendo me constado que têm aparecido alguns em diversos sítios. Dissipado o perigo, receando-se algum ataque ao lugar do Bomfim, depois de saber que o restante da cidade estava livre do ataque, fui com a cavalaria à Conceição da Praia, onde tomando uma força de quarenta homens marchei pelo quartel da cavalaria, e aí deixando alguns guardas nacionais, para reforçar aí o mesmo, fui com a cavalaria, e a força dita já então unida a trinta nacionais, que V. Ex.^a me havia mandado comandados pelo ajudante Mondim, ao lugar do Bomfim, onde estava até que soube de que nos engenhos vizinhos não havia movimento algum. Na volta, que era já bastante dia, encontrei no quartel da cavalaria quarenta homens da fragata que V. Ex.^a mandava pôr às minhas ordens, dos quais mandei que dezesseis fossem embarcados para o sítio de Itapagipe, e ali permanecessem até se restabelecer a tranquilidade. Depois, pelas partes recebidas, soube que no ato da busca, em uma casa junto de Guadalupe, à Ladeira da Praça, por denúncia particular, querendo entrar o Juiz de Paz, não lhe quis abrir a porta uma parda dizendo que ali não havia pessoa alguma; e como se dispusessse o Juiz a arrombá-la, abriu-a, ao passo que outra se fechou. Mas, crescendo a desconfiança, e entrando o comandante dos permanentes, o tenente Lázaro Vieira do Amaral, pelo corredor em direitura à porta fechada, repentinamente, a um sinal dado, dizem pela referida parda, abriu-se a porta saindo de dentro um tiro de bacamarte, e após dele um grupo de sessenta pretos, pouco mais ou menos, armados de diversas armas, principalmente de espadas, os quais dispersaram a pequena força surpreendida, ferindo gravemente o referido tenente Lázaro, e a outros que foram encontrando em sua passagem. Este grupo se dirigiu por Nossa Senhora d' Ajuda ao Largo do Teatro, onde foi recebido com uma descarga dada por oito guardas permanentes comandados pelo ajudante do mesmo Corpo, os quais foram dispersados pelos africanos, depois de fica-

rem feridos cinco. Desse local correram em altos gritos pela Rua de Baixo, matando e ferindo os que encontravam, constando-me terem feito duas mortes em dois pardos, e foram direitos ao Quartel de Artilharia, talvez com o fim de fazerem alguma junção da parte da Vitória, como depois se verificou. Próximos ao quartel mataram um sargento nacional do 2º Batalhão chamado Tito, o qual, indo em companhia do seu Juiz de Paz, quando este procurou amparo da Fortaleza, ficou um pouco atrás para lhes dar um tiro. Receando atacar a artilharia, voltaram pelo mesmo caminho, e brevemente fizeram a junção com outro grupo vindo do lado da Vitória, e que atravessou a estrada nova do Forte, não obstante o fogo que lhe fizeram. Reunidos foram atacar o Quartel dos Permanentes, onde apenas existiam 22 soldados, por terem sido os demais a diversas requisições. Aí depois de algum fogo, fechado o portão do quartel, e morreram dois soldados, tendo outros feridos, tomaram pelo lado da Barroquinha, e vieram a sair segunda vez no sítio d' Ajuda, donde seguiram para o Colégio, e atacaram a guarda, a qual se recolheu, fazendo fogo sobre o grupo um reforço permanente, que ali se achava. Nesse lugar mataram um soldado de artilharia, que vinha buscar o Santo, o qual antes de cair ferido defendeu-se corajosamente e matou um com um tiro ferindo a outros muitos. Na descida pela Baixa dos Sapateiros mataram um pardo, e dizem-me que ainda outro, seguindo depois para os Coqueiros donde saíram para atacar o Quartel de Cavalaria, como já referi a V. Ex.^a Depois do destroço que receberam nesta última paragem, único que tomou a ofensiva nunca mais se reuniram. Esquecia-me dizer a V. Ex.^a que na noite da insurreição se me apresentou igualmente o tenente-coronel Manoel Antônio da Silva, Instrutor-geral dos Guardas Nacionais, a quem encarreguei algumas comissões: bem como devo comunicar a V. Ex.^a que a parda da casa onde se achavam os pretos, e seu marido, estão presos havendo motivo para os suspeitar coniventes ou sabedores. Desde o Quartel da Cavalaria até o Forte de São Pedro foram achados muitos africanos mortos, ou feridos, e poucos presos no ato do ataque. Calculo o número dos mortos achados em todos os lugares, e mesmo entre as ondas, em 50; havendo porém ferido que decerto não escaparão, atento a gravidade dos ferimentos, e o tempo decorrido, primeiro que fossem tratados, existindo estes no hospital, para onde os mandei conduzir, e os outros na Fortaleza do Mar. Pela manhã foram achados alguns pelos matos vizinhos baleados, ou cutilados, dos quais alguns procuravam escapar-se com disfarces. Das seis para sete da manhã, da casa de João Francisco Ratis saíram repentinamente seis pretos seus, armados de espadas, pistolas e punhais, vestidos em trajes de guerra, à maneira sua; e depois de lançarem fogo à casa do senhor, correram em busca de Água de Meninos, sendo logo mortos

no caminho. É de presumir que estes estivessem no plano; porém ignorariam o resultado da madrugada pois que foram forçados a romper antes do tempo os 60 da casa corrida no Guadalupe. Têm sido por mim as providências necessárias para serem corridas todas as casas dos africanos, sem distinção alguma, e o resultado será presente a V. Ex.^a em tempo competente; podendo desde já asseverar a V. Ex.^a que a insurreição estava tramada de muito tempo, com um segredo inviolável, e debaixo de um plano superior ao que devíamos esperar de sua brutalidade, e ignorância. Em geral vão quase todos sabendo ler, e escrever em caracteres desconhecidos, que se assemelham ao árabe, usado entre os hauçás, que figuram terem hoje combinado com os nagôs. Esta nação em outro tempo foi a que se insurgiu nesta província por várias vezes, sendo depois substituída pelos nagôs. Existem mestres, que dão lições e tratavam de organizar a insurreição, na qual entravam muitos forros africanos e até ricos. Têm sido encontrados muitos livros, alguns dos quais, diz-se, serem preceitos religiosos tirados de mistura de seitas, principalmente do Alcorão. O certo é que a religião tinha sua parte na sublevação, e os chefes faziam persuadir aos miseráveis que certos papéis os livrariam da morte, donde vêm encontrar-se nos corpos mortos grande porção dos ditos. E nas vestimentas ricas e esquisitas, que figuram pertencer aos chefes, e que foram achadas em algumas buscas. Também se notou que uma grande quantidade de insurgentes eram escravos dos ingleses, e estavam melhor armados, devendo-se atribuir estas circunstâncias à menor coação em que são tidos por estes estrangeiros, habituados a viver com homens livres. Além da morte do sargento da Guarda Nacional, do soldado de artilharia, de quatro pardos e dois permanentes, segundo se me informa, houveram muitos outros ferimentos, e alguns graves. Certamente. Ex.^{mo} Sr., se as denúncias nos não tivessem prevenido, o resultado seria afinal, sem dúvida, o mesmo; porém os estragos muito superiores; pelo que a bem da segurança nossa, convinha premiar as pretas denunciante, dando-lhes a liberdade, se elas a não tivessem, ou um prêmio razoável. As providências continuarão a ser dadas com calor, e por todos os distritos se trata de um processo, por onde se possa descobrir os culpados ainda existentes para em suas pessoas dar um exemplo eficaz a esses africanos; e para melhor o conseguir, tenho procurado encaminhar os processos de uma maneira uniforme e regular. Depois de tais sucessos, é bem natural que hajam abusos, e estes têm existido a um ponto tal que hoje já dão motivos suficientes a queixas bem fundadas, pois que os soldados prendem, espancam, ferem, e mesmo matam ao escravos, que por mandado de seus senhores vão à rua. Sobre este objeto tenho oficiado a V. Ex.^a, dando as providências ao meu alcance. Presentemente tudo mais está tranqüilo, e teremos

tempo de, por medidas legislativas provinciais, providenciar de maneira que não seja segunda vez preciso lutar com tal gente, e muito menos com africanos forros, que quase todos, no gozo de liberdade, traziam o ferrete da escravidão e não utilizam nada o País com a sua estada – Deus guarde a V. Ex.^a Bahia, 29 de janeiro de 1835. II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província. Francisco Gonçalves Martins, Chefe de Polícia (*Coleção Insurreição de Escravos*. Ofício do Chefe de Polícia sobre Insurreição de 1835, Salvador, Arquivo Público do Estado da Bahia, vol. 2 849).

GRITO DO POVO. Órgão republicano e abolicionista, fundado e editado em São Paulo pelo tipógrafo Pedro Arbues, posteriormente coronel comandante do batalhão de infantaria da Polícia Paulista. Eram redatores do *Grito do Povo* Gabriel Prestes, Hipólito da Silva e João Vieira de Almeida.

GRUPO ABOLICIONISTA ACADÊMICO. Grupo fundado, segundo Evaristo de Moraes, em 1884, na Faculdade de Direito de São Paulo. Publicava o jornal *A Onda*, no qual colaboraram, entre outros, Rivadavia Correia, Coelho Neto, Raul Pompéia e Bittencourt Sampaio. A iniciativa da fundação desse grupo acadêmico foi de Edmundo Muniz Barreto, que concitou os companheiros a promoverem a libertação dos escravos residentes nas vizinhanças da Faculdade, o que foi feito. Bibliografia. MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

GRUPOS DE TRABALHO. Entre as formas de associação de escravos, segundo Mary Karasch (1987), como as religiosas, as confrarias, capoeiras e maltas, encontramos também as associações econômicas. Em geral, eram de dois tipos: grupos de trabalho e sociedades de ajuda. No primeiro caso, o que freqüentemente reunia os escravos era o fato de servirem ao mesmo senhor e viverem juntos, amontoados na mesma propriedade. Por outro lado, os que trabalhavam nas ruas reuniam-se, comumente, em torno de suas ocupações comuns. Assim, as lavadeiras congregavam-se ao redor das fontes e dos rios para lavar juntas, embora cada uma servisse a um senhor diferente. Os estivadores das docas também formavam grupos de trabalho. Os escravos da alfândega, que vestiam os emblemas dos oficiais, eram divididos em grupos de cinco ou seis e carregavam, puxavam e taxavam as cargas pesadas em grupos. Os carregadores de café eram especialmente bem organizados em grupos de trabalho, preocupando-se uns

com os outros e ajudando-se mutuamente a cumprir as ordens dos senhores. Se por acaso um escravo estivesse doente, o grupo responsabilizava-se por seu trabalho; se um fosse mais velho, os escravos jovens ajudavam-no no trabalho pesado. Por meio do trabalho comunal e cooperativo, protegiam os mais fracos e mais velhos do castigo dos senhores. Bibliografia. KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

GUABIRU. Nome depreciativo dado a um dos partidos políticos na província de Pernambuco, em meados do século XIX: os guabirus, baronistas ou miguelistas eram conservadores. Foram esses grupos políticos que se bateram na Revolta Praieira em 1849. O nome guabiru é tupi: de *guabir-u*, o que devora mantimentos, o rato, segundo Teodoro Sampaio. Daí a justa frase de Alfredo de Carvalho, “os ideais houveram recurso de um epíteto que quadrava a primor a indole das retaliações partidárias”. É do tempo a seguinte quadra:

Machado que corta lenha,
Também corta mulungu,
Praieiro que tem vergonha
Não fala com guabiru.

Convém notar que o movimento praieiro, em Pernambuco, que terminou em luta armada, tinha como protagonistas dois partidos, um dizendo-se conservador e outro liberal. No entanto, nenhum inscreveu nos seus programas a luta pela libertação dos escravos. Pelo contrário, usavam os escravos como massa militar na defesa dos seus interesses. Os próprios praieiros, em termos de ideologia, encontravam-se entre aqueles que defendiam o liberalismo escravista. Prova dessa indiferença dos praieiros em relação ao fim do regime escravo encontramos naquilo que ficou conhecido como “Manifesto ao Mundo”, de 1º de janeiro de 1849: “Depois de protestarem só largar as armas ao verem instalada uma Assembléia Constituinte os signatários do documento apontavam os objetivos a ser alcançados pela mesma revolução: 1º) O voto livre e universal do povo brasileiro. 2º) A plena e absoluta liberdade de comunicar os pensamentos por meio da imprensa. 3º) O trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros. 4º) O comércio a retalho

só para cidadãos brasileiros. 5º) A inteira e efetiva independência dos poderes constituídos. 6º) A extinção do Poder Moderador e do direito de agraciar. 7º) O elemento federal na nova organização. 8º) A completa reforma do poder judicial, em ordem a assegurar as garantias dos direitos dos cidadãos. 9º) A extinção da lei do juro convencional. 10º) A extinção do sistema de recrutamento”.

GUAINÁ, O. Jornal estudantil do Rio de Janeiro, de orientação abolicionista.

GUARAPARI, REPÚBLICA NEGRA DE. Movimento de rebeldia dos negros do Espírito Santo, ocorrido entre 1815 e 1817, formado pelos escravos da Fazenda de Campos e do Engenho Velho.

GUARDA NEGRA. Organização terrorista, criada por José do Patrocínio (V.), após o 13 de Maio, e composta de ex-escravos, com o objetivo de dissolver comícios ou manifestações públicas republicanas. Querendo demonstrar à Princesa Isabel o reconhecimento dos ex-escravos e depois de ter se lançado a seus pés, no ato da abolição, Patrocínio passou a comandar esse agrupamento paramilitar, fundado exatamente em 28 de setembro de 1888. A Guarda Negra chegou a travar lutas de rua com os republicanos que exigiam a mudança do regime e o fim do Império de D. Pedro II. Patrocínio foi muito criticado pelos métodos praticados pelos membros dessa entidade, alguns de extrema violência. Sobre a formação da Guarda Negra, o mais conhecido biógrafo de José do Patrocínio, Oswaldo Orico (1931), assim se refere: “Incompreensível por um lado, mas explicável por outro, essa famigerada guarda negra tivera um inspirador. Não fora outro senão José do Patrocínio. O fanatismo abriu-lhe na alma a ilusão desse recurso com que imaginava cercar de garantias e prestígio a Redentora de sua raça. Foi a gratidão que o moveu a provocar e sugerir um movimento de solidariedade dos libertos para com a padroeira inesquecível. E, ao toque de reunir, acorreram de todo lado os antigos sentenciados do cativeiro, ansiosos de oferecer a força material do peito aberto a flor do seu reconhecimento heróico [...] Houve lutas e sangue. Os acontecimentos registraram-se na capital e no interior durante a fase em que se fez sentir a influência da guarda negra e se apelou para a sua incontida violência, mostraram como fora infeliz a idéia de arregimentar no

antigo holocausto das senzalas a força que deveria guardar o trono. Inaugurou-se uma época de terror que deu à nação enormes prejuízos em dinheiro e em vidas. Onde quer que brilhasse a centelha da luz republicana, surgia o conflito das raças, desencadeado pela fúria dos libertos em louvor da rainha. E amiudaram-se os atentados e morticínios. Na rua do Passeio; em frente à Secretaria de Justiça; em dias de março de 1889, durante a agitação popular que a febre amarela e a falta de água provocaram, a guarda negra deixou indícios da sua lamentável influência. E eram cada vez mais assustadoras as perspectivas. Engrossavam diariamente as fileiras da dura instituição os bandos que lhe vinham de toda parte. No interior, segundo noticiava o *Diário de Notícias*, de 19 de abril de 1889, 'o liberto depunha a enxada, voltava costas à terra, punha ao ombro a garrucha homicida e acudia em auxílio à rainha que os remira, contra os republicanos que pretendiam resscravizá-los'. Guiados por essa sanha, não admira que se verificassem fatos como os de Campos e da Laje do Muraré. Na primeira localidade, em uma reunião republicana, que se processava pacificamente, massa enorme de polícias e libertos armados invadiu o edifício em que se realizava um banquete democrático, alarmou as senhoras, desrespeitou com ameaças a intervenção amistosa do pároco, que suplicava das janelas do templo ordem e obediência, disparou tiros, arremessou garrafas, espancou e feriu, tudo isto para levantar entre acompanhamentos bélicos vivas e saudações à rainha". Bibliografia. ORICO, Oswaldo. *O Tigre da Abolição*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1931; RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Guarda Negra: Perfil de uma Sociedade em Crise*. Campinas, 1990.

GUERRA DO PARAGUAI E A ESCRAVIDÃO. A Guerra do Paraguai afetou enormemente todas as formas e níveis de atividades da vida nacional (trabalho, indústria, comércio, política) e, conseqüentemente, as relações escravistas, que já se vinham deteriorando desde 1850. Antes mesmo do seu início, a situação financeira do Império era precária, pois atravessava, em 1864, uma das crises mais pronunciadas, que gerou pânico nas áreas financeira e comercial. A crise atingiu, inicialmente, as casas concessionárias que operavam com o café. Em seguida, alastrou-se pelo setor bancário, com uma sucessão de

falências e fechamento de bancos. Na sua Fala do Trono, pronunciada, em maio de 1865, por ocasião da abertura da Assembléia Geral, o Imperador reconheceu que "a falência de algumas organizações econômicas e bancárias em que estavam depositadas as economias de milhares de pessoas produziu no mês de setembro do ano passado uma crise assustadora". Se, no setor das finanças, reinava essa insegurança, vieram somar-se a ela outros fatores negativos. Com o estancamento do tráfico internacional, o escravo subia violentamente de preço, principalmente na região Sudeste. Por outro lado, o Brasil havia rompido relações com a Inglaterra, o que dificultava (mas não impedia) a tomada de empréstimos a banqueiros daquele país. Com respeito a seu impacto sobre a escravidão, a importância da guerra do Paraguai decorre do paradoxo da participação compulsória de escravos no Exército brasileiro para lutar contra um país onde não existia a escravidão. Não restava ao escravo outra alternativa senão lutar mesmo contra a vontade. Os filhos dos senhores de escravos ficavam em casa, substituídos por escravos, enquanto os senhores, no seu absenteísmo cívico e patriótico, assistiam confortavelmente ao desenrolar do conflito. Por tudo isso, não é de espantar o grande número de óbitos entre os escravos e os negros durante os anos de guerra. Segundo J. J. Chiavenatto (1980), "não se sabe precisamente quantos negros o governo comprou das suas próprias senzalas, mas se sabe com segurança o número de negros que voltaram livres da Guerra do Paraguai. Voltaram vinte mil negros depois de cinco anos de lutas, e morreram na guerra entre sessenta e cem mil – este último número consegue-se burilando as estimativas mais sérias que aliás merecem melhor crédito que as estatísticas oficiais, omissas ou intencionalmente mentirosas (e não raro desaparecidos muitos documentos da época)". O conflito resultou, de fato, dos interesses ingleses na América do Sul, especialmente no Prata, mas, internamente, serviu também, entre outras coisas, de anteparo ideológico para sustar o progresso do pensamento crítico que se ia alastrando em relação ao trabalho escravo. As idéias abolicionistas desenvolviam-se progressivamente e o governo imperial viu no conflito um pretexto feito sob medida para neutralizá-las, invocando os in-

teresses da pátria em jogo, os chamados "brios patrióticos" contra aqueles que questionavam a escravidão no momento. O governo – haja vista o comportamento dos gabinetes conservadores durante o conflito – recorreu a um discurso cuja retórica disfarçava o desejo de continuidade do trabalho servil. As idéias abolicionistas ficaram na defensiva e o governo aproveitou esse período para estabelecer estratégias continuístas que não poderia desenvolver após o conflito por uma série de razões que ele não conseguiu prever e controlar. Por outro lado, os escravos passaram a ser recrutados compulsoriamente e alguns fugiam dos seus senhores para se alistar como voluntários, objetivando a liberdade que lhes era prometida. Era, portanto, uma forma de evasão ao sistema. Alforriados pelo Império, os chamados escravos da nação foram incorporados às tropas brasileiras. Houve também, conforme assinalou Chiavenatto, compra de escravos por parte do governo para engajá-los diretamente nas tropas. O Ministério da Guerra espalhou em diversas províncias agentes encarregados desse tipo de transação. Prova concludente desse fato é o ofício enviado pelo presidente da província de Minas Gerais nos seguintes termos: "Palácio, 16 de maio de 1868. O Ex.^{mo} Sr. Ricardo Gomes Lagueiro apresentou-se-me querendo vender 18 escravos para o serviço de guerra. Segundo as ordens que tenho, o pagamento de escravos comprados por conta do governo para o exército deve ser realizado na Corte; e não podendo eu apreciar qual a urgência que há atualmente para ainda fazer-se sacrifícios desta ordem, deixei de fazer qualquer contrato com o dito Lagueiro, e o apresento a V. Ex.^a que resolverá a semelhante respeito como julgar mais acertado. Deus guarde a V. Ex.^a M. Ex.^{mo} Sr. Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá, Ministro Secretário de Estado dos Negócios da Guerra" (Sena, 1977). Os senhores, por outro lado, para fugir ao dever de se incorporarem às tropas do Exército, enviavam em seu lugar escravos de sua propriedade, engrossando os efetivos do exército. Ademais, verdadeiras razias eram feitas no interior e nas cidades, prendendo e coagindo os membros da plebe a se incorporarem ao Exército. Milhares de cidadãos tiveram de seguir contra a vontade, enquanto os membros das classes senhoriais, seus protegidos e de políticos influ-

entes na Corte, permaneciam assistindo à guerra. Daí as palavras do viajante alemão Max von Versen, quando passou pelo Rio de Janeiro com destino ao Paraguai, à época da guerra: "não tem produzido impressão favorável o que tenho visto até agora do exército deste país. Nas fileiras estão alistados somente negros, mulatos e a escória da população branca". Essa descrição demonstra a ideologia das elites brancas, que buscavam enviar para o fronte aquela população da qual pretendiam se livrar por motivos sociais e raciais. A ideologia do branqueamento funcionou de modo dinâmico, procurando reestruturar e reordenar etnicamente a nossa sociedade por meio de uma política seletiva, na qual os membros das elites somente participavam do conflito (quando participavam) como deliberadores. A Lei nº 1 101, de 20 de setembro de 1865, em seu Art. 5º, § 4º, e depois o Decreto nº 3 513 facultaram a substituição do convocado ou recruta por outra pessoa e o pagamento de "uma indenização" ao governo. Os negros eram enviados coercitivamente, em grande número, para a linha de frente e foram os grandes imolados nas batalhas ali travadas. Registrando opiniões de viajantes estrangeiros, chega-se à conclusão de que no Exército brasileiro para cada soldado branco havia nada menos do que 45 negros. Novamente nas palavras de J. J. Chiavenatto, "as conseqüências da Guerra do Paraguai foram terríveis para os negros. Os mais fortes, em uma seleção que os tirou do eito para a guerra, morreram lutando. Os negros mortos somaram de sessenta a cem mil – há estimativa que informam até 140 mil. Isso na frente de batalha, no Paraguai. Cotejando-se porém estimativas militares brasileiras – Caxias inclusive – à margem da historiografia oficial, dos observadores estrangeiros, dos próprios aliados argentinos, chega-se com relativa segurança em torno de noventa mil negros mortos na Guerra do Paraguai. Na guerra em si, porque outros milhares morreram de cólera durante a fase de treinamento, de disenteria, de maus-tratos nos seus transportes". O mais paradoxal, como já dissemos, é que o Exército brasileiro proclamava-se o libertador do povo paraguaio, quando, institucionalmente, havia a escravidão negra no nosso território. Isso, por outro lado, era explorado pelos paraguaios. Quando os comandantes aliados envia-

ram ao general Estigarribia uma proposta para a rendição de Uruguaiana, ele, entre outras coisas, respondeu com uma interrogação: "Vossas Excelências mostram tanto zelo em dar liberdade à nação paraguaia, segundo suas próprias expressões, por que não começaram Vossas Excelências pela libertação dos infelizes negros do Brasil, que formam a maior parte de sua população e que gemem sob a mais dura e terrível escravidão para enriquecer e manter na ociosidade algumas poucas centenas de grandes do Império?" Na mesma linha de raciocínio, Solano López denunciava ao presidente Mitre o fato de que prisioneiros paraguaios "na sua maior parte foram levados e reduzidos à escravidão no Brasil, e os que, pela cor de sua pele, se prestavam menos a ser vendidos, foram mandados para o Estado Oriental e as Províncias Argentinas, de presente, como seres curiosos, sujeitos à servidão". Concordando com a denúncia de López, Bartolomeu Mitre escreveu que, após a rendição de Uruguaiana, "nosso lote de prisioneiros em Uruguaiana foi mais de 1 400. Estranhará V. o número, que deveria ser maior; mas a razão é que, por parte da cavalaria brasileira, houve, no dia da rendição, tal roubo de prisioneiros, que pelo menos arrebatassem de oitocentos a mil deles, o que mostra a V. a desordem dessa tropa, a falta de energia de seus chefes e a corrupção dessa gente. Pois os roubaram para escravos. Até hoje mesmo andam roubando e comprando prisioneiros do outro lado. O comandante Guimarães, chefe de uma brigada brasileira, escandalizado desse tráfico indigno, me dizia outro dia que nas ruas de Uruguaiana, tinha de andar dizendo que não era paraguaio para que não o roubassem". Isso não quer dizer que os paraguaios não fossem também racistas. Chamavam os soldados brasileiros de *cambá*, exatamente por ser o exército composto de negros na sua imensa maioria. O coronel paraguaio Aquino, ao perseguir uma tropa brasileira em retirada, esporeou o cavalo lançando-se para a frente dizendo que tinha que matar alguns "negros" com suas próprias mãos, recebendo em seguida um tiro no ventre e morrendo dois dias depois. Foi promovido a general antes de morrer. Os paraguaios, nos seus jornais que circulavam nos campos de batalha, veiculavam diversas notas depreciativas e irônicas sobre o

Exército Brasileiro. Segundo uma testemunha ocular, "López cuidou de aumentar os preconceitos e de atizar a irritação, mandando imprimir e distribuir no acampamento o periódico denominado *Cabichi* (abelha). Por meio de caricaturas e de poesias satíricas, essa folha divertia os soldados, vituperando com especial mordacidade os brasileiros, que eram alcunhados de macacos". Em suma, em ambos os lados prevalecia uma visão preconceituosa dos negros, com a diferença de que, no lado brasileiro, tal visão tinha o objetivo de preservar a escravidão. Nesse contexto, apresenta-se como situação extrema o fato de os brasileiros transformarem os paraguaios capturados em escravos. Já que o tráfico africano havia sido extinto, nada mais justo na lógica escravista do que tornar escravos os prisioneiros de guerra, como acontecia no escravismo clássico. O número de prisioneiros transformados em escravos e o número de escravos brasileiros transformados em soldados são difíceis de calcular com exatidão, pois as fontes que poderiam esclarecer esse processo ou se perderam ou foram apagadas. Mas o que se está buscando destacar aqui é a lógica interna do sistema que, para sobreviver, usou em sua atuação todos aqueles recursos de que o poder escravista dispunha. Na dinâmica social que a Guerra do Paraguai desenvolveu durante o seu transcurso, observa-se como as relações escravistas se foram modificando e desarticulando. O escravo negro mobilizado compulsoriamente, que participou das operações militares, teve seu nível de consciência alterado, de uma forma que não ocorreria se permanecesse nas senzalas, ou trabalhando no campo ou mesmo como escravo de ganho nas cidades. Se o escravo negro não aproveitou a guerra para fugir, como aconteceu no século XVII, durante a invasão holandesa, formando a República de Palmares, aqueles que seguiram para a frente de batalha voltaram com outra visão da escravidão. Caxias, escrevendo ao Imperador, dizia que, "à sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade e tenha lugar uma guerra interna, como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil, e desaparece dele a escassíssima e diminuta parte branca que há". Caxias, bastante experiente

em enfrentar quilombolas na fase do escravismo pleno, destruindo os de Preto Cosme no Maranhão e o de Manuel Congo no Rio de Janeiro, equivocou-se quanto ao potencial insurrecional dos escravos na última fase da escravidão. Se a insurreição geral não aconteceu, por outro lado aqueles que foram à guerra do Paraguai adquiriram, na sua maioria, uma consciência crítica da sua condição. Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil saiu arruinado, fato que veio agravar ainda mais a decomposição do sistema escravista na sua derradeira fase. Era o Brasil uma nação inteiramente endividada, com compromissos alienadores da sua soberania, que produziam descontentamento e inquietação política em diversos segmentos da sociedade. Por conseguinte, o Governo Imperial tentou impedir um conflito maior entre senhores e escravos, por meio de medidas protetoras do cativo e, no plano internacional, buscando saldar seus compromissos financeiros assumidos durante o conflito, especialmente com o grupo Rotschild e o governo inglês. Bibliografia. CHIAVENATTO, Júlio José. *O Negro no Brasil, da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1980; SENA, Marina de Avellar. *Compra e Venda de Escravos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1977.

GUERRA DOS FARRAPOS, O ESCRAVO NA. A Revolução Farroupilha foi um movimento armado, com início no Rio Grande do Sul (1835–1845) e liderado por estancieiros gaúchos contra o governo imperial de D. Pedro II. Embora sem ambições republicanas no seu início, os farroupilhas terminaram proclamando a República de Piratini. Entre outras medidas que tomaram, incluía-se a abolição do trabalho escravo. Não tendo ocorrido a abolição com a Independência, os escravos não perderam a esperança. Na Revolução Farroupilha, eles se sentiram mais à vontade porque, afora a Inconfidência Baiana (V.), nenhum outro movimento foi tão enfática e ostensivamente antiescravista quanto o chefiado por Bento Gonçalves. A participação do escravo tinha, portanto, um caráter racional, lógico. Não havia a contradição existente nos demais acontecimentos que visavam mudança social quando participavam das lutas por ordem dos seus senhores. Além do mais, como não pesava muito fortemente na região o seu trabalho, o escravo transformou-se em soldado independente. O Rio Grande do Sul,

Santa Catarina e Paraná não receberam um contingente demográfico africano ponderável, embora o seu coeficiente fosse bem maior do que se geralmente se supõe. O Rio Grande do Sul tinha a seguinte população negra:

1814.....	1 439
1822.....	22 000
1835.....	100 000

Para fins de comparação, o total da população na província era:

1814.....	79 000
1822.....	106 000
1835.....	360 000

Sobre a composição demográfica do Rio Grande do Sul e o seu coeficiente negro no tocante às outras regiões, Dante de Laytano (1936) apresenta os seguintes dados esclarecedores: "A percentagem dos brancos na nossa população é de 70,37, somente ultrapassada por Santa Catarina, que tem 84,79% quando existem Estados, como Alagoas, com 31,08 apenas. A população de caboclos é, entre nós, de 5,35%, ultrapassada por Santa Catarina com 3,25% e Distrito Federal com 3,23, chegando à mais alta percentagem no Amazonas, 48,38%, no Pará, 39% e no Ceará, 37,12%. A proporcionalidade quanto ao negro é a seguinte: Rio Grande do Sul 10,34%, Paraíba 7,8% e Ceará 8,65%. As estatísticas revelam que a revolução de 1835 encontrou a Província com 1/3 de escravos negros no total da população". Logo, por questões de ordem demográfica, os farrapos encontraram nos negros não o soldado mercenário ou passivo, mas um aliado numa campanha armada pela libertação da província. O escravo negro participou, portanto, como aliado livre, criando zonas de fricção e conflitos militares em diversos pontos e áreas de combate. Desde o começo, isto é, desde a tomada de Porto Alegre, o escravo negro esteve presente, comandado por Bento Gonçalves. Um testemunho afirmou que "de diversas insurreições de escravatura agentes fizeram armar e reunir em diversos pontos da Província e na Cidade de Pelotas onde ainda conservaram para mais de trezentos a quatrocentos escravos armados contra a causa da legalidade". O escravo negro colaborou militarmente com os primei-

ros insurretos, esteve a par dos segredos e das senhas revolucionárias e tomou parte no movimento republicano contra o Império. Essa eficiência militar do escravo, e do negro em geral, levou o governo imperial a baixar uma determinação, datada de 19 de novembro de 1838, mandando açoitar os escravos engajados nas hostes farroupilhas quando caíssem prisioneiros. O texto desta determinação é o seguinte: "Ilmo. e Exmº Sr. O Regente, em nome do Imperador, há por bem ordenar o seguinte a respeito dos escravos que os rebeldes têm armado e com os quais também hostilizam as forças Imperiais: 1ª – Todo escravo que for preso e tiver feito parte das forças rebeldes será logo aí, ou no lugar mais próximo em que possa ter lugar, correccionalmente punido com duzentos a mil açoites, por ordem da autoridade militar ou civil, independentes de processo. Depois de serem castigados, serão remetidos para essa capital, publicandose os nomes dos seus senhores, a fim de que saibam os destinos dos seus escravos e possam dispor deles, caso lhes convier, contanto que não revertam para a Província do Rio Grande enquanto não estiver completamente pacificada ao que, por si ou por seus procuradores se obrigarão por termo perante o Juiz de Direito Chefe de Polícia encarregado de fazer a entrega dos que se legitimarem. 2ª – Os escravos que, ao tempo da publicação desta providência, fizerem parte da força armada dos rebeldes e que, abandonando o seu partido, se apresentarem ao general-em-chefe, ou às autoridades que este determinar, ficarão isentos e anistiados de todo o serviço forçado e ser-lhes-á passada carta de alforria, para ficarem gozando de plena liberdade. E para que não fiquem expostos a reações e vinganças, se por alguma funesta casualidade recaírem nas mãos dos rebeldes, serão à custa do Governo transportados todos para fora da Província. 3ª – Os escravos que se apresentarem e estiverem em circunstâncias das disposições antecedentes serão avaliados por dois louvados, um nomeado pelo promotor fiscal, ou pelos fiscais que suas vezes fizerem, e outro por seu dono se estiver presente; na sua falta pelo que designar, ou tiver designado a respectiva Câmara Municipal, ou pelos fiscais desta, devidamente autorizados. Esta avaliação será feita sumariamente e V. Ex.ª expedirá as precisas ordens, para

que não deixem de haver os louvados de que trata o parágrafo antecedente. Se os escravos pertencerem aos súditos imperiais fiéis ao seu juramento ao trono e à pátria, ser-lhes-á dado o preço da avaliação pago logo que o requererem. Se porém os escravos pertencerem aos rebeldes, seus colaboradores e protetores, só terá lugar o sobredito pagamento nos cofres da Tesouraria Provincial as quantias em que foram avaliados. Transmitindo a V. Ex.ª esta ordem do Regimento, em nome do Imperador, espero que se desenvolverá em adotar as medidas e fazer todas as diligências que possam produzir os resultados que dela se espera: e para o que lhe dará toda a publicidade pelos periódicos, por editais nas cidades, povoações, vilas e quaisquer outros meios que oportunamente ocorrerem. Deus guarde a V. Ex.ª Palácio do Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1848. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Cumpra-se e registre-se. Presidência do Governo em Porto Alegre, 10 de janeiro de 1839. Brito". Como podemos ver, era uma resolução odiosa. Os escravos que obtiveram a liberdade e que lutavam contra o Império escravista de D. Pedro II tinham de ficar sob a ameaça permanente do açoite, da deserção ou da reescravidão. Ao saber dessa determinação do governo imperial, Bento Gonçalves respondeu com um decreto datado de 11 de maio de 1839 nos seguintes termos: "Caçapava, 11 de maio de 1839, 4ª da Independência rio-grandense. Tendo o tirano governo do Brasil, por aviso da repartição da Justiça de 19 de novembro de 1838, determinado ao intruso e intitulado Presidente da Província do Rio Grande do Sul a aplicação de duzentos a mil açoites a todo homem de cor, que, livre do cativeiro em conformidade das leis desta repartição, tiver feito parte da sua força armada, vier a cair prisioneiro das forças chamadas legais, desprezando aquele imoral governo toda espécie de processo e formalidade judiciária para a qualificação daquele suposto crime; quando em obediência às sagradas leis da humanidade, às luzes do presente século e ao verdadeiro interesse dos cidadãos do Estado, e que o Governo do mesmo passou a libertar os cativos aptos para as armas, oficinas e colonização, a fim de acelerar a pronta emancipação desta parte infeliz do gênero humano e isso com grave prejuízo da fazenda pública; posto que

todos os proprietários que têm exigido a importância de tais cativos, os não sido satisfeitos de pronto, ou oportunamente. O Presidente da República, para reivindicar os direitos inalienáveis da humanidade, não consentindo que o riograndense de qualquer cor com que os acidentes da natureza o tenha distinguido sofra impune e não vingado o bárbaro, aviltante e afrontoso tratamento que lhe prepara o infame governo imperial, em represália a que é provocado decreta: Artigo Único: Desde o momento em que houver notícia de ter sido açoitado um homem de cor, soldado da República, pelas autoridades do Governo do Brasil, o General Comandante-em-Chefe do Exército, ou os comandantes das mesmas diversas divisões, tirarão a sorte aos oficiais de qualquer grau que seja das tropas imperiais, nossos prisioneiros, e fará passar pelas armas aquele que a mesma sorte designar. Domingos José de Almeida, Ministro e Secretário dos Negócios do Interior, Fazenda e Justiça assim o tenha entendido, faça correr, cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém. Bento Gonçalves da Silva, Domingos José de Almeida". Existiam ainda outros fatores a favor dos farroupilhas em relação aos escravos. A jovem república comprava centenas de escravos aos seus senhores, todas as vezes que eles assim o exigiam, para poderem combater como soldados livres nas fileiras dos farrapos. Não foi apenas como lanceiro, soldado da infantaria ou nas cargas de cavalaria que o negro se destacou. Lanchões armados, tripulados por ex-escravos, faziam parte da pequena frota farroupilha. Em várias oportunidades tiveram de provar a sua bravura, conforme testemunhos de outros participantes. Rafael e Procópio, negros, participaram, juntamente com Garibaldi, do combate que as tropas farroupilhas mantiveram em Camaquã contra Frederico Maringue. Muito da resistência que foi oferecida pelos farrapos àquele chefe legalista deve-se à disposição dos ex-escravos que estavam ao lado dos farroupilhas. O próprio Garibaldi, que tão ativa e corajosamente participou ao lado das tropas de Bento Gonçalves, criando, mesmo, a auréola de herói de dois mundos, declarou nas suas memórias: "Quisera um lugar para escrever, gravar em bronze os nomes desses valentes companheiros, que em número de catorze se reuniram, combatendo durante cin-

co horas cinquenta inimigos" (Garibaldi, 1944). O espírito abolicionista dos chefes da República de Piratini não arrefeceu, mesmo nos momentos mais críticos. Depois de reconhecidamente derrotados, não abdicaram das suas posições antiescravistas. Quando foi discutido o tratado de paz com o Império, estando já portanto derrotados, pois era um documento de rendição, impuseram uma cláusula (a quarta) com a seguinte redação: "São livres e como tais reconhecidos os cativos que serviram à revolução". Bibliografia. GARIBALDI, Giuseppe. *Mi Lucha por la Libertad*. Buenos Aires, Futuro, 1944; LAYTANO, Dante. *A República Rio-grandense*. Porto Alegre, Globo, 1936.

GUIANA FRANCESA, FUGAS DE ESCRAVOS PARA A. Pelo Decreto de 27 de abril de 1848, foi abolida a escravidão nas colônias francesas. Assim, a Guiana Francesa passou a exercer forte atração para os negros escravos do Pará e do Amapá. O jornal *O Velho Brado do Amazonas*, de 1851, tratava extensamente o assunto: "a recente deserção em massa dos escravos da Vila de Macapá para Caiena, as providências dadas pela municipalidade, polícia e povo daquela Vila, e enfim a conduta que consta haver seguido a presidência em negócio tão melindroso, e que de tão perto afeta os interesses particulares e públicos do País. De há pouco tempo a esta parte que em todas as conjunções de lua se notava em Macapá o desaparecimento de escravatura em grupos de cinco, dez e até doze indivíduos; e porque semelhante deserção crescesse despertaram a curiosidade e interesse dos respectivos senhores para descobrirem o modo por que tais fugas se praticavam, o destino que tomavam os fugitivos; e feitas todas as pesquisas a respeito, descobriu-se que os escravos se evadiam costa abaixo, para irem demandar o Mapá, e daí buscarem guarida em terras de Caiena. Justamente sobressaltados com semelhante descoberta, vendo-se ameaçados de total ruína em seus estabelecimentos agrícolas, os habitantes do Macapá, afastados sobremaneira da primeira autoridade para dela esperar prontas, imediatas e robustas providências que atalhassem o iminente mal, cuidaram de lançar mão de um meio preventivo, que em sua totalidade não tem o cunho da legalidade, o que é todavia justificável pelas circunstâncias do momento. Com efeito, reuniu-se a Câmara Municipal, convocou as Casas do Conselho, o dele-

gado e os habitantes mais grados do lugar, e pondo-se a matéria em discussão, deliberou-se que para atalhar o mal, convinha sem demora positar na embocadura do Mapá uma barca guardada de força armada, que obstasse ali o ingresso de escravos brasileiros, enquanto se dava parte à presidência, e esta dava as providências convenientes como lhe cumpria e porque não haviam dinheiros públicos para sustentar o destacamento, contribuíram os cidadãos presentes; aprestou-se e partiu a força para o seu destino, e participou-se o acontecimento ao Ex.^{mo} Presidente da Província. Corre porém que S. Ex.^a desaprovava altamente a resolução da Câmara e notáveis de Macapá de fazer partir para ali o vapor de guerra (que já regressou) com ordens para imediatamente retirar-se o destacamento referido, sem que outra providência fosse dada para curar o mal que já citamos, a deserção da nossa escravatura para o Mapá. A província tão desfalcada de braços livres; esses poucos que há embrenhados nos seringais no fabrico da goma elástica; o número dos escravos limitadíssimos, e já bem dizimados pela ausência de muitos que por lá vagueiam nas matas, formando escandalosos e grandes mocambos, que pouco ou nada se perseguem; havendo mais este novo meio de subtração do trabalho, e ao cativo para os escravos, a fuga para o Mapá, o que será de nossa lavoura, já tão decadente? Por certo uma total ruína, o seu paradeiro. Concluimos pois dizendo que S. Ex.^a não pode nem deve limitar-se à prevenção de futuras complicações diplomáticas; tem ainda outro dever tanto a mais segredo a preencher, convém saber guardar a costa ao norte de Macapá, de forma tal, que dificultosa se torne a fuga encetada da nossa escravatura para o Mapá. Por certo, um barco armado, fundeado nas vizinhanças do Mapá, em parte conveniente para vedar tal fuga, de nenhum modo complica a diplomacia; mas veda a fuga dos escravos, desacoroça a nossa escravatura, e compele-a a resignar-se à sua sorte, e a tornar bom o cativo pela obediência e dedicação ao trabalho; acas-

tela as propriedades individuais cujo complexo constitui a grande propriedade, ameaçado por esta nova calamidade e de uma noite para o dia ver-se privado de brancos, que são sua propriedade; cuja aquisição lhe custou suores, fadigas, e talvez lágrimas; ficar repentinamente reduzido à miséria; e não poucas vezes ainda sobre todos os males, sujeito às exações de ímpios e usuários credores". No mesmo jornal, encontra-se outra nota sobre o mesmo assunto: "Somos informados por fidedigna pessoa, que S. Ex.^a o senhor presidente da Província não reprovará o passo dado pelas autoridades de Macapá, para vedar a fuga dos escravos para Caiena; reprovou porém a intervenção da Câmara e dos notáveis da vila, demonstrando que tais providências cabiam exclusivamente à alçada da autoridade de polícia; finalmente o destacamento será substituído por uma força militar paga, apoiada por uma barca canhoneira convenientemente postada no Mapá". A questão diplomática que envolvia o procedimento das autoridades, especialmente do presidente da província, derivava da política expansionista francesa, que procurava incorporar o território do Amapá aos seus domínios. Por outro lado, as autoridades de Caiena tentavam atrair os escravos para o território francês. Tais acontecimentos culminaram, em 1885, no episódio do Cunani (V.), que envolveu escravos brasileiros fugitivos e um grupo de aventureiros franceses. **Bibliografia.** SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

GUINDEIRA. Escrava responsável pelo controle da guinda, aparelho para levar o caldo da cana da moenda às caldeiras.

GUNGUNHANA. Apelido de negro. Informa Afonso d'E. Taunay, segundo Bernardino José de Souza, que é uma alusão à cor do famoso régulo africano aprisionado pelo comandante português Mousinho de Albuquerque. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

H

HENRIQUES. Nome dado aos soldados negros e mulatos que compunham o Terço de Henrique Dias, criado nas capitanias do Brasil, após a guerra holandesa, em homenagem à atuação de Henrique Dias (V.) durante a ocupação e expulsão dos batavos. Logo após a sua morte em 1662, o governo da metrópole criou, em cada capitania, o chamado Terço de Henrique Dias.

HEREDIA, MIGUEL. Médico e abolicionista que fundou em Campos (Rio de Janeiro), junto com outros companheiros, a Sociedade Emancipadora Campista. Miguel Heredia era filho da primeira professora pública de Campos, portuguesa de origem e dona de uma cultura invulgar, que faleceu em 17 de maio de 1859. Em 19 de março de 1870, o negociante Francisco Maria Teixeira de Queiroz, durante os festejos pelo fim da guerra do Paraguai, participou ao Dr. Heredia que "no dia seguinte libertaria uma pardinha de três anos de idade". Aproveitando o momento e supondo que outros o imitariam, aconselhou-o a que fizesse a libertação em público, no coreto da rua do Rosário, e anunciou que, para dar maior solenidade ao ato, convidaria alguns oradores. No entanto, o delegado de polícia proibiu tal ato e a libertação foi feita, então, a 20 de março de 1870, na Casa da Câmara. No dia seguinte, esse

mesmo Dr. Queiroz participou ao Dr. Heredia que pretendia libertar a mãe da cativa. Heredia convencionou que esta nova libertação seria feita na Câmara, com uma grande festa, para a qual convidou diversos oradores a fim de divulgar as idéias abolicionistas. Ficou desapontado, porém, quando soube que o Comendador Cândido Francisco Viana alegou que "essa demonstração pública podia ser muito inconveniente, e que era melhor que o Sr. Queiroz desse liberdade à escrava em sua casa, e que em vez de uma festa pública seria melhor festa em família". No dia seguinte, reuniram-se na casa de Queiroz mais de cinquenta pessoas, de nacionalidades e profissões diferentes, e ali foi concedida liberdade à escrava, em meio a vários discursos abolicionistas. O último a discursar, o Dr. Heredia, disse: "Como brasileiro só descobri um meio de corresponder à delicadeza do Dr. Queiroz pela maneira humanitária e grandiosa com que festejava as glórias da pátria brasileira, esse meio era aproveitar da casa do Sr. Queiroz, tão nobremente convertida em templo da liberdade, para aí fundar imediatamente uma sociedade emancipadora de crianças". Apoiado e aplaudido, pediu o Dr. Heredia que fosse logo nomeada a comissão de estatutos, escolhendo-se os nomes de

Bento Baptista, Fernandes Lima, Alvarenga Pinto e Portella. Foi aclamado presidente Francisco Maria Teixeira de Queiroz. Na verdade, essa foi a segunda sociedade fundada para esse fim. A primeira tentativa do Dr. Heredia, de nome Ypiranga, só conseguiu libertar uma criança. Desde a instalação da primeira sociedade que o Dr. Miguel Heredia se tornara alvo da desconfiança dos senhores de escravos. Faziam todo o tipo de intrigas e boatos e não poupavam uma oportunidade de ridicularizá-lo. Chamavam-no Dr. Palustre, por ter escrito sobre a loucura palustre, produzida pelo impaludismo; ou Dr. Beribéri, pois, após a morte de muitos doentes com afecções cardíacas, Heredia escreveu que eram vitimados pelo beribéri. Como era muito surdo, alguns diziam que “é bom médico, mas não serve para tratar de moléstias interiores, por não poder escutar”. Ao que ele respondeu: “quando o médico para conhecer uma moléstia interior, dos órgãos essenciais à vida, precisar do ouvido, já ela não é mais curável, o diagnóstico deve ser feito antes que ela apresente os sintomas que revela auscultação”.

HIPOTECADO. Quando o senhor não tinha condições de manter-se com suas economias pessoais, hipotecava um escravo a terceiros por um prazo determinado, findo o qual e não sendo paga a hipoteca, o escravo passava a pertencer ao credor. A hipoteca do escravo podia ser estabelecida pelas partes na forma judicial ou convencional, isto é, por uma formalização judicial ou por um pacto individual entre as partes com valor moral.

HOMBÊ. Para Rugendas (1954), foi o primeiro rei de Palmares, anterior, portanto, a Ganga Zumba. Em nossas pesquisas, não conseguimos encontrar novas informações sobre a sua existência. O certo, porém, é que há de fato um “hiato histórico” entre o aparecimento de Ganga Zumba e a fundação de Palmares. Hoje já se tem como certo que o seu início foi anterior a 1630 e não, como se supunha, em data anterior. Logo, deve ter havido outras chefias antes do aparecimento de Ganga Zumba. Zumbi somente assumiu o supremo comando da República em 1678, após a capitulação de Ganga Zumba. Portanto, durante dezessete anos a República de Palmares esteve sob a chefia de Zumbi. **Bibliografia.** RUGENDAS, João Maurício. *Viagem Pitoresca Através do Brasil*. São Paulo, Livr. Martins Ed., 1954.

HOMEM: LEALDADE CONSTITUCIONAL OU DISSOLUÇÃO SOCIAL. O. Jornal que circulou em Recife a partir de janeiro de 1876, com regularidade e repleto de matérias sobre personalidades de cor, de defesa de raça negra e de propaganda dos princípios do abolicionismo. Do primeiro ao décimo número, divulgou o folhetim *Beata – A Vítima dos Preconceitos* (História Veneziana). Na seção “Variedades”, liam-se sonetos de S. Paio, além de uma série de notícias sobre transcrições, tudo versando sobre a injusta inferioridade atribuída aos homens de cor. Findou sua publicação com o número 12, de 30 de março de 1876.

HOMENS-DO-MATO¹. Tropa organizada em Minas Gerais no século XVIII, encarregada de combater os “negros-do-mato”. Estava organizada numa sequência hierárquica constituída dos seguintes postos: soldado-do-mato, capitão-do-mato, sargento-mor-do-mato e capitão-mor-do-mato. No regimento dos capitães-do-mato de 1722, D. Lourenço de Almeida determinava que “pelos negros que foram presos em quilombos formados distantes de povoação onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões e modo de aí se conservarem, os homens-do-mato receberão 25 oitavas de ouro”.

HOMENS-DO-MATO². John Luccock (1975) informa que assim era chamado, em Minas Gerais, no século XIX, o negro fugido que se aproximava de alguma fazenda ou sítio para conseguir alimento, como milho ou outros produtos da roça. Segundo ele, os habitantes da região mineira acreditavam ser ele “possuidor de face negra, com cerca de cinco pés de altura, coberto de pêlos, sem cauda (sic) e caminhando ereto e como pertencente a uma casta de seres que são numerosos nas matas vizinhas”. O mesmo autor, apoiado nessa visão mitologizada do negro fugido, especula sobre a existência ou não de uma variedade de babuíno no Brasil, concluindo negativamente. Afirma que aquele homem-do-mato devia ser “algum vagabundo de origem européia, compelido ao furto, ou algum índio, ou bem aquilo a que chamam caambolo (V.)”. **Bibliografia.** LUCCOCK, John. *Notas Sobre o Rio de Janeiro e os Pontos Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

HOMOSSEXUALISMO. Um dos poucos trabalhos que se referem especificamente à prática do homos-

sexualismo durante o período escravista no Brasil é o de Luiz Mott, que percorreu os documentos das Visitações do Santo Ofício da Inquisição da Bahia e Pernambuco (1591–1620) e do Grão-Pará (1763–1769) e arquivos portugueses. Nos processos da Inquisição, os “sodomistas” brancos, índios e negros são denominados, respectivamente, “somitigos”, “tibira” e “jimbanda”. Segundo Mott, por ocasião do tráfico negreiro existem evidências da prática do homossexualismo. Já o autor da *História Geral das Guerras Angolanas* revela que “há entre os gentios de Angola muita sodomia, tendo uns com outros suas imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome da terra; uimbandas, os quais no distrito ou terras onde os há; têm comunicação uns com os outros. E alguns deles são finos feiticeiros para terem tudo e todo o mais gentio os respeitam e os não ofendem em coisa alguma. Andam sempre de barba raspada, parecem capões vestindo como mulheres”. Favorecido pela imensidão da terra e pela falta de controle policial e moral, beneficiados pela situação colonial que conferia ao branco o direito legítimo de usar (e abusar) dos negros e índios escravos, e, finalmente, considerando o desequilíbrio dos sexos, o Brasil era ambiente favorável ao desenvolvimento do homossexualismo. A sodomia, todavia, constituía pecado muito mais grave que a bigamia ou o adultério e equivalia na gravidade e condenação ao crime de “lesa majestade”, punido com morte na fogueira, embora fosse muito praticada. De acordo com os processos, de um total de 135 sodomitas, foi possível identificar a cor de apenas 67: quarenta brancos, dez mulatos, seis pretos, quatro mamelucos, três índios, três morenos e um mourisco. O pequeno número de relações intra-raciais entre os sodomitas de cor é explicado, por Mott, pelo menor controle social a que estas populações subalternas estavam sujeitas. “Pelos matos ou em suas choupanas e senzalas, estavam livres do olhar perscrutador dos familiares do Santo Ofício”, enquanto os colonos brancos representavam presa mais interessante, posto que os bens apreendidos dos réus pela Inquisição iam parte para os delatores e parte para a Coroa. Os documentos da Inquisição mostram que, em algumas relações homossexuais, ora o branco exercia seu poder e prepotência sobre o escravizado, ora os negros apareciam

como o elemento sedutor da relação. O historiador J. F. de Almeida Prado (1939), a fim de mostrar a diferença de julgamento de conduta entre as pessoas livres e os escravos, reporta-se ao problema do homossexualismo praticado por ambos os grupos. Para ele, os escravos eram considerados tão insignificantes que ninguém julgava os seus atos: “A indiferença em torno deles pouca comoção despertava ainda quando incidiam em pecados julgados gravíssimos. Para aquilatar a diversidade com que se encarava o procedimento de um senhor de engenho reinol e o de um escravo, basta comparar o processo de Martim Carvalho com as denúncias contra pretos mal-comportados. O primeiro era homem rico, proprietário, das maiores figuras da administração no cargo de tesoureiro del-rei. Fora acusado de pecado nefando com um moço durante a caminhada da famosa bandeira, que ele organizara e percorreria duzentas léguas pelo sertão à procura de ouro. De volta ao litoral participara da conquista da Paraíba, recebendo provavelmente a tesouraria em recompensa de serviços. Infelizmente numerosas testemunhas incontestes depuseram contra o seu procedimento e, preso, foi remetido ao reino não se falando mais nele. Era senhor do engenho, casado com uma filha de Clemência Dória, estabelecido no Caípe com duas moendas ‘tudo mui bem concertado’, diz Gabriel Soares, que ficaram para outros. Entretanto, pretos escravos incursos no mesmo delito nada sofriam, boa compensação trazida pelo esquecimento em que se viam. Depôs o vigia leigo do Colégio de Jesus que certa noite surpreendera dois negros lá escondidos para roubar. Eram Joane de Guiné, escravo de Bastião de Faria, e outro de quem não se lembrava o nome, escravo da viúva Guiomar Fernandes. O vigia fora outrora empregado de negreiros, com prática do litoral africano e das línguas que lá se falavam, dizendo-lhe o escravo da Guiomar que o outro o trouxera e era somitigo. O Joane protestava, falando ambos a mesma língua que ele muito bem entendia, acrescentando pormenores acerca do principal acusado, que nos proporcionam mais algumas informações sobre africanos daquele tempo e sítio. Narrou que o dito Joane fora escravo do Colégio e lá importunava outro escravo de nome Duarte que o denunciara, e por esse motivo os padres o venderam ao rico cristão-novo Bastião de Faria, o mesmo que tinha um

mulato somitigo para professor de seus filhos. Contou mais que o tal Joane, 'no dito pecado usa officio de mulher, e que ele [vigia] sabe que em Angola e Congo nas quais terras andou muito tempo, é costume entre os gentios trazerem um pano cingido com as pontas por diante que lhe fica fazendo uma aberta, os negros somitigos que nos pecados nefandos servem de mulheres aos quais chamam na língua de Angola e Congo jinbandas que quer dizer paciente'. [...] Era de praxe perguntar nesses inquéritos se o depoente conhecia mais indivíduos incursos nos mesmos delitos, que respondeu o vigia haver na cidade do Salvador certo negro Francisco, do Congo, escravo de um sapateiro, estabelecido abaixo da Misericórdia, que tinha fama de somitigo entre os pretos. Algum tempo depois de ouvir os rumores, viu o dito 'trazer um pano cingido assim como em sua terra no Congo trazem os somitigos pacientes'. Verificando a procedência da acusação repreendeu-lhe a sua pouca vergonha, dizendo-se inocente, mas o depoente insistiu pelo fato dele se recusar vestir roupa 'de homem' que o seu senhor lhe dava, e trazer o pano cingido daquele modo, provas da sua culpabilidade. Tornando a encontrá-lo com os mesmos trajes, novamente o repreendeu até que por fim o tal Francisco, 'já anda vestido em vestido de homem'. Chamado o negro Duarte a depor, servindo o dito Matias Moreira de intérprete, confirmou que efetivamente o Joane o importunava como fora dito, recorrendo a dádivas para que no pecado 'fosse ele Duarte macho, no qual ele nunca consentiu e lhe disse

que era caso de os queimarem'. Respondeu-lhe o Joane, que também Francisco Mani Congo, negro de Antônio sapateiro, praticava o nefando com vários negros e não o queimavam. Denunciou-o então Duarte ao padre que dele se livraram vendendo-o a um senhor de engenho, sem resultado, porém, ele continuava sem se emendar, 'ainda depois de vendido o persegue e busca com dádivas e o comete para o dito pecado nefando e ele não quer consentir'. Essas práticas por parte de negros angolanos são confirmadas por missionários, como Fernão Guerreiro, quando estiveram em Angola, mais ou menos no mesmo período do depoimento acima. Na Relação Anual de 1609 diz o sábio jesuíta: "Acharam os padres por aqui muitos a que chamam chibados (ou chibandos), que são grandíssimos feiticeiros, e sendo homens andam vestidos de mulheres, e tapados de contínuos (embuçados); assentam-se como mulheres, e falam como mulheres, e têm por grande afronta chamarem-lhes homens; têm marido como as outras mulheres, e no pecado mau são os mesmos diabos". Como se vê, os senhores de valia, ao praticarem o homossexualismo, eram denunciados, punidos e a sua propriedade confiscada. Quanto aos negros escravos, ao serem denunciados pela mesma prática, por serem mercadorias, mesmo quando pertenciam à Igreja, eram vendidos como objeto de uso desvalorizado". Bibliografia. PRADO, J. F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. 3 vols.

IAIÁ. Corrupção da palavra africana *nhanhã*, era como os escravos designavam as suas senhoras. Renato Mendonça é da opinião que o escravo transformou a palatal *nh* na semivogal *y*, ocorrendo o desaparecimento completo das vozes nasais. Um exemplo seria este pregão da Bahia antiga:

Sonho iaiá está sonhos
Feitas por mãos de sinhá

Também encontramos em João do Rio os seguintes versos:

Maira Mucanguê
Lava a roupa da sinhá
Lava camisa de chita
Não é dela é da iaiá.

IANSÁ. Divindade trazida pelos africanos escravos para o Brasil. É a deusa do rio Níger e também orixá dos ventos e das tempestades. Mulher de Xangô (V.), sempre é representada por uma mulher emotiva e desafiadora. Acompanha o marido nas batalhas da terra e nas correrias pelos espaços. Chegou a pelejar contra o marido, vencendo-o. Sabe manejar também os rios e os trovões. É o único orixá que não teme os eguns (V.) porque é

I

a rainha de Bali, o cemitério. Quando baixa nos terreiros, solta gritos estridentes de guerra. Seu dia é quarta-feira e sua cor é o vermelho. Suas contas também são vermelhas, mas há também a variável roxa. É sincretizada na Bahia com Santa Bárbara. Suas insígnias são o alfanje e o espador de rabo de boi, chamado eruexin. Sua saudação é *eparrei* e o seu prato predileto é o acarajé. Come também abará, galinha-d'angola, cabra, galinha e amalá. Conhecida também como Oiá.

IBEJI. São orixás protetores das crianças. São sincretizados com São Cosme e São Damião, porque são gêmeos. Todos os anos há uma festa a eles dedicada para pagamento de promessas. Sua comida é o amalá, o caruru-de-baba e bombons, além da galinha de xinxim, farofa de dendê, arroz branco, vatapá, banana frita, rolete de cana, feijão-preto, feijão-fradinho, acaçá, abará, acarajé, bolo, doce, acrescentando-se ainda a "surpresa" ao final. Além das crianças, protegem todas as mulheres que estão para parir. Quase nunca se manifestam nos candomblés. Ibeji é representado por uma pena metálica. O seu dia predileto é o domingo.

IEMANJÁ. Divindade trazida da África pelos negros escravizados. Iemanjá foi criada por Olorum, que tudo regia. Criou o céu (Obatalá) e a terra (Odo-

dua). Os dois irmãos se uniram e dessa união nasceram Iemanjá, a água, e Aganju, o chão, a terra. Desse casamento nasceu um filho, Orugan, o ar. Orugan, depois de tornado homem, apaixonou-se pela mãe Iemanjá, dotada de extraordinária beleza. Um dia em que o pai estava ausente caçando, Orugan tentou seduzir a mãe, que resistiu à proposta do filho. Ele tentou possuí-la à força, mas Iemanjá dele se livrou e fugiu, com Orugan em seu encalço. Iemanjá, correndo desesperadamente para livrar-se do incesto, não viu um profundo abismo à sua frente, onde caiu. Ao contato com a terra, seu corpo cresceu e do seu ventre brotaram os orixás. E dos seus seios jorrou a água. É sincretizada com Nossa Senhora da Conceição da Praia. Seu dia é o sábado e suas cores são azul e rosa-claro. Suas contas são transparentes de cristal. Sua saudação é *odó ia!* Come peixe, pato, cabra, galinha-d'angola e acaçá. É simbolizada por conchas e pedras do mar. Dança com uma coroa na cabeça e com um abebé numa mão e o alfanje na outra. Seu abebé é de metal branco e traz a figura de uma sereia gravada no meio.

IFÁ. Divindade trazida para o Brasil pelos negros escravos. É um orixá muito importante. É o oráculo, orixá da adivinhação. Sem Ifá não há substituição legal, do ponto de vista ritualístico, da mãe-de-santo. É ele quem consulta o dono do terreiro e diz quem o santo da casa escolheu. É quem tem o poder decisório para indicar quem irá ficar no lugar da mãe-de-santo (ou pai-de-santo) que morreu. Sincretizado com o Santíssimo Sacramento, seu dia é quinta-feira. Segundo a lenda, foi aprisionado e encarcerado pelos soldados do rei de Oió, que o julgaram um simples ladrão de cavalo. Sendo chamado Ifá para desvendar o mistério, ele foi descobri-lo nas próprias masmorras de Xangô, que, identificando Oxalá, pediu-lhe perdão. Depois foi cumulado com festas, redimindo-se da maldição. Veste-se de branco e usa um rosário próprio para interpretar adivinhações, chamado *opelê*. Traz também um saquinho com cocos de dendê. Tem o poder de ler o que os búzios dizem e o que as contas falam. Prevê o futuro e sabe o passado das pessoas.

IFIGÊNIA, SANTA. Santa negra – dita virgem da Etiópia – mártir com festa votiva em 21 de dezembro, quando é festejada pelos escravos. Várias irmandades foram fundadas com o seu nome, nas quais era costume existir uma caixa social

destinada ao resgate dos escravos associados. O legendário Chico Rei (V.), personagem de Vila Rica (Ouro Preto), era devoto de Santa Ifigênia, padroeira da irmandade que levava o seu nome, à qual o soberano negro auxiliava financeiramente. No dia de Reis, em Vila Rica, segundo tradição oral, as negras do cortejo de Chico Rei lavavam as carapinhas polvilhadas de ouro, na pia de pedra existente no Alto da Cruz, onde havia uma imagem de Santa Ifigênia. O ouro recolhido servia para a libertação de outros escravos (Cascudo, 1969). Essa Irmandade de Santa Ifigênia, como muitas outras fundadas em todo o Brasil escravista, tinha a função social de mitigar a situação dos cativos a elas pertencentes ou auxiliar na sua alforria. Outras irmandades, como a Irmandade do Rosário do Distrito Diamantino, possuíam escravos. Mas, de qualquer forma, conforme o exemplo dado por Cascudo, no caso de Santa Ifigênia a função emancipacionista é evidente. Até hoje venera-se Santa Ifigênia em vários pontos do Brasil, conservando-se igrejas e irmandades com o seu nome. **Bibliografia.** CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, Ed. Ouro, 1969.

IGREJA CATÓLICA E A ESCRAVIDÃO. A Igreja Católica Apostólica Romana sempre marchou em sincronia com os interesses da escravidão moderna. Os primeiros escravos negros chegados à Europa foram trazidos pelos cruzados retornados da sua prolongada guerra contra os “infieis”, em defesa da fé católica. O normando Gandri, referendário de Henrique I da Inglaterra e depois bispo de Leon, tinha a seu serviço “um destes escravos negros, que os grandes à volta da primeira cruzada, começaram a pôr em moda”. Essa informação é dada por A. Thierry, nas *Lettres sur l'Histoire de France*. Com o incremento do tráfico, a Igreja criou o pretexto de propagação da fé e da salvação das almas dos negros, cristianizando-os para intervir ativamente no negócio. Nesse sentido, a bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, assinada por Nicolau V, desmistifica as intenções da Igreja no negócio e confere poderes aos navegadores para reduzir os infieis, isto é, os negros à perpétua servidão. Em consequência, foram sacrificados os negros do cabo Bojador, do cabo Não e de toda a Guiné. Iniciou-se assim o saque da África com o beneplácito papal. Posteriormente, a Igreja, apesar de hipó-

critas posturas contra o comércio de carne humana, participou ativamente dele, muitas vezes praticado por altos dignitários e sacerdotes católicos. Essa posição da Igreja Católica na Europa, especialmente em Portugal, estendeu-se para o Brasil desde o início da colonização. A procura dos “fôlegos vivos” (V.) tornou-se grande com a estruturação de uma economia de exportação baseada exclusivamente no trabalho escravo. Os jesuítas, por exemplo, recorreram sistematicamente ao uso desse tipo de trabalho nas suas reduções e fazendas, fato que foi amplamente constatado quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal. É ilustrativa uma carta que o padre Manuel da Nóbrega escreveu a Simão Rodrigues: “Depois que vieram os escravos [...] da Guiné a esta terra, tomaram os padres fiados por dois anos três escravos, dando fiadores a isso, e acaba-se o tempo agora cedo. [...] Se El Rei favorecer este [desejo da Companhia] e lhe fizer igreja e casa, e mandar dar os escravos, que digo (me dizem que mandam mais escravos a esta terra, da Guiné); se assim for, podia logo vir à provisão, para mais três ou quatro, além do que a casa tem, e antes de um ano se sustentariam cem meninos e mais”. Até mesmo índios eram escravizados pelos jesuítas. Na “Resposta aos Capítulos do Procurador do Maranhão”, o padre Vieira assim se expressou ao expor as causas da pobreza e atraso da Colônia: “A nona e última causa, que em parte vem forçosa, é de ser todo o serviço dos moradores daquele Estado com índios naturais da terra, os quais por sua natural fraqueza e pelo ócio, descaso e liberdade em que se criam, não são capazes de aturar por muito tempo o trabalho que os portugueses os fazem servir, principalmente os das canas, engenhos e tabacos, sendo muitos os que por esta causa continuamente estão morrendo; e como nas suas vidas consiste toda a riqueza e remédio daqueles moradores, é muito ordinário virem a cair em pouco tempo em grande pobreza os que tinham por mais ricos e afazendados: porque a fazenda não consiste em terras, que são comuns, senão nos frutos das indústrias com que cada um as fabrica, e de que são os únicos instrumentos os braços dos índios. Esta mesma quebra e incerteza das fazendas se experimentou e padeceu em todas as partes do Brasil, enquanto nos princípios da sua conquista se serviam somente de ín-

dios até com esse desengano se resolveram a fabricar suas fazendas com escravos mandados vir de Angola, que é gente por sua natureza serviçal, dura e capaz de todo o trabalho, e que o atura, e vive por muitos anos, se a fome e o mau tratamento os não acaba. Nem no Estado do Maranhão, que é parte do mesmo Brasil, haverá remédio permanente de vida, enquanto não entrarem na maior força do serviço escravos de Angola”. Além de ser o principal aparelho ideológico do escravismo, a Igreja Católica era também sua beneficiária privilegiada. Em razão deste vínculo estrutural da Igreja com o escravismo, alguns sacerdotes que se manifestavam contra a escravidão eram repreendidos e/ou punidos. Foi o caso do padre italiano Bolonha, que chegou ao Brasil no final do século XVII. Convencido da iniquidade da escravidão no Brasil e indignado com o que via cotidianamente, manifestou a sua opinião publicamente às autoridades eclesiásticas. O resultado não se fez esperar. A Igreja revoltou-se contra a sua atitude que contrariava a ideologia e os interesses patrimoniais do clero. D. José Fernando de Portugal, em 18 de junho de 1794, dirigindo-se a Martinho de Melo Castro, afirma que o missionário italiano “tivera o desacordo e a indiscrição de seguir uma opinião a respeito da escravidão, a qual, se propagasse, inquietaria as consciências dos habitantes desta cidade [Bahia] e trazia consigo para o futuro consequências funestas à conservação e subsistência desta colônia”. Persuadido de que a escravidão era contrária à religião, o padre Bolonha foi chamado a Portugal e nunca mais se teve notícias dele. É um dos “desaparecidos” da Igreja por crime de opinião. A Igreja e o seu clero sempre foram escravistas. O próprio Nabuco reconhecia isto ao afirmar que a “deserção do nosso clero do posto que o Evangelho lhe marcou foi a mais vergonhosa possível. Ninguém o viu tomar a parte dos escravos, fazer uso da religião para suavizar-lhes o cativo e para dizer a verdade moral dos senhores. Nenhum padre tentou impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação”. O próprio Vieira, na Bahia, em 1633, no dia de São João Evangelista, disse, referindo-se aos escravos imitadores do Cristo cru-

cificado, em Lisboa, pregando perante a Rainha: “Não é minha intenção que não haja escravos; antes procurei nesta corte, como é notório, e se pode ver na minha proposta, que se fizesse, como fez, uma junta dos maiores letrados sobre esse ponto e se declarassem, como se declararam, por ele que está registrada, as causas do cativo lícito”. Como diz Luiz Edmundo (1956), “padre que não tivesse escravo era padre de pouca consideração”. Ainda segundo o mesmo autor, apoiado em Perdigão Malheiro, a imoralidade chegou a ponto de pretender-se favorecer estabelecimentos religiosos dando-lhes a preferência para a importação, no Brasil, de um certo número de escravos. Alguns sacerdotes, como Loureto Couto, achavam que Deus agia “com misericórdia” ao entregar o negro à escravidão, uma vez que o senhor do escravo era católico e lhe dava a luz do Evangelho. Mas não eram apenas os padres que tinham escravos. As instituições católicas – irmandades, conventos e paróquias – também os possuíam. Somente a ordem de São Bento contava mais de mil escravos em suas fazendas. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1985), “não só as ordens religiosas tinham seus escravos, até quase às vésperas da Abolição, mas algumas se especializaram, e parecem ter sido as únicas empresas do gênero no Brasil, na reprodução de escravos. Os carmelitas tinham por exemplo criatórios de escravos na Província do Rio de Janeiro e os beneditinos na Ilha do Governador no Rio”. Por outro lado, todos os conventos, em maior ou menor proporção, possuíam escravos. Os conventos de freiras tinham todos os seus serviços praticados por escravas. O convento das Mercês, na Bahia, tinha escravos que se reuniram em 1835 para participar da Grande Insurreição (V.). Em relatório, datado de 1797, que informa a situação do mosteiro de São Bento em São Paulo, os seus responsáveis, depois de arrolar a renda dos foreiros, referem-se aos escravos pertencentes ao mosteiro e suas fazendas. Havia, segundo o documento, catorze escravos para servir ao mosteiro e seus religiosos; na fazenda Parati, do mesmo mosteiro contavam-se 37; na fazenda São Caetano, também pertencente ao mosteiro, havia um total de 39 e na fazenda São Bernardo 31, perfazendo um total de 121. Em adendo, informava-se ainda a existência de um escravo velho, pedreiro da Capela de Nossa Senhora do Pilar,

perfazendo, portanto, um total de 122 escravos de propriedade do mesmo mosteiro. O Hospício de São Bento da Vila de Sorocaba, fundado por Baltazar Fernandes em 1674, arrolava, entre os seus bens móveis, juntamente com vacas parideiras, bois, novilhos e bezerros, um escravo para o serviço do hospício. No recolhimento de Santa Teresa, na cidade de São Paulo, fundado no ano de 1685, pelo bispo D. José de Barros e Alarcão, citavam-se, em 1798, como bens do estabelecimento os seguintes escravos de serviços: “os homens são nove, que pouco serviço se tem deles, por passarem quase todo o ano em consertar e reparar edifícios e destruição das casas; as mulheres, que vivem dentro e fora do recolhimento são oito, fazendo estas e aqueles o número de dezessete e menores, com crianças de peito são treze, fazendo uns e outros o complemento número de trinta”. Em 1800, a fazenda Araçari-guama, que pertencera aos jesuítas, possuía 105 escravos, devendo-se destacar que uma estava fugida desde 23 de agosto de 1799. O Convento de Nossa Senhora, fundado em 1645, tinha, em 1802 como bens de raiz, além “de umas terras cujas braças ignoro”, bois, casas de romeiros e senzalas, dezoito escravos para o “serviço do convento” e quatro “fêmeas” cujas funções não são especificadas. Segundo pesquisas de Octávio Ianni (1962), há todo um desdobramento de situações na trajetória dos escravos pertencentes aos frades carmelitas no Paraná: “Viviam numa fazenda abandonada pelos frades carmelitas, em Castro, cerca de trezentos negros e mulatos que, se haviam sido escravos daqueles clérigos, passaram depois para uma situação de fato de trabalhadores livres autônomos, vivendo em comunidade, consumindo o produto do próprio trabalho do grupo; enfim, organizados socialmente”. Segundo se depreende do relato policial que faz parte do relatório de 1865, de Pádua Fleury, os negros foram arrendados ou vendidos pelos frades à firma de Bernardo Gavião, Ribeiro & Gavião, de São Paulo, para onde deveriam seguir, tornando-se cativos dos cafezais paulistas. Todavia, eles se recusaram a partir, “sob pretexto de que eram livres e, se escravos, somente de Nossa Senhora do Carmo”. Camilo Gavião e Guilherme Whitaker, que foram retirar os escravos, “alegaram estado de insurreição” e pediram a colaboração das forças policiais do Paraná, no que fo-

ram atendidos, pois “nessa desobediência poderá talvez haver o germen de sua futura insurreição, e cujo desenvolvimento cumpria matar ao nascer”. Foram presos os líderes do grupo e os outros remetidos a São Paulo, como desejava a firma. “E dizer-se que esses pobres escravos foram arrancados da fazenda do Capão Alto, de junto daquela que os fazia bons e felizes, e isto, segundo consta, com clamorosa violência e crueldade, e por ordem dos antigos proprietários da fazenda que a haviam vendido”, noticiou a *Gazeta Paranaense*, de 30 de novembro de 1886. A participação da Igreja Católica e de seus membros eclesiásticos nos benefícios do sistema escravista é, portanto, incontestável. Só para citar alguns exemplos: no Maranhão, os frades do Carmo e os das Mercês, ainda em março de 1887, matriculavam, respectivamente, 157 e 46 escravos como de sua propriedade. E, em 5 de dezembro de 1879, quando se iniciou, no Rio de Janeiro, a perseguição aos exploradores do lenocínio (cáfens), o *Jornal do Comércio* daquela cidade publicou a seguinte nota: “Foi preso o preto Costa Mine [sic] por ter alugado para a prostituição a escrava Prisca, do vigário Antônio Martins Ferreira”. Por outro lado, na *Gazeta da Bahia*, de Salvador, de junho e julho de 1887, lia-se o seguinte anúncio: “Fugiu do abaixo assinado, no dia 8 de maio do corrente ano, sua escrava de nome Tibúrcia, crioula fula, com 20 anos de idade, natural de Feira de Santana, com os seguintes sinais: cabelos pretos cortados à escovinha, estatura regular, magra, cara larga e opaca, braços e dedos das mãos compridos, pés grandes e grossos, e dedos semi-abertos; levou vestida uma saia de chita verde de quadros, uma camisa de renda crochê e um xale de casimira azul. Quem a prender e a trazer a seu senhor, nesta freguesia, ou em Santo Amaro, ao capitão Evangelista dos Santos será gratificado com a quantia de 50\$000. Freguesia de Santana de Lustos, 12 de junho de 1887. Vigário Antônio Moreira da Silva”. Segundo Evaristo de Moraes, “muito significativa foi, a propósito do abolicionismo, a atitude do semanário *O Apóstolo*, que se publicava no Rio de Janeiro, e era tido como órgão dos católicos. Até agosto de 1887, nunca se manifestara simpaticamente à agitação libertadora. Fazendo-o àquela data, desculpava-se, excessivamente, da antiga indiferença, dizendo ter, antes,

encarado a questão por outro prisma. Difícil seria encontrar um prisma pelo qual, *religiosamente*, fosse encarada a escravidão, a não ser o da discrepância absoluta da Lei de Jesus”. Não era, porém, de estranhar a sofisticada desculpa do órgão católico, diante desta frase que supera na aludida pastoral do bispo de Olinda: “Sei que há motivos de ordem muito elevada que obstem os desejos meus e dos diocesanos, de alforriarem os seus escravos”. Motivos de ordem elevada! Isto dito por um economista era admissível, mas por um bispo! Mesmo conventos que por princípio faziam voto de pobreza, como os franciscanos, eram proprietários de escravos. Documento de 15 de abril de 1797, assinado por frei Rosendo de Porciúncula, comunicando o estado de quase penúria do estabelecimento na Paraíba, afirma que “o convento de Santo Antônio da Cidade da Paraíba que algum dia conservava até trinta religiosos, hoje tem somente quatro, a saber: três sacerdotes, dos quais um se acha no peditório no Sertão de Guararibe chamado Fr. Manuel de S. Anna Firmo; dois já avançados em idade que excedem os setenta chamados Pe. Mestre Custódio, Fr. Felix do Rosário e o presidente Fr. Rosendo de Porciúncula e o outro é leigo, o qual anda no peditório de açúcar e legumes para sustento dos religiosos, esmolas cotidianas na portaria e o culto divino chamado Fr. Manuel da Piedade. Tem também o Convento treze escravos, a maior parte já velhos, um coxo e outro aleijado, para o serviço do convento, sem os quais no Brasil se não pode passar; destes andam dois no sertão com o religioso esmoler”. Era praxe o sepultamento e a celebração de uma missa por alma do negro escravo do convento. Para Mário Maestri (1988), “segundo o relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 1870, os beneditinos possuíam 41 religiosos, onze mosteiros, sete engenhos, mais de quarenta fazendas e engenhos, duas olarias, 250 casas e 1 265 escravos. Os carmelitas, com 49 religiosos e catorze conventos, possuíam quatro engenhos, mais de quarenta fazendas e terrenos, 136 prédios, duas olarias e 1 050 escravos. Os mercedários, com apenas um religioso, eram proprietários de quatro fazendas e duzentos escravos. Diante desses números, os franciscanos eram realmente pobres. Com 25 conventos e 85 religiosos, possuíam mais de quatro dezenas de negros.

As ordens femininas – Clarissa, Ursulina, concepcionista, carmelita descalça – juntas tinham 94 religiosas e quatro centenas de escravos e ‘servas’”. O papel da Igreja Católica em relação à escravidão era, até pouco tempo, um tema semi-proibido. No Brasil especialmente, onde o sistema escravista perdurou por quase quatrocentos anos, as suas ligações ideológicas e mesmo sua participação direta ou indireta com a escravidão não eram avaliadas criteriosamente em função da grande força da Igreja tradicional, conservadora e fechada, incapaz de assumir uma postura de autocrítica. Ao contrário, estabelecia uma série de mediações ideológicas e teológicas entre a realidade do sistema escravista e a sua posição diante dessa realidade que terminava por absorvê-la, estigmatizando quem a contestasse. Essa posição foi se modificando a partir do momento em que a Igreja reconheceu ser impossível, diante da grande quantidade de fatos empiricamente comprovados, esconder a sua conivência, participação ou, no mínimo, indiferença diante da escravidão negra no Brasil e na Afro-América de um modo mais geral. Muitos sacerdotes e grupos católicos estão começando a revisão de todo esse passado de participação da Igreja nesse contexto. No particular, entidades como a Cehila (Comissão de Estudos de História da Igreja Latina e do Caribe), os membros da revista católica *Concilium* e outros setores, entidades e grupos, além de membros independentes da Igreja Católica, estão iniciando esse resgate e aproximando os fiéis da verdade em relação ao comportamento da Igreja Católica nesse grande passado de conivência e/ou convivência com a escravidão no Novo Mundo. No Brasil, a Igreja Católica sempre foi omissa institucionalmente em relação ao movimento abolicionista. Por outro lado, durante a vigência do sistema escravista dele sempre se beneficiou como demonstram Joaquim Nabuco, Evaristo de Moraes, Luiz Anselmo da Fonseca e muitos outros autores. **Bibliografia.** CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985; EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis*. Rio de Janeiro, Conquista, 1956. 3 vols.; IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel, 1962; MAESTRI FILHO, Mário. “A Cruz e a Senzala”, *D.O. Leitura*, São Paulo, 6 (7), 1988; MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Livr. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

IGREJA CATÓLICA, O ESCRAVO NA. Dentre as instituições que aceitavam a entrada de negros livres nos seus quadros, uma era a Igreja Católica. No entanto, os negros e mulatos participavam apenas como leigos e membros das irmandades religiosas, e apenas os nascidos livres poderiam tornar-se padres. Teoricamente, todos os batizados católicos pertenciam à Igreja. Uma vez que os escravos eram batizados, de acordo com os costumes da época, também eram membros da Igreja. No século XIX, no Rio de Janeiro, as Irmandades eram hierárquica e socialmente estratificadas, algumas sendo “superiores” a outras. Como era de esperar, as irmandades de negros estavam no degrau mais baixo. Uma vez que poucos padres serviam no Brasil durante o período colonial, muitos dos suportes da Igreja foram dados pelas associações leigas, como as irmandades. Estas organizavam a comunidade, recolhiam dinheiro e construíam igrejas e capelas, organizavam festas religiosas etc.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LAMPADOSA. V. *Irmandade da Igreja de Nossa Senhora da Lampadosa*.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. V. *Irmandade da Igreja de Nossa Senhora do Rosário*.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DE SANTO ANTÔNIO DOS HOMENS PRETOS. Igreja construída pelos negros escravos em Recife, concluída em 1777. Foi um ponto de reunião e de convergência de comemorações dos negros durante a escravidão, que levavam para o adro da igreja batuques e maracatus, além de ser o ponto de coroação dos reis do Congo. Até hoje existe, mas a partir do século XIX os negros foram perdendo sua hegemonia e controle, não mais praticando os seus atos rituais, simbólicos e de lazer. Foi tombada em 1965 pelo Sphan.

IGREJAS. Segundo Luís dos Santos Vilhena, em suas *Cartas Soteropolitanas*, existia, em Salvador, na Freguesia de São Pedro Velho, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na rua João Pereira; a capela de Nossa Senhora de Guadalupe, reservada aos pardos, e, na Freguesia de Nossa Senhora do Sacramento, a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, localizada na Baixa do Sapateiro. Segundo o *Santuário Mariano* de 1722, eram inúmeras as igrejas e capelas dedicadas à Senhora do Rosá-

rio em Salvador, a “devoção era de brancos, era de negros ou de ambos os grupos”.

ILÊ IYÁ NASSÔ OKÁ. V. *Casa Branca*.

IMPRESA MULATA. Grupo de jornais de reivindicação étnica dos mulatos (pardos) livres que circulavam no Rio de Janeiro durante o século XIX. Segundo Jeanne Berrance de Castro (1968), “esses jornais redigidos e impressos geralmente por mulatos, adotaram títulos identificadores como *O Mulato* ou *O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Meia Cara*, *O Crioulinho*, e quem sabe outros mais, cujos exemplares não foram conservados e que poderiam nos ter fornecido valiosos elementos para novas abordagens no estudo das relações entre pretos e mulatos no Brasil. O cunho nacionalista desses jornais é claramente manifesto e a linha política extremada – republicana e exaltada – e a razão é óbvia. Pois eram os grupos que favoreciam as reformas radicais. [...] Com a Maioridade os problemas de aceitação do grupo ‘não branco’, em termos de igualdade com o grupo branco e as dificuldades de acesso aos postos mais elevados da vida pública, fizeram com que os mulatos agitassem a questão da discriminação, utilizando os jornais para tornarem conhecidas toda a sua revolta. O interesse desses suplementos está justamente na apresentação do problema tal como foi visto e sentido pelos participantes, colorido pela própria vivência da situação. [...] Os jornais foram o elemento que serviu de veículo à discussão dos problemas da população de cor, durante a Menoridade. Sobre tudo no ano de 1835, ligando-o ao problema do nacionalismo. Pasquins de diversas correntes levantaram a questão racial, fosse por convicção, fosse por oportunismo ou mesmo interesses político-partidários. Desta forma puderam os homens de cor livres, por meio da imprensa, ascender socialmente como profissionais, quer como técnicos, quer como intelectuais”. O que queremos registrar aqui é que “esta elite negra que se intitula mulata já procura dar as costas à grande massa que constituía a escravaria do eito e das minas e passa a reivindicar soluções de problemas que dizem respeito aos homens livres na ordem escravista. Há portanto uma fratura no comportamento do negro no Brasil, através dessa filosofia de mulataria, tão bem expostas nos seus jornais” (Moura, 1983). **Bibliografia.** CASTRO, Jeanne Berrance de. “A Imprensa Mulata”. *O Estado de S.*

Paulo, São Paulo, 2.11.1968. Suplemento; MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo, Global Ed., 1983.

INÁCIO DA CATINGUEIRA. Repentista negro escravo, uma das maiores figuras da poesia dos cantadores nordestinos. Pertencia ao fazendeiro paraibano Manoel Luís, que não se desfazia dele por preço nenhum, pois sentia orgulho de ter um escravo tão admirado. Enfrentou com altivez as agressões racistas que procuravam atingi-lo na dupla condição de negro e escravo. Analfabeto, os fragmentos dos seus desafios, que ainda correm o sertão do Nordeste, foram recolhidos por admiradores seus e ainda são vendidos, em grande quantidade, na literatura de cordel. Como afirma Orígenes Lessa (1982), “incapaz de escrever, com pouca gente à sua volta em condições de registrar os seus repentistas nas noites de cachaça e pandeiro batendo (seu acompanhamento favorito) o grosso da sua produção se perdeu. O que ficou, porém, foi sendo automática e precariamente folclorizado ao calor da admiração que precedia e acompanhava suas pelejas no sertão”. Já naquele tempo um artista escravo/negro postava-se em defesa da sua raça escravizada e oprimida. Nas palavras de Orígenes Lessa, “chegados até nós num clima de lenda, seus versos não se limitam, porém, a comprovar-lhe o gênio poético, tão decantado. Eles valem também por um documento precioso e incrivelmente atual para o estudo dos conflitos raciais e do preconceito de cor em nossa terra”. Embora ainda sem consciência revolucionária, defendia a raça negra, com sua poesia, quando era desafiado. O mais célebre dos seus desafios foi o que travou com Romano e que atualmente ainda corre o Nordeste. Pela sua importância como documento do nível de consciência étnica de Inácio e do escravo doméstico de um modo geral, vamos transcrevê-lo na versão anônima publicada pela Ed. Guajajara de Belém do Pará:

ROMANO

Inácio o que andas fazendo
Aqui nesta freguesia?
Cadê o teu passaporte
E a tua carta de guia?
No lugar onde eu habito
Negro fugido não pia.

INÁCIO

Seu Romano eu sou cativo
 Não nego aquilo que sou,
 Quando vou para uma festa,
 Foi meu senhor quem mandou
 E quando saio escondido
 Ele sabe para onde eu vou.

ROMANO

Inácio deixa-te disto,
 Não te posso acreditar,
 Pois eu também tenho negro
 E só mando é trabalhar,
 Como é que teu senhor
 Vai te mandar vadiar?

INÁCIO

Inácio da Catingueira
 Escravo de Manoel Luís,
 Tanto corta como risca
 Como sustenta o que diz,
 Sou vigário do capelão
 E sacristão da matriz.

ROMANO

Este aqui é o Romano
 Dentaria de elefante,
 Barbatana de baleia,
 Força de trinta gigante,
 É ouro que não mareaia,
 Pedra fina e diamante.

INÁCIO

Inácio da Catingueira
 É negro desengonçado,
 Abre cacimba no soco,
 Dá embaixo no molhado,
 Aperta sem ser troques,
 Corta pau sem ser machado.

ROMANO

Inácio quero que digas
 Onde tu és morador,
 Se és casado ou solteiro
 Eu quero ser sabedor,
 Se és forro ou cativo
 Negro, quem é teu senhor?

INÁCIO

Seu Romano eu moro longe
 Habito nesta ribeira
 Na casa do meu senhor
 Compro, vendo e faço feira
 Sou um seu servo criado
 Inácio da Catingueira.

ROMANO

Sou que nem dois telegramas:
 Quando um sobe outro desce,
 Inácio você me diga
 Que nunca achei quem dissesse
 Qual é a erva do mato
 Que o próprio cego conhece?

INÁCIO

Corto o baralho aonde quero
 Dou carta e jogo de mão
 No mato tem uma erva,
 Queima e arde como o cão,
 O próprio cego a conhece
 É urtiga ou cansanção.

ROMANO

Qual é o trânsito na vida
 Que mais nos pode apertar,
 Que até nos tira alegria
 O jeito de conversar,
 O sono durante a noite,
 A vontade de jantar?

INÁCIO

É quando morre a mulher
 Ou quando morre o marido,
 Nosso pai, a nossa mãe
 Ou quando nosso filho querido,
 Quando chega em nossa porta
 Um orador aborrecido.

ROMANO

Inácio tu tens cabeça
 Porém juízo não tem,
 Um gigante nos meus braços
 Aperto não é ninguém
 Aperto um dobrão nos dedos
 Faço virar um vintém.

INÁCIO

Pegar um gigante na mão
 E não ficar ela cheia,
 Rebentar dobrão nos dedos
 E não quebrar uma veia,
 Esse dobrão é de cera,
 E esse gigante é de areia!

[.....]

ROMANO

Meu negro você comigo
 Não pode contar vitória
 Porque faço-te um serviço
 Que ficará na memória,
 Quebro-te as costas de pau
 E as mãos de palmatória.

INÁCIO

Meu branco se o senhor diz
 Que ainda tem que açoitar,
 Deixe essa tentação,
 Creia em Deus, cuide a rezar,
 Eu lhe juro adiantado:
 Um homem só não me dar.

ROMANO

Negro, eu canto contigo
 Por um amigo pedir,
 Visto me sacrificar
 Não me importa de o ferir,
 Calco aonde achar mais mole
 E bato enquanto bolir.

INÁCIO

Meu branco dou-lhe um conselho
 Não cometa tal perigo
 Peça a Deus que lhe retire
 Desse laço do inimigo,
 Antes morrer enforcado
 Do que pelejar comigo.

[.....]

ROMANO

Já passa da meia-noite
 E tu debes afrouxar,
 Depois teu senhor acorda
 E manda-te procurar
 Se não te achar, amanhã
 Com certeza hás de apanhar.

INÁCIO

Seu Romano sou negro
 Sinhá foi quem me criou,
 Meu senhor vê eu sair,
 Porém nunca me empatou,
 Eu que estou cantando aqui
 Foi ele quem me mandou.

ROMANO

É o que diz todo o negro
 Ninguém deve acreditar,
 Eu também tenho escravo
 Mando ele é trabalhar,
 Quando estou fora de casa
 Ele só quer vadiar.

INÁCIO

O que seu Romano diz
 É sempre um fato comum,
 Escravos de muitos homens
 Passam semanas em jejum
 Meu senhor tem vinte escravos
 Seu Romano só tem um.

ROMANO

Negro, cante com mais jeito,
 Veja a sua qualidade,
 Eu sou branco e sou um vulto
 Perante a sociedade
 Em vir cantar com você
 Baixe a dignidade.

INÁCIO

Essa sua frase agora
 Me deixou admirado,
 Pra vossa mercê ser branco
 Seu couro é muito queimado
 Seu nariz achou muito
 Seu cabelo é agastado.

É um documento dramático e vigoroso que demonstra, além dos imensos recursos de Inácio, a sua posição ofensiva ao defender a sua condição de negro. Faleceu em 1879 e dizem que, no inventário deixado pelo seu senhor, Inácio da Catingueira era arrolado por um preço equivalente ao triplo do valor de qualquer outro escravo. Após sua morte, o cadáver do grande cantador negro foi, de acordo com o folclorista Leonardo Motta, transportado em rede para o cemitério da povoação de Teixeira. No entanto, Luiz Nunes (s/d) contesta essa afirmação, dizendo que ele foi mesmo enterrado no cemitério de escravos da fazenda. **Bibliografia.** LESSA, Orígenes. *Inácio da Catingueira e Luís Gama: Dois Poetas Negros Contra o Racismo dos Mestiços*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982; NUNES, Luiz. *Inácio da Catingueira, O Gênio Escravo*. Cia. Ed. A União, s/d.

INCENDIÁRIO, ESCRAVO. As Ordenações do Reino que eram aplicadas no Brasil já previam a hipótese e a pena para o escravo incendiário. No Livro V, tit. 86, § 5, lê-se que aquele que “se achar culpado no pôr fogo, de que se seguir dano, algum escravo, seja açoitado publicamente, e ficará na vontade do seu senhor pagar o dano, que o fogo fez, ou dar o escravo para se vender, e do preço se pagar o dito dano”. Embora não fosse usual os escravos tocarem fogo na lavoura dos senhores, pelo menos em duas ocasiões temos provas da prática do incêndio como sinal de protesto e reivindicação de liberdade. A primeira foi no século XVII, durante a ocupação holandesa, quando os canaviais eram incendiados por eles numa verdadeira tática de “terra arrasada”. Salteadores e negros aquilombados, ou errantes nas

estradas, incendiavam largas extensões do território ocupado. Queimavam canaviais inteiros, casas-grandes e instalações dos engenhos. Eram chamados de “campanhistas”. Um deles, preso em 1638, descreveu ao Alto Conselho Holandês as missões de cinco partidas de incendiários vindas de Sergipe e compostas de 150 homens ao todo, dos quais cinquenta brancos e o restante mulatos e negros de Henrique Dias, “Capitão e Governador dos Negros”, com atribuições de queimar os canaviais entre Serinhaém e a Várzea. Os negros fugidos também se aliaram a salteadores franceses nessa missão incendiária. Várias medidas para combatê-los foram tomadas pelas autoridades holandesas e senhores de engenhos. Em 1640, numa célebre Assembléia convocada pelos batavos, o assunto principal foi solicitar medidas contra esses grupos bandoleiros. Mas, ao que parece, as medidas adotadas não deram o resultado que se esperava e, em 1641, Nassau estava disposto a entrar em entendimentos com o governo da Bahia no sentido de uma possível aliança contra esses assaltantes e incendiários. Isso bem demonstra como as classes dominantes (holandesas e/ou luso-brasileiras) estavam em verdadeiro estado de pânico em consequência dos prejuízos. Muitos desses *bushnegroes* (V.) fugiram posteriormente para Palmares. Outra vez em que os escravos usaram o incêndio como arma de protesto foi em Campos de Goitacazes, no estado do Rio de Janeiro, no século XIX. A cidade de Campos foi, na última fase do escravismo, um centro de luta abolicionista dos mais dinâmicos. Liderados por Carlos de Lacerda (V.), os abolicionistas agiam de forma radical e algumas vezes usando de violência. Nesse contexto de choque, os escravos começaram a atuar de várias formas, ora refugiando-se nas bastilhas organizadas pelos abolicionistas, ora incendiando os canaviais e fugindo. Em Campos, as autoridades alarmadas consideravam insurrecional o comportamento dos escravos. Julio Feydit (1900) afirma que, em 15 de agosto de 1884, ocorreu um incêndio em um canavial da usina do Queimado, poucos dias depois de outro incêndio na Fazenda do Beco, de propriedade do Visconde de S. Sebastião. Supôs-se que esses incêndios não fossem casuais, mas, sim, uma represália dos abolicionistas. Em 14 de janeiro de 1887, em Guarulhos, foram incendiados

os canaviais das fazendas e usinas de S. João, dos senhores Lima e Moreira; uma fazenda da Penha, de Antônio Póvoa; outros dois na fazenda da Abadia. Sete dias depois, o fogo destruiu, na freguesia de S. Salvador, um canavial de Antônio Ferreira Pinto, e no dia seguinte, outro. Em 26 de janeiro, o Barão de Miranda perdia, por incêndio, um canavial de 1 500 arrobas de açúcar ou trinta caixas; três dias depois, os canaviais das fazendas de Manuel Coelho de Almeida e Manuel Batista Cabral ardiam. Além dessas fazendas, nos dias 21 e 23 de janeiro, foram queimadas as fazendas de Outeiro e a de Sebastião de Almeida Rabelo, respectivamente. Em 6 de fevereiro de 1887, ao meio-dia, ardiam as canas da fazenda Velha; e mais três canaviais na fazenda do Paraíso, pertencente a Guilherme de Ciranda e Silva, e também outros três, na fazenda do Major Crespo. Em março, na freguesia de São Sebastião lançaram fogo a um canavial de José Pinto Pessanha, provocando um prejuízo de quinze a vinte caixas de açúcar, de cinquenta arrobas cada. Diante dessa devastação, os fazendeiros enchiam as fazendas de capangas, sob a designação de agregados e camaradas, e faziam reuniões. Em uma chegou a ser proposto que se comprasse o chefe dos abolicionistas em Campos, e se ele não quisesse se vender, que então se pagasse a quem o “suprimisse”. Como vemos, os escravos que durante o domínio holandês, no século XVII, incendiavam canaviais, faziam-no por iniciativa própria, mesmo quando estavam agindo com bandoleiros franceses ou desertores holandeses. Na última fase do escravismo, como aconteceu em Campos, é difícil constatar até que ponto esses atos dos negros fugidos eram fruto da sua própria dinâmica de comportamento ou condicionados por abolicionistas radicais. **Bibliografia.** FEYDIT, Julio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goitacazes desde os Tempos Coloniaes até a Proclamação da República*. Campos, J. Alvarenga & Co., 1900. **INCONFIDÊNCIA BAIANA.** Movimento político organizado, em 1798, na Bahia, por pardos e forros, escravos e artesãos, especialmente alfaiates, motivo por que ficou conhecido como Revolta dos Alfaiates, ou Revolta dos Búzios. Objetivando a tomada do poder político através da luta armada, foi a mais radical revolta antes da independência. Por esse motivo, é atacada ou subestimada por muitos historiadores, como Varnha-

gen. O autor da *História Geral do Brasil*, ao analisar este movimento, depois de chamá-lo de “um arremedo das cenas de horror que a França e principalmente a bela São Domingos acabavam de presenciar”, conclui que “os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiram a quarenta: nenhum homem de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos”. Os “homens de valia”, de fato, não participaram desse movimento, que foi mais dos homens de poucas posses ou sem nenhum direito (escravos). Os mulatos, os pardos, forros ou os escravos foram os elementos que formaram o grosso da insurreição. Na capilaridade quase inexistente da sociedade escravista da época, transpiravam para a sua superfície esses movimentos que tinham como objetivo modificar as condições impostas pelo estatuto colonial. O *entourage* de dominação lusa que aqui se encastelou sentiu as arestas criadas pela defasagem existente entre a metrópole e a colônia. Ao mesmo tempo esses elementos compreendiam que os classificados como patulêia eram os elementos humanos mais radicais nesses movimentos de mudança social. Pandiá Calógeras (1945), a seu modo, assinalou o fato quando escreve que “nesse assalto contra o instituto servil, desempenharam papel os eternos ódios dos que nada possuem contra os que têm riqueza; a revolta dos pobres, ou do *popolo minuto*, contra os potentados, ou o *popolo grosso*, das Repúblicas italianas da Renascença. E sobre os herdeiros de uma situação velha já de séculos, recaía o espírito de vindita de um santo furor, ansioso por destruir a instituição”. José Venâncio de Seixas, quando chegou à Bahia na qualidade de provedor da Casa da Moeda, constatou “o perigo em que estavam os [...] habitantes [...] com uma associação sediciosa de mulatos, que não podia deixar de ter perniciosas consequências sem embargo de ser projetada por pessoas insignificantes; porque para se fortificarem lhes bastavam os escravos domésticos inimigos irreconciliáveis dos seus senhores, cujo jugo por mais leve que seja lhes é insuportável. [...] Foi Deus servido descobrir por um modo bem singular a ponta desta meada, ao fim da qual julgo se tem chegado, sem que nela se ache embarçada pessoa de estado decente”. Por outro lado, as idéias liberais na França encontravam fácil

guardida na Bahia, consequência das condições da capitania que vinha passando por um longo processo de efervescência política. A situação econômica da Bahia era de crise em face do atraso da agricultura e da política colonial de produzir apenas produtos de exportação. Já em 1678, nas cartas do Senado remetidas para Portugal, lê-se que “fazemos manifesto a Vossa Alteza do miserável estado deste povo pelas muitas cargas e opressões que em tempo tão cansado carregam sobre a fraqueza dos seus tenuíssimos cabedais”. Em consequência de tal situação, são ainda tais cartas que nos informam que os moradores faziam “tumultos”, como ocorreu quando da nomeação de Bartolomeu Frago para assistente de Luís Gomes de Mata Correia. A situação foi-se agravando com o passar do tempo até o despontar da revolta. Inicialmente, os membros da intelectualidade reuniram-se para discutir as idéias da Revolução Francesa, cujo ideário chegara ao conhecimento até de escravos. Mas o pensamento de uma saída revolucionária não surgiu propriamente das camadas letradas que esperavam a chegada dos franceses para libertar-nos. Pelo menos essa era a opinião de Cipriano Barata e Francisco Moniz Barreto, autor do hino da Inconfidência Baiana. Enquanto os intelectuais teorizavam sobre uma possível libertação pelos franceses, a ala popular, as camadas oprimidas da população de Salvador, sem muito teorizar, apresentavam uma posição programática para a ação imediata contra o estatuto colonial. Defendia-se a emancipação do Brasil do jugo português, um regime de igualdade para todos, onde não houvesse preconceito de raça ou de classe e que cada um fosse julgado apenas pelo seu merecimento. Era o mesmo conteúdo dos papéis espalhados pela cidade. Num dos manuscritos apreendidos pelas autoridades lê-se: “Ó vós do povo [ilegível] sereis livre para gozares dos bens e feitos da liberdade; ó vós Povos que viveis flagelados com o pleno poder do Inimigo coroadado, esse mesmo rei que vós criastes; esse mesmo rei tirano é quem se firma no trono para vos vexar, para vos roubar e para vos maltratar. Homens, o tempo é chegado para a vossa ressurreição, sim para ressuscitareis [sic] do abismo da escravidão, para levantareis [sic] a Sagrada bandeira da Liberdade. A liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a li-

berdade é a doçura da vida, o descanso do homem com igual paralelo de uns para outros, a Liberdade é o repouso, a bem-aventurança do mundo". A conspiração, no entanto, não ganhou a amplitude exigida para triunfar. A intelectualidade que a ela aderira não se sentia encorajada e decidida a se apoiar nas camadas sociais mais descontentes e radicais em consequência da sua posição no espaço social. Em face dessa posição expectante da intelectualidade, a Inconfidência Baiana como que estacionou, surgindo, também, as primeiras delações que colocaram de sobreaviso o sistema repressor. Começam então a surgir e se projetar os primeiros líderes populares. Luís Gonzaga das Virgens (V.) foi o primeiro que se destacou com invulgar mérito. Descontente com a ação conciliadora que já proporcionara algumas prisões entre os inconfidentes, iniciou um amplo movimento de agitação e difusão de manuscritos com o programa do movimento que propunha: 1) Independência da Capitania; 2) Governo Republicano; 3) Liberdade de comércio e abertura de todos os portos "mormente a França"; 4) Cada soldado receberia soldo de duzentos réis por dia; 5) Libertação dos escravos. Já haviam sido tomadas, porém, logo após as primeiras delações, as providências necessárias para que a revolta fosse sufocada e os seus líderes encarcerados. Luís Gonzaga das Virgens foi preso a 24 de agosto, precipitando os acontecimentos e obrigando os inconfidentes a tomar medidas de emergência. Tentou-se, sem sucesso, libertá-lo do cárcere. Fracassada a tentativa, seguem-se novas delações e afastaram-se praticamente todos os intelectuais do movimento. Sua direção passou a ser exercida pelos líderes saídos das camadas mais oprimidas da população da capitania: artesãos, ex-escravos, escravos. O governo iniciou, em seguida, brutal repressão contra os implicados, detendo inúmeros dos seus participantes ou simples suspeitos. A proposta abertamente abolicionista dos inconfidentes baianos fez com que grande parcela de forros, pardos escravos e negros escravos dela participassem, tanto que os líderes organizaram batalhões de pardos e pretos. O conteúdo francamente abolicionista do movimento foi colocado com ênfase nos documentos e nas declarações dos principais implicados. A grande participação de forros e escravos, depois indicia-

dos, marca a sua origem popular e de luta contra a escravidão. João Nascimento era pardo; Manuel Faustino dos Santos, pardo livre; Inácio da Silva Pimentel, pardo livre; Luís Gama da França Pires, pardo escravo; Vicente Mina, negro escravo; Inácio dos Santos, pardo escravo; Cosme Damião, pardo escravo; José do Sacramento, pardo alfaiate; José Felix, pardo escravo; Felipe e Luís, escravos; Joaquim Machado Pessanha, pardo livre; Luís Leal, escravo pardo; Inácio Pires, Manuel José e João Pires, pardos escravos; José de Freitas Sacoto, pardo livre; José Roberto de Santa Ana, pardo livre; Vicente, escravo; Fortunato da Veiga Sampaio, pardo forro; Domingos Pedro Ribeiro, pardo; o preto jeje Vicente, escravo; Gonçalves Gonçalo de Oliveira, pardo forro; José Francisco de Paulo, pardo livre; Félix Martins dos Santos, pardo, tambor do Regimento Auxiliar; além de outros como Cipriano Barata. Excluindo-se, pois, este último, que fez questão de depor dizendo não ter nenhuma ligação com os inconfidentes, contam-se entre os principais implicados catorze escravos, três forros e dez livres. Recolhidos à prisão na sua quase totalidade, ali permaneceram até que, em 22 de dezembro, foi enviada carta ao governador determinando que fosse realizado o julgamento dos implicados, terminado em novembro de 1799. As sentenças foram as seguintes: Luís Gonzaga das Virgens foi condenado a morrer na forca e ter pés e mãos decepados e expostos em praça pública; João de Deus do Nascimento (V.), Lucas Dantas (V.) e Manuel dos Santos Lira também foram sentenciados à forca e esquartejamento, ficando os seus corpos expostos em lugares públicos. Igual sentença foi proferida contra Romão Pinheiro, e seus parentes foram considerados infames (posteriormente a sua pena foi atenuada para degredo). O escravo Cosme Damião foi banido para a África. O pardo Luís da França Pires, que conseguira fugir, foi condenado à morte, dando a Justiça direito de matá-lo a qualquer pessoa que o encontrasse. Finalmente, no dia 8 de novembro de 1799, foram executados, na Praça da Piedade. Lucas Dantas e Manuel Faustino não aceitaram a extrema-união que um padre franciscano lhes oferecera. Os quatro foram mortos e esquartejados e os pedaços dos seus corpos colocados em diversos locais de Salvador. A população, não conseguindo

resistir ao mau cheiro e ao espetáculo macabro, conseguiu que o que restou deles fosse enterrado em uma vala comum. **Bibliografia.** CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1945.

INCONFIDÊNCIA BAIANA, HINO DA. Os inconfidentes baianos, embora ainda não tivessem projetado a bandeira da nova república, já possuíam seu hino, cuja autoria é atribuída ao professor Francisco Moniz Barreto, apesar da sua afirmação de ter sido composto por um frade carmelita. Moniz Barreto foi absolvido no julgamento dos implicados na conjura. É seguinte a letra:

I

Igualdade e Liberdade
No sacrário da razão
Ao lado da sã justiça
Preenchem meu coração

II

Se a causa matriz dos entes
Tem as mesmas sensações
Mesmos órgãos e precisões
Dados a todos os viventes
Se a qualquer suficientes
Meios de necessidades
Remir deu com equidade
Logo são imperecíveis
E de Deus leis infalíveis
Igualdade e Liberdade.

III

Se este dogma for seguido
E de todo respeitado,
Fará bem-aventurado
Ao povo rude e polido.
E assim que florescido
Tem na América a Nação.
Assim flutue o pendão
Dos franceses que a imitaram
Depois que, afoitos, entraram
No sacrário da razão.

IV

Estes povos venturosos
Levantando os braços soltos
Desfeitos em mil pedaços
Ferros grilhões vergonhosos,
Juraram viver ditosos,
Isentos da vil cobiça,
Da impostura e da preguiça,

Respeitando os seus direitos
E de Deus leis infalíveis
Igualdade e Liberdade

V

Se este dogma for seguido
E de todo respeitado,
Fará bem-aventurado
Ao povo rude e polido.
E assim que florescido.
Tem na América a Nação.
Assim flutue o pendão
Dos franceses que imitaram
Depois que, afoitos, entraram
No sacrário da razão.

VI

Estes povos venturosos
Levantando os braços soltos
Desfeitos em mil pedaços
Ferros grilhões vergonhosos,
Juraram viver ditosos,
Isentos da vil cobiça,
Da impostura e da preguiça.
Respeitando os seus direitos
Alegres e satisfeitos
Ao lado da sã justiça.

VII

Quando os olhos dos Baianos
Estes quadros divisarem
E longe de si lançarem
Mil despóticos tiranos,
Quão felizes e soberanos
Nas suas terras serão!
Oh! Que doce comoção
Experimentam estas venturas
Só elas, bem que futuras
Preenchem meu coração.

A letra desse hino foi também encontrada em poder de Domingos da Silva Lisboa. Perante o desembargador Costa Pinto, foi recitada por Manuel Faustino dos Santos Lira (V.), José Raimundo Barata, Fortunato Sampaio e Lucas Dantas (V.).

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL, OS ESCRAVOS NA. O Brasil proclamou a sua independência conservando o regime escravista. Enquanto, na maioria dos países da América do Sul, junto com a conquista da independência foi extinto o trabalho escravo, aqui esse tipo de trabalho perdura-

ria até 1888. Este fato, pouco destacado, mostra como a formação do Brasil como nação teve traumas políticos, os quais ainda perduram na atual estrutura da sociedade brasileira. Daí que, em nossa opinião, os escravos que de diversas formas combateram na luta pela independência, foram “combatentes traídos”. Ao analisar o papel do escravo negro nos eventos que culminaram com a separação de Portugal, Joaquim Nabuco escreveu que “os escravos desejavam indistintamente a Independência. A sua própria cor os fazia aderir com todas as forças ao Brasil como pátria. [...] Daí a conspiração perpétua pela formação de uma pátria que fosse também sua. Esse elemento poderoso de desagregação foi o fator anônimo da Independência. As relações entre os escravos e os libertos, e os homens de cor, entre estes e os representantes conhecidos do movimento, foi a cadeia de esperanças e simpatia pela qual o pensamento político dos últimos infiltrou-se até as camadas sociais constituídas pelos primeiros”. O escravo tomou parte em quase todos os movimentos emancipacionistas. Desde as inconfidências mineira e baiana até a revolução pernambucana de 1817, foi uma presença permanente. No caso da Inconfidência Mineira, pode ser mencionado o pronunciamento de José Álvares Maciel, segundo o qual, sendo o número de negros muito superior ao dos brancos, toda e qualquer revolução que aqueles pressentissem nestes seria motivo para que se rebelassem. Esta opinião não se confirmou inteiramente no caso de Minas Gerais. Ao contrário, parece que os escravos, ao terem notícia de que estava sendo tramada uma revolta na capitania, quiseram incorporar-se ao movimento. Isso levou o sargento Luís Vaz de Toledo a ponderar que “um negro com uma carta de alforria na testa se deitava a morrer”. Segundo Brito Malheiros, em Sabará “se puseram uns pasquins que tudo o que fosse homem do Reino havia de morrer e que só ficaria algum velho clérigo e que isto fora posto em nome dos quilombolas”. Se, porém, na Inconfidência Mineira, de 1789, a sua participação foi restrita, mesmo porque os inconfidentes mineiros tinham sérias restrições à abolição do trabalho escravo, exceto Tiradentes, na Inconfidência Baiana, em 1798, ela foi visível e teve um significado social e político muito mais profundo. A maioria dos seus dirigentes eram negros e pardos e a sua men-

sagem política era dirigida sistematicamente aos escravos, forros, pardos discriminados e, de um modo geral, aos “homens sem valia”. Esmagado o movimento, foi sobre a massa de escravos negros e mestiços que a repressão colonial se concentrou. Na revolução de 1817, o escravo também esteve presente e, pouco depois, os negros mineiros organizaram um movimento curioso pelos seus objetivos, visando estabelecer naquela região a Constituição Portuguesa de 1820. O seu chefe chamava-se Argoins (V.), negro de vastas posses. Segundo João Dornas Filho (1939), proclamou a Constituição Portuguesa em toda a zona em que atuou por conta própria, com tropas recrutadas por ele, compostas na sua maioria de escravos. Impôs, pelo menos simbolicamente, a constituição liberal de Portugal em Guaraciaba, Sabará, Santa Rita e outros locais, depois de vários combates, muitos deles sangrentos, contra os habitantes de Paraibuna e do arraial de Santa Bárbara, que haviam se colocado contra os seus homens. O ardor desses negros – segundo depoimento da época – chegava ao fanatismo. Lançou um curioso manifesto que lhe serviu de documento propagandístico e com ele conseguiu que as suas fileiras chegassem a ter um efetivo de cerca de quinze mil escravos negros e livres da região de Ouro Preto e dois regimentos de Cavalaria Auxiliar da Comarca de Serro Frio. Possuíam bandeira e distintivos, e muitos deles festejaram antecipadamente a liberdade. Depois de alguns violentos combates, as suas tropas foram se dispersando sem deixar nenhum vestígio. Mas foi na luta pela consolidação da independência, especialmente na Bahia, que o papel do negro como soldado ganhou maior relevo. Sobre tudo em Salvador, o ambiente era dos mais agitados às vésperas da Independência. O comandante das tropas portuguesas há tempos praticava impunemente uma série de violências contra os brasileiros, ensejando uma situação conflitante irreversível. Por outro lado, o general Madeira de Mello temia pela situação dos escravos na província baiana, os quais podiam, a qualquer momento, sublevar-se. Ao ver a nova situação criada com a proclamação da Independência, tentou, inclusive, aproveitar-se das contradições existentes entre escravos e senhores de engenho, lançando os negros contra as tropas libertadoras. A população da Bahia, em 1824, era composta de 192 mil

brancos, 13 mil índios, 80 mil livres de cor, 489 mil negros escravos e 49 mil negros forros. O domínio da população escrava e de negros no conjunto da sociedade baiana levou as autoridades lusitanas à suposição de que essa enorme massa populacional, no momento em que fosse dirigida convenientemente, voltar-se-ia contra os seus senhores. No entanto, paradoxalmente, tal não aconteceu. Ao contrário, apesar das atrocidades injustificadas praticadas por Labatut, do lado brasileiro, mandando fuzilar cerca de cinquenta negros, sendo outros açoitados porque estavam, segundo ele, lutando ao lado do inimigo, o grande contingente de negros escravos lutou ao lado dos brasileiros. Aliás, as atrocidades de Labatut, de todo injustificáveis, não se circunscreveram ao fuzilamento sumário desses negros. Durante sua permanência à frente das tropas brasileiras, ele, um mercenário profissional, não teve mãos a medir. Sua conduta arbitrária levou-o, inclusive, a entrar em choque com os brasileiros. O governo de Cachoeira (cidade do Recôncavo baiano onde se iniciara a resistência contra Portugal) acusou-o de vários crimes, como o de arcabuzar paisanos “sem figura de juízo” (sem julgamento), fuzilar soldados, castigar oficiais com desonra, sem proceder a conselho de guerra, e mandar “barbaramente” metralhar 52 negros, apanhados em quilombos com flechas e espingardas, ao mesmo tempo em que estava organizando e disciplinando uma companhia de negros africanos. De fato, Labatut, ao mesmo tempo em que procedia dessa forma com os negros aquilombados, os quais, para ele, estavam lutando ao lado do inimigo, solicitava ao Conselho Interino do Governo a formação de corpos de primeira linha constituídos de escravos, “visto que estes indivíduos se tornam bons soldados conseguindo a liberdade, como me convenço experimentalmente com a conduta dos libertos do Imperador que disciplinei e instruí”. O Batalhão dos Libertos (V.) adquiriu, durante as operações, um quinhão de heroísmo ponderável, em consequência do seu procedimento nas inúmeras vezes em que foi chamado a atuar. Mas, a esta altura, os Henriques (V.), tropa composta de negros, já se encontravam em franca atividade militar ao lado dos brasileiros, sob o comando do major Manoel Gonçalves da Silva, que tinha sob seu comando 1 100 homens, os quais participaram de quase todas as

batalhas travadas pelo Exército Pacificador. Após a vitória das tropas nacionais e a derrota do general Madeira, ao entrarem em Salvador, já libertada, formaram no desfile as tropas libertadoras: na vanguarda ia o corpo de exploradores sob as ordens do coronel Antero José Ferreira Brito, seguindo-o o coronel Lima e Silva, comandante-chefe, e seu estado-maior, um batalhão do Imperador, o batalhão de Pernambuco, as tropas baianas e logo em seguida o batalhão dos negros, comandados por Manoel Gonçalves da Silva, tendo ficado na retaguarda parte deste grupo, de guarda no acampamento, possivelmente para que o grande número de negros combatentes não se fizesse presente na parada triunfal. Portanto, no episódio militar que redundou na consolidação definitiva da nossa independência política, participaram ativamente o escravo negro, o negro livre e o não-branco. Levando em consideração o justo anseio dos escravos pela liberdade, o governo imperial prometera-lhes alforria, no caso de lutarem contra os lusos. Embora isso não tivesse acontecido, os negros continuaram lutando ao lado de outras forças políticas pelas subsequentes mudanças que culminaram na Abolição. Mas não foram somente os negros escravos e livres que compuseram as forças militares que derrotaram os portugueses na Bahia. Elas eram constituídas, pelo contrário, na sua imensa maioria, de pessoas e grupos das camadas populares. Uns eram filhos de camponeses, como Antonio de Souza Lima, versado nos enciclopedistas e promovido a governador militar da ilha de Itaparica. Outros, para Aydano do Couto Ferraz, “eram donos de botica, lavradores de pequenas roças, proprietários de calões de pescaria. Os escravos negros dos ‘contratos’ faziam o serviço de transporte de tropas, gemendo no remo. Por pouco não se fala em capoeira nas lutas da Independência quando se fala na chegada com que se entretinham os brasileiros nas folgas dos combates. [...] Nas ilhas de Maré, Bom Jesus, Frades, Madre de Deus, só é menor o contingente de homens de cor e de escravos que nos próprios centros de vida da nobreza territorial, depois que ela se decidiu pela luta, as vilas de Santo Amaro, Cachoeira, Feira de Santana, Maragójepe, São Francisco”. Os escravos, os negros livres e as camadas populares que lutaram pela independência foram os grandes marginalizados após a vi-

tória. Quanto aos escravos, continuaram na mesma situação de antes. Não foi por acaso, portanto, que Joaquim Nabuco afirmou que “o negro construiu um país para os outros; o negro construiu um país para os brancos”. Houve casos de reescravização, mas houve casos de o próprio escravo ex-combatente apresentar-se perante as autoridades para requerer a liberdade prometida. No particular, é interessante o texto seguinte que elucida o assunto: “Tendo apresentado Plácido da Silva, preto, escravo de José Fernandes da Silva Freire, da cidade da Bahia, haver emigrado para o Quartel-General do Exército Pacificador daquela província, onde servira sempre até a restauração da capital, requerendo portanto a sua liberdade, na forma que fora prometida aos escravos que defenderam a causa da Independência; manda Sua Majestade o Imperador, pela Secretaria do Estado dos Negócios do Império, inteirado da justiça desta pretensão, que o governo provisório da mencionada província faça passar carta de liberdade ao suplicante pelo respectivo senhor, o qual deverá receber o justo valor do mesmo da Junta da Fazenda da província, à qual, para este fim, se expede portaria na data de hoje. Palácio do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1824. João Severino Maciel da Costa”. O senhor do escravo em questão era o deão e vigário do governador do Arcebispado da Bahia, um português inimigo da independência do Brasil e que havia regressado para Portugal juntamente com as tropas do general Madeira, estando, portanto, Plácido da Silva sem senhor, isto é, já livre. **Bibliografia.** DORNAS FILHO, João. *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939; Ferraz, Aydano do Couto. *Jornal A Voz Operária*. Rio de Janeiro, 1948.

ÍNDIOS E OS NEGROS, OS. Segundo Roger Bastide (1971), “o ódio comum aos senhores impeliu-os a uma compreensão mútua”. Toda vez que se unem, é o negro que vai liderar a nova comunidade, seja escravizando o índio como na Bahia em 1704, seja tomando-se o chefe militar ou religioso, como em Mato Grosso, em 1795. Foram raríssimas as tribos indígenas que não entraram em contato com os negros. É curioso o fato de muitos chefes e líderes terem sido mulheres. “Descobriram-se sobrevivências desses mocambos de negros fugidos ali na Amazônia, por exemplo, nas margens de Trombetas, em Alcaçaba, cujo mocambo era dirigido por uma negra, Fe-

lipa Maria Aranha (V.), tão poderosa que os portugueses precisaram aliar-se a ela em lugar de combatê-la e cujos descendentes tornaram-se guias dos viajantes que queriam descer as cataratas do Tocantins” (Bastide, 1971). Quando Saint-Hilaire visitou os curibocas de Minas, prestes a desaparecerem, encontrou um curioso sincretismo de crenças onde o catolicismo desempenhava uma função indireta e nenhum sacerdote desejava ir à povoação. Falavam tupi e Deus era adorado com o nome de Nhandinham. Em outros lugares, é a religião indígena que parece dominar, como na povoação de Mato Alto (Minas Gerais), onde as mulheres macunis se casam com os negros. **Bibliografia.** BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1971.

INFERNO, QUILOMBO DO. Junto com o Quilombo de Cipotema, situava-se nas cabeceiras do rio Curuá, na Província do Pará, quase divisa com o Amazonas. Em 1812, esses dois redutos foram atacados e destruídos por uma força composta de praças de linha e de milicianos de Monte Alegre, Santarém, Alenquer e Óbidos. Essa tropa teve também a participação dos índios Mundurucus, sob o comando do capitão de milícias Bernardo Martinho de Vasconcelos, acompanhado pelo juiz ordinário João Pedro de Andrade Freire. Considerados extintos pelas autoridades, os quilombolas voltaram a reorganizar-se. Assim, em 1821, um cafuzo de nome Atanásio, escravo do major Martinho da Fonseca Seixas, com mais quarenta companheiros, organizou outro quilombo aos quais se juntaram os remanescentes dos quilombos do Inferno e Cipotema, que estavam refugiados nas matas. Atanásio obteve a liderança dos quilombolas, elegendo-se “governador ou maioral do reduto” e “estabeleceu um governo despótico eletivo, sendo ele senhor de barão e cutelo a exemplo do que praticavam no Curuá”.

INFICIONADO, QUILOMBO DO. Mocambo existente em Minas Gerais por volta de 1764. Uma ordem datada de 25 de janeiro de 1765 mandava que fossem presos três capitães-do-mato, Atanásio Antônio, Francisco da Costa e Ambrósio, e dois pedestres, José Coelho da Fonseca e José Pereira da Cruz, por terem soltado dois negros e uma crioula, presos no quilombo do Inficionado. A ordem vinha acompanhada das confrontações dos delinquentes: os três primeiros eram pardos e os capitães-do-mato eram todos cabras, enquanto

os soldados eram pardos. Miguel Costa Filho atribui à solidariedade étnica o relaxamento dessas prisões, mas devemos notar que, em Minas Gerais, os capitães-do-mato muitas vezes eram subornados por quilombolas e faiscadores mediante propinas. Nada se sabe de mais detalhado sobre esse quilombo mineiro. **Bibliografia.** COSTA FILHO, Miguel. “Quilombos”, *Estudos Sociais*, n. 7-10, 1962.

INGÊNUO. Filho de escravos, menor, beneficiado pela Lei do Ventre Livre, de 1871. Dizia essa lei que “os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados livres”. Estatua ainda as normas e estabelecia as condições dessa liberdade. Os filhos menores livres ficariam em poder dos senhores e de suas mães, os quais teriam obrigação de tratá-los até a idade de oito anos. Atingida essa idade, o senhor (ou a mãe) teria a opção de receber do Estado uma indenização de seiscentos mil-réis ou utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, ao senhor caberia o direito de dar-lhe o destino que achasse mais conveniente. Em 1888, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, Benedito Valadares confessava que ninguém havia pensado sobre o destino e a educação desses ingênuos. Em discurso proferido em 10 de maio de 1882, o conselheiro André Augusto de Pádua Fleury também se refere ao destino reservado aos ingênuos: “Não deve ser objeto de nossas reflexões a posição desses menores desprotegidos, cujo número aumenta todos os dias, e que aí crescem sem educação intelectual, religiosa e profissional, entre seus pais escravos, e a sociedade, que os declarou livres a eles, pobres órfãos, mas não os prepara para um dia ocuparem a posição que lhes compete, a esquecer a injúria que recebem na violência mantida contra aqueles que lhes deram o nascimento?”. Ao começar o exercício de 1877/1878, deveria ser retirada do Fundo de Emancipação (V.) uma quota destinada à educação dos ingênuos, mas essa era sempre desviada.

INICIATIVA PARTICULAR NO TRÁFICO DE ESCRAVOS. No século XVIII, o tráfico de escravos já supria as necessidades dos colonos brasileiros, embora no extremo Norte (Pará e Maranhão), vários fatores o tornassem irregular. Por conseguinte, a Metrópole, por meio da Ordem Régia

de 13 de junho de 1708, tentou incentivar a iniciativa particular: “Tratando-se aliás de vassalos de um mesmo Rei, é injusta a desigualdade na repartição dos escravos negros, feita na capitania de São Luís. Seria até mais vantajoso unirem-se os moradores de ambas as capitanias [Maranhão e Pará] e fazerem por sua conta o comércio da escravaria na Costa da Mina e em Angola”. A Ordem Régia instruiu o governador Cristóvão Costa Freire a “persuadir aos homens de negócio e moradores dessa conquista mais ricos que se unam entre si a mandarem alguma embarcação por conta à Costa da Mina, ou a Angola a buscar escravos para se remediarem, dando-lhe a entender o muito que isso pode interessar, e de ajudarem a seus naturais a viverem, dando-lhe por este caminho quem os sirva”. A sugestão, porém, não encontrou resposta. Os moradores ainda estavam muito envolvidos com a escravidão indígena e o alto custo de uma embarcação impediu o projeto. Restaram para a iniciativa particular duas alternativas: o comércio interno e o contrabando.

INQUISIÇÃO, OS ESCRAVOS E A. Nas visitas que o Tribunal do Santo Ofício fez ao Brasil, foi arrolado um grande número de acusações envolvendo escravos e negros forros. Incluíam desde curas com ervas, adivinhações, blasfêmias, fabricação de bolsas de mandinga, até conjuros de demônios, pactos demoníacos, participação em calundus (V.) e sabás. O total de acusados no período das três visitas ao Brasil (1590-1780) atingiu 119 casos, com 35 casos na região de Minas Gerais, com 21 negros acusados. Na primeira visita, à Bahia e Pernambuco em 1591, um grande número de negros escravos e forros foram acusados de feitiçaria (V.), práticas mágicas, curas e adivinhações, e o mesmo se constata nas visitas seguintes, à Bahia em 1618 e ao Grão-Pará e Maranhão. Por exemplo, na primeira visita à Bahia e Pernambuco, o escravo da Guiné, André Bocal, foi acusado de adivinhar, com o auxílio de uma panela ou tigela que se movia, o paradeiro de um escravo fugido. Na segunda visita, um escravo de Inês de Barros foi tido como feitiçeiro por ter efetuado a cura do negro Mateus. Anteriormente à instalação da última visita do Santo Ofício ao Brasil, as devassas realizadas pelo comissário Manuel Freire Batalha fizeram com que este enviasse à Inquisição de Lisboa um grande

número de acusações levantadas por suas investigações na capitania de Minas Gerais, resultando na acusação das escravas Luzia da Silva Soares e Luzia Pinta em 1741. A última e mais demorada visita ao Brasil – a do Grão-Pará – permaneceu aqui por seis anos, de 1763 a 1769, e acusou doze feitiçeiros, nove feitiçeras, seis blasfemos, cinco curandeiros, quatro curandeiras, quatro sodomitas, cinco bígamos, dois hereges e um senhor de escravos acusado de abusar sexualmente de seus escravos. Este senhor foi denunciado por uma vítima de seus abusos, o escravo Joaquim Antônio. A Inquisição atingiu direta ou indiretamente 485 pessoas, citadas no Livro da Visitação, contabilizando 353 brancos, 55 índios, 42 negros escravos, 17 mamelucos, seis cafuzos e doze mulatos. Durante esses seis anos, a Mesa Inquisitorial, a exemplo das outras vezes em que esteve no Brasil, preocupou-se com a manutenção e perpetuação dos cultos africanos no Brasil, acusando, por exemplo, a escrava Maria Francisca por práticas “mágico-religiosas”, o escravo negro Marçal, natural de Caxeio, por ser confidente de práticas “mágico-religiosas” e o negro escravo José, africano, natural de Mandinga, em dois processos por prática “mágico-religiosa”. Na maioria das vezes, esses processos relacionavam-se a curas com ervas, preparações de patuás ou “bolsas de mandingas”. Encontramos também casos mais “graves”, como de assassinatos de senhores: é o caso da escrava Joana, que matou uma escrava de propriedade de seu senhor e pretendia matar sua senhora com “feitiços”. Nos documentos da Inquisição de Lisboa encontram-se também vários processos referentes a escravos do Brasil. É o caso da denúncia feita pela escrava Feliciano Ferreira da Cruz, em 1736, ao comissário do Santo Ofício, contra frei Luís de Nazaré, por abusos sexuais, e da acusação do escravo José Francisco Pereira por pacto demoníaco.

INSEGURANÇA. O tema de abertura da Assembléia em São Paulo, no ano de 1879, foi a insegurança gerada pela crescente onda de crimes de escravos contra seus senhores. Na primeira sessão de 12 de fevereiro, o deputado Leite Moraes pronunciou-se a respeito do assassinato de um proprietário de Itu, João Dias Ferraz da Luz, e de toda a sua família, por um escravo. Lembrou também outros crimes semelhantes ocorridos em Indaiatuba e também em Itu. Em Campos, no

Rio de Janeiro, vários casos de crimes contra senhores são descritos por Julio Feydit (1900): “Em 9 de janeiro de 1873, estando o fazendeiro José Antônio Barroso de Siqueira, a jantar em sua fazenda da Boyanga, as mucamas que serviam à mesa, vendo que se aproximavam alguns escravos armados, preveniram ao seu senhor de que o queriam matar, e procuraram impedir os passos de seus parceiros, Antônio (pajem de confiança). Agostinho, Ciro e Amaro; porém, estes invadindo a sala, dois saltando pela janela e dois pela porta da cozinha, atacaram seu senhor com facas, lanças e foices”. Após matarem o senhor, os escravos foram recapturados pelo delegado de polícia, coronel Antônio Rodrigues da Costa. Entregaram-se sem resistência e, conduzidos à cadeia, confessaram o crime, dizendo Antônio que “havia livrado o mundo de um homem que não trepidava em cometer toda a sorte de injustiças e tiranias contra os escravos e ainda obrigava as escravas mães a lhe levarem as filhas ainda menores para serem violentadas”. Os escravos foram enforcados em 9 de outubro de 1873. Em Campos, também foi assassinada, por suas escravas, a senhora proprietária de escravos D. Ana Joaquina Carneiro Pimenta. Bibliografia. FEYDIT, Julio. *Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes desde os Tempos Coloniaes até a Proclamação da República*. Campos, J. Alvarenga & Co, 1900.

INSURREIÇÃO. Em consequência das sucessivas revoltas de cativos, o governo criou e inseriu, no Código Criminal do Império, a figura jurídica da “insurreição”, para abranger delitos praticados especificamente por escravos. Com isso, estabelecia-se uma diferença jurídica entre delitos praticados por escravos e aqueles perpetrados por homens livres. As revoltas desses últimos “contra a segurança interna do Império e pública tranquilidade” denominavam-se conspiração e rebelião. Abaixo são transcritos os principais artigos:

Capítulo IV – Insurreição

Art. 113. Julgar-se-á cometido este crime, reunindo-se vinte ou mais escravos para haverem a liberdade por meio da força. Penas aos cabeças, de morte no grau máximo, de galés perpétuas no médio e por quinze anos no mínimo; aos mais, açoites.

Aos criminosos autores: máximo – morte; médio – galés perpétuas; mínimo – Quinze anos de galés.

Aos criminosos por tentativa: máximo – galés perpétuas; médio – galés por vinte anos; mínimo – galés por dez anos. Aos criminosos por cumplicidade de tentativa: máximo – vinte anos de galés; médio – treze anos e quatro meses, idem; mínimo – seis anos e oito meses, idem.

Art. 114. Se os cabeças da insurreição forem pessoas livres, incorrerão nas mesmas penas impostas no artigo antecedente aos cabeças, quando são escravos.

Art. 115. Ajudar, excitar ou aconselhar escravos a insurgir-se, fornecendo-lhes armas, munições ou outros meios para o mesmo fim. Penas: de prisão com trabalho por vinte anos no grau máximo, por doze no médio e por oito no mínimo. Aos criminosos: máximo – vinte anos de prisão com trabalho; médio – doze anos, idem; mínimo – oito anos, idem.

Se não houver casa de correção: máximo – 23 anos e quatro meses de prisão simples; médio – Catorze anos, idem; mínimo – nove anos e quatro meses, idem.

Aos criminosos por tentativa: máximo – treze anos e quatro meses de prisão com trabalho; médio – oito anos, idem; mínimo – cinco anos e quatro meses, idem.

Se não houver casa de correção: máximo – quinze anos, seis meses e vinte dias de prisão simples; médio – nove anos e quatro meses, idem; mínimo – seis anos e quatro meses, idem.

Como vemos, para as tentativas de mudança social e política idealizadas pelos brancos livres a figura jurídica era uma, para os negros escravos era outra, com penas muito mais severas.

INSURREIÇÃO DE 1807. Primeira manifestação de rebeldia urbana em Salvador (Bahia), que se estendeu até 1835. Outra revolta, a denominada Insurreição Esquecida (V.), ocorreu em 1844, mas os documentos existentes pouco esclarecem sobre a sua estrutura. Na noite de 26 de maio de 1807, as autoridades tomaram conhecimento, por meio de delações, que estava organizado um movimento de insuflar os escravos a se revoltarem contra os senhores. Ciente dos fatos, o governador imediatamente adotou medidas acauteladoras. Os escravos planejavam tomar o poder e exterminar os seus senhores. Em cada bairro, designaram um “capitão” e nomearam um agente a quem chamavam “embaixador”. Numa demonstração de que não haviam sofrido qualquer influência do sincretismo católico, marcaram o levante para o dia da procissão de Corpus Christi, enquanto os seus senhores estivessem entretidos em orações. Devemos destacar que essa insurreição foi idealizada apenas três anos após a vitória da revolução haitiana e, pelo que se depreende, tinha

os mesmos objetivos radicais daquela. No entanto, o governador conseguiu obter os nomes dos capitães que operavam nos bairros, o principal local de suas reuniões, bem como a data marcada para o levante. Deu ordens aos comandantes das patrulhas para que tomassem, sem alvoroço, as portas principais de acesso à cidade e enviassem grupos de capitães-do-mato para fora da cidade, obviamente para evitar a junção dos insurretos com os escravos dos engenhos ou dos quilombos da periferia de Salvador. O local de reunião foi invadido pela polícia, que prendeu sete capitães e apreendeu vasto material (em torno de quarenta flechas, um molho de varas para arcos, “meadas de cordel, facas, pistolas e um tambor”). Além dessas prisões, os capitães-do-mato prenderam fora da cidade mais quatro cabeças, o que evidencia uma aliança desses escravos urbanos com os outros das áreas rurais ou quilombos. Outras detenções se sucederam. Foi aberta devassa e tomadas severas medidas contra os escravos em geral. Não encontramos, nos documentos do Arquivo Público da Bahia, qualquer referência a essa insurreição nem ao destino dos seus líderes. Em 16 de junho de 1807, o Conde da Ponte dirigiu-se ao Visconde de Anadia, em Lisboa, dando conta do levantamento dos escravos contra os brancos:

Ofício do Governador Conde da Ponte para o Visconde de Anadia, em que lhe dá parte das providências que adotara para evitar um levantamento dos escravos contra os brancos, de que tivera denúncia.

Bahia, 16 de junho de 1807.

Quando tive a honra de tomar posse deste assaz importante Governo, devo confessar que logo reconheci serem necessárias novas providências, ou para justamente me explicar, que a relaxação e abandono das que em outros tempos tinham sido praticadas, e que se conservam em seu vigor no Rio de Janeiro, Pará e Maranhão, sobre a vigilância, e rigorosa subordinação em que deve manter-se a imensa escravatura, produziam diariamente funestos acontecimentos e insultos freqüentes contra os brancos, exigindo tão urgentes motivos o restabelecimento daquelas mesmas medidas ou em seu lugar aqueles meios mais adequados às presentes circunstâncias que contassem o prosseguimento de tão escandalosos fatos, e evitassem para o futuro mais sérios e mais desagradáveis acontecimentos; porém aquele respeito justo e natural que todo o empregado deve guardar ao que se acha em estilo, e que a experiência tem mostrado

suficiente para qualquer fim, pelo menos enquanto se não apresenta algum inconveniente visível, e palpável, me tinha contido, sem deixar contudo em desprezo o prévio conhecimento que todos os dias me era despertado, da necessidade de uma melhor ordem neste artigo de tanta consideração. Os escravos nesta cidade não tinham sujeição alguma em consequência de ordens ou providências do Governo, juntavam-se quando, e aonde queriam, dançavam, e tocavam os dissonoros e estrondosos batuques por toda a cidade, e a toda hora; nos arraiais, interrompendo quaisquer outros toques, ou cantos, odiavam o senhor que os oprimia, até ameaçando-os com a morte, congregando-se em casebres, aonde ocultavam escravas novas de que usavam impunemente: consistia geralmente a escravidão em retribuírem diariamente a seus senhores com 8 até 12 vinténs, procurando livremente os meios de os haverem; e aqueles que os próprios senhores empregavam em seus serviços de dia, tinham de noite plena liberdade para os divertimentos e ajuntamento que lhes agradassem. Esta Colônia pela produção do tabaco que lhe é própria tem o privilegio exclusivo do negocio da Costa da Mina: importaram no ano passado as embarcações deste tráfico 8 037 escravos jejes, uçás, nagôs, etc. nações demais guerreiros da costa Leste, e nos mais anos há com pouca diferença igual importação; grande parte fica nesta capitania, e considerável quantidade nesta mesma capital, sendo, além de ser um modo de vida com que se sustentam muitas famílias pelos carros ou pelos officios da escravatura, há um luxo mal entendido entre os habitantes caprichosos e aboados de terem ao seu serviço doméstico grande número deles, o que faz que haja nela, conforme o alistamento último, 25 502 pretos, quando o número de brancos não excede de 14 260 e o de pardos 11 350. No ano de 1725 succedeu o notável levante dos negros na capitania de Minas Gerais, e pela previsão que, por cópia remeteu ver V. Ex.^a o atendível resultado que dele se receou: estas reflexões são sobejas, não para se darem novas providências sobre a entrada e negociação deste gênero útil aos Reais Direitos, necessário à cultura, e indispensável nestes estabelecimentos possuídos por aquela nação que não tem um supérfluo de braços bastante para acudir a povoação e produção que eles são susceptíveis, mas sim para com mais seriedade se applicarem os meios que se acham ordenados, e não se desprezar a vigilância, e cuidado que competem ao Governador como único responsável à S.A.R. e ao qual devidamente se devem imputar os funestos successos que durante o seu governo cheguem a realizar-se, sejam ou não remotos os motivos que a ele darão causa, à vista do que tenho exposto pode V. Ex.^a formar justo conceito deste fato que relato, a que acorri do modo que igualmente referirei. Na noite do

dia 22 do mês próximo passado diligenciou falar-me em particular um sujeito de probidade, e empregado nesta cidade, e ouvindo-o relatou que um preto seu lhe declarara que os cativos da nação uçá tramavam uma conjuração ou levante, e que por capitães por eles escolhidos em bairro desta cidade, e por meio de um agente a que chamavam Embaixador, tinham disposto a fuga da maior parte dos desta nação, tanto desta capital como dos engenhos do Recôncavo, para se reunirem com armas, e fazerem guerra a branco; adotei o sistema de não manifestar grande curiosidade na investigação desta denúncia, e só lhe respondi que as notícias eram tão vagas e tão pouco verossímeis, que seria bom que pelo mesmo preto procurasse notícias mais acréditáveis, estabelecendo entre o dito sujeito e o ajudante das minhas ordens João de Souza Girão os meios de me serem transmitidas as notícias que se alcançassem: no dia 23, 24 e 25 sucessivamente me foram dadas específicas notícias dos nomes dos capitães, e até com toda a exatidão o número da porta, o sitio do casebre no qual ordinariamente se ajuntavam, e havia já parte das flechas prontas, e varas para arcos, além de também facas e certas composições supersticiosas, e do uso, a que chamam mandingas, com que se supõem invulneráveis, e ao abrigo de qualquer dor ou ofensas. No dia 27 me foi constante que pelas 7 horas da noite do dia seguinte era o momento convenção para a deserção, e que só se ajuntarão fora da cidade, cada um com as armas que pudesse aprontar: à vista destas notícias, e verificados certos indícios que as acompanhavam, julguei mais acertado prevenir que remediar, e nunca evitaria mil desastinos, que uma vez que se realizasse a reunião, eles perpetrariam com incômodos dos viandantes, de alguns dos senhores das roças precisas, e dos engenhos menos bem administrados: depois de recolhida a procissão do Corpo de Deus a que assisti, e que acompanhei, sem que transpirasse, nem desse a conhecer a maior sombra do que ideara, dirigí a cada um dos chefes dos Corpos d'Infantaria e Artilharia ordens escritas pela minha mão, para a prontidão das patrulhas que nelas declarava, e pelas 6 horas da tarde sem toque de tambor sem que na cidade soasse o menor ruído, achavam-se tomadas as saídas e entradas della, officiais do mato em diligência pelos caminhos, a casa denunciada investida e cercada, diligência que competi ao mencionado ajudante d'ordens e ao capitão João de Chastinet do 1.^o Regimento, o mais antigo e digno vassalo do Príncipe Nosso Senhor, e na mesma hora efetuando-se a prisão dos denunciados cabeças ou capitães. Prenderão-se perto de 400 flechas, um molho de varas para arcos, meadas de cordel, facas, pistolas, espingardas e o tambor: os officiais do mato apreenderam três dos principais que já tinham fugido nessa mesma tarde e pelas pa-

trulhas e rondas militares os mais que eram indiciados por autores e sedutores (*Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 37, pp. 460-464).

A resposta não se fez esperar e, em 6 de outubro do mesmo ano, recebeu, com rubrica do Regente, a seguinte carta:

Conde da Ponte, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Amigo: Eu, O Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquele que amo. Tendo subido à Minha Real Presença os vossos officios números oitenta e um, e noventa e três com datas do presente ano, em que dais conta da fugida projetada por uma parte dos negros da nação uçá, que existem em escravidão nessa cidade e nos engenhos do Recôncavo, ao fim de reunirem com mão armada e fazerem depois guerra aos brancos meus fiéis vassallos habitantes dos mesmos domínios: E não devendo ficar sem exemplar castigo uma conspiração, em que os sediciosos se opunham, não só violar os direitos de seus respectivos senhores; mas também perturbar a segurança e o sossego público, do que depende a conservação dos Estados, sou servido que em continuação da devassa e mais diligências, a que mandastes proceder pelo Ouvidor-geral do Crime da Relação dessa Capitania para descobrimento dos réus daquele atentado, façam sentenciar, segundo o merecimento dos autos, em uma só instância breve e sumariamente os que se acharem compreendidos; sendo Relator o mesmo Ouvidor-geral, a quem dareis por adjunto o Chanceler com os mais ministros da dita Relação que nos parecer nomear, e executando-se as sentenças logo que sejam proferidas para que o castigo dos delinquentes possa pela sua prontidão operar os justos e saudáveis fins, a que ele deve dirigir-se com declaração porém que julgando vós que os réus condenados se mostram dignos da Minha Real Clemência, ou seja, com respeito à falta de conhecimentos, que lhes proferia, ou a outras circunstâncias, que façam menos agravante a sua culpa, podereis nesses casos Por efeito da autoridade, que vos confiro comutar [...] modificar as penas que lhes forem impostas, mas de maneira tal que elas sempre hajam de servir de exemplo para evitar as funestas consequências, que de semelhantes acontecimentos devem reccar-se. O que assim tereis entendido e fareis executar sem embargo de quaisquer Ordenações, Leis, ou Determinações em contrário, que para este fim somente sou servido revogar, ficando aliás em seu vigor. Escrita no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em seis de outubro de mil oitocentos e sete. Príncipe. Para o Conde da Ponte T.

Como se depreende do documento, o prestígio do Conde da Ponte cresceu ponderavelmente, aos

olhos da Metrópole, com o esmagamento dessa primeira insurreição, tal era a importância que os governantes lusos davam às revoltas de escravos nas colônias.

INSURREIÇÃO DE 1830. Movimento dos escravos baianos ocorrido em Salvador e iniciado em 10 de abril de 1830. Tudo indica que surgiu mais ou menos de improviso e teve uma duração mínima, e apesar da violência inicial e dos primeiros êxitos, logo foi desbaratada pela repressão policial. O primeiro ataque escravo foi contra uma loja na ladeira da Fonte das Pedras, com o intuito de obter armas. Após pequena resistência do proprietário, Francisco José Tupinambá, arrecadaram doze espadas de copos e cinco "paraíbas", deixando ferido o dono do estabelecimento, além do caixeiro José Silvino Raposo, atingido por forte cutilada na cabeça e uma estocada na nádega. Após esse episódio, os escravos marcharam para atacar uma casa de ferragens, mas encontraram tenaz resistência do proprietário e de seus empregados, que reagiram armados de bacarmates e espadas. Ante a inesperada e dura resistência, os escravos resolveram prudentemente recuar, retirando da loja uma "paraíba". Foram então a outra casa comercial e, depois de rápido saque, apoderaram-se de novas armas. No trajeto, o número de escravos sublevados ia aumentando. Os cabeças do motim – como são chamados pelo promotor os líderes que iniciaram o movimento – empunhando espadas e vestindo camisas azuis e vermelhas, investiram à frente dos amotinados rumo à rua do Julião, atacando os armazéns de negros novos de Venceslau Miguel de Almeida, de onde saíram mais de cem acompanhando-os. Depois de "sublevarem os cativos daquela armação, deixando gravemente ferido o cidadão Nicolau Antônio de Maia e contando já com mais de cem cativos que puderam seduzir", marcham para atacar a guarda da polícia da Soledade, composta de sete soldados e um sargento. Conseguem pelo peso numérico vencer a guarda, além de ferir e desarmar um soldado (Francisco Lopes de Carvalho). O certo é que, sem um plano preestabelecido, e um tanto desordenados, esses negros logo depois seriam atacados e derrotados. As forças da polícia e mais alguns civis investiram sobre eles, obrigando-os, depois de sangrento choque em que morreram mais de 50 e ficaram

prisioneiros 41, a se retirarem para as matas de São Gonçalo, onde tentaram reagrupar suas forças. A escolta militar, porém, não lhes deu descanso e, ali, foram cercados e batidos definitivamente. O promotor pediu que fossem punidos os que escaparam para “conservação do sossego público e desagravo da sociedade ofendida”. A repressão não se fez esperar. Os pretos eram espancados nas ruas, linchados, apedrejados. Depois disso, as sentenças se sucederam: os escravos Nicolau e Francisco foram condenados a quatrocentos açoites cada um, “dados interpoladamente cinquenta por dia cada vez”. O advogado de defesa de um dos réus acusou abertamente a polícia de praticar atentados violentos à pessoa do escravo, dizendo que, durante a fase da repressão, matava “indistintamente a quantos encontram dispersos, sejam ou não cúmplices” e que muitos escravos foram mortos pelos “escravos e povo”. Terminava mais uma tentativa dos escravos de se libertarem da escravidão (Manuscrito existente no Arquivo Público da Bahia, maço referente à sublevação de escravos).

INSURREIÇÃO ESQUECIDA. Finalizando o segundo ciclo de insurreições urbanas, há documentos no Arquivo Público da Bahia que se reportam a um levante organizado no ano de 1844, quando, pela última vez, os escravos daquela província se levantaram na tentativa de libertar-se da escravidão. Esses documentos comprovam a existência desse plano de revolta e com isso fazem dilatar o ciclo de insurreições baianas, dado até agora como definitivamente encerrado em 1835. Os documentos não são abundantes o suficiente para que possamos afirmar a sua existência e traçar os contornos do levante abortado. Pelo que se pode notar, a liderança do movimento estava nas mãos de escravos hauçás, tapas e nagôs. E foi na base do proselitismo religioso que procuraram aglutinar os escravos para lutarem contra a escravidão. Reuniam-se de preferência na casa de um preto forro, chamado Francisco Lisboa, localizada no Aljube, e ali traçavam as diretrizes da revolta. Esse preto liberto ostentava a condição de velho lutador, vindo da última grande insurreição de 1835, da qual, afirmavam as autoridades, fora um dos organizadores mais participantes e ativos. As reuniões, na casa do Aljube, eram muito animadas e concorridas; começavam invariavelmente às 6 horas da tarde e se pro-

longavam pela noite. Ali ficavam “conversando muito”, “gritando às vezes, outras vezes rindo-se” até tarde, certamente acertando os últimos retoques para o pretendido levante. A experiência da insurreição de 1835 mostrara a importância que teve para o movimento um fundo monetário para atender às despesas da revolta. Assim, instituíram um fundo igual, com os mesmos objetivos. Concorriam com a importância de “dois mil-réis mensais, cuja aplicação ela ignora”, disse uma das testemunhas: uma quantia imensamente alta para a época e para a condição de escravo, mesmo de ganho. Outro lugar de reuniões era a casa do preto Marcelino de Santa Escolástica, cujo local não foi possível determinar, mas onde a polícia, após abafar o levante, apreendeu farto material, “diversos embrulhos, todos eles de coisas que se dizem de feitiçarias e malefícios”. Tudo leva a crer que o preto conseguiu fugir, pois a polícia foi obrigada a cercar a casa e arrombá-la. Parece que tudo já se encontrava preparado, quando, por causa de um desentendimento entre o liberto Francisco e sua amásia Maria, ela se aproveitou do pretexto para delatar as atividades do grupo. As autoridades, ao saberem da ocorrência, tomaram as providências requeridas pelo caso, sendo a primeira pôr cerco às casas de Francisco e Marcelino, prendendo o primeiro. É provável que o segundo tenha conseguido escapar a tempo. No interrogatório que se seguiu, uma das testemunhas declarou que “soube que eles eram malês que tentavam contra os brancos”. A polícia, justificando a prisão de Francisco, dizia que em sua casa “entravam diariamente muitos africanos de um e de outro sexo sem haver para isso hora determinada, nem saber o motivo para quê; disse mais que desconfiava daquelas reuniões em consequência de ter o acusado se envolvido na insurreição próxima passada”. O réu contestou a acusação de participação no levante de 1835, pretextando inocência; veio, porém, a informação positiva do chefe de polícia, confirmando a denúncia. Depois dessas informações, tudo é mistério. Do ponto de vista documental, nada mais conseguimos apurar.

INSURREIÇÕES NA BAHIA (1807-1813). As revoltas de escravos em Salvador começaram com o levante dos hauçás, dirigido por escravos maometanos, em 1808. É verdade que, como acentua com acerto Nina Rodrigues, essa primeira esca-

ramuça “foi apenas um ensaio parcial e ainda vacilante da que eclodirá no ano de 1813, de proporções já bem maiores”. Na noite do dia 26 de maio de 1807, a primeira delação sobre o levante chegou ao conhecimento do governador que, imediatamente, tomou as providências necessárias para sua repressão. No entanto, longe de esmorecerem com o primeiro revés, os escravos recomeçaram a organização de outro movimento, também dirigido pelos escravos hauçás, embora estreitamente ligado aos nagôs. A unidade dos escravos estava se processando: era o “esquecimento da aversão recíproca que lhes era natural” e a união com a “desgraça comum” que tanto temor causava ao Conde dos Arcos. Assim, unidos e já com experiência do levante precedente, puderam realizar um movimento de proporções muito maiores do que o primeiro e de repercussão bastante considerável em comparação com o de 1870. Em 26 de dezembro de 1808, os hauçás e nagôs dos engenhos do Recôncavo embrenhavam-se nas matas, fugindo dos seus senhores. No dia 28 de dezembro, juntaram-se a eles escravos fugidos de Salvador. Oito dias depois – 4 de janeiro de 1808 – iniciaram juntos a ação com grande violência, atacando indistintamente a todos, destruindo, incendiando propriedades e matando. Seguiram imediatamente forças da capital para combatê-los, alcançando-os a nove léguas da cidade, entrincheirados junto a um riacho. Iniciou-se o combate em que pereceu grande número de escravos e oitenta foram feitos prisioneiros. Posteriormente, veio-se a saber que os revoltosos pretendiam estender a luta por todo o Recôncavo baiano, especialmente nos distritos de Jaguaribe e Nazaré, onde a polícia prendeu 23 implicados na insurreição. Para manterem o movimento, haviam estruturado uma associação secreta para aliciar e dirigir os escravos na luta contra o cativo, a Ogboni. Quatro anos depois dessa revolta, estourou outra com maior violência e consequências. Em torno de seiscentos escravos de algumas armações levantaram-se e marcharam, na madrugada do dia 28 de fevereiro de 1813, para ocupar a capital. O forte contingente cedo iniciou suas atividades, atacando as senzalas de suas armações, incendiando-as, assim como as casas dos seus senhores. Investiram em seguida contra a família de um feitor, matando-o, e seguiram para atacar

Itapoã. Os escravos dessa localidade aderiram imediatamente à luta e, após atacarem e matarem alguns brancos, travaram combate com as forças locais, demonstrando heróica bravura. Em ação morreram cinquenta escravos, tendo outros se enforcado ao pressentirem a derrota e alguns se atiraram ao rio Joanes a fim de não caírem com vida nas mãos dos senhores e da polícia. Entre os brancos morreram treze pessoas. Esmagado o levante a ferro e fogo, os escravos não esmoreceram e reiniciaram a organização de novo movimento para aquele mesmo ano. Nos últimos dias de maio de 1813, um advogado de nome Lasso denunciava ao Conde dos Arcos um novo levante hauçá de grandes proporções, com a participação, dessa vez, de ganhadores dos “cantos” – do cais de Cachoeira, cais Dourado e cais do Corpo Santo – e dos negros do Terreiro e do Paço do Saldanha, além de elementos de outras “nações” e de escravos do Recôncavo. Era, como se vê, um movimento que englobava negros de diversas “nações” africanas, liderados pelos hauçás. Reuniam-se em pequena capoeira localizada atrás da capela de Nossa Senhora de Nazaré, numa roça da Estrada do Matatu e nos matos de Sangradouro. Nessas reuniões, traçavam o plano geral da insurreição: aproveitando as festas de São João, partiriam para atacar a guarda da Casa de Pólvora do Matatu, de onde retirariam o necessário e molhariam o restante para inutilizá-la. Realizada essa primeira parte, contavam os escravos que as tropas legais marchariam para atacá-los, desguarnecendo a cidade, do que se aproveitariam os escravos do Terreiro e do Paço da Saldanha para entrar em ação, atacando a cidade, degolando todos os brancos e tomando o poder. Era um plano bem urdido que, se posto em prática, iria produzir consequências imprevisíveis. No entanto, novamente a delação fez abortar a insurreição. Por divergência quanto à data do início do levante, um escravo hauçá, chamado João, que preferia o dia 10 de junho, denunciou seus companheiros. Os principais responsáveis, sabedores da traição de que foram vítimas, providenciaram imediatamente esconder todo o material que se encontrava nos locais apontados pelo delator. Não encontrou a polícia, ao dar busca, nada que denunciasse ou implicasse os suspeitos ou organizadores. Continuando as

diligências, o Conde dos Arcos ordenou que fosse proibida a festa de São João, o uso de foguetes, busca-pés, ronqueiras etc., com ordens severas contra os infratores. Essa portaria foi lida, ao som de tambores, para que ninguém alegasse desconhecer-lá, nas principais artérias da capital baiana. E deu início a uma série de prisões. Os escravos revoltados foram processados – em cumprimento à carta de 18 de março do ano seguinte – sendo condenados 39 dos implicados. A justiça foi de uma severidade somente compreensível se atentarmos para as relações sociais da época: doze faleceram nas prisões, vítimas de maus-tratos, certamente; quatro foram condenados à morte e executados na Praça da Piedade, no dia 18 de novembro, com assistência da tropa; inúmeros foram açoiados, outros degredados para Angola, Moçambique e Bengala.

IRMANDADE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA LAMPADOSA. Foi o segundo templo doado aos negros na cidade do Rio de Janeiro. O primeiro foi a Irmandade Nossa Senhora do Rosário (V.). A exemplo desta, a Nossa Senhora da Lampadosa também possuía um padroeiro negro, Baltazar, “o rei do Congo”, que se encontrava no altar-mor à direita da padroeira Nossa Senhora. O terreno para a construção da igreja – tirada dos negros em 1828 – foi doado em 1748 por Pedro Coelho da Silva. Nesta igreja, segundo descrição do viajante Thomas Ewbank (1973), encontrava-se, atrás do altar, o Cristo negro, esculpido por um escravo, em meados de 1760. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

IRMANDADE DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO. Primeira igreja dada aos negros na cidade do Rio de Janeiro, e onde se encontrava a imagem de São Benedito (V.), como padroeiro. A seu respeito, observa Thomas Ewbank (1973): “Vimos que o ambiente ali era a própria imagem da desolação. Nada senão paredes nuas, teto desgarnecido, soalho estragado. A imagem principal e a dos seis altares laterais que tínhamos vindo ver, haviam sumido. [...] Tudo parecia velho, miserável e gasto, por falta de sabão e pintura. Perguntado onde se encontravam os santos, o sacristão respondeu que quatro haviam sido levados para o sótão, onde ficariam até que a igreja fosse reedificada, e que outros três lá es-

tavam, no altar”. **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA BOA HORA. Instituída em Olinda, mais ou menos em 1787, era, segundo Pereira da Costa, “composta de homens pretos, livres ou escravos e erigiu um altar particular para a sua padroeira, por concessão da irmandade proprietária da capela, e anualmente celebrava a sua festividade, pomposa e solenemente. As festas de Nossa Senhora da Boa Hora em Beberibe, precedidas do seu competente novenário, eram afamadas, concorridíssimas, até que desapareceram com o correr dos tempos, como umas tantas outras de iguais acentuações aparatosas. Nessas festas destacava-se a fervorosa devoção que à virgem dedicava o poeta popular Manuel Rodrigues de Azevedo, vulgarmente conhecido por Manuel Cabra, um pardo, sapateiro, que tinha na localidade uma casinha própria onde passava a estação calmosa, mas dotado de um grande talento poético, pronunciadamente manifestado. Nas festas em honra da Senhora da Boa Hora que se faziam então na povoação, não poupava ele esforços para engrandecê-las, já em dispêndios de dinheiro e de trabalhos a que gostosamente se entregava, já produzindo torrentes de versos, filhos do seu amor e devoção por aquela Senhora; e assim, desde o primeiro dia do levantamento da bandeira, o correr das novenas, e até o termo das festas, com a solenidade do *Te Deum*, Rodrigues de Azevedo não cessava de produzir versos em seu louvor”. A Irmandade entrou em decadência e desapareceu, mas não se tem o ano exato. Da grande produção poética de Manuel Rodrigues de Azevedo, além de um hino que era cantado nas novenas, também transcrito por Pereira da Costa, nada se sabe. **Bibliografia.** PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarp, 1983. 10 vols.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E SÃO BENEDITO DOS HOMENS PRETOS. Uma das mais antigas irmandades do Rio de Janeiro e que teve papel destacado na libertação dos escravos. Em muitos pontos do Brasil, as irmandades de negros foram fundadas sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário. A sua associação, em uma mesma irmandade, com São Benedito resultou naturalmente do fato de ter sido esse santo um escravo negro. Desde 27 de novembro de 1779, a Irmandade gozava, por provisão régia, da van-

tagem de poder alforriar, mediante indenização do valor, os escravos que eram maltratados pelos respectivos senhores ou que quisessem vender por castigo. No seu compromisso ou reglamento interno, que data de 1831, há uma grande referência à obrigação de “vir em socorro dos irmãos escravos”. Esse compromisso foi aprovado pelo poder eclesiástico e pelo poder civil, o primeiro representado pelo então bispo do Rio de Janeiro, Dr. José Caetano da Silva Coutinho, também conselheiro de Estado e senador. O poder civil foi representado pela regência trina e por Diogo Feijó. O capítulo 1º, sobre os deveres da Irmandade, estabelece como objetivo libertar da escravidão os “irmãos cativos”, enquanto o capítulo 24 fixa a forma de auxílio para a libertação: era por meio de sorteio, sendo o dinheiro tirado da “caixa da igreja”. Além das alforrias que obtinham publicamente, praticavam serviços secretos, subvencionavam a imprensa abolicionista e ajudaram freqüentemente José do Patrocínio. O ex-escravo Israel Soares foi a verdadeira alma da Irmandade.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS HOMENS PRETOS. O culto a Nossa Senhora do Rosário era desenvolvido pelos negros em diversas regiões do Brasil. Em São Paulo, os negros organizaram a Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos, também conhecida como “os Pretos do Rosário de São Paulo”. Essa irmandade, como outras semelhantes, nasceu da impossibilidade de os negros poderem exercer livre e impunemente as suas crenças africanas, bem como da necessidade de se organizarem socialmente para não caírem em estado de anomia. É a típica história de como esses grupos se comportavam e os níveis de desajustes e fricção que surgiam com a sociedade escravista. Fundada em 1711, a irmandade desempenhou papel relevante na vida social e religiosa do negro em São Paulo. Além das práticas religiosas ortodoxamente católicas, praticavam o culto dos mortos e tinham o seu cemitério, que ficava contíguo à igreja, onde os irmãos eram enterrados. No mesmo ano de 1711, foi fundada em São Paulo, para diferenciar-se da irmandade dos negros, a Irmandade do Rosário dos Homens Brancos (V.). De acordo com Raul Joviano do Amaral, “esse costume – o dos enterros dos mortos nas igrejas – que era uma velha praxe geral, foi revogado pela provisão do Príncipe Regente,

em 1810, quando ratificou a reforma do Compromisso da Irmandade”. Os sepultamentos eram feitos quase sempre à noite, com acompanhamento dos irmãos. Enquanto procediam ao sepultamento, cantavam, entre outras invocações:

Zóio que tanto vê
Zi boca que tanto fala
Zi boca que tanto ri
Zi comeo e zi bebeo
Zi corpo que tanto trabaiô
Zi perna que tanto andô
Zi pé que tanto pisô.

Mas o que queremos destacar é que havia também uma comunidade que circundava a igreja e que a ela estava ligada, composta de africanos livres. Essa comunidade iria desempenhar papel saliente nas contradições que surgiram entre os irmãos e a sociedade escravista. Essa comunidade, formada por “quartos” (como eram chamadas as suas unidades habitacionais), ocupava um espaço físico e também social e cultural que deveria ser retomada pelas estruturas de poder da sociedade escravista. As casas eram habitadas por famílias de negros africanos, que, depois de conseguirem a liberdade, estabeleciam-se no mesmo prédio em que moravam, com quitandas onde vendiam doces, geléias, legumes, hortaliças, mandioca, pinhão, milho verde e cozido. Segundo Raul Joviano do Amaral, a “existência da Irmandade dos Rosários dos Homens Pretos de São Paulo se desenvolveu, sempre, num clima de ameaças e intranquilidade. Os seus arquivos – que seguramente constituíam precioso repositório para a reconstrução de alguns aspectos da vida paulista – parece que foram extraviados. Daí os saltos inevitáveis na sucessão dos fatos, muitas vezes apreendidos num ou noutro documento, numa ou noutra passagem de acontecimentos nem sempre relacionados com a Irmandade. [...] Essas ameaças vinham externamente e as intranquilidades decorriam de seus desentendimentos internos. Parecia pairar sobre a Igreja e a sua confraria uma espada invisível e fatal”. As forças externas começaram a pressionar a instituição. As casas pertencentes à irmandade, nas quais os africanos livres moravam, tinham de ser desapropriadas para que fosse cumprido o plano de exten-

são urbana de São Paulo. Finalmente, em 1871-1872, as casas e os terrenos pertencentes à Irmandade, entre as ruas do Rosário e São Bento, foram desapropriados, mediante uma indenização de seis contos de réis. Em fevereiro de 1870, no orçamento enviado para aprovação da Câmara, consta o pedido de desapropriação da área. Nas palavras de Raul Joviano do Amaral, a chamada "utilidade municipal" – razão alegada para a desapropriação – "era um eufemismo que escondia as verdadeiras intenções das autoridades que eram justamente tirar a Igreja dos negros do local em que se encontrava". A iniciativa da edilidade criou uma crise na Irmandade e houve necessidade de medidas conciliatórias para não desunir os irmãos. Depois dos casebres dos africanos e do cemitério, evidentemente seria a vez da igreja, que tinha uma longa história. Os negros reuniam-se no antigo tabuleiro do alto da Ladeira do Açu (Alto do Apico), entre a rua 15 de Novembro e a Ladeira de São João, a fim de praticar os seus ritos religiosos. Com o decorrer do tempo erigiram uma rústica e paupérrima capelinha em terra devoluta e para a qual já haviam solicitado sino e ornamento ao Rei. Devido à pobreza da Irmandade e à situação de penúria da capela, o seu ermitão, Domingos de Mello Tavares, embrenhou-se pelos sertões por quase sete anos a fim de tirar esmolas. Após conseguir arrecadar dez mil cruzados, pediu provisão de Administração Perpétua da Igreja como fundador e tesoureiro da irmandade em 1725. Foi-lhe então passada a provisão em 5 de dezembro do mesmo ano pelo Bispo da capital. Apesar das controvérsias quanto à data exata da construção da velha igreja dos negros, tudo leva a crer que se tenha dado entre 1725 e 1750. A construção da velha matriz do Rosário, onde está situada a atual Praça Prof. Antônio Prado, foi obra dos "malungos", isto é, de companheiros em trabalho coletivo e voluntário. Sua construção foi dirigida e orientada por Domingos de Mello Tavares, passando depois às mãos do sargento-mor Sebastião Fernandes Dokpower. Finalmente, a velha igreja também foi desapropriada em 1903, mediante indenização de 250 contos de réis, assim como uma pequena área no largo do Paçandu, para a edificação de outra. Em 1905, o antigo Largo do Rosário passou a chamar-se Praça Antônio Prado. Neste mes-

mo ano foi lançada a pedra fundamental da nova igreja, sendo responsável pela sua construção a firma Rossi & Brenni, vencedora da concorrência. Em 7 de janeiro de 1905, procedeu-se ao telhamento do edifício, e em 1906 foi inaugurado o novo templo da Irmandade Nossa Senhora dos Homens Pretos, que permanece até hoje.

IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DOS HOMENS PRETOS (SANTOS). Irmandade organizada na comarca de Santos em 1652.

IRMÃO PRETINHO. Foi o único religioso franciscano negro. Chamava-se frei Francisco de Santo Antônio, vulgarmente denominado Pretinho. Foi com muita dificuldade que chegou a esse posto eclesiástico. Antes fora militar, servindo com muita distinção na campanha contra os holandeses, fazendo parte das falanges da gente preta sob o comando do legendário Henrique Dias (V.). Morreu no seu convento de Olinda em 1695, aos 86 anos de idade.

IRMÃOS JAMBO. Joaquim, Asselino e Pedro Martins Jambo, conhecidos como os irmãos Jambo, eram capitães de navios e comerciantes de escravos e alternavam sua permanência entre a África e a Bahia. Eram brancos e nascidos na Bahia: Asselino em 1820, Joaquim em 1822 e Pedro em 1824. Entre 1848 e 1858, realizaram quinze viagens com carregamentos de escravos. Estabeleceram-se, posteriormente, em Lagos na companhia de um francês de nome Louis Lemaître.

ISIDORO, O MÁRTIR. Bandoleiro quilombola que, no século XVIII, atuou durante muito tempo no interior de Minas Gerais. Era considerado invencível pelos quilombolas e contrabandistas da região. Isidoro era um pardo, escravo de um frei Rangel, que vivia da mineração. O padre foi processado como contrabandista e os seus bens, inclusive o escravo, confiscados pela Fazenda Real. Isidoro, em consequência, foi enviado a trabalhar nos serviços de extração, sofrendo as penas de galés (V.). De caráter altivo, segundo Joaquim Felício dos Santos (1924), e não aceitando trabalhar de calceta (V.), um dia limou os ferros, conseguiu ludibriar a vigilância dos fulares, fugiu do serviço e atirou-se à vida de garimpeiro. Acontece que outros escravos também seguiram o seu exemplo, reunindo-se a Isidoro, que passou a chefiar uma tropa de cinquenta garimpeiros quilombolas. No grupo imperava a mais rigorosa disciplina e sujeição ao seu comandante, de modo

que, quando um membro delinqüia, era castigado e devolvido ao seu senhor. Como não praticavam o roubo nas propriedades dos brancos, nunca houve problemas ou queixas contra o grupo. Por outro lado, Isidoro, que trabalhara na mineração desde criança, tornara-se hábil mineiro. Conhecia grande parte das terras diamantíferas, sabia das melhores lavras, mas a ninguém revelava. Diz a tradição que tinha conhecimento de uma lavra de imensa riqueza, mas de labor pesado, superior às suas forças, porém morrera com seu segredo. Como minerador, tinha contato e relações com muitas pessoas importantes, que lhe compravam os diamantes. Certo da proteção de seus cúmplices, aparecia muitas vezes nas povoações para tratar de negócios ou comprar objetos. Certa vez, uma escrava que havia fugido para o seu reduto e com a qual tivera relações foi recapturada grávida. Isidoro saiu disfarçado na povoação e procurou o senhor da escrava. Identificou-se e indagou o preço da negra. O senhor avaliou-a em duzentas oitavas de ouro e vinte pelo filho. Quando Isidoro informou que era o pai da criança, o senhor reduziu o preço para duzentas. Disse Isidoro que tinha seiscentas oitavas para libertar a mulher e o filho. Pediu ao senhor que distribuisse as restantes quatrocentas oitavas entre os mais pobres, recebeu a carta de liberdade dos dois e partiu com eles para o seu reduto. Isidoro foi muito perseguido pelo intendente João Inácio, que, durante a sua gestão, envidou todos os esforços para capturá-lo, talvez para tomar conhecimento dos segredos das minas. Prometeu um prêmio a quem o apresentasse vivo ou morto em ato de resistência, mas Isidoro vivia quase publicamente nas povoações e ninguém o prendia. Modesto Antônio Meyer, sucessor de João Inácio, quase que o deixou viver em paz em todo o tempo do seu governo. Já Câmara foi o mais acérrimo perseguidor de Isidoro. Declarou-lhe guerra encarniçada, disseminou patrulhas por toda a parte. Venceu-o em diferentes lugares, tentou comprar as pessoas com quem ele mantinha negócios. A tudo isso Isidoro resistiu, até que foi traído por um do seu grupo, que indicou dia, hora e local onde poderiam encontrá-lo sozinho. Assaltado de improviso, numa emboscada, da qual participou grande número de soldados da intendência, resistiu sozinho às tropas durante muito tempo, até cair ferido com três balas. Foi preso e espancado. Em junho de

1809, Isidoro entrou preso no Tijuco. Vinha amarrado num cavalo, cercado de soldados, todo ensopado do sangue que lhe corria das feridas, com a cabeça curvada sobre o animal devido às dores. Deixaram-no descansar esse dia e no seguinte foi levado à presença do intendente, que começou o seu interrogatório com o fim único de conhecer os seus cúmplices e as pessoas com quem tinha negócios. Continuou sendo barbaramente espancado e interrogado. Perguntado se tinha extraído diamante nas lavras impedidas, respondeu que os diamantes eram de Deus e só dele, e por isso não cometera nenhum crime. Perguntado por que havia fugido dos serviços de extração, onde estava como galé, respondeu que o fizera porque estava sofrendo uma pena injusta. Ao ser interrogado sobre quem comprava os diamantes que extraía, respondeu que não sabia. Negou durante todo o interrogatório nomes e locais das pessoas que com ele tinham negócios, bem como o local onde se encontravam os homens do seu grupo. O interrogatório era assistido pelo intendente Câmara, que prometeu perdão a Isidoro se ele declarasse os nomes dos seus cúmplices, mas, diante da negativa do negro, iniciaram-se novamente os espancamentos. Em público, defronte da cadeia, já muito ferido com os espancamentos, foi amarrado a uma escada, com os membros estirados e movimentos tolhidos. Iniciou-se a última fase da tortura. Dois soldados começaram a açoita-lo com bacalhaus (V.). Com as carnes rasgadas, as feridas reabriram. Isidoro firmou com força o queixo no chão e, durante todo o tempo do bárbaro suplício, não pronunciou uma única palavra ou gemido. Em face da inutilidade do esforço, devolveram-no à prisão, para nova sessão de interrogatórios no dia seguinte. No terceiro dia, foi chamado para nova inquirição, mais minuciosa e demorada. Foram-lhe feitas as mesmas perguntas e ele deu as mesmas respostas. Isso levou o intendente Câmara a reiniciar as torturas e Isidoro, já sem forças, foi conduzido nos braços dos soldados para novos espancamentos. Logo que começaram a açoita-lo, desfaleceu. Temerosos de que estivesse morrendo, foram chamar um médico e um padre confessor. O médico informou que lhe restava pouco tempo de vida. Em vista disso, foi recolhido novamente à prisão para morrer. Alguns dias depois, Isidoro, sentindo aproximar-se o fim, anunciou o desejo de falar

com o intendente Câmara. Ele compareceu, dizendo-se arrependido, pedindo-lhe perdão, mas seu único intuito era arrancar de Isidoro o suposto segredo. Para trazer o intendente à sua presença, Isidoro informara ter uma revelação e um pedido a fazer. Quando o intendente chegou, Isidoro quis falar, mas nada mais pôde dizer e ali morreu em consequência dos ferimentos e da tortura. Isidoro passou a ser venerado como santo e até há pouco tempo ouvia-se na região de Diamantina a exclamação: Isidoro, o Mártir! Bibliografia. SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio*. Rio de Janeiro, Ed. Livr. Castilho, 1924.

ITAMARANDIBA, QUILOMBO DE. Em 14 de julho de 1785, Luís da Cunha Menezes (o Fanfarrão Mineiro, das *Cartas Chilenas*) enviou uma ordem ao seu subordinado, o tenente-coronel Basílio de Brito Malheiro, um dos três delatores da Inconfidência Mineira, para que partisse com destino às cabeceiras do Itamarandiba, também chamada Mata de Carlos Vieira, com toda a gente que pudesse reunir, com a missão de atacar um quilombo muito antigo, existente no lugar, onde se homiziavam de negros e mulatos, e alguns brancos. Não se têm notícias de quando ou se esse quilombo foi destruído.

J

JABAQUARA, QUILOMBO DO. Coletividade negra organizada basicamente pelos abolicionistas na periferia da cidade de Santos, no estado de São Paulo, na fase final da abolição. Muito exaltado, tendo inclusive sido cantado em poesia por Vicente de Carvalho, o quilombo do Jabaquara era um prolongamento do movimento dos caifases de Antônio Bento. Escreve Beatriz Nascimento que "a alusão que se faz à existência de um quilombo no leste do estado de São Paulo, em Jabaquara (Santos), alusão divulgada por 'abolicionistas', mas, também, por indivíduos ligados aos fazendeiros, interessados nas fugas a fim de se furtarem à indenização a ser paga aos ex-escravos conforme os decretos-leis que precedem à Lei Áurea, provocou a fuga em massa das fazendas em direção a essa 'terra da promessa', que veio constituir o Quilombo de Jabaquara". Esse quilombo chegou a reunir cerca de dez mil indivíduos e diferiu de todos os outros que existiram no Brasil, que nasciam, geralmente, da fuga espontânea e da reunião necessária, sem qualquer conteúdo ideológico. O objetivo dos seus membros era unicamente evadir-se do trabalho servil. Salvo alguns criminosos, índios fugidos e brancos marginalizados, o certo é que os demais quilombos foram dirigidos por negros. A Repúbli-

ca de Palmares (V.) ou o quilombo de Manuel Congo (V.) foram frutos da contradição existente na sociedade entre senhores e escravos e refletiam o seu nível de consciência social e étnica. Isso, porém, não se deu com o famoso reduto do Jabaquara. Na última fase da campanha abolicionista, ele surgiu como fruto da ação conjunta de políticos contrários à escravidão, elementos de classe média temerosa e escravos ideologicamente ligados a esses grupos. Portanto, teve características próprias, que refletem essa particularidade. Em primeiro lugar, não surgiu lenta e espontaneamente através da fuga individual ou coletiva. Foi, ao contrário, implantado conscientemente por um grupo de pessoas favoráveis à manumissão dos negros, isto é, partiu de um núcleo ideologicamente preparado e que atuava na campanha abolicionista com objetivos claros e metas delimitadas. Os escravos evadidos tiveram um papel passivo na iniciativa. O seu líder, por outro lado, o ex-escravo sergipano Quintino de Lacerda, não se destacou a partir de um processo de lutas independentes, organizadas pelos escravos, mas foi indicado (obviamente porque possuía condições de liderança dentro dos quadros de comportamento que os abolicionistas desejavam) pelo grupo fundador. Logo, o qui-

lombo do Jabaquara teve a sua formação subordinada às peculiaridades da ideologia dos abolicionistas e não às lutas espontâneas dos escravos. A chegada de ondas sucessivas de cativos a Santos, vindos de diversas regiões da província, levou os abolicionistas a tomarem um posição prática no sentido de organizá-los convenientemente. Em 1882, por iniciativa de Xavier Pinheiro, realizou-se uma reunião com a presença de Guilherme Souto, Geraldo Leite, Júlio Backauser, Santos Pereira (o "Santos Garrafão"), Ricardo Pinto de Oliveira, Júlio Maurício, Constantino de Mesquita, Joaquim Fernandes Pacheco, Teófilo de Arruda, José Inácio da Glória, Afonso Veridiano, Antônio Augusto Bastos e outros. Decidiu-se na ocasião pela necessidade de criar um reduto fora da cidade a fim de aceitar as centenas de escravos que vinham para Santos. Isso evitaria que os refugiados ficassem escondidos em porões, quintais de casas particulares ou outros locais, além de que dificultaria a ação dos capitães-do-mato. Feita a coleta do número necessário para sua organização, conseguiu-se "num abrir e fechar d'olhos" duzentos homens armados (Martins dos Santos, 1937). Quintino de Lacerda foi indicado chefe do quilombo e elemento de ligação entre os cativos do reduto e os abolicionistas da cidade. Escolheram logo depois o sítio onde deveria localizar-se: uma área de terras "ainda em estado primitivo, cobertas de matos e cortadas de riachos" (Martins dos Santos, 1937). A escolha de Quintino de Lacerda para chefe do quilombo deveu-se à necessidade de um líder que "os mantivesse [os cativos] em ordem e arrefecesse os seus ímpetos naturais e compreensíveis" (Martins dos Santos, 1937). Assim, os abolicionistas, se, por um lado, por questões ideológicas ou por estarem convencidos de que o escravismo era um sistema econômico obsoleto e pouco rentável, lutavam pela sua extinção, não desejavam, por outro, que os próprios escravos participassem do processo emancipador como elementos ativos e possivelmente explosivos; achavam que deviam ficar passivamente aguardando o fim do regime sem participar das lutas. Nessa altura dos acontecimentos, com a morte de Luís Gama, a figura de Antônio Bento ganhou projeção; auxiliado pelos seus caifases, enviou centenas de escravos para o reduto. Ademais, os abolicionistas procuravam sub-

trair ao trabalho os escravos das fazendas que, ao saberem da existência do reduto, para ali acorriam pacificamente. Os incidentes com as tropas escravistas foram poucos, embora um determinado episódio tenha sido transformado em símbolo e utilizado por Vicente de Carvalho em uma de suas poesias. Os choques eram freqüentes com os capitães-do-mato, que, sabedores do êxodo para o quilombo do Jabaquara, para lá se deslocavam a fim de prender os evadidos. As próprias autoridades santistas não tinham qualquer interesse em combater os quilombolas. Portanto, "criou-se um pequeno comércio de varejo e, como por encanto, surgiu da noite para o dia a mais desconchavada e pitoresca das cidades, toda cercada de roças, com o azulado fumaçar dos fornos de carvão vegetal a cobri-la permanentemente" (Santos, 1942). As casas eram construídas de madeira, juntas entre si e com uma porta e janela. Essas construções só foram demolidas no início do século XX. No entanto, existiam também choças de palha e de zinco, ou de taipa, cobertas com folhas de zinco ou de bananeira. Outro quilombo, o de Vila Matias, chefiado por Pai Felipe, realizava reuniões com abolicionistas e amigos ao som de atabaques e ao sabor do "quentão". Era para o reduto de Quintino de Lacerda que Antônio Bento, através da sua rede de caifases, mandava, em levadas sucessivas, escravos fugidos. Com isso, o quilombo aumentou, chegando a contar uma população de dez mil habitantes, aproximadamente. Para que esses escravos chegassem sãos e salvos, além da atuação dos caifases, que os custodiavam a partir das cidades de onde fugiam, havia o sistema protetor do Jabaquara com Quintino de Lacerda e os seus homens. Tendo arrefecido a repressão por parte dos militares contra os negros, o sistema defensivo concentrava-se em evitar que os escravos caíssem nas mãos dos capitães-do-mato. Para tanto, foi organizado um sistema de senhas que avisava os abolicionistas santistas da partida de algum grupo para o quilombo. Dizia-se, por exemplo: "Tenho tantos rolos de fumo", o que significava tantos escravos, que deviam ser enviados para o reduto ou para outras províncias. Até para o exterior foram remetidos, em momentos extremos, escravos fugidos. No quilombo do Jabaquara, ou no quilombo de Pai Felipe, os escravos egressos das senzalas se aglomeravam;

começaram também a integrar-se em atividades produtivas e criaram uma comunidade que já não dependia inteiramente dos auxílios e da benemérence dos abolicionistas. À noite, apesar das diferenças culturais, pois eram negros vindos de diversas partes do país – e, por conseguinte, de várias áreas culturais da África – no quilombo do Pai Felipe dançava-se "o samba no terreiro, ao som do tambaque, pandeiros e chocalhos, a cuja cadência, mulatinhas ainda novas e crioulos robustos, bamboleavam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé, fazendo um círculo vagaroso, até encontrarem-se os pares que se esbarravam numa proposital umbigada certa, cheia, fazendo o corpo dar meia-volta. [...] Esta dança selvagem era acompanhada de cânticos nos quais a última sílaba da rima prolongava-se muito, repercutindo nas matas" (testemunho de Carlos Vitorino, *apud* Martins dos Santos, 1937). Ou seja, mesmo provenientes de diversas fazendas ou de outras províncias, os escravos conservavam alguns elementos da sua cultura; derramavam as suas crenças, os seus costumes, as suas técnicas agrícolas, finalmente, deixavam a sua marca civilizadora. Não tendo participado ativamente das lutas, depois recolhidos ao asilo do Jabaquara, esses ex-escravos tentaram uma forma de organização baseada no trabalho livre. No entanto, a tentativa, por ser conciliatória, não podia se desenvolver como processo autônomo dentro da estrutura global da sociedade brasileira. E os membros do quilombo, após a Abolição, diluíram-se na grande massa escrava marginalizada. Era, portanto, uma solução intermediária entre os escravos e as forças abolicionistas. Daí terem surgido, dentro do próprio bojo das relações entre uns e outros, uma série de contradições. Joaquim Xavier Pinheiro, abolicionista de Santos – aliás o inspirador da fundação do quilombo – embora tivesse ajudado com dinheiro o movimento, explorou o trabalho dos quilombolas em proveito próprio. Dono de uma caieira, empregava-os sem remuneração a troco de comida e esconderijo. Joaquim Xavier Pinheiro era o opulento proprietário da caieira do Paquetá, no extremo da rua dos Quartéis, chefe liberal de largo acatamento, camarista desde a legislatura de 1877. Os demais abolicionistas, mesmo sabendo do fato, achavam que não deviam tomar posição no caso, pois a sua contri-

buição à causa justificava aquele ato. Outros escravos vendiam aos abolicionistas e comerciantes objetos e produtos do quilombo. Como não podia deixar de acontecer àquela massa escrava, que não participava praticamente do movimento, as relações de trabalho ficavam atomizadas na sociedade da época. Pelo que foi dito, fica claro que o quilombo do Jabaquara, por ter sido criado por forças não escravas, embora antiescravistas, refletia na sua estrutura e dinâmica de funcionamento esta contradição. **Bibliografia.** MARTINS DOS SANTOS, Francisco. *História de Santos*. São Paulo, Empr. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1937. 2 vols.; NASCIMENTO, Beatriz. "Quilombos", *Revista Terceiro Mundo*, Rio de Janeiro, 1988; SANTOS, José Maria dos. *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*. São Paulo, Livr. Martins Ed., 1942.

JACUIPE, QUILOMBO DO. Em maio de 1705, foi anunciada existência desse quilombo nos matos de Jacuipe pelo capitão-general da Bahia, D. Rodrigo da Costa, através de carta escrita pelos oficiais da Câmara da vila de Cachoeira, na qual representaram "acerca das insolências e roubos que os ditos negros faziam ao povo daquela vila". Imediatamente Dom Rodrigo da Costa, em carta datada de 3 de junho do mesmo ano, ordenou ao coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque que tomasse as providências necessárias. O texto da carta é o seguinte:

Da cópia que com esta remeto a Vossa Mercê, dos oficiais da Câmara da Vila de Cachoeira, verã Vossa Mercê o que nela me representam acerca das insolências e roubos que os negros de um mocambo que há nos matos de Jacuípe fazem ao povo daquela vila; e para que se evitem semelhantes vexações, ordeno a Vossa Mercê mande logo chamar aos capitães-mores dos mocambos e oficiais a que pertence, fazer entrada a eles e os obrigue de minha parte a irem prisionar os negros do dito mocambo, e para esse feito lhes dará Vossa Mercê os soldados de ordenança que houverem mister, para que por causa de não levarem gente bastante se malogre a empresa a que vão, supondo terem menos negros do que nele pode haver, e se lhes for necessário alguns índios para rastejarem, Vossa Mercê lhes mandará dar, pedindo-os da minha parte às pessoas que nos distritos da mesma vila os tiverem e todos os negros que prisionarem no dito mocambo, os fará Vossa Mercê remeter à cadeia desta cidade, para dela se entregarem a seus donos, e pagarem as tomadias (V.) como é estilo. E tendo-se notícias de outros mocambos, ordenará Vossa Mercê aos ditos capitães-mores, façam en-

tradas a eles, para que se não continue o dano que costumam fazer os negros a esses moradores e não se vão aumentando os ditos mocambos. Deus Guarde a Vossa Mercê. Bahia, junho 3 de 1705. Dom Rodrigo da Costa.

A ordem da entrada foi anunciada aos oficiais da Câmara da vila de Cachoeira em carta datada de 3 de julho nos seguintes termos:

Ao Coronel Bernardino Cavalcanti e Albuquerque escrevi mandasse chamar os capitães-mores dos mocambos que houvessem no seu Regimento, e aos capitães e mais oficiais a que pertencia fazer entrada, e lhes ordenasse da minha parte fossem aprisionar os negros do mocambo que Vossas Mercês me dão conta nos matos de Jacuípe, para evitar o dano e insolências que fazem a esses moradores, e para esse efeito lhes desse o dito coronel a gente da ordenança e os capitães e mais oficiais de milícia, que houvessem mister, e os índios necessários para rastejarem. Do que resultar dessa diligência, me darão Vossas Mercês parte, para ficar entendendo o que se tem obrado nela, Deus Guarde Vossas Mercês. Bahia, julho 3 de 1705. Dom Rodrigo da Costa.

Embora não se tenha confirmação, é provável que o quilombo tenha sido destruído pela expedição. JAGAS. Hordas de negros que, na África, caçavam escravos, agrupando-os em *kilombos*, indicativo de arraial ou acampamento em quimbundo. Ali aguardavam a chegada dos agentes comerciais portugueses, os chamados pombeiros (V.), para vender as levas conforme o preço alcançado por cada uma. O termo *kilombo*, portanto, neste contexto, nada tem a ver com aquilo que se formou no Brasil com o mesmo nome e que designava grupos de negros que fugiam da escravidão.

JAGUNÇO. Escravo que obedecia às ordens do senhor quando este desejava vingar-se de alguém por motivos pessoais e/ou de família. Armado para executar determinada "tarefa" ou "empreitada", esse tipo de escravo foi comum em Minas Gerais, especialmente durante a guerra dos Emboabas (1707-1709).

JALECO. Uma das muitas alcunhas dos portugueses no Brasil. Palavra registrada por Afonso d'E. Taunay com sentido pejorativo.

JANGADEIROS. Foram elementos de suma importância na campanha abolicionista da província do Ceará. Como era grande a exportação de escravos do Norte para o Sul do país, empregava-se a jangada no transporte dos escravos para os

navios. Movidos pelos propagandistas, os jangadeiros decidiram dificultar os embarques, recusando-se a fazê-los ou escondendo os escravos fugidos de seus senhores. A reação contra os embarques tomou aspecto de verdadeira greve nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, quando declararam, coletivamente, que no porto do Ceará não mais se embarcariam escravos. De 1874 a 1879 haviam saído, pelo porto de Fortaleza, 8 933 escravos com destino aos mercados negreiros do Sul. O chefe da resistência dos jangadeiros era o prático-mor do porto Francisco José do Nascimento (V.), que, mesmo após sua demissão, não esmoreceu em suas atividades.

JIMBO. V. *Zimbo*.

JOÃO. Escravo de uma firma inglesa, que participou da grande insurreição de 1835, em Salvador (Bahia) e foi enviado à Fortaleza do Barbalho, para aguardar julgamento. Vinte anos depois, segundo Décio Freitas (1976), foi descoberto nas funções de criado do comandante, esquecido por todos na fortaleza. Em fins de 1858, ninguém ainda havia conseguido chegar à conclusão se era cativo ou livre. Ocorreu um pequeno escândalo graças ao qual o Imperador o agraciou. Como esse caso, certamente muitos outros devem ter acontecido, apodrecendo os escravos ou acusados nas prisões, esquecidos completamente da Justiça. Bibliografia. FREITAS, Décio. *Insurreições Escravas*. Porto Alegre, Movimento, 1976.

JOÃO ALFREDO. V. *Oliveira, João Alfredo Correia de*.

JOÃO PRETINHO. Alcinha de João Monteiro dos Santos, um dos últimos escravos sobreviventes no Brasil. Nasceu em 23 de julho de 1886, em Amarante (Piauí), sendo o quarto filho de um casal de escravos, Manuel Raimundo Monteiro dos Santos e Edvirges Maria da Conceição. Teve mais sorte do que seus irmãos mais velhos, pois, quando nasceu, assim como a sua irmã mais nova, já havia sido editada a Lei do Ventre Livre (V.). Mesmo livre, não teve um vida fácil. Casou-se três vezes, perdendo as duas primeiras companheiras e 21 filhos de imensa prole. Do primeiro casamento nasceram dezenove, porém apenas um se criou, morrendo os demais na infância. Do segundo casamento nasceram dois filhos, que também morreram, e do terceiro apenas uma filha que se casou e lhe deu netos. Antes de morrer, João Pretinho tinha cinco netos,

quatro bisnetos e três tetranetos espalhados por diferentes pontos do Brasil, principalmente Piauí e Rio de Janeiro. Apesar da idade, lembrava-se do nome de cada um. No entanto, já não recordava muito bem as datas e, para situar um fato no tempo, preferia associá-lo a um acontecimento. Para marcar a sua transferência de Amarante, onde nasceu, para Teresina, dizia que "aconteceu no governo do doutor Miguel Rosa". Lembrava-se também do tempo em que chefiava a cozinha do acampamento "dos patriotas que iam para a Amazônia", onde conseguiu permissão do comandante para erigir uma capela de palha. Terminada a missão amazônica, a capelinha foi transferida para a Vila Operária, em Teresina, ocasião em que se montou um arraial para sua construção no local onde hoje está localizada a igreja de São José Operário. Foi um construtor e reformador de igrejas. Além da igreja de São José Operário, na Vila Operária, reformou a de Nossa Senhora do Amparo e muitas outras. Passou finalmente a conservar o cruzeiro da avenida Frei Serafim, em Teresina. João Pretinho fez de tudo para sobreviver em Teresina. Começou como servente no Tribunal de Justiça, mas foi demitido anos depois, sem indenização ou qualquer outra compensação pelos anos de serviço. Depois, foi vendedor de bolo frito na rua, fazendo uma série de outros biscates para sobreviver. Faleceu no dia 27 de dezembro de 1987, atropelado por um caminhão quando saía de uma missa.

JOAQUIM. Escravo nagô, implicado na Grande Insurreição (V.) de Salvador, em 1835. Pertencia a Pedro Luís Mefre e foi condenado à morte e executado, em 14 de maio de 1835, juntamente com os outros que sofreram igual sentença.

JOAQUIM ANTÔNIO. Escravo de nação Angola que, a 10 de junho de 1767, denunciou no Tribunal do Santo Ofício da Inquisição seu senhor Francisco Serrão de Castro, por obrigá-lo a praticar sodomia. O escravo residia no Engenho da Boa Vista da Freguesia da Sé no Grão-Pará (V. *Inquisição*). O processo de Joaquim Antônio é interessante, porque, apesar de temer os castigos inquisitoriais, ele vai até a mesa do visitador e declara-se culpado de sodomia, porém denuncia seu senhor por obrigá-lo a tal prática, e enumera outras vítimas. Mostra também que, na maioria das vezes, o senhor usava o seu poder para forçar os escravos a práticas homossexuais (V. *Homossexualismo*). A

seguir, transcrevemos o processo que se encontra no *Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará*:

Aos dez dias do mês de junho de mil setecentos e sessenta e sete anos nesta cidade do Pará, e Colégio de Santo Alexandre onde está a Mesa da Visita do Santo Ofício estando nela o Senhor Inquisidor Giraldo José de Abranches, Visitador por parte do Santo Ofício deste Estado mandou vir perante si a um homem que da sala pediu audiência e sendo presente por dizer a pedira para nela confessar culpas pertencentes ao conhecimento do Santo Ofício lhe foi dado o juramento dos Santos Evangelhos sem que por sua mão sob cargo do qual lhe foi mandado dizer a verdade e guardar segredo o que tudo prometeu cumprir. E logo disse chamar-se Joaquim Antônio, solteiro, preto de nação Angola, escravo que foi de Domingos Serrão de Castro viúvo natural que era do Maranhão, e morador, que foi enquanto vivo na Rua do Norte Freguesia da Sé desta cidade. E também no seu Engenho Boavista da dita Freguesia da Sé: E do presente escravo Francisco Serrão de Castro e de Manoel Serrão de Castro, filhos naturais do dito Domingos Serrão de Castro, e morador com eles no dito Engenho da Boavista que disse ter vinte cinco, ou vinte e seis anos. [...] E que foi batizado na Igreja da Matriz da Cidade de Angola. E que as culpas que tinha para declarar nesta Mesa eram de sodomia, em que o quiseram fazer cair por força, e indústria. Foi admoestado, que pois tomava tão bom conselho como o de vir a esta Mesa confessar as suas culpas, que lhe convém trazê-las todas à memória, e dizer somente a verdade pura, declarando-as mutuamente com todas as suas conseqüências sem por sobre si nem sobre outrem testemunho falso; porque só assim descarregaria a sua consciência e salvaria sua alma: E fazendo o contrário se arrisca ao grande castigo, que no Santo Ofício se dá aos que nele dizem falsamente: ao que respondeu que somente vinha dizer a verdade, a qual era. Que havia seis anos pouco mais ou menos no mês de Junho não está certo do dia em que o Engenho do dito Senhor Domingos Serrão de Castro que ainda então era vivo, achando-se o dito seu filho Francisco Serrão, na loja da casa em que morava o dito defunto, a horas de meio-dia, E ele confidente assentado na escada que ia para o sobrado da dita casa, da referida loja o chamou o dito Francisco Serrão de Castro; E indo ele confidente saber o que lhe mandava, ele o fez entrar, para dentro da dita loja, E fechando a porta dela, E tirando a chave, o mandava assentar na cama, em que ele costumava dormir; porém que ele confidente duvidara fazer; de que resultou pegar o dito nele confidente, e lançado em cima da dita cama dizendo-lhe que pusesse sobre ela o rosto ficando com as costas para cima; Logo lhe fez descer os calções para baixo. E

não obstante que ele confidente logo conheceu o mau fim que o dito Francisco Serrão de Castro tinha naquelas ações porque já nesse tempo se queixavam vários servos do dito engenho, de que ele os acometia pela parte prepóstera, Vendo que a porta estava fechada, e que não tinha por onde fugir cheio também de medo de algum rigoroso castigo conveio no que ele quis. E logo o dito Francisco Serrão de Castro pretendeu com toda a força introduzir-lhe o seu membro viril dentro do vaso prepóster de dele confidente. O que não podendo ele confidente tolerar, se sucedeu como pode sem que pudesse o dito consumir o seu depravado apetite senão fora do dito vaso enchendo-lhe as pernas do sêmen que derramou. E concluída a dita ação logo disse a ele confidente que nada contasse a pessoa alguma. E lhe deu quatro vinténs prometendo que lhe havia de dar ainda mais dinheiro. E abrindo-lhe a porta saiu ele confidente para fora fugindo dele daí por diante para que não lhe sucedesse outro semelhante, ou pior aperto tendo se livrado do primeiro de que o dito lhe introduzisse o dito seu membro no vaso prepóster como fortemente pretendia. E conseguiria se ele confidente consentisse. E que daqui resultaria ficar lhe com a má vontade o dito Francisco Serrão de Castro de forma que muitas vezes lhe mandou dar surras rigorosas com outros pretextos. E que por ter ouvido a muitas pessoas que este caso pertence ao conhecimento do Santo Ofício. E que era bom dar lhe conta para descargo de consciência desejando descarregar a sua, apresentava da dita culpa na forma que a tinha confessado. E dela pede perdão. E que com ele se use de misericórdia. Disse mais, que por descargo de sua mesma consciência e pelas mais razões, que acaba de declarar denunciava, e dava parte nesta Mesa de que o mesmo Francisco Serrão de Castro é useiro e vezeiro, a cometer o pecado da sodomia. E por tal é tido e representado entre quase todos, ou a maior parte das pessoas, que se acham no serviço do dito engenho; E que com eles se tem cometido e consumado se tem queixado, e queixam os pretos João Primeiro de nação Mixicongo; João Valentim de nação Mixicongo, Garcia da mesma nação, todos três solteiros, e Domingos José da mesma nação, casado com a preta Francisca e um destes se queixam mais José; Domingos; Manoel Bixiga; Florêncio Domingos Antônio; Miguel da Costa todos da mesma nação e do reino de Angola; todos solteiros, João da mesma hoje casado não sabe o nome da mulher, escravo da Fazenda do Cabresto dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, E na mesma fazenda assistente. E se queixaram enquanto vivos os pretos João Gomes, Manoel Fagundo, Domingos Beicinho; Afonso e Pedro; e atualmente seguiram os rapazes Florêncio e Antônio, moleques de nação Angola do serviço do mesmo engenho. Tendo sido e continuado a ser as queixas dos nomeados sempre continuadas e repetidas entre os escravos do dito engenho,

dos quais manifestaram que foram consumados os pecados de sodomia os ditos defuntos Manuel Fagundo, e Pedro, porque mostraram a ele denunciante, e aos pretos os ditos Domingos José; João Primeiro, e Garcia, as suas partes traseiras, e as viram todos inchadas na via do curso, e lançando sangue, sendo Pedro o primeiro que se mostrou na dita forma; e depois o dito Manuel Fagundo, e ultimamente se mostrou na mesma forma o preto Antônio de nação Mixicongo do mesmo engenho, que nele tem assistido até agora, e se acha vivo, os quais se queixaram de lhes ter feito o dito Francisco Serrão de Castro aquelas inchações e infusões de sangue com o seu membro; e entre os ditos escravos do referido engenho, que tem visto, e conhecido este mau procedimento sentem por certo que por esta causa morreram os ditos pretos João Gomes, Domingos Beicinho, Afonso, Manoel Fagundo, e Pedro; porque logo depois dos ditos atos e das ditas inchações adoeceram até que acabaram as vidas. De que tem resultado viverem os que ficaram com morrerem pela mesma causa, e por isso fogem do dito Francisco Serrão quanto lhes for possível. E que por descargo de sua consciência dava conta de todo o sobre dito e mais não disse. E do costume declarou ser escravo do engenho e fazenda que o dito Francisco Serrão de Castro e seu irmão Manoel Serrão de Castro possuem e administram. Perguntado quanto tempo há que conhece ao dito Francisco Serrão de Castro, e qual é opinião, e juízo, que faz dele sobre a sua crença, vida, costumes, e procedimentos. Disse que haverá dez anos pouco, mais ou menos, que o conhece, e sempre lhe pareceu, que ele deseja mostrar que é bom cristão, porque sempre vai à missa aos domingos, e dias santos, ainda que nem ele nem o dito seu irmão, que é mais velho, cuida de ensinar a doutrina à sua gente, nem em dirigi-la espiritualmente, em coisa alguma, e que enquanto a vida, costumes, e procedimento se sabe que ele costuma fornicar aos escravos do engenho na forma que tem declarado. E que nesta parte é tido entre eles por homem péssimo. Perguntado se o moveu alguma coisa mais das que tem dito a fazer a denúncia: ou se as fez por ódio, e má vontade, que tenha ao dito Francisco Serrão de Castro. Disse que além das causas, que tem declarado o não moveu outra mais que proceda de ódio, e má vontade, que lhe tenha, ainda que certamente deseja não estar com ele por conta dos pecados, e estragos, que costuma fazer para satisfação dos seus apetites. Perguntado que razão teve ele para que não viesse mais cedo fazer esta denúncia. Disse que por saber há pouco tempo, que podia dar esta denúncia ao Santo Ofício, e por não ter depois que o soube a liberdade necessária pra o vir fazer. E só o pode fazer agora com o pretexto de vir com outros vender lenha a esta cidade, para se utilizar, e a mais do dinheiro que por ele se lhes foi dito, que tomou muito bom conselho em

se apresentar nesta Mesa da culpa que tem confessado. E que lhe convém muito fazer toda a necessária reflexão no modo com que a dita culpa foi cometida para a declarar com todas as circunstâncias, considerando a torpeza de tão abominável vício, e horrendo pecado de que tanto se ofende a Majestade Divina, para dele fugir, e não tomar mais a cometer, apartando-se de toda a ocasião em que o possam obrigar a isso. E torna a dizer, que não tinha mais que confessar a respeito de sua culpa e circunstância dela, além do que tem confessado, porque era certo que ele confidente não consentira, que o dito Francisco Serrão de Castro lhe acabasse de introduzir o membro viril na via prepóstera, tanto assim que não seminara senão fora da dita via: Foi novamente admoestado para que nunca mais cometesse tão abominável, feio, e torpe pecado, qual é o da sodomia. A que se expôs como paciente, e de que nela será castigado com todo o rigor a qual admoestação, e advertência e ele recebeu obrigando-se a total emenda. E sendo lhe lidas esta sua confissão, e denúnciação, e por ouvidas e entendidas disse que estavam escritas na verdade, e que em tudo o que nelas se contém se afirma e ratifica, e torna a dizer de novo sendo necessário, e nelas não tem mais acrescentar, diminuir, mudar, ou emendar nem de novo que dizer ao costume sob cargo de juramento dos Santos Evangelhos que outra vez lhe foi dado. Ao que estiveram presentes por honestas pessoas que tudo viram e ouviram e prometeram dizer verdade nos que forem perguntados e guardar segredo os Padres Manuel Rodrigues e André Fernandes que a assinaram como Senhor Inquisidor e denunciante que o fez com o seu sinal-da-cruz o Padre José Pestana Notário da Visita o escreveu. Giraldo José de Abranches. Manoel Rodrigues, Joaquim Antônio. André Fr. Pinheiro. E mandado para fora o confidente e denunciante foram perguntados os padres ratificantes se lhes parecia que falava verdade, e merecia crédito. E por eles foi respondido que pelas razões que ele voluntariamente vir confessar a própria culpa, e declarar tantas pessoas com as quais diz se tem cometido a mesma, o que não seria fácil de fingir principalmente em um preto ainda que ladino, com as circunstâncias que expôs na sua confissão, e denúnciação lhes parecia que ele falava verdade e que se lhe podia dar crédito no que dizia e tornaram a assinar, como Senhor Inquisidor Visitador o Padre Ignácio José Pestana Notário da visita o escreveu. Giraldo José de Abranches. Manoel Rodrigues.

Apesar do Tribunal Inquisitorial aceitar como verdade a denúncia do escravo Joaquim Antônio, não se sabe se o dito senhor foi chamado a depor. **Bibliografia.** *Livro de Visitação do Santo Ofício da Inquisição no Estado do Grão-Pará.* Apresentação de J. R. Amaral Lapa. Petrópolis, Vozes, 1978.

JORNAIS ABOLICIONISTAS. V. *Abolicionista, O; Academia, A; Coaraci, O; Diabo Coxo, O; Filantropo, O; Gazeta da Tarde; Guainá, O; Radical Paulistano; Revista Ilustrada; Sete de Abril, O; Tribuna Liberal; Vida Semanária.*

JOSÉ MAURÍCIO, PADRE. José Maurício Garcia, músico negro, nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1767. Filho de uma crioula mineira, Vitória da Cruz, cuja mãe era escrava de Guiné, e de pai branco, chamado Apolinário Nunes Garcia, que morreu quando o filho contava apenas seis anos de idade. A mãe e a tia, a partir daí, tiveram de trabalhar para sustentá-lo. As duas mulheres costumavam levar o menino José Maurício às festas religiosas, onde ouvia atentamente os cantos sacros. Logo cedo veio-lhe a vocação para a música e o menino começou a fabricar violinhas com tábua e elásticos de botina. Finalmente, conseguiu uma viola de verdade e nela aprendeu os primeiros rudimentos da música. Possuía boa voz e cantava as canções de voga na época. A mãe e a tia continuavam trabalhando, pois, além das despesas de casa, tinham de economizar oitocentos réis mensais para pagar a escola de música em que haviam matriculado o menino. Nessa escola, aprendeu teoria musical e possivelmente a tocar algum instrumento, talvez violão. Somente aos 23 anos é que decidiu ser padre. Uns dizem que essa vocação tardia teve como uma das causas a morte da tia que ajudara a criá-lo, em 1790. Mas, para concretizar a vocação, teve de transpor vários obstáculos, um dos quais, talvez o maior, era conseguir o dote para ingressar no seminário. Um amigo, admirador dos seus dotes de músico, resolveu o impasse; o negociante Tomás Gonçalves faz-lhe a doação de uma casa, o que possibilita o ingresso de José Mauricio no seminário. Já em 1792, cantou missa solene e, seis anos mais tarde, obteve licença para pregar. Com a morte do padre João Lopes Ferreira, mestre-de-capela da Sé, foi nomeado para assumir-lhe o lugar, recebendo seiscentos mil-réis anuais. Aplica-se inteiramente à música, ensaia, compõe. Procura ampliar a sua visão do mundo. Aprende História, Geografia, grego, latim, francês, italiano e inglês. Mas o ponto central das suas atividades era a música. Aumentou a orquestra, apurou os coristas, elevando aquelas simples manifestações religiosas ao grau de espetáculos artísticos. Com a vinda

de D. João VI para o Brasil, José Maurício foi logo notado pelo Príncipe Regente, que o nomeou inspetor da música da Real Capela. Em dezembro nasce-lhe um filho que depois seria médico, pintor e poeta, devendo-se a ele o único retrato do pai. Aos 49 anos, já se sentia doente. Pede licença para dizer missa em casa. Já não se lembra direito de quem era a música que ouvia, mesmo sendo de sua autoria. Percebe que a morte se aproxima e, na manhã de 18 de abril de 1830, desceu a estreita escada que o levava ao sótão onde dormia. Perguntado pelo filho por que mudara de quarto, respondeu: "Para não dar trabalho". Morreu pouco depois.

JUNTA FRANCESA DE EMANCIPAÇÃO. Sociedade fundada na França, por intelectuais liberais, com o objetivo de lutar pela extinção do trabalho escravo. Vários escritores e professores faziam parte do seu quadro de associados. Preocupados com a forma lenta como a abolição se processava no Brasil, os seus membros enviaram, em julho de 1866, uma mensagem a D. Pedro II, na qual manifestavam seu estado de espírito e apelavam ao Imperador no sentido de que terminasse no mais curto prazo possível a escravidão no Brasil. O texto da mensagem é a seguinte:

À Sua Majestade o Imperador do Brasil. Senhor: No momento em que a República dos Estados Unidos, vitoriosa de uma guerra longa e mortífera, acaba de dar liberdade a quatro milhões de escravos; no momento em que a Espanha parece prestes a ceder à voz da humanidade e da justiça, ousamos dirigir a V. M. um ardente apelo em favor dos escravos do vosso Império. Sabemo-lo, Senhor, e ninguém na Europa o ignora, que V. M. é poderoso no vosso Império, e a vossa força reside na administração reconhecida e no amor sincero do vosso povo. Já aboliste o tráfico; mas essa medida é incompleta; uma palavra, uma vontade de V. M. podem trazer a liberdade de dois milhões de homens. Podeis dar o exemplo, Senhor, e tende a certeza de que sereis acompanhado, porque o Brasil nunca olhou a servidão como uma instituição divina. Vozes generosas levantam-se todos os anos nas assembléias, na imprensa, no púlpito, para pedir a abolição. O número de escravos é menor que o dos homens livres; e quase um terço já existe nas cidades exercendo ofícios ou servindo de criados, e é fácil elevá-los à condição de assalariados. A emigração dirigir-se-á para as vossas províncias, desde que a servidão tiver desaparecido. A obra da abolição, que deve aos fatos, aos interesses, situações, parece menos difícil no Brasil, onde aliás os costumes são brandos, e os co-

rações humanas e cristãs. Desejamos a V. M., já ilustre pelas armas, pelas letras, pela arte de governar, uma glória mais bela e mais pura e podemos esperar que o Brasil não será por mais tempo a única terra cristã afetada pela servidão. Temos a honra de ser, de V. M., muito humildes e respeitosos servos. Duque de Broglie (membro da Academia Francesa, Presidente Honorário da Junta), Guizot (idem, idem), Laboulaye (membro do Instituto, presidente da Junta), A. Cichin (idem, secretário), Andaluz (membro da Sociedade das Artes de Londres), Borsier (pastor), Príncipe de Broglie (membro da Academia Francesa), Gaumont, Léon Lavedau (redator do *Correspondant*), Henri Martin (autor da *Histoire de France*), Conde de Mont' Alembert (membro da Academia Francesa), Henri Moreau (advogado), Edward de Pressensé (pastor), Wallon (membro do Instituto), Eug. Yung (redator do *Journal des Debats*).

Aos membros da associação o Governo Imperial do Brasil respondeu nos seguintes termos:

Senhores: Tive a honra de levar ao conhecimento de S. M. o Imperador a carta na qual manifestáveis os vossos ardentes votos pela abolição da escravatura no Brasil. Encarregado por S. M. de vos responder em seu nome e em nome do governo brasileiro, congratulo-me em poder-vos asseverar que as vossas intenções encontraram o mais simpático acolhimento. Cobia-vos, senhores, a vós, cujas nobres expressões se elevam sempre em favor dos grandes princípios da humanidade e da justiça, testemunhar o ardor que empenhais no conseguimento de uma empresa tão grande como difícil, e é com a mais viva satisfação que o governo brasileiro viu que fazeis justiça aos sentimentos pessoais de S. M. o Imperador, aos dos membros do Ministério, bem como à tendência da opinião pública do Brasil. A emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não passa de uma questão de forma e de oportunidade. Quando as penosas circunstâncias em que se acha o país o consentirem, o governo brasileiro considerará como objeto de primeira importância a realização do que o espírito do Cristianismo desde há muito reclama do mundo civilizado.

As "penosas circunstâncias" a que alude a resposta, assinada por Martim Francisco Ribeiro de Andrada, era obviamente a Guerra do Paraguai, na qual os escravos, inclusive os do governo, estavam empenhados compulsoriamente. Tanto isto é corrente que no mesmo ano da mensagem da Junta Francesa e da resposta de Martim Francisco Ribeiro de Andrada, o Decreto nº 3 725, de 6 de novembro de 1866, ordenava que aos escravos da

nação "que estiverem nas condições de servir no Exército se dê gratuitamente liberdade". Vinte e dois anos se passaram até que esta questão de "tempo e oportunidade" fosse resolvida, apesar da alegada vontade do Imperador e dos seus ministros.

JUNTAS DE ALFORRIA. Eram organizações geridas pelos próprios escravos e por eles fundadas com o objetivo de comprar a liberdade. Os fundos eram guardados por um negro de confiança do grupo, que dava conta do destino do dinheiro arrecadado junto aos escravos. Uma junta desse tipo teria sido organizada por Chico Rei (V.) e seu filho e terminou dando liberdade a centenas de escravos. A organização de Chico Rei diferiu das demais pelas suas proporções. Às ve-

zes, essas juntas não se destinavam à alforria dos escravos, mas eram fundos para sustentar as insurreições, como ocorreu na Grande Insurreição (V.) de Salvador em 1835 e na malograda de 1844 na mesma cidade. Outra modalidade de organização nesse sentido eram as caixas de empréstimos que funcionavam como órgãos de auxílio mútuo entre os escravos de ganho.

JURUJUBA. Depósito ilegal de escravos, após a proibição oficial do tráfico em 1831, que funcionava no Rio de Janeiro, por volta de 1834, de propriedade de José Pimenta Jorge e João M. Cardoso. Frequentemente recebia escravos de outros depósitos, como os da Ponta do Caju e os de Botafogo e São Clemente.

K

KALUNGA. Comunidade negra, no meio leste do estado de Goiás, remanescente de antigo quilombo. Situada entre os municípios de Cavalcanti e Monte Alegre, vivia, até pouco tempo atrás, em quase completa segregação social e cultural. Fugindo constantemente da escravidão, os escravos organizaram-se num quilombo nessa região inóspita e quase inacessível aos seus perseguidores, criando ali verdadeiro quartel-general de quilombolas. Localizado nos vãos das serras e margeando as águas do rio Paraná, deram continuidade à comunidade, distribuindo-se geograficamente em micro-regiões chamadas Vão do Moleque, Vão de Almas e Vão do Kalunga. A sua população é avaliada em mais de três mil negros e cafuzos que praticam a agricultura de subsistência, a criação de gado, além da pesca e da caça. Possuem um tipo de economia comunitária, praticando a agricultura coletivamente. O escambo de sua produção é feito por meio de mascates. Muitos dos seus habitantes, até pouco tempo atrás, não se haviam deslocado além dos vãos onde nasceram. De qualquer maneira, têm necessidade de comprar de fora o querosene, sal, tecidos e açúcar. Trabalham também com cerâmica, tecelagem, couro e madeira. O cotidiano do povo kalunga caracteriza-se pelo trabalho

nos seus diversos setores de atividades (agricultura, pecuária, caça, pesca e habilidades artesanais). Praticam também os seus ritos religiosos e o calendário kalunga é definido pelas festas religiosas e pelas atividades agrícolas, como plantar e colher. A moradia familiar se define, predominantemente, pela relação matrilocal. Até hoje rezam em latim e se comunicam por meio de um português arcaico. Durante as festas rituais, a população constrói verdadeira cidadela ao estilo africano. Os pandeiros, as bandeiras e as folias marcam as festividades. As festas dos Santos Reis, do Divino, de Santo Antônio, de São João, de São Gonçalo do Amarante, de Nossa Senhora da Abadia, de Nossa Senhora das Neves e de Nossa Senhora do Livramento são expressões de sincretismo. Dentre os rituais o que mais se destaca pela sua riqueza simbólica é a sussa. Dizem que é uma dança de pagar promessa, tendo, portanto, função religiosa. Só as mulheres em geral dançam, ao ritmo de um batuque alucinante, mal tocando os pés no chão, equilibrando garrafas na cabeça. A sussa tem também cantos maliciosos, colocando em dúvida a fidelidade dos casais, exercendo, nesse sentido também, um papel de crítica social. Os kalungas, porém, não tinham legalmente a posse das suas

terras até que a Constituinte aprovou a legalização de posse de todas aquelas comunidades negras descendentes de antigos quilombos. No entanto, quando redigimos este verbete (agosto de 1989), os jornais já noticiavam praticamente a

destruição dessa comunidade em consequência da construção da Usina de Foz do Bezerra, no nordeste goiano, projeto que iria inundar todo o território kalunga.

L

LACERDA, LUÍS CARLOS DE. Mais conhecido por Carlos de Lacerda, filho do médico João Batista de Lacerda, nascido e morador em Campos (Rio de Janeiro). Tinha como irmãos os médicos João Batista de Lacerda e Álvaro de Lacerda, o advogado Cândido de Lacerda e o jornalista Antônio de Lacerda. Só não prestou serviços à causa abolicionista o primeiro, que desde cedo dedicou-se a estudo de física, química, botânica e biologia, morrendo como diretor do Museu Nacional. Carlos de Lacerda que, em 1881, não aceitou o cargo de orador da Sociedade Campista Libertadora, alegando que antes da extinção imediata da escravidão era preciso educar os que iam ter o benefício da liberdade, tornou-se, mais tarde, um dos mais destacados vultos pró-abolição. Fundou em 1884 o jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março* (V.). Não era homem de cultura, segundo Evaristo de Moraes (1934), mas um homem de grande coragem pessoal. Foi o motor central da agitação abolicionista em Campos, e, por isso mesmo, o mais perseguido pelo ódio dos proprietários de escravos. Imitando José do Patrocínio (V.), de quem fora companheiro de infância, escrevia o seu jornal no estilo da *Gazeta da Tarde* (V.) do Rio de Janeiro, da qual utilizava artigos, notícias e telegramas. Adotava também todos os

recursos de ataque material à escravidão semelhantes aos de Antônio Bento (V.), em São Paulo, e aos do Clube do Cupim (V.), em Pernambuco. Esta ação direta, que tanto irritava os fazendeiros, consistia na ocultação dos escravos em quilombos, no incitamento de revoltas, em pedidos de inquéritos e exames de corpo de delito por ofensas em escravos e na exibição de instrumentos de suplício. A Câmara Municipal, em maio de 1884, traduzindo as queixas dos proprietários rurais, senhores de milhares de escravos, mostrou-se alarmada com a propaganda do *Vinte e Cinco de Março*, chamando o movimento de anarquia, insurreição e sedição. Cresceu o alarma quando se verificaram os primeiros incêndios nos canaviais, em agosto do mesmo ano. Fundou o Clube Abolicionista Carlos de Lacerda, anunciando conferências públicas. A primeira deveria ser realizada no dia 7 de setembro de 1884. So a alegação, porém, de insurreição geral dos escravos, foi trazida para a cidade uma grande força militar. A conferência realizou-se mesmo assim, com Carlos de Lacerda, Luís Militão e o professor Tomás Augusto, ocasião em que foram entregues 21 cartas de alforria. A 26 de março de 1885, companheiros de Carlos de Lacerda entraram em uma fazenda, na freguesia de São Gon-

çalo, de propriedade de Orbídio da Costa Bastos, tido por homem cruel, e dali tiraram três escravos que haviam sido castigados a azorrague e depois postos no tronco (V.). Os fazendeiros promoveram um processo acusando Carlos de Lacerda de mandante, e de mandatários Adolfo Porto, Adolfo Magalhães e Francisco José da Silva, os quais, nos termos da acusação, teriam subtraído “do poder do dono” os escravos, os forros e o tronco. Carlos de Lacerda foi preso juntamente com os outros envolvidos. Defendido por Sizenando Nabuco, que sempre prestou serviços para os abolicionistas, a acusação foi encerrada. Em 11 de junho, os outros acusados foram submetidos a julgamento, sendo absolvidos. Quando em 1887 houve novos incêndios nos canaviais, os fazendeiros cogitaram e tentaram corromper Carlos de Lacerda e sugeriram mesmo a possibilidade de eliminá-lo. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

LACERDA, QUINTINO DE. Chefe do quilombo do Jabaquara, por indicação de Américo Martins, um dos abolicionistas fundadores desse refúgio para escravos. Era escravo da firma Lacerda & Irmãos, composta dos irmãos Antônio e Joaquim Lacerda, na casa de um dos quais era cozinheiro. Quintino de Lacerda havia adotado o sobrenome dos seus senhores, como, aliás, era comum na época. Nasceu em Sergipe e deve ter vindo para Santos por intermédio do tráfico interprovincial de escravos. Quintino aceitou o cargo com entusiasmo e logo em seguida conseguiu, com a ajuda do núcleo abolicionista interessado em fundar o quilombo, duzentos homens para a defesa do reduto que se formava. Um ano depois, mais de quinhentos escravos já se encontravam refugiados, número que foi crescendo até chegar a cerca de dez mil. As reuniões deliberativas sobre o funcionamento do quilombo eram realizadas ora na fábrica de Xavier Pinheiro, no extremo do Paquetá, ora na farmácia de Teófilo Mendes, ora na chácara de Geraldo Leite e algumas vezes ainda no próprio Jabaquara. Quintino de Lacerda foi escolhido para manter a ordem e para que “arrefecesse os seus impulsos [dos negros] naturais e compreensíveis porque aproximava-se a fase heróica do abolicionismo”, como afirmou Francisco Martins dos Santos. Antônio Bento, após visita ao reduto do Jabaquara, afirmou que “se achava diante do pon-

to alto e confiante da campanha”. Quintino de Lacerda começou ativamente o seu trabalho. Para Francisco Martins dos Santos, ele “exultou com a perspectiva de luta e algumas semanas depois já seguia ele pelas primeiras vezes com um grupo regular de negros decididos para os pontos determinados da serra do Cubatão, deixando em Santos a outra parte da gente necessária à guarda do reduto. Daí, pelo tempo adiante, surgia de vez em vez, pela estrada ou em canoas pelo lagoamar de Caneú uma escolta do chefe negro, trazendo dez, vinte e até mais escravos fugitivos e seminus, recebidos junto à raiz da serra ou junto às matas do Zanzalá”. Foi muito amigo de Santos Garrafão (V.), que o ajudou de várias maneiras quer com víveres para o quilombo, quer participando do recolhimento de escravos fugidos. Com o 13 de Maio de 1888 e o fim da escravidão, Quintino de Lacerda foi ovacionado, aplaudido e condecorado em ato público organizado pela população e pelos grupos abolicionistas de Santos. Agradeceu comovido as homenagens. Houve subscrição pública para dar-lhe um presente e na ocasião Martim Francisco Filho, ao entregar-lhe um relógio, afirmou: “Quintino, receba este relógio. Possa ele marcar tantas horas quantas provas de atividade deste para alcançar a autonomia da tua raça”. Silva Jardim chamou-o de “uma garantia da ordem para a cidade”, porque, na verdade, era inspetor do seu quartelão. Depois da Abolição, veio o declínio. Candidatou-se a vereador por Santos, mas não permitiram que fosse empossado. **Bibliografia.** SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos*. São Paulo, Emp. Gráf. “Revista dos Tribunais”, 1937. 2 vols.

LADINO. Nome dado ao africano já instruído na língua portuguesa, na religião e no serviço doméstico ou do campo, para distinguir do negro novo, recém-chegado, a que se dava o nome de boçal (V.). Segundo Pereira da Costa, também ao índio em iguais condições se dava o mesmo qualificativo. Ladino é corruptela de latino, equivalente a letrado, culto, inteligente; segundo Gonçalves Viana, o termo ladino foi aplicado originariamente em Portugal e na Espanha ao mouro bilíngüe e portanto inteligente, pois além do árabe, ou berbere, falava o romance da Península, que nos séculos VIII e IX se chamava latino. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

LAGOS, ALFORRIADOS EM. Grande parte dos negros iorubás alforriados retornaram à África. A partir da década de 1830, libertos africanos e crioulos retornados do Brasil começaram a instalar-se na costa ocidental da África e, em particular, na chamada “costa dos escravos”, seguidos pelos libertos cubanos. Fixaram-se em Águê, Anecho, Ajudá, Contonu, Porto Novo, Badagni e Lagos, todos portos de comércio de escravos. Alguns voltaram para as cidades do interior, de onde eram originários, reencontraram as suas linhagens e fundiram-se de novo à população africana. A maioria estabeleceu-se na costa, onde conseguia melhores oportunidades de comércio. No final do ano de 1851, os ingleses bombardearam Lagos e restauraram Akitoye no trono, com a promessa de que poria fim ao tráfico negreiro. Lagos torna-se, assim, um porto seguro para os libertos. Segundo Manuela Carneiro da Cunha (1985), o contrato sobre as condições do retorno era assinado no Rio de Janeiro. A partir de uma cópia de um desses contratos, era estipulado que os 63 libertos (homens, mulheres e crianças) fretariam por oitocentas libras esterlinas, pagas em adiantado, o brigue inglês *Robert*, que os levaria até a Bahia, lá permanecendo duas semanas e seguindo depois para um porto seguro do golfo de Benin. O destino exato seria decidido na Bahia, mas não poderia ser senão Badagri ou Lagos. O capitão comprometia-se a fornecer carne-seca, feijão-preto, farinha de mandioca e água potável em rações diárias preestabelecidas. O rei Akitoye cobrava um pesado imposto de dez sacos de cauris a cada família que desembarcava em Lagos vinda do Brasil ou de Cuba. A comunidade brasileira de Lagos organizou-se em torno dos seus “grandes homens”, negociantes ricos, em geral atacadistas com quem se abasteciam e de quem dependiam as famílias pobres. Uma moral austera, puritana passou dos velhos patriarcas brasileiros para os “retornados”. A educação dos jovens era severa, com castigos corporais, exigia-se autodisciplina, respeito aos mais velhos, prática da religião e aprendizado de um ofício. A origem da comunidade, com base na experiência da escravidão, era metamorfoseada num mito de heróis civilizadores. Os brasileiros se auto-analisavam como focos de progresso. Consideravam-se uma etnia igual às mesmas da região. Existiam, porém, duas dimensões na cultura dos brasilei-

ros em Lagos: uma dizia respeito à comunidade como um todo e a outra era específica da burguesia comerciante que se formou. **Bibliografia.** CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

LANÇADOS. Indivíduos nascidos em Portugal que serviam de intermediários entre os vendedores de escravos do interior da África e os compradores do litoral. Eram uma espécie de corretores entre os africanos vendedores de escravos e os europeus. Diz João Barreto que surgiram “como consequência da ignorância dos indígenas e da sua incapacidade em armazenar os produtos e os escravos nos pontos de embarque em épocas convenientes”. Segundo J. F. de Almeida Prado, André Álvares de Almeida assim descreve os lançados que estavam a serviço de Portugal no tempo em que escrevia o *Tratado Breve*: “Hoje atravessam estes portugueses lançados todos os rios e terras de negros, adquirindo tudo que acham para os navios de seus amigos, franceses e ingleses em tanto que há homem nosso que se meteu pelo sertão até o reino do Gran Fulo e dele manda muito marfim ao rio de Sanagá. Este lançado português se foi ao reino do Gran Fulo por ordem do Duque de Casão, que é um negro poderoso no rio Gâmbia [...] e na corte do Gran Fulo se casou com uma sua filha, da qual teve um filho e chama-se João Ferreira, natural do Crato”. Há quem diga que foram os pioneiros do comércio africano, origem das colônias européias na África no correr dos séculos XVII e XVIII. Viviam em simples palhoças de pretos sem muitas garantias, entregues ao arbítrio dos sobas. V. *Pombeiro*.

LANTERNA MÁGICA. Periódico livre e humorístico de Pernambuco. O primeiro número circulou em 20 de janeiro de 1882, com oito páginas, quatro das quais tipográficas e as restantes em litografia. As páginas com litogravuras veiculavam o pensamento da redação através de charges e caricaturas, levando ao ridículo os pontos fracos da vida recifense e exaltando os feitos patrióticos ou as personalidades. O número 223, de 20 de maio de 1888, foi inteiramente dedicado à abolição da escravidão no país, com o retrato da princesa Isabel na primeira página e abrindo o texto o soneto *Ave Libertas*, de Carneiro Vilela, e fechando-a a página de versos, intitulada “Carta de Toda Parte” e assinada Brasil. Dentre os redatores do periódico foi possível identificar Carneiro Vilela,

Manuel Arão, Bráulio Cunha, Olímpio Galvão e Sebastião Pinto Ribeiro. Era, na realidade, uma folha sempre bem redigida, nunca deixando de cumprir o programa que se traçara. Luís Távora, durante quase 28 anos, produziu, de dez em dez dias, quatro páginas de desenhos e charges de crítica de costumes, fazendo-o com a perícia que o tornou famoso nos meios artísticos. A *Lanterna Mágica* chegou a merecer o diploma "Primeira Menção Honrosa", na exposição de jornais caricatos, realizada em Berlim, pela graça espontânea e pela vivacidade de suas caricaturas. No ano de 1909, encerrou suas atividades, com edição do último número, nº 948, de 20 de outubro desse ano.

LAURA SEGUNDA, MOTIM DA BARCA. Nome da barca onde os tripulantes, todos escravos, amotinaram-se reivindicando melhor tratamento a bordo. O episódio ocorreu em 1839, no Ceará. A tripulação era composta pelo lusitano Francisco Ferreira, um ajudante de cozinha, um contramestre; um prático e dois marinheiros, além de 23 tripulantes escravos, pertencentes a Luís Ferreira da Silva, dono da embarcação. O escravo Constantino foi o porta-voz das reivindicações dos companheiros de tripulação e solicitou do contramestre melhor tratamento para os escravos, que sequer recebiam água potável. Devido ao seu procedimento, o escravo Constantino foi barbaramente espancado. Tomaram-no como cabeça do motim e aplicaram-lhe as penas da lei. Revoltados com o espancamento do seu companheiro, os outros escravos começaram a conspirar e deixaram as águas de Fortaleza com a idéia de vingança. No dia 10 de julho, Constantino e seus companheiros se amotinaram e o líder do movimento assumiu o comando da embarcação. O contramestre e os demais tripulantes foram jogados ao mar, com exceção de um marinheiro de nome Bernardo, que se colocou ao lado dos amotinados. Encalharam posteriormente o barco e desembarcaram para a jornada de fuga por terra, em direção a Aracati, mas, antes de chegarem à cidade, foram cercados pela polícia, travando-se rude combate. Ao final, caíram capturados, com Constantino ferido. Ao serem interrogados, confessaram tudo lealmente, afirmando que nada mais fizeram do que reivindicar um direito. Foram submetidos a rigoroso julgamento: Constantino e mais cinco escravos foram condenados à força

e executados na Praça dos Mártires, em Fortaleza, no dia 22 de outubro de 1839.

LAZER DO ESCRAVO. Com uma jornada de trabalho de mais de doze horas por dia e muitas vezes trabalhando na roça para plantar o que consumia, o escravo tinha poucas oportunidades de lazer. Seus divertimentos nos dias santos foram proibidos pelo governador de Santos em 1818, com o objetivo de evitar as desordens e as conseqüentes penas de prisão e açoite (*Documentos Interessantes para a História e os Costumes de São Paulo*, vol. 88, 1963). O bispo de São Paulo, que então governava interinamente a capitania, respondeu à proibição, em ofício datado de 14 de janeiro de 1818, dizendo que "não é desacertado o permitir-se aos miseráveis pretos o seu divertimento nos subúrbios dessa Vila, naqueles dias próprios para isso, suavizando assim o seu cativeiro fazendo-os observar pelas rondas necessárias, para que se não haja desordens". Segundo José Ramos Tinhorão (1972), um dos primeiros representantes da elite colonial a recomendar um certo número de horas livres para os escravos africanos foi o jesuíta João Antônio Andreoni, em sua obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, com o pseudônimo de André João Antonil. Dizia o padre que "negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativeiro é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto não lhes estranhe os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas honestamente em alguns dias do ano, e alegrarem-se honestamente à tarde depois de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito, e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juizes, e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho". A mais antiga referência à participação de negros em festividades e batuque é do francês Pyrrard de Laval (Tinhorão, 1972). Chegando à Bahia em 8 de agosto de 1610, viu nos domingos e dias santos, nas ruas de Salvador, "escravos e africanos, homens e mulheres, dançando e folgando com permissão dos seus senhores". Em 1645, em Pernambuco, frei Manuel Callado registrou alguns instrumentos tocados pelos negros: "buzinas, tabaques e fomonas". Com esses instrumentos rudimentares, os africanos desenvol-

veram a música que haviam trazido da África e começaram a participar das festas públicas. A partir da segunda metade do século XVII, os negros passaram a formar irmandades e começaram a participar das procissões (V.), comemorações de dias santos e solenidades de rua. Todavia, para participar dessas ocasiões, os escravos tinham de obter permissão das autoridades. **Bibliografia.** TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular de Índios, Negros e mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

LEI CONTRA AFRICANOS LIBERTOS. Trata-se da Lei nº 9, de 13 de maio de 1835, inserida numa série de medidas discriminatórias tomadas contra os africanos, após a Grande Insurreição (V.) de 1835, em Salvador (Bahia). Essas medidas perduraram por cerca de quarenta anos, sendo revogadas apenas em 28 de junho de 1872, pela Resolução nº 1 250. A lei, no seu artigo 176, proibia aos africanos libertos adquirir bens de raiz e anulava os contratos já celebrados. Os africanos libertos começaram então a colocar os seus bens fundiários em nome de terceiros. O artigo 18 proibia alugar ou arrendar casas a escravos ou africanos libertos, a não ser com a autorização especial do juiz. No artigo 8º, os africanos deveriam pagar anualmente a taxa de mil-réis, sob pena de serem presos por até dois meses. Esse imposto foi abrandado, em 1848, para certas categorias, pela Lei nº 344, de 5 de agosto de 1848. O artigo 7º reza que qualquer liberto africano que chegasse à província (Bahia) seria incurso no crime de insurreição (V.).

LEI DE 1835. Lei nº 4, de 10 de junho de 1835, contra revoltas de escravos e que codificava as penas por tudo aquilo que se julgasse crime ou insubordinação. É o seu texto:

A Regência Permanente em Nome do Imperador D. Pedro II faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral Legislativa decretou. Ela sancionou a Lei seguinte: Art. 1º – Serão punidos com pena de morte os escravos ou escravas, que matarem por qualquer maneira que seja, propiciarem veneno, ferirem gravemente ou fizerem outra qualquer ofensa física a seu senhor, à sua mulher, a descendentes ou ascendentes, que em sua companhia morarem, e administrador, feitor e às suas mulheres que com eles conviverem. Se o ferimento ou ofensa física forem leves, a pena será de açoites à proporção das circunstâncias mais ou menos agravantes.

Art. 2º – Acontecendo algum dos delitos mencionados no

Art. 1º, o de insurreição e qualquer outro por pessoas escravas, em que caiba a pena de morte, haverá reunião extraordinária do Júri (caso não esteja em exercício) convocada pelo Juiz de Direito, a quem tais acontecimentos serão imediatamente comunicados.

Art. 3º – Os Juizes de Paz terão jurisdição cumulativa em todo o Município para processarem tais delitos até a denúncia com as diligências legais posteriores, e prisão dos delinquentes, e concluído que seja o enviarão ao Juiz de Direito para este apresentá-lo ao Júri, logo que esteja reunido e seguir-se os mesmos termos.

Art. 4º – Em tais delitos a imposição da pena de morte será vencida por dois terços do número de votos; e para as outras pela maioria; e a sentença, se for condenatória, se executará sem recurso algum.

Art. 5º – Ficam revogadas todas as Leis, Decretos e mais disposições em contrário.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 10 dias do mês de junho de 1835.

Evaristo de Moraes, comentando esta lei, diz que a Constituição do Império, promulgada a 25 de março de 1824, dispunha no § 19 do artigo 179: "Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis". Porém, para os defensores da lei de 1835, não havia antagonismo entre esta e o que regia a Constituição. Argumentavam que a Constituição do Império se referia a "cidadãos", cujos direitos eram assegurados no Artigo 179 e em tal categoria não se incluíam os escravos. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

LEI DO VENTRE LIVRE. Como se sabe, a regra que existia no Brasil para a legitimação hereditária do negro como escravo era a norma do *partus ventrem sequitur* (V.), ou seja, o filho do ventre escravo continuava escravo. Isso tirava o direito da mãe ao filho, fosse ele gerado por relacionamento com homem livre ou não. O mesmo não acontecia quando um escravo fazia filho numa mulher livre. Para acalmar as reivindicações abolicionistas e o clamor internacional que ecoava negativamente na Europa e nos setores progressistas do Brasil, além da pressão da Inglaterra que exigia medidas seguidas para a extinção do regime escravo, foi elaborada, pelo Parlamento, a Lei nº 2 040, de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei dos Nascituros, ou Lei Rio Branco, mas popularmente conhecida como Lei do Ventre Livre. Sua

redação mostra a dubiedade de intenções dos seus autores.

Lei nº 2 040, de 28 de setembro de 1871.

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros e providencia a criação e tratamento daqueles filhos menores e dispõe sobre a libertação anual de escravos.

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º — Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1º — Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. A indenização pecuniária acima fixada será paga em títulos de renda com o juro de 6%, os quais se considerarão extintos no fim de 30 anos. A declaração do senhor deverá ser feita dentro de 300 dias, a contar daquele em que o menor chegar à idade de oito anos e, se não fizer então, ficará entendido que opta pelo arbítrio de utilizar-se dos serviços do mesmo menor.

§ 2º — Qualquer desses menores poderá remir-se do ônus de servir, mediante indenização pecuniária, que por si ou por outrem ofereça ao senhor de sua mãe, procedendo-se à avaliação dos serviços pelo tempo que lhe restar a preencher, se não houver acordo sobre o quantum da mesma indenização.

§ 3º — Cabe também aos senhores criar e tratar os filhos que as filhas de suas escravas possam ter quando aquelas estiverem prestando serviços. Tal obrigação, porém, cessará logo que findar a prestação de serviços das mães. Se estar falecerem dentro daquele prazo, seus filhos poderão ser postos à disposição do Governo.

§ 4º — Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos, que estejam em poder do senhor dela por virtude do § 1º, lhe serão entregues, exceto se preferir deixá-los e o senhor anuir a ficar com eles.

§ 5º — No caso de alienação da mulher escrava, seus filhos livres, menores de 12 anos, a acompanharão, ficando o novo senhor da mesma escrava sub-rogado nos direitos e obrigações do antecessor.

§ 6º — Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1º, se por sentença do juízo criminal, reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

§ 7º — O direito conferido aos senhores no § 1º transfere-se nos casos de sucessão necessária, devendo o filho da escrava prestar serviços à pessoa a quem nas partilhas pertencer a mesma escrava.

Art. 2º — O Governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do Art. 1º § 6º.

§ 1º — As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas: 1º — A criar e tratar os mesmos menores. 2º — A constituir para cada um deles um pecúlio, consistente na quota que para este fim for reservada nos respectivos estatutos. 3º — A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2º — As associações de que trata o parágrafo antecedente serão sujeitas à inspeção dos Juizes de Órfãos, quando menores.

§ 3º — A disposição deste artigo é aplicável às Casas dos Expostos, e às pessoas a quem os Juizes de Órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

§ 4º — Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1º impõe às associações autorizadas.

Art. 3º — Serão anualmente libertados em cada província do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação.

§ 1º — O fundo de emancipação compõe-se de: 1. Da taxa de escravos. 2. Dos impostos gerais sobre transmissão propriedade dos escravos. 3. Do produto de seis loterias anuais, isento de impostos e da décima parte das que forem concedidas de ora em diante para correrem na capital do Império. 4. Das multas impostas em virtude desta lei. 5. Das quotas que sejam marcadas no Orçamento Geral e nos provinciais e municipais. 6. De subscrições, doações e legados com esse destino.

§ 2º — As quotas marcadas por Orçamentos provinciais e municipais, assim como as subscrições, doações e legados com destino local, serão aplicadas à emancipação nas Províncias, Comarcas, Municípios e Freguesias desiguais.

Art. 4º — É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho

e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1º — Por morte do escravo, metade do seu pecúlio pertencerá ao seu cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros na forma da lei civil. Na falta de herdeiros, o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3º.

§ 2º — O escravo que, por meio do seu pecúlio, obtiver meios para a indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários, o preço da alforria será o da avaliação.

§ 3º — É, outrossim, permitido ao escravo, em favor de sua liberdade, contratar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete anos, mediante o consentimento do senhor e a aprovação do Juiz de Órfãos.

§ 4º — O escravo que pertencer a condôminos e for libertado por um destes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos, em conformidade do parágrafo antecedente.

§ 5º — A alforria com a cláusula de serviços durante certo tempo não ficará anulada pela falta de implemento da mesma cláusula, mas o liberto será compelido a cumpri-la por meio de trabalhos nos estabelecimentos públicos ou por contratos de serviços a particulares.

§ 6º — As alforrias, quer gratuitas, quer a título oneroso, serão isentas de quaisquer direitos, emolumentos ou despesas.

§ 7º — Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos, do pai ou da mãe.

§ 8º — Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-la sob seu domínio, mediante reposição da quota-parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado.

§ 9º — Fica derogada a Ord. Liv. 4ª, tít. 63, na parte que revoga as alforrias por ingratidão.

Art. 5º — Serão sujeitas à inspeção dos Juizes de Órfãos as sociedades de emancipação já organizadas e que de futuro se organizarem.

§ único — As ditas sociedades terão privilégios sobre os serviços dos escravos que libertarem, para indenização do preço da compra.

Art. 6º — Serão declarados libertos:

§ 1º — Os escravos pertencentes à Nação, dando-lhes o Governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2º — Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3º — Os escravos das heranças vagas.

§ 4º — Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo Juiz de Órfãos.

§ 5º — Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante cinco anos sob a inspeção do Governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem por vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constrangimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço. Art. 7º — Nas causas em favor da liberdade:

§ 1º — O processo será sumário.

§ 2º — Haverá apelações ex-officio quando as decisões forem contrárias à liberdade.

Art. 8º — O Governo mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes no Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um se for conhecida.

§ 1º — O prazo em que deve começar e encerrar-se a matrícula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editais repetidos, nos quais será inserta a disposição do parágrafo seguinte.

§ 2º — Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados à matrícula até por um ano depois do encerramento desta, serão por este fato considerados libertos.

§ 3º — Pela matrícula de cada escravo pagará o senhor por uma vez somente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 réis se exceder o dito prazo. O produto desse emolumento será destinado às despesas de matrícula e o excedente ao fundo de emancipação.

§ 4º — Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incurrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$000 a 200\$000, repetidas tantas vezes quantos forem os indivíduos omitidos, e por fraude nas penas do art. 179 do código criminal.

§ 5º — Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.

Art. 9º — O Governo em seus regulamentos poderá impor multas até 100\$000 e penas de prisão simples até de um mês.

Art. 10 — Ficam revogadas as disposições em contrário. Manda, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar-se e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, aos 28 de setembro de 1871, 50ª da Independência e do Império. – Princesa Imperial Regente – Teodoro Machado Freire Pereira da Silva.

LEI DO VENTRE LIVRE, DESRESPEITO À. Eram inúmeras as formas de burlar a chamada Lei do Ventre Livre (V.). Um exemplo desse desrespeito vem no *Diário Oficial* da Bahia, de 4 de junho de 1887, onde se descreve o seguinte leilão de uma propriedade escrava na Fazenda Concórdia: “Alberto, 10 anos, por um conto de réis; Vicente, 13 anos, por seiscentos mil-réis; Félix, 14 anos, por oitocentos mil-réis; Flauzina, 13 anos, por seiscentos mil-réis; Simplício, 14 anos, por um conto de réis”. Assim, após dezesseis anos da promulgação da Lei do Ventre Livre, ainda eram leiloados escravos, o que bem demonstra como o crime era praticado impunemente e de forma acintosa. O mais grave é que o próprio *Diário Oficial* da província divulgava o fato, sem que as autoridades judiciais tomassem a menor medida para impedir a sua repetição e punir os culpados.

LEI PARA INGLÊS VER. Termo como ficou conhecida popularmente a lei de 7 de novembro de 1831, promulgada na Regência, então exercida por Lima e Silva, Bráulio Muniz e Costa Carvalho, sendo ministro da Justiça o padre Diogo Feijó. A lei era precisa: declarava livres todos os escravos que, vindos de fora, entrassem em território brasileiro. Tendo em vista a extinção do tráfico negreiro, reprimia a atividade dos importadores clandestinos, com a pena corporal estabelecida pelo Artigo 179 do então recente Código Criminal, e mais a multa de trezentos mil-réis por cabeça de escravizado, além do pagamento das despesas com a reexportação para a África dos africanos contrabandeados. Esta lei, porém, jamais foi cumprida. Resultou do compromisso assumido com a Inglaterra por tratado assinado em 23 de novembro de 1826, ratificado em 13 de março de 1827, pelo qual o Brasil deveria proibir por completo, no prazo de três anos, o tráfico de escravos da Costa da África, considerado pirataria a partir de então. Foi expedida, em 21 de maio de 1831, uma portaria que declarava livres os africanos importados, mandando processar os contrabandistas. Verificada a pouca força de tal portaria, sobreveio a lei de 7 de novembro, que foi também escandalosamente desrespeitada, daí ter sido chamada de lei “para o inglês ver”. Eis o texto da lei:

A Regência em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II faz saber a todos os Súditos do Império, que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a Lei seguinte:

Art. 1º – Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres. Excetuam-se: 1) Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2) Os que fugirem do território ou embarcações estrangeiras, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil. Para os casos de exceção n. 1, na visita da entrada se lavrará termo do número de escravos, com as declarações necessárias para verificar a identidade dos mesmos, e se fiscalizará na visita da saída se a embarcação leva aqueles com que entrou. Os escravos, que forem achados depois da saída da embarcação, serão apreendidos e retidos até serem reexportados.

Art. 2º – Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo 179 do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil-réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas de reexportação para qualquer parte da África; reexportação que o governo fará efetiva com a maior brevidade possível, contactando com as autoridades africanas para darem asilo. Os infratores responderão cada um por si, e por todos.

Art. 3º – São importadores: 1) O comandante, mestre ou contramestre; 2) O que cientemente deu, ou recebeu o frete, ou por qualquer outro título a embarcação destinada para o comércio de escravos; 3) Todos os interessados na negociação e todos os que cientemente fornecerem fundos, ou por qualquer motivo derem ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo-os nas suas terras; 4) Os que cientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no Art. 1º; estes porém só ficarão obrigados subsidiariamente às despesas de reexportação sujeitos, contudo, às outras penas.

Art. 5º – Todo aquele que der notícia, fornecer os meios de se apreender qualquer número de pessoas importadas como escravos, ou sem ter precedido denúncia ou mandado judicial, fizer qualquer apreensão desta natureza, ou que perante o Juiz de Paz, ou qualquer autoridade local, der notícia do desembarque de pessoas livres, como escravos, por tal maneira que sejam apreendidos, receberá da Fazenda Pública a quantia de trinta mil-réis por pessoa apreendida.

Art. 6º – O comandante, oficiais e marinheiros de embarcação, que fizer apreensão de que faz menção o artigo 4º, têm direito ao produto da multa, fazendo-se partilha, segundo o regimento da marinha para a divisão das presas.

Art. 7º – Não será permitido a qualquer homem liberto, que

não for brasileiro, desembarcar nos portos do Brasil debaixo de qualquer motivo que seja. O que desembarcar será imediatamente reexportado.

Art. 8º – O comandante, mestre, e contramestre, que trouxerem as pessoas mencionadas no artigo antecedente, incorrerão na multa de cem mil-réis por cada uma pessoa, e farão as despesas da sua reexportação. O denunciante receberá da Fazenda Pública a quantia de trinta mil-réis por pessoa.

Art. 9º – O produto das multas impostas em virtude desta lei, depois de deduzidos os prêmios concedidos nos artigos 5º e 8º, e mais despesas que possa fazer a Fazenda Pública, será aplicada para as casas de Expostos da Província respectiva; e quando não haja tais casas para os hospitais. Manda portanto a todas as Autoridades, a que o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos sete dias do mês de novembro de 1831, décimo da Independência e do Império. Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho, João Bráulio Moniz.

LEI RIO BRANCO. V. Lei do Ventre Livre.

LEILÃO. Ato comercial para a venda de mercadorias pelo maior preço oferecido. No regime escravista, entendia-se também por mercadoria a pessoa do escravo. Nos leilões que se realizavam no Rio de Janeiro, ofereciam-se diversas mercadorias: móveis de segunda mão e novos, velhos quadros, queijos holandeses, relógios, utensílios de cozinha, livros, cerâmica, sapatos etc. Uma ou duas vezes por semana, ofereciam-se “variada lista de mercadorias de cor” (Ewbank, 1973). O viajante Thomas Ewbank descreve um leilão de escravos a que assistiu por ocasião de uma viagem ao Rio de Janeiro em 1846: “O catálogo continha oitenta e nove peças e cada peça postava, bem à vista, o número correspondente, para que os compradores, correndo os olhos pela lista, pudessem comparar os artigos com a descrição que deles era feita. Tais mercadorias eram criaturas vivas. Cada peça um homem ou mulher, menino ou menina. Havia cinquenta e três do sexo masculino, a maioria dos quais entre dezoito e trinta anos: carpinteiros, pedreiros, ferreiros e trabalhadores de lavoura. Um era marinho, outro calafate e barqueiro. Havia dois alfaiates, um cocheiro, um serrador, um empalhador de madeira (perito no uso da enxó), um

sapateiro, cozinheiros, carregador de café, cirurgião-barbeiro que, como a maioria dos de sua profissão, era também músico. Das mulheres, a mais velha tinha vinte e seis anos e a mais jovem entre sete e oito. Eram lavadeiras, costureiras, cozinheiras e duas modistas muito prendadas. As outras faziam camisas, penteavam senhoras etc. As criaturas ali vendidas eram de todas as cores, desde o profundo azeviche de Angola até o branco, ou quase branco, como pareceu uma mulher à minha frente. [...] Cabeça, olhos, boca, dentes, braços, mãos, troncos, pernas, pés, todos os membros e juntas são meticulosamente examinados, enquanto, para se estar seguro de que não há nenhuma ruptura interna, o peito e outras partes são batidas a auscultadas. [...] A peça nº 124, um dito de nome João, foi com pouca cerimônia e perda de tempo, posto no tamborete, mandado mostrar as pernas, peito etc., mandado caminhar de um lado para o outro. Pareceu mais inteligente do que José, e foi apresentado como possuidor de várias qualidades, como cozinheiro de forno e fogão e comprado por 520 mil-réis”. V. Valongo. Bibliografia. EW BANK, Thomas.

A Vida no Brasil. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

LEIS ANTITRÁFICO. Depois da independência do Brasil e sob pressão de nações européias, especialmente da Inglaterra, vários acordos e leis foram aprovados no sentido de extinguir o tráfico de escravos. Assim, o Tratado de Aliança e Amizade entre o príncipe regente D. João VI e Jorge III da Inglaterra reconhecia a injustiça do comércio de escravos e prometia sua abolição gradual. O Tratado de Viena (V.), de 22 de janeiro de 1815, aboliu-o na Costa da África, ao norte do Equador. Pela convenção passada entre o Brasil e a Grã-Bretanha, em 23 de novembro de 1826, cuja ratificação só se deu em 13 de março de 1827, três anos após esta data, em 13 de março de 1830, deveria ser abolido o tráfico de escravos na costa brasileira. O tráfico foi proibido formalmente pela lei de 7 de novembro de 1831, mas somente foi suprimido real e definitivamente, em 4 de setembro de 1850, pela Lei Eusébio de Queirós, como ficou conhecida. V. Lei para inglês ver.

LENIBÉ-FURAME. Termo com que os negros escravos da região do rio São Francisco denominavam o Bom Jesus da Lapa, segundo pesquisas locais do padre Turbívio Vilanova Segura. O santuário de

Bom Jesus da Lapa foi fundado por um legendário monge que, ao chegar, já encontrou o local povoado, embora com densidade demográfica muito baixa e com a existência de currais que eram administrados por portugueses e escravos da África. Por ocasião da assinatura da chamada Lei Áurea, os escravos libertados, "vindos de todo o sertão", em imensa multidão, reuniram-se no local para dar graças ao Bom Jesus pelo benefício da alforria. Demoraram oito dias, cantando benditos religiosos, dançando, dando vivas ao gabinete João Alfredo, tocando maracaxás, tambores, pandeiros, cabaças com milho e agradecendo a Lenibé-Furame a sua libertação. Essa informação foi transmitida ao padre Vilanova Segura por frei Tomás, franciscano que estudava as religiões africanas e afro-brasileiras da região.

LEVADEIRO. Trabalhador (escravo ou livre) responsável pelos trabalhos e reparos da levada, ou seja, do aqueduto que conduzia a água à roda d'água de um engenho.

LIBATA. Comprador de negros da África que os trazia até o litoral para vendê-los aos negreiros. V. *Pombeiros*.

LIBERTADORA CEARENSE. Associação abolicionista fundada no Ceará, em 1880, por João Cordeiro (V.), José Correia do Amaral, Frederico Borges, José Marrocos, Isaac Amaral, Francisco do Nascimento, Alfredo Salgado, Carlos de Alencar, Justiniano Serpa, Cruz Saldanha, José Albano, Felipe Sampaio e Antônio Martins. A Libertadora derivou da Sociedade Perseverança e Porvir, e um ano depois de sua fundação conseguiu a adesão de todos os tipógrafos da cidade de Fortaleza, que se comprometeram a não mais compor artigos contra o ideal abolicionista. Ao mesmo tempo era publicado *O Libertador*, órgão da associação. V. *Ceará, Movimento abolicionista no*.

LIBERTADORA PIAUIENSE. Sociedade emancipadora, criada em Teresina, com o objetivo de libertar os escravos (Pereira da Costa, 1974). Foi instalada no dia 22 de julho de 1883, em solenidade no paço municipal da cidade, sob a presidência do cônego Honório José Saraiva. Na ocasião, foram alforriados gratuitamente doze escravos. Findo o ato, teve lugar um leilão de prendas, que rendeu quantia superior a quatrocentos mil-réis. Um jornal de Teresina, noticiando a fundação da entidade, afirmou que "o movimento emancipador nesta província está felizmente encetado e devi-

damente encaminhado por um centro diretor, do qual devem ser esperados todos os esforços possíveis, dentro dos limites da lei, que são os do justo e do honesto, tendente a acelerar a realização completa da idéia superlativamente cristã e civilizadora da emancipação dos escravos". Em 17 de julho do mesmo ano, a Libertadora Piauiense teve os seus estatutos aprovados pela presidência da província e a necessária autorização para funcionar legalmente na capital. V. *Caixa Emancipadora Piauiense*. Bibliografia. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro, Artenova, 1974. 2 vols.

LIBERTEIROS. Forma popular como eram chamados os abolicionistas na província do Ceará.

LIBERTOS. Também chamados impropriamente de escravos libertos (há uma contradição lógica e histórica nesta definição), eram aqueles escravos que conseguiam cartas de alforria ou carta de liberdade (V.). Eram considerados livres, mas não gozavam de uma série de direitos como os cidadãos sem passado escravo. Em certas regiões do Brasil, como na Bahia, os libertos constituíam uma camada relativamente ativa da população, conseguindo acumular bens e fazer testamento. No entanto, se do ponto de vista econômico tinham essa liberdade, do ponto de vista político a sua cidadania era limitada pela Constituição do Império, no seu título IV, artigo 94 e §§ 2º e 3º: "Os libertos não podem ser eleitos deputados nem senadores à Assembléia Nacional e não têm voto nas eleições, bem como os estrangeiros naturalizados e os brasileiros não católicos".

LICENÇA PARA LAZER. Os escravos, para saírem às ruas com os seus instrumentos e cantos nas procissões ou festividades de qualquer espécie, precisavam da licença das autoridades. Esse requerimento era dirigido, normalmente, pelos padres da Igreja da Nossa Senhora do Rosário, a pedido dos negros da Irmandade. Segundo José Ramos Tinhorão (1972), algumas vezes o intermediário era um advogado. O poeta satírico baiano Gregório de Matos, que chegou a tesoureiro-mor da Sé da Bahia e vigário-geral, serviu de intermediário dos negros da Irmandade do Rosário com um requerimento, provavelmente entre 1684 e 1686: "Senhor. Os negros juizes da Senhora do Rosário fazem por uso ordinário alarde nestes Países: como são tão infelizes; que por seus negros pecados andam sempre mascarados

contra a lei da polícia ante Vossa Senhoria pedem licença prostrados". E pedindo licença para que os negros participem de um "alarde" de rua: "A um General Capitão suplica a Irmandade preta que não irão de careta mas descarados irão: todo o negregado Irmão desta Irmandade bendita ir ao alarde enfrascados, calçados de jiribita". V. *Lazer do escravo*. Bibliografia. TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular de Índios, Negros e Mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

LICUTÃ, PACÍFICO. Um dos mais influentes líderes da insurreição de 1835 em Salvador (Bahia). Sua casa era ponto de reunião dos insurretos. Pregava no Cruzeiro de São Francisco, abertamente, aos demais escravos e negros livres a necessidade da insurreição para que se livrassem dos senhores e dos infiéis. Sabia ler e escrever e ensinava aos demais os mistérios das rezas malês. Tendo sido depositado por penhora, na cadeia, por dívida dos seus senhores aos frades carmelitas, dali assistiu impotente ao desenrolar dos acontecimentos. Os escravos sublevados tentaram libertá-lo durante a luta por duas vezes, sem êxito. Prova incontestável do seu prestígio perante os demais escravos que se preparavam para a luta, foi a afirmação do carcereiro de que "tendo sido Licutã recolhido em dias do mês de novembro, logo no dia seguinte teve muitos negros e negras que o fossem visitar e as visitas continuaram todos os dias e todas as horas". Seus companheiros haviam mesmo reunido a quantia necessária para libertá-lo, não o fazendo em consequência da recusa do seu senhor. Após a supressão do levante, foi condenado a receber seiscentos açoites.

LIGA LIBERTADORA. Primeira associação abolicionista fundada no Pará em 1878, pelo austríaco Carlos Seidl, com o auxílio de estudantes e intelectuais. Bibliografia. SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

LIANO. Chefe do culto dos malês (V.). Segundo Renato Mendonça (1935), o vocábulo vem do árabe *imam*, chefe que dirige as cerimônias do culto, com o artigo árabe *al*. De *al imam* ou *el imam* fez-se *leman*, forma popular da palavra. A forma "liano", mais culta, já utilizou a antiga forma portuguesa *imamo*, registrada por Bluteau. Bibliografia. MENDONÇA, Ricardo. *A Influência Africana no Português do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935.

LIMBAMBO. Palavra de origem quimbundo, apli-

cada àqueles escravos que faziam o abastecimento de água no Rio de Janeiro. Esse serviço era feito igualmente por escravos prisioneiros obrigados a usar esse instrumento infamante. Por extensão, libambo passou a designar também o abastecimento de água na cidade.

LINTZ, BARTHOLOMEU. Espião holandês que se infiltrou e viveu na República de Palmares (V.) para obter informações da sua organização, especialmente militar. Foi quem informou às autoridades que os palmarinos haviam abandonado o velho Palmares três anos antes da expedição de João Blaer, em 1645.

LIRA, MANUEL FAUSTINO DOS SANTOS. Foi um dos líderes da Inconfidência Baiana (V.). Pardo forro, natural da Vila de Nossa Senhora da Purificação, na Bahia, solteiro, alfaiate, filho legítimo de Raimundo Ferreira e da parda Felizarda, escrava do padre Antônio Francisco de Pinho, morreu com 22 anos, depois de ter negado a idade, afirmando ter apenas dezessete. Foi preso no dia 16 de setembro de 1898. Manuel Faustino declarou falsamente a idade para tentar ser beneficiado com as atenuantes, uma vez que possuía um físico franzino e podia ludibriar as autoridades. Estas, porém, não aceitaram a alegação e, como diz Afonso Rui, havendo desacordo entre a declaração de Manuel Faustino que dizia serem seus pais escravos do padre Antônio Francisco de Pinho, e o assento de batismo, em que figuravam como escravos de D. Sebastiana Ferreira, de São Gonçalo, resolveu a Relação reinterrogar ao réu "se a preta Felizarda, que ele réu declarou tanto nas perguntas, como no termo de prisão hábito e tonsura de sua mãe, e escrava do padre Antônio Francisco de Pinho teve outro algum cativo, e quem era D. Sebastiana Ferreira, de São Gonçalo. Manuel Faustino respondeu que a parda Felizarda mãe dele respondente foi escrava de D. Sebastiana, cujo sobrenome e cognome ignora em razão de falecer ela, sendo ele respondente de tenra idade, a qual D. Sebastiana era mãe do padre Antônio Francisco de Pinho que presentemente possui a dita mãe dele respondente e foi também senhora do pardo Raimundo pai dele respondente". Com esses dados, as autoridades conseguiram estabelecer a real idade: 22 anos. Condenado à morte por enforcamento, teve, como os demais líderes da Inconfidência Baiana, o corpo esquartejado; foi degolado e a

cabeça fincada em frente da casa de João de Deus pelos contatos que ambos tiveram durante a conjura. Morreu em 8 de novembro de 1799.

LISBOA, ANTÔNIO FRANCISCO. V. *Aleijadinho*.

LOGUN ERÉ. Divindade africana (orixá) que foi trazida pelos africanos escravizados para o Brasil. É o orixá das matas, filho de Oxóssi e Ogum e tem a selva como morada. É caçador e bissexual. Nos seis meses em que a mulher habita as águas, como a sua mãe, de comedor de carne passa a comer peixe. É protetor dos viajantes de um modo geral e especialmente dos navegantes. Possui capacetes, capanga, chifre de boi, arco, flecha e espada. Seu dia é quinta-feira. Sincretizado na Bahia com São Miguel e Santo Expedito. Também sua saudação é dupla: uns o recebem como Logun, outros como Oriki. Suas cores são azul ou verde-amarelo. Ao baixar como macho, é um orixá varonil, apresenta uma dança máscula e belicosa, como se estivesse caçando. Como orixá feminino, ondula e se sacode, meiga, faceira e vaidosa. *Bibliografia.* MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

LOKO. Divindade trazida da África pelos escravos negros. Também conhecido por Iroko. Em todos os candomblés jeje-nagôs há sempre um pedaço de terra para se plantar uma árvore, a árvore sagrada do culto, a gameleira-branca ou Loko, orixá das matas, guerreiro ativo e humilde. Sincretizado na Bahia com São Francisco, seu dia é terça-feira. Sua cor é o branco. Sua conta é de cor cinza. É protetor dos pobres e sua saudação é *iroko!* Come galo, carneiro e ajabó (chamado caruru branco, uma mistura de quiabo cortado miudinho, com mel de abelha ao invés de azeite de dendê). Tem seu peiji ao ar livre, a própria árvore é o seu santuário, onde se colocam comidas de obrigação e oferendas. Seu tronco é rodeado por uma tira de madastro branco. É um orixá carrancudo e custa muito a se acalmar quando se zanga. Como Exu e Ogum, tem o império das estradas e de abrir caminho. Às vezes, dança de joelhos. *Bibliografia.* MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

LOTE. Número determinado de escravos que eram conduzidos pelos comboieiros (V) para serem vendidos no interior. Os escravos do lote podiam ser de vários senhores, mas o intermediário tinha de prestar contas a cada traficante que lhe confiava a mercadoria.

LUCAS DA FEIRA. Bandoleiro quilombola, que atuou no interior da Bahia, na região onde se localiza atualmente o município de Feira de Santana. Filho dos escravos jejes Maria e Inácio, nasceu a 18 de outubro de 1807, na fazenda Saco do Limão, de propriedade do padre José Alves Franco, que a herdara de Antônia Pereira do Lago. Recebeu na pia batismal o nome de Lucas Evangelista. Teve mais dois irmãos, chamados Jabá e Pedrão. Em contato com o sofrimento dos escravos da fazenda, Lucas, ainda menino, tomou uma postura rebelde, que logo chamou a atenção do feitor, Teotônio Madragoa, da ilha da Madeira. Ao apanhar o pequeno escravo em alguma falta, descia-lhe o chicote. No entanto, Lucas continuava rebelde. Nas palavras de Sabino de Campos (1957), "logo que podia valer-se da oportunidade insinuava-se pela cozinha da casa de Madragoa, e nos caldeirões ferventes de bacalhoadada, condimentada com ovos, batatas, couve, cebolas, azeite de oliveira e vinagre, ou nos cheirosos caldos verdes, o demônio do moleco-te jogava sapos, cobras, lagartixas, besouros e outros bichos repelentes". O proprietário da fazenda, ao saber das diabruras do jovem escravo, que, além de rebelde, era estrábico e canhoto, fê-lo discípulo de carapina do mestre crioulo José Pereira Batista. Tinha Lucas então quinze anos de idade mais ou menos. Não se afeiçoou, contudo, ao ofício que o obrigaram a aprender e finalmente resolveu fugir da fazenda, em 1823. Inicialmente perambulou solitário nas matas, indo clandestinamente à noite rever os pais em Saco do Limão. Depois de viver por algum tempo de pequenos furtos nas fazendas, Lucas resolveu organizar um grupo bandoleiro, composto, na sua maioria, de escravos fugidos ou fugitivos da justiça. Num raio de trinta quilômetros aproximadamente, a partir da atual cidade de Feira de Santana, a atividade dos componentes do bando de Lucas da Feira começou a ser notada. À frente do seu bando de salteadores, tornou-se um perigo permanente na região. Quando moço, Lucas fora acorrentado ao tronco, em casa de Gregório, irmão do oficial de justiça José Pereira Casumbá, que iria desempenhar papel decisivo na sua vida. Conseguiu fugir e sempre se lembrava do episódio com ódio. Era "negro retinto, de estatura elevada, espadaúdo, corpulento, fisionomia grosseira com entradas, cabelos crespos e ter-

rosos, rosto alongado, olhos grandes, afumacados e desdenhosos, olhar malaio, nariz chato e de rebordos salientes, becos grossos e caídos, barbado, peito cabeludo, nem gordo nem magro, orelhas e pés pequenos, mãos curtas e vigorosas, tendo em um dos polegares uma saliência bulbosa" (Campos, 1957). Suas façanhas atingiram tais proporções que o governo provincial resolveu mandar força armada para eliminá-lo, mas Lucas e o seu grupo sempre fugiram ao combate. Quando precisava obter informações na cidade, às vezes se disfarçava de lenhador carregando à cabeça um feixe de lenha, outras vezes de vendedor de capim, e, em casos extremos, vestia-se de saia, com pano-da-costa ao ombro, torso na cabeça, colares de miçangas, com figade-guiné pendurada e sandálias altas nas pontas dos pés. Para conhecer de antemão a aproximação das tropas que perseguiam o bando, Lucas criou uma engenhosa rede de informações, tendo o seu irmão Pedrão como comparsa. Os assaltos prosseguiram e o pânico se alastrava na região. Muitas pessoas que passavam pelas estradas foram vítimas do bando. A ação do grupo estendia-se pelas estradas do sul até Cachoeira e Santo Amaro; ao norte de São José, Canavieiras e São Vicente; a leste, Lagoa do Fumo, Registro e Lagoa Sangada; a oeste, Jacuípe, Calumbi e Pedra do Descanso. A fama de Lucas da Feira infundia tal terror que o antigo feitor de Saco do Limão, Madragoa, apavorado ante a perspectiva de uma vingança do bandoleiro, regressou à terra natal. Lucas não apenas roubava os fazendeiros; também violentava mulheres brancas, afirmando que desse modo estava vingando as centenas de negras estupradas por seus senhores. Sua vingança estendia-se igualmente a qualquer pessoa que mantivesse ligações com os senhores de escravos. Certa vez, parou na estrada um homem que era fabricante de chicotes para uso dos feitores contra os negros escravos. Tirou o primeiro chicote de couro cru e aplicou-o violentamente no lombo do fabricante, o mesmo fazendo com todos os que compunham o estoque, deixando o pobre semimorto. Igual comportamento tinha com os traidores e delatores. Um certo José Francisco, apelidado de Caboclo, era elemento de ligação do bando com as cidades onde adquiriria mantimentos. Lucas mandou-o comprar farinha numa feira, dando-lhe o dinheiro

para a transação. Caboclo, além de levar a farinha para casa, tramou com um comparsa, de nome Caetano Foguetreiro, um plano para chamar os soldados a fim de prender ou matar Lucas da Feira. Este, porém, sempre precavido, rondou o casebre onde os dois conspiravam contra ele e ouviu tudo. Quando, no outro dia, Francisco Caboclo se encontrava na roça de Caetano Foguetreiro, foram surpreendidos pelo bandoleiro, que prostrou Caboclo com um tiro, enquanto o comparsa fugia. O fato foi registrado no dia 23 de julho de 1845. A onda de crimes vingadores de Lucas e do seu bando avolumava-se. Os membros do bando não eram menos ferozes que o líder. Januário, Flaviano, Nicolau, José, todos escravos fugidos, o negro Bernardino – certamente africano, pois tinha os dedos limados em forma pontiaguda e usava uma pequena argola de metal amarela na orelha esquerda – seguiam o líder nos assaltos. Os próprios negros escravos que eram fiéis aos seus senhores não escapavam à vingança do bando. Assim, um membro do grupo de Lucas, Joaquim, matou com um tiro o negro Teodoro porque este era um escravo fiel. Esse mesmo membro do bando, ao se afastar do grupo para um encontro amoroso, foi preso e amarrado no engenho São Francisco, pertencente ao seu senhor. No entanto, começaram as deserções do grupo. Manuel, mulato escravo, desertou e entregou-se a seu senhor. Apesar disso, o bando continuou agindo, assaltando viandantes e casas. Certa vez, Lucas planejou um assalto à capela de Brotas e escolheu para acompanhá-lo apenas Nicolau. Essa capela era filial da matriz de São Gonçalo, mas pertencia a um particular, José Marcelino Ribeiro. Com a chegada de Lucas da Feira, o povo se apavorou, presumindo um saque não apenas dos objetos da capela, como também dos bens dos seus moradores. Mas Lucas e o bando contentaram-se em levar apenas umas orações tiradas da missa e uma patena de prata. Também atacavam fazendas, roubando pólvora e grandes quantidades de chumbo granulado para usar nas suas atividades, zombando das autoridades e das tropas enviadas contra eles. Quando um camponês descobriu o local onde Lucas se escondia, foi marcado e detido pelo bandoleiro, que violentou as suas duas filhas; a João Vicente, conhecedor do local onde ele se escondia, ao saber que havia informado a polícia,

amputou-lhe a língua. O mesmo aconteceu com um certo João, de sobrenome ignorado, morador da fazenda Papagaio, que teve a coragem de mostrar pessoalmente o esconderijo do bando. Lucas exterminou-o com um tiro de bacamarte. Conta-se que Lucas da Feira, temendo ser envenenado, portava uma colher de prata. Se desconfiava da traição, antes de servir-se de qualquer refeição ou bebida, examinava-as com a colher. Se o metal se mantivesse inalterado, não havia perigo. Se enegrecesse, estava provada a existência de veneno no alimento. Muitas mulheres, atraídas pela personalidade lendária do bandoleiro, acorriam voluntariamente para juntar-se ao bando. Além disso, era crença da população que Lucas tinha “corpo fechado”, pois teria recebido mais de cem tiros, sem resultado. O seu irmão Pedrão, que o informava da aproximação do inimigo através de um simulacro de telégrafo — uma longa corda amarrada em diversos galhos que terminava no esconderijo do bandido onde um chocalho tilintava quando na outra extremidade era puxado — foi preso e torturado na cadeia. A frequência de estupros praticados por Lucas em mulheres brancas pôs em pânico a região, formando-se grupos armados pra impedir a violência do negro. Somente de uma vez ele raptou três irmãs, filhas de um camponês, e violentou-as. O pai tentou reagir, mas foi morto pelo bandoleiro. As autoridades locais passaram a temê-lo, cruzando com ele muitas vezes, sem mostrar conhecê-lo. Do dinheiro obtido nos assaltos, Lucas tirava uma parte para si e o restante dividia com os demais membros do grupo. Uma parte desse dinheiro era destinada a ajudar os quilombolas da região com quem Lucas mantinha contato, prestava auxílio e recebia informações. Diante de tal situação, o general Andréa, presidente da província, resolveu enviar a Feira de Santana um destacamento de cavalaria, pondo-o à ordem do juiz-delegado. Os reforços policiais enviados de Salvador começaram a surtir efeito. Numa de suas incursões, prenderam o negro Januário, destacado membro do bando de Lucas, autor de inúmeras mortes e conhecido pela sua ferocidade nos ataques. Em portaria de 7 de janeiro de 1843, o juiz municipal e delegado, Dr. Vicente Ferreira Álvares dos Santos, designou o oficial de justiça José Pereira Cazumbá para intimar a Antônio de Amorim Bezerra senhor de

Januário, e também a Francisco Maria Pessoa, filhos, netos e viúva de Antônio Correia Pessoa, por ele assassinado. Diante da confissão do réu, foi a júri e condenado por unanimidade. O juiz sentenciou-o à morte na forca. No entanto, no momento da execução, quando o carrasco empurrou Januário, a corda partiu-se e o prisioneiro caiu ao chão. Em casos semelhantes, costumava-se na época conceder o perdão ao condenado, mas o costume não foi seguido no caso de Januário. O juiz mandou comprar outra corda e foi executada a sentença em 26 de setembro de 1843. Lucas sentiu a morte do seu lugar-tenente. Retirou-se, praticando apenas pequenos furtos. Os moradores da região, depois da morte de Januário, começaram a organizar-se em grupos para caçar Lucas e o seu bando. Certa vez, foi surpreendido juntamente com Nicolau e uma escrava Alexandrina por um grupo de moradores. Travou-se cerrado tiroteio do qual saiu morto Nicolau e Alexandrina, esta por um tiro desferido pelo próprio Lucas, que a atingiu por acidente. O chefe do grupo que travou combate com Lucas entrou triunfalmente em Feira de Santana com os dois cadáveres. O corpo de Nicolau foi profanado, arrastado pelas ruas e queimado na presença de cerca de duas mil pessoas. À profanação do cadáver de Nicolau, que teve os miolos arrancados pelo cirurgião José Maria Soares de Melo, a cabeça salgada e presa num poste, para que todos a vissem, tudo com a complacência das autoridades, o poeta local, Cândido Jesuíno Tupã, que presenciou os acontecimentos, escreveu o seguinte soneto:

Eis do crime o castigo pavoroso!
Dele foi causa a tua iniquidade.
O povo que sofreu tanta maldade.
Teu corpo às chamas aremessa iroso!

Grande Deus! Que espetáculo horroroso!
Quanto pode esta turba indignada!
Uma lágrima só de caridade
Não teve esse teu fim tão desastroso!

Alma cruel, por que, alucinada,
Te não lembraste que tanta crueldade
Um dia ser devia castigada?

Aos teus crimes pôs termo a Divindade;
O roubo, a morte, a virgem violada,
Não mais sofrer podia a humanidade.

A morte de Nicolau exacerbou a ira de Lucas. Durante anos as mortes prosseguiram, acompanhadas de roubo e estupro. Viajando pelo sertão, o chefe de polícia Francisco Gonçalves Martins viu mortos na vila de Tucano o Dr. Procópio, juiz municipal, e mais oito pessoas. Em Feira de Santana, encontrou outra morte, a de Firmino Ferreira Sarmiento. Resolveu tomar severas providências para a captura de Lucas. Mandou afixar editais nas repartições e lugares públicos, nos quais anunciava que o governo provincial daria o prêmio de quatro contos de réis a quem prendesse o bandoleiro. O cerco se fechava. Outro membro do bando, Flaviano, é preso pelo escravo Narciso e entregue à justiça. Narciso ficou malvisto pela escravaria, mas aplaudido pelos moradores da vila e pelas autoridades. Abriu-se uma subscrição pública na qual se apurou a quantia de cem mil-réis, mais a remuneração do governo provincial na importância de quatrocentos mil-réis. Com esse total, Narciso comprou sua alforria. Flaviano foi condenado à morte e enforcado. Logo em seguida, outro membro do grupo foi morto em tiroteio. Era José, um dos seus membros mais temidos. O bando se desfazia. Com as deserções de Joaquim e Manuel, as mortes de Januário, Nicolau, José e Flaviano, o desaparecimento de Bernardino, Jabá (seu irmão) e outros que foram presos e vendidos para outras províncias pelos seus senhores e mais a fuga de alguns para os quilombos onde se sentiam mais seguros, Lucas ficou praticamente só. Nessa época, cheio de desejo sexual por uma jovem branca de quinze anos, raptou-a e quis forçá-la a fazer sexo com ele. Diante da recusa da jovem, crucificou-a num pé de mandacaru, onde ela faleceu. A notícia correu o sertão e novas medidas foram tomadas para sua captura. José Pereira Cazumbá, oficial de justiça, e que tinha contra si um processo por haver assassinado um homem a pauladas, se dispôs a capturar o bandoleiro, de quem era compadre, desde que, além da recompensa, fosse indultado do seu crime. Aceita a proposta pelas autoridades, Cazumbá pôs-se em campo. Escolheu como comparsa Manoel Gomes e passou a montar emboscadas nos locais de trânsito de Lucas. No entanto, os dias se passavam e nenhum sinal do negro. Finalmente, Manoel Gomes foi informado de que Lucas se encontrava descansando sob uma árvore. Prepararam a embosca-

da e esperaram sua passagem. Quando Lucas apareceu, Cazumbá desferiu-lhe um tiro, mas o negro, ferido, conseguiu fugir e foi perseguido pelos dois comparsas. Cazumbá avisou às autoridades, que por ali passavam por acaso, e estas ordenaram a formação de uma expedição para prendê-lo ou matá-lo. No entanto, Lucas conseguiu chegar à fazenda do falso amigo Antônio Ferreira. Mandaram buscar os medicamentos em São Gonçalo dos Campos e foram feitos os primeiros curativos no seu braço. Depois de medicado, abandonou a fazenda e refugiou-se num rancho de palha. Um preto, Gervásio, encontrou uma escrava de Benedito da Tapera onde Lucas se homiziara, que voltava de São Gonçalo dos Campos, com uma garrafa de aguardente e pediu-lhe um trago, obtendo a resposta de que a cachaça estava canforada e era destinada a fazer curativos em Lucas. Gervásio correu a contar tudo ao seu senhor. Este interrogou Benedito, que, sob ameaças, indicou o esconderijo do bandoleiro. Formou-se uma caravana bem armada e, em 12 de janeiro de 1848, cercaram o rancho. Lucas, avisado por uma mulher, ainda tentou fugir. Com o braço ainda inchado de última tentativa, levou outro tiro de Cazumbá, que o atingiu no mesmo local. Foi preso sem resistência. Transportado numa rede para Feira de Santana, foi ouvindo no trajeto ameaças de linchamento e expressões de júbilo pela sua prisão. Sabino de Campos narra a chegada de Lucas, ferido, a Feira de Santana: “A ruidosa vila ostentou-se em festança. Embandeiraram as ruas. Celebrou-se missa festiva em ação de graças à padroeira Senhora Santa Ana. Puseram iluminarias e queimaram fogos de artifício por três noites consecutivas. Milhares de rojões subiram das girândolas, estralejando no espaço. Enquanto pelas ruas desfilavam passeatas com músicas, fogos-de-bengala e lanternas multicores de papel, iluminadas por velas, as casas, com ares brilhantes, franqueavam-se ao povo, entre expressões desvairadas de intenso regozijo, tocatas altissonantes, danças alucinadas, comes-e-bebes, cantigas com acompanhamento de violão e floreado de viola. O comércio distribuiu gratuitamente bebida à vontade. E o capitão Inocêncio Afonso Rego, que posteriormente participou do Conselho julgador de Lucas, mandou colocar no meio da praça do Mercado uma pipa do legítimo vinho tinto português

para que o povo bebesse de cair, em satisfação do notável cometimento". Recolhido à prisão, Lucas ficou à espera do julgamento. Enquanto isso, o seu estado de saúde se agravava, os ferimentos pioravam; a ferida gangrenou e tiveram de amputar-lhe o braço. Mesmo assim, era considerado um perigo e o presidente da província enviou para Feira de Santana um destacamento de quinze praças e um alferes a fim de trazer Lucas para Salvador logo após o julgamento. O seu proprietário, por seu turno, abriu mão de qualquer posse e domínio senhorial sobre ele, abandonando-o para ser processado "por seus crimes abomináveis". Em 1ª de março de 1848, foi levado à barra do tribunal. Submetido a novo interrogatório pelo juiz de direito, Lucas não delatou ninguém, não proferiu o nome de nenhum amigo, dizendo que não tinha de citar nomes, que por estar perdido não queria perder outros cristãos que lhe haviam feito benefícios. A sentença foi a morte na forca. Foi conduzido à cidade de Cachoeira e recolhido ao quartel daquela localidade. Dali foi enviado para Salvador e recolhido ao quartel de polícia; à Mouraria, segundo uns, para Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo, segundo outros. Mas a peregrinação de Lucas, depois de sua condenação, não havia terminado. O imperador D. Pedro II teve o desejo de conhecê-lo, pois sua fama de bandoleiro já tinha chegado ao Rio de Janeiro. Foi embarcado clandestinamente para satisfazer a vontade do imperador. Conduzido à sua presença, o Imperador não trocou uma única palavra com o negro, limitou-se a encará-lo. A Imperatriz D. Teresa Cristina ficou apavorada e a princesa Isabel, segundo dizem, chorou ao vê-lo. Tinha na ocasião apenas dois anos. Satisfeito o capricho do imperador, Lucas foi recambiado no primeiro cargueiro que saiu da Guanabara. Em Salvador, foi outra vez recolhido à prisão. Lucas apelou da sentença, o que foi negado, assim como a revisão do processo. Finalmente, no dia 27 de setembro de 1849, foi levado ao local da execução com grande aparato e imensa multidão, desejosa de assistir ao enforcamento. Vestia o camisolão branco, a alva dos enforcados, no pescoço o barão cuja extremidade era segurada pelo carrasco. Ao passar em frente ao adro da matriz, alguém lhe perguntou se desejava vê-la, ao que recusou. Já na forca, antes da execução, dizem que gritou:

"Espere! Sei que muitos dentre vós estão contentes de me ver assim acabar. Eu peço perdão a Deus e a todos que me perdoem". Contudo, a veracidade dessas últimas palavras de Lucas é contestada. Em seguida, o carrasco pôs-lhe a corda no pescoço e o atirou no espaço. Estava morto Lucas da Feira. Segundo a tradição, cometeu 150 mortes. Pensavam que houvesse ameaçado uma fortuna com os saques que praticara. No entanto, quando foi preso encontraram em seu poder apenas um selo e a ínfima quantia de quinhentos e sessenta réis ou cinco tostões e três vinténs, em moedas de cobre. Lucas da Feira virou lenda, os seus feitos são contados e aumentados como os de um herói vingador. No folclore, nas feiras ou nas reuniões populares ainda se recita o ABC de Lucas da Feira:

Adeus, Saco do Limão
Lugar onde eu nasci:
Eu vou preso pra baixo
Levo saudades de ti.

Bem me diziam meus sócios
Que eu mudasse a condição,
Pois Cazumbá por dinheiro
Faz a pintura do cão.

Cuidava que nesta vida
Nunca havia de ter fim,
Porque contava na Feira
Muitos amigos por mim.

Desenganado fiquei
Quando me vi prisioneiro.
Só com a minha prisão
Ganharam tanto dinheiro.

Entusiasmo carreguei
Muitas pompas e grandeza.
Pois lá no meu rancho eu tinha
Bote de rapé "Princesa".

Fui preso para a Bahia,
Fizeram grande função.
Mas eu descí a cavalo
E os guardas de pés no chão.

Gostaram de eu estar preso
Com tanta rigidez.
Eu vou preso pra Bahia
Dos sócios levo saudades.

Homens pobres não roubei,
Pois não tinha que roubar,

Mas os ricos de carteiras
Nenhum deixei escapar.

Intrega-te, negro Lucas!
Que hoje chegou teu dia,
Segura-te às tuas armas!
Cadê tua valentia?

Já estou entregue, gente,
Me mostrem o delegado:
Na mão direita a clavina,
Na mão esquerda o terçado.

Kalumbi e Sobradinho,
Tapera mais São João,
Aonde eu tinha meu rancho
Lá me fizeram traição.

Lá em Oliveira eu tinha
Em Manuel Nunes confiado,
E um dia preguei-lhe o beijo
Num pau, muito bem pregado.

Mulatas de bom cabelo,
Cabrinhas de boa cor,
Crioulinhas por debique
E branca não me escapou.

Não digo quem são meus sócios,
Nem me convém dizer,
Que eu por me ter perdido
Não deito os mais a perder.

O é a letra redonda,
Toda aquela redondeza
Me chamava "capitão",
Sou capitão com grandeza.

Peço perdão minha gente,
A todos por caridade,
Pela injustiça que fiz
Nesta pequena cidade.

Quiseram saber ao certo
Quem era meu grande amigo:
Se almoçava, se jantava
Todos os dias comigo.

Roubava até muita gente
A Fiúza do Luquinha:
Quem não roubava dinheiro
Roubava carne e farinha.

Saltando eu lá na Bahia,
Vi muita gente faceira,
Branços e pretos chamavam:
Venham ver Lucas da Feira!
Tapera mais Santo Amaro,

Muritiba e Cachoeira,
Corriam todos pra ver
O grande Lucas da Feira.

Unicamente o governo
E o chefe com alegria
Vieram me apertar a mão
Quando cheguei na Bahia.

Vigário José Tavares,
Com o qual me confessei,
Só o pecado que eu disse
Foi da moça que matei.

Xoro eu hoje arrependido
Por conselho não tomar:
Já me cortaram um braço
Inda querem me enforcar

Ypsilon – letra do fim –
Comecei eu vou findar:
A forca sendo pena última,
Queira, gente, me perdoar.

Zombam velhos, zombam moços,
Zombam também os meninos,
Que hoje chegou o meu dia:
Vou cumprir o meu destino.

As letras vogais são cinco,
Que são A, E, I, O, U.
Adeus Caldeirão de Lucas!
Adeus Tanque do Urubu!

Bibliografia. CAMPOS, Sabino de. *Lucas, O Demônio Negro*. Rio de Janeiro, Pongetti, 1957.

LUCRO NO TRÁFICO. O tráfico de escravos africanos era um dos mais lucrativos negócios, senão o mais lucrativo. Muitas famílias tradicionais, especialmente na Bahia, fizeram suas fortunas nesse ramo de atividades. O mecanismo desses sistemas de trocas consistia esquematicamente no escambo de manufaturas baratas européias por negros na Costa da África, na posterior permuta desses negros por matérias-primas nas colônias americanas e, por fim, na venda das matérias na Europa a dinheiro de contado e preços altos. Este era o segredo dos altos lucros do tráfico negreiro.

LUÍSA PINTA. Negra forra e solteira, natural de Angola, morava na Vila de Sabará, Minas Gerais. Veio da África no início do século XVIII. Acusada de calundeira, foi interrogada e presa pela Inquisição, nas devassas de Manuel Freire Batalha. Os habitantes de sua vila procuravam-

na para que fizesse adivinhações, promovesse curas etc. Tais adivinhações eram feitas por meio de uma cerimônia noturna chamada calundu (V.). Luísa foi presa em 16 de março de 1742, e enviada a Lisboa em dezembro, no mesmo ano em que foi enviada outra ré, Luísa da Silva Soares (V.). Foi posta em tormento em 12 de agosto do ano seguinte, sendo condenada ao degredo no Algarve por quatro anos. Foi descrita pelo escrivão como “mulher de cinquenta anos pouco mais ou menos, preta baça, alta e grossa de corpo, com um sinal mais perto da testa e em cada face outro”. A Inquisição procurava identificar as atividades de calundeira com a condição de bru-

xa. Todavia, a infração condenada pelo Santo Ofício nada mais era do que a prática dos ritos africanos que Luísa procurava manter na colônia para onde foi trazida à força como escrava.

Bibliografia. SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

LUNDU. Dança negra, também praticada pelos portugueses, ao som da viola (violão), por um ou mais pares. Aparece como primeira forma de batuque africano estruturado em moldes de coreografia e de ritmo passíveis de ser imitados pelos mestiços, pelos brancos colonizadores e seus descendentes nacionais.

M

MACACO. Capital da República de Palmares, localizava-se em cima do local onde hoje está situada a cidade de União dos Palmares (Alagoas). Esse nome conservou-se até 1831, época em que a povoação ali existente foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Nova Imperatriz. Segundo Alfredo Brandão (1988), “era esse mesmo mocambo Macaco que o historiador Gaspar Barleus chamava grande Palmares e dizia ficar na serra Behe. Para nós a palavra Behe não é africana, mas sim indígena do Brasil. Pertence ao dialeto Kariri e conforme o vocábulo do padre Mamiani significa vermelho, nome que como o de caboclo, deveria ser aplicado aos índios. Por outro lado verificava-se no mesmo dialeto a existência da palavra *ig* cuja posposição a um vocábulo leva-o ao plural. [...] Conjecturamos, pois, que o primitivo nome da serra onde os negros edificaram a Cerca Real do Macaco seria Behig. É bem possível que os portugueses ao ouvirem pronunciar tal nome – julgassem que se tratava de uma alteração da palavra barriga e assim, com esta última designação ficou conhecida a serra”. **Bibliografia.** BRANDÃO, Alfredo. “Os Negros na História de Alagoas”. In: *Estudos Afro-brasileiros*. Recife, Massangana, 1988.

MACIEL, ANTÔNIO VICENTE MENDES. V. *Conselheiro, Antônio*.

MAÇONARIA E A ESCRAVIDÃO. A ação da Maçonaria foi principalmente emancipadora. Desde 1860 promovia a libertação de escravos por ocasião das festividades e havia proibido a iniciação de pessoas comprometidas com o tráfico de escravos. O Visconde do Rio Branco, quando eleito Grão-Mestre, deliberou que somente presidiria atos festivos quando do programa constasse distribuição de cartas de alforria. Eram realizadas conferências de propaganda abolicionista. Resumindo o que a Maçonaria fizera, até então, escrevia em 1884, no *Boletim do Grande Oriente*, Saldanha Marinho: “Quando apareceu a grande idéia que se converteu na lei de 28 de setembro de 1871, a libertação dos escravos já desde muito preocupava a Maçonaria. A mais de mil escravos ela deu liberdade, e tudo à custa dos metais maçônicos e sem que se afastasse dos meios legais. Agora que a emancipação se tornou uma aspiração geral, e que necessariamente há de, em breve tempo, ser efetiva, a Maçonaria trata de promover os meios a seu alcance em prol do movimento, mas nas raíais da legitimidade. Não pode ir mais longe. Não pode fazer mais do que isso; porém não abandonará o campo da nova luta,

e fará todos os sacrifícios para que o Brasil, obtido o grande desideratum da extinção da escravidão, possa ombrear sobranceiro com todos os povos civilizados". Em todo o andamento da campanha abolicionista, foi proveitosa a colaboração de algumas lojas maçônicas, não chegando notícias ao chamado "mundo profano" por ser a publicidade dessa colaboração contrária às prescrições rituais da Ordem. Muito contribuiu a atitude do "irmão" Domingos Gomes dos Santos (V.), grande pregador abolicionista nas lojas a que era filiado. Porém, como aconteceu com a Igreja Católica (V.) e a protestante, a Maçonaria não se colocou contra a escravidão. Destacaram-se no trabalho de divulgação das idéias abolicionistas as lojas "América", em São Paulo, às quais era filiado Luís Gama e posteriormente tomaram o seu nome; no Rio de Janeiro, a que se notabilizou no serviço emancipador foi a loja "Silêncio", do então "Grande Oriente ao Vale dos Beneditinos"; em Paranaguá, na então província do Paraná, mesmo antes da Lei do Ventre Livre (V.), já a loja "Perseverança" trabalhava a favor da emancipação. No movimento emancipador do Ceará, desde o seu início, exerceu notória influência a loja "Igualdade" e, em Manaus, teve parte relevante na campanha libertadora a loja "Amazonas". Em Campos (Rio de Janeiro), Carlos de Lacerda foi precedido, na sua intensa e radical ação abolicionista, pelo trabalho das lojas "Progresso" e "Firme União".

MAÇONARIA NEGRA. Termo com que o historiador Gustavo Barroso (1961) designou a organização secreta descoberta em 1838, na cidade de Vassouras, quando se combateu e aniquilou o quilombo de Manuel Congo (V.). Segundo se apurou no processo, era uma grande organização secreta, dividida em círculos de diversas categorias, cada uma das quais com cinco membros, cujo chefe recebia ordens da categoria imediatamente superior. Essa cadeia hierárquica ia até o chefe principal. Não se ficou sabendo, contudo, até onde havia uma ligação mais profunda entre essa organização secreta e os quilombolas de Manuel Congo, embora sua descoberta tenha se dado durante a repressão ao quilombo. O certo é que, quase uma década depois do fim da sublevação de Manuel Congo, as autoridades de Vassouras descobriram nova tentativa de sublevação dos escravos, dessa vez organizada pelos

membros dessa associação secreta. Segundo o que se apurou em 1848, os escravos deveriam revoltar-se no dia de São João, 24 de junho de 1847. Mas, descoberta, a revolta foi abortada. Ficou-se sabendo que o seu chefe era um pardo livre, oficial de pedreiro chamado Estêvão Pimenta. A organização secreta, segundo depoimento de José Botelho de Ataíde, residente em Volta Redonda, era da opinião de que muitos deles "eram malês", isto é, negros islamizados, como os que se revoltaram em Salvador (Bahia), em 1835. Ainda segundo esse depoimento, o major Lourenço Martins de Ataíde, bisavô da testemunha, várias vezes testemunhou o depoimento de escravos que levaram à descoberta dessa sociedade secreta de pretos, que tinha um "caráter místico, sob a proteção da imagem de Santo Antônio, que eles denominavam El-Banda. Os chefes inferiores chamavam-se Tates-Corongos. Para Gustavo Barroso, que sempre subestimou a inteligência dos negros, a revolta deixava "entrever que seu chefe supremo era um organizador, nunca descoberto, verdadeira cabeça oculta, pessoa de mais valor e inteligência do que um simples pedreiro, como o mestiço Pimenta, único graduado da seita a que a polícia pôde chegar".

Bibliografia. BARROSO, Gustavo. *Segredos e Revelações da História do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1961.

MACOTE. O mesmo que mocambo ou quilombo.

MACUMA. Escrava doméstica que acompanhava a senhora quando esta saía à rua e prestava-lhe o serviço doméstico. V. *Mucama*.

MADRE ROSA. Rosa Maria Egípcaca da Vera Cruz, negra mina que, aos seis anos de idade, desembarcou de navio negreiro no Rio de Janeiro, em 1725. Após longos anos de vida atribulada, tornou-se beata e passou a ter dezenas de devotos. Seu primeiro proprietário vendeu-a aos catorze anos para a mãe do conhecido literato frei José da Santa Rita Durão, em Minas Gerais, onde começou a vender o seu corpo. Com quase trinta anos de idade, atacada por uma doença que a fazia ficar com o rosto inchado, sentir tumor no estômago e cair desacordada, Rosa decidiu vender seus bens (jóias e roupas) e distribuir tudo o que possuía aos pobres, vivendo doravante como beata. Ligou-se então ao padre Francisco Gonçalves Lopes, exorcista conhecido como "Xota-Diabos". Rosa dizia-se possuída por Satã, o que a

levou a ser presa e flagelada no pelourinho em Mariana. Fugiu para o Rio de Janeiro com o auxílio do padre Francisco, onde continuou a ser possuída por Satã, embora em menor intensidade. Por sugestão das beatas que freqüentavam os templos cariocas, revelou sua vida e dons espirituais. Rosa confessou ao provincial dos franciscanos, frei Agostinho do São José, ter visões em que vislumbra Nossa Senhora da Conceição, no céu, recebendo revelações de uma fonte de água milagrosa. A partir daí (1752), passou a freqüentar o Convento de Santo Antônio. Os franciscanos impressionaram-se com a vida mística de Rosa, chamando-a de "a flor do Rio de Janeiro". A Igreja Católica, nesse momento, procurava oferecer modelos de santidade para a população negra; Rosa, portanto, poderia ser uma futura santa. Passou a chamar-se Rosa Maria Egípcaca de Vera Cruz e, por visão celestial, Nossa Senhora obrigou-a a aprender a ler e escrever, o que fará a contento. Também por inspiração sobrenatural, Rosa decidiu fundar um recolhimento para prostitutas, no que foi ajudada pela doação de um sacerdote de Minas Gerais, seu devoto e admirador. Em 1754, foi lançada a primeira pedra do Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, estabelecimento que chegou a abrigar uma vintena de donzelas e mulheres da vida. Viviam de doações dos fiéis ou de parentes das recolhidas. Passou a ser chamada de "Madre Rosa" pelos seus devotos e iniciou a escrever suas visões: completou mais de 250 folhas do livro *Sagrada Teologia do Amor de Deus Luz Brilhante das Almas Peregrinas*. Fiéis freqüentavam o seu recolhimento, para ouvir conselhos ou para buscar relíquias: uma espécie de biscoito feito com farinha e saliva da própria Rosa. Esta, porém, indispôs-se com o clero carioca por discutir com alguns sacerdotes que, segundo ela, davam mau exemplo conversando na igreja durante o culto. Por isso, foi denunciada ao Bispo, após ter retirado à força da igreja de Santo Antônio uma senhora da sociedade pelo mesmo motivo. Por essas razões, mandaram-na prender. Foram chamadas testemunhas para denunciar as suas excentricidades e Rosa e o padre Xota-Diabos acabaram enviados para Lisboa, onde foram ouvidos pelo Santo Ofício, em 1763. O padre declarou ter sido enganado pela falsidade da negra, pediu perdão por sua boa-fé e recebeu como pena o degredo de cin-

co anos para o sul de Algarve. Rosa insistiu em reafirmar suas visões, revelações e êxtases. Data de 4 de julho de 1765 a última sessão a que foi submetida. A partir daí, o processo interrompeu-se inexplicavelmente. Luiz Mott (1987) levanta a hipótese de que a preta Rosa morreu incógnita nos cárceres da Inquisição. **Bibliografia.** MOTT, Luiz. "Uma Santa Africana do Brasil Colonial", *D. O. Leitura*, São Paulo, jul. de 1987.

MÃE DE BALCÃO. Escrava responsável pela retirada do açúcar das formas, preparando-o para a secagem no engenho.

MAHIN, LUÍSA. Africana livre, quitandeira, uma das participantes da Grande Insurreição (V.) de 1835, em Salvador (Bahia), e na Sabinada (provavelmente) de 1837. Implicada nos movimentos dos escravos, foi transferida ou transferiu-se para o Rio de Janeiro. Ali, ao que tudo indica, continuou suas atividades revolucionárias. Poucos elementos se têm da sua biografia e muitos pesquisadores supõem que tenha sido recambiada para a África. Foi mãe do grande tribuno e abolicionista Luís Gama (V.), ele próprio vendido como escravo pelo pai. Em carta a Lucio de Mendonça, datada de 25 de julho de 1880, Luís Gama fornece alguns dados biográficos: "Sou filho natural de uma negra, africana livre, da costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luísa Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, generosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio — era quitandeira muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. Era dotada de atividade. Em 1837, depois da revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que conheciam-na e que deram-me sinais certos, que ela, acompanhada com malungos (V.) desordeiros, em uma casa de dar fortuna, em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses amotinados fossem mandados por fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente

os africanos livres tidos como provocadores. Nada mais pude alcançar a respeito dela. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te". Dizia ele nos versos dedicados à mãe:

Era mui bela e formosa
Era a mais linda pretinha
Da adulta Líbia rainha
E no Brasil pobre escrava.

Muitos pesquisadores vêm nessa quadra a convivência de Luís Gama quanto a uma linhagem de realeza africana em Luísa Mahin. Sobre isso, Sud Menucci (1938) observa: "Escritores nossos, baseados nessa quadra afirmam que Luísa Mahin fora princesa na África. Não era muito difícil ocupar esse posto entre as tribos negras que formavam reinos efêmeros às dúzias. Mas não creio que Gama quisesse realmente aludir a essa qualidade materna, nos seus versos. Parece-me que foi um recurso poético, apenas, para mostrar a diferença fundamental entre a antiga posição de livre e a de agora, reduzida a cativo". Referindo-se à possibilidade de sua mãe ter tido mais de um filho, diz Luís Gama:

Éramos dois – seus cuidados,
Sonhos de sua alma bela;
Ela a palmeira singela
Na fulva areia nascida.
Nos roliços braços de ébano
De amor o fruto apertava,
E à nossa se juntava.
Um beijo seu que era vida.

Desse outro filho não há notícias. Possivelmente não era do mesmo pai de Luís Gama. **Bibliografia.** MENUCCI, Sud. *O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luís Gama)*. São Paulo, Nacional, 1938.

MAIOMBÉ. Canga de madeira na qual os negros comprados ou capturados no interior da África eram atados uns aos outros para serem conduzidos até o litoral. V. *Pombeiro*.

MAL-DE-LUANDA. Trata-se do escorbuto, assim denominado no tempo da escravidão por supor-se que, em vez de uma avitaminose adquirida durante a travessia em consequência da má alimentação, fosse uma doença contagiosa trazida

para o Brasil pelos africanos. V. *Doenças dos escravos*.

MALÊ. Termo genérico aplicado aos negros, escravos e livres, que participaram das revoltas em Salvador (Bahia), no século XIX, sobretudo da Grande Insurreição (V.) de 1835. Até hoje é debatida a origem do vocábulo, mas pode-se afirmar com certeza que nenhum participante desses levantes auto-identificou-se como malê, mas sempre pela nação africana a que pertencia, como se depreende da leitura dos documentos, especialmente as peças do inquérito policial, que se encontram no Arquivo Público da Bahia. Daí, evidentemente, poder-se deduzir que é uma palavra alheia ao grupo e não designativa de um local de origem. Por outro lado, como se sabe, a maioria desses escravos e negros livres insurretos pertencia ao chamado Islã Negro, isto é, eram adeptos da religião maometana. No entanto, em nenhum lugar do mundo os muçulmanos usam outro vocábulo para se autodefinirem senão muçulmano, com algumas variáveis regionais, de acordo com a adaptação à língua local. Assim: *musulman* em espanhol, *musulman* em francês, *moslem* em inglês, *muselmann* em alemão etc. Nas línguas africanas onde o Islã Negro predomina, repete-se o mesmo fenômeno: muslim tornou-se *silamé* em bâmbara, *musulmi* em hauçá, *silami* em mandinga, *sillami* em songoy etc. Os hauçás na Bahia, como demonstram os autos e processos existentes no Arquivo Público, sempre se denominavam *musulmi*, pronunciando a palavra *muçurumin*, porém nunca *malê*. O termo, portanto, não designa e identifica o grupo rebelde cujas lideranças sempre se disseram muçulmanas. Daí as hipóteses levantadas de que tal termo era pejorativo, chegando-se até, fantasiosamente, a afirmar, como Brás do Amaral, que era uma corruptela de "má lei", isto é, de negro que não respeitava a lei, rebelde, inconformado. Por sua vez, vários autores opinaram que a palavra deriva de Mali, nome de um reino muçulmano do vale do Niger, habitado pelos malinkê. Nina Rodrigues inclina-se a favor desta hipótese, no que foi acompanhado por outros estudiosos como Renato Mendonça, Artur Ramos e o próprio Roger Bastide. Mas a verdade é que também não se encontra nenhum membro dessa nação entre os implicados nas insurreições baianas. Portanto, não consideramos

válida a denominação "Revolta dos Malês", pelo simples fato de que o termo não identifica nem étnica nem socialmente os componentes que foram os agentes ativos do movimento. É uma forma cômoda e já tradicional de caracterizar esses movimentos ou, especialmente, a insurreição de 1835. Ultimamente, as pesquisas etnolinguísticas retomaram o assunto, situando-o em bases científicas satisfatórias. O antropólogo Vivaldo da Costa Lima, por exemplo, em depoimento à professora Vânia Maria Correa de Alvim (1975), assim se expressa:

O problema das revoltas negras na Bahia do século XIX permanece, como tantos outros de nossa etno-história, à espera de uma análise definitiva. Os autores não são unânimes, por exemplo, quanto à motivação religiosa, o espírito de "guerra santa", de *jihad* muçulmano, que animava aquelas insurreições. Por outro lado, embora admitida por todos, a participação do Islã tem sido abordada angularmente, sem que ainda se tenha tentado uma análise exaustiva do processo revolucionário dos negros malês – escravos e libertos – nas referidas revoltas. De um modo geral, os autores seguem o esquema histórico e conceitual usado por Nina Rodrigues no capítulo consagrado aos negros maometanos em *Os Africanos no Brasil*. Mas os problemas levantados pelo velho Nina, suas hipóteses etnolinguísticas, históricas e sociológicas não mereceram até agora um tratamento sistemático de especialistas. Dois aspectos do problema me parecem mais importantes, de um ponto de vista de revisão crítica: a motivação religiosa, muçulmana, predominante em todas as revoltas e a questão debatida do significado do termo etnolinguístico Malê. O primeiro dos aspectos da questão merece, por si só, um estudo à parte. Estudo em que se tentaria uma interpretação à luz de um método antropológico que engloba a análise dos movimentos messiânicos, como fez recentemente Max Gluckmann, na sua análise dos movimentos dos Kikuu conhecidos como Mau-mau. Parece que este enfoque seria bastante útil para uma interpretação das revoltas negras da Bahia, com necessária valoração dos elementos religiosos e políticos neles envolvidos. Prefiro, aliás, a expressão "revolta" para caracterizar as insurreições negras na Bahia em vez de "rebeliões", segundo a conhecida diferenciação proposta por Gluckmann: a revolta quer a mudança de toda a ordem social, enquanto a rebelião visa a mudança em indivíduos dentro da mesma ordem ("Rituals of Rebellion in South-East Africa". In: *Order and Rebellion in Tribal Africa*, London, Cohen West, 1963). O que os escravos queriam afinal com as revoltas de 1807

e 1835 era a mudança social, que lhe traria, então, a ambicionada mudança de *status*. Nestas notas, entretanto, me limitarei à revisão do problema etnolinguístico do termo malê, recapitulando as hipóteses já sugeridas e concluindo com o que suponho ser uma síntese válida de toda a matéria. Procuro seguir, no desenvolvimento da matéria, o método do que se vem chamando, ultimamente, "etnografia da significação", e tentando, dessa maneira, manter o enfoque etnolinguístico, a meu ver indispensável no estudo dos contatos de culturas africanas no Brasil. No verbete "Malês" da pesquisa "A linguagem do povo de santo na Bahia" lê-se: "O mesmo que muçurumin. Nome dado aos muçulmanos na Bahia. A palavra tem sido objeto de variada análise etimológica no Brasil. [...] O termo é de indiscutível origem ioruba. Ver: Crowther que grafa *imalle* (imalê): 'Mahommedan'; Oxford: *Imale* (imalê), n. Mohammedan, Moslem; Abraham, que grifa *imale* (imalê) e *imonle*, com o sinal descritivo sob o 'o', na sua convenção pessoal para transcrever os fonemas nasais, e oferece, ainda, uma etimologia para a palavra ioruba: 'Mohammedan: Muslin (do hauçá *málami*, que vem do árabe mualimi, 'mestre')".

Este parágrafo do verbete servirá de base à revisão propriamente lingüística da questão, a que se dará, nestas notas, um tratamento por acaso menos lexicográfico. Poucas palavras de origem africana e assimiladas ao português do Brasil têm provocado maior desencontro de opiniões entre os especialistas – etnólogos, historiadores e lingüistas – interessados no estudo da contribuição africana à cultura brasileira. As mais variadas hipóteses, as mais fantasiosas etimologias têm sido sugeridas para o termo, que permanece, desde os tempos de Nina, indefinido e nebuloso. Curioso é que, a maioria dos autores que cuidaram da questão, com a surpreendente exceção de Jacques Raimundo, preocupavam-se com a etimologia de Malê, partindo de critérios analógicos, etnológicos e geográficos, deixando inteiramente de lado o enfoque lingüístico que teria logo esclarecido definitivamente o problema. Lembro como a solução do que, para mim, no Brasil permanecia um enigma, me veio, nos anos de 1960, na Nigéria, quando ouvia a cada passo na islamizada cidade iorubá de Ibadã, as expressões *malês* e *imalê* usadas para designar os muçulmanos. A consulta aos dicionários apenas abonaria as formas recolhidas: "malê" ou "imalê", ambas as formas correntes entre os iorubas da Nigéria e do Daomé, era o maometano, o muçulmano. Assim é que, na África, as pessoas de língua ioruba chamam os seguidores do Islã. Assim é que os escravos nagôs da Bahia chamavam todos os que professavam a religião de Maomé. Os nossos pioneiros estudiosos da cultura africana no Brasil – Nina e Artur Ramos, sobretudo – preferiam,

porém, aceitar o que, no seu tempo, certamente lhes pareceu a explicação mais válida: Malê, com origem nas formas derivadas de Malinkê e de Mali. Vamos tentar, assim, resumir toda a questão das hipóteses primeiras de Nina. Já no *Animismo Fetichista dos Negros da Bahia*, Nina Rodrigues associava a palavra malê ao termo malinke (malinke): desenvolveu sua idéia, retificando-se em parte: “Em trabalho anterior a este, procurando a origem da denominação de Malê que os negros muçulmanos tomaram na Bahia, fui levado a aproximá-la do termo Malinkê a que atribuí significação ofensiva ou deprimente. A aproximação era justa, a explicação da origem estava, porém, errada. Como o termo Malinkê, o nosso Malê indica a família Mande ou Mandinga”. E continua Nina, propondo, agora, a etimologia que ainda hoje é aceita, sem reservas, por muitos autores: “Malê é evidentemente uma ligeira e insignificante corrupção de Malle, Mellê, Mali ou Malal, donde vem também ‘Malink’ (Mali-nkê, a gente ou homem de Mali)”. Mali ou Mellê era o nome de um dos três célebres e afamados impérios em que, no começo da era cristã, se desenvolveu todo o brilho da civilização central da bacia ou vale do Níger. Mais tarde, na sua revisão de Nina, Artur Ramos retoma a hipótese de Mali como origem de malê, desenvolvendo um extenso raciocínio analógico, apoiando-se sobretudo na história do antigo império dos mandingas e sua islamização. O que Ramos chamou de sua “exegese histórica dos grandes impérios sudaneses, e da infiltração do islamismo entre esses povos”. É ainda nessa obra em que Ramos já se refere a *muçulmin* de uma maneira que o teria levado, estivesse ele preocupado com o que às vezes erroneamente chamou, com certa restrição, de “método lingüístico”, seguramente a uma melhor compreensão do problema. Escreve Ramos: “Foi sobretudo com os Hauçás que o islamismo penetrou no Brasil e não com os mandes ou mandingas, há muito desaparecidos e de que só restam subgrupos”. O que é e parece bastante válido. De fato, é no abominado por Ramos “método lingüístico” que vamos encontrar o melhor apoio para a sua afirmativa: além da expressão mandinga – no seu uso embora restrito e na palavra cuxá, regionalismo da área do Maranhão – não conhecemos outras palavras correntes no português do Brasil a que possa ser atribuída uma origem mande. Por outro lado, os termos que ficaram ligados ao sistema de crenças e ao ritual muçulmano são todos – ou quase todos – de origem ioruba, por sua vez vindos, na sua maioria, do hauçá. Mas, conclui Ramos: “Daí o motivo por que os negros Hauçás, maometanos na Bahia, verdadeiros Muçulmins, desconheciam o termo Malê, para eles qualificativo de desprezo, de infiel, o que vem até certo ponto explicar uma observação aparentemente paradoxal de Francis de Castelnau, um francês que residiu na Bahia nos meados do século passado: ‘on

désigne sous ce nom de Lalais (sic) tous les infidèles, c’est-à-dire tous ceux qui ne sont pas mahométans’”. Ora, não é crível que os hauçás, que falavam, como a maioria dos negros do século XIX na Bahia – ou pelo menos entendiam – o iorubá ou nagô, ignorassem o termo malê, corrente a ponto de se tornar o qualificativo da mais importante das revoltas da época. Eles poderiam, sim, é não aceitar, ostensivamente a denominação, precisamente por ser uma expressão de outra língua, e usada também por “infieis” católicos ou pela gente de santo dos candomblés. Daí a rejeição do termo, a afetação de ignorá-lo. Sobretudo porque os hauçás tinham o seu próprio termo para muçulmano, como preferiam, é claro, ser chamados: *muçulmin*. Este, sim, o termo dos hauçás para muçulmano, por oposição ao imalê ou malê dos nagôs-iorubás. Aliás, ainda quanto a *muçulmin*, e suas outras formas dialetais referidas por vários autores inclusive Ramos (muçurumin, muxurumin, mucuruí etc.), escreve Ramos, já agora no capítulo “Negros Maometanos: O Grupo Malê”, de sua *Introdução à Antropologia Brasileira*: “A origem do termo muçulmi é clara; trata-se evidentemente de uma corruptela de muçulmano, com as formas muçulmi, muçurumi, muxurumin, mucuruí, que registrei nas minhas pesquisas nas macumbas do Rio e da Bahia”. “A palavra muçulmin – não é uma corruptela de muçulmano”, antes uma modificação fonética do hauçá *musulmin*, que esta palavra, sim, é que originou as formas consagradas. Abraham e A. Howeid são bem claros no seu *Dicionário de Língua Hauçá*: “Musulmi, do árabe Muslim”. Portanto, mussurumi ou mussulmi vem do hauçá *musulmi* e não do português “muçulmano”. As duas expressões malê e muçurumin, para caracterizar os maometanos na Bahia, são ambas válidas nas suas origens, uma ioruba, outra hauçá, as duas línguas principais dos muçulmanos na Bahia do século XIX. A preferência por uma ou outra das palavras dependia, é claro, da origem étnica do sujeito, nenhuma das duas possuía uma carga pejorativa essencial. Apenas os muçulmanos hauçás preferiram ser chamados de muçurumins – como ainda hoje o são entre os povos de língua hauçá na África, claro com suas variantes fonéticas regionais ou dialetais – a malês ou imalês, termos esses usados pelos nagôs, nem todos convertidos à lei do Profeta. Mas, voltando a Ramos e à sua hipótese, depois de comentar as diversas etimologias que refuta por incorretas, apoiando-se, agora, certamente nas obras de Delafosse, onde encontrou a sinonímia regional de Mali entre vários povos do chamado Sudão Ocidental, afirma: “Fica assim provado que Malê não é mais do que pequena modificação dos termos Mel, Mellit, Melal e Melel que os semitas e árabes davam aos povos Malinke o qual passou depois a significar os Negros que na África sofreram o contato com o islamismo”. Não sabemos em que

fontes se apoiou Ramos para essa conclusão categórica. As centenas de povos que, desde o século XII, vêm sofrendo a influência do Islã, especialmente os que mais recentemente têm se convertido em massa à fé muçulmana e que interessam à formação étnica e cultural do Brasil – todos têm seus próprios nomes para o crente muçulmano. Não nos consta que além dos iorubas e dos jejes – que obviamente emprestaram o termo de seus vizinhos – outros novos africanos chamem os muçulmanos de malês, ou imalês. E de todo modo, o problema no Brasil não se põe dessa maneira. O que nos interessa provar é a origem do termo malê, e esta é indiscutivelmente o iorubá imale ou malê. Outra coisa a que não poderemos nos aventurar é a origem iorubá do termo. Se veio ou não, como quer Abraham de *mualim*, o árabe para mestre, professor; se de Mali e suas variantes; ou se podemos ainda aceitar a etimologia popular corrente entre os nagôs do Daomé, e que me foi transmitida pelo Malam Ibrahim, um excelente informante em Porto Novo: imalê seria a palavra usada pelos nagôs quando começaram a se converter de seu culto tradicional dos orixás e acharam a nova lei excessivamente dura e difícil de seguir. *Imó*, lei, regra; *ilé*, dura severa. Portanto, *imalê*, “a lei dura”, “a lei severa”. Esta etimologia, como tantas outras etimologias populares correntes em todos os povos africanos para explicar as origens de seu etnônimo, senão correta, merece entretanto ser mencionada como provável. Aliás, Geoffrey Parrinder a menciona, de passagem, no seu *Religion in an African City* (London, Oxford University Press, 1953, p. 70): “Muslims are called *imale* by other Yoruba, a nickname which may mean ‘the strict in religion’”. Esta referência nos leva ao problema já sugerido por Nina – e retomado por outros inclusive Ramos – de que malê tinha, para os maometanos, uma significação pejorativa. Ainda aí Ramos se deixa levar por um ataque deficiente do problema, de um ponto de vista lingüístico. Retoma ele a mencionada referência de Castelnau – que a certa altura correspondente chama de paradoxal – sem analisá-la criticamente, e sem simplesmente abandoná-la por impréstável. Castelnau diz que os malês (que ele grafa, naturalmente, em francês, *malais*, como também o faz o padre Labat na sua *Voyage de Chevalier des Marchais*: são “todos os infieis, isto é, todos que não são maometanos”). Incompreensível e contraditório como pareça a frase de Castelnau, bastou a Ramos para, com o suporte de uma observação de Luiz Lavénère, partir para a pretendida carga pejorativa do termo malê. Diz Ramos: “O termo malê tinha, para os verdadeiros maometanos, uma significação pejorativa, o que explica uma observação de Castelnau na sua passagem pela Bahia, e a que fiz referência em *O Negro Brasileiro*. Isto está ainda de acordo com uma observação do Prof. Luiz Lavénère, de Alagoas, que

me refere ter ouvido o termo malê como expressão injuriosa, na frase usada pelos velhos nagôs: Malê ocôô”. A observação a que Ramos se refere foi feita por Luiz Lavénère no artigo “A Propósito de Malê”, transcrito, nos seus pontos essenciais, por Abelardo Duarte em seu *Negros Muçulmanos nas Alagoas*. Esse escritor também aceita inteiramente a hipótese de Nina – a etimologia para Malê de Mali, e a semântica de Malê com uma carga pejorativa. Para apoiar sua preferência, então, é que se refere ao artigo de Lavénère em que o mesmo conta ter ouvido a expressão nos seus tempos de criança, de negros africanos. Mas valerá bem citar o texto de Lavénère: “Uma vez havia eu ouvido de negros, que altercavam, uma frase assim: malê ocô ô. Indaguei da negra que me ensinava palavras de nagô e apenas me respondeu que era muito feio e aconselhou que eu não dissesse aquilo. Mas eu disse, na primeira oportunidade, a uma negra velha que se enfureceu e proferiu uma embrulhada de palavras num português levado da breca. E sempre acontecia assim quando eu repetia a frase a outros negros. Nunca encontrei essas palavras em vocábulos africanos. A observação serve apenas para comprovar o sentido injurioso atribuído pelo Dr. Artur Ramos ao vocábulo malê”. Desse depoimento de Lavénère, conclui Duarte: “Reputo de grande valia essa curiosa observação do Prof. Luiz Lavénère. Ouviu este, de viva voz, de velhos escravos nagôs a frase deprimente. Conta Luiz Lavénère que – fato a assinalar devidamente – quando era menino conversava com ‘negros originários do Congo e Angola’ e chegou a aprender da boca de uma escrava negra palavras de língua nagô. Desse seu depoimento se conclui: a) a significação emprestada ao vocábulo malê era inegavelmente injuriosa; b) nas Alagoas, como na Bahia, possuía a mesma significação”. Vê-se bem aí a que levam as incursões etimológicas em idiomas tonais de que se desconhecem a estrutura fonética em suas implicações significativas. O que o Prof. Lavénère ouviu e repetiu na curiosidade infantil de seus verdes anos – e pode-se bem imaginar o espanto dos africanos em ouvir um “menino branco tão desbocado” – era certamente grosseiro, mais que isso, francamente obsceno. Mas não pelo malê, que talvez nem fosse malê, mas uma forma verbal homófona e sim, pela palavra *ocô*, que é o iorubá para órgão sexual masculino. Esta palavra, aliás, é uma das palavras que mais causam constrangimentos e situações vexatórias ao principiante da língua iorubá, pois, aos ouvidos não habituados do principiante, ela não se distingue muito bem de suas quase homófonas *òkò* (*oco* no tom baixo para os dois fonemas), que significa “atirar”, “lançar”; *òkò* (nos mesmos tons!) que é uma vila em Ilofá, na Nigéria Ocidental; de *oko* (no tom médio) que significa roça, fazenda. Era, sem dúvida, o radical com o primeiro dos significados referidos (com o tom alto do segundo “ô”)

que causava escândalo entre os velhos africanos das Alagoas, certamente de origem nagô, ou, ao menos, conhecedores da “língua geral” do negro escravo no Brasil no século XIX.

Do ponto de vista etnolinguístico, a argumentação do Prof. Costa Lima é perfeita. No entanto, do ponto de vista histórico, há diversas questões que ainda não foram resolvidas. A primeira é que, em toda a documentação conhecida dos processos da insurreição de 1835, um suspeito sequer, implicado ou condenado, auto-identificou-se como malê. Todos eles fazem questão de identificar-se como membro de nação. Há mesmo depoimentos de escravos que, ao serem incriminados, defendem-se dizendo não ter participado por não entrar em movimentos de nagôs. Despiste tático para não ser incriminado? Possivelmente sim. Mas, se aceitarmos a tese de que o movimento tinha um objetivo religioso, obviamente os seus participantes colocariam em primeiro plano a sua condição de membro daquele sentimento que dinamizou a revolta. Por outro lado, o termo malê, já bastante generalizado pelos “grupos de fora” era usado muitas vezes pelos delatores. Na malograda insurreição de 1844, quando a preta liberta Joana Joaquina de São José foi interrogada sobre as reuniões que se verificavam no local em baixo de sua casa, respondeu “que não tem notícias de semelhante tentativa, mas sabe que na referida costuma-se reunir-se muitos negros sendo a maior parte deles Nagôs e Tapas e alguns deles hauçás, conversam muito, gritam às vezes e outras riem-se bastante, durante as suas reuniões que invariavelmente principiam às seis horas da tarde e acabam às vezes às oito horas da noite ignorando ela interrogada o motivo destas reuniões, isto até pouco tempo, mas que de próximo e por ocasião da desavença entre o preto Francisco e a preta Maria ambos moradores na dita loja, e amásio um do outro, soube que aquelas reuniões eram de Malês que tentavam contra os brancos segundo lhe disse referida preta Maria que ia denunciar à polícia, como de fato denunciou”. O termo malê, neste contexto, entra como subversivo, denunciador de uma atitude de conspiração permanente. Por outro lado, devemos considerar que na insurreição de 1835 havia uma diversidade étnica muito grande entre os seus participantes, embora seja incontestável a hege-

monia nagô. Há, portanto, um componente sociológico que deve ser levado em consideração. Em primeiro lugar, a população negra rebelde era muito diversificada: pela relação dos implicados sabemos da participação de iabus, benins, minas, jejes, mundubis, tapas, bornus, baribas, grumas, calabares, camarões, congos e cabindas. Em segundo lugar, como indicam alguns documentos, não foram apenas os líderes religiosos tradicionais que se reuniram no Cruzeiro de São Francisco, ou no Gravatá, fazendo as suas prédicas corânicas que lideraram o movimento. Os candomblés também foram locais de organização pré-insurrecional. Costa Lima escreveu, em outra oportunidade, que o “processo aculturativo entre nagôs e jejes deve ter-se acentuado na Bahia pelo começo do século XIX em movimentos antiescravistas. Os candomblés eram, no começo do século XIX, centros de reunião de nagôs mais ou menos islamizados que aqui vieram, como jejes, hauçás, grumcis, tapas e os descendentes dos congos e angolas que há muito eram trazidos da costa”. Por conseguinte, era um espectro etnográfico por demais variado, com as suas inevitáveis diferenças religiosas e culturais, para que, acima dessas particularidades, se criasse uma hegemonia a partir do componente religioso. O que nos parece é que, mesmo levando-se em consideração a validade da análise linguística, o termo malê deve ter-se diferenciado e adquirido um significado dicotômico, independentemente da sua origem etnolinguística. Os “de fora” viam-no com um significado e os “de dentro” com outro. No entanto, do ponto de vista sociológico, pensamos que o problema não está definitivamente elucidado. Corroborando as conclusões de Costa Lima sobre o candomblé como ponto de reuniões desses negros, temos o exemplo do comportamento das autoridades no processo de repressão, voltando-se com particular interesse para “casas de candomblé” que existiam na periferia de Salvador. Isso mostra como o leque de participação desses escravos livres era muito mais diversificado do que geralmente se acredita. Mesmo porque a própria função da religião muçulmana aqui e na África mudou também de significado e de conteúdo. Devemos considerar que o maometanismo, que penetrou na África negra por volta de 620, tinha uma função de controle social daquelas populações na-

tivas sob seu domínio. Os árabes, à medida que penetravam e subjugavam o Continente Negro, em busca basicamente de escravos, usavam o islamismo como uma ideologia conservadora, de imobilismo social, contra aquelas religiões tradicionais dos grupos étnicos nativos. Criava-se, assim, para os dominados a visão de um universo imutável, ou, na melhor das hipóteses, uma visão ambígua e confusa dos valores religiosos em confronto. Como explicar, pois, a modificação do significado sociológico da função do Islã Negro, que se transformou de elemento de controle social, na África, em elemento de mudança social no Brasil escravista? O problema do “infel” aqui está subordinado a outro sistema de estratificação e divisão de classes, pois o branco, ao tempo em que era católico, isto é, representante de uma religião contrária, era, ao mesmo tempo, o opressor social, o senhor de escravos. Somam-se assim elementos que transformaram o islamismo negro em uma ideologia que unificava o oprimido nos três planos: social, racial e religioso. Daí o termo malê, embora aceitando-se a sua raiz etimológica, ter podido mudar de significado, transformando-se e adquirindo um significado novo, simbólico, sem ligação com suas raízes etimológicas. É um problema aberto às pesquisas de historiadores e sociólogos. **Bibliografia.** ALVIM, Vânia Maria Correia de. *Movimentos Proféticos Pré-políticos e Contraculturais dos Negros Islamizados na Bahia do Século XIX: A Revolta dos Malês*. Salvador, 1975 (mimeo); *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, vol. 38, Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835, 1968; *idem*, vol. 40, manuscritos sobre revoluções de escravos, 1971; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MALUNGO. Para Aires da Matta Machado Filho (1943), o termo designa jovem, mas, por extensão, companheiro. Segundo Artur Ramos (1942), era a forma como os escravos se tratavam durante a travessia no navio negreiro. A solidariedade ante a desgraça comum, de que nos fala o Conde dos Arcos, estabeleceu um modo de tratamento simbólico entre eles para designar a situação em que se encontravam. Artur Ramos dá à palavra o significado também de camarada. Não temos informações de que, após o desembarque, o termo tivesse sido usado permanentemente com este significado entre os escravos, no seu cotidia-

no nas fazendas ou em outros tipos de atividades. No entanto, não é descartável a hipótese. Para Renato Mendonça (1935), o termo também é sinônimo de camarada, companheiro, e ainda assinala que Macedo Soares deriva-o, com dúvidas, de *man’ugo*, vizinho. Na área da literatura, Xavier Marques usa o vocábulo em um dos seus romances: “Adiante um velho pachorrento, sentado à beira da palhoça, tecia palha da costa enquanto o malungo fazia balaio e samburás”. Vê-se que Xavier Marques empregava o termo de forma genérica e diferenciada para designar o africano e vizinho, e não no seu sentido simbólico inicial que vinha do navio negreiro. **Bibliografia.** MACHADO FILHO, Aires da Matta. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943; MENDONÇA, Renato. *A Influência Africana no Português do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935; RAMOS, Artur. *A Acluturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.

MALUNGUINHO. Nome dado ao chefe do quilombo de Catucá, no interior de Pernambuco, no século XIX. Tudo leva a crer que Malunguinho era um líder com muita perícia militar, pois chegou a preocupar o comandante das armas Antero José de Brito, que chefou uma expedição contra ele e depois enviou ao presidente da Província, José Carlos Mairink da Silva Ferrão, um ofício assim redigido:

II.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Tendo sido encarregado o ano passado de fazer destruir os quilombos de Catucá e Goiana, sobre os quais fiz marchar tropas de primeira e segunda linha, ordenanças, e índios que vieram da Paraíba, agora é que posso apresentar a V. Ex.^a a relação junta dos pretos que foram presos em Catucá, sendo alguns de Goiana, não sendo incluídos muitos que ali mesmo foram castigados e entregues aos seus senhores, sendo unicamente remetidos para esta praça e vendidos para fora da Província os principais chefes dos quilombos. Nas expedições de Catucá tiveram dois soldados mortos de primeira linha, dois de milícias, um de ordenanças, cinquenta feridos de primeira linha, de balas e estrepes, de que ficaram muitos aleijados; houve alguns feridos de milícias; todas as tropas empregadas, de milícias e ordenanças tiveram soldados e etapas tal qual a tropa de primeira linha. Os quilombos de Goiana foram completamente destruídos; a maior parte da escravatura apresentou-se a seus senhores, e a tropa só abandonou o mato depois de não existir um só negro, tornando-se mesmo desnecessária uma pequena guarda que fiz colocar, e que mandei retirar depois por ser inútil. Outro tanto não aconteceu no Catucá, que

tencionando continuar nos trabalhos e perseguir os negros constantemente e a fazer bater as matas ainda mesmo que não existisse um só, mas com o fim de evitar reuniões, não pude conseguir. Os moradores, e mesmo senhores de engenho, negavam todos os socorros e auxílios às tropas, recusando-se mesmo de aquartelá-las quando passavam por suas fazendas, tendo mais interesse em se comunicarem com os negros dos quilombos, a quem forneciam de pólvora e bala, e os admitiam em suas casas; os comandantes de ordenanças não mandavam a gente que se lhes pedia, obrigando assim a desertar os que deviam ser rendidos e reclamavam e protestavam contra os estabelecimentos de patrulhas e mesmo contra a guarda de primeira linha que fiz colocar no centro das matas, e que ainda lá se conserva, porque tenho conhecido a sua utilidade; e esta mesma guarda por falta de transportes tem-se faltado com o fornecimento, de maneira que por muitas vezes têm subsistido de caça; ficaram impunes os indivíduos apontados pelos negros presos com quem repartiam os seus roubos, de quem em troca recebiam pólvora e bala; os senhores de escravos que tinham sido ali presos opunham-se (ainda que não conseguiram) a venderem para fora da Província os seus escravos, apresentando para isto a V. Ex.^a, os mais insultantes requerimentos; todas estas coisas juntas foram pouco a pouco diminuindo este necessário serviço até que ficou reduzido a vinte homens de primeira linha, que apenas podiam aguardar o aquartelamento que se fez no centro da mata, até que a criação dos Juizes-de-Paz fez recair nestes a obrigação de distribuírem [sic] os quilombos e de evitarem que se formem outros; mas o que está acontecendo é bem notório. Devo igualmente participar a V. Ex.^a que os senhores de escravos presos, conforme a prática antiga, pagam 248\$000, que foram entregues aos apressadores, como consta dos documentos que se acham na fortaleza do Brum a cargo do comandante dela. Deus guarde V. Ex.^a muitos anos. Quartel-General no Recife, 8 de novembro de 1828. (Ao) II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. José Carlos Mairink de Brito.

Apesar da linguagem triunfalista do comandante, o que se pode depreender da narrativa é que o quilombo não foi destruído. Tanto a sua destruição não era verdade que Pereira da Costa (1983) escreve que logo depois da aparente destruição do quilombo de Catucá, “ocorreu a fuga de novos escravos dos seus senhores os quais de preferência se foram homiziar naquelas próprias matas do extinto quilombo, lançando assim os germes de um outro que veio a tomar um desenvolvimento pelo constante engrossamento da sua população. [...] Situado o quilombo às portas de Recife, por

assim dizer, porquanto as matas de Catucá demoram a uns nove quilômetros da povoação do Beberibe, trazem os escravos aí homiziados alarmando os habitantes circunvizinhos e, entregues à razia apresentavam mesmo uns vislumbres de ameaças a tranqüilidade pública. [...] Malunguinho, um negro inteligente e audaz, astucioso e valente, era o chefe do quilombo e tinha o seu quartel-general no sítio denominado Macacos, às extremas da paróquia do Poço da Panela, estendendo-se os núcleos de habitação da sua gente pelas matas de Catucá e outras próximas. Os malunguinhos (V.), como se chamavam os quilombolas, atiravam-se em razias sobre os povoados circunvizinhos, viviam de guerrilhas, procurando sempre fazer surtidas e atacar de surpresa, atiravam-se covardemente sobre todos que consideravam seus inimigos; e, em atitude defensiva, tinham as suas emboscadas e atalaias, convergentes a pontos centrais, fortificados e guarnecidos. [...] Mais ou menos armados e municiados e prevendo a repressão do governo, estavam alertas e preparados para enfrentar qualquer assalto, e tinham, espalhados às aproximações das matas, agudíssimos estrepes e profundo fossos, convenientemente disfarçados para assim fazerem guerra à tirania e defenderem o seu direito e a liberdade, como dizem. Ciente o governo da renovação do quilombo, mas, na ignorância das suas forças e dos recursos de que dispunham, fez marchar alguma tropa com o fim de o extinguir; mas essas pequenas partidas regressavam sem coisa alguma conseguir, e, ao contrário, com sensíveis claros nas suas fileiras, e deixando mesmo aos malunguinhos novos elementos de força e resistência pelos despojos de armas e munições de guerra e de boca que caíam em seu poder”. Infelizmente, apesar das nossas pesquisas, não temos elementos para dizer o que foi feito com Malunguinho: se morreu em combate, se foi aprisionado ou se morreu naturalmente. Bibliografia. BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão*. Vol. 15. Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior Pernambucano; PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarpe, 1983.

MALUNGUINHOS. Eram assim chamados os negros fugidos e homiziados no quilombo de Catucá (V.), que existiu próximo ao Recife no século XIX. V. *Malungo*.

MAMPOSTEIRO. Funcionário arrecadador de renda, esmolas, quantias para resgate de cativos. Segundo Rodolfo Garcia (1956), no Brasil foi criado o cargo de mamposteiro logo que se iniciou a escravidão sistemática dos índios, a exemplo do que já havia em Portugal. Segundo esse autor, “convém saber que entre cativos e escravos a legislação antiga fazia diferença. Por cativo entendia o nacional que os corsários barbarescos aprisionavam em servidão, e que podiam ser resgatados pelo governo ou por particulares. Criou-se para tal fim uma renda, administrada por um funcionário que se denominava mamposteiro. Havia mamposteiros-mores e pequenos aos quais se deu regimento em 11 de março de 1560. Pelo mesmo tempo foi a instituição introduzida no Brasil, por influência, como supõe Varnhagen, da Mesa da Consciência e Ordens, a fim de proteger a liberdade dos índios. Para cada capitania foi pelo menos nomeado um mamposteiro, e de alguns deles chegaram os nomes até nós: Francisco Frágoso, de Pernambuco; Pedro Leitão, de Itamaracá; Onofre ou Inofre Pinheiro, da Bahia e Antônio Lopes Faleiro, dos Ilhéus. Os mamposteiros foram abolidos por lei de 14 de dezembro de 1775, passando suas atribuições aos provedores das comarcas. Tendo cessado as correrias dos barbarescos, desapareceu em Portugal a necessidade do resgate e do imposto denominado da redenção dos cativos. No Brasil, os mamposteiros, sem maior eficiência, teriam desaparecido ao mesmo tempo”. Bibliografia. GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

MANDURUCU. Emiliano Felipe Benício Mandurucu foi o chefe de um levantamento popular de negros, pardos e escravos em Recife, em 22 de junho de 1824 (Pereira da Costa, 1983). Levantaram-se contra os caiados (V.), temendo a possibilidade de desembarque de tropas lusas em Pernambuco. Aos caiados Nelson Barbalho refere-se como “essa gente antipatriótica e particularmente antipernambucana que bravamente se levanta naqueles tumultuados dias da vida provinciana, os homens de cor, chefiados pelo capitão Emiliano Benício Mandurucu, negro destemido que pretendia tomar de assalto a praça do Recife, pensando para isso contar com o apoio do major, também negro, Agostinho Bezerra Cavalcanti de Souza (V.), comandante-geral dos

Henriques da província, sob a alegação de que, sendo o número de pretos e pardos bem superiores ao dos brancos o movimento estaria vitorioso”. Pereira da Costa, que tomou posição francamente hostil ao movimento de Mandurucu, assim o descreve: “Na manhã [22 de julho de 1824] teve começo de ação um levantamento geral dos homens de cor contra os brancos, chefiado pelo major Emiliano Felipe Benício Mandurucu, comandante do batalhão de homens pardos. Atravessava então a Província um período de exaltações políticas em oposição ao Imperador, pelos seus atos de prepotência ditatoriais, vindo daí, poucos dias depois, a proclamação da Confederação do Equador; e bloqueado já o porto do Recife por alguns navios da esquadra imperial, deu-se um assalto (autorizado por John Taylor) ao posto do registro do porto pelas forças do bloqueio, sendo a sangue frio assassinados os seus encarregados. Mandurucu convoca então uma reunião da gente de cor, a qual compareceu, por convite, o major Agostinho Bezerra Cavalcanti e Souza, comandante do batalhão de homens pretos, que ignorava os seus fins. Expôs Mandurucu que estes eram vingar-se dos morgadistas, os do partido contrário, que se gloriavam daqueles assassínios, mas, por fim, descobre-se, patenteia-se o seu plano que começaria por um ataque e saque ao bairro comercial do Recife, e, depois, a sua execução para que, além do batalhão, contava com o de Agostinho Bezerra, com os de Monta Brecha, de pardos, Bravos da Pátria, de pretos e com a geral população dos homens de cor, acaso numericamente superior à dos brancos. [...] Agostinho Bezerra, porém, tenazmente se opõe a esses planos friamente traçados por Mandurucu, respondendo-lhe que não os havia de praticar, e por fim prorrompendo: ‘Enquanto eu comandar os meus pretinhos, hei de opor-me a semelhante barbarismo, a semelhante atentado’; e retira-se acompanhado por todos os pretos e alguns pardos. Mandurucu, porém, permanecendo firme na execução do seu projetado movimento, logo pela manhã mete em forma o seu batalhão, convenientemente municiado, e põe-se em marcha do Quartel do Hospício onde acantonava, depois de dirigir-lhe uma incendiária proclamação e distribuir esta quadra impressa: ‘Qual eu imito Cristóvão / Esse imortal Haitiano / Eia! Imitai ao seu povo / Ó meu

povo soberano'. A proclamação de Mandurucu não chegou aos nossos dias, mas a quadra agitadora, dirigida aos seus soldados, hoje faz parte do folclore pernambucano". Pereira da Costa, sempre insistindo na sua posição escravista, conservadora e racista, escreve que "aquele invocado haitiano era o preto Henrique Cristóvão que nasceu escravo, foi cozinheiro e, comprando a sua liberdade, serviu de soldado nos Estados Unidos de onde regressou para São Domingos com algumas idéias políticas e práticas do serviço militar. Tomou parte então do movimento revolucionário contra os colonos brancos, que vinha de 1791, quando os negros se sublevaram e mataram a seus senhores, até que, vitoriosos, proclamaram, em 1890 a sua república do Haiti". Aqui, como podemos ver, há equívoco de Pereira da Costa quanto à data da proclamação da república do Haiti, sendo a correta 1ª de janeiro de 1804. Prossegue Pereira da Costa, narrando que "Cristóvão chegou a general, constituiu uma república ao Norte da ilha, fazendo-se eleger seu presidente, a qual mudou em reinado, e fez-se proclamar rei, com o nome de Henrique I, mas foram tais as suas tiranias que provocaram uma insurreição; e vendo-se perdido, suicidou-se com um tiro de pistola. Tal foi o Cristóvão a quem Mandurucu queria imitar em Pernambuco; e tais fatos que foram ocorrido no Haiti que ele também queria reproduzir na Província. [...] Voltando à atitude de Mandurucu para a execução dos seus perversos [sic] intentos, marchou ele com o seu batalhão, acompanhado de um grande cortejo de gente, em demanda ao bairro do Recife, onde, com o saque, começaria a chacina dos brancos, mas, de tudo prevenido, Agostinho Bezerra forma a tempo o seu batalhão, parte em marcha acelerada do seu quartel da fortaleza de Cinco Pontas, chega a tempo de enfrentar-se com Mandurucu na Rua Nova, e fazendo alto, obriga-o a também fazê-lo. Parte então só, dirige-se ao chefe rebelde, houve troca de palavras mais ou menos veementes, incisivas, e daí a dispersão de quase toda a força de Mandurucu, que regressando ao seu quartel acompanhada de muitos paisanos, se limitou apenas uma parte a dar tiros no seu trajeto, o que alarmou a cidade, na completa ignorância das ocorrências. Agostinho Bezerra, que era então o encarregado do serviço policial, conseguiu afinal, sem derrama-

mento de sangue, restabelecer a ordem pública, depois de levar quase o dia inteiro em bater a cidade e refrear os amotinados, prendendo mesmo muitos dos mais exaltados". Portanto, em que pese a descrição tendenciosa de Pereira da Costa, observa-se que Emiliano Mundurucu tinha um objetivo político progressista diante da situação opressiva e discriminatória da época, procurando, através da luta armada, igualar os negros e pardos aos caiados e brancos privilegiados social e etnicamente, de acordo com os padrões vigentes. Já Agostinho Bezerra assume o papel de repressor do movimento, provocando um enfrentamento com as tropas de Mandurucu, com a possibilidade de derramamento de sangue entre as tropas e grupos negros em defesa da escravidão. Mandurucu, tachado de radical, por seu lado, evitou o enfrentamento, talvez convencido de que a intenção de Agostinho Bezerra fosse exatamente esta, melhorar a sua folha de serviços perante o governo imperial. Ironicamente, pouco depois Agostinho Bezerra envolveu-se na Confederação do Equador e com a sua derrota foi preso e condenado à morte por enforcamento. Apesar do corpo de comércio dirigir à comissão militar uma súplica de graça em seu favor, pelos serviços prestados durante a revolta de Mandurucu, o pedido foi negado e a sentença executada. **Bibliografia.** BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana. Subsídios para a História do Agreste e do Sertão*. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior Pernambucano, 1972, vol. 15; PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarpe, 1983. 10 vols.

MANOEL PEDREIRO, QUILOMBO DE. Localizava-se na região do Quilombo do Arroio (V.), afluyente da margem direita do rio Pelotas, no Rio Grande do Sul. No extinto jornal de Pelotas, *Princesa do Sul*, de outubro de 1852, encontram-se algumas informações sobre ele. Em artigo composto a partir de documentos da Câmara Municipal, lê-se que já, em 1831 e 1832, receava-se que a "existência de quatro mil escravos espalhados pelas charqueadas existentes nos arredores da vila, requeriam medidas policiais a fim de resguardarem a população de possíveis atentados". Talvez nessa época já existissem escravos fugidos na Serra dos Tapes. As correspondências entre a Câmara Municipal de Pelotas e a presidência da Província, revelada por Mário

Maestri Filho (1984), registra os fatos importantes no que se refere à expedição de recursos para a localização e repressão dos quilombos e informa sobre a existência do quilombo de Manoel Pedreiro, no ofício de 9 de julho de 1835: "Cumpre relatar a V. Ex.^a que de dia a dia se aumentam os roubos, assassinatos perpetrados pelos quilombolas, que ousada e astuciosamente têm alterado os pacíficos moradores da Serra dos Tapes. [...] E apesar das diligências de dois Inspectores de Quarteirões da dita Serra, mediante as ordens do respectivo Juiz de Paz, que tem mandado algumas partidas de gente armada a concluir com semelhantes salteadores, apenas se pôde conseguir a tomada de uma rapariga liberta, que os quilombolas haviam roubado da casa de seu pai, matando a este nos poteiros de São Lourenço; e de três escravos que haviam roubado de outras casas, ficando um dos ditos quilombolas morto nesse ataque, e os mais conseguiram escapar entranhando-se pelas matas. [...] Poucos dias depois apareceram os mesmos quilombolas em alguns lugares, cometendo atentados, chegando a sua ousadia a virem uma noite perto da Vila onde roubaram um homem casado e com família; e feriram a outro que o acompanhava, isto a pouco mais de duas léguas de distância desta Vila, ficando o morto na estrada com a cabeça separada do corpo. Por todos estes motivos a Câmara tem prometido gratificar com a quantia de quatrocentos mil réis a prisão, ou extinção do Chefe dos ditos quilombolas Manoel Pedreiro e com duzentos mil-réis por cada um dos nove companheiros nomeados daquele facinoroso". O documento termina com um pedido da Câmara de maior ajuda monetária para extinguir os quilombos da Serra dos Tapes. As verbas pedidas foram providenciadas em princípios de julho, aumentando assim o combate. Assim, em agosto, segundo informações do *Princesa do Sul*, foi abatido "na Serra do Tapes lugar ermo e tenebroso, quando resistia à prisão, o capitão-tenente do terrível cabeça Manuel Pedreiro". Para gratificar a morte de Antônio, africano de nação cabundá, que não se intimidara diante das armas desta partida de capitães-domato pelotenses, foi distribuído duzentos mil-réis entre os "guardas" da operação. Receberam também louvores da Câmara pelos serviços prestados Antônio Soares de Paiva, Joaquim Luís de

Lima e Roberto Marques da Silva. Não se sabe o destino do quilombola Manoel Pedreiro. A última referência em pequeno artigo diz que a Câmara, percebendo o perigo iminente com a intromissão dos "nucas raspadas" pelos subúrbios da cidade, resolveu não só se valer dos serviços particulares do "partido de colonos" nos distritos, como reorganizar a polícia volante, cujo comandante receberia a diária de 1 270 réis e os camaradas 640 réis, cada um, além da gratificação pela prisão e extinção dos malfetores e criminosos, a saber, pela cabeça do chefe Manoel Pedreiro: quatrocentos mil-réis e pelos companheiros cem mil-réis cada. Não se sabe, porém, o resultado de tudo isso. **Bibliografia.** MAESTRI FILHO, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Caxias do Sul, Educs, 1984.

MANUEL CALAFATE. Um dos líderes da Grande Insurreição (V.) de 1835 em Salvador (Bahia). Na época da revolta, tudo indica que era já um homem de idade avançada, daí ser tratado de "pai Manuel". Era liberto de origem ioruba (nagô) e morava na casa da ladeira da Praça, onde teve início a insurreição, com outro liberto, Aprígio. Segundo J. J. Reis (1986), Manuel Calafate "foi inegavelmente um personagem importante no esquema insurrecional. Recordamos a viagem a Santo Amaro às vésperas do levante para mobilizar gente. Lembramos também o juramento que seus discípulos faziam de morrer na luta com o mestre. Pai Manuel foi talvez o único alufá (V.) a participar efetivamente da luta e parece ter morrido de ferimentos recebidos na Praça do Palácio poucos minutos depois do início do levante". De qualquer maneira, nada de conclusivo se tem sobre o seu destino, isto é, se morreu, ou se foi ferido e conseguiu posteriormente fugir às malhas da justiça. **Bibliografia.** REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MANUEL CONGO, QUILOMBO DE. Este foi incontestavelmente o mais importante quilombo do território fluminense. Os escravos da fazenda Freguesia, de propriedade do capitão-mor Manuel Francisco Xavier, liderados pelo escravo Manuel Congo, em 13 de novembro de 1838, iniciaram a revolta, assassinaram um lavrador branco, expulsaram os feitores e dirigiram-se armados para a fazenda Maravilha, propriedade do mesmo senhor, que foi invadida e depredada. Em

seguida, retiraram-se para as matas de Santa Catarina, onde organizaram um quilombo, nos mordes dos muitos que foram criados durante a escravidão. Manuel Congo, incontestavelmente o líder do movimento, foi proclamado rei e sua companheira Maria Crioula (V.), rainha do quilombo. Fortificados nas matas, os quilombolas começaram a atacar os viajantes nas estradas, provocando uma reação dos senhores apavorados. Os proprietários de terras e escravos de Pati do Alferes, em face da situação, prepararam-se para atacá-los. Por outro lado, os quilombolas haviam recebido a adesão de inúmeros outros escravos da região, aumentando consideravelmente o seu número; além disso, conseguiram armas de fogo e munições em choques com os seus adversários. A primeira expedição organizada contra o quilombo, composta pela Guarda Nacional de Vassouras, comandada por Laureano Correia e Castro, depois Barão de Campo Belo, assessorado pelo major Lourenço Luís de Atayde e outros, foi completamente desbaratada no choque com os homens de Manuel Congo, regressando em verdadeira debandada. Com isso, a classe senhorial da região entrou em pânico e pediu providências ao governo imperial, que fez seguir para Vassouras um destacamento de tropas regulares; em 11 de dezembro de 1838, a tropa deu combate ao quilombo, derrotando-o e fazendo verdadeira matança dos seus membros, homens, mulheres e crianças. Os sobreviventes, depois de barbaramente castigados, foram devolvidos aos seus senhores. Os líderes foram julgados sumariamente. Manuel Congo foi enforcado em 6 de setembro de 1839. Seus principais companheiros, Justino Benguela, Antonio Magro, Pedro Dias, Belarmino, Miguel Crioulo, Canuto Moçambique e Afonso Angola, receberam a pena de 650 açoites, aplicados em parcelas iguais, como mandava a lei da época a fim de que pudessem sobreviver à execução da sentença. Foram condenados a usar gargalheira (V.) com haste por três anos. Maria Crioula foi absolvida por falta de provas, embora haja suspeitas de que tenha cooperado com o inimigo. O comandante da carnificina foi Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias, atual patrono do Exército.

MANUEL DO CARMO. Líder dos escravos que participaram do movimento do Quebra-Quilos (V.)

na Paraíba, em 1874. O movimento teve início como protesto à adoção, pelo Império, do sistema métrico decimal. Mas os escravos aproveitaram-se do tumulto para reivindicar a liberdade. Manuel do Carmo, à frente de trezentos escravos, dirigiu-se ao engenho Timbaúba, onde se encontrava o Presidente do Conselho, Bento Gomes Pedreira. Exigiam o "livro de emancipação onde estavam pintados os escravinhos novos". Receberam em seu lugar um livro qualquer. Ao se verem ludibriados, os seguidores de Manuel do Carmo reuniram-se e cresceram de número, tornando-se uma ameaça para as autoridades e senhores de escravos, que reuniram tropas e marcharam contra os sublevados. No entanto, os escravos preferiram internar-se nas matas a travar combate com as tropas enviadas contra eles, militarmente superiores.

MANUMISSÃO. Ato de conceder a alforria ao escravo. Existiam várias maneiras de manumitir, dependendo da vontade ou das condições de cada caso particular. V. *Alforria*.

MÃO DE LUVA. Bandleiro quilombola da região aurífera de Minas Gerais, no século XIX, onde se dedicava ao contrabando de ouro. Comandava um bando de aproximadamente trezentos homens, que garimpavam num esconderijo, na região da atual cidade de Cantagalo. Segundo J. J. Tschudi (1980), "o chefe deste bando era um audacioso mulato que perdera uma das mãos em luta com um pelotão de soldados que o tinha surpreendido em sua atividade. Em lugar da mão perdida usava uma luva cheia de algodão o que lhe valeu a alcunha de Mão de Luva. Mantinha ele estreitas ligações com outros contrabandistas, especialmente o de nome Maurício, que o auxiliava na venda do ouro. Os agentes do governo, que suspeitavam de alguma coisa, vigiaram Maurício e vieram a descobrir Mão de Luva. O vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza ordenou que investigassem as atividades do bando de Mão de Luva. Um grupo de espíões embrenhou-se pelas matas, voltando, dias após, sem resultado. Mas, de outra vez, uma expedição que procurava o esconderijo dos contrabandistas, foi despertada pelo canto de um galo e assim descobriu o esconderijo. Alguns dos espíões voltaram, outros foram juntar-se ao grupo desses garimpeiros, dizendo-se também faiscadores. Uma força do Exército conseguiu, dias mais tarde, guiada por

um dos componentes do grupo de espíões, surpreender o bando, que era de uns trezentos homens, à hora em que estes se banquetavam. Os agredidos procuraram defender-se, o que fizeram valentemente, mas notaram que haviam desaparecido as pederneiras das suas armas de fogo. Parte deles foi morta em combate, parte feita prisioneira e outros, entre os quais Mão de Luva, conseguiram desaparecer na selva. Mão de Luva viveu ainda alguns anos, ora como bandido, ora como garimpeiro, até que enfim foi preso, transportado para o Rio de Janeiro e daí deportado para o Rio Grande do Sul, onde morreu, em 1824, ou em 1825". Correu insistentemente a lenda de que Mão de Luva fora enforcado no Rio de Janeiro ou degredado para a África, mas esses boatos nunca foram confirmados. Veio a falecer mesmo no Rio Grande do Sul. **Bibliografia.** TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

MAQUINEZ. Também chamado Mequinez, escravo pertencente a José Ferreira Duarte, acusado de haver assassinado o seu senhor por envenenamento. Na devassa do Santo Ofício de 1763, em Pouso Alto (Minas Gerais), a viúva Amarildes da Silva Pinto foi também incriminada. Segundo a versão corrente, o marido teria ficado doente e ela foi levar-lhe um caldo de galinha no qual teria colocado uns pós, pensando que ninguém estivesse observando, e o marido logo veio a falecer. Tanto ela como o escravo Maquinez foram indiciados por enfeitiçamento, assim como também foram acusados o seu defensor João Vaz e o escravo de serem amantes. Segundo José Ferreira Carrato (1963), "há os que julgam Amarildes inocente, pois é prolecta em amor e ficou muito pobre com a morte do marido; enfim, já agrilhoado em correntes, Mequinez declara que ele próprio matara José Ferreira Duarte porque andava requisitando sua mulher; confissão que, contudo, não irá salvar Amarildes da prisão". José Ferreira Carrato, comentando o fato, diz que "maquinez" ou "mequinez é inconfundivelmente árabe (*meknes* significa forte, sólido, castelo indomável, fortaleza). Há, inclusive, uma cidade marroquina, litorânea, chamada Mequinez. O escravo de Amarildes da Silva Pinto deveria ser, pois, um negro muçulmano, isto é, um "mandinga", ou "malê" (V.). Os "malês" – os fomentadores de rebeliões sucessivas que se deram na Bahia, na primeira metade

do século XIX – eram negros ativos, inteligentes, reservados e de grande personalidade. Tinham sua cultura muçulmana, de que se orgulhavam. Foram eles, os mandingas, que introduziram o Islamismo na Bahia, que os hauçás, vindos mais tarde, iriam desenvolver a ponto de ter sido a bandeira das revoluções que sustentaram contra os seus opressores brancos (Rodrigues, 1945). Mequinez, no sul de Minas Gerais, em 1763, deveria ser um mandinga, ou malê. Estudando esses negros mussulmi (muçulmanos) na Bahia, em fins do século XIX, o prof. Nina Rodrigues (1896) assim os descreve: "Os malês constituem uma sociedade africana inteiramente à parte, que se faz salientar pela reserva de sua vida íntima, pela observância mais ou menos dos seus preceitos de fé, pela crença num Deus superior e pela inadmissão de imagens e ídolos no seu culto. Passam, porém, por crentes fervorosos de talismã, grisgris etc. e por consumados feiticeiros. Talvez o seu modo de vida não contribuiu pouco para o temor que em geral as sociedades inspiram aos outros negros, que os têm por conhecedores de altos processos mágicos e feiticeiros". Mandinga ou feiticeiro, Mequinez deveria mesmo impor respeito e temor. Cioso de sua vida doméstica, não hesitou em envenenar seu senhor prevaricador, que lhe tocara na dignidade do lar. Não encontramos em toda a nossa pesquisa, nas devassas setecentistas, nenhuma atitude semelhante de escravo casado. **Bibliografia.** CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo, Nacional, 1963; RODRIGUES, Nina. "O Animismo Fetichista dos Negros Baianos", *Revista Brasileira*, t. VI, 1896; IDEM, *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1945.

MARABU. Sacerdote dos malês. V. *Malê e Alufá*.

MARABUTO. Termo depreciativo com que os brasileiros de um modo geral tratavam os portugueses aqui residentes. V. *Guabiru*.

MARCA DE ESCRAVO. Sinal feito no escravo, frequentemente com ferro em brasa, para identificá-lo como propriedade de determinado senhor.

MARES E CABULA, QUILOMBOS DOS. Dois quilombos localizados na periferia de Salvador (Bahia). Ambos foram muito ativos, proporcionando grande trabalho às autoridades de repressão. O então governador e capitão-general da Bahia tomou conhecimento deles em 1807 e imediatamente tomou providências rigorosas para extin-

gui-los. Mandou vir à sua presença, no dia 29 de março daquele ano, o capitão-mor das entradas e assaltos do termo da cidade do Salvador, Severino da Silva Lessa, a quem determinou sua destruição. Em obediência à ordem do governador, Conde da Ponte, o capitão-mor logo no dia seguinte, 30 de março de 1807, “requereu oitenta homens da Tropa da Linha, escolhidos e bem municados e com os oficiais do mato e cabos da Polícia que lhe pareceram capazes [e] cercou várias casas e arraiais na distância de duas léguas desta cidade, para os sítios que se denominam Nossa Senhora dos Mares e Cabula”. Em consequência da expedição, foram aprisionadas 78 pessoas, “uns escravos, outros forros e dois dos principais cabeças”, havendo pequena resistência e “pequenos ferimentos” entre os quilombolas. Os pretos escravos encontrados nos dois quilombos foram remetidos ao Arsenal, onde foram empregados nas “várias obras”, e as mulheres enviadas para as cadeias da cidade, “enquanto não se formaliza um sumário e o processo”, que ficou a cargo do desembargador ouvidor-geral do crime para devassa. Sobre a destruição desses dois quilombos, o governador Conde da Ponte, em 7 de abril de 1807, escreveu ao então ministro da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, uma carta na qual justificava o seu ato:

II.º e Ex.º Senhor. Pode suceder que conste à V. Ex.ª que eu procedera a uma prisão de grande número de pessoas, e ignorando-se o motivo verdadeiro desse procedimento, excitar-se algum cuidado ou pelo menos desejar V. Ex.ª saber com certeza esse fato, que não deixaria de deixar lembrado o ano de 1798, governando esta Capitania D. Fernando José de Portugal, essa consideração é bastante para que eu participe a V. Ex.ª que sendo repetidas e muito freqüentes as deserções de escravos do poder dos seus senhores, em cujo serviço se ocupavam há anos, a que neste país chamam de ladinos, entrei na curiosidade (importante neste estabelecimento) de saber que destino seguiam, e sem grande dificuldade conheci que nos subúrbios desta capital e dentro do mato de que toda ela é cercada, eram inumeráveis os ajuntamentos desta qualidade de gente, os quais dirigidos por mãos de industriais importadores, aliciavam os crioulos, os vadios, os supersticiosos, os roubadores, os criminosos e os adoentados e com uma liberdade absoluta, danças, vestuários caprichosos, remédios fingidos, bênção e orações fantásticas e fanáticas, folgavam, comiam e se regalavam com a mais escandalosa ofensa de todos os direitos, leis, ordens e

pública inquietação. [...] Mandeí chamar, no dia 29 de março deste ano, com o disfarce e cautela, o Capitão-mor das Entradas e Assaltos do Termo desta cidade Severino da Silva Lessa e com firmeza lhe protestei que me ficava desde aquela hora responsável pela dispersão de tais quilombos, para a qual diligência lhe prestaria todo o auxílio que me requeresse. Não pense V. Ex.ª que ele deixasse de tremer ao ouvir esta minha resolução, nada mais me respondeu, que partia a executá-la mas que ficava perdido. No dia 30 requereu oitenta homens da Tropa de Linha escolhidos e bem municados, e com os oficiais do mato e cabos da polícia que lhe pareceram capazes, se cercaram várias vezes de suas casas e arraiais na distância de duas léguas desta cidade para os sítios que se denominam Nossa Senhora dos Mares e Cabula, e com a fortuna de apreenderem 78 pessoas destes agregados, uns escravos, outros forros e dois principais cabeças; houve alguma resistência e pequenos ferimentos, mas nada que mereça maior atenção. [...] Os pretos achados nestes ajuntamentos, mandei para o Arsenal empregá-los nas Reais obras e as mulheres para as cadeias da cidade, enquanto se não formaliza um sumário e processo destes fatos, e à vista deles se conhecesse o delito dos cabeças e seus sócios para se lhe imponham as penas que parecerem mais conformes com as Reais ordens, encarregando desta devassa ao Desembargador Ouvidor Geral do Crime, que a ela está procedendo. Muitas causas me moveram a esta deliberação, além da expressada; havia poucos tempos que no Rio das Contas, Comarca de Ilhéus, no sítio de Oitizeiros se tinha por ordem minha destruído um grande Quilombo, até com roças e plantações, de cuja devassa foi encarregado o Ouvidor respectivo para conhecimento do chefe, que foi pronunciado se existem outros de consideração que espero arrasar; nascendo destas doutrinas a convidarem-se escravos dos engenhos a se armarem Coronéis e Tenentes-Coronéis com festejos, cantorias e uniformes, o que ouço contar aos próprios escravos com indiferença e merece bem a pena de tomar cautelosas medidas, e com prudência dispersá-los, visto que é dificultoso o fazê-los recuar em um momento todo o caminho que com tanta indulgência se lhes tolerou caminharem; porém se V. Ex.ª bem se informar, os escravos fazem já muitas diferenças, na obediência devida aos seus senhores, e os forros guardam muito mais respeito aos brancos do que guardavam, e para bem se fazer um justo conceito do quanto seja necessário a mais eficaz vigilância neste artigo, recomendando muito a V. Ex.ª a particular atenção sobre o alistamento geral dos indivíduos dessa Colônia. Bahia, em abril 7 de 1807. Conde da Ponte.

MARFIM NEGRO. Era como os marinheiros e tripulantes dos negreiros que trafegavam de São Tomé à Baixa Guiné, ao Congo e Angola, desig-

navam os negros que iam buscar na costa africana para vendê-los na área do escravismo colonial.

MARIA CRIOLA. Companheira de Manuel Congo, líder da revolta no município de Vassouras (Rio de Janeiro), em 1838, depois quilombo de Manuel Congo (V.). Era considerada a rainha do quilombo e mulher de extraordinária beleza. Ao contrário dos líderes da revolta e organizadores do quilombo, inclusive Manuel Congo, ela foi absolvida.

MARIA DA COSTA. Liberta mineira, viveu na mesma época de Maria do Ó (V.), sendo sua vizinha em São Caetano (Minas Gerais), onde registrou seu testamento em 1745. Era de nação Ardra (Porto Novo), solteira e havia comprado a sua alforria por 190 oitavas de ouro. Realizou investimentos na compra de escravos, possuindo nove cativos. Posteriormente, aplicou o seu capital em ouro, empréstimos e jóias. Segundo Luiz Mott (1988), em seu testamento declarou possuir “os seguintes enfeites, todos de ouro: dois enormes cordões de pescoço, uma cruz, uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, um Menino Jesus, um Espírito Santo, quatro pares de brincos, um anel de filigrana, seis pares de botão, vários braceletes e corais, perfazendo tudo mais de seiscentas gramas de ouro puro. Era mulher requintada também no vestir: malgrado o calor tropical da Comarca de Vila Rica, e a proibição real de que as negras usassem tecidos de gala, tinha uma grossa saia preta de conjunto azul-marinho, tudo em precioso veludo, provavelmente importado de Flandres. Como liberta adquirira o privilégio de andar calçada. Trazia um par de fivelas no seu sapato. Sua residência de telhas em São Caetano devia ser das casas de pasto mais sofisticada da vila: seu serviço de mesa incluía sete colheres e um prato de prata, seis pratos de estanho, além de tachos de cobre, bacia de arame e demais trastes de casa. Suas roupas de cama e mesa eram o que de melhor havia na praça: quatro lençóis de linho, seis toalhas de renda, tudo conservado em baú de moscóvia”. O final da sua vida é incerto. **Bibliografia.** MOTT, Luiz. “De Escravas a Senhoras”, *D. O. Leitura*, São Paulo, n. 7, agosto de 1988.

MARIA DO Ó. Liberta mineira que, como Maria da Costa (V.), foi bem-sucedida na obtenção de sua alforria e na ascensão social no sistema escravista. O único informe sobre Maria do Ó é o seu

testamento registrado no Livro de Óbitos da Freguesia do Inficionado, no Bispado de Mariana, no ano de 1754. Em seu documento escreveu: “Declaro que sou natural da Costa da Mina, de Nação Coura, que não tenho pai, nem mãe, nem herdeiros ascendentes ou descendentes por serem já defuntos na minha terra. Declaro que sou forra liberta, que dei ao meu senhor 256 oitavas de ouro, o valor, como consta na minha carta de liberdade que se passou no Cartório de Vila Rica. Declaro que sou casada com Manuel Vaz, de quem não tenho filho e o nomeio como meu testamentário”. Possivelmente, a liberta Maria do Ó conseguiu seu patrimônio com a mineração, iniciando as suas atividades com o comércio ambulante. Como diz Luiz Mott (1988), “Maria do Ó residia com seu marido numa morada de casa na vila de São Caetano, possuindo mais dois imóveis: um rancho de telhas com seu quintal (talvez alugado a terceiros) e um rocinha com seu rancho, bananal e suas datas de terras de mineirar, de onde devia tirar seu principal rendimento. Neste sítio possuía quatro vacas com suas crias, mais duas novilhas. Como toda proprietária que se preza, dispunha de dois cavalos com todos os acessórios destinados à montaria. [...] A ex-escrava D. Maria do Ó usava a mesma estratégia econômica de muitas libertas: investiu seu capital sobretudo na posse de outros cativos. Ao morrer tinha doze escravos, sete machos e cinco fêmeas, incluindo nativos de Angola, Benguela e de sua própria etnia, além de quatro crioulos”. **Bibliografia.** MOTT, Luiz. “De Escravas a Senhoras”, *D. O. Leitura*, São Paulo, n. 7, agosto de 1988.

MARIA E MARIANA. Segundo Maria Lúcia de Barros Mott (1988), no atual estado do Espírito Santo, no início do século XIX, eram comuns as fugas, os quilombos e as insurreições. Os quilombos recebiam ajuda de escravas e escravos, possibilitando assim a sua sobrevivência através do abastecimento e da venda de produtos. Por volta de 1840, as escravas Maria e Mariana vendiam a carne do gado roubado pelos quilombolas e o sabão que faziam com o sebo na Vila de Porto Prado, comprando com o produto da venda sal, farinha, aguardente e tudo o mais que os foragidos necessitavam. **Bibliografia.** MOTT, Maria Lúcia de Barros. *As Mulheres na Luta Contra a Escravidão*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1988.

MARIA FIRMINA. V. Reis, *Maria Firmina dos*.

MARIA TOMÁSIA. V. Figueira Lima, *Maria Tomásia*.

MARIA VICÊNCIA. Neta de Chica da Silva (V.), morreu pedindo esmolas nos caminhos poeirentos de Macaúbas, como um retrato vivo da decadência da época da mineração, quando uma pequena elite de nababos dominava despoticamente a população escrava que produzia toda a riqueza de Minas Gerais.

MARIBONDO. Também marimbondo, alcunha dos sediciosos pernambucanos que, em 1852, agitaram o interior da Província de Pernambuco em protesto à execução do Decreto Imperial de 18 de julho de 1851, que estabelecia o registro nas paróquias de nascimento e de óbitos. A população reagiu por supor que se tratasse de mais uma lei prejudicial aos seus interesses. Surgiu então um movimento rebelde em Pau d'Alho, que se irradiou para outros pontos da Província, inclusive com a participação de vários escravos negros e negros em geral. O movimento estendeu-se até à Paraíba, onde o levante foi dominado por tropas do governo. Nas negociações entre o governo e os insurretos serviu de mediador o frade capuchinho Caetano de Messina.

MAROTO. Termo depreciativo dos portugueses no Brasil, sobretudo na Bahia, desde o tempo da Independência. Maroto, dizem frei João de Souza e frei José de Santo Antônio, em *Vestígios da Língua Árabe no Brasil*, é palavra de origem árabe, significando insolente, imorigerado. Entretanto, frei Francisco de São Luís, no seu *Glossário de Vocábulos Portugueses Derivados das Línguas Orientais Exceto a Árabe*, afirma: "Nome de desprezo, que se dá aos rapazes malcriados, mal ensinados, descorteses, ociosos, vadios". Bluteau, no *Suplemento*, observa que tanto este termo como os outros semelhantes nomes – marucha, marrufo, marau – podem derivar do hebraico *morad* e *marodim*, que também significam homem pobre, pedinte, vagabundo. Ao tempo da Independência, durante a guerra na Bahia, a alcunha de maroto era empregada até em documentos oficiais, como faz prova o seguinte trecho do Ofício datado de 22 de fevereiro de 1823, dirigido pelo general Labatut, comandante das tropas brasileiras em torno da cidade do Salvador, à junta do Governo de Pernambuco: "No combate de 15 de fevereiro sofreram os marotos a bravura dos

pernambucanos de mistura com outros seus irmãos de Armas" (*apud* Souza, 1961). Também encontramos-lo com o mesmo significado pejorativo em Minas Gerais. Era usado, inclusive, por Chica da Silva (V.), para designar aqueles portugueses que chegavam ao Tijuco com cartas de apresentação ao seu amásio e contratador João Fernandes de Oliveira e desejavam fazer fortuna rápida em Minas Gerais. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

MARSELHESA DOS ESCRAVOS. Peça musical em homenagem à abolição da escravidão no Ceará, composta pelo abolicionista Antônio Cardoso de Menezes e Souza, filho do Barão de Paranaíacaba, e executada pela primeira vez no Teatro Politeama, em 1884, no Rio de Janeiro, nas comemorações da abolição no Ceará. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

MÁSCARA DE FERRO. Instrumento de suplício e contenção dos escravos. Era considerada também castigo moral para impedir a embriaguez ou o vício de comer terra. Nas palavras de Thomas Ewbank (1973), "a não ser uma peça saliente que dá lugar ao nariz, o metal é simplesmente curvado como uma superfície cilíndrica. Foram feitos pequenos furos para permitir a entrada de ar à altura do nariz, bem como outros semelhantes diante dos olhos. Tiras de metal partem de cada lado, na altura da face e por baixo das orelhas, juntando-se com outra que passa pelo alto do cabeção. São fechadas por meio de uma lingüeta furada, por onde passa o cadeado". V. *Alimentação do escravo*. **Bibliografia.** EWANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

MATA BRASIL, QUILOMBO DO. Ajuntamento de negros fugidos que se formou em Pernambuco durante a ocupação holandesa (1626–1654). Atacavam as estradas, roubavam gado e matavam pessoas, pondo em pânico os moradores da região e as autoridades batavas. Não se sabe como terminou. **Bibliografia.** MELLO NETTO, José Antônio Gonçalves de Mello. *O Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

MATA ESCURA, COMBATE DE. Durante as lutas pela Independência na Bahia, os portugueses arregimentaram escravos que fugiram dos seus senhores para combaterem ao seu lado, sob promessa de liberdade. No dia 19 de dezembro de 1822,

esses escravos aliciados travaram uma batalha em Mata Escura contra as forças nacionais. Cerca de duzentos escravos, ao lado dos portugueses, atacaram violentamente as posições brasileiras. Não se sabe ao certo o número de mortos.

MATAR O TRABALHO. Consistia em demorar na execução das tarefas durante a jornada de trabalho, que oscilava entre quinze e dezoito horas, inutilizar instrumentos de trabalho, demorar o maior tempo possível no cumprimento das ordens dos feitores ou fingir-se de doente. Essa forma, além de enganar e prejudicar o senhor, era também um modo de se mostrar rebelde e inconformado e de tentar escapar à pressão do homem branco. Essa postura de resistência ao trabalho escravo manifestou-se de diversas maneiras. Muitos escravos se autoflagelavam ou suicidavam ao perceber o quanto eram valiosos enquanto propriedade.

MAZOMBO. Era o nome que se dava ao filho de português nascido no Brasil, como forma pejorativa de tratamento. Segundo Viana Moog (1961), "os filhos dos portugueses, nascidos no Brasil, eram mazombos, categoria social à parte, a que ninguém queria pertencer". Capistrano de Abreu referiu-se ao mazombo nesses termos: "Como hoje o português que viveu nesta, ao voltar para a sua terra, ganha o nome de brasileiro, talvez, então, mazombo ido para a metrópole torna com os foros de lídimo português ou reinol, como então se chamava e isto era mais um incitamento à viagem". **Bibliografia.** MOOG, Viana. *Bandeirantes e Pioneiros*. Porto Alegre, Globo, 1961.

MEDICINA MACABRA. Para curar a calvície, alguns médicos do Brasil Colônia, apoiados nos preceitos do dr. Francisco da Fonseca Henriques, receitavam manteiga de urso, mosca ou rã queimada. Outro remédio eficientíssimo para o mesmo mal era, depois de fazer uma fricção de aguardente ou água-da-rainha-da-hungria, "untar o couro cabeludo com unto de um homem que acabou a vida com morte violenta". Segundo Luiz Edmundo (1956), "numa monografia sobre os carrascos do Rio de Janeiro, Vieira Fazenda fala-nos da prática de vender ao povo, e por bom preço, o tecido gorduroso dos enforcados". A esmagadora maioria dos enforcados era constituída de negros escravos. **Bibliografia.** EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1956. 3 vols.

MÉDICO DOS POBRES. A escravidão, as duras con-

dições em que os escravos viviam social, cultural e economicamente determinaram, inclusive, a mudança da função de certos orixás trazidos da África. É o caso de Omolu, que passou a ser considerado o "médico dos pobres". Para Edison Carneiro (1940), que estudou os candomblés da Bahia, "isso talvez se justifique devido à miséria em que vive a maioria dos negros, cujo único controle talvez seja mesmo o de Omolu, santo que os previne contra a bexiga ou outras moléstias que afetam igualmente a pele. Sabe-se do verdadeiro horror que a simples perspectiva de ir para o hospital faz nascer entre as populações pobres em geral e nos negros em especial. Eles quando para lá vão, fazem-no na qualidade de indigentes. Os negros supõem que, em casa, se tratarão melhor. Principalmente devido à intervenção do velho Omolu. [...] Ao contrário de alguns orixás apropriados pelos negros sul-africanos, o velho Omolu não se diz negro banto, antes faz praça da sua origem legitimamente sudanesa: 'Omolu vem da pedra Sudan, Êlo! Êlo!' E quando vem cansado, estropiado da longa caminhada. Por isso, a filha-de-santo se entorta toda, as mãos, os pés, o corpo. Por isso, ela cai, desamparada, no solo. Por isso, ela geme, estremece e se não a ajudam não se levanta do lugar onde caiu. Por isso, sentam-na numa cadeira, de onde o Velho, por seu intermédio, fala aos negros. E é por isso, ainda, que os assistentes vão cada qual por sua vez 'salvar o velho', em vez de ele fazer, como o fazem os demais orixás. E o Velho, numa língua embolada, vai dizendo coisas ao ouvido do crente, enquanto as suas mãos passeiam, inquietas, aos pulos, pelos ombros, pela cabeça ou – se é necessário – pela parte do corpo onde se localiza a possível doença do negro. [...] De Omolu pode dizer-se que é um orixá de classe, um orixá dos pobres. O pai-de-santo Paim, do Alto do Abacaxi, em quem Omolu desce para abençoar os seus filhos, nos confessou, a mim e ao prof. Donald Pierson, da Universidade de Chicago, ter perdido um tempo enorme confeccionando uma toalha branca bordada de lantejoulas, tudo inutilmente porque o santo não a queria de maneira alguma. [...] Apesar de habitar esse ambiente propício para o mal que são as encruzilhadas e de ser inseparável de Exu, o homem das encruzilhadas, o tenebroso diabo negro, o de Ogum, o Ministro

da Guerra – o Velho é por demais camarada. Podem-se-lhe pôr, nas encruzilhadas, pipocas com farofa de azeite de dendê, sem que esse despacho faça mal a ninguém. Há, na verdade, cânticos que nos fazem excitar: ‘Cambondo / Azuêla engoma! / Quero ver couro zoá / Omolu vai pro sertão / Bexiga vai espalhá’. Aqui o Velho pede que toquem os atabaques (engoma) com fervor, para que ele possa, contente, ir cumprir a sua missão de espalhar a peste: ‘Ora, adeus, ó meus filhinhos, / Que eu vou e torno a vortá’. [...] Por aqui se vê que o caráter malfazejo de Omolu é contrabalançado pela sua ternura incontestável pelos negros, pois, se ele espalha a bexiga, avisa aos seus filhos; se devasta uma região qualquer, promete voltar para curar os doentes”. Por isso, Edison Carneiro afirma não acreditar no caráter malfazejo do orixá, identificado com o médico dos pobres. Diz ele que “todos os santos do hagiolôgio afro-brasileiro têm uma fisionomia terrível, de destruidores do mundo. Exu (V.) governa as forças inimigas dos homens. Xangô (V.) distribui tempestades sobre a face da terra. Ogum (V.) manda a guerra para destruir a humanidade. Iemanjá (V.) leva para o fundo do mar os que lhe caem em graça. Ibeji (V.) traz filhos gêmeos para o negro que nem tem onde cair morto. Todos os santos, entretanto, são facilmente conquistados por um despacho, por uma oração partida do fundo da alma, por uma quinquilharia qualquer. Todos os santos são tapeáveis. O que eles querem, antes de tudo, é a devoção dos seus filhos. A fisionomia terrível do Orixá faz parte, portanto, do parâmetro de astúcia de Omolu, constitui uma das neganças por meio das quais ele se faz, primeiro temido, depois amado. Todos os etnógrafos concordam em que, na base de todas as religiões, está o temor. Petrônio dizia há muitos séculos: *Timor, deorum origo*. Omolu não quer mal aos seus ‘filhinhos de pele preta’”. **Bibliografia.** CARNEIRO, Edison. “O Médico dos Pobres”. In: *O Negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940.

MELO, FRANCISCO JOSÉ DE. Alferes do Regimento dos Henriques, em Pernambuco, que se envolveu no movimento revolucionário de 1817, junto com grande número de negros e mulatos. Esmagado o movimento, ele procurou recompor-se com a estrutura de dominação vencedora e, após negar ter participado da revolta, em 1819 pediu licença

para ir à Corte a fim de justificar-se pessoalmente a D. João VI. Em face do pedido, o governador de Pernambuco, Luís do Rego, encaminhou ao ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal o ofício que tem a seguinte redação:

II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ponho na presença de V. Ex.^a o requerimento de Francisco José de Melo, alferes que foi do extinto Regimento Novo d’Henriques desta praça, em que pede seis meses de licença para se justificar na presença de Sua Majestade da sua conduta no tempo da rebelião que me foi remetido por Aviso de 9 de junho do presente ano para eu informar com o meu parecer. Não foram todos os negros, nem todos os mulatos os que tomaram o partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém, dos homens destas cores, aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, abraçaram de um modo excessivo e insultante e fizeram lembrar com frequência aos moradores desta capitania as cenas de São Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores e senhoras, como acontecimento infalível; este grau de orgulho já era temível quando o Governador interino Rodrigo José Ferreira Lobo entrou nesta capitania, e uma das medidas mais eficazes que ele tomou foi punir prontamente com açoites a todos aqueles, de quem se sabia algum fato notável desta espécie, ou que tenha cometido algum atentado a coberto da rebelião. Depois que tomei posse do Governo continuei o mesmo exemplo menos rigorosamente e por poucos dias. Entre os sujeitos castigados no meu tempo, foi o suficiente, que de fato foi um dos oficiais de Henriques mais violentos no tempo da Revolução, e porque além disto se disse dele que tinha feito maus usos da patente e a tinha rasgado, além de outras acusações da natureza acima referidas, e não apresentou a patente, foi tratado, como se nunca tivesse. Em abono da verdade, devo dizer que ele apresentou agora a sua patente, e que suponho esteja grudada com tiras de papel, e parece dividida em quatro partes, não o está no alto da patente, aonde se percebe ainda a união do papel, e que bem pode ser cortada pelo uso e talvez pela mesma causa esteja manchada, suponho me parece cuidadosamente lavada. Com o requerimento do suplicante tenho a honra de apresentar a V. Ex.^a a sua patente de que lhe mandei dar recibo pelo Ajudante de Ordens da semana, e mais alguns documentos, a que não pretendo dar fé, mas que mostram a opinião que havia do suplicante quando foi castigado. Finalmente não acho inconveniente em que tenha licença para ir à Corte, e até o poderá ser feito, como simples paisano, porque nunca o julguei oficial, nem o devo julgar não sendo restituído ao seu posto por Sua Majestade. Deus guarde a V. Ex.^a

muitos anos. Recife, 30 de agosto de 1819. II.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Tomás Antônio de Vilanova Portugal. Luís do Rego Barreto.

Este pedido mostra como a anistia de 1818 em favor dos participantes do movimento de 1817 não havia contemplado os sediciosos negros, especialmente aqueles que tinham patentes militares e as perderam.

MENDIGOS EM SALVADOR. Luís dos Santos Vilhena (1969), nas suas cartas redigidas na Bahia entre 1798 e 1799, descreve a situação das “três qualidades” de mendigos que perambulavam pela cidade do Salvador: brancos, pretos e mulatos. “Os mulatos e pretos são de ordinário cegos, aleijados, velhos e estropiados, a maior parte destes provém da mal entendida caridade de uns, e da escandalosa desumanidade de outros; chamo caridade mal entendida a daqueles senhores que deixam por sua sorte forros escravos, e escravas sem ofício, sem legado, e sem arrimo; se estes são velhos, pouco, ou nada podem, e querem trabalhar para adquirirem o sustento, motivo por que se metem logo a pedintes, sendo por isso pesados ao Estado; se são moços só querem mostrar aos que são cativos a diferença que vai da liberdade ao cativeiro; o que lhes fazem entregando-se aos vícios que a ociosidade lhes sugere, e como lhes falta quem os corrija, e admoeste, vê de comum a morrer bêbedos, ou nas enxovias, e quando têm fortuna vão muitos deles passar o resto da vida nas galés; se são fêmeas, e moças, de ordinário se prostituem na lassidão tal, que em breve tempo ficam tolhidas, entrevadas, e comidas de miséria, pedindo uns, e outros pelas pontas para poderem alimentar-se: o que não lhes sucedera se ficassem sujeitas a que os não deixassem entregar à torrente dos vícios em que se engolfaram; a quem os sustentassem, os curassem nas enfermidades, os livrassem dos crimes etc. É sem dúvida uma grande obra de misericórdia o libertar os nossos irmãos cativos, mas parece mais conforme a razão e justiça o ficarem os libertos desta natureza, e qualidades responsáveis sempre a um tutor, ou diretor que coativamente os desviasse do mal, e os dirigisse para o bem, e não deixá-los entregues à sua brutal vontade. Não se faz certamente a injúria em chamar desumano a quem pelo não sustentar lança fora de sua casa um escravo, que no seu serviço

cegou ou estropiou, de forma que não pôde mais servir, tendo sido mais afortunados os bois dos israelitas, do que os escravos de senhores tais, e se estes merecem o nome de desumanos, ignoro o que se deve dar àqueles que conservando no cativeiro escravos cegos, e aleijados, sem dar-lhes sustento algum os mandam mendigar pelos fiéis, para que no fim de cada semana lhe paguem quatrocentos e tantos réis, sob pena de áspero castigo”. **Bibliografia.** VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Itapôa, 1969. 2 vols.

MENEZES, FERREIRA DE. Mulato escritor de raro talento, formado em Direito, e que exercia a profissão de advogado. Começou na grande imprensa folhetinista do *Jornal do Comércio*, passando posteriormente para a *Gazeta de Notícias*, onde, em 1877, encontrou José do Patrocínio (V.). Fundou a *Gazeta da Tarde*, onde trabalhou até sua morte, em junho de 1881. Patrocínio, que também saíra da *Gazeta de Notícias*, assumiu a direção da *Gazeta da Tarde*, da qual se tornou proprietário.

MERCADO DE LADINOS. Se os africanos recém-chegados eram comprados no Valongo (V.) por um proprietário que não os vendia mais, então o Valongo seria a última etapa que esses tinham de percorrer no traumático processo de venda. Mas os anúncios de jornais revelam que muitos escravos passavam por mais de um processo de vendas. Segundo Mary C. Karasch (1987), quando os seus proprietários decidiam revendê-los, vários indivíduos na cidade atuavam como seus agentes. Entre aqueles que vendiam escravos por uma segunda vez, estavam as casas de comissão (comissionados), as casas de consignação, as mercearias e os jornais por meio de anúncios. Quando os proprietários queriam evitar o processo de venda e transferência legal do título de posse, doavam os escravos a parentes, amigos ou instituições religiosas. Ainda alugavam os escravos para terceiros. A maioria dos homens de negócios no Rio de Janeiro estava envolvida de alguma forma com o “negócio” dos escravos. O governo da cidade teve grandes dificuldades para regulamentar a compra e venda de escravos mediante uma licença. Todavia, os ladinos frequentemente eram vendidos ao lado de cerâmica, tintas, lanternas e colheres de prata. **Bibliografia.** KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808–1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987.

MESA DO BEM COMUM DOS HOMENS DE NEGÓCIO DA BAHIA. Entidade, criada na Bahia, em 1723, para atender às solicitações dos negociantes da cidade cujos interesses estavam ligados aos dos proprietários de navios de tráfico na Costa da Mina. Esta espécie de câmara de comércio foi criada pela provisão de 14 de junho de 1723. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

MESTRE-DE-ACÚCAR. Trabalhador (escravo ou livre) encarregado das operações na fábrica do engenho.

MESTRE VALENTIM. Valentim da Fonseca e Silva (1750-1813), conhecido como Mestre Valentim, foi um grande artista do período colonial. Natural de Minas Gerais, deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde desenvolveu as suas qualidades, criando notáveis trabalhos de talha e torçutica. Especializou-se ainda na ourivesaria e na prata cinzelada. Segundo Artur Ramos (1956), "fazia esboços e moldes para lampadários, salvas, custódias, braseiros, taças, bacias, correntes e outros artigos de igreja. Apesar das restrições estabelecidas em alvarás e decretos portugueses, a arte da ourivesaria de Mestre Valentim sobrepuja a própria arte lusa. Mestre Valentim enriqueceu as igrejas e os jardins do Rio de Janeiro com a sua arte delicada e perfeita. Estátuas de santos, bancos de jardim, motivos arquitetônicos vários ainda hoje se conservam no Rio. São de Mestre Valentim as estátuas em ferro fundido de Diana e Niobe, do chafariz das Marrecas, hoje transferidas para o Passeio Público. A Mestre Valentim ainda se deve a arte colonial: o chafariz do Largo do Poço, hoje praça 15 de Novembro; os medalhões do pórtico do Passeio Público; lampadários e estátuas de santos de vários templos católicos; trabalhos em talha e escultura da igreja de S. Francisco; medalhões, bancos de jardim, modelos e moldes vários. Mestre Valentim formou o núcleo de uma escola notável de onde surgem vários escultores santeiros, cinzeladores e gravadores dos tempos coloniais". **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1956.

MINA, ANTÔNIO FERNANDES VIEIRA. Escravo de João Fernandes Vieira e que comandava 150 negros minas que lutaram ao lado das tropas lusas contra a ocupação holandesa. Morreu na primei-

ra batalha dos Guararapes. Nos momentos mais dramáticos da campanha, João Fernandes apelava para os seus escravos, prometendo-lhes alforria (V.). Na batalha das Tabocas a sua guarda também participou sob a promessa de ser libertada. **MINA DE MORRO VELHO, TRABALHO ESCRAVO NA.** Um dos mais lucrativos empreendimentos realizados na América Latina no século XIX. Das treze companhias de mineração fundadas na província de Minas Gerais, entre 1826 e 1880, apenas quatro conseguiram lucros. Morro Velho foi uma delas. A Mina de Morro Velho foi inicialmente trabalhada, por volta de 1725, com processos bem primitivos de exploração. A Companhia Saint John d'El Rey foi fundada, em 1830, por um grupo de investidores britânicos. Segundo Douglas Cole Libby (1984), "dentro do quadro de investimentos britânicos no Brasil, a Companhia St. John d'El Rey tem um lugar de destaque. De 1830 a 1856, o capital total investido nas instalações da Província de Minas Gerais se fixam em 135 mil libras, um investimento que certamente se tornava cada vez menos expressivo em relação ao capital inglês atuante na economia brasileira. A partir de 1856 e prosseguindo até 1872, esse capital é elevado ao total de 253 mil libras e se fixa nesse nível até o fechamento temporário da mina em 1886. Segundo tais cifras, na década de 1880 a participação da St. John no total do capital inglês investido no Brasil foi de apenas 0,3%. O total médio anual de escravos em Morro Velho permanece maior que o número médio de trabalhadores livres e europeus empregados até o ano de 1879". Com a compra da Fazenda de Morro Velho, a St. John adquiriu 143 escravos pertencentes aos antigos donos, e a este número acrescentou cerca de 120 escravos provenientes das operações em São João del Rei. A Companhia conseguiu aumentar essa força escrava original para 412 até 1843, quando a Lei de Lord Brougham – a lei de supressão do tráfico negreiro – foi promulgada e ela se viu forçada a cessar definitivamente a compra de cativos. Muitos dos escravos adquiridos nos primeiros cinco anos foram comprados no Rio de Janeiro, embora já em 1838 se queixasse de ter recebido "negros muitos ruins de lá" e expressasse a preferência por escravos da própria província de Minas. A Companhia aproveitou-se também das falências de outros

empreendimentos de mineração e comprou algumas dezenas de escravos da mina Morro das Almas, empresa de capital brasileiro alugada à Companhia de Cocaes, e da Minas Geraes Company de Ouro Preto. O preço médio pago por escravos de 1831 a 1843 era de 525 mil-réis, ou cerca de setenta libras. Este preço médio pago por escravos de 20 a 30 anos e com boa saúde representa o vigente no Brasil durante os treze anos considerados. Excluídos os 143 escravos adquiridos junto à Morro Velho, a Companhia comprou cerca de 376 escravos no período de 1831-1843, representando um investimento de mais ou menos 26 mil libras. Cole Libby conclui que dessas cifras 107 escravos, ou 20% do total de indivíduos comprados, morreram até 1843, indicando que a taxa de mortalidade em Morro Velho nos anos iniciais das operações era elevada. O número de escravos pertencentes à Companhia era relativamente pequeno, a maior força escrava normalmente era composta de escravos alugados. "A prática de alugar escravos estava bem desenvolvida em Minas quando a St. John se instalou em Morro Velho, e logo começou a aproveitar-se dos negros de ganho. Foi com a finalização do contrato com a falida Brazilian Company para o aluguel de 385 escravos, chegados a Morro Velho em várias etapas, de 1845 a 1848, que o aluguel tornou-se uma importantíssima fonte de mão-de-obra. O aproveitamento das desventuras de outros empreendimentos de mineração continuou com todas as suas óbvias vantagens para St. John. [...] O aluguel de escravos fixou-se em 90 mil-réis por ano de 1835 a 1838, e o de escravas em 60 mil-réis por ano, enquanto, entre 1839 e 1842, os pagamentos anuais elevaram-se para 100 mil e 70 mil respectivamente". Esses contratos de aluguel feitos nesses sete anos, normalmente, tinham o prazo de um ano. Com a promulgação da Lei de Lord Brougham, tornou-se necessário prolongar o prazo a fim de assegurar uma certa continuidade do trabalho. Em setembro de 1848, a diretoria aprovou um plano de "seguro" dos escravos mediante pequeno desconto no pagamento do aluguel que o superintendente da companhia havia apresentado. Segundo este plano, os pagamentos não cessariam se um escravo morresse no serviço da companhia, estimulando, assim, a contratação por mais de um ano.

Em 1845, a diretoria fixou um "limite prático" de sete anos para os contratos de aluguel, que não foi aplicado no caso da contratação dos escravos em Santa Branca. Em 1858, em Ouro Preto, o *Correio Oficial de Minas* de 2 de novembro publicava o seguinte anúncio:

ALUGUEL DE ESCRAVOS

A Companhia de Mineração do Morro Velho deseja alugar escravos e oferece os termos seguintes:

Para escravos da 1ª Classe.....240\$000 por ano.

Para escravos da 2ª Classe.....175\$000 por ano.

Para escravas da 1ª Classe.....120\$000 por ano.

Para escravas da 2ª Classe.....90\$000 por ano.

A Companhia aceitará somente escravos robustos, e para serem classificados hão de ser examinados pelo médico da companhia.

A Companhia engajará esses escravos pelo prazo de 5 anos e garantirá os aluguéis durante esse tempo, ainda no caso de morrerem qualquer um deles. Os escravos serão sustentados e vestidos pela Companhia e durante qualquer enfermidade serão tratados pelo médico da Companhia sem haver qualquer abatimento do aluguel, o qual ficará suspenso somente no caso de fuga.

A Companhia também aluga pelo prazo de um ano debaixo dos termos seguintes, cessando o jornal no caso de morte ou fuga do escravo:

Para escravos de 1ª Classe.....250\$000 por ano.

Para escravos de 2ª Classe.....200\$000 por ano.

Para escravas de 1ª Classe.....120\$000 por ano.

Para escravas de 2ª Classe.....100\$000 por ano.

Em qualquer dos casos, os aluguéis serão pagos ou por trimestre ou semestre conforme a vontade do contratante, e o contratante querendo receber os jornais de um ano adiantados descontará 10 por cento sobre o importante de um semestre.

A classificação dos escravos em primeira, segunda e terceira classes era feita de acordo com a força de trabalho. Quanto às condições de vida da população escrava, de 1838 a 1847, a jornada de trabalho normal de um escravo era de doze horas por dia, com a força dividida em duas turmas. Com um índice de mortalidade anormal e com o surgimento na imprensa inglesa de críticas sobre as condições dos escravos de Morro Velho, houve uma mudança de horários. De 1848 em diante, os escravos foram divididos em três turmas, cada uma trabalhando oito horas diárias, no departamento de minas, o restante continuou com

a jornada de dez a doze horas (Libby, 1984). Uma descrição minuciosa das condições de exploração e trabalho nessas minas pode ser encontrada nos relatos de Richard F. Burton (1941) da viagem que fez em 1868. Pelos dados de 1867, havia na mina, além dos funcionários da Companhia, 86 mineiros ingleses e 55 trabalhadores mecânicos, num total de 343 brancos. Os contratos de trabalho eram feitos na Inglaterra, pelo prazo de seis anos e renováveis; os salários eram pagos pela Companhia. Os mineiros pardos, ou de “raça frontal”, como prefere R. Burton, perfaziam, em 1852, um total de 906 trabalhadores livres. Segundo ele, “a princípio os brasileiros livres mostraram uma decidida indisposição para trabalhar em Morro Velho; eles nunca haviam conhecido um empregador regular e um pagamento sistemático, sem o qual não pode haver mercado de trabalho”. A população negra em Morro Velho se dividia da seguinte maneira: negros da Companhia: 254 (109 homens, 93 mulheres, 52 crianças); negros de Cata-Branca: 245 (96 homens, 87 mulheres e 62 crianças); negros assalariados por contrato: 951. Um total de 1 450 escravos, sem incluir 130 crianças, filhas de negros alugados. A Companhia gastava mensalmente 1 400 libras em contratos de aluguel firmados com proprietários de escravos. O contrato era feito, geralmente, por três a cinco anos, período em que o escravo não podia ser liberto; durante esse período, a roupa, o alimento e o tratamento médico ficavam a cargo da Companhia. Em regra, o superintendente só aceitava homens robustos, os quais deviam passar por um exame médico. Os de saúde duvidosa só eram aceitos por contratos anuais. O escravo era segurado por uma dedução de dez a vinte mil-réis por ano, por um período fixo, e, se morresse antes do final do contrato, o proprietário continuava recebendo seu aluguel. O pagamento cessava somente em caso de fuga. Em 1847, foi dada permissão para que os escravos de primeira classe trabalhassem além das 9:45 horas. Além da divisão dos escravos por classe, existia uma outra: os de superfície e os de subsolo. Os primeiros eram ferreiros e mecânicos, carpinteiros e pedreiros e trabalhavam das seis da manhã às cinco da tarde, com uma hora e quarenta e cinco minutos de intervalo para almoço. Os mais velhos e menos robustos eram jardineiros, apanhadores de madeira e capinadores.

Era o seguinte o dia de trabalho normal em Morro Velho:

5:00: Alvorada tocada pelo gongo, e meia hora depois, a revista.
6:00: Trabalho.
8:15: Almoço.
9:00: Trabalho.
12:30: Jantar.
13:15: Trabalho.
14:00: Explosão da mina.
17:30: Fim do trabalho dos artifices.
18:30: Volta para o alojamento.

Os trabalhadores do subsolo eram perfuradores, limpadores de escavações, homens de trem (que empurravam os vagões), enchedores de baldes e homens de madeiramento. Eram divididos em três corpos, de acordo com o horário de entrada na mina: às seis horas da manhã, às duas horas da tarde e às dez da noite. Segundo Richard Burton, “uma avaliação por alto dá para o número das turmas da mina ao mesmo tempo, 620, incluindo todos os braços. Os negros moram em duas aldeias situadas a meio caminho entre o fundo do vale e o Morro Velho, propriamente dito. [...] Os negros começam o dia com café ou chá de Congonhas. A ração semanal além de sal e verdura compreende: 9 libras de farinha de milho, 4½ a 5 libras de feijão; 13½ onças de banha e 2 libras de carne verde. A carne de 1ª custa aproximadamente 3\$00 a arroba, ou dois dinheiros a libras, e os trabalhadores compram ao preço de custo, as cabeças e os cascos e os fígados e os miúdos dos bois mortos para o serviço do estabelecimento. Os mais industriais têm seus jardins e lavouras: criam aves e porcos, engordados com farelos, que recebem grátis. Uma parte eles comem; o resto vendem para obter quinquilharias e pequenos objetos de luxo. Carne-seca e farinha se fornecem quando o médico manda. As mulheres com filhos pequenos têm direito a adicionar alguma coisa aos seis décimos de prato de refeição: uma quarta de feijão e duas onças de banha. As crianças quando desmamadas têm direito a meia ração. Todos os artigos são de boa qualidade, e quando não, faz-se uma queixa ao superintendente dos negros. A bebida não é dada todos os dias, nem pode ser trazida para o estabelecimento. Um negro bem comportado pode obter

um gole uma vez por dia, com licença do feitor-chefe ou superintendente. Cada chefe de departamento tem uma reserva de restilo, que pode distribuir à discrição e o capitão da mina pode dar um gole a qualquer negro que chega molhado de seu serviço. É, porém, difícil corrigir a tendência extrema do africano para licores destilados, que neste ar leve e excitante atinge prontamente a cabeça, e em breve se torna fatal. Os negros se deliciam também com o *pango* (marchinha), aqui chamada *ariri*, a bem conhecida *bhanga* (*Cannabis sativa*) da Índia, e da costa leste e oeste da África. São capazes de pagar prontamente até mil-réis por um punhado desse veneno”. O escravo era recompensado com presentes em dinheiro; com permissão para sair fora dos limites da mina, até mesmo para ir à cidade de Sabará; era promovido a cargos de confiança e de maior pagamento; era promovido a feitor ou capitão de sua própria gente; nas chamadas “revistas dos negros”, que se realizavam todos os sábados, recebiam divisas e distintivos que o ajudavam a pleitear a liberdade. Novamente de acordo com Burton: “Uma cena interessante e muito própria para uma fotografia é a revista dos negros, que se realiza todos os sábados. Quando lá estávamos, cerca de 1 100 dos 1 452 esperavam no terreiro em frente à casa-grande. Ambos os sexos estavam descalços; em toda a parte no Brasil é este um sinal de escravidão. As mulheres, precedidas por um grupo de doze raparigas, estavam formadas em colunas de seis companhias. Estavam com as vestes domingueiras, saiotas de lã branca, com uma barra estreita e vermelha em torno do último terço; xale de algodão listado de azul e branco e um lenço de cabeça brilhante, geralmente vermelho, amarrado em torno da carapinha. Na extrema direita, perpendicularmente à coluna estão as mulheres de bom comportamento. O distintivo do primeiro ano é uma larga barra vermelha em torno da bainha branca, substituída por galões estreitos, uma para cada ano, até que o número místico de sete concede a liberdade. Vimos dez mulheres e outros tantos homens requererem oficialmente as preliminares da alforria. [...] Enfileirados por trás das mulheres, os homens estavam vestidos de camisa branca, ceroulas de lã azul desbotada, barretes vermelhos – turcos e escoceses – e calças de algodão. Os homens de casaco, como são chama-

dos os bem comportados, ficam na extrema esquerda formando um ângulo reto com o batalhão de amazonas. Usam casacos sem rabo de sarja, debruados com punhos e golas vermelhos, coletes brancos, calças com listas vermelhas nas costuras e os barretes de costumes; cada um tem uma medalha com o selo de Morro Velho e o distintivo da liberdade próxima. As crianças que têm idade para comparecer à revista são vestidas da mesma maneira, decente e confortável; oferecem um grande contraste com os negrinhos que se chafurdam em torno. Os escravos respondem à chamada feita pelos chefes dos respectivos departamentos. Feito isto, o superintendente, seguido do gerente, do gerente auxiliar dos negros e dos dois oficiais médicos, percorrem as companhias e inspecionam minuciosamente cada indivíduo. Verifiquei que quase todas as peças eram nascidas na terra; havia somente um ‘Munjolo’ (raça conhecida das terras à leste do Congo), caracterizado pelas três cicatrizes da sua raça; as outras ‘pessoas em serviço’ chamavam-no ‘papa-gente’. Após a inspeção abriu-se diante da porta uma mesa de pagamento e as meninas e crianças recebiam sua ração de pagamento e sabão. Os três cobres (120 réis) dos primeiros tempos subiram a 6–8 para os empregados nos pilões, os carregadores de pedra ganham 12 *dumps*. Por trabalhos extraordinários ou além das horas o pagamento pode subir a 16–20 cobres. Cada um recebe por semana meia libra de sabão; este artigo custa à companhia entre trezentos e quatrocentos mil-réis por mês ou anualmente 360 a 480 libras. Os homens e mulheres casados são pagos no escritório público. Os primeiros antigamente recebiam quatro cobres, agora recebem o dobro, e por indústria podem ganhar de 9 a 10 patacas, cada uma de 8 cobres. A média das recompensas e pagamentos suplementares pagos aos negros sobe a 1 600 000 réis por quinzena ou cerca de 3 840 libras por ano”. Os principais castigos eram multas, penalidades que chegaram, em 1868, a 400 mil-réis e são destinadas para fins caritativos e para um fundo de garantia especial, destinado a sustentar os velhos e os enfermos. Outras penas: não ter licença para vender porcos, aves e verduras; prisão dentro do estabelecimento ou encerramento numa cela seca, com tábuas, como uma guarita de soldado; os fugitivos eram postos a ferro. Nessa mesma época,

foi abolido o açoitamento. Somente o chefe de departamento poderia determinar um "palmatório". Os açoites com relho de couro rasgado brasileiro só podiam ser ministrados pelo superintendente, no caso de bebedeira, desobediência a ordens, de rebeldia e furto. **Bibliografia.** BURTON, Richard F. *Viagens aos Planaltos do Brasil, do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo, Nacional, 1941; LIPPY, Douglas Cole. *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1984.

MINERAÇÃO INGLESA DURANTE A ESCRAVIDÃO. A primeira companhia inglesa exploradora de ouro data de 1824 e era conhecida pelo nome de Gongo Soco, ou Imperial Brazilian Mining Association. Localizava-se a 48 milhas a nordeste de Ouro Preto e 24 milhas a sudeste do Morro Velho, no então município de Caeté (Santa Bárbara). O primeiro proprietário dessas terras foi o coronel Manuel da Câmara de Noronha, que a explorou em meados do século XVIII. Em 1808, foi vendida por seu filho, pela quantia de nove mil cruzados, ao comendador e capitão-mor José Alves da Cunha, português, e a seu sobrinho, o Barão de Catas Altas. Este herdou-a mais tarde e ofereceu-a ao Sr. Edward Oxenford, que havia viajado como mascate, ou comerciante itinerante. Este voltou à Inglaterra, defendeu a compra da mina e foi mandado pela companhia para examinar o local. Os pareceres foram favoráveis. O Barão cedeu os direitos por setenta mil libras, e a sanção do Governo Imperial foi obtida em 16 de setembro de 1824, com a condição de que fosse pago o "quinto anual" — uma porcentagem estranhamente alta — de 25% do ouro extraído. Segundo Richard F. Burton (1941), em março de 1827, o primeiro superintendente, capitão Lyon, assumiu a direção. Este capitão Lyon, da Armada Real, também comprou as terras de Morro Velho (V. *Mina de Morro Velho, Trabalho escravo na*) de seu proprietário, o padre Freitas e as vendeu à companhia de St. John Del Rey. A exploração prosperou. Em dezembro de 1827, o quinto pago em Ouro Preto foi de 20 982 libras. Soco havia se tornado uma aldeia inglesa nos trópicos, com a igreja e o capelão consagrado pelo bispo de Londres. As quarenta mãos primitivas haviam se elevado a 180 ingleses ajudados por seiscentos trabalhadores livres e pretos. De 1837 a 1847, o governo brasileiro reduziu liberalmente o quinto para 20%. Em 1850, diminuiu para 10%;

em 1853, para 5% e, em 1854, "os estrangeiros foram colocados no mesmo pé de igualdade com a indústria nacional e trabalharam sem taxas" (Burton, 1941). Todavia, entre 1854-1856, a companhia gastou todo o fundo de reserva que havia acumulado durante anos. "Em 1857, o comendador Francisco de Paula Santos, a quem se deviam 150 contos, embargou os negros, como tinha direito de fazer pela lei brasileira, e se tornou então possuidor da propriedade mineira; Gongo Soco morreu, profundamente sentida, [...] havia-se espalhado pelas minas ramais de Boa Vista, Bananal ou Água Quente, Socorro, Campestre, Catas Altas, Cata Preta e Inficionado; havia alimentado e povoado a região por trinta léguas em redor e havia rendido perto de um milhão e quinhentas mil libras". Seguiu-se, em abril de 1830, a St. John Del Rey. Em 1836, foi transferida para Morro Velho, embora conservando o nome que aparecia no contrato original. Durante dez anos após a sua mudança, a St. John pouco fez. Em 1845, seu imposto foi baixado de 10 para 5%; em 1855, foi estabelecida uma redução de 1% ao ano até a extinção da taxa; e depois de 1859 foi liberada do ônus. Durante esse ano, começou a produzir cinco oitavas por tonelada, quando antes eram duas. Vieram depois a Cata Branca, com o Morro das Almas, na municipalidade de Ouro Preto; a grande Companhia de Cacaís (1833-1834) e os seus ramos; Caeté e Macaúbas, com sua vizinha Brucutu, e a Companhia da Serra da Candonga, no Serro Frio, de curta existência e que acabou após dois ou três anos. Excetuando-se Cacaís, essas associações duraram até 1844-1845 e 1850. As falências atingiram o mercado de Londres e a mineração de ouro no Brasil não era olhada com simpatia. Depois de 1859, quando já Morro Velho havia reabilitado a exploração no Brasil, outras companhias surgiram. Minas teve cinco: a Este Del Rey, incluindo as lavras do Capão e Papa Farinha, perto de Sabará; a Paciência e São Vicente, perto de Ouro Preto; Norte Del Rey, no Morro de Santa Ana, inclusive a mina de Maquiné; a London and Brazilian Gold Mining Company, em Passagem, perto de Mariana; Companhia Roça Grande, no município de Caeté, e a Santa Bárbara-cum-Pari, no município do mesmo nome. **Bibliografia.** BURTON, Richard F. *Viagens aos Planaltos do Brasil, do Rio de Janeiro a Morro Velho*. São Paulo, Nacional, 1941.

MOBICA. Africanismo do tempo da escravidão, que designava os ex-escravos que obtiveram a sua alforria. Do quimbundo *mubika*, escravo ou libertado, segundo Jacques Raimundo. O termo circulava especialmente na Bahia.

MOCAMBO. Era como se denominavam, inicialmente, os redutos de negros fugidos do cativeiro. Vocábulo de origem africana, do quimbundo *mukambu*, passou a ser usado de modo geral pelos senhores e autoridades até o século XVII, quando foi substituído por quilombo (V.).

MOCAMBU. Escravo refugiado em quilombo, termo de possível origem africana. O mesmo que quilombola (V.).

MOEDA, O ESCRAVO COMO. Durante muito tempo, na Colônia, o escravo negro circulou como moeda em transações comerciais. Na ausência de um equivalente geral da mercadoria, a moeda, usou-se o negro nesse processo de escambo. Segundo Djacir Menezes (1937), o escravo era o capital para os senhores-de-engenho. Capital vivo, produzindo sempre. Saint-Hilaire pasmou diante dessa mania de converter em escravos os capitais de ganho em Minas Gerais. Os gordos dotes que se davam às filhas freiras, aos doutores e morgados manavam desse suor negro: o trabalho escravo alimentava e vigorava todos esses exploradores. Um escravo valia tanto, um "lote" tinha outro valor e com isso se pagavam dívidas, faziam-se doações e dotes de casamento. Diz Julita Scarano (1976) que "se doavam ou pagavam dívidas à irmandade com escravos. Em 1786, uma Irmã que devia à Confraria deu-lhe 'a sua negra'. Não é caso único, muitas vezes era com escravos que se pagavam as anuidades e estes eram deixados em testamentos para a associação". A autora refere-se aqui à Irmandade do Rosário do Distrito Diamantino, ou seja, as próprias confrarias religiosas aceitavam o escravo como moeda em pagamento das anuidades dos seus membros. Por outro lado, segundo J. G. Aldenburgk (1961), durante a ocupação holandesa na Bahia (1624-1625), os batavos tiveram ordem de reunir na praça do mercado velho todos os negros da cidade inteira, "assim moços como velhos, homens e mulheres; devido não só à escassez de víveres como ainda a haver deles negros em demasia na cidade, foram escolhidos cinquenta dos mesmos e embarcados num navio, guarne-

cido de 150 homens, o qual devia dirigir-se à terra de Camamu, a fim de trocar os ditos negros com os portugueses, por bois, galinhas, porcos e frutas; mas não aceitaram a troca os portugueses, pelo que descemos com força à terra, trouxemos bois para bordo, desembarcamos os negros numa ilha, levantamos ferro e nos fizemos de vela a voltar à Bahia". **Bibliografia.** ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da Conquista e Perda da Cidade do Salvador pelos Holandeses em 1624-1625*. São Paulo, Brasiliensia Documenta, 1961; MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1937; SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*. São Paulo, Nacional, 1976.

MOENDEIRA. Escrava que passava a cana pelos tambores da moenda. Descrevendo as atividades das escravas que tinham essa ocupação, diz Stuart B. Schwartz (1988) que "o trabalho nos tambores, apesar de repetitivo, demandava alguma habilidade e atenção. A cana precisava ser passada na velocidade e na quantidade certas, caso contrário os tambores poderiam quebrar-se ou a cana não ser prensada com perfeição. Outrossim, havia a possibilidade de um 'acidente de trabalho'. A força da prensagem da moenda era tremenda. Uma escrava inexperiente, ou que se tornasse desatenta por haver trabalhado demais ou se embriagado com a garapa distribuída aos coletivos durante a safra, podia facilmente ter a mão esmagada pelos tambores, junto com a cana. Se tal acontecesse em uma moenda de grande porte, o corpo inteiro poderia seguir-se ao braço. Foi o caso ocorrido com uma jovem mulata do Engenho Musurepe, em Pernambuco, que foi apanhada 'moendo com a mesma cana'. Era preciso tomar precauções. Em moendas movidas por força hidráulica deixava-se sempre à mão uma tábua para desviar a água da roda. [...] O viajante francês Tollenare descreveu o caso particularmente comovente de uma bela jovem de nome Teresa que fora rainha em Cabinda. Caída em desgraça, foi vendida como escrava e no Engenho Sibiró, em Pernambuco, foi colocada para trabalhar na moenda quando as moendeiras adoeceram. Inexperiente, teve uma das mãos decepadas, quando tentou libertar-se a outra também foi esmagada. Amputou os dois braços". **Bibliografia.** SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

MOLDE DE TELHA, ESCRAVO COMO. Entre o enorme arsenal de tortura mantido pela violência do colonizador português e dos senhores de escravos no Brasil, além da crueldade do ferro em brasa, destacou-se um inusitado suplício, ainda pouco estudado, ocorrido em Santa Catarina, durante a escravidão. Segundo Martiniano J. da Silva (1985), há registros que apontam o costume de transformar as coxas dos escravos em moldes para a fabricação de telhas de barro, para a cobertura de grande e sólida fortaleza: a de Santa Cruz de Anhatomirim, construída na pequena ilha do mesmo nome, para defender-se dos ataques dos espanhóis. Aliás, o próprio nome da fortaleza significa, em tupi-guarani, “pequena toca do diabo”. O suplício era pavoroso, porquanto os escravos tinham de ficar deitados ao sol enquanto a argila colocada nas suas coxas secava e transformava-se em telha. **Bibliografia.** SILVA, Martiniano J. da. *Racismo à Brasileira*. Goiânia, Popular, 1985.

MOLEQUE. Nos jornais e papéis da época, o termo aparece para designar jovens negros e homens entre seis e trinta anos. Embora a idade fizesse parte do termo, a palavra era empregada em tom pejorativo para homens adultos. Até hoje, “molecagem” é termo desabonador para quem pratica algum ato considerado irresponsável.

MONTEIRO, PRUDENTE PIRES. Senhor de escravos, proprietário agrícola na região de Campinas (São Paulo). Casado com Marciana Pires Monteiro, não permitia castigos em sua propriedade e ali os escravos tinham liberdade de ação; quando casados, viviam em suas próprias casas e, solteiros, moravam em alojamentos apropriados. Os senhores da região tentaram convencê-lo de que tais atitudes representavam um mau exemplo, não respeitando o interesse dos demais proprietários de escravos. O casal Monteiro, por testamento conjunto, instituiu como herdeiros os seus próprios escravos, que continuaram a explorar em benefício próprio a fazenda agrícola após a morte dos seus senhores.

MORTALIDADE. Grande era o percentual de mortalidade entre a população escrava. Epidemias de varíola, cólera-morbo, febre amarela, escorbuto e outras dizimavam grande parte dessa população, que tinha de ser repostas constan-

temente através do tráfico negreiro (V.). Entre os anos de 1664-1665, conforme escreve Vivaldo Coaracy (1965), “continuavam as sucessivas epidemias de varíola a produzir grande mortalidade entre a escravatura. Para a propagação da moléstia concorria a ausência dos mais rudimentares cuidados de higiene e o descaso com que eram tratados os cadáveres dos índios e negros que morriam por efeito das bexigas. Não raras vezes os senhores mandavam abandonar esses corpos em lugares ermos, e outros faziam sepultá-los perfunctoriamente, em covas rasas que os cães e outros animais descobriam. Por sentimento de caridade, em 1665, os franciscanos instituíram um cemitério para escravos da sua Ordem na base do Morro de Santo Antônio (Rio de Janeiro). Provêm desse cemitério as ossadas que por várias vezes têm sido descobertas por ocasião das obras do atual Largo da Carioca”. Tendo o Conselho Ultramarino tomado conhecimento do ajuste feito por Pais de Sande com a Irmandade da Misericórdia para o sepultamento dos escravos, recusou-lhe aprovação e foi ordenado (ao governador) Castro Caldas que fizesse novo acordo, reduzindo a contribuição ou espórtula a quatrocentos réis, com a dispensa de duas missas, pois, dizia o Rei, que não se podia obrigar os senhores a mandar rezá-las por alma dos seus cativos “quando nem os pais eram obrigados a mandá-las rezar pelos próprios filhos”. Em 17 de maio, foi feito novo entendimento, conforme essas recomendações, passando a Misericórdia a receber um cruzado pelo enterro de cada escravo.

Entre 1841 e 1849, a cidade do Rio de Janeiro enterrou quase 2 800 escravos por ano. A maioria deles eram mandados para as sepulturas públicas da Santa Casa de Misericórdia e, algumas vezes, para as paróquias fora dos “campos sagrados”, nas florestas e quintais de seus proprietários ou mesmo largada em praças e ruas e no mar. Os números documentados e apresentados nas tabelas da página seguinte podem registrar um número de escravos mortos muito inferior ao que ocorreu na realidade. **Bibliografia.** COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; KARASCH, Mary C. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princeton University Press, 1987; SOARES, Ubaldo. *A Escravatura na Misericórdia*. Rio de Janeiro, s/ed., 1958.

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE DE ESCRAVOS NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RIO DE JANEIRO, 1833-1849

Causas	% do		% do		% do	
	Homem	total	Mulher	total	Soma	total
Tuberculose	181	22,9	131	36,8	312	27,2
Disenteria	81	10,3	34	9,6	115	10,0
Diarréia	98	12,4	17	4,8	115	10,0
Gastroenterite ^a	70	8,9	44	12,4	114	10,0
Pneumonia ^b	77	9,8	25	7,0	103 ^c	9,0
Bexigas	67	8,5	24	6,7	91	7,9
Hidropisia	60	7,6	20	5,6	80	7,0
Hepatite	59	7,5	19	5,3	78	6,8
Malária ^d	43	5,5	28	7,9	71	6,2
Apoplexia ^e	53	6,7	14	3,9	67	5,9
Total	789	100	356	100	1 146	100

a) Gastroenterite e enterite combinadas.

b) Pneumonia, peripneumonia, pleuropneumonia combinadas.

c) Incluindo um sexo indefinido;

d) Febre intermitente e pernicioso combinada;

e) Apoplexia, apoplexia fulminante e apoplexia cerebral combinadas.

CAUSAS DA MORTE DE ESCRAVOS ENTERRADOS PELA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, 1695-1839

Doenças	Nº	% do Total
Tuberculose pulmonar	2 182	53,60
Tétano	319	7,84
Diarréia	296	7,27
Convulsões	206	5,06
Elefantíase	196	4,82
Disenteria	195	4,79
Coqueluche	157	3,86
Hidropisia	91	2,24
Febre pernicioso (malária)	87	2,14
Opilação	86	2,11
Gastroenterite	64	1,57
Pleurisia	32	0,79
Gangrena	28	0,69
Febre gástrica	27	0,66
Ataque epilético	23	0,57
Anasarca (edema generalizado)	18	0,44
Meningite	18	0,44
Pneumonia	18	0,44
Febre maligna	17	0,42
Ascite (edema do estômago)	6	0,15
Suicídio	5	0,12
Total	4 071	100,02

Fonte: SOARES, 1958, p. 138.

* Nota: De 1695 a 1839, 22 747 escravos foram enterrados pela Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. Apenas 4 071 tiveram a causa da morte listada. Ubaldo Soares não explica como ele compôs este quadro.

TOTAL DE MORTES DE ESCRAVOS NO RIO DE JANEIRO DE 1840 A 1851

Ano	Homens	Mulheres	Total
1840	522	497	1 019
1841	1 817	1 207	3 024
1842	1 653	1 033	2 686
1843	1 703	1 103	2 806
1844	1 575	993	2 568
1845	1 444	883	2 327
1846	1 726	997	2 723
1847	2 173	1 195	3 368
1848	2 575	1 297	3 872
1849	2 196	1 159	3 355
1850	1 832	988	2 820
1851	1 673	947	2 620

Fonte: KARASCH, 1987.

MOVIMENTO ABOLICIONISTA. Movimento nacional, surgido na última fase da escravidão e liderado por membros das facções liberais, intelectuais e pessoas ou grupos ligados ao capital inglês. Joaquim Nabuco data-o de 1879-1880. Antes disso, havia apenas manifestações pessoais mais de comisseração da situação do escravo do que contra a escravidão. Salva-se, devemos salientar, a voz precursora de Castro Alves. Nem o clero como instituição, nem os partidos políticos, nem as Forças Armadas do Império haviam se pronunciado institucionalmente contra a escravidão. Do Parlamento nem se fala. Dessa forma, somente com a extinção do tráfico negreiro com a Lei Eusébio de Queirós (V.), a chamada opinião pública começou a ver com consciência crítica o sistema escravista, e não apenas de forma humanitarista, com pena dos “pobres escravos”, mas também por uma ótica utilitarista, considerando o trabalho livre mais rentável do que o escravo. A extinção do tráfico foi um acontecimento que cimentou o início do movimento abolicionista. Garroteou as forças escravistas, cortando-lhes as raízes econômicas, deixando-as sem possibilidade de prolongar por muitas gerações a escravidão. Isto é, sem o tráfico negreiro a escravidão não poderia sobreviver por muito tempo, porque sem as levadas sucessivas de escravos que vinham substituir aqueles que morriam ou ficavam inutilizados, além daqueles que iam servir em novas áreas de atividade, a população escrava entraria em colapso. A extinção do tráfico foi um golpe definitivo nos contrabandistas e esse fato todos já previam. A

abolição tornou-se uma simples questão de tempo e de oportunidade, como já se dizia. O movimento abolicionista passou para a ordem do dia. Iniciou-se assim, com a extinção do tráfico, uma nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas de várias frentes, tendo de enfrentar, apesar disso, um período de árduas lutas. Desde o início, o movimento abolicionista trazia no seu bojo, de um modo geral, duas alas: de um lado, militavam os pertencentes à ala moderada do movimento, chefiada por Joaquim Nabuco (V.); do outro, estavam os mais radicais como Luís Gama (V.), Silva Jardim, Antônio Bento (V.), Raul Pompéia e Carlos de Lacerda (V.). Luís Gama chegou mesmo a travar luta dentro do Partido Republicano Paulista em face da indiferença e mesmo oposição à questão da abolição. Não foi outra, aliás, a posição de Silva Jardim que, em documento publicado em 1889, analisava a situação do Partido Republicano, situação que, às vésperas da República, refletia todo um processo anterior de manobras oportunistas. A primeira ala do movimento abolicionista tinha como método de reivindicação não a organização dos escravos como agentes sociais, mas o trabalho de mostrar às classes dominantes e suas elites de poder do Império os prejuízos morais da escravidão. Diziam que, somente por meio do choque de idéias e da racionalização da opinião pública, era possível fazer triunfar o abolicionismo. Esta ala era aquela que incorporava nos seus quadros os elementos legalistas da campanha, aqueles que pugnavam por uma simples modificação jurídica, sem atentar para a vinculação social profunda do movimento. Joaquim Nabuco, que liderou a corrente moderada, afirma em um dos seus livros mais conhecidos e no qual conta a história do movimento: “A propaganda abolicionista não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia inepta e criminosa, e além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a Lei de Linch, ou a justiça pública imediatamente haveria de esmagar”. Mais adiante esclarece as razões da sua atitude: “Suicídio político porque a nação inteira vendo uma classe, e essa a mais influente e poderosa do Estado, exposta à vingança bárbara e selvagem de uma população mantida até hoje ao nível dos animais cujas paixões, quebrados os freios do

medo, não conheceriam limites no modo de satisfazer-se, pensaria que a necessidade urgente era salvar a sociedade a todo custo”. Como vemos, Nabuco desejava um processo gradual de abolição, sem lutas, excluindo o escravo como agente dinâmico do processo, exatamente aquele agente que representava um dos pólos da contradição fundamental da sociedade brasileira da época. A outra ala do abolicionismo – que poderíamos chamar radical – dirigia as suas vistas e atividades cotidianas, total ou parcialmente, mais para os próprios escravos do que para o processo de convencimento das elites dos horrores do escravismo, organizando-os para que eles próprios lutassem contra o cativo. Luís Gama foi, incontestavelmente, o seu maior líder. Sendo ex-escravo, tornou-se o porta-voz de centenas de escravos que, de várias formas, através de fugas, da compra de alforria etc., não se conformavam com o *status* a que estavam submetidos. Embora não querendo diminuir o papel de Joaquim Nabuco – certamente uma das figuras mais ativas e respeitáveis do movimento – queremos dizer, no entanto, que, enquanto ele tomava posição tímida e de uma prudência que hoje a História não justifica, combatendo a “vingança bárbara e selvagem” dos escravos, Luís Gama tomava posição diametralmente oposta. Dizia, em pleno tribunal que o acusava de acoitar negros fugidos, que o escravo ofendido no seu direito que matava o seu senhor praticava o ato de legítima defesa. Posições que refletiam de maneira lapidar a forma de ação das duas alas do abolicionismo. Silva Jardim foi outro político atacado pelas suas posições “muito radicais”.

O conhecido tribuno, de acordo com o seu biógrafo Mauricio Vinas de Queiroz (1947), visitava em companhia de outros abolicionistas os quilombos da periferia de Santos. Raul Pompéia escrevia, por seu turno, em artigo de jornal, que “a humanidade só tem a felicitar-se, quando um pensamento de revolta passa pelo cérebro oprimido dos rebanhos operários das fazendas. A idéia da insurreição indica que a natureza humana ainda vive. Todas as violências em prol da liberdade – violentamente acabrunhadas – devem ser saudadas como vinditas santas. A maior tristeza dos abolicionistas é que estas violências não sejam freqüentes e a conflagração não seja geral”. Enéias Galvão, Alberto Torres, Raimundo

Correia e Augusto de Lima declararam-se de acordo com os termos do romancista de *O Ate-neu*. Contra a idéia abolicionista, porém, levantou-se a opinião conservadora que expressava os interesses dos grandes latifundiários escravistas do Nordeste e donos de fazendas de café em São Paulo, postados nos seus pontos de vista de classe. Qualquer tentativa de reforma, mesmo de uma timidez que hoje nos faz rir, era recebida no Parlamento com violentos ataques da maioria escravista. A Lei do Ventre Livre, de 1871, depa-rou-se no Parlamento com a mais cerrada oposição. O gabinete Rio Branco foi acusado de “governo comunista, governo do morticínio e do roubo”. Diz Rui Barbosa que um certo deputado expressara que o gabinete Rio Branco havia desfraldado as velas por “um oceano onde voga também o navio pirata denominado *A Internacional*”. Segundo Astrojildo Pereira, no voto de Souza Carneiro ao projeto de 18 de julho, lê-se que ele não passava de “pretexto para agitação, revolução e subversão social, aproveitando os anarquistas e agitadores de ruas”. Por isso, favorecia “as passeatas incendiárias e demonstrações estrondosas”. Mas, a partir da extinção do tráfico, parcelas da opinião pública, setores liberais da sociedade e parte da intelectualidade começaram a aderir à idéia abolicionista. Verificou-se uma transformação muito grande em relação ao problema. A escravidão decadente com os escravos em fuga, os ataques da imprensa, a própria ação parlamentar foram criando um clima novo, nova bitola de julgamento, e o leque que se abria favorável aos senhores de escravos foi se fechando paulatinamente. A abolição deixou de ser tema de gabinete, assunto de divulgação de homens letrados. Passou a ser problema debatido em praça pública, nas ruas e nos salões. O certo é que o problema abolicionista nunca mais saiu da pauta política e passou a ser equacionado com crescente insistência à medida que o tempo avançava. Enquanto o escravismo foi uma instituição que se colocou como elemento dinâmico, teve o beneplácito da opinião pública e dos que dominavam os órgãos de divulgação e de sentença. Quando se transformou em elemento de entrave, deixou de ser categoria intocável e a crítica se despejou sobre ele, analisando-lhe as mazelas intrínsecas. O movimento abolicionista deixou de estar confinado às

idéias de uma meia dúzia de teóricos para ganhar definitivamente a opinião pública. Dele se ocuparão, premidos pelas circunstâncias, todos os Gabinetes do Império que se sucederam. Inúmeros serão os trabalhos, memórias, artigos, discursos parlamentares e principalmente projetos que abordam o problema, procurando a forma de resolvê-lo ou atenuá-lo. Algumas medidas serão adotadas em consequência das lutas parlamentares e da opinião pública. No mecanismo parlamentar, a luta prosseguiu e novas medidas foram tomadas. Uma delas será a Lei Cotegipe de 1845, que protegia alguns direitos dos escravos, prometendo garantias às suas famílias. A Lei do Ventre Livre (V.), de 28 de setembro de 1871, surge na sequência de concessões. André Rebouças, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e inúmeros outros debatem a questão de várias maneiras. As sociedades abolicionistas, por seu turno, aparecem em todo o território nacional, congregando homens dos dois partidos políticos, mas que se irmanavam num objetivo fundamental: a abolição. Em diversas províncias o movimento se desenvolve. A Associação Central Emancipadora (V.) e a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, a última presidida por Joaquim Nabuco, começam a funcionar e a arregimentar adeptos para a causa. Ligas abolicionistas, como a Associação Central Emancipadora, promovem conferências sobre o momentoso assunto. O ambiente que era hostil passa a ser receptível. Os jornais acolhem as notícias dos adeptos do abolicionismo. Surgem, acompanhando o movimento, os primeiros órgãos da imprensa abolicionista, que deixa de depender do paternalismo de outros veículos para ser autônoma no setor de divulgação. O primeiro deles é a *Gazeta da Tarde* (V.), dirigido por Ferreira de Menezes. Outros serão fundados a seguir, em diversas províncias. Em 1883, nasce a Confederação Abolicionista (V.) que iria dirigir o movimento no plano nacional. Dentro desse conjunto de razões econômicas, sociais, políticas e culturais o fim da escravidão se aproxima. Por outro lado, em consequência da decadência da economia nordestina, debate-se a agricultura daquela área em profunda crise, agravada pela extinção do tráfico, crise que Perdigão Malheiros retrata da seguinte forma: “as dívidas ficavam e com elas os terrenos hipotecados aos especuladores que

compravam os africanos aos traficantes para revendê-los aos lavradores. Assim a nossa propriedade territorial ia passando das mãos dos agricultores para os especuladores e traficantes". Portanto, a escravidão se decompunha. O 13 de Maio de 1888 foi apenas um golpe estratégico da Monarquia temerosa da sublevação geral dos escravos e do povo. **Bibliografia.** QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Uma Garganta e Alguns Níqueis: História de Silva Jardim, Herói da Propaganda Republicana*. Rio de Janeiro, Aurora, 1947.

MUCAMA. Escrava doméstica, negra ou parda, escolhida, quase sempre pela senhora, para os serviços domésticos, especialmente nas casas-grandes do Nordeste. Acompanhava a cadeirinha na qual a senhora saía a passeio e podia ser ama-de-leite, cozinheira, copeira, confidente das filhas do senhor, alcoviteira ou objeto de uso sexual do seu dono ou de outros membros da família. Transformou-se em símbolo erótico para uma certa tendência literária. Dava crias na casa-grande sem que isso causasse espanto, mas os seus filhos, mesmo sendo do senhor ou dos seus filhos e parentes, continuavam escravos. Esta sexualização da imagem da mucama é responsável por muitas lendas e fabulações, especialmente no tocante aos ciúmes das suas senhoras em relação aos maridos. Contam-se casos de olhos arrancados de mucamas servidos à mesa, devido a elogio feito pelo senhor, seios cortados, assassinato de mucamas ordenadas pelas senhoras etc. O certo, porém, é que isso aconteceu apenas como exceção, pois, de acordo com os valores da época, a mulher tinha de aceitar como normal o comportamento sexual irregular do marido em relação às escravas. Um caso representativo desse ideário mítico com respeito aos ciúmes das senhoras de escravos encontra-se neste relato de Silva Campos, publicado nas suas *Tradições Baianas*: "Este bárbaro caso, acontecido em um engenho do Recôncavo, cerca de Santo Amaro, é típico dos senhores de escravos, na Bahia. Curioso é o seguinte. Já ouvi isto como desenrolado em três Estados da República, muitos apartados entre si, com alguma diferenciação de pormenores; e sempre os seus narradores a descenderem a minúcias, citando nomes de lugares e de pessoas, no intuito de autenticarem a veracidade da sua história. Achavam-se à mesa de jantar o senhor de engenho e a sua esposa, copeirando-o uma mulatinha de olhos

tentadores, recentemente adquirida por aquele. O homem sem nenhum propósito inconfessável disse então à consorte: Que rapariga de olhos bonitos! A mulher era uma ciumenta até à raiz dos cabelos, segundo a consagrada chapa, objetou-lhe simplesmente, para morrer de despeito: Achas? No dia seguinte, à hora do almoço, não apareceu a jovem escrava que, para sua infelicidade, nascera com um par de olhos capazes de alvoroçarem um coração de pedra, vindo outra mucama servir a mesa. Prestes a se levantarem, trouxeram de lá de dentro uma salva de prata, coberta por alvíssima toalha, dizendo a moça ao marido: É um presente para ti... O homem ergueu a toalha. Estava um vaso coberto. Destampou-o, não podendo conter um gesto de horror. É que vira no fundo da vasilha dois glóbulos oculares, aderido a frangalhos sangrentos. E antes que pedisse explicação daquilo, tornou-lhe a esposa: São os olhos de Fulana. Achaste-os ontem tão bonitos que quis te presentear com eles. Fizera-os arrancar a ponta de faca". Essa narrativa, se não for verdadeira, mostra os níveis de irracionalidade a que o escravismo poderia chegar, mesmo para os escravos domésticos que tinham uma situação bem mais favorável do que a grande maioria que trabalhava no eito.

MUCAMO. O mesmo que quilombola (V).

MUCURUMIN. Nome com que os negros maometanos no Brasil, especialmente na Bahia, se auto-denominavam, enquanto o povo os apelidava de malês (V).

MULATOS ENRIQUECIDOS. Segundo Luís dos Santos Vilhena, nas suas *Cartas Soteropolitanas*, havia se formado em Salvador, no século XVIII, uma camada de mulatos enriquecidos: "Quase todos os mulatos ricos queriam ser fidalgos, muitos fofos, e soberbos, e pouco amigos dos brancos, e dos negros, sendo diferentes as causas. Os pobres não se têm ao menos conta que os brancos, sendo bastante atrevidos, e é a sua imitação os negros crioulos, dotados de todas as habilidades para os empregos a que querem destinar-se. Há muitos negros forros dos que têm vindo das costas d'África, os quais não deixam de ser humildes, e mais propensos aos brancos, do que aos mulatos, e crioulos; o que não deixa de concorrer para um profícuo e ponderável equilíbrio; todos os brancos que não têm emprego público, mulatos, forros e negros libertos, têm praça nos diver-

sos corpos, tanto de tropa de linha, como de milícias urbanas".

MULHER ESCRAVA, VIOLÊNCIA CONTRA A. Um dos exemplos de violência a que estava sujeita a mulher escrava pode ser exemplificado pelo caso do soldado da Companhia de Granadeiros do Regimento Miliciano dos Úteis, Francisco Antonio de Paula, que estando de sentinela no Xafariz na cidade de São Paulo, "deu com o coice da arma na barriga de uma preta que se achava prenhe, de que resultou a vir a mesma preta com dores. E foi conduzida para a casa do seu senhor, abortada, o filho morto, ficando ela em perigo de vida". O Bispo de São Paulo, que governava interinamente a capitania, mandou proceder a ato de corpo de delito e a devassa sobre o caso.

MULUNGU. João Mulungu (ou Mulungum), famoso bandoleiro quilombola sergipano do século XIX. Tinha uma rede de informantes nas vilas e povoados da área de Divina Pastora naquela província. Era seu parceiro Manuel Jurema, cujos dados biográficos são desconhecidos. Segundo relatório das autoridades, Mulungu era crioulo e preferia morrer enforcado a voltar aos seus antigos senhores; diziam ainda que "achavam difícil capturá-lo porque todo movimento que se dá na vila ele no mato é sabido, visto que tem sócios nesta vila que se prestam a avisar a ele". Depois de haver assaltado diversas vilas, Mulungu sofreu severa perseguição. No contexto em que agia, havia uma grande concentração de quilombolas, "formando quilombos diferentes, percorrem os engenhos que querem, penetram algumas vezes disfarçados nas cidades, roubam, fazem quanta violência entendem. Eles costumam freqüentar o termo de Divina Pastora, às vezes chegam também a Capela, outras vezes tocam no termo de Laranjeiras" (Figueiredo, 1977). Para as autoridades, o mais forte elemento de resistência era mesmo o quilombola João Mulungu. Depois de cinco dias e noites de lutas e "fadigas", foi capturado, em 13 de janeiro de 1876. Da expedição que o capturou faziam parte o juiz municipal de Divina Pastora, Manuel Cardoso Vieira de Mello, capitão João Batista da Rocha, alferes Marcolino de Souza Franco e muitos praças. Segundo a notícia da sua prisão, por onde o prisioneiro passava, a escolta era "vitoriada pelo povo em massa". Mulungu, conforme ainda depoimento de um

dos seus captores, devia ter 25 anos mais ou menos e preferiu ser enforcado em praça pública a voltar ao cativeiro. **Bibliografia.** FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O Negro e a Violência do Branco*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1977.

MÚSICOS NEGROS. Ofício no qual os negros e libertos constituíam a grande maioria. A atividade de música era pensada dentro de um complexo de habilidades, pois geralmente todo negro músico era também barbeiro, sangrador, cirurgião, aplicador de sanguessugas, arrancador de dentes e finalmente músico. Como atesta o viajante Thomas Ewbank (1973), havia a participação dos músicos negros na popular festa do Espírito Santo: "um conjunto de músicos negros, composto de duas trompas, três tambores, uma clarineta e um pífano, aparecia na rua e punha-se a tocar uma valsa". Debret descreve mais detalhadamente a qualificação dos músicos como barbeiros: "Oficial de barbeiro do Brasil é quase sempre um negro ou pelo menos mulato. Esse contraste chocante para o europeu não impede ao habitante do Rio de entrar com confiança numa dessas lojas, certo de aí encontrar numa mesma pessoa um barbeiro hábil, um cabeleireiro exímio, um cirurgião familiarizado com o bisturi e um destro aplicador de sanguessugas. Dono de mil talentos, ele tanto é capaz de consertar a malha escapada de uma meia de seda, como de executar, no violão ou na clarineta valsas e contradanças francesas, em verdade arranjadas a seu jeito". Já escrevia frei Manuel de Madre de Deus, em sua *Súmula Triunfal*, que no Recife de 1745 não era novidade a formação de músicos populares. Em 1748, segundo José Ramos Tinhorão (1972), o padre francês Courte de la Blanchardière informava que ouvia sons de rabeca em quase todas as casas e que "cada pessoa procura este instrumento aos seus pretos" e continuava: "Há muitos violões e ouvem-se também muitas charamelas que fazem acordes bem desagradáveis. Uma tarde gozei este prazer quando o General (Conde Bobadela) voltava por mar de uma casa de campo, situada no fundo da baía e passava ao longo de nosso bordo, com dois negros colocados na proa do escaler; tocavam este instrumento com bom gosto". Cada restaurante da época, chamados "casas de pasto", tinha à porta um tocador de rebecca, que era geralmente um escravo cego. Os anúncios de jornais do século XIX atestam

a valorização do escravo músico. Em 1819, o inglês Alexander Caldcleugh copiou o seguinte anúncio para futura publicação em seu livro *Travels in South America*: "Quem quiser comprar um escravo próprio para boleiro que sabe tocar piano e marimba e alguma coisa de música e com princípios de alfaiate" Outro anúncio de 1847, transcrito por Delso Renaut, em *O Rio Antigo nos Anúncios de Jornais*, oferecia "um bom preto barbeiro, sangrador, alfaiate, e tocando

alguns instrumentos". Essa valorização podia chegar a extremos, segundo J. Amador Nogueira, que, em seu livro *Um Recanto do Sertão Paulista*, cita o caso do povoador João Teodoro, que trocou uma fazenda por um escravo violeiro em "modas de cateretê". **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.; TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular de Índios, Negros e Mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

N

NABUCO, JOAQUIM. V. Araújo, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco.

NAGÔ. Denominação dada na Bahia aos escravos iorubas. A sua origem etimológica não é ainda certa. Décio Freitas afirma que "Nagô é palavra que nos veio do francês para designar os negros iorubas, oriundos de uma das civilizações mais esplêndidas da África Negra. Os iorubas se propagaram por muitas comarcas da Guiné oriental, entre a fronteira do Daomé e as embocaduras do Níger". Vivaldo da Costa Lima, mais analítico, escreve: "Os grupos étnicos de fala iorubá que vieram para o Brasil eram geralmente chamados de nagôs. Pesquisas etimológicas e historiográficas têm mostrado a diversidade desses grupos, de que nos ficaram os etnônimos mais correntes, Oiô, Ketu, Egbabo, em documentos do tráfico e registros de venda de escravos, nascimento e morte. Na linguagem do candomblé, entretanto, os termos nagô e ijexá são os mais correntes. Este último é associado ao ritmo de um toque especial de atabaques para os orixás cultuados entre os ijexás da Nigéria ocidental, como Oxum, Ogum, Obatalá, Logum-Edé etc. Um velho e respeitado pai-de-santo da Bahia, Eduardo Mangabeira, é mais conhecido pelo seu apelido, que é o nome da terra de seus pais: Eduardo Ijexá. A palavra nagô,

usada na Bahia desde o fim do século XVIII, é ouvida correntemente no Daomé para denominar os iorubas de qualquer procedência. Anagô, nagô ou anagonu são formas com que eles, os iorubas, são conhecidos. Buscando a etimologia do termo, no Daomé, quase sempre encontrei definições ostensivas para o mesmo como: 'o nome que aqui se dá ao povo de fala iorubá', 'os que falam iorubá no Daomé e também na Nigéria, especialmente em Egbabo, região fronteiriça das cidades nagôs do Daomé'. Mas ouvi também de informantes daomeanos de língua fô, uma etimologia que me parece bem aceita entre os 'jejes', que foi também consignada por Mercier. Meu informante, neste caso, era uma pessoa instruída, *évolué*, como se chamam os daomeanos que fizeram estudos fora do país, especialmente na França. Consultando-o sobre o que eu ouvira a respeito da etimologia de nagô, ou anagô, que me haviam freqüentemente informado significar 'sujo', 'piolhento', disse-me ser isto verdadeiro pois os nagôs — isto é, os iorubas quando chegaram de Egbabo, fugindo de suas guerras intertribais —, 'vinham esfarrapados, cheios de piolhos, famintos e doentes'. Daí o antigo apelido de nagô, em fô, que significa 'piolhento'. Como quer que seja, a palavra certamente se modificou semanticamente a ponto de perder

essa suposta conotação, pois que é usada, atualmente, no Daomé e mesmo na Nigéria – ouvi-a em Ibadan como em Adeokuta pelos próprios iorubas, e ao chegar ao Brasil com os jejes já perdera o suposto significado ofensivo, uma vez que os iorubas da Bahia eram chamados e se chamavam a si mesmos de nagôs”.

NANÃ. Divindade africana trazida para o Brasil pelos negros escravos. Também designada Nanaburucu, é outra mulher de Oxalá (V.). É a mais velha das orixás das águas e mora preferencialmente nos charcos e pântanos. Quando desce em um candomblé, dança tal uma velha, cansada, lenta, trazendo um feixe de palha de nome Ibiri. É mãe de Omulu (V.), mas há quem diga que é também de Exu (V.). Come carneiro, galinha, acaçá, pipoca, axoxô (comida de milho com coco), aberém (molho de milho). Suas cores são o branco e o azul-claro. Terça-feira é o seu dia e sua saudação: *Salubá*. Sincretizada, na Bahia, com Nossa Senhora de Santana. Antes das festas oferecidas a Nanã, os adeptos do candomblé dedicam primeiro suas orações à Senhora Santana.

NAPOLÊÃO, JOSÉ LUÍS. Liberto cearense, chefe da capatazia do porto e um dos expoentes da greve dos jangadeiros (V.) do Ceará, em 1881. Napoleão comprou sua liberdade e, com suas economias, também libertou quatro irmãs. Juntamente com sua mulher, a preta “tia Simoa”, aliciou pessoas e deu impulso à greve dos jangadeiros, que impediu o embarque de inúmeros escravos para outras províncias. Nesse episódio, sua participação não recebeu, através da história, a devida importância, ficando todo o destaque para o Dragão do Mar (Francisco José do Nascimento) (V.). Segundo Raimundo Girão (1956), convidado por José do Amaral para dirigir a campanha no campo praiereiro, escusou-se o liberto, escondido na sua exagerada modéstia, com esta resposta: “Seu Zezinho, tem aqui um que serve para o que o senhor quer: é o Chico da Matilde [o Dragão do Mar]”. Girão cita o trabalho de Isaac do Amaral (*Revista do Instituto do Ceará*, vol. 48, p. 144) que, por engano, atribui a Luís Napoleão o nome de Antônio José, escrevendo: “Nos memoráveis dias das greves dos jangadeiros, 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, Francisco José do Nascimento, depois de cognominado Dragão do Mar, nenhuma parte tomou no trancamento do porto de Fortaleza e sim Antônio José Napoleão, um liberto, chefe das ca-

patazias da Casa Boris Frères e pessoa de grande prestígio entre a classe marítima praiereira, com o concurso de Pedro Artur de Vasconcelos (V.), empregado da Casa Singlehurst e também prestigioso e influente entre os trabalhadores do mar, que prestou, o primeiro, maior serviço ao meu irmão José do Amaral e aos seus poucos companheiros, conseguindo o resultado colimado – a greve, o que deu colossal realce à cruzada abolicionista, surpreendendo todo o País”. A *Gazeta do Norte*, referindo-se aos fatos do dia 26 de janeiro de 1881, destacava: “À frente da greve dos lancheiros contra o embarque de escravos achava-se o liberto José Napoleão que, há poucos anos, tendo conquistado sua liberdade, consagrou-se com incansável dedicação ao sublime dever de libertar suas quatro irmãs, o que conseguiu às custas de esforçadas lides”. Bibliografia. GIRÃO, Raimundo. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza, Ed. A. Batista Fontenele, 1956.

NARCISO. Escravo nagô pertencente a José Moreira da Silva Macieira, participante da grande insurreição escrava de 1835, em Salvador. Foi condenado a 1 200 açoites, mas não resistiu, vindo a falecer em consequência da brutalidade da pena, no hospital, em 27 de maio de 1836.

NASCIMENTO, FRANCISCO JOSÉ DO. Conhecido como o “Dragão do Mar”, nasceu em Aracati, no Ceará, de origem humilde. Chefiou a resistência dos jangadeiros (V.) no Ceará à embarcação de escravos. Foi embarcado e posteriormente comandante do *cutter Tubarão*, depois prático da barra em Fortaleza. Foi exonerado de seu cargo devido à sua adesão ao movimento abolicionista. Morreu em 6 de março de 1914, aos 75 anos de idade, como primeiro-tenente honorário da armada.

NASCIMENTO, JOÃO DE DEUS DO. Um dos líderes da Inconfidência Baiana de 1798, executado com mais três companheiros. Era natural da cidade de Cachoeira no Recôncavo Baiano, casado e cabode-esquadra do Segundo Regimento de Milícia em Salvador. Exercia também a profissão de alfaiate. Foi um dos mais ativos aliciadores do movimento, tendo sido preso em 24 de agosto, no mesmo dia, portanto, em que aprisionaram Luís Gonzaga das Virgens. Foi executado na Praça da Piedade em 8 de novembro de 1799, juntamente com os três líderes do movimento, depois de ter saído o cortejo do Aljube, em Salvador. Enforca-

do, teve a cabeça espetada e colocada na frente da casa onde residia e o resto do corpo esquartejado, distribuído nos locais de maior frequência da cidade. Tinha 37 anos quando morreu.

NATALIDADE. A procriação dos escravos era estimulada por seus senhores. A mulher escrava que tivesse dado a luz a dez crianças era libertada; posteriormente, este número foi diminuído para sete. Todavia, a natalidade foi bastante baixa, devido, em grande parte, às práticas anticoncepcionais e mesmo aos abortos (V.) voluntários, como forma de resistência.

NAVIO NEGREIRO¹. O mesmo que tumbeiro (V.). Nome que recebeu a embarcação destinada a transportar negros da África para serem vendidos como escravos no Brasil. Na travessia, era enorme a mortalidade, de tal modo que não se pode fazer um cálculo exato do seu montante. No entanto, há diversos testemunhos a respeito não apenas da proporção da mortalidade, mas também da brutalidade usada durante a viagem, especialmente depois que o tráfico foi considerado contrabando e perseguido pelas autoridades inglesas. Maria Graham, que esteve duas vezes no Brasil no início do século XIX, entre os anos de 1821 e 1823, transcreve o depoimento do capitão de um desses navios: “O capitão Finlaison conta-me coisas que me fazem gelar o sangue acerca dos horrores cometidos, especialmente nos navios negreiros franceses: jovens negras, metidas em barricas e atiradas ao mar quando os navios são perseguidos; negros presos em caixas quando o navio é revistado, com uma remota possibilidade de sobreviver à prisão. Mas uma vez que se admite o tráfico, não admira que o coração se torne duro para os sofrimentos individuais dos escravos. Outro dia tomei alguns jornais velhos da Bahia, exemplares da *Idade do Ouro*, e encontrei na lista dos navios entrados durante três meses deste ano os seguintes dados:

Navios negreiros	Entrada	Vivos	Mortos
Navio de Moyanbi-que (Moçambique)	25 de março	313	180
<i>Idem</i>	6 de março	378	61
<i>Idem</i>	30 de maio	293	10
Navio de Molendo (Malembó)	29 de junho	357	102
<i>Idem</i>	26 de julho	233	21
Total		1 574	374

Conclui Maria Graham: “De modo que da carga desses cinco navios, calculada assim acidentalmente, mais de um quinto morreu na travessia”. Luís Vianna Filho, por seu turno, embora amenizando um pouco o comportamento dos traficantes, especialmente na sua última fase, reconhece, contudo, as péssimas condições dos navios e o elevado nível de mortalidade dos negros transportados. Ele divide, no tocante à Bahia, três ciclos de importação de escravos:

- I – Ciclo da Guiné. Século XVI.
- II – Ciclo de Angola. Século XVII.
- III – Ciclo da Costa da Mina. Século XVIII.
- IV – Última fase. A ilegalidade. Século XIX.

Em suas palavras, “na história trágica do tráfico uma das primeiras demonstrações de piedade pela sorte dos infelizes que se amontoavam nos porões dos navios negreiros foi o Alvará de 18 de março de 1684, pelo qual D. Pedro limitava a lotação das embarcações de acordo com a arqueação de cada qual. ‘Sendo informado, diz o Alvará, que na condução dos negros cativos de Angola para o Estado do Brasil usam os carregadores e mestres de navios a violência de os trazerem tão apertados e unidos uns aos outros que não somente lhes falta o desafogo necessário para a vida, cuja conservação é comum e natural a todos, sejam livres ou escravos; mas do aperto com que vem suceder maltrataram-se de maneira que morrendo muitos chegam infinitamente lastimosos os que ficam vivos.’ As normas mandadas observar eram de sete cabeças por duas toneladas com portinholas e cinco quando não houvesse. Nas partes superiores iriam cinco moleques por tonelada. Deveria além disso haver um capelão a bordo, e serem os escravos tratados com caridade. Aos transgressores impunham-se pesadas multas”. Não é preciso lembrar que esse alvará nunca foi cumprido. A burocracia corrupta da época viu nisso apenas uma forma de obter propinas dos traficantes. Quanto à presença de um capelão, foi medida que só se cumpriu precariamente. Os traficantes queixavam-se do preço elevado que um sacerdote cobrava por cada viagem, de 450 réis. Aliás nem a burocracia, nem a Igreja Católica (V.), nem as Forças Armadas demonstraram o menor interesse por esses africanos. Ao contrário, todos lucraram com esse comércio, especialmente a partir

de 1831, quando começa a fase do contrabando. No transporte de escravos para o Novo Mundo, foram utilizadas embarcações dos mais diversos tipos, como charruas, carracas, patachos, sumacas e caravelas, cujas arqueações oscilavam muito, de cem a mil toneladas. Os navios utilizados no começo do tráfico negreiro (V.) diferiam dos admitidos mais tarde no Atlântico Sul. Durante muito tempo, possuíam apenas cobertura, de sorte que a escravaria viajava no porão, onde havia dependência para água potável e para os mantimentos. Com o transcorrer dos anos, os barcos de duas e de três coberturas foram se salientando. Os negreiros, sobretudo, adequaram-se às diversas categorias de "peças" (V.) a transportar. De meados do século XVII em diante, os grandes veleiros da época passaram a alojar homens, mulheres e crianças em patamares distintos. Assim, na seção inferior do navio, ficavam os moleques e os homens adultos; no repartimento intermediário, as mulheres, e no superior, em divisões apartadas, as grávidas e as crianças menores. Os espaços restantes, anexos aos costados da proa e da popa, eram reservados exclusivamente para as sentinas e para as utilidades. Guardas vigiavam durante a noite, impondo a disciplina. Os escravos viajavam sentados em filas paralelas, de uma à outra extremidade de cada cobertura. Ao se deitarem para dormir, curvavam-se para trás, pondo a cabeça sobre o colo dos que os seguiam. Normalmente viajavam com superlotação.

NAVIO NEGREIRO². Poema de Castro Alves (V.), no qual o poeta descreve a forma desumana pela qual eram trazidos os africanos nos tumbeiros (V.) que faziam a travessia entre a África e os portos do Brasil. Segundo Afrânio Peixoto, foi publicado, pela primeira vez, no *Jornal da Tarde*, do Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1870. Tem como subtítulo "Tragédia no Mar" e teria sido inspirado em narrativa de algum negreiro. Ao tempo em que a poesia foi escrita, o tráfico negreiro já não existia mais. Afrânio Peixoto registra, ainda, o fato de ter o poema sido reproduzido várias vezes com "absurdas alterações na ordem das estrofes".

NEGRAS LIVRES. Debreit descreve várias atividades realizadas por negras livres na cidade do Rio de Janeiro, como operárias nas lojas de modistas ou de costureiras francesas: "Título esse que

lhes permite conseguir trabalho por conta própria nas casas brasileiras, pois com seu talento conseguem imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência". Outras se dedicavam ao comércio de legumes e frutas nas praças; as mais ricas e donas de mercadorias chamavam-se quitandeiras (V.); outras se dedicavam à prostituição ou a vender bebidas feitas com frutas refrescantes: são as vendedoras de aluá (V.), de limonada, de suco de caju, melancia, pitanga etc. Muitas se tornavam também vendedoras de manê (folheado de carne), de pastéis, sonhos, doces etc.

NEGRO. No início da colonização, o termo "negro" não servia para designar africanos, conforme documentação da época, mas para denominar o indígena. Muitos historiadores confundiram o significado do vocábulo na forma como era aplicado, tomando o termo como designativo de africano. Pelo menos em São Paulo, nos primeiros anos de colonização, para designar um negro usava-se o termo *tapanhuno* ou *peça-de-guiné*. Quando queriam designar o negro para diferenciá-lo do índio, chamavam-no, também, de "gentio da Guiné" e aos índios, "gentios da terra". Os jesuítas, ao se referirem à população da Colônia, sempre usavam o termo negro como sinônimo de índio. Padre Manoel da Nóbrega, em carta datada de 1549, pouco depois, portanto, da chegada dos primeiros grupos africanos ao Brasil, já escrevia: "e uns casam com algumas mulheres, se acham outros com as mesmas negras e outros pedem tempo para venderem as negras". O mesmo autor afirma depois: "e é desta maneira que fazem pares com os negros para lhe trazerem a vender o que tem e por engano encham os navios deles e fogem com eles; e alguns dizem que o podem fazer por os negros já terem feito mal aos cristãos". Nos inventários e testamentos do primeiro século da colonização, faz-se, invariavelmente, a distinção entre o negro e o índio, designando-se a sua origem, isto é, se é da terra (índio) ou da Guiné (africano).

NEGRO DA TERRA. Era como os paulistas seiscentistas, sobretudo os bandeirantes, designavam os índios. Nos testamentos analisados por Alcântara Machado (1930), o termo é repetidamente empregado com este significado. *Bibliografia.* MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo, Empr. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1930.

NEGRO DE GUINÉ. Eram assim chamados os africanos pelos paulistas seiscentistas. Segundo Alcântara Machado (1930), "É em 1607 que aparece pela primeira vez um negro de Guiné". Refere-se, evidentemente, ao seu registro em testamento, em que é avaliado em quarenta mil-réis, "soma exorbitante para a época". *Bibliografia.* MACHADO, Antônio de Alcântara. *Vida e Morte do Bandeirante*. São Paulo, Empr. Gráf. "Revista dos Tribunais", 1930.

NEGRO LUCAS, QUILOMBO DO. No Rio Grande do Sul, os escravos fugidos preferiam ficar nas imediações das principais aglomerações urbanas, e ali fundar um pequeno quilombo, perto das linhas e povoações, onde podiam contar com a colaboração de escravos libertos, livres pobres e escravos e viviam de pequenos roubos ou de um pequeno comércio com a população. Segundo relato do jornal *O Observador*, do Rio Grande, quando narra a destruição desse quilombo, em 9 de janeiro de 1833: "Há mais de dez anos se achava fugido, e embreado no mato da Ilha dos Marinheiros, um preto de nome Lucas, juntamente com muitos outros escravos fugidos, ali acoitados há algum tempo". Conta ainda o jornal que este Lucas andava armado e ameaçava a população branca e gozava da proteção dos negros, pardos e forros que ali residiam. Acusavam-no de sete assassinatos na região. A ilha dos Marinheiros, de grandes dimensões, era coberta de significativa vegetação e matas. Parece que Lucas, protegido pela vegetação, pelos negros libertos e escravos que lá viviam, permaneceu na ilha por muito tempo sem ser incomodado. Segundo parece, a perseguição policial foi desencadeada por causa do último atentado a ele atribuído, cuja vítima era filho de um dos delegados da ilha. O juiz-de-paz ordenou ao delegado que, junto com quatro guardas nacionais, preparasse uma emboscada no mato para prender Lucas. Assim se sucedeu, e após doze dias de diligências, "veio um pardo que andava no mato a título de fugido, avisar os guardas nacionais, que o assassino havia de vir a passeio na manhã de 1ª corrente, à casa de um preto escravo do sr. Justino José de Oliveira". É significativo o fato de que, sendo conhecido o local do Quilombo do Negro Lucas pelos integrantes da Guarda, estes preferissem armar uma emboscada. Lucas foi morto nessa emboscada, mas outros escravos con-

seguiram escapar. No dia seguinte, vasculhando o quilombo, encontrou-se muita carne, graxa, sebos, painéis de ferro, chocolateiras, garrafas e muitas outras provisões. Segundo informação do alcagüete que se passava por fugido, nesta "casa" viviam cinco negros e quatro negras. Portanto, o quilombo era uma pequena comunidade que se dedicava à atividade mercantil com a colaboração de intermediários.

NEGROS CAÇADORES E NATURALISTAS. Os negros destinados à profissão de caçador eram criados principalmente na roça. Desde a adolescência, eram preparados para acompanhar as tropas, ou simplesmente o seu senhor, e nas viagens andavam sempre armados de fuzil. Outros negros se especializaram na caça de coleções de história natural. Faziam demoradas viagens durante meses nas florestas e, uma ou duas vezes por ano, traziam as coleções obtidas para os amadores de história natural, que os aguardavam no Rio de Janeiro. Era costume da administração do Museu Imperial de História Natural espalhar negros caçadores por diversos pontos do Brasil. Também Debreit fala em diversos casos de naturalistas estrangeiros que, de volta de suas excursões ao interior do Brasil, em recompensa dos serviços prestados, concederam liberdade aos escravos que os acompanharam na viagem. Em tais circunstâncias, o escravo acabava adquirindo um ofício: graças à sua experiência, passa a vender, como "homem livre", seu trabalho a outros estrangeiros.

NEGROS DE CARRO. Os escravos eram encarregados de puxar o carro, isto é, a carruagem, e, dependendo de seus tamanhos, uns puxavam à frente com cordas e outros empurravam por trás. O emprego desses carros era muito comum na Alfândega do Rio de Janeiro.

NEGROS PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS. O viajante Thomas Ewbank (1973), por ocasião de sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1846, registrou: "há muita gente de cor que possui fortuna. Passei por senhoras negras vestidas de seda e usando jóias, seguidas por escravos de libré. Vi hoje uma que passou de carruagem, acompanhada por lacaios de libré e cocheiro. Várias são casadas com brancos. O médico mais importante da cidade é homem de cor, e assim o presidente da província". *Bibliografia.* EWANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973. 2 vols.

NIMROD. Goeleta inglesa, a primeira de que se tem

registro, fretada pelos africanos livres baianos, Antônio da Costa e João Monteiro, para os levar de volta à África, junto com outros 160 africanos e suas famílias. Segundo Pierre Verger, “seriam assim melhor protegidos pela bandeira britânica contra as possíveis dificuldades com os cruzadores de repressão ao tráfico de escravos. Uma tal quantidade de africanos não deixaria de levantar a suspeita de que se tratava de uma forma desviada de tráfico de escravos. Puseram-se então de acordo que a dita goeleta, comandada pelo capitão Dambrill, transportasse suas pessoas e seus bens para os portos de Arriba, Athuna, Agui, Aunim (Lagoa) e minas pequenas”. Antônio da Costa e João Monteiro deveriam pagar a soma de seis contos de réis (1 400 libras esterlinas ao câmbio da época) aos consignatários Lyon e Parkinson pelo frete da embarcação, que devia, de acordo com as convenções passadas em 20 de novembro de 1835, estar pronta para zarpar em 24 de dezembro do mesmo ano, ou pagar uma multa de dez mil-réis por cada dia de atraso. Os africanos obrigavam-se a carregar e descarregar a goeleta às suas custas, para o que lhes deviam ser concedidos cinco dias de trabalho, com bom tempo, em cada um dos portos, “exceto no porto de Agoué, onde sete dias de trabalho seriam concedidos para este efeito; obrigavam-se igualmente a observar e fazer observar durante sua travessia a paz, a boa ordem e a harmonia a bordo. Era por outro lado convencional e aprovado que todos e cada um dos passageiros a bordo seriam obrigados a mostrar seu ou seus passaportes devida e legalmente fornecidos pelo presidente e autoridades da Província da Bahia, pelos quais seria provado que eram livres e susceptíveis de empreender livremente e sem constrangimento sua viagem. O capitão, de seu lado, era obrigado a fornecer somente a madeira, a água e o sal para 160 pessoas e todo o resto deviam ser embarcados às custas dos passageiros”. Na hora da partida do navio, o vice-cônsul inglês John Hocart Robillard pretendia cobrar uma soma de 2,50 dólares por cada passageiro embarcado, atitude que provocou protestos da colônia britânica. Forçado a renunciar a sua proposta, pela celeuma que gerou, Robillard acusou Lyon e Parkinson e o capitão do *Nimrod* de tráfico de escravos. A pedido de Lyon e Parkinson, foi organizada uma reunião de co-

merciantes britânicos para averiguar a acusação de Robillard, que foi considerada caluniosa. Enfim, o *Nimrod* partiu em 25 de janeiro de 1836, com a permissão do vice-presidente da província obtida em 7 de janeiro de 1836. “As razões apresentadas pelo cônsul não foram suficientes para retardar a partida de um navio levando africanos emancipados, devidamente munidos de passaportes, como é o caso”. No retorno da viagem, o capitão Robert Dambrill relatou: “Desembarquei todos os meus passageiros com suas bagagens nos lugares convencionados de El Mina, Winnebah e Ágüé. Parti no dia 14 de abril para Uidá onde vendi o que restava de tabaco, 934 mangotes, para Francisco Felix de Souza, conhecido sob o nome de Xaxá (V.)”.

NOVENA. Era assim designado o castigo imposto ao escravo por insubordinação ou falta de disciplina no trabalho. Consistia no açoite público durante nove dias seguidos. O número de chibatadas em cada dia era estabelecido pelo senhor, pelo feitor ou administrador da fazenda. Quando a falta era mais grave, o castigo se estendia por mais dias. V. *Trezena*.

NÚMERO DE ESCRAVOS. Até hoje não foi possível estabelecer, com relativa segurança e pequena margem de erro, o número de escravos importados durante o período em que durou o tráfico, extinto realmente depois de 1850. Os levantamentos feitos usam várias fontes e métodos para essa avaliação, mas a todos escapa o grande número de negros contrabandeados durante esse período. Dessa forma, todos os cálculos estão aquém do verdadeiro número de africanos importados. Na avaliação de Afonso d'E. Taunay, chegou a 3 600 000 o número de africanos entrados, enquanto Roberto Simonsen estima uma quantidade de 3 300 000. Todos esses cálculos são, porém, contestáveis, pois, como já dissemos, não computam os africanos contrabandeados. Por isso mesmo, como afirma Conrad, “outros historiadores, contudo, calcularam um total mais elevado, e suas posições devem ser levadas em consideração. O respeitado historiador econômico brasileiro Caio Prado Jr., por exemplo, escreveu que mesmo antes da maciça importação do século XIX pelo menos cinco ou seis milhões de escravos haviam entrado no Brasil”. Renato Mendonça minimiza esse tráfico, estimando-o em um total de 6 830 000 e Afonso Bandeira de

Mello calculou o número de africanos entrados em 2 716 159 somente num período de 93 anos. Pedro Calmon estende este número para oito milhões, aproximando-se, assim, de Rocha Pombo, que o calcula em dez milhões. O cálculo de Bandeira de Mello é significativo, pois, se somente em 93 anos o número foi a quase três milhões, em quase quatrocentos anos de importação negreira sua quantidade deve ter superado todas as estimativas. Mesmo nas fontes oficiais consultadas por alguns dos interessados em pesquisar o assunto, as lacunas são enormes. Outros histo-

riadores ainda assumem uma posição ideológica, procurando diminuir esse número para negar a grande influência étnica e cultural dos africanos que para aqui foram trazidos. Logo, será muito difícil estabelecer o número exato dos africanos trazidos pelo tráfico, pois, segundo pensamos, todas as estimativas feitas até hoje subestimam esse número ou por impossibilidade de obter dados ou por querer dizer que o número foi menor do que a realidade, para assim nos apresentarem como um país branco. V. *População escrava*.

OBÁ. Divindade africana trazida pelos escravos. Deusa do rio Obá, é a primeira esposa de Xangô (V.). Quando baixa nos terreiros, é para brigar com Oxum (V.), porque ela roubou uma vez o seu marido, ridicularizando-a, e fez ainda com que Xangô tomasse repulsa dela. Segundo a lenda, Oxum procurou Obá e lhe segredou que, para conseguir novamente o amor do esposo, fizesse o seguinte feitiço: cortasse uma das orelhas, com ela cozinhasse um amalá e o servisse ao jantar de Xangô. Mais do que depressa, Obá seguiu o conselho de Oxum: decepou uma das orelhas e misturou-a à comida recomendada. Xangô estranhou o prato e, mexendo nele, viu a orelha cozida. Descobrimdo ser de Obá, desprezou-a e repudiou-a. Por isso, Obá, quando desce, é para brigar com aquela que, por meio de uma artimanha, fê-la perder Xangô. Ao mesmo tempo em que briga, Obá leva à cabeça uma das mãos ou um abebê ou uma folha qualquer, para esconder a orelha cortada. É sincretizada com Santa Joana d'Arc. Seu dia é quarta-feira. Suas cores são o branco e o vermelho. Suas contas são amarelas e vermelhas. Sua saudação: *Obá xirê!* Come acarajé, amalá, abará, cabra, galinha-d'-angola, galinha, usa uma espada. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

OCUPAÇÃO DA FAZENDA SANTANA. V. *Consciência cidadã no escravo*.

OGBONI. Poderosíssima sociedade iniciática africana da qual muitos escravos baianos participavam e que desempenhou importante papel nas insurreições do século XIX. Na África, possuía uma hierarquia político-religiosa bem estratificada. Nada se sabe, porém, de sua organização no Brasil. Sua existência foi revelada, através de uma sindicância secreta, instaurada após a insurreição de escravos hauçás e nagôs, na Bahia, em 1809.

OGUM. Divindade trazida pelos africanos escravos, conhecido como Abre Caminho e Dono das Encruzilhadas. A filha-de-santo a ele consagrada inicia a roda. Na Bahia, é sincretizado com Santo Antônio e tem a segunda-feira como dia. A cor desse orixá é azul, "mais para escuro do que para claro e verde". Come galo, bode, azeite de dendê, inhame, milho vermelho. Sua saudação é *Oguniê!* É irmão de Exu e de Oxóssi. Alguns dizem que Exu é seu escravo. É o orixá do ferro e de todos aqueles que se utilizam ou vivem desse metal. Não é apenas o santo ferreiro, mas também o deus da guerra. Agressivo, guerreia e empunha uma espada quando baixa. É o protetor das artes manuais, da agricultura e um precursor da indústria.

Bibliografia. MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

ÓLEO FERVENTE, ESCRAVOS IMERSOS EM. Suplício mortal que muitos senhores chegaram a aplicar nos seus escravos. Koster registra a prática dessa "abominável crueldade" no Rio de Janeiro quando passou pelo Brasil em 1800.

OLHEIRO. Elemento que exercia a função policial dentre os agentes do contratador. Os olheiros eram os vigias e espíões a serviço do contrato. Eram mais atuantes nos portos onde os escravos eram desembarcados, a fim de impedir quaisquer desvios e negociações.

OLIVEIRA, JOÃO ALFREDO CORREIA DE. Foi um dos grandes estadistas brasileiros do Segundo Reinado (Andrade, 1988). Nasceu no engenho São João, em Itamaracá, a 12 de dezembro de 1835, de linhagem aristocrática. Como afirma seu biógrafo, "pertencia assim às famílias influentes, que detinham a riqueza e o poder político, podendo ser destinado, segundo a praxe da época, à vida pública, ao sacerdócio ou à propriedade de terras". Optou pela política. Foi um autêntico menino de engenho nordestino do século XIX. Estudou em Olinda, em meados de 1849, e ingressou na vida pública, tornando-se um dos mais destacados estadistas brasileiros no processo abolicionista. Foi ministro do Império no Gabinete Rio Branco, que promulgou a Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871) e presidente do gabinete de 10 de março que promulgou a lei que aboliu a escravidão, de 13 de maio de 1888. Destacou-se tanto como político (era membro do Partido Conservador) como administrador; foi deputado na Assembléia Provincial (1858 e 1876) e seu presidente, deputado na Assembléia Geral do Império (1860, 1868, 1876), conselheiro de Estado (1887) e senador do Império (1877 a 1889). Como administrador, presidiu a província do Pará (de 2 de dezembro de 1869 a 16 de abril de 1870); foi ministro do Império nos gabinetes São Vicente e Rio Branco (1870-1875), presidente da província de São Paulo (30 de agosto de 1885 a 26 de abril de 1886), diretor da Faculdade de Direito do Recife (1876-1887), ministro da Fazenda e presidente do Conselho (10 de março de 1888 a 9 de junho de 1889) e presidente do Banco do Brasil no governo de Hermes da Fonseca. Colaborou com o gabinete Rio Branco na aprovação da Lei do Ventre Livre (V.) e, durante a sua atividade po-

lítica, embora tenha sido um abolicionista moderado, assumiu a chefia do gabinete e decretou a abolição em 1888. Monarquista convicto, ao ver a crise do Império e o crescimento da onda republicana, apoiou a formação do grupo terrorista intitulado Guarda Negra (V.), assim descrita por Manuel Correia de Andrade (1988): "Monarquistas mais exaltados tratavam de se organizar para resistir ao avanço republicano e isso de várias formas, inclusive empastelando jornais e dissolvendo concentrações. Um deles foi o jornalista negro José do Patrocínio, que passou a atacar os abolicionistas republicanos, considerando que os de sua raça tinham um preito de devoção à Princesa Isabel, que não deveria perder o trono porque os libertara. Assim em nome da Redentora, [...] uma corporação chamada Guarda Negra, composta de ex-escravos, pretos e mulatos do Rio de Janeiro e que devotava gratidão à Princesa, se dispunha a lutar em defesa dos seus direitos, frente ao perigo republicano. Como era a mesma formada por pessoas pobres e de cor, foram estes logo considerados como marginais e desocupados que ameaçavam a sociedade e olhados com desconfiança pelas classes mais favorecidas. Lopes Trovão chegou a afirmar que Patrocínio fora o 'último negro vendido ao Império'. Esta guarda, armada de cacetes e navalhas, costumava atacar os comícios republicanos, pondo em fuga os ouvintes e os promotores dos mesmos. Dizia-se que o Ministério, através do Ministro da Justiça, Ferreira Viana, protegia e inocentava esta guarda, dando espaço para a atuação da mesma. A 30 de dezembro de 1888, porém, ocorreu um incidente de maior seriedade. Os republicanos organizaram uma conferência de Silva Jardim, na Sociedade Francesa de Ginástica, situada na Travessa do Barreto, devendo ser o orador apresentado por Lopes Trovão. Logo se viu que os ataques ao Governo seriam muito fortes. Os republicanos foram avisados de que a Guarda Negra iria intervir e por isso foram à conferência armados e bem municiados. Após o discurso de apresentação de Lopes Trovão, quando Silva Jardim começou a conferência, a Guarda Negra atacou a sociedade, mas os republicanos logo fecharam as portas de acesso e do primeiro andar passaram a atirar sobre a multidão. Silva Jardim impassível permaneceu na tribuna esperando que a tormenta passasse para concluir a sua oração. A polícia de-

morou a chegar e quando o fez conteve os assaltantes que já tinham vários mortos na rua e organizou a retirada dos sitiados". João Alfredo faleceu em 6 de março de 1919. Bibliografia. ANDRADE, Manuel Correia de. *João Alfredo: O Estadista da Abolição*. Recife, Massangana, 1988.

OLOGBO. Chefe da seita Ogoni (V.).

OMOLU. Divindade originária da África e trazida para o Brasil pelos escravos negros. É um orixá temido e respeitado quando baixa em algum terreiro. Todos se curvam em sinal de respeito. O simples toque para Omolu é bastante para as conversas pararem, o riso cessar, a atenção revigorar. Os adeptos do candomblé tocam os dedos no chão e os levam à cabeça, gesto que teria como equivalente o sinal-da-cruz entre os católicos. Orixá da peste, da bexiga, da varíola e, por extensão, de todas as doenças. Tem o poder de afastá-las, sendo por isso também chamado "médico dos pobres" (V.). Assim como pode debelar essas doenças, também pode trazê-las. Quando desce, é na figura de um velho que se equilibrasse com dificuldade. Seus movimentos, no entanto, são vigorosos. Cobre-se com um manto de palha, o fila, da cabeça aos pés, escondendo, assim, as manchas da varíola. Traz na mão o xaxara. Dança revolteando com o feixe de palhas cercado de búzios, abençoando a todos e distribuindo pipocas. Sua saudação é *atôtô, meu pai, atôtô meu velho*. Na Bahia, é sincretizado com São Lázaro ou, quando assume a forma de um jovem forte, Obaluaê, se confunde com São Roque. Seu dia é segunda-feira. Suas cores são o vermelho e o preto. Suas contas também. Come bode, porco, galinha-d'angola, galo, pipoca. Omolu é filho de Oxalá e Nanã. Bibliografia. MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

OPERÁRIOS E A ESCRAVIDÃO, OS. O incremento das atividades industriais nas últimas décadas que precedem a abolição iria formar uma classe operária que, embora pequena, tomou posição, imediatamente, contra o escravismo. Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a executar qualquer impresso que defendesse o sistema escravocrata. A Imperial Associação Tipográfica Fluminense, quando soube que entre os seus associados havia um escravo, designou uma comissão para libertá-lo. E Luís Gama (V.), no Centro Operário Italiano, em São Paulo, pronunciou muitas con-

ferências abolicionistas. Podem-se citar inúmeras outras manifestações operárias contra a escravidão. Antônio Bento (V.), ao organizar a ordem do Caifases, devotada a facilitar a fuga dos escravos, conseguiu criar uma rede que se ligou aos ferroviários de São Paulo. Os cocheiros da mesma cidade também contribuíram bastante para dar fuga aos escravos.

OROBÓ, QUILOMBO DO. Aglomerado de negros fugidos, localizado no interior da Bahia, no século XVIII. Situava-se no território da atual cidade de Itaberaba, a cerca de 250 quilômetros do porto da capital baiana. A cidade já se chamou Orobó, supondo-se, por isso, que teve origem nesse quilombo. Em 23 de setembro de 1796, em consequência das muitas queixas de moradores, foi ordenada uma investida contra ele. Um ano depois, o governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, apresentou um relatório sobre o reduto. Vêem-se, pelo documento, as suas proporções e a prática de uma agricultura de subsistência. Leia-se o seu texto:

Tendo-se-me feito repetidos requerimentos por parte de alguns donos de fazendas e senhores de engenho que habitam nas vizinhanças do Orobó, distrito da Vila de Cachoeira, para que mandasse destruir um quilombo muito antigo de escravos fugidos que ali se tinham refugiado, que destruíam e assolavam as plantações vizinhas e cometiam muitos excessos, com grave prejuízo daqueles moradores, ordenei ao desembargador juiz-de-fora da mesma vila que, sendo verdade o que se alegava, procurasse por todos os meios destruí-lo, usando em tudo prudência e moderação para que se evitasse qualquer acontecimento funesto na execução dessa ordem, em razão da grande distância que vai da vila de Cachoeira àquele distrito e de se ignorar a força do mesmo quilombo que alguns supunham não ser pequena, e da necessidade que havia de prontos mantimentos, convocar gente e armá-la e a incerteza de bom ou mau sucesso de semelhante diligência, por demorar por algum tempo a execução desta ordem que ultimamente, continuando as queixas, e oferecendo-se os povos a prestarem algum socorro e auxílio, ordenei ao capitão-mor de Entradas e Assaltos do Distrito de São José das Itapororocas, Severino Pereira, que com outros capitães e mais pessoas passaram a destruir o sobredito mocambo, o que assim se executou em dezembro do ano passado, ficando destruídos os dois quilombos ou mocambos denominados do Orobó e Andaraí e neles se acharam plantações de mandiocas, inhames, arroz, algumas canas-de-açúcar, frutas e outros víveres de que se sustentavam e se pren-

deram treze escravos, entre pretos, pretas e crias, que foram entregues aos seus respectivos senhores, tendo fugido antecipadamente, pelo que dizem, um grande número dos mesmos escravos que ali estavam aquilombados, por suspeitarem, ou serem talvez sabedores desta diligência e como há indícios de que se refugiaram para outro quilombo chamado do Tupim, passei as ordens necessárias para que fosse igualmente destruído, sem que até agora tivesse notícias do que se tem passado a respeito. É quanto se me oferece pôr na presença de V. Ex.^a em resposta à carta que me dirige que acabo de receber pelo comboio em data de 23 de setembro do ano passado, recomendando-se desse providências mais eficazes para se destruírem os referidos quilombos e pôr em sossego aqueles moradores. Deus guarde V. Ex.^a Bahia, 6 de abril de 1797. Il.^{mo} e Ex.^{mo} D. Rodrigo de Souza Coutinho. D. Fernando José de Portugal. V. *Andaraí, Quilombo de*.

OSSAIN. Divindade africana trazida para o Brasil pelos negros. Ossain é o dono das folhas e dos seus segredos. O seu instrumento simbólico é um cajado em forma de árvore. É o médico e o farmacêutico do candomblé. Além de conhecer as qualidades das folhas medicinais e também do seu veneno, conhece a sua importância litúrgica. É sincretizado com São Benedito. Segunda-feira é o seu dia. Vermelho e azul-forte são as suas cores. Vermelhas ou azul-densas as suas contas. Sua saudação é *euê ô!* Come galo, feijão-preto, dendê e mel. Gosta de fumo; traz capanga, chifre de boi, arco e flecha. Quando baixa, dança numa perna só, fingindo que está catando folhas. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

OXALÁ. Divindade trazida pelos africanos escravos para o Brasil. É o orixá da criação, filho de Olorum, o deus supremo, que, no infinito, apenas observa, não intervindo nos destinos humanos. Apresenta-se como muito velho, encurvado, trôpego mas digno, apoiado em um paxorô (cajado prateado, enfeitado, encimado por um pombo). Dança lentamente, sereno, com ar de majestade. Veste-se completamente de branco e não come comida de azeite de dendê, nem sal. Seu dia da semana é sexta-feira. Sua cor é branca, brancas as suas contas e igualmente a sua comida. Come cabra, galinha-d'angola, pombo, peixe, milho branco e catassol. É conhecido também por Oxalufã, o velho. Manifesta-se outras vezes com aspecto, roupagens, atos e símbolos de um rei jovem e guerreiro, viril, brioso e cheio de vitalidade. Traz na mão a espada, o escudo, pronto para

as grandes lutas e batalhas. Nesses momentos é chamado de Oxaguin. Da mesma forma que Oxalufã, Oxaguin veste-se de branco, tem a cor e as contas brancas. Sua comida é branca e não come azeite de dendê, sal e café. Segundo a lenda, Oxalá foi rei de Ifon. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

Oxóssi. Divindade africana trazida para o Brasil pelos escravos. Seu símbolo é o arco e a flecha, que está sempre pronto a disparar. Quando baixa, vem de couraça e chapéu de couro, aljava, espingarda e um espanador de rabo de boi. Suas cores são verde e azul, seu dia é a quinta-feira e come porco, bode, galinha-d'angola, boi, galo, axoxô – milho ralado com coco. Seu maior dia na Bahia é consagrado a Corpus Christi, festa móvel, quando todas as casas tocam em seu louvor; é sincretizado (também na Bahia) com São Jorge. Sua saudação é *okê! okê aro!* **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

OXUM. Divindade africana trazida para o Brasil pelos negros escravos. É a segunda mulher de Xangô e foi também esposa de Oxóssi. Enquanto este estava ausente, numa das suas longas caminhadas de caçador, Xangô tomou-lhe a mulher. Ela é a deusa do rio Oxum e orixá das fontes, lagos e regatos. Oxum é também o orixá da beleza, da faceirice. Por isso, a sua dança é sensual. Seus meneios imitam um banho. Lava-se nas águas do seu rio e depois se mira fazendo espelho do seu leque dourado, o chamado abebê. Seu dia é o sábado. Na Bahia é sincretizada com Nossa Senhora das Candeias. Sua cor é o amarelo-ouro e sua conta é amarela. Sua saudação é *ora iê, yê ô!* Come petê (vatapá de inhame, cebola e camarão), cabra, bode, peixe e adum, que é uma comida feita de fubá de milho. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

OXUMARÉ. Divindade trazida para o Brasil pelos escravos africanos. Criado de Xangô, o rei de oió, é o traço de união entre a terra e o céu. Quando se personaliza, está levando água para o palácio de fogo do seu senhor. Assim é o arco-íris. Dança mostrando o céu e a terra, simbolizando a sua dualidade. Pode manifestar-se também sob a forma de uma serpente. Quando dança, traz nas mãos duas cobras de ferro. Carrega também um tridente. É sincretizado na Bahia com São Bartolomeu, possuindo uma cidade do Recôncavo Baiano sob sua invocação: Maragojipe. O dia de

Oxumaré é terça-feira. Suas cores são verde e amarelo. Sua conta é amarela rajada de verde e sua saudação é *arrobocô!* Come carneiro, cágado, galo e aberém, que é um bolo de milho

enrolado em folha de bananeira. É filho de Oxalá e Nanã. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

P

PACIÊNCIA, ANTÔNIO. Caifás (V.), companheiro de Antônio Bento. A ele, como indica seu nome, os caifases reservavam os trabalhos que necessitavam de demorada observação. Foi destacado muitas vezes para observar as fazendas no interior, até descobrir um meio de retirar os escravos. Levado para São Paulo pelo conselheiro Saraiva, durante sua gestão na presidência, empregou-se como empreiteiro de obras, função em que Antônio Paciência conseguiu acumular alguma riqueza. Todavia, o tempo e o dinheiro que gastou na abolição reduziram-no à pobreza.

PADROEIRO DOS TRAFICANTES¹. Quando foi projetada a Companhia Geral da Guiné, a afirmação dos seus idealizadores é que ela visava apenas “às utilidades do bem comum, ao imortal nome de Vossa Majestade, extensão da Coroa Portuguesa e exaltação da glória de Deus”. Ficou estabelecido nos seus estatutos que o padroeiro da companhia seria São José e a sua divisa, *Ecce fidelis servus*.

PADROEIRO DOS TRAFICANTES². A imagem de São José, objeto de culto dos traficantes, fora levada, em 1481, pelos portugueses, para o castelo de São Jorge da Mina, donde foi retirada por ocasião de sua tomada pelos holandeses, em 1637. Somente em 1752, veio para a Bahia, depois de ter sido

tomada dos negros, que desde aquela data a detinham na África.

PAI FELIPE, QUILOMBO DO. Ajuntamento de escravos existente, no século XIX, num recanto de Vila Matias, em Santos (São Paulo). Pai Felipe, um preto velho, era o chefe e, segundo depoimento da época, tinha “tino aguçado” e muita prudência na direção do “seu povo”, como ele designava os quilombolas do reduto. Ficava embrenhado em um matagal, habilmente encoberto, para não ser encontrado pelos capitães-do-mato ou por outros perseguidores de escravos fugidos. Os seus habitantes trabalhavam no corte de madeira para construção e na confecção de chapéus de palha, vendidos em Santos. O abolicionista Carlos Vitorino, em suas *Reminiscências*, assim descreve o quilombo: “Pai Felipe, aos domingos, franqueava o seu quilombo aos rapazes e homens conhecidos como abolicionistas, tratando-os com esmerada cortesia e contando das fazendas coisas do arco da velha, coisas de fazer arrepiar os cabelos. Enquanto ele fazia narrações, sua gente dançava o samba no terreiro ao som do tabaque, pandeiro e chocalho, a cuja cadência as mulatinhas novas e os crioulos robustos bambolevam o corpo, meneavam as cadeiras, picavam com o pé, fazendo círculo vagaroso até encontrarem-se os pares que

se esbarravam numa proposital umbigada certa, cheia, fazendo o corpo dar meia-volta. Essa dança selvagem era acompanhada de cânticos nos quais a última sílaba da rima prolongava-se muito, repercutindo nas matas. Parava de súbito o tabaque; cessava a dança, e com permissão de Pai Felipe, era distribuído o quentão. Descansavam um momento para começar a dança, com os mesmos jogos, com as mesmas cantigas, prolongando-se o divertimento até à noite, mormente se havia luar. [...] Pai Felipe em seu quilombo, Quintino no Jabaquara e Santo Pereira na cidade eram os baluartes protetores dos foragidos das violências do tronco e outros instrumentos de martírio usados nas fazendas de café". Infelizmente, não temos informações sobre o número de escravos aquilombados ali, nem do fim que tiveram os seus habitantes após a Abolição.

PAI JOÃO. Personagem meio histórico meio lendário, criado pelos senhores como símbolo a ser seguido pelos demais escravos, uma espécie de "operário-padrão" dos nossos dias. O símbolo do Pai João foi criado em toda área onde existiu a escravidão. Nos Estados Unidos, chamou-se Uncle Remus e foi difundido internacionalmente, inclusive através do livro *A Cabana do Pai Tomás*, de Harriet Beecher Stowe. No entanto, a realidade era bem outra. Raros eram os escravos que conseguiam uma longevidade capaz de poder apresentá-lo como um tipo comum dentro da classe escrava. Foi, portanto, folclorizado, transformado num mito, porque, historicamente, não existia como uma constante no sistema escravista. Mas em cima dessa personagem simbólica ergue-se toda uma literatura, que vai dos sonetos eruditos de Ciro Costa a uma vasta produção de literatura popular e folclórica. Na descrição de Arthur Ramos, "é o negro velho dos engenhos, muito velho, a avaliar pelo cabelo pixaim que começa a branquejar. Negro velho quando pinta / Três vezes trinta – diz o provérbio popular. Pai João é, portanto, quase centenário. Sua figura trôpega e olhos mansos, contava, nos engenhos, velhas histórias da Costa, contos, anedotas, adivinhas, parlendas. Ou a sua voz tremida modulava cantos arrastados, cantigas da escravidão. A opressão branca, que originou a epopéia dos quilombos, também criou o folclore negro. Pai João é a antítese do quilombola revoltado. A sua resignação gerou o folclore. Muito embora o folclore con-

tenha em seu bojo germes de revolta". O folclore de Pai João cantou, no Brasil, não apenas as tradições africanas, mas toda a longa e odiosa história da escravidão, de opressão e martírio: os castigos do escravo, a perseguição do branco, a saudade das terras livres

Quando iô tava na minha tera
 Lô chamava capitão
 Chega na tera dim baranco
 Lô me chama – Pai João.
 Quando iô tava na minha tera
 Comia minha galinha,
 Chega na tera dim baranco
 Came seca co farinha.
 Quando iô tava na minha tera
 Lô chamava generá,
 Chega na tera dim baranco
 Pega o ceto vai ganhá.
 Dizaforo dim baranco
 Nô se pode aturá
 Tá comendo, tá drumindo,
 Manda negro trabaiá.
 Baranco – diz quando more
 Jezucrisso que levou,
 E o pretinho quando more
 Foi cachaça que matou.
 Quando baranco vai na venda
 Logo dizi tá souetário
 Nosso preto vai na venda
 Acha copo ta viraro.
 Baranco dize – preto fruta,
 Preto fruta com rezão;
 Sinhô baranco também fruta
 Quando panha casião.
 Nosso preto fruta garinha
 Fruta saco de fuijão;
 Sinhô baranco quando fruta
 Fruta prata e patacão.

Esse lundu do Pai João, evidentemente, revela origens eruditas; não é, portanto, uma produção originária do próprio personagem. A ironia nele embutida é um elemento colocado por quem o idealizou; não se iguala a uma obra oriunda de um Pai João real, como, por exemplo, os cantos de trabalho dos negros dos Estados Unidos à época da escravidão. Cassius Clay (*apud* Laurino, 1969) definiu muito bem a psicologia do Pai João. Diz ele que, "durante a época da es-

cravidão os negros que viviam nas casas dos senhores – e não os das plantações – sentiam-se identificados com os interesses do senhor. Sofriam com o senhor, caíam doentes e alegravam-se com as boas colheitas, que naturalmente nenhum benefício traziam aos escravos. [...] O típico negro doméstico sensível e abnegado é pensamento do romance *Cabana do Pai Tomás*". Para constatar como é um mito a existência dessa grande população centenária durante a escravidão, os números são elucidativos. O escravo negro não tinha vida além dos sessenta anos ou raramente alcançava esta idade. A seguinte estatística, baseada em dados do recenseamento de 1887, prova o fato claramente: de um total de 723 469 escravos, apenas 28 822 chegavam à idade de sessenta anos, ou seja, 3,9%. O velho Pai João centenário, contando histórias para os sinhozinhos em volta da casa-grande, se existiu, foi uma exceção raríssima na sociedade escravista e não passa de mais um símbolo criado para mitificar as relações que existiram entre o senhor e o escravo no Brasil. **Bibliografia.** LAURINO, José. *Cassius Clay ante el Racismo*. Montevideo, Imprenta Morato, 1969.

PALMATOADA. Ato de punir o escravo com a palmatória (V.). O castigo podia ser executado pelo senhor, por seu preposto ou pela Justiça. As sentenças lavradas pela Justiça assinalavam o número de bolos a serem dados aos réus (Goulart, 1971). Certas posturas municipais, se desobedecidas, incidiam na pena da palmatoada: por exemplo, duas dúzias de bolos receberia o escravo que, na província do Espírito Santo, praticasse o entrudo, proibido por ato do governador de 27 de janeiro de 1857; igualmente, o negro que fosse encontrado pelas ruas de Vitória, após o toque de recolher, sem passaporte de seu senhor, sofria o mesmo castigo, consoante posturas municipais expedidas naquele mesmo ano. Em Maceió (estado de Alagoas), uma dúzia de bolos era aplicada no escravo que "jogasse lixo fora sem ser nos lugares determinados". E na cidade de Anadia, na mesma província, o escravo perturbador do sossego público, com alaridos e outras manifestações, especialmente o batuque após as 21 horas, era condenado a quatro dúzias de bolo; e a duas dúzias aquele que deixasse seu carro andar pela rua sem estar atento à sua guia ou direção. Em São Paulo, por mais de uma vez,

procurou-se substituir o açoite pela palmatoada, considerada mais branda. Não teve êxito, porém, a tentativa, pois a Câmara de Campinas, em resposta à sugestão feita pelo procurador fiscal da província, informava a preferência pelo açoite porque, na sua opinião, aplicados nas nádegas, não constituíam perigo para a saúde do réu. Além do mais, ainda na justificativa da câmara cam-pineira, havia o inconveniente do escravo recusar-se a dar a mão, impedindo com isso a aplicação do castigo. No Nordeste, a punição pela palmatória era exercida, indiscriminadamente, pelos senhores de escravos, muitos dos quais sentenciavam os seus escravos a uma quantidade de palmatoadas tão exagerada que os deixavam inutilizados para o trabalho por algum tempo. Mesmo na escravidão doméstica, esse castigo foi usado pelas senhoras com as suas mucamas e escravas das casas-grandes. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Palmatória ao Patíbulo*. Rio de Janeiro, Conquista, 1971.

PALMATÓRIA. Argola de madeira, em feito de mão ou redonda, cravada de buracos e provida de um cabo. Usada para golpear a mão do escravo infrator, era aplicada tão violentamente (e repetidas vezes) que geralmente provocava bolhas e outras equimoses, tornando inútil o escravo por algum tempo. O escravo era condenado a levar um número estipulado de "bolos", ou seja, golpes da palmatória na mão. Fato comum era o carrasco, não se contentando em bater nas mãos, atingir outras partes do escravo condenado ao castigo. Uma notícia do *Diário de Pernambuco*, de 8 de julho de 1872, relata que "anteontem à noite, na casa 147 da rua da Prinha, Joaquim Duarte castigava barbaramente com palmatoadas a preta Rosa, escrava de Fortunata Miguelina de Barros. Aos gritos da desditosa, acudiu o rondante que prendeu Duarte à ordem do Sr. Primeiro Delegado. A infeliz preta, em quem se fez corpo de delito, apresentou as mãos e os ombros todos ensanguentados". Dependendo do número das palmatoadas, o escravo tinha as mãos deformadas, apresentava edemas e rachaduras com sangramento. Esse tipo de castigo, considerado brando, era aplicado nos escravos domésticos pelas sinhás, especialmente em negras e moleques das casas-grandes. Os escravos de ganho (V.) que, no fim do dia, não chegassem com uma quantia que o seu senhor considerasse aceitável era submetido a uma ses-

são de palmatoadas para que confessasse a quantia exata que havia recebido durante o dia. O costume era tão reconhecido que, em carta ao Barão de Cotegipe, datada de 24 de janeiro de 1867 e expedida da Bahia, João de Paiva Argolo relatava: "Mandei castigar um dos nossos pretos, carreiro, com palmatoadas por ter deixado um boi inutilizado e ter espancado atrozmente o moço carreiro tendo esse castigo ocasionado umas bolhas nas mãos como muitas vezes acontece mesmo com pequeno número; foi ele aconselhado para ir queixar-se à polícia, o que vindo ao meu conhecimento fui à cidade reclamá-lo narrando ao Sr. Chefe de Polícia o ocorrido".

PANO-DA-COSTA. Tecido de algodão, liso ou listrado em cores vivas, originalmente feito por negros africanos e exportado para o Brasil.

PAPA-MÉIS. Negros fugidos, de lendária fama na região de Alagoas, onde atuaram e engrossaram substancialmente as fileiras do caudilho Vicente de Paula, um dos chefes da Cabanagem (V.).

PARÁ, ESCRAVOS NO. A introdução de escravos africanos no Pará foi o resultado das disputas entre colonos portugueses e missionários pela posse dos escravos índios. A escravidão negra promovida pelos jesuítas representaria um acordo entre essas partes. Por outro lado, à iniciativa privada não interessava introduzir africanos naquela região, visto que a costa leste era muito mais rentável para o negócio. A lavoura incipiente do grande Norte e o desinteresse dos colonos pela substituição do trabalho indígena pelo escravo negro, uma mercadoria muito mais cara, retardaram a organização do tráfico. A pretensão dos jesuítas era que se abolisse a escravidão indígena e se entregassem as aldeias aos cuidados dos padres da Companhia de Jesus; a carência de braços seria suprida pelo incremento da escravidão negra. Nessa empreitada, foi decisiva a ação do padre Antônio Vieira, que soube defender o ponto de vista dos jesuítas perante os agentes do governo. Conseguiu que este, no intuito de contornar a crise entre colonos e jesuítas, organizasse, em 1682, a Companhia do Comércio do Maranhão. Já em 1860, padre Vieira, graças à sua influência junto a D. Pedro II de Portugal, havia conseguido a promulgação da lei e provisão de 1ª de abril de 1680, que proibia o cativo dos indígenas no Maranhão e regulava o serviço dos índios desde então considerados livres,

restituindo aos missionários da Companhia de Jesus o privilégio das entradas pelo sertão. Por um contrato de vinte anos, a Companhia do Comércio obrigava-se a introduzir dez mil escravos negros na Colônia pelo preço unitário de cem mil-réis. Essa medida, porém, não quebrou a resistência dos colonos, para quem a escravidão do índio era muito mais lucrativa. Por exemplo, o escravo africano importado pelo estanco (V.) da Companhia de Comércio custava cem mil-réis, ao passo que o custo do índio não ultrapassava trinta mil-réis. As entradas no sertão continuaram a promover inúmeras expedições de resgate, extinguindo várias tribos indígenas. Diante do não-cumprimento da lei de 1ª de abril de 1680, o rei voltou atrás: mandou revogá-la e admitiu os resgates e o cativo nos casos nela expressos e sob novas cláusulas e condições. Assim, a escravidão do negro africano contrariava os interesses dos colonos e gerou tal clima de tensão contra a Companhia de Comércio que desembocou na Revolta de Beckman. Dessa forma, o estanco foi abolido (1684). Houve outro tipo de tensão gerado pelo tráfico negreiro entre os moradores do Pará e do Maranhão. É que, de acordo com as ordens reais, os africanos deveriam ser repartidos em igual proporção entre São Luís e Belém; todavia, os navios aportavam primeiro no Maranhão e ali eram descarregados. Assim, os moradores do Pará reclamavam que os escravos não eram repartidos. Por carta régia de 20 de novembro de 1792, o rei ordenou ao governador e ao provedor-mor da Fazenda do Estado "que, chegando ao Maranhão navio com os pretos do assento, reparta a metade com os moradores da capitania de São Luís do Maranhão e a outra metade com os do Pará, igualmente sem escolha e segundo o lote que for deles". Com essas medidas, a pouco e pouco o tráfico se intensificou, sob várias formas: pelo *asiento*, por alistamento compulsório de negros cativos na África, por comércio mediante contratos da Fazenda Real com particulares; pelo estanco ou estanque, por iniciativa particular ou pelo comércio interno.

PARAÍBA DO NORTE, MOVIMENTO ABOLICIONISTA NA. O maior impulsionador da campanha abolicionista na província foi Coelho Lisboa, conhecido propagandista da República. Natural da cidade de Areia, deu mostras de sua posição, ao libertar todos os escravos que recebera por herança.

Manteve estreitas relações com os abolicionistas do Rio de Janeiro. Lutou para que todos os escravos de sua cidade natal fossem libertados, obtendo os resultados desejados.

PARAOPEBA, QUILOMBO DE. Ajuntamento de negros fugidos, existente em Minas Gerais no século XVIII. Descoberto, foi atacado, em 1732, por Antônio dos Santos e pelo sargento-mor Antônio Coutinho, que, com alguns soldados, conseguiram destruí-lo. Foram encontrados pilões e outros objetos, além de ranchos. Diante da resistência dos negros, os atacantes acabaram por matar quatro aquilombados, que foram degolados. Dois deles tiveram as cabeças levadas para Vila Rica e expostas ao pé do pelourinho, para exemplo dos demais escravos. As outras duas cabeças, "devido ao fétido", foram enterradas na capela de Nossa Senhora da Boa Morte, em Paraopeba. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

PARATIMIRIM, QUILOMBO DE. Segundo narrativas de ex-escravos aos seus filhos e netos (Amaral, 1980), existia na região de Parati (estado do Rio de Janeiro) um quilombo considerado perigoso, do qual o povo se afastava, tais os boatos sobre as atividades desses quilombolas. Os negros ali aquilombados tinham a pele tão negra que chegavam a chamar a atenção dos visitantes, que, ao vê-los, diziam: "Aí vai um negro preto". Era a cor preta, "carregada da pele preto-ébano, preto azeviche". **Bibliografia.** AMARAL, Edelweiss Campos. "Mercado de Escravos em Paratimirim", *Revista do Ateneu Angrense de Letras e Artes*, Angra dos Reis, março de 1980.

PARTUS VENTREM SEQUITUR. Norma do Direito Romano que regulava a descendência dos filhos da mulher escrava. Significa que o filho da escrava nascia escravo, mesmo que o pai fosse livre. Dessa forma, se o pai desejava dar liberdade ao filho natural nascido de relações com uma escrava tinha de recorrer à alforria de pia (V.). Somente com a Lei do Ventre Livre (V.), esse princípio foi abolido no Brasil.

PATROCÍNIO, JOSÉ DO. Nascido em Campos, cidade do Estado do Rio de Janeiro, no dia 8 de outubro de 1853, José Carlos do Patrocínio era filho de uma negra quitandeira, Justina Maria do Espírito Santo, com o padre João Carlos Monteiro. Conseguiu formar-se em Farmácia, aproveitando-se da experiência obtida como funcio-

nário no Hospital de Misericórdia. Tornou-se um jornalista polêmico e orador inflamado e muito cedo se destacou na campanha pela abolição da escravidão. Escritor, publicou, entre outros livros, *Mota Coqueiro*, *Pedro Espanhol* e *Os Retirantes*. Apesar da opinião de Sílvia Romero, que dizia ser José do Patrocínio "duplamente reclamado pela história: a história política e a história literária", o mais importante na sua vida foi o seu trabalho de militante abolicionista. Atuou em diversas frentes: como jornalista na *Gazeta da Tarde* (V.) de sua propriedade, como orador e como organizador da Confederação Abolicionista. No entanto, foi criticado pela ala republicana do abolicionismo, especialmente pelo seu gesto em relação à Princesa Isabel, além da sua atitude em relação à fundação da Guarda Negra, entidade formada por marginais e capoeiras, cujo objetivo primordial era impedir os comícios republicanos. Todavia, a sua atuação no movimento abolicionista foi das mais importantes. No fim da vida, envolveu-se em atividades fora da sua especialidade, como a construção de uma nave que deveria flutuar. Morreu pobre, em 29 de janeiro de 1905, enquanto escrevia um artigo para o jornal no qual colaborava. É chamado com reais méritos o Tigre da Abolição.

PAU DE PACIÊNCIA. Expressão com que se designava o pelourinho (V.), porque os condenados ao açoite tinham de aguardar em fila até a execução da sentença. Depois de açoitado o último negro da cota macabra, um guarda dava ordem para que se erguessem, pois, após serem vergastados, ficavam deitados, sem forças para continuar em pé. Então, trôpegos e quase se arrastando, eram conduzidos de volta ao Calabouço. Muitos deles, quando a sentença era muito severa e o número de açoites excessivos (alguns chegaram a ser condenados a mil açoites, aplicados em parcelas diárias), vinham a falecer vítimas do tétano ou de outras infecções. Era frequente a morte por hemorragia quando o látigo atingia alguma veia.

PEÇA. Sobre o conceito de "peça", escreve Maurício Goulart (1950):

Em minúcias, porém, o que era peça-da-índia? O negro sadio, aparentando 30 a 35 anos, de sete quartas de altura, até aí estão todos de acordo. De sete quartas de vara, 1,70 m, estatura regular de negro adulto, escreve

João Lúcio de Azevedo, em *Épocas de Portugal Econômico*; de sete quartas, valendo a quarta cerca de 26 cm, diz Scelle, no *Traité*. Cálculo idêntico ao de Rinchon para o qual, igualmente, a medida padrão seria de 1,82 m. Corresponde, porém, a vara, medida antiga de comprimento, a cinco palmos craveiros, ou, em linguagem mais familiar, a 110 cm. Taunay pergunta – com razão – onde João Lúcio foi buscar a sua vara de um metro da qual sete quartas somavam 1,75? Onde encontraram os outros, de 104 cm? Por outro lado, no entanto, se atribuímos à quarta 27,5 cm, teríamos desde logo 1,925 m como sendo a estatura regular do negro adulto, o que é um despropósito. Mas, de qualquer forma, aceito um ou outro padrão, o mais alto, ou o mais baixo, é evidente que a maioria dos negros não podia satisfazer às exigências requeridas para a peça da Índia. O mais comum, ao contrário, era serem necessários um e meio, ou dois pretos, para satisfazer a peça. Contrariando, por exemplo, com o assentista Marin, em 1693, a Companhia de Cachau e Cabo Verde, ela própria, daí a pouco, concessionária do contrato, obriga-se a fornecer anualmente quatro mil negros de diversas categorias, de maneira a completar 2 500 peças-da-Índia. Previsão de mais 60% de pretos que de peças. No ramerrão do tráfico adotara-se uma escala prática de valores: dois negros, dos 35 aos 40 anos, valiam uma peça, como as crianças entre quatro e oito anos; três molecões, de seis a dezoito anos, duas peças. As crianças de peito, levadas pelas mães, não entravam no cômputo. Com o tempo – de tal modo se comercializa esta indústria assassina, a expressão é de João Lúcio de Azevedo – a conta das importações passou a ser feita não mais por peças da Índia, mas por toneladas. **Bibliografia.** GOULART, Maurício. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo, Liv. Martins Ed., 1950.

PEÇANHA, QUILOMBO DE. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa, em 1775, foi descoberto “um quilombo” extraordinariamente grande, que já se constituía, naquela região de Minas Gerais, em verdadeira república bem organizada. Somente após “terrível luta”, com o auxílio de tropas enviadas pelo governador, pôde esse quilombo ser destruído. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

PECHELINGUEIRO. O mesmo que capangueiro (V.). **PEDRO.** Escravo nagô implicado na Grande Insurreição (V.) de Salvador (Bahia), em 1835. Pertencia ao inglês Mellor Russel. Foi condenado à morte, como os demais, e executado em 14 de

maio de 1835.

PEDRO DE ALMEIDA, D. Governador da capitania de Pernambuco, que organizou uma entrada para combater a República de Palmares. Encomendou a elaboração de uma “Relação das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo de D. Pedro de Almeida”. O documento é mais um motivo para enaltecer essa autoridade do que relatar o que realmente aconteceu. Traz, porém, várias informações importantes, como o do ferimento de Zumbi, que ficou aleijado de uma perna, e registra a sua valentia na condução da guerra. Diz a relação, cujo original se encontra na Torre do Tombo:

Achou-se na Povoação de Porto Calvo, em 23 de setembro de 1675, com 280 homens entre brancos, mulatos e índios; em 21 de novembro, partiu para os Palmares, onde foram grandes os trabalhos, excessivas as necessidades, e contínuos os perigos que se padeceram até 22 de dezembro, em que se descobriu uma grande cidade de mais de duas mil casas, fortificadas de estacada de pau-a-pique, e defendida com três forças e com soma grande de defensores, prevenidos com todos os gêneros de armas, e depois de pelejar de uma e outra parte mais de 2½ horas, lograram os nossos soldados pôr fogo a algumas casas, que como são de madeira capaz de incendiar começaram a arder e os negros a fugir. Deram sobre eles, mataram muitos, feriram não poucos e prenderam setenta; ao dia seguinte se incorporaram outra vez os negros, e reconhecido pela nossa parte o sítio, foram investidos, renhiu-se fortemente com dano considerável dos palmaristas; até que no seu retiro tiveram o seu remédio. Assistiu o sargento-mor com arraial formado perto de cinco meses entre os segredos daquele sertão padecendo de indizíveis misérias, excessivos trabalhos, e fomes grandes; campeando sempre aquelas espessuras; grande fruto colheu desta assistência do arraial, porque tímidos os negros de tão próxima vizinhança mais de cem peças se recolheram ao povoado buscar aos senhores. Nestas esperas alcançou por notícias o sargento-mor, que se tinham passado os negros 25 léguas além dos Palmares entre as fragosidades de uns carreiros tão espinhosos bravos, que pareciam incontrastáveis a toda resolução; porém não os apatrocinou ainda assim a aspreza porque assaltados dos nossos ficaram muitos mortos, e os mais fugiram, aqui se feriu com uma bala ao general das armas que se chamava o Zumbi, que quer dizer Deus da Guerra, negro de singular valor, grande ânimo e constância rara. Este é o espectador dos mais porque a sua indústria, juízo e fortaleza aos nossos serve de embaraço,

aos seus de exemplo, ficou vivo, porém aleijado de uma perna. Chegaram estas novas com o sargento-mor a D. Pedro de Almeida, e compreendendo dos Palmares o sítio, das entradas o perigo, dos soldados o desconforto, dos negros a resolução, das cidades a fortaleza, com madureza grande e zelo maior tratou de dar último fim àqueles inimigos, e prevenindo todos os estorvos, que os sucessos passados lhe tinham descoberto com singular resolução, tomou a seu cargo esta empresa, e tendo notícias de que na capitania de Sergipe del Rei pertencente ao governo-geral da Bahia, assistia o capitão-mor Fernão Carrilho a quem a fama tinha feito conhecido nestas capitanias de Pernambuco, pelos sucessos felizes, que no sertão da Bahia tinha conseguido, destruindo os mocambos e aldeias dos tapuias que infestavam aquelas partes, cujo valor e experiência foi a causa da quietação e segurança, que hoje logra aquela cidade, e seus arredores, pois já estão os caminhos livres, os engenhos seguros, as fazendas sem receios, os gados quietos e os moradores gostosos, sendo neste empenho tão intentados de muitos, e não conseguido de nenhum, o seu assunto o serviço de sua Alteza, e não o interesse de suas conveniências, porque é patente a todo o Brasil, que nestas ocupações destroçou o seu cabedal, e não recolheu nenhum emolumento, achando-se por bem pago das vitórias que alcançou com o nome e glória que universalmente mereceu. A este capitão-mor escreveu apartadamente D. Pedro de Almeida para lhe entregar a comissão deste negócio tão considerável; aceitou com gosto a empresa, e convidando alguns parentes e aliados seus partiu para Pernambuco a avistar-se com D. Pedro; e conhecendo D. Pedro nele valor, e experiência e satisfeito da prática com que discorria sobre os sertões, escreveu logo a todas as câmaras destas capitanias, para que dessem o concurso necessário ao intento que determina conseguir; empenhou com cartas aos homens nobres e principais das povoações circunvizinhas aos Palmares, e a nobreza daquelas povoações a cortês indústria com que D. Pedro se mostrou independente da glória do último sucesso, e juntamente a isenção singular do desinteresse com que lhes escreveu, que a jóia que se costumava dar aos governadores, ele lhe oferecia para prêmio do seu trabalho; e só queria ter para bem de ver livres estas capitanias dos sobressaltos contínuos, e dos perigos iminentes em que flutuavam para a sua ruína; e que o seu intento todo era o serviço que nesta matéria resultava a Deus, e a sua Alteza, e o sossego a seus vassalos; pois ao contrário se seguiam duas monstruosidades indignas de se publicarem no mundo, a primeira levantarem-se com o domínio das melhores capitanias de Pernambuco, negros cativos, a segunda era dominarem a seus próprios senhores seus mesmos escravos. Foram estas razões pelo que levaram da

cortesias e zelo, eficazes motivos para obrigar os ânimos dos que a leram, e poderosos empenhos para rebater os impedimentos que se lhes opuseram; porque ao mesmo tempo que despedia D. Pedro avisos para o que se intentava, se despachavam correios para estorvar o que se pretendia sendo toda a causa desta contrariedade dificultar a empresa ou reservar os sucessos para oportunidade, que mal fundadas esperanças fingiam; querendo assim indignamente negar a glória a quem também dispunha de meios, porém a verdade da causa desarmou as tiras de inveja, que ordinariamente prevalece mais zelo para as empresas que os enganos para os estorvos.

Esse documento encomendado, cheio de elogios a D. Pedro de Almeida, deve ter servido para justificar o fracasso das expedições que enviou contra Palmares, transformando-se em documento de defesa política estratégica contra os malogros nas investidas contra a República de Zumbi.

PEDROSADA. É como o historiador Clóvis de Melo designa a revolta do governador-das-armas Pedro da Silva Pedroso (V.) em Recife, com início em 1º de fevereiro de 1823. Para ele, o líder da revolta reuniu “escravos negros com pardos livres. Os rebelados que eram também soldados do terço dos Henriques tomaram o poder, durante uma quinzena, feito talvez único na história social do Brasil. Não souberam o que fazer dele e os aristocratas brancos retomaram-no com facilidade. E ajudados pelos negros e pardos leais à açucarcracia. Não há dúvida alguma que a insurreição negra do Haiti, onde se implantou um Estado afro-americano, influiu nos eventos pernambucanos. Pedroso pretendia imitar o exemplo de Toussaint. Até o folclore recifense da época registra nomes de insurgentes haitianos que deviam ser conhecidos dos negros que trabalhavam nas docas do Recife e tinham notícias frequentes do que ocorria fora do Brasil Colonial. Possivelmente hauçás e malês baianos sabiam dos acontecimentos da ilha do Caribe”. O movimento liderado por Pedroso contava, segundo Gilberto Freyre, com quase todos os negros recifenses. Nesse particular, escreve Nelson Barbalho, apoiado ainda em Freyre, que a sedição comandada pelo mulato Silva Pedroso era do mesmo gênero das “balaiadas”, das “cabanadas”, das “tapuiadas”; era “um dos movimentos de maior significação social na história do Nordeste”, pois por ele “viu-se que a gente mestiça era parte considerável da

população do Recife: mais que ao traseiro da cidade, essa mancha de gente de cor, de negros e mulatos livres, se estendia por becos e camboas da cidade; formava batalhões diversos e não apenas os dos Henriques, tradicionalmente fiéis aos senhores brancos. [...] O movimento de 1823 foi um movimento da gente de cor do Recife, e não uma simples demonstração política". Teve adesão da "quase totalidade das forças da 1ª e 2ª linha, bem como as companhias de Monta Brechas e Bravos da Pátria e Intrépidos, corpos patrióticos de mestiços e negros", informa um cronista da revolta, baseado na *Devassa* de que se encontra manuscrito na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: "Esses corpos de mestiços e negros vinham se organizando desde a guerra holandesa, onde os homens de cor, a serviço dos grandes senhores das terras de açúcar, se revelaram tão bons soldados: ótimos para as guerrilhas, dado o seu conhecimento íntimo dos canaviais. A especialização militar resultara para ele em prestígio social". Os corpos militares de mestiços e negros, organizados desde os idos do Brasil Holandês, a que se refere Gilberto Freyre, praticamente se espalharam por todo o Nordeste do Brasil e tinham vida paralela às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, por sua vez formadas somente de pretos com raríssimas exceções, apenas quando seus tesoureiros eram brancos, o que sempre trazia prejuízos para os "irmãos" de cor. Na povoação do Recife, os negros trabalhadores nos "passos de açúcar", movimentados no comércio exportador do produto, "foram formando uma espécie de aristocracia de escravos, superiores em prestígio, embora nem sempre em condições materiais de vida, aos escravos das plantações de cana" e muito menos aos escravos das fazendas de criação existentes nas plagas agrestino-sertanejas, nas quais o negro gozava de mais regalia, julgando-se mais senhor de si e não tendo o patrão dia e noite a vigiá-lo como nos engenhos de açúcar. Segundo Gilberto Freyre, ainda em *Nordeste* (1961), "estes fatos nos auxiliam a compreender o ambiente tocado de 'consciência de espécie', embora uma consciência vaga e mística, que teria facilitado a revolta de gente miúda e de soldados de cor que explodiu no Recife em 1823. Com o mestiço Pedroso, de cavanhaque e a cavalo – duas insígnias de autoridades – à frente da insurreição, o movimento dominou a cidade por

alguns dias: enquanto não chegaram dos engenhos os senhores a cavalo e acompanhados de escravos que estabeleceram a supremacia dos engenhos sobre a cidade". A insurreição era de soldados – negros e mulatos na sua maioria – e de negros e mulatos paisanos, gente dos mucambos, das palhoças, das casinhas de barro. Frei Caneca, nas suas *Obras Políticas e Literárias*, diz que Pedroso foi visto em uma das palhoças da estância "rodeado de pretos e pardos comendo, bebendo e ouvindo cantar, com uma negra sentada no colo". Vendo os provisórios, "além de apertar com eles para que tomassem assento lhes disse entre outras palavras: Sempre estimei esta cor, é a minha gente!" Alfredo de Carvalho, a quem se deve tão minuciosa, embora parcial descrição dos motins de 1823, informa que "as notícias dos sanguinolentos sucessos da Ilha de São Domingos, onde os escravos revoltosos haviam triunfado dos senhores, circulavam amplamente comentadas e a muitos sorria a esperança da próxima desforra dos oprimidos com o estabelecimento entre nós dum regimento análogo, sob os auspícios do prepotente Governador das Armas", isto é, o Capitão Pedroso. Este, instalado no Palácio do Governo e senhor da cidade por vários dias, não fez senão recrutar dentre a gente de cor seus homens de confiança, promovendo negros e mulatos a oficiais dos corpos milicianos. Mas à revolta faltaria direção do mesmo modo que ambiente: "consciência de espécie" entre os negros e mestiços do Recife não existia senão vaga, outras forças impelindo-os, tanto quanto os negros de engenho, a mística da lealdade, dominante de modo quase absoluto nos canaviais do extremo Nordeste. De maneira que foi relativamente fácil ao Morgado do Cabo (Francisco Pais Barreto) marchar sobre Recife e entrar vitorioso nas ruas da capital (esta ainda era Olinda, em 1823) a trote de cavalo como um conquistador militar vindo dos canaviais para pacificar a metrópole do açúcar. Uma "luz da multidão de cavaleiros", diria do morgado e do séquito o major Ângelo de Vasconcelos, que assistiu à entrada triunfal dos senhores de engenho e dos seus escravos no Recife amotinado pelos negros, pelos mulatos livres, pelos soldados de cor. "Pedroso fora expressão daquela insatisfação social e talvez psicológica do mulato ainda mal ajustado aos brancos, tão freqüente na antiga sociedade brasileira [...]. Do mulato quase sepa-

rado do negro. Quase separado das reivindicações de raça, de classe oprimida ou individual. Mas utilizando-se do negro, da classe oprimida ou da região animada de sentimentos autonomistas e até separatistas como de um elemento revolucionário correspondente à sua insatisfação; como uma força bruta mas plásticas suas mãos ansiosas de domínio em uma sociedade que ele desejava reorganizada sobre novas bases. [...] Vê-se pela popularidade que Pedroso alcançou entre a gente de cor dos mucambos de Estância, que no Recife dos princípios do século XIX vivia ao pé dos sobrados uma massa de gente preta, politicamente vaga, mas com a sua significação social e até revolucionária – seu potencial revolucionário como diria o jovem escritor Aderbal Jurema. É curioso notar que no movimento revolucionário chefiado pelo mestiço Pedroso, em 1823, os negros e mulatos estando contra os "marinheiros" e "caiados", foram também contra os republicanos. Mas o movimento não tinha nível político, programa ou articulação organizacional e entrou em declínio. Pedroso, ao ver que ele entrava em recesso, manobrou habilmente num sentido conciliador e oportunista com o governo, decepcionando os seus seguidores. Lançou uma proclamação nos seguintes termos de implícita capitulação: "Cidadãos, o governo militar se está entendendo com o Ex.^{mo} Governo civil, que respeito e quero que seja respeitado; eu vos prometo que farei todos os sacrifícios para que se restitua a ordem e tranquilidade, cuja falta me tem magoado tanto que não sei explicar. Cidadãos, o Ex.^{mo} Governo civil vai entrar para exercer as suas funções na sala das sessões, conforme o costume, e há de achar em lugar de resistência, que pessoas mal intencionadas presumem haver, os braços e corações dos amantes da causa do Brasil, que ele e eu adoramos. Viva a nossa religião. Viva o nosso imperador. Vivam os cidadãos amantes da causa do Brasil. Viva o governo civil. Secretaria do detalhe, 25 de fevereiro de 1823. Pedro da Silva Pedroso, governador das armas". Essa posição capitulacionista de Pedroso iria modificar-se, porém, três dias depois. Em 28 de fevereiro de 1823, a praça recifense novamente perde o sossego, e a anarquia mais uma vez volta a imperar em suas ruas. Ainda no informe de Pereira da Costa: "Vendo Pedroso que naquele dia a Junta do Governo regressaria da vila do Cabo, com a

tropa que ali se lhe reunira, e imediatamente restabeleceria a sua autoridade, toma posição no Campo do Erário, tira do trem militar o armamento e munições que bem quis, arma a sua gente ali reunida – pretos e mulatos, forros e cativos – e manda que se embosque em certas ruas, para fazer fogo à tropa. No meio da confusão – e que se não esperava senão o momento da mais cruel desgraça – reúne-se a Câmara do Recife, providencia convite ao comandante das armas, como urgia a situação gravíssima em que se via a cidade (isto é, a vila recifense, que somente se tornaria cidade, oficialmente pouco tempo depois), comparece Pedroso a seu convite; e tais foram as suas considerações, se bem que convenientes mas enérgicas, que a fera, segundo um documento do tempo, se converteu a tudo quanto a Câmara lhe ordenasse, depondo as armas em favor de algumas concessões e demitindo-se mesmo do cargo em favor da tranquilidade da província; de tudo o que se lavrou em termo. Apesar desse acordo, do que Pedroso deu ciência à sua gente, no campo, acompanhado do Senado, ao qual deu vivas, dizendo que tinha salvado a província dos horrores de uma sanguinolenta guerra civil, por efeito de caprichos mal entendidos, que resultavam de mortes de irmãos com irmãos, que só deviam empregar as suas armas contra os inimigos de fora, e que só o Senado lhe abrisse os olhos e lhe falara com a linguagem de verdade; e retirando-se os camaristas satisfeitos de sua missão, eis que surge em marcha a tropa que regressava do Cabo. Ao chegar, porém, em frente à Casa da Câmara, na rua da Cadeia, rompe do campo do Erário vivíssimo fogo de metralha ao que ele imediatamente responde com o de mosquetaria – que parecia uma violenta batalha – até que, aos esforços dos camaristas, aos brados de suas varandas ou descendo mesmo impavidamente a rua entre fogos, se retira a tropa aos seus quartéis, mas continuando o fogo dos facciosos por mais de meia hora, com pequenos intervalos, até que entrou a noite e tudo terminou. Chegaram então os membros da junta do Governo, que entraram logo no exercício das suas funções, à exceção de Francisco de Paula Gomes dos Santos, que não os acompanhou no seu êxodo [...], abraçara o partido de Pedroso apesar de dias antes por ele desautorizado e injuriado; e assim debelada a sedição, dado por deposto o governador das armas e

nomeado para o cargo um outro oficial de confiança do governo, foi ele preso e logo afastado de Pernambuco, como urgia, embarcando para o Rio de Janeiro onde permaneceu em prisão por algum tempo, ali ficando". **Bibliografia.** BARBALHO, Nelson. *Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e do Sertão*. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior Pernambucano, 1972. Vol. 15; FREYRE, Gilberto. *Nordeste. Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961; MELO, Clóvis de. Discurso pronunciado na Fundação Joaquim Nabuco, 1987. (mimeo); PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarp, 1983. 10 vols.

PEDROSO, PEDRO DA SILVA. Chefe do levante ocorrido em Pernambuco, em 1823, quando escravos, junto com outros elementos e camadas da população, se sublevaram contra o governo. Se na Revolução Pernambucana de 1817 (V.) a participação do escravo foi parcial, neste levante de 1823 foi decisiva, fundamental. Nela quase que só tomaram parte escravos e ex-escravos. Seu líder, Pedro da Silva Pedroso, declarava sua preferência pela gente de cor: ele próprio era mulato. Convém notar que esse famoso capitão Pedroso vinha das lutas de 1817, nas quais tivera atuação destacada e violenta. Pertencente à Terceira Companhia do Regimento de Artilharia, amotinou-se naquele movimento. Do seu ato resultaram as mortes do brigadeiro Antônio Joaquim e do seu ajudante-de-ordem, Alexandre Tomás. Foi o mesmo que tentou de espada desembainhada matar José Luís de Mendonça quando esse elemento procurou, no mesmo movimento, um acordo contemporizador. Depois do esmagamento da revolta de 1817, foi o mesmo Pedroso quem acompanhou, com mais dois mil soldados, o padre João Ribeiro na sua retirada para o Norte. Após a Constituição de Portugal, Pedroso tomou posição radical e, dias depois da Independência, depôs na Junta Provisória presidida por Gervásio Pires Ferreira. "Aos 18 de setembro (1822) apresentou-se ante a Câmara do Recife o comandante da força armada, capitão Pedro da Silva Pedroso, depois de haver feito pegar em armas os corpos da guarnição e mandar alguns oficiais aos membros da Junta intimar que se demitissem, o que eles fizeram; e declarou que a força armada e o povo ali reunidos depunham a Junta, por ter esta, no ofício que

dirigiu ao Príncipe Regente, tratado de facciosos os autores do pronunciamento de 1^a de julho, isto é, o mesmo povo do Recife e a tropa, e acrescentou que requeriam a eleição de um governo temporário de cinco membros, para proceder à eleição de uma nova junta" (*apud* Calmon, 1959). Sua exigência foi aceita. Foram eleitos presidente, Francisco de Paula Gomes dos Santos; secretário, José Mariano de Albuquerque; membros, o padre Inácio e Filipe Néri Ferreira. Pedroso, além da participação na revolução de 1817 e neste movimento de 1823, ainda tomará parte na Confederação do Equador, em 1824. Em consequência do levante de 1823, o comércio fechou as portas como medida de cautela e, por vários dias, a cidade foi praticamente dominada pelos insurretos. A esse movimento insurrecional aderiu a quase totalidade das forças das 1^a e 2^a linhas e as companhias Monte Brechas e Intrépidos, compostas de mestiços e negros e sobre os quais Pedroso exercia grande influência, já que vinha capitalizada dos movimentos anteriores, quando ele se havia transformado num verdadeiro condutor das camadas mais radicais. Seu proselitismo, que já se havia manifestado nitidamente em 1817, continuou em 1823, para desembocar, finalmente, em 1824, na Confederação do Equador. **Bibliografia.** CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959; CARVALHO, Alfredo de. "Os Motins de Fevereiro de 1823", *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. 10, n. 56, mar. 1902.

PEIA. O mesmo que chicote (V.), objeto usado para castigar ou punir escravo por desobediência ou fuga. No folclore nordestino, vários pesquisadores registraram a seguinte quadra que se refere ao assunto: Xique-xique é pau de espinho / Umburana é pau de "abeia" / Gravata de boi é canga / Palitô de negro é peia.

PEIXE FRITO, CAPITÃO. Nome pelo qual o capitão Pinto de Almeida era chamado pelos abolicionistas. Esse apelido resultou de um episódio, assim narrado por Evaristo de Moraes (1934): "Em dia do mês de outubro de 1887, o capitão Pinto de Almeida fora, com escolta, à casa do abolicionista Manoel Bernardino Ferreira Tinoco, no lugar denominado Mombaça, em busca de escravos, que supunha ali acoitados. Escravos não havia. O que havia eram cheirosas postas de peixe frito, a que se atiraram, gulosamente, o

comandante e os comandados. Daí, sabido o caso, resultou o apelido capitão Peixe Frito, com que ficou crismado o malquisto policial. Começaram os abolicionistas a escrever tal apelido em quantas paredes se ofereciam ao seu irônico desabafo, inclusive nas fronteiras do prédio em que se imprimia o *Vinte e Cinco de Março* (V.). Pretendeu o atingido pela sátira fosse ela apagada de todas as paredes e disso incumbiu soldados do seu comando, que iam raspando como podiam as palavras trocistas. Quando o faziam, com compreensível brutalidade, na parede do edifício de que saía o temível jornal abolicionista, os respectivos redatores e tipógrafos intimaram-nos a não continuar, pois estavam danificando o reboco. Responderam os soldados com uma descarga, a que os de dentro retrucaram. Voltaram feridos alguns soldados ao quartel. Foi então preparado o cerco, com todas as regras da estratégia. Houve, na madrugada de 25 de outubro, tentativa de invasão por parte da tropa, trocando-se novos tiros. Retiraram-se pela manhã os abolicionistas, escondendo alguns escravos fugidos que tinham acoitado na tipografia. Deu-se o arrombamento e a penetração na casa, onde a polícia encontrou armas sem munição e bombas de dinamite. O que mais a devia ter impressionado, porém, eram nada menos de 85 gargalheiras (V.), que constituíam uma espécie de 'museu dos horrores', organizado pelos abolicionistas. Tudo foi levado para a polícia, depois de empastelados os tipos e praticadas outras depredações. No mesmo dia foram presos, na casa de residência de Adolfo Porto, este e os companheiros de propaganda, Júlio Armond, Leopoldino Ferreira, Feliciano José da Silva e José Francisco de Matos Sobrinho, que tinham sido resistentes da invasão da tipografia. A polícia, excessiva nos seus gestos de represália, espancou os presos, mormente, Adolfo Porto". **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

PELOURINHO. Segundo Vieira Fazenda, o pelourinho representava "a autonomia do município e simbolizava que no lugar se fazia justiça, em nome do Rei". Ali, além dos escravos, castigavam-se os criminosos apanhados pelos quadriheiros e os capoeiras que usassem armas proibidas. No Rio de Janeiro, a correição do ouvidor Damião de Aguiar, de 7 de setembro de 1647,

aprovou que os oficiais da Câmara, com os recursos provenientes da sua arrecadação, levantassem o pelourinho, "por ser mui útil e necessário". As obras foram ultimadas em 1640.

PENHORADO, ESCRAVO. O escravo podia ser penhorado por um credor do seu senhor e recolhido à prisão até que seu proprietário resgatasse a dívida ou o entregasse como pagamento.

PEREIRA, JOSÉ FRANCISCO. Escravo natural da Costa da Mina, que viveu alguns anos no Rio de Janeiro. Foi acusado pelo Santo Ofício da Inquisição de pacto demoníaco: José Francisco fazia feitiços sob encomenda para conseguir alforrias. Procurado pelo escravo de um estrangeiro que queria ser vendido pelo seu senhor, José pediu-lhe que "lhe trouxesse da casa em que assistia o dito senhor um pouco de lixo da mesma casa, e lhe raspasse a sola dos seus sapatos, e lhe trouxesse algum escarro seu". Juntou a mistura com um pouco de enxofre e colocou numa bolsinha de pano, "a qual cosida deu ao dito preto dizendo-lhe que enterrasse ao pé da porta por onde havia de entrar seu senhor". Segundo José, três dias depois, deveria desenterrar a bolsa e esperar, pois seria vendido logo. Quatro outros negros também procuraram José Francisco para pedir-lhe uma oração que os fizesse encontrar muito dinheiro para comprar sua alforria. Também em Lisboa, José Francisco era conhecido como mandingueiro entre os negros. Possuía um pequeno comércio de amuletos. Foi preso nessa cidade, em 1730, por confeccionar e carregar consigo bolsas de mandinga. Na sua confissão, enumerou vários escravos que lhe solicitavam as bolsas. José Francisco, intimidado por constantes interrogatórios, recolhido aos cárceres secretos da Inquisição e ameaçado por torturas, entrou em delírio e detalhou suas relações com o Demônio: "Disse mais que era tão íntimo e familiar o trato que tinha com o demônio, que com ele se tratou por muito tempo torpe, e lascivamente [...], servindo-lhe o demônio em figura de mulher para a sua torpeza, tendo com ele há muitos anos cópula carnal, sendo o demônio nela sempre súcubo, e algumas vezes teve o demônio com ele sodomia, sendo o mesmo demônio agente na figura de homem e penetrando pelo seu vaso prepóstero". Admitiu que mesmo dentro do cárcere ainda mantinha com ele relações carnis. José Francisco saiu em auto-de-fé, e sua

sentença foi lida publicamente, na íntegra, com todas as descrições dos coitos demoníacos. Foi obrigado a cumprir cinco anos de galés (cf. Inquisição de Lisboa, Processo nº 11 774, "Processo de José Francisco Pedrosa, homem de negócios natural de Judá na Costa da Mina e morador nesta cidade de Lisboa Ocidental").

PEREIRA MARINHO, JOAQUIM. Comerciante residente na Bahia que enriqueceu no tráfico de escravos e em outras atividades comerciais. Pereira Marinho dedicava-se ao comércio de charque e, segundo Pierre Verger (1987), "possuía navios para o transporte de suas mercadorias, e as pessoas disputavam as letras de câmbio assinadas por ele, preferindo-as aos títulos bancários". Nos diversos ramos de suas atividades, tinha a tendência ao açambarcamento, característica daqueles que, por audácia, grande perspicácia e vivacidade de inteligência, chegaram a posições dominantes nos meios comerciais. Possuindo capitais importantes para a época e detentor da maior parte dos bens de Antônio Pedrosa de Albuquerque (V.), após a morte deste, concorreu igualmente com o seu gênio construtivo e trabalho obstinado para construir grande número de edifícios no caminho da Vitória, no farol da Barra e no bairro comercial. Soube aproveitar igualmente as crises de dinheiro, que se produziam com grande frequência entre os plantadores de cana e os proprietários de engenhos de açúcar, para aumentar o número considerável de suas casas, comprando-as a preço vil (Calmon, 1925). Enriquecendo rapidamente, recebeu os títulos de barão, visconde e conde. Foi membro fundador do Banco da Bahia, em 1857, e diretor da Companhia de Estrada de Ferro de Juazeiro. No fim da vida, foi provedor da Santa Casa de Misericórdia. Em seu testamento, arrola considerável fortuna, com a previsão de generosas doações para obras de caridade. Pereira Marinho possuía numerosos navios que, entre 1839 e 1850, fizeram tráfico de escravos na Costa da África. Registram-se 36 partidas. Somente o *Andorinha* realizou dez viagens em 32 meses, desembarcando 3 800 escravos, e rendendo-lhe 47 mil libras esterlinas somente pelo frete. Seu concorrente na Costa da África era Domingos José Martins, sendo Joaquim Pereira Marinho o seu procurador na Bahia. **Bibliografia.** CALMON, Francisco Marques de Góes. *Vida Econômico-financeira da Bahia (Elementos para a História) de 1808 a 1899.* Salvador,

Imprensa Oficial do Estado, 1925; VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos.* São Paulo, Corrupio, 1987.

PERNA DE PAU (MUTILAÇÃO). Com a agitação quilombola na região de Goiás e Minas Gerais, as autoridades não estabeleceram qualquer medida restritiva à repressão desses ex-escravos aquilombados. Para que os negros rebeldes não continuassem nas suas atividades, o capitão-general de Minas Gerais, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar e depois Marquês de Alorna, propôs a D. João V a promulgação de um Código Negro, que continham as penas mais cruéis aplicáveis aos escravos fugitivos, inclusive a de "cortar a todo preto fugitivo a perna direita e em seu lugar se pregasse uma perna de pau, isto para que o senhor de todo não o perdesse, visto ficar aleijado, mas servido para alguma coisa". A proposta de um Código Negro não foi aceita, mas, por outra parte, é possível que alguns senhores já estivessem praticando tal medida, pois outras mais ou menos idênticas eram postas em execução pelos senhores de escravos de Minas Gerais. V. *Picada cirúrgica.*

PERNAMBUCO, MOVIMENTO ABOLICIONISTA EM. O nome que costuma sintetizar o movimento abolicionista de Pernambuco é o de José Mariano. Pertencente ao Partido Liberal, em épocas de lutas eleitorais trabalhou para a candidatura de Joaquim Nabuco. O Clube do Cupim foi formado por abolicionistas que trabalhavam secretamente para a causa da emancipação dos escravos. Assim como as jangadas no Ceará, as barcas pernambucanas representaram papel de destaque na atividade extralegal da emancipação. Nelas os membros do Clube do Cupim colocavam os escravos que conseguiam tirar do cativeiro e os remetiam para o Ceará e outros pontos, onde estivessem a salvo.

PIAUI, ESCRAVIDÃO NO. A história da escravidão negra no Piauí ainda está por escrever. Dispostos de trabalhos parciais, que esclarecem aspectos da sua contribuição para a "riqueza comum", mas o trabalho definitivo ou que sirva de fonte permanente ainda não foi elaborado. Baseamo-nos, portanto, em obras parciais que abordam tendencialmente o problema. O único escrito específico sobre o assunto que conhecemos é o do padre Joaquim Chaves, *A Escravidão no Piauí*, exato, porém muito sintético.

O africano no Piauí aparece como escravo já na fase colonial. Nas palavras de Luiz Mott (1985), "contava o Piauí, em 1697, com um total de 129 fazendas de gado, as quais se distribuíam ao longo de quase uma trezena de rios, lagos e olhos-d'água. Assim informava o primeiro cronista da região: 'Compõe-se o Piauí de fazenda de gados, sem maiores moradores. Estão situadas as fazendas em vários riachos, distantes umas das outras ordinariamente mais de duas léguas. Em cada uma vive um homem (branco) com um negro (escravo) e em algumas se acham mais escravos e também mais brancos, mas no comum se acha um homem branco só'. [...] Na sua *Descrição*, o padre Carvalho, segundo o costume seiscentista, emprega o termo 'negro' como sinônimo de escravo, reservando a palavra 'preto' para os negros livres. Ao descrever a fazenda Saco na cabeceira do Riacho da Tranqueira, por exemplo, diz textualmente: 'Nesta fazenda estava Domingos Afonso, preto, casado com uma mestiça, tem um negro'. [...] Como só nos meados do século XVIII que se proíbe a escravidão dos indígenas, pode ser que o termo 'negro' tenha arrolado alguns escravos não pretos, inclusive índios. Contudo, o texto do padre Carvalho suscita uma dúvida quanto à escravização dos indígenas, pois, se sob o apelativo de 'negros' estão também incluídos os 'gentios da terra'; por que razão teria o missionário arrolado alguns silvícolas como 'índios', 'tapuias' ou 'colomins'? Só uma pesquisa mais aprofundada em novas fontes primárias poderia desvendar estes pontos que infelizmente o documento assinado pelo jesuíta Carvalho não esclarece". Odilon Nunes, analisando a mesma obra, informa que "mais fácil será estudar a situação do Piauí naquela época, com a adoção de quadros que nos proporcionem uma visão de conjunto e nos possibilitem um confronto sob os aspectos que julgamos mais interessantes". Vê-se abaixo o primeiro quadro organizado a partir das informações do padre Miguel de Carvalho, que abarca todo o conjunto do Piauí, isto é, os rios Canindé, Gurguéia, Itaueira, Itaim-Açu (Poti) e Maratu, como então era conhecido o Longá: Analisando o quadro acima, Odilon Nunes completa: "Vemos logo que os negros predominavam quantitativamente por toda a parte. Menos em Gurguéia em que há oito brancos para sete

	Número de fazendas	Brancos	Negros	Índios	Mestiços	Mulheres	Total de habitantes
Canindé	68	84	115	36	8	28	243
Itaim-açu (Poti)	36	45	63	25	-	10	133
Itaueira	9	10	14	2	-	-	26
Marataua	9	8	12	1	-	-	21
Gurguéia	7	8	7	-	-	-	15
Total	129	155	211	64	8	38	438

negros. Era o rio que se começava a colonizar. [...] Dessa forma, nos primeiros dias foi pequena a contribuição indígena como fator de formação étnica, apesar de ser quase de exclusiva origem ameríndia o elemento feminino para procriação. Isto porque, nos núcleos de população já assinalados nas fazendas que se distribuíam por toda a bacia oriental do Parnaíba, era quase nula sua representação como vimos. Nessa ocasião predominavam os negros". Esses dados vêm mostrar que a entrada do negro no Piauí se consolida na época da Colônia junto com a pecuária, desmentindo aqueles que registram a sua presença apenas nas áreas de agricultura. Nesse particular, a professora Miridiana Brito Knox Faci (1995), situando o tráfico de escravos e explicando essa presença negra no sertão, escreve: "A história do tráfico escravo para o Piauí está ainda por ser feita. Nossas observações advertem que foi a própria localização geográfica, a meio caminho do Maranhão e de Pernambuco, que propiciou três eixos nessa importação de escravos. Por um lado serviu de passagem, de leste para oeste, para uma rede de mercados que, partindo da Bahia e de Pernambuco, se dirigiram ao sul do Maranhão, região de Aldeias Altas, atual Caxias, importante centro comercial e produtor de algodão, se beneficiando desse eixo. Por outro lado, outra corrente de escravos se estabeleceu vinda de São Luís, subindo o rio Itapicuru e cruzando o Piauí, agora de oeste para leste, quando o açúcar foi revitalizado com o desbaratamento da produção do Haiti e seu preço ficou convidativo no mercado internacional. Não é de estranhar, portanto, que, entre os seus escravos, em Campo Maior, no século XVIII, Tanya Barbosa tenha encontrado 52% de africanos. Esses eixos formaram uma classe social de mercadores que se estabeleceu nas passagens dos rios São Francisco e Parnaíba, cobrando pe-

dágios e servindo de intermediários entre os mercados da Bahia e as plantações de Aldeias Altas. Nossa documentação, apontada adiante, mostra compras e vendas de escravos por essa corrente, inclusive um processo que será objeto de análise especial, de um escravo que roubou outro escravo, no Maranhão, para vendê-lo no Piauí. Nossos documentos mostram fazendeiros com propriedades ou terras tanto do lado leste do Parnaíba (Piauí) como do lado oeste (Maranhão) desde o século XVIII e ainda atualmente. O terceiro eixo comercializador de escravos se encontrava no seu litoral, no grande delta do Parnaíba onde a presença de mais de três mil ilhas encorajava o contrabando e o comércio ilegal de escravos vindos quem sabe de onde. Esse comércio, ou, melhor, essa rótula comercial inter-regional foi claramente percebida pelo governo português quando, em Carta Régia ao Conde de Resende, aconselha, no final do século XVIII, a criação de um entreposto de escravos na Parnaíba. E, em 1804, o governador do Piauí informava ao Príncipe Regente D. João que 'ali (em Parnaíba) se vendia escravatura a preços cômodos'. Quantos foram para o sertão ou quantos ficaram no litoral, nas charqueadas de Domingos da Silva, seria impossível de ser determinado, mas suas entradas, através das Companhias privilegiadas de comércio e das frotas anuais, estavam também dependentes das práticas de contrabando que assumiram grandes proporções, principalmente no final do século XVIII e início do XIX, a partir da intervenção do Governo de Portugal no conflito entre a Grã-Bretanha e a França revolucionária. Vários documentos do início do século XIX assinalam esse terceiro eixo comercial e às vezes o contrabando na pequena vila de Parnaíba, ao norte da capitania de S. José do Piauí. Um deles, já citado, adverte sobre os 'preços cômodos dos escravos'; um segundo diz respeito aos movimentos dos portos em Parnaíba em 1808 e consta da *Memória Relativa às Capitânicas do Piauí e Maranhão*. Segundo o documento, naquele ano, as exportações pelo porto de Parnaíba totalizaram 106:420\$900 e as importações 58:504\$900. Ainda que de pequeno movimento, observa-se o superávit na balança comercial e vê-se que cerca de 60% dos gastos com a importação foram relativos à importação de escravos do

continente". O documento apresenta a seguinte tabela:

IMPORTAÇÃO: TOTAL 58:504\$900	
De Portugal	
Fazendas secas	19:396\$400
Fazendas molhadas	3:161\$500
Do Continente	
Açúcar	1:287\$000
Diversos efeitos	1:260\$000
Escravos	36:400\$000

Segundo a autora, "a importância deste documento, apesar de omisso quanto à origem dos escravos (se eram africanos ou nacionais), liga-se, também, à confirmação de uma demanda na região ou próximo a ela. Essa é a nossa explicação. Esse documento altera, substancialmente, os conhecimentos que tínhamos sobre a penetração de escravos no Piauí, pois demonstra a existência de um porto de escala entre as duas grandes praças de comércio da época: S. Luís (que distava de Parnaíba cerca de doze horas de navegação) e o porto de Recife (que distava cerca de dois dias de navegação). Seria, assim, um porto de escala e, ao mesmo tempo, um ponto de articulação com o sertão, de onde chegavam carne-seca, sola, chifres, couro, algodão e fumo, exportados para Lisboa e Inglaterra". O padre Chaves, por seu turno, oferece alguns detalhes da escravidão no Piauí durante o século XIX: "Aqui [no Piauí] como de resto em todo o Brasil, podemos distinguir, bem nítidas, na vida do escravo negro, duas fases. Uma primeira em que perdurou, com certa ênfase, o regime de ferro e fogo, com os castigos mais violentos e mais fortes, com o abandono dos doentes e dos velhos. Essa fase enche todo o período colonial, alongando-se pelos começos do Império. [...] A segunda fase, menos violenta, com trabalho mais cuidadoso aos escravos, é a que se segue ao ano de 1850 quando medidas muito sérias começaram a ser tomadas para o cumprimento da lei de 1851, que extinguiu o tráfico no Brasil. Todavia não se pense que esta segunda fase foi inteiramente de bondades, de carinhos, de desvelos para com os negros. Houve nela muito tronco, muita gargalheira, muito escravo castigado. [...] Possuímos poucos elementos estatísticos a respeito, e estes nos revelam o seguinte: até a efetiva extinção do tráfico

(1850) o número de escravos negros crescia; daí por diante passou a decrescer. Nas fazendas que foram de Domingos Afonso Sertão, por exemplo, em 1782 havia 489 escravos; em 1822 este número subiu para 696; em 1835 atingiu 718. Em 1854 o número de escravos ali decresceu para 469. Em 1882 em todo o Piauí havia 21 691 escravos [...]. Em 1884, para uma população de 250 mil habitantes havia 17 327 escravos. Dois anos depois, em 1886, já eram apenas 16 727. Na hora da libertação o total deles não ia muito além de quinze mil: Tal decréscimo deve-se a várias causas, tais como: mortalidade, libertação dos sexagenários e dos nascituros, saída para outras províncias. Extinto o tráfico, estancou-se o comércio fornecedor da mercadoria. O resultado disto tinha que ser forçosamente a valorização do produto, por causa de sua escassez. Agenciadores vinham comprar escravos no Piauí por preços vantajosos". Sobre o tratamento do escravo em geral, Odilon Nunes escreve que, "antes de regressar a Oeiras, onde estaria com os primeiros dias de novembro, deliberações importantes tomou Saraiva em virtude de reclamações dos escravos das fazendas fiscais que vinham trabalhando na fundação da nova vila onde prestavam relevantes serviços. Queixavam-se especialmente das rações que recebiam, insuficientes para o seu sustento. A alimentação diária que lhes davam era paga pela Comissão ao encarregado contratante na base de duzentos réis diários por indivíduo. Certamente havia falhas que motivaram as reclamações. Saraiva ordenou, então, que lhes fosse dada administrativamente a alimentação de acordo com uma tabela que organizou e consignava as rações permanentes a cada escravo, na seguinte base: 1/2 libra de carne seca (200 gramas); 2 canecas de farinha; 1/2 caneca de feijão; 1/2 quarta de libra de toucinho; sal suficiente. Milho cozido à noite com rapadura e arroz. Sabão para a roupa que seria lavada pelas escravas. Autoriza ainda a Comissão comprar fazenda para dar duas calças e duas camisas a cada escravo, e às escravas uma saia e uma camisa. [...] Contudo, dentro em pouco voltam os escravos ao regime anterior. Em 1854, em Teresina, recusam a comida e fazem novas reclamações". Se nas fazendas fiscais, assistidas pelo Estado, a situação era de descontentamento, outra coisa não seria de esperar nas fazendas de criação

e agrícolas. Ainda Odilon Nunes informa que o "trabalho doméstico absorvia em grande parte a escravaria. Dessa forma era o escravo um apenso da família. [...] O negro no Piauí tinha vida de folgazão, especialmente nas fazendas nacionais. [...] Não era como os negros que, sob a vigilância dos feitores, mourejavam no eito dos algodoais ou canaviais. Destes bem poucos poderiam ingressar na casa-grande do senhor". Apesar dessa descrição romântica da situação do escravo no Piauí, aparece constantemente o descontentamento, desde o protesto contra a quantidade e qualidade da alimentação até a fuga e a organização de quilombos. Sobre essa última manifestação de protesto escravo, diz a professora Miridian Britto Knox Falci que "Clóvis Moura não aponta nenhum quilombo no Piauí, mas os mesmos estão presentes desde a época colonial e atravessam a imperial, embora em proporções numéricas menores que em outras áreas". Também os jornais da década de 1880, em Teresina, ilustram situações que vale a pena ressaltar. Então, os jornais se interessavam em retratar com vigor as fugas ocorridas em outros lugares, pois as que ocorriam na província correspondiam a apenas 20% dos anúncios. Nesse sentido são mostradas suas ocorrências, com grande intensidade, em Campos, no Rio de Janeiro, em Campinas, em São Paulo, e, além das fugas, os crimes perpetrados contra a classe senhorial, seja na Bahia, no Rio Grande do Sul etc. Por outro lado, durante o movimento da Balaiada no Piauí, muitos escravos foram libertados pelos rebeldes, engrossando as suas fileiras ou fugindo para formar quilombos (Dias, 1996). No que se refere ao movimento abolicionista, Odilon Nunes escreve, depois de expor os mecanismos que fizeram diminuir a população negra escrava no Piauí, que "estudantes piauienses da Faculdade de Direito do Recife fundaram naquela cidade uma sociedade abolicionista, a Caixa Emancipadora Piauiense. Entre seus fundadores destacam-se Anísio Auto de Abreu. Álvaro de Souza Mendes, Luís Evandro Teixeira, Francisco José Nogueira de Barros Oliveira Lima". E a campanha abolicionista alastra-se pelo interior. Barras funda também a sua Libertadora Barrense em 1º de junho de 1884. Foi solenizado o ato da instalação que se realizou no paço municipal com a alforria de 37

escravos gratuitamente, concedidos pelos senhores, entre os quais estava o Dr. Estêvão Lopes Castelo Branco, presidente da Sociedade; mais fez a vila de Jaicós, instalando, em 23 de junho de 1884, a Libertadora Jaicoense, que concede imediatamente várias cartas de liberdade. Em 28 de setembro de 1887, o Ministério presidido por José Antônio Saraiva conseguiu a aprovação e promulgação da Lei nº 3.270, que declarava livres os escravos maiores de sessenta anos. Em obediência a essa lei, libertaram-se logo, no Piauí, 189 escravos de 60 a 65 anos, dos quais 105 homens e 81 mulheres; e foram libertados 204 de mais de 65 anos, 125 homens e 79 mulheres. Em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea foi recebida festivamente no Piauí. *Bibliografia.* DIAS, Claudete Maria Miranda. *Balaio, Bem-te-vis e Guerrilha Sertaneja*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996; FALCI, Miridian Brito Knox. *Escravos do Sertão*. Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; MOTT, Luiz. *Piauí Colonial: População, Economia e Sociedade*. Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985; NUNES, Odilon. *Os Primeiros Currais*. Teresina, Governo do Piauí, s/d.

PICADA CIRÚRGICA. Um dos castigos mais bárbaros impostos pelos senhores aos escravos. Consistia em dar uma picada no pé do cativo com um estilete, aleijando-o para evitar a fuga, mas sem perder, ao mesmo tempo, sua capacidade de trabalho no eito ou na mineração. Tal monstruosidade generalizou-se em Minas Gerais, de tal modo que os senhores da cidade de Mariana pediram ao Rei de Portugal que esse castigo fosse institucionalizado, pois muitos senhores já o “costumam fazer”. No trecho do documento, lê-se que, “para que haja alguma providência para se castigar com castigo maior que o comum os escravos que costumam fugir para que à vista dele se abstenham e sirva de exemplo de uns, de terror aos outros, mandando-se picar por cirurgião um nervo que tem no pé de forma que sempre possam servir aos senhores e só tenham embaraço de não poderem correr; o que alguns senhores costumam fazer e o não fazem todos por temor da justiça de V. Majestade Fidelíssima, o que se deve entender andando fugido para cima de seis meses, ou achando-se em quilombo e que os ministros tomem conta disto em ato de correição, perguntando se os senhores faltam fazer este castigo, pois com ele se evitará muitas ruínas. Deus

guarde [...]”. Mariana em Câmara de maio de 1755. Antônio Duarte, Domingos Gonçalves Torres, João da Silva Tavares, Tomé Soares Brito”. Em ofício datado de 10 de agosto de 1756, D. Marcos de Noronha respondeu ao pedido da Câmara de Mariana e enviou-o ao Rei de Portugal: “quanto à aprovação de poderem picar o nervo dos pés dos escravos fugitivos, em uma palavra digo que isto é uma barbaridade indigna de homens que têm o nome de cristãos e vivem ao menos com a exterioridade de tais e mereciam ser asperamente repreendidos pela ousadia de assim o requererem, supondo que V. Majestade era rei e senhor capaz de lhes facultar semelhante tirania quando a maior parte desses cativos fogem porque seus donos ou não os sustentam e os não vestem e os não tratam com o amor e caridade devida, tanto na saúde, como na enfermidade a que são obrigados, e, além de os tratarem mal pelo que respeita ao sustento e vestido, fazem-lhe mil sevícias de rigorosos e inauditos castigos. Como não se devem levar por meios contrários e repugnantes ao direito natural e leis divinas e humanas aqueles negócios em que se pode conseguir o mesmo efeito por meios lícitos e conforme as leis e estilos das repúblicas católicas e bem ordenadas, parece-me que a apresentação que fizeram os Oficiais da Câmara da cidade de Mariana não merece atenção em nenhuma de suas circunstâncias. V. Majestade, porém, determinará o que for servido. A Muito Alta e Poderosa pessoa de V. Majestade guarde Deus muitos anos como havemos mister. Bahia, 10 de agosto de 1756. Conde Dom Marcos de Noronha”. Não sabemos qual foi a decisão do rei, mas o costume já estava implantado.

PICOTA. Termo designativo do pelourinho (V.). O famoso pelourinho ou picota erigido onde está atualmente a estatua equestre de D. Pedro I, no Rio de Janeiro, é o pelourinho da Polé (V.), como demonstra gravura de Debret. Foi levantado à época da chegada de D. João VI e permaneceu até depois da Independência. Os escravos eram amarrados nele para serem açoitados, mas também é possível que nos seus braços se realizassem enforcamentos. As picotas antigamente serviam de poste de suplícios infamantes. Havia, em português antigo, o verbo “empicotar”, supliciar na picota. Existem duas espécies de pelourinhos: aquele que era símbolo municipal, onde se afixa-

vam os papéis públicos, e aqueles destinados para expor os réus ao público ou supliciá-los.

PILAR, QUILOMBO DO. Ajuntamento de negros fugidos, considerado por Odorico Costa o mais importante na região de Goiás. Negros de várias procedências, na ânsia de conseguirem explorar as jazidas de ouro, fugiam para aquela região e, em consequência, formaram um quilombo de proporções ponderáveis. Na impossibilidade de criarem uma economia de subsistência própria, pois a atividade mineira os desviava da prática da agricultura, começaram a praticar atos predatórios contra os moradores das minas. Atacavam os viandantes das estradas, roubavam o gado das fazendas de criação e dinheiro, causando com isto pânico entre os moradores da sua vizinhança. Escreve Odorico Costa que “as desordens promovidas por esses calhambolas chegaram ao ponto de ter repercussão em Vila Boa, que de certo modo, ficou transida de sustos. Dom Marcos de Noronha, sexto Conde dos Arcos e sétimo vice-rei do Brasil, então capitão-general de Goiás, deliberou por temor a essa situação tumultuária e, em 1752, organizou uma expedição para combater a pretaria do Pilar”. A expedição punitiva saiu de Vila Boa sob o comando do ouvidor-geral Sebastião José da Cunha Soares e depois de quatro meses de combate aos quilombolas regressou vitoriosa. Os quilombolas sobreviventes foram distribuídos entre os componentes da expedição.

PIMENTA, ANNA. Anna Joaquina Carneiro Pimenta, com mais de setenta anos, foi assassinada em Campos (RJ), no dia 19 de setembro de 1873, por suas escravas Letícia, Querubina, Cecília e Virgínia. Essas escravas dormiam todas as noites presas no sótão da casa; a primeira, em uma corrente ligada numa mão de prumo por um cadeado, e as outras três em outra corrente também ligada por um cadeado a outra mão de prumo. Letícia, nos dias 18 e 19, tinha sido castigada com palmatória e chicote, e, enfurecida contra sua senhora, achando-se em uma sala de engomados perto da cozinha, influiu sobre as outras e combinou com elas o plano de execução, que previa apertar-lhe a garganta e o nariz quando estivesse dormindo. Uma outra escrava de nome Hortência foi ao sótão prender as companheiras, como de costume: Letícia fechou em falso o cadeado de sua corrente, e o mesmo fez Querubina com o cadea-

do da corrente que a prendia com Cecília e Virgínia, entregando ambas as chaves a Hortência. Assim que esta desceu do sótão, desembaraçaram-se da corrente, descendo Letícia, Cecília e Querubina, que se ocultaram em um quarto. Virgínia não quis acompanhar as outras, ficando no sótão. O quarto tinha porta para a sala, onde dormia a senhora. Desceram para a sala de jantar e, enquanto sua senhora dormia, sufocaram-na. Os gritos da vítima despertaram Hortência, que correu para chamar os filhos da velha senhora. Das indagações feitas, reconheceu-se que somente as quatro escravas é que sabiam do assassinato. Declararam que mataram a senhora devido aos maus tratos e à prisão. Na casa da senhora, conhecida pela caridade que fazia aos pobres, pelas esmolas e por sua devoção, foram encontrados vários instrumentos de suplício. A polícia realizou o corpo de delito, e o delegado Tomé José Ferreira Tinoco, que também assim procedia nas escravas que estavam com muitos ferimentos, recebeu por este “crime” a sua demissão. Letícia morreu, a 24 de fevereiro de 1875, de uma afecção pulmonar. Estava sentenciada à pena de quinhentos açoites e ferro ao pescoço.

PIMENTA, ESTÊVÃO. Pardo livre, oficial de pedreiro, chefe da maçonaria negra (V.) de Vassouras (estado do Rio de Janeiro), até quando foi descoberta, em 1847, uma tentativa de revolta liderada por essa associação. Com a descoberta do movimento, foi preso, porém não se sabe ao certo o que aconteceu com ele posteriormente. Devia ser pessoa inteligente ou familiarizada com as estruturas organizacionais africanas; dividiu os seus membros, os *tates-corongos* (V.), em núcleos de cinco pessoas, que obedeciam às ordens de um superior.

PINHO, ELVIRA. Abolicionista, companheira de campanha de Maria Tomásia (V.), foi membro da diretoria da sociedade abolicionista feminina Cearense Libertadora. Elvira Pinho era natural de Maranguape, nascida a 12 de julho de 1860, filha de Reginaldo Benévolo Ferreira de Pinho, sobralense, e Eugênia Correia de Pinho, pais também de Jaime Benévolo, do general Francisco Benévolo e de Odilon Benévolo, oficiais do Exército, tendo o primeiro sido secretário do marechal Deodoro da Fonseca e se destacado na proclamação da República. No ensejo da fundação da Cearense Libertadora, contava Elvira 22 anos de

idade e era professora primária em Fortaleza. Participou de várias obras de assistência social e dedicou-se ao ensino do piano até sua morte, em 19 de junho de 1946.

PIOLHO, QUILOMBO DO. Localizado na região mato-grossense, na Serra dos Parecis, vizinhança de Guaporé e do arraial de Vila Bela, à margem do rio que lhe deu o nome, foi denominado, posteriormente, Quilombo da Carlota. Teve início mais ou menos em 1770 e no mesmo ano foi atacado pelo sertanista João Leme do Prado, que capturou “numerosa escravatura”. Apesar disso, os escravos continuaram no quilombo. Sua base econômica era a agricultura, principalmente plantações de milho, feijão, fava, amendoim, mandioca, batata, cará e outras raízes, além de banana, ananás, abóbora, fumo, algodão – de que faziam tecidos grossos com que se vestiam. Exploravam também a criação de galinhas. Segundo documento do Arquivo do Conselho Ultramarino (Correspondência do Governador de Mato Grosso, 1777-1805, código 246, *apud* Pinto, 1935), o governo do Quilombo do Piolho era constituído por um conselho de seis membros, escolhidos entre os mais velhos, sobreviventes da primeira investida contra o reduto, “os quais eram os regentes, padres, médicos, pais e avós do pequeno povo”. Vinte e cinco anos depois da primeira expedição, foi organizada uma outra com o objetivo de “pôr fim à fuga de muitos escravos” e “aliviar estes danos e felicitar a utilidade pública”. A bandeira, comandada por Francisco Pedro de Melo, composta de 45 membros “municiados e armados pela Real Fazenda”, partiu de Vila Bela no dia 7 de maio de 1798. No dia 19 de junho, os seus componentes encontraram de repente três índios, um negro e um caburé (mestiço de negro e índio); foram aprisionados, mas um índio conseguiu fugir e avisou o quilombo da aproximação dos inimigos. No entanto, a bandeira prendeu ainda nesse dia mais 32 quilombolas, dos quais “uns eram índios, outros caburés”. No dia seguinte, prendeu mais doze pessoas. A bandeira estacionou ali até o dia 5 de agosto, esperando aprisionar o restante dos membros quilombolas, que se encontravam “pelos matos vizinhos”. Após a “diligência”, a bandeira continuou percorrendo “ranchos que mostravam serem de pretos fugidos”, em direção ao arraial de São Vicente, onde um total de 64 qui-

lombolas aprisionados foi entregue a Geraldo Urtiz de Camargo, para que os conduzisse a Vila Bela. Esses quilombolas foram enviados, depois, pelo governador “para o mesmo lugar em que foram apreendidos”, a trinta léguas de Vila Bela, onde formaram a aldeia Carlota. **Bibliografia.** PINTO, Roquete. *Rondônia*. São Paulo, Nacional, 1935.

POAÇU, COMUNIDADE NEGRA DE. Comunidade de africanos livres na Bahia, na região do rio Jequitinhonha, no século XIX, formada, segundo a tradição, pelos negros sobreviventes do naufrágio de um navio negreiro, por volta de 1844, naquelas costas. Segundo Robert Ave-Lallemant (1961), que percorreu o local por volta de 1859, “pertenciam esses negros àquele grupo de africanos naufragos dum navio negreiro e trabalhando agora nos serviços para cobrirem as despesas feitas com o cruzeiro contra os navios negreiros, até que depois de certo número de anos pudessem gozar de inteira liberdade, sem mais obrigações. Contudo, segundo a opinião pública, havia muitos escândalos e abusos no que concernia a esses africanos livres, e na sua maioria nunca alcançaram a liberdade que a lei lhes assegurara. O governo tinha posto à disposição do conselheiro Gonçalves Martins certo número desses africanos livres para o preparo da empresa de Jequitinhonha, onde antes de tudo plantavam mandioca e feijão-preto, para que, com a chegada dos colonos, não faltassem os alimentos necessários. Enquanto em Genebra se criava gado em quantidade suficiente, Poaçu fornecia a alimentação vegetal, orientação muito acertada que se devia seguir na fundação de todo núcleo colonial. Os negros de Poaçu tinham um aspecto peculiar. Na maioria criaturas moças e bonitas, tanto homens como mulheres, que viviam maritalmente e tinham uma multidão de crianças negras de azeviche, muito interessantes. Sabendo muito bem que não eram escravos, e sim, livres, eram difíceis de governar; muitos deles eram obstinados e malcriados, especialmente contra os feitores que lhes dava o Conselheiro, e isso tanto mais quanto menos estavam preparados para essa feitoria. O conjunto era um quadro perfeito de uma aldeia africana. Via com prazer os negros semi-selvagens e seminus cheios de vida. Jovens negras, de magníficas formas, o dorso desnudo, lembravam as negras verdadeiras da Bahia. Com os filhos fortes e completa-

mente nus ao colo, andando dum lado para outro, disputando ou rezingando, eram todas as mais exuberantes imagens de robustez, de saúde e provocação, inigualáveis no mundo europeu, encontradas apenas na orla das florestas virgens o que só em peles mais negras pode ser tolerado e admirado. Poucos negros falavam português fluente. Entre si tagarelavam animada e apaixonadamente no seu dialeto nagô, que soa o mais desagradável possível. O falar o seu dialeto africano pareceu-me circunstância digna de nota, embora o feitor, homem muito indeciso, fosse de opinião contrária, não tendo, porém, pensado nisso. Mas eu certamente acho que esses grupos de negros, com uma língua estranha não tem nenhuma direção e não encontram, no mundo civilizado que o cerca, exemplo para imitar, podem abusar facilmente de sua força bruta de que têm inteira consciência. Essas criaturas selvagens, apaixonadas, só precisam de um chefe resoluto e dalguns debates apenas na sua língua africana nativa para desencadear um golpe precipitado. Não me causaria a menor admiração se um dia me trouxessem a notícia de que Poaçu tinha sido saqueado e que os negros se tinham retirado com o gado, alguns pés de mandioca etc., para plantarem na floresta e lá fundarem um quilombo, uma sociedade de negros rebeldes como já existiram muitas”. Não sabemos como evoluiu essa comunidade nem durante a escravidão nem após a abolição. **Bibliografia.** AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961. 2 vols.

POLÉ. Antigo instrumento de tortura, constituído por uma roda crivada de farpas onde se prendia a vítima. Muito aplicado na Inquisição, foi também usado no Brasil contra escravos rebeldes ou desobedientes.

POLIANDRIA DA SENZALA. Segundo Debret (1940), como um proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros que freqüentem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita para evitar os pretextos de fugas como em vista de uma procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade. “Administrador providente, o fazendeiro brasileiro sabe, como se vê, cuidar de sua fortuna, no presente

pela severidade e disciplina, e criar recursos, no futuro, por uma certa moralidade flexível”. Portanto, era uma poliandria imposta pelo aparelho de dominação senhorial, bem diferente, portanto, da poliandria que existia na República de Palmares (V.), onde o tipo de organização familiar poliândrico surgiu funcionalmente, a partir das próprias condições locais. **Bibliografia.** DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins Ed., 1940. 2 vols.

POLÍCIA RURAL. Corpo militar criado no Pará e regulamentado por portaria de 4 de março de 1882. Seu objetivo era controlar as relações dos escravos com os chamados regatões. Esse regulamento, entre outras disposições, prescrevia as funções dos delegados rurais, tais como “vigiar para que os regatões não comerciem sem ter pago os impostos, e não o façam ilicitamente com os vaqueiros das fazendas”, “ter toda a vigilância sobre as casas de comércio estabelecidas nos campos e nas margens dos rios interiores para evitar ajuntamentos de escravos e vaqueiros e prevenir desordens” e “evitar que nas fazendas de criação de gato tenham couto os criminosos, desertores e escravos fugidos”. O capítulo 4, que dava “providências essenciais contra o furto do gado” previa: “É proibido comprar a escravos ou vaqueiros livres, gados, carnes e couros, sem que o vendedor apresente ordem escrita de seu senhor ou amo, ou de seu legítimo procurador declarando o nome do vendedor, o gênero, espécie, marca e sinal de divisa do animal que concede permissão de vender”.

POLITEAMA, TEATRO. Casa de espetáculo onde se realizaram, de 1884 a 1886, as chamadas “matinês” abolicionistas, que consistiam em conferências de propaganda, apresentações de peças teatrais e recitação de poesias. Era freqüentado por todas as classes sociais e contava com a participação de vários artistas, entre eles, Eugênio de Magalhães (que quase sempre recitava o *Navio Negreiro*, de Castro Alves). José do Patrocínio, Paula Ney, Luiz Murat e Julio de Lemos também ali pronunciaram discursos. O teatro foi destruído por um incêndio em 1894.

POMBEIRO. Nome atribuído aos agentes do tráfico no interior da África. As margens do Quênia, as ilhas negreiras, os reinos da Guiné estavam cheios deles. Em Moçambique, eram chamados moçambeques, nome adulterado, em Angola, para

mosibamzes e maçambazes. Ainda segundo este autor, em pouco tempo entenderam-se com os portugueses e passaram a trabalhar para traficantes de Loango, Luanda e São Salvador, que estavam proibidos de pombear. Ao lado dos livres, havia escravos que os portugueses adestravam no mister de conduzir comboios de mercadorias (escravos). Uns e outros demoravam na ida e na volta de pombo de um a dois anos, trazendo quatrocentos, quinhentos, seiscentos mocazambos, ou negros de carga, dirigidos por um mambo a serviço dos mozibages, trazendo cobre, marfim e outros produtos do centro da África. Segundo Afonso d'E. Taunay, aos mocamzembos chamavam os portugueses cafres. Para esses carregadores, o termo era tido como insultuoso, motivo pelo qual foram designados pelo vocábulo da língua muisca que se traduz por homem fiel.

POPULAÇÃO ESCRAVA. Em 1550, a Metrópole enviou para a cidade de Salvador um lote de africanos, os quais deviam ser repartidos "entre os moradores, descontando-se o seu valor dos soldos e ordenados destes". Isso bem demonstra a necessidade da mão-de-obra escrava na época, fato que se comprova com o apelo do padre Manuel da Nóbrega, um ano depois, a D. João III, solicitando a vinda de negros escravos para servirem no colégio da Bahia. O alvará de 29 de março de 1559, dirigido ao capitão da Ilha de São Tomé, ordenou que, em consequência de certidão passada pelo governador do Brasil, cada senhor-de-engenho podia adquirir até 120 africanos escravos mediante o pagamento de apenas um terço dos direitos. A escassez da população escrava e a substituição, pelo menos nos setores mais urbanizados, da escravidão indígena pela africana, fez com que o número de negros trazidos para a Colônia fosse cada vez maior. Gabriel Soares atribuiu, em 1587, para a Bahia uma população de dois mil europeus, quatro mil negros e seis mil índios. Maior, portanto, a população negra e índia do que a branca. A própria população negra, isoladamente, era maior do que a europeia. Essa escravaria que chegava aos portos brasileiros durante o século XVI era enviada principalmente ao Nordeste açucareiro. O auge da prosperidade do açúcar fez com que a Holanda ocupasse o Nordeste e monopolizasse, praticamente, o tráfico. Definindo essa situação, Vieira afirmava que "sem negros não há Pernambuco e,

sem Angola, não há negros". No século seguinte, a população escrava deslocou-se em grande parte para Minas: em 1717, entre a população mineira havia 33 mil escravos, 96 mil em 1723, passando, em 1786, para 274 135 dentro do total de 362 847 habitantes. Na fase de esplendor das lavras, calcula-se que 80% da população de Minas Gerais estava ocupada na exploração do ouro. Mas, com a decadência do ciclo desse metal, também decaiu a população escrava e aumentou a população livre alforriada, composta de negros e pardos. Historicamente, durante o período escravista, oscilou muito a população escrava no Brasil, quer no tempo, quer regionalmente. Há, contudo, uma relação entre essa população escrava e o tráfico negreiro (V.), pois uma era uma decorrência do outro, em função da sua média de vida e da quantidade de escravos que entrava através do tráfico. Logo, não há possibilidade de uma estatística exata do total dessa população quer regional, quer historicamente; o máximo de que se dispõe é de estimativas. Em certas regiões, como o interior da Bahia, a proporção nos engenhos, no início do século XIX, era de cem escravos para seis brancos. Na capital, Salvador, no mesmo período, a proporção era de 14 a 27 negros para cada homem branco. Em outras regiões, as proporções variavam. Foram feitas diversas estimativas no sentido de estabelecer o cômputo nacional da população escrava do início ao fim do escravismo. O ritmo de decréscimo significativo em relação ao conjunto da população teve início após a Lei Eusébio de Queirós (V.), de 1850. Podemos constatar esse fato na tabela abaixo, em que se compara a população com as pessoas livres de 1798 a 1900:

Ano	Escravos	Livres	Total
1798	1 500 000	—	—
1800	1 000 000	2 000 000	3 000 000
1808	—	—	2 419 000
1817	1 930 000	—	4 396 132*
1823	1 143 515	2 813 351	3 690 866
1830	—	—	5 340 000
1850	2 500 000*	5 520 000	8 020 000
1854	—	—	7 677 000
1864	1 715 000*	—	—
1872	1 510 806	8 419 672	9 419 478**
1873	1 542 230	—	—
1874	1 409 453	—	—
1875	1 410 668	—	—

1880	1 368 097	—	—
1882	1 272 355	—	—
1883	1 211 946	—	—
1884	1 240 806	—	—
1885	1 000 000	—	—
1887	637 602	—	—
1888	500 000	—	—
1890	—	—	14 333 915
1900	—	—	17 318 556

* Inclui 800 mil índios.

** Recenseamento de 1872.

Se as cifras acima forem corretas ou as diferenças não forem ponderáveis, ocorreu uma diminuição crescente do número de escravos no total da população brasileira. Há outra particularidade significativa: do ano de 1850, data da extinção do tráfico internacional, até 1864 (catorze anos, portanto), houve uma queda de 785 mil escravos, o que corresponderia a mais de 30% do total. Depois, mesmo havendo decréscimo, ele não é tão significativo como o desse período. Uma hipótese é a de que, logo após a extinção do tráfico, o tratamento dispensado pelos senhores a seus escravos continuou brutal como antes, aumentando o percentual de mortalidade entre eles, e agora sem a possibilidade de reposição. Outra hipótese é que alguma epidemia como a de cólera-morbo tenha atingido particularmente a massa escrava. De qualquer maneira, do ponto de vista diacrônico, houve, a partir de 1850, um decréscimo progressivo do contingente escravo no conjunto da população brasileira. Quanto à sua distribuição regional, tem-se o quadro abaixo:

POPULAÇÃO ESCRAVA DO BRASIL POR PROVÍNCIA,
1819 A 1887

Província	1819	1823	1872	1873	1882	1885	1887
Corte	—	—	48 939	47 084	35 568	28 000	—
MG	16 543	215 000	370 459	311 304	279 010	226 000	191 252
RJ	146 060*	150 549*	292 637	301 352	268 881	218 000	162 421
SP	77 667	21 000	156 612	174 622	130 500	128 000	107 829
ES	20 272	60 000	22 659	22 207	20 717	15 000	13 381
BA	147 263	237 458	167 824	165 403	132 200	158 000	76 838
PE	97 633	150 000	89 028	106 236	84 700	66 000	41 122
SE	26 213	32 000	22 623	33 064	26 173	20 000	16 875
AL	69 094	40 000	35 741	36 124	29 439	22 000	15 269
PB	16 723	20 000	21 526	25 817	20 800	16 000	9 448
RN	9 109	14 376	13 020	13 634	10 051	7 000	3 167
AM	6 040	—	979	1 545	1 716	—	—
PA	33 000	40 000	27 458	31 537	25 393	18 000	—
MA	133 352	97 132	74 939	74 598	60 050	48 000	—
PI	12 405	10 000	23 795	23 434	18 091	14 000	—

CE	55 439	20 000	31 913	33 409	19 588	—	—
PR	10 191	—	10 560	11 240	7 668	5 000	—
SC	9 172	2 500	14 984	15 250	11 049	8 000	—
RS	28 253	7 500	67 791	98 450	68 708	49 000	—
GO	26 800	24 000	10 652	8 800	6 899	5 000	—
MT	14 180	6 000	6 667	7 051	5 600	4 000	—

Total 1 107 389 1 147 515 1 510 806 1 542 230 1 272 355 1 000 000 637 602

* Rio de Janeiro e a Corte (atual Estado do Rio de Janeiro).

Fonte: OLIVEIRA VIANA, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil", págs. 404-405, 414; PÁDUA, "Um Capítulo da História Econômica do Brasil", págs. 156, 157, 163, 165.

Fonte: STANLEY J. STEIN.

Como podemos ver, Minas Gerais e Bahia, seguidas pelo Rio de Janeiro, eram as províncias onde a população escrava mais se concentrava. No entanto, essa população está espalhada significativamente por todo o Brasil e mesmo nas províncias do Sul ela se faz presente. Há, por outro lado, uma diminuição regional progressiva dessa população. Com as transformações econômicas da sociedade brasileira, no fim do escravismo, ela passa a se concentrar naquelas áreas dinâmicas que decolavam. Assim, o contingente populacional escravo foi deslocado do Nordeste e do Leste para o Sudeste e para o Sul. Minas Gerais ainda se situa no bloco onde a população escrava é mais representativa. Em 1888, segundo os dados de Simonsen, a população escrava no Brasil seria de 710 mil, total que foi emancipado pela Lei Áurea. Aproxima-se do total apresentado por Caio Prado Jr., que a estima em 723 419. Herbert S. Klein, por sua vez, escreve que, "em todo o Brasil existia, em 1800, perto de um milhão de escravos. O Brasil detinha assim a maior concentração individual de escravos africanos e crioulos de qualquer colônia da América, respondendo ainda pelo uso econômico provavelmente mais diverso de escravos no hemisfério ocidental. Embora seja sempre difícil repartir a população escrava por atividade econômica, é evidente que não mais de um quarto de todos os escravos se encontrava nas plantações e nas minas. O resto estava espalhado amplamente em cidades e áreas rurais da nação, engajado em todo tipo possível de atividade econômica. Até 10% da população escrava total podia ter residência urbana, mas o restante estava envolvido em atividades rurais, empregado em fazendas, pesca, transporte e todo tipo de ocupação concebível". Pela análise de Klein, do ponto de vista

da divisão do trabalho, o escravo brasileiro situava-se especialmente na atividade rural e atividades auxiliares. **Bibliografia.** KLEIN, Herbert. "Tráfico de Escravos". In: *Estatísticas Históricas do Brasil, Série Estatísticas Retrospectivas*, vol. 3: 1550-1985. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.

PORTUGUESES E O TRÁFICO, OS. Como fornecedor de mercadoria humana para o escravismo brasileiro, o português foi, incontestavelmente, o traficante mais ativo e influente. Diz João Ribeiro (1900) que "de todos os povos o que em mais larga escala exercia o tráfico dos escravos era o português. Uma grande parte da África caíra em seu domínio. Vários pontos da costa do continente negro, e sobretudo as ilhas do mar de Guiné, Fernando Pó, Ano Bom, S. Tomé, Ilha do Príncipe e mais as terras de Angola, Benguela, Moçambique estavam sujeitas ao governo português, que ali criara vassallos ou aliados entre os príncipes negros, e monopolizava o domínio dessas regiões, que eram o entreposto do comércio interior, donde também vinham os escravos. Entre São Filipe de Benguela, dependência da Angola e residência da autoridade militar e de um ouvidor, e as terras de sudoeste e leste dos presídios de Caconde, Ambaca, Cajango etc., estabeleciam-se os portugueses que lavraram plantações para alimento dos negros que escravizavam, e ainda faziam mais o comércio do marfim e outros produtos. Dessas fazendas, aqui e ali dispersas, foram usados aventureiros penetrando até a contracosta oriental; o fruto dessa travessia era a captura dos grandes negros de compleição fortíssima e pele escura, os Cacimbos, os Xéxys [Jejes] e os Xingas ou Gingas que embarcados em São Filipe de Benguela ou em Novo Redondo, vinham para qualquer destino da América". Pandiá Calógeras (1945) também escreve sobre a predominância portuguesa no tráfico africano para o Brasil: "O mais curioso é que o elemento predominante nesse comércio não era brasileiro, e sim português. A grande luta contra a extinção do tráfico partiu sempre, com preponderância, de gente e de capitais portugueses, quer na Europa, quer no Brasil. Mesmo após a lei de Eusébio, ainda foi Portugal o centro de resistência [de gente] e cuja força era tal que o governo régio chegava a premiar com distinções honoríficas aos principais contrabandistas de africanos, mesmo os acusados oficialmente e expulsos do território ameri-

cano". A realidade quantitativa demonstra essa preponderância portuguesa no tráfico de escravos, especialmente para o Brasil. Em 1837, saíram do Rio de Janeiro para a costa d'África 76 navios, sendo 71 portugueses e cinco brasileiros; no mesmo ano, chegaram à América 98 navios, dos quais 89 portugueses, oito brasileiros e um norte-americano. Em 1838, 82 navios traficantes, todos portugueses. Em 1839, o mesmo fenômeno. Em 1840, no primeiro semestre, 35 saíram do Rio de Janeiro, dezessete levando bandeira brasileira, três a portuguesa, um a russa, um a dinamarquesa e três a americana. Em 1843, de quinze barcos chegados ao Rio, seis tinham a bandeira americana, três a portuguesa, dois a brasileira, um a espanhola e um a hamburguesa. A. Tenório d'Albuquerque (1970) observa que, "quanto a gente e recursos, o mesmo indiscutível predomínio lusitano se impunha. Foi até um dos elementos de influxo na abolição do tráfico, a reação do brasileiro nato contra o contrabandista português, dominador nesse comércio escuso, e causa principal dos vexames sofridos pelo Império. Em 1850 havia, segundo *Slave Trade*, no Rio de Janeiro, 38 negociantes de escravos em evidência, sendo que desses dezenove eram portugueses, doze brasileiros, dois espanhóis, dois franceses, dois norte-americanos, um italiano e um inglês". Ainda segundo Tenório d'Albuquerque, "já em plena execução da Lei Eusébio de Queirós, Portugal apoiava moral e materialmente os negreiros no Brasil, fornecendo capitais e conferindo distinções tanto a nacionais seus quanto a filhos da terra. José Bernardo de Sá, brasileiro, cujo nome avulta desde 1835, é feito barão da Vila Nova do Minho, em 1851, provocando até incidentes desagradáveis entre o governo imperial e o da Inglaterra. Manuel Pinto da Fonseca, português, chefe riquíssimo de uma dinastia de negreiros, condenados e expulsos do Brasil, é condecorado com a comenda de Nossa Senhora da Conceição. Alma da resistência à abolição, os portugueses de Portugal assim como os domiciliados no Brasil, compravam jornais, subvencionavam defesas de todo gênero. Organizavam a fraude e o descaminho. E são de centenas de contos, valores de 1850, é bom notar, os capitais gastos em tais subornos. [...] Um dos maiores defraudadores, verdadeiro diretor de tal campanha por 1839 e 1840 era o cônsul português,

João Batista Moreira, cujo nome se encontra a cada passo na correspondência diplomática britânica. Agia de cumplicidade, diziam estes documentos, com o governo de Angola, o almirante Noronha". Essa participação portuguesa no tráfico de escravos para o Brasil somente se encerrará definitivamente alguns anos após 1950, com a Lei Eusébio de Queirós. Apesar disso, continuarão gozando do *status* que as suas fortunas proporcionavam, muitos deles investindo na área do café, outros no capital bancário incipiente no Brasil, como declarou o próprio Mauá. **Bibliografia.** ALBUQUERQUE, A. Tenório d'. *A Maçonaria e a Libertação dos Escravos*. Rio de Janeiro, Aurora, 1970; CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1945; RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, Liv. Cruz Coutinho, 1900.

POSITIVISMO, ESCRAVIDÃO E. A primeira manifestação do pensamento positivista no Brasil surgiu a propósito da libertação dos escravos. Em 1865, Brandão Júnior, um maranhense, então doutorando na Bélgica, publicava, sob inspiração do positivismo, um opúsculo com o título *A Escravidão no Brasil*, cuja idéia consistia na transformação do regime escravista, passando os escravos a "servos da gleba", mais ou menos segundo o princípio medieval. Essa preocupação com o problema da escravidão reapareceu em 1880 (quando o positivismo apenas se implantava no Rio de Janeiro), com a publicação de um artigo de Teixeira Mendes, *Gazeta da Tarde*, no qual aceitava as propostas de Brandão Júnior. Cedo, porém, os positivistas brasileiros evoluíram e passaram a aceitar a solução mais radical do abolicionismo. Já em 1881, começaram a manifestar preocupação com a questão da escravidão. Assim, tendo de definir a sua situação diante das candidaturas republicanas de Quintino Bocaiuva, pelo Rio de Janeiro, e de Américo Brasiliense, por São Paulo, exigiram dos dois candidatos o compromisso formal de promover a abolição, caso fossem eleitos. Em 1882, a 7 de setembro, Teixeira Mendes, em conferência pública, comemorativa da Independência, insistia em reclamar a emancipação imediata e incondicionada. No ano seguinte, o positivismo deu prova de sua atitude diante da escravidão. Entre os primeiros adeptos da doutrina, contava-se o Dr. Joaquim Ribeiro de Mendonça, que fora eleito, em fins de 1878, presidente da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro. Seguin-

do a tímida orientação de Pierre Lafitte – considerado pelos positivistas seu chefe supremo – não tinham bem definida a sua oposição formal sobre a questão do cativo e, por isso, não repararam que o Dr. Mendonça era fazendeiro e possuidor de escravos. Em maio de 1881, Dr. Mendonça desistiu da presidência, que foi passada a Miguel Lemos, mas continuou ligado ao positivismo, como presidente honorário da Sociedade (já, então, Centro Positivista). Ocupava ele este cargo quando publicou, em 1883, no *Jornal do Comércio*, um anúncio referente à fuga de escravo. Reunidos os positivistas, resolveram pedir explicações de tal ato. Zangado, o Dr. Mendonça desligou-se do Centro. Pouco depois, em carta dirigida à Pierre Lafitte, Miguel Lemos, que pouco tolerava a direção do chefe francês, expôs o caso do seguinte modo: "A presença de um fazendeiro, senhor de escravos, em nosso grupo constituía, para nós, motivo constante de inquietação e de alheia censura. Cumpre reconhecer que nós estamos no Rio, onde a opinião completamente conquistada pela idéia abolicionista se mostra muito susceptível acerca de tudo que tem ligação com a mesma idéia. Quantas vezes senti-me embaraçado para responder aos que se manifestavam surpresos com o fato de termos no nosso meio um fazendeiro senhor de escravos". Sustentava Miguel Lemos que não deveriam ser aceitos, como sócios do Centro Positivista, os que se encontrassem na situação do Dr. Mendonça. Não deu Lafitte a devida importância ao escrúpulo dos positivistas brasileiros, contribuindo, este fato, para o rompimento, meses mais tarde. No ano também de 1883, o ministério Lafayette apresentou o projeto do imposto de quinhentos réis anuais sobre cada escravo, como medida emancipadora. Os positivistas protestaram, aconselhando o Imperador a romper com os ministros e legisladores e decretar a abolição. Posteriormente, com o ministério Dantas e as crises políticas que motivou, a atividade abolicionista dos positivistas acompanhou a agitação geral. Por ocasião da dissolução da Câmara, dirigiram uma carta ao presidente do Conselho, na qual afirmavam a sua confiança na ação governamental, para que fosse possível a "definitiva e completa extinção da infame anomalia", o cativo. Anunciadas as eleições, apoiaram os candidatos abolicionistas. Em 1886, dirigiram a Dantas uma carta, a pro-

pósito do projeto que este apresentara no Senado, no qual era determinado o prazo de cinco anos para a extinção da escravidão. Nessa carta, afirmaram que as aspirações abolicionistas eram verdadeiramente nacionais e que nenhum paliativo faria cessar a propaganda. Por ocasião das vacilações do ministério João Alfredo, em março e abril de 1888, quando muitos abolicionistas se contentavam com a fixação de prazo breve para a abolição, Miguel Lemos e Teixeira Mendes publicaram o folheto "A Liberdade Espiritual e a Organização do Trabalho", onde sustentavam a necessidade imperiosa da abolição imediata e incondicionada. O próprio Miguel Lemos lembrava que a igreja positivista foi a única que proibiu a entrada, em seu grêmio, de possuidores de escravos, indo a ponto de coagir um dos seus mais antigos propugnadores a solicitar, por isso, sua demissão.

POVOADOS CLANDESTINOS. Eram aglomerações distintas dos quilombos, povoadas por negros e outras camadas oprimidas pelo escravismo. Referindo-se a um desses aglomerados, um documento redigido em Tijuco, em 16 de dezembro de 1752, fornece informações sobre o fenômeno: "vários negros, mulatos e outros forros acoitavam-se nas lavrinhas de Amendoim e de Batatal e devastavam os córregos da Demarcação. É o que diz o governador, deixando a impressão de que os acusados, aliás, anônimos, queremos dizer, englobados num comum anonimato, o que poderia dar lugar a enganos ou injustas represálias, eram todos libertos, quer fossem da raça negra, quer fossem mestiços. A providência determinada pelo governador interino parece arbitrária e brutal. Efetivamente, como se justificar, a não ser com idéias e práticas ominosas daqueles tempos, que se cercassem indistintamente as senzalas e casas dos ditos sítios – note-se bem que não era a quilombos que se ia fazer cerco, pela madrugada e, ao amanhecer, se desse busca nas referidas casas e senzalas e a todas as pessoas suspeitas que lá chegassem e as levassem à sua presença trazendo consigo alguns instrumentos de mineirar, se os houvesse? Na lavra do mato, dar-se-ia busca nas casas e senzalas que a companhia possuía, ao pé dos moinhos e da grupiara, como também nas casas de José Batista Rolim". Não importa que não se aluda aqui a quilombos. Ao que parece, a determinação constante desse edificante do-

cumento não estava relacionada com diligências comuns, tais como as que faziam da Demarcação Diamantina um inferno para toda a gente, fosse ou não fosse livre, se é que este epíteto pode ser empregado àquela parte de nossa terra. Em verdade, o que se devia procurar naquelas buscas do amanhecer de 20 de dezembro de 1752 (a data da operação foi prefixada pelo próprio Gomes Freire) eram negros de quilombos. No dia 21 seguinte, também de Tijuco, conhecemos duas ordens do próprio punho de José Antônio, cujo irmão tinha sob seu mando toda a metade sulina do Brasil, incluindo Goiás e Mato Grosso, demonstrando que o fidalgo lusitano não dormia. Um dia depois daquela diligência, acertava medidas para que fossem presas as pessoas suspeitas e com vendas secretas na lavra da Formação, recomendando cuidado para que os escravos não fizessem escapar (a cópia desse pequeno documento que possuímos parece incompleta, mas o sentido desse trecho só pode ser esse) "seus companheiros, os negros fugidos e forros, que ali se recolhem". A outra ordem do governador manda efetuar diligência semelhante nas casas e senzalas que fossem encontradas no córrego de São Francisco acima do caminho de Lavra do Mato, na chácara do padre José e na faisqueira de Antônio Pereira Machado" (Costa Filho, 1962). Esses povoados clandestinos devem ter existido em inúmeros locais, especialmente em Minas Gerais, na região amazônica, em Goiás e no sertão da Bahia. Eram uma espécie de entreposto onde se encontravam quilombolas, faiscadores (na região mineira), bandleiros, pequenos vendedores ambulantes, regatões, criminosos e fugitivos da justiça de um modo geral. Segundo a documentação aproveitada por Miguel Costa Filho, deviam ter ligação, também, com os quilombos dos quais eram muitas vezes um prolongamento. Remanescentes da República de Palmares fundaram algumas dessas comunidades rústicas. O exemplo do quilombo de Cumbe, na Paraíba, é o mais conhecido, mas não parece ser o único. O arraial de Jeromêna, na região do rio Guruguéia, no Piauí, formou-se "aos poucos entre 1710 e 1712. Uns três homens brancos, veteranos das entradas; alguns pretos remanescentes do império negro de Palmares e uma dúzia de índios chegados ao aprisco da religião, elementos heterogêneos que a terra e o clima unificaram. [...] De fato, os pioneiros cos-

tumavam formar essas reuniões de pessoas insuladas pelos sertões controlados no intuito certamente de criar ambiência a implantações de currais, que se transformariam em povoados e vilas" (Passos, 1958). Na região amazônica, o núcleo de negros e marginalizados chegou a criar a chamada República do Cunani (V.), e vários quilombos, como o do Orobó (V.), no estado da Bahia, transformaram-se em cidades. **Bibliografia.** COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos", *Estudos Sociais*, n. 7-10, 1962; PASSOS, Artur. *Lendas e Fatos*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.

PAZES, TIA JOSEFA DOS. A história de tia Josefa apareceu no jornal *Correio Paulistano*, em 26 de julho de 1888, pouco mais de dois meses após a Abolição. Esta história, da autoria de Artur Cortines, apareceu em meio a outras notícias. A importância do registro de tais histórias decorre do fato de que, por meio delas, podemos delinear a imagem que a população branca tinha do negro e a estratégia de despertar o medo, isolando o negro da sociedade. "Tia Josefa dos Prazeres era uma negra feia que inspirava medo às criancinhas cada vez que as fitava com aqueles seus olhos felinos, injetados de sangue. Recém-chegada à cidade juntamente com seu marido, o pedreiro e coveiro Manuel Congo, levou algum tempo para que ela ganhasse a confiança de seus habitantes. Tia Josefa porém sabia fazer uns ótimos pasteizinhos de carne, muito alvos e macios e com o tempo conseguiu muitos fregueses. Além disso, a sua casa, situada ao lado do cemitério, começou a ser bastante procurada por aqueles desejosos de mezinhas e de uma boa parteira. Assim, o tempo venceu as primeiras desconfianças e embora as crianças ainda a olhassem assustadas – tal como a uma feiticeira de seus pesadelos –, Tia Josefa tornou-se uma figura imprescindível do cotidiano de pacatos cidadãos. Mas um dia Nini, uma linda menina loira, rosada, alegre e esperta, por causa de um pequeno resfriado, começou a tomar as beberagens de Tia Josefa e, ao invés de melhorar, piorou rapidamente. Chamado finalmente o médico, já não havia mais remédio para ela, a não ser buscar Manuel Congo para enterrá-la. Para consolar a pobre mãe, a boa Tia Josefa passou a presentear-lá com aqueles seus deliciosos pastéis. Essa história terminaria aqui se não fosse a mãe, inconsolável, pedir para ver a filha ainda uma última vez, oito dias depois de sua morte. Para seu espanto, nada mais ha-

via no pequenino caixão aberto pelo coveiro. A suspeita criou asas e a polícia cercou a casa de Tia Josefa e Manuel Congo. Lá dentro encontrou cachos louros, restos de roupa da criança e, embaixo da mesa da cozinha, pequenos ossos. O povo quis esgaratear os dois negros, enquanto a mãe da linda menininha morta, quase louca, contorcia-se horrorizada: tinha comido a filha em pastéis".

PREÇO DO ESCRAVO NA ÁFRICA. O preço do africano feito prisioneiro na África era determinado por uma série de qualidades exigidas pelos negreiros compradores. Não havia um preço uniforme, mas variável de acordo com a idade, as condições físicas etc. Diz J. F. de Almeida Prado que "o valor dos indivíduos mercadejados variava segundo o molde e as particularidades estabelecidas pelos compradores". [...] Peças de mais de cinco pés de altura eram 'das Índias'; com sete quartos ou 1,82 m, sem defeitos físicos e menos de 25 anos, iam para a primeira categoria. Abaixo de cinco pés decaía o preço; a falta de um dente, dedo ou simples mancha numa vista causava desvalorização. Duas crianças bem constituídas de cinco a dez anos de idade complementavam uma 'peça'; três nas mesmas condições de dez a quinze anos, duas peças. Os rapazinhos até dezoito anos, chamados *muleques* pelos portugueses, *mulecones* pelos espanhóis, *negrillons* pelos franceses, eram os que mais convinhavam aos agricultores. Sendo novos, podiam facilmente se adaptar às novas condições de existência na lavoura americana. As mulheres eram muito menos procuradas, entrando em pequena proporção no rol do embarque; e quando traziam crianças de peito, estas eram dadas de graça, incluídas nos preços das mães, pois tinham de morrer no curso da travessia". V. *Crias de peito, Navio negreiro, Mortalidade de escravos*.

PREÇO, SUPLÍCIO DO. Castigo imposto aos escravos, especialmente em fazendas do Nordeste. O senhor pregava a orelha do escravo num portal e, após cuspir no chão, chamava-o, determinando que viesse à sua presença antes que a cusparada secasse. Na ânsia de atender a tal chamado, pois muito pior seria para ele se não o fizesse, o cativo corria, deixando um pedaço da orelha no portal.

PRETO PIO. Escravo, líder da "retirada" (V.) que seguia rumo a Santos, para o Quilombo do Jabaquara (V.), e morto no confronto entre os retirantes

e a tropa da cavalaria que o governo mandara em seu encalço. Este confronto aconteceu próximo à vila de Santo Amaro, nas vizinhanças de São Paulo. Os escravos seguiam pela estrada velha, quando foram atacados pelos soldados, com armas brancas e patas de cavalo. O episódio é narrado por Evaristo de Moraes (1934): "O alferes Gasparino Carneiro Leão, comandante do contingente, seguiu disposto a não descobrir a turba fugitiva. Mas ao chegar ao desfiladeiro de Santo Amaro, do alto da ladeira, avistou a turba que, do declive oposto, descia para o fundo do vale. O comandante destacou da força um anspeçada, conhecido pelos seus sentimentos abolicionistas, a fim de aconselhar aos extenuados perseguidos a debandada para os matos. O chefe, o Preto Pio, ignorando tão humanitários intuitos, correu ao encontro do anspeçada e matou-o com um golpe de foice. Os soldados imediatamente fuzilaram o preto. O comandante, uma nobre alma, não consentiu na chacina dos infelizes, dispersos e apavorados. Voltou para São Paulo, respondeu a conselho, foi absolvido. Os escravos continuaram sua triste viagem para Santos e, ao alcançarem um contraforte da Serra do Mar, o Cubatão, foram caçados como feras por patrulhas da polícia. [...] O cadáver do Preto Pio veio para a capital, onde foi autopsiado. E a autópsia revelou que aquele negro, que vencera forças organizadas, que atravessara, dominador, cidades ricas e abastecidas, não comera havia três dias! Assim morreu esse herói". O governo paulista, apavorado, ao mesmo tempo em que pedia ao governo central auxílio da tropa de linha, expediu ao encontro dos "retirantes" uma força de sessenta praças, sob o comando do tenente-coronel Canto e Mello. O chefe de polícia também acompanhava a força. Afinal, as autoridades adotaram um novo plano: cercar os retirantes na fralda do Cubatão. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

PRIMEIRA REVOLUÇÃO SOCIAL BRASILEIRA, A. Foi como Afonso Ruy denominou a Inconfidência Baiana (V.), também conhecida como Revolta dos Alfaiates ou Revolta dos Búzios.

PRIMEIROS QUILOMBOS. Podemos dizer que os negros escravos fugiam individualmente ou em pequenos grupos, desde o momento em que eram desembarcados e, muitas vezes mesmo antes,

quando tentavam revoltas a bordo (V.). Mas o certo é que a primeira referência a quilombo, em quantidade ou chusma, encontra-se, segundo Miguel Costa Filho, no Regimento que recebeu Francisco Giraldes, nomeado governador do Estado do Brasil, em 8 de março de 1588, e, que, aliás, não pôde empossar-se neste cargo, por ter sido forçado a voltar a Lisboa o navio em que viajou, depois de muitas peripécias, vindo a falecer em seguida. Nesse estatuto, o Rei foi informado da existência, em seu domínio americano, de "negros de Guiné e Angola levantados". Esses negros, lê-se adiante, eram recolhidos pelos três mil e tantos índios que se tinham fortificado no vale do rio Jaguaripe, "dominando-o de tal forma que estavam interrompidas por esse lado as comunicações entre as capitânicas da Bahia e Pernambuco". Outro valioso documento de 1612 que apresenta uma idéia geral do Brasil (*Razão do Estado do Brasil*) já fala de "mocambos entre os negros". Por outro lado, se considerarmos a carta de Caetano de Melo e Castro endereçada ao Rei, em 18 de fevereiro de 1694, na qual, referindo-se a Palmares, dizia que "cento e tantos anos se defenderam", poderemos inclui-lo entre um dos mais antigos quilombos ou mocambos (V.) do Brasil.

PRÍNCIPE DA GUINÉ. Navio negreiro que se destacou graças ao seu movimentado destino. Apareceu na costa da África, em Uidá, em 1826, com bandeira americana. Esta escuna havia sido construída na Filadélfia sob as ordens de Francisco Félix de Souza (V. *Xaxá I*). Segundo Pierre Verger (1987), o capitão Wells, do *H.M.S. Brazen*, abordara-a em Uidá, em 30 de dezembro de 1825, para verificação de sua identidade, e a descrevia como uma escuna bem preparada para receber dezesseis canhões, então equipada com um canhão longo de 24 libras, montado sobre pivô, e com seis canhões menores. Ela lhe teria parecido o mais bem construído de todos os navios americanos conhecidos. Nenhum navio de guerra que se encontrava na costa poderia disputar em velocidade com ele. Assim sendo, havia pouca chance de que aquela escuna fosse um dia apresada, salvo por canoas, em caso de calmaria do vento, quando começasse a fazer tráfico de escravos, propósito de sua construção e de sua aquisição por Souza, por uma considerável soma de dinheiro. No momento da visita do cruzador britânico em Uidá, des-

carregava uma carga de Souza, de grande valor. Arqueava 260 toneladas e podia transportar de 500 a 600 escravos. O comandante americano preparava-se para partir para a Bahia com um carregamento de azeite de dendê e devia deixá-la lá, uma vez tivesse os papéis trocados. O cônsul britânico da Bahia, William Penell, escrevia, em 10 de setembro de 1826, que a escuna esperada de Filadélfia tinha chegado em 29 de março último, tendo antes tocado a costa da África. Construída sob as ordens de Xaxá, partiu para Molembó em 3 de junho, sob bandeira brasileira. Pertencia a Antônio Pedroso de Albuquerque e era comandada por Manuel Joaquim de Almeida. A escuna foi arqueada na Bahia, em 28 de abril, estimada em 280 toneladas e suscetível de carregar 701 escravos. O *Príncipe da Guiné* foi aprisionado perto de Uidá, onde fora acompanhar um carregamento de escravos. Foi vendida em leilão e recomprada. Obteve papéis brasileiros e trocou o nome para *Vingador*, voltando para a África comandada por Miguel Antônio Neto, sendo novamente capturada com escravos a bordo. Condenada, a escuna foi recomprada e batizada de *Perseverance*. Foi um dos casos de navios brasileiros condenados pelo tráfico ilegal de escravos e recomprados para voltarem a ser empregados no mesmo tráfico sob bandeira brasileira. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

PROCISSÕES, O ESCRAVO NAS. A partir da segunda metade do século XVII, com a formação das irmandades por parte dos negros, estes passam a participar das procissões, das comemorações de dias santos e solenidades de rua (V. *Lazer do Escravo*). Em 1696, o navegante francês Froger escandalizou-se quando distinguiu, na Bahia, no meio de uma procissão de Corpus Christi, "bandos mascarados, músicos e dançarinos, que com posturas lúbricas, perturbavam extremamente a ordem da santa cerimônia". Esse "bando" era, na verdade, a representação dos diversos ofícios, ou seja, grupos de representantes de várias profissões: ferreiros, funileiros, alfaiates, caldeireiros, latoeiros etc. A procissão transformava-se num verdadeiro "teatro ambulante", sujeito aos temas do calendário religioso. Gregório de Matos descreve uma procissão de cinzas em Olinda (Pernambuco), nos fins do século XVII:

Um negro magro em suflilé mui justo,
Dous azoragues de um joá pendentes;
Barbado o Peres, mais dous penitentes;
Com asas seis crianças sem mais custo.

De vermelho o mulato mais robusto,
Três meninos fradinhos inocentes,
Dez ou doze brichotes mui agentes,
Vinte ou trinta canelas de ombro onusto.

Sem debita reverencia seis andores,
Um pendão de algodão tinto em tejuco,
Em fileira dez pares de menores:

Atrás um negro, um cego, um mamaluco,
Três lotes de rapazes gritadores,
É a procissão de cinza em Pernambuco.

Pereira da Costa (1908) transcreve os versos de um frade carmelita, escrito no apogeu dessas procissões:

Aos homens que discorrem com ciência,
aqueles que em falar acerto têm,
lhes peço que me digam se é de bem,
se comove e provoca penitência,

Ver um grosso capuz (suma demência)
que em frente à procissão correndo vem;
bem como Adão e Eva; mais aquém,
Um anjo e Satanás em pura essência.

O primeiro em chicote manejado
Zurzir sem dó, a oito, a molecagem
Que em troca a pitomba o vai levando...

E o último sedento de carnagem,
Que a turba infantil ir amolando,
Mas receia dum anjo ante a coragem...

E pensam que com cena tão risível,
Incutir podem n'alma a penitência!
Gerar a fé? Oh! Não, não é possível!

Os negros, segundo José Ramos Tinhorão (1972), "contavam nas procissões com uma estrutura semelhante àquela que mais de dois séculos depois acabaria distinguindo os desfiles carnavalescos urbanos das escolas de samba. Foi durante também as procissões e festas religiosas que apareceram as figuras de mascarados". O padre Manuel de Cerqueira Torres descreve, na Bahia, em 1870, as "diversas e divertidas más-

caras, que com vários gêneros de figuras fizeram jucundas representações e alegravam a todos". Descrevendo, em 1729, as comemorações realizadas na Bahia, em virtude do casamento dos príncipes de Portugal e Castela, José Ferreira de Mattos descreve uma procissão que saiu da Sé e "percorreu algumas ruas e praças da cidade, adornadas com pórticos, arcos triunfais etc., para este fim". Esta procissão, precedida de três figuras emblemáticas (América, Portugal e Castela), se compunha de oito procissões parciais, cada uma com suas danças, confrarias e andores. Era dividida nas "alas" que representavam as confrarias. Quanto às músicas cantadas pelos negros nessas procissões, segundo Ferreira de Mattos, eram canções africanas e belas "cantigas e modas da terra de que é abundante este país". Aos negros também cabia a função de puxar as "alegorias: "tiravam desta arquitetura oito oriundos da Guiné, com asseio ornados", segundo anotação feita por frei Manoel da Madre de Deus, em 1745. Uma das procissões, que também foi descrita por vários cronistas, era a festa em homenagem a São Gonçalo Garcia, realizada em Pernambuco. Informa Mário de Andrade (1935) que "o jesuíta Antônio Pires dá notícia de que em 1552 os negros africanos de Pernambuco estavam reunidos numa confraria do Rosário, e se praticava na terra procissões exclusivamente compostas de homens de cor". Bibliografia. ANDRADE, Mário de. "Os Congos", *Revista Lanterna Verde*, n. 2. 1935; PEREIRA DA COSTA, F. A. "Folclore Pernambucano", *Revista do Instituto Histórico de Pernambuco*, n. 70, 1908; TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular dos Índios, Negros e mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

PROCURADOR. Auxiliar de contratador (V.), traficante monopolista que detinha, por contrato, firmado com a Corte, o privilégio e a exclusividade do comércio negreiro. O procurador desfrutava de amplos poderes para tomar providências em nome do contratador, onde quer que fosse necessário. Normalmente estava ligado a este por laços de parentesco, ou era pessoa de sua confiança. Na escala dos agentes do contratador, após o procurador vinham os feitores (V.) e os olheiros (V.).

PROIBIÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO. A partir da década de 1830, várias providências foram tomadas através de atos legislativos, executivos e administrativos, para excluir os escravos de certos serviços, principalmente públicos e até mesmo

agrícolas. Na Resolução de 25 de junho e 20 de setembro de 1831, os escravos são excluídos dos estabelecimentos públicos, enquanto houver braços livres. A Lei de 26 de junho de 1852, no seu artigo 1º, § 9º, proíbe o emprego do braço escravo na construção e conservação da estrada de ferro de D. Pedro I.

PROJETO SILVA GUIMARÃES. O deputado Silva Guimarães, que antes já apresentara um projeto sobre o tráfico, voltou à carga, em 1852, dessa vez com um projeto sobre a abolição da escravidão. A Câmara reagiu de forma violenta aos seus argumentos. Incluído na ordem do dia de 4 de junho, o projeto estabelecia o ventre livre daí em diante e tornaria livres os nascidos escravos em outros países e vindos para o Brasil. Permitiria aos senhores a criação dos nascidos livres até os sete anos de idade, com o direito de tê-los a seu serviço até os catorze anos, quando seriam considerados libertos. Seriam criadas creches já previstas nos anos de 1850, ficava proibida a separação de casados e seria de responsabilidade do Estado aqueles escravos encontrados em abandono. Como vemos, era um projeto moderado, mas foi combatido violentamente na Câmara. Invocaram, no caso, o Regimento para impedir seu autor de expor na tribuna os seus argumentos, mas ele insistiu, apesar das duas obstruções impostas pela mesa. O projeto foi importante historicamente não tanto pelo conteúdo, aliás tímido, mas como documento que mostra, pela oposição que despertou, a composição reacionária e escravista da Câmara. É o seguinte seu texto:

PROJETO DO DEPUTADO SILVA GUIMARÃES (1852)

A Assembléia Geral Legislativa decreta:

Art. 1º— São livres, da data da presente lei em diante, todos os que no Brasil nascerem de ventre escravo.

Art. 2º— São igualmente considerados livres os que nascidos em outra parte vierem para o Brasil da mesma data em diante.

Art. 3º— Todo aquele que criar desde o nascimento até a idade de sete anos qualquer dos nascidos do art. 1º, o terá por outro tanto tempo para o servir, e só então aos catorze anos ficará emancipado para bem seguir a vida que lhe parecer.

Art. 4º— Todo o escravo, que der em remissão do seu cativo uma soma igual ao preço que ele tiver custado a seu senhor, ou este o houver por título oneroso, ou gratuito, será o senhor obrigado a passar Carta de Liberdade, sob pena

do art. 179 do Código Criminal.

Art. 5º— Não havendo preço estipulado, o valor do escravo para ser alforriado será designado por árbitros, um dos quais será o promotor público da comarca respectiva.

Art. 6º— Nenhum escravo casado será vendido, sem que seja igualmente e à mesma pessoa o outro consorte.

Art. 7º— O governo fica autorizado a dar os regulamentos precisos para a boa execução da presente lei, e igualmente autorizado a criar os estabelecimentos que forem necessários para a criação dos que nascidos da data da lei em diante, forem abandonados pelos senhores dos escravos.

Art. 8º— Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bibliografia. BRASIL, Gerson. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

PROPINAÇÃO DE VENENOS. Os escravos da então vila de Itu (São Paulo), no ano de 1823, em sinal de protesto contra a sua condição, iniciaram um movimento, talvez único no Brasil, de envenenar os companheiros de infortúnio. O Conselho da Presidência, informado da seqüência de fatos que preocupavam os fazendeiros daquela vila e adjacências, reuniu-se para discutir o assunto e tomar providências. O tenente-coronel Rafael Tobias de Aguiar, membro do Conselho, comunicou o fato e, ao mesmo tempo, denunciou os senhores que, para não perderem o seu patrimônio, no caso o escravo envenenador, não entregavam esses escravos às autoridades para serem punidos. Disse que, "sendo repetidas as propinações de venenos de uns para outros escravos na comarca de Itu e em outras vilas, e que os senhores dos mesmos, tendo mais em vista o seu interesse particular do que o bem geral, subtraem aqueles que perpetraram tão grave delito ao devido castigo, já escondendo-os e já passando-os a diversos compradores, residentes em diferentes freguesias e termos: devia este objeto ser tomado em considerações e o Conselho, pesando maduramente as funestas conseqüências que poderão resultar da impunidade de semelhante delito, resolveu que se expedissem eficazes recomendações aos ouvidores das respectivas comarcas desta província, para que por si e pelos juizes ordinários vigiem com zelo que lhe deve merecer a segurança e saúde dos cidadãos sobre este artigo, procedendo na forma da lei, não só contra os ditos escravos, mas também os senhores, que procurarem evadi-los às penas que lhes devem ser impostas, e que escravo algum, que morrer subitamente, e houver indício de ter sido enve-

nenado, seja enterrado sem se proceder ao necessário exame por facultativos, e corpo de delito direto, a fim de melhor constar da propinação do veneno, ficando a cargo dos mesmos ouvidores e juizes recomendar, e vigiar sobre o bom tratamento dos escravos na conformidade da Carta de Lei de 20 de outubro de 1823, art. 24, § 10". Essa preocupação do governo bem demonstra as formas extremas de protesto que os escravos usavam contra o cativo. No entanto, não se sabe como o problema foi resolvido ou se essa propinação de venenos continuou.

PROSTITUIÇÃO, A ESCRAVIDÃO E A. Durante a escravidão, a prostituição da escrava era norma decorrente do fato de ser ela considerada coisa pelo seu senhor. Por isso, era comum aos senhores empregar suas escravas no meretrício, auferindo lucros do negócio. As senhoras também participavam dessa norma. A prostituição de escravas moças era fomentada pelas suas senhoras, que lhes davam "bilhetes de permissão" para que pudessem vagar à noite após o toque de recolher. Os bilhetes obrigavam a entrega, pela manhã, de determinada quantia às senhoras. Essas estreitas ligações entre escravidão e prostituição foram assinaladas por escritores contemporâneos. Em sua obra *Da Prostituição em Geral e em Particular em Relação à Cidade do Rio de Janeiro* (1873), Ferraz de Macedo alude à campanha de um delegado de polícia que, por volta de 1871, pleiteava a libertação das escravas, quando fosse provado terem se prostituído a mando dos seus senhores. O delegado Miguel Tavares baseava-se no Direito Romano e se apadrinhava com a autoridade do então jurisconsulto e ex-presidente do Instituto dos Advogados Perdigão Malheiros. O médico José de Góes, em seu opúsculo "A Prostituição no Rio de Janeiro" (1875), escreve todo um capítulo para provar "ser a escravidão causa predisponente e determinante do meretrício": "As províncias do Norte enchem constantemente de escravos os mercados do Sul, e o Rio de Janeiro é, hoje, o nosso Chipre em que se faz bom negócio de raparigas escravas. Até bem pouco tempo a imoralidade da compra de escravas destinadas à prostituição chegou a um ponto tal que os poderes do Estado, envergonhados, tomaram algumas medidas e cortaram muitos abusos. O nome do então delegado Dr. Tavares deve ser lembrado com gra-

tidão e respeito. Entretanto, consta-nos que tudo não está feito e que há alguma coisa mais a desejar". Porém, os tribunais se opuseram à iniciativa do Dr. Tavares, decidindo que, "quando mesmo provado que o senhor obrigasse à prostituição a escrava, não ficaria esta liberta por este fato, porque o artigo 179 da Constituição do Império garante a propriedade em sua plenitude, e porque não era aplicável à hipótese o Direito Romano invocado". O juiz Manoel da Silva Mafra, que também foi deputado e ministro da Justiça, em 1877, ao escrever um "Prontuário das Leis de Manumissão", revelou o seu espanto sobre o parecer dos tribunais acerca do assunto. Nesse mesmo prontuário, encontramos copiosa jurisprudência que "legítima o cativeiro dos senhores, em nome do sagrado princípio de propriedade". Gilberto Freyre (1943), apoiado em vários autores que nos visitaram na época, mostra muito bem a exploração da mulher negra escrava como prostituta de ganho pelos seus senhores. Diz ele que "atribuem alguns cronistas da escravidão grande importância à prostituição das negras; mas das negras e mulatas exploradas pelos brancos. La Barbinais afirma que até senhoras se aproveitavam de tão nefando comércio. Enfeitavam as mulecas de correntes de ouro, pulseiras, anéis e rendas finas, participando depois dos proventos do dia. Os negros e as negras chamados de ganho no Brasil serviram para tudo: vender azeite de carrapato, bolo, cuscuz, banana, carregar fardos, transportar água do chafariz às casas dos pobres – trazendo de tarde os proventos para o senhor; e a acreditarmos em La Barbinais, serviram até para isso. Mas, admitida uma exceção ou outra, não foram senhoras de família, mas brancas desclassificadas, que assim exploraram suas escravas. Às vezes negrinhas de dez, doze anos já estavam na rua se oferecendo a marinheiros enormes, grangazas ruivos que desembarcavam nos veleiros ingleses e franceses com fome doida de mulher. E toda esta superexcitação de gigantes lourôs, bestiais, descarregava-se sobre molequinhas; e além da superexcitação, a sífilis; as doenças do mundo, das quatro partes do mundo; as podridões internacionais do sangue". Ainda segundo o mesmo autor, no século XIX, "as ruas do Sabão e da Alfândega eram ainda piores do que o Mangue de hoje; escravas de dez, doze, quinze anos mostrando-

se às janelas seminuas; escravas a quem seus senhores e suas senhoras (geralmente *maitresses de maison*) obrigavam – diz-nos um escrito da época – a vender seus favores tirando desse cínico comércio os meios de subsistência". Se Gilberto Freyre constata a prostituição das escravas exploradas pelas suas senhoras, mas resguarda as grandes damas desse ato, afirmando que foram algumas desclassificadas, Julio José Chiavenatto (1980) desnuda o panorama de forma diferente, mostrando como a exploração das escravas era um costume praticado pelas damas da sociedade em geral. Falando das negras de ganho, especialmente do Rio de Janeiro, escreve: "Crianças, aos 15 e 16 anos, eram dedicadas à prostituição. Não raro eram as sinhozinhos respeitáveis que enviavam essas meninas às ruas para prostituírem-se, cobrindo-as de jóias para melhor impressionar a clientela. O descaramento desse proxenetismo obrigou a Coroa a proibir o uso de jóias pelas escravas, em duas cartas régias de 1696 e 1703. La Barbinais, profusamente citado por vários autores, descreve, entre extasiado e assustado, os lupanares do Rio, cheios de negras luxuosamente preparadas pelas senhoras para renderem o máximo na prostituição. Jacob Gorender, em *O Escravidão Colonial*, também vai buscar as crônicas da época, citando Charles Expilly, que escreveu em 1862, dizendo que as famílias modestas viviam da exploração de duas ou três escravas que obrigavam a se prostituírem. A prostituição das escravas, rendendo em favor dos proprietários, foi garantida pela própria Constituição de 1824, através do seu artigo 179. Joaquim Nabuco conta o esforço de um oficial de polícia que pretendeu (em 1871) libertar escravas prostituídas e que foi tolhido pela Justiça, lembrando que, mesmo caracterizado o proxenetismo do senhor, a escrava não ficaria livre "porque o artigo 179 da Constituição do Império garantia a propriedade em sua plenitude". De acordo com Nelson Omegna (1971), "as mulatas e negras baianas luxam com tal exagero que o Senado da Câmara se sobressalta e veda-lhes o abuso dos trajes. [...] A cidade está mais dissoluta no traje das escravas que chegam a tanto extremo que deixam os casados, suas mulheres e a fazenda perecer, nascendo daí muitos serviços de Deus" pelo que a Câmara resolve "limitar-lhes o traje". E quando se fize-

ram as descobertas das minas de ouro, a província generalizou-se. A Carta Régia de 20 de fevereiro de 1696 proíbe que escravas "de todo esse Estado do Brasil, em nenhuma capitania dele, possam usar vestido algum de seda, nem se sirvam de cambraias ou de holandas com rendas ou sem elas, para nenhum uso também de guarnições de ouro ou prata nos vestidos". Em Minas Gerais, os senhores mandavam suas escravas saírem "sem bateia e almocrafe", isto é, mandavam-nas faiscar sem os dois instrumentos fundamentais para o seu trabalho. Com esta medida eles implicitamente ordenavam essas escravas a se prostituírem. Nesse sentido, visando coibir esse tipo de prostituição, o secretário do governo da capitania de Minas Gerais, Manuel de Affonseca de Azevedo, fez, em fevereiro de 1732, uma comunicação ao rei nos seguintes termos: "São mandadas por seus senhores ao dito exercício sem os instrumentos de faiscar quais são bateia e o almocrafe que é este u'a espécie de pequena enxada com que se cava e remexe a terra para que, lançando-se na bateia, e apure, escolha e lave o ouro". Os senhores tomavam dessas negras os "jornais de todos os dias, ou no fim de cada semana, e vendo muito bem que as tais negras não traziam os instrumentos referidos, sem os quais não podem faiscar, querem, consentem ou dissimulam, que as ditas negras lhes dêem os jornais adquirindo-os e ganhando-os como quer que for". Durante todo o transcurso do sistema escravista, a prostituição da escrava

foi uma constante. Já no seu final é ilustrativa a notícia publicada no jornal *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, de 8 de abril de 1879: "O senhor primeiro tenente Guilherme Waddington, comandante do paquete nacional *Bahia*, dirigiu-se ontem ao Sr. Dr. Chefe de Polícia e fez-lhe entrega da quantia de 1:232\$, resultado líquido de uma subscrição que levantou a bordo, para alforriar as menores brancas Rosalina e Eufrosina, que foram embarcadas na Paraiba por um indivíduo de nome José Rufino que as ditas menores dizem ser pai delas. Estas raparigas vinham para esta Corte, a fim de serem vendidas a um indivíduo que compra escravas moças, para entregá-las à prostituição. O Sr. Dr. Chefe de Polícia prometeu interessar-se por esse negócio até conseguir a liberdade, não só dessas menores como de mais três pardinhas que estão a bordo do mesmo paquete". A prostituição de escravas era um fato normal, sancionado tanto pelas leis, como pelos costumes do tempo. **Bibliografia.** CHIAVENATTO, Júlio José. *O Negro no Brasil, da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1980; FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943; GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo, Ática, 1988; OMEGNA, Nelson. *A Cidade Colonial*. São Paulo, Ibrasa, 1971.

PROUD HOME. Pseudônimo usado por José do Patrocínio (V.), na coluna "Semana Parlamentar" do jornal *Gazeta de Notícias*, onde informava os acontecimentos políticos ocorridos principalmente no Parlamento, em 1877.

Q

QUADRADO. Nas antigas fazendas, o termo designava o conjunto das habitações da escravaria. De fato, formavam um quadrado à frente ou ao lado da casa do fazendeiro, como ainda se podia ver pouco tempo atrás, em ruínas, na Fazenda Santa Maria, no município de São Carlos (São Paulo).

QUEBRA-QUILOS. Ficou conhecido por Quebra-quilos o movimento ocorrido na Paraíba, em 1874, quando foi adotado no país o novo sistema de medidas (métrico decimal). O povo da cidade de Campina Grande, supondo tratar-se de novos e mais elevados impostos, saiu às ruas para protestar. Aos descontentes juntou-se uma parcela de escravos da cidade que, comandados por um negro, Manuel do Carmo, assumiu praticamente a direção do levante. O escravo Manuel do Carmo e seus companheiros marcharam para o sítio Timbaúba, em busca do presidente do Conselho Municipal, Bento Gomes Pereira. Cercada a casa, apareceu a figura do presidente da Câmara, visivelmente nervoso e temeroso. Foi interpelado pelos escravos, que exigiam “o livro de fundo da emancipação onde estavam pintados os escravos novos”. O movimento já tinha assumido proporções inteiramente novas e dramáticas; os escravos haviam aproveitado o descontentamento dos habitantes da cidade para exigir a sua liberdade.

Gomes Pereira, maliciosamente, entregou um livro qualquer aos escravos sediciosos que não sabiam ler, afirmando ser o do “fundo”. Assim ludibriados, retiraram-se, levando consigo, como reféns, todos os que se encontravam no sítio. Chegados em Campina Grande, foram procurados por Calixto Correia Nóbrega, vigário local, que tentou dissuadi-los do intento. A essa altura, os escravos já haviam compreendido o logro de que tinham sido vítimas. Sem uma orientação clara, apesar das contínuas levas de escravos que vinham de todos os pontos engrossar as fileiras de Manuel do Carmo, resolveram internar-se nas matas próximas. Ainda mais que marchava para Campina Grande um forte contingente chefiado por Belarmino Ferreira da Silva. Compreendendo a sua inferioridade numérica e a desvantagem óbvia de permanecerem na cidade, embrenharam-se nas matas e se transformaram em quilombolas (V.). Com a saída dos escravos de Campina Grande, o movimento do Quebra-quilos logo foi abafado e presos seus principais dirigentes.

QUEIMA DE ARQUIVOS. Logo depois de proclamada a República, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, mandou queimar todos os papéis, livros de matrícula e documentos relativos à escravidão existentes no Ministério da Fazenda. Tal

atitude, embora alguns a justifiquem afirmando que Rui Barbosa assim procedeu para que os antigos senhores de escravos não tivessem documentação capaz de habilitá-los a receber indenização dos negros que foram libertados, produziu um prejuízo considerável para os historiadores e sociólogos que estudam a escravidão. Convém notar, por outro lado, que não foram queimados todos os documentos, como muitos estudiosos apregoam, mas somente aqueles que se encontravam no Ministério da Fazenda. O aviso tem o seguinte texto:

Ruy Barbosa, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda e presidente do Tribunal do Tesouro Nacional: considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão — a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir esses vestígios por honra da pátria, e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1. Serão requisitados de todas as tesourarias da Fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do Ministério da Fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula dos escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na Recebedoria.

2. Uma comissão composta dos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, e do administrador da Recebedoria nesta capital dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papéis e procederá à queima e destruição imediata destes, o que se fará na casa da alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão. Capital Federal, 14 de dezembro de 1890. Ruy Barbosa.

QUEIMADO, INSURREIÇÃO DE. A maior insurreição negra ocorrida no estado do Espírito Santo. Teve início em 19 de março de 1849 e dela participaram mais de duzentos escravos. A então povoação de Queimado, no município de Serra, perto de Vitória, foi o palco desse acontecimento até hoje pouco divulgado. Segundo José Augusto de Carvalho (1985), o missionário capuchinho italiano frei Gregório José Maria de Bene celebrava a missa inaugural da igreja matriz, construída pelos escravos em louvor a São José, quando foi

interrompido pelos negros. Várias causas circunstanciais são apresentadas por historiadores capixabas para explicar o fato. Uma delas seria o não-cumprimento da promessa feita por frei Gregório de libertar os escravos no dia de São José, quando a igreja fosse inaugurada. João Climaco de Alvarenga Rangel, padre e advogado, dono de pelo menos três escravos insurretos, foi quem divulgou essa hipótese. Essa atitude não esconde a intenção de jogar sobre o padre italiano a origem do descontentamento dos escravos rebeldes. Apesar de ter havido outros movimentos rebeldes no Espírito Santo, este foi o mais importante e sangrento. Enumerando as causas do episódio de Queimado, José Augusto de Carvalho escreve que, objetivamente, poder-se-ia propor causas históricas para o levante: o patriotismo dos brasileiros brancos, quando recrutados para o Exército, se traduzia no ato de mandar os negros escravos em seu lugar, com a perspectiva de carta de alforria, se voltassem vivos. Daí o desejo dos escravos de se alistarem. Além disso, aqueles que voltavam livres representavam um exemplo para os outros. Alguns chegaram a alistar-se à revelia dos seus donos, acarretando, de um lado, a sua punição e, de outro, a hostilidade dos demais escravos contra os seus senhores. Os sermões de frei Gregório de Bene criticavam o sistema escravista, porque, embora os padres também possuísem escravos e fossem tão cruéis quanto os outros, frei Gregório era oriundo da Itália, onde todos eram livres. Ainda segundo o mesmo historiador da revolta, “esse papel de frei Gregório teria sido deturpado por João Climaco, na defesa dos insurretos de Queimado”. O certo é que a violência da insurreição deixou em pânico as autoridades, pois nenhuma razão maior para a revolta existia além da própria condição de escravo, na situação em que se encontravam socialmente. Nesse movimento tem-se notícia da participação de apenas uma mulher, casada com um dos insurretos e que morreu em choque com o destacamento policial, no dia seguinte ao levante. O seu nome não ficou registrado. Há vários vácuos informativos sobre essa insurreição. Por exemplo, a inexistência de explicações plausíveis arrastou para o terreno das lendas fantásticas a fuga, na madrugada de 7 de dezembro de 1849, de cinco negros insurretos da cadeia civil onde se encontravam João Pequeno, Carlos e o

líder da rebelião, o escravo Elisiário, todos condenados à morte. Um ofício do chefe de polícia, José Inácio Acioli de Vasconcelos (também Juiz da Comarca que presidiu a sessão do júri que condenou os insurretos), endereçado ao presidente da província, Felipe José Pereira Leal, naquela data, fornece apenas uma alternativa de explicação: a possibilidade de terem os presos usado uma chave falsa, já que não havia sinais de violação do cadeado. Elisiário, o chefe, nunca mais foi visto e morreu fugitivo e caçado, porém livre. Carlos foi perdoado por seu senhor, o padre João Climaco. Para explicar o mistério dessa fuga, a superstição popular inventou uma lenda: um dos escravos trazia ao pescoço um amuleto poderoso e, na véspera da fuga, rezara à Virgem da Penha, que providenciou prontamente o milagre de adormecer os guardas e fazer sair o carcereiro, que havia escondido as chaves da cela em local de fácil acesso para os presos. Tais tentativas de explicação fazem parte do imaginário dos oprimidos ainda sem nível de conscientização social suficiente para explicar o fato sem a interferência do sobrenatural. José Augusto de Carvalho pormenoriza o terror senhorial sobre os insurretos, afirmando que “os castigos impostos aos insurretos foram exemplos da insanidade mental dos brancos senhores de escravos. Chico Prego foi enforcado tendo o seu carrasco, Antônio das Neves Teixeira Pinto, de cavalgar-lhe o pescoço para aumentar o peso. Como a agonia do infeliz não tivesse cessado, o carrasco esmagou-lhe o crânio, os braços e as pernas com um pedaço de pau”. A forma como foram tratados os revoltosos na perseguição chefiada pelo capitão-da-mata Antônio Pinto, na captura e no castigo, bem demonstram o terrorismo das classes senhoriais e a síndrome do medo que delas se apoderou. O mesmo autor informa que “a flagelação dos escravos foi terrível; o chicote rasgava-lhes as costas, arranhando as carnes, e os cães disputavam o sangue que se espalhava no chão. A sanha dos carrascos rivaliza com as dos animais. Dos 38 implicados mais diretamente na insurreição, excetuados aqueles que foram sentenciados à morte, apenas três foram condenados a mil açoites, a grande maioria foi condenada a seiscentos açoites e alguns a trezentos. Há quem afirme que onze escravos julgados por haverem participado do movimento foram condenados a

mil açoites”. **Bibliografia.** ALMEIDA, Vilma Paraíso Ferreira de. *Escravidão e Transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro, Graal, 1984; CARVALHO, José Augusto de. “Queimado, a Insurreição do Espírito Santo”, *D. O. Leitura*, São Paulo, n. 36, 1985.

QUERINO, ANTÔNIO. Nascido em Lisboa, participou ativamente do tráfico de escravos africanos como capitão de navios e, mais tarde, como proprietário de um depósito de escravos. Alternava a sua permanência entre a África e a Bahia, onde acumulou várias propriedades. Foram registrados, em seu testamento, quinze sobrados, três casas térreas, três galpões, um depósito de escravos e dois terrenos vagos.

QUERINO, MANUEL RAIMUNDO. Foi um dos mais significativos membros da comunidade afro-brasileira no período escravista. Ninguém melhor do que Artur Ramos (1956) resumiu a sua biografia: “Nasceu a 28 de julho de 1851, na cidade de Santo Amaro, na Bahia. A sua infância foi atribulada, como aliás toda a sua vida. A epidemia de 1855, em Santo Amaro, levava-lhe os pais. Foi confiado aos cuidados de um tutor, o professor Manuel Correia Garcia, que o iniciou nas primeiras letras. Tendo apenas o curso primário, Manuel Querino lançou-se à aventura, aos dezessete anos alistando-se como recruta, viajando pelos sertões de Pernambuco e Piauí, e aí unindo-se a um contingente que se destinava ao Paraguai, em 1865. O seu físico franzino não lhe permitiu, porém, como era o seu desejo, combater nos campos do Paraguai. Ficou no Rio, onde, por suas habilitações, foi empregado na escrita do quartel a que pertencia. Em 1870 foi promovido a cabo-de-esquadra, e logo depois teve baixa do serviço militar. Voltando à Bahia, começou a trabalhar nas fainas modestas de pintor e decorador. Sobrava-lhe tempo, porém, para estudar francês e português, no Colégio 25 de Março e no Liceu de Artes e Ofícios, de que foi um dos fundadores. Com as suas inclinações para o desenho, matriculou-se na Escola de Belas Artes, onde se distinguiu entre os alunos. Obteve diploma de desenhista em 1882. Seguiu depois o curso de arquitetura, com aprovações distintas. Obteve várias medalhas em concursos e exposições promovidas pela Escola de Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios. Distinguiu-se no magistério, exercendo os cargos de desenho geométrico no Liceu de Artes e Ofícios e no Co-

légio dos Órfãos de São Joaquim. Interessou-se pela política. Foi republicano, liberal, abolicionista. Com Virgílio Damásio, Lélis Piedade, Spínola de Athaide e outros do grupo da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, assinou o manifesto republicano de 1870. Fundou os periódicos *A Província* e *O Trabalho*, onde defendeu os seus ideais republicanos e abolicionistas. Combateu, na Sociedade Libertadora, e em outros núcleos, ao lado de Pompílio da Santa Cruz, diretor da *Gazeta da Tarde*, Eduardo Carigé (V.), Sérgio Cardoso, Anselmo da Fonseca, Frederico Lisboa, Rogaciano Teixeira, César Zama (V.) e tantos outros, todos empolgados pela campanha abolicionista na Bahia. Manuel Querino foi um dos mais ativos trabalhadores do grupo, havendo escrito para a *Gazeta da Tarde* uma série de artigos sobre a extinção do elemento servil. Bateu-se pelas causas trabalhistas e operárias, tornando-se um verdadeiro líder da sua classe, em campanhas memoráveis que o conduziram à Câmara Municipal. Ali, escreve um dos seus biógrafos (Gonçalo de Ataíde Pereira), foi ele contrário às leis de exceções, às reformas injustas, descontentando aos senhores da situação, mas ao mesmo tempo ganhando as simpatias daqueles que seriam prejudicados por tais reformas, que apenas serviriam para acomodar a amigos e protegidos da situação dominante. Nessa mesma ocasião formou um bloco com outros e por uma indicação fez voltarem aos seus cargos vários funcionários dispensados por uma reforma injusta; e isso custou-lhe a não-reeleição, retirando-se satisfeito para a sua obscuridade, desvanecido de que soubera cumprir o seu dever, ficando bem com a sua consciência de funcionário público. E assim foi toda a sua vida. No seu modesto cargo de 3º Oficial da Secretaria da Agricultura, sofreu os mais incriveis vexames. Foi consecutivamente preterido em todas as ocasiões em que lhe era de justiça a promoção. Esqueciam-no os poderosos do momento. Secretários e chefes de serviço desinteressavam-se da sorte do negro, que iria um dia passar à história do seu país. Onde estão todos eles? Servirão para se contar apenas para o futuro a história do funcionalismo no Brasil, funcionalismo sem quadros técnicos fixos, oscilando entre as vontades dos poderosos do momento. Manuel Querino foi bem o símbolo deste tipo de trabalhador médio, cumpridor dos

seus deveres, mas sem as regalias desta coisa incrível que no Brasil foi batizada com o nome de pistolão. Foi reformado administrativamente em 1916. Amargurado e descrente, refugiou-se no Matatu Grande, no aconchego de sua família e dos seus amigos ou nas reuniões do Instituto Geográfico e Histórico, onde pontificava Bernardino de Souza, com a palavra sempre cheia de entusiasmo pelas coisas do Brasil. O Instituto Geográfico e Histórico acolhia carinhosamente o brasileiro descendente de africanos, que tantas páginas decisivas escrevera sobre o destino do seu povo em terras do Novo Mundo". Manuel Querino deixou dois livros clássicos para a história e a etnografia do negro brasileiro, além de livros sobre desenho e artes: *A Bahia de Outrora* e *A Raça Africana e os seus Costumes na Bahia*. Faleceu em Salvador, em 14 de fevereiro de 1923. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1956.

QUILOMBAGEM. Movimento histórico e social que, no Brasil, teve início no final do século XVI, idêntico à marronagem nas áreas do Caribe e outras. Caracterizou-se pela formação contínua de grupos de negros rebeldes e fugitivos, que constituíam comunidades próprias, os quilombos (V.). A quilombagem perdurou durante todo o tempo em que existiu a escravidão no Brasil e foi um elemento de desgaste permanente do sistema escravista. Os quilombos, grandes ou pequenos, de curta ou longa duração, espalharam-se em todo o território brasileiro, preocupando as autoridades e exigindo delas, dos senhores de escravos, da Câmara e do aparelho de Estado no seu conjunto, o ônus permanente com despesas para combatê-los. Tivemos quilombos célebres, como o da Carlota em Mato Grosso, do Ambrósio em Minas Gerais, do Preto Cosme no Maranhão, de Manuel Congo no Rio de Janeiro, o quilombo do Campo Grande, também em Minas Gerais, do Turiacu no Maranhão. Existiram também quilombos no interior de São Paulo e em todo o Brasil. Muitos foram destruídos, mas eram reconstruídos logo em seguida em sítio diferente. As autoridades não davam tréguas a esses aglomerados quilombolas e, quando os seus líderes eram vencidos e capturados, sofriam suplícios atrozes e eram depois enforcados. Foram enforcados Preto Cosme, Miguel Congo, Lucas da Feira, sem

falar dos líderes das insurreições urbanas, que também compõem o painel da quilombagem. O mais famoso deles, porém, foi o de Palmares, que durou quase cem anos. A República de Palmares (V.) foi a mais prolongada e bem-sucedida tentativa de autogoverno independente dos negros fugidos do cativeiro na América do Sul. A quilombagem foi, pois, um movimento social permanente que lastreou todo o período escravista no Brasil, influenciou poderosamente no esfacelamento da estrutura econômica da época e proporcionou a conservação da consciência étnica do negro até os nossos dias.

QUILOMBO. Palavra de origem banto que, durante a escravidão no Brasil, significou ajuntamento de escravos fugidos. Existiram inúmeros quilombos durante o período escravista, sendo o mais famoso a República de Palmares (V.), que existiu durante o século XVII ou possivelmente no final do XVI (Alves Filho, 1988), na região que pertence hoje ao território do estado de Alagoas, mas que, no tempo de sua existência, fazia parte da capitania de Pernambuco. É oportuno esclarecer que somente a partir do século XVII é que o ajuntamento de negros fugidos passou a ser denominado quilombo. Antes eram conhecidos por mucambos (V.). Na história da escravidão no Brasil, os quilombos exerceram um importantíssimo papel de resistência e contribuíram para desgastar social e economicamente o sistema escravista, proporcionando a sua conseqüente substituição pelo trabalho livre. O primeiro quilombo de que se tem notícia data de 1573. A ele faz referência Varnhagen e sua destruição foi iniciada em 1575 por Onofre Pinheiro. É o mesmo quilombo a que se refere Roger Bastide (1971), que o considera o primeiro de que se tem notícia e atribui a sua destruição a Luís Brito de Almeida, em 1575. Nas palavras de Bastide, "o primeiro quilombo remonta quase à época do início do tráfico negreiro, em 1575, e localizava-se na Bahia. Foi destruído por Luís Brito de Almeida". Não é verdade, porém, pois esse governador-geral não prosseguiu na empresa, conforme esclarece Varnhagen. O quilombo somente foi destruído por Cosme Rangel e Diogo Dias da Veiga, após a morte de Luís Brito de Almeida. Como se vê, no século XVI, já existiam quilombos perseguidos pelas autoridades coloniais. Explicando o que

deveria ser considerado um quilombo, o rei de Portugal, em carta ao Conselho Ultramarino, datada de 2 de dezembro de 1740, dizia que "era toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". Por isso, diz Décio Freitas (1982) que, "em Minas Gerais, no entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, a documentação oficial referente a tais comunidades adota a denominação de quilombos. O termo aparece depois no extremo sul do país, estendendo-se no começo do século XIX ao Rio de Janeiro, a São Paulo e ao Espírito Santo. Ao que parece, o termo se generalizou na literatura histórica e antropológica a partir do seu emprego por Francisco Adolfo Varnhagen. Hoje quilombo está consagrado, a tal ponto que não se pode evitá-lo ao tratar das comunidades de ex-escravos. [...] Está bastante difundida a noção de que o quilombo foi uma versão brasileira da estrutura homônima que floresceu em Angola nos séculos XVII e XVIII. Tudo de fato concorre superficialmente para abonar a tese da transplantação: na sua grande maioria, os negros brasileiros provieram de Angola; o termo quilombo é aportuguesamento de *kilombu*, que, em quimbundo, significa arraial ou acampamento; as comunidades brasileiras de ex-escravos apresentavam características de arraiais de acampamento; logo os negros teriam recriado no Brasil estruturas que haviam conhecido na formação social angolana. [...] Essa hipótese da origem angolana das comunidades de escravos rebeldes perde logo a consistência quando se considera que os primeiros escravos negros procediam da Guiné e não de Angola; na verdade, até a expulsão dos holandeses do Nordeste, a população escrava se compôs predominantemente de negros guineanos. Uma vez que estes guineanos não podiam conhecer o idioma quimbundo, torna-se óbvio que a denominação de mocambo foi dada às comunidades de ex-escravos pelos próprios senhores de escravos. Seja como for, a investigação histórica elucida que não houve sequer semelhança entre as comunidades negras brasileiras e os quilombos angolanos, caracterizando-se eles, pelo contrário, como substancialmente antinômicos. As comunidades negras brasileiras constituíram na verdade uma negação do quilombo angolano".

Ainda de acordo com Décio Freitas, “o quilombo foi introduzido em Angola pelas hordas dos imbangalas que os portugueses fizeram *jagas*. As origens deste povo são um enigma histórico ainda não cabalmente elucidado. As hipóteses mais acreditadas os fazem proceder de uma região nas nascentes do Nilo ou do Zaire, ou, então, das altas montanhas da Serra Leoa. Forçados a abandonar seu país, não se sabe se devido à invasão de outros povos ou à exaustão do solo, marcharam para o sul do continente em hordas dedicadas à pilhagem. Na segunda metade do século XVI, penetraram em território Mbundu, habitado por povos pastores e agricultores tributários do reino do Congo. Estes povos formavam uma confederação de clãs encabeçada por um chefe, chamado Ngola pelos nativos e ‘rei’ pelos portugueses”. Décio Freitas continua explicando que, na segunda metade do século XVII, a legendária Rainha Ginga, da dinastia Ngolas, decidiu cessar a resistência contra os portugueses. Os quilombos de Ginga se transformaram em copiosos empórios de escravos. Os traficantes reputavam as peças vendidas pela rainha e arrebanhadas pelos *jagas* em incessantes razias, como as melhores de Angola. Não surpreende, pois, que Cadornaga a descrevesse como “mulher cheia de bondade e virtudes cristãs, sem fingimentos nem hipocrisias”. Ginga adotou ao mesmo tempo a estrutura *jaga* do quilombo, insuperável para a guerra e o comércio de escravos. O termo quilombo designava tanto o território dominado por um potentado como a povoação em que ele vivia. O padre capuchinho João Antonio Cavazzi de Montecuccolo, que viveu entre os *jagas*, escreve o seguinte sobre suas povoações ou quilombos: “A vida dos *jagas*, que é um contínuo nomadismo, sugeriu-lhes uma forma de habitação fácil de construir e de transportar. As suas cidades não passam de simples aglomerações de palhoças. E chamam-se *libata* ou quilombo. São edificadas à maneira dos antigos acampamentos dos romanos e têm a mesma planta”. Cabe informar que *libata* foi termo criado pelos portugueses, designando o conjunto das casas de um indivíduo rico e dos seus escravos. Depois de descrever as particularidades desses quilombos, o padre capuchinho deixou-nos uma descrição minuciosa do quilombo. Constava de sete quarteirões, cada um

dos quais chefiado por um oficial. No centro erguia-se a habitação do chefe principal – senhor de quilombo, segundo os portugueses – rodeada por uma cerca quadrada de sebe muito forte, em forma de labirinto para dificultar o acesso. A média de habitantes *jagas* em cada quilombo era de cerca de mil, entre homens e mulheres. Não havia hereditariedade na sucessão do quilombo: a eleição se fazia de acordo com a fama e a experiência. A horda *jaga* era um composto étnico. Os genuínos *jagas* não passavam de ínfima minoria no conjunto dos dezesseis mil guerreiros. Os efetivos do exército eram preenchidos com prisioneiros. Submetidos a uma escravidão temporária, estes prisioneiros tornavam-se homens livres depois que davam provas de valor e destreza nos combates. Em cada região, os *jagas* adotavam a língua dos povos conquistados. O quilombo angolano desempenhava assim um papel de base e instrumento do tráfico negreiro. O quilombo dos negros brasileiros, enquanto isso, foi um baluarte na luta e resistência contra a escravidão. O termo “quilombo” se revestia evidentemente de um significado sinistro para os negros, muitos dos quais haviam sido reduzidos à escravidão e vendidos exatamente naqueles ergástulos. Não é verossímil que batizassem de quilombos os seus bastiões livres. Já para os senhores de escravos, aquelas aglomerações de negros deviam evocar os quilombos angolanos – viveiros e depósitos de escravos. Os senhores, e não os escravos, é que devem ter adotado o termo quilombo. O uso consagrou-o, impondo ainda hoje o seu emprego, feita a reserva em que em nenhum sentido se tratava da mesma coisa. Para Décio Freitas, houve pelo menos sete tipos de quilombos, de acordo com a forma de subsistência: os *agrícolas*, que prevaleceram por toda a parte do Brasil; os *extrativistas*, característicos da Amazônia, onde viviam das drogas do sertão; os *mercantis*, também na Amazônia, que adquiriam diretamente de tribos indígenas as drogas para mercadejá-las com os regatões; os *mineradores*, em Minas Gerais, na Bahia, em Goiás e no Mato Grosso; os *pastoris*, no Rio Grande do Sul, que criavam gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas pelos estancieiros; os *de serviços*, que saíram dos quilombos suburbanos para trabalhar nos centros urbanos, fazendo-se

passar por negros forros; os *predatórios*, que existiram um pouco por toda a parte e viviam dos saques praticados contra os brancos. Nos seis últimos tipos, não estava ausente a agricultura, mas desempenhava um papel subsidiário. Todos esses diversos quilombos obedeciam a um sistema de hierarquia interno que determinava sua forma: “Os fundadores do quilombo, aqueles que haviam devassado a região, construído as primeiras fortificações e criado as bases da produção econômica, adquiriram com o tempo o privilégio de viver como não-produtores. É de crer que a necessidade de uma organização militar que defendesse o quilombo contra as expedições dos senhores de escravos tenha sido a origem dessa classe. A isso seguiram-se suas necessidades da coordenação política e administrativa. Noutras palavras, desenvolveram-se aparatos estatais: burocracia civil, burocracia militar, burocracia judiciária. Para prover à subsistência própria e dos aparatos, reclamavam os quilombos o pagamento de um tributo em produtos. Tudo leva a crer que o compromisso do pagamento desse tributo foi inicialmente voluntário; a ameaça externa dos senhores de escravos e o crescimento ou multiplicação dos quilombos justificavam a reivindicação. [...] O quilombo constituiu uma criação dos escravos em resposta às condições peculiares do escravismo brasileiro; não foi a transplantação de formações sociais africanas. O historiador chileno Rolando Mellefe, especialista em história da escravidão nas colônias espanholas (onde estas comunidades se chamavam *quilombo*, *palengue*, *república*, *cimarrones*) opina igualmente que não se tratava de grupos tribais empenhados em recriar estruturas originárias da África”. O mesmo já observáramos quando analisamos a República de Palmares. Conforme os cientistas sociais tradicionais, “os negros que se revoltaram e criaram o reduto da Serra da Barriga não fizeram isto porque não suportavam mais a situação em que se encontravam, desumanizados até o último nível, mas foi um movimento de regressão, de volta aos padrões das culturas africanas, um típico exemplo de *regressão tribal*. A poliandria que existia em Palmares nada mais era do que um resíduo do matriarcado africano. O sistema político de Palmares era também uma reprodução do que havia na África. Ninguém

via como essa estruturação familiar, militar e política estava ligada às necessidades sociais da república, da sua produção, da reprodução demográfica, da sua defesa permanente em face das condições que se criaram por força da existência de instituições repressivas organizadas para combatê-la”. Logo, o quilombo, como se estruturou no Brasil, decorreu de condições específicas do escravismo brasileiro. A visão de que o quilombo brasileiro foi uma reprodução dos grupos organizados em Angola com o mesmo nome e com fins exatamente opostos àqueles dos brasileiros é uma visão analógica que somente explica o fato para aqueles que defendem um culturalismo antropológico ou uma corrente de visão mítico-utópica de alguns segmentos da militância negra. Isso deve ser levado em conta ao partirmos do fato de que o mocambo passou a ser chamado “quilombo” a partir de uma ordem do rei de Portugal em 1740. Possivelmente o rei tenha levado em conta aquelas razões que Décio Freitas apresenta, ao mostrar que o termo veio de fora para dentro, institucionalizando-se posteriormente nos documentos. Portanto, o termo “quilombo” surgiu após a resposta do Rei ao Conselho Ultramarino de Portugal, depois seu uso generalizou-se no aparelho burocrático, passando em seguida à classe senhorial e aos outros membros da sociedade civil escravista. Conclui-se, assim, que o quilombo brasileiro era uma forma específica de resistência ao modo de produção escravista no Brasil e correspondia às suas particularidades em relação aos outros tipos de exploração compulsória no restante da América. Por isso, o quilombo brasileiro diversificou-se geográfica e historicamente, adquirindo formas diferenciadas como o do Ambrósio, em Minas Gerais, que explorava a pecuária, como o de Palmares, que era apenas agrícola com a prática complementar do artesanato e da metalurgia. Toda essa diversificação dos quilombos vem demonstrar a capacidade surpreendente de adaptação que possuíam de acordo com as diferenças mesológicas do nosso território. E como se adaptou no espaço, também adaptou-se ao longo do tempo. No último período da escravidão, com exceção da região amazonense, onde ainda agiam possivelmente em aliança com os índios, procuravam aliar-se a correntes abolicionistas para formar

quilombos, como exemplifica o quilombo do Jabaquara, que existiu em Santos (São Paulo), na última fase da escravidão (V. *Jabaquara, Quilombo do*). O quilombo ou mocambo, como eram denominados esses ajuntamentos até o século XVIII, existiu em todo o Brasil durante o regime escravista, assim como em outras partes onde houve escravidão, como os Estados Unidos, o Caribe, a América Central e a América do Sul. Na Colômbia, Cuba, Haiti, Jamaica, Peru, Guianas, o negro *marron* (o quilombola, portanto) aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que os escravizava. Em Cuba, eram célebres os *palenques*. Às vezes, segundo escreve Fernando Ortiz, “os escravos fugitivos reuniam-se em locais ocultos, montanhosos e de difícil acesso, com o objetivo de fundarem fortes e viverem livres e independentes, conseguindo, em alguns casos, o estabelecimento de culturas à maneira africana e constituir até colônias quando conseguiam unir-se a algumas negras forras *cimarrones*, o que era freqüente. Os escravos em tal estado de rebeldia diziam-se *apalencados* e os seus retirados *palenques*”. O termo *cimarron*, que designa o escravo fugido, é de origem incerta. Há quem diga que a palavra designava, originariamente, aqueles animais, como o porco, que depois de domesticados voltavam à vida selvagem. No Haiti, este estado de rebeldia permanente também se verificou. Ligados ao culto vodú, os escravos negros da ilha de São Domingos transformaram os núcleos de negros refugiados nas florestas no fermento mais importante das forças que iriam conquistar a sua independência. Desde a primeira revolta de Makantal, em 1758, até a libertação total do país, em 1804, os negros rebeldes foram o contingente social e militar mais importante da luta. Igual fenômeno verificou-se na Venezuela, embora em proporções menores. O movimento de coro, em 1795, foi liderado, ou pelo menos fortemente influenciado, pela parcela de escravos rebeldes naquele país. Além disso, houve várias revoltas e formação de *cumbes* (sinônimo de quilombos), como a do rei Miguel, no século XVI; a de Andresoto, em 1736, e, sobretudo, o da região de Coro, a que nos referimos. Em 1795, de acordo com Roger Bastide (1974), “sabemos que esses *cumbes* reuniam negros ‘sem sinal exterior de reli-

gião católica’ e que viviam como ‘bárbaros’ na montanha; sabemos também que um dos chefes de Coro era um *feitichador*, Cocofio”. Na Colômbia, há uma sucessão de *palenques*, dentre os quais o mais conhecido é o de San Basilio, no século XVII, liderado por Domingos Bioho, que se proclamou Rey Benkos. Ainda no México colonial e nas Guianas o mesmo pode ser registrado; na Guiana Francesa, até hoje sobrevive um conjunto de quilombos, os *bushnegroes*. No Panamá, há o exemplo de Bayano, líder de um quilombo agressivo, que colocou em pânico as autoridades coloniais espanholas até que foi capturado, morrendo em uma masmorra da Espanha. Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia os pequenos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados que quase sempre se transformavam em bandoleiros (V.). No recesso das matas, fugindo ao cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica, regulamentada institucionalmente. Em Cuba, chamavam-se *rancheadores*; capitães-do-mato (V.), no Brasil; *coromanges ranger*, nas Guianas, todos usando as táticas mais desumanas de repressão e terrorismo de captura. Em Cuba, por exemplo, os *rancheadores* tinham por costume usar cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Portanto, a marronagem nos outros países corresponde à quilombagem no Brasil e ambas foram fruto das contradições estruturais do sistema escravista moderno e refletiram, na sua dinâmica, pelo conflito social, a negação desses sistemas por parte dos oprimidos. O quilombo foi a unidade básica de resistência, persistindo desde os primeiros momentos da escravidão até praticamente a sua decomposição econômica e social. Durante todo o tempo em que existiu a escravidão, foi um fator permanente de desgaste econômico, social e psicológico do escravismo, inclusive porque criou a “síndrome do medo” que atingiu e deformou psicologicamente a classe senhorial. Desde que a escravidão existiu no Brasil, havia tapunhano (V.) fugido. Nas bandeiras existiam negros e muitos deles se refugiaram nas matas fugindo à disciplina dos paulistas. As próprias bandeiras, por outro lado,

algumas vezes se encarregavam de caçar negros fugidos. Em 1723, Manuel da Costa pediu a Bartolomeu Pais que levasse às minas de Caxipó mercadorias e escravos pertencentes a um rico comerciante português. O bandeirante aceitou a incumbência e perdeu muito tempo nos campos de Vacaria, tentando capturar dois negros que fugiram; acabou conseguindo o seu intento. Às vezes, os escravos negros (gentios de Guiné) juntavam-se aos índios (gentios da terra) para praticar desordens. Se, por um lado, os colonizadores conseguiam jogar grupos de índios contra os negros rebeldes, por outro, eles também se uniam para ações comuns, como a destruição de forcas. Havia uma interação permanente entre o quilombo e as franjas marginais da sociedade escravista: índios fugidos, criminosos, fugitivos do serviço militar e negros bandoleiros. No Rio de Janeiro e em Salvador, os quilombos foram numerosos e populosos. Os negros saíam desses quilombos suburbanos para prestar serviços nos centros urbanos, fazendo-se passar por libertos, o que todos sabiam não ser verdade. Trabalhavam como assalariados e chegaram a representar uma importante força de trabalho, ao mesmo tempo em que exerciam uma ação desagregadora sobre a estrutura escravista, pois os senhores, para impedir que seus escravos fugissem para tais quilombos, utilizavam o sistema de ganho, pelo qual o escravo vivia onde bem entendesse e gozava de liberdade com a condição de entregar periodicamente ao senhor certa quantia em dinheiro. Apesar da sua notoriedade, geralmente esses quilombos eram tolerados. Não apenas porque suplementavam a força de trabalho escravo, como porque todos, policiais e soldados, temiam penetrar naquelas comunidades. Volta e meia as autoridades empreendiam uma batida nesses quilombos, mas sem resultados decisivos; eles voltavam a se reconstituir rapidamente. Os primeiros subúrbios dos maiores centros urbanos brasileiros foram quilombos. À tipologia de Décio Freitas poder-se-ia acrescentar os quilombos complexos ou mistos, isto é, aqueles nos quais se praticavam várias atividades igualmente importantes, como o é o do Ambrósio (V.), em Minas Gerais, no qual se praticava simultaneamente a agricultura, a mineração e a pecuária. Por fim, cabe observar que, na base da

organização desses quilombos, nunca o motivo detonador da sua formação foi o fator religioso. Apesar de Edison Carneiro haver escrito que não se deve deixar de levar em consideração que “o termo quilombo também quer dizer ajuntamento religioso”, o certo é que nunca tivemos notícia de um quilombo formado a partir de um movimento messiânico, ao contrário do que aconteceu em outros países. Também não se pode falar em forma de governo única para os quilombos. As lideranças surgiam no processo de resistência social e variavam muito de região para região, de acordo com o tamanho do quilombo. Nos grandes, como o do Ambrósio ou em Palmares, notam-se formas definidas de Estado e de governo. No entanto, o uso do termo “rei” pelos quilombolas não implicava conotações monárquicas. Talvez o termo estivesse ligado ao significado que possuía na África, confundindo-se assim com uma possível utopia regressiva dos seus membros. **Bibliografia.** ALVES FILHO, Ivan. *Memorial de Palmares*. Rio de Janeiro, Xenon, 1988; BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo, Pioneira, 1971. 2 vols.; IDEM, *As Américas Negras*. São Paulo, Difel, 1974; FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

QUILOMBO GRANDE. Grande ajuntamento de quilombolas que se organizou em Minas Gerais, na mesma região onde existira antes o quilombo do Ambrósio (V.). O número de negros fugidos na região havia aumentado enormemente, causando temor nos senhores e membros do aparelho repressivo. Por isso, algumas câmaras, inclusive a de Vila Rica, escreveram ao governador pedindo providências, não apenas contra o perigo de possível levante, mas especialmente contra o antigo quilombo do Ambrósio, que ressurgia com o nome de Quilombo Grande. Waldemar de Almeida Barbosa (1972) escreve: “Tão logo recebeu as denúncias e as reclamações, o governador foi a São João del Rei, convocou os homens práticos da redondeza e convenceu-se da necessidade do ataque. A situação era realmente alarmante, com desassossego dos moradores. Ali mesmo escolheu, para chefes, dois capitães de ordenança do termo de São João: Bartolomeu Bueno do Prado e Diogo Bueno da Fonseca. No final, o comando foi confiado ao primeiro. Bartolomeu Bueno do Prado, neto do segundo Anhangüera,

residiu por alguns anos em Catalão, capitania de Goiás, de onde se transferiu para Pitangui. Aí, segundo referem as crônicas, adquiriu considerável fortuna. Andou explorando o rio das Abelhas (atual Araguari), onde descobriu faisqueiras; devido, porém, à insegurança resultante da presença dos Caiapós e negros aquilombados, retirou-se para uma paragem chamada Palmital, ao pé da estrada que ligava São João del Rei à Capela da Onça, paragem onde residia seu sogro, Francisco Bueno Feio. Aí se achava ele quando foi convocado pelo governador para chefiar a expedição contra o Quilombo Grande, e outros quilombos do Campo Grande. Os preparativos para a expedição demoraram em consequência do atraso das câmaras em cumprirem com as suas obrigações de financiamento e auxílio que foram solicitados. Em consequência de todos esses percalços nos preparativos militares, preparativos que se iniciaram no ano de 1756, exatamente dez anos depois do Quilombo do Ambrósio ter sido destruído, prolongaram-se pelos anos de 1757, 1758 e 1759. Bartolomeu Bueno do Prado faz novas exigências e pede uma tropa de pelo menos cinquenta soldados índios chamados bororos, no que é atendido. Depois de várias outras medidas, reuniões do governador com as câmaras e dos senados de São João e São José, distribuem-se as responsabilidades e os comandos, sendo que Bartolomeu Bueno do Prado, além de assumir o comando, passa a ser chamado de governador do Campo Grande. Finalmente, a 18 de junho, parte a expedição, levando capelão, cirurgia, botica, índios e negros como guias e vários capitães-do-mato experimentados nesse tipo de campanha. [...] A tropa que seguiu sob o comando de Bartolomeu Bueno era de quatrocentos homens; mas os homens convocados eram em número bem superior; para o transporte de mais munição e sobretudo de mantimento, foi convocado gente de quase toda a capitania e, em bando, que mandou afixar em várias freguesias, prometia o governador seis meses de prisão a quem não atendesse à convocação". Outro capitão, que residia nos sertões do Piauí, Antônio de Burém, com uma carta do governador, exigia que "roceiros, fazendeiros, mineiros, oficiais de justiça, auxílio em bens, utilidades, mantimentos e tudo aquilo que pudesse auxiliar a expedição contra o Quilombo Grande". Prossegue Waldemar de

Almeida Barbosa que "com esses comboios de mantimentos iam novas remessas de pólvora, milhares de balas, vários barris de chumbo; os comboios iam sempre bem guarnecidos de tropas. Por cinco vezes foram remetidos comboios de mantimentos durante a refrega; e, de cada vez, escrevia o governador ao comandante da expedição, manifestando sua ansiedade pelas notícias. Os soldados que acompanhavam os comboios eram requisitados, ora em Sabará, ora em São José, ora no Serro Frio, enfim por toda a parte. [...] Afinal, chegou a primeira carta do chefe da expedição, com data de 13 de setembro. Conta Bartolomeu Bueno que partiu de Piauí a 18 de agosto, e, seguindo o guia, chegou a 1º de setembro ao Quilombo Grande, que achou despojado, completamente abandonado; mas, antes de partir, ele recebera plenos poderes da Câmara de São João para tomar posse do território conquistado – terras, matos, campos – para que tudo ficasse pertencendo ao termo dessa vila". Assim, no mesmo dia de sua chegada, o escrivão lavrou o termo de posse do quilombo chamado "da Parnaíba", o que, se não especifica o local com precisão, pelo menos não deixa dúvida quanto à sua situação no vale do Parnaíba. Com a mesma data, 1º de setembro, foi lavrado outro auto de posse para o bispado de Mariana, onde se declarava que o reverendo padre João Correia de Melo, capelão da expedição, celebrou missa, administrou os sacramentos da Igreja e tomou posse daquelas terras para aquele bispado, em presença do comandante Bartolomeu Bueno do Prado, do capitão Francisco Luís de Oliveira e Marçal Lemes de Oliveira. Portanto, Bartolomeu Bueno e a Igreja apossaram-se das terras dos quilombolas, uma vez que a extinção da quilombagem em Minas Gerais implicava uma partilha entre os principais dirigentes da expedição. Narrando o mesmo episódio, Miguel Costa Filho (1962) escreve que "a 1ª de setembro de 1759, Bartolomeu Bueno do Prado tomou posse dos quilombos das Serras de Marcília, da Canastra e outras. [...] O respectivo auto foi lavrado e assinado no quilombo da Parnaíba, incluindo os de Endaí, Bambuí e serras referidas, nele figurando a assinatura do comandante da expedição e a do reverendo padre João Correia de Melo, capelão da expedição dos quilombos e vigário da vara das conquistas e do sertão de Campo Grande e Rio Grande abai-

xo, desde o rio de Aguapé até a barra do Sapucaí". Mas se a primeira expedição ao Quilombo Grande encontrou-o abandonado, "com paióis cheios e roças plantadas, é que os negros, por seus espias, notaram a aproximação dos soldados e, diante do volume da tropa que se aproximava, julgaram mais acertado fugir. Não, porém para os lados de onde tinha vindo a tropa; alguns fugiram para leste, para os lados de Paraopeba; uns cinquenta ficaram por aí, e juntamente com outros cinquenta, que abandonaram seus senhores, em determinado dia – 29 de setembro – regressaram ao Campo Grande; outros se dirigiram para Vila Rica e Mariana, também aliciando gente para voltar. O grosso do quilombo, entretanto, marchou rumo oeste. Procurando as trilhas dos negros fugidos, chegaram a localizá-los. E, uma semana depois, a 7 de setembro, antes de clarear o dia, deram num quilombo onde havia 'monstruosidade' de negros. Desta vez, porém, foram os cachorros dos negros que pressentiram a aproximação dos atacantes e deram o alarme. Ordenado o ataque, muitos fugiram e grande número deles morreu resistindo, enquanto outros, tentando fugir pelo rio, já chumbados, acabaram morrendo afogados. Um prisioneiro contou que a maioria que fugiu estava se dirigindo para a Serra da Marcela. Assim marchou a expedição naquela direção". Depois de Bartolomeu Bueno dar notícias de haver destruído o Quilombo do Indaial, marchou em seguida, com sua expedição, para a Serra da Marcela, onde atacou outro quilombo que tinha uma população aproximada de 49 habitantes. Investiu, logo depois, contra o quilombo do Bambuí. Nesse trajeto, a expedição sentiu a dificuldade de confiar nos guias negros, pois eles conduziam-na enganosamente por caminhos que não levavam ao quilombo. Com isso, a expedição perdeu inúmeros dias até que descobrisse que os negros da expedição se comportavam como aliados dos quilombolas. Certamente, estes foram avisados e, quando a expedição chegou, encontrou-os preparados para a resistência. Apesar da expedição ter chegado quase de repente, como diz Waldemar de Almeida Barbosa, "o ataque foi duro. A resistência, tremenda. E a luta muito séria. Tão séria que alguns atacantes se acovardaram. Um considerável número de infelizes negros teve o rio Bambuí por sepultura. E do grande número de mor-

tos insepultos se tinha notícia pelos corvos que os andavam comendo". Entre negros e crias foram feitos 59 prisioneiros e em vista da resistência ao ataque os negros capturados foram sumariamente executados. Como era de costume, a tática de terra arrasada foi posta em prática e as casas, os paióis de mantimentos, as roças e demais construções do quilombo foram destruídas ou incendiadas. Até aí o bandeirante não havia chegado no Quilombo Grande e, quando nele penetra, encontra-o "despojado", com a sua população retirada para as matas. Bartolomeu Bueno, sabendo da necessidade que tinham os quilombolas de recuperar os mantimentos e víveres, manteve uma guarda à espera para atacá-los. Quando os quilombolas voltaram, foram aprisionados. Bartolomeu Bueno submeteu as mulheres a diversas formas de tortura para que confessassem onde existiam outros quilombos, porém todas afirmaram negativamente, dizendo que naquela região não existiam outros ajuntamentos de negros aquilombados. O bandeirante marchou, então, para o Sul e, com sete dias de marcha, conforme afirma Waldemar de Almeida Barbosa, "não viu mesmo trilha alguma de negros que fugiram para esse lado". Depois da destruição do Quilombo Grande, Bartolomeu Bueno obteve uma sesmaria num local que ele havia conhecido pelo nome de Sertão do Campo Grande. Quatro anos depois, foi feito comandante do distrito de São Pedro de Alcântara, cargo que exerceu até falecer em 1768. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972; COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos", *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 7-10, 1962. **QUILOMBOLA.** Também chamado calhambola, era o habitante dos quilombos (V.). Na sua maioria, eram ex-escravos que fugiam das fazendas ou das minas e se incorporavam a um grupo já existente nas matas. Embora grande parte fosse negra, ali também moravam e atuavam brancos foragidos, índios, mamelucos, procurados pela justiça e toda uma camada de perseguidos pela sociedade escravista.

QUINDOMBA. Nome de um bandoleiro quilombola que atuava em Minas Gerais, na região de Mariana, por volta de 1813. Era conhecido como o "terror destes habitantes". No documento que informa a sua prisão, juntamente com mais outros dois, é chamado de "celebrado valentão".

Deve ter sido enforcado ou pelo menos açoitado, sendo mais provável a primeira hipótese. **Bibliografia.** BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

QUINTAGEM. Ato de tirar o quinto (V.), imposto cobrado para legalizar a circulação do ouro em Minas Gerais.

QUINTO. Imposto que o erário português cobrava da produção de ouro nas minas do Brasil. Sua tarifa era a quinta parte de todo o ouro produzido. No auge da produção aurífera, Portugal decadente renasceu em consequência da arrecadação do quinto, contribuindo, por outro lado, para a decadência da fase da mineração. Esse imposto era arrecadado através da quintagem (V.) que se fazia nas casas de fundição (V.) e provocou muitos movimentos de protesto, como o de Felipe dos Santos (V.), em 1720, e a Inconfidência Mineira. Descrevendo a sangria que esse imposto representou para o Brasil Colônia, escreve Oliveira Martins (1880): "Despovoado e inculco o reino, miseráveis as populações sem riqueza, sem trabalho, as minas do Brasil deram ao rei e ao povo fortuna que o reino lhes negava. Foi sobre o ouro do Brasil que se levantou o novo trono de D. Pedro II; foi com ele que D. João V e todo o reino puderam entregar-se ao entusiasmo dessa ópera do divino, em que se desperdiça os tesouros americanos. O quinto de ouro chegou a render cerca de doze arrobas por mês. Para que se possa avaliar a sua importância, para que ninguém se iluda supondo que desperdícios faustosos de D. João V traduzem um renascimento de riqueza natural do reino, poremos aqui uma nota das massas de metais e pedras preciosas que D. João recebeu do Brasil: 130 milhões de cruzados; 100 mil moedas de ouro; 315 mil marcos de prata; 34 mil de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados de valor em diamantes. Além de tudo isso, o imposto dos quintos e o monopólio do pau-brasil rendiam anualmente para o tesouro cerca de milhão e meio de cruzados. O Marquês de Pombal, rico pelos quintos do Brasil, levantava a nova cidade [a reconstrução de Lisboa, após o terremoto] utilitária e abstrata. O dinheiro do Brasil dava para todas as extravagâncias sensatas e insensatas. Dera para D. João satisfazer a sua

loucura de ostentação majestática e fradesca; dava agora para o Marquês de Pombal construir uma nação de estufa. [...] No século XVIII o rendimento do Brasil vem dar riqueza a um país desolado e despovoado". Esta descrição bem demonstra como o trabalho escravo no Brasil alimentava não apenas os nababos nativos, mas enriquecia Portugal parasitário. **Bibliografia.** OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa, Liv. Bertrand, 1880.

QUITANDAS. Nas suas *Notícias Soteropolitanas e Brasília*, Luís dos Santos Vilhena assim descreve as quitandas, em Salvador, onde trabalhavam, principalmente, mulheres negras escravas ou libertas: "Não há nesta cidade uma só praça de mercado, mas sim uns lugares a que chamam quitandas, nos quais se juntam muitas negras a vender tudo o que trazem, como seja peixe, carne meio assada, a que dão o nome de moqueada, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças etc. Destas quitandas há três em toda a cidade; uma na praia, outra que indecentemente estava na praça ou Terreiro de Jesus, se acha hoje uma rua chamada Nova, onde há poucas casas, e onde o Senado mandou fazer umas casinhas para alugar às quitandeiras, com a desgraça porém de serem tão pequenas que nenhuma as quis alugar; e a terceira quitanda nas Portas de São Bento, onde o Senado havia mandado fazer outras cabanas, que por mais espaçosas, quase nunca ficam para alugar. Depois que se julgou inútil a fortaleza das Portas de São Bento, por ficar entranhada na cidade, fez S. Majestade mercê ao Senado daquele largo, para que nele se fizesse uma praça de mercado; o certo porém é que a cidade até o dia presente carece dela. Para aquele largo é que sua Majestade mandou por Provisão de 17 de agosto de 1729 se mudasse o Pelourinho, que até então havia existido no Terreiro de Jesus".

QUITANDEIRAS. Negras livres, mais abastadas, que se dedicavam ao comércio de legumes e frutas. Contavam com a ajuda de um negro livre, operário, para o pagamento do aluguel e das roupas, e com o restante de seu lucro abasteciam sua mercearia e adquiriam dois moleques que educavam no trabalho ou no comércio de rua. Na sua maioria, essas negras casavam-se com negros livres operários.

R

RADICAL PAULISTANO. Jornal abolicionista editado por Luís Gama, juntamente com Rui Barbosa, Martim Cabral e os irmãos Pamplona.

RAPA-COCO. Nome pelo qual ficou conhecido o desembargador (da Relação do Pará) João Coelho Bastos, chefe de polícia da Corte. Foi objeto de prevenção, desde a sua entrada, pois, pouco antes, como juiz, pediu prorrogação de sua licença por moléstia grave, desistindo rapidamente desta prorrogação para servir na Chefia de Polícia, sob o Gabinete Cotegipe. Rigoroso em excesso, perseguia os escravos fugidos e remetia-os para os "senhores", com o emprego de "recursos incompatíveis com o espírito público". Fato curioso é que, quando juiz de Direito em Aruama, sendo possuidor de escravos, Coelho Bastos era conhecido como um dos melhores "senhores" da região e contrário aos castigos corporais. Para despachar para o interior escravos fugidos, dissimulava o embarque e disfarçava as algemas; na própria estação central da estrada de ferro, os abolicionistas dispunham de funcionários simpáticos à causa que os ajudavam a burlar as ações da polícia. Os abolicionistas tinham um auxiliar secreto na pessoa do próprio ajudante-de-ordens do temível "Rapa-coco": era o capitão Vieira, o "Vieirão", que comunicava a

determinados amigos abolicionistas a partida clandestina de escravos capturados pela polícia. Na estação inicial, prestava constantes serviços o velho funcionário João Carlos Niemeyer, português naturalizado, que serenamente arriscava o seu emprego, permitindo a livre ação dos abolicionistas na gare, de onde, às vezes, arrancavam os escravos em trânsito. De certa época em diante, os embarques coletivos foram se tornando quase impossíveis; viu-se Coelho Bastos na contingência de expedir os prisioneiros, um a um, escondidos, ou fechados como cargas em vagões impróprios para a condução de seres humanos. Houve casos de escravos que iludiam a vigilância dos guardas e se precipitavam de trens em movimento, preferindo a morte provável aos castigos que a fuga acarretava.

REBOUÇAS, ANDRÉ PINTO. Engenheiro brasileiro, nascido em 13 de janeiro de 1838, em Cachoeira (Bahia), e falecido em 9 de maio de 1898, em Funchal (Ilha da Madeira). Diplomou-se bacharel em Matemática e Ciências Físicas, em 1858, pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Continuando os estudos na Escola de Aplicação da Praia Vermelha, daí saiu dois anos mais tarde como engenheiro e com a patente de primeiro-tenente. Resolveu prosseguir os estudos de enge-

nharia civil na França, onde entrou em contato com os serviços de construções de pontes, de vias férreas, de melhoramento de portos. Em 1862, voltou ao Brasil com alguns ensaios referentes a várias especializações de engenharia civil. Em 1879, obteve com distinção o primeiro lugar no concurso para magistério na Escola Politécnica e logo depois tornou-se professor efetivo. Tendo-se consagrado à campanha abolicionista, uniu-se a Joaquim Nabuco e a José do Patrocínio, fundou o Centro Abolicionista da Escola Politécnica, foi também fundador da Confederação Abolicionista e autor de uma série de artigos publicados na *Gazeta da Tarde* (V.), jornal de José do Patrocínio, sob o título de: "Abolição Imediata e sem Indenização". Autor de projetos portuários no Maranhão, em Cabedelo, em Fortaleza, no Recife e no Rio Grande do Sul e de grandiosos traçados de vias férreas com vistas à articulação internacional sul-americana, deixou ainda numerosos trabalhos, dentre os quais sobressaem-se: "Memória sobre as Fundações com Ar Comprimido da Ponte de Lavult sobre o Ródamo", "Estudos sobre os Caminhos de Ferro Franceses, do Paraná", "Excursão ao Salto Guairá – O Parque Nacional", "A Agricultura Nacional", "Estudos Econômicos", "Garantia de Juros" etc. Com a proclamação da República no Brasil, exilou-se no dia seguinte voluntariamente. André Rebouças, embora lhe faltassem as qualidades de orador, era um abolicionista convicto, tendo defendido a abolição com a divisão das terras entre os ex-escravos. Durante a campanha abolicionista, idealizou um caminho de ferro subterrâneo que ia do alto São Francisco até à província do Ceará livre, uma espécie de *underground railroad*, organizada pelos abolicionistas dos Estados Unidos.

REBOUÇAS, ANTÔNIO PEREIRA. Jurista, parlamentar e político brasileiro. Nasceu em 10 de agosto de 1798, em Maragogipe (Bahia), e faleceu em 19 de junho, no Rio de Janeiro. Adquirindo apenas as noções rudimentares da educação escolar, em virtude das escassas condições financeiras dos pais, somente aos dezesseis anos de idade, quando trabalhava como auxiliar de cartório, conseguiu dedicar-se aos estudos de jurisprudência. A guerra do Recôncavo pela independência do Brasil encontrou em Rebouças um dos mais valorosos vultos dos movimentos

bélicos de Cachoeira. Vitoriosa a campanha libertadora, foi eleito membro do governo, conselheiro-geral da província e deputado provincial, figurando ainda como deputado-geral nas quinta e sexta legislaturas, respectivamente em 1830, 1843 e 1847. No Parlamento distinguiu-se pela grande erudição jurídica e cultura superior. Combateu tenazmente a pena de morte. Os seus profundos conhecimentos de Direito atingiram tamanha fama que o Parlamento, por ato legislativo especial, concedeu-lhe o privilégio de exercer a advocacia em todo o território nacional. Além da condecoração de cavaleiro da Ordem de Cristo, D. Pedro II agraciou-o, em 1864, com o título de Conselheiro do Império. Rebouças ficou cego no fim da vida. Foi pai de André Rebouças (V.).

REDENÇÃO. Jornal de propriedade de Antônio Bento (V.) e que, após o 13 de Maio, passou a chamar-se *A Liberdade*.

REI. Título encontrado em algumas irmandades e confrarias. Por exemplo, na Irmandade de São Benedito da Comarca de Santos tinham-se os cargos de Juiz, Juíza, Escrivão, Tesoureiro, Procurador, Capitão do Mastro, Rei, Rainha, Zelador, Andador.

REI DO CONGO, ELEIÇÃO DO. Cada distrito do Rio de Janeiro possuía o seu "Rei do Congo", eleito pelos negros do Congo, tanto escravos como africanos livres (V.). Quando o antecessor no cargo morria no curso do ano ou se demitia por qualquer motivo, ou até mesmo era destituído pelos súditos, costumava-se eleger o novo rei durante a celebração da festa de Nossa Senhora do Rosário, no mês de maio. Conforme descreve Henry Koster, "homens e mulheres usavam vestimentas das mais vivas cores que haviam encontrado. Quando se aproximaram, distinguimos o rei, a rainha e o ministro de Estado. Os primeiros usavam coroas de papelão, recobertas de papel dourado. O rei tinha uma casaca verde, um colete vermelho, calças amarelas; tudo talhado à moda mais antiquada. Na mão carregava um cetro de madeira dourada. A rainha vestia um vestido de cerimônia de seda azul. Quanto ao pobre ministro de Estado, podia vangloriar-se de brilhar com tantas cores quanto o seu senhor, mas não fora tão feliz na escolha das roupas; a calça era demasiado curta e estreita, e o colete comprido demais. As despesas da cerimônia deviam ser pagas pelos

negros, por isso haviam colocado na igreja uma pequena mesa à qual estavam sentados o tesoureiro e outros membros da Irmandade Negra do Rosário, os quais recebiam os donativos dos assistentes dentro de uma espécie de cofre. Mas as oferendas eram parcas e raras, demasiado raras, na opinião do pároco, pois a hora de seu jantar já havia soado. Por isso adiantou-se com impaciência para o tesoureiro e avisou-o de que não procedia à realização da cerimônia antes de serem cobertas as despesas; e logo depois apostrofou os negros que o cercavam, censurando-lhes o pouco zelo que mostravam em contribuir para a solenidade. Apenas deixou ele o grupo, os negros que o acompanhavam se expandiram em discussões e alterações, acompanhadas de gestos e expressões muito cômicas mas em desacordo absoluto com a santidade do lugar. Finalmente, chegou-se a um entendimento. Suas majestades negras se ajoelharam diante do altar e o serviço divino começou. Terminada a missa, o rei devia ser solenemente investido nas suas funções, mas o pároco estava com fome e sem escrúpulo encurtou a cerimônia: pediu por conseguinte a coroa e, tomando-a, dirigiu-se para a porta da igreja, onde o novo rei veio ao seu encontro e se pôs de joelhos. O pároco colocou-lhe a coroa sobre a cabeça, pôs-lhe o cetro na mão e pronunciou estas palavras: Agora, senhor rei, vai-te embora. Disse-o, e imediatamente correu para a sua casa. Os negros partiram com gritos de alegria e foram ter à Fazenda Amparo, onde passaram o dia e a noite entregues aos prazeres da bebida e da dança".

REPRODUTOR, ESCRAVO. Durante a escravidão, alguns escravos eram escolhidos para manter contato sexual com as escravas a fim de gerarem crias. Esse tipo de escravo foi muito usado no Sul dos Estados Unidos, onde o tráfico desapareceu em 1808, ensejando, assim, um tipo de exploração sistemática ou pelo menos constante da reprodução do escravo. No Brasil, onde o tráfico de escravos só terminou efetivamente em 1850, depois da Lei Eusébio de Queirós (V.), esse fenômeno não foi tão relevante. No entanto, alguns documentos atestam o fato, confirmado por depoimento de Ewbank. No dizer desse viajante, os beneditinos tinham criatórios de escravos na ilha do Governador e os carmelitas na província do Rio de Janeiro. Há ndícios igual-

mente de que os jesuítas nas suas fazendas usassem dessa prática. A Igreja Católica (V.), portanto, não estava imune a esse tipo de negócio, aliás altamente lucrativo. Na região do rio São Francisco, segundo depoimento do escritor Osório Alves de Castro, existiam os "urubus brancos" (V.), reprodutores portugueses contratados para procriar mulatos, mais bem cotados no mercado da região. Também Lacerda Werneck sentiu a necessidade, depois de 1850, de criar uma fonte de reprodução de negros. Lembrava, inclusive, o exemplo de Virgínia (EUA), onde o comércio de escravos chegava a ser feito ainda no ventre das mães. Para ele, a propagação de negros era fundamental para que se pudesse suprir a falta de braços na lavoura. Diz Emília Viotti da Costa que "não escondia ele a sua aprovação aos esforços feitos para aumentar a população escrava. Na sua opinião os lavradores deveriam promover por todos os meios, a propagação de negros, uma vez que esses meios fossem 'de acordo com a moral e com a religião'. Para isso aconselhavam maior solicitude com os escravos adultos e maior zelo e cuidado com os recém-nascidos e crianças. Pretendia ele que nessa obra 'meritória conciliavam-se os interesses do futuro da agricultura e, ao mesmo tempo, a caridade cristã': dava-se ao escravo melhor vestuário, melhor habitação e nutrição, maior assistência às doenças, alvitre que, no seu entender, era em geral desprezado". Mas a prática desse hábito no Brasil chegou a extremos patológicos, no final do século XIX. Apoiado em Expilly que pintou um quadro horripilante, Fernando Segismundo dá-nos notícia de costumes anômicos. É a questão das "coudelarias humanas, em que certos lavradores, entregues também ao comércio de carne humana, davam a cada negro duas ou mais mulheres para fecundarem. Eles próprios eram também ganhões do rebanho. Mas, não satisfeitos com a produção assim acelerada, vendida aos comerciantes do gênero, acabavam por sujeitar as próprias esposas ao contato sexual com os escravos, vendendo o produto daí resultante. O autor compara essa criação de negros às criações de potros e vitelas, de pato e galináceos". Devemos assinalar que, nesse caso, além do fato monstruoso, mas normal na sociedade escravista, tal relacionamento de mulheres livres com escravos, impostas por seus

maridos, não lhes dava direito de vender os filhos, devido ao princípio da *partus ventrem sequitur* (V.). Havia, portanto, no caso exposto por Expilly, uma ilegalidade, mesmo dentro dos padrões da época. Outro testemunho da existência de escravos reprodutores no Brasil é a história da vida do negro João Antônio de Guaraciaba, então com 122 anos (1973), recolhida pelo jornalista Jorge Andrade. O ex-escravo assim descreve sua atuação: “Sinhá correu a senzala e apartou as escravas que tava no ‘vício’, na quadra da lua. Quando a quadra da lua é certa, a ‘cria’ é garantida. Era um rebanho de umas dez, no ponto pra tirar raça. Não era qualquer fazenda que tinha um reprodutor nagô-mina como eu. No rebanho tinha uma chamada Duca, de lombo bem feito, de tetas que ia dar um bom ubre, de umbigo bem curado, uns quartos que dava gosto. Andei no meio delas, negaceando, mas só via a Duca, mas ela arrepiou, medrosa. Correu se esconder. Mas reprodutor é bicho paciencioso. Eu sabia que tinha um mês para repassar todas. De longe eu ouvia o choro dela, baixinho pra ninguém ouvir. Se Sinhá ouvisse, o ‘bacalhau’ (V.) comia no lombo. Fui chegando de mansinho, de fala macia, agradando. Eu era reprodutor que sabia tratar suas fêmeas. O choro virou cochicho e, no fim da tarde, a Duca, negrinha de quinze para dezesseis anos, já tava prenha. [...] Reprodutor era bem tratado. Se não tivesse sido bem alimentado, já tinha morrido há muito tempo. Ainda não estou aqui com 122 anos no lombo? Eu tinha carne, leite, arroz – comia o que o patrão comia. Eu repartia com elas. Para as negras era até bom ter um reprodutor como eu. Dava carinho e comida. Tirava da boca para elas. [...] Se mulher tá na ‘ocasião’, fica fogosa, pisando em brasa. Mulher é como porca, vaca, égua. Na ‘ocasião’ dela, entrega mesmo. Feio ou velho, qualquer macho serve. [...] Ninguém tinha mulher. Era tudo do fazendeiro. Já viu touro ter vaca sua? Ou cavalo? Era meu trabalho. Quando não tinha escrava para enxertar na fazenda do barão, ele me alugava ou emprestava para outra fazenda. Mas eu acho que era alugado. [...] Eu ia para a fazenda de quem me pagava. Quando chegava lá, já tava apartado dez, vinte escravas para enxertar. Ficava dois meses, depois voltava pra fazenda do barão. Só na Cachoeirinha andei deixando uns catorze filhos,

mais ou menos. E na Água Limpa, Igapira, Santa Catarina, Samambaia, tanta fazenda que tive? Sei que naquela época eu fiz pra mais de cem filhos. Os fazendeiros riam à toa quando nascia um macho. Mas, macho ou fêmea, ia tudo parar na feira. [...] As escravas que não pegava filho, eles punha com outro reprodutor. Tinha muitos, não era só eu, não. Se a escrava não ficava de barriga cheia, era vendida. Quem fica com vaca que não dá cria?”. João Antônio dizia no depoimento ser neto do Barão de Guaraciaba, embora nunca tivesse sido reprodutor na fazenda do avô. “Saí de lá com dezesseis anos: meu pai me deu para D. Pedro II e eu fui morar em Petrópolis. Quando tinha 23 anos D. Pedro me presenteou ao Barão do Rio Branco. Fui morar na fazenda dos Correias, do Barão do Rio Branco, também em Petrópolis. Foi lá que comecei o trabalho de reprodutor”. Aqui deve haver um equívoco do depoente. Certamente ele confundiu o Visconde do Rio Branco com o Barão do Rio Branco, seu filho. No entanto, não há dúvida de que ele esteve em uma fazenda exclusivamente destinada à reprodução de escravos.

REPÚBLICA DO CUNANI. Movimento pouco estudado, mas que merece ser destacado pela sua singularidade no contexto de luta dos escravos brasileiros. Os negros na região do Pará ignoravam as medidas que haviam sido tomadas na França, após a Revolução, inclusive abolindo a escravidão nas suas colônias, medida que seria posteriormente revogada por Napoleão Bonaparte. Daí por que, quando fugiam em ondas sucessivas, procuravam sempre um refúgio na Guiana Francesa. O número de negros que fugiam para se livrar do trabalho escravo era cada vez maior. Começaram a sentir-se atraídos pela região do Amapá. Com isso, porém, não se conformavam os seus senhores, que começaram a pedir providências contra o fato. Diz Vicente Salles que, no relatório que apresentou à Assembleia Legislativa, na sessão ordinária da 6ª Legislatura, a 1ª de outubro de 1848, o presidente da província, conselheiro Jerônimo Francisco Coelho, informava que, nas margens do lago Amapá, nas terras do Cabo Norte e no arquipélago marajoara, havia considerável porção de indivíduos, grande parte foragidos desde os acontecimentos de 1835 e outros que posteriormente se lhes foram agregando, inclusive desertores,

quilombolas, réus de polícia e vários vagabundos. A fuga de centenas de escravos de Macapá para Caiena era noticiada nos jornais da época. Apesar disso, esses quilombos não foram combatidos pelas autoridades, “talvez receosas de uma ação direta trazer problemas diplomáticos”. Mas os proprietários de escravos não se conformaram com essa posição do governo e reuniram, na câmara local, as pessoas importantes interessadas no assunto. Deliberou-se, então, que, “para atalhar o mal, convinha sem demora postar, na embocadura do Macapá, uma barca guarnecida de força armada, que obstasse ali o ingresso de escravos brasileiros, enquanto se dava parte à presidência, e esta dava as providências convenientes como lhe cumpria; e porque não havia dinheiros públicos para sustentar o destacamento, contribuam os cidadãos presentes; apresentou-se e partiu a força para o seu destino, e participou o acontecimento ao Ex.^{mo} Presidente da Província”. Assim, para impedir as fugas dos seus cativos, os donos de escravos haviam, inclusive, se antecipado às medidas governamentais. O governo respondeu que não reprovava o ato, mas, sim, a forma como fora executado, e designou um destacamento de soldados e uma barca para substituir aquelas que haviam sido enviadas. No entanto, as fugas persistiam. A França jogava com um trunfo importantíssimo: ao dar guarida aos escravos fugidos, criava, ao mesmo tempo, na fronteira, uma área litigiosa e de fricção política e especialmente militar que, mais tarde, poderia justificar uma expansão de território. As autoridades de Caiena instruíram os mocambeiros e, inclusive, enviaram emissários para orientá-los. Como coroamento dessa conjuntura contraditória é que se fundou, em 1885, poucos anos antes da abolição no Brasil, a denominada República do Cunani. Os quilombolas, juntamente com elementos marginalizados e proscritos socialmente que estavam homiziados naquela região, resolveram proclamar uma república que se estendia de Oiapoque ao Araguari. Cunani era um povoado de cerca de seiscentos habitantes e havia nascido de um núcleo de escravos fugidos, sendo engrossado, posteriormente, por foragidos da justiça. O certo é que os líderes negros foram atraídos para aquele povoado e instalaram ali sua república. Convém notar, como informação suplementar,

que muitos negros, e possivelmente alguns dos seus líderes, haviam participado da Cabanagem (V.). Apesar de ter sido formada, de um lado, pela necessidade dos escravos fugidos, marginais e camponeses de um modo geral de se agrupar, dando um sentido organizacional a esse agrupamento, e de outro, em decorrência dos interesses das autoridades francesas da Guiana em criar possibilidades de uma posterior ocupação daquele território, o certo é que a República do Cunani foi uma utopia libertária que nasceu da situação social em que se encontravam os negros escravizados e as populações marginalizadas daquela região. Unidos a alguns regatões, chegaram a aclamar o seu presidente, o romancista francês Jules Gros, que residia em Paris e que na própria capital francesa escolheu o seu ministério. Logo depois, porém, o presidente da província, Domingos Antonio Rayol, ordenou a sua destruição pela força, o que só foi conseguido após sucessivas expedições e a morte de grande número de negros, marginais e camponeses.

REPÚBLICA DOS PALMARES. Organizada por quilombolas no território atualmente pertencente ao estado de Alagoas, outrora parte da capitania de Pernambuco, teve início aproximadamente em 1630, embora as evidências façam crer que a sua origem é bem mais remota. Foi a maior manifestação de rebeldia e organização política, militar e econômica contra o escravismo na América Latina. Perdurou por quase cem anos e, durante esse longo período, desestabilizou regionalmente o sistema escravista. Paradoxalmente, não temos documento escrito pelos palmarinos durante a sua existência. Certamente seguiam, como em outros quilombos, a tradição africana de comunicação oral. Na África, a tradição oral é responsável por praticamente toda a transmissão da memória coletiva e da consciência social. Evidentemente, não há como verificar até onde Palmares reproduziu, integral ou parcialmente, essa estrutura de comunicação em seu território. Logo, é difícil resgatar o que seria a “visão interna” da República, por meio de documentação produzida pelos próprios palmarinos. Ademais, há toda uma historiografia tradicional conservadora, comprometida ideologicamente com os valores do colonizador. Esse filão historiográfico procura esconder ou minimizar a importância sociológica, histórica,

política e humana que foi Palmares, apresentando tão importante fato histórico como um simples “valhaçouto de bandidos e marginais”. Não podemos fazer um levantamento sistemático do que foi Palmares, pois para isso teríamos de analisar suas técnicas agrícolas e outros tipos de produção; o que se produzia e especialmente como se produzia; a interação dos palmarinos com os negros fugidos dos engenhos, das fazendas, das vilas e dos povoados; a dinâmica interna da República em seus diversos níveis; a língua falada; a estrutura organizacional do núcleo de poder dirigente; as formas fundamentais de propriedade e distribuição da produção; a estratificação social interna; a organização familiar; as formas de subordinação e dominação fundamentais; a estrutura do grupo religioso; a existência, ou não, do feiticeiro, do sacerdote ou de outro representante do monopólio do sagrado; a organização militar; a medicina mágica e as formas de cura; a cozinha e os hábitos alimentares; o sistema de distribuição de excedentes etc. Uma tentativa de descrição da República de Palmares deve começar por um inventário das terras – suas qualidades e suas limitações para a prática da agricultura de acordo com técnicas regionais –, dos recursos hidrográficos, da vegetação, da fauna regional e do seu grau de pluviosidade. Isto seria uma preliminar necessária para se ter uma idéia da base física da República. Para Edison Carneiro, “a região era montanhosa e difícil, cômodos, colinas, montes, montanhas, rochedos a pique se estendiam, a perder de vista. [...] Vinha desde o planalto de Garanhuns, no sertão de Pernambuco, atravessando várias ramificações dos sistemas orográficos central e oriental, até as serras dos Dois Irmãos e do Bananal no município de Viçosa (Alagoas), compreendendo entre outras as serras do Cafuchí, da Jussara, da Pesqueira, do Comonati, do Barriga, [...] onde se travou a maior parte dos combates pela destruição de Palmares”. Como esses negros escravos fugidos chegaram a essa região, fértil certamente, mas de difícil acesso aos seus inimigos? Teriam feito uma escolha antecipada, ou para lá se refugiaram por saberem que, na floresta, estariam mais protegidos contra os seus captores? Não podemos responder a essas perguntas com precisão. Rocha Pitta afirma que o quilombo se iniciou com cerca

de quarenta negros de Guiné dos engenhos de Porto Calvo. Aproveitando-se da impenetrabilidade da floresta e também da fertilidade das terras, da abundância de madeiras e de caça, da facilidade de água e dos meios de defesas naturais, foram-se aglomerando e reunindo novos membros. O crescimento demográfico do quilombo continuou de forma ininterrupta a partir desse núcleo. Diversas situações conjunturais da região contribuíram para o aumento do reduto inicial. Uma delas foi a ocupação holandesa em Pernambuco. Esse fato desarticulou e desorganizou as estruturas de dominação portuguesa, criando condições para que os escravos fugissem para as matas. Nas palavras do historiador José Antônio Gonçalves de Mello Netto, “a guerra empreendida pelo holandês no período 1630-1635 mudou completamente a vida da colônia. Todos os negros aproveitaram a oportunidade para fugir. Pela leitura dos documentos vê-se que parou quase completamente o trabalho dos engenhos. Uma relação dos engenhos existentes entre o rio das Jangadas e o Uma, feita pelo conselheiro Scott, mostra-nos a verdadeira situação dessas propriedades, exatamente na zona mais rica da capitania, a zona sul. Eram canaviais queimados, casas-grandes abrasadas, os cobres jogados aos rios, açudes arrombados, os bois levados ou comidos, fugidos todos os negros. Só não haviam fugido os negros velhos e os molequinhos”. Além das fugas sistemáticas de escravos, contribuía para aumentar sua população (afora o aumento vegetativo, decorrente dos nascimentos registrados no interior do quilombo) o ingresso de índios, “salteadores”, fugitivos da justiça e elementos de outras etnias ou camadas que se sentiam oprimidos pelo sistema escravista. Certamente, existiam também brancos e brancas em convivência harmoniosa, pois de outro modo não se explicaria a existência, em 1644, entre os aprisionados por Rodolfo Baro, de “alguns mulatos de menor idade”. Nos assaltos que eram feitos às populações, os negros raptavam não apenas negras, mas brancas também, pois era aguda a escassez de mulheres na República. Conjectura-se que Zumbi, entre suas mulheres, tinha uma branca. Devemos notar, a esse respeito, que o problema do equilíbrio da população palmarina segundo o sexo deve ter sido muito sério. Na seleção que

o sistema de importação de negros da África realizava para o suprimento de escravos no Brasil, a proporção de mulheres era bem menor que a de homens, calculando-se três homens, ou mesmo mais, para cada mulher. Por conseguinte, para que se estabelecesse um equilíbrio sexual – e conseqüentemente social – estável, havia necessidade de conseguir mulheres fora da reprodução vegetativa da República. Montada nesse binômio (território–população) é que a sociedade civil de Palmares se estrutura e dinamiza. Organiza-se criando um espaço humano e social dentro do seu espaço físico. Por diversas circunstâncias, as cidades da República – também chamadas de quilombos, mocambos ou “cercas” – começaram a se formar de acordo com o processo de desenvolvimento e de diferenciação decorrente de uma mais complexa divisão interna do trabalho. Surgem, conseqüentemente, diversas divisões de função das várias camadas e estratos que compunham os produtores. Havia quilombos (cidades) que tinham atividades sociais ou econômicas específicas. Assim, segundo documento apresentado por Edison Carneiro, era a seguinte a distribuição das principais cidades no espaço físico de Palmares: a dezesseis léguas de Porto Calvo ficava o quilombo de Zumbi; a cinco léguas mais ao norte, o mocambo de Acotirene; a leste destes, dois mocambos chamados das Tabocas; a catorze léguas a noroeste desse último, o de Drambrabenga; a oito léguas mais ao norte, a “cerca real de Macaco” (capital da República); a cinco léguas a oeste, o mocambo de Osenga; a nove léguas de Serinhaém para nordeste, a “cerca” de Amaro; a 25 léguas de Alagoas, para noroeste, o “palmar” de Andalaquituche, irmão de Zumbi; a 25 léguas a noroeste de Porto Calvo, o mocambo de Aqualtune, mãe do rei, afora outros, espalhados em seu território. Palmares chegou a ter entre 20 e 25 mil habitantes, população que, para a época, era desafiadora para o sistema escravista. Como se articulava, do ponto de vista lingüístico, a população de Palmares? Décio Freitas diz que a língua era “basicamente o português, misturado com formas africanas de linguagem”, opinião partilhada por Edison Carneiro. No entanto, não devemos nos esquecer de que as expedições contra Palmares levavam “línguas” (intérpretes), fato que implica o

reconhecimento da existência de diferenças dialetais acentuadas entre a língua falada na República e a do resto da Colônia. Acreditamos que o português foi a estrutura lingüística que absorveu grande quantidade de termos africanos, ao mesmo tempo em que os vocábulos lusos sofreram também modificações na pronúncia. Temos como quase certo que a maioria esmagadora dos negros habitantes de Palmares era de origem banto, dada a própria precedência da importação banto em relação aos negros de outras áreas da África (Castro, 1950). Nesse sentido, há evidências de que os bantos, por serem o grupo étnico preponderante em Palmares, influenciaram decisivamente na língua falada em Palmares, criando aquilo que poderíamos denominar de “dialetos dos quilombos”, ou mais particularmente, de “dialetos de Palmares”. A economia do sistema latifundiário-escravista visava a exportação de produtos específicos para o mercado internacional. Na época da República de Palmares, predominava a produção de açúcar. No entanto, pouco dessa produção permanecia na Colônia, quer em sobras significativas, quer em riqueza retida internamente ou em forma de retorno monetário compensador da venda da produção escoada. Daí a penúria dos habitantes da Colônia. Mesmo os senhores-de-engenhos e os proprietários de escravos viviam endividados, devido ao pagamento de juros extorsivos aos vendedores negreiros, intermediários nesse negócio, ou em virtude da compra de novas terras para a ampliação e renovação dos canaviais. A agroindústria do açúcar também era onerada por taxas e impostos cobrados pelas autoridades coloniais. Em conseqüência de tudo isso, o povo passava fome e possuía um nível de vida baixíssimo. Quanto à economia de Palmares, sempre esteve presente a coleta – caça e pesca basicamente – como forma subsidiária e complementar de outras atividades econômicas. Coletavam-se ervas medicinais, óleo de palmeira, jaca, manga, laranja, fruta-pão, coco, abacate, laranja-cravo, cajá, jenipapo e outras frutas nativas que serviam para a sua alimentação. Além disso, a caça era facilitada pela abundância de animais na região: onças, antas, raposas, veados, pacas, cutias, caítilus, coelhos, preás, tatus, tamanduás, quatis e inúmeros outros animais. Quanto à forma de produção,

predominava um sistema de trabalho que se chocava com a *plantation* escravista existente na Colônia. Prevalcia o trabalho cooperativo e comunitário, sem aqueles meios de coerção extraeconômicos mais degradantes contra os produtores, comuns nas sociedades escravistas. Além de um setor coletor, havia um setor artesanal, que produzia cestos e grande parte do material bélico usado: facas, arcos, flechas, lanças etc. Havia, ainda, a fabricação de instrumentos musicais, cachimbos de barro (para fumar maconha), além de outros objetos de diversos tipos para uso cotidiano. Com o aumento progressivo da comunidade, essa economia simples foi substituída paulatinamente pela agricultura intensiva mais diversificada. Usando técnicas de plantio, regadio e colheitas trazidas da África, bem como uma longa experiência agrícola, os palmarinos transformaram-se em agricultores. Assim, a partir de determinado momento, Palmares passou a ter uma economia fundamentalmente agrícola, criando excedentes para redistribuição interna e externa. Curioso notar que os palmarinos descartaram a economia pastoril, apesar das ótimas pastagens que possuíam e da possibilidade de gado nas redondezas, ao contrário do quilombo do Ambrósio, em Minas Gerais, onde o pastoreio era um dos ramos mais importantes da economia. A base desse trabalho agrícola era a policultura intensiva e trabalhada de forma comunitária. Plantavam principalmente o milho, que era colhido duas vezes por ano. Depois da colheita descansavam duas semanas. Plantavam também feijão, mandioca, batata-doce, banana (pacová) e cana-de-açúcar. O excedente da produção era distribuído entre os membros da comunidade para as épocas de festas religiosas ou de lazer, armazenado em paióis para os períodos de guerra, ou trocado com os pequenos produtores vizinhos por artigos de que a comunidade necessitava, mas não produzia, o que levava a um confronto permanente com a economia do latifúndio escravista. Os diversos mocambos (cidades) que compunham Palmares ocupavam um território extenso e terminaram transformando-se em uma confederação de quilombos e, em decorrência, em uma república. Além da formação de um tipo de Estado e de governo, foi necessária a constituição de um dispositivo militar que resguardasse dos ataques

externos a produção coletiva, a vida e a segurança dos seus habitantes. Para acudir à segurança de um número tão considerável de habitantes num território tão grande, os quilombolas desenvolveram uma estrutura e uma tática militares e organizaram um exército e um sistema defensivo. Foram construídas fortificações, paliçadas e fossos com estrepes. O exército era comandado pelo Ganga Muíça. Suas armas eram constituídas de arcos, flechas, lanças, facas artesanais e espingardas, tomadas das expedições punitivas, dos moradores vizinhos ou compradas daqueles grupos ou indivíduos com os quais os palmarinos mantinham relações de escambo. Em face disso, evoluiu o segmento militar, passando a adquirir funções mais importantes nas áreas de domínio e de prestígio políticos. Daí o aparecimento de uma espécie de casta militar. A guerra de movimento, sustentada por outros quilombos menores, não pôde mais ser continuada em Palmares. As guerrilhas foram transformadas em operações de envergadura e, depois de realizadas as operações militares, tinham um local fixo para onde voltar. O nomadismo palmarino era somente possível numa economia coletora. O aparecimento de uma economia agrícola regular determinou, por seu turno, uma reformulação em todo o sistema de defesa da República. À medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, transformavam-se as táticas e técnicas militares palmarinas, objetivando a defesa do patrimônio coletivo. A estrutura militar de Palmares não defendia a propriedade privada, mas a propriedade da República em seu conjunto. Daí ter havido a insurreição de Zumbi e de outros componentes mais jovens do segmento militar contra a capitulação de Ganga Zumba, capitulação que significaria, em última instância, a destruição da estrutura comunitária da República. Neste sentido, o general Zumbi representava os interesses e o consenso de toda a comunidade, ameaçada de retorno à escravidão. Esse tipo de economia e organização social e militar também não permitia a codificação de um direito de propriedade. Prevalcia um direito consuetudinário na punição de delitos como o adultério, o homicídio e o roubo. Por outro lado, os chefes dos quilombos da República eram inteiramente autônomos em seu espaço, subordinando-se ao rei apenas em assuntos de

maior relevância, como a paz e a guerra. Na divisão dos poderes, havia mocambos como o de Subupira, que era o quartel-general da República e ali se faziam os exercícios militares para a sua segurança e defesa. A pena de morte era aplicada aos crimes de traição, como aconteceu com Ganga Zumba. Quando Zumbi resolveu arriscar a última cartada numa batalha decisiva na capital da República, ao ter contra si alguns chefes militares, mandou passá-los pelas armas. No tocante à administração pública, no vértice da pirâmide de poder situava-se o rei, que exercia poderes ilimitados. Em seguida, vinha o conselho, com representação dos chefes dos diversos quilombos (cidades) autônomos. A escolha do rei era eletiva, sendo votada pelo conselho. A estratificação social interna devia ser muito complexa. No caso de mobilidade vertical, podia ocorrer a passagem de um membro de um estrato para outro, com ganho de prestígio (militar, religioso, governamental etc.), ou de escravos que eram trazidos compulsoriamente dos engenhos para Palmares e que, depois de trazerem outros para o seu território, integravam-se como homens livres na comunidade. No caso de mobilidade horizontal, podia ocorrer a passagem de um membro de um quilombo para outro (com, por exemplo, jovens que se deslocavam de seus quilombos para o de Subupira a fim de receber instrução militar), ou de Palmares para fora de suas fronteiras, através da fuga. Quanto aos jovens, não temos informação de qualquer ritual de passagem ou cerimônia iniciática capaz de incorporá-los à vida adulta da comunidade. Não descartamos, contudo, a possibilidade de sua existência. Já o problema da mulher, do casamento e da família em Palmares merece ser tratado mais detalhadamente. Palmares reproduzia, dentro das suas fronteiras, a desproporção de sexos existente na população negra escrava. Isso porque os senhores de escravos preferiam comprar homens jovens a mulheres. Por esse motivo, os traficantes selecionavam essa mercadoria humana de acordo com as preferências dos fazendeiros. Calcula-se que, para cada mulher, havia três ou mais homens (variando de área), fato que se refletiu, por extensão, na composição por sexo da população de Palmares. Logo, se os palmarinos mantivessem em suas fronteiras o casamento monogâmico que os se-

nhores impunham nas fazendas, haveria um desequilíbrio na vida familiar tão agudo que a desarticulação social seria inevitável, criando áreas de conflito sexual. Para resolver esse impasse, foram instituídos dois tipos de união: a poligamia e a poliandria (Freitas, 1984). O primeiro caso era aplicado aos membros da estrutura de poder. O rei e possivelmente os chefes de mocambos teriam direito a várias mulheres. O rei Ganga Zumba tinha três mulheres: duas negras e uma mulata, e Zumbi teria mais de uma, talvez uma branca. Por outro lado, a família poliândrica funcionava majoritariamente no conjunto da comunidade que não ocupava posições de poder decisório nos assuntos mais importantes. Com esses dois tipos de organização familiar estabeleceram-se mecanismos de equilíbrio para a funcionalidade sem antagonismo ou conflitos familiares. Quanto à religião, para a maioria dos estudiosos de Palmares predominava um sincretismo entre o catolicismo popular e as crenças africanas, principalmente batos. Mas também ocorreu a influência de religiões indígenas, que tão bem se fundiram às religiões bantós, originando, inclusive, na Bahia, o "candomblé de caboclo". Para Rocha Pitta, os palmarinos eram "cristãos cismáticos", enquanto Edison Carneiro (1988) escreve que "os negros [de Palmares] tinham uma religião mais ou menos semelhante à católica, o que se explica pela pobreza mítica dos povos bantós a que pertenciam e pelo trabalho de aculturação no novo habitat americano. No mocambo do Macaco possuíam uma capela, onde os portugueses encontraram três imagens, uma do Menino Jesus, [...] e outra da Senhora da Conceição, outra de São Brás. [...]. Os palmarinos escolheram um dos seus 'mais ladinos' para servir de sacerdote, especialmente para as cerimônias de batismo e do casamento, mas provavelmente também para pedir o favor celeste para as suas armas. [...]. Não era permitida a existência de feiticeiros no quilombo". Carneiro refere-se, ainda, a uma dança que, segundo Barleus, era praticada em conjunto e se prolongava até a meia-noite, batendo-se com os pés no chão "com tanto estrépito que se podia ouvir de muito longe". Parece-nos que essa "dança" devia ser alguma cerimônia derivada das religiões africanas e indígenas; Edison Carneiro subestimou um pou-

co esse aspecto. Até hoje, segundo informações que colhemos em Maceió em 1981, a população de União dos Palmares, cidade localizada ao pé da Serra da Barriga, acredita ouvir, de vez em quando, esses batuques de negros no alto da serra. Não havia um sacerdócio com rituais iniciáticos, uma "carreira" com diversos níveis hierárquicos no domínio do sagrado, que garantisse ao iniciado o seu monopólio. Pelo contrário, Edison Carneiro sugere que os feiticeiros eram proibidos de agir em Palmares. Assim, a prática religiosa era executada sobretudo por pessoas escolhidas ocasionalmente, os "ladinos mais espertos", que não se identificavam com o sagrado por meio de ritos de iniciação. O eventual prestígio adquirido durante o culto desaparecia depois da sua realização. Essa estrutura de economia igualitária e comunitária não podia continuar existindo no contexto do escravismo latifundiário colonial. Contra o quilombo uniram-se a Igreja, os senhores-de-engenho, os bandeirantes, as estruturas do poder colonial, as tropas mercenárias, criminosos com promessa de liberdade e, finalmente, toda a estrutura escravista que não desejava a continuidade de Palmares, bem como setores cooptados através de promessas para destruírem a República. Eis a chave do problema: Palmares foi a negação, por seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista e colonial. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial no seu conjunto. A sua destruição, o massacre na Serra da Barriga, quando os mercenários de Domingos Jorge Velho (V.) não perdoaram nem velhos nem crianças, o aprisionamento e a eliminação de seus habitantes, e, finalmente, a tentativa de apagar da consciência histórica do povo esse feito heróico foram decorrência de sua grande importância social, política e cultural. Sua destruição foi, por isso mesmo, festejada com as pompas de uma guerra vitoriosa. O governador Melo e Castro comunicou ao reino o feito, dizendo que "a notícia da gloriosa restauração dos Palmares, cuja feliz vitória, se não avalia por menos que a expulsão dos holandeses, e, assim foi festejada por todos os povos com seis dias de luminárias, sem que nada disso se lhes ordenasse". Dessa forma, quando Ganga Zumba procurou uma conciliação com as estruturas de poder dos

opressores, entrando em acordo com representantes da República, em 1678, a comunidade palmarina teve reservas de dinamismo interno para reagir e colocar-se contra tal atitude e reestruturar social, política, ideológica e militarmente a luta. Zumbi não apareceu por acaso. Foi a síntese da capacidade de organização e de resistência do quilombo, o seu herói-símbolo, porque sintetizou, na sua vida, a biografia do seu povo, pelo qual deu a vida. Assim, até hoje, os moradores de União dos Palmares "ouvem", nas noites silenciosas, a dança dos negros que, a partir de 1630, ocuparam a Serra da Barriga. E, atualmente, ainda cantam naquela região o "Auto dos Quilombos":

Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
Pau há de levar.
Folga Negro
Branco não vem cá
Se vier
O diabo há de levar!

Bibliografia. CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1988; CASTRO, Yeda Pessoa de. *Os Falares Africanos na Interação Social do Brasil Colônia*. Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1950; FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984; MELLO NETTO, José Antônio Gonçalves de. *O Tempo dos Flamengos*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947.

REPÚBLICA NEGRA MINEIRA. Oscar Canstatt registra, em 1871, uma notícia publicada em jornal alemão sobre a possível existência de uma república negra em Minas Gerais: "Recentemente foi noticiada a existência de uma república de negros semelhante no Brasil [República de Palmares]. Um alemão de nome Schlossbach escreve no *Jornal Alemão* de Porto Alegre: 'Qualquer um que, como quem escreve estas linhas, tenha passado a cavalo à noite pelas ruas da cidade brasileira de Diamantina, terá notado algumas lojas cujas portas não estão trancadas, somente encostadas, parecendo fracamente iluminadas. Muitas vezes um negro se esgueira furtivamente para dentro; tranca então a porta e começa um estranho diálogo entre o dono da loja e o filho da África. Este tira do bolso um pequeno papel do-

brado, abre-o, e à luz baixa do candeeiro cintilam diante dos olhos do negociante os mais belos diamantes. Os dois não tardam a chegar a um acordo sobre o preço e em troca de dinheiro, roupa e gêneros os diamantes passam para as mãos do negociante. Como adquiriu aquele negro as custosas pedras? Por que entrou furtivamente naquela loja, quando mediante pequena contribuição, todos podem lavar livremente diamante naquela redondeza. É um proscrito, banido pelo Estado, um membro da temerosa república de negros nas ínvias serras das regiões riquíssimas em diamantes das cabeceiras do Jequitinhonha. Lá vivem juntos, no meio de íngremes e quase inacessíveis penhascos, dois a três mil escravos fugidos, que fundaram no coração do Império Brasileiro, um verdadeiro Estado independente. Em volta dos seus penhascos já de si inexpugnáveis abriram profundos fossos e dentro deles estão cuidadosamente escondidos afiados zangunchos. Ai do imprudente que puser o pé em cima da folhagem seca ou da relva que escondem as pontas de ferro! Um ferimento horrível é a consequência inevitável. As lavras de diamantes nos rios próximos são as fontes de onde os negros tiram facilmente os meios de vida e os negociantes de diamantes estão sempre prontos a trocar o produto do seu trabalho por dinheiro ou gêneros. O governo brasileiro tem nos últimos tempos mandado repetidas expedições armadas para capturá-los, porém os negros são sempre prevenidos pelos seus amigos, atentos ao perigo que os ameaça, rechacem com êxito, de armas nas mãos, os ataques, e mantêm até hoje a sua independência. A senda que leva à sua vasta fortaleza quase não tem dois pés de largura, e rolam por elas pedras enormes contra os atacantes ou mandam-lhes balas certeiras. Assim é que, a despeito de todos os esforços dos seus oponentes, o Estado livre de negros continua a existir. As necessidades de gêneros alimentícios e gado de corte, os negros suprem-nas comprando escondido, aos fazendeiros da vizinhança, pagando-lhes generosamente, ou assaltam também tropas de muare nas estradas, obrigando os tropeiros a vender-lhes a carga. Estes, atemorizados, já preferem levar os gêneros a lugares mais distantes, onde lhes é pago conscienciosamente o preço pedido, podendo depois seguirem tranqüilamente seu caminho. Nunca se

soube que esses republicanos pretos tenham cometido um roubo ou um assassinato para roubar. Já tem mesmo acontecido tirarem durante a noite cinquenta e mais reses de corte e pela manhã o fazendeiro, espantado, encontrar no umbral da casa a importância correspondente ao valor do gado levantado'. Quando deixei, depois de uma permanência de dezoito anos, o belo e abençoado Brasil, ainda não se tinha tido nenhuma notícia no Rio de Janeiro, dessa estranha república e esta é a primeira conhecida sobre ela, na Europa". Apesar de possíveis exageros do comentarista alemão, essa república, pela época e situação geográfica, deve ter sido o Quilombo do Ambrósio (V.).

RESGATE. Foi o termo cunhado, possivelmente, pelo Infante D. Henrique de Portugal, para justificar o ato de aprisionar os negros na África e depois comercializá-los como escravos. Isso porque, para ele, não era feito por ódio ou interesse, mas com o objetivo de resgatá-los da fúria dos seus inimigos e salvá-los por meio do cristianismo. Dessa forma, os traficantes estariam fazendo um grande benefício aos africanos, porque estavam resgatando-os de uma possível escravização por parte dos seus hipotéticos adversários e salvando as suas almas do paganismo. Foi usado também no Brasil com relação aos índios escravizados, especialmente pelos jesuítas.

RESISTÊNCIA NO RIO DE JANEIRO. De modo geral, a resistência na cidade do Rio de Janeiro caracterizou-se por ações individuais ou de grupos pequenos. As rebeliões, as campanhas prolongadas de guerrilha, os atos coletivos de agressão armada que envolviam numerosos escravos que abriam guerra, parecem não ter ocorrido na cidade, embora houvesse rumores de conspiração. Os escravos da cidade travavam lutas em pequena escala contra os seus senhores ou outras pessoas livres, em ataques pessoais aos senhores ou sua propriedade. Alguns viajantes tentavam explicar as razões por que o Rio de Janeiro não favorecia as revoltas e rebeliões escravas, a exemplo do que ocorria na Bahia. Segundo Leithold, uma das razões era o "espírito totalmente diferente" dos senhores no tocante ao tratamento dispensado aos escravos. Enquanto ressaltava as atitudes dos senhores portugueses, que evitavam as revoltas mediante um tratamento mais benigno de seus escravos, frisava que isso se dava não

devido a uma “questão de humanidade” da parte dos portugueses, mas, sim, a uma “sagacidade política”. Em outras palavras, para prevenir as revoltas concordavam em dar a seus escravos mais liberdade e exigir deles menos trabalho. Outros viajantes repetiam o ponto de vista de Leithold, enquanto Chernoviz explicava que não havia revoltas no Brasil, porque os negros eram “felizes” e não desejavam voltar a seu país de origem. Embora refutassem claramente as opiniões desses autores, outras evidências refletiam as explicações da elite para a ausência de revoltas. De toda forma, as duas das mais importantes razões para a ausência de rebeliões na região foram a diversidade étnica e o diferente *status* dos escravos. As divisões dentro da população escrava dificultavam as revoltas. Em 1819, Fitzhugh escreveu que dois terços da população do Rio eram compostos de negros: “O perigo de uma insurreição, devido ao grande número de escravos, é minorado por suas diferenças de linguagem e hábitos”. As rivalidades étnicas no Rio de Janeiro eram exarcebadas pela cor, pelo *status* e mesmo pelas incipientes diferenças que evitavam a formação de um estrato com interesses comuns. Os escravos pardos desdenhavam os crioulos, que, por sua vez, desprezavam os africanos. Os escravos de *status* mais alto, vestidos como príncipes e serviam nas casas dos brasileiros abastados, recusavam associar-se com os escravos dos imigrantes portugueses. Embora a diversidade étnica impedisse a formação de uma consciência própria e os problemas de organização interna, não foi a única razão. O problema para a diversidade étnica no Rio de Janeiro era o fato de que os escravos viviam no centro do poder no Brasil. No caso de uma revolta escrava, os senhores tinham à disposição o exército, a marinha, a guarda nacional, as milícias provinciais, os mercenários europeus, a polícia, as patrulhas escravas, e suas próprias milícias formadas de escravos e informantes. Além disso, todos os dias os escravos se defrontavam com os símbolos de poder de seus senhores: os poderosos fortes que guardavam a cidade, os navios na baía, as paradas dos soldados, e as patrulhas que andavam pelas ruas dia e noite, seguindo-lhes os passos, flagrando encontros secretos e prendendo escravos e libertos suspeitos de conspiração. Após a Independência do Haiti em 1804,

os proprietários de escravos no Rio de Janeiro empenharam-se em evitar a surpresa de uma rebelião; e, especialmente após a revolta de Salvador em 1835, reforçaram o controle dos seus escravos.

RETIRADAS. Em 1887, tendo chegado até às fazendas os ecos da campanha abolicionista, os escravos começaram a protestar diretamente. O protesto consistia numa retirada pacífica. Saíam das fazendas, fugiam das senzalas, escapavam do eito. Foram desde logo qualificados de “retirantes”. Nas palavras de Rui Barbosa, “o escravo teve um papel autômico na crise terminativa da escravidão. Abaixo da propaganda multiforme, cuja luz lhe abriu os olhos ao senso íntimo da iniquidade que o vitimava, ele constituiu o valor dominante da obra de redenção de si mesmo. O não-querer dos cativos, esse êxodo glorioso da escravidão paulista, solene, bíblico, divino como os mais belos episódios dos livros sagrados, foi, para a propriedade servil, entre as dubiedades e tergiversações do Império, o desgano definitivo”. O fato tomou maiores proporções nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em São Paulo, onde era mais acentuada a divergência entre os próprios fazendeiros no que concerne à emancipação, as “retiradas” foram mais intensas. Pela matrícula de 1887, existiam em São Paulo 107 329 escravos. No município de Campinas, àquela data, o número de cativos se aproximava de dez mil. Bananal contava mais de quatro mil; São Carlos do Pinhal e Guaratinguetá mais de três mil; Capivari mais de dois mil, de onde partiu o mais impressionante movimento de retirada. Os escravos, sem haver cometido qualquer atentado pessoal ou contra a propriedade, saíram de Capivari, e, como pretendiam dirigir-se para Santos, tiveram de atravessar Itu. Seu número passava de cem. O *Diário Popular*, de 18 de outubro de 1887, noticiou: “O bando de fugitivos, que já tinha engrossado, entrou em Itu e atravessou a cidade sem resistência alguma e sem praticar violências”. No entanto, foi ao seu encontro uma pequena força policial, fiada, provavelmente, na antiga passividade dos escravos. Referia-se, a propósito, a *Província de São Paulo*, no dia seguinte: “Os escravos, que são de uma fazenda de Capivari, passaram por Itu, na mais perfeita paz, sendo, pois, a única causa do conflito

a imprudência da autoridade que encarregou oito praças de persegui-los e quiçá aprisionar mais de sessenta escravos”. Nesse confronto morreram um soldado e um escravo, e as autoridades tentaram cercar os “retirantes” em Cubatão, mas não obtiveram sucesso, e os escravos desceram, em grande número, para Santos. Em Barreiros, no município de Limeira, toda a escravaria de uma fazenda, em represália a castigos sofridos por alguns companheiros, abandonou o trabalho, indo levar os companheiros feridos à autoridade policial e reclamar providências contra o senhor. Não mais voltaram à fazenda esses escravos. Em Rio Claro, a retirada foi intensa, motivando até a tolerância de alguns fazendeiros que readmitiram os seus ex-escravos como trabalhadores livres. Em Minas Gerais, os escravos também saíam em bandos das fazendas e se encaminhavam para Ouro Preto para reclamar liberdade e garantias. Na província do Rio de Janeiro, o maior êxodo aconteceu em Campos. No início de 1888, as fazendas pertencentes a Antônio Ferreira, Saturnino Braga e Orbílio Bastos não continham um só escravo. Outras estavam muito desfalcadas. Quanto ao comportamento dos “retirantes”, era, em geral e por toda a parte, digno de admiração. O Barão de Rio Branco testemunha: “A atitude dos escravos revoltados era calma e digna. Atravessavam as vilas e as cidades sem praticar a menor violência, e iam em busca de proteção de abolicionistas ou dos fazendeiros que já haviam libertado seus irmãos”. O escravo geralmente não partia para longe; às vezes somente se retiravam da fazenda em que sofrera a coação e os rigores do cativeiro.

REVISTA ILUSTRADA. Começou a circular em São Paulo a 1ª de janeiro de 1876, dirigida pelo desenhista Ângelo Agostini, com desenhos bem acabados. Seu instante épico foi a campanha abolicionista. Nas palavras de Herman Lima (1963), “focalizando em página dupla *Cenas da Escravidão*, quatorze quadros que são quatorze passos de paixão do nosso irmão cativo, em torturas que somente seriam revividas setenta anos depois nos campos de concentração do nazismo; logo mais, mostrando o chefe do Gabinete Saraiva, como fazendeiro, assegurando aos lavradores a continuação do seu direito de praticarem livremente o comércio de escravos, como animais de corte, página duma beleza e dum simbolismo ainda

agora frementes de emoção; ora na evidência dos flagrantes em que se mostrava limpa e nua a impassibilidade do Império em face do opróbrio persistente”. Nabuco chamou a *Revista Ilustrada* de “Bíblia dos que não sabem ler”. Foi o maior documentário ilustrado que qualquer período da nossa história conheceu, só comparável ao que, de outra época, deixaram Rugendas e Debret. Bibliografia. LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963. 4 vols.

REVOLTA DO SERRO. Rebelião articulada na cidade de Serro, em Minas Gerais, no ano de 1864. Os depoimentos de algumas testemunhas e pessoas implicadas ajudaram a esclarecer a sua estrutura. Os insurretos contavam com o apoio dos quilombolas ou, como eles diziam, da “rapaziada sujeita das matas”. O levante tinha como objetivo “a liberdade dos cativos”, segundo depoimento do escravo Adão, um dos seus líderes e principal responsável pelo aliciamento de adeptos. A cidade de Serro foi o palco dessas articulações. Os escravos rebeldes fizeram contatos com aqueles de Diamantina e com os cativos das fazendas e lavras vizinhas. Planejavam atear fogo em algumas casas e, quando os brancos estivessem distraídos na tarefa de extinguir as chamas, assassinariam “todos quantos chegassem e por meio dessa insurreição obteriam a liberdade”. Contudo, a movimentação dos escravos logo chamou a atenção das autoridades, principalmente do delegado da cidade, Jacinto Pereira de Magalhães Castro. A delação, como aconteceu com a maioria dos levantes de escravos, não tardou: Vicente, “cabra” escravo de Francisco Cornélio Ribeiro, cientificou as autoridades do que estava acontecendo. Com a delação e a conseqüente prisão dos principais implicados, ficou-se sabendo da organização e finalidade do levante. Haviām-se associado aos quilombolas que atuavam nas matas adjacentes para uma ação conjunta e coordenada. Utilizavam um sistema de senhas para que ambos os lados participantes da revolta (quilombolas e escravos das senzalas) atacassem simultaneamente. A senha para o dia do levante era a frase: “A gente de João Batista Vieira estava pronta e que os de cá ainda estavam à toa, que a galinha está morta e pronta e só faltava assar”. Isso significava, segundo depoimento de um dos implicados, “fugirem para o sertão mas ao mesmo tempo fazer uma porcaria na cidade de Serro com

a rapaziada [quilombolas]". Após as inúmeras prisões, iniciaram-se os processos contra os envolvidos. O escravo Adão foi condenado às galés por vinte anos. Outro acusado, o branco Herculano de Barros, foi absolvido por falta de provas: todas as testemunhas arroladas no processo acharam-no incapaz de se meter em "súcias de escravos", ou de "aconselhar escravos para semelhante fim". Pelo que se conclui dos manuscritos, duas eram as tendências dos escravos no movimento de Serro: internarem-se no sertão após a revolta, transformando-se em quilombolas, ou continuarem na cidade, exterminando os seus senhores. Uma das testemunhas declarou textualmente que "o plano foi combinado no lugar denominado Escola, na fazenda Sesmaria, entre José Cabrinha, Nuno e Demétrio e ajustaram que José Cabrinha viesse entender-se com Adão e do resultado mandasse avisar a Nuno na fazenda de Magalhães (denominada Liberdade) e este depois de entender-se com Adão mandou dizer a Nuno que isto por cá estava tudo pronto e muito bom que ele lhe mandasse notícias de lá. Declarou mais de que quando Nuno declarou que tinha ido à fazenda Sesmaria e propôs a José Cabrinha o plano de fuga, este lhe respondeu que tinha coisa melhor, e era o plano de insurreição e então ele Nuno, que tinha conversado com Adão sobre a fuga, e que ele José Cabrinha viesse se entender com Adão que é um rapaz ativo e astucioso, sobre a insurreição, pois que ele Nuno estava pronto e que ele só arranjava uma boa porção de escravos por estas oito léguas em redor". No final, presumivelmente haviam chegado a um acordo que envolveria as duas táticas; tanto a de Nuno, que era pela insurreição no Serro, como a dos escravos José e Demétrio, que defendiam a fuga para o sertão. Não chegaram a pôr o plano em execução.

REVOLTA DOS ALFAIATES. V. Inconfidência Baiana.

REVOLTA DOS MALÊS. V. Grande Insurreição.

REVOLTAS A BORDO. Os escravos, no transporte para o Brasil, revoltavam-se algumas vezes durante a viagem, amotinando-se nos tumbeiros (V.) que os conduziam. Esse tipo de revolta não era fácil, uma vez que as guarnições desses navios, sempre em alerta, ao menor indício de sublevação puniam drasticamente os amotinados. Todavia, apesar de todas as medidas acauteladoras e repressoras dos traficantes, muitas vezes a car-

ga dos navios negreiros se insurgia. Os sofrimentos eram tais que preferiam a morte, quando se lhe apresentava a oportunidade, a continuar nas condições a que eram submetidos. Discorrendo sobre o tráfico, em torno de 1560, diz frei Tomás de Macedo: "Amontoavam em um navio, às vezes pequenos, quatrocentos ou quinhentos [cativos] e já o fedor ou catinga basta para matar os mais deles. [...] E para que ninguém pense que exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores sacaram para a Nova Espanha de Cabo Verde, quinhentos em uma nau, e numa só noite amanheceram mortos cento e vinte, porque os meteram como porcos num chiqueiro ou, coisa pior, debaixo de coberta, onde o seu próprio fôlego e catinga (que bastavam para corromper cem áreas e tirá-los da vida) os matou. E houvera sido justo castigo de Deus morrerem juntamente aqueles homens bestiais que os levaram. E não parou nisso o negócio; antes de chegarem ao México, morreram quase trezentos. Contar o que se passa no tratamento dos que vivem seria um nunca acabar. E espantamo-nos com a crueldade dos turcos para com os cristãos cativos, pondo-os à noite nas suas masmorras. Muito pior tratam esses mercadores cristãos aos pretos que já são também fiéis porque na praia, ao mesmo tempo de embarcá-los, batizam todos juntos com um híssope, o que é outra barbaridade". Pode-se imaginar, por essa amostra, o que significava uma revolta a bordo de um tumbeiro. Os negros enfurecidos, quando conseguiam dominar a tripulação, praticavam verdadeiras matanças. Por isso, os castigos aplicados àqueles que se revoltavam ou tentavam amotinar-se durante a travessia eram terríveis. Nas palavras de Artur Ramos (1942), "citam-se casos de mutilação, de decapitação, de despedaçamento. Testemunhas de vista relatam-nos algumas destas repressões às revoltas de escravos". Do livro de bordo do navio negreiro *L'Africain*, em 1738, extraiu-se essa passagem: "Sábado, 29 de dezembro. Amarramos ontem os negros mais culpados, isto é, os negros autores da revolta, pelos quatro membros e deitados de bruço em cima da ponte, fizemos-lhes escarificações nas nádegas para que sentissem melhor suas faltas. Depois de ter posto as nádegas em sangue pelos açoites e escarificações, pusemos em cima pólvora, suco de limão, salmoura, e pimenta, tudo pilado, juntamente com outra droga

posta pelo cirurgião; atiramos-lhes às nádegas para impedir que houvesse gangrena". E continua Artur Ramos: "Por uma simples suspeita de rebeliões em outro navio negreiro, um capitão condenou dois negros à morte, em 1724. Uma negra escrava foi suspensa a um mastro e flagelada. Depois, com tesouras, arrancaram-lhe cem filetes de carne até que os ossos aparecessem; o outro condenado foi estrangulado e arrancaram-lhe o fígado, o coração e os intestinos. Seu corpo foi cortado em pedaços que os outros escravos foram obrigados a provar". No entanto, mesmo com toda essa montagem terrorista nos tumbeiros, os escravos de um navio negreiro que se dirigia provavelmente para a Bahia, em 1823, amotinaram-se e assassinaram inúmeros tripulantes do barco. Vinha a embarcação com um carregamento de negros macuas, por isso mesmo em travessia muito longa, pois vinha de Moçambique, no Oceano Índico. Assim que entrou no Atlântico, inesperadamente estourou a revolta, e todos os brancos da tripulação foram atirados ao mar com pancadas desfechadas com achas de lenha. Certamente, o motim foi sufocado, pois de outra forma não se explica o fato de ter o navio aportado à capital baiana. As prisões se sucederam e os implicados foram levados à barra dos tribunais para julgamento. Como pudemos ver nos documentos que consultamos no Arquivo Público do Estado da Bahia, a revolta foi inteiramente acidental e não teve caráter organizado, nascendo das próprias circunstâncias favoráveis que, por algum motivo fortuito, se apresentaram durante a viagem. Os traficantes sabiam que a revolta era um desejo latente naquela carga humana e por isso tomavam medidas como aquelas já relatadas. Apesar da maneira improvisada, segundo os documentos citados, houve um líder que se destacou, encorajou os companheiros e dirigiu a rebelião. Foi o preto ladino José Totó ou José Pato. O escravo Niquirita afirmou que o levante "foi insinuado aos negros novos macuas pelo preto ladino José Totó", depoimento que coincide com o de um ladino implicado, o escravo Lauriano, que também afirmou: "quem aconselhara aos negros novos para se levantarem fora o preto ladino de nome José Pato". Ainda pelos depoimentos, verificamos que as únicas armas usadas, ou pelo menos mencionadas, foram achas de lenha e outros objetos encontrados ocasional-

mente. Na matança dos brancos destacaram-se os pretos novos Macu e Mamatandu, afirmou um dos implicados. Para outro, "foram os pretos novos macuas, Mamatandu e Macutandu". Esses pretos, todos da nação macua, ao se insurgir contra os brancos traficantes, tinham como certo, segundo lhes informaram, que, "se assim não o fizessem, os brancos os comeriam na sua terra". Após o motim, várias prisões foram feitas, embora não possamos estabelecer o seu número exato. Além disso, não conseguimos saber que fim tiveram os implicados, especialmente os seus cabeças. Talvez tenham sido enforcados, pois, por crimes muito menores, costumava a justiça da época condenar os escravos a quinhentos ou seiscentos açoites. **Bibliografia.** PRADO, J. F. Almeida. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. 3 vols.; RAMOS, Artur. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.

REVOLUÇÃO DO HAITI, A. De todos os movimentos negros contra a escravidão e o sistema colonial no seu conjunto, o de maior impacto social foi o do Haiti. A independência desse país originou-se de um protesto negro radical. Já antes de 1512, chegavam para a antiga São Domingos os primeiros escravos negros. A parte francesa começou a desenvolver-se na base da produção de artigos para exportação (fundamentalmente açúcar), cultivados pelos cativos. Na metade do século XIX, a composição étnica da população era: brancos, 40 mil; mulatos, 96 mil, sendo 56 mil libertos e 40 mil sujeitos a diversas formas de escravidão; 532 mil negros eram escravos. Do ponto de vista de concentração da renda nacional, a minoria branca detinha o controle de 70% da riqueza e 75% dos escravos. Em consequência do aumento da prosperidade das classes dominantes, o ritmo de importação de escravos também se acelerou. Logo os escravos começaram a fugir, individualmente ou em bandos. Será nesta força social composta de negros fugidos ou abertamente rebeldes que se apoiará o movimento da independência do país. Por isso, já se escreveu que a história do Haiti é uma série de lutas terríveis, de opressão e de martírios. A revolta escrava formava-se concomitantemente ao sofrimento. Nesse movimento de protesto, o culto vodu exerceu importante papel e serviu de elo de ligação entre os escravos sublevados. Por seu lado,

para Emanuel C. Paul, “a formação dessa religião das massas haitianas coincide não somente com o aumento demográfico da antiga colônia francesa, mas também com o recrudescimento do movimento de guerrilhas com que os *cimarrones*, isto é, os negros que tinham fugido da disciplina das plantações, semeavam a inquietação e desolação nas ricas plantações, procurando desarmar os colonos. A administração, suspeitando que eram estreitas as relações entre as atividades ocultas dos *cimarrones* e esse culto fetichista, proibiu severamente as manifestações. Contudo, os negros praticaram-nas dentro do maior segredo”. As fugas de negros aumentaram, chegando a formar verdadeiros povoados. A repressão também se organizou, aparecendo os *rancheadores*, que correspondiam ao nosso capitão-do-mato. Finalmente, em 1758 ocorreu a rebelião de Makandal, que foi sufocada. Como não podia deixar de ser, o seu movimento estrutura-se nos quadros do messianismo, tendo como suporte ideológico o culto vodu. Makandal apresentou-se como um *hungan*, dizia-se inspirado pelos deuses da África e impunha-se como aquele possuidor de condições bastantes para exterminar os brancos e libertar os negros. Mandava envenenar os senhores pelos escravos domésticos, semeando o pânico. Durante quatro anos, conseguiu impor a sua liderança, até que foi preso ao tentar participar de uma *calinda* e condenado à morte na fogueira. Mas ninguém acreditava que seria morto, pois, segundo uma lenda formada em torno da sua vida, era imortal. No dia da execução (20 de janeiro de 1758), Makandal logrou soltar-se das amarras que o prendiam ao poste e saiu do círculo de fogo pronunciando palavras cabalísticas. O fato produziu fortíssima impressão entre os circunstantes. Amarrado, foi jogado novamente no braseiro, mas, já então, os negros não acreditavam na sua morte e ficaram aguardando a sua volta a qualquer momento. Após essa primeira revolta, uma outra foi liderada por Boukman, um escravo originário da Jamaica. Esse movimento já foi muito mais abrangente e organizado. O seu líder reuniu grande número de escravos, levando-os para Bois-Caiman. Duzentos delegados de diversas províncias reuniram-se no local a fim de marcar a data do início da revolta. Foi durante a realização de uma cerimônia vodu que prestaram juramento de solidariedade mútua na luta contra os

senhores franceses. Durante a cerimônia, Boukman pronunciou as seguintes palavras:

O bom Deus que fez o sol
que nos ilumina lá do alto
que agita o mar
que faz surgir a tempestade,
escutai-me vós, o bom Deus
está oculto entre as nuvens.
De lá nos contempla e vê
Tudo o que fazem os brancos.
O Deus dos brancos ordena o crime,
O nosso solicita boas ações.
Porém, esse Deus que é tão bom, o nosso
Ordena-nos vingança.
Ele vai conduzir os nossos braços
E dar-nos resistência.
Destruamos a imagem do Deus dos brancos
Que tem sede das nossas lágrimas;
Escutemos em nós mesmos
O apelo da liberdade!

A esses uniram-se aqueles que haviam participado de levantes anteriores – os de Ogé e Chavannes – e se encontravam foragidos, vagando pelos bosques e sendo caçados pelo aparelho repressor. Nesse ambiente, o vodu adquiriu função aglutinadora cada vez maior. Os Papa-Los agitavam os negros, incutindo-lhes a convicção da sua imortalidade. Lutando em Fon-Bleu, Boukman tombou morto, tendo a sua cabeça sido levada para o Cabo como troféu e exibida em praça pública. Sucederam-se outros líderes, como Jean François, Jeannot e Biassou. Finalmente, a eles se juntaram Henri Christophe e Jacques Dessalines, este último incontestavelmente um grande lutador, radical nas suas oposições contra a minoria branca opressora. A essa altura, a situação complicou-se para os colonizadores: a guerra entre a França e a Espanha e a Inglaterra levou as tropas espanholas e inglesas a invadir São Domingos, aliando-se aos franceses monarquistas e escravos rebeldes. Nessa conjuntura, o delegado da República, pensando com esse ato salvar os interesses da França, pois neutralizava a aliança dos escravos rebeldes com a Espanha e a Inglaterra, aboliu a escravidão no Haiti. Mas os escravos haitianos já se encontravam em plena subversão. As plantações e colheitas dos colonizadores foram destruídas e as casas,

incendiadas. Com mil escravos em armas usaram a violência contra os brancos e seus quatro mil soldados ali aquartelados. O terror branco procurou esmagar pelo medo os escravos numericamente superiores. As estradas ficaram repletas de forcas nas quais balançavam corpos de escravos. A revolução durou três semanas e custou a vida de dois mil brancos e dez mil negros. Foi então que surgiu a figura de Toussaint l'Ouverture, que lutava ao lado dos espanhóis, mas abandonou-os, infligindo-lhes graves derrotas. Um mês depois de iniciada a revolução, ele se colocou à frente dos escravos da fazenda Breda, juntamente com outros contingentes de escravos sublevados. Com l'Ouverture à frente da massa insurreta, os franceses passaram a ser batidos sucessivamente. A metrópole, tendo à frente Napoleão Bonaparte, no entanto, não aceitou que o conceito de igualdade fosse estendido aos escravos. Enviou à ilha seu cunhado Leclerc, a fim de esmagar a resistência armada dos haitianos. l'Ouverture chegou a entrar em entendimento com ele, depois de resistir bravamente a vinte mil soldados franceses desembarcados na ilha. Seus companheiros de armas retiraram-se para o interior, acreditando na palavra do inimigo. Esse erro de l'Ouverture foi fatal. Quando se dirigia para uma entrevista com os franceses, foi aprisionado e enviado para a França, onde morreu prisioneiro de Napoleão. A luta, porém, continuou. Em outubro de 1802, Petion e Clervaux se sublevaram; uniram-se a eles as tropas do indomável Dessalines, que assumiu praticamente a direção da guerra de libertação. Essas lutas perduraram até 1º de janeiro de 1804, quando “Jean-Jacques Dessalines, o escravo negro cujas costas estavam marcadas pelo látigo impiedoso dos colonos brancos de Saint-Domingue, proclamou a independência do Haiti. Depois convidou Boissond-Tonnerre a ler as atas que, assinadas por ele, Christophe, Petion, Gabard, Clervaux, Capois, Jean Louis François, Toussaint Le Breve, conseguiram fundar o segundo Estado livre da América. Num dos artigos da Constituição da nova nação, lia-se que ‘nenhum branco, qualquer que seja a sua nação, poderá pisar este território a título de amô ou proprietário e não poderá no futuro adquirir nenhuma propriedade’. Vencia pela primeira vez na história da humanidade uma revolta de escravos criando uma nação indepen-

dente. **Repercussão entre os escravos no Brasil.** A repercussão desse feito em todo o mundo colonial onde ainda existia a escravidão foi muito relevante. Criava-se, em cima dele, uma utopia libertária para toda a América escravizada. Os negros escravos viram na revolução do Haiti uma prova concreta de que podiam se libertar, independentemente dos resultados concretos ou de modelos econômicos aplicados”, nas palavras de Clóvis de Melo. Segundo Eugene Genovese, “os senhores de escravos, inclinados ao exagero, não se haviam tornado paranóicos, entretanto compreendiam o potencial do que presenciavam. Referências ao exemplo e inspiração do Haiti repercutiram através de toda a América negra. [...] O Haiti, segundo declarou William Watkins, durante o encontro de negros livres em Baltimore, em 1825, ‘fornece um argumento irrefutável para se provar que os descendentes da África jamais foram designados por seu criador para sustentar uma inferioridade, ou até mesmo uma mediocridade na cadeia da existência’. E os senhores de escravos não acharam graça nas comemorações da independência haitiana tal como as que se deram em 1857 entre os pedreiros negros libertos de Saint Louis (Missouri), um estado escravagista. Jefferson havia notado que, ‘ao que parece, as Índias Ocidentais deram considerável impulso às mentes dos escravos nos Estados Unidos’. A revolução de São Domingos impulsionou uma revolução na consciência dos negros de todo o Novo Mundo”. No Brasil, essa repercussão se fez sentir tanto entre os senhores como no meio escravo. O chamado “perigo de São Domingos” é uma constante na correspondência das autoridades da metrópole com as da colônia e, posteriormente, dos órgãos governamentais do Império. Por outro lado, vários movimentos populares e antiescravistas tiveram como fonte inspiradora a revolução haitiana. Varnhagen, quando analisa a Inconfidência Baiana de 1798, diz ter receado que, se ela tivesse vencido, haveria no Brasil as cenas deploráveis de São Domingos. Em 1798, José Venâncio de Seixas, informando diversos assuntos a D. Rodrigo de Souza Coutinho, já advertia sobre o perigo da formação de quilombos, referindo-se ao “que têm feito os negros marões nas colônias francesas e holandesas”, portanto antes da independência do Haiti, mas já como advertência ao processo revolucio-

nário ali em curso. Clóvis de Melo aponta aquilo que ele chama de a “Pedrosada” de 1823, quando “escravos negros com pardos livres, ou rebeldes, que eram também soldados do terço dos Henriques tomaram o poder, durante uma quinzena, fato talvez único na história social do Brasil”. Mas, ainda segundo o mesmo historiador, não souberam o que fazer com o poder “e os aristocratas brancos retomaram-no com facilidade”. Diz Clóvis de Melo, concluindo, que “não há dúvida alguma que a insurreição do Haiti, onde se implantou um Estado afro-americano, influenciou nos eventos de pernambucanos. Pedroso pretendia imitar o exemplo de Toussaint. Até o folclore recifense, da época, registra nomes de insurgentes haitianos, que deviam ser conhecidos dos negros que trabalhavam nas docas de Recife e tinham notícias frequentes do que ocorria fora do Brasil Colonial”. Já em 1817, ao referir-se à situação de inquietação dos escravos pernambucanos, o comodoro inglês Bowles dizia que poderia “resultar na expulsão de todos os brancos deste continente e no estabelecimento de uma segunda São Domingos no território brasileiro”. A repercussão da vitória dos escravos haitianos continuou agitando os negros e pardos brasileiros. Ainda em Recife, em 1824, ocorreu uma revolta de escravos dos engenhos e soldados. Seu líder foi Emiliano Mandurucu (V.), que lançou aos pretos e ao povo em geral um manifesto em versos onde reconhece a inspiração haitiana de seu movimento. Dizia ele:

Qual eu imito Cristóvão
Esse imortal haitiano
Eia! Imitar o seu povo
Ó meu povo soberano.

Aqui cabe uma reflexão mais detida sobre o manifesto. Será que o autor, ao referir-se a Cristóvão como imortal, já sabia da sua morte? O rei Cristóvão do Haiti suicidara-se, em 1820, no palácio de Sans-Souci, em Milot, construído no cimo de uma montanha. Essa “imortalidade” de Cristóvão, em 1824, quatro anos depois da sua morte, portanto, não significaria, de um lado, a simples informação a seu respeito e, de outro, a referência a uma transcendência mítica pela convicção da sua imortalidade? É um problema de difícil resposta. Imediatamente após o levante, o ma-

jor Agostinho Bezerra (também negro) frustrou pelas armas os intentos de Emiliano Mandurucu e seus adeptos. Também na Revolução de 1817, em Pernambuco, o fantasma de São Domingos foi levantado. Luís do Rego Barreto, em carta à metrópole, dizia que “não foram todos os negros, nem todos os mulatos os que tomaram partido dos rebeldes e se uniram a eles; porém dos homens destas cores, aqueles que abraçaram a causa dos rebeldes, a abraçaram de um modo excessivo, e insultante, e fazem lembrar as cenas de São Domingos. Os homens mais abjetos desta classe, os mesmos mendigos, insultaram seus antigos benfeitores, seus senhores, ou senhoras, e se prometiam com todo despojo de uma senhora como acontecimento infalível”. Se, em certos depoimentos da classe senhorial, transparece a “síndrome do medo”, exagerando o perigo desse contágio, não há dúvida, no entanto, de que houve uma conexão muito mais próxima entre a revolução haitiana e os escravos e negros livres brasileiros. O processo revolucionário haitiano concluiu-se em 1804. Um ano depois, em 1805, “o Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros o retrato de Dessalines, Imperador dos Negros da Ilha de São Domingos. E o que é notável era que estes mesmos negros estavam empregados nas tropas da milícia do Rio de Janeiro, onde manobravam habilmente a artilharia” (Luiz Mott). Não se pode negar, portanto, com esse e outros exemplos, a existência de uma conexão entre os negros revolucionários do Haiti e os escravos e os crioulos do Brasil. Mott coloca ainda algumas questões na análise do documento: “Onde teriam sido feitos os tais retratos? No próprio Haiti ou no Brasil? Se na Ilha de São Domingos, quem os teria trazido para a América do Sul? De que material seriam tais retratos: pintura a óleo sobre metal, ou escultura em concha bicolor à maneira de camafeu?”. É para refletir sobre o assunto, porque à época em que o fato foi registrado a impressão de qualquer gravura era quase impossível no Brasil, pois as pouquíssimas tipografias existentes viviam sob severa vigilância. A revolução do Haiti foi, portanto, conhecida e admirada pelos escravos e negros. De acordo com o mesmo autor, em Itapoã (Bahia), foi registrada um sublevação de negros escravos “empregados nas pescarias. Depois de sufocada a revolta com

um saldo de 13 brancos e 56 negros assassinados, os comerciantes baianos escreveram ao Governo Central denunciando que os negros falavam abertamente de suas revoltas comentando os acontecimentos do Haiti. Chegaram ao ponto de dizer que em São João não haveria sequer um branco ou mulato vivos”. Em Sergipe, a influência do exemplo haitiano foi mais intensa. Na opinião de Luiz Mott, “a primeira contestação surgiu na vila das Laranjeiras, principal centro comercial de Sergipe, onde havia a maior colônia lusitana da província. A vila amanhece certo dia, 26 de junho de 1824, cheia de pasquins – pequeninos pedaços de papel grudados com cera de abelha nas portas dos locais mais destacados – com os seguintes dizeres: ‘Vivam Mulatos e Negros / Morram os Marotos e Caiados’. Este outro pasquim – enviado ao governador das armas de Sergipe – descreve, com cores vivas, os acontecimentos que culminaram na divulgação dos referidos pasquins: ‘Senhor Governador das Armas. Alerta’. Uma pequena faísca faz um grande incêndio. O incêndio já foi lavrado. No jantar que deram nas Laranjeiras os ‘Mata Caiados’ se fizeram três saúdes: primeira à extinção de tudo quanto é do Reino, a quem chamam de ‘marotos’; a segunda a tudo quanto é branco no Brasil, a quem chamam de ‘caiporas’; a terceira à igualdade de sangue e de direitos. Que tal alegria é bem alerta. Um menino R..., irmão de outro bom menino, fez muitos elogios ao Rei do Haiti e porque o não entendiam falou mais claro: São Domingos, o grande São Domingos. Não houve manobra. Vossa Ex.^a tome cuidado. Os homens de bem confiam em Vossa Ex.^a Só querem religião, Trono e Sistema de Governo jurado no dia 6 de julho. Philoordinio”. O medo de uma sublevação igual à do Haiti tomava corpo entre os senhores de escravos e seus seguidores sergipanos. Em 1828, um anônimo, que assinava “Um Cidadão”, escreveu ao jornal *Soldado da Tarimba*, acusando Antônio Pereira Rebouças de sedicioso e organizador de um movimento igual ao que acontecera no Haiti. Não satisfeito em denunciar Rebouças como adepto do regime da ilha de São Domingos e anarquista, o denunciante mandou tirar certidão de testemunhas de acusação contra o rábula baiano. Para pedir tal documento, teve de identificar-se: Gervásio Batista. Todas afirmam saber que havia uma organiza-

ção que desejava impor o regime do Haiti em Sergipe e que o seu chefe era incontestavelmente Antônio Rebouças. Uma delas, depois de informar saber que o pardo Fuão “tratava de convocar a pretos cativos e forros para, pelo Natal do corrente ano, se levantarem e matarem tudo que fosse branco e aclamarem a República”, declarou que o “agente dessa sedição é o Secretário do Excelentíssimo Governador da Província Antônio Pereira Rebouças e sabe mais que ele testemunha por ser público que este secretário na povoação de Laranjeiras gritou em altas vozes, morram os brancos e os queixadas brancas, vivam os pardos e o sistema de São Domingos”. Esse movimento de intelectuais, de pardos, de elementos do corpo dos Henriques, de forros e de negros escravos tinha como objetivo, embora de forma imprecisa e sem programa, instalar um governo, em Sergipe, igual àquele que os negros instalaram no Haiti. O movimento em Sergipe aconteceu em 1824, tendo o processo contra Rebouças terminado em 1825. No entanto, a ressonância da revolução do Haiti e sua conexão com os escravos, camadas, segmentos e grupos oprimidos no Brasil não se esgotou com o episódio de Sergipe. Tanto é verdade que, em 1831, seis anos depois, portanto, daquilo que poderíamos chamar de “o episódio sergipano”, o Desembargador encarregado da polícia da Corte do Rio de Janeiro, Pedro Antônio Pereira Barreto, enviou elucidativo ofício ao ministro da Justiça sobre essa conexão. Diz o documento: “Relativo aos pretos da Ilha de São Domingos que aqui existem, informo que ordenei ao comandante da polícia a sua apreensão. Conseguiu-se prender Pedro Valentino, que residia na hospedaria das Três Bandeiras. Tendo continuado na diligência de apreender o outro que consta que é clérigo e fui informado que foi visto ontem na rua dos Toneleiros, em meio de muitos pretos, não sendo porém encontrado quando foi mandado prender”. Como se pode ver, se, de um lado, havia o medo da classe senhoria, de outro, há claros indícios de uma real influência da revolução do Haiti entre os escravos no Brasil. Bibliografia. MELO, Clóvis de. Discurso pronunciado na Fundação Joaquim Nabuco, 1987. mimeo; MOTT, Luiz. *A Revolução Haitiana e o Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1981. REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817, PARTICIPAÇÃO DO ESCRAVO NA. O escravo também

participou da Revolução Pernambucana de 1817, embora a sua atuação tenha sido bem menos importante do que na Inconfidência Baiana (V.). A Revolução de 1817 não teve um sentido e um conteúdo tão radicais como a dos alfaíates baianos. Sua composição social era bem distinta, seu programa bem menos avançado e os seus objetivos muito mais acanhados. Quanto à abolição do trabalho escravo, embora inicialmente fosse favorável à medida, logo após a vitória precária da revolução, o Governo Provisório apressava-se a esclarecer o assunto à classe senhorial com o seguinte documento: "Patriotas Pernambucanos! A suspeita tem-se insinuado nos proprietários rurais; eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor escravos. O Governo lhes perdoa uma suspeita que o honra. Nutrido em sentimentos generosos não podem jamais acreditar que os homens, por mais ou menos tostados, degenerassem do original tipo de igualdade; mas está igualmente convencido de que a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade. Impelido destas duas forças opostas, deseja uma emancipação que não permita mais lavar entre eles o cancro da escravidão; mas deseja-a lenta, regular, legal. O Governo não engana ninguém; o coração se lhe sangra ao ver longínqua uma época tão interessante, mas não a quer prepóstera. Patriotas! vossas propriedades ainda as mais opugnantes ao ideal de justiça serão sagradas: o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força. Crede na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa" (*apud* Nabuco, 1938). Para salvar a pele, tentaram uma aliança com o latifúndio escravista. Levantando a bandeira da inviolabilidade da propriedade privada – um dos postulados teóricos do liberalismo – estenderam esse direito até a posse de outros seres (uma das características das sociedades escravistas), servindo, assim, à defesa da propriedade dos senhores de escravos que era reconhecida em nosso país. As idéias liberais serviram para defender uma formação econômico-social que, na Europa, contribuíram para esfacelar. Mesmo assim, os escravos participaram da luta. No trabalho de aliciamento foi visível o interesse que os organizadores do movimento tiveram pelo elemento

servil ou pelas camadas ligadas a ele diretamente, Antônio Henrique Rebelho, segundo-tenente do Regimento de Artilharia, tinha grande familiaridade com os Henriques (V.), fato que levou o alferes Romão Pereira da Silva a inquiri-lo sobre aquele comportamento, obtendo a seguinte resposta: "Deixe estar, é preciso tratá-los bem para nos ajudarem algum dia a ser livres". Quando o Conde dos Arcos iniciou a repressão contra o movimento pernambucano, ordenou o fuzilamento sumário de inúmeros escravos que lutaram ao lado dos republicanos. Na Paraíba, Amaro Gomes Coutinho foi enforcado por haver tomado parte na revolta, e juntamente com ele subiram ao patíbulo, por crime idêntico, 23 escravos. Convém notar, ainda, que a participação do escravo na revolta de 1817 foi, de uma parte, espontânea, em face de razões que já apresentamos, e, de outra, uma obrigação imposta pelos seus senhores que estavam envolvidos na luta. Por isso mesmo escreveu com razão Luís Borges (1962): "Os escravos que passaram a figurar entre as tropas que asseguraram a vitória inicial da revolução, eram incorporados a elas por iniciativa daqueles que dirigiam o movimento pela independência, sendo trazidos para a luta diretamente dos engenhos onde trabalhavam". Tais fatos aconteceram, sobretudo, no início da revolta, antes do impulso que as forças populares imprimiram no sentido de radicalizá-la. No entanto, a composição social do movimento não permitia mais a posição hegemônica dessas camadas. Pelos fins de abril, a revolta estava quase circunscrita a Pernambuco. A situação não era nada lisonjeira, quase desesperadora. Daí, entre outras medidas, terem sido libertos mil escravos que foram postos em armas. A medida, porém – em face das circunstâncias em que foi tomada – deixou de ser uma atitude política, para converter-se em medida militar de emergência, pois, na mesma ocasião, decretou-se o recrutamento geral, declarando-se que todo aquele capaz era obrigado, sob pena de morte, a defender a República. Mas a revolta foi logo sufocada e seus líderes, encarcerados ou executados. Vejamos, porém, a lista dos implicados: em Pernambuco, quatro do Regimento dos Henriques e quatro dos pardos; na Paraíba, dois escravos, dois do Regimento dos Henriques e um cabra; no Ceará, um membro do Regimento dos Hen-

riques, quatro cabras; no Rio Grande do Norte, apenas um cabra. Com referência à cor, escreve ainda Luís Borges: "Dezoito são livres, isto é, sete do Regimento dos Henriques, quatro do Regimento dos Pardos e sete cabras, e finalmente, dois são escravos. Devemos anotar, finalmente, que esses implicados são apenas os que constam da devassa mandada abrir pelas autoridades. Cremos, no entanto, que a contribuição do escravo foi bem maior do que refletem tais documentos, pois apenas os mais importantes foram responsabilizados, especialmente os que faziam parte da intelectualidade e da maçonaria. O lastro popular da revolta não podia ser envolvido na rede da justiça por ser muito mais difícil identificá-lo. Em suma, duas foram as formas fundamentais de participação dos escravos na Revolução de 1817: a ação por ordens do senhor, sem consciência, portanto, da essência do significado da sua participação; e a segunda, como elemento consciente que se rebelava contra o *status* em que se encontrava e que engrossava as fileiras dos insurgentes, sabendo que seu objetivo era extinguir a escravidão. A primeira forma mostra o escravo alienado, ainda ideologicamente estruturado nos quadros institucionais que vigoravam. A outra forma de participação levou o escravo a negar sua condição – a transformar-se em quilombola – atuando como elemento de negação da ordem escravista. Bibliografia. BORGES, Luís. "Participação dos Homens de Cor na Revolução de 1817", *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, 1962; NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo, Nacional, 1938.

RIBEIRINHO. Assim era chamado, em Minas Gerais, o escravo fugido que não era reputado por quilombola. Geralmente, este tipo de fugitivo se escondia dentro das próprias senzalas ou nas proximidades das vilas.

RIFA DE ESCRAVOS. Pelo Decreto nº 5 135, de 13 de novembro de 1872, que regulamentava a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, foi criado um Fundo de Emancipação para libertar, em cada província do Império, o número de escravos correspondente à quota disponível do Fundo. Entre as fontes de renda desse fundo criou-se uma loteria nacional com seis extrações anuais. Mas o surpreendente de tudo isso é que os senhores usavam esse veículo para rifar escravos. Pouco antes da Abolição, um jornal de Fortaleza

publicava o seguinte anúncio:

Quem tiverem [sic] os bilhetes com os números da rifa anexa à loteria do Rio de Janeiro, que se extraiu no dia 27 de julho do corrente ano, haja de apresentá-lo ao abaixo assinado para receberem o que por sorte lhe saiu.

Casa.....Nº 4438
Sítio.....Nº 5260
Escrava.....Nº 3621
Cavalo.....Nº 1306

O responsável por essa rifa, Guilherme Augusto de Almeida, aproveitando-se de um mecanismo lúdico criado pelo governo imperial para arrecadar dinheiro para o Fundo de Emancipação, rifa uma escrava juntamente com um cavalo, um sítio e uma casa. É a completa demonstração de que, no Brasil como nos demais países e regiões onde existiu o escravismo, o escravo era coisificado e comparado a qualquer objeto material.

RIO DAS MORTES, QUILOMBO DO. Ajuntamento de negros fugidos que teria existido em Minas Gerais e sobre cuja estrutura interna há poucas informações. A notícia da sua destruição nos foi dada por Pedro Tacques, na sua *Nobiliarquia Paulista*, onde escreve: "No sertão entre o rio das Mortes e o chamado rio Grande, se havia formado, pelo meado do século XVIII, um tão grande quilombo de negros fugidos que já parecia um reino, praticando insultos, violências e mortes, de modo que foi necessário o governador da capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, tomar sérias providências em ordem a exterminar o dito quilombo, para o que mandou chamar a Bartolomeu Bueno do Prado e a ele encarregou desta importante e arriscada empresa. Bueno desempenhou tanto o conceito que se formava do seu valor e disciplina na guerra contra os índios e pretos fugidos, que depois de organizar a sua força e atacar o quilombo, voltou em poucos meses apresentando 3 900 pares de orelhas dos negros que destruiu, sem mais prêmio que a honra de ser ocupado no Real Serviço; como consta no acórdão tomado na Câmara de Vila Rica sobre esta expedição no ano de 1751". Procurando esclarecer a informação documentada por Tacques, o historiador Miguel Costa Filho (1959) escreveu que "Xavier da Veiga, que foi pesquisador infatigável, conta não ter encontrado jamais o acórdão referido por Pedro Tac-

ques de Almeida Pais Leme, o nobre paulista, cujo sentimento de classe se manifesta tão vivo no trecho acima transcrito, em que tripudia sobre a 'canalha' derrotada e exalta o heróico feito de Bueno do Prado que, além de vencer e massacar a negrada rebelde, ainda lhe cortou as orelhas, a nada menos de 1 950 quilombados, e as levou (para Vila Rica?) e se exibiu como troféu de guerra, a acreditar na versão do linhagista. Não havendo prova documental da ocorrência referida pelo escritor paulista, preferimos deixar em suspenso qualquer juízo acerca do sinistro episódio, por mais que o celebrem os cronistas reacionários, os empedernidos historiógrafos, apostados na tarefa inglória de louvar, *quand même*, os métodos de colonização adotados no Brasil. Xavier da Veiga, pelo contrário, o censura, mas parece crer que Bartolomeu Bueno do Prado mandou executar a medonha cerimônia do corte de orelhas. Para tanto, fundamenta-se na Instrução para D. Antônio de Noronha, governador e capitão-general da Capitania de Minas Gerais, que, em certo passo, alude aos quilombos do Campo Grande (V.), destruídos no governo de José Antônio, por uma expedição que levou seis meses no cumprimento da tarefa. Não menciona essa Instrução o número de quilombos destruídos e de negros mortos na luta. Dela, pois, a rigor não se pode concluir que foram passados pelas armas, nem muito menos que aos cadáveres dos que tombaram nas refregas se lhes cortaram as orelhas para exibi-las pelas estradas e pô-las em exposição em Vila Rica ou algures para escarmento da negrada". Devemos analisar, contudo, um outro aspecto do problema. O fato de Bartolomeu Bueno ter levado 3900 orelhas de quilombolas não quer dizer que os tivesse obrigatoriamente assassinado. Já havia o alvará de 7 de março de 1741 mandado que se cortasse uma orelha de escravo reincidente encontrado em quilombo. Neste sentido, pode ter ocorrido um simples exagero do bandeirante, levando os prisioneiros sem as orelhas. Em todo caso, dentro do contexto histórico e social do escravismo brasileiro, seria um fato "normal". Não há, portanto, porque levantar-se dúvidas quanto ao registro de Tacques. Bibliografia. COSTA FILHO, Miguel. "O Trabalho na Minas Gerais", *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 5, 1959.

RIO DE JANEIRO, QUILOMBOS NO. Na capitania do

Rio de Janeiro, a formação de quilombos criou uma situação muito difícil antes de terminar a primeira metade do século XVII. Baseando-se nos livros do Arquivo do Rio de Janeiro, o pesquisador Miguel Costa Filho colheu interessante e elucidativo material. Em 1650, o governador da capitania foi em pessoa à câmara, tendo-se combinado a nomeação do capitão Manoel Jordão da Silva para chefiar uma companhia, que, saindo da cidade do Rio de Janeiro, fosse assaltar e arrasar as povoações dos negros rebelados, situadas nas margens do rio Paraíba, além da serra dos Órgãos. Os quilombolas acostumavam atacar, em "guerrilhas", os moradores de Iguaçu, Jacutinga, Sarapuí, Miriti e Campo Grande. A situação persistia em 1659, o que forçou o governo a tomar severas providências, inclusive a de aumentar as vantagens, consideradas insuficientes ao comandante da expedição. Os *Anais do Rio de Janeiro* não registram o número, ainda que aproximado, dos amocambados do rio Paraíba. Seriam, certamente, segundo Miguel Costa Filho (1960), grande, pois os quilombos vinham se constituindo de longa data, elevando-se ano após ano a quantidade de negros fugidos. Daí o terror crescente entre a classe senhorial. Calculou-se que, para vencê-los, seria necessário enviar para os sertões fluminenses uma força de mais de centena de infantes, sem falar nos 150 negros encarregados de levar as bagagens e que certamente iriam armados e entrariam em linha de fogo. Antes da informação do governador registrada em 1650, já havia, no entanto, quilombolas no território do Rio de Janeiro. Vivaldo Coaracy (1965) afirma que os quilombolas, já em 1625, "reunindo-se em bandos, construindo quilombos e mocambos em lugares ermos esses negros fugidos tornaram-se perigo público, pois entregavam-se a atos de banditismo, atacando e roubando os viajantes nas estradas, assassinando os que lhes ofereciam resistência, assaltando mesmo pequenas propriedades agrícolas isoladas e procurando seduzir outros escravos para que a eles viessem reunir-se". Em 1659, com a crise e miséria que se derramaram sobre os engenhos da região, eram freqüentes as fugas dos escravos africanos dos estabelecimentos rurais, assumindo proporções alarmantes, muitos deles aliando-se aos índios às margens do Paraíba em número considerável. Promoviam grandes desordens nas zonas rurais, entregando-

se a atos de banditismo. Freqüentes vezes desciam dos seus mocambos para assaltar viajantes nas estradas e, reunindo-se em bandos, atacavam os engenhos para roubar; e a sua ousadia chegou a ponto de levarem esses assaltos a pequenas povoações do interior. Para remediar estes males, a câmara havia instituído prêmios pecuniários para a prisão de escravos fugidos, fixando taxas variáveis de acordo com a zona em que fossem capturados, as quais deviam ser pagas pelos respectivos senhores (V. *Tomadia*). Com o engodo dessas recompensas, surgiram numerosos capitães-do-mato, nova profissão que se formava na colônia. A sua atividade, porém, não se mostrou suficiente para enfrentar a situação, acentuada em resultado do desmazelo econômico da lavoura. Em 1669, em face da continuidade da atuação dos quilombolas que se refugiavam na serra dos Órgãos e das providências para capturá-los, eles mudaram de tática e passaram a agir, com furtos e assaltos, na região de Inhaúma, descendo muitas vezes até a entrada de São Cristóvão. Para reprimir a ação desses quilombolas e bandoleiros, foi nomeado Atanásio Pereira como capitão-do-mato, para quem o governo mandou construir uma residência de onde melhor pudesse exercer as suas atividades. Essa casa foi levantada na fazenda dos jesuítas a quem a municipalidade pagava foro pelo respectivo terreno. Parece que as medidas não surtiram os resultados esperados, pois em 1885 a inquietação escrava permanecia. Nesse período, Afonso Arinos de Mello Franco (1976) registra que "houve assaltos a cadeias públicas em diferentes municípios, com o arrancamento de negros ali detidos por grupos sangüinários e trucidamento de pretos muitas vezes inocentes. Fatos desse gênero ocorreram nas cadeias de Santa Teresa de Valença, Rezende, Rio Bonito e Barra Mansa e eram oficialmente e proclamados como aplicações nacionais da Lei de Linch. [...] Crimes individuais cometidos por escravos em luta contra a escravidão eram freqüentes. O mais comum eram assassinatos de feitores, em geral portugueses, pelos negros. Assim morreram os feitores da Fazenda Rio Novo, em Paraíba do Sul, pertencente ao Barão Ribeiro de Sá; da fazenda do Amparo, em Barra Mansa, de D. Lucinda Nogueira da Silva; da fazenda Boa Esperança, na freguesia do Carmo; da Fazenda de Sant'Ana, em Rio Claro; da fazenda do co-

mendador José Gonçalves de Oliveira, em Valença; da fazenda das Cinco Barras, em Santo Antônio de Pádua, de Antônio Pacheco de Oliveira". Outras vezes atacavam diretamente os seus senhores, embora mais raramente. Assim, em Rio Bonito, o fazendeiro José Martins Fonseca Portela foi morto pelos seus negros. O mais famoso e numeroso dos quilombos fluminenses foi, sem sombra de dúvida, o de Manuel Congo (V.). Bibliografia. COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965; COSTA FILHO, Miguel. "Quilombos", *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, 10 e 12, 1960; FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

RIO GRANDE DO SUL, ESCRAVIDÃO NO. A historiografia gaúcha em geral desconhece a ocorrência de insurreições no Rio Grande do Sul, embora existam algumas referências documentais, como relatórios de presidentes da província ou na correspondência das câmaras municipais. Segundo Fernando Henrique Cardoso (1977), "em 1838, por exemplo, o chefe de polícia escreve à câmara municipal de Porto Alegre para afirmar 'que a tentativa de uma insurreição de escravos acaba de ser descoberta nesta cidade, sendo pois preciso que a câmara mande pôr na mais restrita execução as suas posturas relativas a ajuntamentos de escravos e pretos nas tabernas, algazarras e cantarolas pelas ruas da cidade, e outros fatos que lhes são proibidos'". No relatório provincial de 1848, de Miranda de Castro, menciona-se uma tentativa insurrecional de escravos em Pelotas; no relatório de Fernando Leão, de 1859, também encontramos referências a tentativas insurrecionais em Piratini e Capivari: "Cabe aqui consignar dois fatos de insurreição de escravos, que infelizmente teriam lugar em alguns pontos da província, se energias providenciais, tomadas a tempo, não os fizessem abortar, mesmo antes de se manifestarem. A primeira tentativa era promovida em Capivari, Encruzilhada e Herval pelos desertores do Exército de Botelhos, e vários outros criminosos. O movimento de forças para esses pontos, a atividade das autoridades policiais respectivas, e do comandante superior do Rio Pardo, fez recuar esses criminosos do propósito em que estavam. Tempos depois a tranquilidade pública naquelas paragens estava completamente estabeleci-

da, desaparecendo qualquer receio de perturbação. Um dos promotores desse levantamento, Feliciano Botelho, foi preso em maio no termo de Taquari, devendo-se essa importante prisão a diligências do delegado de polícia José de Azambuja Villa Nova. Já estava por assim dizer esquecida a tentativa dos Botelhos quando em Piratini correu o boato de que se tramava outra insurreição. Fiz seguir para ali uma força de polícia; as autoridades locais porém com a atividade e zelo que desenvolveram, e as providências que tomaram, fizeram desaparecer os receios, que se tinham manifestado. Alguns escravos comprometidos no plano de insurreição foram convenientemente corrigidos; todas as combinações se desfizeram e a confiança voltou ao ânimo dos habitantes de Piratini". Na fala dirigida à Assembléia Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, em sessão da 12ª Legislatura em 1867, são mencionadas três tentativas insurrecionais que teriam ocorrido nos anos de 1863, 1864 e 1865. A tentativa insurrecional dos escravos minas em Pelotas, devido à sua amplitude, possui maior número de informações nos documentos da província. Bibliografia. MAESTRI FILHO, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul, Educ, 1984.

RIO PARDO, QUILOMBOS DE. Há diversas indicações de possíveis quilombos na região do município de Rio Pardo (Rio Grande do Sul), mas as informações mais concretas derivam dos relatórios a respeito das despesas realizadas com a repressão militar a concentrações quilombolas. O "Mapa Estatístico" das despesas realizadas no decênio de 1847-1857 registra as somas empregadas em tal empresa, porém não revela a localização dos quilombos. Nos anos seguintes, não foi gasta nenhuma quantia com tal finalidade; somente em 1857 aparece o registro de uma quantia gasta na repressão dos quilombos de Rio Pardo. Resta apenas a informação sobre a expedição realizada no ano de 1857, descrita em ofício, de 4 de março, do delegado de polícia Manoel Alves de Oliveira, de Rio Pardo, ao presidente da província.

RIO PRETO. Bandoleiro ex-escravo, possivelmente quilombola, que atuava na região do rio São Francisco. M. Cavalcanti Proença (1944) classifica-o como cangaceiro. Para ele, trata-se da mes-

ma pessoa que Câmara Cascudo descreve como "negro macromélico; agigantado, lascivo e ágil como um onça". A sua biografia é desconhecida nos detalhes, porém Cavalcanti Proença recolheu o "Romance do Rio Preto", ouvido do mestre Joviano. O texto do romance é o seguinte:

I

Na regra de um vai dois
Na regra de dois vai três
Agora que vou contá
O que Rio Preto fez
Agora que vou contá
O que Rio Preto fez.

II

Rio Preto era um negro
Escravo de sujeição
Quando teve a liberdade
Logo deu pra valentão
A poder de cartucheira
Carabinote e facão.

III

Chegou na casa de um velho
Um pobre pai de família
Foi levando o velho a jeito
Fazendo o que pretendia
Com o fim de carregá
Com a muié ou a fia.

IV

A mulhé ofereceu
Os cavalos no cercado
- Eu não quero seus cavalos
Que ando bem amontado
Eu só quero é a senhora
Deixe de palavreado.

V

- Bata a mão na sua espada
Pode vi me degolá
O meu corpo pode í
Mia cabeça há de ficá
Pra podê contar a historia
Quando o marido chegá.

VI

Quando o marido chegou
- Ó mulhé que tanto chora
A mulher de vergonhosa
Não soube contá a história
Os vizinhos mais perto
Contaro na mesma hora.

VII

Foi então lá no cercado
Pegou dois cavalos iguais
Vou levá esta mulhé
Lá na casa dos seus pais
A mulhé pelas estradas
Cada vez chorando mais.

VIII

- Meu sogro e minha sogra
Tome conta de sua fia
Quem a criou muitos ano
Pode criá mais um dia
Se eu não mato Rio Preto
Não vorto mais pra família

IX

Tinha um cunhado mais novo
Qué mostrá que é bem
Foi marrando as cartuchera
Sem dizê nada a ninguém
Aonde meu cunhado morre
É certo que morro também.

X

Foi pra casa dos seus pais
Praticando a mesma historia
- Adeus papai, adeus mami
Me bote a bença eu vou embora
O cunhadinho mais moço
Chorando pela demora.

XI

Lá saíram esses três homens
Entre grotas e ladeiras
No trilho de Rio Preto
Só três onça comedera
No trilho de Rio Preto
Só três onça comedera.

XII

Adiante avistou um velho
Que do negro deu notícia
De tão alegre eu fiquei
- Meu velho te pago as alviça
Desceu de grotas abaixo
Só aribu na carniça.

XIII

- Mas eu vou ensiná
Como você deve chegá
Que a casa é num deserto
Cercada de graminhá
Por leve que se pise
Haverá de se assustá.

XIV

Adiante avistamo uma casa
Com uma dona na janela
Um velho amarelo, à força
Segurando numa vela
Rio Preto numa rede
Brincando com a donzela
A filha do Padre Amâncio
Que eu muito conheço ela.

XV

Um atira e outro atira
Erremo os tiro em craro
Si esse negro sai sarvo
Agora nos custa caro
Se este negro sai sarvo
Agora nos custa caro.

XVI

Negro quando não leva chumbo
Costuma saí turrando
Esse que saiu calado
Por certo que vai levando
Esse que saiu calado
Por certo que vai levando.

XVII

Fomos a caça da justiça
Este negro a farejá
Fomos dá com Rio Preto
Dentro de um parmatorá
Três balas no peito esquerdo
Chumbo por todo lugá.

XVIII

Meus amigos, meus colega
Não me acabe de matá
Me bote na minha rede
Me leve lá pro Ompá
Pra casa do Padre Amâncio
Eu quero me confessá.

XIX

Eu quero me confessá
Não é para me dá a vida
É para descontá o pecado
Que eu vos tenho cometido
É pra descontá o pecado
Que eu vos tenho cometido.

XX

Dentro de Teresinha
Nunca vi moço casá
Qua a noiva ou a madrinha
Eu tinha de carregá
Com prazo de quinze dias
Eu mandava bota lá.

XXI

O Senhô Feliciano
Sendo o valentão daqui
Não pudero se anui
Oferecer um conto de réis
Pra língua do negro conduzi

XXII

O que diabo é dez
O que diabo é dez
Que orelha tão pequena
Vale um conto de réis
Que orelha tão pequena
Vale um conto de réis.

Assim ficou registrada na literatura oral a vida desse negro ex-escravo, bandoleiro quilombola, um dos muitos que se rebelaram, embora de forma ainda não conscientizada, da situação de opressão em que vivia. É interessante comparar a sua vida com a de Lucas da Feira (V.).

RITOS GENTÍLICOS. Era como as autoridades eclesiásticas e políticas designavam as religiões africanas no período colonial. Os ritos gentílicos não podiam ser praticados, ao contrário dos batuques, que eram considerados danças ou brincadeiras, sem cunho religioso. Em 1774, o problema foi discutido em Pernambuco, em face da intransigência de padres missionários capuchinhos) que, sem ordem das autoridades, impediam os batuques, quebravam seus instrumentos e violavam as casas dos negros batuqueiros. Diante dos desmandos desses sacerdotes, o governador D. José César de Menezes, de Pernambuco, deu conhecimento de tudo ao secretário dos Domínios Ultramarinos, Martinho de Mello e Castro (1780), enviando-lhe cópia da carta que escrevera ao Tribunal do Santo Ofício. No Reino foi pedido um parecer do Conde de Povolide, que já governara Pernambuco, e ele, na sua informação (da qual se conserva cópia na documentação da época), faz distinguir as “danças” dos pretos que considerava de divertimento (as quais embora “pouco inocentes, não as considero dignas de total reprovação”) e “nas que se devem inteiramente reprovar como supersticiosas e gentílicas”. Com base no parecer do Conde, ordenou a Rainha de Portugal a José César de Menezes que não permitisse “por modo algum as danças dessa última qualidade; e quanto às outras, ainda que possam ser toleradas, com o fim de evi-

tar menor mal outros males menores, deve Vossa Senhoria, contudo, usar de todas os meios suaves para ir desterrando pouco a pouco um divertimento tão contrário aos bons costumes”. Cumpridor exato das ordens régias, como era o governador, é provável que date do seu governo o início da repressão policial a tais “ritos gentílicos” dos africanos, acerca dos quais conhece-se também o parecer de Caetano Pinto Miranda Montenegro, outro governador de Pernambuco, que repreendeu em longo ofício (1815) o ouvidor de Olinda, Antônio Carlos de Andrade Machado e Silva, pela sua atitude de condescendência para com os negros e os seus “ritos”.

ROCHA, MANOEL RIBEIRO DA. Considerado o primeiro autor a preocupar-se com o destino do negro livre no Brasil, nasceu em Lisboa em 1687. Foi bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra e ordenado padre pela Companhia de Jesus. Mudou-se para o Brasil, lecionando em colégios dos jesuítas nas capitanias do Espírito Santo, São Paulo e Bahia, tendo se radicado nesta última, onde morreu em 1745. De sua prolongada permanência na Colônia resultou um livro que revela sua arguta observação das relações entre senhores e escravos: *Étiope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado*. O objetivo central do livro era preparar o negro escravo para a vida em liberdade. O padre Manoel Ribeiro começa por desmontar a tese, corrente nos meios cristãos, de que estes travavam na África uma guerra legítima contra os pagãos. Para alcançar a libertação final do negro escravo, propunha um “modo hábil” que se resumia num lento processo rumo à liberdade, sempre sob as rédeas do branco. Em primeiro lugar, o escravo deveria ser “resgatado” da escravidão injusta; em segundo lugar, “empenhado no poder do seu possuidor” até que pagasse ou compensasse com seus serviços o seu valor de compra, ou, melhor, os gastos com seu “resgate” da África; os passos seguintes seriam o seu sustento garantido pelo senhor e mais a correção de seus vícios, a instrução na doutrina cristã e finalmente a libertação. Para que os senhores se assegurassem do amor, do respeito e do temor dos escravos, prescrevia o “castigo econômico”, isto é, aquele que tem por função corrigir, em lugar do castigo por “vingança”. Por isso, recomendava que o senhor verificasse a índole do escravo, se

era boa ou má. No primeiro caso bastaria um repreensão verbal. No segundo, deveria o castigo “ser bem ordenado quanto ao tempo; [...] à causa; [...] à qualidade; à quantidade; e [...] ao modo”. O senhor deveria agir com firmeza e distância na aplicação do castigo, porém deveria dirigir ao escravo palavras “amorosas” explicando o porquê do castigo. Quanto à instrução do escravo, recomenda muita paciência e constância no ensinar, usando um método de punições e prêmios. Dessa forma, o castigo deveria ser proporcional e bem dosado, isto é, tantas palmatórias para tantos erros cometidos. Ao ouvir o escravo recitar um padre-nosso mal decorado, o senhor deveria anotar seus erros sem interrompê-lo, e ao final, somados os erros, aplicar o número justo de palma-

tórias. Em caso de escravos rudes que não se sensibilizavam com a palmatória, o senhor deveria incentivá-los com promessa de prêmios. Além dos argumentos religiosos para que os escravos se convertessem ao catolicismo, o padre apresentava uma razão mais palpável para os senhores: os negros serviriam “com mais prontidão, e fidelidade”. O padre Manoel Ribeiro descrevia o escravo como um elemento perigoso, inimigo doméstico; mas, ao abordar a questão da disciplina, o escravo tornava-se um elemento passivo e resignado.

RODA-D'ÁGUA. Máquina conhecida na Idade Média, movida à água, usada para supliciar aqueles que desobedeciam às ordens do senhor.

RODA DOS EXPOSTOS. V. *Casa da Roda*.

S

SAFRA, REVOLTA DE. Rebelião escrava, ocorrida em 1866, no atual estado do Espírito Santo, com a participação de negros das fazendas União, Ouveador e Safra.

SALGADURA. Suplício que muitos senhores usavam após o escravo ter sido submetido à pena do açoite (V.). Consistia na aplicação de uma mistura de sal, vinagre, pimenta e às vezes pólvora nas feridas do supliciado.

SANIM, LUÍS. Um dos líderes da Grande Insurreição (V.) de 1835, em Salvador (Bahia). Pelos depoimentos dos autos da devassa, era de estatura mediana, testa larga, barba cerrada e mãos foveiras. Trabalhava no enrolamento de fumo, tanto quanto Pacífico Licutã (V.). Morava na rua do Pão-de-ló e era escravo de Pedro Ricardo da Silva. Era amigo de Pacífico Licutã e, quando este foi preso, era Sanim que lhe levava comida na prisão. Era de nação tapa e quase não falava o português, embora se presumisse, pela idade, estar há muitos anos no Brasil. Falava tanto o hauçá como o ioruba (nagô). Considerado um letrado entre os malês, era “mestre de ensinar a ele e aos outros a reza de Malei”, conforme afirmou Belchior da Silva Cunha (V.) ao juiz. Segundo J. J. Reis, Sanim falou pouco no banco dos réus. Contra todas as evidências, negou ser alufá (V.). Afir-

mou jamais haver entrado na casa de Belchior, embora admitisse conhecê-lo e a Gaspar, de quem certa vez utilizara os serviços de alfaiate. Mas “negou tudo absolutamente. [...] Entretanto o próprio senhor de Sanim conhecia a sua fé malê. Pedro Ricardo defendeu na corte o direito do escravo de praticar livremente sua religião, como garantia a Constituição brasileira de então” (Reis, 1986). Julgado, foi condenado à morte, tendo a pena reduzida, posteriormente, para seiscentos açoites. Bibliografia. REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês (1835)*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SANTA ANA, INOCÊNCIO MARQUES DE. Comerciante de escravos que abastecia a Bahia. Foi capitão de navios negreiros antes de se tornar proprietário. Em 1805, atuou como intérprete da embaixada do rei do Daomé na Bahia. Comandou os navios *Conceição Santa Ana*, *Scipião Africano* e tornou-se, mais tarde, proprietário dos barcos *Juliana*, *Flor da América* e *Flor da África*, onde ele próprio navegava.

SANTA EUFRÁSIA, MAJOR. Militar negro que se destacou nas lutas pela independência do Brasil. Durante a revolta de Sabino Vieira, na Bahia, contra o governo, organizou um batalhão denominado “Leais à Pátria”. Com a derrota do movimento

em 1837, preferiu suicidar-se a ser julgado pelos tribunais do Império.

SANTA TERESA, QUILOMBO DE. Ajuntamento de negros fugidos, na periferia do Rio de Janeiro. Segundo Fernando Mendes de Almeida (1939), Vieira Fazenda referia-se à existência, nos arquivos da polícia do então Distrito Federal, de uma portaria do Ministério da Guerra que obrigava o general-das-armas a prestar ao brigadeiro comandante da polícia, Miguel Nunes Vidigal, um auxílio de tropa de caçadores para destruir um quilombo nas vizinhanças desta cidade, no morro de Santa Teresa. Efetivamente, dias depois de baixada a portaria, mais de duzentos negros, entre homens, mulheres e crianças, seminus e cobertos de búzios, penas e miçangas, desciam para a cidade devidamente acompanhados pelo famoso Vidigal. **Bibliografia.** ALMEIDA, Fernando Mendes de. "O Folclore nas Ordenações do Reino", *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano V, vol. 56, abril-maio de 1939.

SANTO DO DIABO. Diz C. Schlichthorst (1943), que esteve no Brasil entre os anos de 1824 e 1826, que o "sábado de Aleluia é considerado uma festa dos negros, dia do Santo do Diabo, como chamam a Judas, cujo fim trágico representam. Em todas as ruas, se erguem árvores com o traidor dependurado. Diante dele, vê-se o Demônio cavalcando um esborrachadouro de forno. Ao bater meio-dia, tocam fogo no demo, feito de fogos de artifício, que crepitando horivelmente se atira sobre o Judas e o incendeia. Braços e pernas separam-se do corpo, o qual, por fim, estoura e vai pelos ares entre a estrondosa gritaria da molecada. Repiques de sinos e descargas de artilharia anunciam o começo da festa da Ressurreição. A cidade que, durante o jejum, perdera em parte a alegria, torna a alegrar-se com o barulho de matracas e tambores dos negros que desfilam pelas ruas. A festa do Judas realiza-se com o mesmo brilho que a dos santos. Nas ruas mais aristocráticas, Judas apresenta-se ricamente vestido à oriental ou trajado com um dândi inglês sempre suspenso de alta árvore. Em frente, o Diabo com todos os seus atributos infernais". **Bibliografia.** SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é: 1824-1826 (Huma Vez e Nunca Mais)*. Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943.

SANTOS CATÓLICOS, OS ESCRAVOS E OS. O escravo africano estava proibido de exteriorizar qualquer

manifestação que indicasse uma possível unidade dos seus grupos étnicos de origem. O cultivo das religiões africanas disfarçava-se geralmente sob a aparência da gratuidade dos batuques (V.). Dessa forma, a saída encontrada pelos negros foi procurar na religião católica dominante figuras de santos com que mais se aproximassem pela cor, ou por outras características mais próximas de sua cultura, da sua religião e dos seus interesses. Com o aparecimento de santos de pele escura, como São Benedito (V.), o indiano São Gonçalo Garcia, Santo Elesbão ou mesmo negros como Santa Ifigênia (V.), os escravos passaram a dar-lhes preferência na escolha de padroeiros das suas irmandades. Todavia, a santa de maior devoção dos negros, padroeira de inúmeras irmandades que surgiram a partir do século XVII, foi Nossa Senhora do Rosário, que era branca e trazia na cabeça uma coroa. A devoção a outros santos mascarava o culto de figuras de sua própria religião, como, por exemplo, a devoção a São Cosme e Damião, que disfarçava o culto a Ibeji (V.), os gêmeos que representavam a fecundidade.

SANTOS GARRAFÃO. José Teodoro dos Santos Pereira, um português residente em Santos (São Paulo), era assim chamado por ser grande e bojudo. Amigo de Quintino de Lacerda (V.), empolgou-se com o movimento abolicionista naquela cidade do litoral paulista. Nesse sentido, praticou vários trabalhos, contribuindo também com dinheiro e proporcionando esconderijo para os escravos fugitivos. Ficaram célebres os bilhetes que enviava aos abolicionistas financiadores da campanha para a obtenção de recursos urgentes e que tinham quase sempre este início: "Amigo fulano: Tenho tantos rolos de fumo para seguir" etc. Esses rolos de fumo eram os negros arrancados aos seus senhores, os quais deveriam ser remetidos para outras províncias. Tinha como companheira uma negra de nome Blandina, proprietária de uma pensão na rua Setentrional, naquela cidade, que, segundo um cronista de Santos, "foi uma verdadeira mãe para os seus irmãos de cor". Santos Garrafão era o elo de ligação entre os abolicionistas de Santos e os de outras cidades paulistas, e recebia cartas em código onde se informava a descida de uma leva para o quilombo do Jabaquara (V.). Após a Abolição, foi presenteado, juntamente com Quintino de Lacerda, com um relógio, em cerimônia pública,

em reconhecimento pelos serviços prestados à causa da abolição. Sua figura, porém, foi esquecida completamente, depois do 13 de Maio de 1888.

SANTOS, DOMINGOS GOMES DOS. Mulato que se notabilizou no Rio de Janeiro como "especialista" em libertar escravos mediante "arbitramento e depósito do pecúlio". Conhecido como "o Radical", não era bacharel e sim solicitador. Era republicano e abolicionista, sócio do Clube Tiradentes e da Confederação Abolicionista (V.), figura destacada na Caixa Libertadora José do Patrocínio, fundada em 1880, polemista dos "a pedidos" do *Jornal do Comércio* contra senhores de escravos e colaborador da *Gazeta da Tarde* (V.). Era capaz de brigar com todos os amigos por causa de um libertando. Segundo Evaristo Morais (1934), era um radical, apresentava o tipo do propagandista amável, sempre com um riso nos lábios, pleiteava pelos escravos em toda a parte: no bonde, no trem, no café, na barbearia, no teatro, nas lojas maçônicas. Mulato, tinha por costume chamar a todos de "parente", querendo dar a entender que no Brasil quase todos "tinham raça". Era odiado pelos "disfarçados" (mestiços que queriam passar por brancos) e pelos senhores de escravos. Ao lado da veia ridicularizadora, era trabalhador incansável. Junto aos juizes Monteiro de Azevedo, Accioly de Brito, Salvador Muniz e Pereira da Cunha, era sempre visto "requerendo depósitos de pecúlios, para base de libertações apressadas por arbitramento o mais modicamente possível, dizendo-se que chegou a libertar escravos moços e sadios por trinta mil-réis". **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

SANTOS, FILIPE DOS. Um dos líderes da insurreição de Vila Rica, em 1720, da qual participaram numerosos escravos e negros. Exigia mudanças na cobrança dos impostos e a proibição da criação de novas casas de fundição. Nas palavras de Diogo Vasconcellos (1918), foi "tribuno da plebe, único sedicioso verdadeiramente popular, ou como se diria hoje democrático. Este em nada absolutamente confiava e só queria resoluções extremas, que já se tomassem a efeito de uma sedição formal". Preso, foi Filipe dos Santos executado e esquartejado ou amarrado em quatro cavalos que correram em direções opostas esgarçando o seu corpo. As duas versões ainda são

discutidas. Afirmou-se que Filipe dos Santos era português, mas diz Diogo de Vasconcellos que "não se sabe de onde era natural. [...] Pela amizade, porém, de Filipe dos Santos a Pascoal da Silva parece que também era português, embora a tradição no-lo represente como homem de cor". **Bibliografia.** VASCONCELLOS, Diogo A. P. *História Média de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918.

SANTOS, JOÃO CARDOSO DOS. Comerciante de escravos que abastecia a Bahia. Foi capitão de navios negreiros antes de tornar-se ele próprio proprietário. Foi capitão do brigue *Henriqueta*, de 1825 a 1827, realizando nesse período seis viagens para a África, de onde trouxe 3 040 escravos. O brigue foi capturado em 6 de setembro de 1827 quando realizava a sua última viagem. Partiu novamente, em 1828, como capitão da goeleta *Terceira Rozalia*, trazendo 275 escravos de Cabina. Tornou-se no ano seguinte proprietário da goeleta *Umbalinda*, de 172 toneladas, e em 17 de setembro de 1829 partiu para Cabinda, retornando em novembro do mesmo ano com 376 escravos a bordo. O navio permaneceu quinze dias na Bahia, partindo em seguida para Lagos, onde embarcaram 377 escravos. Em 15 de janeiro de 1830, foi capturado pela marinha britânica e levado para Serra Leoa, morrendo nessa travessia 214 escravos. A goeleta foi condenada em 13 de março de 1830 e colocada à venda em leilão, sendo recomprada pelo próprio João Cardoso.

SANTOS, MANOEL CARDOSO DOS. Capitão de navio negreiro que se tornou proprietário, participando do comércio e abastecimento de escravos na Bahia. Não há registro sobre seu parentesco com João Cardoso dos Santos, também capitão e proprietário de navios negreiros. Manoel era português, comerciante e residente na Bahia. Comandou os navios de tráfico *Victória*, *Cerqueira* e tornou-se mais tarde proprietário das goeletas *Carolina*, *Maria Thereza* e dos briges *Heroína* e *Tibério*, realizando onze viagens para a Costa da África.

SÃO BARTOLOMEU, QUILOMBO DE. Há informações da descoberta, no século XVIII, de vários quilombos na serra de São Bartolomeu em Minas Gerais, com irradiações pelas comarcas de Ouro Preto e Sabará. Uma carta do governador da capitania fala de "mil desordens" praticadas

por esses quilombolas. Dois anos depois de expedida a carta do governador, foi baixada ordem pela mesma autoridade determinando a Manuel Pereira Ribeiro, a quem chama então de capitão-do-mato (V.), e mais pessoas de igual função, residentes naquele distrito (São Bartolomeu) e nos de Congonhas do Sabará (atual Nova Lima) e Santa Rita, que examinem aquelas paragens em que houvesse quilombos, procurando prender os negros "sem os maltratar". Caso resistissem, recomenda que "os atacarão com fogo até com efeito conseguir sua prisão ou os matar na forma das ordens de S. Majestade". Não está registrado o resultado dessa expedição.

SÃO BENTO, ORDEM DE. Ordem monástica que, atendendo aos apelos dos abolicionistas, emancipou, em 1867, todos os seus escravos. Em 18 de outubro de 1871, o ministro da Agricultura do gabinete Rio Branco, Teodoro Machado, dirigiu ao abade de São Bento, no Rio de Janeiro, este ofício: "Compenetrado o Governo Imperial do serviço que a ordem beneditina, de que vossa paternidade é digno representante, acaba de prestar, não só à civilização como à humanidade, com a generosa resolução, que tomou em 29 do mês próximo passado, de libertar todos os seus escravos, conforme Vossa paternidade serviu-se comunicar-me em ofício de 4 do corrente mês, é com a maior satisfação que o mesmo Governo Imperial louva tão significativo e importante ato". Tais medidas, porém, foram exceções, tendo em vista o comportamento que a Igreja Católica (V.) tomou no tocante à escravidão.

SÃO GONÇALO, PROCISSÃO DE. Foi em 1745 que tiveram início, oficialmente, em Pernambuco, as procissões de São Gonçalo. Este santo era cultuado na igreja dos Pardos da Nossa Senhora do Livramento. Segundo descrição do baiano frei Manuel da Madre de Deus, que escrevia sob o pseudônimo de Sotério da Silva Ribeiro, as festas em homenagem a este santo começaram na noite de 2 de maio de 1745, com uma queima de fogos na igreja do Livramento; na segunda noite apresentaram-se inúmeras tragicomédias e folias e na terceira noite o cortejo foi fechado por uma dança. Ao se iniciar a novena, no mês de agosto do mesmo ano, representava-se nas ruas a música européia; e, na encamisada que se realizou em 10 de setembro, os negros, "ao som de violas e pandeiros, cantando e dançando ao mo-

do etíope, louvores entoavam ao Santo Gonçalo" (Tinhorão, 1972). Ressaltando a contribuição musical dos escravos, frei Manuel informava: "Muito maior graça recebia por um instrumento gentílico chamado vulgarmente 'marimbas', que capitaneando tangia com notável acerto um desmarcado negro ornado de vestido de saíote de renda". Essa música fornecia o ritmo para treze rapazes negros vestidos de veludo preto, com saíotes de cores, com cintos recobertos de botões dourados, cordões nos braços e tornozelos, que acompanhavam um guia que, certamente, representava um curandeiro ou chefe de tribo: "Destes [rapazes] se diversificava o guia pela camisa, que além de ser de ló negro, era também matizada de jóias de diamantes, e flores, arrendada toda de ouro. Cobria-lhe a cabeça uma prateada carranca, adornada de muitos presentes de ouro, e finíssimos diamantes. Posteriormente [isto é, na parte de trás] ornava-se de um tope de fitas, e sobretudo plumagem. Vestia 33 fraldões, o primeiro de brocado de ouro carmesim, o segundo de ouro, o último de finíssimas rendas". O francês Le Gentil de la Barbinais, em seu livro *Nouveau Voyage autour du Monde*, scandalizado, descreve uma festa de São Gonçalo que presenciou no convento de freiras de Santa Clara, na Bahia, em 1717: "No dia 4 de fevereiro o Vice-Rei nos convidou a passar três dias em um bairro da cidade onde se celebrava a festa do santo pouco conhecido do nosso calendário, mas muito famoso naquele país sob o nome de São Gonçalo do Amarante. Partimos em companhia do Vice-Rei e de toda a sua corte. Fomos encontrar junto à igreja consagrada de São Gonçalo uma espantosa multidão que dançava ao som das violas. Tais dançarinos faziam reboar a abóbada da igreja de São Gonçalo do Amarante. Fizemos dançar, quiséssemos ou não, e foi de fato uma coisa muito interessante ver numa igreja de padres mulheres, monjes, cavaleiros e escravos dançarem e saltarem lado a lado, gritando em altas vozes 'Viva São Gonçalo do Amarante'". **Bibliografia.** TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular de Índios, Negros e mestiços*. Petrópolis, Vozes, 1972.

SAPATO. Para o escravo, o uso do sapato era o símbolo da sua libertação. Escreve Thomas Ewbank (1973): "De cerca de 150 negros que passaram, todos eram escravos, menos um. Este calçava um par de velhos sapatos, símbolo de que era um

liberto. Orgulhoso por usarem o mesmo calçado que os brancos, alguns negros pagam caro tal satisfação. Quando o exército precisa de soldados, os recrutadores correm os olhos pelos negros. E destes, os que se dão conta do perigo passam a andar descalços e com isto as vezes conseguem enganar os oficiais recrutadores, pois os escravos não podiam ser convocados". **Bibliografia.** EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

SARDINHA, SIMÃO PIRES. Um dos filhos de Chica da Silva, nascido antes de juntar-se ao contratador João Fernandes de Oliveira. Este gastou verdadeira fortuna com a sua educação na Europa. Segundo Joaquim Felício dos Santos (1924), "formou-se em várias faculdades, viajou pelos principais países da Europa com ampla autorização, que usou largamente, de despendar o que quisesse, e, finalmente, com a proteção de João Fernandes, ocupou diferentes empregos de importância na Corte, os quais desempenhou com distinção. O seu estudo predileto era o das ciências naturais". **Bibliografia.** SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca de Serro Frio*. Rio de Janeiro, Liv. Castilho, 1924.

SARGENTO-MOR-DO-MATO. Um dos postos que compunham a tropa dos chamados "homens-domato" (V.) em Minas Gerais.

SEGURO CONTRA A MORTALIDADE DO ESCRAVO. Após a proibição do tráfico, em 1850, surgiu também, com o propósito de preservar o capital empregado em escravos, o seguro contra a sua mortalidade. Nesse sentido, o jornal *Diário de Pernambuco*, de 11 de novembro de 1856, publicava a seguinte notícia: "Depois do seguro marítimo, dos seguros contra os incêndios, era muito natural que aparecesse a idéia do seguro contra a mortalidade dos escravos, porque a escravaria entre nós compreende a maior parte da nossa fortuna móvel. Esta idéia realizou-se no Rio de Janeiro em 5 de agosto de 1854, com o decreto imperial que autorizou a formação da companhia Previdência, com o capital de dois mil contos de réis (2.000:000\$) tendo por diretores o conselheiro Ângelo Muniz da Silva Ferraz, o Dr. João Manuel Pereira da Silva, comendador Francisco José Gonçalves, homens ricos de grande inteligência, e de notória moralidade no comércio e na indústria. Entre os principais acionistas, vê-se o nome do Sr. Barão de Mauá. Os acionistas são pela maior parte

grandes proprietários e negociantes de primeira ordem nacionais e estrangeiros. Como instituição nova e desconhecida no país a companhia levou um ano para adquirir popularidade; foi pela invasão do cólera que ela tomou corpo e fortaleceu, ainda mesmo pela grande perda que experimentou porque teve de pagar muito mais de 400 contos de réis por 430 escravos seguros e mortos durante a epidemia. A pontualidade no pagamento, sem a menor dúvida, nem questão judicial, nem demo-ra, nem tergiversação, deve toda importância a companhia, e hoje ela conta com mais de mil escravos inscritos em seus livros como seguros, com grande probabilidade de aumentar esse número, pois só assim ela poderá oferecer aos acionistas um lucro razoável. As vantagens da companhia são baseadas sobre um grande número de escravos seguros, espalhado sobre uma vasta superfície; enquanto que o risco do proprietário consiste justamente na condição oposta, isto é, um certo número de escravos aglomerados no mesmo ponto. Suponhamos que se desenvolva neste ponto a bexiga, o sarampo, ou as câmaras de sangue; neste caso a perda é quase impossível para o proprietário que tivesse crescido número de escravos ao passo que a companhia, sofrendo nessa parte, recupera ou recompensa a sua perda nas outras localidades que não foram afetadas do mesmo mal".

SENZALA. Habitação dos escravos do eito de um modo geral. Era um conjunto habitacional, afastado quase sempre da casa-grande, de construção rústica, sem nenhum conforto, construída de taipa, coberta de palha ou de outro material equivalente. Quase sempre não tinha janelas ou outro sistema de ventilação. O assoalho era de chão batido e não possuía qualquer recurso sanitário. Num espaço de vinte metros, em média, moravam inúmeras famílias de escravos, e homens, mulheres e crianças sem nenhum vínculo de parentesco. Não havia sistema de iluminação de espécie alguma. Para evitar fugas, o feitor ou outro preposto da fazenda trancava as portas por fora, com cadeado e corrente. Os escravos permaneciam nesses cubículos até de manhã, quando eram libertados para darem início ao trabalho. Por isso, ali era enorme a promiscuidade, muitas vezes incentivada pelos senhores, a fim de aumentar as crias, fato que suscitava um clima de conflito latente entre os próprios cativos por questões sexuais. A escravaria das senzalas tinha tra-

tamento diferente e muito mais brutal do que os cativos da casa-grande (V.), os quais eram escolhidos pelos senhores e senhoras para os serviços domésticos ou para uso sexual. A promiscuidade dos escravos da casa-grande era consequência do uso compulsório da escrava doméstica, a muçama (V.), pelos senhores e seus filhos. Como os escravos amontoados nas senzalas pertenciam a diversas nações africanas, eles mesmos foram forçados a estabelecer um código de linguagem comum que a etnolinguísta Yeda Pessoa de Castro intitulou "dialetto das senzalas".

SERÃO. Segundo Debret, nas grandes fazendas de café (São Paulo) ou de cana, em certas épocas, o trabalho prolongava-se até à meia-noite; é o que se chamava serão. Se, por exemplo, caíam chuvas abundantes ou se verificavam grandes borrascas por ocasião da maturação do café, ocupavam-se todos os braços, chegando-se mesmo a alugar outros escravos, a fim de apressar a colheita e evitar a perda de grãos caídos, cujo apodrecimento seria impossível impedir. O mesmo ocorria com a cana, que deve ser cortada, enfeixada e transportada para a moenda antes que comece a fermentar. Esse trabalho era feito à luz de tochas de camarim, madeira desfiada em pequeninas tiras e amarradas com cipó. Essas espécies de tochas acendem-se com facilidade e iluminam muito bem, sendo por isso empregadas igualmente em viagens noturnas.

SERRA DA MARCELA, QUILOMBO DA. Ajuntamento de negros fugidos em Minas Gerais, destruído por Bartolomeu Bueno do Prado, que, segundo ele, "os que se puderam contar foram 49".

SERRA, JOAQUIM. Nasceu no Maranhão, em 1830, onde estreou na imprensa, aos 21 anos de idade. Trabalhou no *Publicador Maranhense*, que João Francisco Lisboa fundara, em 1842, então dirigido por Sotero dos Reis e era órgão oficial do governo da província, sendo editado três vezes por semana, até 1862, quando se tornou diário. Ali Serra redigia folhetins literários, sob o pseudônimo de Pietro de Castellamare. Aos 24 anos, redigiu o hebdomadário *Ordem e Progresso*, com Gentil Homem de Almeida Braga e Belfort Roxo, órgão liberal, do qual se transferiu sucessivamente para os periódicos *Imprensa*, *Progresso* e *Coalizão*. Fundou, em 1867, o *Semanário Maranhense*, revista literária que se agüentou até o ano seguinte, quando Serra mu-

dou para o Rio de Janeiro, onde foi diretor do *Diário Oficial* e deputado pela sua província. Redigiu a *Reforma* quase sozinho e, depois, com a colaboração de Francisco Otaviano, Tavares Bastos (V.), Afonso Celso, Rodrigo Otávio, José Otávio de Faria Alvim e Artur Azevedo. Serra colaborou no *Jornal do Comércio* e no *País*, sendo uma das maiores figuras do movimento abolicionista. Foi obrigado, em 1884, a deixar a *Folha Nova*, por exigência dos escravistas. Redigira *O Abolicionista*, que começou a circular a 1ª de novembro de 1880 e se manteve até o ano seguinte. Faleceu em 1888.

SERTANISTAS DE CONTRATO. Eram aqueles que, por contrato, prestavam serviços à elite colonial no combate aos índios e negros. Representavam, na falta de força policial organizada, o braço armado dos senhores. A classe dominante contratava os bandeirantes na qualidade de sertanistas para capturarem índios e escravos fugidos e destruírem quilombos. O bandeirante que mais se destacou nessa atividade foi o paulista Domingos Jorge Velho, que destruiu o Quilombo de Palmares. V. *República de Palmares*.

SETE DE ABRIL, O. Jornal abolicionista, de cunho liberal, lançado na Faculdade de Direito de São Paulo.

SILVA, VICENTE PAULO DA. Capitão de navio negreiro que se tornou proprietário de suas próprias embarcações, participando ativamente do comércio de escravos na Bahia. Segundo Pierre Verger, realizou, de 1809 a 1818, treze viagens para a Costa da África, como capitão de navios negreiros. Foi nesse período que ocorreu o incidente relatado por Sir Henry Huntley, comandante da fragata britânica *Tinette*: "Xaxá de Souza [V. Xaxá I] havia um dia confiado um carregamento de negros a Paolo Vicente, capitão de um vaso negreiro brasileiro que tinha se engajado a vendê-lo por conta de Souza, mas durante a viagem projetou e realizou o projeto de vender o carregamento em seu proveito. Depois disso, viveu como grande senhor no Brasil. Mas, tendo gasto seu dinheiro tão desonestamente adquirido, voltou à costa com um outro vaso para um novo carregamento. Sua conduta era, entretanto, conhecida, e ninguém quis mais nele depositar confiança para outro carregamento. Arrastava-se de ancoradouro para ancoradouro, evitando sempre Uidá, até que caiu numa grande privação,

tendo esgotado todos os seus recursos, mesmo o necessário destinado à compra de alimentação de sua tripulação. Sua situação foi mencionada acidentalmente a Souza que, após inquérito, soube que Paolo estava em Lagos, num lugar situado a vinte milhas de distância aproximadamente. Por um vaso que ia para lá, Souza mandou dizer a Paolo que estava a par de sua miséria e lhe concederia provisões e um carregamento de escravos se ele fosse para Uidá. Paolo tinha a escolha entre morrer de fome ou confiar na generosidade de Souza. Escolheu a confiança e, tão logo pôde, apresentou-se em Uidá. Souza o recebeu com gentileza e disse: 'Estais na miséria, é de vossa própria culpa; mas mesmo que tenhais vos conduzido mal para comigo, não creio que me enganéis uma segunda vez; um homem pode se arrepender de uma má ação e, em seguida, é digno de ser ajudado. Desejais provisões e um carregamento; dai o detalhe das vossas necessidades, elas serão satisfeitas; prepararei o vosso vaso e quando estiver pronto enviarei os escravos a bordo'. [...] Tudo aquilo foi fielmente cumprido por Souza, e ele não teve somente a sorte de ver seus escravos serem levados sãos e salvos para o Brasil, como Paolo Vicente, uma vez ali, os entregou honestamente ao consignatário de Souza. Mesmo entre os mercadores de escravos a honestidade é a melhor das condutas". A partir de 1820, Vicente Paulo da Silva tornou-se proprietário de navios, enviando para a Costa da África 38 embarcações em sete anos. Bibliografia. VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

SILVEIRA, ANDRÉ PINTO DA. Capitão e negociante de escravos que alternava a sua permanência entre a África e a Bahia. Brasileiro, mulato, enviou, entre 1813 e 1814, o seu navio *Scipião Africano* a três viagens para a Costa da África. Em 1823, foi capitão do navio *Crioule*, de propriedade de Vicente Paulo da Silva (V.). Em 1834, navegava com os brigues *Três Manuelas* e *General Rondeau*, com bandeira argentina. André denunciou às autoridades baianas, em 1835, os planos dos escravos revoltosos da chamada Revolta dos Malês. Instalou-se em seguida em Lagos e Uidá. Por volta de 1844, já era um dos principais correspondentes dos negociantes de escravos da Bahia na Costa da África.

SISA. Imposto que o Reino de Portugal cobrava da venda de bestas, quintas, casas, carnes, panos e escravos. Como os escravos não podiam inicialmente deixar de passar por Portugal a fim de pagar esse imposto, Lisboa converteu-se em grande mercado, entreposto de escravos africanos. Posteriormente, a sisa passou a ser cobrada no Brasil. Esse imposto sobre a venda de escravos chegava à taxa de 5% e era pago pelo comprador. Se o imposto sobre a venda fosse burlado, o comprador adquiriria os escravos mais barato, mas corria o risco de não conseguir estabelecer o título legal sobre eles. A compra de escravos "por fora" também mantinha o preço baixo. Mas os compradores deveriam estar certos do seu julgamento sobre as condições físicas das peças. Como grande quantidade de africanos morria logo após a chegada, muitos compradores escolhiam adquirir os escravos legalmente, embora tivessem de pagar um preço maior. V. *Direito de entrada*.

SLATIS. Comprador de negros na África. V. *Libata*, *Pombeiro* e *Tumbeiro*.

SOARES, ISRAEL. Ex-escravo pertencente à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. Israel tomou parte no movimento abolicionista (ao lado de outro negro, Abel Trindade), antes de estar completamente livre, pois tinha sido emancipado com a obrigação de servir (V. *Alforria*) e tal era a sua condição, em 1881, quando entrou para a Caixa Libertadora José do Patrocínio, que chegou a presidir. Aprendeu a ler nas publicações abolicionistas, era orador espontâneo, comovendo os ouvintes quando narrava a sua própria vida de escravo. Casou-se com uma escrava, libertando-a mais tarde. Formou em medicina um filho, que faleceu prematuramente em 1914. Morreu em 1916, quando era juiz (presidente) da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.

SOARES, LUÍSA DA SILVA. Escrava de Domingos de Carvalho, denunciada à Inquisição de Lisboa, em 1742, pelo comissário do Santo Ofício, Manuel Freire Batalha, por suspeita de pacto com o demônio. Negra, de quarenta anos de idade, morava na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do arraial de Antônio Pereira, distrito da vila do Ribeirão do Carmo (futura cidade de Mariana). Após a sua prisão por volta de 1739, foi recolhida ao Rio de Janeiro e enviada à Corte em dezembro de 1742. Luísa nasceu no

recôncavo da cidade de Olinda, no engenho de João Soares, que perdeu todos os seus escravos no jogo. Foi vendida para Maria Gomes, com quem ficou até os seis anos de idade, passando a pertencer a sucessivos senhores. Quando foi presa, era casada com um escravo benguela, Bartolomeu. Remontam a 1738 as primeiras acusações contra ela, quando sua senhora não conseguiu abrir a porta devido a forte dor no braço. A partir daí, ocorreram vários fatos extraordinários com a participação de Luísa. Foi torturada por seus senhores e mais tarde pela Inquisição de Lisboa e alegou que não era verdade o que confessara, pois o fizera para se livrar dos suplícios a que era submetida. Sob tortura, confessou que fizera pacto com o diabo, por intermédio do negro Mateus, que a iniciara em tais práticas. Admitiu ter por várias vezes preparado poções de raízes, pós, sapos, unhas de gente, cabelos, com o intuito de causar dano aos seus senhores. Consta da devassa de Manuel Freire Batalha a acusação de ter matado a filha por "ser bruxa". Em Lisboa, Luísa negou todas as acusações, insistindo que tudo era falso e que nunca fizera feitiços. Contou que fora torturada com grande selvageria por seus senhores, tendo sido queimada no corpo inteiro por ferros em brasa e, desfalecendo, confessou os malefícios para livrar-se do tormento. Como sua senhora não melhorava de saúde, tornaram a torturá-la, amarrando-a numa escada e ateando fogo a seus pés, apertavam-lhe a língua e nela passavam uma agulha com quatro linhas, apertavam sua cabeça, davam-lhe pancadas, jogavam água fria, pingavam lacre aceso sobre suas partes genitais, atavam-na ao tronco. Ficou cega devido a um pau de ponta fina com que espetavam ao redor do seu olho esquerdo, espancavam-na com uma espada desembainhada até quebrarem o osso do seu ombro direito. Conta Luísa que, desesperada, quis matar-se várias vezes. Foi açoitada por negros com varas do mato que a fizeram ficar coberta de sangue, depois ataram-na ao sol, com bichos e moscas a mordê-la. Foi socorrida pelos outros escravos que, penalizados, a levaram e curaram suas feridas. Depois de tudo o que passou, foi acorrentada e obrigada a desfilar pelo arraial. Suas confissões sobre as bárbaras torturas que sofreu foram tomadas pelo padre José de Andrade, tio de sua senhora Jo-

sefa Maria. Após esses tormentos, foi entregue à justiça. Sua confissão impressionou os inquisidores, que ordenaram a reinquirição das testemunhas arroladas pela ré como cientes das torturas que sofrera. Isso foi feito em 1744, tendo as testemunhas confirmado o que a escrava dizia. Desconfiando das acusações de seus senhores e julgando suas culpas como de pouca gravidade, os inquisidores decidiram libertá-la. Seu processo foi encerrado em 31 de maio de 1745, depois de sete anos. **Bibliografia.** SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo, Cia. das Letras, 1986.

SOBRENOME DO ESCRAVO. O escravo africano e os seus descendentes não tinham sobrenome de família. Ou usavam o do grupo étnico do qual eram originários, como, por exemplo, Manuel Mina ou Pedro Angola, ou usavam o sobrenome do seu senhor por aquiescência deste. Atribuiu-se essa falta à brutalidade com que os africanos eram apressados pelos captores e traficantes, desfazendo completamente os grupos familiares. Assim, o escravo negro era um ser sem ancestralidade e não conseguia situar-se em termos de linhagem. Com isso, os senhores lograram, em parte, desfazer os vínculos tribais, mas, ao mesmo tempo, ensinaram sua união "ante a desgraça comum", na expressão do Conde dos Arcos.

SOCIEDADE ABOLICIONISTA FRATERNIZAÇÃO. Entidade fundada, em 1863, na Faculdade de Direito de São Paulo. Libertou muitos escravos.

SOCIEDADE DOIS DE JULHO. Entidade abolicionista, fundada na Bahia, em 1856, com o propósito de alforriar escravos. Foi criada por alguns estudantes da Faculdade de Medicina, entre os quais César Zama (V.), Jerônimo Sodré Pereira e Virgílio Damásio.

SOCIEDADE EMANCIPADORA ACADEMICA DE SÃO PAULO. Uma das primeiras associações abolicionistas, fundada, em 1880, na Faculdade de Direito de São Paulo, tendo como sócios fundadores João Batista Marques e Augusto Marques. Estavam também, entre os seus associados, Sá Viana, Felinto Bastos, Oscar Pederneiras, João Francisco Barcelos, Augusto Marques, Ciro de Azevedo e Brasil Silvado. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1934.

SOCIEDADE EMANCIPADORA GOIANA. Entidade abolicionista, fundada, em 1879, por Aristides

de Sousa Spínola, quando este assumiu a direção administrativa dos negócios de Goiás. A entidade, criada por ato de 5 de setembro de 1879, tinha por fim "promover a manumissão de cativos e promover a educação dos ingênuos filhos da mulher escrava". O seu presidente era o próprio Aristides de Souza Spínola. O número de sócios era limitado; deviam pagar uma jóia de cinco mil-réis e uma mensalidade de mil-réis. Em certos casos, a jóia podia ser paga em prestações, no prazo máximo de sessenta dias. Afirma-se ainda, nos estatutos, que "nas famílias em que tiverem sócios femininos e cujos chefes sejam também sócios, somente estes estarão sujeitos à jóia". Os sócios que não pagassem suas mensalidades "em um ano social" seriam excluídos. Odorico Costa informa a respeito que a Sociedade Emancipadora Goiana foi fundada com o prazo de duração de dez anos. Os seus estatutos fixavam, porém, com admirável visão do futuro, que, "no caso de desaparecer o elemento servil nesse tempo, a sociedade continuaria a subsistir, dedicando-se, então, a promover a educação de ingênuos filhos da mulher escrava". **Bibliografia.** COSTA, Odorico. "A Escravidão nas Minas de Goiás", *Oeste*, Goiânia, ano III, n. 16, 1944.

SOCIEDADE LIBERTADORA 7 DE SETEMBRO. Sociedade abolicionista fundada na Bahia, em 1869. Todos os anos, no dia 7 de setembro, realizavam-se sessões solenes, ocasião em que eram distribuídas cartas de alforria. Foram presidentes da sociedade, entre outros, o educador Abílio César Borges (barão de Macaúbas), o conselheiro Almeida Couto, Francisco José da Rocha e o conselheiro Manoel Pinto de Souza Dantas. Celebrizou-se, em abril de 1871, quando realizou um leilão de prendas e, graças a uma carta de Castro Alves (V.), obteve grande ajuda das senhoras baianas.

SOCIEDADE PROTETORA DOS DESVALIDOS. Denominada, inicialmente, Irmandade de Nossa Senhora da Soledade Amparo dos Desvalidos, foi fundada em 16 de setembro de 1832, em Salvador (Bahia), por um africano livre, Manoel Victor Serra. A exemplo das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (V.), também tinha por finalidade "promover a instrução e o amparo religioso aos seus associados". Prometia a todos seus associados uma carta de alforria, comprada mediante cotização de seus membros.

O estatuto mais antigo da Sociedade data de 26 de agosto de 1874. Desde a sua fundação até os dias de hoje, passou por várias reformas, ampliando seu caráter filantrópico. No entanto, a mudança mais significativa no que se refere à admissão de novos sócios ocorreu em 1956, quando deixou de ser obrigatória a 'cor preta' do sócio. **Bibliografia.** BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: Uma Irmandade de Cor*. Salvador, Ianamá, 1987.

SOCIEDADE REDENTORA DA CRIANÇA ESCRAVA. Entidade criada em São Paulo, em 1870. Era uma sociedade abolicionista, formada por mulheres, com o objetivo precípuo de libertar os menores. **SOCIEDADE RELÂMPAGO V. Clube do Cupim.**

SOLDADO-DO-MATO. Um dos postos, o menos qualificado, de que era composta a tropa dos chamados "homens-do-mato" (V.).

SOMITIGO. Nome com que era designado o escravo negro homossexual. Na mesma situação, os brancos livres eram chamados sodomitas. V. *Homossexualismo*.

SONEGADO, ESCRAVO. Muitas vezes, o capitão-domato recapturava o escravo fugitivo e, em vez de devolvê-lo logo em seguida ao dono, mantinha-o em seu poder, para explorá-lo como força de trabalho por determinado tempo.

SOROBABÉ. Também chamado Zorobabé, chefe índio do Rio Grande do Norte que, por ordem do governador Diogo Botelho, se transformou em destruidor de quilombos na Paraíba. Em vez de entregar aos respectivos senhores aqueles que sobreviviam à sua sanha, ele os escravizava ou vendia e enriqueceu neste comércio. Com o produto de sua rapina, comprou objetos de luxo, cavalo, bandeira, tambor e vestido de seda. Tornou-se uma espécie de soba nativo, percorrendo as aldeias dos índios com grande estardalhaço, precedido de um séquito de batedores para a sua segurança e satisfação de sua vaidade. Exigia ser reverenciado pelas tribos da região. Terminou por despertar a hostilidade do cacique Braço de Peixe. Por ocasião da visita de Sorobabé à tribo de Braço de Peixe, este permaneceu ostensivamente deitado na rede enquanto aquele desfilarva e atravessava a aldeia com o seu séquito. O cacique, ao ser interpelado, afirmou que somente se levantaria se alguém lhe viesse fazer guerra ou se fosse alguma dama. Sorobabé tornou-se um verdadeiro rei caricato, dando audiências em

cadeira coberto de pano de cores vivas, tinha várias mulheres e preparava banquetes nos quais oferecia iguarias requintadas aos convivas. Os padres aconselharam-no a tomar o “bom caminho”, sem resultado. Finalmente, as autoridades do Reino, certamente por denúncia dos padres, receosos de que ele se transformasse em perigo, depois de tê-lo usado proveitosamente na caça aos quilombolas e negros fugidos, mandaram-no para Lisboa, em fins de 1603 ou princípios de 1609, como suspeito de insurreição. Dizem alguns cronistas que, em Portugal, os seus carcereiros por várias vezes tentaram assassiná-lo sem êxito. Quando punham veneno na água, ele bebia a própria urina. Finalmente, por suspeita de que estivesse tramando fugir de Lisboa, foi enviado para Évora, onde morreu. Bibliografia. FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976; SALVADOR, Frei Vicente do Salvador. *História do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 1963.

SOUZA, AGOSTINHO BEZERRA CAVALCANTE DE. O negro Agostinho Bezerra foi comandante do batalhão dos pretos de Recife com a patente de major. Quando da revolta de Emiliano Mandurucu (V.), na mesma cidade, em 1824, ao ser chamado para participar desse levante contra o sistema escravista, recusou-se a aderir. Ao seu líder, também negro, respondeu que, “enquanto eu comandar os meus pretos hei de opor-me a semelhante barbarismo e semelhante atentado”. De fato, Agostinho Bezerra, à frente de sua tropa, foi encontrar-se com Mandurucu e, em face da superioridade dos negros sob seu comando, forçou-o a retirar-se e dispersar os seus comandados. Pereira da Costa, comentando esse procedimento de Agostinho Bezerra, tece-lhe elogios, exaltando o “grandioso e assinalado serviço [que] prestara então Agostinho Bezerra. [...] Essas idéias subversivas dos homens de cor, livres ou escravos, vinham de longe, dos quilombos, desde o dos Palmares, no século XVII, até o de Catucá (V.), onde procuravam os escravos o sonho vão da liberdade, e, num assomo de desespero, a revolta, a emancipação do poder do branco, muito embora o seu extermínio, principalmente com o exemplo do Haiti”. Agostinho Bezerra não só recusou-se a participar do levante de Mandurucu, como também comandou violenta repressão aos negros que aderiram à revolta. Continua Pereira

da Costa falando do serviço “grandioso e assinalado [que] prestara então Agostinho Bezerra. Entretanto, comprometido no movimento político da Confederação do Equador e condenado à pena última, o corpo do comércio dirigiu à comissão militar uma súplica de graça em seu favor, documentadamente alegando aquele serviço por ele prestado; no entanto, remetendo-a a comissão à resolução do Imperador, mandou este que fosse logo executado o benemérito soldado, contra a opinião do conselho, que opinou pelo seu perdão, e assim teve ele de sofrer a ignominiosa pena que lhe foi imposta expirando no patíbulo como um verdadeiro herói”. Rocha Pombo também escreve sobre ele de forma elogiosa: “No dia 21 de março (1825) entrou para o oratório Agostinho Bezerra. Era homem de cor, quase preto, mas de nobres sentimentos, de firmes convicções liberais, valente, altivo e destemido. Figurara na revolução de 1817; e mesmo depois prestou à ordem legal em Pernambuco os melhores serviços. [...] Por mais de uma vez obstando ao desenvolvimento de motins promovidos no Recife por celerados contra os cidadãos inofensivos e pacíficos estrangeiros. [...] E por isto que sendo ele condenado à morte, subiram muitas representações de gente importante da província e do próprio general Lima e Silva, impetrando em favor dele a graça imperial. Tudo foi inútil: mandou-se cumprir a sentença. Pela manhã do dia 24 de março, com o préstito soturno, partiu ele para o campo de Cinco Pontas, quase a passo dobrado. Caminhava aquele homem para o fim da sua existência tão tranquilo como num passeio. [...] Esteve a seu lado até o último instante o referido frei Carlos, provincial dos carmelitas. No momento de ser entregue ao carrasco, dirigiu algumas palavras ao povo com voz segura e forte”. Foi, em seguida, enforcado. Portanto, a morte inglória de Agostinho Bezerra demonstra muito bem como a falta de consciência étnica do negro pode levá-lo a semelhantes descaminhos. Depois de negar o seu apoio e dirigir a repressão contra negros que queriam o fim do cativeiro, envolveu-se em um movimento do qual participavam liberais que defendiam um liberalismo escravista, sendo enforcado como um anti-herói e não como um herói, como afirmaram Pereira da Costa e Rocha Pombo. Bibliografia. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*. Recife, Fundarp,

1983. 10 vols.; POMBO, Rocha. *História do Brasil*. 5 vols. Rio de Janeiro, Jackson, 1953.

SOUZA, FRANCISCO FÉLIX DE. V. *Xaxá I*.

SOUZA, FRANCISCO FÉLIX DE (CHICO). V. *Xaxá III*.

SOUZA, ISIDORO DE. V. *Xaxá II*.

SUECA. Era como Zumbi (V.) era conhecido popularmente na zona de Palmares (Alagoas). Sobre esse apelido e a sua origem assim escreve Joel Rufino dos Santos (1986): “Há muitos fatos intrigantes na vida de Zumbi dos Palmares. Um deles é o seu apelido de Sueca. Que queria dizer? Por que motivo o povo miúdo dos engenhos de Alagoas o chamava assim? A que língua pertenceria o vocábulo sueca?”. O historiador não procurou dar resposta a estas perguntas. O certo é que, até quando fizemos pesquisas na Serra da Barriga (1992), ainda se falava em Alagoas, região de Palmares, na pedra do Sueca. Por outro lado, Povina Cavalcanti (1921) diz que havia uma capelinha onde morreu o herói “sobre um madeiro milagrento que assinala a cova de sete palmos do taumaturgo póstumo”. E concluía que “hoje a capelinha tem jus a romarias e nós já lá fomos em menino, levar a nossa vela benta e dizer, contritos, a nossa Ave-Maria, em sinal de humildade e agradecimento à venerável Santa Cruz do Sueca”. O mesmo autor acrescenta que “Sueca é hoje (1921) um povoado de sessenta casas, distante da cidade de União, três quilômetros aproximadamente”. Bibliografia. CAVALCANTE, Povina. “A República Negra”, *Revista do Brasil*, São Paulo/Rio de Janeiro, n. 68, agosto de 1921; SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1986.

SUICÍDIO. Uma das reações extremas de protesto do escravo era a autodestruição da vida. Insatisfeito com a situação de sujeição em que se achava, não tendo possibilidades de mudá-la, recorria a diversas formas de suicídio, chegando até ao auto-estrangulamento. Como diz muito bem José Alípio Goulart (1972), “o suicídio foi o mais trágico recurso de que se valeu o negro escravo, para fugir aos rigores do regime que o oprimia – excesso de trabalho, maus-tratos, humilhações, e, em muitos casos, para eliminar juntamente com a própria vida, o banzo (V.), isto é, a irreprimível saudade da pátria distante, para sempre fisicamente perdida, à qual só tornaria a voltar graças ao processo da ressurreição, como acreditava”. Continua o mesmo autor dizendo

que “raro aquele dono de escravo que por algum sentimento de humanidade admitia, malgrado as condições inerentes ao regime escravista, reconhecer certo fundo de dignidade. Exemplo disso talvez possamos captar na seguinte declaração de Gabriel de Paula Fonseca, presidente da província de Espírito Santo, que, no seu relatório de 2 de outubro de 1872, noticiava que ‘deu-se também um suicídio por estrangulação sendo a vítima um escravo, e a causa provavelmente o desgosto da sua condição’”. Escreveu também Adhemar Vidal (1935) que “muitos negros de sentimentos nobres não podiam suportar agravos sucessivos, sem procurar o suicídio como recurso para vingar afrontas”. Quando queriam levar a cabo o seu funesto intuito, prossegue o mesmo autor, fugiam e se embrenhavam pela capoeira adentro, enforcando-se num galho de árvore, aí permanecendo às vezes muitos dias, ou semanas inteiras, até que o capitão-do-campo os fosse descobrir em carniça festejada pelos urubus. Viajantes que por aqui passaram registraram a incidência de suicídios entre os escravos. Os reverendos Kidder e Flether, em suas impressões do Rio de Janeiro durante o século XIX, observaram que “os escravos da cidade são tratados melhor do que os das plantações: parecem mais alegres, mais brincalhões, e têm maiores oportunidades de alforrias. Mas, assim mesmo, ainda se verificam crueldades em alguns casos, pois os suicídios entre eles – escravos – quase desconhecido em nossos Estados do Sul [dos Estados Unidos], são muito freqüentes nas cidades do Brasil”. Segundo José Alípio Goulart, “os relatórios dos presidentes das províncias e mais enfaticamente os dos respectivos chefes de polícia, em regra anexados àqueles, são preciosos documentos reveladores do permanente desespero em que vivia o escravo; e, bem assim, dos recursos de que se valia este para subtrair-se a tanto sofrimento e a tanta miséria, avultando dentre aqueles o do suicídio. Dos cinco suicídios mencionados por Cincinato Pinto da Silva, presidente da província de Sergipe, em sua fala de 1ª de março de 1865, apenas um fora perpetrado por pessoa livre. Em outro relatório, da mesma espécie, lê-se que em nove auto-eliminações sete foram escravos”. Quanto à Bahia, o autor afirma que as cifras são “significativas” e elucida que, dos 33 suicídios ocorridos ali em 1848,

dois foram de crioulos e 26 de africanos, todos escravos, conforme consta no relatório do chefe de polícia da época. A proporção de suicidas era esmagadoramente superior entre os escravos, principalmente africanos, aos ocorridos entre os homens livres. Para executar os seus desígnios usavam das mais diferentes formas: enforcavam-se, envenenavam-se, apunhalavam-se, deixavam-se morrer de inanição ou comiam terra. O mais dramático, na opinião de João Dornas Filho, era "o suicídio pela auto-asfixia que eles provocavam engolindo a língua, obturando com ela a passagem do ar até que sobreviesse a morte". Grande parte desses suicídios era praticada após a aplicação de torturas, espancamento por açoite (V.), castigo do tronco (V.), a golilha (V.) e muitas outras formas de humilhação física, psicológica e moral. Em Santa Catarina, o seu presidente, em 1872, informa no relatório daquele ano que "suicídios foram realizados por dois escravos e tiveram lugar por meio de estrangulação. Ignora-se o que motivou um dos fatos; o outro porém é atribuído ao receio que nutria um dos suicidas de ser castigado pelo seu senhor, em consequência de não haver satisfeito os jornais devidos" (Goulart, 1972). O fato era permanente em todas as províncias. O chefe de polícia do Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1881, relata que "em Valença, a 29 de maio de 1880, suicidou-se, ingerindo uma poção venenosa, o pardo Antônio, escravo de D. Caetana Augusta de Avelar Assunção, sendo obrigado a praticar esse atentado por desgosto, visto ter sido castigado por ordem de sua senhora, por faltas cometidas, como de estar envenenando animais, e por diversas vezes já ter procurado fazer o mesmo a pessoas da família". Na mesma cidade, o delegado de polícia foi informado de que, dentro do açu-

de da Fazenda Bocânia, em 15 de dezembro de 1881, achava-se um cadáver de cor preta. Chegando ao lugar, com peritos e procedendo ao corpo de delito, constatou-se que a morte fora causada por asfixia por submersão. Apurou-se após o inquérito que o cadáver encontrado era do escravo Bertoldo, pertencente a Nogueira, o qual no dia 12 tinha fugido. Atribuiu-se a morte a suicídio decorrente de castigo por faltas. No Maranhão, o presidente da província, na sua fala de 20 de agosto de 1857, afirmou que "seis escravos que na morte procuraram a isenção do cativo e porventura, [...] da sevícia dos seus senhores". Logo, o suicídio do escravo manifestava-se agudamente em todo território nacional. **Bibliografia.** GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972; VIDAL, Adhemar. "Quatro Séculos de Escravidão na Paraíba". In: *Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Ariel, 1935.

SULE. Um dos cabeças da Grande Insurreição (V.) ocorrida em Salvador (Bahia), em 1835, também chamada Revolta dos Malês. Era denominado "capitão" pelos insurretos. Pertencia a um dos grupos conspiradores do centro da cidade, liderado por Belchior.

SUMIDOURO. Era assim chamado o lugar onde se dava sumiço aos escravos rebeldes, que mereciam por isso a pena de morte. O sumidouro era um poço fundo que se acreditava ter comunicação com um rio, através de um túnel. Segundo Vicente Salles, no Pará há vários sumidouros. Na Vigia há um sumidouro debaixo de uma das torres da matriz local. Outro sumidouro existe na fazenda Cafezal, famosa pelos maus-tratos que os senhores infligiam aos escravos. **Bibliografia.** SALLES, Vicente. *O Negro no Pará*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/Universidade Federal do Pará, 1971.

T

TAMANCA. Alcinha de Luís Alves, negro que tentou, segundo informação de Walter Piazza (1975), organizar um quilombo no distrito de Lagoa (Santa Catarina), juntamente com "vários desertores baianos que por algum desses lugares ainda existem". Parece que esse início de aquilombamento não teve continuidade. Tudo leva a crer que se dispersaram sem deixar maiores vestígios. **Bibliografia.** PIAZZA, Walter. *O Escravo numa Economia Minifundiária*. São Paulo, Udesc/Resenha Universitária, 1975.

TAMINA. Termo com que se designava, em Minas Gerais, a ração destinada ao escravo que trabalhava longe da senzala durante o dia. Seu uso no tocante à contratação de carvoeiros livres representa curiosa adaptação da terminologia escravista às novas relações de trabalho que estavam se desenvolvendo. A denominação derivou do fato de que o dono da fundição, ao designar uma parte da sua mata à exploração, também se comprometia a fornecer sustento alimentício aos carvoeiros. **Bibliografia.** LIBBY, Douglas Coli. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

TANGANHÃO. Vendedor de escravos. Os lotes (V.) não-vendidos nos depósitos de escravos do litoral eram levados pelo tanganhão para os fa-

zendeiros do interior do Brasil que, mesmo interessados em adquiri-los, não tinham condições nem vontade de se deslocar para comprá-los nos leilões.

TANGOMÃOS. Mercadores de escravos que adquiriam negros no interior da África, usando da violência e emboscada para sua captura. Nessas expedições, prendiam indistintamente escravizados por outras tribos ou homens livres. Robert Edgar Conrad (1985) afirma que, de cada mil escravos capturados, dificilmente um décimo era escravizado "justamente". **Bibliografia.** CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

TAPUNHANO. Era como se denominava o negro africano nos primeiros documentos coloniais. Segundo Bernardino José de Souza, o termo deriva do tupi *tupuiuna* (negro). Os bandeirantes geralmente referiam-se ao negro como *tapui-nhano* e aos índios como *negros*. O mesmo que tapanhuano. **Bibliografia.** SOUZA, Bernardino José. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

TATES-CORONGOS. Eram assim designados os membros de uma associação secreta de negros que existiu em Vassouras (Rio de Janeiro) e descoberta em 1847. São poucas as informações sobre essa organização iniciática e não se sabe se,

com a sua descoberta, essa maçonaria negra (V.) continuou, ou não, com as suas atividades.

TÁTICA DE LUTA. Do ponto de vista militar, a luta dos escravos no Brasil não foi um simples movimento inconseqüente e imprevisto de multidão ou grupos de indivíduos desordeiros que investiam contra tudo e todos a fim de satisfazer seus instintos sob intenções inconfessáveis. Os escravos negros tinham um objetivo: derrotar militarmente os seus senhores. Nesse sentido, estabeleciam planos de ataques, muitas vezes reveladores de alguma perícia, e que somente por fatores que não puderam controlar deixaram de surtir efeitos mais sérios e positivos. De fato, alguns dos povos africanos que vieram para o Brasil, principalmente para a Bahia, eram grandes guerreiros na África e para aqui trouxeram a sua experiência militar, aplicando-a em função de si e dos seus irmãos de infortúnio. Isso talvez explique por que os nagôs e os hauçás foram os líderes incontestáveis das lutas dos escravos na capital baiana. Eram grupos étnicos já experimentados militarmente no continente negro. Até na República de Palmares (V.), tem-se notícia da possibilidade da existência de um mouro de capacidade militar superior aos demais, que ajudou a construir o sistema de defesa palmarino. Utilizavam armas já conhecidas dos povos africanos — arcs, flechas, lanças etc. — e armas de fogo tomadas dos colonizadores. No início, exerceram uma atividade predatória muito grande nas vizinhanças a fim de conseguirem víveres, armas, munição, mulheres, sal e pólvora. Ainda não tinham uma estrutura econômica estratificada. Eram seminômades. Com o crescimento do número de escravos e o conseqüente surgimento da agricultura, a técnica militar desses ex-escravos sofreu uma evolução marcante. A agricultura levou-os ao sedentarismo, obrigando à formação de um exército regular que garantisse a defesa do território da república. Daí o aparecimento de uma casta militar entre os palmarinos. A guerra de movimento, sustentada por inúmeros quilombos, não pôde ser continuada em Palmares. As guerrilhas anteriores foram substituídas por operações de envergadura, nas quais os combatentes, depois de realizá-las, tinham um local fixo para onde regressar e conhecido do inimigo. Ocupando uma superfície de cerca de 27 mil quilômetros quadrados (quase a área da Bélgica), era necessária uma tropa considerável para

sua defesa. Essa população, da qual participavam inúmeras crianças, mulheres e velhos, não podia sustentar-se de simples produtos de aventuras venatórias ou de assaltos eventuais. O quartel-general localizava-se no mocambo de Subupira, onde certamente ficavam instalados os principais chefes militares e onde os jovens eram transformados em soldados. Palmares passou, assim, a uma tática meramente defensiva. Em vez de atacar os colonos, passaram a cobrar uma espécie de tributo. Os colonos ofereciam-lhes, segundo Rocha Pitta, “armas, pólvoras e balas, roupas, fazendas da Europa e regalos de Portugal, pelo ouro, prata e dinheiro que traziam dos que roubavam, e alguns víveres”. Em 1678, quando o rei Ganga Zumba aceitou a paz com os senhores de escravos, foi morto e substituído pela casta militar chefiada por Zumbi, que exerceu ainda algum poder ofensivo. Depois, passaram à completa defensiva, deixando a iniciativa nas mãos das forças coloniais. Em 1645, à proporção que as tropas de Blaer avançavam, iam encontrando vastos campos cultivados. Mais tarde, os atacantes descobriram que o maior mal que podiam causar aos negros era destruir as suas roças. Em 1678, esta observação foi feita pelo ex-governador Aires de Souza Castro. Doravante, os invasores semearam a destruição nos campos de Palmares. Quando as suas roças foram destruídas e suas terras ocupadas, a base econômica dos palmarinos entrou em colapso e, conseqüentemente, suas tropas passaram a adotar a tática de guerrilha. Após o último combate entre as forças colonizadoras, chefiadas por Domingos Jorge Velho e Bernardo Vieira de Melo, e os palmarinos, em 1694, quando Zumbi foi dado como morto, os palmarinos voltaram a agir em grupos de guerrilheiros até o seu chefe finalmente ser assassinado em emboscada. Então, os antigos combatentes se embrenharam nas matas do Nordeste e começaram a organizar quilombos. Por denúncia, descobriram um deles localizado em Cumbe e destruíram-no tempos depois. Na mesma época, na patente de capitão-mor concedida a Manuel Nogueira Ferreira, encontramos referência a outro mocambo formado por negros fugitivos de Palmares. Outros quilombolas aliaram-se aos índios ou se transformaram em bandoleiros. Estava definitivamente extinto o exército dos ex-escravos palmarinos cujos remanescentes se transforma-

ram em grupos isolados nos diversos pontos do Nordeste (V. *Zumbi*²). Esses grupos guerrilheiros isolados sempre estiveram presentes nas lutas armadas travadas pelos escravos. Os quilombolas baianos, desde 1704, agiam nas estradas praticando “roubos e escândalos” providos de armas de fogo. Atacavam também as estradas de Salitre, Jacobina e Tucano, usando a tática de guerrilhas ou o bandoleirismo. Mas foi em Sergipe onde essa tática obteve maior êxito. Já antes de Palmares há registros de sua atuação e até 1874 exigiam atenção do governo, que não conseguia localizar o reduto para um ataque definitivo. Em Minas Gerais, sempre que os escravos das cidades se preparavam para os levantes, contavam para a ação com os escravos fugidos das estradas, a “rapaziada fugida das matas”. Nas revoltas baianas, os escravos urbanos combinaram unir as forças, dentro da cidade, com os negros refugiados nas matas próximas, para dar início ao ataque. Essa tática já havia sido usada desde 1807, dessa vez aguardando o auxílio dos escravos dos engenhos próximos; o fato se repetiu em 1826, embora de maneira inversa, isto é, os quilombolas do Urubu (V.) se revoltaram, esperando ajuda dos negros da cidade. Aos quilombolas, certamente adestrados também nas guerrilhas e nos assaltos das estradas, juntou-se a tática dos negros maometanos, os quais já traziam da África uma longa e bem assimilada experiência de luta armada. Além de instruírem os escravos nos rudimentos de estratégia de que eram conhecedores, criaram associações e clubes secretos, como o Ogoni. Os escravos não desconheciam o uso das armas de fogo. Já muito antes das revoltas urbanas, os quilombolas empregavam essas armas no interior da província. Nas revoltas da cidade de Salvador, muitos dos seus participantes descendiam dos povos do Sudão, conhecedores de trabalho em metal, fundidores exímios, e, certamente, se empenharam em forjar armas, pelo menos facas, lanças e outros objetos. Além disso, encontramos rudimentos de uma indústria de guerra na fabricação de “cartuchos de pau cheios de pólvora”, descobertos na revolta de 1826, num dos casebres próximos à mata do quilombo. Esses episódios mostram como os escravos não se deixavam dominar, nas suas revoltas, por simples paixões momentâneas, vindas à tona em movimentos inconseqüentes, mas planejavam suas ações em

detalhe. Até soldados foram encontrados entre os insurretos de Salvador, em 1826. Por sua vez, na revolta de 1835, os escravos usaram armas de fogo, especialmente no último combate em Água de Meninos, contra o forte de cavalaria, o que lhe valeu superioridade parcial sobre as forças adversárias. Em 1813, tendo como plano atacar a casa da pólvora, apoderaram-se do necessário e destruíram o restante. Na Balaiada, no Maranhão, quase não houve diferença fundamental entre a tática dos ex-escravos quilombolas e bandoleiros do Preto Cosme e o grosso das forças camponesas que participavam da luta. No início, antes de integrar o movimento, quando ainda estavam aquilombados na Lagoa Amarela, podemos dizer que os negros de Cosme apresentavam algumas características especiais de comportamento na luta, como o estabelecimento de piquetes avançados, a invasão de roças próximas, a defesa periférica do quilombo. Ao engrossarem, porém, o contingente camponês da Balaiada, passaram a atuar como guerrilheiros, ou bandoleiros, correndo o interior da província em rápidas lutas, até que a espada repressora de Caxias esmagasse o movimento. Por outro lado, quando o escravo Manuel Congo dirigiu a luta dos insurretos fluminenses aquilombados, foi com relativa facilidade liquidado militarmente. Embora ameaçando por vezes a cidade de Vassouras (Rio de Janeiro), esses escravos plantaram-se definitivamente num local, estabeleceram aquilo que convencionaram chamar de reino, mas foram derrotados. Caxias encontrou-os inteiramente desorganizados do ponto de vista militar.

TAVARES BASTOS, AURELIANO CÂNDIDO. Político e pensador social, abolicionista moderado, nasceu em Alagoas em 1839. Espírito inquieto, não alcançou o movimento abolicionista na sua fase final, mas, ainda assim, não ficou alheio ao problema da escravidão. Um dos seus biógrafos chega a afirmar que foi o mais precoce abolicionista do Brasil, como também dos mais persistentes (Pontes, 1939). Tendo vivido apenas 36 anos, Tavares Bastos manifestou-se em diversas oportunidades sobre o problema. Aos dezessete anos escrevia que “o remédio contra a escravidão não está em suprimi-la; o único, aquele que sinceramente reclamamos em nome da Justiça e em nome da utilidade é o da lenta emancipação”. Tinha essa visão tímida e conciliadora na adolescência, po-

sição que evoluirá posteriormente, porém nunca assumiu uma atitude radical diante do problema. Em manuscritos de sua autoria ainda inéditos, escreveu: “daqui a um século a fisionomia do Brasil será a mais interessante do mundo por causa dessa fusão. A Raça Brasileira (que então se formará) terá a imaginação do africano e a reflexão do branco. O maior espanto virá disto: será essa raça antiportuguesa principalmente”. Durante sua atuação como deputado, abordou, em seu livro *Cartas do Solitário*, o problema do tráfico de escravos no seu livro, bem como o dos africanos livres (V.). Quando, em 1867, a Fala do Trono se referiu, pela primeira vez, ao problema da escravidão, ele assim se pronunciou: “Sou decididamente pela emancipação da escravatura, mas o que não faria nunca era, em uma questão social de tamanha gravidade, levantar, vagamente, em um rápido período da Fala do Trono, esse grande problema, sem precisar os termos da sua solução, deixando pairar nos ares a desconfiança, uma desconfiança geral. Não, senhores, aqueles que bem compreendem os encargos que acarreta o governo de um povo não formulam tais questões sem acompanhá-las da fórmula que deve resolvê-las. Ora, o governo declarou por vezes, na folha oficial, que não tem opinião formada, que não tem projeto elaborado. É o que lamento”. Ligado ao pensamento e interesses dos Estados Unidos, inclusive a religião protestante, era adepto do imigrantismo e, segundo José Honório Rodrigues, foi “o menino de ouro”, o “amigo sempre fiel” dos protestantes. Fundou em 1866, com um grupo de liberais, a Sociedade Internacional de Imigração, com o intuito de trazer confederados americanos, gente branca, anglo-saxônica e protestante. Tavares Bastos não hesitou em escrever que um simples colono germânico era capaz de produzir mais do que três escravos. Engajado na imigração de colonos americanos, os derrotados na guerra civil americana, foi não só um dos organizadores da sociedade, como fez campanha em favor do que se denominou liberalização das leis, de modo a criar leis civis e religiosas e a promover uma política “liberal” de venda de terras públicas que pudesse favorecer a vinda de imigrantes americanos. Essa tendência para a “liberalização” do trabalho no Brasil era o que fazia Tavares Bastos tender para um abolicionismo moderado e somente realizável a longo prazo. Isso

o levou a uma posição vacilante, sendo um dos adeptos da abolição de acordo com os interesses da classe senhorial, ou seja, lenta, com indenização e somente depois da chegada da mão-de-obra estrangeira. Por isso, quando não era mais deputado, ao analisar a Lei do Ventre Livre (V.), escreveu: “Entre a emancipação imediata de todos (impossibilidade financeira) e a liberdade das gerações futuras, parece-me que está posto o dilema. Como filósofo prefiro a primeira; as circunstâncias do Brasil obrigam-me à segunda”. Em 1867, ainda parlamentar, apresentou um projeto que proibia a posse de escravos às futuras sociedades, companhias e corporações civis ou religiosas e, no tocante àquelas que já funcionavam, propunha que fossem alforriados os filhos nascidos após a data da lei. Quanto aos escravos da nação, advogava que fossem alforriados em prazos determinados e instalados nas terras das fazendas nacionais, distribuindo-se entre eles o gado e os bens móveis existentes. A respeito dos escravos das oficinas ou estabelecimentos públicos, poderiam continuar nos mesmos, se quisessem, mediante salário. Tavares Bastos faleceu em 1875. **Bibliografia.** PONTES, Carlos. *Tavares Bastos (Aureliano Candido)*. São Paulo, Nacional, 1939.

TEATRO DE NEGROS ESCRAVOS. Muito já se discutiu sobre o teatro feito, organizado ou apenas representado por atores negros escravos, mas para compreender melhor o problema deve-se especificar o que se entendia por teatro à época da escravidão no Brasil. Samuel Campello (1937) mostra como os autos, especialmente os de Gil Vicente, foram perdendo o seu conteúdo religioso e cortesão e popularizaram-se nos adros das igrejas e em outros locais. No Brasil, os jesuítas aproveitaram-se dessa herança peninsular para catequizar os índios. Como diz Samuel Campello, “foi José de Anchieta o fundador do teatro no Brasil. O auto foi também a forma do seu teatro. Não o auto satírico de Gil Vicente mas o auto verdadeiramente inspirado nos mistérios franceses dos fins da Idade Média. [...] Por intermédio dos autos de Anchieta e outros jesuítas, contribuíram, pois, os caboclos e portugueses para a formação do teatro no Brasil”. Quanto aos escravos africanos, o mesmo autor escreve que, “esmagado pela falta de tempo, pobre de material consultivo, julgado, talvez, mais fantasista do que verdadeiro, procurarei demonstrar que os negros

também fizeram teatro no Brasil da mesma forma rudimentar e popular. Não sendo religiosos como os portugueses e nem tendo sentido a influência da catequese dos jesuítas, os autos dos negros fogem aos temas hieráticos mas ainda assim são – como os próprios mistérios da Idade Média – somente representados nas proximidades do Natal até as festas do Reis”. Guilherme de Mello, na sua obra *A Música no Brasil*, publicada na Bahia em 1909, menciona as danças africanas dos quicumbres e quilombos, nas quais os negros simulavam combates entre escravos fugidos e caboclos que os aprisionavam. Mello Moraes Filho (s/d.) descreve uma exibição de congos e taieiras organizadas por esses negros escravos: “A vila em peso, pode-se dizer, participava do folgado; os senhores de engenho abalavam-se de léguas; o povaréu formigava nas estradas; negros escravos, dispensados do trabalho, festejavam o seu santo, descuidados, contentes, felizes. Vinham os congos. E três negras, fantasiadas de rainhas e arrastando compridos mantos, com suas coroas douradas, caminhavam ladeadas de congos vestidos de branco e com enormes barretinas de linho, enlaçadas de fitas e recamadas de miçanga”. Duas alas de negros batiam-se em duelo de espada de ferro, disputando a coroa da negra que ocupava o centro e a quem davam o pomposo nome de “rainha perpétua”. De taieiras Mello Moraes Filho também chama “um grupo encantador e original de faceiras e lindas mulatas, vestidas de saias brancas, de camisas finíssimas e de elevado preço, deixando transparecer os seios morenos, ardentes e lascivos”. Assim, à primeira vista, parecerá que taieiras e congos nada tinham de auto. Para ser um auto, é preciso que haja um enredo, o desenvolvimento de uma ação, tal qual aparece nos autos dos séculos XV e XVI. Luiz Edmundo, sim, mostra os congos – ou, como ele chama, as congadas – como um auto perfeito, com danças, música e enredo. Ele mesmo os apelida de “dramas coreográficos”. Samuel Campello prossegue sua narrativa, apoiado em Luiz Edmundo: “o cenário: o largo em frente ao palácio do vice-rei, num trono de improviso, o *Principal*, ao som da música, agita o seu bordão enfeitado e, como os contra-regras que ainda hoje batem as indefectíveis pancadas de Molière para o início dos espetáculos, grita que vai começar. Conta a fa-

bulação: o rei chocalha as estrelas e as ‘luas crescentes’ dos versos de Ascenso Ferreira e canta [...]. A rainha, como boa comadre de revista, baila também e uma vez repete termos em idioma africano [...]. E o enredo se desenvolve, mudam-se as situações. O *mameto*, filho do rei, molequinho de dez anos, parentado à semelhança dos papás, canta também [...]. E como nos mistérios franceses, como nos autos de Anchieta, como nas mágicas e nas peças sacras ainda representadas no começo deste século, surge a imagem do mal. Não é o Belzebu de pés de pato e cravelhos dourados, mas é um caboclo de olhar trágico que racha a cabeça do *mameto* com seu terrível tacape de cacique. Cai o filho do rei agonizante, enquanto o cacique baila endemoniadamente e o coro lamenta [...]. Sabe o rei do acontecido e dança um bailado trágico. Vem, a seu chamado, o *quimboto* (feiticeiro) e tem a incumbência de ressuscitar o *mameto*. É impressionante, principalmente quando canta em volta ao pequeno cadáver [...]. Após outros versos do *quimboto* e do coro, dá-se por fim o mistério da ressurreição do *mameto*, que baila, que ri, mais travesso que nunca, juntamente com os corpos do coro e do baile. O cacique ergue de novo o tacape, mas o feiticeiro, num passo de chula, lança sobre ele tão ardente olhar que o caboclo baqueia magnetizado. Verdadeiro lance de carpintaria teatral dos dramas de capa-e-espada. A crônica não fala nas chamadas à cena dos artistas e do autor, mas fala do desfecho; a mais linda princesa da congada vai se casar com o *quimboto* vencedor. É a recompensa. É o casamento. É como finda ainda hoje a maioria das nossas peças de teatro. O *mameto* recolhe ao manto de belbute da rainha mãe enquanto a jovem princesa – a doce ingênua – e o galã dançam. Quadro final”. Ainda segundo Campello, as congadas têm ou não a forma dos autos da Espanha e Portugal? São ou não uma antecedência do gênero hoje tão apreciado da opereta? Para ele, porém, hoje não se representam mais cuncubis, taieiras, congos e congadas. O que nos resta hoje de autos introduzidos pelos negros no Brasil e que resiste a todos os tempos é o bumba-meu-boi, sob suas diversas variações. Será ele, porém, de origem africana? Seria criado no Brasil? Pode ser considerado obra dos negros? Nesse sentido, Samuel Campello cita uma opinião de Artur Azevedo: “Seria muito

difícil estabelecer definitivamente a verdadeira origem da festa popular conhecida pela denominação de bumba-meu-boi. Pode ser que entrasse ali o elemento português, com uma ligeira reminiscência dos velhos autos e das velhas chácaras em que a figura do vaqueiro foi muito explorada, e o elemento africano com os seus des-cantes bárbaros, a que não falta, entretanto, uma admirável intuição musical. É mesmo provável que o bumba-meu-boi, na forma primitiva, fosse um auto composto com todas as regras do gênero, por algum poeta do povo que hoje seria um fazedor de peças de teatro; talvez houvesse ali o propósito de satirizar um costume ou mesmo um fato que não sabemos qual seja. [...] Pode ser que esse folguedo tivesse a princípio um caráter religioso, sabe-se que até o catolicismo penetrar no Ocidente, o boi era ali sagrado. A máscara do *boeuf-gras*, restabelecida na França por Bonaparte, teve essa origem; até o século XVII o boi dava seu passeio anual pelas ruas de Paris, coroado de violetas, e o cortejo ia cantar e dançar às portas dos cidadãos mais importantes tal qual o Rancho dos Reis. O bumba-meu-boi e o *boeuf-gras* não terão a mesma origem?" O próprio Samuel Campello considera essa hipótese muito fantasiosa e escreve que "Artur Azevedo considera, portanto, o bumba-meu-boi um auto popular que recebeu entre nós os elementos português e africano mas quer remontar a sua origem aos bois sagrados do pré-cristianismo ou ao *boeuf-gras* das ruas de Paris. Parece que na primeira hipótese, pelo menos, é ir muito longe". De fato, a posição de Artur Azevedo procura dar uma explicação muito "ocidental" para o auto. Artur Ramos, no entanto, aponta as raízes totêmicas dessa manifestação. Embora reconhecendo que o boi seja uma figura obrigatória nos autos populares, em Gil Vicente e em outros autores peninsulares, escreve que "não nos bastam as origens ameríndias para a explicação etiológica do bumba-meu-boi. O africano trouxe uma contribuição ao meu ver fundamental. Já mostrei no *O Negro Brasileiro* que o totemismo do boi é largamente disseminado entre vários povos bantus. Por ocasião das colheitas os Ba-Naneca, por exemplo, prestam verdadeiro serviço a um boi a que chamam Geroa, e que é conduzido em procissão no meio de cânticos e danças. Vemos aí o mesmo motivo da

fecundação ligado ao mito zodiacal do Touro. [...] Todos esses elementos se misturaram, originando o curioso auto". Diz Artur Ramos que, para Guilherme T. P. de Mello, a sua origem é portuguesa, sendo uma variante do *Monólogo do Vaqueiro* de Gil Vicente, hipótese que é contestada por Samuel Campello nos seguintes termos: "Ora, essa barretada engrossativa de Gil Vicente que chega a comparar o príncipe ao menino Jesus, comparando, pois, a rainha Maria à Virgem Maria, e levando aqueles presentes como os Reis Magos e os pastores de Belém levaram os seus presentes ao Cristo menino, não pode ter símile no bumba-meu-boi feito no Brasil, principalmente no Nordeste do Brasil. O de Gil Vicente é um simples monólogo e o nosso é um auto completo com dança, música, figuras simbólicas e reais, muita ironia e muita sátira". O bumba-meu-boi espalhou-se por todo o Brasil, com variações de nome, mas sempre com aquela movimentação e dramaticidade que caracterizam as manifestações artísticas afro-brasileiras. Por isso, Samuel Campello conclui que "os negros no Brasil fizeram teatro à semelhança dos autos portugueses do século XVI e dos franceses da Idade Média, nas festas de Natal e Reis". **Bibliografia.** CAMPELLO, Samuel. "Fizeram os Negros Teatro no Brasil?". In: FREYRE, Gilberto et alii. *Novos Estudos Afro-Brasileiros*. Rio de Janeiro, Nacional, 1937; MORAIS FILHO, Mello. *Festas e Tradições Populares do Brasil*. Rio de Janeiro, Garnier, s/d.; RAMOS, Artur. *O Folclore Negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante Brasileiro, 1954.

TEMPO DE VIDA. Os documentos da época, assim como depoimentos de viajantes, dão como de sete a dez anos a vida útil do escravo. O viajante Thomas Ewbank (1973) relata uma conversa que teve com um fazendeiro baiano: "No interior [da Bahia], observou o fazendeiro, os escravos são mal alimentados, pessimamente vestidos, e trabalham de modo tão árduo que a duração média de suas vidas, depois de chegarem lá como escravos, é de seis anos. Em alguns distritos, este período é de oito anos, enquanto o número de escravos que vivem mais de dez anos depois de sair da África é realmente pequeno". **Bibliografia.** EWANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. Conquista, 1973. 2 vols.

TERÇO DOS HENRIQUES. V. *Henriques*.

TERESA. Liberta, de nação tapa, companheira de Gaspar da Silva Cunha; na revolta escrava de 1835,

em Salvador (Bahia). Foi condenada a dois anos de prisão, embora praticamente nada tenha sido apurado contra ela.

TERESA DO QUARITERÊ. Líder quilombola, rainha do quilombo de Quariterê (V.), que existiu no século XVIII. Foi por duas décadas a chefe incontestável desse ajuntamento de negros fugidos. Segundo se supõe, era procedente de Benguela, como também pode ter nascido no Brasil. O grupo tinha 79 escravos e trinta índios, instalados próximo ao rio Galera, não muito distante da fronteira de Mato Grosso com a Bolívia. Impôs tal organização ao grupo que o quilombo sobreviveu até 1770. Organizou um parlamento, um conselho da rainha e um sistema de defesa com armas trocadas com os brancos ou roubadas às vilas e povoados das redondezas. O controle de Teresa sobre os habitantes do quilombo era absoluto. Temendo deserções, que certamente culminariam em delações, punia severamente aqueles que tentassem abandonar o reduto. Pessoalmente, era vaidosa e se fazia assistir por um bom número de negras e índias. Durante o seu longo governo, Quariterê pôde contar com uma agricultura bem desenvolvida, que produzia algodão e alimentos, e com duas tendas de ferreiro e teares. Os tecidos ali fabricados eram vendidos fora do quilombo, do mesmo modo que os excedentes agrícolas. Em 1770, moradores da capitania de Mato Grosso, prejudicados com o número cada vez maior de deserções de escravos, organizaram uma expedição para atacar o quilombo, na qual prenderam 44 dos 79 negros, mataram o conselheiro e levaram a rainha Teresa como prisioneira. Esta, sentindo-se vencida, ingeriu ervas venenosas e, talvez pela ação do veneno, morreu "enfurecida" quando era conduzida para Vila Bela.

TERMO DE SÃO JOSÉ, QUILOMBOS DO. Em 1769, no termo de São José, em Minas Gerais, surgiram quilombos de grande força, onde dois cabeças, conhecidos por Batiero e Beíçudo, liderando os quilombolas, praticaram atos de bandoleirismo nas regiões da Pedra da Menina, Ressaca e Carijós, e na Ponta do Morro dos Prados, no extremo sul com São Paulo. Foram atacados pelo juiz ordinário Antônio Gonçalves Ferreira, com o auxílio do capitão Antônio Francisco Ferreira da Silva e do capitão José Francisco Baião, sendo este último incumbido de capturar Batiero e Beíçudo, ao que parece sem êxito. **Bibliografia.**

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Negros e Quilombos em Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1972.

TIGRE. Barril de madeira, de tamanho médio, que servia para a coleta de excremento das casas localizadas na região urbana do Brasil escravista. Como não existia esgotos, cabia aos escravos encontrar um lugar distante onde pudessem descarregar essas vasilhas, depois de cheias. Os escravos colocavam o barril à cabeça e seguiam para um local ermo ou praia a fim de esvaziá-los. Ocorre que, como esses vasilhames não eram renovados com frequência, apodreciam depois de certo tempo e muitas vezes se desmontavam na cabeça do escravo. Isso propiciava o emporcalhamento daquele que o conduzia e a galhofa dos demais. O viajante Robert Ave-Lallemant (1961), que esteve no Brasil em 1859, ao referir-se ao fato, levanta a hipótese de que o nome do bairro denominado Barris, em Salvador (Bahia), derive da particularidade de, naquele local, os escravos jogarem os dejetos contidos nesses recipientes chamados de "tigres" na época. **Bibliografia.** AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem pelo Norte do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961.

TIGREIRO. Escravo doméstico encarregado de esvaziar o "tigre" (V.).

TIOS LIMANOS. Negros livres ou escravos que desfrutavam de influência e liderança nas comunidades de negros islamizados. Segundo Antônio Monteiro (1987), eram aqueles que, destacando-se "pela bravura, lealdade e inteligência, eram elevados ao grau de limano (V.) e como tal consagrados pelo Conselho dos Assumânios, recebendo o título em suas próprias mesquitas ou na mesquita maior, da rua da Alegria dos Barris n. 3 (Salvador, Bahia), esta uma espécie de filial dos Quinze Mistérios, onde sempre havia rito malê para tais confirmações de posto, sem o que o limano ainda não estava pronto para exercer o papel de sacerdote do culto, nem podia comandar movimento de guerrilha. Esse rito lhes conferia superioridade, tornando-os reverenciados como possuidores de poderes pela força de Maomé. [...] Alguns dos tios limanos são aqui mencionados apenas pelo título, como era comum entre seus subordinados, outros pelo nome de batismo. Havia vários outros limanos, acerca dos quais não conseguimos informações. Dos trinta que havia por toda a cidade, faltam os limanos da nação

tapa, efã, jebu e grussi, os da Avenida Jequitaita, da Cova da Onça, da Fonte Nova e do Beco da Bomba, na Saúde. Essa relação dos tios limanos faz parte das notas que não podiam ser dadas ao conhecimento público, antes que nossos três informantes falecessem; [...]. Assim, temo-los. *Tio Assobá-Oju* – nome de batismo: José da Costa Carvalho; limano de Santo Amaro da Purificação; de grande influência no Recôncavo; tinha assento no Conselho dos Assumânios; era vidente, daí seu título, que significava Olho do Rei. *Tio Obá Tundê* – nome de batismo: Francisco Honorato da Costa; homem inteligente, era limano de Cachoeira; também designado como Obá Muazin ou Imame; fazia parte da Mesa do Conselho. *Tio Obá-Loju* – nome de batismo: Antônio Luís Pompeu; malê de muitos recursos, residia no Tororó; era no seu tempo o maior “trabalhador”, o que prevê o futuro, vidente; também conhecido como Oluô, Pompeu ou Rei Pomeu. *Tio Obá-Odum* – nome de batismo: Daniel Luís dos Santos; limano da rua do Monturinho de São Bento e do Largo da Palma. *Tio Abialó* – nome de batismo: Abílio Torres da Conceição; limano do Beco dos Nagôs e da rua da Saúde; era também pianista e ensinava piano em casas de família. *Tio Abiodum* – nome de batismo: Abraão Fagundes de Carvalho; afuã, limano da mesquita da rua da Oração n. 7; também conhecido como Tio Cacá; dizia-se que “pegava um pouco da língua”, daí o apelido. *Tio Aja-luó-luó* (ou Tio Aja) – era limano da Bela Vista do Cabral; aguadeiro de profissão. *Tio Alá-Kinin* (ou Tio Kinin) – nome de batismo: Alfredo Tinoco de Amorim; era limano do Beco do Godinho, negociava com aves e ovos. *Tio Albino da Conceição* – limano do Largo 2 de Julho, da Faísca e da rua da Força. *Tio Belarmino* – era ferreiro e tinha forja na rua da Barroquinha, Travessa Antonio Bahia, 5; sua mesquita ficava no largo de São Miguel, próximo à ladeira da Saúde. *Tio Constâncio da Hora* – limano dos aflitos e da rua da Faísca; era embarcação no Recôncavo. *Tio Damásio* – limano da mesquita do Tororó; era auxiliar direto do alufá Luís Firmino, o Balogum, o Grande Guerreiro. *Tio Dandarã* – era limano da rua do Gravatã; negociava com frutas e verduras. *Tio Dimandã* – com mesquita na Rua da Oração, 18; era de nação tapa e negociava com leite. *Tio Dou* – nome de batismo: Luís Deiró da Paixão; negociava com cestos e balaies, confec-

cionados no Pelourinho, 17, onde residia e tinha mesquita. *Tio Gaspar* (ou Eutíquio) – com mesquita no Boqueirão; tinha oficina de piano no Taboão e era professor do instrumento. *Tio Gaudêncio* – limano da Gamboa, Banco dos Ingleses e Forte de São Pedro. Não obtivemos o seu nome completo de batismo. *Tio Luís Ramos* – nome de batismo: Luís Antônio Ramos; era limano da rua do Bispo, 20, e o sobrado, por trás da Sociedade Protetora dos Desvalidos, tinha na fachada a inscrição “Caridade e Fraternidade – 1848”; sua mesquita foi palco de grande destaque na revolta dos malês; aí se desenvolveram planos de guerrilha e seus frequentadores eram todos da Protetora, da qual era uma espécie de filial. *Tio Ofã* – nome de batismo: Fileto da Assunção Macofá; negociava com objetos da África; sua mesquita era na rua da Lama, 30, próxima ao Ginásio São Salvador, na Barroquinha, onde também residiu o Tio Darô-Obaim. *Tio Roberto de Içaba* – sacerdote malê de nação tapa; exímio conhecedor dos segredos das plantas sagradas dos orixás; um dos raros celebrantes da invocação a Gunoko (ou Gonocô). *Tio Roque Funke* – nome de batismo: Adão Roque Coutinho; da rua do Trilho, na Baixa do Garcia; era construtor, com mesquita na Federação. *Tio Salacó* – com mesquita no Beco do Sapoti, 3, próxima da rua Ruy Barbosa, numa transversal; era vidente, jogava búzios, e sacerdote de Ifá. *Tio Salu* – nome de batismo: Francisco Gomes da Mota; era limano do Distrito de Santana; marceneiro. *Tio Salu-Lapã* – nome de batismo: Hortêncio Farias Reis; com mesquita na rua das Flores, próxima à rua Ramos de Queiroz, na Baixa dos Sapateiros; negociava com peixe. *Luís Gustavo Passos* – limano da rua da Lama, 13; médico; residia no Largo dos Aflitos, num sobrado; em horas vagas lecionava matemática e piano”. **Bibliografia.** MONTEIRO, Antonio. *Notas sobre Negros Malês na Bahia*. Salvador, Ianamá, 1987.

TIRADENTES, ESCRAVO DE. A Inconfidência Mineira é considerada, pela maioria dos historiadores, o movimento político mais importante que surgiu durante o período colonial com o propósito de conquistar a autonomia e a independência. Dos participantes desse movimento tão cheio de elementos perturbadores no que diz respeito ao comportamento dos inconfidentes, temos de convir que Joaquim José da Silva Xavier foi inquestionavelmente aquele que, no momento da opção

definitiva, escolheu o heroísmo à covardia, à denúncia, ao recuo, à convivência com as estruturas de poder da época. Quando dizemos que o movimento foi cheio de elementos perturbadores, queremos referir-nos à sua proposta política, especialmente com respeito à abolição da escravidão. É nesse particular que não encontramos indicações concludentes de que no seu programa de governo estivesse incluído o fim do trabalho escravo. Republicano, sim. Mas na base daquele liberalismo escravista que caracterizou a maioria dos movimentos de autonomia no Brasil. Sendo Tiradentes o mais representativo dos seus líderes, cabe indagar: teria ele possuído escravos? A resposta é afirmativa. Desgostoso com as injustiças de que se dizia vítima, Tiradentes resolveu melhorar sua fortuna particular; entregou-se à mineração e conseguiu adquirir um sítio ao pé da Rocinha Negra, com casas de vivenda, senzalas, monjolo e matos virgens (Souza Silva, 1946). Faltavam-lhe braços, porém, para os rudes trabalhos da mineração, pois não possuía mais do que três escravos, número insuficiente para prosperar. Os três escravos não foram alforriados ou vendidos por Tiradentes; após sua prisão, ficaram em poder do carcereiro de Vila Rica, que se tornou seu depositário em 13 de agosto de 1789. Tiradentes também possuía uma escrava com uma cria, que ficaram depositadas em casa do padre Francisco Ferreira da Cunha e foram entregues ao depositário Luís Antônio de Barros, em 24 de maio do mesmo ano, por ocasião do seqüestro de seus bens. A escrava foi doada a Antônia Maria do Espírito Santo, em virtude de “promessas sponsalícias”, mas acabou sendo apreendida, ilegalmente, no seqüestro dos bens. Contra esse confisco, Antônia Maria do Espírito Santo entrou com uma petição ao Juiz do Seqüestro de Vila Rica, reivindicando o seu direito sobre a cativa e sua cria. **Bibliografia.** SOUZA SILVA, Joaquim Norberto. *História da Conjuração Mineira*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1946.

TOMADIA. Prêmio devido ao capitão-do-mato ao entregar o escravo fugitivo ao seu senhor. Espécie de comissão obrigatória a que o captor tinha direito pela captura do quilombola ou negro fugido. A profissão de capitão-do-mato surgiu inicialmente por simples iniciativa daqueles que se dispunham a sair em busca de um negro fugido. Por isso mesmo, a tomada, ou seja, o pagamento

pelo trabalho prestado, era acordada entre o senhor do escravo fugido e o capitão-do-mato. Com o aumento do número de escravos e das fugas, os pagamentos pelos seus serviços passaram a ser regulados por tabelas determinadas por regimentos e medidas complementares expedidas pelas autoridades. Ao tempo em que a profissão era voluntária e esporadicamente exercida, o acordo entre o senhor e o capitão-do-mato era um pacto individual, cumprido religiosamente pelo primeiro, mas nem sempre pelo captor. É que, muitas vezes, o capitão-do-mato capturava um escravo e mantinha-o na sua posse por algum tempo para trabalhar em proveito próprio (*V. Sonegado, Escravo*). Além do mais, o pagamento variava muito, de acordo com a distância da captura, de estar o escravo apenas foragido ou de haver se refugiado em algum quilombo. Todos esses problemas levaram as autoridades a criar cargos e organizar corpos destinados à caça de escravos fugidos. Assim, o mecanismo da tomada passou a funcionar mais facilmente no que concernia a sua rapidez e segurança: detidos os fugitivos, recolhiam-nos à cadeia e desta somente saía se efetuado o pagamento da tomada e demais despesas de carceragem. Esses pagamentos eram feitos pelo senhor do escravo fugido. Logo, o capitão-do-mato recebia o seu pagamento sem ônus dos cofres públicos e sem ser prejudicado pelo senhor do escravo. Nos casos em que os senhores se desinteressavam dos negros capturados e os abandonavam, um fato bastante comum, os fugidos eram levados a hasta pública e vendidos. Do preço de suas vendas cobravam-se as despesas gastas pelo erário público, bem como a importância da tomada.

TONSURA. Marca infamante, infligida antigamente a escravos e traidores. Foi adotada no Brasil para escravos de estabelecimentos religiosos como sinal de humildade, querendo dizer que os portadores do estigma eram “escravos da Igreja”. Primeiramente, a navalha cortava toda a cabeça. Com o tempo, certas partes foram poupadas, e, por fim, somente uma área circular era raspada. Todavia, as dimensões da tonsura variavam muito, desde o tamanho de uma moeda até o de um pires. O viajante Thomas Ewbank relata ter encontrado escravos com tonsuras no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro.

TRABALHAR NA ÁGUA. Era como os escravos em

Salvador (Bahia) chamavam o trabalho no mangue enfrentando a umidade e a insalubridade. Esses escravos recebiam uma cota de vinho para se restaurarem do cansaço pelo tipo do serviço que praticavam. **Bibliografia.** VIANNA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1949.

TRAFICANTE. Pessoa, grupo ou empresa que praticava o comércio negreiro, isto é, o comércio de escravos entre a África e o mundo colonial, no caso particular com o Brasil. Inicialmente, foram os ingleses, e depois os portugueses e brasileiros, que entraram no comércio negreiro e dele se beneficiaram enormemente, formando, especialmente no Brasil, uma camada privilegiada e influente, embora o tráfico já fosse considerado ilegal desde a lei de 1831, a chamada “lei para inglês ver” (V.). O suborno de autoridades e figurões era freqüente e tido como normal, e muitos traficantes influíram poderosamente na política e mesmo nas decisões de D. Pedro II. Diz José Honório Rodrigues que “os traficantes daqui ou da costa africana foram sempre homens ricos e poderosos, capazes de improvisar novos meios de burlar a vigilância inglesa e de inventar recursos legais como esse de compra de navios americanos, ou ilegais, já que o tráfico foi um dos maiores negócios do Brasil durante os primeiros cinquenta anos do século XIX”. Na última fase do tráfico, mesmo após o Bill Aberdeen, avolumou-se de tal forma o comércio de africanos que muitos, como o Barão de Cairu, ficaram apreensivos com a africanização do Brasil. Essa preocupação com o “equilíbrio racial” do Brasil atingiu também políticos como Lopes Gama, que temia chegarem ao Brasil “milhares de defensores das instituições do Haiti”. Para se ter uma idéia das proporções do tráfico e do poder dos traficantes, basta dizer que se estima que, nos três anos que se sucederam ao Bill Aberdeen, entraram no Brasil, por meio do tráfico, talvez uns 150 mil africanos. Havia, no entanto, algumas vozes discordantes. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, por exemplo, dizia: “Sou inimigo do tráfico de escravos. Vejo nesse comércio todos os males possíveis, um ataque ao cristianismo, à humanidade e aos reais interesses do Brasil. Sou homem, cristão e patriota e não posso permitir isso. Esse comércio, levado a cabo para o benefício de uma raça, é anticristão e eu não acredito que o homem tenha nascido para a escravidão.

Acredito que os negros, os mulatos, os verdes, se existirem, são tão bons quanto nós somos e igualmente dignos de serem livres”. Por sua vez, o embaixador norte-americano no Brasil, Henry A. Wise, escrevia, em 1846, que “só há três maneiras de fazer fortuna no Brasil: ou no tráfico negreiro, ou negociando com escravos, ou tendo uma casa exportadora de café. Apenas os comerciantes estrangeiros se dedicam ao café e todo brasileiro influente tem que participar, mais ou menos, direta ou indiretamente, nas suas primeiras atividades. E todos aqueles que têm alguma influência participam de ambas. Aqui, é preciso ser rico para lucrar através da usura, e para ser rico, a pessoa tem que se dedicar ao tráfico de escravos. Os traficantes são, pois, os homens que detêm o poder, os que emprestam aos homens do poder e os manobram. Assim, o próprio governo é, na realidade, um governo traficante, contrário às suas próprias leis e aos tratados”. Poder-se-ia supor ser exagero de diplomata estrangeiro querendo diminuir um país atrasado e dependente. No entanto, todos os depoimentos independentes do tempo confirmam a realidade exposta pelo embaixador. O próprio Cairu, que foi ministro do Exterior do Brasil, afirmou sobre o poder dos traficantes: “Não conheço ninguém que possa ou queira tentá-lo [extinguir o tráfico] e, quando 99 entre cada 100 estão envolvidos no tráfico, como fazer? O vício penetrou até o coração da sociedade. Quem mais requestado, quem mais festejado nesta cidade do que Manuel Pinto [da Fonseca?]. Todo mundo sabe que ele é o grande traficante *par excellence* do Rio. Contudo, tanto ele como dezenas de outros traficantes menores vão à Corte – sentam-se à mesa dos cidadãos mais respeitáveis – ocupam cadeiras na Câmara como nossos representantes e têm até voz no Conselho de Estado. Estão cada vez mais vigilantes, preservantes, audazes – o que eles não ousam afastar, procuram comprar. Ninguém faz dinheiro com mais facilidade ou o gasta com maior prodigalidade – o que eles tocam transforma-se em ouro – levam tudo de roldão com eles. O senhor conheceu o meu horror pessoal a esse maldito tráfico – mas, com homens desses que é que eu faço? Por onde devo começar? Com os meus colegas – é inútil. Com o Conselho não adianta, não me dariam ouvidos. Na Câmara me chamariam de traidor. Nas ruas, me apedrejariam”.

Diante desta denúncia seguida de confissão de impotência e temor, podemos ver o medo dos cidadãos de uma forma geral diante dessa camada poderosa e influente que era a dos traficantes. Essa força econômica, política e administrativa, exercida pelo traficante no Brasil, tem sua descrição pormenorizada no trabalho de Robert Conrad (1985), em que se mostra como esses traficantes, já contrabandistas de escravos desde a lei de 1831, conseguiram transformar-se na camada mais influente do governo imperial. Donos de vastos capitais, proprietários de frotas e de navios, com uma ostentação social de novos ricos, com casas na cidade e no campo, eram os donos de quase tudo aquilo que interessava social e economicamente na época. Os mais famosos deles freqüentavam assiduamente a Corte e chegaram a ser condecorados. Diz Robert Conrad que, “a partir de fontes esparsas pode-se fazer um esboço das atividades de dois dos mais notórios e influentes traficantes do Rio, José Bernardino de Sá e Manuel Pinto da Fonseca. José Bernardino de Sá iniciou sua carreira como empregado de uma loja no Rio de Janeiro, mas, em 1830, quando o tráfico estava se tornando totalmente ilegal, já estava embarcando escravos para o Brasil em seu próprio navio o *Amizade Feliz*. Três ou quatro anos depois, agora dado como uma herança que ele investiu no tráfico, Bernardino de Sá estava instalando postos escravistas na costa africana ao sul do Equador, onde os portugueses ainda mantinham um tráfico legal e os cruzeiros britânicos normalmente não intervêm. Fazendo o escambo de tecidos na África e utilizando a bandeira portuguesa para proteger seus navios de captura pelos britânicos, o jovem negociante logo ficou rico, famoso e com títulos. Apesar do seu nome ter aparecido, em 1838, em uma lista de traficantes e falsários da polícia, duas profissões que com freqüência atraíam as mesmas pessoas, as autoridades lhe deram total liberdade para prosseguir seu negócio, e ele era estabelecido no Rio como um homem abastado, influente e beneficiário de altas honras e condecorações brasileiras. Em 1850, ainda na liderança do tráfico de escravos, José Bernardino de Sá foi presidente do Teatro Real de São Pedro, no Rio de Janeiro, e portador do título de Barão da Vila Nova Minho, concedido pela rainha Maria da Glória de Portugal e oficialmente reconheci-

do no Brasil por seu irmão o Imperador D. Pedro II”. Depois de descrever a trajetória de outro traficante, Bernardino de Sá, que de criado subalterno em um estabelecimento mercantil chegou a tornar-se um dos traficantes mais poderosos, Conrad centra-se na corrupção da máquina burocrática e militar do Brasil. Para ele, “as autoridades brasileiras de todos os níveis cooperavam com os traficantes por várias razões interligadas, todas elas profundamente enraizadas na ambição nacional. Além do comportamento popular já mencionado em relação à escravidão e ao tráfico escravista, havia razões práticas para a cooperação e cumplicidade das autoridades brasileiras. A situação pessoal de muitas autoridades simplesmente não permitia que aderissem irrestritamente aos princípios da lei de 7 de novembro de 1831. Frequentemente mal pagas ou sob a patronagem de algum membro da elite de plantadores, freqüentemente recrutadas nessa mesma elite rural, cuja demanda de escravos sustentava o tráfico, as autoridades de nível inferior não tinham outra escolha senão curvar-se às pressões sociais e aos seus instintos aquisitivos para colher os lucros oferecidos pela oportunidade”. Mas a corrupção não atingia apenas os pequenos e médios burocratas do sistema e do governo. Autoridades portuárias, juízes e demais membros da burocracia recebiam propinas, tendo até tabelas de acordo com o serviço prestado. O mais sério, porém, era o nível de corrupção das Forças Armadas. Diz Conrad que “mais indicativo da tolerância oficial para o tráfico escravista foi o envolvimento aberto de oficiais dos altos escalões do Exército e da Marinha e o uso que faziam das propriedades e instalações governamentais nos negócios do tráfico. Vários oficiais militares, cujo controle das fortificações costeiras lhes proporcionava uma vantagem evidente, foram participantes notórios. Em 1836, quando o tráfico ilegal estava se tornando mais aceitável para a opinião pública, um certo coronel Vasques, comandante da fortaleza de São João na entrada do porto do Rio de Janeiro, transformou a própria fortaleza num depósito de escravos. Em sociedade com coronel Tota, que controlava um depósito de africanos, o coronel Vasques, de 1838 a 1839, desembarcou 12 570 africanos no Brasil, sem nenhuma interferência de qualquer autoridade. Em meados da década de 1840, a corrup-

tibilidade do próprio ministro da Guerra revelou-se de maneira inquestionável, quando os traficantes transformaram a fortaleza de Santa Cruz – estrategicamente situada na entrada da baía de Guanabara, no lado oposto ao do depósito de escravos mais antigos da Fortaleza de São João, em um entreposto receptor de novos africanos”. A corrupção era geral e os traficantes tinham a convicção de que nenhuma instituição, por mais nobre e ímpolita dentro dos valores tradicionais e marciais, resistiria à tentação. A Marinha também foi conivente com o tráfico. Na opinião de Conrad, “da mesma forma, os oficiais navais não resistiriam à tentação, e o Ministro da Marinha parece ter sido igualmente tolerante com suas atividades ilegais. Um certo tenente Diego Donny, por exemplo, um dos três oficiais navais dados como envolvidos no tráfico escravista em 1836, foi apanhado em flagrante por um navio da marinha brasileira quando transportava escravos; ainda assim, sem perder o posto, foi logo colocado no comando de uma escuna imperial”. Neste ambiente de corrupção e impunidade, ainda segundo Conrad, e “com tantos dos seus subordinados participando do tráfico, seria de surpreender se as altas autoridades governamentais não estivessem envolvidas também. De fato, há evidências de que políticos proeminentes, incluindo ministros de gabinete e membros da Assembléia Geral, estavam envolvidos em alguns aspectos do negócio e muitos eram compradores se não importadores de escravos. Por volta de 1838, por exemplo, cerca de trinta africanos que haviam sido desembarcados em uma praia próxima ao Rio de Janeiro estavam marcados com a insígnia do próprio Regente do Imperador, o senador Pedro de Araújo Lima, um dos mais proeminentes políticos conservadores do Brasil, e o ministro da Justiça do Brasil, Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, havia recentemente deixado os seus deveres oficiais para conduzir cinquenta negros recém-importados até sua propriedade no interior da província do Rio de Janeiro”. Outros figurões da política, como o senador Nicolau Vergueiro, beneficiaram-se com o tráfico. Com a Lei Eusébio de Queirós, terminou a orgia financeira do tráfico, mas o traficante continuou a ser o segmento mais próspero e de maior poderio de capitais no Brasil. Tanto isso é verdade que Mauá, na sua *Autobiografia*, ao mencionar

a fundação do segundo Banco do Brasil, afirma ter acompanhado “com vivo interesse a solução desse grave problema [a supressão do tráfico ilegal]; compreendi que o contrabando não podia reerguer-se desde que a vontade nacional estava ao lado do Ministério que decretava a suspensão do tráfico. Reunir os capitais que se viam repentinamente deslocados do seu ilícito comércio e fazê-los convergir a um centro donde pudessem ir alimentar as forças produtivas do país foi o pensamento que me surgiu na mente ao ter a certeza de que aquele fato era irrevogável. [...] Consegui formar uma diretoria composta dos melhores nomes da praça como é sabido que com pequena alteração me acompanhou durante a vida do primitivo Banco do Brasil”. **Bibliografia.** CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

TRÁFICO, DA BAHIA À COSTA DA MINA. Em 1741, enquanto o tráfico de escravos atravessava um período de desorganização, o Vice-Rei, em carta de 21 de janeiro de 1742, informava ao governo de Pernambuco: “O comércio naquela Costa vai se enfraquecendo de mais a mais, de tal maneira que, se não acharmos uma maneira hábil de reorganizá-lo, temo que termine completamente. A consequência será a ruína do Brasil, que não pode sobreviver sem o trabalho dos escravos. Cada um destes homens que comandam os navios para o tráfico dos negros, procura, tão logo chega aos portos da costa, encurtar o tempo de seu tráfico tanto quanto possível, e como cada um dos que lá se encontram quer ser o primeiro a ser servido, e o último a chegar encontra-se na mesma disposição, oferecem um maior número de rolos de tabaco por cada um dos escravos, e o que vem depois lhe propõe maiores vantagens ainda. Arruinam-se todos. As pessoas das minas que vêm procurar os negros de que precisam arruinam-se também, pagando-os a um preço exorbitante e intolerável. Os proprietários de engenhos de açúcar e os plantadores de tabaco estão no mesmo caso. Por esta razão, nenhum deles pode mais andar de cabeça erguida”. Os negociantes da Bahia, a fim de remediar o problema, se propuseram reorganizar as bases do tráfico de escravos na Costa a sotavento da Mina, diminuindo o número de navios para lá destinados. Estas modificações foram aprovadas em Lisboa, que avisou o Vice-Rei por carta de 8 de

maio de 1743: “Convém que meus súditos deste Estado do Brasil tomem o cuidado de proveírem-se de escravos por meios mais convenientes, e seria mais propósito de fazer-se o fornecimento por uma companhia. Por resolução tomada em meu Conselho de Ultramar, em 23 de março de 1743, achou-se por bem que, enquanto esta companhia não seja organizada, a navegação para a Costa da Mina não será mais permitida com esta liberdade e esta desordem com a qual tem sido feita até aqui, mas a navegação se fará por turno e viagens entre todos os navios da Bahia e Pernambuco que têm o hábito de freqüentar este tráfico, para que não vão ao mesmo tempo mais embarcações do que o necessário para que este comércio se faça em boa ordem. O tempo de partida entre umas e outras será medido em um intervalo conveniente, que não será nunca inferior a três meses; elas serão sorteadas entre todas as embarcações que devam ir, mas aquelas que já tenham sido sorteadas não poderão participar do sorteio, enquanto todas não tenham feito a viagem à Costa da Mina, isto a fim de não ter as queixas que costumamos ouvir quanto à escolha daquela que deve partir dependa da vontade de um particular, e também para que se saiba de antemão com certeza quem irá fazer a viagem, para que não se faça negociações que prejudiquem o comércio dos que vão à Costa”. Tal forma de organização gerou vários protestos da parte dos próprios negociantes e autoridades. Em 5 de março de 1746, era levado ao conhecimento do Vice-Rei que “os deputados da Mesa do Comércio dessa cidade da Bahia se queixam da desigualdade com que podem sair as sortes no segundo turno [...] das embarcações para a Costa da Mina”. A organização do tráfico gerou desavenças e protestos tais que, em 30 de março de 1756, o rei D. José assinou um decreto reorganizando a navegação para a Costa da Mina. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

TRÁFICO ILEGAL. O desembarque clandestino de escravos, proibido desde a lei de 1831, continuou realizando-se abertamente. É o que demonstra a correspondência de Hamilton Hamilton: “Hamilton Hamilton para G. A. d’Aguiar Pantoja. Rio, 22 de fevereiro de 1838. A respeito de escandalosos desembarques na fazenda do Sr. José Car-

los d’Almeida Torres, no lago Rodrigo de Freitas, na vizinhança da cidade, 525 escravos desembarcados do brigue *Dom Manuel de Portugal*, depositados perto do Jardim Botânico durante alguns dias; 335 do patacho *Jove* e 297 do paquete *Flor de Luanda*, desembarcados nas imediações da ilha de São Sebastião; 297 do patascho *Dois de Abril* e 614 do brigue *Leão*, em Campos; 319 do paquete *E Rio Tua*, na fazenda de Guimarães, na ilha Grande. Era o atual ministro da Fazenda, o Sr. Franco, que tinha assinado da parte deste governo os artigos adicionais de 1835, mas o ministro estava em íntimas relações com os comerciantes de escravos e a pureza das suas opiniões poderia ser justamente colocada em questão. Aquela do ministro da Guerra, Sr. Costa Pereira, poderia ser também posta em questão e seus filhos estavam ativamente envolvidos no tráfico”. Hamilton para Palmerston, em 30 de abril de 1836: “O número de vasos do tráfico entrados somente no mês de março no Rio de Janeiro era 16 e tinham 7 495 escravos. O *Ceres* era comandado por um oficial brasileiro da Marinha Imperial, o Sr. Francisco Perez de Carvalho; seu nome não aparecia em nenhum papel, nem mesmo como passageiro”. Hamilton para Palmerston, em 15 de dezembro de 1838: “Havia quatro grandes depósitos de escravos nos arredores desta cidade. O mais considerável para aquele na baía de Jurujuba, que era dirigido por Jorge José de Souza, Bernardino de Sá, José Pimenta Jr. e João Machado Cardoso; na ocasião havia ali até seis mil escravos para vender. O segundo em importância era o da Ponta do Caju, onde havia um entreposto perto da praia de chegada dos escravos, e sempre havia destes infelizes para a venda. Os dois outros depósitos de Botafogo e São Clemente não eram tão grandes”. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

TRÁFICO INTERPROVINCIAL. O tráfico internacional de escravos foi extinto pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, mas foram criados novos mecanismos de suprimento do braço escravo. O Nordeste, com a decadência da indústria açucareira, já considerava, em alguns casos, a posse do escravo mais um ônus do que uma fonte de lucro. O trabalho escravo tornou-se antieconômico. Além disso, um período de secas, como a de 1877,

no Ceará, determinou a necessidade dos proprietários das plantações de se desfazerem dos escravos que não produziam. Nessa província, por exemplo, teve início uma campanha abolicionista que acabou resultando, em 1884, na alforria de todos os seus escravos. É verdade que foram atingidos quase apenas os velhos e incapazes, posto que os aptos para o trabalho já haviam sido vendidos pelos seus proprietários, pois, com o término do tráfico internacional, vários grupos se organizaram para comprar escravos a baixo preço das fazendas decadentes. Já outros grupos atuaram no transporte da "mercadoria" para os portos de embarque para o Sul: Rio de Janeiro, especialmente o vale do Paraíba, ou as fazendas de café de São Paulo. Nessas circunstâncias, o preço do escravo sofreu um aumento significativo. Além disso, com objetivo de onerar o escravo negro vindo de outras províncias e, assim, promover a política de imigração, o governo criou uma série de impostos capaz de tornar proibitiva a sua comercialização. Apesar disso, como informa Robert Conrad (1975), "em maio de 1852, um relatório do Ministério da Justiça usou a palavra 'fabuloso' para descrever a alta do preço de escravos no Rio. O custo dos escravos dobrara em pouco tempo, de maneira que até mesmo os que tinham 'vícios' e 'defeitos', antes indesejáveis, encontravam compradores. Não só os preços eram altos, mas o volume de escravos entrando no Rio de Janeiro, vindos das províncias do extremo Sul, também aumentava rapidamente. Num dos artigos de uma série, protestando contra o crescente tráfico interno de escravos, em abril de 1852, o jornal antitráfico de escravos, *O Pirilampo*, afirmou que o novo comércio era tão escandaloso quanto aquele que viera substituir. Nesse mês, pelo menos 345 escravos entraram no mercado do Rio: 245 de portos do Norte, 48 do Rio Grande do Sul e os restantes 52 de portos vizinhos. De um total de 1 660 escravos registrados como tendo chegado ao porto do Rio, vindos de outras partes do Brasil durante os primeiros quatro meses de 1852, 1 376 eram oriundos de portos do Norte (691 somente do porto da Bahia) e 114 das províncias do extremo Sul. Em abril, *O Globo*, jornal da província do Maranhão, referiu-se a uma grande exportação de escravos para o Rio de Janeiro, realizada apesar de um novo imposto de exportação de quinhentos mil-réis que

os exportadores tinham de pagar por cada escravo embarcado. A crescente procura de escravos aumentou o seu roubo nas cidades; um carregamento ilícito chegou mesmo a ser desembarcado numa praia da província do Rio de Janeiro em 1851 e, sob a proteção da polícia, nem mesmo assim foi imune aos ladrões de escravos. A situação estava despertando o sentido do negócio de muitas pessoas nas novas regiões de São Paulo. No início de 1853, o presidente provincial foi informado por um juiz local, em Campinas, um crescente centro de produção de café, de que 'comboios' de escravos haviam chegado recentemente para serem vendidos 'por preço muito exagerado'". O tráfico interprovincial foi a última tentativa do remanejamento da mão-de-obra escrava dentro do território nacional. No entanto, não teve como desenvolver-se satisfatoriamente. Em primeiro lugar, devido aos interesses das empresas montadas para administrar, mediante grandes lucros, o movimento imigrantista subsidiado pelo governo. Em segundo lugar, porque os membros do governo logo estabeleceram impostos que acabavam tornando proibitivo o preço do escravo de outras províncias. Por outro lado, os fazendeiros que escolhiam comprar esses escravos exigiam peças jovens e robustas, coisa que, com a extinção do tráfico, se tornava cada vez mais difícil e cara. Ainda que os compradores de primeira hora tenham desistido dessa exigência e comprassem escravos mesmo com defeitos, logo sentiram que o investimento não era compensador e foram persuadidos a importar o trabalhador europeu. A Inglaterra, que combateu o tráfico negreiro, também se envolveu no processo de substituição do negro escravo pelo trabalhador branco europeu. Além disso, as autoridades brasileiras, numa tentativa de impedir o novo tráfico entre as províncias, adotou medidas tributárias capazes de desestimulá-lo. Eis como Emilia Viotti da Costa (1966) expõe o problema: "As restrições ao tráfico interprovincial multiplicavam-se. Na Bahia, já em 1862, taxava-se em 200 mil-réis a saída de escravos, o mesmo sucedia em outras províncias do Norte. Em São Paulo, no ano de 1871, a Assembléia Provincial tributou com o imposto de 200 mil-réis o escravo importado. O objetivo era embaraçar a entrada de escravos na província, pois começava-se a pensar que, enquanto houvesse escravidão, não haveria

emigração. Essa medida foi revogada. Em 1874, o presidente da província, João Teodoro Xavier, solicitava da Assembléia um novo tributo sobre os escravos que entrassem na província. Correspondendo a este apelo, a Assembléia Legislativa votava uma lei taxando em quinhentos mil-réis o escravo averbado na província. Em 1878 apresentava-se projeto criando um imposto de conto sobre cada escravo chegado à província. Aprovado pela Assembléia, depois de numerosos debates em plenário e discussões através da Imprensa, não chegou a converter-se em lei, tendo sido vetado pelo Executivo, pressionado pelos representantes de certos meios rurais, principalmente pelo Clube da Lavoura de Campinas, que solicitaram o veto à lei. A taxa estabelecida em Minas Gerais pela Lei nº 2 314, de julho de 1876, pela anotação da mudança de escravos procedentes de outra província, com transferência de domínio, foi elevada, em dezembro de 1880, a dois contos de réis. Contra esse ato, em Minas, como sucedera em São Paulo, levantou-se vivíssima oposição e inúmeras reclamações partiram daqueles interesses que haviam sido diretamente atingidos, principalmente negociantes de escravos. Apesar disso, o Governo Provincial manteve em vigor a lei. Na província do Rio de Janeiro mais ou menos nessa mesma época, em janeiro de 1880, o averbamento passou a ser taxado em um conto e quinhentos. Dois anos depois, comentando a oportunidade dessa lei e a conveniência de mantê-la, Galvão Peixoto, na presidência da província, observava que ela contribuía para equilibrar a concentração de escravos nas várias províncias evitando que eles se acumulassem nas províncias cafeeiras. 'O equilíbrio dos interesses, dizia ele, é ao mesmo tempo uma garantia para a propriedade, uma segurança para a transição do trabalho e uma felicidade para a futura resolução do grande problema. Subdividir a população escrava é saldar os prejuízos com o menor sacrifício, mantendo a flutuação do valor que baixa, regularizando a ação espontânea das manumissões etc.' Em São Paulo, voltou-se a insistir na questão em 1880-1881, taxando-se finalmente em dois contos a transferência de escravos procedentes de outras províncias (Lei Provincial nº 1, de 2 de janeiro de 1881). Mudara a opinião do Clube da Lavoura: o receio da insurreição dos negros, a necessidade de incentivar o movimento imigra-

tório, prejudicado pela entrada contínua de escravos, e o temor do desequilíbrio que se acentuava entre o Norte e o Sul do país, favorecendo o movimento abolicionista nas regiões que se desinteressavam da escravidão, tudo isso deve ter contribuído para essa mudança. Em 29 de agosto de 1880, a direção do Clube da Lavoura de Campinas tomava, entre outras medidas, a deliberação de representar aos deputados gerais, fazendo-lhes sentir a necessidade de aprovação pelo corpo legislativo do projeto de lei relativo à proibição do tráfico de umas para outras províncias. [...] Ainda em 1884, o trabalho da grande lavoura e da criação encontrava-se não mãos dos escravos, sendo a participação do habitante livre muito restrita. A diminuição da oferta de mão-de-obra africana fora compensada pelos deslocamentos de escravos do Norte para o Sul, pelo aperfeiçoamento dos meios de transporte, vias de comunicação e métodos de beneficiamento do café, o que permitiria que a força de trabalho se concentrasse quase exclusivamente na lavoura". Como se pode ver, criaram-se mecanismos reguladores e quase proibitivos ao movimento interprovincial de venda de escravos. A campanha imigrantista, as entidades criadas para fomentar a imigração, com grandes capitais investidos, muito contribuíram para barrar a entrada de negros de outras províncias. O tráfico interprovincial foi, assim, estrangulado pelas empresas que objetivavam trazer o trabalhador livre, o imigrante europeu, com taxas de lucro e investimento de capital que terminaram por tornar antieconômico o escravo negro comprado de outras províncias para as fazendas de café, especialmente em São Paulo. Bibliografia. CONRAD, Robert. *Os Últimos Anos da Escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, Difel, 1966.

TRÁFICO NEGREIRO. O tráfico de escravos da África com as colônias era conhecido popularmente como tráfico negreiro. Foi uma operação mercantil que prosperou, no Brasil, até a segunda metade do século XIX. A Inglaterra, inicialmente, foi a nação mais interessada nesse tipo de comércio, embora posteriormente tenha se lançado a perseguir os navios negreiros que circulavam entre a África e o Brasil. No entanto, ela nunca se desinteressou totalmente pelo tráfico. Nesse sentido, diz José Justiniano da Rocha, em seus *Papéis*

Parlamentares (1839): “Documentos impressos em Londres provam que nos próprios portos de Londres e Liverpool, depois da proibição, se armavam por conta de súditos britânicos navios sob bandeira estrangeira para este tráfico (Repór. de 1810 a 1813). Lord Castlereagh, na Câmara dos Deputados, em 9 de fevereiro de 1818, afirmou que os súditos de S.M. Britânica tomavam grande parte nesse comércio. Ainda hoje [...] nas ilhas britânicas se fabricam fazendas, armas e diversos outros artigos próprios para este comércio e que deles os negociantes ingleses tiram muito proveito, e calcula em 250 mil libras esterlinas anuais o valor das fazendas que em Manchester e outros lugares do condado de Lancaster para esse único fim do comércio de manufatura, além das que se preparam em Glasgow, Leeds, Birmingham e Liverpool, e, para o mesmo fim, armas e outros artigos no valor de 138 mil libras. [...] Somente as fazendas em 1836, exportadas pela Inglaterra e aplicadas a este objeto, eram suficientes para a compra de 187 500 escravos e as armas de fogo e outros objetos desta natureza para a de 34 mil. De sorte que, segundo estes cálculos seriam bastantes estes valores para a compra de 200 a 250 mil escravos”. Assim, o tráfico era aceito até pelos que diziam condená-lo. Recorria-se então a justificativas, quer religiosas, como as da Igreja Católica, quer ideológicas, como as dos pensadores da época. Montesquieu, por exemplo, no *Espírito das Leis*, diz que, “se eu tivesse de defender o direito que tivemos de escravizar os negros eis o que eu diria: Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram de escravizar os da África a fim de utilizá-los nos desbravamentos das suas terras. O açúcar seria muito mais caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio dos escravos. Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a idéia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma boa, num corpo completamente negro. [...] É impossível supormos que tais gentes sejam homens, pois, se os considerarmos homens, começariamos a acreditar que nós próprios não somos cristãos”. Voltaire, por sua vez, acreditando no papel civilizador do tráfico de escravos africanos, investiu neste comércio. Tendo comprado uma ação de cinco mil francos de um

barco negreiro armado em Nantes, pelo traficante Michoud, escreveu a este nos seguintes termos, segundo informa Chateaubriand nos seus *Estudos Históricos*: “Congratulo-me convosco pelo feliz êxito do navio — o *Congo* — chegado oportunamente à Costa d’África para livrar da morte tantos negros infelizes. Sei que vão embarcados em vossos navios e são tratados com muita doçura e humanidade, e por isto me felicito de ter feito um bom negócio praticando, ao mesmo tempo, uma bela ação”. Voltaire acreditava, ou fingia acreditar, que praticara um bela ação porque, desde as discussões havidas em 1511, na célebre junta de Burgos, prevalecia o falso pressuposto de que todos os africanos traficados já eram escravos em seus países de origem, fato que justificava plenamente o comércio, pois eles apenas trocavam de senhores. Aliás, sobre essa teoria de uma escravidão sistemática e comum na África Negra, devemos dizer que ela foi aproveitada no Brasil por muitos historiadores que abordaram o assunto, invocando muitas vezes a norma de Santo Agostinho: *omne quodcumque volumus bonum est*. Aí reside, segundo Evaristo de Moraes (1933), o princípio de todas as falsas consciências: “Achamos bom o que queremos”. No Brasil, o bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, a dois opúsculos que escreveu deus os títulos de *Análise sobre a Justiça do Comércio do Resgate de Escravos da Costa d’África* e de *Concordância das Leis de Portugal e das Bulas Pontificias das quais umas permitem a Escravidão dos Pretos d’África e outras proíbem a Escravidão dos Índios no Brasil*, ambos datados de 1808, coincidentemente o ano em que a Família Real transportou-se para o Brasil. Analisando seu conteúdo, Evaristo de Moraes salienta que “em qualquer deles esforça-se o prelado para demonstrar a legitimidade da escravidão dos africanos, reproduzindo quase todos, senão todos, os sofismas que forravam a consciência dos escravocratas desde meados do século XVI”. Mas, apesar dessas explicações filosóficas e teológicas, a situação era bem outra. Além da condição material em que eram transportados, em porões fétidos e praticamente sem iluminação, viajavam sob a síndrome do medo, pois, segundo estavam informados, seriam devorados pelos brancos quando desembarcassem. Tal medo foi, inclusive, causa de algumas revoltas a bordo (V.). Na observação do

historiador J. F. de Almeida Prado (1939), “quando os escravos largavam o solo africano imaginavam que, ao desembarcar na América, seriam devorados pelos brancos. O franciscano João Antonio Cavazzi narra, nas suas reminiscências de missões africanas, como os míseros estavam certos desse fim, e que os seus ossos passariam a pólvora para canhão e as carnes, medulas e gorduras em óleo os portugueses vendiam pela costa afora. Os cativos provenientes de Benim não iam tão longe: pensavam que os pombeiros (V.) os levavam somente aos açougues dos brancos americanos, grandes apreciadores de filés pretos. No final de contas, erravam por pouco, porque em vez de alimentos para homens sê-lo-iam para as fomalhas dos engenhos. Em todo caso, a perspectiva infundia-lhes tal pavor que ficavam como alucinados. Insensíveis a pauladas e chicotadas, fugiam para os matos, feriam-se, apunhalavam-se, enforcavam-se ou afogavam-se. Houve casos em que, durante a travessia do oceano, arrombaram o casco do navio à procura da morte imediata”. **Bibliografia.** MORAIS, Evaristo de. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1933; PRADO, J. F. de Almeida. *Pernambuco e as Capitanias do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. 3 vols.

TRÁFICO TRIANGULAR. Conceito formulado pelo historiador Eric Williams, no seu livro clássico *Capitalism and Slavery*, que explica como o tráfico negreiro contribuiu de forma substantiva para a acumulação primitiva do capital nas metrópoles que praticavam tal tipo de comércio. Para Williams, o simples fluxo de escravos africanos vendidos não explicaria a importância que o tráfico alcançou no processo de acumulação capitalista nas respectivas metrópoles. Isso somente é explicável por meio do tráfico triangular. Nesse processo, a Inglaterra, a França e a América Colonial forneciam as exportações e as embarcações; a África, a mercadoria humana; e as plantações da colônia, as matérias que seriam enviadas às metrópoles depois de desembarcada a mercadoria humana (escravos) na área colonial. Para que esse tipo de comércio funcionasse sem contradições profundas, havia a necessidade de um mecanismo regulador e controlador indispensável: o monopólio comercial. O tráfico triangular criou, na Inglaterra, um ramo de capitalismo que poderíamos chamar de “negreiro”, porque todo ele estava subordinado ao tráfico

triangular. Consistia em empresas de transporte naval e construção de barcos, fato que, por sua vez, determinava o crescimento de cidades, portos de mar, como Bristol, Liverpool e Glasgow, e a criação de indústrias fornecedoras de mercadorias ao tráfico triangular: tecido de seda comuns (o pano da África), escopetas, pólvora, munições de um modo geral, sabres, barras de chumbo, barras de ferro, diversos artigos de ferro, artigos de barro e cristal, tecidos estampados etc. Esse conglomerado de pequenas empresas industriais era o pólo municador da primeira etapa do tráfico triangular: a troca dessas mercadorias por seres humanos na África. A segunda etapa era a troca desses seres humanos por mercadorias produzidas nas colônias. A terceira consistia na troca dessa mercadoria por dinheiro nas metrópoles. Se, no fastígio do tráfico, a Inglaterra tinha a Companhia das Índias para executar esse tipo de comércio, os outros países traficantes montaram empresas idênticas para a manutenção do monopólio do comércio colonial. Portugal, em relação ao Brasil, criou a Companhia do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba. Diz Manuel Nunes Dias (1970): “o grande impulso da política colonial do mercantilismo português data, porém, da abertura da segunda metade do século XVIII com a administração pombalina. O estabelecimento de companhias privilegiadas era, então, deveras concordante com a política de D. José I. Conhecedor do sucesso britânico, Pombal aplicou os ensinamentos aprendidos em Londres. Versado na intriga internacional, o despota viu no sistema das Companhias o meio mais eficiente de livrar o reino e o império da ação sorvedoura do capitalismo estrangeiro fielmente representado pelas sucursais inglesas estabelecidas em Lisboa. [...] As companhias prestavam-se, ademais, à planejada investida pombalina contra o poder político dos jesuítas. A intervenção da monarquia constitui parte essencial do processo formalista de ultramar. Pombal apadrinou as Companhias por ver nelas os meios de fortalecer seu despotismo. Integravam-se, com efeito, dois objetivos do Estado absolutista. O fomento ultramarino era, assim, um apêndice inseparável da política de Sebastião José de Carvalho e Mello, bem como um auxiliar necessário do seu programa de desenvolvimento econômico

e defesa do patrimônio da coroa". Realizado esse processo também pela Holanda, pela Inglaterra e por Portugal, iniciou-se a escravização da África e o saque às colônias. As metrópoles, mediante o tráfico triangular, ficavam com o lucro de ponta. As mercadorias que chegavam eram revendidas com enormes margens de lucro (especialmente o açúcar), esse lucro se transformava em capital, especialmente na Inglaterra. Esse mecanismo foi um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento do capitalismo europeu. **Bibliografia.** DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém, Ed. Universidade Federal do Pará, 1970. 3 vols.

TRANÇADO, INDÚSTRIA DO. A maior contribuição da indústria do trançado, no Brasil, cabe aos escravos africanos, que empregavam algumas horas de lazer no fabrico cestos de diversas formas e cores. Fabricavam numerosos utensílios, de dimensão variável e adequados a diferentes usos e utilizados por todas as classes da população brasileira, tais como o gongá (espécie de cesto com tampa), balaio, cestinhas, abanadores etc. **TRATADO DE VIENA (1815).** Em 22 de janeiro de 1815, foi celebrado, em Viena, o tratado para a abolição do tráfico negreiro na costa da África ao norte do Equador. O documento acordado entre o regente de Portugal e o rei da Inglaterra delimitava a área permitida ao tráfico ao sul do Equador, isto é, Angola e Moçambique. Era o seguinte seu texto:

Tratado elaborado entre o Príncipe Regente o Senhor Dom João e Jorge III, Rei da Grã-Bretanha, para a abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da costa da África ao norte do Equador, assinado em Viena a 22 de janeiro de 1815.

Em nome da Santíssima e Indivisível Trindade, Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, tendo no Artigo X do Tratado de Aliança feito no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1810, declarado a Sua Real resolução de cooperar com Sua Majestade Britânica na causa da humanidade e justiça, adotando os meios mais eficazes para promover a abolição gradual do tráfico de escravos; e Sua Alteza Real, em virtude da dita declaração, desejando efetuar, de comum acordo com sua Majestade Britânica e com outras potências da Europa, que se prestaram a contribuir para este fim benéfico, a abolição imediata do referido tráfico em todos os lugares da Costa da África sitos ao norte do equador: Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e Sua Majesta-

de Britânica, ambos igualmente animados do sincero desejo de acelerar a época em que as vantagens de uma indústria pacífica e de um comércio inocente possam vir a promover-se por toda essa extensão do continente africano, libertado este do mal do tráfico de escravos; ajustaram fazer um tratado para esse fim, e nomearam nesta conformidade para seus plenipotenciários; a saber: Sua Alteza real o Príncipe Regente de Portugal, os Ilustríssimos e Excelentíssimos D. Pedro de Souza Holstein, Conde de Palmela, do seu Conselho, comendador da Ordem de Cristo, capitão da Sua Guarda Real Alemã; Antônio de Saldanha da Gama, do seu Conselho, e da Sua Fazenda Real, comendador da Ordem Militar de São Bento de Avis; e d. Joaquim Lobo da Silveira, do Seu Conselho, comendador da Ordem de Cristo, todos três Seus Plenipotenciários ao Congresso de Viena; e Sua Majestade El-Rei dos Reinos Unidos da Grã-Bretanha e Irlanda, o muito honrado Roberto Stewart, Visconde de Castlereagh, cavaleiro da muito nobre Ordem da Jarreteira, membro do Parlamento, coronel do Regimento de Milícias de Londonberry, principal secretário de Estado de Sua dita Majestade, para Negócios Estrangeiros, e seu plenipotenciário ao Congresso de Viena; os quais, havendo reciprocamente trocado os plenos poderes respectivos, que se acharam em boa e devida forma convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1º — Que desde a ratificação deste Tratado, e logo depois da sua publicação, ficará sendo proibido a todo e qualquer vassalo da Coroa de Portugal a comprar escravos, ou traficar neles em qualquer parte da costa de África ao norte do Equador, debaixo de qualquer pretexto ou por qualquer modo que seja; excetuando contudo aquele ou aqueles navios que tiverem saído dos portos do Brasil, antes que a sobre dita ratificação haja sido publicada; contanto que a viagem desse ou desses navios se não estenda a mais de seis meses depois da mencionada publicação.

Artigo 2º — Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal sente e Se obriga por este artigo a adotar, de acordo com Sua Majestade Britânica, aquelas medidas que possam melhor contribuir para a execução efetiva do ajuste precedente, conforme ao seu verdadeiro objetivo e literal inteligência: e Sua Majestade Britânica se obriga a dar, de acordo com Sua Alteza Real, as ordens que forem mais adequadas para efetivamente impedir que (durante o tempo em que ficar sendo lícito a continuar o tráfico de escravos, segundo as leis de Portugal e os tratados subsistentes entre as duas Coroas) se cause qualquer estorvo às embarcações portuguesas, que se dirijam a fazer o comércio de escravos ao Sul da Linha nos atuais Domínios da Coroa de Portugal ou nos territórios sobre os quais a mesma coroa reservou o seu direito no mencionado Tratado de Aliança.

Artigo 3º — O Tratado de Aliança concluído no Rio de Janeiro

em 1810, sendo fundado em circunstâncias temporárias, que felizmente deixaram de existir, se declara pelo presente artigo por nulo e de nenhum efeito em todas as suas partes sem que por isso contudo se invalidem os artigos tratados na Aliança, amizade e garantia, que por tanto tempo e tão felizmente têm subsistido entre as duas Coroas, e que se renovam aqui pelas duas Altas Patentes Contratantes, e se reconhecem ficar em plena força e vigor.

Artigo 4º — As duas Altas Patentes Contratantes se reservam e obrigam a fixar por um tratado separado o período em que o comércio de escravos haja de cessar universalmente, e de ser proibido em todos os domínios de Portugal; e Sua Alteza o Príncipe Regente de Portugal renova aqui a Sua anterior declaração e ajuste de que, no intervalo que ocorrer até que a sobredita abolição geral e final se verifique, não será lícito aos vassalos portugueses o comprarem ou traficarem em escravos em qualquer parte da Costa da África, que não seja ao Sul da linha equatorial como fica especificado no artigo 2º deste Tratado nem tampouco o empreenderem este tráfico debaixo da bandeira portuguesa para outro fim que não seja o de suprir de escravos às possessões transatlânticas da Coroa de Portugal.

Artigo 5º — Sua Majestade Britânica convém (desde a data em que for publicada, da maneira mencionada no artigo 1º a ratificação do presente Tratado) em desistir da cobrança de todos os pagamentos, que ainda restam por fazer para a completa solução do empréstimo de 600.000 libras esterlinas, contraído em Londres por conta de Portugal no ano de 1809, em consequência da Convenção assinada aos 21 de abril do mesmo ano; a qual Convenção, debaixo das condições acima especificadas, se declara pelo presente artigo nula e de nenhum efeito.

Artigo 6º — O presente Tratado será ratificado e suas ratificações trocadas no Rio de Janeiro dentro do Espaço de cinco meses, ou antes se possível for.

Em fé e testemunho do que os Plenipotenciários respectivos o assinaram, e firmaram com o selo das suas armas.

Feito em Viena, aos 22 de janeiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo em 1815.

Conde de Palmela; Antônio Saldanha da Gama; D. Joaquim Lobo da Silveira.

Artigo adicional — Convencionou-se que no caso de algum colono português querer passar dos estabelecimentos da Coroa de Portugal na Costa de África ao Norte do Equador com negros *bona fide*, seus, domésticos para outra qualquer possessão da Coroa de Portugal, terá a liberdade de fazê-lo, logo que não seja a bordo de navio armado e preparado para o tráfico, e logo que venha munido dos competentes passaportes e certidões, conforme à norma que se ajustar entre os dois Governos. O presente artigo adicional terá a mesma

força e vigor como se fosse inserido palavra por palavra no Tratado assinado neste dia; e será ratificado, e a ratificação trocada ao mesmo tempo.

Em fé e testemunho do que, os Plenipotenciários respectivos o assinaram, e firmaram com selo das suas armas.

Feito em Viena, aos 22 de Janeiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1815.

Conde de Palmela; Antônio de Saldanha da Gama; D. Joaquim Lobo da Silveira.

Ao final, eram acrescentados alguns artigos secretos:

Artigo 1º — Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal se obriga a adotar as medidas necessárias para realizar imediatamente o artigo 10 do Tratado de Paris que estipula a restituição da Guiana Francesa a Sua Majestade Cristianíssima; a Sua Majestade Britânica promete a Sua mediação, segundo o conteúdo do referido artigo, para obter quanto antes possível um amigável arranjo da disputa existente entre Sua Alteza Real o Príncipe de Portugal e Sua Majestade Cristianíssima, enquanto as fronteiras de Suas respectivas possessões daquele lado, em conformidade do que se acha disposto pelo artigo 8º do Tratado de Utrecht.

Artigo 2º — Sua Alteza Real se obriga a dar pleno e completo efeito à declaração feita no artigo 9º do Tratado de Aliança concluído no Rio de Janeiro, aos 19 de fevereiro de 1810 relativamente à Inquisição do Tribunal do Santo Ofício; o qual artigo se renova aqui, e se declara continuar em força. Fica, porém, entendido que no caso de Sua Alteza Real de seu moto próprio, abolir a dita Inquisição em todos os Seus Domínios em geral, este artigo se suspende e se invalida enquanto aquela abolição continuar em vigor.

Artigo 3º — No caso de alguns navios portugueses serem capturados pelos cruzadores de Sua Majestade Britânica (debaixo de circunstâncias designadas na Convenção concluída aos 21 do corrente entre Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal e Sua Majestade Britânica desde 1º de julho de 1814, como se especifica na referida Convenção, até ao período da abolição total do comércio de escravos ao norte do Equador, segundo o plano pactuado no presente Tratado, Sua Majestade Britânica Se obriga a satisfazer às justas reclamações de Sua Alteza Real a esse respeito. Os presentes três artigos secretos terão o mesmo vigor e efeito como se tivessem sido inseridos palavra por palavra no Tratado patente, assinado no dia de hoje; e serão ratificados, e as ratificações trocadas ao mesmo tempo.

Em fé e testemunho do que, os Plenipotenciários respectivos o assinaram, e firmaram com o selo das suas armas.

Feito em Viena aos 22 de janeiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1815.

Conde de Palmela; Antônio de Saldanha da Gama; D. Joaquim Lobo de Oliveira.

TRATOS DE GUINÉ. Expressão de cronistas e políticos dos primeiros tempos do tráfico, ao se referirem ao comércio de Portugal com a África. Expressão genérica e imprecisa, pois era designativa desse comércio com todo o continente africano.

TREPAR. Relações sexuais entre escravos negros, segundo linguagem generalizada da época. Enquanto os homens livres mantinham relações sexuais, por serem livres e humanos, os escravos, por serem equiparados aos animais, "trepavam". Assim, uma escrava trepava com outro escravo, mas mantinha relações sexuais com o seu senhor ou outro homem livre. Por isso, os filhos naturais nascidos das relações entre senhores e escravas continuavam escravos, meras coisas, patrimônio material incorporado à sua riqueza pessoal ou familiar. Expilly (1935), em livro publicado em 1867, registra a seguinte afirmativa de um fazendeiro: "Se cada senhor reconhecesse os filhos que lhes dão as negras, prejudicaria a parte da herança que compete aos filhos legítimos, o que seria odioso. Só um mau cristão ou mau pai cavaría desse modo a ruína dos próprios filhos". Portanto, para o senhor o ato sexual era apenas um mecanismo reprodutor de mais escravos. A equiparação dos negros aos animais, contudo, não se restringiu ao Brasil. Na sua *Histoire de la Jamaïque* (1774), M. Longo, falando dos negros, diz: "Não se poderia afirmar que eles são radicalmente inaptos à civilização, pois mesmo a macacos pode-se ensinar a comer, beber, repousar e se vestir como homens. Mas entre todas as espécies de seres humanos descobertas até este momento, parecem ser os negros os mais incapazes, visto a inferioridade natural do seu espírito para pensar e agir como homens, salvo uma intervenção miraculosa da Divina Providência. Penso que não seria desonroso para uma mulher hotentote ter um orangotango como marido". Dizia o reverendo Josiah Priest que os negros não pertenciam a uma espécie humana, pois tudo "evidencia que a sua constituição é perfeitamente simiesca". Resume Ariosvaldo Figueiredo (1977), "dir-se-á, segundo o estatuto moral da época, que os seres humanos tinham relações, enquanto as coisas, os bichos, os escravos trepavam, expressão, diga-se de passagem, já incorporada ao linguajar da sociedade brasi-

leira". **Bibliografia.** EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1935; FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *O Negro e a Violência do Branco*. Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1977.

TREZENA. Castigo que consistia em açoitar o escravo insubordinado durante treze dias seguidos, publicamente. Não havia limites para o número de vergastadas em cada dia, embora a lei tivesse estabelecido um máximo de cinquenta. O castigo era executado quase sempre por outro escravo ou pelo feitor, pelo administrador ou por um empregado do senhor. V. *Novena*.

TRIBUNA, A. Começou a circular em Recife, em 8 de outubro de 1881, como bissemanário. O número de 18 de setembro foi inteiramente dedicado ao transcurso do 11º aniversário da assinatura da Lei nº 2 040, a Lei do Ventre Livre, estampando, na primeira página, as esfinges da Princesa Isabel, do Visconde do Rio Branco e de Teodoro Machado, o emblema do Império e a frase em grandes caracteres: "No Brasil ninguém mais nasce escravo". As páginas restantes apresentavam-se repletas de artigos sobre o acontecimento, inclusive um de Perdígão Malheiros. Em 28 de setembro de 1882, em caráter especial, publicou-se uma edição em "Homenagem à gloriosa e imorredoura memória do Visconde do Rio Branco, no 12º aniversário da mais humanitária das leis brasileiras". O jornal ocupava-se de editoriais, de temas mais diversos, sobretudo abolição, instrução, agricultura e política em geral, acrescentando correspondências do Rio de Janeiro, seção de charadas, alguma literatura (poesias) e uma seção livre, especializando-se nas notas ligeiras e acontecimentos curiosos. Datada de 13 de maio de 1888 apareceu uma edição especial, onde se inserem artigos e poesias alusivos à data, da autoria de João Barbalho, Álvaro Barbalho Jr., José Diniz Barreto, Luís F. Maciel Pinheiro e outros.

TRIBUNA LIBERAL. Jornal abolicionista, fundado em 1867, em São Paulo, por Joaquim Nabuco.

TRICONGO. Segundo Agripa Vasconcelos, durante a travessia dos navios negreiros, especialmente quando vinham da contracosta, poderia ocorrer a escassez de alimentos, pois os navios dependiam do mar e dos ventos. Para resolver esse problema, os negreiros usavam moços castrados e crianças, que eram engordados à força para serem mortos e devorados durante a travessia, tendo sua carne diluída num caldo verde, tão logo fal-

tasse a do gado e a de animais selvagens, salgadas nos tonéis. Esses eunucos destinados à alimentação dos negros escravizados eram chamados "triconcos". É oportuno dizer que, em nossas pesquisas, não encontramos documento ou referência em livro que abonasse o fato. Registramos, portanto, com as reservas necessárias.

TROCA ILEGAL DE AFRICANOS LIVRES. A partir de 1831, o tráfico de escravos foi considerado oficialmente ilegal. A verdade, porém, é que era apenas "para inglês ver", pois o contrabando continuou sendo praticado abertamente. Com a ilegalidade do tráfico, todos os negros que chegavam e eram apreendidos, eram considerados africanos livres (V.) e ficavam trabalhando em estabelecimentos do governo ou de particulares durante catorze anos, findos os quais poderiam requerer teoricamente a sua liberdade, embora se tratasse de fato raro a concessão da alforria. Quando, porém, algum navio negreiro era surpreendido e sua carga apreendida, muitos fazendeiros aproveitavam-se da oportunidade para trocar ilegalmente seus escravos velhos pelos recém-chegados da África. Por essa troca, os antigos escravos velhos passavam a ser considerados africanos livres e os apreendidos no tumbeiro eram escravizados. O arquiduque Maximiliano de Habsburgo (1982), quando esteve no Brasil, em 1860, escreve sobre uma dessas trocas: "Uma outra importância da Itaparica [ilha próxima ao litoral de Salvador] é degradante para a humanidade: no seu litoral distante, pouco habitado e pouco vigiado, ainda hoje, indo de encontro às leis, entra clandestinamente carne humana. Recentemente, um desses misteriosos navios, fácil de ser identificado pela construção e forma, circulou pelo litoral, de maneira suspeita. Só depois de longo espaço de tempo, a autoridade lerda abriu os olhos, e o vagaroso navio guarda-costas foi acionado em direção à ilha. Todas as lunetas da Bahia acompanhavam sua rota, para observarem o espetáculo que se desenrolava. Logo, porém, terminou a palpitante naumaquia. O acossado condutor de escravos lançou ao mar trezentos dos seus fardos vivos e, como enguia, conhecendo bem as águas navegáveis, escapuliu oceano afora. Por sorte e porque sabiam nadar, os pobres escravos alcançaram o litoral próximo e, desde então, pertencem ao Governo de Sua Majestade, que os enviou

para a nova construção da ferrovia, para alegria dos ricos senhores da Bahia. E aí, vejam, aconteceu o milagre: o Governo tinha assumido trezentos escravos jovens, fortes e belos, de ambos os sexos, e, algumas semanas depois, o bando tinha sido transformado em anciões, aleijados e alquebrados, um milagre, portanto, no sentido negativo. A coisa aconteceu simplesmente assim: os senhores da redondeza trocaram todos os seus refugos de escravos pela carne fresca da ferrovia. O número por cabeça permaneceu o mesmo nas listas do Governo, e os criadores de escravos renovaram admiravelmente seu material. Renovações clandestinas de tal natureza do elemento escravo não devem acontecer raramente. O Governo é por demais fraco e tem, além disso, pouca disposição para combater esse mal com eficiência. A maioria dos funcionários são, eles próprios, grandes senhores de escravos. É verdade que às vezes, é feita, *per l'onor della firma*, uma pequena investigação por causa de alguns escravos que parecem ter sido contrabandeados". Devemos destacar aqui que o relato de Maximiliano é de 1860 e tem todas as características de veracidade. Isso, por outro lado, vem desmentir aqueles que afirmam ter, com a lei de 1850, desaparecido definitivamente o tráfico. A troca de africanos livres por recém-chegados da África ou a troca de africanos que chegavam e sua substituição por plantéis imprestáveis deve ter sido um hábito desde 1850. **Bibliografia.** HABS-BURGO, Maximiliano de. *Bahia: Esboços de Viagem*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1982.

TRÓIA NEGRA. Assim o historiador português Oliveira Martins denominou a República de Palmares (V.), designação também usada por Nina Rodrigues.

TRONCO. Instrumento de castigo muito usado no Brasil, tanto quanto em outras partes onde existiu a escravidão moderna. Era um castigo que não dependia de julgamento da justiça, mas da simples decisão do senhor ou do feitor. Na área rural, praticamente todas as fazendas tinham um tronco para disciplinar o escravo desobediente ou fujão. Na Espanha e em Cuba era chamado *cepo*. Consistia em longo pedaço de madeira retangular aberto em duas metades. Para pôr o escravo no tronco, abriam-se as duas metades e colocavam-se o pescoço no buraco maior e os pulsos nos menores, após o que fechavam-se as duas

metades com cadeado. Rodrigues de Carvalho descreveu esse instrumento como “um aparelho constante de forte viga enfiada, com uma tábua de sucupira em forma de meia-lua, tendo uma abertura em que o prisioneiro colocava uma perna, suspensa, firmando-se na outra na altura que o feitor quisesse. [...] Depois de ali suspenso durante duas horas a desgraçada vítima estava em frangalhos, sem forças e muitas vezes desfalecida”. Outras vezes, porém, o supliciado ficava com as duas mãos e a cabeça no tronco numa situação insuportável, especialmente durante o dia, quando era castigado pelo sol causticante, por picadas de insetos etc. Além do mais, muitas vezes quando ia para o tronco, o escravo já havia recebido a pena de açoite (V.), o que agravava muito mais o seu estado. Debret assim se referiu ao instrumento: “É comum encontrar-se em casa de um fazendeiro um tronco, antigo instrumento de castigo, formado por duas peças de madeira de seis a sete pés de comprimento, presas a uma extremidade por dobradiças de ferro e munidas na outra de cadeado cuja chave fica em mãos do feitor. O fim desse dispositivo é sobrepor as duas partes dos buracos redondos, através dos quais são passados os punhos e pernas e às vezes o pescoço dos torturados. O instrumento é em geral colocado num barracão fechado ou num sótão. [...] É nessa atitude incômoda que se mantêm os negros fugidos, a fim de esperar os castigos que devem receber mais tarde. Também se prende assim todas as noites o escravo excitado pelo desejo. O negro indisciplinado sofre constantemente esta tortura, até ser vendido a um habitante de Minas, que o emprega na sua exploração. Em geral, o negro, naturalmente apático e medroso, sofre pacientemente esse castigo que ele sabe ser merecido, e se resigna sem grande dificuldade a um mal que participa mais do tédio do que da dor”. Àqueles que se referem à suavidade do tronco Adhemar Vidal (1940) responde que “a fuga parecia uma solução atraente, mas enganadora e fatal, porquanto, evadido para os matos ou para longes lugares, mais hoje ou mais amanhã seria pegado pelo capitão-domato [...] E quando deste modo acontecia, levava surras tremendas. Depois ia para o tronco. [...] Ali permanecia dias e noites inteiras. Ficava inchado e deformado, mais parecendo um monstro do que um ente humano, cuja saúde, quando o

castigo se prolongava, nunca mais seria recuperada”. No fim da escravidão, o tronco foi usado também em trabalhadores livres, mas muito raramente, pelo que se apurou até agora. **Bibliografia.** VIDAL, Adhemar. “Costumes e Práticas do Negro”. In: *O Negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Nacional, 1940.

TUMBEIRO¹. Embarcação construída especialmente para o transporte dos africanos escravos da África para o Brasil. O nome originou-se, evidentemente, do vocábulo “tumba” (sepultura), devido ao avultado número de mortes durante a travessia. Daí também a denominação de “túmulos flutuantes”. V. *Navio negreiro, Tráfico de escravos e Contrabando*.

TUMBEIRO². Indivíduo que, na África, era encarregado de conduzir as levas de escravos do interior para o litoral. Em outras regiões chamava-se funidor (V.).

TUMBEIROS A VAPOR. Não foram apenas veleiros que fizeram o tráfico de escravos entre a África e o Brasil. Como o escravismo brasileiro se desdobrou até 1888, quando na Europa toda uma tecnologia nova atingia os mais relevantes níveis na área da navegação, os antigos tumbeiros a vela foram modernizados e substituídos por navios a vapor, com a associação de velas e propulsão a motor. Isso é mais um rasgo do nosso escravismo tardio, que continuava existindo numa época de intensa dinamização tecnológica na Europa. Neste sentido, diz Robert Edgard Conrad (1985): “a mortalidade entre os escravos transportados em vapores deve ter sido enormemente mais elevada, especialmente depois da sua chegada no Brasil, talvez como efeito da insuficiência ou da má qualidade da água, das cargas extraordinariamente numerosas ou do transporte de escravos muito próximos das caldeiras, onde supostamente eram às vezes ‘praticamente calcinados, ulcerados’”. Segundo um oponente brasileiro ao tráfico escravista, escrevendo em 1849, entre aproximadamente oitocentos escravos que chegaram ao Brasil em um vapor, com exceção de oitenta, morreram todos dentro dos sete meses que se seguiram ao desembarque. [...] Apesar de tais resultados, após terem entrado para o tráfico, os navios movidos a vapor permaneceram envolvidos até o final, tanto em viagens para a África quanto na realização de serviços ao longo da costa. Em meados de 1849 os vapores transportavam

novos escravos dos portos de Macaé, Sombrio e Dois Rios para o ancoradouro do Rio de Janeiro, e da Bahia um pequeno vapor foi utilizado para rebocar navios negreiros para o mar em noites calmas e escuras, quando os navios a vela eram incapazes de fazer qualquer perseguição. Em 1848 um vapor chamado *Providência*, construído especialmente para o tráfico, havia feito quatro viagens à África com quatro mil [sic] escravos. Os barcos a vapor, de fato, tiveram grande demanda nos últimos dias do tráfico escravista, e alguns foram construídos no Rio de Janeiro. [...] Quase no final de 1846 dois grandes vapores, ainda sem máquinas, foram lançados no Rio, provavelmente destinados ao tráfico escravista, e em 1848 um navio movido a vapor com capacidade calculada em dois mil escravos foi dado como em construção em um estaleiro da mesma cidade”. Logo, o prolongamento do sistema escravista no Brasil até 1888 propiciou o uso da tecnologia emergente no Bra-

sil para a modernização do tráfico de escravos. **Bibliografia.** CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

TUMKS. Barracões existentes na costa africana onde eram recolhidos os negros trazidos do interior para, em seguida, serem remetidos ao mercado colonial. Centenas de negros ficavam apinhados nesses barracões antes do embarque. Segundo Artur Ramos, eram armazéns de mercadoria humana, feitos de palha ou de bambus, onde os negros aprisionados no interior permaneciam encadeados e vigiados por homens armados. Em quase toda a África, em Benguela, em Moçambique, Camarões, na Costa da Guiné, no Loango, em Benim, no Daomé existiam *tumks* de escravos mantidos por ingleses, franceses, holandeses, espanhóis, portugueses e demais nações envolvidas no tráfico de escravos. **Bibliografia.** RAMOS, Artur. *Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942.

U

URUBU, QUILOMBO DO. Formado por volta de 1826, nas matas de Urubu, sítio de Cajazeira, perto de Salvador, começou a atuar na prática de pequenas escaramuças na região, como preparativos para um ataque de envergadura à capital: “premeditavam apresentar uma revolução na Cidade” (cf. manuscrito do Arquivo Público da Bahia). Em 15 de novembro daquele ano, os quilombolas realizaram alguns ataques no Cabula contra lavradores, raptando uma menina com sua família. A menira foi encontrada, depois, “muito maltratada” e recolhida ao Hospital de Misericórdia. Em consequência dos atentados dos quilombolas e certamente por insistência dos moradores das redondezas, alguns capitães-do-mato partiram em seu encalço. Os escravos opuseram tenaz resistência a esse ataque e na luta mataram dois capitães-do-mato – Antônio Neves, cabra forro, e José Correia, branco – e pelo menos feriram um terceiro. A polícia, já sabedora da existência desse quilombo, esperava o momento de atacá-lo. Com a precipitação dos acontecimentos, tomou providências imediatas. No mesmo dia em que foram mortos os capitães-do-mato, marchou uma tropa de vinte praças do Batalhão de Pirajá – comandados pelo coronel Francisco da Costa Branco – que se juntou a uma

outra, composta de doze soldados e um cabo da Divisão Militar, partidos de Salvador às dez horas da manhã, para fazerem junção na Baixa do Urubu. Essa última tropa, sob o comando de José Baltasar da Silveira, encontrou no caminho um capitão-do-mato e mais dois crioulos gravemente feridos em consequência da refrega. Ao chegarem ao local, foram percebidos por vigias, que imediatamente se puseram em guarda, dando o alarme por meio “de um corno de boi” que formava uma “espécie de corneta”. O comando da tropa deu a ordem de atacar. A esses cerca de trinta homens, opuseram-se os cinquenta escravos aquilombados, usando como armas apenas “facas, facões, lazarinas, lanças e mais outros instrumentos curtos. Aos gritos de mata! mata!, lançaram-se furiosos sobre os soldados”. A tropa abriu fogo sobre os negros, os quais, depois de oporem alguma resistência, abandonaram o campo da luta deixando para trás quatro mortos – três homens e uma mulher – e, aproveitando-se da noite, internaram-se nas matas próximas, onde pretendiam se reorganizar. Nessa ocasião, foi presa a escrava Zeferina, de arco e flecha nas mãos, que lutou bravamente antes de ser capturada. Além disso, a polícia apreendeu grande quantidade de víveres: bolachas, sacos de fari-

nha e outros mantimentos. Depois do ataque, iniciou-se a repressão. Foram expedidas ordens a diversos oficiais para que, com as suas respectivas tropas, marchassem aos “lugares suspeitos” a fim de prender “os revolucionários”. É de destacar um fato inusitado: a prisão de um soldado entre os quilombolas. O soldado do 1º Batalhão da 2ª Linha, Cristóvão Vieira, foi preso em sua casa, em companhia do negro Francisco Romão. Alguém confessou à polícia a existência de um agrupamento de escravos que se reunia na rua da Oração em um casebre. Imediatamente, as autoridades cercaram o local indicado e prenderam nove escravos e um pardo. Nesse casebre, a polícia apreendeu um chapéu grande coberto de diferentes cores, tendo em cima uma figura com chifres, uma arma com varetas, um ferro de ponta com quatro palmos e meio de comprimento, uma faca de pontas, outras flamengas, uma poltrona de couro, cartuchos feitos de paus cheios de pólvora e vários instrumentos de dança. No Maciel de Baixo, a polícia aproveitou o pretexto para invadir uma casa, efetuando inúmeras prisões. Em outra batida, foram presos cinco pardos forros e dez negros escravos, além de instrumentos de madeira e objetos de dança. O centro das batidas, porém, foram os casebres espalhados pelas matas, que, segundo o pensamento das autoridades, eram locais perigosos de reuniões e conspirações de escravos. No dia seguinte ao levante, o alferes Costa Veloso comunicava haver prendido neles “quinze negros e oito negras”. O terror prosseguia e as prisões aumentavam. O escravo nagô João foi feito prisioneiro em 21 de dezembro. No dia seguinte, foi capturado Davi, juntamente com Hipólito, e ambos foram internados no hospital por se encontrarem “o primeiro ferido e o segundo maltratado”. Ordens de prisão foram expedidas ainda contra os escravos Jonas, Paulo e outros. Contra o pardo Antônio de Tal, provavelmente um dos organizadores do levante ou um dos mais influentes líderes do movimento, foi também expedida ordem de prisão com data de janeiro de 1827. Todos os presos foram remetidos ao Forte do Mar, com exceção do soldado Cristóvão, que foi recolhido ao quartel para aguardar julgamento. O governo exigiu rigorosa punição para os culpados de “negócios de tanta monta”. A polícia persistiu nas batidas, aprisionando um es-

cravo que se dizia “rei” e encontrado “em trajes próprios”, negando-se terminantemente a dizer como se chamava, “por ser novo”; apesar dos esforços das autoridades, sabe-se tão-somente que pertencia a um cidadão chamado Francisco Antônio Mascarenhas. Em 30 de maio de 1827, faleceram na prisão, decerto vítimas de maus-tratos, os escravos José e Paulo. Tudo indica que esses quilombolas pretendiam realizar uma insurreição de maior envergadura, contando, para isso, com os escravos da cidade para um ataque à capital. A insurreição teria início na noite do dia 18. Os quilombolas estavam provavelmente unidos aos nagôs, que se organizavam já para as grandes lutas que sustentariam nos anos seguintes contra os seus senhores. Nina Rodrigues comenta acertadamente que os nagôs, com seus planos de envolver nas insurreições todos os escravos dos engenhos vizinhos, “deveriam naturalmente buscar apoio em um quilombo tão da proximidade da capital”. Tudo leva a crer que a organização desses escravos ainda era muito débil. Não tinham estrutura organizativa que os capacitasse a uma investida mais eficaz e ordenada contra as tropas legais. Tudo, ao que parece, foi mais ou menos espontâneo, surgido de circunstâncias que não puderam controlar. O próprio fato de que se empenharam em escaramuças preliminares, meramente predatórias, mostra como não estavam capacitados para a empresa. Além disso, as armas desses negros eram bem pobres. Não tinham armas de fogo, apenas armas curtas e brancas, embora em um dos casebres fossem encontrados cartuchos com pólvora. O centro do movimento ficava numa casa chamada Casa de Candomblé, localizada nas matas próximas ao quilombo e dirigida por um pardo chamado Antônio de Tal, contra quem o governo expediu ordem de prisão logo após o fracasso da revolta. Da Casa de Candomblé estendia-se uma estrada que a ligava ao quilombo. Além desse centro, havia uma quantidade de casebres espalhados pela mata, todos focos de conspiração. Podemos dizer mesmo que o pardo Antônio era certamente o dirigente mais capaz do grupo e era quem se comunicava com os escravos da cidade. Sua casa foi vasculhada pelas autoridades e nela apreendidas, além de instrumentos de culto africano, “roupas de pretos cheias de sangue”. Em outro dos treze casebres foram encon-

trados materiais que denunciavam ligações com os escravos do quilombo. Num deles descobriram-se “uma coroa de capelão, alguns enfeites e búzios, contas de diferentes cores”, além de uma “mesa pintada de encarnado sobre o qual deviam ter uma colcha de damasco”. Esmagado o movimento, continuaram as prisões por algum tempo sem que tenhamos descoberto, na documentação pesquisada, as sentenças a que foram condenados os principais implicados. **Bibliografia.** MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

URUBU-BRANCO. Eram os reprodutores de escravos importados de Portugal. Segundo depoimento pessoal do escritor Osório Alves de Castro, na região do rio São Francisco os senhores de escravos das famílias Magalhães e Ataíde manda-

vam buscar moços em Portugal para servirem de reprodutores nas suas fazendas de criar negros para revenda. Cada macho recebia vinte fêmeas e tinha um quinto a escolher da produção. Faziam filhos nas escravas e, como os mulatos eram mais valorizados no mercado, esses reprodutores transformavam as relações sexuais em dinheiro, vendendo a sua parte. É interessante notar como esses senhores de escravos da área pastoril usavam na compensação aos reprodutores a mesma técnica aplicada com os seus vaqueiros, aos quais cabia um entre cinco dos bezerros que nasciam. Os escravos negros da região, em revide, chamavam esses reprodutores portugueses de urubus-brancos e criaram uma cantiga na qual diziam: “Caracará de tão imundo, nem o sujo quer mais ele”.

V

VALONGO, CEMITÉRIO DO. O grande número de escravos que morriam no entreposto do Valongo (V.) obrigou os seus responsáveis a criarem um cemitério para enterrar os cadáveres. Em 1822, segundo crônica da época, era um local bastante movimentado. Com o correr do tempo, foi sendo ocupado e, conseqüentemente, surgiram protestos contra a sua permanência no local. Um morador chegou a apresentar ao Governo uma petição solicitando sua remoção para uma parte menos populosa da cidade. Falando do assunto, Robert Conrad (1985) dizia que a área ao redor do cemitério fora originalmente pouco habitada, mas que, ao tempo em que escrevia, estava cercada de edifícios e os moradores do distrito acreditavam ser o cemitério prejudicial à sua saúde e seu conforto. Os corpos dos africanos eram sepultados de maneira inadequada, queixou-se o peticionário, "pois esse trabalho é confiado a um ou dois escravos que não se esforçam por fazer valas profundas". Bibliografia. CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

VALONGO, ENTREPOSTO DO. Mercado para venda de escravos no Rio de Janeiro. Os negros vendidos no Valongo constituíam um grupo mais homogêneo do que os negociados em outros lugares. Eram geralmente do sexo masculino e contavam

mais ou menos 24 anos de idade. Alguns viajantes descrevem as dependências do Valongo como excelentes. No entanto, o melhor ou pior tratamento dispensado deve ter variado com a quantidade de escravos que entravam no período. Os registros revelam que, em maio de 1822, entraram mais ou menos 786 africanos contra 4 041 em março. Diga-se de passagem que, nos registros, as crianças eram designadas por duas expressões: cria de peito (V.) e cria de pé. O viajante C. Brand visitou o Valongo logo após a chegada uma grande leva de escravos. Sua descrição sugere o que acontecia nos períodos de maior afluência: "A primeira loja de mercado humano que entramos continha aproximadamente trezentas crianças, meninos e meninas. O mais velho deveria ter entre doze ou treze anos, e o mais novo, não mais que seis ou sete. Os pobres pequenos estavam todos agachados num imenso depósito, meninas de um lado e meninos de outro, para melhor inspeção dos compradores; todas suas roupas consistiam em aventais azuis e brancos enrolados na cintura. [...] O cheiro e o calor da sala eram por demais opressivos. Tendo comigo o meu termômetro de bolso, observei que a temperatura ia à 92°F; isso era no inverno [junho]; como eles passavam a noite no calor [ve-

rão], eu não sei, pois nessa única sala eles vivem e dormem, no chão, como gado". Uma das consequências das péssimas condições de sobrevivência no Valongo era a alta mortalidade dos cativos. G. Wilhelm Freyreiss, que visitou o cemitério dos escravos novos, "próximo a Rua do Valongo", observou que, na entrada do cemitério, havia um velho vestido de padre, que lia as orações pelas almas dos mortos, enquanto alguns negros perto dele cobriam "seus contrêneos" com um pouco de lama. No meio do cemitério podia-se ver uma "montanha" de terra e pedaços de corpos em decomposição, descobertos parcialmente pelas chuvas. O mau cheiro era "insuportável". Freyreiss acredita que sepultavam os corpos apenas uma vez por semana, mas percebeu que, de tempos em tempos, queimavam a "montanha de cadáveres semidecompostos". Os sobreviventes moravam tão perto das sepulturas de seus "malungos" (V.), que também deviam ver os cadáveres de seus companheiros e companheiras. Aqueles que sobreviviam ainda eram submetidos ao processo de preparação para a venda e inspeção. Logo que chegavam ao mercado, eram lavados e banhados. Negros da mesma nação barbeavam e cortavam os cabelos dos homens. Para esconder algum defeito físico e criar uma aparência melhor e mais jovem, às vezes aplicavam-se cosméticos. Como os negros geralmente chegavam magros, os mercadores tinham a preocupação de alimentá-los, fornecendo-lhes, gradualmente, uma quantidade de comida suficiente para restaurar-lhes a saúde. Visto que os escravos acreditavam que os brancos praticavam o canibalismo, pode-se imaginar o terror de que eram apossados ao se verem alimentados mais e mais. Para tornar a comida mais atraente, os cozinheiros negros ou mulatos preparavam pratos africanos. Os mais freqüentes eram o pirão e o angu de fubá, muito comuns em Angola. Os escravos recebiam igualmente um pouco de proteína animal ou vegetal na forma de carne-seca, bacon e feijão-preto. Segundo James Holman, os escravos eram alimentados duas vezes ao dia: às nove horas da manhã e às três da tarde. Também distribuía-se tabaco para aqueles que mostravam bom comportamento. Se a alimentação era mínima, as roupas eram quase inexistentes, mesmo nos meses mais frios do ano. Em muitos casos, disseram os viajantes que os escravos eram exibidos completamente nus

para uma "melhor inspeção" dos compradores. À noite, freqüentemente ficavam sentados nos bancos ou agachados no chão dos pátios onde eram expostos como mercadoria. Se alguns eram moribundos ou estavam seriamente doentes, os mercadores escondiam-nos dos compradores e designavam um negro ou mulato para prestar-lhes assistência. Na maioria das vezes, a assistência "médica" limitava-se à ação de um negro cirurgião-barbeiro ou de algum africano habilitado em cura. Os que estavam morrendo eram mandados para o hospital da Santa Casa de Misericórdia, que, segundo as estatísticas, em 1830, tratou e enterrou cerca de setecentos a oitocentos novos africanos por mês. Uma prática médica que os mercadores de escravos conheciam e usavam algumas vezes era a vacinação contra "bexigas". Na verdade, o governo exigia que todo escravo fosse vacinado na chegada. A vacina era gratuita e muitas vezes sua aplicação aumentava o valor da mercadoria. Em 1830, Manuel dos Passos Correia anunciava, no *Correio Mercantil*, a posse de grande seleção de novos escravos vacinados e livres de todos os riscos. No entanto, os mercadores freqüentemente ignoravam a exigência do governo e, assim, muitos escravos morriam de "bexigas". Após "engordá-los", tratar de suas doenças e vaciná-los, os mercadores tinham a preocupação de cuidar da saúde mental, para evitar os suicídios. Uma das doenças que os mercadores mais temiam era o escorbuto, ou "mal-de-luanda", que o negro trazia do navio negreiro. Para combatê-la, forneciam aos negros um pouco de frutas frescas, como laranjas e bananas. Além disso, estimulavam-nos a dançar, porque associavam a letargia mental que acompanhava o escorbuto e outras doenças tropicais à saudade da pátria, uma "nostalgia" que acabava conduzindo-os ao suicídio. Diversos viajantes descreveram seus sintomas; no entanto, a maioria deles apenas comentou que os africanos pareciam miseráveis, indiferentes, confusos ou desconsolados. Brand e MacDouall constituíram exceções: ambos reconheceram que os vários grupos étnicos apresentavam reações diferentes ao serem vendidos no Valongo. Brand visitou três depósitos de escravos de diferentes idades. No primeiro, encontrou muitas crianças arrebatadas de seus lares e de seus pais. Mas elas brincavam e riam entre si, como se fossem perfeitamente felizes.

Seu informante e amigo informou-lhe que estavam alegres agora, mas tão logo tinha início a venda, seus ânimos esmoreciam, e mesmo ficavam melancólicas e fechadas. Na segunda loja, observou mais ou menos cinquenta meninos de diferentes nações que não se mostravam tão bem quanto os outros que vira antes, provavelmente porque sentiam a perda de suas companhias. Finalmente, na terceira loja, mais ou menos dezoito ou vinte homens, e quatro ou cinco mulheres, pareciam extremamente miseráveis. Alguns estavam sentados silenciosos e carrancudos, outros aguardavam melancolicamente sua venda, como se gado fossem. MacDouall também notou diferenças nas atitudes dos mais velhos. Aqueles entre quinze e vinte anos reverenciavam os compradores com uma expressão vazia nas faces, enquanto os de meia-idade eram indiferentes ao seu destino. Para convencer os compradores de que os escravos não estavam deprimidos, os mercadores lhes davam estimulantes, que, no dizer de Meyen, eram pimentas-da-guiné, gengibre e tabaco. Outro remédio para a "nostalgia" (banzo) era "encorajá-los" a dançar e cantar músicas da terra natal. Se se recusassem, eram forçados a fazê-lo, porque era crença dos mercadores que a falta de movimento os levava à nostalgia. Além disso, eram freqüentemente requisitados a dançar para convencer os compradores da excelente saúde que tinham. Os mercadores requisitavam, além disso, um instrutor para ensinar religião aos escravos. Um dos professores contratados pelos mercadores do Valongo era um imigrante português, cujo meio de vida era o ensino do catolicismo aos novos escravos, mas limitava a ensinar-lhes algumas orações, que os fazia recitar amiúde. Os que se recusavam, eram punidos com a palmatória. Tudo o que os africanos aprenderam nesse processo pode-se constatar pelos registros da polícia, que era chamada muitas vezes para salvar o professor dos escravos. Era, como se pode comprovar, uma verdadeira feira onde os negros eram expostos como mercadoria. No momento dos exames físicos pelos compradores, eram meticulosamente inspecionados, os músculos apalpadados. Alguns passavam a língua no queixo do negro para ver se o vendedor não lhe havia raspado a barba com o intuito de esconder a idade. As mulheres também eram examinadas como animais: seios, sexo, dentes, tudo era apalpado à

vista de todos. Segundo observação de F. L. Burlamaqui (V.), em 1837, até pessoas do "belo sexo" examinavam os escravos com a maior indiferença, pegando em todas as partes do negro que lhe interessava. Aduzimos mais uma descrição do mercado do Valongo, no Rio de Janeiro: a do médico naturalista F. J. Meyen. "Visitamos os depósitos de escravos no Rio e encontramos muitas centenas praticamente nus, os cabelos quase todos cortados, e parecendo objetos medonhos. Estavam sentados em bancos baixos ou amontoados no chão, e sua aparência nos fez estremecer. A maioria daqueles que vimos eram crianças, e quase todos esses meninos e meninas tinham sido marcados com ferro quente no peito ou em outras partes do corpo. Devido à sujeira do navio em que haviam sido trazidos e à má qualidade da dieta (carne salgada, toucinho e feijão), tinham sido atacados de doenças cutâneas, que a princípio apareciam em manchas e logo se transformavam em feridas extensas e corrosivas. Devido à fome e miséria, a pele havia perdido a sua aparência lustrosa, e assim, com as manchas com erupções esbranquiçadas e cabeças raspadas, com suas fisionomias estúpidas e pasmas, certamente pareciam criaturas que dificilmente alguém gostaria de reconhecer como seu próximo. Para nosso espanto, encontramos no Rio pessoas reputadas pela cultura e humanidade que friamente nos asseguraram que não deveríamos supor que os negros eram pertencentes à raça humana. De acordo com esses princípios extraordinários, os escravos eram (como alardeiam as pessoas no Rio) tratados brandamente. Devesse ter vivido o bastante para estar acostumado à sua miséria e degradação, para compreender tal forma de comportamento". Em sua análise da documentação sobre o Valongo, diz Roberto Conrad (1985) que a doença campeava nos armazéns do Valongo. Maria Graham descreve os escravos como "amaciados" e com "marcas de comichões recentes em suas peles". Walsh observou que alguns, particularmente os homens, "eram atacados por erupções de uma crosta branca que tinha a aparência repugnante como lepra". Chamberlain descreveu grupos de africanos recém-importados como "criaturas miseráveis, reduzidas realmente a pele e ossos", com a aparência "de espantalhos". É provável que muitos escravos doentes não recebessem cuidados médicos especializados. Se a

doença era tão grave que seus donos temiam por suas vidas, os escravos eram levados a veterinários ou “sangradores de negros”. Rugendas, que aliás procurou amenizar as condições de vida dos escravos no Brasil, descreve o Valongo como “uma cocheira”. Diz ele: “a maioria dessas cocheiras de escravos se acha situada no bairro do Valongo, perto da praia. [...] Durante o dia inteiro esses miseráveis, homens, mulheres e crianças, se mantêm sentados ou deitados perto das paredes desse imenso edifício e misturados uns aos outros; e, fazendo bom tempo, saem à rua. Seu aspecto tem algo horrível, principalmente quando ainda não se refizeram da travessia. O cheiro que se exala dessa multidão de negros é tão forte, tão desagradável, que se faz difícil permanecer na vizinhança quando ainda não se está acostumado. Os homens e as mulheres andam nus com apenas um pequeno pedaço de pano grosseiro em volta às ancas. São alimentados com farinha de mandioca, feijão e carne-seca”. Nesse mesmo tom, Luiz Edmundo (1956) escreve: “Do Juízo da Alfândega marcha o infeliz para a ceia do bazar, no Valongo. Aí pousa. Aí se fixa. E desde logo, é a mercadoria que fica à disposição do comprador. Vai ser vendido o pobre, pelo aspecto, pelo que promete como rendimento de trabalho. Do lado de fora está o cartaz: ‘Negros bons, moços e fortes; os chegados pela última nau, com abatimento’. Estão eles, coitados, completamente nus, escaveirados, tristes, de cócoras, sobre esteiras ou sobre a terra dura: olhando o capataz que mostra na mão severa um relho ou vara, alto, de onde pendem duas tiras de couro com um anel em cada ponta. De quando em quando um serventário distribui cuias de farinha, bananas, laranjas, frutas do país, grandes potes de água. É o suplício da engorda. A obrigação no momento é comer muito, comer demais, empanurrar-se, aumentar o peso. O negro continua a sofrer. A página é torpe. Não há outra mais torpe em nossa história. Entra súbito um comprador. Suspende-se a refeição. O feitor esbraveja o chicote. Tangidos a vergalho, formam todos os ‘fôlegos’. Mostram-se; para disfarçar as chagas, a magreza e os defeitos físicos das peças recorre-se a ardis os mais espantosos. Também há compradores exigentes, que não se deixam assim facilmente ludibriar. Escolhe-se em geral um negro como se escolhe um cavalo, pela estampa e pela robustez, arregaa-

quando os beijos, para ver a dentuça forte”. Debret, testemunha ocular do que descreve, foi outro que descreveu o mercado do Valongo: “É na rua do Valongo, no Rio de Janeiro, o mercado dos negros, verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África. Às vezes pertencem a diversos proprietários e são diferenciados pelo pedaço de pano ou sarja que os envolve, ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada. Essa sala de venda, silenciosa a mais das vezes, está infectada pelos miasmas de óleo de rícino que se exalam dos poros enrugados de esqueletos ambulantes, cujo olhar furioso, tímido ou triste lembra uma *menagerie*. Nesse mercado convertido às vezes em salão de baile por licença do patrão, ouvem-se urros ritmados dos negros girando sobre si próprios e batendo o compasso com as mãos; essa espécie de dança é semelhante à dos índios do Brasil. Os ciganos, traficantes de negros, verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalos; por isso deve-se tomar precaução e levar consigo um cirurgião quando se quer escolher um negro desses armazéns, a fim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários”. Debret também assume a ideologia do comprador e racionaliza o negócio do ponto de vista de quem adquire o escravo. Mesmo achando o comércio hediondo, não deixa de destacar os cuidados de que o comprador deve se cercar a fim de não fazer mau negócio. Chega a dizer, portanto, que “às vezes, entre esses escravos recém-desembarcados, encontram-se negros já civilizados que fingem de chucros e dos quais é preciso desconfiar, pois dissimulam certamente quaisquer imperfeições físicas ou morais que impediram fossem vendidos diretamente. Esse exame deve ser muito minucioso, porquanto se escapar ao olhar do inspetor qualquer defeito físico do negro vendido, o comprador, ao sair do armazém, já não terá direito de trocá-lo, costume este mencionado por diversas sentenças dos tribunais”. **Bibliografia.** CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros*. São Paulo, Brasiliense, 1985; DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo, Liv. Martins Ed., 1940. 2 vols.; EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-reis*. Rio de Janeiro, Ed. O Cruzeiro, 1956. 3 vols.

VASCONCELOS, PEDRO ARTUR DE. Nascido em Fortaleza (Ceará), em 29 de junho de 1881, estu-

dou no Seminário Diocesano e exerceu a função de guarda-livros no escritório da Casa Inglesa. Contagiado pelo “espírito de liberdade, fez inúmeros comícios pela extinção da escravidão”. Num desses, na Praça da Estação de Ferro (Praça Castro Carreira), conclamou o público a impedir o envio de escravos para fora da província. Lembrava que dos jangadeiros se poderia conseguir que não mais transportassem nenhum escravo para bordo dos navios. Com o apoio de José do Amaral, que pôs em prática as idéias de Pedro Artur, e ajudados pelo liberto José Luís Napoleão, chefe da capatazia do porto, os abolicionistas conseguiram impedir que um carregamento de escravos fosse levado ao vapor *Espírito Santo*, da antiga Companhia Brasileira de Navegação, deflagrando a greve dos jangadeiros nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881. Em 1882, mudou-se para Manaus; não assistiu, portanto, a vitória de 25 de março de 1884. Regressou ao Ceará muito tempo depois. Pedro Artur, já velho e quase cego, morreu estupidamente, em 6 de julho de 1914, assassinado por soldados da polícia, jagunços assim vestidos pela Revolução de Juazeiro.

VELHO, DOMINGOS JORGE. Bandeirante paulista que comandou a destruição final da República de Palmares (V.).

VENDAS. Em Minas Gerais, estabelecimentos comerciais às margens das estradas que desempenhavam o papel de pontos de ligação entre o comércio e os quilombos e eram locais privilegiados de contrabando. Foram usadas pelos quilombolas mineiros para a troca do ouro que extraíam. Por meio do comércio clandestino, obtinham os produtos de que o quilombo necessitava, como alimentos, armas, pólvora, chumbo etc. Essa rede comercial transformou-se num sério problema para as autoridades locais, nas palavras de Carlos Magno Magalhães. “A tentativa de destruição dessa rede tinha dois objetivos. Por um lado, impedir que os escravos que roubavam os jornais de seus senhores tivessem onde escoar o produto do roubo e, por outro, impedir o abastecimento dos quilombos. A esse respeito, a Carta Régia de 20 de fevereiro de 1787 ao Conde de Galveas é esclarecedora. Neste documento se denunciava as negras que possuíam vendas de bebidas e comestíveis, porque nelas tinham os negros fugidos o seu asilo, porque, escondendo-se nelas, se ocul-

tavam a seus senhores e dali dispõem as suas fugidas, recolhendo-se também nas mesmas casas os furtos que fazem, nos quais as mesmas negras são às vezes conselheiras e participantes. Também nas mesmas casas vêm prover-se do necessário os negros salteadores dos quilombos, tomando notícia das pessoas a quem hão de roubar e as partes por onde lhes convém entrar e sair, o que tudo fazem mais facilmente achando ajuda e agasalho nestas negras que assistem as vendas” (SCAPM, Cód. 35, documento 110). Em 26 de outubro de 1739, o governador Gomes Freire de Andrade, após reclamações dos moradores de Vila Rica, ordenou que as vendas fossem fechadas “logo que der a Ave Maria”, para que os negros fugidos não pudessem fazer delas “seus conciliábulos, consentindo nisso os mesmos vendedores só a fim de usurparem o ouro a todos, pensando-o de noite com a candeia de longe para não serem conhecidos os negros, e talvez com pesos falsificados” (Cód. 50, SCAPM, pp. 333-334).

VENTOSA. Aparelho muito usado pelos cirurgiões negros (V.). A ventosa é um vaso cônico que, aplicado sobre a pele, tem efeito local revulsivo. Thomas Ewbank (1973) narra que “muitos negros são peritos tanto em causar doenças como em curá-las com ventosas. O processo e aparelho usados são de extrema antiguidade. O operador raspa a pele do paciente com uma lasca de pedra, coloca sobre o ferimento assim causado o lado mais largo de um chifre de carneiro e suga o ar pela ponta. Os cirurgiões negros preferem sempre sangrar seus pacientes ao sol, pois crêem que o efeito será deste modo mais benéfico”. **Bibliografia.** EWANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1973. 2 vols.

VERDADE. Jornal abolicionista e progressista fundado em Areia (Paraíba), em 1888, por Manuel da Silva. Abaixo do seu subtítulo, lia-se a frase latina: *Amicus Plato, sed magis amica veritas*. O último número conhecido traz a data de 19 de novembro de 1895. **Bibliografia.** ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: Imprensa e Vida*. João Pessoa, Grasset, 1986.

VERGALHO. Instrumento usado para a aplicação dos açoites (V.). Era constituído, geralmente, de algumas tiras de couro cru, em número de cinco, presas a um cabo de madeira. De forma que uma lambada correspondia a cinco chicotadas. V. *Bacalhau*.

VERME-DA-GUINÉ. Doença de negros recém-che-

gados da África e que foi descrita por Luccock quando aqui esteve: "Vi um caso dessa moléstia singular a que chamam de verme de Guiné. O paciente era um menino preto, de cerca de catorze anos de idade, entre cujos patrícios tal doença ocorre com grande frequência. O animal, se é que assim o podemos chamar, parecia enrodilhado por debaixo da epiderme; decorrido algum tempo, aquilo que se dizia ser sua cabeça surgia para fora, sendo agarrada com uma pinça e o verme puxado no comprimento de duas polegadas; atava-se, então, a parte extraída ao redor de uma varinha para impedir que de novo se retraísse. Poucas horas depois, puxava-se mais um pedaço, firmando-se de maneira idêntica, e assim prosseguindo-se sempre com grande cuidado para que não rebentasse, era extraído tudo, parecendo então o verme qual um fio fino de *categut* e com vários pés de comprimento. O menino tinha vermes desses pelo corpo todo e já tinha sido tratado em sua própria terra, tendo tido por incurável, motivo pelo qual o venderam a troco de duas jardas de linho estampado. Ficou no hospital por cerca de três semanas, submetido, creio eu, a forte regime de salvação, tendo alta, curado. Durante os cinco anos que se seguiram, eu o visitava quase todos os dias; mostrava-se livre de qualquer incômodo, provando excelentemente como fâmulos e freqüentemente exprimindo sua gratidão para com seu amo em termos singelos porém calorosos". **Bibliografia.** Luccock, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

VIDA SEMANÁRIA. Jornal abolicionista (1887), redigido por Emiliano Perneta e Artur de Castro Lima e, posteriormente, por Olavo Bilac.

VIEIRA, CRISTÓVÃO. Soldado do 1º Batalhão de 2ª Linha envolvido e preso na repressão ao quilombo do Urubu (V.), na Bahia, em 1826. Foi preso na sua casa, em companhia do negro Francisco Romão, reconhecidamente um dos participantes do movimento.

VIEIRA, PADRE ANTÔNIO. Nasceu em Lisboa a 6 de fevereiro de 1608, filho de Cristóvão Vieira Ravasco e de Maria de Azevedo. Em 1615, acompanhou a família na sua viagem para o Brasil. Desembarcando na Bahia, freqüentou as escolas dos jesuítas. Foi pregador, missionário e diplomata. Ingressando na Companhia de Jesus, terminou o noviciado em três anos (1623-1626).

Foi, então, encarregado de escrever a Carta Anua, sua primeira obra literária. Lecionou nos colégios da Bahia e de Pernambuco. Vieira ordenou-se sacerdote em 1634. Aos 33 anos de idade, seguiu para Portugal, onde conquistou a confiança e a simpatia da Corte e, a partir daí, passou a assumir papel relevante nas decisões políticas. De 1653 a 1661 desenvolveu atividade missionária no Maranhão e no Pará, onde teve ação decisiva na introdução de escravos africanos. Em linhas gerais, suas idéias eram: introdução de escravos de Angola por conta da Coroa; proibição absoluta dos resgates dos índios; desenvolvimento das Missões e entrega das aldeias aos padres da Companhia de Jesus. Para justificar essas idéias, afirmava que a raça nativa era fraca, que o negro já era escravo entre os seus e já o fora em todos os tempos e que, para a organização do trabalho colonial, não poderia ser dispensado o braço servil. Devido à sua influência junto a D. Pedro II, Vieira conseguiu a promulgação da lei e provisão de 1º de abril de 1680, que proibia o cativeiro de indígenas no Maranhão e regulava o serviço dos então livres, restituindo aos missionários da Companhia de Jesus o privilégio das entradas pelo sertão.

VILA BELA. Cidade negra em Mato Grosso, atualmente em franca decadência. É uma concentração de negros que para lá se deslocaram a partir do século XVIII. Uma estatística da população da cidade, em 1791, apresentava a cifra de 5 804 habitantes, sendo três quartos de "negros d'África", ou, melhor, 4 353 negros para 1 451 brancos. Em 1936, a população havia aumentado para quinze mil indivíduos, dos quais 11 250 negros e mestiços e 3 750 brancos. Vila Bela, na região do Guaporé, foi criada em 1751, conforme a Carta Régia de 1º de janeiro de 1749, como um posto avançado na fronteira, sob o nome de Santíssima Trindade, e sede do governo. Mais tarde, foi crismada de Mato Grosso. É também de 1751 a data da penetração do negro escravo em Mato Grosso, embora ele já estivesse presente anteriormente na mineração. Roquete Pinto, em 1927, assim descrevia Vila Bela: "Antigo centro de mineração mui pujante; hoje não passa de simples logradouro de uma centena de pretos. As últimas informações que nos foram prestadas, por testemunhas insuspeitas e seguras, sobre essa curiosa cidade, cujos palacetes oficiais já se acham

escondidos pela floresta que avassala, dizem que lá não existe domiciliado um só habitante branco. Reduto de antigos escravos, cujos descendentes vivem em sociedade original, em mais de um ponto semelhante a certas cabildas africanas, é um caso interessante de segregação espontânea, promovida pelas condições de insalubridade a que só os negros, parece, conseguem resistir, mesmo assim ela é perniciososa à colônia, que já se vai extinguindo". Ferdinand Denis, por sua vez, assim se expressa: "Vila Bela, noutro tempo conhecida pelo nome de arraial de Santa Ana, [...] foi fundada em 1739; é residência do governador e de um bispo *in partibus*, assim como do ouvidor da comarca. Está situada num lugar baixo, nas margens do rio Vermelho, que a divide em dois bairros quase iguais. Seus edifícios são grandes, mas carecem de elegância e solidez; além da Sé, há ali cinco igrejas, e também uma fundição de ouro. Nota-se em Vila Bela um passeio público, coisa que não existe em todas as cidades do interior do Brasil. Em oito mil habitantes é avaliada a população. Em 1818, exatamente na época em que Mato Grosso e Vila Real de Cuiabá eram elevadas a esta dignidade, conferiu-se o título de cidade a Vila Bela". **Bibliografia.** DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Salvador, Progresso, 1955. 2 vols.; PINTO, Roquete. *Rondônia*. São Paulo, Nacional, 1950.

VINTE E CINCO DE MARÇO¹. Jornal abolicionista que circulou na cidade fluminense de Campos de Goitacazes. O seu primeiro número veio à luz no dia 1º de maio de 1884 e circulou até 1886. Seu proprietário era o abolicionista radical Luís Carlos de Lacerda, mais conhecido como Carlos de Lacerda (V.). O seu frontispício trazia como epígrafe uma frase de Mello Freire, jurista português do século XVIII: "Escravos negros são tolerados no Brasil e outros domínios; mas por que direito e com que título confesso ignorá-lo completamente". Abaixo dessa frase vinha o *slogan* definidor da orientação do jornal: "órgão abolicionista". Sua linguagem era direta e desabrida, denunciando os crimes, os maus-tratos e torturas dos escravos praticados pelos senhores. De fato, o jornal transformou-se num tribunal de denúncias contra os desmandos da classe senhorial de Campos. Rara era a edição que não registrava um caso de tortura ou arbitrariedade contra os escravos. Por outro lado, não se conformava com a simples denúncia, mas exibia

instrumentos de suplício usados pelos escravocratas e, especialmente, numa atitude radical e corajosa, incitava os cativos a fugir e se organizar em quilombos. Lana Lage da Gama Lima (1981), que melhor estudou o assunto, escreve que "tudo isso foi usado contra os senhores campistas, que reagiram à altura, processando, perseguindo e promovendo atentados contra Carlos Lacerda e seu grupo. Esta luta violenta entre abolicionistas e escravocratas, integrada à crescente rebeldia manifestada pelo negro, é que define a situação política do município em 1884. Situação que, de resto, não é privilégio de Campos e se verifica no país como um todo, como observa Cristiano Otoni, em depoimento extremamente esclarecedor". A esta atividade militante dos abolicionistas reage a classe senhorial: organiza os "clubes da lavoura" municipais, posteriormente, em 1871, unificados no Rio de Janeiro, com o nome de Clube da Lavoura e do Comércio. Carlos Lacerda, ainda nas palavras de Lana Lage, "critica as reuniões secretas desses clubes, como verdadeiros 'conciliábulos' se comparadas com as manifestações públicas e sinceras dos abolicionistas, alertando para o 'amontoado de clubes da lavoura que há cerca de dois anos infestara o país', como sintoma das 'resistências imprudentes' dos escravistas. E argumenta, ainda pelo jornal em 11 de maio de 1884: 'Não apelaremos ainda para a resistência dos mais interessados, pois que, a nosso ver, a causa não carece por ora dessa aliança. O que seria dos escravocratas, se incitássemos essas legiões, invencíveis e desesperadas, de um milhão e duzentos mil homens, armados de foice, e dos ferros dos próprios troncos em que têm gemido, a reivindicarem a sua liberdade, passando sobre os cadáveres dos seus perseguidores?' A advertência é clara e a ameaça fica velada nas entrelinhas do artigo e, especialmente, na interrogação final. A prática cotidiana dos abolicionistas tinha de enfrentar a violência generalizada dos senhores de escravos. O jornal não deixava de denunciá-las. Diante do caso da escrava Maria Joaquina, da fazenda do Comendador Inácio da Veiga, que fugiu depois de ter sido barbaramente espancada, como ficou comprovado no corpo de delito, foi capturada de novo, presa, entregue novamente ao seu senhor. A este fato bárbaro o jornal, através de Carlos Lacerda, protesta: Haverá

maior escândalo? Teria o comendador Inácio da Veiga comprado a justiça pública? Ou seu dinheiro chegaria a revogar a lei escrita? Onde, senhores da justiça, a garantia da execução da lei? Onde está o Sr. Promotor Público, o curador nato dos escravizados? Querem a revolução da praça pública? Querem o levantamento em massa dos escravizados das fazendas?". **Bibliografia.** GAMA SILVA, Lana Lage de. *Rebeldia Negra & Abolicionismo*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1981.

VINTE E CINCO DE MARÇO². Órgão abolicionista da imprensa pernambucana, que circulou apenas uma vez, em homenagem ao primeiro aniversário da abolição da escravidão no Ceará, realizada no dia 25 de março de 1884. Continha artigos de Figueira Lima, Martins Júnior, J. Moreira Alves, A. Olímpio da Rocha, Cidadão Durval e outros. **VIRGENS, LUÍS GONZAGA DAS.** Um dos líderes da Inconfidência Baiana (V.). Era pardo livre, soldado do 2º Regimento pago de linha. Nasceu em Salvador, filho legítimo de Joaquim da Costa Rubi e de Rita Gomes. Foi um dos mais ativos organizadores e agitadores da Inconfidência, tendo demonstrado grande atividade conspirativa. Após a delação de um dos participantes, foi caçado intensamente pela polícia e finalmente preso em 24 de agosto de 1798. Em face disso, os seus

companheiros tentaram libertá-lo, sem êxito, e decidiram precipitar o levante. Foi o autor dos boletins distribuídos em vários pontos de Salvador. Mais tarde, foi executado por enforcamento e teve as duas mãos decepadas. Suas mãos e sua cabeça ficaram expostas no patíbulo para que nunca mais escrevessem boletins sediciosos. Foi executado na praça da Piedade em Salvador com mais três companheiros, em 8 de novembro de 1799. Tinha 37 anos de idade, era solteiro e o mais velho dos inconfidentes baianos executados.

VISSUNGO. Tipo de canto de trabalho especial, criado pelos escravos no interior e na zona decadente dos garimpos em Minas Gerais, no início do século XIX. Os vissungos dividiam-se em boiado, cantado a solo pelo mestre, e dobrado, canto solo seguido de um coro. Machado Filho (1943) traduz o termo "vissungo" como "fundamento", vocábulo que, até hoje, no vocabulário da dança meio religiosa e meio profana, designa o sentido oculto dos versos cantados em forma de metáfora. Isso se explica pela necessidade dos escravos de se comunicarem sem serem entendidos pelos brancos, como desejo de preservação de sua cultura e de seus costumes. **Bibliografia.** MACHADO FILHO, Aires da Mata. *O Negro e o Garimpo em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943.

X

XANGÔ. Divindade (orixá) trazida pelos escravos africanos. Rei de oiô, orixá do raio e do trovão. Teve três mulheres, segundo a lenda: Obá, Oxum e Iansã. Sequioso de sexo, teve relações com a própria mãe, Baiani. É sincretizado com São Jerônimo, seu dia é quarta-feira e suas cores vermelho e branco. Sua saudação é *Kauô Kabiesilê!* Tem por insígnia o oxê, ou seja, um machado com asas de dois gumes e sua comida é o amalá, caruru pegajoso, servido religiosamente às quartas-feiras. Come também carneiro, cágado, galo, galinha-d'angola e azeite de dendê. Até hoje é cultuado especialmente nos candomblés da Bahia. **Bibliografia.** MAIA, Vasconcelos. *ABC do Candomblé*. São Paulo, GRD, 1985.

XAXÁ I. Francisco Félix de Souza foi o mais rico e famoso negreiro de toda a Costa da África até a sua morte, em 1849. Enviado da Bahia para Ajuda, como funcionário da Coroa portuguesa, de guarda-livros e almoxarife tornou-se a autoridade máxima do Forte de São João d'Ajuda, feitoria fundada em 1721. Em seu livro, *Esquisse commerciale de la côte occidentale d'Afrique depuis Gallinas jusqu'au Gabon* (1839), diz M. Bronquant: "Todo o comércio de Uidá se faz com don Francisco de Souza, vulgarmente chamado 'Tiatia'. Aquele homem tinha o privilégio do

Dahomet de monopolizar o tráfico de escravos; assim, os outros feitores tinham somente aquilo que ele não queria para si próprio. Contribuiu consideravelmente para o abandono dos fortes pelos europeus, foi o motor de todas as guerras feitas no país". Já o Príncipe de Joinville escrevia em 1894: "iria eu ver um curioso personagem, mais rei em Ouidah que o próprio rei do Daomé, que não pode passar sem ele, pois é o fornecedor dos fuzis e da pólvora para ir à guerra, e do aguardente para exaltar as amazonas. É um brasileiro chamado Don Francisco de Souza, mais universalmente conhecido sob o nome de Xaxá, domiciliado em Ouidah faz 43 anos. É negreiro veterano, de quem os ingleses tomaram 34 navios, dois dos quais ainda recentemente. Pequeno ancião de olhar muito vivo e de rosto expressivo, dizem que tem dois mil escravos em seus barracões e é pai de oitenta filhos machos; não contam as filhas. Todos os seus filhos são educados convenientemente, os vejo passarem vestidos de branco e com as cabeças cobertas com chapéus panamá. São em geral mulatos muito bonitos". O Xaxá de Souza morreu em 8 de maio de 1848. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

XAXÁ II. Isidoro de Souza foi o sucessor de Francisco Félix de Souza, o mais famoso e abastado dos comerciantes de escravos instalados em Uidá, no Forte São João d'Ajuda. Após a sua morte, em 1848, os cargos por ele desempenhados foram divididos entre seus três filhos. Isidoro o mais velho e mais rico tornou-se o Xaxá. Diversos viajantes descreveram Isidoro de Souza, embora com grandes divergências entre si. F. E. Forbes, em sua obra *Dahomey and the Dahomans* (1851), descreveu o retrato de Isidoro, pintado na Bahia: "Um retrato em pé desse mercador de escravos, bastante parecido, mulato escuro, com cabelos lanosos; mas certamente desenho de fantasia quanto a sua posição; a mão direita repousando numa secretária, sobre a qual estão papéis, um tinteiro etc., enquanto que ao fundo estava um paraíso imaginário, raramente apreciado por esses senhores: uma biblioteca. Esses homens jamais lêem, escrevem raramente, a sua alma é inteiramente envolvida de prazeres sensuais, em estado de seminudez, fumando continuamente, eles passam a maior parte da vida em seus haréns". A partir de 1863, com o fim do tráfico em Cuba, a situação dos mercadores de Uidá declinou durante uns trinta anos. Apenas os Xaxás de Souza, nomeados tenentes-coronéis na milícia portuguesa, conservaram algum prestígio. Isidoro Félix de Souza morreu em 8 de maio de 1858. Seu sucessor, Francisco de Souza, não manteria a mesma força e prestígio dos antecessores. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

XAXÁ III. O sucessor de Isidoro de Souza no comércio de escravos em Uidá, no Forte de São João d'Ajuda, foi seu filho, Francisco Félix de Souza. Sobre ele escreveu, em 1865, o tenente da corveta *Napier*: "Em terra esperava Francisco Félix de Souza (o terceiro Xaxá), tendo junto a si três grandes sombrinhas de seda colorida com franjas. Ele estava cercado de oitenta a cem de seus escravos, bem vestidos até a cintura e armados de fuzil, de facões e de machados, com cinto de couro e cartucheira decoradas com búzios, que as tornavam vistosas e engraçadas. O Xaxá, mulato claro de boa aparência e fisionomia simpática, bastante tímido de maneiras, mostrava-se um pouco constrangido, talvez pelo hábito de ter negócios sobretudo com negros; estava vestido

pouco luxuosamente, se bem que trouxesse ao pescoço grossas correntes com cruces de ouro e nos dedos numerosos anéis; tinha na mão um cachimbo de grande tamanho e uma grande bengala com castão de ouro, que lhe servia de insígnia nas relações com os indígenas. Tinha a cabeça coberta de um gorro de veludo verde, com uma borla e galões de ouro. Alguns membros de sua família, que o seguiam, estavam bem vestidos e falavam com naturalidade, demonstrando que tinham recebido educação fora desse lugar, em um país civilizado. [...] Da fortuna deixada pelo primeiro Xaxá não resta, segundo eles, grande coisa. No entanto, perto de doze mil escravos dependeriam ainda da família, que deveria em princípio receber uma quota-parte dos seus ganhos. Afora isto, os escravos servem-lhe de pouco, porque jamais, ou dificilmente, conseguirão embarcá-los para o outro lado do mar. Não se pode contar, do ponto de vista português, com o novo Xaxá, por causa da sua falta de energia ou da extrema bondade que lhe atribuem; e sobretudo porque ele é mais daomeano que português, estando completamente ligado aos usos de uma terra donde jamais saiu. Todos os membros dessa família consideram-se súditos do Daomé; alguns têm direito a grandes honras, como príncipes do reino; vivem à maneira da terra em tudo; reconhecem o Xaxá em tudo; reconhecem o Xaxá como chefe, embora seja um jovem irmão, porque foi nomeado pelo rei do país; enviam a este escravos armados para as suas guerras e quando falam do rei dizem sempre 'nosso rei'. Daí pode-se concluir que eles são tudo o que quiser, salvo verdadeiros portugueses". Com a morte de Francisco Félix encerrou-se a dinastia dos Xaxás. **Bibliografia.** VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do Tráfico dos Escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos*. São Paulo, Corrupio, 1987.

XIQUEXIQUE, QUILOMBO DE. Nome de dois quilombos que existiram na região baiana de Jacobina, no início do século XIX, ou possivelmente antes, pois é de 1802 o documento que autoriza a sua destruição. Como ilustra muito bem Pedro Tomás Pedreira (1962), "a existência de quilombos de negros fugidos no então 'Julgado de Xiquexique', que àquela época se encontrava sob jurisdição de Jacobina, foi denunciado pelo ouvidor da mesma comarca, José da Silva Magalhães, ao governo interino da Bahia, por carta datada de 10

de dezembro de 1801. Segundo pudemos depreender do ofício dirigido pelo referido governo interino ao então ministro da Marinha e Ultramar de Portugal, o Visconde de Anadia, datado de março de 1802, foi enviado, no comando de uma expedição para destruir os referidos quilombos que eram em número de dois, o capitão-mor João Duarte Bueno Camargo". Nada descobrimos nas fontes sobre o destino desse quilombo, o mesmo acontecendo com Pedro Tomás Pedreira, que conclui: "Infelizmente, nenhum documento encontra-

mos que nos facilitasse reportar neste trabalho os resultados da expedição contra os 'quilombos' do Julgado de Xique, nem mesmo para aquilatarmos a sua importância e grau de periculosidade. Por outro lado, a falta de informações não nos permite sequer saber da sua estrutura interna, se era um quilombo minerador, agrícola ou predador". **Bibliografia.** PEDREIRA, Pedro Tomás. "Os Quilombos Baianos", *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXIX, n. 4, out.-dez. de 1962.

Z

ZAGALO, FREI LUÍS. Franciscano, entusiasta dos ideais da Revolução Francesa, marcou sua passagem, na história do Pará, com uma série de atitudes inquietantes para o clero local, que resultaram em sua expulsão, em 1817. Com relação aos escravos, frei Luís fazia pregações, nos púlpitos, em favor da liberdade do cativo. Afirmava que, nos tempos de liberdade e igualdade, não poderia haver homens escravizados por outros. As autoridades locais temiam uma rebelião, pois os escravos começavam a se agitar. Frei Luís negava a imortalidade da alma, a virgindade de Maria e instigava os escravos a reclamar a liberdade. Todavia, tal procedimento de um franciscano foi uma exceção durante todo o período em que a escravidão perdurou no Brasil. A posição da Igreja Católica (V.) no tocante a escravidão foi sempre ao lado dos senhores.

ZAMA, ARISTIDES CÉSAR SPÍNOLA. Mais conhecido por César Zama, foi um ardoroso abolicionista da Bahia. Além de escritor, foi deputado federal pelo seu estado. Era adepto de uma abolição com reformas educacionais. Um mês após a Lei Áurea, em 13 de junho de 1888, dizia, em discurso, que “os ex-escravos têm direito de exigir que lhes dê instrução e precisam de educação

para que possam representar o papel de cidadãos úteis à pátria. Quem se encarrega de quebrar as cadeias da escravidão tem também o dever de quebrar as da ignorância”.

ZANGUS. Casas de culto africano ou afro-brasileiro, perseguidas durante todo o tempo de sua existência. Na região de Campinas (São Paulo), foram proibidas em 1876.

ZEBEDEU. Nome de um combatente ferido em escaramuça contra os soldados de Zumbi. Sua biografia é praticamente desconhecida. O seu nome teria caído irremediavelmente no anonimato não fosse o requerimento em versos que escreveu:

Ao Conselho Ultramarino
Que tão justiceiro é
Zebedeu, praça de pé,
Filho de Brás Vitorino,
Bem moço, quase menino,
Para Palmares marchou.
Pelo que lá se estrepou,
Sendo um dos desgraçados
Que voltaram aleijados
E por fim nada ganhou.
Falta um justo conselheiro
Que por comum liberdade
Ante Vossa Majestade

Vá com zelo verdadeiro,
Qual o grande cavaleiro
Egas Moniz em que igual
Foi valor e zelo tal,
Que vendo a pátria oprimida,
Arriscou a própria vida
Pelo bem universal.
Ali de arcabuz na mão,
Dia e noite combatendo,
De fome morrendo,
Descalço, de pés no chão,
Ao lado do valentão
Felix José dos Açores
Que apenas viu dos horrores
O painel desenrolar-se
Foi tratando de moscar-se
Com grande sofreguidão.
Do que venho de narrar
Apesar de ser bolônio
Pode o padre Santo Antônio
Muito bem corroborar
O que não é de esperar
Proceda de outra maneira
Atenta à sua fileira,
Sua afeição, valentia
Pois junto a mim noite e dia
Não desertou da trincheira.
Elevou, bem como eu,
Quando o combate soou,
Quando a corneta tocou
A gente que então correu;
A essa foi que se deu
Como garbosa e valente
Terras, dinheiro, patente.
Com grande injustiça e agravos
P'ra aqueles que aos vis escravos
Não trataram como gente.
A vós Conselho afamado
Que a justiça só visais,
Para que não amparaís
O pobre do aleijado?
Que no mundo abandonado
Sem ter quem lhe estenda a mão
Tem por certo a perdição
Da vida pois, quase morto,
Só poderá ter conforto
Se o fizerdes capitão.

Não é conhecida a resposta do Conselho Ultramarino. **Bibliografia.** PEREIRA DA COSTA, F. A. "Folclore

Pernambucano", *Revista do Instituto Histórico de Pernambuco*, n. 70, 1908.

ZEFERINA. Escrava que foi uma das líderes do quilombo do Urubu (V.), na área do Cabula, periferia da cidade de Salvador (Bahia), no ano de 1826. Esse quilombo foi destruído em novembro daquele ano, tendo Zeferina sido feita prisioneira. Durante a resistência dos quilombolas às tropas enviadas portou-se bravamente, lutando com "arco e flecha nas mãos". Um dos soldados da diligência, José Ferreira de Barros, da brigada da Bahia, afirmou em depoimento que prendeu unicamente "a preta Zeferina que custou bastante a entregar-se à prisão". No dia 10 de janeiro de 1827, foi finalmente expedida ordem de prisão contra ela. Não se sabe quando faleceu.

ZIMBO. Tipo de moeda utilizada pelos traficantes na compra de escravos na África. Conforme J. F. de Almeida Prado (1939), "essa estranha moeda era um miúdo cascalho da ilha de Luanda. No fim do século XVIII, um cofo, ou bondo (cesto em que esse cascalho era apartado), dividia-se em dez lifucos, cem fundas ou um milhão de zimbos, iguais a cinco mil-réis. As unidades correntes tornaram-se o zimbo cascalho, o zimbo escolhido (superior) e os búzios, conchinhas da costa do Brasil". O português José Joaquim de Lima, no seu *Ensaio Estatístico* (1846), escrevia que "ainda hoje corre como moeda o zimbo, [...] não só no reino do Congo mas em todos os do golfo de Guiné, e no interior d'África". Também Vilhena (1969) informa que "consiste o comércio de exportação da Bahia para Angola em feixos de açúcar, ancoretas de aguardente, algum tabaco em rolo, e pó, bastante ferragem de todas as qualidades, fazendas grossas chamadas de negro, e muito zimbo que é um pequeno búzio que aqui se junta pela costa do mar, com mais alguns outros gêneros, que não tenho presentes". A palavra, para Jacques Raimundo, é originária do quimbundo *njimbu*, que significa "concha". **Bibliografia.** PRADO, J. F. Almeida. *Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1939. 3 vols.; VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Salvador, Itapoã, 1969. 2 vols.

ZOOBIBLION. Obra de Zacarias Wagner, que esteve no Brasil entre 1634 e 1641, onde encontramos o primeiro documento iconográfico sobre os cultos dos escravos africanos. Trata-se da gravura 105, acompanhada do seguinte texto: "Quando os

escravos têm executadas, durante a semana inteira, as suas penosíssimas tarefas, lhes é concedido o Domingo como melhor lhes apraz; de ordinário se reúnem em certos lugares e, ao som de pífanos, tambores, levam todo o dia a dançar desordenadamente entre si, homens e mulheres, crianças e velhos, em meio de freqüentes libações [...] a ponto de muitas vezes não se reconhecerem, tão surdos e ébrios que ficam". A propósito desta gravura, diz René Ribeiro (1978): "Qualquer pessoa familiarizada com os cultos afro-brasileiros do Recife reconhecerá ali uma roda de Xangô: o mesmo círculo de dançarinos a se movimentar para a esquerda com as atitudes coreográficas características; idêntica posição dos ogan-ilu a tocarem dois atabaques do tipo comum em toda África Ocidental, e um agogô; a jarra de garapa ao lado dos tocadores; a mesma posição e atitude do sacerdote. Chegavam a não 'se reconhecer' não porque estivessem tão 'surdos e ébrios', e sim por estarem possuídos por seus deuses, condições psicológicas que naturalmente o artista ignorava". **Bibliografia.** RIBEIRO, René Carlos. *Afro-brasileiros do Recife*. Recife, Edições IJNPS, 1978.

ZOROBABÉ. V. *Sorobabé*.

ZUMBI¹. Comandante militar e líder político da última fase da República de Palmares (V.) e atualmente considerado herói nacional da resistência reivindicatória dos movimentos e grupos negros do Brasil. A reconstrução da sua biografia foi um esforço não apenas de pesquisa, mas também uma atividade de combate àqueles membros da historiografia tradicional que chegaram a negar-lhe a existência. João Ribeiro (1935), procurando corrigir J. Accioli, afirma que ele nunca existiu como personagem histórico, opinião repetida por inúmeros historiadores. São suas palavras: "o Zumbi parece que nunca existiu; talvez se deva ler Jimvi ou Jimbi, o de barbas brancas, o pai velho, o chefe". Nina Rodrigues (1945), por sua vez, assevera que "é certo que haveria em Palmares, além do Zumbi rei, diversos Zumbis gerais, de sorte que podia muito bem ter sucedido que um Zumbi tivesse sido traído e morto em combate; outro tivesse sido morto e decapitado pelo capitão Mendonça e um terceiro finalmente ter se precipitado do penhasco. [...] Por outro lado, Zumbi não era nome de um indivíduo, mas título de um cargo. Nada impede, portanto, que um Zumbi, na tomada da cidade princi-

pal, se tivesse precipitado da montanha, e o Zumbi que o sucedeu na direção das forças dispersas fosse traído, encontrado reduzido ao extremo que descreve Matoso Maia e morto em combate". Portanto, a historiografia oficial não aceitava a qualidade de personagem histórico de Zumbi. Contudo, hoje já se pode fazer sua biografia razoavelmente correta, embora ainda persistam algumas lacunas. Pelo menos dois dos seus biógrafos, Décio Freitas e Joel Rufino dos Santos, graças a um levantamento de fontes primárias importantes, conseguiram resgatar a sua memória e apresentá-lo, não como simples lenda, ou um conjunto de maiorais com o mesmo título, mas como um indivíduo situado no seu tempo. Segundo Décio Freitas (1984), Zumbi nasceu no começo do ano de 1655, num dos inúmeros mocambos (cidades) de Palmares; o seu nascimento coincidiu com a primeira expedição contra Palmares enviada pelo governador de Pernambuco Francisco Barreto, após a expulsão dos holandeses. A expedição era comandada por Brás da Rocha Cardoso, um dos mais experimentados comandantes da guerra. Nessa expedição, que fez inúmeros prisioneiros, foi encontrada em uma pequena povoação palmarina "uma cria do sexo masculino com escassos dias de existência". Foi confiada por Brás da Rocha Cardoso ao chefe de uma coluna de Porto Calvo, coluna aparelhada e organizada pela família Lins, uma das mais poderosas de Alagoas, então pertencente à capitania de Pernambuco. O recém-nascido foi apresentado ao padre português Antônio Melo, do distrito de Porto Calvo. Segundo Décio Freitas, "o padre regressou a Portugal em 1682 para ser pároco de Santarém, de onde escreveu a um amigo do Porto, provavelmente um padre, várias cartas em que dá notícias de Zumbi. Conta o padre que batizou o pretinho e lhe deu o nome de Francisco. Ensinou-lhe a ler e o fez coroinha quando contava dez anos de idade. O padre não tratava, pois, o pretinho como escravo, o que se explica por uma jurisprudência do Conselho Ultramarino, afinal confirmada por alvará régio de 1682, de que os negros nascidos em Palmares não eram escravos. Declara o padre Antônio Melo que Francisco demonstrava 'engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos'. Pelo depoimento do padre, Francisco tinha um temperamento que

expressava 'cordura perfeitamente cristã'. Por isto, o padre ficou sem acreditar ao ser informado, certa manhã, no ano de 1670, que o seu coroinha que contava apenas quinze anos fugira para Palmares, onde estavam 'os negros levantados'. No entanto, a amizade entre os dois continuou, embora em outro nível, e Zumbi, por três vezes, já chefe da República de Palmares, conseguiu penetrar no distrito de Porto Calvo para encontrar-se com ele, levando-lhe presentes e ajudando-o por saber 'da muita miséria em que se encontrava' segundo confissão do próprio padre". Para Décio Freitas, parece que o padre andou sofrendo represálias possivelmente por ter vazado a notícia dessas visitas de Zumbi, pois, segundo ele, "os moradores me chamaram repetidas vezes colono de negros". Ainda conforme o mesmo autor, "o pupilo do padre Antônio Melo efetuou uma carreira excepcionalmente rápida em Palmares. Dois anos depois de sua fuga, aos dezesseis anos, a povoação ou mocambo a que se acolhera, elegeu-o 'maioral'. Essa povoação passou então a ser chamada de Zumbi pelos portugueses. Dado que se desconhece o nome anterior da povoação, ela é designada como tal neste relato, mesmo no período anterior à chegada de Zumbi a Palmares. Aos dezoito anos, em 1673, quando derrotou a expedição de Antonio Jácome Bezerra, fora elevado a 'cabo-de-guerra', provavelmente um 'cabo maior'. Aos 22 anos, em 1677, quando da expedição de Fernão Carrilho, tornara-se comandante geral das milícias palmarinas ('general-das-armas' ou 'mestre-de-campo'). Ao que parece, entretanto, na luta contra esta expedição o comando das operações foi exercido pessoalmente por Ganga-Zumba". Não há como apurar a procedência da tradição segundo a qual se teria casado com uma mulher branca chamada Maria. Esta mulher, reza a tradição, teria espontaneamente acompanhado Zumbi por ocasião de uma incursão realizada numa propriedade alagoana. Consta que teve pelo menos cinco filhos. Num combate contra a expedição de Manuel Lopes Galvão, Zumbi recebeu um ferimento que o deixou coxo. As derrotas militares dos palmarinos, especialmente contra a expedição de Fernão Carrilho, criaram um clima de insatisfação e insegurança nos habitantes da república. Carrilho levantou um arraial, recebeu reforços de Olinda e capturou, somente no primeiro com-

bate, 56 quilombolas. Matou João Gaspar, João Tapuia e Ambrósio, todos chefes de mocambos. Feriu Ganga Muíça, ministro de Zumbi; um subcomandante da expedição de Carrilho, o preto Ruiz Carneiro, do Terço dos Henriques, destruiu um mocambo e matou ou prendeu um grande número de quilombolas que haviam se refugiado nas matas. Continuaram na ofensiva e localizaram cerca de um mês depois a aldeia do Amaro. Segundo Joel Rufino dos Santos (1986), "Ganga Zumba estava lá – flechado numa perna – abandonou, na fuga, a espada e uma pistola dourada. Não teve igual sorte o chefe Acaiuba, nem alguns filhos, sobrinhos e netos de Ganga". O resultado final desta operação foram mais de duzentas presas, repartidas entre os soldados, descontado o imposto real. O triunfalismo que se apoderou do governo após o regresso da expedição de Carrilho fez com que ele libertasse solenemente dois negros palmarinos (Dambi e Madalena) para servirem de porta-vozes e instarem com Ganga Zumba para que se entregasse ou seria literalmente destruído pelo fogo. No entanto, como salienta Joel Rufino dos Santos, o exército de Ganga Zumba continuava intacto, mas ele perdia prestígio como chefe militar entre os palmarinos. As derrotas eram atribuídas à sua incompetência e teria comandado uma operação militar em estado de completa embriaguez. Por outro lado, crescia o prestígio de Zumbi. Como diz Décio Freitas, "em todos os mocambos, salvo Macaco, realizavam-se assembleias populares pedindo a deposição de Ganga Zumba. Reuniu-se, a seguir, em Macaco, o conselho geral da confederação palmarina. Porta-voz da oposição, Zumbi denunciou não apenas a inépcia, mas também a corrupção de Ganga Zumba (o documento português fala em roubos). Se bem que os opositoristas constituíssem a maioria, Ganga Zumba manobrou habilmente e conseguiu que o conselho o mantivesse na chefia. Não sabemos em detalhe como conseguiu isso, mas podemos imaginar que devam haver pesado a eloquência, seu passado, suas amizades. Esta foi, entretanto, uma vitória puramente 'parlamentar'. Na massa palmarina o descontentamento só fez aumentar. Zumbi, nessa altura chefe da oposição, passou a conspirar para depor Ganga Zumba pela força. A conspiração se espalhava e Ganga Zumba sentiu não que podia detê-la. Foi, então, quan-

do iniciou conversações de paz com o governo colonial. A simples razão indica que o Pacto de Recife deve ter multiplicado e exacerbado as resistências, principalmente devido à cláusula cruel que imolava ao cativo todos os negros não nascidos em Palmares. O reduzido número dos que seguiram Ganga Zumba constitui uma indicação de que mesmo os beneficiários do pacto desconfiavam instintivamente das intenções das autoridades coloniais e dos senhores de escravos. No entanto, Ganga Zumba não pensava assim, ou, se pensava, aproveitou a situação para procurar um aliado no inimigo colonizador, já que se encontrava desestabilizado internamente na república e partiu para fazer um pacto com o inimigo. Chega em Recife na manhã de 5 de novembro de 1678. Recepção suntuosa, com iguarias finas e vinho de Leiria. No entanto, tudo já estava antecipadamente decidido no âmbito diplomático. A delegação palmarina causou curiosidade e espanto no Recife com seus arcos e flechas (somente um deles portava arma de fogo). Tinham as 'partes naturais' cobertas apenas com panos. Era natural que esses negros possivelmente já tivessem sido escravos naquela cidade e fossem encarados como uma coisa insólita e humilhante. O filho natural de Ganga Zumba, mesmo ferido, chegou a cavalo. Depois da missa, palmas, saudações protocolares, no dia seguinte iniciaram-se as conversações, isto é, um programa antecipadamente elaborado para o rei aprovar". Continuando com Joel Rufino dos Santos, "chegava agora o maioral dos negros, em pessoa, para ratificar o acordo. Estipulava: 1) Os pretos nascidos em Palmares eram livres. 2) Os que aceitassem a paz receberiam terras para viver. 3) O comércio entre os negros e os povoados vizinhos ficava liberado e legalizado. 4) Os negros que aceitassem a paz passariam a ser vassalos da Coroa, como quaisquer outros. Diante da humilhação de Ganga Zumba, Zumbi tomou a ofensiva apoiado na quase totalidade dos moradores de Palmares". À frente de tropas do seu mocambo, marchou sobre os mocambos ainda fiéis a Ganga Zumba. Em alguns houve luta fratricida, em outros a massa aderiu maciçamente. Os maiorais e cabos-de-guerra fiéis a Ganga Zumba fugiram para o Macaco com suas famílias. Zumbi marchou então à frente da tropa numerosa e aguerrida. Ganga Zumba ainda go-

zava de bastante popularidade em Macaco, mas sentiu que não poderia resistir militarmente. Quando as tropas de Zumbi já escalavam a Serra da Barriga, Ganga Zumba retirou-se às pressas para Cucaú, acompanhado de trezentas a quatrocentas pessoas. Prometeu aos que permaneciam no Macaco voltar para "os resgatar da opressão de Zumbi". Foi assim que, com pouca resistência armada, Zumbi pôde ocupar o Macaco e assumir o poder na Confederação Palmarina. Com a tomada do poder, Zumbi foi aclamado chefe. Outorgaram-lhe poderes absolutos na área administrativa, na política e na militar. Iniciava-se, a partir dali, uma nova etapa na história da República de Palmares. Um documento da época que registra este momento afirma que "reconheceram-se todos fiéis ao negro Zumbi para que assim, na paz como na guerra, tudo decidisse sem consultar a ninguém". A traição de Ganga Zumba e à ameaça constante de invasão do território palmarino, respondia a república entregando a Zumbi uma soma de poderes ilimitada e somente justificável nas circunstâncias em que Palmares se encontrava. Mas a posição capitulacionista de Ganga Zumba continuava produzindo os seus efeitos negativos. Isto porque os melhores chefes militares o haviam seguido para Cucaú. Essa elite militar foi transformada em fonte de informações dos colonizadores, que obtinham dados sobre a organização militar e a estrutura interna de Palmares. Diante da perspectiva de invasão da república pelos colonizadores, com o apoio de Ganga Zumba e seus adeptos no Cucaú, Zumbi não vacilou. Estabeleceu um verdadeiro estado de guerra e subordinou todos os seus níveis de atividades à sua defesa, aniquilando qualquer oposição a seus projetos. Ainda segundo Décio Freitas, "deslocou mocambos inteiros para lugares estrategicamente mais seguros. Incorporou às milícias e submeteu a adestramento intensivo todos os homens válidos. Multiplicou os postos de vigilância e observação na orla das matas. Despachou agentes para reunirem armas e munições". Essa mobilização interna Zumbi complementou com uma agressividade inusitada nos territórios dos senhores de escravos, inclusive no litoral. Grupos de guerrilheiros quilombolas compostos de quarenta a cinquenta homens atacavam de surpresa as povoações e plantações para se apoderarem de escravos, armas e munições.

Vê-se que não eram simples atos predatórios, mas estavam ligados à estratégia global de defesa da república que Zumbi planejara. Em consequência, as estradas não ofereciam a mínima segurança e a síndrome do medo apoderou-se dos senhores de escravos da região. Foi uma verdadeira tática de desapropriação de haveres, colheitas e escravos que os palmarinos executaram. A essa violência dos guerreiros de Zumbi, os senhores de escravos responderam com a violência senhorial e estatal. Em 16 de fevereiro, o governador deu a André Dias, capitão-mor de São Miguel, a incumbência de reprimir essas ações, podendo aquelas autoridades prendê-los ou matá-los “ainda que seja em fazendas ou casas de quaisquer moradores”. Décio Freitas informa que, “talvez porque André Dias não tenha conseguido conter os palmarinos, o governador ofereceu perdão e liberdade a Zumbi e seus familiares”. Em 26 de março de 1680, por ordem sua, o sargento-mor Manuel Lopes Galvão lançou em Porto Calvo um bando (V.), em que fazia saber que “a toda pessoa de qualquer qualidade que por alguma indústria possa noticiar ao capitão Zumbi que o dito Senhor Governador novamente lhe tem perdoado, em nome de Sua Alteza, que Deus guarde todos os crimes que contra estes povos tem cometido, tanto que se reduza à obediência de nossas armas, buscando o dito Zumbi a seu tio Gana Zona para viver na mesma liberdade com toda a sua família que goza o dito tio”. Cópia do bando seguiu para Palmares por mão de João Martins, sargento-mor do Terço dos Henriques. O prazo de quatro meses se escoou sem resposta de Zumbi. Não causando o efeito desejado o bando do governador e continuando as atividades ofensivas dos guerrilheiros de Zumbi, confiscando armas, escravos, escravos, mulheres e víveres das fazendas senhoriais, o próprio Rei de Portugal a ele se dirigiu oferecendo perdão por todas as suas atividades à frente da República de Palmares. Datada de 26 de fevereiro de 1685, e com assinatura real, Zumbi recebeu ou teria lhe sido endereçada a seguinte carta: “Eu El-Rei faço saber a vós Capitão Zumbi dos Palmares que hei por bem perdoar-vos de todos os excessos que haveis praticado assim contra a minha Real Fazenda como contra os povos de Pernambuco, e que assim o faço por entender que vossa rebeldia teve razão nas maldades pratica-

das por alguns maus senhores em desobediência às minhas reais ordens. Convido-vos a assistir em qualquer estância que vos convier, com vossa mulher e filhos, e todos os vossos capitães, livres de qualquer cativeiro ou sujeição, como meus leais e fiéis súditos, sob minha Real proteção, do que fica ciente meu governador que vai para o governo dessa capitania”. A situação, portanto, era de recuo e tentativa de conciliação da parte do Reino e consequentemente das autoridades locais em face do potencial militar da República de Palmares. Outra, porém, era a posição dos senhores-de-engenheiros e dos donos de escravos da região. que viam em Palmares um problema sem solução política. Achavam que somente com a sua destruição militar a segurança das suas propriedades (terras e escravos) estaria assegurada. Enquanto as autoridades raciocinavam realisticamente, depois de fazerem uma análise objetiva da situação, os senhores-de-engenheiro se opunham a qualquer acordo. Como diz ainda Décio Freitas, “não perderam tempo em mobilizar influências em Lisboa contra esta política de pacificação. Os ex-governadores Aires de Souza e Melo e João de Souza surgiram como os mais duros críticos a essa política. Cedendo visivelmente a estas pressões, o Conselho Ultramarino ponderou ao rei: ‘Não convém que se admita paz com estes negros, pois a experiência tem demonstrado que esta prática é sempre um meio engano e ainda pelo que toca à nossa reputação, por isto que são uns cativos e fugidos’. Um ano demorou o rei em se pronunciar sobre a questão da paz ou da guerra com Palmares. Nesse meio tempo, Souto Maior decidiu abrir negociações e despachou um emissário para o Macaco”. Zumbi, além de grande tino militar, demonstrou, nessa conjuntura, grande sensibilidade diplomática. Não recusou a proposta, mas, ao mesmo tempo, talvez para ganhar tempo enquanto se fortalecia militarmente, fez uma contraproposta. Quando ela foi aceita, ele habilmente apresentou outra. Ganhando tempo, desgastou política e psicologicamente o inimigo. Fez com que ele mostrasse, finalmente, a sua real face. Nas palavras de Décio Freitas, “os senhores-de-engenheiro endureceram a sua posição ao governador. Breve não se queixavam apenas de suas dilatações no caso palmarino, como o acusavam de violências, malversação de dinheiros públicos, exer-

cício de comércio proibido e outras irregularidades. Na segunda metade de 1686, os senhores-de-engenho de Penedo desafiaram abertamente a autoridade do governador, expulsando pelas armas um contingente de soldados pagos enviados para prender pessoas importantes acusadas de crimes comuns. Cedendo à pressão, Souto Maior suspendeu finalmente as negociações em fins de 1686”. Depois de mais uma entrada sem êxito, Domingos Jorge Velho foi contratado para arrasar Palmares. Sua expedição conseguiu, finalmente, ocupar a cidade de Macaco. O confronto de forças e a batalha final foram adversas aos palmarinos, que sofreram uma derrota da qual jamais se recuperariam. Segundo Joel Rufino dos Santos, Zumbi teria confessado aos seus comandantes o fracasso do plano que urdira: atrair as tropas coloniais em peso para uma grande batalha às portas da capital e massacrá-las. Por muito tempo espalhou-se a notícia do suicídio de Zumbi. Historiadores, cronistas ou simples comentadores do episódio repetem de forma monócórdia essa versão popularizada por Rocha Pitta. No entanto, os fatos foram diferentes. Como narra Joel Rufino dos Santos, “Zumbi, que se postara na retaguarda da coluna de guerrilheiros que deixou Palmares na madrugada de 6 de fevereiro de 1694, escapou com vida. Tinha naquele momento apenas 39 anos. Há dezoito andava coxo, de um balaço que recebera e foi atingido naquela madrugada, por duas pelouradas. Não era muito para quem combatia há 25 anos”. Antes de completar um ano da queda de Palmares, Zumbi invadiu a vila de Penedo para conseguir armas. Dois mil quilombolas sobreviventes continuavam a infestar a região, emboscando soldados e atacando pequenos burgos sonolentos. Só os tolos – ou oportunistas – acreditavam que a destruição da Cerca Real do Macaco fosse o fim de Palmares. Zumbi dos Palmares vencera dezenas de batalhas aplicando com engenho as regras da “guerra do mato”. A única vez em que buscou combate frontal, em posição fixa, fracassara miseravelmente. Um dos seus companheiros, Antônio Soares, foi emboscado perto de Penedo. Prenderam-no e o enviaram sob forte guarda para Recife. No caminho a guarda se encontrou com a bandeira de André Furtado. Brigaram pela posse do preso importante. André Furtado o sequestrou, para lhe

aplicar, por longo tempo, violentas torturas: queria saber o esconderijo de Zumbi. Nada conseguiu até que mudou de tática: teria a vida e a liberdade se cooperasse. Zumbi confiava em Soares e, quando este lhe meteu a faca na barriga, preparava-se para um abraço. Seis guerrilheiros apenas estavam com ele naquele momento e cinco foram mortos imediatamente pela fuzilaria que irrompeu dos matos em volta. Zumbi, sozinho, matou um e feriu vários. Ocorreu isso nas brenhas da serra de Dois Irmãos, por volta das cinco horas da manhã de 20 de novembro de 1695. Um cordelista, Maxado Nordestino, na sua linguagem peculiar, embora não muito fiel aos fatos, assim descreveu a morte de Zumbi:

Prenderam lá em Penedo
Um preto velho e mandingo
Que destrinchou o enredo
Trocando a liberdade
Pela traição com medo.
Disse onde Zumbi estava
Este foi surpreendido
Mesmo com vinte guerreiros
Pôde afinal ser vencido
Deceparam o seu quengo
Que na vila foi exibido.

Como muito bem disse Décio Freitas, “era necessário provar que Zumbi estava morto. Dezenas de comandantes de expedição haviam anunciado, ano após ano, ter dado morte a Zumbi, notícia logo desmentida pelo reaparecimento do chefe negro. O paulista decidiu transportar o cadáver até Porto Calvo. Na tarde de 21 de novembro, fez a apresentação do pequeno e magro cadáver aos oficiais da Câmara de Porto Calvo. O exame cadavérico acusou quinze ferimentos a bala e um sem-número de golpes de arma branca; depois de morto, o general negro fora castrado e o pênis enfiado na boca; haviam-lhe arrancado um olho e decepado a mão direita. Cinco testemunhas depuseram que se tratava de Zumbi: Banga, o companheiro de Zumbi apanhado vivo; os escravos Francisco e João; o senhor-de-engenho Antônio Pinto e o lavrador de partido Antônio Souza”. Lavrou-se um “Auto de reconhecimento do negro Zumbi”. Décio Freitas (1988) narra que, por proposta de André Furtado de Mendonça, a Câmara deliberou que se conduzisse para Recife

apenas a cabeça do chefe negro. Levado o cadáver para o pátio da Câmara, aí, perante todos os oficiais, um escravo decepcionou-lhe a cabeça, lavrando-se o "Auto de decapitação do negro Zumbi". Salgada com sal fino, a cabeça seguiu para Recife, onde o governador Melo e Castro mandou espetá-la em um chuçó no lugar mais público da cidade. O governador logo enviou a notícia ao rei. Encerrou-se assim vida heróica de Zumbi dos Palmares. **Bibliografia.** ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (Subsídios para a sua História)*. São Paulo, Nacional, 1938; FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984; IDEM, "Vida e Morte de Zumbi dos Palmares", *D.O. Leitura*, São Paulo, jan. de 1988; MOURA, Clóvis. "Sociologia da República de Palmares." In: MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo, Ática, 1988; RIBEIRO, João. *Autores Contemporâneos*. Rio de Janeiro, Liv. Francisco Alves, 1935; RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1945; SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo, Moderna, 1986.

ZUMBI². Segundo Irineu Joffily (1977), após a derrota de Palmares os bandeirantes levaram para a Paraíba inúmeros negros para a venda e entre eles estava um filho de Zumbi, de vinte anos. Designava-se pelo mesmo nome do pai e "era de um gênio indomável e de instintos sanguinários". Mas, na primeira oportunidade, "fugiu com alguns companheiros procurando as desertas serras onde têm suas cabeceiras os rios Piranhas e Piancó. Aliciou negros e negras das fazendas vizinhas e conseguiu ainda formar um núcleo de uma centena de indivíduos. Não passou disto; não só porque as fazendas de criação do sertão não dispunham do mesmo número de escravos que os engenhos do litoral, como também porque as serras onde se estabeleceram eram habitadas por uma tribo indígena com a qual sempre viveu em guerra. Seguiram-se muitos

anos de devastações constantes, e tais foram os horrores praticados pelos Craúnas nos anos próximos à criação da vila de Pombal, que numerosas partidas foram organizadas para acometê-los em seus esconderijos e exterminá-los. Nos diversos combates havidos foram mortos e aprisionados muitos desses perversos salvando-se o restante da horda negra nos lugares mais recônditos da serra. Assim conservaram-se até que na grande seca de 1881 a 1893, engrossando suas fileiras e aproveitando-se do estado desolador do sertão, saíram a campo e impunemente cometeram as maiores atrocidades. Quando as fazendas tinham numeroso pessoal, que podia oferecer forte resistência entendiam-se com os escravos, os quais, de boa vontade, ou coagidos por terríveis ameaças obedeciam às suas ordens. Preparada assim a traição como um furacão assaltavam a fazenda, nulificando toda e qualquer resistência dos proprietários, os quais eram isolados como todos os brancos". Apesar da posição escravista de Irineu Joffily, ele nos passa a informação da possível existência de um filho de Zumbi que, usando o mesmo nome do pai, continuou na Paraíba a luta dos palmarinos. Formou naquele local, juntamente com outros vencidos de Palmares, o quilombo dos Craúnas, no vale do Piancó. **Bibliografia.** JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Paraíba*. Brasília, Thesaurus, 1977.

ZUMBI³. Pequeno jornal editado por Sabino Vieira em Goiás, para onde foi confinado após a derrota da Sabinada, movimento armado de programa liberal e separatista que eclodiu em Salvador no ano de 1837, do qual foi o chefe. Não se sabe ao certo qual o programa do jornal, mas, pelo título, deveria ser um órgão de posições radicais e abolicionistas, embora o movimento de Sabino Vieira não tivesse colocado no seu programa político a abolição do trabalho escravo.

APÊNDICE

ROTEIRO BIBLIOGRÁFICO DA REPÚBLICA DE PALMARES

O presente roteiro não é, evidentemente, um trabalho completo, sistemático e definitivo. Parece-nos, porém, o mais atualizado de quantos já foram elaborados até hoje (1992). Para executá-lo, apoiamos-nos basicamente na bibliografia compilada por Artur Ramos, no primeiro volume da *Introdução à Antropologia Brasileira*, no importante trabalho do professor Moacir Medeiros de Santana, da Universidade Federal de Alagoas, e no livro *Bibliografia Afro-brasileira*, do escritor Henrique L. Alves, além de pesquisas pessoais de nossa parte.

Ele servirá de texto de apoio para todos aqueles que estiverem interessados em aprofundar os estudos sobre a República de Palmares, o acontecimento social e político mais importante do século XVII e que, infelizmente, ainda não possui um filão bibliográfico que reflita a magnitude do fato.

Por tudo isso, achamos que este Roteiro poderá ser útil, pois nele estão incluídos quase todos os trabalhos divulgados até o momento sobre Palmares. Se outro mérito não tiver, pelo menos facilitará o pesquisador na consulta das fontes. Foi com esta intenção que o elaboramos.

1. ALTAVILLA, Jayme de. "A Redenção de Palmares", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, 54 (II): 58-67, 1926. Conferência.
2. ALVES FILHO, Ivan. *Memorial dos Palmares*. Rio de Janeiro, 1988.
3. ARÃO, Manuel. "Os Quilombos dos Palmares", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 24(115-118): 210, 256, 1922.
4. BARLEUS, Gaspar. "Descrição dos Palmares Grande e Pequenos; Ataques aos Palmares em 1644." In: *Histórias dos Feitos Recentemente Praticados Durante Oito Anos no Brasil*. Tradução e notas de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro, Ministério da Educação, 1940. pp. 253-254. Ed. facsimilada da edição brasileira de 1940. (A 1ª edição data de Amsterdam, 1647.)
5. BHERING, Mario. "A morte de Zumbi", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, 57 (14): 144-151, 1930.
6. BLAER, João. "Diário da Viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1645", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 10(58): 87-96, março de 1912.
7. BOTELHO, Diogo. "Correspondência de Diogo Botelho", governador do Estado do Brasil, 1602-1608, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, parte I, 73(121): 94-96, 1910.
8. BRANDÃO, Alfredo. *Viçosa de Alagoas. O Município e a*

- Cidade: Notas Históricas, Geográficas e Arqueológicas*. Recife, Imprensa Industrial, 1914. (Sobre Palmares: pp. 16–37 e 246–247.)
9. ———. “Os Negros na História de Alagoas.” In: *Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, 1935. pp. 44–61. Comunicação apresentada no 1º Congresso Afro-brasileiro, Recife, 1934.
 10. ———. “Documentos Antigos Sobre a Guerra dos Negros Palmarinos.” In: *O Negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1940. pp. 275–289. Trabalhos apresentados no 2º Congresso Afro-brasileiro, Bahia.
 11. CABRAL, João Francisco Dias. “Narração de Alguns Sucessos Relativos à Guerra dos Palmares de 1668 a 1680”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, I(7): 165–187, dezembro de 1875. (Transcreve 22 documentos do período referido. Foi transcrito em CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Brasiliense, 1947. pp. 207–230.)
 12. CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. vol. III, pp. 853–862.
 13. CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Brasiliense, 1947. Segunda edição, com novas aquisições no conhecimento de Palmares: São Paulo, Nacional, 1958. 3.ed.: Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 4.ed., fac-similada: São Paulo, Nacional, 1988/1989.
 14. ———. “Singularidade dos Quilombos.” In: *Ladinos e Crioulos: Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964. p. 36.
 15. ———. “Que foi o Quilombo dos Palmares?”, *Anhembi*, São Paulo, jan. de 1956. (Carta polêmica sobre o artigo de mesmo nome do escritor Benjamim Peret.)
 16. CASAL, Aires do. *Coreográfica Brasileira, ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil [...]*. Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1817. tomo II. Outra edição: São Paulo, Edições Cultura, 1943. (Sobre Palmares: pp. 120–121.)
 17. CHIAVENATO, Júlio José. “Palmares: Símbolo da Capacidade de Luta do Negro Escravo.” In: *O Negro no Brasil: Da Senzala à Guerra do Paraguai*. São Paulo, Brasiliense, 1980. pp. 158–160.
 18. CONSTANCIO, Francisco Solano. *História do Brasil desde o seu Descobrimento por Pedro Álvares Cabral até à Abdicação do Imperador D. Pedro I*. Paris, J. P. Aillaud, 1839. t. II.
 19. COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife Arquivo Público Estadual, 1952. vol. IV, 8 de março de 1887. “Capítulos e condições que concede o Senhor Governador [...] a Domingos Jorge Velho para conquistar, destruir e extinguir [...] Palmares”, pp. 296–302; “14 de maio de 1695 – Batalha decisiva de destruição [...] dos Palmares”, pp. 417–421.
 20. COSTA, Francisco Izidoro Rodrigues da. “Apreciação Histórica: A República dos Palmares, A Propósito dos Palmares”, *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, I(4): 30–33, jun. de 1904. (Transcreve dois documentos da Coleção Studart, enviados pelo Barão Studart.)
 21. COUTO, Dom Domingos de Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 1904. Segunda edição: Pref. e índice onomástico de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação da Cultura, 1981. (Sobre Palmares: pp. 542–546.)
 22. CUNHA, Pedro Octávio Carneiro da. “Política e Administração de 1640 a 1763.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. T. I: *A Época Colonial*. 2ª vol. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1960. (Guerra dos Palmares: pp. 24–26.)
 23. “DEZENOVE Documentos Sobre os Palmares Pertencentes à Coleção Studart”, *Revista Trimestral do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 20: 254–289, 1906. (A maioria desses documentos integram a Coleção Pombalina, da Biblioteca Nacional de Lisboa.)
 24. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O Bangüê das Alagoas: Traços da Influência do Sistema Econômico do Engenho de Açúcar na Vida e na Agricultura Regional*. Pref. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1949. Edição fac-similada: Maceió, Edupal, 1980. (Sobre Palmares: pp. 136–142. 1ª edição: pp. 161–167; 2ª edição: pp. 161–166.)
 25. *DOCUMENTOS para a História do Brasil e especialmente a do Ceará*. Fortaleza, 35(35): 3–103, 1921. (Documentos nºs 300, 302, 307, 308, 313, 319 e 324.)
 26. ———, Fortaleza, 37(37): 20–145, 1923. (Documentos nºs 421, 426, 443, 446, 451, 472, 490, 291, 501 e 502.)
 27. *DOCUMENTOS Históricos*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, vols. III, IV, IX, XXIX e XXXVIII.
 28. DORNAS FILHO, João. “Insurreições Negras.” In: *A Escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939. (Sobre Palmares: pp. 105–112.)
 29. DUARTE, João Francisco. “Os Palmares”, *União Liberal*, Maceió, 5, 9 e 27 de junho de 1871. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, Maceió, 3(2): 67–79, 1901.
 30. ENNES, Ernesto. *Os Palmares: Subsídios para a sua História*. Lisboa, Secr. Nacional de Tipografia, 1937. Edição brasileira: *As Guerras de Palmares: Subsídios para a sua História*. 1ª vol.: *Domingos Jorge Velho e a “Tróia Negra” – 1687–1700*. Pref. de Afonso d’E. Taunay, São Paulo, Nacional, 1938. (Transcreve 95 documentos.)
 31. ———. “The Palmares Republic of Pernambuco: Its Final Destruction, 1697”, *The Americas*, oct. 1948. *Apud* CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*, 2.ed., p. 144.
 32. EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2. ed. Trad. e notas de Gastão Penalva. São Paulo, Nacional, 1977. (Sobre Palmares: pp. 307 e 312.)
 33. FONSECA, Pedro Paulino da. “Memória dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu primeiro destroço e paz aceita em junho de 1678”, *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnológico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 39, 1ª parte, pp. 293–322, 1876.
 34. FREITAS, Décio. *Palmares – La guerrilla nera*. Montevideo, 1971. Edição brasileira: *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre, Movimento, 1973. 2ª edição: Rio de Janeiro, Graal, 1978. 5ª edição: Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
 35. ———. “O General Zumbi”, *Folha da Manhã*, São Paulo, 20 de nov. de 1980, caderno 1, p. 3.
 36. ———. “O General Zumbi”, *Folha de S. Paulo*, 20 de nov. de 1980, caderno 1, p. 3.
 37. FREITAS, M. M. de. *Reino Negro de Palmares*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1954. 2 vols.
 38. FREYRE, Francisco de Brito. *Nova Luzitana; História da Guerra Brasileira*. Lisboa, oficina de Joam Gabram, 1875. Ed. fac-similada (2ª ed.), com estudo de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1977. (Sobre Palmares: pp. 280 e segs.)
 39. GOULART, José Alípio. “Quilombos em Alagoas.” In: *Da Fuga ao Suicídio: Aspectos da Rebelião do Escravo no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 1972. pp. 223–228.
 40. GOUVEIA, Maurílio de. “Palmares [...]” In: *História da Escravidão*. Pref. de Pedro Calmon. Rio de Janeiro, Conquista, 1972. Cap. VIII, pp. 75–85.
 41. “GUERRA dos Palmares”, *O Constitucional*, Maceió, 16 de julho de 1851.
 42. HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Berlin, Julius Springer, 1860. Edição brasileira: Trad. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Introd. e notas de Odilon Nogueira de Matos; notas de Basílio de Magalhães. 2.ed. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 1978. (Sobre Palmares: pp. 308–313.)
 43. JABOATÃO, Fr. Antônio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasileiro, ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil por [...]*. Impressa em Lisboa em 1761 e reimpressa por ordem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Tipografia Brasiliense, 1858. vol. VII. (Palmares: pp. 114–115.)
 44. JUREMA, Aderbal. *Insurreições Negras no Brasil*. Recife, Mozart, 1935. (Cap. III: O Estado Negro dos Palmares, pp. 39–44.)
 45. LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. “Determinismo Histórico”, *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, pp. 209–312, 1927.
 46. LIMA, José Ignácio de Abreu e. *Synopsis ou Dedução Chronologica dos Factos mais Notaveis da Historia do Brasil, por [...]*. Recife, Typ. de M. F. de Farias, 1845. (Palmares: Quilombo ou Povoação dos, pp. 151–155.)
 47. ———. *Compendio de Historia do Brasil*. T. I. Rio de Janeiro, Ed. Eduardo e Henrique Laemmert, 1843. 2 vols. (Sobre Palmares: vol., I, pp. 133–135.)
 48. LUNA, Luiz. “República dos Palmares.” In: *O Negro na Luta contra a Escravidão*. 2.ed. Rio de Janeiro/Brasília, Cátedra/INL, 1976, pp. 215–238.
 49. MARCGRAV, Georg. *Historia Naturalis Brasiliae*. Amsterdam, Elsevier, 1648. Ed. brasileira: *História Natural do Brasil*. São Paulo, 1942. (Palmares: p. 261 da 1ª edição.)
 50. MELLO, José Antônio Gonsalves de. “A Situação do Negro sob o Domínio Holandês.” In: FREYRE, Gilberto et alii. *Novos Estudos Afro-brasileiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1937. 2º tomo. (Palmares: pp. 216–219.)
 51. ———. “Atitude dos Holandeses para com os Negros e a Escravidão.” In: *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Pref. de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1947. 2.edição: Recife, Departamento de Cultura Sesc, 1978. (Palmares: pp. 215–218 da primeira edição; pp. 184–186 da segunda edição. Texto diferente do apresentado na referência anterior.)
 52. MELO, Mario. “A República dos Palmares.” In: *Estudos Afro-brasileiros*, ref. cit. no nº 9; *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 32(151-154): 289–292, 1932.
 53. MORENO, Diogo de Campos. *Livro que Dá Razão do Estado do Brasil – 1812*. Ed. crítica com introd. e notas de Hélio Vianna. Recife, Comissão Organizadora e Executiva das Comemorações do Tricentenário da Restauração Pernambuca/Arquivo Público Estadual, 1955. (Uma das mais antigas referências aos Palmares, pp. 190–191.)
 54. NIEUHOF, Joan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil [...]*. São Paulo, Liv. Martins Ed., 1942. Biblioteca Histórica, IX. (O autor, que viveu no Nordeste brasileiro de 1640 a 1649, publicou a edição inicial de sua obra em Amsterdam, em 1682, e descreve Palmares nas pp. 18–19.)
 55. OLIVEIRA, Correia de. “Entre a História e a Lenda”, Parte I, *Pyrausta*, Maceió, I(13): 1, 2 de maio de 1917; Parte II, I(14), I, 9 de maio de 1917; Parte III, I(15), 1–2, 16 de maio de 1917.
 56. OLIVEIRA, Paulo Rui de. *Zumbi – Um Grito de Liberdade*. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1981.

57. OLIVEIRA, Waldir Freitas. "Apresentação." In: CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Nacional, 1988/1989. pp. V–XV.
58. PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os Quilombos Brasileiros*. Salvador, Depto. de Cultura da SMEC, 1973. (Análise objetiva de Palmares, através de critérios heurísticos atuais e científicos.)
59. ———. "Os Quilombos Baianos", *Revista Brasileira de Geografia*, XXVI(4): 573–578, out.–dez. 1962.
60. PERET, Benjamim. "Que foi o Quilombo dos Palmares?", *Anhembi*, São Paulo, 65: 230–249, abril de 1956; 66: 467–486, maio de 1956.
61. ———. "Que foi o Quilombo os Palmares?", *Anhembi*, São Paulo, n. 73, dezembro de 1956. (Resposta à carta polêmica de Edison Carneiro sobre o seu artigo. Ver referência nº 15.)
62. RAMOS, Arthur. "O Espírito Associativo do Negro Brasileiro", *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, São Paulo, 4(47): 105–126, 1938.
63. ———. *A Aculturação Negra no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1942. pp. 117–149. (Reprodução do artigo citado na referência anterior.)
64. ———. "O Auto dos Quilombos", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 37: 202–207, 1943. (Artigo sobre o auto folclórico de mesmo nome.)
65. ———. "A República dos Palmares." In: *O Negro na Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1966. pp. 59–69.
66. RAMOS, Duvitiliano. "A Posse Útil da Terra entre os Quilombolas", *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, 3/4: 396–398, dez. de 1958.
67. "RELAÇÃO das Guerras Feitas aos Palmares de Pernambuco no Tempo do Governador Dom Pedro de Almeida, de 1675 a 1678." Ms. de autor desconhecido, da Torre do Tombo, por cópia oferecida à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pelo Conselheiro Drummon (1794–1865), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 22: 303–329, 2º trimestre, 1859. (Importante para o estudo da organização econômica, social e política dos palmarinos. Este documento aparece transcrito em CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*. São Paulo, Brasiliense, 1947. pp. 187–208.)
68. RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Brasil, 1892. Segunda edição revista e aumentada, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1946. (Palmares: pp. 41–45.)
69. ROCHA PITTA, Sebastião da. *História da América Portuguesa, desde o Ano de Mil Setecentos e Vinte e Quatro*. Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Silva, 1730. Terceira edição: Salvador, Progresso, 1960. (Guerra dos Palmares: pp. 24–26.)
70. ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil*. Rio de Janeiro, 1915–1917. 10 vols. *História do Brasil*, 1921. 1 vol. *História do Brasil*. 2.ed. revista e atualizada por Hêlio Vianna. São Paulo, Melhoramentos, 1963. (Os Quilombos dos Palmares: pp. 24–26.)
71. RODRIGUES, Nina. "A Trova Negra: Erros e Lacunas da História de Palmares", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, II(63): 645–672, 1904. Com novo título: "As Sublevações de Negros no Brasil Anteriores ao Século XIX: Palmares." In: *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1932. pp. 104–148.
72. SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet de. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil [...]*. Paris, J. P. Aillaud, 1845. t. II. (Palmares: pp. 191–193.)
73. SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. Rio de Janeiro, Moderna, 1986. (Trata-se da primeira biografia do herói palmarino que liderou a última fase da resistência da República dos Palmares.)
74. SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro Como é: Huma Vez e Nunca Mais*. Rio de Janeiro, Ed. Getúlio Costa, s.d. pp. 137–138.
75. SCHWARTZ, Stuart B. "Mocambos, Quilombos e Palmares: A Resistência Escrava no Brasil Colonial", *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 17, número especial, pp. 61–68, 1987. (Há separata.)
76. ———. "LE ROYAUME noir des 'Mocambos'", *L'Histoire*, Paris, nº 41, janvier 1982.
77. SOUTHEY, Robert. *History of Brazil*. London, 1810–1819. 3 vols. Edição brasileira: *História do Brasil*. Trad. de Luís Joaquim de Oliveira e Castro, anotada pelo Côn. J. C. Fernandes Pinheiro. Salvador, Progresso, 1954. t. V. (Sobre Palmares: pp. 22–26.)
78. TAUNAY, Affonso d'Escagnole. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses. São Paulo, 1924–1950. XL vols. (O Vol. VII versa sobre o final da campanha de Palmares.)
79. VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *História Geral do Brasil [...]*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1854–1857. 2 vols. Quinta edição integral, revista e anotada por Rodolfo Garcia. São Paulo, Melhoramentos, 1956. (Sobre Palmares: pp. 258–259.)
80. VIANNA, Hêlio. "Os Quilombos. Palmares." In: *História do Brasil*. São Paulo, 1961. t. 1, pp. 258–260.
81. ZERR, Josef. "Palmares – A Tróia Negra", *Correio do Povo*, Porto Alegre, 3 de julho de 1976.

Título	<i>Dicionário da Escravidão Negra no Brasil</i>
Autor	Clóvis Moura
Produção	Marilena Vizontin Silvana Biral
Projeto Gráfico (Capa)	Tereza Kikuchi
Caligrafia da Capa	Andrea Branco
Projeto Gráfico (Miolo)	Silvana Biral
Editoração Eletrônica	Tereza Kikuchi Fabio Kato
Editoração de Texto	Fábio Duarte Joly
Revisão de Texto	Geraldo Gerson de Souza Iracema A. Oliveira
Divulgação	Regina Brandão Rodrigo S. Falcão Adriana M. de Andrade
Secretaria Editorial	Eliane dos Santos
Formato	17 x 24 cm
Tipologia	Times New Roman 9,5/11
Papel	Cartão Super 6 450 g/m ² (capa) Pólen Soft 80 g/m ² (miolo)
Número de Páginas	440
Tiragem	1500
Fotolitos	Binhos Fotolito
Laserfilm	Edusp
Impressão e Acabamento	Imprensa Oficial

mantidos à distância, mas que se complementaram ao longo de toda a história do Brasil. De um lado, revela a face oficial do país escravocrata, com seu conjunto de leis, práticas e instituições que legitimavam e administravam aquele sistema. De outro, apresenta o Brasil escravizado, formado pelos negros anônimos que, a partir de senzalas, dos quilombos e das cidades, lutaram pela sobrevivência e pela liberdade, e assim contribuíram, decisivamente, para os rumos da nação brasileira.

Clóvis Moura nasceu em 1925, em Amarante (PI), mas teve sua formação em Salvador (BA). Foi militante do PC do B desde a década de 1940, atuando como jornalista na Bahia e, a partir da década de 1950, em São Paulo. Criou, em 1975, o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, voltado ao estudo do racismo, tornando-se um dos principais teóricos sobre o tema. Publicou, entre outros livros, *Quilombos – Resistência ao Escravismo* e *História do Negro Brasileiro*. Foi, porém, com o clássico *Rebeliões da Senzala – Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*, de 1959, que o autor modificou radicalmente a leitura feita pelas ciências sociais sobre a participação do negro na formação da sociedade e da economia brasileiras. Faleceu em dezembro de 2003, em São Paulo.

Com mais de oitocentos verbetes, o *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil* inventaria, de forma crítica, todo o conhecimento a respeito do tema proveniente de áreas tão distintas como história, literatura, economia, religião e costumes. Obra de referência, inédita no país, abre ao leitor novas maneiras de compreensão da exclusão humana, social e cultural imposta ao negro no Brasil, um drama nacional que pode ser percebido ainda nos dias atuais.

ISBN 85-314-0812-1



9 788531 408120